

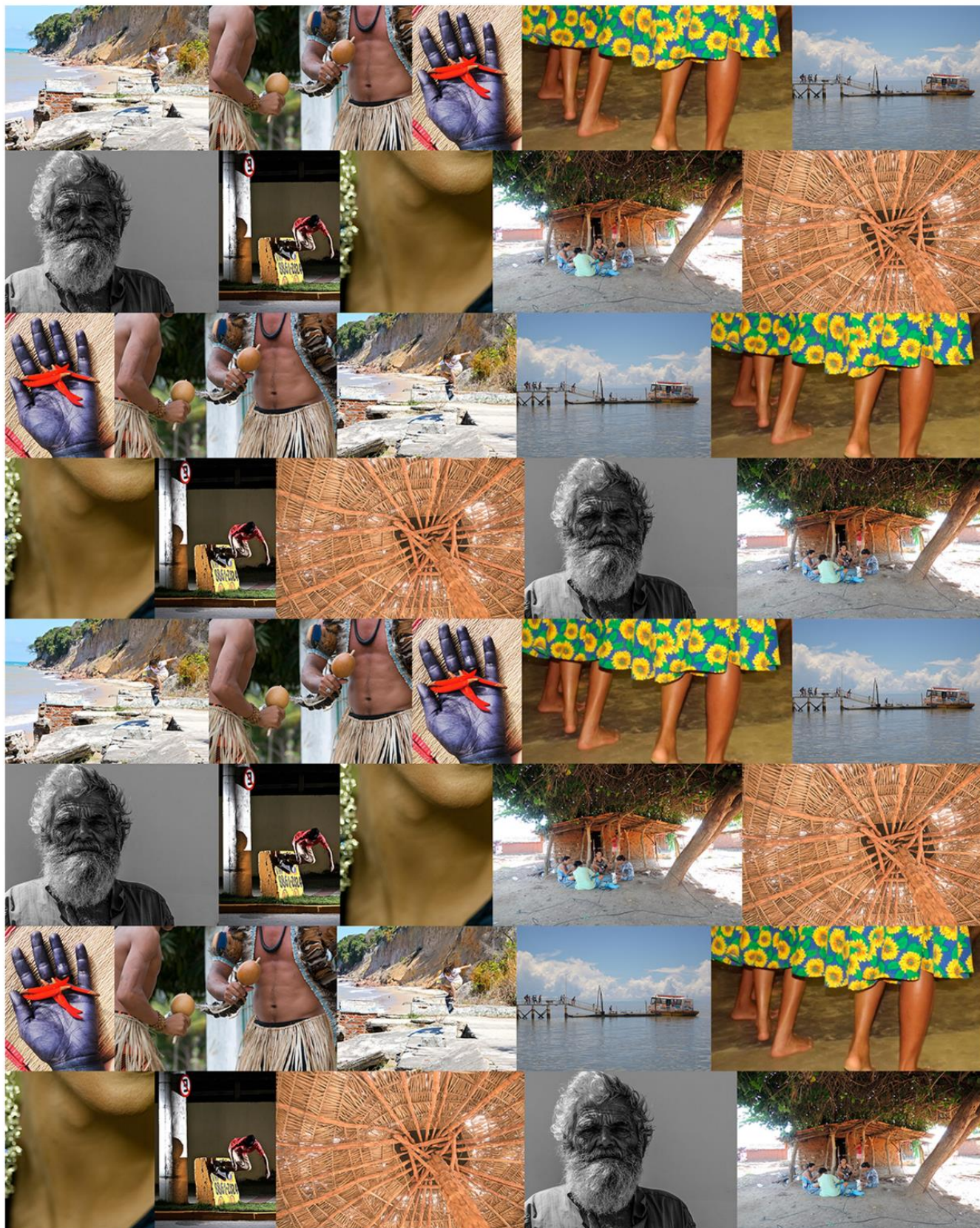
Anais da



30ª RBA
Reunião
Brasileira de
Antropologia
2016

Políticas da Antropologia:
Ética, Diversidade e Conflitos

ISBN nº 978-85-87942-42-5



ABA PUBLICAÇÕES



Políticas da Antropologia:
Ética, Diversidade e Conflitos

Anais da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia
ISBN: 978-85-87942-42-5

Políticas da Antropologia:
Ética, Diversidade e Conflitos

Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia

ISBN: 978-85-87942-42-5

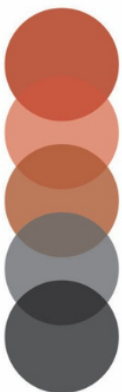
A 33ª edição da Reunião Brasileira de Antropologia, com o tema “Defender direitos e fazer antropologia em tempos extremos”, aconteceu entre os dias 28 de agosto e 03 de setembro de 2022. Organizado pela ABA, em conjunto com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia (PPGAA) e o Departamento de Antropologia (DEAN) da Universidade Federal do Paraná, o evento foi realizado em modo remoto.

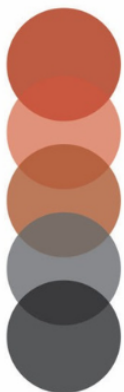
30ª RBA
Reunião Brasileira de Antropologia
2016



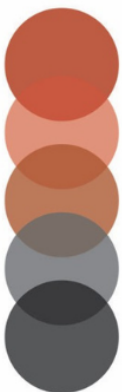
Sumário

.....	2
Comissão Organizadora.....	1
Conferências.....	4
Conferência 01.....	4
Conferência 02.....	4
Conversa com o Autor.....	4
Dueto.....	4
Fóruns.....	5
FR 001: Entre o Legislativo e o Judiciário - a política Brasileira em debate.....	5
FR 002: Diversidade e Ensino Superior.....	5
Grupos de Trabalho.....	6
GT 001: A GESTAO PUBLICA DA PROSTITUICAO: politicas, putas e conflitos nas arenas locais e internacionais.....	6
GT 002: Agenciamentos sociais e políticas públicas de saúde: cruzando e confrontando perspectivas.....	16
GT 003: Agricultura familiar, campesinidade e feiras-livre: um lugar de intersecção rural/urbano... 25	25
GT 004: Antropologia da comunicação: teorias, metodologias e experiências etnográficas do campo.	34
GT 005: Antropologia da Criança.....	41
GT 006: Antropologia da morte: teorias de ritual.....	51
GT 007: Antropologia da Técnica.....	60
GT 008: Antropologia das Catástrofes: abordagens e perspectivas.	67
GT 009: Antropologia das relações humano-animal.....	77
GT 010: Antropologia Digital, Tecnologia e Cibercultura.....	86
GT 011: Antropologia do Cinema: entre narrativas, políticas e poéticas.....	97
GT 012: Antropologia do esporte: entre a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos.....	106
GT 013: Antropologia do Garimpo: Conflito e memória.....	113
GT 014: Antropologia dos Patrimônios e Esfera Pública.....	119
GT 015: Antropologia e crítica pós-colonial.....	131
GT 016: Antropologia e políticas de saúde.....	136
GT 017: Arte e antropologia.....	145





GT 018: Articulações transnacionais, identidades indígenas e políticas indigenistas nos séculos XX e XXI.....	154
GT 019: Cidades, turismo e experiências urbanas	159
GT 020: CIGANOS: um exercício de comparação etnográfica.	170
GT 021: Coleções, Colecionadores e Práticas de Representação	176
GT 022: Cultura Popular, Patrimônio e Performance.....	184
GT 023: Diálogos no campo da Antropologia da Alimentação: Comensalidade, Ética e Diversidade	195
GT 024: Dinâmicas sociais, poder e transformação na África Contemporânea.....	206
GT 025: “Direitos Humanos”: moralidades, políticas e disputas	215
GT 026: Emoções, Política e Trabalho no Mundo Contemporâneo	227
GT 027: Ensinar e Aprender Antropologia.....	237
GT 028: Entre seres intangíveis e pessoas: experiência e história.....	246
GT 029: Etnicidade e luta por direitos: estratégias indígenas para defesa e recuperação de territórios	254
GT 030: Etnografia de documentos e burocracias: desafios teórico-metodológicos da análise de práticas de poder	265
GT 031: Etnografias da (des)ordem: ilegalismos, mercados e controles	273
GT 032: Etnografias da Deficiência	283
GT 033: Etnografias das Interseccionalidades: Raça e Gênero no Contexto Latino-americano das Políticas Públicas	291
GT 034: Etnografias em contextos de violência.....	296
GT 035: Fantasmas dentro da máquina? O ofício antropológico dentro e na órbita da institucionalidade estatal.	306
GT 036: Festas, celebrações e ritos: o patrimônio em questão e como questão.....	318
GT 037: Indígenas, Quilombolas e outros Povos e Comunidades Tradicionais em Situações Urbanas: identidades, territórios e conflitos.	327
GT 038: Interfaces contemporâneas dos estudos de rituais e performances.....	338
GT 039: Manifestações políticas religiosas e seculares: outro olhar sobre as ruas brasileiras	347
GT 040: Marcadores sociais em diálogo: gênero, sexualidade, idade/geração e o curso da vida	353
GT 041: Medicinas Tradicionais: Ritual, Manejo de Infortúnio e Identidade	361
GT 042: Migrações Internacionais contemporâneas: análises, debates e conjunturas	368
GT 043: Moradores da Maloca (Aldeia) Grande: Reflexões sobre os indígenas no contexto urbano	378
GT 044: Música e Dança nos Processos de Mobilização Coletiva e Afirmação de Identidades.....	383

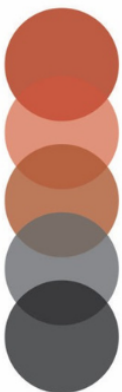


GT 045: O Pantanal e seu entorno: diversidade, relações sociais e conflitos	395
GT 046: O trabalho do antropólogo e a implementação dos direitos das comunidades dos quilombos	397
GT 047: Ofícios e profissões: memória social, identidades e construção de espaços de sociabilidade	400
GT 048: Onde estava escrito? Criactivity, inovação e a teoria etnográfica	410
GT 049: Partos e/ou maternidades e políticas do corpo: perspectivas antropológicas	419
GT 050: Perspectivas Antropológicas no Esporte e no Lazer: corpos, gêneros e sociabilidades	430
GT 051: Políticas das drogas: éticas de consumo, diversidades das práticas e conflitos acerca de seus controles	436
GT 052: Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura.....	446
GT 053: Populações costeiras, processos sociais e meio ambientes	451
GT 054: Povos e Populações Tradicionais e Política Públicas na Perspectiva Antropológica	460
GT 055: Processos identitários étnicos, território e tradições de conhecimento	470
GT 056: Racismo no Plural nas Américas: Situando Povos Indígenas e Afro-Indígenas.....	479
GT 057: Religiões afro-brasileiras: dos quadros sinópticos às matrizes transformacionais.....	484
GT 058: Religiões e percursos de saúde no Brasil hoje: as “curas espirituais”	493
GT 059: Risco: entre teoria e práticas sociais/coletivas.....	501
GT 060: Territórios e Impactos Socioambientais: projetos desenvolvimentistas e reordenação territorial na América Latina.	510
GT 061: Territórios vividos: territorialidades e processos de constituição das populações do campo	522
GT 062: Tradução, conexões e re(criações) culturais das religiões brasileiras na Europa e em outros contextos nacionais	532
GT 063: Trajetórias religiosas em trânsito e novas configurações identitárias	537
GT 064: Visualidades Indígenas.....	545
Mesas Redondas.....	555
MR 001: A Construção da Etnicidade: Território, Mobilização e Éticas do “bem viver”	555
MR 002: Ações antropológicas e ajuda humanitária: novos desafios	555
MR 003: Antropologia & Cinema: diálogos latino-americanos.....	556
MR 004: Antropologia da Criança no Brasil	557
MR 005: Antropologia e Esfera Pública Estatal: possibilidades e dilemas da incidência da disciplina e de seus profissionais em políticas públicas.....	557
MR 006: Antropologia e História: cenários compartilhados, desafios de pesquisa e demandas futuras.	558



MR 007: Antropologia e Licenciamento Ambiental de Grandes Obras II: Formas de ação antropológica, reconhecimento de direitos e a aplicação dos princípios de consulta pública.....	559
MR 008: Antropologia Visual e Hipermídia: práticas de pesquisa entre a circulação das imagens e a inscrição etnográfica.....	559
MR 009: Antropologia y Catástrofes: uma leitura comparativa.....	561
MR 010: Artes de rua, cidade e imagem: novos dilemas da etnografia urbana	561
MR 011: Desafios metodológicos, éticos e políticos nas pesquisas sobre práticas de uso, comércio e controle de drogas ilícitas.....	562
MR 012: Diásporas, sujeitos diaspóricos e pós-colonialismo: leituras etnográficas das políticas e sensibilidades nos deslocamentos e desteros	562
MR 013: Diversidade Sexual e de Gênero em Áreas Rurais, Contextos Interioranos e/ou Situações Etnicamente Diferenciadas – novos descentramentos, outras axialidades.	563
MR 014: Estado, políticas desenvolvimentistas e seus impactos sobre territórios e modos tradicionais de vida.....	564
MR 015: Etnografia das instituições: reflexões a partir de uma instituição de pesquisa	564
MR 016: ETNOGRAFIAS NA EDUCAÇÃO: desafios, limites e possibilidades.	565
MR 017: Festa e festivalização no urbano contemporâneo: cultura popular, patrimônio imaterial e performance.	566
MR 018: Fronteiras de gênero, dobras da política	566
MR 019: Instituições religiosas, direitos e novas configurações familiares: construções do laico e do religioso no Brasil	567
MR 020: Interculturalidade na Universidade brasileira: tensões, conflitos e desafios	568
MR 022: Mundos Lusófonos e Patrimônios Partilhados.....	569
MR 023: Natureza e cultura: expectativas futuras e antigas amarras.....	570
MR 024: Natureza, Cultura e Técnica: perspectivas de gênero e a virada ontológica	571
MR 025: O consumo de bebidas alcoólicas: entre usos valorativos e condenados.....	572
MR 026: O Musicar Local – novas perspectivas na antropologia da música	573
MR 027: Os Bastidores da festa. Trabalho, performance e experiência	575
MR 028: Os desafios à pesquisa etnográfica: práticas de pesquisa em situações de conflito referidas às chamadas novas etnias	575
MR 029: Partos e maternidades: discursos e contra-discursos no Brasil contemporâneo.....	576
MR 030: Perspectivas antropológicas acerca do curso da vida: intersecções entre gênero, sexualidade e geração.....	577
MR 031: Práticas culturais juvenis, mobilizações e insurgências no espaço urbano	577
MR 032: Questões de ética de pesquisa antropológica à luz de experiências recentes no estudo de usuários de crack.....	578

MR 033: Refugiados no Brasil: deslocamentos forçados e conexões transnacionais em perspectiva	578
MR 034: Religiões e espaço público	579
MR 035: Saúde e Direitos: ética, conflitos e dilemas.....	580
MR 036: Sincretismos e Contrassincretismos Afro-Brasileiros	581
MR 037: Sociedade, Cultura e Ambiente: Perspectivas sobre mercado justo, a economia moral e a reciprocidade – Brasil e México.	582
MR 038: Sofrimento, Política e Emoções	583
MR 039: Técnica, estética, política e fluxos de materiais	585
MR 040: Teoria e teóricos da etnografia religiosa afro-americana.....	585
MR 041: Vestígios, Restos e Substratos corporais humanos em seus diversos agenciamentos.....	586
Minicursos.....	588
MC 001: Antropologia, Gênero e Sexualidade	588
MC 002: Arte e política	588
MC 003: Deficiência e confronto etnográfico.....	589
MC 004: Antropologia em pesquisas na universidade e na escola pública: educação e ensino de Ciências Sociais	589
Oficinas.....	590
OF 001: As formas sensíveis no viver urbano pelo olhar etnográfico: construir narrativas com imagens	590
OF 002: Ensaio Fotográfico selecionados para o Prêmio Pierre Verger	590
OF 003: Entre corpos.....	591
OF 004: Inserção Profissional do/a antropólogo/a.....	591
OF 005: Por meio do fazer: correspondências entre modos de produção de conhecimento em antropologia, arquitetura, artes e design.....	592
OF 006: Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos: a discussão do tema na educação básica e no ensino da antropologia nos cursos de graduação.....	592
OF 007: História(s) na Amazônia nos	593
OF 008: Como ensinar e aprender História da África	593
OF 009: Protagonismo Indígena em Processos de Reconhecimento de Terras Indígenas	593
Prêmios	595
Prêmio Lévi-Strauss 2016 (VI Edição).....	595
Prêmio Heloísa Alberto Torres 2016 (II Edição).....	596
Prêmio Pierre Verger	597



Simpósios Especiais.....	599
SE 001: Deslocamentos, desigualdades e violência de Estado: Perspectivas comparativas Simpósio Especial do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA.....	599
SE 002: Direitos Humanos e Moralidades em questão: categorias, contextos e modos de engajamento	601
SE 003: Violência urbana e cidades: resistências, pacificação e mercado	602
SE 004: Gênero, sexualidade, intolerância e violência.....	603
SE 005: Mineração, sofrimento social e resistências: o Brasil e o contexto Latinoamericano	603
SE 006: Movimentos Sociais, Povos Tradicionais e Direitos Humanos: de insurgências e descolonização.....	604
SE 007: Olhares cruzados para África: trânsitos e mediações	606
SE 008: Patrimônios e Museus: responsabilidades e desafios na prática antropológica.....	607
SE 009: Políticas da Antropologia: as perspectivas das associações de Antropologia diante de um cenário de crises globais / Politics and Policies of Anthropology: Anthropological Association perspectives towards a scenario.....	608
SE 010: Políticas de formação e produção de conhecimento: cenários e desafios para antropologia e educação.....	609
Realização	610
Apoio.....	610
Contato	611



Comissão Organizadora

DIRETORIA DA ABA

Presidente: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)
Vice-Presidente: Jane Felipe Beltrão (UFPA)
Secretário Geral: Sergio Ricardo Rodrigues Castilho (UFF)
Secretária Adjunta: Paula Mendes Lacerda (UERJ)
Tesoureira Geral: Andrea de Souza Lobo (UnB)
Tesoureira Adjunta: Patricia Silva Osorio (UFMT)
Diretora: Carla Costa Teixeira (UnB)
Diretor: Carlos Guilherme Octaviano do Valle (UFRN)
Diretor: Julio Assis Simões (USP)
Diretora: Patrice Schuch (UFRGS)

SECRETARIA ADMINISTRATIVA DA ABA

Secretária Administrativa: Carine Lemos
Assistente Administrativo: Roberto Pinheiro

COMISSÃO DOS PRÊMIOS

Prêmio Lévi-Strauss: Paula Mendes Lacerda (UERJ) e José Gabriel Correa (UFCG)
Prêmio Pierre Verger: Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque (UERJ) e Claudia Turra Magni (UFPEL)
Prêmio Heloísa Alberto Torres: Manuel Ferreira Lima Filho (UFG)

Comissão Local

COMISSÃO ADMINISTRATIVA LOCAL E PROGRAMAÇÃO

Alexandra Barbosa da Silva (UFPB)
Amanda Christinne Nascimento Marques (UFPB)
Dilaine Soares Sampaio (UFPB)
Ednalva Maciel (UFPB)
Kelly Emanuely de Oliveira (UFPB)
João Martinho Braga de Mendonça (UFPB)
Marina Blank Virgilio da Silva (UFPB)
Mônica Franch (UFPB)
Wallace Gomes Ferreira de Souza (UFCG)

COMISSÃO DE MONITORIA

Alessa C. P. de Souza (UFPB)
Diego Alano Pinheiro (UFPB)
Edilma do Nascimento J. Monteiro (UFSC)
Maria Patrícia Lopes Goldfarb (UFPB)
Marianna de Queiroz Araujo (UFPB)
Mércia Rejane Rangel Batista (UFCG)
Vanessa Karla Mota de Souza Lima (UFPB)



COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, ALIMENTAÇÃO E ALOCAÇÃO DE ATIVIDADES

Estevão Palitot (UFPB)
Fábio Mura (UFPB)
Jamerson Lucena (UFPB)
José Gabriel Silveira Corrêa (UFCEG)
Oswaldo Giovannini Junior (UFPB)
Patricia Assad (UFPB)
Thiago Oliveira (UFPB)
Valdonilson Barbosa dos Santos (UFCEG)

COMISSÃO DE ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS, ABINHA E LANÇAMENTO DE LIVROS

Alessa C. P. de Souza (UFPB)
Ana Margarida Andrade dos Santos (UFPB)
Candice Didonet (UFPB)
Larissa Isidoro Serradela (UFPB)
Marco Aurélio Paz Tella (UFPB)
Nivaldo Aureliano Léo Neto (UFPB)
Ruanna Gonçalves da Silva (UFPB)
Wallace Gomes Ferreira de Souza (UFCEG)

COMISSÃO DE AUDIOVISUAL

Darllan Neves da Rocha (IFPB)
Eduardo Donato (UFPB)
Inocêncio Soares do Rosário (UFPB)
João Martinho Braga de Mendonça (UFPB)
Juliana Crelier Azevedo (UFPB)
Luciana Maria Ribeiro de Oliveira (UFPB e UFCEG)
Oswaldo Giovannini Junior (UFPB)

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Ana Valéria Salza de Vasconcelos (UFPB)
Isaac Fernando Ferreira Filho (UFPB)
Janainna Edwiges de Oliveira Pereira (UFPB)
João Inacio dos Santos Neto (UFPB)
Kelly Emanuely de Oliveira (UFPB)
Marina Blank Virgilio da Silva (UFPB)
Ruth Henrique da Silva (UFPB)

COMISSÃO DE ALOJAMENTO DE ESTUDANTES, HOSPEDAGEM E TRANSPORTE

Alessa C. P. de Souza (UFPB)
Alexandra Barbosa (UFPB)
Amanda Christinne Nascimento Marques (UFPB)
Estevão Palitot (UFPB)
Eveline Torres (UFPB)
Verônica Rodrigues da Silva (UFPB)
Vivianne Souza (UFPB)



IDENTIDADE VISUAL

Curadoria de Imagens e Design Gráfico: João Neto

Curadoria de Imagens e Colaboração: Larissa Isidoro Serradela (UFPB)

Colaboração: Isaac Fernando Ferreira Filho (UFPB), Thiago Oliveira (UFPB)

Cessão de Imagens: Cesar Matos (Formiguinha), Edilma Do N. J. Monteiro (UFSC), Ednalva Maciel Neves (UFPB), Jamilly Rodrigues da Cunha, Larissa Isidoro Serradela (UFPB), Luca Fiorini, Milena Medeiros, Nivaldo Aureliano Léo Neto (UFPB), Paulo Rossi.



Conferências

Conferência 01

Between purity and mixing: What can anthropologists learn from the Creole world?

Geir Thomas Hylland Eriksen

Conferência 02

O preço da palavra. Capitalismo eletrônico-informático, Economia da isca e googleismo

Gustavo Lins Ribeiro

Conversa com o Autor

Luiz Fernando Dias Duarte (MN/UFRJ).

Dueto

Zika, AIDS, Sífilis e outras doenças que se contam: a antropologia nos campos da saúde, da política e da ciência

Sergio Carrara (UERJ) e Cristiana Bastos (ICS/Universidade de Lisboa)



Fóruns

FR 001: Entre o Legislativo e o Judiciário - a política Brasileira em debate

Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional - UFRJ) - **Coordenador**

Participantes:

Carla Costa Teixeira (Departamento de Antropologia/UNB)

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília)

Marcos Otavio Bezerra (Universidade Federal Fluminense)

Roberto Kant de Lima (Universidade Federal Fluminense - UFF)

Moacir Gracindo Soares Palmeira (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=LTXhgvLKupw>

FR 002: Diversidade e Ensino Superior

Estevão Palitot (UFPB) e Jane Beltrão (UFPA) - **Coordenadores**

Lideranças de Movimentos Indígenas e Quilombolas

Movimentos Sociais



Grupos de Trabalho

GT 001: A GESTÃO PÚBLICA DA PROSTITUIÇÃO: políticas, putas e conflitos nas arenas locais e internacionais

O tema da prostituição mobiliza fortes paixões políticas. No século XX, ondas teóricas e políticas propiciaram variadas maneiras de “revolver” o “problema da prostituição”. Face a regulamentação e segregação, o abolicionismo e políticas proibicionistas liberais, repressivas e criminalizantes, o Brasil, país oficialmente abolicionista, tem adotado uma espécie de não-política. As ambiguidades permitidas na lei, que criminaliza relações de trabalho no universo da prostituição, mas não o trabalho autônomo da prostituta, tornaram-se objeto da crítica formulada pelo próprio movimento de prostitutas no Brasil e outros países, sustentando a formulação da política da Anistia Internacional pela descriminalização plena da prostituição. Frente a essa operante ambiguidade, prostitutas brasileiras têm desenvolvido uma gama variada de políticas e práticas de confronto, colaboração, subversão e resistência para lidar com o Estado. Esse GT abordará realidades empíricas da prostituição focalizando também conflitos e colaborações entre prostitutas e agentes governamentais e não-governamentais. Conflitos derivados dos processos de “renovação urbana” e a crescente onda de reação contra práticas e identidades sexuais consideradas “minoritárias” também serão aceitos. Finalmente, trabalhos que abordem questões éticas inerentes à prática antropológica junto a população de trabalhadores sexuais, engajados ou não nas lutas políticas, atualizarão também esse espaço de reflexão no âmbito de nosso GT.

Adriana Gracia Piscitelli (PAGU-Unicamp) e Ana Paula da Silva (Universidade Federal Fluminense) -
Coordenação

Thaddeus Gregory Blanchette (UFRJ) - **Debatedor/a**

Diana Helene Ramos (Unigranrio) - **Debatedor/a**

Apresentação Oral em GT

“A gente não tem parada”: deslocamentos, apropriações e sociabilidades na prostituição travesti.

André Rocha Rodrigues

Mobilidade é algo que está intimamente atrelado à produção da experiência da travestilidade e das atividades que a cercam, tais como a prostituição. Os estudos sobre o tema costumam destaca-la sempre atrelada à estratificação, status e distinção. Este work pretende investigar os processos internos de produção da travestilidade e da pessoa, o que implica pensar nos circuitos e deslocamentos geográficos, mas não só neles. Busco analisar os vários significados que a categoria mobilidade pode encerrar naquilo que a faz revelar a dinâmica dos deslocamentos existenciais entre gêneros associados às atividades de trânsito entre cidades e lugares pelas travestis. Em princípio busco identificar alguns circuitos que evidenciam tais deflexões entre cidades interioranas do estado de São Paulo, reconhecidos localmente como espaços de prostituição atentando para a noção de rua – categoria muito mobilizada em outras análises etnográficas – e repensando-a. Entendendo que estas movimentações possuem lógica rizomática – que não observam princípios de começo e fim – e que não constituem necessariamente redes estáveis de deslocamentos e fluxos de agentes, sugerindo mais um ambiente de emaranhado de linhas, o presente work, como metodologia, identifica nesses deslocamentos uma dinâmica multissituada de experiências cujo foco nas mobilidades, apropriações dos espaços e produção de sociabilidades em torno da atividade da prostituição travesti encerra um problema



etnográfico relevante, qual seja, a relação co-determinante entre produção de gênero e produção generificada dos espaços urbanos.

Palavras chave: Travesti; Deslocamentos; Prostituição

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/218_2017-01-13.pdf

Apresentação Oral em GT

Candidatas Trans* nas Eleições Brasileiras: a luta contra a invisibilidade, a vulnerabilidade e a violência

Felipe Bruno Martins Fernandes

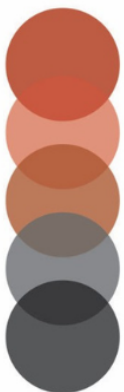
Em 2014, o Brasil passou por uma eleição das mais ferozes na democracia pós-ditadura. Os partidos do pleito disputavam grandes quantidades de votos e a cena pública tornou-se arena de alegações de corrupção e ataques mútuos. Na margem desses embates, as candidatas trans* tornaram-se um pouco mais visíveis, ao utilizarem recursos escassos para divulgar a agenda trans* para um público mais amplo. Na primeira eleição em que uma mulher trans* foi autorizada a concorrer na cota de gênero, a transfobia esteve sempre presente, por exemplo, quando um candidato presidencial disse, ao vivo, na televisão, que “os gays e trans* têm problemas psicológicos”. Este work é o resultado de um projeto etnográfico intitulado “Manifestações de Gênero, Sexualidade, Raça e Religião nas Eleições 2014” e teve como base o work de campo realizado entre junho e dezembro de 2014, contando com apoio financeiro da PROEXT/UFBA. Analisa entrevistas com quatro candidatas, todas mulheres trans*, de diferentes estados do Brasil: São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Ouvindo seus depoimentos, percebemos que a candidatura foi concebida como uma ferramenta para combater a invisibilidade, a vulnerabilidade e a violência no Brasil, especialmente no sistema político. Suas agendas foram centradas nos direitos trans*, principalmente na defesa de uma Lei de Identidade de Gênero seguindo o modelo argentino. Os temas sempre presentes em suas campanhas foram: (i) a despatologização das identidades trans*; (ii) os direitos trans*, tais como o reconhecimento de famílias alternativas e a separação das pessoas trans* nas prisões; (iii) o direito da criança ser trans* e; (iv) a extensão para cidades menores dos cuidados de saúde para trans*. O posicionamento a respeito da prostituição é uma das grandes diferenças entre as candidatas: algumas se posicionaram abolicionistas, enquanto outras eram pró-direitos para prostitutas e profissionais do sexo. O work analisa em detalhe as suas agendas e trajetórias como candidatas trans*, com foco nas suas semelhanças e diferenças.

Apresentação Oral em GT

Prostituição em cidades médias: organização política, invisibilidade(s) e políticas públicas

Fernanda Maria Vieira Ribeiro

O município de Sobral, localizado a 230 km de Fortaleza, é considerada uma cidade de porte médio, com a maior economia do interior do Ceará e população de 201,756 habitantes, segundo dados do IBGE. Assim como nas capitais, o mercado do sexo é bastante variado, existindo tanto a prostituição na BR-222 como casas consideradas de “luxo”. A ASTRAS (Associação Sobralense das Trabalhadoras do Sexo), fundada em 2001 por Maria da Conceição Oliveira, é a principal organização que desenvolve works diretamente com a população de trabalhadoras e trabalhadores sexuais na cidade. Atualmente, com nenhum apoio financeiro do Governo do Estado, o único suporte governamental que tem recebido é a manutenção da sua sede pela Prefeitura de Sobral. As ações desenvolvidas são, sobretudo, voltadas para a prevenção de DST/AIDS, com distribuição de preservativo e gel nos principais pontos de prostituição, através de uma parceira com o Centro de Orientação e Apoio Sorológico (COAS), da Secretaria de Saúde e Ação Social. A forma como a atividade



da prostituição é vista pela associação é ambígua, às vezes enfatizando a necessidade de capacitar essas profissionais para elas saírem “da vida”; mas com projetos que visam o empoderamento político e participativo desta população. Nesta pesquisa, levanto os seguintes questionamentos: como funciona o mercado do sexo nas cidades interioranas? Qual é o perfil dessa população e quem são os clientes? Como as organizações políticas e, particularmente, a ASTRAS, vê a prostituição e quais works desenvolve com o segmento? Como se dá a articulação da ASTRAS com outras organizações em nível estadual e nacional? Porque a invisibilidade das(os) profissionais do sexo perante o governo municipal e estadual? Mesmo superado o estigma sobre grupos de riscos, continua se reproduzindo as mesmas políticas de saúde obsoletas de HIV/AIDS para essa população? "

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467341973_ARQUIVO_artigoCompleto.pdf

Apresentação Oral em GT

EM SALVADOR: CIRCULANDO, LADEIRANDO E DESCORTINANDO MUNDOS - Primeiros passos de uma observação etnográfica

Fernanda Priscila Alves da Silva

O presente artigo pretende apresentar alguns dados parciais de uma observação etnográfica realizada em contexto de prostituição feminina, no Centro Histórico, de Salvador, Bahia. A prostituição aqui é entendida como uma prática social complexa atravessada e perpassada pela economia, cultura, política, sexualidade, moralidade, relações de gênero, não se esgotando, no entanto, nestes elementos, mas ultrapassando e recriando modos, interações e relações. A partir de informações de interlocutoras deste contexto pretende-se compreender as transições, movimentos e circulações das mulheres da batalha neste cenário. Estas transições estão constantemente marcadas por deslocamentos dos lugares ocupados pelas mulheres. Além do mais o estudo pretende verificar e identificar os locais ou pontos de prostituição em Salvador, assim como observar as interações, relações e socializações das mulheres e outros atores neste contexto. Os pontos de prostituição são atravessados por diversas formas e modos de organização da prostituição, o que aponta também a complexidade desta prática, entendida como mais uma das facetas do mercado do sexo, demarcando, portanto, sua multiplicidade de relações, modos, sentidos e significados. As análises apresentadas fazem parte de um work em andamento no Mestrado pelo Programa de Pós Graduação em Educação – Uneb, iniciado em 2015 e que tem como título: “Mulheres em circulação: trajetórias, transformações e saberes no cotidiano da prostituição” e cujo objetivo é estudar as trajetórias de vida, socialização, transformação e saberes de mulheres no cotidiano da prostituição. Este work consiste em estudo sobre as sociabilidades construídas por mulheres que exercem a prostituição de rua em Salvador, Bahia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466430183_ARQUIVO_Artigo.RBA.EmSalvador.pdf

Apresentação Oral em GT

Corporalidades em fluxo nos trilhos da prostituição: uma etnografia das travestis e transexuais num bairro periférico de Fortaleza

Francisco Tiago Costa de Castro, Leonardo Damasceno de Sá

Na vida diária de um bairro periférico da zona oeste de Fortaleza, quando anoitece, mulheres, travestis e transexuais desfilam em exposição numa área próxima da estação ferroviária, conhecida popularmente como "trilho". Trata-se de uma área estigmatizada como lugar de prostituição, práticas de assaltos e também homicídios. Dessa forma, parte dos moradores e passantes, além dos agentes policiais e outras instâncias de

controle social, classificam as pessoas que fazem ponto nesses locais como perigosas, o que se torna uma marca decisiva para as ações de gestores públicos no modo como lidam ou ignoram as demandas provenientes das pessoas dessa territorialidade em conflito. O objetivo deste paper é descrever e analisar as corporalidades das travestis e transexuais a partir de suas falas no universo da prostituição do "trilho", no modo como elas se imaginam nesse enfrentamento cotidiano às práticas de divisão a que estão assujeitadas, mas contra as quais desenvolvem agenciamentos próprios de poder e desejo, o que se expressa simbolicamente em suas imaginações, desejos e medos. Argumentamos a favor de uma compreensão acerca das zonas de meretrício de travestis e transexuais para que estas sejam percebidas não apenas como lugar de work sexual e sim como espaços de visibilidade, sociabilidade e aprendizado dos processos de construção do corpo das travestis no espaço público. Dessa forma, privilegiamos uma opção teórico-metodológica que procura apreender os fenômenos sociais através do corpo, sendo este o acesso e o significado do mundo social. Os dados foram produzidos por uma pesquisa etnográfica em andamento com as travestis e transexuais que fazem ponto no "trilho", além de uma gama de atores sociais que espacializam suas ações nesse lugar. No "trilho" foram encontradas travestis e transexuais em diferentes estágios de transformação corporal, desde "traveção" a "barbie". Algumas delas trazem em seus corpos sinais de violência que permeia o cotidiano de quem vive da prostituição de rua. Tal violência se manifesta de diferentes formas e envolve outros indivíduos. Logo, ao mesmo tempo em que esse território se constitui num espaço onde se aprende os métodos e técnicas de transformação do corpo, as formas corporais classificadas por elas como mais apropriadas, e onde se validam os seus desejos de transformação corporais, é também o lugar de estigma, de desvalorização, de marginalização, tendo em vista que nos discursos de outros indivíduos não há qualquer referência que as valorizasse enquanto cidadãs. Tal percepção se coloca como desafio à gestão pública, no sentido de garantir o acesso serviços e programas sociais, tendo em vista que as transformações que elas fazem sobre o corpo são realizadas à margem dos sistemas de saúde, por exemplo.

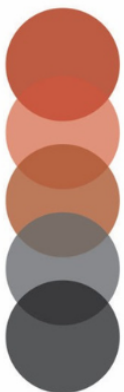
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466452065_ARQUIVO_Corporalidades-em-fluxo-nos-trilhos-da-prostituicao-Tiago-e-Leonardo-RBA-2016.pdf

Pôster em GT

Cidade imaginada, cidade existente: processos de renovação urbana e prostituição no Rio de Janeiro

Guilherme Alef da Costa Carvalho, Lucas Bernardo Dias

Esse work visa olhar a cidade do Rio de Janeiro a partir de suas ruas e da sociabilidade erótica que nelas têm lugar. Não se trata de qualquer rua, mas aquelas próximas às gares, ao porto, às grandes avenidas que levam e trazem trabalhadores provenientes de municípios vizinhos, bairros distantes ou mesmo outros países. Ruas, portanto, propícias à determinados encontros livres das promessas do amor eterno. Ruas que configuram as chamadas "regiões morais" (PARK, 1967) da cidade e que, nesse caso, concentravam-se na área central de negócios do Rio de Janeiro: próximo ao porto, às gares da Central do Brasil e Leopoldina, às margens da grande avenida Presidente Vargas e, mais recentemente, ao viaduto da Linha Lilás, que desde os anos 1970 passou a ligar a região portuária do Rio com a Zona Sul da cidade. Ali, no então chamado Mangue, uma nova história urbana veio se constituindo na medida em que todo aquele sistema construído foi sendo desmantelado pelo planejamento oficial. A cada investida contra as ruas que acolhiam bordéis, pequenos hotéis e oficinas (com os mais variados serviços dedicados à manutenção do comércio da área central), prostitutas, onanistas, marinheiros, vagabundos, passantes, vendedores ambulantes e outros integrantes desse pequeno e animado universo urbano formavam uma "comunidade de aflição" (Victor TURNER, 1957) que, ao final dos anos 1980, se organizou em uma associação, a primeira associação de prostitutas ("e amigos da Vila Mimosa") fundada no Brasil, para conter a demolição do que ainda restava do casario local. Apesar da grande mobilização, o Teleporto e o Centro Administrativo São Sebastião (CASS), da Prefeitura do Rio, foram finalmente construídos sobre o terreno onde a prostituição carioca havia perdurado durante quase um século.



O apagamento de uma tal memória, contudo, não se faz da noite para o dia. O prédio da Prefeitura, hoje conhecido como “Piranhão”, tornou-se, com esse nome dado pela população, um símbolo da memória do Mangue. Já a chamada Vila Mimosa, que abrigou a prostituição do Mangue em seus estertores, deu nome à nova “zona” reconstruída a poucos metros dali, num setor recôndito da Praça da Bandeira. Ou seja, apesar de todos os investimentos, a “zona” carioca permanecia no imaginário da cidade e, por conseguinte, no desejo de seus habitantes, sendo, assim, recriada a sua velha ambiência em setor contíguo. Nesse work, iremos refazer essa trajetória de construção e reconstrução da “zona de prostituição” do centro do Rio de Janeiro, à luz das políticas de constituição da área segregada para tal atividade e, também, da mobilização das prostitutas do Mangue para a formulação de uma crítica aos processos de renovação urbana e seus argumentos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466464898_ARQUIVO_ZonaestrategicadaCidade.pdf

Apresentação Oral em GT

Prestadoras de serviço do sagrado: as prostitutas de romaria na festa da Santa Cruz dos Milagres, em Santa Cruz dos Milagres-PI.

Jucilaine Maria de Carvalho

A presença da prostituta em contextos de festas de santos associados à romaria remete há tempos antigos. Em Santa Cruz dos Milagres, cidade do interior do Piauí, os “cabarés”, fazem parte dos ciclos festivos que acontece na cidade em homenagem a santa padroeira Santa Cruz dos Milagres, principalmente na festa de Exaltação da Santa Cruz, em que se festeja a Santa durante dez dias, no mês de setembro. Neste período, o comércio é vivido e efervescente. A presença de prostitutas também é parte do cenário da festa, com intuito de fornecer seus serviços aos romeiros, assim como camelôs, fotógrafos e vendedores de diversos tipos de serviços e mercadorias. O presente work pretende analisar a presença da prostituta no contexto da festa de santo associado a romaria na cidade de Santa Cruz dos Milagres, focalizando nas relações estabelecidas entre romeiro, igreja, prefeitura e bordeis. A prostituição em um contexto de festas de santo associado à romaria é tida como práticas subversoras da ordem, por ameaçar os valores e moral da ética religiosa, implantando o caos em um espaço considerado sagrado. Dessa forma, buscou-se entender como se dá a aceitação das prostitutas, bem como a resolução de conflitos e contradições, no contexto de festa de santo associado a romaria, tento a perspectiva etnográfica como método adotado no desenvolvimento desta pesquisa.

Palavras chave: Prostitutas. Romaria. Festa

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/330_2017-09-08.pdf

Apresentação Oral em GT

Entre a agência e a Indústria do Resgate: etnografia de um Fórum sobre o tráfico e a prostituição feminina

Juliana Cavilha Mendes Losso

Estudos no Brasil (Piscitelli, 2014) apontam para uma discussão que aproxima o tráfico de mulheres da prostituição - altamente combatido e de complexa importância. E, na tentativa de acrescentar e mobilizar reflexões para um tema tão multifacetado, esse paper pretende apresentar uma etnografia de um evento ocorrido em julho de 2015 na cidade de Madison/WI nos Estados Unidos. O Fórum "Social Transformation to End Exploitation and Trafficking for Sex" reuniu acadêmicas, líderes feministas, atuantes de ONG, ativistas e, sobreviventes do tráfico, com o propósito objetivo de desenvolver uma performance de atuação

com as sobreviventes do tráfico humano. Nessa convenção, de dois dias, foram debatidos temas como práticas de cuidado, de acolhimento, de percepção, elaboradas tanto por parte das sobreviventes designadas neste momento de "sobreviventes líderes", quando de parcerias acadêmicas que atuam e pesquisam este tema. Apresentaram e discutiram os protocolos do tráfico, os desafios emergentes, e, as maneiras de reconhecimento da vítima, entre outros conteúdos que orbitam a temática. Para este fim, três "sobreviventes líderes" - reconhecidas nacionalmente, nos EUA - foram chamadas a compartilhar suas experiências, seus dramas e suas histórias. Minha proposta é apresentar categorias construídas/elaboradas neste Fórum que fomentam determinadas práticas utilizadas na promoção da chamada 'Indústria do Resgate' (Rescue Industry), ao mesmo tempo que mobilizam emocionalmente, tanto no sentido de alavancar a coleta de recursos financeiros, quanto de mobilizar sujeitos para esta causa. Este work é resultado de uma pesquisa de cinco meses de pós-doutoramento na Universidade de Wisconsin/UW - Estados Unidos.

Apresentação Oral em GT

Putas politics - Uma reflexão teórica e etnográfica sobre o ativismo de prostitutas no Brasil

Laura Rebecca Murray

Nas batalhas diárias para direitos, as prostitutas ativistas brasileiras tem demonstrado que a sexualidade não é uma arma, é uma política. Baseada em três anos de pesquisa etnográfica no Rio de Janeiro, Belém e Corumbá, utilizo o conceito de "jogos sérios" (serious games) da Sherry Ortner para pensar o Estado e sua relação com o movimento de prostitutas como espaços de criação de arenas públicas, e, portanto, de confrontos sociais, políticos e ideológicos. Argumento que esses campos são caracterizados por uma complexidade orquestrada e caos intencional de parte dos atores estatais, e que as prostitutas ativistas usufruem das ambiguidades e contradições inerentes às subjetividades de "ser puta" para mobilizar instituições e poderes culturais, sociais, políticos, e midiáticos a seu favor. Da mesma forma que pesquisas antropológicas sobre prostituição tem documentado que intercâmbios sexuais nem sempre se enquadram nos conceitos de "work sexual" e "prostituição", concluo que a forma de ativismo do movimento organizado de prostitutas no Brasil tampouco se encaixa nas categorias analíticas sobre movimentos sociais. Em reconhecimento dessa singularidade, denomino a forma das prostitutas fazerem política como putas politics. Uma mistura flexível de iniciativas, putas politics rompe definições fixas de ativismo e procura abolir as divisões entre instituições e a rua; há mais ênfase e investimento em incentivar discussões e ações em esquinas de política e prazer, que incorporar prostitutas em estruturas institucionais de ativismo e do Estado. Estratégico, sedutor, múltiplo, politicamente incorreto e para alguns até contraditório, putas politics desafia hierarquias da sexualidade, fazendo o "imoral" e "inapropriado" visível - e ainda com graça. Por isso, a história entre o movimento e o Estado é de conflitos - de lutas para a legalização da profissão acompanhado de fugas de regulações; lutas contra o HIV/AIDS sem aceitar ser taxadas como "grupo de risco"; e lutas contra o tráfico de mulheres que resistem ao resgate e vitimização. No entanto, argumento que como uma política que se vale da ambiguidade, os processos funcionalistas de higienização, moralização e institucionalização da rua reduziram seu potencial como política na medida que foram ganhando espaço nos campos burocráticos do ativismo nos três municípios estudados.

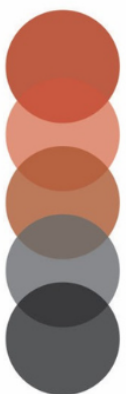
Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467194716_ARQUIVO_Murray_GTProstituicao_ABA2016_VFinal.pdf

Apresentação Oral em GT

Prostituição em comunidades ribeirinhas do Arquipélago do Marajó, Pará: algumas reflexões iniciais

Leonildo Nazareno do Amaral Guedes



Na presente pesquisa foram utilizadas as categorias “comunidades tradicionais”, “ribeirinho”, “prostituição”, “aliciamento” e “ideologia da decadência”. A categoria “comunidades tradicionais” se refere a grupos culturalmente diferenciados que tem sua existência marcada pela ocupação ancestral de um território do qual utilizam os recursos naturais e produzem a partir dessa interação sua vida cultural, social, religiosa e econômica. Dentre uma diversidade de comunidades tradicionais, optamos pela categoria “ribeirinho”, que é amplamente utilizada na Amazônia para designar o campesinato que reside à margem de vias hidrográficas e que vive da agricultura, extrativismo, pesca, caça e pecuária, bem como da utilização dos recursos da natureza de forma cooperativa e com consciência ambiental. Considerando a realidade do Arquipélago do Marajó, estado do Pará, a partir de 1995, uma mídia nacional passou a veicular com ênfase e frequência reportagens-denúncias sobre mulheres ribeirinhas que estão envolvidas com prostituição em balsas que transportam mercadorias através dos rios desse Arquipélago (sendo o rio Tajapurú sua rota principal). Assim, os jornalistas passaram a argumentar que a prostituição seria consequência da miséria e decadência dessas comunidades. Nesse cenário, a categoria “prostituição” se configura como troca de favores sexuais com um ou mais balseiros (clientes) por bens materiais, com destaque ao óleo diesel e outras dádivas, com as quais se estabelece um contrato entre o balseiro e a mulher ribeirinha (adulta ou adolescente). Ademais, no cenário de Marajó, a categoria “prostituição” está fortemente atrelada à possibilidade, geralmente explícita, de haver uma relação afetiva estável que poderia redundar em casamento. Ressalta-se que as reportagens-denúncias tem focalizado as adolescentes-prostitutas que seriam “exploradas” por seus pais e familiares. Esse contexto foi profícuo para a emergência da ideologia da decadência, a qual é pensada simultaneamente pelas “faltas” e pelas medidas capazes de supri-las. Em suma, o questionamento que a presente pesquisa procurou responder foi o seguinte: é possível falar em prostituição em comunidades ribeirinhas do Marajó como resultado da miséria de populações nativas? A metodologia do presente estudo consistiu basicamente em pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados da pesquisa mostram que as reportagens analisadas enveredam pela perspectiva da ideologia da decadência, pois afirmam que a falta de work, alimentos e energia elétrica nas comunidades ribeirinhas seriam determinantes para a ocorrência de prostituição nas balsas. Para a “resolução” dessa situação social, os jornalistas sugerem a chegada de energia elétrica nas comunidades, tutela do Estado e repressão policial.

Palavras chave: Ribeirinhos. Prostituição. Decadência.

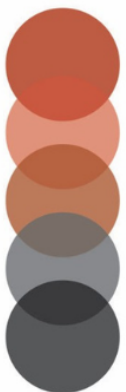
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/435_2016-11-28.pdf

Apresentação Oral em GT

“USAR O CORPO”: economias sexuais de mulheres jovens do litoral ao sertão no Nordeste brasileiro

Loreley Gomes Garcia, Jose Miguel Nieto Olivar Mayrinne Meira Wanderley

Apresentamos um panorama organizado de diversas formas e sentidos da ideia de “usar o corpo” associada a transações entre sexo, afetos e dinheiro, que escapam do conceito de prostituição. O artigo surge de uma pesquisa realizada com mulheres jovens em contextos de prostituição nas cidades de Cabrobó (PE) e Mataraca (PB) no Nordeste brasileiro. As visões, conceitualizações e experiências dessas mulheres traduzem uma prolífera criação de categorias discursivas de diferenciação (Stoebaneu et ali, 2011; Piscitelli, 2013), articuladas a um jogo de moralidades com economias locais/regionais e noções de família. Mostraremos como essas “economias sexuais” (Cabezas, 2009) são descritas pelas mulheres e como se desenha como um caminho possível para compreender, de uma perspectiva de gênero, as economias locais na sua interseção com o mundo do sexo, da reprodução, da conjugalidade e da vida familiar articuladas em um jogo de moralidades com economias locais/regionais e com noções de família.





Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466167190_ARQUIVO_UsaroCorpo.pdf

Apresentação Oral em GT

work sexual e tráfico de seres humanos em Portugal. [1]Desafios éticos e políticos

Mara Clemente

O que acontece quando uma trabalhadora do sexo “torna-se” uma vítima de tráfico? Quais são os desafios éticos e políticos face os quais pode-se encontrar a prática etnográfica no estudo do tráfico e da exploração sexual? Quais são as estratégias para articular um diálogo proveitoso entre os diferentes atores - a academia, a população de trabalhadores sexuais, as vítimas de tráfico, as organizações governamentais e não-governamentais? Nos primeiros anos deste século, a reação de algumas mulheres portuguesas organizadas no movimento das “mães de Bragança” contra a “invasão” da região norte do país por parte de trabalhadoras do sexo brasileiras e, especialmente, a necessidade de adaptação do país às políticas europeias de combate ao tráfico de seres humanos (TSH), atraíram a atenção midiática e política sobre a prostituição e o TSH em Portugal. Era uma altura em que avançava lentamente o work de algumas organizações não-governamentais, que começaram a trabalhar ao lado de um pequeno grupo de organizações católicas historicamente envolvidas na assistência das mulheres com experiência de venda de sexo. Ao longo dos anos manteve-se praticamente inexistente um movimento de trabalhadores sexuais. Mesmo a tentativa de estabelecer uma rede de organizações, trabalhadores do sexo e pesquisadores, parece mover-se ainda hoje com timidez e preocupação em relação à gestão das relações institucionais e dos respectivos financiamentos.[1]A partir de 2007 teve início no país também a construção de um sistema de prevenção e combate ao TSH e assistência às vítimas mas um “barulhoso silêncio” das vítimas – especialmente mulheres, estrangeiras, com uma experiência de exploração sexual – coloca fortes dúvidas em relação ao pleno reconhecimento de uma “victimhood”. Um forte estigma e um paradigma securitário de gestão do tráfico de seres humanos parecem manter essas vítimas fora das estimativas produzidas anualmente a nível ministerial, do sistema Português de assistência das vítimas de tráfico, bem como das limitadas experiências de pesquisa empírica sobre o tema. Atualmente, em Portugal, o status e a etiqueta de vítima de tráfico exclui ou, pelo menos, torna extremamente complexo e excepcional o encontro destas com a pesquisa, colocando numerosas questões éticas e políticas que o artigo pretende analisar dentro de uma reflexão crítica mais ampla sobre a colaboração e as relações complexas entre diferentes atores: a prática etnográfica, a população de trabalhadores do sexo e a das vítimas de tráfico, os agentes governamentais e não-governamentais.

Apresentação Oral em GT

Políticas Públicas e Prostituição Feminina no Mundial de Futebol no Brasil - o caso de Fortaleza

Marlene Teixeira Rodrigues

Neste paper se examina as tendências e desafios das políticas públicas do Brasil para a prostituição, mediante a análise de ações desenvolvidas no Mundial de Futebol da FIFA de 2014. A metodologia incluiu a observação direta e entrevistas com mulheres que se dedicam ao work sexual e também com integrantes de organizações sociais diversas de Fortaleza (CE), envolvidas com o tema da prostituição. Os dados analisados são parte da investigação “Prostituição, Sexualidade e Direitos: um olhar a partir das mulheres prostitutas”, desenvolvida na cidade de Goiânia (GO) e Fortaleza Ceará(CE), com o apoio do CNPq. O enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes apareceu como preocupação central nos discursos dos diferentes sujeitos envolvidos com o evento. Todavia, como observado em países que sediaram edições anteriores do evento, também em Fortaleza foram adotadas medidas de caráter claramente punitivo e criminalizante, transformando em delitos atividades tidas como faltas. O que se viu em Fortaleza, durante este período do work de campo, foi o forte impacto dessas iniciativas na dinâmica da prostituição

envolvendo mulheres adultas e a piora nas condições de work e na segurança das mesmas. O discurso vitimista e abolicionista, direcionado tanto às mulheres adultas quanto às crianças e adolescentes, se mostrou hegemônico, entre as instituições governamentais e também entre organizações feministas contatadas. De um lado, ações de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, desenvolvidas conjuntamente por órgãos do governo e organizações não-governamentais. Paralelamente, em parceria com instituições do sistema de justiça criminal, instâncias governamentais executaram um conjunto de medidas, durante o evento, voltadas ao controle e “regulação” da prostituição envolvendo mulheres adultas. Dado relevante neste cenário foi a ausência de ações capitaneadas por movimentos pró-prostitutas, que historicamente atuaram na cidade.

Apresentação Oral em GT

Segredo da "Prostituição de Luxo" Feminina no Rio de Janeiro

Natânia Lopes

A gestão pública da prostituição não acomoda somente a administração que o Estado faz da profissão, mas os agenciamentos que as próprias prostitutas fazem do seu ofício, no espaço público. Este work se interessa, sobretudo, por esta agência, ajustando o foco antropológico para a observação de como as mulheres prostitutas se relacionam com seu work, diante de suas redes. O recorte feito privilegiou a prostituição dita “de luxo” feminina na cidade do Rio de Janeiro. Entende-se “prostituição de luxo” como uma categoria nativa que se refere a programas consumidos por um público de classe média à alta, variando em torno de 300 Reais a hora do programa e 15.000 Reais a noite, em meios como sites de call girls, bordeis “de luxo” e catálogos de grandes agenciadores de garotas. Em minha pesquisa de doutorado, que fornece a base para as reflexões deste work, concentrei-me na forma mais comum de se tratar a profissão publicamente, entre as garotas pesquisadas, que é fazendo segredo do ofício diante das redes mais próximas como familiares e de vizinhança. O segredo da prostituição traz o privado como objeto de debate público, uma vez que o privado também é público, posto que é objeto de política. O work trata então das formas de se manter segredo da profissão de prostituta, as técnicas e agenciamentos que se fazem deste(s) segredo(s).

Apresentação Oral em GT

La campaña antitrata y las estrategias en el movimiento abolicionista de la prostitución en Argentina

Santiago Morcillo, Cecilia Varela

En los últimos diez años en Argentina la campaña antitrata originada en los países centrales, ha producido un discurso que opera una abrumadora sobresimplificación del funcionamiento del mercado del sexo. Este contexto ha propiciado la reactivación local del abolicionismo de la prostitución, expresada en la multiplicación de eventos, acciones políticas y el surgimiento de organizaciones a lo largo de todo el arco político. En este trabajo buscamos, a través del análisis de algunas expresiones teóricas y de un conjunto de acciones políticas, comprender las dinámicas que organizan al abolicionismo de la prostitución en el escenario local. Nos interesa abordar las prácticas de militancia abolicionista a través de sus retóricas, modos de organización/exclusión y repertorios de acción política. La estrategia metodológica articula la observación participante en eventos académicos y militantes, con el análisis de documentos producidos por organizaciones abolicionistas.

Pôster em GT

Sobre “fazer a vida” e pesquisar numa praça do centro de Maceió

Silas da Silva Ferreira, Nádia Elisa Meinerz Gercy Paloma



O presente work tem como objetivo apresentar, através de uma narrativa etnográfica, o conjunto de trocas subjetivas relativas à sexualidade entre dois pesquisadores/estudantes e um conjunto de mulheres envolvidas na prática da prostituição em Maceió. Ele integra uma abordagem mais ampla do tema, que visa a elaboração de um geodiagnóstico da prostituição em Alagoas em curso desde 2014, explorando as relações entre o território e as estratégias de prostituição feminina. A investigação que originalmente combina técnicas quantitativas e qualitativas de entrevista, vêm sendo aprofundada através de uma inserção etnográfica numa praça localizada junto ao centro da cidade. A “praça das mulheres”, como é nomeada por aquelas que lá “fazem a vida” é marcada por uma intensa circulação de pessoas, principalmente durante o “horário comercial”. O trabalho de campo iniciado em novembro de 2015 é realizado através de visitas semanais, com até seis horas de duração, organizadas a partir de uma alternância entre os dias da semana e os turnos, manhã e tarde. O foco da análise gira em torno do gênero como principal operador de diferença nas relações estabelecida entre as prostitutas e cada um dos pesquisadores. Embora sejam fenotipicamente descritos como um rapaz e uma garota, ambos os estudantes se identificam, tal como as mulheres que batalham, a partir de expressões femininas. Porém, enquanto Silas que se descreve como gay afeminado é incluído num registro de amizade a parentesco, Paloma que compartilha com as mulheres sobre suas experiências homoeróticas será integrada a partir de um vínculo estranhamente ambíguo. Ela, em alguns momentos será percebida como uma concorrente em relação aos olhares e desejos masculinos, e outros como uma parceira potencial, sobre a qual são investidas incisivas tentativas de conquista. Nesse sentido, a implicação das trocas relativas à sexualidade estabelecidas no campo remetem tanto a uma problematização das estratégias metodológicas relacionadas a abordagem das práticas de prostituição como objeto de pesquisa quanto a um adensamento das formas de socialidade e das expressões de gênero que permeiam um tipo específico de “situação de rua”.

Apresentação Oral em GT

Memórias das esquinas: a trajetória de prostitutas na “batalha” pelas ruas do bairro da Campina, Belém/ PA

Silvia Lilia Silva Sousa

No presente work volto meu olhar à prostituição no contexto urbano belenense, especificamente ao bairro da Campina, área central da cidade de Belém/ PA, onde predominou entre os séculos XIX e XX o centro da boemia e o principal ponto de prostituição da cidade. Neste bairro foi construída no ano de 1921 a famosa zona do meretrício, também conhecida como “quadrilátero do amor”, fechada na década de 1970 pelo governo militar. Este artigo se propõe compreender as relações que mulheres prostitutas mantêm com o bairro estudado, levando em consideração suas trajetórias, memórias e lutas. Sendo assim, percebo que por entre as esquinas, boates e pensões emergem histórias que povoam as memórias (Halbswachs, 1996) destas mulheres, narrativas que permitem refletir sobre diferentes interpretações quanto a cidade, portanto outras formas de sociabilidade e de experienciar a urbe. Voltar-me às trajetórias de prostitutas é fundamental para que eu possa lançar o olhar ao outro no contexto urbano que experiencia a cidade a sua maneira, e que é sujeito nos processos de transformações dos espaços, mas que ao mesmo tempo, paradoxalmente, alguns fazem questão de não enxergar e são os principais alvos das medidas higienizadoras ditas revitalizadoras (JACQUES, 2012) na urbe amazônica. É válido ressaltar que esta pesquisa privilegia as narrativas de antigas prostitutas da área, em grande maioria associadas ao GEMPAC (Grupo de Mulheres Prostitutas do Pará), entidade não governamental que se articula há mais de 25 anos em prol dos direitos da mulher prostituta. Entender como a cidade pode ser interpretada a partir de múltiplas perspectivas é uma forma de perceber os diversos usos que os habitantes fazem dela ao longo do tempo. Compreender aspectos desse processo a partir das narrativas de prostitutas é também lançar o olhar para as margens, para as táticas (Certeau, 19994) de permanências na urbe belenense. Maneiras de burlar, protestar e enfrentar os preconceitos e as violências que sofrem no



exercício da profissão. Nesta perspectiva, direciono meus estudos a quem esteve e está ali todos os dias, quem vive, circula, observa, luta e é sujeito com agência no processo de transformação do bairro estudado.

Apresentação Oral em GT

Cidades imaginadas, cidades existentes: prostituição e a produção de uma narrativa crítica urbana

Soraya Silveira Simões

Os movimentos sociais urbanos em cidades brasileiras têm reivindicado sobretudo moradia e work, além da gestão mais democrática e integrada dos serviços públicos de transporte, sobretudo em regiões metropolitanas. Esses movimentos têm construído, de maneira bem articulada, uma crítica global ao neoliberalismo e à mercantilização das cidades e, com eles, aos sistemas políticos transformados em bolsas de valores nas câmaras legislativas municipais, estaduais e federal. Dentre esses movimentos urbanos formuladores das críticas endereçadas à globalização e à cidade-commodity, destacamos aquele animado pelo « direito à rua », ao espaço público, à certos horários e formas de encontro: o movimento de prostitutas. Sua luta, deflagrada pela violência policial, em particular, tem como agenda o direito de performance nas ruas, calçadas e esquinas, sendo portanto por um « direito à ação » (entendida como « work ») que prostitutas hoje, no Brasil, se mobilizam. No Brasil, nos anos 1950 e 1960, era o Estado quem promovia a destinação de certas populações para local segregado através de decretos, programas e leis. No caso da prostituição, as chamadas « zonas de tolerância » foram sendo demarcadas e densificadas nesse período, em várias cidades brasileiras de médio e grande porte (Fortaleza, Marabá, Curitiba, Belo Horizonte, São Paulo, São Luiz, Rio de Janeiro, Natal, Uberaba, Campinas) e essa política de segregação e controle foi amplamente tratada na bibliografia acadêmica brasileira. Hoje, as associações de prostitutas espalhadas pelo país desenvolvem, cada uma, uma crítica de seus contextos urbanos e é através desses olhares que podemos enxergar os expedientes variados – e simbólica e fisicamente violentos – da expansão do capital. Expulsões, perseguições, ameaças e demolições são tramas desse enredo que, do ponto de vista oficial, visa promover o « desenvolvimento das cidades ». O histórico de aprendizagem com o arbítrio do poder público forjou, portanto, um movimento contestador de muitas políticas da cidade e de medidas que visam regular sobretudo os comportamentos para instaurar, com isso, uma ética e uma estética da cidade encarnadas em seus habitantes. E é a partir do movimento brasileiro de prostitutas e, em particular, de suas mais recentes ações de protesto, com demonstrações eloquentes de um embodied knowledge, que pretendemos abordar as críticas por elas formuladas e algumas experiências de liminaridade nas cidades brasileiras para, com isso, ressaltar a produção de narrativas sobre políticas de urbanização e de segurança pública no Brasil que obscurecem os avanços conquistados por esse sujeito no campo dos direitos sociais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466029057_ARQUIVO_plannedcities.realcities.pdf

GT 002: Agenciamentos sociais e políticas públicas de saúde: cruzando e confrontando perspectivas

Esta proposta visa reunir pesquisas que confrontem experiências, agenciamentos sociais e resistências face a práticas estatais ou governamentais de gestão da vida, traduzidas em políticas públicas de saúde. Serão discutidos três eixos articulados: 1) Abordagem das diferentes dimensões que envolvem as ações do Estado, como os processos de institucionalização e/ou desinstitucionalização, as redes de atendimento, as políticas de acesso a serviços, etc. Pensar esse “Estado em ação”, que cria mecanismos disciplinadores, em sua perspectiva universalista, e discricionários, em seus modos desiguais de distribuição de direitos, é também tentar perceber as dialéticas entre cuidado e controle, dependência e autonomia; 2) Abordagem dos agenciamentos sociais, das



práticas de auto-cuidado, dos saberes locais e tradicionais, experiências religiosas, espirituais e de cura ritual, para problematizar a relação entre a produção da verdade e estratégias de sujeitos e coletividades para vivenciar e agenciar processos de saúde-adoecimento; 3) Abordagem do fazer etnográfico como ferramenta para refletir sobre experiências sociais e políticas públicas no contexto da saúde mental, da saúde sexual e reprodutiva, de práticas corporais de higiene, da alimentação, entre outras temáticas. A articulação desses três eixos visa a pensar os desafios e os diálogos possíveis entre a antropologia e o Estado, no que concerne às políticas públicas e agenciamentos sociais no campo da saúde.

Érica Quináglia Silva (Universidade de Brasília) e Sônia Weidner Maluf (Universidade Federal de Santa Catarina) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

Saúde, Higienismo e Eugenia – agenciamentos, acolhimento e cuidado destinados à População em Situação de Rua

Aline Ramos Barbosa

Esta comunicação tem como base a minha pesquisa de doutoramento, que busca acompanhar – com pesquisa de campo de inspiração etnográfica – o acolhimento da população em situação de rua visando à intersectorialidade do cuidado entre Assistência Social e Saúde num município de pequeno porte (Jaboticabal-SP). Diante da pesquisa de campo e de reflexões teóricas, busco aqui apresentar algumas considerações a respeito da intersecção entre Saúde, Eugenia e Higienismo, seja em sua matriz histórica, seja em sua representatividade ainda cotidiana. Busco discutir quais as nuances do “fazer viver” estabelecido pela biopolítica e seus diversos agenciamentos. Neste caso, os agenciamentos envolvem a articulação da Saúde, da Assistência Social e, também, da Segurança Pública, haja vista programas nacionais como o Crack – é preciso vencer. Minha pesquisa concentra-se no acompanhamento à articulação entre Assistência Social e Saúde Coletiva. Penso, então, estas questões a partir do corpo populacional (População em Situação de Rua), do corpo individual (o sujeito atendido) e, também, o corpo biológico (o limite corpóreo inscrito no atendimento).

Apresentação Oral em GT

Saúde, adoecimento e itinerários terapêuticos de pessoas atingidas pela hanseníase em Teresina, Piauí

André Igor Oliveira Prado, Eliana E. Diehl

A hanseníase é uma das doenças marcadas para eliminação no mundo. Em 2006, foi considerada erradicada em 116 dos 122 países que a tinham como problema de saúde em 1991. No entanto, sua transmissão permanece ativa no Brasil, ainda afetando milhares de pessoas, em especial nas regiões Norte e Nordeste. Para compreender essa problemática, buscamos descrever os processos de saúde-doença-atenção (s-d-a) sob a perspectiva dos sujeitos afetados pela doença que vivem em Teresina, Piauí, onde a endemia é considerada muito alta. A pesquisa teve caráter observacional descritivo, de cunho etnográfico. Participaram da pesquisa pessoas com hanseníase, profissionais de saúde, voluntários do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan) e gestores dos níveis municipal e estadual envolvidos no controle da doença. Os dados foram coletados entre outubro de 2014 e setembro de 2015, por meio de observação participante, entrevistas semi-estruturadas e entrevistas etnográficas. A descrição dos itinerários terapêuticos e dos processos de adoecimento e cura destacou dois principais aspectos: a influência, no processo s-d-a, do estigma social e historicamente construído em torno da doença, ou sickness; e a estratégia de autoajuda



organizada por meio do Morhan para enfrentar a sickness. Os sujeitos articulam diferentes formas de atenção à saúde, utilizando a rede oficial de serviços de forma diferente da planejada pela gestão, considerando suas concepções e experiências de adoecimento, compartilhadas através do Morhan. Os principais fatores que influenciaram essa reorganização foram a busca por um atendimento acolhedor mais eficaz e a maior facilidade de acesso aos serviços e aos medicamentos. Algumas contradições com o discurso dos gestores foram observadas, como a afirmação de que a rede funciona de forma hierarquizada, com foco no nível da Atenção Básica de Saúde (ABS) e com serviços de referência no nível municipal e estadual, em contraponto à má qualidade das ações na ABS relatada pelos sujeitos e a procura direta por serviços de referência. As variadas formas de atenção e autoatenção à saúde articuladas pelas pessoas com hanseníase, juntamente com os aspectos mais amplos do adoecimento, têm sido desconsiderados pela biomedicina no processo do cuidado. A importância da autoatenção, especialmente na forma de autoajuda articulada pelo Morhan, aponta para a necessidade de visibilizar e legitimar nas políticas de saúde esta e outras estratégias construídas por estes sujeitos para superar o sofrimento.

Trabalho completo: [https://www.abant.org.br/files/1467725382_ARQUIVO_ArtigoABA\(2\).pdf](https://www.abant.org.br/files/1467725382_ARQUIVO_ArtigoABA(2).pdf)

Apresentação Oral em GT

Tecendo a rede comunitária de cuidado em saúde mental: a experiência de um Centro de Atenção Psicossocial

Antônia Iara Adeodato, João Tadeu de Andrade

Neste work objetivamos abordar a mudança no modelo de tratamento destinado aos portadores de transtornos mentais, através da análise da formação e estruturação de uma rede comunitária de cuidados, organizada em torno do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do bairro Jardim América, localizado no município de Fortaleza, Ceará. Tal rede é constituída pelos profissionais do CAPS do Jardim América, por sujeitos classificados como portadores de transtornos mentais e seus familiares, além de associações civis e comunitárias. Na construção deste objeto, fomos instigados pela premissa de que o CAPS, definido como porta de entrada dos serviços de saúde mental, pressupõe incluir no conjunto de suas ações tanto intervenções junto a outros dispositivos institucionais (no âmbito da saúde e das outras políticas setoriais), como práticas em associação com redes sociais não clínicas, as quais fazem parte do cotidiano das pessoas portadoras de transtornos mentais: escola, igreja, movimentos sociais, dispositivos socioassistenciais e jurídicos, instituições de esporte, lazer, cultura, dentre outros. Partindo desse pressuposto, compreendemos que analisar este novo modelo de tratamento destinado aos portadores de transtorno mental denota considerar os fatores externos ao indivíduo e que estão presentes em seu cotidiano, em hábitos de vida e em práticas de sociabilidade. Com efeito, buscamos de modo particular: 1) identificar as práticas institucionais do CAPS do Jardim América; 2) mapear a rede comunitária de cuidados vinculada a esse CAPS; 3) analisar as relações que os usuários do serviço estabelecem com os profissionais de saúde, seus familiares e demais envolvidos no processo de cuidado (membros de associações e cooperativas de bairro, integrantes de igrejas, amigos, vizinhos). Para a concretização desta pesquisa, realizamos uma abordagem etnográfica do CAPS, através de uma “descrição densa” da dinâmica e da lógica cotidiana, das práticas e relações de poder entre profissionais, usuários, familiares e demais cuidadores dentro do espaço institucional, desenvolvidas no processo de triagem, nos grupos terapêuticos, nas oficinas e reuniões interdisciplinares, sendo analisadas as tensões e ambiguidades próprias deste sistema de relações. Como resultados observamos que: 1) a rede comunitária de cuidados vinculada ao CAPS se estrutura a partir das tensões existentes entre as sociabilidades cotidianas dos usuários e as práticas institucionais de tratamento; 2) apesar da mudança do modelo de tratamento, as redes sociais dos portadores de transtorno mental continuam fragilizadas, seja por motivo de internação, exclusão social ou proteção familiar; 3) as práticas representativas do hospital psiquiátrico ainda estão presentes no cotidiano dos usuários do CAPS.



Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466372113_ARQUIVO_work30rba.pdf

Apresentação Oral em GT

A Experiência de Viver com Doença Falciforme na Amazônia: Discussões sobre Assistência, Racismo Institucional e Identidade Social no Estado do Pará

Ariana Kelly Leandra Silva da Silva, Hilton Pereira da Silva

A Doença Falciforme (DF ou Hb S) é a doença genética que mais ocorre no mundo. No Brasil, cerca de 3.000 crianças nascem por ano com DF. No Estado do Pará, a prevalência é de 1% da forma sintomática, a Anemia Falciforme (Hb SS). São pessoas que vivenciam fatores clínicos, familiares e institucionais no convívio com a doença, englobando questões biossociais e políticas, analisadas pelo viés da Bioantropologia. Na Fundação Hemopa/Belém, 45 pessoas com DF foram investigadas a respeito do seu cotidiano, envolvendo sintomas, acesso a serviços, preconceitos, tratamentos, cuidado e autoidentificação no quesito raça/cor, elementos da experiência de viver com uma doença crônica "racializada" no Pará. A pesquisa etnográfica durou 8 meses de diálogos com as pessoas, profissionais e serviços de saúde. Após aprovação na Plataforma Brasil, munidos do TCLE, aplicamos formulário semiestruturado e entrevistas no Hemopa, com observação participante. A Antropologia da Doença, que analisa as agências de ter uma enfermidade (Laplantine 2004), a abordagem biocultural sobre Illness/Disease, entendendo a DF como de caráter genético, com complicações biológicas e clínicas ao longo da vida que, por sua natureza biocultural, interferem na sociabilidade da pessoa com o agravo (Silva 2012; Jackson 2000; Silva 2009) e as perspectivas sobre raça e racismo no Brasil (Munanga 2003, 2004) embasaram o estudo. Descrevem o seu dia-a-dia como difícil devido as complicações da doença, tanto nos processos clínicos de transfusões, crises de dor, internações frequentes, deslocamentos do interior para a capital para atendimento e apoio familiar, quanto na dificuldade de diagnóstico, ausência de cuidados e insensibilidade dos profissionais de saúde, que os classificam como "doentes", "viciados" e criam barreiras, afetando suas condições de vida/saúde. O racismo/racismo institucional foram identificados nas falas: esta "é uma doença que vem de pessoas negras da África", "fui aconselhada a não ter mais filhos porque pode nascer doente" e o constrangimento dos profissionais em inquirir sobre a raça/cor. Os dados indicam que 82% das pessoas se autodeclararam negras ou pardas, processos identitários que devem ser considerados nas análises de saúde, que tem sido negligenciados. A DF é um fenômeno humano complexo e as pessoas necessitam de maior apoio do Estado, devendo elaborar Políticas Públicas eficazes para o tratamento dos sujeitos, que vivenciam limitações financeiras, racismo e dificuldade de acesso aos serviços/profissionais de saúde. O SUS deve proporcionar maior atenção a essas pessoas, ofertando Educação Continuada aos profissionais, a fim de melhorar a qualidade de vida dos sujeitos fragilizados pela DF, cuja inadequação do atendimento é causa de suscetibilidade à Saúde da População Negra.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467313686_ARQUIVO_AExperienciadeVivercomDoencaFalciformenaAmazoniaAKSABA2016.pdf

Pôster em GT

Práticas, processos e itinerários terapêuticos: experiências relatadas pela Doutora Raiz

Cristina Diógenes Souza Bezerra

O seguinte work aborda as práticas terapêuticas populares associadas à saúde e alimentação por meio de pesquisa etnográfica dos saberes locais suscitados por Dona Francisca, conhecida como Doutora Raiz no bairro que habita, Pium, Parnamirim, estado do Rio Grande do Norte. Esse estudo se volta para os fatores de legitimidade do que produz e reconhecimento da eficácia terapêutica dos lambedores, garrafadas, chás etc.



Interligando fatores como crença e conhecimento para a cura, demonstra estratégias de sobrevivência aprendidas no passar das gerações, num universo marcadamente feminino, que é o do cuidado. Nesse caso, voltado para as ervas da terra, termo utilizado por ela para explicitar esse conhecimento que muitas pessoas não têm sobre o poder curativo das plantas que nos rodeiam. Percebendo a trajetória de vida de Dona Francisca, vemos sua prática campesina desde a infância associada à utilização das plantas para terapias (fitoterapia), constituindo assim um habitus do modo de curar distinto do alopático, da medicina oficial. Essa experiência também demonstra a interação entre o saber local e o saber que se pretende global. Numa trama de conflitos, mas também de interdependência, tendo em vista a influência da OMS na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, que deu a relevância devida à fitoterapia revelando desde a Declaração Alma-Ata em 1978 que 80% da população mundial usa esse recurso para cura. Ademais essa terapia que me refiro que acontece para além do ambiente hospitalar, e se baseia também na fé para ser eficaz. Assim foco nos itinerários terapêuticos percorridos nas experiências de doença que ela vivenciou. Nessa busca por compreender os agenciamentos sociais que compõem a rede terapêutica local em análise.

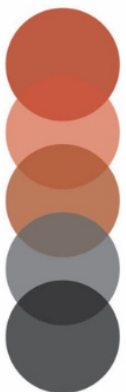
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466474839_ARQUIVO_workcompletoRBA-CristinaDiogenes.pdf

Apresentação Oral em GT

Políticas Públicas Sobre Drogas no Brasil: “A Rede de Acolhimento para Dependentes Químicos do Rio de Janeiro”

Emanuel Luz e Silva

O objetivo desse artigo será o de apresentar algumas reflexões iniciais a respeito de uma investigação empírica, oriunda da tese de doutorado em andamento, sobre a “Rede de Acolhimento para Dependentes Químicos do Estado do Rio de Janeiro”. Essa rede é composta, segundo o secretário de prevenção à dependência química, Filipe Pereira, por quatro Centros de Acolhimento Regionalizado Álcool e Drogas (CARE-AD), bem como por dez Comunidades Terapêuticas contratadas pelo governo do Estado. Ambos esses programas totalizam quinhentas e quatorze vagas para tratamento da drogadicção (Subsecretaria de Comunicação Social-RJ, 09/06/2015). Em um plano mais geral, essa proposta é relevante à medida que lida com um problema de dimensões globais, como demonstram os relatórios sobre drogas da UNODC (2014) e da FIOCRUZ (2014). A dependência química tem suscitado uma série de intervenções políticas, de ONGs e diversos grupos religiosos, o que nem sempre tem sido administrado da melhor maneira, como demonstra o relatório nacional do Conselho Federal de Psicologia (2011) após uma inspeção em diversas clínicas de recuperação no Brasil. Dentre as vagas para tratamento da addiction, as comunidades terapêuticas, geridas por instituições religiosas, são as que ofertam o maior número. Os principais problemas suscitados nessas instituições são os maus tratos, os abusos de poder, as condições impróprias de estadia, a ausência de médicos, psicólogos e assistentes sociais para lidarem com as vulnerabilidades e dores humanas que atravessam a porosidade dessa problemática. Articulam-se assim, através dessa paisagem descritiva, as ações religiosas e políticas para lidar com esse problema de saúde pública. Algumas das questões teóricas que pretendemos mobilizar para estabelecermos algumas pistas explicativas para esse fenômeno são: 1) as contribuições socioantropológicas a respeito dos aspectos socioculturais dos usos das “drogas”, bem como a relação entre a drogadicção e os distintos tratamentos em clínicas de recuperação (McDonald, 1994; Giddens, 1995; Davies, 1997; Velho, 1998; MacRae e Simões, 2000; Schaler, 2000; Vasconcelos, 2003; Loek, 2006; Becker, 2008); 2) a produção na área de ciências sociais a respeito das categorias de análise do ‘sofrimento’ e da ‘dor’, do ‘corpo’ e da ‘corporeidade’ de modo a relacioná-las aos usos das “drogas” e a dependência química (Kleinman, Das & Lock, 1997; Duarte, 1986; 1993; 1998; Throop, 2010; Mauss, 2004; Strathern, 1996; Latour, 2004; Csordas, 2008).



Apresentação Oral em GT

Saúde mental, holismo terapêutico e políticas de saúde: pensando sobre saúde/doença e etnografia em uma clínica-dia

Fernando José Ciello

A presente reflexão emerge de pesquisa de caráter etnográfico realizada entre 2011 e 2013 em uma clínica-dia do sul do Brasil. A problemática central é o encontro entre categorias locais envolvendo "holismo terapêutico" e as políticas de saúde do campo da saúde mental, especialmente a proposta central da reforma psiquiátrica. Por se tratar de uma unidade que se vincula a uma proposta local tida como mais complexa, holística, multiprofissional, a clínica-dia faz uma leitura específica sobre as propostas da reforma psiquiátrica e de como esta, por sua natureza, demandaria do serviço de saúde a adoção de modalidades de tratamento abrangendo conjuntamente várias esferas do humano (espirituais, biológicas, sociais, etc). A proposta deste work é construir uma reflexão antropológica deste ambiente de cruzamento de experiências terapêuticas, tendo em vista a problematização local da reforma psiquiátrica e a emergência, nesse contexto, de uma concepção de pessoa alinhada com questões atuais envolvendo a relação entre saúde e religiosidade. Como reflexão paralela pretende-se esboçar uma contribuição para a etnografia de serviços de saúde mental a partir da experiência de pesquisa em questão.

Apresentação Oral em GT

“Um corpo mar gerado, mar formado é um corpo doente, sim senhora”: os resguardos de corpo e de boca e a construção de corpos saudáveis no Baixo Amazonas

Maria Audirene de Souza Cordeiro, Maria Audirene de Souza Cordeiro (autora)
(PPGAS/UFAM/FAPEAM/INCT Brasil Plural) audirenecordeiro@gmail.com *Deise Lucy Oliveira Montardo (co-autora)* (PPGAS/UFAM/FAPEAM/INCT Brasil Plura

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa de campo sobre os quarenta dias de resguardo de sete mulheres da cidade de Parintins (AM). O estudo faz parte de uma pesquisa de doutoramento, realizada desde 2014, sobre as práticas não institucionalizadas de cura na zona urbana do município. As interlocutoras dessa fase do estudo são migrantes ribeirinhas e filhas de migrantes ribeirinhos(as). Neste texto, desvelamos como os “resguardos de corpo e de boca” – conjunto de interdições às quais a mãe e o pai estão sujeitos - podem ser entendidos como ritos liminares. Para tanto, explicitamos os cuidados e os procedimentos adotados pelos membros da família nuclear para assegurar a construção de corpos saudáveis aptos a exercer a função social para qual foram gerados. De acordo com a exegese local, é nessa fase que o corpo da cunhantãe-mulher é preparado para tornar-se mulher-mãe; o do(a) recém-nascido(a) para ser criança; e do curumim-grande para ser homem-pai. O work registra ainda as estratégias adotadas pelas famílias para driblar os cuidados impostos pelas agentes de saúde do SUS em relação aos(as) recém-nascidos(as) e, conseqüentemente, manter os cuidados intrínsecos ao modo de vida local.

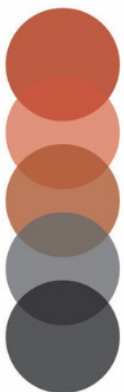
Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467322876_ARQUIVO_UMCORPOMARGERADOMa.AudireneCordeiroDeiseMontardo.pdf

Apresentação Oral em GT

Políticas de Formação/Qualificação do Agente de Saúde Indígena: confronto de perspectivas entre o direito à atenção diferenciada e a homogeneização dos processos de work

Maria Luiza Garnelo Pereira, Luiza Garnelo Sully Sampaio Ana Lúcia Pontes



O texto analisa situações de confronto de perspectivas entre líderes do movimento indígena e agentes indígenas de saúde, frente às políticas e estratégias da Secretaria Especial de Saúde Indígena, através do DSEI Rio Negro, voltadas para os processos de qualificação de agentes indígenas de saúde engajados nas ações de atenção primária em saúde desenvolvidas na região do Alto Rio Negro, Noroeste da Amazônia Brasileira. O objeto da discussão gravita em torno das premissas, estratégias de desenvolvimento e de organização do work que orientaram um processo formador voltado para conjunto dos agentes indígenas de saúde que atuam no Alto Rio Negro e as orientações emanadas do gestor federal da Política Nacional de Saúde Indígena, que prioriza estratégias de gestão da força de work voltadas para a padronização da organização do work e da atuação do trabalhador indígena, ignorando as especificidades locais, culturais e etnopolíticas do mundo indígena. O curso visava formar os agentes de saúde como técnicos de nível médio, promovendo a escolarização dos participantes desde o ensino fundamental até o pós médio em saúde, construindo simultaneamente uma matriz curricular voltada para o fortalecimento da agência política dos participantes indígenas e para um perfil de atuação de vigilância e promoção da saúde mediante estratégias culturalmente sensíveis, e intimamente articuladas às prioridades da organização política das etnias envolvidas na proposta. Tal perfil, congruente com os singularismos e localismos que demarcam o pensamento indígena, mostra-se desafiador a uma ação de Estado marcada por uma perspectiva universalista e uma atuação disciplinadora, que subsume o local ao geral, favorecendo a tecnocracia em detrimento da ação política dos atores do work em saúde nos distritos sanitários. A análise aqui conduzida enfoca justamente o confronto de perspectivas na arena política instituída em torno do processo formador.

Apresentação Oral em GT

Negociações do corpo: Reflexões sobre o acesso ao aborto legal em uma maternidade Potiguar

Maynara Costa de Oliveira Silva, Rozeli Maria Porto

Entre os ramos da saúde reprodutiva o aborto ainda é um dos temas que está sempre em evidência, no Brasil, hoje, existem permissibilidades para a realização de alguns procedimentos de abortamento, o chamado aborto legal previsto no Código Penal Brasileiro – em casos de violência sexual será assegurado o direito da mulher optar por interromper a gestação - todavia mesmo que essa chamada permissão esteja garantida por lei, ainda encontra-se morosidade na garantia do seu procedimento, haja vista que o profissional da saúde pode se escusar de praticar tal ato em virtude das suas crenças morais ou religiosas, isso seria o que os códigos de ética trazem como “objeção de consciência”. A mulher que procura realizar o abortamento tem seus projetos pessoais, assim como o profissional tem a agência de poder, o que pode ocasionar situações em que a objeção de consciência é acionada em decorrência das representações que os sujeitos laborais têm sobre o aborto legal de acordo com suas vivências pessoais. Então, deste modo, tanto a mulher que procura o procedimento, quanto os profissionais que acolhem estão entrelaçados as relações de poder e de agência individual (ORTNER, 2011). Ou seja, mesmo o procedimento sendo garantido por uma lei e assegurado em portarias ministeriais, ainda encontra-se embargos de impedimento quando diz respeito a sua prática dentro das instituições hospitalares de referências, com programas de apoio a estas mulheres, em razão da subjetividade dos agentes públicos. O presente artigo versará acerca de uma pesquisa de campo em andamento dentro de uma maternidade referência em procedimentos de abortamento legal na capital do Rio Grande do Norte, em que busca-se observar a representação dos profissionais de saúde sobre as práticas de aborto legal, como também verificar como se dar os usos e desusos da objeção de consciência a luz dessa prática. Para tanto estará ancorado em referências bibliográficas que abordam temáticas como: antropologia do corpo e da saúde, direitos reprodutivos e sexuais, e maternidade.

Trabalho completo:

[https://www.abant.org.br/files/1466470826_ARQUIVO_NEGOCIACOESDOCORPO.RBAdocxmaynara\(2\).pdf](https://www.abant.org.br/files/1466470826_ARQUIVO_NEGOCIACOESDOCORPO.RBAdocxmaynara(2).pdf)





Apresentação Oral em GT

"Se eu dou o que é meu, por que eu não vou dar o que é do governo?" - Entre o programático e o pragmático no cuidado à saúde.

Natalia Alves Cardoso Orlandi Silveira

Este work se propõe a analisar ao menos duas das facetas do tratamento à saúde, aqui denominadas de programática e pragmática. O contexto será o work etnográfico realizado na zona rural de um município do agreste pernambucano. Um ambiente sui generis que reúne em um mesmo espaço uma residência, uma casa de parto e um Posto de Saúde da Família. A proprietária: uma líder comunitária que há muito exerce papel de referência no cuidado à saúde e manejo de outras esferas da vida social, esta mesma mulher se firmou e capitalizou sua fama de parteira tradicional da região, além de trabalhar há mais de 20 anos como agente comunitária de saúde. É a esta figura que atribuo a faceta pragmática do cuidado à saúde. A outra, a programática, ficando a cargo dos e das distintas profissionais que atuam neste posto de saúde, quais sejam uma médica cubana do Programa Mais Médicos, uma enfermeira, uma auxiliar em enfermagem e quatro agentes comunitárias de saúde. Entendo como programáticos os processos de cuidado pelos quais não só perpassam, mas se firmam nas normas padronizadas de determinação estatal (legislações, procedimentos, cursos de formação, formulários, fichas, encaminhamentos, agendamentos, receituários, dentre outros); as pragmáticas sendo aquelas que visam e levam em conta prioritariamente o bem estar daqueles que se apresentam em busca de auxílio no cuidado a sua saúde, e se utilizam de variadas estratégias a fim de atendê-los. A explanação em dois grupos constituindo apenas método de exegese acerca das relações e conflitos, não pretendendo, portanto, pensá-los enquanto polos autônomos e independentes que não se influenciam mutuamente. Neste contexto o Estado, por meio de sua agência na qualidade de regulador das práticas de saúde do espaço institucionalizado (Posto de Saúde), serve ao mesmo tempo como censurador e condição de possibilidade para que as práticas oficiosas de saúde sejam também manejadas (como a distribuição de medicamento). A lógica inerente aos programas sociais com base na estratégia da Saúde da Família é de aproximação do cuidado via intermediação dos agentes comunitários da saúde acabando por ocasionar tal complexidade em que relações de informalidade são submetidas a regras formais. É nesse hiato que surgem as inventividades e, por conseguinte, questões quanto à efetividade de políticas e seus múltiplos entendimentos, que problematizam noções de público, privado, estatal, coletivo, oficial, e tradicional, questões essas que agora são atravessadas por outras dimensões de entendimento e controle, advindas com o início do Programa Mais Médicos e, posteriormente, com a presença de uma etnógrafa.

Apresentação Oral em GT

Controvérsias e assertivas entre a população de rua que faz uso de drogas e políticas públicas de saúde: um estudo etnográfico em Belo Horizonte.

Regina de Paula Medeiros, Janaina Fernandes Drumond Cetlin; Carlos Eduardo da Silva

O autocuidado ou controle de si no campo da saúde tem sido um tema motivador de debates científicos, políticos e na sociedade em geral, especialmente por que implica um saber e poder popular construído e reproduzido nas relações cotidianas, nas experiências individuais e coletivas e na interpretação do sujeito sobre o mundo, o adoecimento e saúde. Os grupos sociais que se organizam ancorados na solidariedade e ajuda mútua e no auto cuidado confrontam com os modelos biomédicos e com as políticas públicas de saúde amparadas no saber técnico científico para a apropriação do corpo do outro e no desprezo da subjetividade, crenças, valores e direito cidadão. Nossa proposta é discutir o auto cuidado dos grupos que moram nas ruas da região central de Belo Horizonte e fazem uso de drogas. Trata-se de uma pesquisa etnográfica realizada com a população que vive em situação de vulnerabilidade social, exposta a variados riscos, com precárias

condições de higiene, alimentação, saúde e poucos recursos para acessar os serviços públicos. Nessas condições, essas pessoas articulam uma série de estratégias de práticas de autocuidado para agenciar as experiências de doença, emergências e proteção e para lidar com situações cotidianas. Em determinados espaços da rua organizam e criam normas seguindo uma lógica particular de solidariedade para: 1) suprir suas necessidades básicas de sobrevivência (dormir ao relento, elaborar a própria comida principalmente nos finais de semana quando os restaurantes municipais estão fechados, o banho nas fontes das praças que são vigiadas pela polícia, o ataque de determinados seguimentos sociais, sobretudo à noite e roubo). 2) –o cuidado com a saúde e práticas corporais (divisão de alimentos, higiene, proteção das variações meteorológicas, medidas de redução de danos ao uso de drogas). 3) - auxílio aos infortúnios (socorro em momentos de crise ou da manifestação de sintomas, feitura de curativos, excesso de bebidas ou de outras drogas e controle da medicação). 4) - auxílio nos encaminhamentos (pedidos de ajuda à polícia, pronto atendimento, corpo de bombeiro, ambulância), quando o próprio grupo não dá conta de prestar socorro no próprio local. Assim organizados, os referidos grupos só acessam os serviços públicos de saúde quando suas alternativas são insuficientes ou quando o quadro clínico se torna tão grave que necessita medidas interventivas institucionais. Nas narrativas dos entrevistados foi possível observar resistências à utilização dos serviços de saúde pública que se justifica pelo excesso de burocracia, descrença nas terapêuticas ofertadas, demora no atendimento e na ineficácia dos modelos biomédicos que desconsideram o sistema de significados construído em seu contexto social particular.

Apresentação Oral em GT

“Do meu jeito não funciona”: a ajuda mútua entre “adictos”

Rosa Virgínia A. de A. Melo, Rosa Virgínia Melo

O universo da pesquisa é um grupo de pessoas engajadas em processo de identificação com a categoria de “doente” característico da nomeada “doença da dependência química”. Tais definições vêm sendo apropriadas de modo variado, axiadas pelas noções de abstinência e sobriedade, a partir das quais desdobra-se um conjunto de preceitos morais a serem introjetados segundo o método de tratamento pesquisado em comunidade terapêutica e grupo suporte de ajuda mútua, inspirado em Alcoólicos Anônimos. Minha proposta problematiza dinâmicas envolvidas nas interações dos atores sociais do método inspirado nos 12 Passos de AA, que enfatiza uma agenda individualizada sob preceitos coletivos para ação no mundo. Tal agenda articula supostos disciplinares religiosamente imantados e afinidades eletivas entre família, religião e saúde, em terapêutica acionado ainda pouco estudada, o das comunidades terapêuticas, recentemente regulamentado pelo governo federal. A notória expansão dessa doutrina no mundo ocidental contemporâneo nos interroga acerca da eficácia das medidas de controle e cuidado, religião e ciência, bem como de autonomia e heteronomia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467224983_ARQUIVO_Domeujeitonaofuncionaajudamutuaentreadictos.pdf

Apresentação Oral em GT

Construção de saberes e cuidado de si: Narcóticos Anônimos como um lugar de agenciamento dos sujeitos frente ao uso de drogas e seus tratamentos

Tatiane Vieira Barros

Este work se propõe a apresentar como os grupos de ajuda mútua se tornam alternativas às modalidades terapêuticas e de controle oferecidas para pessoas com problemas relacionados ao uso de drogas. A ideia é



mostrar como estes grupos, locais de trocas de experiência e cuidados de si, articulam saberes constituídos a partir das experiências terapêuticas de seus membros (regidas também pelo Estado), que resignificam sua condição e agenciam sobre as ideias de adoecimento, cuidado e recuperação. O texto tem como contexto etnográfico o work de campo em um grupo de ajuda mútua Narcóticos Anônimos/NA na cidade de Florianópolis/SC. Os grupos de ajuda mútua têm como proposta serem lugares onde pessoas com questões de uma esfera singular se reúnem para falar sobre seus problemas e encontrar modos de lidar com eles. NA é formado por pessoas que se autodenominam adictos a drogas em recuperação e funciona como lugar da troca de experiências acerca das formas de uso/abuso e controle, oferecendo aos seus membros ajuda para que consigam encarar a adicção - vista como doença - e manter-se em abstinência. Para ser membro basta o "desejo de parar de usar", as relações do grupo são estabelecidas em torno da abstinência, sendo central a autonomia na escolha por esta modalidade terapêutica. Deste modo, observado como as narrativas dos sujeitos levam a compreender o grupo de NA como uma alternativa de recuperação em relação às internações em clínicas, comunidades terapêuticas e outra instituições; vivenciadas por parte do membros. Considero que são nestes espaços que acontecem um primeiro contato com o Programa de 12 Passos. Aqui problematizo os agenciamentos na manutenção da abstinência em locais onde o controle não é garantido/imposto pela instituição, mas é negociado pelo sujeito. Atentando que NA é um lugar onde se elaboram os limites a partir das experiências vivenciadas nos riscos do uso ou nos cuidados da recuperação. Assim este work se volta para o universo de recuperação a partir do lugar dos sujeitos, compreendendo que participar de um grupo de ajuda mútua é uma forma de cuidado de si construída pelo itinerário terapêutico, pela experiência com uso de substâncias psicoativas e da experiência com o grupo de ajuda mútua. A proposta é mostrar questões pertinentes na vida de pessoas que tem problemas relacionados ao uso de drogas e estão em situação de tratamento. Apontando que os sujeitos são agentes desse processo e suas escolhas são mediadas a partir de fatores de suas experiências, relações sociais, políticas e econômicas. Portanto, a ideia é mostrar como estes grupos são lugares que articulam saberes e experiências terapêuticas tornando-se lugares privilegiados para pensar autonomia dos sujeitos frente ao uso de drogas e seus tratamentos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466463880_ARQUIVO_artigoRBA2016_TatianeVBarros.pdf

GT 003: Agricultura familiar, campesinidade e feiras-livre: um lugar de intersecção rural/urbano.

O objetivo deste GT é refletir sobre os processos produtivos e as unidades familiares de produção da agricultura rural e urbana, bem como os seus locais de mercado. Compreendemos que os procedimentos de produção e consumo de alimentos transversalizam com os aspectos da vida cotidiana voltados para os hábitos alimentares, para o saber/fazer na transformação do alimento in natura, como também, para as diversas formas de trabalho humano na relação com a terra, com o bioma e com os bens da natureza. Neste sentido, entendemos que as estruturas conceituais que separavam as sociabilidades urbanas e rurais não conseguem mais estabelecer um constructo analítico sólido para "o lugar" e as novas formas de agriculturas familiares no mundo contemporâneo, que abrangem desde quintais produtivos, sistemas agroecológicos, activitys agrícolas pluriativas e hortas urbanas, entre outros arranjos agrícolas. Em suma, esperamos estabelecer um diálogo objetivo e subjetivo que permeie os vários processos produtivos, de circulação e de consumo de bens gerados pelo modo de produção familiar. Pretendemos, igualmente, agregar estudos que pensem novas opções e ferramentas teórico-metodológicas para pensar as feiras e suas dinâmicas.

Lídia Maria Pires Soares Cardel (Universidade Federal da Bahia) e Maria Catarina Chitolina Zanini (UFSM) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

Um projeto “alternativo” para a natureza: uma etnografia da circulação de produtos agroecológicos

Camila Midori Moreira

O artigo apresentará uma etnografia da trajetória de produtos agroecológicos em um circuito local de comercialização: o Circuito Sul de Comercialização da Rede Ecovida de Agroecologia. Mais especificamente, ela se detém em uma de suas rotas comerciais constituída entre os municípios de Erechim-RS e Curitiba-PR, neste, notadamente, na feira orgânica do Passeio Público, onde grande parte destes produtos são comercializados. Este work é resultado de parte da minha dissertação de mestrado, cuja pesquisa de campo foi empreendida entre os meses de Março e Junho de 2012, em diferentes agrupamentos regionais da Rede Ecovida de Agroecologia, uma das maiores instituições no fomento da agricultura familiar e da agroecologia na região sul do Brasil. Inspirada na metodologia proposta por Arjun Appadurai (2008), tomando os produtos agroecológicos como índices que circulam, procurei segui-los em suas trajetórias da produção ao consumo, o que nos permitiu depreender práticas sociais e projetos ideológicos articulados a eles. Na rede por eles configurada, encontra-se uma pluralidade de atores: pequenos produtores militantes de movimentos da agricultura familiar, agricultores ecológicos que acreditam em outras possibilidades de interação entre homem e natureza, técnicos agrícolas, organizações não governamentais, instituições públicas, cooperativas de consumidores engajados em formas de comercialização mais “justas e ambientalmente sustentáveis”, e, é claro, uma imensa variedade de plantas e animais. Além disso, como estes produtos são normalmente nomeados como “produtos naturais”, cultivados com técnicas agrícolas que preservam o meio ambiente, o estudo de sua trajetória se configura como um espaço semântico estratégico para depreender diferentes percepções e representações da natureza. Trata-se, em suma, de delinear redes sociais, que são também redes de sentidos, por meio da trajetória destas mercadorias.

Apresentação Oral em GT

Entre a "rua" e a "roça": economia familiar e espaços sociais em um contexto de crise

Isabel Silva Prado Lessa

O principal município produtor de café do Noroeste do Rio de Janeiro passou por uma grave crise, segundo os produtores locais. A partir do discurso dos atores locais acerca da crise que alegam viver, evidencia-se a forma como esse campesinato, que se consolidou historicamente enquanto produtor de café, enxerga uma série de transformações na organização de sua vida social e das suas relações sociais de produção que os levam a buscar alternativas à lavoura de café. Procuramos entender como a lavoura de eucalipto pôde se apresentar em determinado momento como alternativa a esses pequenos produtores. As diferentes formas pelas quais se caracteriza a crise nos ajudam a entender as diferenças existentes entre os produtores locais, marcadas principalmente por aqueles que se veem como administradores e aqueles que se veem como pequenos produtores. Procuramos demonstrar como os diferentes discursos se materializam em termos de estratégias distintas para sair da crise, mas também de diferentes arranjos produtivos nos quais as relações de work familiar e não-familiar, a composição da renda e a composição do grupo doméstico determinarão a escolha de produtos a serem cultivados. A esses diferentes arranjos corresponderão também diferentes funções para a lavoura de eucalipto, não apenas em termos da utilidade da renda advinda de seu cultivo, mas também de seu uso comercial ou para o consumo no interior das unidades produtivas. Nesse contexto, a identificação da configuração de espaços sociais demarcados, como a "rua", a "roça" e seus interstícios, a



"beira da rua", materializam a diversidade e as diferenças desses "arranjos" produtivos familiares. Nesse sentido, nos interessou compreender como esses arranjos 'produtivos' são também arranjos de família, work e renda, onde fatores como as relações de parentesco, a localização do sítio, a composição do núcleo familiar influem diretamente na escolha dos produtos cultivados e na alocação do work familiar na "roça" ou na "rua" para a composição da renda familiar, acarretando em diferenciações sociais no interior da comunidade.

Apresentação Oral em GT

Agricultura familiar em rede: a experiência de um empreendimento solidário no Ceará

Janainna Edwiges de Oliveira Pereira, Alícia Ferreira Gonçalves

A proposta deste work é apresentar a experiência de um empreendimento produtivo solidário gerido por pequenos agricultores e artesãos no município de Aracati – CE, a Bodega Nordeste Vivo e Solidário. Tal empreendimento faz parte da Rede Bodega, que agrega outros empreendimentos solidários no estado do Ceará e foi contemplado com investimentos públicos advindos do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), implementado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Sob uma perspectiva etnográfica, pretendo apreender, por meio das narrativas biográficas dos associados, as representações destes a cerca do work que realizam – classificado como alternativo ao modo de produção capitalista –; se e como eles veem sua forma de produção e comercialização como de fato uma outra economia. Sendo o empreendimento orientando por princípios e valores da Economia Solidária, como autogestão, cooperação, solidariedade, respeito ao meio ambiente, pretendo analisar se essa forma de work, que coexiste com o modelo vigente de hierarquização e competição entre os trabalhadores, e que pretende se opor a ele, fortalece a agricultura familiar, a sua produção e, para além, contribui com a formação de um consumidor mais consciente, por meio da comercialização em feiras de economia solidária e criativa e feiras agroecológicas. Tomo como metodologia para a realização deste work uma abordagem antropológica em que me pauto por uma pesquisa com procedimentos qualitativos de coleta dos dados, com entrevistas abertas, focando prioritariamente na compreensão das narrativas de vida dos associados, buscando apreender se o work baseado em práticas recíprocas fortalece o empreendimento auxiliando em sua manutenção.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467307454_ARQUIVO_Agriculturafamiliaremrede.pdf

Apresentação Oral em GT

Mercadores de obrigações: troca de valores, crédito e reciprocidade na feira da 25 de Setembro em Belém/Pa.

José Maria Ferreira Costa Júnior

As feiras livres urbanas na Amazônia são espaços-experiências de múltiplas relações econômicas, políticas, culturais e sociais (Rodrigues, Silva, Martins, 2014). Partindo desse pressuposto meu work discute as práticas econômicas na feira da 25 de Setembro em Belém/Pa, a partir da problematização de algumas formas de crédito não oficial estabelecidas entre feirantes e fornecedores e feirantes e consumidores nos setores de venda de farinha de mandioca e pirarucu seco. Procuo, através da observação participante, compreender em que medida as trocas de valores (APPADURAI, 2008), operadas com pagamentos futuros, compõem uma ação econômica (BOURDIEU, 2002) produtora de obrigações recíprocas (MAUSS, 2005) entre atores interessados na circulação urbana de produtos tradicionais do universo rural amazônico. Dessa forma, discuto as razões práticas a partir das quais os feirantes classificam mercadorias e pessoas na operação comercial cotidiana com pequenos agricultores, produtores de farinha, comerciantes de pirarucu, e os consumidores dessa feira. Procuo, ainda, evidenciar o processo de aquisição de corpos especificamente efectuados



(LATOUR, 2008) como condição para a produção, pelos feirantes, de hierarquias entre mercadorias a partir de seus gostos, cheiros, texturas e cores. Meu work é parte das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Estudo dos Mercados Populares, GEMP/CNPQ, coordenado pela professora Dr^a Carmem Izabel Rodrigues (PPGSA/UFPA).

Palavras chave: Feira, crédito, reciprocidade

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/919_2016-11-23.pdf

Pôster em GT

A Tríade da dieta alimentar no Município de Benajmin Constant, AM, Brasil

Lindon Jonhson Neves de Aquino, DÁCIO, A. I. C (Antonia Ivanilce Castro Dácio); DÁCIO, D. Silva (Dirceu da Silva Dácio);

O objetivo do estudo foi analisar a tríade da dieta alimentar no município de Benjamin Constant, Amazonas, Brasil. A modalidade empregada foi o estudo de caso, combinando as técnicas: diário de campo, observação in loco e entrevistas semiestruturadas que versavam sobre os moradores da zona urbana: perfil socioeconômico, dieta alimentar: o quadro de segurança e insegurança dos moradores da zona urbana e quintais urbanos: espécies cultivadas, uso e dieta. Foram aplicados, 180 questionários, sendo 90 utilizando Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e 90 questionários para frequência, em nove bairros da zona urbana. Do total, 73.3% dos participantes são naturais de Benjamin Constant e a renda mensal oscila de acordo com os níveis de escolaridade e profissões desenvolvidas. A insegurança alimentar foi encontrada em 68.9% das 90 famílias estudadas, dentre, as quais, 34.4% dos entrevistados sofrem com Insegurança Alimentar Leve, 27.8% Insegurança Alimentar Moderada e 6.7% Insegurança Alimentar Grave. A frequência de consumo alimentar apresentou registros elevados de produtos industrializados. Nos quintais urbanos foram encontradas 53 espécies, pertencentes a 30 famílias botânicas. As famílias com maior número de representantes nos quintais foram: Solanaceae, Rutaceae, Arecaceae, Lamiaceae e Myrtaceae. A dieta alimentar caracteriza-se pelo uso e acesso a diferentes produtos oriundos de outros estados, produtos importados e da produção local.

Apresentação Oral em GT

Quando a cidade é o campo: um estudo antropológico sobre os significados atribuídos às hortas urbanas comunitárias da cidade de São Paulo

Mariana Luiza Fiocco Machini

Este work é uma aproximação da emergente atribuição dada a espaços de cidades do Brasil e do mundo: as hortas urbanas comunitárias. Com foco de estudo na cidade de São Paulo, as incursões a campo expõem a riqueza e complexidade das motivações e formas de ação desses grupos que se reúnem periodicamente para criar e manter espaços verdes de plantio de hortaliças, PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais) flores e frutas em meio ao concreto urbano. Baseadas nos princípios da agroecologia e situadas em locais públicos - uma praça, um terreno abandonado da prefeitura, um canteiro em meio a grandes avenidas, abaixo de pontos de transmissão de energia elétrica que não permitem construções – as hortas de São Paulo são um movimento pela natureza que está longe de ser apenas por ela. Há forte interligação entre natureza, política, socialidade, preocupações relativas à alimentação nas grandes cidades, economia, lazer, contestação de uma agricultura dita convencional e baseada em monoculturas e no agronegócio, discussões sobre direito à cidade, relação público/privado... As hortas urbanas comunitárias são experimentos que contemplam formas diversas de agir na e para a cidade, e que desestruturam a ideia de que ela seria lugar de consumo, e não de produção,



de alimentos. A temática urbano/rural permeia todo o movimento. A materialidade e a imaterialidade da cidade incide, mesmo dita, as estruturas de hortas que são passíveis de serem inseridas em espaços públicos da cidade. Canteiros mais ou menos profundos, amplitudes de terra maiores ou menores, existência de pontos de água ou nascentes, incidência excessiva de poluição de veículos, sombreamento vindo de prédios ao redor, autorizações de subprefeituras, ações de vigilância sanitária, entre outras, são questões determinantes para a criação e sobrevivência das hortas. Ao mesmo tempo, está presente dentro das conversas entre os grupos mantenedores das hortas e suas relações com os demais atores urbanos uma nostalgia em relação ao imaginário da vida no campo, permeada por um contato mais próximo com a terra e a natureza como um todo, relações e alimentação mais orgânicas, valores vistos como simples e legítimos, um sentimento comunitário supostamente apartado pelo consumismo, individualismo e urgências da vida em grandes metrópoles. Dessa forma, esse work tem por objetivo apresentar os apontamentos etnográficos deste movimento de ativismo urbano que se afirma a partir de valores ditos rurais, chacoalhando ambas as estruturas. Por detrás de uma multiplicidade de propósitos das hortas encontramos regularidades que nos permitem tornar este um objeto único (o que não quer dizer uniforme, ou mesmo coeso, como veremos) da investigação antropológica.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466478815_ARQUIVO_workCompleto_MarianaMachini.pdf

Apresentação Oral em GT

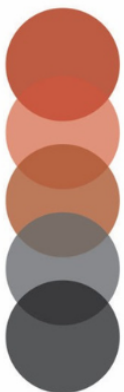
Transformação da mandioca na Amazônia Ocidental

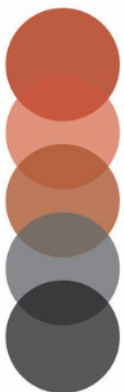
Marina Sousa Lima

O artigo tem como objetivo pensar a organização familiar de produção e consumo numa casa de farinha do estado de Roraima para além de mecanismos adaptativos, ou seja, pensando os trabalhadores da farinha como agentes de uma vivência específica na casa de farinha, que atualizam saberes e práticas de plantio e de transformação da mandioca para obter farinha. A pesquisa se deu numa casa de farinha no município de Iracema, no estado de Roraima. Nesta casa de farinha, a família de seu Pedro e os trabalhadores prestadores de diárias produzem farinha destinada ao próprio consumo e, sobretudo, venda. Pedro, seus filhos e os prestadores de diárias trabalham na casa de farinha e plantam mandioca nos lotes de terra mais próximos à casa. Ele veio do estado do Maranhão, onde também trabalhava com farinha, mas a vinda para o estado de Roraima exigiu uma nova forma de plantar: terra e espécies de mandioca diferenciavam-se do seu estado de origem. Plantio, colheita e processamento da mandioca para obter a farinha são tarefas contínuas devido à alta demanda da farinha nesta casa. Considerando a transformação da mandioca em seu processamento linear, penso a casa de farinha de seu Pedro enquanto um espaço familiar (Almeida, 1986), onde a lógica do work legitima o acesso à terra, do consumo da farinha e da autonomia e controle da produção. O processamento linear envolve as atividades de plantio, colheita, descascar a mandioca, pubar, cevar, prensar, torrar, escaldar e peneirar. Em cada uma destas etapas, a mandioca vai se transformando, assumindo novas formas e substâncias, exigindo processos específicos para obtenção da farinha. A transformação da mandioca envolve objetos que ocupam um espaço social na vida das pessoas e são dotados de agência, como afirma Velthem (2007). Os objetos são pensados como elementos hábeis a organizarem socialmente e reproduzem relações com as pessoas e entre si. As relações de work, produção e venda da farinha favorecem a formação de grupos de trabalhadores que compartilham vivências. O processo de transformação da mandioca faz parte dessas relações e analisá-lo em sua dimensão cultural é significativo na pesquisa.

Palavras chave: Roraima, transformação, farinha

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/475_2016-12-06.pdf





Apresentação Oral em GT

Produção familiar, comércio e consumo: circulação de pessoas e objetos em um mercado de abastecimento

Nina Pinheiro Bitar

Os mercados de abastecimento são locais que realizam mediações, por excelência, desempenhando trocas sociais e simbólicas. Tratam-se de espaços que articulam os ambientes rurais e urbanos, conectando diferentes contextos através da circulação de objetos e pessoas. A minha proposta é apresentar parte da pesquisa desenvolvida em um mercado de abastecimento na cidade do Rio de Janeiro. A partir dele descreverei outros espaços ao oferecer diferentes perspectivas: as relações entre produção familiar, cooperativas, comércio e consumo, abrangendo a rede de conexões entre os agentes envolvidos. Buscarei demonstrar que as fronteiras entre espaços rurais e urbanos são fluidas, não se limitando apenas à categorizações. Apresentarei o caso da produção familiar localizada na Região Serrana do Rio de Janeiro que recentemente substituiu parte de sua lavoura de gêneros alimentícios para o cultivo de flores. As flores passaram então a ser comercializadas pelos seus próprios produtores nesse mercado de abastecimento carioca. Tais produtores tornaram-se também comerciantes, atuando de forma diferenciada no ambiente do mercado. Abordarei os impactos dessa mudança de regime work na forma de sociabilidade dessas famílias. Ao substituírem sua produção de hortifrutigranjeiros pelo cultivo de flores, tais produtores mobilizaram o seu cotidiano para atuar no espaço da cidade de forma ativa. Os produtores passaram a circular intensamente entre o local de plantio e o ambiente urbano para o desenvolvimento de seu work, promovendo um rearranjo de sua produção e comércio. Entretanto, a atividade de comércio no espaço do mercado articula sociabilidades forjadas também no ambiente rural. As relações locais de parentesco, amizade e vizinhança são rearranjadas e transpostas para o espaço do mercado. Pretendo analisar as atividades desenvolvidas no espaço familiar de plantação e sua relação com o comércio na cidade. Além de terem suas vidas impactadas pela mudança de sua produção, os produtores também alteraram a configuração desse mercado, atraindo para ele um novo público e impulsionando a diversificação do seu comércio. Tais transformações fizeram desse mercado o maior distribuidor de flores do estado do Rio de Janeiro atualmente. O sucesso do comércio de flores intensificou a apropriação desse mercado por parcela da população, impulsionando o turismo e contribuindo para um processo de revitalização desse local. Por fim, explorarei a ideia de que há uma conjuntura formada através de redes de trocas e circulação de pessoas e objetos que articula de maneira criativa os espaços rurais e citadinos.

Pôster em GT

Produção agrícola: um estudo de caso no Assentamento Crajarí no município de Benjamin Constant, Amazonas

Patrício Freitas de Andrade, Osvaldino Brito Freitas Diones Lima de Souza

O objetivo da pesquisa foi analisar a produção agrícola dos agricultores familiares do Assentamento Crajarí no município de Benjamin Constant – AM. Na região Amazônica a agricultura familiar tem suas particularidades com relação à produção, pois é feita pela mão-de-obra familiar, com práticas de pluriatividade para a sobrevivência. A principal característica esta relacionada aos sistemas agrofloretais tradicionais ou técnicas agroecológicas. Esses sistemas são constituídos, na sua maioria, por cinco componentes: roça, capoeira (pousio), sítio (quintais), extrativismo e criação. A pesquisa foi desenvolvida no município de Benjamin Constant na região do Alto Solimões, Amazonas. Foi realizada por meio de visitas, visando o levantamento da produção local para inserção no banco de dados do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial do Alto Solimões – NEDET. Foram aplicadas 22 entrevistas semiestruturadas,

englobando aspectos: socioeconômicos, de produção, de comercialização e extrativismo. Os assentados possuem naturalidades diferentes, sendo a maioria do município de Atalaia do Norte. A mandioca (*Manihot esculenta*) é a espécie mais cultivada no assentamento, que tem como produto final a farinha. Mas há também uma diversidade de espécies produzidas como: Banana (*Musa sp.*), Milho (*Zea mays L.*), Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) K. Schum.), Pimentão (*Capsicum annum L.*) dentre outros, respectivamente nesta ordem. A produção agrícola tem dois destinos à comercialização e o consumo, 59% dos agricultores familiares do Assentamento Crajari produzem para o consumo e 41% para comercialização. Com análise dos dados permitiu-se identificar os recursos naturais utilizados pelos agricultores familiares para sua sobrevivência. Infere-se que as técnicas empregadas pelos agricultores são mais sustentáveis quando comparadas com uma agricultura que utiliza agrotóxico. A produção apresenta dupla finalidade (consumo e venda), sendo que parte da produção é voltada para a comercialização, para compra de produtos não produzidos no assentamento.

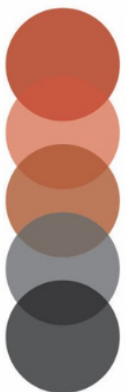
Apresentação Oral em GT

O comércio nas feiras livres em Santa Cruz do Capibaribe: da agricultura à comercialização de roupas

Renata Bezerra Milanês

O presente work pretende apresentar a realidade do Agreste pernambucano através das experiências comerciais nas feiras populares da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, referida pelos moradores locais como um “berço do comércio” pela sua “vocação” nas feiras livres. Foi nesta cidade que se desenvolveu o Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco em meados dos anos 50, através da Feira da Sulanca e atualmente consiste em um dos mais importantes aglomerados econômicos existentes na Região Nordeste, particularmente no setor de confeções de roupas. Por ser localizada em uma região de transição, Santa Cruz foi historicamente marcada pelas feiras livres e seu desenvolvimento comercial também foi impulsionado pelo estabelecimento de grandes centros comerciais de cidades vizinhas, como Campina Grande (PB) e Caruaru (PE). Conhecida como a “Capital da Sulanca”, “Capital da Moda” ou “Capital das Confeções”, Santa Cruz atualmente é a maior produtora de confeções de Pernambuco, abrigando o segundo maior polo têxtil do Brasil e possuindo o maior parque atacadista de confeções da América Latina, o “Moda Center Santa Cruz”. Antes de o segmento têxtil despontar como atividade principal, as atividades agrícolas eram a principal fonte da economia do município, tendo sua produção voltada principalmente para o carvão e o algodão, além das lavouras de auto-consumo, mas essa economia sempre encontrou dificuldades de se sustentar, por enfrentar situações adversas, tais como a localização do município na área mais seca do país, onde as chuvas são irregulares e escassas. Diante da insuficiência de recursos e da limitação que os agricultores encontravam para a reprodução familiar, tornou-se necessária a busca de novas estratégias de reprodução familiar. Uma das “saídas” encontradas foi, a produção e comercialização de roupas em feiras locais. Nesse sentido, o objetivo principal deste work é ressaltar como ocorre um possível redirecionamento da atividade agrícola para a atividade industrial de produção e comercialização de produtos têxteis. Fato este que tem gerado também, uma diversidade no que diz respeito às próprias mercadorias que vão sendo comercializadas nas feiras locais ao longo do tempo. Acredita-se que a feira livre do Agreste representa um espaço que não deve ser visto apenas pelos seus aspectos produtivos e comerciais, mas também como um local de sociabilidade, cultural, religioso, gastronômico e criativo, capaz de reproduzir e expressar os costumes do povo dessa região. Portanto, é através da feira, que se pode entender muito acerca de sua organização social produtiva e de suas transformações ao longo dos anos. A pesquisa de campo que orienta as reflexões deste work foi fruto da minha dissertação de Mestrado, realizada em 2015 no CPDA-UFRRJ.

Apresentação Oral em GT





Compras governamentais da agricultura familiar para a merenda escolar no Território da Borborema - PB.

Rosana Fernandes de Oliveira Frutuoso, Márcio de Matos Caniello Rosana Fernandes de Oliveira Frutuoso

Uma das principais dificuldades para a reprodução da unidade familiar camponesa é a comercialização de sua produção. Sem acesso a padrões tecnológicos correntes no chamado “agronegócio”, a produtividade da agricultura familiar é baixa em relação a ele e, portanto, pouco competitiva comercialmente. Daí, a condição histórica de penúria que a caracteriza, sobretudo nos países em desenvolvimento. Para além da solução Chayanoviana – o cooperativismo – e sem negligenciar os mercados locais e feiras onde tradicionalmente a produção camponesa é comercializada, recentemente uma série de políticas públicas têm sido adotadas para mitigar esse problema, notadamente as compras governamentais. Neste sentido, e visando sustentar uma estratégia de desenvolvimento nacional baseada no combate à fome e à miséria, o governo brasileiro inova o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por meio da Lei 11.947/2009, determinando que pelo menos 30% do valor repassado pela União para a aquisição de alimentos para a merenda escolar deva ser utilizado na compra de gêneros provenientes da agricultura familiar. Entretanto, a grande maioria das prefeituras do Estado da Paraíba não têm cumprido essa legislação, pois entre 2011 e 2014 apenas 7 municípios (3%) atenderam ao mandado da Lei em todos os exercícios fiscais, enquanto 103 (46%) nunca efetuaram o percentual mínimo de compras. Assim, em quatro anos de implementação dessa política pública, dos cerca de R\$ 288 milhões repassados pelo Governo Federal para a aquisição de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar na Paraíba, foram executados apenas R\$ 30 milhões (10,65%). Este work visa analisar o desempenho das compras governamentais para a merenda escolar analisando o caso do território da Borborema, Paraíba, que é composto por 21 municípios. A metodologia adotada foi a da “pesquisa-ação”, por meio da realização de “mesas de diálogo” nesses municípios, articuladas pelo Núcleo de Extensão Territorial do Agreste Paraibano (NEXTAP/UFCG) no âmbito do Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Borborema (Programa Territórios da Cidadania), as quais contaram com a presença de secretários municipais de Agricultura e Educação, nutricionistas, membros dos Conselhos de Alimentação Escolar, agricultores familiares através de seus sindicatos ou organizações, representantes dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), técnicos da EMATER local, representantes das escolas públicas e membros do Fórum. O diagnóstico participativo, que será discutido neste work, apontou como causas do baixo desempenho das compras governamentais no território constrangimentos ambientais, culturais, institucionais e organizacionais.

Apresentação Oral em GT

AGRICULTURA FAMILIAR: dinâmicas do município de Bom Jesus - PI

Roseli Oliveira Silva, SAMUEL PIRES MELO - DOUTOR EM SOCIOLOGIA UFRPE PROFESSOR UFPI

Resumo: O presente artigo propõe apresentar alguns apontamentos teóricos que permita uma reflexão sobre acerca da agricultura familiar e a assistência técnica e extensão rural no Piauí. Ao que se observa de uma maneira geral, é que muito frequentemente se desconsidera a história camponesa da agricultura familiar. Por isso, tem-se como objetivo geral compreender as continuidades e rupturas dos modos de viver e trabalhar dos agricultores familiares, salientando como porta de diálogo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. A análise foi conduzida por uma revisão teórica da agricultura familiar e a assistência técnica e extensão rural no Brasil e como recursos metodológico, foram realizadas visitas aos(as) agricultores(as) familiares e feirantes do município de Bom Jesus-PI e realização de entrevistas semi-estruturadas com os(as) agricultores(as) e com os técnicos extensionistas da regional da EMATER-PI. Resumo: O presente artigo

propõe apresentar alguns apontamentos teóricos que permita uma reflexão sobre acerca da agricultura familiar e a assistência técnica e extensão rural no Piauí. Ao que se observa de uma maneira geral, é que muito frequentemente se desconsidera a história camponesa da agricultura familiar. Por isso, tem-se como objetivo geral compreender as continuidades e rupturas dos modos de viver e trabalhar dos agricultores familiares, salientando como porta de diálogo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. A análise foi conduzida por uma revisão teórica da agricultura familiar e a assistência técnica e extensão rural no Brasil e como recursos metodológico, foram realizadas visitas aos(as) agricultores(as) familiares e feirantes do município de Bom Jesus-PI e realização de entrevistas semi-estruturadas com os(as) agricultores(as) e com os técnicos extensionistas da regional da EMATER-PI.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466443798_ARQUIVO_AGRICULTURAFAMILIAR.pdf

Apresentação Oral em GT

Iguarias derivadas de mandioca: sabor rural demandado nas feiras livres de Aracaju

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Na contemporaneidade, observamos nas pequenas, médias e grandes cidades um traço da solidariedade horizontal, que tem sua expressão inicial no comércio tradicional constituído pelas feiras livres; esse perfil está relacionado pelo modo como se processam as atividades comerciais permeadas por relações de proximidade entre os comerciantes e entre esses atores e os consumidores. Na feira o rural e o urbano se encontram e a diversidade de produtos atraí os consumidores que buscam alimentos cultivados pelos agricultores familiares e as comidas tradicionais elaborados pelos grupos familiares. Dentre as comidas tradicionais comercializadas destacamos neste artigo as iguarias derivadas da mandioca – beijus, saroiós, pé-de-moleque, malcasadas- consideradas como comidas tradicionais demandadas pelos consumidores em todas as feiras dos bairros da cidade de Aracaju. Os pontos de comercialização dessas iguarias apresentam características próprias - cheiros, sabores, sensações táteis que remetem à memória e lembranças. Neste artigo temos por objetivo desvelar a dimensão cultural, social e econômica da produção das iguarias derivadas da mandioca como uma estratégia de reprodução dos agricultores familiares a partir da comercialização nas feiras livres no espaço urbano. Na concretização da pesquisa realizamos entrevistas com os feirantes e consumidores em trinta feiras livres existentes na capital do estado de Sergipe. De acordo com os produtores/feirantes a tradição do saber-fazer desses derivados foi transmitida de forma pelos seus familiares por diferentes gerações. Até meados do século passado as iguarias eram elaboradas pelas mulheres para o consumo familiar nas denominadas farinhadas, evento rural constituído por relações de sociabilidade, alegria e encontros familiares. Nas duas últimas décadas, o saber-fazer da produção das iguarias foi transformado em uma alternativa geradora de renda pelos agricultores que plantam a mandioca, beneficiam as raízes ou melhor retiram a tapioca e nas quintas e sextas-feiras homens e mulheres elaboram as iguarias para comercializar nas feiras semanais. A produção/comercialização desses alimentos tradicionais nas feiras proporciona renda essencial para a sustentabilidade dos grupos familiares. A demanda desses produtos é acentuada em todas as feiras livres e eleva-se no mês de junho em decorrência da tradição do consumo dessas comidas nas festas juninas. Para os consumidores as iguarias derivadas da mandioca constituem os produtos tradicionais que mantêm os sabores do meio rural, que remetem à memória das farinhadas, das festas rurais, dos encontros familiares. Esses alimentos são consumidos no café da manhã, no jantar e nos lanches nas residências, mas, também é consumido nas repartições públicas e privadas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466191315_ARQUIVO_ABA2016rabalhocompletoIGUARIASDERIVADASDEMANDIOCA.pdf



GT 004: Antropologia da comunicação: teorias, metodologias e experiências etnográficas do campo.

Nas últimas décadas a pesquisa sobre os meios de comunicação de massa dentro da Antropologia tem crescido, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos. Se antes a mídia aparecia nos trabalhos antropológicos para ajudar a entender como uma questão estava sendo apresentada pelos meios de comunicação, hoje ela é encarada como um tema relevante para compreender o mundo contemporâneo em sua complexidade e diversidade. Pensar no uso das novas tecnologias, em como os indivíduos se relacionam com a internet, na produção dos jornais e suas transformações ou ainda em como as rádios continuam tendo um lugar num mundo cada vez mais visual, são questões que se colocam para os antropólogos. E os trabalhos de Spitulnik, Dickey, Ginsburg, Abu-Lughod, Appadurai, para citar apenas alguns autores, já se tornaram referência para esse campo em expansão.

O objetivo deste grupo de trabalho é discutir as pesquisas em antropologia da comunicação que vem sendo realizadas por antropólogos no Brasil e em outros países, tanto em seu aspecto teórico quanto metodológico. E o ponto de partida para essa discussão se centrará na comparação entre dois eixos temáticos: de um lado trabalhos etnográficos sobre os meios “clássicos” da comunicação de massa e, de outro, etnografias das novas tecnologias, sejam elas digitais ou virtuais. Será fundamental analisar o que estas etnografias trazem de novo para o entendimento do campo da Antropologia da comunicação e quais os desafios e dilemas elas colocam.

Isabel Siqueira Travancas (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Silvia Garcia Nogueira (UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA) - **Coordenação**

Pôster em GT

“Oigaletê! Meteram fogo no CTG!”: comentários e manifestações de intolerância nas [e a partir das] publicações de veículos midiáticos em suas páginas em redes sociais

Ariele Silverio Cardoso

Neste work proponho analisar como as ressonâncias provocadas por publicações de veículos de comunicação atuam na sociedade, promovendo redes que podem gerar manifestações para além dos meios digitais. É o caso citado já no título deste paper, onde parafraseio o título de uma música gaúchesca, inspirada “em fatos reais”. Este caso, ocorrido em julho de 2014, portanto antes mesmo das eleições presidenciais que geraram furor nas redes sociais, muitas pessoas acessaram as páginas de jornais na internet e destilaram críticas a uma notícia, em particular: a programação de um casamento civil com possibilidade de inscrição de casais homoafetivos em um Centro de Tradições Gaúchas (CTG) nas proximidades da comemoração do “dia do gaúcho”. A notícia provocou um fenômeno de intolerância e agressividade, publicitada na internet. O jornalista Giovani Grizotti, do blog Repórter Farrroupilha, vinculado ao Grupo Rede Brasil Sul (RBS) de Comunicação e às Organizações Globo, afirma que foi o primeiro a “dar a notícia”. Sua matéria foi veiculada em seu blog, hospedado na página da Globo na internet (G1.com) em 10 de julho de 2014, e intitulada “CTG de Livramento poderá ter casamento gay em setembro”. A relevância deste evento para analisarmos comunicação e antropologia está, para além das manifestações na internet, nos acontecimentos fora dela. O resultado, neste caso, foi uma ampla cobertura midiática e matérias nas páginas dos jornais com mais de 800 comentários. O resultado foi um “patrão de CTG” ameaçado de morte e tendo que andar escoltado pela





cidade. O CTG, por sua vez, foi alvo de um incêndio criminoso, o que impossibilitou a realização do evento naquele local. O casamento civil coletivo foi concretizado com um casal de lésbicas oficializando a união no fórum da cidade, decorado com as cores da bandeira do estado do Rio Grande do Sul e com bandeiras coloridas como o arco-íris, símbolo dos movimentos LGBT. E a presença de convidados trajados, além da celebração ter sido ministrada por uma juíza “vestida de prenda”, vestida de gaúcha. Assim como neste caso, as redes sociais estão constantemente sendo palco para ressonâncias de notícias publicadas com o apelo da imediatez e com pouca análise sobre suas consequências. Os últimos acontecimentos políticos, desde a reeleição presidencial de 2014, vêm gerando debates sobre o fazer jornalístico e a repercussão na sociedade. Neste cenário, tomando como exemplo – e início – a etnografia realizada a partir do “casamento gay no CTG”, procuro analisar como os veículos de comunicação se inserem no ciberespaço - e como a sociedade reage às publicações destes veículos, além de colaborar com os debates sobre a antropologia do ciberespaço e a antropologia da comunicação.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467308437_ARQUIVO_POSTER_ArieleCardoso.pdf

Apresentação Oral em GT

Entre práticas e saberes: A construção do Campo jornalístico e Jurídico em uma perspectiva comparada

Breno Henrique Pires De Seixas

Este work tem como objetivo enunciar algumas aproximações/divergências do campo jornalístico com o campo jurídico (Bourdieu, 2002). Através do work de campo, percebemos que os jornalistas lançam-se em suas atribuições orientados pela busca da “verdade dos fatos”. A busca da “verdade dos fatos” sendo adotada, tanto pelo campo jornalístico quanto pelo jurídico, permite traçar um paralelo entre eles demonstrando os procedimentos adotados pelos agentes que lhes permitem narrar os fatos, afirmando o que ocorreu tanto aos olhos do Direito como aos olhos do Jornalismo. Nos dois campos a busca da verdade organiza e tipifica um mapa pelos quais os agentes orientam suas ações. O artigo dialoga em torno das práticas jornalísticas a partir do work de campo realizado, no interior de uma sala de redação, de um jornal carioca de grande circulação. Neste sentido, as reflexões do artigo partem do convívio e observações acerca dos jornalistas e do acompanhamento do dia a dia da sala de redação. Parto da noção de Campo de Bourdieu (2009) pretendo (re) construir os processos que tornam as atividades dos jornalistas e seus conteúdos, princípios e regras como conhecidas e reconhecidas por todos os atores dentro do Campo Jornalístico. Dessa forma, a noção de Campo do autor oferece no work uma dupla função: a) estabelece um recorte de pesquisa; b) Situa as propriedades simbólicas e legítimas que são necessárias ao procedimento jornalístico. Em relação à metodologia de pesquisa, partimos da compreensão de que a etnografia é uma descrição densa (Geertz, 1989). A descrição densa foi realizada a partir do convívio do pesquisador com os diversos agentes que estão localizados no âmbito da sala de redação. A descrição densa permitiu captar os signos, sinais, linguagem jornalística e os diversos recursos que orientam a prática dos agentes. Estas atitudes captadas permitem a realização de uma pesquisa que apreenda, justamente, o ponto de vista dos nativos (Geertz, 2008). A pesquisa, então, tenta compreender os sentidos que os jornalistas atribuem no contexto da produção das notícias. Em seguida, compara-se a produção do campo jornalístico tomando a sala de redação como lócus de pesquisa relacionando com o campo jurídico a partir do Tribunal do Júri, entendendo que as duas instituições colocam em seus mecanismos a busca da verdade. Neste sentido, há um mecanismo de produção de verdade /saber (Foucault, 1995, 1999; Kant, 1995, 2011) que circula nos dois campos. Sendo assim, a pesquisa coloca as seguintes questões: Quais são as condições sociais da produção e circulação do saber que constroem o campo jornalístico? Quais são as condições sociais de circulação do campo jurídico? Como o sistema de verdade destas duas instituições funcionam? Como a verdade circula nos dois campos?

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466466676_ARQUIVO_Breno-VersaoFinal.pdf

Apresentação Oral em GT

Etnografias da comunicação em ambientes on-line: alguns desafios metodológicos

Carla Fernanda Pereira Barros

O artigo pretende abordar determinados desafios da pesquisa etnográfica em ambientes digitais voltada para a comunicação. Após a apresentação de algumas discussões gerais relativas à utilização no método etnográfico no mundo virtual, o artigo se detém em questões específicas ligadas às novas práticas metodológicas voltadas aos meios de comunicação na contemporaneidade, especialmente no que tange aos estudos de recepção. Uma das principais questões que animam o debate refere-se às relações entre os mundos “online” e “offline”, tanto em termos da compreensão dos processos de subjetivação aí constituídos, quanto da abrangência da pesquisa etnográfica nesses dois “campos”. A definição do contexto de pesquisa e o exercício da reflexividade do pesquisador, pontos vitais na abordagem etnográfica, revelam-se especialmente complexos nos estudos midiáticos atuais, devido às vivências em múltiplas plataformas, à erosão da dicotomia produtor/receptor e ao “imperativo” da interação em ambientes virtuais.

Apresentação Oral em GT

O papel da Imprensa Feminina na disseminação de modelos hegemônicos de corpo, beleza e condutas femininas

Charles Antonio Pereira

Abordar a relação que vem sendo construída historicamente entre a imprensa feminina e o público a que ela se direciona, majoritariamente mulheres de diversos estratos sociais, é tratar de relações de poder. Desde os seus primórdios, a partir de mecanismos discursivos a imprensa feminina vem atuando como um meio de disseminação de modelos hegemônicos de corpo, beleza e condutas femininas. A modo de demonstrar como são produzidos tais discursos, para este work, optou-se por priorizar o fenômeno da imprensa feminina, tendo como foco de análise duas publicações específicas, uma revista feminina de grande visibilidade na década de 1920 e uma publicação atual, com certo grau de equivalência. A publicação da década de 1920 selecionada para a análise foi a revista feminina A Cigarra, que era uma Revista ilustrada de variedades fundada em 1914 na cidade de São Paulo e extinta em 1975. A publicação atual selecionada foi a revista Marie Claire, uma revista mensal feminina, com seu surgimento em 1937 na França. É imperioso ressaltar, que torna-se possível analisar e comparar publicações de épocas distintas devido ao fato de que, “sob certo plano de observação, as imagens publicitárias apontam para a mudança; porém observados de outro plano, vemos uma impressionante recorrência entre os significados dessas imagens em momentos diversos. Em outras palavras, as representações e as imagens mudam sem mudar” (ROCHA, 2006, p. 40). O recorte de análise das publicações será orientado pela sua centralidade em aspectos como corpo, beleza e condutas femininas. E primariamente a metodologia utilizada será a Análise Crítica do Discurso (ACD), proposta por Fairclough (1992). Em suma, com a Análise Crítica do discurso pretendo mostrar como as práticas linguístico-discursivas estão submetidas às estruturas de poder e dominação. Complementar a metodologia da Análise Crítica do Discurso (ACD) que será utilizada para o tratamento dos objetos selecionados, proponho ainda uma reflexão a respeito da Etnografia de Arquivos, no que se refere à coleta e análise dos dados da revista A Cigarra, por meio do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Diferentes perspectivas em torno do uso e naturezas dos acervos arquivísticos convergem sempre em uma mesma preocupação: é preciso conceber os conhecimentos que compõem os arquivos como um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações histórica e culturalmente constituídas — sujeitas à leitura e novas interpretações (Foucault 1986, p. 149).



Devido a esse fato, refletir a respeito da Etnografia de Arquivos se apresenta como essencial na realização do work.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467205352_ARQUIVO_OPAPELDAIMPRESAFEMININANADISSE_MINACAODEMODELOSHEGEMONICOSDECORPO.pdf

Apresentação Oral em GT

Reflexões sobre as representações da alteridade no jornalismo hegemônico brasileiro

Danielle Parfentieff de Noronha

O presente work busca apresentar algumas reflexões sobre a produção e reprodução de imaginários através da diferença no jornalismo hegemônico brasileiro, trazendo como pano de fundo o diálogo entre comunicação, mito e poder. As considerações apresentadas neste artigo são balizadas pela pesquisa de campo que realizei para minha tese doutoral, ainda em desenvolvimento, em que foram analisados os meios de comunicação: Jornal Nacional, portal UOL, Revista Veja e jornal O Estado de S. Paulo. O enfoque das análises foram as representações relacionadas com gênero, raça e work, entendidas como as principais linhas com as quais os indivíduos classificam e são classificados ao mesmo tempo, segundo perspectiva desenvolvida por Anibal Quijano. Se trata de um work transdisciplinar, em que busco fomentar o diálogo com o campo de uma antropologia de e para a comunicação. O jornalismo, que possibilita pensar sobre a relação entre ficção e realidade, é entendido como um importante espaço de formação de opiniões sobre o mundo que nos rodeia e de grande influência para a criação de identidades e (re)construção de tradições, memórias, relações de poder e mitos sociais. Nesse sentido, parto da ideia de que a reprodução no jornalismo de um imaginário mitológico sobre a diferença, que separa e representa “eles” e “nós”, a partir da naturalização de categorias, instituições e identidades, aporta importantes elementos para o debate sobre as tensões relacionadas aos diferentes campos de poder em nossas sociedades latino-americanas e, neste caso, especificamente, na sociedade brasileira. Na primeira parte do work apresento uma fundamentação teórica sobre o tema. Na sequência, trago algumas considerações sobre a metodologia aplicada durante a pesquisa de campo e, por último, os principais resultados das análises dos meios de comunicação acima mencionados.

Palavras chave: alteridade, comunicação, poder

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/900_2017-12-11.pdf

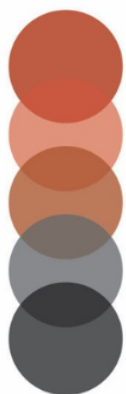
Apresentação Oral em GT

Os contrastes estéticos e sociais em dois filmes brasileiros recentes: Casa Grande e Que horas ela volta?

Janie Kiszewski Pacheco, Isabel de Castro

O Brasil é um país marcado por contrastes sociais, os quais, muitas vezes, são retratados de forma estereotipada nas obras audiovisuais, tanto documentais quanto ficcionais. A emergência e a visibilidade da periferia e da favela e seus moradores em produções cinematográficas nacionais não é recente, se se considerar os filmes urbanos identificados com a proposta estética e política do Cinema Novo (Cinco vezes favela, Rio 40°, entre outros). Neste início do século XXI, alguns filmes têm investido nessa temática com uma abordagem intimista, uma vez que focam as relações entre patrões e empregados em domicílios de classes médias altas, como é o caso de duas produções recentes: Casa Grande (2015), de Fellipe Gamarano Barbosa, e Que horas ela volta (2015), de Anna Muylaert. Em ambos a ação se passa em bairros nobres de duas metrópoles nacionais: Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, e Morumbi, em São Paulo, respectivamente.





As circunstâncias de cada filme são diferentes: no primeiro, acompanham-se as mudanças no cotidiano de uma família cujas condições financeiras estão em desequilíbrio, mas que são omitidas pelo progenitor. No segundo, a narrativa transcorre em torno das mudanças processadas a partir da chegada da filha da empregada doméstica que vai prestar exame vestibular. Pretende-se, num primeiro momento, destacar cenas de cada filme as quais evidenciam distintas relações sociais: patrão-empregado, homem-mulher e pais e filhos. Num segundo momento, busca-se tecer ponderações acerca de semelhanças e diferenças, tanto estéticas como sociais, relacionadas às interdições e transgressões que marcam essas relações, as quais estão secundadas também por relações de classes. Num terceiro momento, reflete-se sobre como os contrastes sociais presentes nessas narrativas são apresentados e justificados visualmente (Orichio, 2003; Monassa, 2005; Diegues, 2007). Por fim, num quarto momento, confirma-se a hipótese de que a produção cinematográfica reflete sobre o momento atual da sociedade brasileira, suas conquistas, impasses e contradições. Dentre os resultados alcançados, destacam-se os diferentes meios/recursos visuais pelos quais as interdições e as transgressões marcam as relações entre os personagens dessas duas narrativas.

Apresentação Oral em GT

Caminhos Metodológicos nas Redes Digitais: Virtualidades e Presencialidades Juvenis

Josefina de Fátima Tranquilin-Silva

Esta comunicação está diretamente vinculada à minha pesquisa de Pós-Doutorado, em andamento no PPGCOM de Comunicação e Práticas do Consumo da ESPM/SP, financiada pela FAPESP/CAPES, iniciada em 2015. A proposta de pesquisa aprovada tanto pelo Programa da ESPM quanto pela FAPESP, objetivou analisar como são construídas, e por meio de quais linguagens midiáticas, as narrativas eróticas edificadas na page do facebook “Moça, Você é Machista”, locus metodológico desta pesquisa. A fim de encontrar este sujeito/objeto empírico, iniciei minha busca em redes digitais, com perfis criados por jovens e que tivessem o corpo como substancial na construção das narratividades entre os sujeitos que interagem nestes espaços. Quando a pesquisa empírica se efetivou, por meio da metodologia empregada – Etnografia – me deparei com novos questionamentos que me levaram a outros olhares para o encaminhamento da pesquisa, que acabaram ampliando aquele olhar proposto pelo projeto inicial. Foi trilhando o caminho metodológico que percebi a impossibilidade de me aprofundar no meu objeto/sujeito de estudo – Juventudes-sexualidades-redes digitais – sem construir uma forte base teórica sobre gêneros sexuais e ativismos digitais juvenis. Temos hoje, as discussões teóricas chamadas de pós-gênero e também aquelas que analisam o surgimento de um tipo de ativismo antes impossível, o ativismo digital juvenil. As teorias pós-gênero resgatam as teorias de gênero para as desconstruírem; os estudiosos dos movimentos sociais e os ativistas contemporâneos, também recorrem às teorias sociais e a modelos de ativismos do passado, para construírem seus novos posicionamentos diante dessas novas pautas acadêmicas e ativistas. Portanto, é no momento em que iniciamos a pesquisa empírica que todo pesquisador testa a metodologia e percebe a sua fundamental importância. Dessa forma, defendo que toda metodologia de pesquisa, no campo da Antropologia, assim como, no da Comunicação, deve ser (re)construída no processo de investigação. Foi pensando nisso que tracei o objetivo desta comunicação: Evidenciar os caminhos metodológicos da pesquisa. Para atingi-lo demonstrarei o escopo da minha pesquisa e a escolha do objeto/sujeito de estudo – “Moça” –; o método utilizado, a construção do banco de dados e os cruzamentos destes dados; o quadro conceitual e o arcabouço teórico empregado para a construção da metodologia.

Apresentação Oral em GT

Nos bastidores da notícia: uma reflexão sobre o work de jornalistas policiais cearenses

Luciana Pinho Morales, Jânia Perla Diógenes de Aquino



O crescente número de episódios de violência(s) nas cidades brasileiras vem ganhando grande destaque nos meios de comunicação de massa, em especial na televisão, abrindo espaço para a criação de uma extensa programação diária no cenário nacional dedicada exclusivamente à divulgação de notícias relativas às ações e práticas policiais. Fenômeno semelhante pode ser observado no contexto cearense, no qual quatro programas policiais veiculados por emissoras de televisão locais disputam diariamente a atenção da audiência, totalizando cerca de catorze horas de telejornalismo policial somente no Estado do Ceará. São eles: Cidade 190 (TV Cidade); Barra Pesada (TV Jangadeiro); Rota 22 e Os malas e a lei (TV Diário). Diante desse contexto, o presente work propõe uma reflexão acerca da dinâmica de funcionamento dos telejornais policiais cearenses e da maneira como as práticas e relações pessoais se desenvolvem nos bastidores dessas produções midiáticas, tendo como objetivo compreender os diversos elementos que contribuem para o processo de construção das notícias. A partir dos dados coletados, percebemos a existência de uma ampla rede de relações profundamente baseada na constante troca de informações, favores etc. entre jornalistas, policiais, testemunhas e outros agentes envolvidos nas notícias dos programas policiais de televisão. A prática da troca faz parte da rotina desses profissionais, cujo work diário é continuamente atravessado por acontecimentos relacionados às temáticas da violência urbana, da criminalidade e da insegurança pública. Salientamos, no entanto, que o crime e a violência não são apenas definidos pelos jornalistas nas narrativas midiáticas, mas também por suas fontes. É nessa dinâmica de mediação que as notícias vão sendo construídas pelos meios de comunicação de massa, em constante negociação entre as diferentes instâncias da sociedade. A pesquisa empírica tem sido viabilizada pela observação intensiva das ações e práticas dos profissionais de jornalismo em dois telejornais policiais cearenses, procurando conhecer e acompanhar de perto suas rotinas de work (nas redações e fora delas), suas redes de relações e de economia de trocas, no intuito de compreender como elas funcionam na prática. Problematicamos a ideia de que a profissão do jornalismo está envolta por uma atmosfera de neutralidade e imparcialidade, por acreditarmos que, no campo jornalístico ocidental, os jornalistas participam ativamente do processo de construção da realidade. Eles são subordinados à empresas privadas produtoras de notícias e precisam dar conta dos interesses dessas instâncias para assegurar seus empregos. Para isso, utilizam-se de táticas e estratégias, no plano da performance, com o objetivo de conferir exclusividade e autenticidade às notícias.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467337191_ARQUIVO_LUCIANAMORALES-ArtigoCompleto.pdf

Apresentação Oral em GT

Um olho na novela e o outro no Facebook: Experimentações metodológicas para um estudo de recepção de telenovelas em comunidades virtuais do Facebook

Mayara Magalhães Martins, Antonio Cristian Saraiva Paiva (UFC)

Nosso objetivo é apresentar o percurso metodológico de um estudo de recepção de telenovelas em três comunidades virtuais do Facebook. A partir das interações observadas nos grupos selecionados para a pesquisa, as tramas eleitas para compor nosso estudo empírico foram: Laura e Edgar (Lado a lado – 2012/2013); Morena e Théo (Salve Jorge – 2012/2013) e Clara e Marina (em Família – 2014). Como objeto de pesquisa apresentamos as interações e ações coletivas promovidas pelos membros em suas respectivas comunidades. A etnografia virtual foi eleita como alicerce metodológico, pois o método é dito como o mais indicado na realização de estudos de recepção. Dentre as propostas do estudo destacamos o exame da experiência etnográfica em territórios virtuais. Nosso principal desafio foi realizar a pesquisa sem abandonar os pressupostos fundamentais da etnografia. Sob de luz de Malinowski (1978) e Geertz (2008) levantamos aqueles que seriam os elementos essenciais do método antropológico e em seguida investigamos a partir de Hine (2004, 2015) quais desses elementos poderiam ser aplicados nas experiências online. Conduzimos nosso estudo de recepção a partir da longa permanência em campo, ou seja, acompanhando as publicações dos

membros das comunidades durante todo o período de exibição das telenovelas e registrando em nosso diário as interações. No que diz respeito às questões que conduziram a investigação, elas foram sendo construídas na medida em que os membros das comunidades revelavam suas preferências por determinados enredos e personagens. Nas três tramas um elemento convergente foram os debates em torno da autonomia feminina. Ainda que em cada comunidade os interesses dos fãs em torno de Laura, Morena, Clara e Marina fossem bastante específicos, no que diz respeito a conflitos que falavam da autonomia feminina, percebemos que nas três comunidades as temáticas que envolviam esse assunto animavam os debates. Sobre o método etnográfico pudemos verificar que manter-se em campo durante todo o período de exibição das telenovelas foi fundamental para compreendermos a identidade de cada um desses coletivos de receptores.

Pôster em GT

Nas redes e nas ruas: etnografando a Mídia Ninja e o Fora do Eixo

Nathália Schneider,

O pôster tem como objetivo apresentar uma análise da monografia realizada para a conclusão de curso, na qual busquei compreender as práticas, o modo de organização e de vida da Mídia Ninja - coletivo midiavivista ciberativista - e por consequência, do Fora do Eixo, ambos movimentos sociais em rede. Através da pesquisa de campo com a revisão bibliográfica, foi possível perceber a construção uma gestão do comum através da ação coletiva, desenvolvendo o projeto da multidão. Por meio de uma breve análise do contexto de caráter progressista da América Latina, com ênfase no Brasil, é realizada uma narrativa das Jornadas de Junho comparando com as demais manifestações globais. Analiso este cenário sob a perspectiva de uma sociedade em rede potencializada pela internet, com ênfase na cultura hacker e nas comunidades virtuais, que construíram através da cultura do compartilhamento, uma nova concepção da produção imaterial. Todos esses aspectos eclodem numa disputa de narrativas com a mídia hegemônica e de outras formas de vida do qual os meus sujeitos de estudo fazem parte. A metodologia escolhida para esta pesquisa é a inspiração etnográfica multi situada, utilizando da técnica de observação participante com diário de campo e também com suportes visuais, principalmente a fotografia. A imagem ocupa um espaço central na apresentação do modo de vida deste coletivo altamente midiático, composto por singularidades. Com o uso da fotografia agregada à pesquisa de campo foi possível observar as características do modo de organização da Mídia Ninja e do Fora do Eixo e as relações estabelecidas com outras mídias independentes e a disputa proposta para com a mídia hegemônica.

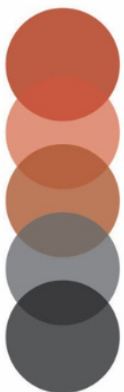
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466472062_ARQUIVO_Schneider,Nathalia.-Nasredesenasruas_etnografandoaMidiaNinjaeforadoEixo.pdf

Apresentação Oral em GT

Rádio cipó, radiofonia e internet, formas de comunicação desde São Gabriel da Cachoeira.

Renato Martelli Soares

O ponto de partida desta apresentação é o registro de algumas formas de comunicação na cidade indígena de São Gabriel da Cachoeira. Mais especificamente, tratar-se-á de três formas. A rede de radiofonia, frequentemente a ligação mais estável das comunidades com o núcleo urbano; a produção audiovisual e o uso da internet pelo movimento indígena organizado; e histórias de trocas de mensagens na região pluriétnica e multilíngue que é o alto rio Negro. A primeira terá sua trajetória relatada através de memórias pessoais de operadores de radiofonia, pessoas envolvidas em sua instalação além de observações e gravações da radiofonia em funcionamento. A segunda descreve o work de comunicação do movimento indígena rionegrino representado aqui pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) que conta



com programa na rádio municipal, boletins, notas públicas, site, blog e participa ativamente de redes sociais. A terceira trata de momentos presentes na memória coletiva e pessoal e na bibliografia sobre a região que, além de contextualizar os atores e a região, exemplificam outros meios de comunicação, como viagens para organizar festas, recados passados sucessivamente e outros momentos de comunicação coletiva no alto rio Negro. Ou seja, ao considerar estas três formas são trazidas descrições e comparações de recados, mensagens, fotos, vídeos, notícias e discursos formulados a partir do núcleo urbano de São Gabriel da Cachoeira e de comunidades indígenas na região do município. Como subsídios para isto constam observações etnográficas, entrevistas e conversas, filmes, boletins, documentos institucionais, bibliografia americanista produzida principalmente desde os anos 1970 na região do Noroeste Amazônico e teorias sobre produção de saberes.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466274783_ARQUIVO_TextocompletoABA_2016_GT4_RenatoMartelliSoares.pdf

Apresentação Oral em GT

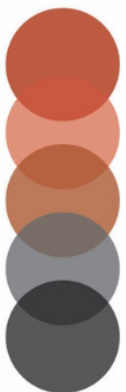
De Canal em Canal: a publicidade produzida em Belém do Pará entra em cena

Robson Cardoso de Oliveira

A “hora do intervalo” é aquele momento em que diversas propagandas adentram a casa dos/as telespectadores/as, tentando seduzi-los/as, mostrar como são bons e eficientes os produtos/serviços ali anunciados, buscando incentivá-lo/a ao consumo. Este momento de recepção, por assim dizer, dos anúncios publicitários por parte de “consumidores/as da propaganda” foi um dos objetivos da pesquisa que empreendi na realização do mestrado em Antropologia, mais especificamente o ato de descortinar a publicidade produzida em Belém do Pará e fazê-la entrar em cena. Para tanto, conversei com dez interlocutores/as (cinco homens e cinco mulheres), durante onze meses, a partir da edificação de uma etnografia de audiência (LEAL, 1990; SILVA, 1999; RIAL, 2004; ABU-LUGHOD, 2006; ASSUNÇÃO, 2007) na qual assistia propagandas com eles/as e por meio delas desenvolvia os diálogos e me tornava cúmplice de suas narrativas (ROCHA & ECKERT, 2011). O intuito era o de investigar sobre as relações dos/as interlocutores/as com os anúncios: seus gostos, desgostos, o que lhes chamam mais a atenção nas peças publicitárias por eles/elas assistidas. Como resultados, percebi discursos que apontavam limites para a criatividade na hora do intervalo, adoção de “fórmulas prontas” e resultando em modelos de peças publicitárias sem inovação como se houvesse um “medo de arriscar”. Além disso, a propaganda produzida em Belém do Pará funcionaria como um processo de ressonância do que é veiculado em grandes centros publicitários como a cidade de São Paulo, bem como a hora do intervalo é o momento no qual a publicidade entra em cena e coloca em uma arena de disputa uma reprodução do que entende por real e uma idealização dessa realidade.

GT 005: Antropologia da Criança

O objetivo GT Antropologia da Criança é reunir a produção antropológica focada na criança como sujeito social a fim de mapear o campo e também dar visibilidade à temática. Nossa aposta é que há um número considerável de pesquisadores que têm focado discussões teóricas e metodológicas que incluem as crianças como sujeitos sociais, mas que encontram-se em diferentes instituições da federação, muitas vezes com pouca interlocução local e que beneficiaram-se de espaços de discussão sistemática, como esse GT. Assim como a Mesa Redonda “Antropologia da Criança no Brasil”, o GT é um esforço na construção de uma Antropologia (brasileira) da Criança (mas não necessariamente da criança brasileira), que honre seus/ suas pais/mães fundadores/as, pavimente sua trajetória e escolha suas temáticas privilegiadas, a partir do diálogo com outras antropologias, nacionais e estrangeiras. Haverá um foco em pesquisas etnográficas recentes que suscitem



discussões metodológicas, éticas e teóricas a partir de contextos diversos. Privilegiaremos discussões que tenham um recorte teórico claro em diálogo com os Novos Estudos da Infância e a Sociologia da Criança e que possam realmente contribuir para a construção do campo temático dos estudos de Antropologia da Criança.

Flávia Ferreira Pires (Universidade Federal da Paraíba) e Levi Marques Pereira (Universidade Federal da Grande Dourados) - **Coordenação**

Claudia Fonseca (UFRGS) - **Debatedor/a**

Antonella Maria Imperatriz Tassinari (Universidade Federal de Santa Catarina) - **Debatedor/a**

Apresentação Oral em GT

Contribuições e desafios metodológicos da pesquisa com crianças: reminiscências de uma etnografia em uma comunidade de Niterói - RJ

Betânia Mueller

Esse work é um recorte de minha pesquisa de Mestrado em Antropologia na Universidade Federal Fluminense, uma pesquisa etnográfica de cerca de um ano junto a um projeto social no Morro da Boa Vista, Niterói – RJ. O projeto tinha como objetivo prevenir o envolvimento das crianças e adolescentes com atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, bastante presente entre os jovens da comunidade. Nesse sentido, apesar de ser iniciativa dos próprios moradores, o projeto reproduzia um conhecido discurso moralizante sobre a necessidade de “tirar os jovens da rua” e dos jovens de contextos periféricos como “futuros criminosos”. Sua principal atividade era o ensino e prática da arte marcial Jiu Jitsu, e seu fundador era membro de uma pequena igreja evangélica local, tendo o projeto também um forte viés religioso. Meu objetivo desde o início foi me aproximar dos jovens, sobretudo das crianças, considerando-as sujeitos ainda pouco valorizados na Antropologia, conforme ilustra bem o artigo denominado “por que os antropólogos não gostam de crianças?” (HIRSHFELD, 2002). Assim, busquei conhecer seus próprios pontos de vista sobre o contexto a sua volta, incluindo questões relativas ao esporte, à desigualdade social, ao tráfico de drogas, polícia e conflitos decorrentes, além de questões relativas à gênero e relacionamentos afetivos. Após iniciar com a técnica da observação direta, decidi praticar a observação participante, treinando junto com elas, o que fez com que eu pudesse me aproximar de forma mais intensa. Segundo Cohn (2002), a observação participante é uma alternativa enriquecedora nesse empreendimento, por permitir uma interação direta com as crianças, tratando-as em condições de igualdade. Além disso, utilizei outras técnicas como a confecção de desenhos e registros fotográficos. Durante toda a pesquisa, busquei analisar os assuntos que surgissem espontaneamente, evitando introduzir meus temas de interesse, ou fazendo-o de forma cuidadosa, dando espaço para respostas mais autênticas. Afinal, como bem observa Szulc (2006), é preciso estar atento para o fato de que as crianças também são capazes de mentir, de dizer o que queremos ouvir, tendo cuidado para não naturalizar a concepção contemporânea a respeito da pureza infantil. Nesse work abordarei questões referentes a assimetria pesquisadora/crianças - incluindo o fator geracional, de origem e classe social -, o ponto de vista das crianças sobre diversas questões, narrando alguns envolvimento e suas delicadezas, desafios éticos e metodológicos, além de problematizar diferentes concepções de infância. Apesar dos desafios, considero minha experiência enriquecedora para o campo de estudos da Antropologia da Criança, em expansão no Brasil.

Palavras chave: Etnografia; Crianças; Comunidade;

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/355_2017-01-16.pdf

Apresentação Oral em GT





Direitos Da Criança Indígena: A Luta Kaiowá Por Seu Tekoha Como Um Direito Da Mitã

Bruna Santos de Andrade, Silvana Jesus do Nascimento

Neste artigo propomos discutir o direito à terra como um direito da criança indígena que está ausente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/90), mas que entendemos ser fundamental para que os demais direitos da criança indígena seja garantido. Este paper será elaborado em coautoria e pretende trazer as experiências de pesquisa de campo, das duas autoras, envolvendo as mitã (crianças indígenas kaiowá), em cidades do sul, do Mato Grosso do Sul, na região Centro Oeste, do Brasil. Uma das autoras, no período de 2011 a 2013, fez o acompanhamento dos noticiários jornalístico, observações e audições de eventos organizados por instituições com a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) e a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) - para discutir as violações dos direitos das crianças indígenas e entrevistas com os agentes da rede de proteção à criança. Esta problematiza o modo como esta rede percebe as mitã e as tensões que enfrentam no desafio de compatibilizar o direito da criança com o direito do indígena em um contexto socioeconômico e político de desigualdade e extrema pobreza. A outra autora, desde 2014 vem acompanhando uma área de retomada, no município de Naviraí/MS e tem compreendido que falar sobre a luta Kaiowá pelo tekoha, neste estado é também falar das mitã que nascem, crescem e vivem num contexto de constantes conflitos e ameaças motivadas pelas disputas entre indígenas e proprietários rurais pela posse da terra. Para esta, a situação de acampamento pode ser entendida, de um lado, como de violação dos direitos da criança, e de outro como uma forma de cuidado que tem como fundamento a preocupação com o futuro das mitã. Os referenciais teóricos utilizados são da antropologia da criança e da etnologia produzida no contexto brasileiro e, especificamente, na região de MS. Um dos resultados desse encontro de pesquisas a que chegamos é que enquanto para uma parte significativa da rede de proteção à criança é possível tratar dos direitos das crianças indígenas sem discutir a questão territorial, para os nossos interlocutores indígenas não há essa separação. Entendemos que esta é uma reflexão necessária para avançarmos no debate da criança e da infância como uma categoria sociocultural e na compreensão das disputas políticas feitas pela criança e em nome da criança.

Apresentação Oral em GT

Entre brincadeiras, silêncios e conversações: interagindo no campo com crianças numa favela à beira-mar em Fortaleza

Deiziane Pinheiro Aguiar

O objetivo deste paper é descrever e problematizar a construção de um acesso etnográfico com crianças moradoras de uma favela à beira-mar em Fortaleza. Desde que iniciei etnografia com crianças, em 2014, tenho me questionado sobre como elaborar a inserção com esses sujeitos sociais. Atualmente, estou acompanhando uma família que perdeu um jovem chacinado-Sérgio, 22 anos- em agosto de 2015 no Serviluz, no segmento da Estiva, área de conflito armado classificada localmente como uma das mais bem armadas e com o “comando” de tráfico mais organizado e equipado. A mãe e os três irmãos do jovem presenciaram a execução dentro de casa. Rosa(8 anos), Eduardo(11 anos) e Carlos(12 anos) relataram suas lembranças, saudades e possibilidades de um futuro distinto do irmão assassinado, que era reconhecido como estando envolvido no crime. Rosa é a que mais se expressa sobre isso, narrando as brincadeiras que tinha com Sérgio e não crê no evento: “Eu me belisquei para saber se era verdade”. Eduardo raramente se manifesta, quase sempre em silêncio quando a família comenta sobre o fato. Carlos problematiza a questão num outro aspecto: “O crime não compensa, o crime é mau”. Foi nesse contexto de interação que duas ferramentas metodológicas foram sendo elaboradas: a brincadeira e a conversação com as crianças. Na busca de acessar seus modos de falar, silêncios e manifestações em situações de perda por violência letal e de esgarçamento da rede de relações sociais, mas também do laço parental. Ao me dispor a escutar, brincar e conversar com as crianças,

seja na casa dos três irmãos ou em outros espaços da favela, além da interação com outras crianças de sua vicinidade, que venho construindo meu campo, ampliando a compreensão dos eventos críticos ocorridos cotidianamente no Serviluz. A brincadeira, que pode ser pensada alternadamente como objeto e metodologia, facilita a aproximação com as crianças e também permite compreender como elas pensam as situações dos ameaçados de morte a partir de suas práticas narrativas. A brincadeira tornou-se recurso sério para a pesquisa do ponto de vista metodológico e também das condições existenciais, intersubjetivas, de convívio humano em campo. Na conversação, utilizo duas maneiras de trabalhar, as registradas por um gravador de voz ou as livres (ambas conversas informais). A convergência entre brincadeira e conversação tem possibilitado uma ampliação da experiência de campo, principalmente, no que tange à construção do difícil acesso aos eventos críticos de violência letal sofrido e presenciado pelos sujeitos. Os discursos com seus silêncios e as práticas socioculturais das crianças, como avaliam os eventos e como tais situações influenciam no imaginário infantil são os elementos principais da análise da agência simbólica e moral delas.

Palavras chave: Etnografia; Crianças; Violência.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/11_2017-01-24.pdf

Apresentação Oral em GT

Crianças contra o sistema: Uma análise da agência das crianças camponesas Capuxu

Emilene Leite de Sousa

Este work analisa a produção da pessoa Capuxu através da fabricação dos corpos das crianças. Esta pesquisa se realizou no Sítio Santana-Queimadas, sertão da Paraíba, onde mora o povo Capuxu, um grupo camponês endogâmico cuja identidade se define pelo sentimento de pertença a um grupo com sinais diacríticos definidores de fronteiras que se estabelece entre o povo e os outsiders. Com o intuito de desvendar a construção da pessoa Capuxu através da análise da produção dos corpos das crianças, descobri que processos individuais e coletivos de construção do corpo e da pessoa desembocam na formulação de uma identidade coletiva de um povo que se autodefine e é definido como Capuxu. Além disso, alguns destes aspectos enunciativos da pessoa Capuxu – especificamente os sistemas de parentesco, nomeação e apadrinhamento – são modificados através da ação das crianças. Assim, o sistema onomástico lhe designa nomes na infância que são substituídos pelos apelidos colocados pelas crianças umas nas outras, perdurando estes apelidos por toda a vida, e se tornando os desígnios formais de seus portadores. São também as crianças as responsáveis por nomear animais, diluindo as fronteiras entre as pessoas e os animais. Embora o sistema de apadrinhamento lhe confira padrinhos escolhidos pelos seus pais ainda na infância, as crianças mais tarde participam de rituais alternativos de apadrinhamento substituindo seus padrinhos formais por aqueles que eles mesmos escolheram e burlando mais uma vez o sistema Capuxu. E, por fim, o sistema endogâmico de parentesco delimita os cônjuges possíveis para as crianças com a determinação de uma união preferencial entre primos, mas este sistema depende inteiramente das relações que estas crianças desenvolverão com seus cônjuges em potencial. Diante disso, este work visa refletir sobre a agência das crianças e as relações intergeracionais que esta agência faz estabelecer, enfatizando a importância desta agência para a harmonia e funcionamento da reciprocidade e da solidariedade do povo Capuxu e a perpetuação de sua identidade coletiva.

Palavras chave: Agência; Capuxu; Sistemas

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/812_2016-11-28.pdf

Apresentação Oral em GT



Realidades criadas através do brincar

Flora Botelho

O work explora o que é criado em brincadeiras de criança e como a infância pode ser entendida através da brincadeira, baseado em campo etnográfico em um jardim de infância em Copenhagen, Dinamarca. Através da observação de e envolvimento nas brincadeiras das crianças, venho a perceber que em tais atividades, elementos são manipulados e transformados, promovendo construções curiosas e muitas vezes paradoxais. Independente de quão fantásticas tais construções se apresentam, as crianças raramente definem o que elas fazem como brincar; pelo contrário, elas expressam considerar as atividades nas quais se envolvem como sérias. Ao levá-las a sério, as crianças vivem o que é criado na brincadeira como real. Ao mesmo tempo, as crianças brincam com coisas sérias, as tratando como elementos maleáveis que podem ser transformados. As atividades das crianças ofuscam assim os limites entre brincadeira e seriedade, assim como entre o real e o fantástico. Com isso em mente, eu sigo a forma como os meus informantes abordam a brincadeira e procuro entender como brincar pode ser sério e como o que é criado na brincadeira pode ser real. Isso me leva a entender que as crianças se relacionam com elementos virtuais de forma semelhante a como elas se relacionam com elementos atuais. Por isso, trato virtualidade como um aspecto da realidade (Deleuze 1988) e argumento que através da brincadeira elementos virtuais são atualizados e novas realidades são assim criadas. A partir daí, exploro especificamente como a temporalidade aparece como uma virtualidade que pode ser atualizada na brincadeira. Ações e expressões das crianças desconsideram o tempo enquanto sequencia linear irreversível e parecem tratar passado e futuro como elementos que podem ser manipulados no presente. Investigando como tais manipulações se dão, descubro que o tempo no jardim de infância é melhor entendido como durações, i. e., temporalidades que ocorrem através de atualizações (Deleuze 1988). As conclusões desse work abrem para uma discussão das formas convencionais de se conceber a infância e possibilitam contestar abordagens desenvolvimentistas da infância e da brincadeira. Alternativamente, o work promove uma concepção de infância que não está ligada à categorias de idade, e propõe uma abordagem que acomoda a imprevisibilidade e a inovação. Apoiada no conceito de devir de Deleuze e Guattari (1995) proponho tratar tanto crianças quanto adultos como constitutivamente inacabados. Partindo das concepções sobre crescer apresentadas pelas crianças, e levando em consideração a forma como o tempo e a virtualidade são tratados em suas atividades, argumento que no jardim de infância, a infância se apresenta como uma categoria mais ampla que inclui a fase adulta.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466428379_ARQUIVO_Botelho.paper.ABA.2016.pdf

Pôster em GT

Vivências de Crianças e suas Famílias no Contexto do HIV/aids

Jannine Jolanda Araújo Diniz

O presente work objetiva realizar algumas reflexões sobre vivências de crianças e seus cuidadores acerca das implicações do que significa viver/conviver com o vírus do HIV. Longe de ser um estudo exaustivo, proponho discutir, de maneira analítica, alguns aspectos observados ao longo do desenvolvimento da minha dissertação, uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, realizada com pessoas atendidas em dois serviços de referência do SUS no tratamento da aids em João Pessoa-PB, a saber: Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) e Hospital Clementino Fraga (CHCF). O desenvolvimento da pesquisa se deu em um período de 8 meses e contou com a participação de 5 famílias. Foi feita uma adaptação do método relatos de vida, de Daniel Bertaux (1980). As histórias de vida analisadas foram contadas por muitas vozes (polifonias) de pessoas que vivenciaram os episódios narrados. O termo "polifonias" aqui é

empregado num sentido semelhante ao usado por Clifford (1998). Busquei realizar uma integração metodológica, a fim de possibilitar uma compreensão do processo estudado a partir de ângulos e perspectivas diversas dos atores envolvidos. Assim, foi possível uma imersão nessas experiências, respeitando as ambiguidades advindas dos diversos pontos de vista. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram múltiplos, tais como: entrevistas em profundidade; perguntas abertas; observação direta; produção de desenhos-estórias com títulos, filmes, e encenações. Através da imersão em diálogos foi possível construir categorias analíticas, as quais foram analisadas à luz de um referencial teórico socioantropológico. Há, atualmente, um crescente interesse em investigar crianças/infâncias no contexto da saúde, a partir de seus próprios olhares, concepções e perspectivas. Porém, estudos socioantropológicos acerca das questões ligadas à aids pediátrica ainda são incipientes, constituindo, assim, um importante desafio teórico-metodológico aos estudos na área. A visão das crianças, nesse estudo, tem um papel de destaque, pois elas atuam como interlocutoras e são compreendidas aqui como agentes capazes de produzir, atualizar e preencher lacunas acerca de aspectos relativos à sua condição de saúde. Defendo que as crianças revelam fragmentos de narrativas que representam experiências sociais significativas, e que é imprescindível considerar também as características individuais, familiares e o contexto sócio-histórico-cultural mais amplo do qual a criança participa. Portanto, faz-se necessário o reconhecimento de que as crianças são sujeitos que precisam ser ouvidos para além do direito que possuem de se expressar, uma vez que têm muito a nos dizer e a colaborar a respeito de questões que lhes afetam cotidianamente.

Trabalho completo:

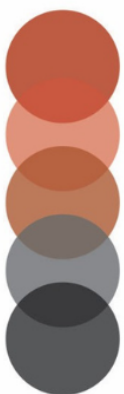
https://www.abant.org.br/files/1467144975_ARQUIVO_workcompletoFlaviafinalpdf.pdf

Apresentação Oral em GT

A dependência ativa da criança autista: sobre cuidados e singularidades

Leonardo Carbonieri Campoy

O autismo, mesmo sendo objeto de controvérsias atuais que chegaram até mesmo a questionar seu estatuto patológico, ainda é recorrentemente entendido como uma condição que implica a dependência e a nulidade social dos diagnosticados. Assim, a criança autista pode gerar – e ser alvo de – uma interpretação de dupla passividade, já que, à noção de criança como tábula rasa, um corpo e uma mente vazios que devem ser preenchidos para que ela se torne um agente social normal, soma-se o autismo, um estado que dificultaria ao máximo a socialização e a compreensão das regras da comunicação. Como a antropologia da criança pode realizar seu projeto com a criança autista? Será que é etnograficamente possível empreender o combate à percepção dos pequenos como incorporadores miméticos e passivos de papéis e comportamentos sociais conferindo agência criativa e autoral à criança autista? Ou será que o predicado autista abala o edifício ontológico da criança atuante, ao menos em contexto ocidental, obrigando o antropólogo a aceitar, em grande medida, a criança atuada? Exploro esses questionamentos a partir da etnografia de consultas médicas com crianças autistas e suas famílias que realizei em uma cidade grande do Brasil. Entre 2013 e 2015, acompanhei, dentro do consultório, uma neuropediatra diagnosticando crianças como autistas, tratando-os com remédios e encaminhamentos para terapias e orientando suas famílias sobre o cuidado geral, desde situações prosaicas até momentos críticos. Por meio de relatos dessas experiências, argumento que tanto a clínica da neuropediatra quanto a criação das famílias são, a um só tempo, produzidos por e produtores de um discernimento entre a infância, a individualidade e o autismo em cada criança. Para cuidar, os adultos entendem que é fundamental perceber a especificidade de cada menino e menina porque o autismo não padroniza, manifestando-se, ao contrário, em uma trama fractal com a infância e a individualidade histórica de cada criança. Uma vez que o objetivo do cuidado é o desenvolvimento da criança, essa espécie de saber conviver com seu autismo ao mesmo tempo em que consegue viver em coletivos humanos de maneira relativamente harmoniosa e produtiva, todo ato em prol da criança precisa se encaixar em sua especificidade



enquanto realização única das relações entre infância, individualidade e autismo. Sustentando-se nessas indicações etnográficas, afirmo que, sim, é possível fazer uma antropologia da criança autista que a conceba como atuante em suas relações porque, na verdade, os próprios adultos que cuidam já tratam-na assim. Contudo, seguindo as reflexões de Eva Kittay, arremato a apresentação defendendo que a criança autista ativa precisa ser pensada em complementaridade, e não oposição, à condição de dependente dos adultos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466435060_ARQUIVO_LeoCampoy-aba_2016.pdf

Apresentação Oral em GT

O conceito de culturas infantis nos novos estudos sociais da infância

Patrícia Maria Uchôa Simões, Patrícia Maria Uchôa Simões Maira Streithorst Fígoli Milene Moraes Ferreira

O conceito de culturas infantis ou culturas de pares foi proposto por William Corsaro e se refere às ações compartilhadas entre as crianças segundo suas formas de interpretar o mundo e o significado atribuído por elas, diferentemente das ações e interpretações dos adultos. Esse conceito assumiu uma centralidade no debate dos novos estudos sociais da infância e coloca a criança como protagonista das interações que estabelece com os seus pares e com os adultos, bem como do seu próprio desenvolvimento social, afetivo e cognitivo. Muitos estudiosos da Sociologia da Infância vêm utilizando esse conceito nas análises dos resultados de suas pesquisas que auxiliam a compreender a infância como uma categoria estrutural, a partir da perspectiva geracional. Por outro lado, na Antropologia moderna, o conceito de cultura vem sendo debatido no sentido de buscar uma ressignificação, a partir da fragmentação que vem acontecendo resultante das numerosas formulações que esse termo tem sofrido. A visão crítica de cultura tem como pressuposto que os sujeitos falam de determinados lugares e posições, estando, portanto, intimamente ligado ao conceito de identidade. Diante desse novo paradigma para as ciências sociais e compreendendo a relevância do debate epistemológico, conceitual, teórico e metodológico, o presente estudo pretendeu analisar a produção científica em periódicos na base de dados Scielo Brazil sobre o conceito de cultura nesses estudos. Para tanto, foi feito um levantamento de artigos, utilizando os descritores: infância e cultura. Foram identificados 109 artigos inicialmente, e, desse total, foram excluídos 8 artigos por utilizarem o termo cultura no seu sentido biológico (como propagação de microrganismos ou cultura de tecido vivo em um meio nutritivo preparado). Foram analisados, então, 101 artigos publicados entre os anos de 1999 e 2015. A grande maioria dos estudos foi publicada em periódicos da área da educação, 37 artigos, seguida dos periódicos em Psicologia, 23 artigos. Apenas um artigo em um periódico na área especificamente da Antropologia. A análise apontou o crescimento da discussão das temáticas no período observado. Também evidenciou a predominância dos estudos fora da área das ciências sociais. Como conclusão, ressalta-se a diversidade de uso do termo cultura, muitas vezes, sem qualquer fundamentação epistemológica ou referência a um quadro teórico. Por fim, este estudo pretende apontar para a necessidade de estudos que, aprofundando a discussão conceitual das culturas infantis, desenvolvam um arcabouço teórico-metodológico capaz de avançar na compreensão desse tema.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467632573_ARQUIVO_CULTURASINFANTISNOSNOVOSESTUDOSSOCIAISDAINFANCIA.textocompleto.pdf

Apresentação Oral em GT

“FORA DE CASA O ÚNICO SERVIÇO QUE A GENTE FAZ É BAGUNÇAR”: Contribuições de uma política pública para algumas transformações geracionais contemporâneas no agreste pernambucano



Patrícia Oliveira Santana dos Santos, Antonio Luiz da Silva Denise Cristina Ferreira

Neste artigo temos por objetivo discutir algumas das transformações que vêm ocorrendo no bojo da geracionalidade nas últimas décadas em Feira Nova – Orobó, uma pequena comunidade rural do agreste pernambucano. Sob a égide da perspectiva etnográfica, tendo como pano de fundo o Programa Bolsa Família e as suas condicionalidades, realizamos observação participante, entrevistas semi-estruturadas, conversas informais além de técnicas como desenhos, redações e dinâmicas infantis. Como resultado, destacaremos que naquela comunidade a vivência da infância vem passando ao longo dos tempos por significativas diferenciações. Num quadro comparativo, mostraremos que muitas das crianças do passado, hoje avós, pais, mães, tios, tiveram parte de sua realidade infantil prejudicada pela entrada precoce no mundo do work ao passo que as crianças da atualidade são fortemente incentivadas à escolarização e à ludicidade. Concluiremos que a agência infantil na referida comunidade indica ser fruto de uma longa transformação histórica geracional, para a qual muito tem contribuído a intervenção da política pública nacional.

Trabalho completo:

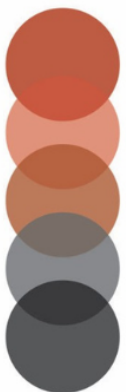
https://www.abant.org.br/files/1467333050_ARQUIVO_FORADECASAOUNICOSERVICOQUEAGEN_TEFABAGUNCAR-ABAPDF.pdf

Apresentação Oral em GT

A culpa é da cultura? Uma análise crítica da cobertura midiática do caso dos "indiozinhos"

Rafael Rondis Nunes de Abreu, Silvana Jesus do Nascimento

Neste work pretendemos discutir os usos e efeitos políticos de um dos conceitos mais antigos da antropologia, “cultura”, a partir da sua circulação e legitimidade fora dos debates internos à disciplina. Tomamos como material de análise uma série de 17 textos jornalístico publicados, entre 21 de janeiro de 2016 à 26 de fevereiro de 2016, por um dos principais jornais de circulação virtual de Mato Grosso do Sul, no Brasil. O protagonista das notícias foi um menino indígena, que não teve a etnia na qual ele pertence divulgada, Edegar Gonçalves da Silva, de 4 anos, apelidado pela imprensa local de "indiozinho". A breve e intensa espetacularização da história pessoal da criança, da família e a acusação de omissão por parte de outros órgãos de atendimento ao indígena ocorreu enquanto este estava na Santa Casa em situação de internamento social, para ser submetido a uma cirurgia cardíaca. As narrativas construídas e veiculadas pelo jornal culpabilizaram a "cultura", que de acordo com a jornalista, poderia matá-lo, pois era um entrave para a realização da operação cardíaca. Em um dos textos o jornal reproduz fragmentos de uma carta do pai da criança que teria proibido a operação, sob o argumento de que o "coração é sagrado". Em meio à exacerbada exposição da história e da imagem da criança, apareceram, nas matérias, opiniões divergentes de familiares e profissionais de diversas áreas, inclusive de antropólogos cujas participações foram utilizadas para corroborar com o argumento da “cultura como problema”. A análise dos discursos presente nos jornais será cruzada com entrevistas com as personagens citadas nas notícias, com profissionais e instituições que tiveram contato com a criança e com a sua parentela, assim como os próprios parentes serão ouvidos. O objetivo é trazer para o bojo da discussão a atuação dos profissionais envolvidos neste caso específico, principalmente aqueles ligados à imprensa, a saúde pública e à assistência social, com o intuito de refletir sobre a atuação das distintas áreas frente à criança indígena. Um dos resultados a que chegamos a partir deste caso é que o processo de visibilização da criança indígena acompanhada do conceito de “cultura” tem o efeito de sensibilização para o sofrimento infantil, mas também de controle e de violência contra as “práticas culturais” dos povos indígenas. Com esta reflexão pensamos ser possível avançarmos no debate em torno das disputas políticas feitas pela e em nome da criança, além dos efeitos da criação de uma comunidade emocional em torno da criança vítima.



Apresentação Oral em GT

A criança, a cidade e o direito ao lazer: etnografia em Angra dos Reis

Renata Silva Bergo

Nesse texto abordo as primeiras reflexões sobre os dados produzidos no estudo que venho realizando no município de Angra dos Reis (RJ). Trata-se de uma pesquisa etnográfica interdisciplinar, que busca colocar em diálogo a Antropologia da Criança e os Estudos do Lazer, tendo como temas centrais a ludicidade e o lazer como direito social. Investigar essas temáticas se faz relevante na medida em que se constata a existência de um discurso esvaziado de maior reflexão sobre a “importância do brincar” para desenvolvimento infantil, sobretudo entre os profissionais da educação. Os dados mostram um cenário preocupante de falha na formação de professores, desinformação por parte dos pais e desinteresse do poder público, no que diz respeito à garantia do direito das crianças de brincar e de ter acesso a tempos e espaços de lazer. Na primeira fase da pesquisa exploratória, constatou-se a existência de uma percepção bastante negativa sobre o tema entre os adultos (pais e docentes), e que se torna ainda mais forte quando se referem as brincadeiras que acontecem em espaços públicos. Diferentes de outros tempos, ser criança parece não combinar mais com brincar na rua ou na praça. Em nossa sociedade, marcada pelos altos índices de violência e pela lógica mercadológica, o espaço da rua se torna cada vez mais o território do medo e as atividades lúdicas e de lazer são consideradas “perda de tempo”. Nesse cenário, aliando a noção de tempo livre à noção de tempo perigoso, políticas públicas e ações sociais voltadas para o público infantil têm sido pensadas na perspectiva da “ocupação do tempo” das crianças, e não como garantia de direitos. Seguindo essa lógica, atualmente oferecer aos pequenos oportunidades de lazer tem significado direcioná-las para espaços fechados, privados, restritivos, inclusive em termos de políticas públicas. Tendo sempre a criança como categoria central na condução da investigação e análise, a segunda fase do estudo aqui referido busca compreender a presença/ocupação dos espaços públicos de lazer do município de Angra dos Reis pelos sujeitos da primeira infância. Nesse processo, um aspecto fundamental da metodologia é a escuta atenta desses sujeitos a fim conhecer suas percepções sobre o tema.

Apresentação Oral em GT

Educação e Cuidados das Crianças Pequenas Xakriabá: Entre Anjinhos e Calunduns.

Rogério Correia da Silva, Erica DUMONT-PENA

O presente texto propõe caracterizar a infância das crianças pequenas do grupo indígena Xakriabá. Em torno de 9 mil indivíduos, os Xakriabá habitam a região norte de Minas Gerais, município de São João das Missões. Do nascimento aos 6 anos, a educação das crianças Xakriabá, ocorre a maior parte do tempo em seu grupo doméstico, no ambiente da casa. É exercida principalmente pelas mulheres e pelas crianças maiores, marcada pelos cuidados com seu alimentar, sua limpeza, no acompanhar e no intervir em seu desenvolvimento, na realização de brincadeiras e na manutenção da sua saúde. Ao caracterizarmos o lugar da criança nesta sociedade analisamos as práticas de educação e cuidados embasados pela discussão sobre a noção de pessoa e fabricação do corpo, tema bastante recorrente nos estudos sobre crianças indígenas (COHN, 2002, 2013; TASSINARI, 2007). Caracterizamos assim tais práticas a partir da ideia de técnicas de cuidado corporal (DUMONT-PENA, 2015). As orientações quanto as práticas de alimentação próprias a idade, os banhos, as massagens e simpatias tendo as crianças como centro das atenções nos revelam as noções do grupo sobre o seu desenvolvimento, frente ao ideal de corpo belo e saudável. Um segundo ponto a ser abordado diz respeito as imagens e representações ambíguas que circulam sobre as crianças pequenas. A primeira que analisamos é a imagem da criança-anjo ou, simplesmente “anjinho”. Podemos identificá-las em duas práticas: “a festa dos anjinhos” (culto da Virgem Maria) e o ritual de sepultamento das crianças pequenas. Tal imagem nos

conecta àquela criada pela igreja católica e difundida no Brasil desde o período colonial (DEL PRIORE, 1991), e que persiste também em outras regiões, como no nordeste brasileiro (SANTOS, 2014). Em contraponto ao anjinho e seu significado de pureza e inocência, duas outras expressões revelam a percepção do grupo para o comportamento infantil: “malinar” e “bestar”. Estas, sintetizam a imagem do menino que faz maldades, curioso e voluntarioso e que muito longe da figura angelical, pode deixar de ser humano, por adotar o ócio como forma de vida. Tais representações e práticas atestam a forte influência da religião católica nas práticas cotidianas da educação das crianças. Por fim, trabalhar com grupo indígena do sertão mineiro nos traz alguns desafios e contribuições, a saber: considerar mais atentamente as relações entre infância e religião (PIRES, 2011); ampliar a discussão sobre corporalidade e infância a outros grupos não-indígenas; buscar uma literatura que analise os processos históricos de trocas, mudanças e apropriações; problematizar a noção de infância utilizada para definir a vida das crianças não só de grupos como Xakriabá mas também de outras populações do campo.

Apresentação Oral em GT

CRIANÇA INDÍGENA E TERRITÓRIO – a situação de acampamento das crianças kaiowá e guarani na aldeia - PAKURITY/MS

Sônia Rocha Lucas, Antonio Hilario Aguilera Urquiza

O texto apresenta o resultado parcial de pesquisa mestrado, em andamento, em Antropologia (UFGD) e tem como objetivo apresentar a percepção das crianças Kaiowá e Guarani diante da situação de acampamento em que estão inseridas, levando em consideração o atual processo de regulamentação fundiária de território tradicional da aldeia Pakurity. Tem como aporte teórico-metodológico o utilizado na própria Antropologia, que abrange o work de campo e a partir dele, a observação participante, diário de campo, técnica do uso de desenhos e outras formas de registros. Ancoramos em autores como Pacheco de Oliveira (1998), Brand (1993, 1997), Pereira (2002, 2007 e 2010), Cavalcante (2013), Conh (2005), Lutti (2009) e Aguilera Urquiza (2011). Diante disto podemos afirmar que as crianças entendem que o território é fundamental para reproduzir o teko, o verdadeiro modo de ser de um Kaiowá e Guarani, o que nos faz concluir que as crianças entendem que o território é imprescindível à preservação e a reprodução de sua cultura.

Palavras chave: Crianças; Acampamento; Território

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/576_2017-06-05.pdf

Pôster em GT

Brincando de Aprender: uma discussão sobre o aprendizado para as crianças Kalapalo

Veronica Monachini de Carvalho

Partindo da literatura que passa a revisar o conceito de sociedade - e, portanto, a própria dicotomia entre indivíduo e sociedade -, sobretudo a partir das discussões sobre a produção da Pessoa, este work pretende discutir os processos próprios de formação da pessoa entre os Kalapalo (um povo de língua karib do Alto Xingu), para compreender como as crianças, enquanto protagonistas de sua própria história, percebem tais processos e atuam neles, se apropriando e reformulando constantemente os conhecimentos tradicionais. Para tanto, me apoio em uma etnografia inicial de formas de sociabilidade infantil entre os Kalapalo da aldeia Aiha



GT 006: Antropologia da morte: teorias de ritual

O uso da teoria de ritual em suas mais diversas abordagens para a análise dos processos associados à morte é considerado um instrumental clássico na antropologia. Contudo, já há alguns anos a utilização desta categoria tem sido questionada, principalmente a partir do reconhecimento das transformações nas dinâmicas contemporâneas. Nesse cenário revisionista, temáticas como as da laicização, da secularização, e do individualismo, dentre outras, foram compreendidas como obstáculos para o uso de uma categoria que anteriormente se aproximava da arena do social e do formal. De forma diferente, recentes pesquisas tem evidenciado que a existência desses mesmos elementos incentivou a criação de novas formas de observação dos rituais que colocam em voga temáticas como relacionalismo, interactivity, reflexividade, reposicionamento.

Neste grupo de trabalho propomos um aprofundamento e revisão dessa arena analítica já consagrada, buscando pesquisas nas quais as mais diversas possibilidades de teorias de ritual estejam em evidência: rituais formais, informais, individuais, coletivos, em presença, à distância, públicos, privados, ritualizações. Enfim, desejamos selecionar trabalhos nos quais a vivência da morte, do enterro e/ou do luto sejam debatidas assumindo o uso da teoria de ritual como modelo para análise. Nosso objetivo é encontrar lugares de criatividade e inovação em um campo já consagrado na história da disciplina.

Andreia Vicente da Silva (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) e Mísia Lins Vieira Reesink (UFPE) -
Coordenação

Apresentação Oral em GT

Fazer das cinzas diamantes: a busca pela eternidade no mundo visível através de joias de família

Aline Lopes Rochedo

As reflexões que proponho neste artigo emergem de uma investigação mais ampla sobre lógicas de transmissão e circulação de joias no âmbito familiar. Sendo a morte uma dimensão fundamental no repasse de um adorno entre gerações e na própria instituição de um artefato como sendo “de família”, visitei works sobre ritos funerários, relações entre vivos e mortos e diferentes concepções acerca da morte. Neste processo, deparei-me com produções acadêmicas que tratam de joias de afeto, de luto ou de cabelo, acessórios vitorianos que foram moda entre membros das elites nos séculos XVIII e XIX. Venho considerando estes resíduos materiais móveis como agentes sociais capazes de afetar e prolongar as relações entre ancestrais e herdeiros após procedimentos e ritos de despedida e descarte de cadáveres. Paralelamente a essa produção, interessei-me pelos processos de cremação e rituais posteriores envolvendo cinzas mortuárias, até me deparar com reportagens e sites de diferentes países – Brasil, inclusive – contendo narrativas ritualísticas sobre diamantes sintéticos fabricados em laboratórios a partir de carbono humano, pedras que, depois de serem lapidadas e retornadas a famílias enlutadas em porta-joias, não raras vezes são encrustadas em ouro, platina ou prata e transformadas em adornos corporais carregados e reverenciados pelos descendentes. Purificadas, tornam-se relíquias humanas, peças que cabem na palma da mão e/ou podem enfeitar corpos e que, provavelmente, serão incluídas em inventários, convertendo-se em nova modalidade de joias de família e borrando ainda mais as fronteiras entre pessoas e coisas. A discussão que proponho neste work envolve uma nova ritualização a partir da materialização de cinzas (reformulação do corpo morto) em diamantes (purificação), joias e itens a ser inventariados. Entendo que este processo concede nova vida social e novo estatuto ao corpo morto e que, ritualizado de diferentes maneiras por períodos posteriores aos ritos funerários “convencionais”, interfere na presença-ausência-presença. Em forma de bem de luxo com identidade



conflituosa, o(a) falecido(a) é móvel, pode circular e viajar, e também pode ser pensado(a) como um agente social capaz de provocar emoções nos vivos e protagonizar novos ritos. Não há um ato final prescrito para quem morreu e teve as cinzas convertidas em gema, muito menos para aqueles que guardam a relíquia do antepassado, até porque, como indicam depoimentos reunidos em reportagens a que tive acesso de diferentes países, enlutados do(a) morto(a) transformado(a) em diamante aderem à retórica dos laboratórios, que prometem a eternidade também no plano material, no “mundo visível”.

Palavras chave: Cinzas, diamantes, joias

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/224_2017-01-04.pdf

Apresentação Oral em GT

Um dia de sol para cultuar os antepassados: o Shokonsai como fator climático e identitário

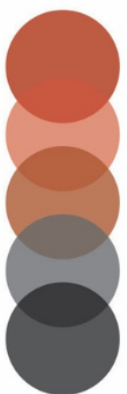
Aline Yuri Hasegawa

Esta pesquisa trata de um ritual de culto aos ancestrais realizado no município de Álvares Machado-SP por descendentes de imigrantes japoneses. O Shokonsai, nativamente traduzido por "convite às almas", pode ser considerado a síntese de dois rituais: o hakamairi, que tem um caráter familiar e privado; e o O-bon, que é público e comunitário. O hakamairi pode ser traduzido como “visita a sepultura”. Em geral, familiares e amigos costumam praticá-lo a seus entes queridos que faleceram. Datas como aniversário de vida, aniversário de morte, ano novo, Finados e até mesmo dias de O-bon são consideradas importantes para a prática do ritual. O O-bon, por sua vez, pode ser traduzido por festival das lanternas, e no contexto brasileiro é um evento organizado pelas associações de cultura japonesa, engajando suas lideranças e membros ativos. As associações de cultura japonesa são chamadas nativamente de kai 会 e, – neste contexto, a tradução deste termo seria associação, sociedade. Nos O-bons são convidadas personalidades “de fora” – membros e lideranças de outros kais, figuras públicas da localidade, alianças importantes para a comunidade local. Seguindo as datas das comemorações do O-bon no Japão, no Brasil também são realizados em julho ou agosto. No caso do ritual realizado no município de Álvares Machado-SP, além das especificidades listadas acima, ainda há algumas características que o tornam peculiar com relação aos demais festivais de O-bon realizados no Brasil. Neste local, a festa é realizada em um clube de campo da associação, onde fica localizado seu cemitério étnico. Neste cemitério, estão enterrados ancestrais de muitas lideranças e de membros ativos da comunidade atual. As festividades ocorrem durante o dia, iniciando-se com uma missa em homenagem à memória dos ancestrais e, no final do dia, há o espetáculo de acendimento de velas nos túmulos. Este cemitério étnico nikkei, cuja manutenção é de responsabilidade do kai local, é único no Brasil. Neste contexto, funde-se ao sentido do hakamairi, o O-bon, e o festival recebe o nome de Shokonsai. Outro aspecto que compõe o ritual, além dos já mencionados, é a importância das condições climáticas. Diz-se que há 95 anos, durante a realização do evento, jamais choveu e ainda que, ao final do dia, no momento do acendimento das velas nos túmulos, os ventos cessam e as velas permanecem acesas até que a última se apague naturalmente. Só então os ventos retornam. O objetivo deste texto é apresentar os elementos filosóficos religiosos que embasam uma noção de morte que permita a conexão das práticas das pessoas (mortas e vivas) com as condições climáticas, ou seja, uma cosmologia em que morte, vida e natureza façam parte de um mesmo contínuo que se interconectam por meio das práticas fúnebres.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466445323_ARQUIVO_aline_hasegawa.pdf

Apresentação Oral em GT

DE COMPANHEIRA A VILÃ: nós, os outros, e a morte.





Anne Caroline Nava Lopes, Anne Caroline Nava Lopes Isanda Maria Falcão Canjão Silvia Cristianne Nava Lopes

A abordagem sobre a temática da morte que aqui se deseja construir tomando como referência a adotada perspectiva histórica aplicada por Elias ao estudo sobre os costumes ultrapassa, portanto, uma conotação biológica e assume sua significação na esfera social. Portanto, a presente discussão não é sobre a morte física ou sua experiência em nível psicológico, mas sobre a morte como uma expressão de nível coletivo - sociogênese. Não queremos substituir uma explicação biológica por uma explicação puramente social, mas sim explorar a imbricação entre os fenômenos sociais e biológicos observando o controle estatal sobre o morrer. O presente work decorre da pesquisa desenvolvida no Mestrado em Ciências Sociais e pretende explorar um aspecto específico sobre a morte, qual seja, as relações entre saber médico e a morte. Acreditamos que o estudo sobre as relações entre a medicina e a morte é uma das maneiras mais eficazes de se compreender o impacto que o desenvolvimento –tecnológico e o saber médico exercem sobre a sociedade contemporânea, principalmente no que concerne ao controle social sobre a forma como as pessoas morrem, sob o prisma regulador estatal que legitima o saber médico. Esse tipo de controle social no âmbito da biopolítica atua no domínio dos controles exteriores calcados na disciplina. Trata-se de uma ação estatal tanto direta quanto indireta que aciona instrumentos coercitivos sobre os indivíduos. Por trás existe tanto uma imposição de uma forma de morrer, refiro-me a hegemonicamente hospitalar, quanto um adestramento com base em condicionantes que incutem nos indivíduos um aprendizado cada vez mais forte. De acordo com Elias em sua obra *A Solidão dos Moribundos* (2001, p.57): “Os indivíduos aprendem não somente desejarem a assistência hospitalizada, mas a ela se submeterem docilmente”. Uma das consequências da perfeição técnica da medicina e dos novos hábitos instituídos e reconhecidos foi o fato de os moribundos terem sido fatalmente afastados para os bastidores da vida social como sugere Elias. É sobre essa dimensão medicalizada que desejamos refletir. Finalmente, a atualidade do tema e a reflexão realizada neste work dão-se pela motivação de discutir um tema por muito tempo silenciado, enquanto um assunto interdito e banido do cenário da vida, uma vida moderna que se caracteriza cada vez mais pela atitude de recusa da morte.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466363410_ARQUIVO_ArtigoNava.LopesNormalizado.pdf

Apresentação Oral em GT

O ritual de morte como dignificação social em Luanda

Francisco José Barbosa

Esta pesquisa foi parte da Tese “Nas fronteiras da liberdade: colonização, descolonização e ritos fúnebres na Angola contemporânea”, pois, convivendo por mais de cinco anos entre o povo angolano, dentre tantos ritos que compõem essa sociedade, o ritual de morte foi o que mais me chamou atenção, devido a grande repercussão, comoção e ajuntamento que promove na sociedade. A força em querer viver independentemente do sofrimento, é uma marca desse povo, que dignifica seus ancestrais com atos de coragem no quesito enfrentar as agruras sociais. Essa pesquisa teve como objetivo analisar as práticas ritualísticas fúnebres do grupo kimbundu e Umbundu na região de Luanda/Angola, tendo como metodologia a pesquisa qualitativa pela via etnográfica, pois participei de mais de vinte rituais fúnebres em Luanda. Dessa pesquisa constatamos que a morte é encarada como uma parte da vida e também como possibilidade de resgatar a estrutura da família novamente, juntando-se com seus ancestrais que já se foram (morreram) e, conseqüentemente, passam a aguardar aqueles que ainda não passaram por esse ritual (morte), era uma forma de juntar-se à família, e acabar com o sofrimento causado pelas violências na colonização e descolonização. Com a invasão cristã advinda da colonização e da cultura portuguesa, a morte para os angolanos sofre um pouco a influência católica e passa a ser além da busca da ancestralidade (concepção africana) ser também a busca do céu

(concepção católica), que não pode ser conquistado através dos suicídios, e sim pela influência e a adesão ao cristianismo, que exige a dedicação total do fiel para ter direito ao céu. No caso de Angola, nem o Estado com suas concepções ocidentais de modernidade, que tentam ignorar a importância social dos ritos de morte, e nem a igreja cristã, conseguiram impedir a prática tradicional do ritual. Com facilidade é possível encontrar e participar dos rituais fúnebres em qualquer província de Angola, e perceber que há algo em comum em todos: a expectativa de fazer um bom ritual fúnebre em casa e convidar a família e amigos para participar, pois o ritual é aglutinador, une e ajuda a dar esperança para uma sociedade que sofreu com a violência e dignificar a memória em vida daquele que se foi. Conversando informalmente com vários estudantes constatamos que é comum às suas famílias ao longo da vida, guardar dinheiro e encarregar outras pessoas para lhes fazerem funerais dignos, com todos os detalhes e requintes possíveis, evidenciando, assim, a importância que o arcabouço simbólico do ritual de morte tem na atual sociedade, mostrando como essa prática une o povo em qualquer segmento da estrutura social.

Palavras chave: Ritual; Morte; Dignidade

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/413_2017-07-11.pdf

Pôster em GT

"A boa morte: O fim como metáfora"

Gabriela Pimentel de Araújo, Bruno José de Araújo Florêncio

O presente work faz uma análise das práticas fúnebres do catolicismo popular, abordando a questão dos ritos enquanto reação das estruturas sociais e culturais, analisando a contribuição que o isolamento teológico – ocasionado pela ausência cânones oficiais – trouxe para a consolidação dos ritos fúnebres. Sendo assim, as práticas rituais são analisadas como forma de resistência da população, que se desenvolve com a convergência do fenômeno religioso do rito com a estrutura da consciência dos praticantes. O work analisa o rito das incelências, usando a obra “Morte e Vida Severina” de João Cabral de Melo Neto como objeto de estudo, tendo a “Eficácia Simbólica” de Lévi-Strauss e a “Prece” de Mauss como base teórica para explicar a relação simbólica do rito, e sua relação lógica cultural.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1464299546_ARQUIVO_ABoaMorte-OFimcomoMetafora.pdf

Apresentação Oral em GT

Consoada: a morte como alívio

Gicele Brito Ferreira

A origem do nome “Consoada” vem do Latim "consolata", de "consolare", "consolar", alguém que vê no dizer de Bandeira a indesejada das gentes chegar. Conjugado o verbo Morrer não é tarefa simples, pois nos impõe a regra gramatical que no presente se inicie por Eu morro; logo sou perecível, finito. Porém pensar a morte como referência totalizante constitui um espaço para reflexão sobre a sociedade como um todo, com sua visão de mundo e o ethos a ela associado; afinal todos nós morreremos e buscar entender o que ocorre no ato de morrer e todos os ritos que o cercam é buscar entender as “teias” que constroem a vida. Na primeira parte deste artigo apresento fragmentos do discurso teórico elaborado por Antropólogos que pensam a morte, para segui-la com auxílio de um exercício etnográfico feito a partir do acompanhamento de velórios de pessoas idosas, onde observei que os anos conquistados com aumento da expectativa de vida, nem sempre significam viver, e a morte vem consoada como alívio. Na sequência fecho as linhas deste texto com questões do trato dispendido aos muitos idosos e aos centenários quando a morte chega. A morte como comportamento



complexo que se origina nas bases do inconsciente se materializa na construção de espaços sociais, sejam eles de pequeno ou grande reconhecimento para os vivos que ficam. Todo o dia morre-se, mas no ritual de enterramento percebe-se que vida se viveu, são situações recorrentes que tentei apresentar ao trazer a dissonância que há entre morrer velho verso morrer em vida por que envelheceu.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466438829_ARQUIVO_ArtigoRBA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Moradas eternas, morada dos vivos: um olhar sobre o culto dos mortos no cemitério da Soledad em Belém - Pará .

Helio Figueiredo da Serra Netto, José Leandro Gomes de Souza Jorge Oscar Santos Miranda

Ainda que a técnica se desenvolva ao seu mais alto nível a natureza nunca se desdobra ao homem, a morte em sua sutileza – ou sem nenhuma – sempre se faz presente e nos espreita em nossa caminhada diária, mas onde ela nos encontrará? Em Belém do Pará, toda segunda-feira, pessoas dos diversos tipos – de classes, cor, gênero, idade e credos – peregrinam nos cemitérios da cidade em busca de graças, pagamento de promessas e gratidão nos chamados “Culto das Almas”. Santos populares, exús, novenas e oferendas fazem parte deste tímido, mas não menos importante, acontecimento da cidade, e que encontra no famoso cemitério da Soledad uma importante expressão da relação das pessoas com o espaço urbano. Este cemitério é conhecido por ser situado no centro da cidade e por se constituir como uma importante referência arquitetônicas, além de uma pérola da cultura imaterial local, nele se encontram não só as imponentes esculturas e mausoléus herdados do período histórico da belle époque, como também as importantes figuras que compõem o imaginário das “visagens e assombrações” da cidade. O doce “Menino Cícero”, a poderosa “Raimundinha Picanço” e a benevolente “Preta Domingas” figuram, entre outros, como ilustres habitantes e como um dos mais milagrosos e cultuados; placas, velas, novenas, oferendas, fotografias e outros objetos são deixados em um ritual semanário em sinal de agradecimento, muitas são as graças alcançadas. O cemitério se torna um enclave em meio ao caos urbano, as buzinas dos engarrafamentos caóticos são docemente abafadas pelo canto dos pássaros, pelo som das folhas e dos galhos soprados pelo vento e, principalmente, pela ferocidade das chamas que consomem as centenas de velas espalhadas pelo local. Os mortos tornam-se íntimo dos vivos, as moradas eternas abrem suas portas e se tornam uma espécie de sala de visita onde os vivos adentram e realizam sus orações e oferendas. Em meio aos rituais individuais, em uma pequena capela castigada pelo tempo e pela invisibilidade pública, um padre – que esbanja uma simplicidade visível –, realiza ao longo do dia orações do terço e abençoa as pessoas e seus objetos. Lá as pessoas não só peregrinam, mas também conversam, se sentam e leem seus jornais e revistas, a paisagem amena, que se constrói nessas relações, são invadidas pelo cheiro das velas nos fazem lembrar da nossa fatídica e humana fragilidade diante da morte. Mas neste espaço é tempo de paz. Este work é fruto de uma tese de doutorado, em andamento, que busca compreender a relação entre a imagem, a memória, o sagrado e as tecnologias fotográficas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466600708_ARQUIVO_Moradaseternas,moradadosvivos_RBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Patrimônios afetivos e acervos familiares: Morte, memória e materialidades entre famílias vítimas da violência urbana em Belém-PA.

Hugo Menezes Neto



Nos dias 4 e 5 de novembro de 2014 ocorreu uma chacina em Belém do Pará, evento conhecido na cidade como “Chacina de Belém”, que resultou na morte de 11 jovens da periferia da cidade, atribuídas a policiais militares que ainda respondem judicialmente pelo episódio. Desde então acompanho cinco famílias das vítimas, pesquisando mais especificamente seus processos rituais de enlutamento, salvaguarda da memória e produção de acervo familiar. Neste work, portanto, apresento as primeiras análises do projeto de pesquisa apoiado pelo Programa de Apoio ao Doutor Pesquisador, da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UFPA, com vistas a pensar como as famílias das vítimas da violência urbana lidam, entendem e se relacionam com as coisas deixadas por esses jovens mortos. Em outras palavras, o que fazer, ou como se relacionar, com roupas, fotos, documentos, livros, e demais objetos que um dia pertenceram a um filho hoje morto pela violência urbana? Meu objetivo é refletir a respeito do processo ritual de musealização particular que articula luto, materialidade e violência, pensando nas especificidades desses ritual quando a morte está atrelada a um evento crítico de grande impacto social e familiar. Atento, outrossim, à seleção do que guardar ou descartar, às motivações, emoções e intuítos constituintes da ação de transformá-los em acervos familiares, expostos em cômodos da casa ou guardados em gavetas com acesso restrito, comunicando a ausência e ao mesmo tempo demarcando a presença dos jovens, reanimando memórias e acionando conexões entre mortos e vivos. Logo, as reflexões foram promovidas pela observação do movimento familiar de escolha, manutenção, manuseio e ressignificações desses objetos/coisas na constituição de um acervo, patrimônio afetivo, que materializa e/ou transubstancia discursos e imagens sobre os filhos assassinados no contexto de violência da capital paraense. Tais análises filam-se ao campo antropológico do ritual, a retomar works e teorias basilares de Durkheim, Gluckman, Leach e, especialmente, Victor Turner. Como também apontam para as discussões atuais sobre representação e sentidos ontológicos que envolvem as relações entre humanos e coisas na perspectiva de Tim Ingold.

Apresentação Oral em GT

“Com um ente querido eu vou até o final”. Experiências de reciprocidade dos consumidores fúnebres

Isabela Andrade de Lima Morais

Pesquisadores clássicos do campo ritual da morte sinalizam para uma atitude individualista, pragmática, laica, secular e por um processo de solidão, de interdição, de ocultamento e de banimento da morte e dos mortos nas sociedades contemporâneas (ARIES, 2003, 2000, 1999 e ELIAS, 2001), porém, uma pesquisa etnográfica sobre mercado e consumo fúnebre realizada para o Doutorado em Antropologia, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, nos anos de 2006 a 2009, demonstrou atitudes relacionais estabelecidas com os mortos. Nossos mortos são lembrados, invocados e chorados. Há um vínculo com os que se foram. Os mortos possuem “mana”, tem valor mágico, religioso e social. Neste contexto relacional e mágico, a lógica da reciprocidade está presente quando do consumo fúnebre. Relatos de: “era a última coisa que eu podia fazer por ele (ou por ela)” alimentam a cadeia econômica do mercado de produtos e serviços funerários. Objetivo dessa comunicação é apresentar o consumo de produtos e serviços fúnebres como uma possibilidade de retribuir algo. É uma dádiva contratual, um “potlach”, um “kula”. Os gastos com um funeral além de cumprir uma função tranquilizadora para os vivos (THOMAS, 1991) sendo percebido como “a única forma para recompensar a perda”; significa também, para os consumidores fúnebres, a possibilidade de retribuir ao ente que morreu algo que ele ofereceu quando vivo. E é essa retribuição que mantém o vínculo entre os vivos e os mortos.

Apresentação Oral em GT

A morte narrada e as perspectivas etnográficas dos rituais fúnebres.

Jaqueline Pereira de Sousa

Nos arredores da cidade de Cajueiro, ao norte do Estado do Piauí (Brasil), encontram-se cemitérios à beira-mar e com eles as memórias dos seus moradores que, em situação de conflito com o crescimento do turismo e as novas formas de sociabilidades, deixa evidenciadas as transformações nas formas de lidar com morrer – amalgamados pelo tradicionalizado e pelo modernizante. Essa pesquisa busca nas narrativas da etnobiografia o acionamento da memória fúnebre através do poder de agência dos objetos que, mais do que mediadores entre o mundo dos vivos e dos mortos, tem papel fundamental na ritualização do discurso performático pelos interlocutores ao evocar os seus antepassados. A cultura material contemplada não só pelas fotografias, sepulturas, cruzeiros, artefatos pessoais, etc., também enquadra como circunstâncias as narrativas, os gostos e as virtudes do falecido, fazendo com que tais dispositivos enfatizem a presença desse morto (mesmo não estando presente em corpo físico), sua constante (re) memorização cria uma conexão entre vida e morte.

Palavras chave: Morte; Objetos; Narrativas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/59_2017-01-19.pdf

Apresentação Oral em GT

Etnografia da Morte: uma reflexão sobre Rituais de Despedida na Cultura Fúnebre do Crato-CE

José Felipe de Lima Alves, Ednalva Maciel Neves Mauro Guilherme Pinheiro Koury

O work apresenta um recorte da pesquisa de mestrado sobre cultura fúnebre no contexto urbano da cidade do Crato, localizada na região metropolitana do Cariri Cearense. A proposta desse work é além de apresentar o objeto e o estudo que está sendo realizado trazer uma reflexão sobre o campo a partir da contribuição teórica da antropologia e a textualização dos resultados obtidos com o desenvolvimento dessa teoria aplicada à prática de pesquisa. Utilizamos a observação participante como metodologia, por considerar de fundamental importância a vivência do pesquisador nos rituais que são realizados, bem como de compreender as diversas nuances que permeiam as relações dos atores envolvidos no contexto fúnebre da cidade. Buscamos compreender os diversos elementos que compõem os rituais de despedida levando em consideração todos os aspectos que se dizem respeito a morte na cidade. Percebemos a dinamicidade dos eventos e as mudanças que ocorrem ao longo dos tempos, principalmente na estrutura dos rituais e no tratamento que é dado ao corpo morto. Compreendemos que essas mudanças acompanham a urbanização e integram novas práticas que são efetuadas pelos indivíduos que acompanham essa dinâmica da cultura. Assim, refletimos sobre os rituais de despedida como eventos que compõem a estrutura social através dos elementos que comunicam a cultura fúnebre da cidade para elaboramos uma etnografia que apresente a morte como fenômeno para que possamos assim, compreender as relações construídas pelos indivíduos nesse processo ritual.

Apresentação Oral em GT

O luto sem corpo e a formação da memória de desaparecidos políticos por parte de seus familiares

Leticia Rodrigues Ferreira Netto

Os estudos sobre o luto costumam apresentá-lo como um processo uno apesar dos vários tipos de luto. O que identifiquei na pesquisa é uma diferenciação para além de caracteres culturais ou religiosos, mas na relação entre o luto e a forma como o corpo morto se apresenta ou deixa de se apresentar naquilo que podemos chamar de ritual. Intento com tal pesquisa começar um processo de expansão do entendimento sobre esse processo, não para criar um extremo relativismo que impeça a análise, mas antes para compreender e contemplar as diferenças que costumam ser tão sutis nessa situação. Pois, devido à história do país no século XX, momento em que se instauraram duas ditaduras que se utilizaram da força para manter sua legitimidade, é necessária a discussão sobre os processos de perda por que passam os envolvidos mais diretamente e que



geram lutas por direitos à memória. Para realizar essa discussão, busco os estudos da Antropologia da Morte e dos rituais, bem como os Estudos da Memória, tema amplamente discutido no final do século passado e no presente século. A partir das distinções entre memória individual, memória de grupo e memória nacional, penso poder contemplar as tensões existentes sobre esse tema atualmente. Tentarei, também, compreender de que forma as diferentes instituições podem interferir no processo de luto e na elaboração da lembrança de um desaparecido. Lembrança essa que se coloca como local relacional entre a família e seu falecido. Até o presente momento, três tipos de luto foram percebidos: o luto com corpo identificável; o luto com corpo não identificável; e o luto com ausência de corpo. O estudo deste último tipo se mostra mais delicado e depende de etnografias junto a famílias que apresentem a condição de desaparecimentos políticos devido à anuência da morte. Quando se fala de desaparecimentos em que essa aceitação não ocorre, por vezes, não se pode falar em luto devido à postura com que a família se relaciona com tal indivíduo. A não-presença do corpo é ainda um elemento importante a ser considerado, visto que o Brasil tem diversos casos de desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres da ditadura militar não solucionados apesar das diversas comissões instituídas. Ainda, a memória oficial veiculada por essas comissões tem um peso por ser aquela veiculada nas escolas e nas mídias e aquela que se forma para os cidadãos nascidos após a redemocratização. E quando não contempla os familiares, pode haver conflitos entre as visões do passado e o impedimento na realização de direitos. Os estudos acerca de um processo de enlutamento diferenciado pode auxiliar na construção de uma imagem de tal período que contemple as famílias e que permita perceber a gravidade de tal regime para os direitos humanos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466458581_ARQUIVO_COMPLETOFERREIRANETTO.LOLUTOSEM_CORPOEAFORMACAODAMEMORIADEDESAPARECIDOSPOLITICOSPORPARTEDESEUSFAMILIARES.pdf

Apresentação Oral em GT

“Aquele Bala Me Matou Também”: Homicídio, Maternidade e o Ritual Público do Luto no Tribunal de Justiça

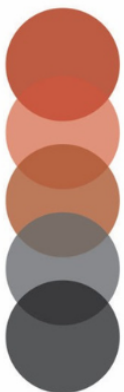
Luciane de Oliveira Rocha

Engajando com a teoria de ritual como modelo de análise, o objetivo deste artigo é analisar as manifestações públicas de mães de vítimas de violência policial como um ritual coletivo de luto. Como estratégia para dar visibilidade aos casos de homicídios cometidos por policiais e buscar a celeridade dos processos junto ao Sistema de Justiça Criminal, as mães de vítimas de violência policial promovem atos públicos em frente ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Analisados como rituais, é possível identificar nesses atos manifestações de sofrimento por meio do silêncio, cantos, poesia, fotografias e trajes. A metodologia utilizada é a análise etnográfica de três desses rituais de luto e a etnografia documental de processos criminais. O ensaio está dividido em três seções: na primeira, discuto como a morte de jovens ligada à ação policial no Estado do Rio de Janeiro é retratada nos processos criminais; na segunda, discuto o reposicionamento da morte na experiência de mães de vítimas de violência; na terceira parte, vinculo a abordagem performativa para a análise do ritual do luto realizado pelas mães. Este work revisa a teoria de rituais e a relaciona com a morte e o morrer na teoria da Diáspora Africana.

Apresentação Oral em GT

Os nahuas e os rituais funerários: Estudo de caso em a Sierra Negra no Estado de Puebla em México

Luisa Gabriela Avila Cortés



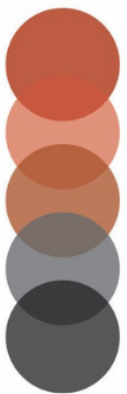
Os membros do povo nahua do México que habitam a Sierra Negra no Estado de Puebla realizam rituais funerários para criar uma proteção para a família do morto, ou para evitar que a comunidade inteira adoça pela “negatividade” que implica a situação liminar da própria morte. Eles comemoram esses rituais dependendo da maneira que o historicamente foi-se estabelecendo, porém os nahuas não conseguem mudanças estruturais nos rituais. Esta informação foi encontrada durante o work de campo realizado para apresentar a tese do Mestrado em Antropologia na Universidad Autónoma de México entre os anos 2008 e 2010. Duas práticas se identificaram dentro do ritual funerário entre estes nahuas: as imediatas e as extensas. No primeiro grupo se incluíram a preparação do morto, as exéquias, o enterro, o novenário e o(s) levantamento(s) da cruz; no segundo grupo se abarca o término do luto, a percepção sobre o dano-benefício entre o morto e a comunidade principalmente pela doença chamada “mal aire” e a comemoração da Festa Anual dos Mortos em Novembro. A reprodução da estrutura básica do ritual continua se reproduzindo entre as novas gerações dos nahuas, mas algumas mudanças externas estão se percebendo na realização dos rituais pela influência de fatores variados como as migrações intermitentes, a carência dos recursos econômicos para obter os produtos necessários ou a divisão entre representantes políticos da comunidade e sua jurisdição regional.

Apresentação Oral em GT

O Aruê e as narrativas sobre a morte

Renata Freitas Machado

A comunidade pesqueira de Matarandiba, localizada na Ilha de Itaparica, Bahia, se despede do ano velho e dá boas vindas ao ano novo com a Festividade do Aruê. No Aruê é preparada uma jangada com partes da bananeira, as folhas formam um arco, no meio é colocado um mamão com olhos, nariz e boca entalhados, lembrando uma caveira. As flores rosadas também compõem o cenário. Tais elementos parecem nos remeter a um rito fúnebre. O cortejo sai do Alto do Cruzeiro (Matarandiba), antes da meia-noite, percorrendo todas as ruas da Vila, quatro homens seguram em volta da jangada, atrás uma multidão canta: Aruê, aruê, Aruê, Aruá, enterrar o ano velho que o novo vai chegar. Em volta da jangada, mulheres e homens seguem o cortejo e lamentam com gritos o enterro de mais um ano. Ao final do cortejo, quando o ano já foi despachado na maré, a comunidade festeja o ano novo com o samba de roda. O Aruê tem sido a base para compreensão da relação da comunidade com a morte e seus rituais funerários. O morto e o ano percorrem caminhos inversos dentro da comunidade. De um lado temos o ano que segue até a praia e é despachado. Do outro, o morto que também segue em cortejo, porém no caminho oposto e distante da Vila, e é enterrado. Ao tentar entender os rituais funerários, do ponto de vista da antropologia da performance, outras categorias analíticas emergem. A exemplo da religiosidade, afetividade, memória e som. Nesse work a música/som ocupa um lugar de evidência. O próprio campo me apresenta a música como lugar privilegiado para compreensão dos rituais funerários. A música está presente no cotidiano das pessoas em Matarandiba, seja nas cantigas das lavadeiras, as cantigas para mariscar, os cantos das rodas de samba, cânticos das manifestações culturais e também nas canções de despedida. No caso específico do Aruê, as batidas do timbal compõem a canção em coro que acompanha o cortejo. Já nos enterros, o contexto sonoro é composto por cânticos respondidos em coro, murmúrios de tristeza e soluços. A música está inserida nas várias atividades sociais e tem estreita relação com outras formas expressivas, o que se configura como importante plano de análise da antropologia. A etnografia da performance musical traz a cena outros fenômenos, não necessariamente acústicos mas extremamente importantes do ponto de vista antropológico. A proposta do work é uma reflexão, a partir do diálogo da antropologia da morte e uma etnografia da performance musical, acerca da relação da comunidade com a morte e os desdobramentos dos seus rituais mortuários. O work é um recorte da pesquisa de doutorado que está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.



Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467382654_ARQUIVO_RenataFreitasMachado_GT06_RBA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Dinâmicas e fenômenos sociais: um estudo sobre a morte no cemitério da comunidade Nossa Senhora da Guia, Paraíba

Uliana Gomes da Silva, Ednalva Maciel Neves (edmneves@gmail.com)

Este work reflete a respeito da temática da morte e o espaço de sepultamento a partir da pesquisa desenvolvida no cemitério da comunidade Nossa Senhora da Guia em Lucena-PB. O cemitério está situado na parte mais alta da comunidade entre o santuário Nossa Senhora da Guia e uma reserva florestal. Trata-se de um cemitério sem muros, cujo espaço sagrado é marcado pela grande cruz que perdura no meio dos túmulos. Os túmulos são enfeitados por “grinaldas” coloridas que chamam a atenção do transeunte, ocupando área relativamente pequena e, por isso, sua capacidade para construção de novos túmulos está limitada. No entanto, a procura pelo sepultamento tem crescido recentemente, com novas construções que chegam a adentrar a reserva florestal, outros invadem o espaço utilizado pelo comércio local, que funciona nos dias de missas. Tal singularidade nos fez refletir sobre as modalidades de enfrentamento da morte em contexto social contemporâneo diferente do modelo propagado do chamado tabu da morte, para compreender a dinâmica das atitudes e representações ali realizadas. Nosso work se fundamenta em uma pesquisa de campo realizada em 2011 a 2015, quando observamos e entrevistamos as pessoas que tinham parentes enterrados no cemitério. Para a maioria dos interlocutores, o lugar aparece como “local calmo”, entendido como “lugar ideal” para ser enterrado. Outros aspectos são relevantes como: o fato de que não se paga taxa para “enterrar”, a manutenção dos túmulos é feita pelos familiares do falecido, assim como na maioria dos casos é a própria família que “cava a cova” para o sepultamento. Existem diferenças entre os túmulos que se tornam visíveis, em termos de: tamanho, estrutura e decoração. De modo geral, se percebe que a distinção faz parte do cenário. Tais diferenças podem ser explicadas a partir das diferenças relacionadas aos marcadores sociais, refletindo as condições econômica, social e também religiosa de cada família. A religiosa diferencia os túmulos pelo que seja considerado “católico” ou “crente” de acordo com as crenças local, indicando assim modalidades que envolvem as relações entre vivos e mortos segundo as normas e ethos da vida religiosa. As obrigações de manutenção do túmulo continua sendo uma responsabilidade da família e motivo de controle social por outras famílias e visitantes do cemitério. A manutenção é justificada pela reciprocidade com um ente querido como mecanismos para continuar a integrar a vida social daqueles que continuam. Atribuições de características para a morte foram feitas: “ela é sacana”, “covarde”, “injusta”, mostrou se presente também nos discursos as diferenciações de tipos de morte “boa morte”, “morte natural”, “morte matada”, “morte ruim”, relacionando as com o ultimo suspiro das pessoas sepultadas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466474897_ARQUIVO_DinamicasefenomenossociaisumestudosobreamortenocemiteriodacomunidadeNossaSenhoradaGuiaParaiba.pdf

GT 007: Antropologia da Técnica

Este GT visa dar continuidade e consolidar a discussão sobre uma Antropologia da técnica iniciada na 29^a RBA e que vem ganhando proporção e interesse no Brasil. Nesse sentido, pretende reunir pesquisas com interesses etnográfico e analítico direcionados aos processos técnicos, entendendo-se como tal a sequência de interações entre humanos, artefatos, plantas, animais, minerais e ambiente de modo geral. Incluem-se nisto activities de coleta, cultivo, criação, produção, uso e circulação, em diferentes escalas, inclusive de caráter industrial. Para compreender tais processos resulta significativo focar as práticas, os conhecimentos e as



habilidades que estão na base das cadeias operatórias, não como mera projeção de uma tecnologia, mas como propriedades de ação sobre a matéria. Considera-se de grande relevância a abordagem de processos de transformação, sejam eles deliberados ou não, como mudanças sociais e econômicas, escolhas técnicas ou transferência de tecnologia através de políticas específicas. São também valiosos os enfoques dos processos políticos, entendidos como processos técnicos voltados a mobilizar, ordenar e hierarquizar forças de diversas naturezas (cosmológicas, laços de parentesco, obrigações de reciprocidade, etc.), definindo relações de poder e, assim, configurando sistemas sociotécnicos. Serão priorizados os trabalhos que apresentem investimento empírico e que voltem a atenção para processos técnicos como fator constitutivo da análise.

Alessandro Roberto de Oliveira (Universidade Federal de Goiás - UFG) e Fabio Mura (UFPB) -

Coordenação

Carlos Xavier de Azevedo Netto (Universidade Federal da Paraíba)- **Debatedor/a**

Jeremy Paul Jean Loup Deturche (UNiversidade Federal de Santa Catarina) - **Debatedor/a**

Apresentação Oral em GT

Rede sociotécnica da opala: etnografia da fabricação de joias no Festival de Inverno de Pedro II

Daniela Pereira Damasceno Santos

A partir do contexto etnográfico do Festival de Inverno de Pedro II – Piauí, em 2015, este artigo pretende argumentar sobre os processos técnicos utilizados na produção artesanal e comercialização de joias em opala do município. Refletimos sobre os fazeres da joia, o artesão não existe como uma categoria fechada, mas divide-se em diversas atribuições que estão dispostas em equilíbrio, com diversas atribuições técnicas e suas relações ao longo do processo produtivo da joalheria, tendo por fim o entendimento do sistema sociotécnico da opala. O fazer da joalheria envolve diversos atores, Humanos e não-Humanos. Então, tomando a opala como figura central do sistema no relato etnográfico, observamos o seu caminho pelas mãos dos diversos tipos de artesãos, após sair das mãos dos mineiros. Inicialmente vemos as identificações dos atores Humanos por nomenclaturas como: “artesão joalheiro” ou “ouvires” para os que desempenham a função de modelar o metal e criar a joia ao redor da gema; o “lapidário” que executa a função de modelar do corte da gema e de como será a disposição dela na joia pronta; e o work do “joalheiro” (diferente de artesão joalheiro) que encarrega-se de conhecer todos os processos, materiais, formas e histórias, apesar de não chegar a executá-los, apenas para vender a joia com agregação de valor. Em cada escala de identificação, os artesãos exercem domínios diferentes de habilidades e conhecimentos, mostrados em momentos diferentes do processo produtivo. Também é observado a significância da gema, em suas mais diversas formas, cores, texturas e valores no tratar da joia pronta, e a modificação de sua aceitação e das técnicas de interferência sobre ela após as políticas públicas de fomento de identificação de Pedro II como a “terra da opala”. Ao longo de todo esse processo, a Opala torna-se então uma atriz que interfere diretamente nas relações Humanas, não apenas no setor joalheiro, mas nos diversos contextos da cidade, criando uma grande rede de identificação ao redor de si mesma.

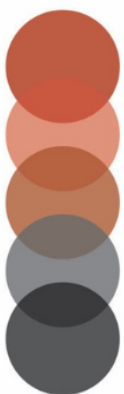
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466464157_ARQUIVO_Artigoenviado.pdf

Apresentação Oral em GT

Técnica e work em atividades de extração da borracha

Eduardo Di Deus, -

A sangria de seringueiras é a extração do látex destas árvores para a produção de borracha natural. Nas plantações de seringueiras do interior de São Paulo a sangria é considerada uma atividade crucial. Isto porque



é a capacidade do sangrador, ou seringueiro, em realizar eficazmente precisas incisões nas cascas de centenas de árvores a cada jornada de work que determinará a rentabilidade e viabilidade de um seringueiro. Trata-se de um ofício singular, que une a expertise no trato de uma espécie vegetal cultivada, um ritmo de work e uma rotina similares ao work industrial, com uma habilidade artesanal no manejo de facas específicas para realizar incisões precisas nas cascas das árvores. work rural, rotina industrial, habilidade artesanal. O ofício de sangrador é exemplar das limitações destas categorias classificatórias das atividades humanas. Proponho apresentar resultados parciais de pesquisa histórica e etnográfica sobre as técnicas de sangria em plantações no interior de São Paulo, especificamente na região noroeste paulista. A partir deste material pensar como da intersecção entre os campos de estudo sobre técnica e work podem emergir interessantes ferramentas analíticas para contextos de engajamento em atividades produtivas.

Apresentação Oral em GT

Uma técnica de passagens: a caça panará na mata

Fabiano Campelo Bechelany

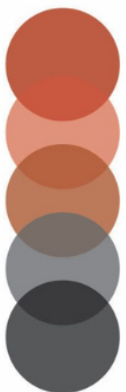
Esta apresentação desenvolve reflexões em torno do modo como os Panará habitam a floresta por meio da caça. Para os Panará, um povo de língua Jê, que habita as margens meridionais da floresta amazônica (entre o MT e PA), a caça é uma atividade periódica, com importância alimentar e social, realizada por meio de perseguição a animais na mata. Partindo da minha etnografia com o grupo, work nesta apresentação o encadeamento de operações realizadas na caça. Essa cadeia, não propriamente regular e padronizada, é modulada pelos caçadores levando em conta propriedades do ambiente e dos seres que habitam a mata. Abordo as caminhadas dos caçadores, itinerários da experiência pelos quais percebem e conhecem a mata. Analiso alguns dos eventos da caça relacionados as ações corporais, com o objetivo de compreender o que chamo de modo caçador, uma individuação da pessoa e do corpo que implica determinadas disposições e percepções. Tais disposições possuem ritmos e forças, habilidades e agilidades, que afetam o conjunto sensorial e gestual dos caçadores. Constitui-se, assim, um campo operatório do caçador, onde se relacionam propriedades de ação do animal a ser predado e do ambiente da floresta. Neste work, pretendo ainda sugerir a ideia de que a caça panará é um dispositivo de passagens. Com isso quero refletir sobre o seu processo como passagens da aldeia para a floresta, e de volta à aldeia (e, no presente, a passagem pela cidade). O movimento da passagem é um modo de habitar a mata, uma forma temporária que nem por isso é menos decisiva na constituição da pessoa e do sócio panará. Outras passagens se implicam na caça. A transformação na ação e nas disposições; o canal de comunicação entre espíritos e humanos; a transição pelo limiar, sempre em movimento, entre animais e caçadores; a vida e a morte. Operador, comutador e ao mesmo tempo registro de fluxos, a caça é um processo para penetrar a floresta e pelo qual a floresta adentra a vida na aldeia. Procuo explorar o modo como uma análise técnica faculta uma observação concreta dos acontecimentos de passagem da caça

Apresentação Oral em GT

Entre mapas e narrativas: teorias e técnicas de navegação

Gabriel Coutinho Barbosa

Este work aprofunda discussão sobre as técnicas de navegação praticadas por jangadeiros no litoral nordestino brasileiro, voltando-se aos debates teóricos mais amplos sobre o tema. São analisados dois grandes modelos ou teorias concorrentes: de um lado, a teoria dos mapas mentais; de outro, aquela que chamarei provisoriamente de prática ecológica. Com base em tais debates, indaga-se se, para localizar os pesqueiros por meio da técnica de “marcação por terra”, os jangadeiros valem-se necessariamente de alguma



representação do espaço circundante e se, em caso de resposta positiva, a metáfora cartográfica do “mapa” é, de fato, a mais adequada para designar tais representações.

Apresentação Oral em GT

Fazer o Fogo Fazer: manejos e manipulações no Jalapão (TO)

Guilherme Moura Fagundes

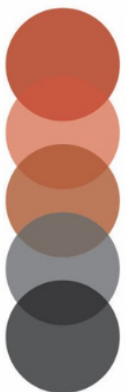
Em minha pesquisa de doutorado tenho me dedicado a compreender as ações e percepções de manejo do fogo em um contexto que articula gestão de Unidades de Conservação e populações tradicionais na região do Jalapão (TO). O “Manejo Integrado do Fogo” (MIF) consiste em uma perspectiva de gestão ambiental presente em diversas savanas pelo mundo. Como o nome sugere, visa “integrar” saberes e práticas científicas e locais relacionadas ao fogo, no intuito de compatibilizar finalidades conservacionistas e agropastoris. No cenário do Jalapão, o MIF se alinha a um movimento recente de reabilitação do uso do fogo como “ferramenta” de manejo em áreas protegidas, com vistas a conservar a biodiversidade, assegurar os modos de vida tradicionais e diminuir a emissão de gases estufa. Embora seja corrente nos depararmos com a predicação de “ferramenta” dispensada ao uso do fogo com finalidades agropastoris, a pesquisa aposta em se perguntar como o fogo devém ferramenta em gestão de UCs e o que a antropologia da técnica teria a dizer a este respeito. Tal procedimento metodológico torna possível abordar etnograficamente os predicados convencionais atribuídos ao fogo para então acompanhar, em ato, seus estatutos técnicos. De início, uma característica das relações exercidas sob o signo da ferramenta é a conciliação da atividade do ente mediador ao ritmo do gesto corporal (Leroi-Gourhan, 1965). Ocorre, porém, que o fogo antropogênico adquire ritmos que extrapolam o gesto humano de ignição. Assim como os seres vivos, o fogo possui uma potência (dynamis) própria que o permite agir (Vernant, 1990). Portanto, enquanto uma ferramenta por si só não faz coisa alguma após o gesto operador ser cessado, já o fogo pode ser manipulado para que ele mesmo siga fazendo. A comunicação parte da diferenciação das modalidades de ação técnica em termos de operação (fazer) e manipulação (fazer-fazer), tal qual sugere a semiótica greimasiana (1979). Isto porque, no meu caso de pesquisa, tal procedimento metodológico possibilita incluir as agências tecnopolíticas do “fogo-ferramenta” sem ter de recorrer a ontologias animistas que são estranhas aos meus interlocutores no Jalapão. Na antropologia da técnica este caminho já foi aberto por Ferret (2012), a partir do legado de Haudricourt (1962), e tem possibilitado novas abordagens antropológicas sobre os universos animais e vegetais com enfoque nas ações técnicas. Em meio aos resultados parciais de minha pesquisa, a exposição buscará explorar o potencial analítico do conceito de “manipulação” em contextos onde as atividades de feitura extrapolam o enquadramento clássico da técnica como ações sobre a matéria.

Apresentação Oral em GT

"Eu e a câmera somos um só": Acoplamentos técnicos, técnicas corporais e o processo de filmagem durante protestos violentos

Igor Karim

Pretendo expor o caso etnográfico de um operador de câmera e sua experiência em filmar os confrontos entre a tropa de choque (Gendameria) e manifestantes, em Bucarest e Roşia Montană, na Romênia. Nestas situações, o cineasta por muitas vezes registrou eventos de abuso de poder e de violência por parte de policiais e assim tornou-se alvo recorrente de perseguição policial. Por meio da exploração das relações entre ergonomia, design de câmera, posição onde a câmera se situa em relação ao seu corpo e as técnicas corporais ativadas por este acoplamento, foi configurado um processo específico de produção de imagens que negociou acessos às áreas interditadas, suspendeu restrições de movimento e mediou conflitos com a polícia de choque. Sugiro assim, por meio de uma análise centrada nas técnicas do corpo, que o acoplamento técnico (entre



corpo e câmera) desdobra certas relações, mediações e negociações que podem ser pensadas não somente como produtoras de imagens, mas como parte de um processo contínuo de engajamento com o ambiente.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467289406_ARQUIVO_RBA_Artigo_versaoFINAL_karim.igor.pdf

Apresentação Oral em GT

Relações técnicas entre os Pataxó da Aldeia Velha e o Pontão de Cultura Bailux: Considerações sobre transferências e apropriações de tecnologia

Isaac Fernando Ferreira Filho

Este work pretende analisar as ações de apropriação e transferência de tecnologia do Pontão de Cultura Bailux junto aos indígenas Pataxó da Aldeia Velha, localizada Bahia. As atividades do Bailux (Bahia+Linux) foram guiadas através de uma metodologia de “apropriação de tecnologia para a transformação social” denominada metareciclagem. Como um pontão de cultura, suas atividades possuíram cunho de natureza cultural e educativa. Em seu período de funcionamento com os indígenas, destacaram-se três importantes oficinas: informática básica, com o uso do sistema operacional GNU/Linux; documentação, através de recursos de fotografia e postagens em blog, e o projeto horta medicinal, onde os atendidos faziam registros visuais da horta medicinal da pajé da aldeia, colocando seus conhecimentos de documentação em prática. À luz do work de Leroi-Gourhan (1965) a nossa análise focaliza as cadeias operatórias utilizadas pelos indígenas na apropriação dos materiais produzidos durante suas oficinas com o pontão, além de atentar nas relações que surgiram a partir de suas dinâmicas e ações políticas. Através das narrativas dos atores envolvidos, consideramos que desde o início dessas atividades foram desencadeados problemas, relativos tanto à infraestrutura, como a centralização dos computadores na escola da aldeia e ausência de um acesso mais amplo à internet; quanto as relações de poder com outras iniciativas, como o próprio ponto de cultura da aldeia – gerido em parceria com uma ONG, Instituto Tribos Jovens – que foi parceiro do Bailux por um período; e também a metodologia adotada. Apesar do término não satisfatório das atividades do pontão na aldeia, houve diversos tipos de apropriação dos conteúdos da oficina, seja de forma direta, onde um jovem indígena chegou a trabalhar como editor de imagem em uma empresa fora da aldeia, ou de forma indireta, no caso de uma jovem a qual as oficinas ajudaram-lhe a perder a timidez para trabalhar com atendimento ao público. Em observação ao cotidiano da aldeia, pós atendimento do pontão, encontramos um cenário um pouco diferente, seja por não funcionar mais projetos de inclusão digital, onde ponto de cultura da aldeia está sem funcionar, havendo apenas as aulas de informática da escola, ou seja, por uma nova configuração de acesso às tecnologias da informação e comunicação advindas do uso do smartphone e internet 3g. Apesar destas novas tecnologias facilitarem o acesso a determinado tipo de comunicação, elas possuem limitações, tanto na qualidade da internet, como também na solução de necessidades, por parte de alguns indígenas, de um uso mais completo que exige um computador, principalmente para works no campo do audiovisual, que foi o mais assimilado pelos indígenas devido as suas necessidades e interesses.

Apresentação Oral em GT

Os Processos Técnicos e a Construção Civil Contemporânea na Cidade de Rio de Contas (BA): permacultura, bioconstrução e a transformação dos materiais

Jean Pierre Pierote Silva

A proposta desse work é apresentar as primeiras questões da pesquisa etnográfica em andamento que analisa os processos técnicos e os saberes praticados na construção civil contemporânea da cidade de Rio de Contas (BA). Localizada ao Sul da Chapada Diamantina (BA), Rio de Contas é uma cidade criada por Provisão Real



de 1745, classificada como uma das primeiras novas cidades coloniais planejadas do Brasil. Nos últimos dez anos uma pequena rede de moradores formada majoritariamente por “pessoas de fora” tem se formado localmente, desde então, a construção de ambientes com a utilização de técnicas da permacultura e da bioconstrução tem sido uma prática constante. Essa rede define a permacultura como “um sistema de design utilizado para a criação de ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza”, questionando principalmente a forma com que os recursos naturais vêm sendo utilizados pelas sociedades industriais capitalistas. Uma das práticas presente no discurso da bioconstrução é o de optar pelo uso de materiais locais, retirados preferencialmente do próprio espaço onde se pretende construir e viver. A terra utilizada na confecção dos tijolos de “adobão”, ou na feitura do reboco da casa, deve ser retirada do terreno onde se deseja construir, pelo fato desse material possuir propriedades “naturais” que se integrariam de forma mais harmônica com o ambiente. Outra prática presente no discurso dos bioconstrutores está relacionada à inserção dos futuros moradores de uma casa nas etapas de sua construção. Amassar o barro, rebocar e pintar as paredes seriam formas de inserir a “energia” desses futuros moradores nas estruturas da construção, buscando maior integração entre moradores e ambiente, entendendo a casa como um organismo vivo. Desse modo, pretende-se produzir uma análise etnográfica pautada na prática da transformação de materiais refletindo sobre os limites do paradigma Homem/Natureza no que diz respeito a relação entre a técnica, o humano e o ambiente.

Apresentação Oral em GT

Forças e definição da forma na produção das rendeiras de bilro

Júlia Dias Escobar Brussi

A partir de work de campo realizado entre rendeiras de Canaan (Trairi – CE), pretendo me debruçar sobre o processo de construção da renda e o modo como o produto final reflete a qualidade dos gestos e movimentos realizados ao longo de sua produção. Muitos autores já apontaram a relação entre a repetição rítmica de determinadas sequências de ação e as formas que são geradas (Boas, 1951; Leroi-Gourham, 1987 e Ingold, 2013). A prática das rendeiras pode ser descrita enquanto uma atividade rítmica, tanto pela sequência dos gestos, quanto pelos sucessivos choques executados entre os bilros, que criam uma batida cadenciada. No entanto, a forma final da renda é mais influenciada pela força empregada sobre os bilros ao longo do processo, do que pelo ritmo de sua execução. A definição dos pontos da renda, seus contornos e formatos estão diretamente relacionados à direção e variação da força aplicada sobre os bilros ao longo de sua feitura. Proponho que a renda seja pensada enquanto um sistema de transmissão de forças e criação de forma, composto pelos músculos das rendeiras, suas mãos, seus bilros, espinhos e linha. Os músculos constituem a origem dos movimentos e da força que será aplicada sobre os bilros, são eles que possibilitam a variação do módulo da força e a tração dos fusos (e linhas) causados pelos estalos. Os bilros são os primeiros a sofrer a aplicação da energia muscular, transmitindo-a para a linha que, por sua vez, resiste às forças de tração aplicadas pela mão. Em algumas situações, o fio pode não aguentar a intensidade dessa força e se romper. As funções dos espinhos nesse sistema são múltiplas, mas todas estão relacionadas à manutenção das formas já definidas, à estabilização das forças e direcionamento das mesmas. A renda, suas formas e padrões resultam, portanto, dos gestos envolvidos em sua produção, da variação de forças aplicadas durante esse processo e da maneira como tais forças se estabilizam, considerando as propriedades dos materiais. A peça finalizada guarda o registro das ações e movimentos que a constituíram. Assim, o investimento de tempo, o cuidado e a atenção ao longo do processo podem ser observados na trama já finalizada.

work para mesa redonda

Solidariedade, reciprocidade, cooperação e mercado: controvérsias sobre o turismo comunitário



Lea Carvalho Rodrigues

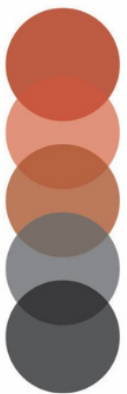
Propõe-se discutir os princípios das propostas de turismo comunitário, assentados nas noções de solidariedade, cooperação, respeito à vida, conservação e aproveitamento sustentável dos ecossistemas e biodiversidade. Questiona-se sobre os riscos concretos dessas iniciativas tendo em tela o caráter altamente competitivo e predatório das atividades turísticas e, ao mesmo tempo, avaliações efetuadas sobre as fragilidades das iniciativas de turismo comunitário existentes, instadas a assumir, cada vez mais, posturas que tencionam a lógica solidária com a de mercado. Por outro lado, sugere-se que a opção do turismo comunitário é sobretudo estratégica, como forma de proteção da comunidade frente aos interesses do capital turístico, o que faz repensar os modelos e recomendações em prol da adequação das atividades à lógica mercantil.

Apresentação Oral em GT

A técnica e a textura: reflexões sobre arte e criatividade inga

Tatiana Helena Lotierzo Hirano

Qual empreendida por Ingold (2012), a crítica ao caráter hilemórfico das análises sobre a arte propõe deslocar a atenção de um entendimento da obra como forma, para outro, que a percebe como formação. Acentua-se o lado sempre inacabado do work artístico, que se define enquanto coisa – um agregado de fios vitais que acontece, motivado pelas relações entre a matéria e as forças que a percorrem. Ingold desdobra sua proposta de certas considerações do artista Paul Klee (1973), retomadas por Deleuze e Guattari (2004): conforme ele explica, “a arte não busca replicar formas acabadas e já estabelecidas, seja enquanto imagens na mente ou objetos no mundo. Ela busca se unir às forças que trazem à tona a forma” (Ingold, op. cit., p. 26). Esta comunicação procura pensar tal deslocamento e suas implicações, sob inspiração do work do artista ingano Kindi Lljaju e da maneira com que ele mesmo o descreve. Para Kindi Lljaju – autor de pinturas e intervenções com superfícies e artefatos variados –, cada elemento de uma obra artística pode possuir uma espécie de vida própria: segundo o artista, uma linha não é necessariamente reta, mas pode ser um caracol, que se contrai e expande, um rio, uma canoa ou uma vasilha. Além disso, as coisas não são apenas modificadas sob a ação e segundo as intenções do artista; antes, elas reagem a isto, trazendo à tona suas texturas. As declarações de Kindi Lljaju convidam a vislumbrar um modo particular de conceber a relação entre técnica e texturas, assim como certas relações entre processos técnicos e uma criatividade (Wagner, 2010; Hirsch e Strathern, 2004) inga. Na aproximação com Ingold, gostaríamos de propor algumas reflexões em torno dessas ideias e de seus possíveis desdobramentos. Referências bibliográficas citadas: Deleuze, G.; Guattari, F. A thousand plateaus. Trans. B. Massumi. London: Continuum, 2004. Hirsch, Eric. & M. Strathern (orgs.). Transactions and Creations: Property Debates and the stimulus of Melanesia. Oxford: Berghahn, 2004. Ingold, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. Horiz. antropol. [online]. 2012, vol.18, n.37, pp. 25-44. Disponível em: . Último acesso: 07/03/2016. Kindi Lljaju. “A mi pintura le gustaría llegar a la textura de la piedra, de un árbol o del agua”. Mundo Amazonico, [S.l.], v. 5, n. 1, pp. 245-251, sep. 2014. Disponível em: . Último acesso: 16/02/2016. Klee, P. Notebooks, volume 2: the nature of nature. Trans. H. Norden. Ed. J. Spiller. London: Lund Humphries, 1973. Wagner, Roy. A invenção da cultura. São Paulo, CosacNaify, 2010.



GT 008: Antropologia das Catástrofes: abordagens e perspectivas.

Na perspectiva antropológica, as catástrofes, entendidas como eventos críticos e ou desastres, são eventos multidimensionais que configuram a memória social e provocam descontinuidade nas formas de organização social. A temporalidade desses acontecimentos ultrapassa o tempo cronológico e sugere a existência de um “evento em processo” que interliga as dimensões pré e pós-evento. Inerente a esta abordagem está a discussão das noções de construção, percepção e contestação de risco e uma análise das tensões e conflitos engendrados pelos diversos atores que vivenciam, narram e atuam nesses eventos.

Embora seja notável o interesse despertado por esta temática no âmbito da Antropologia desde fins do século XX, sua consolidação requer reflexões e debates contemporâneos tanto de ordem conceitual como metodológica. Nesta perspectiva, este GT receberá propostas de etnografias realizadas na América Latina que, entre outras temáticas, discutam: os deslocamentos forçados e realocações de moradia; as restrições políticas e práticas, que o Estado costuma impor sobre as comunidades definidas como “afetadas”; construções e percepções de risco; os conflitos e resistência entre políticas governamentais e grupos sociais; reconstrução sócio-cultural; conflitos territoriais e identitários; a produção de memórias; as experiências afetivas de pessoas afetadas pelas catástrofes; as representações artísticas dos desastres; a construção social do lugar e sobre ações para prevenção de catástrofes.

Gonzalo Díaz Crovetto (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/UCT/CHILE) e Telma Camargo da Silva (Universidade Federal de Goiás) - **Coordenação**
Virginia García-Acosta (CIESAS) - **Debatedor/a**

Apresentação Oral em GT

Conflitos e Afetos: o processo de construção de um movimento de familiares de vítimas da tragédia de Santa Maria

Ana Paula Arosi

A proposta de paper a ser apresentado neste grupo de work versa sobre os conflitos existentes entre órgãos públicos (no caso, prefeitura e ministério público) e os familiares de vítimas do incêndio na boate Kiss, no interior do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. No decorrer dos três anos de pesquisa junto aos familiares de vítimas e profissionais da saúde e da ajuda humanitária foi possível entrever que as formas de atuação e a simbologia utilizadas nas homenagens-protestos, organizados pelo movimento Santa Maria do Luto à Luta, são construídas não só com a intenção de provocar um impacto social na cidade, mas também como uma canal de diálogo com as instituições públicas. As referências na fala, nos graffites feitos na fachada da boate, nas charges encomendadas a um cartunista, são evidências de uma articulação política que buscar comunicar não só demandas aos órgãos públicos e internacionais, mas também a construção de uma memória social em contraposição à política do silêncio praticada pela prefeitura. Tal política está sendo investigada na interação com moradores em diversas situações cotidianas na cidade. Considero o desastre em Santa Maria, como foi referido no resumo do GT, como um "evento em processo" que interliga a identidade de cidade universitária e jovem com a imagem de cidade morta, como referem alguns moradores ao falar da cena noturna da cidade ou do rendimento do comércio local, ou mesmo pelos familiares, quando se referem ao que a cidade representa pra eles atualmente. No entanto, essa imagem da cidade está em disputa e o work do tempo opera transformando afetos, identidades e conflitos.



Apresentação Oral em GT

Na trilha das tragédias: sofrimento e infotimento

Ceres Gomes Vítora, Ceres Gomes Victora Monalisa Dias de Siqueira

Partindo de uma pesquisa etnográfica e documental, a presente comunicação tem como objetivo refletir sobre alguns dos efeitos da apropriação midiática do sofrimento, tomando como referência o caso que ficou conhecido como “A tragédia de Santa Maria”. O incêndio da boate Kiss, que vitimou 242 pessoas em janeiro de 2013, assim como outros eventos semelhantes, ocupou por vários meses espaços nobres na mídia nacional e internacional. A sua ampla divulgação, com particular atenção para o sofrimento dos familiares das vítimas fatais, transformou-se em um tipo de infotimento que, como vamos argumentar, teve implicações sobre a vida das pessoas envolvidas. Além da exposição não autorizada de imagens e de aspectos privados da vida das vítimas e de suas famílias terem o poder de aumentar o sofrimento individual, também a transformação da experiência em uma mercadoria de consumo de massa pode produzir efeitos sobre as formas das relações sociais dessas pessoas. A partir dos dados das entrevistas com familiares de vítimas fatais levantamos a hipótese de que a liberdade tomada pela mídia para adentrar os dramas da vida pessoal dos parentes e amigos das vítimas, produziu uma (pseudo) intimidade entre pessoas conhecidas - ou nem tão conhecidas - que passaram a se aproximar também das famílias indagando sobre o que nossas interlocutoras descrevem como os “aspectos sórdidos” do acontecimento. Sugerimos que a preferência por esses aspectos nas abordagens pessoais possa estar relacionada com a valorização por parte da mídia apenas dos aspectos “negativos” o que pode produzir um achatamento da experiência dessas pessoas, ao mesmo tempo em que invisibiliza a dimensão produtiva da tragédia.

Apresentação Oral em GT

Notas etnográficas para uma antropologia da crise e da catástrofe: a “crise hídrica” em Itu (SP).

Danilo Castro Magalhães

Em 2014, a região sudeste do Brasil atravessou um período de estiagem anormal que levou os reservatórios de água da região aos seus limites. Nomeada de “crise hídrica”, essa situação gerou ou intensificou conflitos pela água em meio urbano e expôs as fragilidades dos atuais modelos de gestão hídrica. Nesse contexto, a cidade de Itu, no interior de São Paulo, acabou ganhando projeção quando as imagens das barricadas, numa cidade há cerca de três meses “sem água”, chegaram ao noticiário nacional. Projetou-se que a cidade de São Paulo, em contagem regressiva para ficar na mesma situação, estaria prestes a “virar Itu”. Esse work é resultante de quatro meses de campo vivido junto aos integrantes do movimento “Itu vai parar” (e sua rede de contatos), movimento que se articulou no momento mais crítico do período de desabastecimento vivenciado por essa cidade de 165 mil habitantes. O objetivo é reconstruir esse cenário entre colapsos – o ocorrido e o iminente – partindo das estruturas narrativas desse evento crítico e das imagens e afetos envolvidos na imaginação do risco de um colapso em São Paulo. O que as pessoas que vivem e se engajam num evento crítico desse tipo têm a dizer sobre ele? Entendendo a gramática da “crise” como o repertório disponível para lidar com uma situação de contornos ambientais, será possível abordar questões referentes à própria noção de crise – temporalidades, negociações de urgências, riscos, conflitos, incertezas, oportunidades – a partir de uma situação de escassez de água e revolta popular.

Apresentação Oral em GT

Haitianos no Brasil: a arte de caminhar para ser-no-mundo

Diego Correia da Silva, Norma Valencio

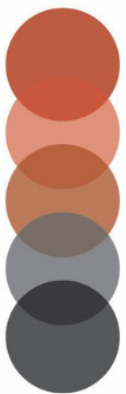
Existir exige um “estar em”, um “projetar-se em possibilidades”, que dentro de uma perspectiva compreensiva se vincula, fundamentalmente, a um “poder-fazer”, um “poder desempenhar”, um “poder lidar e se vincular” com os seus e com os outros. Nas duas últimas décadas, o Brasil tem sido um dos polos de atração de uma rede migratória que vem sendo consolidada entre os países pertencentes ao “eixo sul”. Entre outros casos, se destaca, a partir de 2010, uma maciça movimentação de haitianos ao Brasil. A literatura sobre o tema aponta o acontecimento de um terremoto, e a sequência da passagem de dois furacões, como evento estopim do fenômeno. O agravamento da vulnerabilidade socioambiental após os eventos desastrosos ficou evidente: a soma de mais de 250 mil vítimas fatais e 2,5 milhões de desabrigados; os sistemas de saneamento, de saúde e de educação destruídos; dificuldades na criação e obtenção de empregos; fragilidade institucional, disputas políticas e ações de ajuda humanitária de pouca eficácia; guerra entre gangues são questões que dificultam, ainda hoje, a possibilidade de recuperação do país, a mínimos considerados adequados. De tal modo, são considerados forças de expulsão do país. Após diversas polêmicas que surgiram devido à falta de preparo do Estado brasileiro em lidar com o recebimento e acolhimento dos haitianos (em termos legais e estruturais), sobretudo daqueles que chegavam pelas fronteiras localizadas no norte amazônico, foi reconhecida e atribuída uma situação legal dos imigrantes como de condição de refugiados, sobretudo pela insustentabilidade ambiental e econômica do país caribenho. Diante desse quadro, a presente proposta de pesquisa pretende uma análise de dados obtidos em pesquisa de campo no Estado do Acre, em 2015, das rupturas, (res)significações e elaborações exigida por sua condição de refugiado, e necessárias para a manutenção de uma situação que o sujeito considera fundamentais para a sua dignidade e sua condição de “ser-no-mundo”. Ou seja, os vínculos mínimos necessários em termos da sua existência física (alimentação, habitação, higiene), social (work, obrigações para com seus entes que ficaram no Haiti, aprendizado de idioma, comprometimentos e afetividades) e cultural (identidade, espiritualidade, etc). De forma geral, a pesquisa a ser apresentada seguirá tratará as trajetórias que seguem dois caminhos distintos e complementares: a trajetória em termos da experiência de um deslocamento geográfico sujeito a um quadro de instabilidade socioambiental, e, por outro, as necessidades, dificuldades, auxílio na (auto)elaboração do sujeito social que busca a integração ao mundo que chega.

Apresentação Oral em GT

O urânio e seus desastres: discutindo os processos de publicização dos acidentes nucleares em Caetité-BA.

Israel de Jesus Rocha

O restrito debate em torno da produção de energia nuclear no Brasil, envolvendo quase que exclusivamente os especialistas do setor, parece sugerir ausência de reflexão sobre o ciclo de produção da energia no país. Além do alto grau de conhecimento perito que envolve a produção, seu papel no conjunto de matrizes energéticas no país parece indicar uma falta de interesse de atores diversos que não estão necessariamente implicados com o cotidiano de toda cadeia de produção. Dois problemas podem ser colocados a partir dessa ligeira percepção sobre uma possível ausência de discussão sobre a questão. A primeira está relacionada à presença/ausência de outros atores sociais além dos especialistas do setor; e a segunda, um desdobramento, aponta para os modos de existência do nuclear na heterogeneidade dos atores envolvidos na questão. Partindo de notas de um work de campo em andamento, este texto procura discutir os problemas que envolvem o nuclear a partir de traços de uma localidade (a região de Caetité-Bahia) e seus desdobramentos (através dos deslocamentos dos diversos atores envolvidos) em cenários distantes do local e seus esforços de tornar a questão um problema que poderíamos considerar público. Neste sentido, os relatos, apontamentos, relatórios e documentos reunidos até aqui sugerem uma árdua tarefa dos atores em produzir "publicizações" dos diversos problemas decorrentes da extração do urânio na região e o modo como tais problemas tem ramificações que extrapolam seu contexto local. Parte-se então de um suposto teórico-metodológico que



informa seguir os processos de publicização nos quais produzem e se envolvem os atores sociais relacionados à questão da extração do urânio e o nuclear.

Apresentação Oral em GT

Memórias da Promessa e do Fim do Mundo: testemunhos de deslocados compulsoriamente em função do enchimento do lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Jorge Augusto Santos das Mercês, Voyner Ravena Cañete Nathalia Costadelle Pacheco

Objetivando compreender os sentidos atribuídos ao sofrimento social de deslocados compulsoriamente em função da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) e do conseqüente enchimento do lago, nos debruçamos neste artigo sobre os testemunhos (um tipo de memória marcado pelo eu estive lá) desses sujeitos para compreendermos como os mesmos experienciaram a ruptura da forma como viviam. Para tanto, recorremos a uma abordagem interpretativa no intuito de, através de pesquisas de campo nos municípios de Breu Branco e Tucuruí (ambos integram o mosaico da Área de Proteção Ambiental do Lago de Tucuruí), entrevistas semiestruturadas e não-estruturadas, compreender o fluxo da narrativa e os sentidos atualizados dos lugares de memória presentes hoje, trinta e dois anos depois do deslocamento compulsório provocado pela primeira fase das obras da UHT, nas vidas dessas pessoas. Como núcleo teórico para o desenvolvimento da pesquisa em questão recorremos ao conceito de memória de Ricoeur – a presença da coisa ausente através da lembrança em um agora marcado por uma intencionalidade atual numa exploração prática do mundo –, visto que é a partir desse tipo de memória que as categorias de “lugar” e “promessa” ganham sentido nos testemunhos dos deslocados compulsoriamente em foco. Concluímos, provisoriamente (a pesquisa está em andamento), que o sofrimento social do deslocamento compulsório é reelaborado pela memória desses agentes a partir de dois eixos: a) da promessa quebrada feita pela Eletronorte, dado que a empresa havia prometido casas de alvenaria e não cumpriu, havia prometido indenizações que, segundo os deslocados compulsoriamente, hoje e em reais, gira em torno de quarenta mil, mas não cumpriu, e que havia prometido terras suficientemente boas para a retomada de cultivos, mas não cumpriu, entre outras coisas que “ficaram só na promessa”; e b) do “fim do mundo”, no qual o sentimento de não-pertencimento à Breu Branco marca uma compreensão de ausência de lugar desde a ruptura desencadeada pelo deslocamento compulsório, marcado por uma compreensão desses sujeitos de que, como dizem, a partir de então “tudo foi para o fundo”. Esses eixos de compreensão sobre o sofrimento social do deslocamento compulsório que elaboram as memórias sobre os lugares que “foram para o fundo” serão sistematizados no presente artigo. Compreendemos a promessa e fim do mundo são complementares e os testemunhos variam entre um e outro, dessa forma, a memória das testemunhas do “fim do mundo” funciona tanto como um marcador de não pertencimento atual diante de um momento anterior e diferente, no qual a experiência de ter lugar era presente; como atualização das “promessas” não realizadas que poderiam, talvez, mitigar ou justificar para eles próprios esse sofrimento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466476273_ARQUIVO_artigorba2016.pdf

Apresentação Oral em GT

O suicídio indígena entendido como catástrofe

Livia Dias Pinto Vitenti

Se a noção de catástrofe é fecunda, sua definição permanece complexa. Primeiramente, ela reagrupa eventos que podem parecer muito heterogêneos. São assim chamados de catástrofes, ao mesmo tempo, cataclismos cuja origem é natural e tragédias produzidas pela vontade ou incapacidade do homem. De qualquer forma, trata-se de eventos calamitosos que alteram gravemente ordens regulares, seja de sociedades, comunidades



ou meio-ambientes. Apesar de tal heterogeneidade, a catástrofe será sempre o evento trágico que descrevemos como tal porque constatamos a amplitude e o desastre de suas consequências. Igualmente, na grande maioria das vezes o que define catástrofe é a amplitude das consequências, é a morte coletiva. Frente a isso, e considerando que o número de suicídios tem aumentado drasticamente em algumas sociedades indígenas do Brasil, significando muitas mortes em um curto espaço de tempo e afetando todos os membros da comunidade, propomos discutir como o suicídio em contextos indígenas poderia ser enquadrado na categoria de catástrofe. Para tanto, partiremos da discussão acerca do chamado efeito Werther, ou suicídio por contágio. Em outras palavras, quando uma pessoa em uma comunidade se mata, não é incomum que outras pessoas sigam os mesmos passos, criando um efeito em cascata, ou “suicide cluster”.

Apresentação Oral em GT

“O mar está tomando o que é dele” Percepções sobre espera e catástrofe na praia de Atafona, RJ

Maria Cláudia Martinelli de Mello Pitrez

O presente work busca apresentar algumas reflexões oriundas do campo de doutorado em torno das experiências e percepções de moradores e visitantes quanto à espera do que está por vir com a catástrofe do avanço marítimo na praia de Atafona, situada no litoral norte do estado do Rio de Janeiro. Desde a década de 50, o avanço do mar vem modificando a localidade, favorecendo um cenário a beira mar onde há anos que tem praia, com momentos de lazer e contemplação diante do balanço das águas mais tranquilo e manso; e anos que não tem praia, quando o mar vai para tudo que é lado, revirando areias e reavivando camadas entrecortadas de terra, ruínas e histórias. Com mais de 14 quarteirões de casas destruídas, muitas histórias e narrativas são tramadas quanto às afeições e aflições atreladas aos efeitos catastróficos e sublimes do universo marítimo. O simples ato de caminhar pela beira da praia entre ruínas e contemplar o mar são movimentos que acionam um jogo constante de produção de sentimentos, memórias e pertencimento com o lugar. Nota-se que, na construção social da imagem de Atafona, o entrelaçamento entre ritmos, ora de alvoroço e ora calma, perfazem a paisagem e a memória dos seus moradores e visitantes diante do dinamismo das águas que se configura ali. As percepções e experiências afetivas das pessoas que perderam suas casas e que foram acompanhando a praia se transformar também refletem um entrelaçamento dinâmico e plural quanto às interpretações sobre risco, sofrimento, perda, destino e desastre. A espera do novo avanço das águas provoca uma suspensão quanto ao que está por vir, expressando uma trama complexa de correlação semântica e sentimental entre práticas e discursos religiosos e ecológicos disponíveis na localidade. Dessa forma, entendendo o avanço e recuo das águas como um “evento crítico” (DAS, 1995), este work pretende apresentar alguns dados etnográficos afim de elucidar e contribuir para novas perspectivas metodológicas e conceituais em torno dos enlaces e manifestações que situações críticas provocam nos sentimentos de pertencimento com o lugar.

Apresentação Oral em GT

“Lá Onde o Rio Está Enterrado”: Itacuruba, identidade e memória em um “não-lugar”

Maria do Socorro Fonseca Vieira Figueiredo, Germana Fonsêca Figueirêdo Médica
Germanaf.figueiredo@gmail.com

“Lá Onde o Rio Está Enterrado”: Itacuruba, identidade e memória em um “não-lugar” Maria do Socorro Fonseca Vieira Figueiredo Profa. Doutora em Antropologia Socorrof_figueiredo@yahoo.com.br Germana Fonsêca Figueirêdo Médica Germanaf.figueiredo@gmail.com GT 008 – Antropologia das Catástrofes: abordagens e perspectivas Este estudo, recorte da pesquisa realizada durante o doutorado em antropologia na UFPE, trata da relação identidade, memória e lugar a partir do exílio a que populações são submetidas para permitir a edificação de grandes barragens voltadas à produção de energia elétrica, e dos processos de

desordem/reorganização envolvidos nestes contextos. Entre tantas populações atingidas, buscamos uma aproximação com o universo de Itacuruba, cidade localizada na microrregião do Sertão Pernambucano do São Francisco, construída para reassentar os moradores da antiga Itacuruba, que em 1988 teve 27% de sua área inundada, incluindo sua sede e terras agricultáveis pela construção da Barragem Luis Gonzaga (Lago de Itaparica). Não é possível desconsiderar que a construção de uma usina hidrelétrica envolve um complexo jogo de atores, conflitos, emoções e poder. No “não-lugar” (nova Itacuruba), o discurso da população é de perda de identidade, de uma vida em profunda crise de sentido em um espaço vazio de marcas de memórias. Itacuruba foi apontada, por meio dos dados do CREMEPE 2006, como a cidade brasileira que mais se utiliza de antidepressivos, sendo, também, a detentora do maior índice de suicídios, estando este índice bem acima da média mundial. As narrativas das pessoas da nova Itacuruba, falavam sobre: morte, depressão, falta de fé, identidade perdida, parecendo revelar o grupo à beira de um precipício (espaço em que parados olhavam o vazio). Entretanto, os sussurros presentes nas entrelinhas destes relatos davam pistas de que pelas frestas de um luto continuamente vivido, movimentos de vida emergiam do inerte, como velhas raízes, que das entranhas da terra submersa se estendiam rompendo, contornando obstáculos, até o espaço atual, trazendo seiva constituída de memórias compartilhadas. A memória jogando com o tempo, enquanto híbrido de tempos, dar a ver linhas de fuga tecidas pelo grupo com pertencimentos e reconhecimentos, que conduzem à resistência, embora distante das antigas proteções, e apontam para o eterno movimento de recriação.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466098761_ARQUIVO_workJOAOPESSOApdfok.pdf

Apresentação Oral em GT

Reubicación de poblaciones afectadas por inundaciones: la falsa atención a la disminución de la vulnerabilidad social.

María Magdalena Hernández Hernández

El problema de investigación que se desarrolla en este trabajo se inserta dentro de los estudios específicos de las reubicaciones por desastres asociados a fenómenos naturales, como son las inundaciones. La reubicación por definición implica un estado de mejoría en las condiciones sociales del grupo o familias afectadas. En el caso mexicano las reubicaciones han resultado en situaciones totalmente desfavorables para la población reubicada, con lo cual tiende a incrementar la vulnerabilidad social, ya no sólo ante desastres, sino ante eventos sociales o políticos impuestos por el gobierno o por la iniciativa privada. Esto tiene que ver con el proceso de exclusión de dicha población en los planes y programas de la reubicación, aun a pesar de que en el discurso gubernamental se declara que es deber del Estado proteger la vida de los afectados y buscar un lugar seguro para restablecer las actividades diarias de la población a reubicar. Se presentan dos ejemplos de reubicaciones por desastres asociados a inundaciones. La primera es una reubicación realizada a raíz de la desaparición de la comunidad llamada La Junta Arroyo Zarco, población campesina localizada en la región mexicana de la Sierra Norte de Puebla, en el municipio de Tenampulco, que en 1999 como consecuencia de la crecida del río Apulco quedó destruida en su totalidad, la mayoría de sus habitantes lograron sobrevivir. La segunda es una reubicación urbana localizada en el municipio de Centro, en el estado mexicano de Tabasco, creada a partir de que la ciudad de Villahermosa, ubicada en el mismo municipio, se inunda en el 2007, por el mal manejo de las presas de la región y no por el “cambio climático”.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467323426_ARQUIVO_TrabajoFinal_30_RBA.pdf

Apresentação Oral em GT

“O lugar da ‘tragédia’: a percepção do ambiente em um bairro friburguense atingido pelo desastre de 2011”



Maria Suellen Timoteo Correa

Este artigo é fruto de minha pesquisa de mestrado construída através do work de campo realizado ao longo de 2014 no bairro Córrego D'Antas, em Nova Friburgo, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Alguns de seus moradores e trabalhadores foram observados nas suas relações entre eles, com o Estado e na sua condição de vítimas, sejam parentes ou conhecidos das vítimas do desastre ocasionado por grande volume de chuvas, enchentes e deslizamentos ocorridos em janeiro de 2011 na localidade. A pesquisa priorizou a observação e o acompanhamento das ações e movimentos voltados à reconstrução do bairro, destacando as iniciativas da sua Associação de Moradores. Na etnografia foram descritos e analisados dramas, representações, sociabilidades, estratégias e conflitos nas ações e participações, interligando-os à categoria “tragédia” de 2011. A análise permeou vários atores envolvidos na reconstrução, mas o foco foi direcionado aos moradores que participaram ou dialogaram com a Associação, além das suas relações com outras instituições. Vale destacar que a maioria destes atores considera seu envolvimento a partir de 2011. Com a observação das situações de campo, algumas percepções e categorias dos moradores sobre o bairro, a catástrofe e a política foram levadas em conta, além de uma análise inicial do funcionamento de associações e do Estado. Para tanto, a “tragédia” como “evento crítico” e sua questão imagética no bairro foram tomadas como ponto de partida para a participação desses atores. Com isso, neste artigo foi possível estabelecer ligações entre a construção social do lugar e o impulso da ação dos atores em prol da luta pela reconstrução do bairro, tomando como instrumentos reflexivos conceitos como “lugar-trauma” e “territorialização” e “desterritorialização”, dentre outros. Na presente produção, o recorte se dá nas potencialidades dos cenários do bairro e sua destruição, relacionadas às memórias anteriores e percepções do ambiente pelos moradores e como estas foram envolvidas na política do bairro e de sua reconstrução, assim como nos diversos elementos envolvidos nos engajamentos dos moradores. Um exemplo destes elementos será apresentado, a partir de um episódio envolvendo os moradores e a prefeitura, a partir do Plano Diretor da cidade. Por fim, a ideia é apresentar o ambiente em constante construção (e até mesmo agência), assim como os atores que, imersos nos fluxos dos materiais, reposicionam-se e reformulam a percepção sobre esse ambiente. No caso desses moradores, a reformulação e percepção perpassaram pela participação política de diversas maneiras.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466472306_ARQUIVO_O_lugar_da_tragedia_GT008.pdf

Pôster em GT

Das agulhas ás greves - Museificando à memória

Maysa Luana Silva

Este work foi desenvolvido no projeto de Implantação do Museu de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas. O objetivo é apresentar o processo de transformação da fábrica Laneira, no museu universitário, a Casa dos Museus da UFPEL. A indústria Laneira Brasileira Sociedade Anônima, instalada no bairro Fragata, encerrou suas atividades no final dos anos de 1990, e hoje se encontra em deterioração. Dessa forma, a equipe do MUARAN (Museu de Antropologia e Arqueologia) foi a Laneira junto aos antigos operários e operárias para entender as dinâmicas da fábrica. Ou seja, o funcionamento e a significação da fábrica em suas vidas, dada a relação entre work e memória. O empenho deste estudo está em analisar os aspectos da perspectiva memorial a partir da visão dos ex-funcionários (as) da Laneira, que nos apresentaram a fábrica a partir de narrativas por vezes, dolorosas. Para poder problematizar a questão que Candue Joel traz em seus estudos sobre memória, tradição e identidade. Ele denomina como “memória das tragédias”, ou seja, o patrimônio que se constitui a partir da memória por vezes dolorosa da lembrança, o que em nosso contexto serve até mesmo para reivindicar a importância do histórico de greves, processos judiciais e hostilidade do ambiente fabril da Laneira. Relacionando a cidade de Pelotas, a qual apostou na



industrialização, pois muitas fábricas de notoriedade estavam na cidade. Mas esses grandes investimentos nas fábricas, resultaram na imensa desvalorização dos direitos dos trabalhadores (as). Decorrente à importância da memória coletiva vinculada à luta. Portanto, o objetivo é apresentar de que forma a catástrofe pode se transformar em patrimônio, e como estes processos podem refletir na história de trabalhadoras e trabalhadores que mantiveram relações rancorosas ou afetuosas com aquele espaço, que definitivamente não será mais o mesmo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466444503_ARQUIVO_Apresentacao2-RBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Considerações sociopolíticas acerca da crise hídrica em Itu (SP)

Pedro Gondim Davis

O ano de 2014 foi marcado por um acontecimento de enormes proporções na cidade de Itu, interior do estado de São Paulo. Por quase doze meses a população local se viu privada do abastecimento regular de água. Dentre muitos termos cunhados para nomear esse evento (seca, racionamento, calamidade pública, falta d'água), um dos mais difundidos e utilizados foi o termo crise. É, portanto, a partir das vias abertas (e expostas) pela crise da água (ou a crise hídrica) que eu pretendo ensaiar reflexões tendo por base os dados etnográficos até aqui produzidos. Atuando como um fenômeno de potencial totalizante, a experiência da falta de água foi responsável por instaurar, segundo os ituanos, uma espécie de desordem generalizada na cidade. Contudo, os mesmos relatos e memórias que recuperavam as tensões dos tempos de crise permitiam entrever outro tipo de movimento: a inauguração de distintos ordenamentos com lógicas próprias (ora particularizados, ora provisoriamente articulados ou coletivizados) no intuito de improvisar soluções a fim de reorganizar tanto quanto possível o cotidiano. Logo, o tratamento da severa escassez de abastecimento de água em Itu a partir da chave da crise funciona como uma janela privilegiada não apenas para as formulações acerca do seu correlato aparentemente imediato, a desordem e o caos (tal qual descrito pelos ituanos), mas também para as concepções nativas acerca das noções de ordem que prevalecem ali – inclusive aquelas referentes às práticas provisórias que emergiram na tentativa de ordenar a agitação ressequida enfrentada pela população local. Ao mesmo tempo, a situação de crise fez com que os ituanos se confrontassem com a implosão de uma série de arranjos produtores de efeitos de permanência capazes de neutralizar (e naturalizar) as operações e as conexões que fazem funcionar todo o aparato de captação, tratamento, circulação, distribuição e consumo da água. Se o fornecimento regular de água no espaço urbano é simultaneamente responsável por uma espécie de “dupla fabricação de Natureza” e pela “materialização do fluxo rotineiro da ordem” (sobretudo doméstico, mas não apenas), o seu persistente mau funcionamento trouxe à tona elementos e agentes muito diversos, revelando relações e redes sistematicamente encobertas. A partir da brecha proporcionada por essa falha decisiva na operação de purificação (tal qual entendida por Bruno Latour) alguns atores sociais passaram a remontar redes sociotécnicas normalmente invisibilizadas, a partir das quais se promoveu o questionamento do caráter puramente “natural” do problema da falta de água e a ampliação do rol de agentes (humanos e não-humanos) implicados nesse evento – com consequências decisivas em diferentes níveis e esferas da vida social ituana.

Trabalho completo:

[https://www.abant.org.br/files/1466466019_ARQUIVO_ConsideracoessociopoliticasacercadacrisehidricaeMItu\(SP\).pdf](https://www.abant.org.br/files/1466466019_ARQUIVO_ConsideracoessociopoliticasacercadacrisehidricaeMItu(SP).pdf)

Apresentação Oral em GT

Vulnerabilidade socioambiental, desastres naturais e mudança cultural: uma análise da Defesa Civil Municipal de Natal



Rylanneive Leonardo Pontes Teixeira

Os desastres naturais consistem em fenômenos e desequilíbrios da natureza, causados ou não pela ação antrópica, fazendo parte dos modos de vida e adquirindo, na contemporaneidade, uma característica de ocorrência maior do que em outras eras, tanto da evolução da natureza quanto das formas de sociedade. O aumento da ocorrência desses desastres pode está relacionado a desequilíbrios impulsionados por pressão social e cultural, interferindo no equilíbrio dos ecossistemas naturais. Além disso, este aumento pode indicar a descontinuidade nas formas de organização das comunidades na medida em que as populações atingidas por esses eventos, principalmente, as mais pobres, estão mais suscetíveis e vulneráveis às consequências e aos riscos provocados pela ocorrência dos mesmos. Nesse sentido, é de suma importância observar como as dimensões social e ambiental se relacionam com as situações de vulnerabilidade resultantes da ocorrência de desastres naturais. Assim sendo, o presente estudo versa acerca da vulnerabilidade a que estão sujeitos os indivíduos ou grupos sociais da cidade do Natal, no Rio Grande do Norte, a situações de risco ambiental. Sendo o objetivo deste work apreender as continuidades e descontinuidades sociais e culturais vividas pelas populações de Natal, provocadas pela ocorrência de desastres de origem natural em áreas vulneráveis. A metodologia configura-se por uma pesquisa de cunho qualitativo com um estudo de caso da Defesa Civil Municipal de Natal, buscando perceber de que forma as populações e a referida instituição da Administração Pública Municipal estão preparadas para uma mudança cultural em situações de desastres naturais. Ademais, para a realização da pesquisa e posterior desenvolvimento deste work, utilizamos como instrumento de coleta de dados as entrevistas semi-estruturadas, fazendo uso, no intuito de analisar e interpretar os dados, da triangulação de métodos como técnica de análise. Toda a pesquisa foi realizada ao longo do ano de 2015. A conclusão da pesquisa resultou na identificação da vulnerabilidade socioambiental e dos desastres naturais como uma problemática sociocultural que ainda está pouco impregnada na cidade do Natal, sendo que há tempos que o município vem passando por problemas e/ou desafios referentes à questão, causando perdas às pessoas, materiais e, até mesmo, familiares; mas que ainda não existe uma modificação do comportamento cultural e que incida sobre as políticas públicas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466621813_ARQUIVO_Vulnerabilidade_socioambiental_desastres_naturais_e_mudanca_cultural_uma_analise_da_Defesa_Civil_Municipal_de_Natal.pdf

Apresentação Oral em GT

Histórias de resistências: desastre região serrana 2011

Simone Santos Oliveira, Sergio Luiz Dias Portella

A participação social vem se tornando central na medida em que se multiplicam as crises nas relações entre o governo, a ciência e os conhecimentos especializados, de um lado, e os cidadãos, suas organizações e comunidades de outro. As consensualidades discursivas sustentadas na ideia de participação embasam as iniciativas de agências nacionais e internacionais envolvidas no financiamento das respostas a situações extremas, no sentido da exigência da participação social nos projetos que apoiam. Mas parece que as características que em situações normais são quase invisíveis, naturalizadas, ficam expostas e exacerbadas em situações de crise social, produzindo exclusão daqueles que alegadamente se quer incluir. Mesmo que referendada em todos esses discursos, e em muitos casos promovendo uma sintaxe própria, hoje ainda não se sabe como tornar a participação social impactante na resolução dos problemas mundializados e na superação da inadequação das respostas dos governos aos mesmos. E, na maioria das vezes, somente a resistência às políticas públicas propostas podem indicar uma participação pública autêntica por parte das populações. Resistências individuais de pequenos lavradores. Resistências culturais como de quilombolas. Resistências de comunidades e bairros inteiros aos laudos técnicos que defendiam a saída de suas terras, com

o apoio de outros estudos técnico-científico que se contrapunham aos estudos oficiais. O registro e análise dessas resistências às políticas públicas propostas no pós-desastres do evento extremo de 11 de janeiro de 2011, nas cidades serranas do norte do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, é parte da pesquisa empreendida pelos autores. Essas experiências revelam a busca de superar um conjunto de ações-manobras em que a população é desapropriada da capacidade de lidar com a vivência de seu desastre. Como nas fábricas fordistas do início do século passado, em que, pela aplicação da administração científica do work, o conhecimento comunitário, local, e pessoal vai sendo extraído e impessoalizado em relatórios e registros técnico-científicos.

Apresentação Oral em GT

Memórias e impactos da enchente de 1974: por uma abordagem espaço-temporal dos desastres

Viviane Kraieski de Assunção

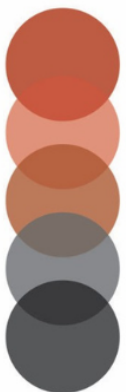
A enchente de 1974 marcou a história do município de Tubarão, localizado no sul do estado de Santa Catarina, Brasil, e a de seus moradores. Segundo dados oficiais, a enchente de 1974 causou a morte de 199 pessoas e desalojou 60 mil dos 70 mil habitantes da cidade na época. O número de mortos, no entanto, é contestado pelos moradores que vivenciaram a enchente. A imprensa noticiara, durante e após o fenômeno, que a estimativa do número de mortos chegaria aos milhares. Relatos de moradores afirmam a existência de valas comuns para enterrar corpos e o grande número de desaparecidos, o que não é confirmado por documentações oficiais. A memória da enchente está presente no relato de moradores do município (inclusive daqueles que não a vivenciaram) e nos monumentos de homenagens às vítimas. Deste modo, argumenta-se que a enchente é parte do imaginário social dos moradores, que participa da construção e organização da memória coletiva do município (Halbwachs, 1990; Woortmann, 2000). O work aqui apresentado resulta de uma pesquisa em andamento sobre os impactos da enchente de 1974 sobre a reconfiguração socioespacial do município de Tubarão. Argumenta-se que a análise espaço-temporal de um desastre – entendido não apenas a partir de seus condicionantes naturais, mas entrelaçado a aspectos socioculturais (Ribeiro, 1995) – permite a compreensão do aspecto processual do fenômeno e da complexidade de seus impactos. A primeira etapa da pesquisa foi centrada na localidade do Morro da Caixa, por meio da realização de uma etnografia e da realização de entrevistas em profundidade, que buscaram acessar a memória dos moradores sobre a enchente e as mudanças que ocorreram na localidade desde então. Antes da enchente, o Morro da Caixa era conhecido como local de moradia de “pobres e negros”. Temendo novas inundações, indivíduos de camadas médias e altas passaram a habitar a localidade, o que ocasionou um encontro entre indivíduos de camadas sociais distintas. A presença destes moradores levou a mudanças nas representações da localidade, além do estabelecimento de relações de conflito entre moradores de diferentes classes sociais. Nesse sentido, a enchente é compreendida como um evento crítico, seguindo as concepções de Veena Das (1999), por impactar a forma como os sujeitos entendem e concebem o mundo, suas formas de subjetivação, e, mais especificamente, por alterar seus modos de significação do espaço. A investigação também apontou que a percepção de risco de novos desastres está atrelada a um processo de gentrificação da localidade, que, de acordo com Smith (2007), produz paisagens urbanas voltadas para o consumo de indivíduos de maior capital econômico.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466384612_ARQUIVO_Paper_30RBA.pdf

Apresentação Oral em GT

A batalha de Okinawa acabou?- Memória, diáspora e fluxos setenta anos depois da II Guerra

Yoko Nitahara Souza



2015 marcou setenta anos da Batalha de Okinawa. A mais sangrenta da II Guerra Mundial, a maior da história contabilizando 250.000 mortos. Um terço da população de Okinawa pereceu durante a batalha. As narrativas estão registradas nos muitos museus e monumentos a exemplo do Himeyuri no to, nas cavernas Chimuku e Chibichiri, nos penhascos de onde civis se suicidaram, no local para onde milhares de corpos foram levados e sobre eles se amontoou pedras chamado Kompaku no to. Ouvi pessoalmente relatos como de Keiko Taira, uma das 59 sobreviventes do naufrágio do navio Tsushima Maru torpedeado pelo submarino americano Bowfin quando levava cerca de 1300 civis, a maioria crianças de Okinawa para as ilhas principais do Japão o mesmo Kiyoko Hijirida, que se escondeu ainda criança nas ohaka, os grandes túmulos familiares em formato de Omega, cujo nome é kame ko baka ou casco de tartaruga, mas alude ao formato do útero feminino. O choro de sua irmã mais nova poderia denunciar toda a família, então foi tirada da ohaka e foi morta. Os locais marcados pela guerra são muitos e visitei vários deles em Okinawa. Fui em pouco museus no Japão, como o museu etnográfico de Osaka, Minpakku kinen koen e não vi nenhuma referência à II Guerra. Em Osaka e Kyoto Os castelos em e seus biombos ilustram batalhas da época dos Samurais e aludem ao poder do shogunato. De modo radicalmente inverso, em Okinawa não há um único museu que não tenha alguma referência à Batalha de Okinawa e o castelo de Shuri, sede do independente reino de Ryukyu, ilustra as relações que mantinha recebendo visitantes e negociando em seus portos. A etnografia multisituada (Marcus 1995) empreendida no Havaí em fevereiro e março de 2013 e no arquipélago de Okinawa, ao sul do Japão entre dezembro de 2013 e junho de 2014 e iniciada em diversos estados brasileiros como Paraná, São Paulo e Distrito Federal entre a comunidade nikkey e okinawana especificamente, foi atravessada de ponta a ponta pela memória da trágica catástrofe representada pela Batalha de Okinawa. Muitos okinawanos com que conversei buscam compreender como se passaram os dias, semanas e meses deste verdadeiro holocausto. Neste work apresento a trajetória de vida de alguns okinawanos e descendentes, de diversas gerações e países, acerca de suas pesquisas independentes e memórias sobre a Batalha de Okinawa. A percepção de que a presença massiva das bases militares americanas mesmo após a reversão administrativa ao governo japonês em 1972, mantendo um diversificado e numeroso aparato de guerra é tido por muito okinawanos como o prolongamento da Batalha de Okinawa. Como a Antropologia pode atuar? É possível interpretar as diversas vozes que proliferam acerca das manipulações históricas de eventos críticos (Daas, 1995)?

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467393537_ARQUIVO_ABA2016pdfpaperAbatalhadeOkinawaacabou.pdf

GT 009: Antropologia das relações humano-animal

O campo das relações humano-animal, ou Animal Studies, teria emergido na década de 1970 em meio a movimentos de proteção animal que, não obstante, remontam ao século XIX. Na verdade, os animais participam das análises antropológicas há muito tempo. Algumas análises identificaram dois paradigmas correntes: um que pode ser chamado de materialista, em busca do animal “real”; e outro semiótico, pós-estruturalista ou simbólico, em busca de representações. Mais recentemente, a emergência de reflexões sobre o perspectivismo ameríndio realçou a centralidade dos animais em aspectos da vida religiosa e cosmológica de populações ameríndias, com um forte impacto nas conhecidas relações entre natureza e cultura. O presente Grupo de Trabalho pretende ser um espaço para reflexões teóricas e pesquisas empíricas acerca das relações entre animais humanos e não humanos, a partir de um viés antropológico. Serão aceitos trabalhos tanto sobre as percepções simbólicas quanto sobre relações concretas materiais entre ambos. Entre eles, destacam-se produções voltadas aos animais de estimação, de abate, de tração, animais da fauna silvestre brasileira ou estrangeira, caça, criações, rinhas, concursos, turismo, animais de laboratório; em meio urbano, rural ou entre populações ameríndias e mesmo fora do continente americano; relações cotidianas, científicas, religiosas, alimentares, ideológicas, morais, artísticas, legislação, políticas públicas, saúde, entre outras possibilidades.

Andréa Barbosa Osório Sarandy (UFF) e Flávio Leonel Abreu da Silveira (UFPA) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

As “donas” dos crocodilos do rio Zambeze: Relatos de uma amizade socialmente indesejada

Antônio Domingos Braço

As relações que os humanos estabelecem com os não humanos são construídas segundo os contextos socioculturais e as representações coletivas imanadas a essas realidades particulares. Os simbolismos – expressos nas ideias que estão contidas nos contos, mitos, lendas e provérbios, nas falas e práticas cotidianas – imbricados na textura das identidades sociais das populações da etnia Sena, um grupo etno-linguístico de origem Bantu que habita no distrito de Marromeu, província de Sofala, em Moçambique, colocam as mulheres Sena como “donas” dos crocodilos (crocodylidae) do Delta do Zambeze. Isso, na tradução cotidiana, significa que elas têm o poder e o controle sobre o comportamento e as atitudes desses animais, podendo manipulá-los e ordená-los para fins de bruxaria, uma prática considerada antissocial e indesejada por essa sociedade. Esta comunicação, é um recorte de uma pesquisa em andamento e visa problematizar as questões pelas quais se estabelecem essas filiações traduzidas nesse “poder sobrenatural” que, culturalmente, é atribuído às mulheres e que se manifesta na capacidade que elas têm em dominar a natureza desses animais das águas doces, para fins pessoais. Os relatos foram obtidos a partir de um work etnográfica realizado nessa região no período entre 2013 a 2015 e mostram como os discursos sociais criam esses laços – entre as mulheres e os crocodilos – e a cotidianidade a ratifica como realidade vivida.

Palavras chave: Mulher, crocodilo, Moçambique

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/124_2016-12-12.pdf

Apresentação Oral em GT

Orquídeas versus Tartarugas Marinhas: narrando conflitos ocultos

Eliana Santos Junqueira Creado, Clara Crizio de Araujo Torres (1a autora) Eliana Santos Junqueira Creado (2a autora)

O presente artigo constitui um relato e análise de uma Audiência Pública ocorrida no município de Linhares (ES), na Universidade Aberta do Brasil (UAB), ao dia 29 de setembro de 2014, cujo tema em questão era a ampliação e modificação de uma ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico), localizada na vila do Degredo. A análise está focada nas performances e ações individuais (humanas) surgidas nas falas coletivas ao longo do episódio do evento, mais especificamente, as ações de agentes relacionados à conservação ambiental e agentes cuja atuação basear-se-ia em conhecimentos tecnocientíficos. Será abordado o movimento de agências não-humanas circunscritas nos conflitos desenrolados ao longo do evento e para além dele, explicando a conjuntura que conformou o antagonismo dos que estavam presentes na audiência, de um lado, os agentes preocupados com a defesa dos interesses de tartarugas marinhas (sobretudo a tartaruga de couro ou gigante), contrários à supressão de área ao sul da ARIE, e, de outro lado, os que argumentavam que a maior justificativa para a alteração era a proteção de orquídeas (o Jardim das Guttatas). No pano de fundo do debate, estava no entanto a construção de um porto, cuja presença foi obliterada pelos defensores da modificação da ARIE, e trazida à tona na fala de seus oponentes, a todo momento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466538598_ARQUIVO_Artigo-Crizio&Creado-RBA-21-06-2016.pdf

Apresentação Oral em GT



“ANIMAIS SÃO AMIGOS, NÃO COMIDA”: Reflexões acerca do grupo de vegetarianos e veganos em Goiânia.

Fabiola Ribeiro Duarte

Este work é resultado de reflexões da pesquisa de mestrado em andamento cuja proposta é conhecer os saberes, valores e crenças do grupo "Vegetarianos de Goiânia". Os "Vegetarianos de Goiânia" é composto por integrantes vegetarianos e veganos que se conhecem por meio virtual através das redes sociais e posteriormente passam a se encontrar pessoalmente em reuniões mensais chamadas Veganic, onde compartilham alimentação vegana e discutem a respeito de arte, consumo, filosofia e proteção aos animais. Os Veganic's acontecem na cidade de Goiânia por diversos locais, em parques públicos, casa de algum dos participantes ou até mesmo em restaurantes e lanchonetes que são direcionadas a este público. Embora haja um discurso dominante dos médicos e nutricionistas acerca de alimentação saudável com base em proteínas de origem animal o grupo se recusa a comer carne por motivos éticos. Uma diferenciação muito latente dentre esse grupo é do vegetariano e do vegano: vegetariano quando a pessoa retira a carne, de qualquer espécie, da sua alimentação; e vegano quando o indivíduo retira todos os produtos de origem animal de seu cotidiano. Na alimentação: carne, leite, ovos e mel. E no cotidiano geral: roupas feitas de couro animal, produtos que foram testados em animais. Animais são, em geral, utilizados como mercadorias em nossa sociedade ocidentalizada, seja para explorar o work que eles podem desempenhar ou o produto final que podem fornecer. Esse viés econômico que transforma os animais não humanos em objetos de consumo é considerado parte da cultura, os Vegetarianos de Goiânia destoam dessa cultura dominante e criam uma comunidade abolicionista que deseja pôr fim aos usos de animais na sociedade e fazem críticas ao pensamento dualista natureza/cultura e animalidade/humanidade. Esse grupo exemplifica o novo paradigma ecológico que vem sendo trabalhado pela antropologia. São grupos que questionam a forma como os animais são tratados, e utilizam de percepção, sentimento e empatia para enquadrar os animais não humanos na esfera de agentes sociais.

Trabalho completo:

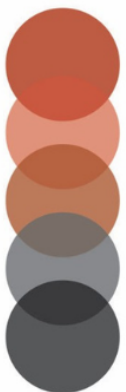
https://www.abant.org.br/files/1466948931_ARQUIVO_FabiolaRibeiroDuarte_workcompleto_rba.pdf

Apresentação Oral em GT

Das associações entre bem-estar, animal e produção: o caso da carne bovina

Graciela Froehlich

A industrialização da pecuária tem suscitado fortes críticas aos métodos empregados na produção de carne ao redor do mundo. De acordo com a publicação “Pecuária Industrial: parte do problema da pobreza”, a industrialização da pecuária caracteriza-se pela “alta densidade de concentração de animais e/ou pelo confinamento, pelas taxas de crescimento forçado, alta mecanização e baixos níveis de emprego” (WSPA, 2005: 13). As consequências desse modelo produtivo afetam o bem-estar tanto dos animais quanto dos humanos, e é crescente a associação da atividade pecuária ao agravamento da crise climática. A poluição do ar e da água, a perda ou redução da biodiversidade, a erosão, o desmatamento, a emissão de gases de efeito estufa são algumas das consequências associadas à pecuária, as quais perpassam toda a cadeia produtiva, desde as fazendas, até os supermercados. A cadeia produtiva da carne, em resposta às críticas colocadas por movimentos ambientalistas e de defesa dos direitos dos animais, tratou de incorporar mecanismos de mitigação em sua atividade produtiva por meio de certificações de origem e qualidade dos seus produtos (no caso aqui analisado, da carne bovina). Um objetivo de selos como esses é informar o consumidor de que as relações entre humanos e animais nas fazendas e abatedouros são positivas e respeitam as necessidades básicas do gado de corte. Tais certificações são o ponto de partida para as análises que desenvolvi em minha





tese de doutorado e que apresentarei aqui de forma sintética. Na base dessas reflexões encontra-se a pesquisa de campo realizada em fazendas de criação de gado de corte possuidoras de certificações de boas práticas pecuárias. Manuais de bem-estar animal, livros, palestras e artigos científicos sobre o tema assim como publicações de divulgação de medidas de bem-estar animal também são fontes analisadas. A pergunta que orientou meus questionamentos no decorrer deste work pode ser formulada da seguinte forma: o que um selo de bem-estar animal faz fazer? Ao longo deste artigo, pretendo demonstrar como a categoria de bem-estar animal é acionada e articulada por diferentes agentes nas fazendas de produção de gado de corte, no meio científico (o conceito de bem-estar animal utilizado pelas certificadoras é um conceito de base científica), de que forma é apropriada pelo mercado da carne bovina e pelos discursos em defesa dos direitos dos animais e do meio ambiente. Inspirada em Latour (2012), preocupe-me com as diferenças produzidas pela categoria de bem-estar animal, quais os elementos que ela mobiliza ao transitar entre debates científicos, de militância ecológica, entre administradores de fazendas – ou empresas de pecuária – e seus trabalhadores.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467324398_ARQUIVO_Artigo_30RBA_Graciela_Froehlich.pdf

Apresentação Oral em GT

Afinidades vitais - humanos e animais na pesquisa científica

Iara Maria de Almeida Souza

Estudos acerca da interação entre humanos e animais em contexto de prática científica, em que estes últimos aparecem como componentes vivos do sistema experimental, usualmente estão voltados para a identificação do tipo de conhecimento obtido com o uso de modelos animais e com o processo através do qual o animal vivo é transformado em "animal analítico". Ainda que se reconheça que o work com animais em pesquisa requer empatia dos humanos para lidar com eles, tal questão é bem pouco explorada e pouco se atenta para o vínculo necessário entre a atitude objetivante dirigida aos animais e outra que implica reconhecimento de sua subjetividade. Neste work pretendo mostrar como se combinam na pesquisa com modelo animal, especificamente camundongos e ratos, dois modos de lidar com as semelhanças entre eles e os humanos. O primeiro se caracteriza pela produção de uma equivalência, pautada na mensuração de aspectos específicos de processos biológicos comuns aos corpos humanos e animais. O segundo modo se fundamenta na existência de semelhanças em termos das capacidades físicas e afetivas entre entidades vivas capazes de trocas intersubjetivas. O argumento apresentado afirma que afinidades e mutualidade existem na prática científica e são elementos fundamentais para a pesquisa experimental.

Pôster em GT

Biocativeiros, conservacionismo e defesa animal: mapeamento de conflitos a partir do caso Parque Dois Irmãos (Recife)

Ivo Raposo Gonçalves Cidreira Neto, Brunna de Andrade Lima Pontes Cavalcanti

Segundo o artigo 1º da Lei Federal nº 7173, de 14 de dezembro de 1983, configura-se como jardim zoológico qualquer coleção de animais silvestres mantidos vivos, em cativeiro ou em semiliberdade, expostos à visitação pública. Criados no século XIX, como locais de lazer e exposição de curiosidades, os zoológicos passaram por uma reformulação no século XX, passando a enfatizar outras funções além do entretenimento. Os pilares do biocativeiros modernos são: conservação de espécies; desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional; pesquisa científica; educação ambiental e lazer (SANDERS & FEIJÓ, 2007). O novo modelo estabelece a biologia da conservação como foco, é o pressuposto que guia as denúncias de conservacionistas contra o Parque Estadual Dois Irmãos, situado na Região Metropolitana do Recife. A partir do ano de 2014,

os questionamentos à instituição ganharam repercussão porque articularam as questões técnicas às denúncias de maus tratos, que tiveram repercussão entre defensores de animais e na imprensa. As polêmicas a respeito deste zoológico são representativas de disputas, ganhando relevância em outros estados brasileiros, contrapondo as formas tradicionais de gerir os zoológicos, as demandas conservacionistas e sua articulação tensa com os grupos de defesa animal. Neste work, realizamos um mapeamento das concepções em disputa nesse caso, a partir de uma análise documental de materiais institucionais do Parque Dois Irmãos, matérias publicadas em jornais pernambucanos (Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio), relatório de vistoria do Ministério Público de Pernambuco (MP-PE) no zoológico e publicações do Movimento Por um Novo Parque Dois Irmãos – principal articulador das denúncias. Entre os anos de 2009 e 2011, as matérias publicadas na imprensa local versavam majoritariamente sobre a função de lazer do zoológico, destacando a chegada de novos animais e a programação voltada para crianças (NETO, CAVALCANTI & LIMA, 2014). Já em 2014, após a vistoria do MP-PE e a criação do Movimento, a morte de animais e às más condições dos recintos passaram a ganhar espaço na mídia corporativa e nas redes sociais. Paralelamente, porém, os próprios ativistas envolvidos nas denúncias envolvem-se em debates sobre a legitimidade da própria existência dos zoológicos. A rotina de um animal em cativeiro difere substancialmente do comportamento na vida livre. Portanto, confinar animais em um Zoológico exige dos profissionais envolvidos a percepção do ponto de vista do animal, voltada para o seu bem-estar. Esses acontecimentos midiáticos reforçam a ideia de que esta instituição permanece na concepção ultrapassada de zoológicos. A direção do Parque prioriza o entretenimento, deixando de lado os outros pilares que configuram o zoológico moderno.

Apresentação Oral em GT

Cachorros que atacam criação: reflexões éticas sobre a mobilidade e a vida social dos animais em ambientes rurais

Jorge Luan Rodrigues Teixeira, Dibe Salua Ayoub

Neste work, discutimos as dimensões éticas de conflitos envolvendo cachorros no Sertão dos Inhamuns (CE) e no interior do município de Pinhão (PR). Nessas localidades, além de serem considerados animais de estimação, os cachorros auxiliam no cuidado da casa, na lida com os animais de criação e em atividades de caça. Identificados com seus donos e com as terras em que vivem, os cachorros transitam através de cercas e estradas e têm um papel crucial na constituição e na negociação cotidianas dos espaços rurais: a mobilidade animal produz relações, enseja narrativas e abre margem para outros movimentos. Tais deslocamentos, contudo, podem motivar conflitos agudos quando os cachorros atacam os animais de criação de seus donos ou, pior, de outras pessoas. Assim sendo, a vida social dos cachorros nas localidades onde realizamos nossas pesquisas vai além de sua relação com seus donos, adentrando e estremecendo a boa convivência entre pessoas que habitam uma mesma vizinhança. Tanto nos Inhamuns quanto em Pinhão, os cães que atacam bovinos, caprinos, ovinos e suínos são relegados à morte, ora produzida por seus próprios donos, ora por aqueles que sofreram os danos causados pelos cachorros alheios. Embora a morte dos cães seja convencionalizada como a solução para os transtornos realizados por eles, essas situações de ataque da criação e de perseguição aos cachorros são carregadas de reflexões éticas sobre seus modos de ser, sua relação com os outros bichos, com os humanos, e sobre as relações entre moradores que vivem perto uns dos outros. Esses momentos de tensão permitem-nos vislumbrar não só que cães e pessoas constituem-se mutuamente, e produzem as reputações uns dos outros, mas também uma socialidade que leva em conta as ações dos bichos, os quais participam das relações de vizinhança entre pessoas. Levando isso em consideração, refletimos sobre como nossos interlocutores lidam com os cachorros que atacam e matam criação e como ao observarem os deslocamentos e ações dos cães e agirem sobre eles as pessoas também estão cuidando do convívio umas com as outras. Ao pensarmos, a partir desses conflitos, sobre a ambiguidade moral dos cachorros nos Inhamuns e em Pinhão, entendemos a ética e a moralidade não como um conjunto de normas ao qual os



comportamentos humanos e animais deveriam, necessariamente, obedecer e tampouco como um "domínio social" exterior às ações cotidianas, mas como uma forma de reflexão e de julgamento imanentes àquelas ações e à vida ordinária. Se tais animais, mais do que "domésticos", têm uma face pública (em que eles surgem como extensões dos seus donos e casas), parece-nos que as suas ações, assim como as dos humanos, são eticamente percebidas e avaliadas.

Apresentação Oral em GT

Animais Veganos: dilemas da alimentação eticamente orientada imposta animais de estimação

Juliana Abonizio, Eveline Teixeira Baptistella

Atualmente, assistimos a inserção crescente de animais na esfera moral, tanto em razão de descobertas científicas, provenientes, por exemplo, da etologia cognitiva, quanto por meio da emergência de novas sensibilidades que se manifestam no crescimento de movimentos sociais que atuam na causa animal e nas propostas de leis que visam proteger animais e coibir maus tratos, como a proibição de animais em circo, de criação de animais para extração de pele usada como vestuário, dentre outras iniciativas. Neste contexto, destacamos o veganismo em sua vertente autointitulada abolicionista. Diferente de outros movimentos, como os protecionistas e bem estaristas - que são criticados por não romperem com a dominação especista - os veganos abolicionistas defendem a libertação de todos os animais da subjugação humana e, em termos práticos, boicotam o consumo de produtos que tenham ingredientes animais ou produtos cuja produção tenha causado qualquer tipo de sofrimento animal. Tais militantes adotam uma dieta livre de carne, mas enfrentam um dilema ético ao alimentar outros animais, que, pela situação de domesticação em que se encontram, dependem do ser humano para a sobrevivência, uma vez que cães e gatos são consumidores de carne e as rações destinadas a esses animais são produzidas com alimentos cárneos. Diante disso, há um dilema entre não se alimentar de carne e comprar carne para outros animais, em espécie ou em forma de ração, ou impor uma dieta vegana a outros animais, obrigando-os a uma conduta moral que foge a sua capacidade de escolha. As soluções para esses dilemas podem residir no mercado de onde vemos emergir rações vegetais para cães e gatos que aproveitam desse paradoxo, livram o dono da culpa e veiculam seu produto. Para compreender os entrelaçamentos entre as condutas morais e a alimentação de homens e animais no contexto do veganismo abolicionista e outros movimentos com os quais dialoga, recorreremos à análise da publicidade de marcas de ração vegetal e, com uma etnografia dos espaços virtuais, coletamos centenas de debates sobre o tema que foram lidas a partir de referenciais da sociologia do cotidiano, antropologia da alimentação, estudos de consumo e etologia cognitiva. Os resultados obtidos apontam para uma remarcação da fronteira que separa e aproxima a animalidade da humanidade, ao inserir os animais na dimensão ética que caracteriza, para os humanos, o ato de comer, que transcende em muito a busca por nutrientes. Assim, a alimentação dos animais que era vista como um imperativo de sua natureza herbívora ou carnívora passa a ser inserida na dimensão cultural que caracteriza a alimentação humana e sujeita, por tanto, ao contexto em que se encontra.

Palavras chave: veganismo; pets; ração

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/696_2017-01-10.pdf

Apresentação Oral em GT

"Bicho Mau": encontros com cobras peçonhentas em Urucuia, MG

Luzimar Paulo Pereira

Na zona rural de Urucuia, Minas Gerais, os relatos de encontros com as mais diversas espécies de cobras peçonhentas fazem parte das conversas cotidianas dos seus habitantes. Presentes nos mais variados contextos,





as narrativas tratam das qualidades naturais, morais e sobrenaturais dos animais assim como dos riscos que representam para os seres humanos. Por outro lado, a partir dos relatos, os encontros também contribuem para construir ou destruir as reputações das pessoas. Nessa apresentação, pretende-se descrever e analisar tais narrativas com o intuito de apreender os modos pelos quais os habitantes das áreas rurais de Urucua concebem suas relações com as cobras e as maneiras pelas quais os animais agenciam as interações entre os próprios seres humanos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467303037_ARQUIVO_BichoMau.LuzimarP.pdf

Apresentação Oral em GT

Entre Tatuquiras e Curupiras: a percepção dos processos de adoecimento a partir da relação entre animais e humanos na Resex Tapajós-Arapiuns/PA

Maria Lucia de Macedo Cardoso

A circulação de agentes causadores de doenças entre animais silvestres e seres humanos tem se expandido mundialmente, na medida que aumenta a pressão populacional nas fronteiras de ambientes naturais relativamente conservados e que diminui a biodiversidade, resultando em epidemias de difícil controle pelas organizações públicas de saúde. Com o objetivo de desenvolver estratégias de monitoramento da emergência de zoonoses e de implementar ações de intervenção na área de saúde e conservação da biodiversidade, o Programa Institucional Biodiversidade e Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz realiza pesquisa na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns no Pará. De caráter multidisciplinar, o estudo analisa, entre outros aspectos, a percepção da população ribeirinha e indígena dos processos de adoecimento a partir das relações entre animais e humanos. Em duas expedições de campo em 2015, foram aplicados questionários a cerca de 200 adultos e realizadas diversas entrevistas abertas, além de observação de campo em 17 comunidades da Reserva. Esse artigo é a primeira aproximação de análise dos dados coletados nessas expedições. Baseado na contextualização cultural, social e histórica da região, faz-se uma descrição dos tipos de doenças que essa população identifica e como percebe sua relação com os animais. Observam-se as explicações sobre os fatores envolvidos na transmissão: contato com os animais; agentes transmissores; atividades de caça, extrativismo, pesca e agricultura; alimentação; aspectos sobrenaturais e condições ambientais, entre outros. Esses dados são analisados considerando que a diversidade de conhecimento dessa população possui origem cultural variada – em que se destacam os saberes de origem ameríndia e de tradição ribeirinha, e os relacionados com informações transmitidas pela mídia e por agentes de educação e saúde. Tais conhecimentos se sobrepõem e interagem, compondo uma percepção “híbrida” da relação humanos-animais e doenças e, numa perspectiva mais ampla, da concepção de natureza e cultura. Dialoga-se, assim, com a literatura antropológica sobre as relações humanos-animais e sobre a concepção de saúde e doença na Amazônia, avançando sobre os aspectos de ordem social e cultural que devem ser consideradas ao trabalhar com o tema na região.

Apresentação Oral em GT

Entre “araganas” e iguarias: as cabritas na comunidade quilombola de Palmas, em Bagé/RS

Marília Floôr Kosby

Este estudo etnográfico apresenta uma primeira reflexão a respeito das implicações mútuas entre os humanos, as cabritas, as cangalhas, o mato e os chamados “campos de pedra” na construção e perpetuação, enquanto território negro, do quilombo de Palmas, localizado em um distrito rural homônimo, no município gaúcho de Bagé. A “criação” de rebanhos de cabritas é uma das poucas atividades pecuárias executáveis nas áreas de terreno com aclave, solo pedregoso e densa vegetação arbórea da região em questão. Os principais

consumidores da produção de cabritas dessa região são as casas de religiões de matriz africana da região sul do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre, o que gera algumas controversas entre os produtores. Aqueles mais afinados com órgãos técnicos, como Embrapa e Emater, acreditam ser “um desperdício” que uma carne tão saudável seja destinada massivamente a rituais religiosos, podendo haver investimento na criação de um mercado de consumo da mesma como commodity – o que contribui para que a comunidade quilombola se aproxime dos padrões de produtividade exigidos àqueles que buscam se beneficiar dos programas estaduais de incentivo à produção rural e permanência no campo. Outras famílias da comunidade até criam as cabritas próximo de casa, com certo controle de sua reprodução e manejo regular, mas sem controlar com tanto afinco o jeito “aragano” desses animais se deslocarem pelo espaço, sem respeitar muito os aramados, as estradas, os limites impostos pelo mato e a propriedade. Neste caso, não há investimentos na construção de abrigos e a compra de alimentos específicos, pois “o mato sempre deu tudo” que é preciso para uma produção alta de cabritas saudáveis. No território abrangido pela comunidade quilombola de Palmas vivem 37 famílias, que fazem uso coletivo da área e dos recursos naturais. Assim, as cabritas são identificadas por seus donos pela cor da pelagem, ou discriminadas por marca ou sinal particular nas cangalhas (triângulo de madeira usado no pescoço dos animais para dificultar que eles atravessem cercas). Apesar das diferenças aparentemente polarizadoras, é fundamental ressaltar que ambos “criadores” realizam o manejo voltado para o consumo próprio e/ou do mercado religioso, ou seja, controlando mais ou menos o deslocamento dos rebanhos, contando com as providências do mato (alimento e abrigo), com a autonomia das cabritas na proteção contra predadores (ao contrário das ovelhas, elas conseguem defender os filhotes recém-nascidos dos zorros, ou cachorros do mato) e na prevenção de doenças (cabritas raramente pastam, preferindo comer folhas de árvores ou arbustos, o que evita contaminação por verminoses).

Trabalho completo:

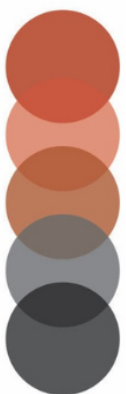
[https://www.abant.org.br/files/1470926610_ARQUIVO_Araganaseiguarias\(floorkosby\)-Correto.pdf](https://www.abant.org.br/files/1470926610_ARQUIVO_Araganaseiguarias(floorkosby)-Correto.pdf)

Apresentação Oral em GT

Os porcos como materialidade, metáfora e metonímia nas cirurgias experimentais para produção de um dispositivo de assistência circulatória

Marisol Marini

Em meio aos testes laboratoriais de validação de dispositivos de assistência circulatória chamados de “coração artificial”, a relação entre cientistas e porcos em cirurgias experimentais emergem de maneira contundente. Tais tecnologias estão sendo desenvolvidas em um laboratório localizado em um importante hospital especializado em cardiologia de São Paulo. Compreendidos no atual cenário associado às doenças cardiovasculares, os dispositivos de assistência circulatória são tecnologias projetadas para substituir ou auxiliar a função cardiovascular de pacientes que sofrem de falência cardíaca. O desenvolvimento de tais tecnologias se justifica pelo alto índice de mortes relacionadas às doenças cardiovasculares, consideradas uma das principais causas de morte no Estado de São Paulo, bem como no Brasil e em quase todo o mundo. Diante da escassez de órgãos, o “coração artificial” apresenta-se como uma alternativa para prolongar a vida de pacientes que aguardam na fila de espera por um transplante, provisória ou definitivamente. A cirurgia de implantação das tecnologias em porcos caracteriza-se como o teste *in vivo*, que é uma série de procedimentos precedida dos testes *in vitro*, nos quais o funcionamento e eficácia dos dispositivos são avaliadas. Respeitando acordos morais e legais que garantem direitos aos animais utilizados em pesquisa, tais testes são entendidos como fundamentais para a validação das tecnologias para que possam ser utilizados em humanos. Como um dos objetivos de tais experimentos é avaliar e definir parâmetros hemodinâmicos, além de avaliar o desempenho da bomba no modelo animal, é importante que o tamanho e a capacidade de fluxo sanguíneo sejam similares aos dos corações humanos. Por isso os porcos são os animais escolhidos para os testes. Nesse sentido, os porcos são entendidos como semelhantes, mas ao mesmo tempo distintos dos humanos. A relação



instituída entre cientistas e porcos é da ordem metafórica e metonímica, pois por um lado há uma contiguidade entre humanos e porcos, ao mesmo tempo em que aquele animal representa ali toda a sua espécie; e também especista, ilustrando o antropocentrismo intrínseco à tais métodos científicos. Tornados objetos tanto quanto os instrumentos e materiais ali presentes, os porcos sacrificados são utilizados como meios de atingir validação científica à tecnologia desenvolvida. Porém emergem também como sujeitos, como a descrição dos procedimentos permite demonstrar. O objetivo, portanto, é descrever as práticas sociomateriais (Mol, 2002) por meio das quais tais tecnologias emergem, instituindo relações e o entrelaçamento entre humanos e não humanos, entre entidades tradicionalmente vistas como exclusivamente naturais ou sociais (Callon, 1986; Latour, 1994, 1997, 2004, 2012).

Pôster em GT

Voando baixo sobre os humanos: garças e urubus no Ver-o-Peso (PA)

Matheus Henrique Pereira da Silva, Raphael Santos Mercês

A proposta deste work é a de investigar as relações interespecíficas de humanos e não-humanos, neste caso, comerciantes, turistas, transeuntes e os urubus-de-cabeça-preta (*Coragyps atratus*) e garças-brancas-grandes (*Ardea alba*) nas áreas correspondentes ao Complexo do Ver-o-Peso (incluindo a Pedra do Peixe e a Feira do Açá), bem como o perímetro do Centro Histórico de Belém (PA) e seus diferentes espaços: a Praça do Relógio, a praça Dom Pedro II; caminhos e descaminhos que se estendem ao longo do entorno da Igreja de Santo Alexandre, seguindo o fluxo de deambulações cotidianos que envolvem tais relações, contatos e misturas realizadas entre os agentes naquele contexto. A partir de uma etnografia em curso na cidade busca-se problematizar o emaranhado de interações – tensionais ou não – de tais agentes que efetuam povoamento e convívio rotineiro, suscitando a configuração de dinâmicas ecológicas urbanas, visto que os urubus-de-cabeça-preta e as garças-brancas-grandes agenciam e compartilham as paisagens, compondo seu habitat em seus movimentos sazonais junto à dinâmica populacional, a exemplo da alimentação de detritos orgânicos recebidos dos humanos, depositados nas lixeiras, ou que são atirados nas águas. O que descompraz nossos sentidos, no entanto, é o que atrai os bandos (avifauna) e outros animais que de alguma maneira percebem que podem se beneficiar das dinâmicas daquele espaço – cães errantes (*Canis lupus familiaris*), pombas domésticas (*Columba livia*), ratos (*Rattus rattus*) - de forma a exercerem um comensalismo que é também um mutualismo com os humanos. Ou, ainda, o communal roostings nas árvores da praça D. Pedro II como é o caso dos urubus (e das garças na Praça Batista Campos), incluindo suas possibilidades de termorregulação, ou facilidade vôo no início da manhã, entre outras. Portanto, consideram-se agenciamentos relativos às territorialidades humanimals com a água, os espaços urbanos e suas infraestruturas, o descarte e acúmulo de lixo, as formas de higiene (e sua ausência), os usos do corpo pelos praticantes dos lugares, entre outros aspectos. Destarte, quando olhamos para as práticas compartilhadas por humanos e não-humanos buscamos, ainda, seguir os jogos concernentes as proximidades e distanciamentos entre eles, à medida que traçam vivências na possibilidade de compartilhamento dos espaços onde alhures natureza e cultura se entrelaçam.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466214253_ARQUIVO_RBAREDUZIDO.pdf

Apresentação Oral em GT

O frigorífico na aldeia: sobre o work nas indústrias de carne para os Kaingang do Toldo Chimbangue

Miriam Rebeca Rodeguero Stefanuto

O presente work dedica-se a investigar quais as implicações para os Kaingang do Toldo Chimbangue de sua recente inserção nas indústrias de produção de carne na região da cidade de Chapecó, Santa Catarina. O work



nos frigoríficos, que apresenta uma organização específica e que abate animais e produz carne em quantidades industriais, se contrapõe e se relaciona a diversas outras práticas e conhecimentos Kaingang. Este work se debruça principalmente sobre os aspectos que dizem respeito aos animais, à alimentação a o work. Grande parte dos moradores do Toldo Chimbangue se relaciona de alguma forma tanto do modo industrial de se abater animais e produzir carne quanto da caça e da criação, uma vez que a maioria da população já esteve ou continua empregada em algum frigorífico da região de Chapecó; muitos mantêm criações – normalmente de suínos e aves – nas proximidades de casa, e que a caça vem sendo retomada aos poucos acompanhando a recuperação das florestas. Assim, a partir da pesquisa etnográfica e da contraposição desses elementos, pretende-se ampliar o conhecimento a respeito das aldeias que passaram a fornecer trabalhadores indígenas para estes frigoríficos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467341848_ARQUIVO_STEFANUTO_Miriam.GT009.pdf

Apresentação Oral em GT

Armas, armadilhas e territorialidade: a caça e a pesca Baniwa vistas pela ótica da comunicação não-verbal

Thiago Lopes da Costa Oliveira

O presente work enfocará as relações humano-artefatos-animais no Alto Rio Negro, a partir de uma etnografia dos Hohodeni, clã Baniwa que vive no rio Aiari, afluente do rio Içana – um dos formadores do rio Negro. O foco da apresentação serão as tecnologias de caça e pesca deste povo, tomando artefatos como armas e armadilhas, assim como as técnicas de localização, captura e abatimento de animais como objetos privilegiados de análise. De um lado, estes artefatos e conhecimentos técnicos serão descritos como objetificações do conhecimento territorial e etológico dos Baniwa; de outro, eles serão analisados a partir da noção de "comunicação não-verbal", cara ao arqueólogo e antropólogo Pierre Lemmonier. Neste último sentido, visa-se descrever, especialmente, aquilo que os humanos aprendem, e como aprendem, dos e com os animais que eles caçam e pescam. As dimensões analíticas a serem levadas em consideração serão a mitologia e as histórias de caçadores e pescadores, de um lado; e a fenomenologia da caça e da pesca de outro.

GT 010: Antropologia Digital, Tecnologia e Cibercultura

O desenvolvimento da Antropologia Digital tem sido crescente nos últimos anos, devido ao notável protagonismo das tecnologias digitais no cotidiano e em todos os domínios da vida social. Com essa proposta de GT buscamos dar continuidade ao trabalho iniciado na REA de 2009 e mantido, desde então, em todas as edições da REA, RBA e RAM, visando fomentar os estudos dentro deste campo, sobretudo aqueles cujas reflexões são originadas a partir de estudos etnográficos. Assim, temos como objetivo promover discussões sobre os usos particulares que são feitos da Internet por grupos específicos, as formas de sociabilidade desenvolvidas em ambientes do ciberespaço, as interações entre sujeitos mediadas pelas novas tecnologias comunicacionais e a relevância social, política e cultural dessas tecnologias na vida cotidiana, a partir de suas formas singulares de apropriação por diferentes segmentos sociais. Nosso interesse recai sobre trabalhos que incidam sobre a construção de identidades digitais e modos de vida que se apoiam no uso intensivo das TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação), como grupos de fandoms, gamers, cosplayers, residentes de mundos virtuais, etc. No campo das lutas pela diversidade e direitos, estaremos interessados particularmente nos modos de apropriação que os grupos LGBT e demais movimentos sociais estão fazendo da internet, tornando-a também uma arena de debates, publicações e militância (grupos e fóruns, blogs).



Débora Krischke Leitão (universidade federal de santa maria) e Laura Graziela F. de F. Gomes (Universidade Federal Fluminense) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

Fotografia digital compartilhada e marcação social: etnografando alguns usos sociais da fotografia na internet

Airton Luiz Jungblut

A proposta desta comunicação é apresentar e discutir alguns pontos referentes às possibilidades de uma etnografia dos usos sociais da fotografia nas redes sociais ambientadas na Internet. Por "usos sociais da fotografia", nesse ambiente, entenda-se tanto a exposição fotográfica individual, com a finalidade de expressar distintividades sociais pretendidas, como, também, o uso de material fotográfico alheio para o posicionamento sócio-identitário do outro, num jogo que pode variar do elogio invejoso ao achincalhamento estigmatizante.

Apresentação Oral em GT

Gênero e sexualidade em tempos instáveis: mídias digitais, identificações e conflitos.

Anna Paula Vencato

Verso neste work sobre o modo como as mídias digitais – com foco nas páginas da internet, blogs e redes sociais - e o cenário político nacional se articulam, embasam e desembocam em polarizações e questionamentos sobre as normas sociais, os preconceitos e as exclusões. Proponho-me a pensar, a partir das redes sociais, na ampliação do debate sobre “liberdade de expressão x discurso de ódio”, para além da emergência de novos sujeitos políticos que reivindicam outras identificações para além das já estabelecidas - em especial quanto às identidades fixas relativas ao gênero e às sexualidades.

Apresentação Oral em GT

A moda e os modos na rede: Conexões e sociabilidades entre sujeitos nos instablogs de moda.

Augusto Ferreira Dantas Júnior

O estudo analisa a relação estabelecida entre pessoas a partir do uso do instagram, por meio de perfis de consumo de moda e produção de imagem pessoal. Autodenominados como instabloggers ou instabloggers de moda, estes interlocutores constroem uma rede de sociabilidades entre eles e com outros usuários no espaço virtual, estabelecendo contatos cotidianos que em muitos casos não vão além do ciberespaço. Para isso, faz-se necessário compreender quais os significados atribuem aos vínculos instituídos pela mediação dessas novas tecnologias e aos fazeres relacionados, tais como trocas de informações, works divulgados e compartilhados. Possuindo como cenário inicial a cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí (Brasil), onde a figura do instablogger tem adquirido destaque (assim como a produção de moda e estilo local), este work visa dar continuidade à pesquisa de mestrado concluída em 2013 e ao work apresentado na RAM de 2015. Aqui percebemos que o uso das novas tecnologias (tanto nos fazeres destes sujeitos quanto na realização da etnografia) permite que a pesquisa vá além dos espaços anteriormente estudados, considerando que o discurso dos interlocutores alcança indivíduos em outras localidades e nestas é consumido e/ou reproduzido. Desta forma, nosso objetivo é analisar o modo de apropriação do espaço virtual pelos usuários e seus seguidores e o significado que atribuem a estas novas formas de comunicação, vinculação e trocas estabelecidas.



Palavras chave: *Instabloggers; Sociabilidades; Etnografia*

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/124_2017-03-20.pdf

Apresentação Oral em GT

Uma Lei Maria da Penha para a internet: Gênero, sexualidade e violência nos debates sobre “pornografia de vingança”

Beatriz Accioly Lins

Essa paper tem como objetivo refletir sobre as discussões acerca da “pornografia de vingança”, a divulgação sem consentimento de conteúdos íntimos e/ou eróticos via internet. Proponho acompanhar de que maneira a categoria vem sido definida nos diferentes contextos em que é mobilizada; traçando as disputas simbólicas em jogo em sua construção e nas tentativas de transformá-la em faceta da violência contra as mulheres e em tipificação criminal contemplada pela Lei Maria da Penha no Congresso Nacional. Proponho que a internet seja simultaneamente sujeito e campo de observação dessa pesquisa. Devido aos avanços técnicos disponibilizados pelas tecnologias de informação – redes sociais, smartphones e outras plataformas de comunicação de compartilhamento e troca conteúdos –, estamos diante de mudanças na forma que interagimos uns com os outros e com as mídias digitais. De diferentes maneiras, é na e por causa da internet que a “pornografia de vingança” toma vida. São em espaços de sociabilidade virtuais – blogs, redes sociais, páginas –, que circulam, concomitantemente, tanto os produtos da divulgação não autorizada e maldosa de conteúdos íntimos, quanto as decorrentes condenações morais e perseguições às mulheres envolvidas, permitindo a manutenção e proliferação de diferentes formatos de violência contra as mulheres. Via as possibilidades interativas da internet, também, são apresentadas formulações e reivindicações que incitam a crítica, a resistência e à reação a essas práticas. A internet se configura no principal espaço em que se dão debates que apresentam, definem, discutem, criticam e condenam a prática de divulgar conteúdos íntimos com intuítos violentos, construindo a “pornografia de vingança” enquanto problema. Parte atuante de uma “esfera pública ampliada” (Ramos, 2013), a internet é um espaço de múltiplas disputas, que comporta posições contrárias, ambíguas, contrastantes e em embate. Se por ela se perpetuam convenções de gênero e sexualidade restritivas e condenatórias, por ela também circulam vozes dissidentes e contra hegemônicas. Assim, a internet seria uma espécie de “campo de batalha para sexualidade” (Ramos, 2013), espaço que reúne embates políticos acerca de significados e restrições sobre os corpos, comportamentos e usos dos prazeres; e produzindo diferentes “tecnologias de gênero” (Lauretis, 1994), que atribuem significados, valores e lugares a indivíduos, instituições, objetos e ações associados a ideais de feminilidade e masculinidade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1470506252_ARQUIVO_RBA2016_BeatrizAccioly.pdf

Pôster em GT

CAIU NA REDE: Reflexões sobre pornografia de revanche no Brasil

Carolyna Kyze silva Bezerra de Melo

CAIU NA REDE: REFLEXÕES SOBRE PORNOGRAFIA DE REVANCHE NO BRASIL O presente artigo tem como objetivo apresentar os passos de uma pesquisa que começou a ser realizada no ano de 2012 acerca da pornografia de revanche no Brasil, ou seja, a disseminação de conteúdo produzido no âmbito do privado de forma consensual, mas por razões de revanchismo com o fim do relacionamento amoroso é propagado por um dos parceiros em plataformas de relacionamento da web. A temática vem ganhando destaque nas mídias digitais e impressas, uma evidência disso é a consagrada expressão “caiu na rede”, que



significa que um conteúdo viralizou entre os usuários do ciberespaço. Nessa rede de relações e múltiplas agências representadas entre pessoas, web, disseminação, comentários dentre outros, verificam-se redefinições nos papéis usualmente exercidos pelos diferentes agentes envolvidos, uma vez que indivíduos repassem imagens e vídeos recebidos de conteúdo íntimo-sexual e propagam sem a permissão das partes envolvidas. Pode-se dizer, por exemplo, que viola-se o privado confundindo-o com o público. Identificam-se as possibilidades ofertadas pela web para potencializar e horizontalizar a comunicação no ciberespaço, possibilitada por ferramentas que ficaram conhecidas como redes sociais. Tal esforço de mapear, identificar e analisar os casos de pornografia de revanche no Brasil, no viés metodológico, torna-a de cunho qualitativo, uma vez que a pesquisa qualitativa em Antropologia Social é instrumento central para o entendimento das diversas nuances que o fenômeno da pornografia de revanche suscita. Usando questões quantitativas como apoio – no caso do levantamento estatístico de casos denunciados como, por exemplo, os dados da Safernet, que apontam que só no ano de 2012 foram recebidas 48 denúncias de casos de pornografia de revanche. Em 2013 foram 101 casos, ou seja, um aumento de 110% em relação a 2012. E em 2014, foram 224 casos - percebe-se que os casos mais que quadruplicaram nesse período. A exploração inicial veio advinda de periódicos jornalísticos nacionais, e para o recorte dessa pesquisa foi usado apenas suas versões online. As notícias sobre pornografia de revanche divulgadas em jornais têm demonstrado que as publicações de fotos ou filmagens íntimas sem o consentimento de uma das partes muitas vezes acabam em casos de suicídios, isolamento social e estigma para quem teve sua intimidade exposta. Diante do exposto esta pesquisa realizou um estudo teórico sobre pornografia de revanche no Brasil, que para além dos números, faz-se necessário a reflexão sobre a reverberação desse fenômeno sobre os sujeitos envolvidos nesse contexto.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466457523_ARQUIVO_ArquivoRBA.pdf

Pôster em GT

Encarapinhando a rede: debates sobre cabelos, texturas e preconceito capilar em Moçambique

Denise Ferreira da Costa Cruz

Tenho acompanhado nos últimos dois anos grupos de discussão na rede de relacionamento da internet, Facebook, que congregam mulheres e homens negros em torno dos debates sobre os cabelos crespos. São vários os grupos que possuem esse tema. Acompanho mais de perto o grupo Carapinha do Indico de Moçambique. Todos promovem encontros e eventos para conversarem e trocarem conhecimento e ideias sobre cabelos. Vejo que esses espaços virtuais e de encontros são espaços políticos, como o são os salões étnicos já estudados pela literatura sobre cabelos crespos, pois i) promovem um espaço de experimentação de novas possibilidades de cuidados com o corpo; ii) são espaços para debates sobre racismo e discriminação; iii) são espaços que possibilitam a troca e o reconhecimento mútuo de uma estética geralmente relegada ao lugar do feio; iv) são espaços onde conhecimentos sobre cuidados com o corpo e cabelo são compartilhados a despeito de haver representatividade nos grandes meios de comunicação e no mercado; v) são espaços que criam lugar para a representatividade de uma estética outra. Tanto em momentos virtuais como em momentos presenciais, os debates em torno do cabelo crespo “natural” revela duas sociedades (brasileira e moçambicana) realizadoras de um verdadeiro preconceito capilar. Sobre esse espaço que é ora on line, ora off line que se debruça o presente work.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467290686_ARQUIVO_Encarapinhandoarede.pdf

Apresentação Oral em GT

A Construção da Imagem Pública de Dilma Rousseff no Ciberespaço: Misoginia, estereótipos e relações de gênero

Elizabeth Christina de Andrade Lima

Passada a euforia da vitória pela segunda vez da Presidenta Dilma Rousseff, nas Eleições 2014, em uma campanha marcada por denúncias, desaforos e desrespeitos por parte dos candidatos, que protagonizaram uma das campanhas mais vorazes e negativas para a democracia brasileira, um fato nos chamou a atenção: a forte presença da mídia escrita, televisiva e do ciberespaço na tentativa de desconstrução da então eleita Presidenta. Objetivamos aqui propor uma espécie de confluência entre três temas: gênero, política e mídia. Embora saibamos que existe toda uma tradição de works acadêmicos para cada um dos pares de temas (tais como: estudos sobre gênero e política, sobre política e mídia, sobre gênero e mídia), a interseção das três temáticas ainda é campo pouco estudado no Brasil, principalmente na Antropologia. Propor tal interseção para avaliar a visibilidade ou invisibilidade midiática da Presidenta Dilma Rousseff é interessante na medida em que a visibilidade nos meios de comunicação de massa é um fator fundamental na produção de capital político nas sociedades contemporâneas. Em outras palavras, a mídia pode e deve ser pensada como uma esfera de representação. Como um espaço privilegiado de difusão de representações do mundo social e que, por isso mesmo, se estabelece como momento de uma representação especificamente política. Nunca se viu e se leu tantas manifestações de desrespeito e de ódio a uma figura pública. Mal a presidenta assumiu o governo as manifestações não cessam de acontecer, em forma de palavras, altamente violentas, tais como: “Dilma vai tomar no cú”, “Dilma biscatona véia”, “Vai pra Cuba comunista de merda”, “Vaca”, “Vagabunda”, entre outros adjetivos, a Presidenta de vê isolada no poder e desprotegida por uma saraivada de críticas, acusações e expressões de ódio que a cada dia, ganham maior destaque e visibilidade midiática. O objetivo desse artigo é o de apresentar algumas reflexões sobre os discursos de ódio e misoginia construídos nas redes sociais, facebook, sobre a Presidenta tentando entender como o discurso do ódio, aliado ao ressentimento, tem promovido uma leva de expressões e práticas altamente violentas a figura da mulher e da estadista. O nosso intento é construir a idéia de que Dilma tem sido exposta a toda sorte de práticas de ódio, de misoginia e de expressões de desrespeito pelo fato de ser mulher; o que se questiona nas frases de efeito propaladas por vozes ou escritas por mentes e mãos raivosas não é absolutamente o seu governo e as ações de seu governo, mas ela enquanto persona feminina, enquanto mulher que “ousa” ocupar um espaço que não é “legitimamente seu” é um espaço que ela usurpou, mesmo tendo sido, paradoxalmente, eleita pelo voto popular.

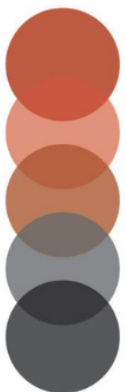
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466212976_ARQUIVO_ArtigoparaRBA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Uca na Boca da Mata: Uma etnografia do ciberespaço na perspectiva da militância do professor indígena

Francisco Alves Gomes, Amanda Karine Monteiro Lima, Adnan Assad Youssef Filho.

Trata-se de um estudo sobre a inclusão digital indígena e a relação dos professores da Comunidade Indígena Boca da Mata com as novas tecnologias de informação inseridas a partir do PROUCA, de modo a compreender como os seus habitantes estão fazendo uso do ciberespaço para construir e manifestar sua identidade e viabilizar seus projetos pessoais e/ou comunitários, e perceber as perspectivas que os professores têm sobre o acesso à rede mundial de computadores, bem como perceber as condições de uso do computador/internet e infraestrutura, em relação à permanência e continuidade do PROUCA na comunidade. Nessa perspectiva, o caminho demarcado para o alcance das questões acima expostas inicia-se via análise de dados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica, momento em que demarcamos os limites teóricos e epistemológicos norteadores deste work e todo o seu delineamento enquanto pesquisa científica desenvolvida na aldeia Boca da Mata. Após esse procedimento, promovemos o diálogo entre a literatura acumulada com as informações obtidas por meio da observação participante, mediante o work de campo etnográfico que teve





início no dia 30 de julho de 2012, momento em que procedemos com a aplicação do questionário e da entrevista estruturada. Em domínio dos dados adquiridos por meio da observação participante, bem como de entrevista diretiva, viabilizamos o diálogo dessas informações empíricas com a perspectiva teórica advinda do levantamento bibliográfico, de modo a edificar formulações antropológicas atinentes as questões levantadas durante o desenvolvimento deste work. Diante do exposto, infere-se o ciberespaço correria para além de um simples instrumento de pesquisa e inclusão digital, na medida em que os professores indígenas articulam-se para idealizar projetos de comunicação intercultural e de divulgação do estilo de vida de seu povo, para além das fronteiras da Terra Indígena São Marcos. Na perspectiva dos docentes da Comunidade Boca da Mata, a junção do computador e internet se notabilizam como uma ferramenta política, isto é, um meio destinado para construir e manifestar sua identidade e viabilizar seus projetos pessoais e/ou comunitários.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466278519_ARQUIVO_Francisco_Alves_work_completo.pdf

Apresentação Oral em GT

Etnografia e História na observação online

Jair de Souza Ramos

O objetivo dessa comunicação é examinar o modo como se articulam a observação continuada de ações na internet com uma especificidade do digital que é o registro integral das ações online, o que inclui aquelas que se realizaram em momentos passados. Tentaremos extrair das técnicas de observação e análise das disciplinas Antropologia e História alguns recursos analíticos que sirvam de ponto de partida para um exame das relações entre tempos presentes e passados nos quais as ações se desenvolvem e da simultaneidade de diferentes tempos na socialidade online. Daremos atenção, em especial, às diferenças e tensões entre a temporalidade progressiva dos processos de subjetivação e socialidade e o arranjo simultâneo que emerge dos registro das ações.

Pôster em GT

Quanto vale um like? Uma análise do comércio no Instagram na cidade de Natal/RN.

Letícia Cunha Feitosa, Drielly Elienny Duarte de Figueiredo

O work seguinte desenvolve-se a partir de uma pesquisa realizada com lojas de cosméticos e artigos de beleza na cidade de Natal/RN que nos últimos anos mostrou um aumento no interesse e oferta desses produtos, principalmente usando o Instagram como plataforma de comércio, devido ao fato de que é uma plataforma mais informal que proporciona um sentimento intimista, surgindo aqui a presença de uma interação de certa forma mais prática e dinâmica entre lojistas e consumidores. A proposta da pesquisa é observar como acontece a relação loja-cliente no Instagram, com foco na perspectiva do lojista e nas suas estratégias de contato com os seus clientes. Visamos aqui perceber a partir da visão do lojista como se dá a apresentação do produto nessa mídia, o processo de troca (“likes” e compartilhamentos) que surge entre os seguidores e a loja, a propaganda que resulta dessa troca e, como dito anteriormente, as estratégias que o lojista usa para manter essa relação saudável. A metodologia usada para a pesquisa foi a entrevista com lojas de produtos de beleza e cosméticos na cidade de Natal, que reconheceu nas redes sociais, no caso o Instagram, a possibilidade de começar a atuar na área comercial e que a partir de então expandiram-se, tornando-se pioneiras e referência no comércio por meio das redes sociais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466476100_ARQUIVO_RBA-QuantoValeumLike.pdf

Apresentação Oral em GT

Economia da atenção: Notas sobre produção de valor econômico em territórios digitais.

Louise Scoz Pasteur de Faria

A questão econômica atravessa inúmeras reflexões a respeito das tecnologias digitais, fazendo com que saia do segundo plano analítico para assumir lugar de destaque em produções mais recentes do campo da Antropologia Digital. Debates sobre o papel da troca nas relações comerciais (LEITÃO, 2011), a emergência da figura do “prosumer” (BOELSTORFF, 2010) e as transformações das relações constitutivas do mercado financeiro e a criação de moedas virtuais (MAURER et al, 2013; 2012) são alguns exemplos desses novos caminhos investigativos. Com essa comunicação, proponho pensar a produção de valor econômico a partir do fenômeno das webcelebridades (FARIA, 2014) fazendo uso de dados etnográficos coletados entre os anos de 2012 e 2013 e discutir o papel da especulação e da informação na composição de uma economia do digital. Referências teóricas FARIA, Louise Scoz Pasteur de. A arte da fama : Victor Calazans e a construção de (@) Hebe Camargo enquanto uma webcelebridade. Dissertação de mestrado. UFRGS, Porto Alegre. LEITÃO, Débora K. Mercado, coleções e interconexões: Algumas pistas para compreender trocas comerciais via internet. Século XXI, UFSM, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 82-96, jan./jun. 2011 MAURER, Bill; NELMS, Taylor C.; SWARTZ, Lana. When perhaps the real problem is money itself!: the practical materiality of Bitcoin. Social Semiotics, 2013. MAURER, Bill; KENDALL, Jake; MACHOKA, Phillip; VENIARD, Clara. An Emerging Platform: From Money Transfer System to Mobile Money Ecosystem. Onnovations / volume 6, number 4, 2012.

Apresentação Oral em GT

Midiativismo: tecnologias, práticas e contextos nas lutas no Rio de Janeiro

Marcelo Castañeda de Araujo

O artigo trata do emergente campo do midiativismo a partir dos protestos que tomaram a esfera pública em junho de 2013 enfatizando as tecnologias associadas a práticas e contextos no Rio de Janeiro. Nele analiso o papel das tecnologias na configuração de práticas e contextos inerentes ao campo do midiativismo, entendendo como máquinas e aplicativos tecnológicos possibilitam uma ação sociotécnica que viabiliza conexões entre pessoas que perfazem um contra-poder. Longe de um campo unificado, a multiplicidade das singularidades marca o panorama inicial traçado, constituindo uma variedade de possibilidades e dilemas que se mostram a partir do momento em que cessa o processo de mobilização a partir de outubro de 2013. Por isso, procurei destacar coletivos, partindo do que apresentou maior centralidade e tinha uma constituição prévia aos protestos de junho de 2013, a Mídia NINJA, até chegar a coletivos como a MIC e o Mariachi que se formaram à quente em meio às manifestações que eclodiam de forma multitudinária. Para não parecer que o campo se limita aos coletivos, que geralmente refletem uma certa preocupação com segurança, mapeamos algumas pessoas que se fizeram midiativistas de forma mais individualizada, ainda que colaborassem com coletivos, destacando um deles que também já tinha uma atuação como midiativista antes dos protestos de junho de 2013. A metodologia envolveu work de campo, participação observante, entrevistas em profundidade e observações na plataforma Facebook. O artigo se volta para o capitalismo contemporâneo (Boltanski e Chiapello, 2009; Lazzarato e Negri, 2013; Hardt e Negri, 2004) e, muito influenciado pelas abordagens de Daniel Miller e Don Slater (2000), Bruno Latour (2005) e Manuel Castells (2009, para o uso das tecnologias em processos de mobilização, tendo como resultado mais evidente a caracterização das práticas de midiativistas a partir da descrição do aparato tecnológico e dos contextos com os quais indivíduos



e coletivos tecem uma ação sociotécnica nas lutas que tomam forma no Rio de Janeiro. Em suma, o midiativismo pode ser visto como uma prática que envolve tecnologias apropriadas por agentes em contextos específicos com uma dose de autonomia e liberdade para contestar as estruturas vigentes de exercício do poder. Como campo emergente e nascente está em constante mutação, tanto quanto as tecnologias mobilizadas e contextos de luta que se formam.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466541150_ARQUIVO_ABA_2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Uma imagem vale mais que mil objetos: o colecionismo de imagens entre brasileiros no Pinterest

Márcia de Mesquita Carvalho

Sempre variando entre a iconoclastia e a iconofilia em diferentes contextos históricos, os grupos humanos produzem imagens, tendo estas atingido status de grande importância e tornando-se praticamente onipresentes no atual contexto sociocultural. Nos territórios do Ciberespaço, elas vêm ganhando cada vez mais centralidade entre determinados grupos de usuários e territórios online, como no caso do site Pinterest. Este work apresenta os resultados de uma etnografia realizada durante meu Mestrado em Antropologia entre um grupo de usuários brasileiros deste site. Para estas pessoas, o Pinterest é uma plataforma para realizar coleções de imagens classificadas através de painéis criados com temas de suas preferências. Assim, suas páginas são uma espécie de inventário imagético digital do mundo, retratando as mais variadas cenas, objetos, pessoas e lugares. O work apresenta as formas de organização e sistemas de classificações destes usuários, e como o uso intenso que tais indivíduos apresentam serve para demonstrar a agência destas imagens reunidas. Ao serem classificadas de acordo com intenções subjetivas, são singularizadas e ressignificadas; e o objetivo maior passa a ser a fruição estética das mesmas, maior até que a vontade de interagir verbalmente com os demais usuários. Tais práticas observadas no campo geraram questionamentos quanto aos conceitos de materialidade da imagem e de representação dela nos contextos online.

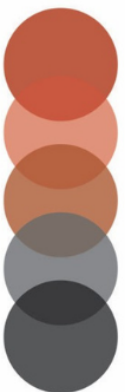
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466520918_ARQUIVO_ArtigoMarciaMesquita.pdf

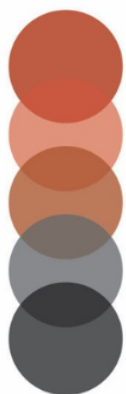
Apresentação Oral em GT

“Amanhã vai ser maior” (?): notas sobre os usos da internet nos (in)sucessos de duas manifestações de rua do ativismo de pessoas trans.

Mario Felipe de Lima Carvalho

A partir da observação etnográfica da 18^a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (04/05/2014) e do Ato pelo Dia da Visibilidade Trans do Rio de Janeiro (29/01/2015), busco tecer relações entre os usos da internet, as produções de alianças políticas, a luta por visibilidade social e as novas e velhas dramaturgias políticas acionadas por ativistas travestis e transexuais em ambos os contextos em função de diferentes marcadores como classe, geração e regionalidade. Nesta análise, tomo como ferramenta analítica a metáfora dramaturgic de Goffman. Entre as diversas manifestações de rua etnografadas ao longo de meu work de campo de doutorado, optei por comparar estas duas manifestações por se tratarem de experiências antagônicas no que tange ao seu “sucesso político” do ponto de vista nativo (sendo a primeira considerada uma derrota frente ao sucesso da segunda), ao mesmo tempo em que acionam dramaturgias e repertórios semelhantes, a saber: (i) uso sincrônico e diacrônico das redes sociais da internet para além da divulgação e mobilização política; (ii) estabelecimento de alianças com diferentes agrupamentos e instituições políticas (partidos, coletivos feministas e LGBT, órgãos governamentais); e (iii) uso do “corpo-bandeira”. A 18^a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo teve o seu tema alterado em virtude de uma mobilização on-line de ativistas trans que





pleiteavam uma maior visibilidade de demandas e pautas políticas especificamente trans, que as/os mesmas/os consideravam negligenciadas pelo movimento LGBT hegemônico. A condução dessa disputa política pela APOGLBT (Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo) e por ativistas trans se deu justamente no continuum on-line off-line. O Ato pelo Dia da Visibilidade Trans do Rio de Janeiro de 2015, chamado “#Respeito, do morro ao asfalto, travestis e transexuais existem de fato!” convocado pelo grupo TransRevolução com apoio de outros coletivos (Pela Vidda-RJ, Marcha das Vadias e BeijATO) foi fortemente marcado por diversos usos da internet antes, durante e depois do ato. Por fim, busco elementos nos possíveis legados das chamadas “Jornadas de Junho” de 2013 no Brasil, tanto nas disputas representadas quanto nas diferentes avaliações nativas com relação aos (in)sucessos das manifestações, o que ganha colorido especial no cenário carioca.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466455928_ARQUIVO_AmanhavaisermaiorRBAtextocompleto.pdf

Apresentação Oral em GT

Cibercelebridades Locais: autopoésis, expertise mecatrônica e devires imagéticos

Patrícia P. Pavesi

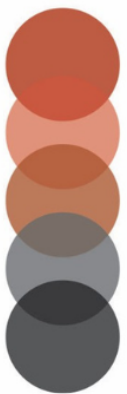
A partir do reconhecimento da relação de contiguidade entre as experiências on e offline, nos territórios digitais um novo tipo de “sujeito público referência” emerge nas malhas das cibercidades, em redes de trocas juvenis nos grupos populares, o “famosinho”. Este novo ator circula nas várias mídias sociais e, explorando a convergência, constrói a partir do manejo de imagens, compartilhamentos e postagens uma identidade pública que exige constante work de gerenciamento de perfil e/ou páginas, tendo em vista o controle de audiência por meio de uma satisfatória triangulação do Fator “F” (fãs, Follings e friends) com vistas a ampliação do capital social. Rastreei por dois anos nas redes sociais digitais três “famosinhos” da periferia da Grande Vitória/ES e sua rede mais próxima e assídua de contatos online. A partir desta investida etnográfica foi possível identificar algumas práticas que revelam novas formas de manifestação e expressão da juventude mediante agenciamentos que conjugam consumo e conexões. O objetivo desta proposta de comunicação é apresentar os resultados de uma pesquisa de campo realizada entre 2012 e 2014 que consiste essencialmente de relatos e interfaces reflexivas com a literatura recente sobre o tema, tomando como elementos pontos de análise a) a produção e intensificação de sociabilidades locais em ambientes online; b) o processo de fruição em autopoiesis e produção de si na rede e, c) o desenvolvimento de uma expertise para o manejo de recursos técnicos e relacionais em ciberperformances e “devires imagéticos.”

Apresentação Oral em GT

Pensando a relação entre a internet e a rua em atos político: produção da informação no caso etnográfico “#ForaDilma” em Natal-RN

Raquel Souza da Silva

Devido à “facilidade tecnológica” da realização do que ficou denominado de “ativismo de sofá”, as ações coletivas que nascem nas redes online, ou que constituem sua articulação por meio destas redes, parecem gerar dentre seus integrantes uma oposição entre o ativismo online e o ativismo nas ruas. É partindo deste pensamento que este artigo busca compreender, por meio das etnografias realizadas de observação-participante com o movimento “#ForaDilma” em Natal-RN-Brasil, a circulação de informações (pensando este trânsito como discurso e prática) que emergem da imbricação das redes online e off-line, quando o aspecto destas redes é político. Deste modo, se objetiva entender como espaços de produção de discursos e ações como as postagens dos manifestantes, as notícias das mídias tradicionais locais e o ato de rua trazem à



tona junto às suas características morfológicas e técnicas a categoria de pensamento nativa: “somos agora tantas pessoas nas ruas”. É a partir desta “produção do número de adesão de manifestantes” (realizada por manifestantes, mídia e polícia militar) ao ato de rua que esta proposta visa pensar a importância desta elaboração para as ações coletivas contemporânea. Se no campo analítico existe a defesa de que não podemos pensar na separação destas redes, o work etnográfico parece apontar para uma possível separação realizada pelos atores entre estes dois espaços: a internet e a rua.

Apresentação Oral em GT

“Meu Tinder tá bombando!” Geolocalização, sociabilidade e vivências da sexualidade

Sheila Cavalcante dos Santos

A massificação da internet e o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) vêm diversificando as possibilidades de conexão entre pessoas desconhecidas com a finalidade do encontro íntimo – seja paquera, sexo ou relacionamentos românticos –, tanto numa perspectiva de manutenção da virtualidade desse encontro como tendo a expectativa de um futuro contato presencial. Recentemente, os smartphones e tablets passaram a desempenhar um papel como meio de busca de parceiros/as em ambientes virtuais, a partir da criação de aplicativos (apps) de relacionamento por geolocalização. Estes tornam possível definir um perfil de parceiro/a, determinar a distância dos pretendentes com relação ao usuário e iniciar uma conversa imediata, caso ambos demonstrem interesse. A partir desses apps o usuário pode buscar, flertar ou encontrar pretendentes em quaisquer hora e local, desde que conectado à internet. Os aplicativos de paquera proporcionam um ambiente de caráter lúdico e estrutura semelhante ao jogo, mediado por interesses comuns nos quais pessoas em aparente igualdade de posições traçam suas escolhas, sendo locus propício para o exercício da sociabilidade, conforme os critérios estabelecidos por Simmel (2006). Hoje o brasileiro é um dos principais consumidores mundiais desse tipo de aplicativo. O tema dos aplicativos de celular que proporcionam conexões entre pessoas via geolocalização está na cena dos debates sobre a influência das TICs na dinâmica das relações sociais contemporâneas. A cena é ampla e está em constante mutação; o debate, distante de se esgotar ou ser consensual. O olhar antropológico para esse cenário vem enriquecer e aprofundar as discussões. Dessa forma, propõe-se aqui trazer um panorama preliminar dos estudos feitos na área no país, focalizando a utilização do meio virtual para busca de encontros íntimos, em especial, a partir do uso de programas ou aplicativos específicos. O intento é o de que as ciências sociais ampliem o leque de análises sobre um tema que vem sendo já amplamente explorado por outras ciências, desde a comunicação social, marketing, tecnologias da informação até as ciências da saúde. A necessidade de contextualizar culturalmente os impactos do uso dessa tecnologia nas experiências dos usuários brasileiros é o aspecto motivador central desta proposta de análise, uma vez que grande parte dos estudos divulgados nesse sentido foi produzida fora do nosso contexto cultural.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1468606843_ARQUIVO_GT010MeuTindertabombando_Sheila.pdf

Apresentação Oral em GT

A campanha do #vistobranco e as redes de conectividades na militância política de grupos ecumênicos.

Tatiane dos Santos Duarte

A Rede de Juventude Ecumênica/REJU se constitui a partir de uma dimensão ecumênica experimentada em uma mística compromissada com a unidade intra-religiosa, com a unidade inter-religiosa e com distintas expressões de fé e espiritualidades para promover a justiça, a paz e a integridade da criação. Através de uma

formação horizontal e em rede de conectividades, a REJU incide em pautas políticas sobre os direitos das juventudes preconizando os eixos temáticos sobre laicidade do Estado e intolerâncias, sexualidades e lutas feministas, justiça socioambiental, democratização das comunicações e enfrentamento ao extermínio da juventude negra. Todas essas incidências públicas são realizadas nas redes sociais e nas diversas localidades onde a REJU atua em conjunto com outras organizações de caráter ecumênico e/ou outros movimentos sociais. Um das principais campanhas promovidas pela REJU se dá no dia 21 de janeiro marcado como o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa quando em todo o país se promovem debates e ações de promoção da liberdade de culto religioso e do combate ao racismo. Nesse ano de 2016, a REJU propôs um novo caráter e designer para a campanha utilizando a mistura das cores das fitas do Senhor do Bonfim para convocar a diversidade de seus parceiros a vestir-se de branco e postar nas redes sociais suas fotos de manifestação pela liberdade de fé e de repúdio às intolerâncias religiosas. Cada postagem é compartilhada e recompartilhada com outras redes e pessoas (e também em outras redes sociais e sites da internet) proliferando assim a proposta da campanha e a visibilidade das incidências políticas não apenas da REJU, mas, de cada coletivo que compõe o movimento ecumênico. Desse modo, a campanha #vistobranco também compõem as incidências públicas das pessoas ecumênicas e das insituições do movimento ecumênico interessados na defesa da diversidade religiosa e da efetivação do Estado laico como garantidor da liberdade de ter ou não ter fé. E o espaço da virtualidade compõem os demais espaços nos quais esses actantes se constroem enquanto seres políticos e religiosos. Assim, em rede e nas redes, a REJU e seus parceiros ecumênicos constroem uma conectividade cujos entrelaçamentos e interações procuram promover os direitos humanos através do diálogo e da valorização da diferença nas mais variadas esferas sociais, políticas e religiosas em conexão com as interações virtuais. Nesse sentido, esse paper utiliza a campanha #vistobranco fomentada pela REJU nas redes sociais, em parceria ecumênica e inter-religiosa e coletiva, para analisar a conectividade compósita dessas redes de coletivos ecumênicos e as ações, fluxos e agenciamentos que proliferam outras formas e conteúdos de incidência política no campo religioso brasileiro.

Apresentação Oral em GT

Interseção de raça e gênero num território privativo do ciberespaço

Zelinda dos Santos Barros

Por meio de uma etnografia virtual realizada num "território privativo do ciberespaço", o Curso de Formação para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras (CEAO/UFBA), na modalidade à distância, é analisado como as categorias raça e gênero podem contribuir para explicar as diferenças na forma como homens e mulheres se relacionam com as tecnologias digitais. Conclui-se que se o acesso à ação formativa foi facilitado pelo fato de ser realizado com a mediação de tecnologias de comunicação e informação, que permitem a participação das/os cursistas à distância, a permanência no curso sofreu a influência mais destacada do gênero, uma vez que foi identificada uma brecha digital que revela as dificuldades de uso, pelas mulheres, dessas tecnologias. Com relação à raça como um marcador social das diferenças no território privativo do ciberespaço estudado, vimos que ela interfere mais decisivamente na seleção do público participante dessa ação formativa, uma vez que a maioria das/os cursistas era negra, mas também é relevante para explicar a permanência das/os estudantes no curso, pois a proporção de brancas/os e negras/os concluintes diferiu significativamente quando o curso passou a ser realizado totalmente à distância e requereu maior conhecimento e autonomia no uso das tecnologias.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467316535_ARQUIVO_ComunicacaoZelindaBarros-2797615.pdf



GT 011: Antropologia do Cinema: entre narrativas, políticas e poéticas

Este Grupo de Trabalho pretende congregiar trabalhos que visam a perscrutar estatutos cinematográficos, bem como implicações epistemológicas de construção e interpretação de mundos sociais. Em uma sociedade cada vez mais constituída por fluxos e contrafluxos de narrativas audiovisuais, propomos discutir abordagens teórico-metodológicas de investigações que lançam mão de filmes - "documentais" e "ficcionais" - como objetos e/ou métodos de pesquisa. Trata-se, assim, de debater o cinema em suas várias dimensões, com enfoque em: 1) modos como o aparato audiovisual tem sido utilizado em investigações; 2) articulações entre cinema, narrativas, memória e subjetividade; 3) representações e interpretações de narrativas cinematográficas sobre temas como as relações natureza/cultura, centro/periferia, corpo, gênero, sexualidade, classe, raça/etnia, identidade, etc; 4) condições sociais de produção, circulação e recepção de narrativas em diferentes formatos e gêneros. Em suma, busca-se debater dilemas e potencialidades do cinema em interlocução com as ciências sociais, e, mais especificamente, do olhar antropológico dirigido ao Cinema, do diálogo entre as narrativas cinematográficas e as narrativas antropológicas e das etnografias do/no cinema.

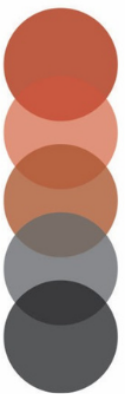
Debora Breder Barreto (UCP) e Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia (Universidade Federal de Sergipe) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

O documentário social

Alex Giuliano Vailati

As representações visuais são mais e mais parte da vida cotidiana e da arena de estudo da antropologia. Também onde é possível perceber uma hostilidade à produção de teorias antropológicas através do médium visual, podemos encontrar sua presença, seja finalizada a complementar o conhecimento antropológico, seja como um meio para aplicar tais saberes a práticas sociais, políticas e de ativismo cultural. As buscas para definições daquele espaço de contato entre cinema e antropologia cultural foram objeto de muitos debates na história. O foco deste artigo é sobre a categoria de documentário social que, fora do mundo acadêmico, é muito utilizada para definir o campo do visual contemporâneo, em particular em relação ao documentário. É interessante ver como há mais de vinte anos essa definição foi utilizada para descrever a afirmação do documentário na América Latina, como um meio para produzir contrainformação e narrações contra hegemônicas. A recém-proliferação de festival de cinema e de instituições que utilizam a categoria social é um fenômeno evidente. Mas qual é o campo específico do documentário social e quais as suas relações com o mundo acadêmico? O adjetivo social, historicamente, foi utilizado no campo da fotografia estadunidense. Nos anos vinte essa categoria foi ligada aos works de fotógrafos que documentavam a existência dos subalternos, pessoas de camada social baixa, negros ou work de menores. "Social" seja em relação à fotografia, seja ao audiovisual, normalmente se refere ao complexo das relações entre produção imagética, o contexto social onde esta é realizada, e uma postura politicamente ativa de suporte a uma causa específica. O work de realização de documentários e de ensino da antropologia visual hoje, muitas vezes, tem que passar por esta trilha, entre poética, indexicalidade e intervenção. A marcação da necessidade de repensar como "as arquiteturas de produção de conhecimento" são construídas (APPADURAI, 2000) ou, utilizando as palavras do Ingold, como "educar nossa percepção do mundo" (INGOLD, 2011: 238) coloca o papel do audiovisual como um objeto fundamental da antropologia contemporânea. Por esses motivos, neste artigo será



experimentada a dissolução de divisões categoriais que encontramos no mundo do audiovisual com o fim de repensar as práticas produtivas e as reflexões que elas propagam.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466705216_ARQUIVO_vailati.odocsocial.pdf

Apresentação Oral em GT

Poéticas do Poço: etnografias audiovisuais compartilhadas

Alexandre Fleming Câmara Vale, Edvaldo Siqueira Albuquerque

“Poéticas do Poço: etnografias audiovisuais compartilhadas” é um empreendimento de pesquisa colaborativo e inclusivo acerca das condições de vida e existência da população que habita a comunidade do Poço da Draga, situada no Bairro Praia de Iracema, em Fortaleza. A presente pesquisa se insere numa proposta ampla de reflexão acerca das relações entre antropologia e a produção de filmes etnográficos, pautando-se pela necessidade de constituição de um tipo de conhecimento sobre a cidade e seus/suas habitantes que não se expresse apenas ou fundamentalmente pela palavra escrita. Partindo do pressuposto de que a implicação epistemológica do vídeo na pesquisa etnográfica sinaliza para consequências heurísticas, mas também éticas e políticas, interessa-nos compreender os processos participativos de auto-representação, reflexividade e memória da comunidade do Poço da Draga, especialmente no que se refere aos seus modos de viver, habitar e responder ao processo de gentrificação pelo qual o Bairro Praia de Iracema vem passando ao longo das três últimas décadas. Utilizamos assim o aparato audiovisual como dispositivo de comunicação e investigação, tomando como norte algumas indicações teórico-metodológicas da antropologia compartilhada de Jean Rouch e do cinema observacional de David MacDougall. O intuito da pesquisa consiste em engajar pessoas comuns e lideranças da comunidade na produção de fotografias e filmes sobre suas experiências, criando assim um acervo imagético que possibilita não apenas a participação e o “empoderamento” da comunidade, como também fornece matéria-prima para as reflexões antropológicas sobre as condições sociais, políticas e existenciais de produção, circulação e recepção/apropriação dessas narrativas imagéticas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467391260_ARQUIVO_Poeticas.pdf

Apresentação Oral em GT

Etnografia no cinema: as salas escuras como palco de sociabilidades, subjetividades e afetividades.

Bianca Salles Pires

Neste ensaio, pretendo apresentar e analisar as opções metodológicas para a realização das etnografias junto aos públicos de cinemas. Tendo como material as pesquisas realizadas com os frequentadores das salas no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro, nos anos de 2007, 2008, 2011 e 2012; a direção do curta-metragem *Estreias* (2013); e dos públicos do Festival de Cinema do Rio e Mostra Internacional de Cinema de São Paulo em 2015. Propor uma etnografia nos espaços dos cinemas que incluísse o tempo de espera e a imersão na sala escura, cuja temporalidade é a do filme, me colocou algumas questões metodológicas importantes, tais como: os públicos são fluidos e não formavam, a priori, um grupo único que eu pudesse acompanhar; as relações com as obras são marcadas por expectativas partilhadas e experiências individualizadas, cuja sala escura só permite observar em parte; o quanto os cheiros, sons, gestos (como possuir bilhetes de entrada/passaportes/credenciais) e as redes de sociabilidades que se tecem durante os eventos nos dizem sobre os sentidos de estar lá, vendo e sendo vistos, e dá própria relação com a obra assistida. Entre as metodologias utilizadas, contei com a realização do filme etnográfico *Estreias* (2013), que acompanhou as expectativas dos públicos pouco antes de entrarem nas salas de exibição. O uso do recurso audiovisual trouxe novas questões para a pesquisa, quanto às captações: que expunham os limites e dificuldades das entrevistas



com crianças e jovens, a relação com a câmera e suas possibilidades de enquadramentos, o tempo dos eventos acompanhados e como representá-los em imagens; e do processo de montagem: que recursos cinematográficos utilizar, os limites diante do que havíamos captado, o porquê das escolhas na finalização. Adotado como um recurso heurístico, junto ao texto escrito, o curta-metragem revela nuances que quando expressas em imagens sugerem novas questões aos estudos da recepção, que atualmente incluem o partilhar das experiências como o uso de internet móvel. Neste sentido os espaços dos cinemas e os filmes tornaram-se ambientes para a observação das subjetividades e afetividades que os indivíduos estabelecem com as obras cinematográficas, as diferentes opções metodológicas nos permitem apresentar alguns aspectos relevantes ao se propor uma etnografia no cinema.

Apresentação Oral em GT

Molduras sócio históricas do filme andino Kukuli (1961)

Carlos Francisco Pérez Reyna

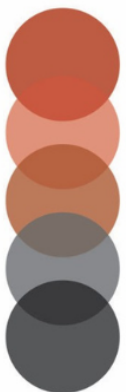
Molduras sócio históricas do filme andino Kukuli (1961) Faz cinquenta e cinco anos da primeira exibição o primeiro filme falado no idioma Quéchua na história do cinema peruano. Kukuli (1961) foi realizado pelos cineastas Luis Figueroa, Eulogio Nishiyama e César Villanueva e narra os motivos bucólicos da versão do mito andino do Oso Raptor (Urso Raptador/Raptor) coletado em 1942 pelo antropólogo peruano Efraín Morote Best (1988). Embora a versão do mito varie nas regiões centrais e do sul dos Andes peruanos, sua proposição central não foi alterada. O filme é importante entre outras razões porque anos prévios à produção do filme, entre os anos 1950 e 1960, surge nos Andes do sul uma abertura de mentalidades nas quais se destacam o surgimento de uma nova estética indigenista e a construção de novas salas de exibição e a fundação do “cine club Cusco”. No fulgor de Kukuli está presente o tema central que nos revela a mistura de culturas e a relação de poder que se estabelece entre o mestiço e o camponês. Certamente, teremos diferentes abordagens para entender e reinterpretar Kukuli, segundo o tempo e gerações, a partir da história oral e suas interfaces com o saber antropológico ou suas considerações fílmicas como obra artística autônoma possível de produzir diferentes análises (AUMOUT, 2004). No entanto, como todo filme, não discute questões históricas que permita ter conhecimento do grupo social dos detentores dos meios de produção num determinado contexto histórico. Sabemos que o estilo difere segundo as épocas provocando diferentes representações do mundo. Então, se o estilo tem uma história, é necessário contextualizar o pano de fundo em que o filme foi realizado, pois toda obra artística é o reflexo de seus tempos (NOVOA, 2012). Alinhamo-nos com Chartier (1990) quando resumidamente nos diz que o cinema é um produto simbólico, portanto uma forma de apropriação do mundo por um grupo social em contradição com outros. Essa apropriação torna-se interpretação da realidade social. A conexão interdisciplinar com a sociologia e a história permitirão a esta proposta tentar alargar algumas compreensões sócio históricas do processo criativo do filme entre os anos 1950-1960. Bibliografia CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações, RJ: Bertrand Brasil, 1990. AUMONT, Jacques e MARIE, Michel. A Análise do Filme. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009. MOROTE, Efraín Best. Centro de Estudios Rurales Andinos Bartolomé de las Casas Centro de Estudios Rurales Andinos "Bartolomé de las Casas", 1988. NOVOA, Jorge; BARROS, José D'Assunção. Cinema e História: teoria e representações sociais no cinema, RJ: Apicuri, 2012.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467216487_ARQUIVO_Carlos_Reyna_30RBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Pela emergência de uma passividade sem vitimizações: um estudo etnográfico sobre a constituição e apresentação do corpo homossexual passivo nos filmes pornôis gays brasileiros

Edilson Brasil de Souza Júnior, Antônio Cristian Saraiva Paiva





Em grande parte das sociedades ocidentais, os homens que desenvolvem a prática sexual passiva são geralmente vistos e classificados como inferiores dentro de uma hierarquização arbitrária do gênero masculino. Em sua condição de produto pertencente ao mercado global do entretenimento e da informação, os filmes pornôs voltados ao público gay reproduzem, muitas vezes, em seus enredos este “desnível arbitrário de gênero” por meio de práticas físicas e discursivas que denotam o agente passivo da relação sexual como o “polo enfraquecido” do script sexual. Esta comunicação tem, pois, por objetivo principal problematizar - à luz da antropologia do corpo de Le Breton (2012), dos estudos de recepção desenvolvidos pelos estudos culturais (HALL, 2003), da teoria da estruturação de Giddens (2009), da tese sobre sedução apresentada por Baudrillard (1992), do conceito de jogo de Simmel (2006), da tese sobre pornografia de Díaz-Benítez (2010) e de uma análise do discurso pautada em uma visão sociosemiótica (LANDOWSKI, 2009) - os recursos heteronormativos que constroem e gerenciam essas imagens do pornô e, ainda, como estas imagens são resultado de um work tático dos atores em responder às necessidades de um mercado comprometido com uma visão unidimensional de mundo. Assim, o work se propõe, a partir da entrevista semiestruturada realizada com dois reconhecidos atores pornôs passivos, a saber, Andy Star e Bryan Knust, revelar como a performance passiva é resultado de um processo no qual os sujeitos envolvidos estão até certo ponto conscientes de sua condição corporal como elemento simbólico propulsores/produtos de uma performance sexual coordenada por um olhar conservador acerca dos corpos e das subjetividades. Dessa forma, a comunicação busca revelar a consciência da produção estereotipada da performance por parte dos atores e as sensações produzidas por se deixarem materializar em tipologias que promovem o imperativo heterossexual em relação às identidades de gênero e de sexualidade a fim de, com isto, contribuir com a economia cognitiva dos telespectadores. Referências bibliográficas BAUDRILLARD, Jean. Da Sedução. Campinas, SP: Papyrus, 1992; DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. Nas redes do sexo: os bastidores do pornô brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010; GIDDENS, Antony. A constituição da sociedade, São Paulo: Martins Fontes, 2009; HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003; LANDOWSKI, Eric. Presenças do outro. Editora Perspectiva, São Paulo, 2009; LE BRETON, David. Antropologia do corpo e modernidade. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2012; SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da sociologia. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.

Apresentação Oral em GT

“As marcas do mundo”: História, memória e imagem na obra *Sans Soleil* (1983) de Chris Marker

Elaine Zeranze Bruno, Vinicius Esperança (vinciusesperanca@globo.com) Mestre em Ciências Sociais pela UFRRJ e doutorando em Sociologia pelo IESP/UERJ / Capes

O objetivo deste work é analisar na obra *Sans Soleil* (1983), do cineasta francês Chris Marker, o modo pelo qual são relacionados história, memória e imagem. Trata-se de uma obra difícil de ser descrita devido a sua organização singular. Composta por fragmentos da vida cotidiana, o documentário funciona como um mosaico da memória feito de imagens e relatos recolhidos de viagens do Japão à Guiné-Bissau, uma busca pelos extremos da sobrevivência, segundo o próprio autor. Penso que, *Sans Soleil* traz elementos que problematizam e desconstruem certas categorias, tais como, documentário, ficção e documentário etnográfico. É documentário por sua montagem em imagens diretas, ou seja, sem encenação. Ao tempo que não é documentário pelo uso de um personagem fictício que teria escrito relato. Seu inverso também vale para defini-lo como ficção. De mesmo modo é documentário etnográfico por ser fruto da observação participante do estudo de certos grupos sociais e não o é por não seguir os cânones consagrados deste gênero. Nesse ponto podemos aproximá-la da obra do Lévi-Strauss de *Tristes Trópicos* (1955). É nas fronteiras destas categorias que pretendo analisar o papel da memória, tanto coletiva quanto individual, na construção/recriação da história, uma história escovada à contrapelo, termo cunhado por Walter Benjamin, ou seja, uma história contada pelo lado dos vencidos.



Apresentação Oral em GT

Central do Brasil: um estudo sobre a mudança na utilização alegórica da estrada nos road movies brasileiros a partir das críticas cinematográficas tecidas sobre o filme

Gheysa Lemes Gonçalves Gama

Este artigo pretende explicitar a mudança na utilização alegórica da estrada nos road movies brasileiros, adotando como objeto de estudo as críticas tecidas à obra *Central do Brasil* (Salles, 1998), à época de seu lançamento. O gênero filme de estrada é composto por películas cujo enredo está centralizado numa situação de deslocamento dos protagonistas. Verifica-se, no entanto, que a estrada é representada não apenas enquanto cenário físico, mas também como figura simbólica, cujas significações variam de acordo com a época e discussões em voga em nossa sociedade. Ao se analisar os filmes brasileiros que compõem este gênero é possível observar a mudança no papel alegórico assumido pela estrada, antes e depois da época conhecida como Retomada do Cinema Nacional (a partir de 1995). Se antes da Retomada os road movies produzidos no Brasil apresentavam a estrada como alegoria da nação e os personagens, alegorias do povo brasileiro, há uma mudança considerável nos filmes de estrada lançados posteriormente, nos quais a estrada assume a alegoria do rito de passagem, onde os protagonistas, ao lançarem-se na jornada física, acabam por enfrentar, no caminho, seus próprios dilemas pessoais, emergindo transformados, ao fim da viagem. O filme que inaugura essa nova fase do road movie brasileiro é *Central do Brasil* (Salles, 1998), sendo que a estrada, pela primeira vez, surge como um palco para a transformação pessoal, diferente dos filmes progressos, nos quais a estrada servia, especialmente, para a exposição de críticas sociais e políticas ao país. Essa premissa é confirmada pelo próprio diretor da película ao afirmar: “são os conflitos internos das personagens que definem os filmes” (SALLES apud STREECKER, 2010, p. 252-253). Sendo assim, o objetivo deste artigo é expor essa mudança no uso da alegoria da estrada, a partir da apresentação e análise de algumas críticas que foram tecidas à época do lançamento de *Central do Brasil*. Como base de pesquisa, utilizaremos material de arquivo colhido na Cinemateca Nacional, buscando analisar como os críticos – autores de jornais e revistas acadêmicas – assimilaram essa mudança de perspectiva, resultando, muitas vezes, em críticas negativas, já que o filme deixava de dar ênfase à discussão do nacional, para colocar ao centro a história de Dora e Josué. Assim, busca-se compreender como *Central do Brasil* foi significativo, pois inaugura uma nova fase do road movie brasileiro, dotando a estrada de novos sentidos que serão, a partir deste filme, seguidas também por outros filmes de estradas lançados no país. A ideia de ouvir as vozes dos críticos da época reforça esse argumento da mudança, gerando controvérsias, mas que por fim, sinalizam para um novo cenário do cinema nacional.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466462032_ARQUIVO_ArtigoCompleto-CentraldoBrasil-umestudosobreamudancanautilizacaoalegoricadaestradasnosroadmoviesbrasileirosapartirdascriticascinematograficastecidassobreofilme.pdf

Pôster em GT

Harmony Korine e a potência da imagem etnográfica

João Paulo de Freitas Campos, André Di Franco

Harmony Korine talvez seja um dos diretores mais consagrados do cinema norte-americano atualmente. Transitando entre filmes independentes em formatos alternativos e megaproduções hollywoodianas, Korine chegou a ser considerado o futuro do cinema americano por Werner Herzog. Embora sempre ficcionais, as obras do autor estão marcadas por um caráter documental, na constante busca em retratar realidades específicas, no uso de não atores, em intensos works de pesquisa prévia etc. O seguinte work procura,

portanto, analisar o primeiro filme de Korine como diretor, Gummo, buscando interpretar, entre o processo e a obra final, as diversas infiltrações etnográficas presentes no filme. No sentido de que "o olhar e o ouvir constituem a nossa percepção da realidade focalizada na pesquisa empírica" (Oliveira, 2006, p. 31), procuramos entender como as decisões estéticas e, por fim, o work de campo do diretor em Xenia – Ohio, estabelecem um porvir intrinsecamente etnográfico ao filme. Através de retratos tão críveis quanto reais, argumentamos que a obra de Korine se situa num entre lugar, combinando a ficção e a realidade numa espécie de fricção imagética. O resultado deste experimento produz uma saída poética aos clichês estéticos presentes no mundo do cinema, enriquecendo o processo criativo do cineasta, seja ele documentarista ou não.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467299582_ARQUIVO_posterRBA-harmonykorine-JOAO&DIFRANCO.pdf

Apresentação Oral em GT

Primitivismo artístico e Zoológicos Humanos na pintura e cinema expressionista: dos Gabinetes de Curiosidades ao Gabinete do Dr. Caligari

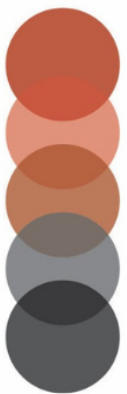
Marina Cavalcante Vieira

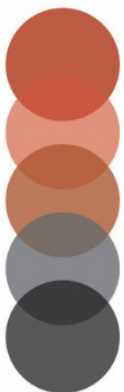
O expressionismo alemão foi uma vanguarda artística modernista de inícios do século XX que teve óbvias inspirações na chamada "arte primitiva", tomando-a como uma espécie de fetichização do exótico. Estas inspirações estão presentes desde o início do movimento expressionista na pintura, em 1905, com o grupo Die Brücke, até a criação do primeiro filme expressionista em 1920, O Gabinete do Dr. Caligari, de Robert Wiene. Temas e representações do primitivo e do exótico atravessam o cinema expressionista da República de Weimar. Com o intuito de compreender melhor as tradições e paradigmas de representação do "outro" no cinema expressionista alemão, faz-se uma abordagem que recupera e compara o tratamento dado "ao outro" na pintura expressionista, no surgimento do cinema, no filme etnográfico e nos Zoológicos Humanos – em uma tentativa de demonstrar um panorama mais amplo de confluência destes campos sobre o cinema. Parto da noção de que a ânsia de falar sobre "o outro", vivida pelo mundo ocidental em final do século XIX e início do XX, na verdade revela muito mais sobre a modernidade ocidental do que sobre "o outro" propriamente, partindo do pressuposto de que pensar "o outro" é também um processo de construção da noção de si. Cabe dizer que o homem moderno, ao falar do chamado "primitivo", não faz mais do que delinear os contornos da sua própria identidade. O cinema alemão do entre guerras demonstra um fascínio pela idéia do exótico, transportando os homens e mulheres de seu tempo a um mundo recheado de dançarinas orientais, exposições circenses, mágicos, hipnóticos e viagens a terras distantes. O distante e exótico cinematográfico, encenado e filmado nos arredores de Berlim e Hamburgo, vem de uma tradição mais longa que nos remonta ao século XIX e às exposições dos Zoológicos Humanos, que traziam povos e culturas exóticas para exposições na Europa. Remonta também à criação do cinematógrafo, que desde suas origens revela uma obsessão pelo "primitivo". O presente work é parte integrante da pesquisa de Doutorado em Ciências Sociais, desenvolvida no quadro do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que tem como objetivo pensar o tema da representação do "primitivo" no cinema expressionista alemão. Este work coloca lado a lado relatos ficcionais e relatos documentais, tensionando as fronteiras entre autêntico, etnográfico e ficcional.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466390768_ARQUIVO_Vieira30aRBAGT11PrimitivismoartisticoeZoologicosHumanosnapinturaecinemaexpressionista.pdf

Apresentação Oral em GT





Cinema, Antropologia e Demografia: work doméstico, movimento migratório e outras questões envolvendo gênero, geração e relações familiares em "Que horas ela volta?" e "Como se fosse da família"

Paula Alves de Almeida, José Eustáquio Diniz Alves José Jaime da Silva

O Cinema há muito vem flertando com as Ciências Sociais, com a História, a Psicanálise, a Filosofia e outros campos do conhecimento. Este artigo tem inspiração, especialmente, no work de pesquisadores que vem utilizando o Cinema como objeto e método de pesquisa da Antropologia e vice-versa. Este artigo propõe incluir a perspectiva demográfica à análise fílmica e, por outro lado, se apropriar do discurso cinematográfico como método de estudo de temas incorporados pela Demografia, como movimentos migratórios, relações de work e entre classes, gênero, relações familiares e intergeracionais, entre outros. Um texto que praticamente inaugura as reflexões da relação do Cinema com a Demografia é "Pour une ciné-démographie", de Serge Daney (publicado originalmente em 1988), que propõe o estudo das populações dos filmes e uma demografia dos seres filmados (DANEY, 1997). A análise da composição demográfica da produção audiovisual é capaz de traçar um panorama não só sobre o cinema que se produz no país, mas sobre a nossa própria sociedade. Revelar a composição demográfica das personagens, o que Daney (1997) chama de "população filmada", bem como das equipes dos filmes – o que vamos chamar de "população que filma" – nos leva a refletir sobre as posições que os diferentes grupos sociais ocupam nas representações cinematográficas (nas telas e nos sets), valorizando determinadas perspectivas em detrimento de outras. Este artigo toma como exemplo da utilização do Cinema para uma análise demográfica e antropológica, e vice-versa, os filmes "Que horas ela volta?", de Anna Muylaert, e "Como se fosse da família", de Alice Riff e Luciano Onça. Em "Que horas ela volta?", Val deixou sua cidade natal no interior de Pernambuco, e a filha pequena Jéssica, para trabalhar em São Paulo como babá e doméstica. Ela desenvolve uma relação de afeto com Fabinho, filho do casal para quem trabalha. Até que anos mais tarde, sua filha também deixa Pernambuco e chega a São Paulo para prestar vestibular. A chegada de Jéssica questiona uma série de regras não ditas e mexe com as relações de poder de Val com os patrões. O documentário de curta-metragem "Como se fosse da família" levanta questões sobre as relações de patrões e empregadas, antes e depois da nova legislação do work doméstico, através das experiências de Vanderlea Santos e Aurea Andrade que dedicaram suas vidas às famílias para quem trabalharam, pondo em xeque os limites e entrelaçamentos de relações de poder e de afeto. O artigo pretende trabalhar através dos filmes com questões como work doméstico e a relação entre patrões e empregados, relação de classes sociais, gênero, geração, migração, espaços domésticos e espaços sociais e as dicotomias sala-cozinha, áreas sociais-quarto dos fundos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466445051_ARQUIVO_workcompletoRBA_Alves_Alves_Silva.pdf

Pôster em GT

Ficção perspectiva? A força dos objetos da vida diária nas representações do cinema de Jan Švankmajer

Remisson Wesley Nobre Cordeiro

A proposta deste work é refletir sobre a relação de agência dos objetos nas produções cinematográficas de Jan Švankmajer, tendo como aporte teórico o perspectivismo e a agência social da arte. Jan Švankmajer nasceu em Praga, no ano de 1934, começou desde cedo como artista plástico de vanguarda. Suas realizações são pertencentes ao movimento surrealista checo, abrangendo vários meios de comunicação. Švankmajer vai direto à origem do significado da animação: dar vida aos objetos inanimados. Neste work irei deter-me a dois curtas metragens equivalentes: O Apartamento (Byt), de 1968, no qual o protagonista encontra-se prisioneiro

em uma casa onde todos os utensílios do cotidiano agem contra ele; e *Piknik Mit Weissman*, de 1968, cujo cenário gira envolto de objetos que organizam um banquete a céu aberto com intuito de enterrarem o seu proprietário. Ambas as obras apresentam os objetos como um anti protagonista, agindo em oposição ao seu criador. Isso possibilita uma retomada da noção de corporalidade tomada pelos objetos, e a subsequente predação praticada por estes. Para abordar agência dos objetos nesses filmes, parto do work de Alfred Gell em seu *Art and Agency: An Anthropological Theory* (1998), e suas reflexões sobre a agência social da arte, e das recentes discussões de Viveiros de Castro (2002) em torno do perspectivismo ameríndio, bem como sua abordagem das relações sujeito/objeto que apontam para o modo como, no mundo ameríndio, os artefatos ou objetos estão carregados de agência. Em termos aproximáveis, Alfred Gell e Viveiros de Castro em seus works evidenciam a força que os objetos são portadores, refletindo assim nas relações sociais. Pretendo discutir a arte como material potencialmente ativo nas produções do artista em pauta, partindo da análise da técnica e narrativa elaborada para seus filmes, no qual ocorre constantemente essa sobreposição dos objetos sobre o sujeito. Procuo, desse modo, responder à questões que despontam ao analisar em seus filmes uma ação dos objetos criados em conjunto com o live action, refletindo sobre o movimento do cinema fictício na vida cotidiana.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466180655_ARQUIVO_poster_rba.pdf

Apresentação Oral em GT

A noção de humano entre mentes elétricas e corpos mecânicos

Thais Farias Lassali

Em "2001: uma odisséia no espaço", de Stanley Kubrick (1968), e "Alien, o oitavo passageiro", dirigido por Ridley Scott (1979), vemos personagens não-humanas, respectivamente, Hal e Ash, que desafiam as fronteiras do que é considerado humano e são centrais para o desenrolar da ação dos filmes dos quais fazem parte. Essa comunicação oral pretende fazer uma análise que entrecruze a narrativa fílmica com a conjuntura histórica e política dos Estados Unidos, as discussões acadêmicas e científicas do período de cada filme e o período pelo qual Hollywood passava. Isso para argumentar como tais personagens trazem à tona o que não é evidente, a um primeiro olhar, nas figuras obviamente humanas, e como, por meio deles, se dissimula as nuances e as contradições da noção de humano.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466463374_ARQUIVO_ComunicacaoOralRBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Articulações entre cinema, Estado e mercado: a produção de longa-metragens no Rio Grande do Sul

Vitáli Marques Corrêa da Silva

O Rio Grande do Sul se apresenta como um estado com alguma relevância em matéria de produção cinematográfica nacional, ainda que bastante atrás do eixo central. Em termos numéricos, excetuando-se Rio de Janeiro e São Paulo, ele é o estado com maior número de títulos de longas metragens lançados comercialmente para o período 1995-2014, com 53 filmes. Neste work, exploro parte de questões que integram meu projeto de dissertação de Mestrado em Antropologia acerca da cena de produção cinematográfica porto-alegrense. Em face da variedade de formas e modalidades de fazer cinema, optei desde antemão enfocar realizadores de longas-metragens, já que a produção de curtas no país é descentralizada e exige menos articulações de redes para sua viabilidade. Por outro lado, a produção de longas-metragens tende a levar anos até o lançamento do produto final no mercado, o que resulta num processo de sobreposição da esfera estatal, mercadológica e artístico-cultural. Durante as etapas desse processo, diversos agentes sociais



são necessários para a concretização do projeto, entre eles, diretores, roteiristas, produtores e demais membros da equipe técnica por um lado; por outro, agentes do mercado, tais como distribuidores, empresas privadas financiadoras e exibidoras, além da presença do Estado por meio de editais e legislações reguladoras do setor. Diante da complexidade das redes estabelecidas, algumas perguntas são levantadas: como ocorrem as relações e as negociações entre os membros da esfera “cultural” – os cineastas gaúchos, no nosso caso – com as esferas estatais e mercantis, num contexto de produção fora do eixo Rio-São Paulo? De que forma os criadores veem o mercado e o Estado? Como entendem o impacto destes sobre a “autonomia” artística e a questão autoral? Este work enfatizará o ponto de vista dos cineastas acerca desses questionamentos. Tendo como ponto de partida a discussão teórica de Bourdieu sobre o mercado de bens simbólicos, realizei entrevistas abertas com alguns realizadores gaúchos, residentes em Porto Alegre, de status e gerações distintos para compreender suas visões a respeito da produção cinematográfica com respeito à interface com o Estado e o mercado. O work aponta para questões que devem ser aprofundadas no concernente às negociações feitas para a viabilização desse artefato cultural, que é o filme.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466472623_ARQUIVO_Artigo-RBA2016-Vitali.pdf

Apresentação Oral em GT

Robôs e ciborgues pensando materialidade e diferença: uma reflexão política sobre Star Wars e Terminator

Vitor França Netto Chiodi

Esse texto é um artigo que versará sobre parte da minha pesquisa de dissertação de mestrado. Embora não seja sobre meu principal objeto, que é o singularismo tecnológico, farei uma discussão sobre um arco de conceitos úteis para se debater diferença e materialidade num contexto tecno-científico. É também um work que dá continuidade àquele apresentado no GT de Antropologia do Cinema da RAM de Montevideo. As figuras do ciborgue e do robô atravessam a ficção científica e o imaginário popular sobre a organização de debates clássicos que permeiam o natureza x cultura, como humano x máquina, mente x corpo, natural x tecnológico e suas consequentes problematizações. Este artigo não pretende se aprofundar no debates clássicos ou nos potenciais míticos e políticos do robô e do ciborgue separadamente, mas, antes, no que a relação robô-ciborgue pode oferecer para análise fílmica e antropológica. Há um debate antropológico que perpassa a relação entre natureza e cultura e pode ser, de modo reduutivo, ser pensado nos termos moderno x simétrico. Essa mesma organização pode ser levada ao cinema hollywoodiano como naturalismo x neonaturalismo. Cada um desses dois pontos de vistas enxerga a relação entre o humano e tecnológico de modo distinto, e, conseqüentemente o robô e o ciborgue. Assumindo que os universos diegéticos de Star Wars e Terminator representariam essas visões, o meu propósito será o de apresentar na prática uma maneira pela qual a ficção científica pode iluminar debates antropológicos, mas também o caminho reverso, onde robô e ciborgues se tornam conceitos potenciais para se pensar antropologia. Caracterizo a perspectiva moderna como aquela define robô e ciborgue a partir de sua origem, numa coluna de conceitos que acompanha gênese/ binário/ identidade/ naturalismo/ tecnofobia. A simétrica por outro lado define as figuras a partir da materialidade e tem no seu quadro de conceitos, respectivamente, ontologia/ híbrido/ afinidade/ neonaturalismo/tecnologia negociada. Robô e ciborgue modernos são definidos por sua condição e origem, de modo que em Star Wars R2D2 seja um robô e Darth Vader um ciborgue. Em Terminator a Skynet é o robô, enquanto máquina, ao passo que T800 é ciborgue porque independente de sua origem é híbrido de orgânico e maquinaico. Analogamente, o antagonista moderno é o híbrido (homens e máquinas x ciborgues) e o antagonista simétrico binário (homem x máquina, híbrido em negociação). Apresento como conclusão um quadro de conceitos no qual gênese (moderna) e ontologia (simétrica) são esferas separadas mas que podem ser complementares num quadro analítico mais amplo, de modo análogo ao que o multinaturalismo perspectivista pode se relacionar com o multiculturalismo moderno.



Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466475013_ARQUIVO_vitorchiodi.pdf

Pôster em GT

Memórias e narrativas híbridas no cinema brasileiro contemporâneo

Wendell Marcel Alves da Costa, Sem coautoria.

Este work tem por objetivo compreender como são construídas as memórias a respeito de uma cidade brasileira – Ceilândia-DF – tendo como base a produção e representação cinematográfica através da narrativa do espaço urbano. Parte-se aqui do princípio que as narrativas da cidade de Ceilândia nos filmes brasileiros, *A Cidade é uma Só* (2012) e *Branco Sai, Preto Fica* (2015), ambos do cineasta Adirley Queirós, são híbridas. Assim, privilegiaremos a análise desses dois filmes como dispositivos híbridos que abarcam duas formas narrativas: ficcional e documental. Os filmes analisados propiciam discussões acerca das dualidades entre periferia/cidade, poder/empoderamento e história cultural/memórias afetivas; questões que envolvem a apropriação do espaço da cidade e seus efeitos de deslocamentos e as construções das narrativas que dão margem a uma interpretação do discurso fílmico sobre os movimentos espaciais da região de Ceilândia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466123099_ARQUIVO_MEMORIASENARRATIVASHIBRIDASNOCI NEMABRASILEIROCONTEMPORANEO.pdf

GT 012: Antropologia do esporte: entre a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos

Durante as reuniões sucessivas que foram realizadas em versões anteriores da ABA consolidaram-se debates sobre as várias atividades desportivas, observando que se trata de uma área privilegiada para o estudo dos múltiplos significados que são construídos em torno de diferentes esferas da vida social. As pesquisas acadêmicas sobre esportes nos permitiu refletir acerca da formação das identidades sociais, bem como certas articulações e relações desportivas com outras temáticas relativas à política; produção social de jogadores e atletas, formas de sociabilidade; emoções; moralidades; redes sociais; cultura popular; violência; entre outras questões. Desta vez, temos a intenção de fortalecer a discussão em algumas rotas, especialmente as que se referem à relação entre o esporte e os políticos e a "política", os processos de construção do poder, redes de comércio, circulação de conhecimentos, atores e práticas, as relações entre os diferentes níveis de definição política. Um segundo eixo de discussão responde aos estudos do esporte e suas ligações com o mercado e a cobertura da mídia, respostas locais para as forças da globalização econômica, a tensão entre amadorismo e profissionalismo, o processo de seleção e formação de atletas, relações com o mercado, políticas e megaeventos esportivos. Acreditamos que, no ano dos Jogos Olímpicos 2016 estes eixos de reflexão se mostrarão produtivos.

Martin Christoph Curi Spörl (UERJ) e Matias Godio (Universidad Nacional de Tres de Febrero) - **Coordenação**
Tulio Augusto Velho Barreto de Araujo (Fundação Joaquim Nabuco) - **Debatedor/a**

Apresentação Oral em GT

"Sou o maior de todos!": Muhammad Ali, boxe e a construção de uma identidade étnica afro-descendente.

Daniel de Oliveira Baptista

Partindo da análise dos combates do pugilista norte-americano Muhammad Ali e da perspectiva que seus oponentes tinham do boxeador, a presente pesquisa procura investigar os diferentes discursos pelos quais uma identidade negra foi construída e ressignificada a partir da figura de Ali e da prática esportiva do boxe nos EUA nas décadas de 1960 e 1970. Para tanto, serão estudados fontes como documentários, biografias e autobiografias de boxeadores, reportagens e publicações de revistas esportivas referentes ao período dos eventos, e discursos de oradores e personalidades específicas da comunidade afroamericana. Observando-se alguns documentários oriundos de produtoras americanas, como os episódios biográficos da série *Beyond The Glory*, *Sports Century* e *HBO sports*, temos a construção da imagem de Muhammad Ali enquanto um “caluniador”, a partir dos ressaltos dados pelas películas aos constantes comentários enérgicos de Ali contra seus oponentes. Em contrapartida, as produções biográficas que se detém apenas sobre a figura de Ali – sem maiores ressaltos em seus adversários –, apresentam sua vida através de seus posicionamentos políticos e momentos de ruptura, como sua recusa em lutar na guerra contra o Vietnã, sua conversão à religião do islã e a revogação de seu título de campeão mundial dos pesos pesados em fins da década de 1960. Esses últimos documentários foram produzidos, em sua maior parte, por produtoras canadenses e contribuem para outra construção representativa de Ali: a do herói negro. De herói a caluniador, as representações de Muhammad Ali através dos documentários variam de acordo com o país proveniente das produtoras das películas. Por que produtoras norte-americanas representam a figura de um boxeador negro, norte-americano, da década de 1960, de maneira tão distinta das produtoras canadenses? O que essas diferentes representações implicam nas narrativas que são construídas junto ao público telespectador? É por meio do questionamento dos motivos pelos quais as representações de um lutador variam de acordo com o país produtor dos documentários que a presente pesquisa busca fundamentar sua problemática e desenvolvimento. Objetiva-se, desse modo, a análise de eventos e tensões localizadas temporal e socialmente a partir de uma prática esportiva e a compreensão e investigação de como determinados fatores sociais contribuíram para estipular sentimentos de pertencimento de um grupo e a delimitação de suas fronteiras: religião, política e interação social.

Apresentação Oral em GT

Entre o público e o privado: reflexões sobre o discurso do legado através do emprego de forças públicas de segurança da Copa do Mundo FIFA 2014

Eduardo Araripe Pacheco de Souza

Este work é uma proposta de reflexão sobre as repercussões e resultados da realização dos megaeventos esportivos realizados no Brasil nos dois últimos anos, a Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014, especificamente sobre aqueles que repercutem na prestação do serviço de segurança nos estádios de futebol/arenas, notadamente, na utilização de recursos públicos em eventos privados, policiais e bombeiros militares, em estádios de futebol. A publicação da Lei 12.663/12, Lei Geral da Copa, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, em 05 de junho de 2012, para além das polêmicas produzidas em torno das garantias oferecidas pela União à Federação Internacional de Futebol Associados (FIFA), entidade promotora dos megaeventos esportivos realizados recentemente no Brasil, trouxe várias expectativas e interrogações sobre o emprego das forças públicas de segurança nos citados eventos e, principalmente, as repercussões no modelo de emprego dessas instituições no período pós-eventos. Este modelo, integrado e consubstanciado na responsabilidade compartilhada entre poder público e privado (FIFA), entretanto, ficou restrito a "era dos megaeventos", e passada a Copa do Mundo de 2014, as prevenções realizadas nos estádios locais voltaram a ter as mesmas características anteriores, com as mesmas precariedades estruturais e organizativas, descumprimentos das legislações por parte dos organizadores do futebol e, com a mesma tentativa de transferência de responsabilidades para o poder público, excetuando-se as prevenções realizadas em algumas arenas brasileiras, onde se percebe uma maior participação e atuação da iniciativa privada na gestão da



segurança, mesmo sem alcançar o modelo vivenciado durante os megaeventos. Reflete-se, portanto, sobre as exigências dos instrumentos legais que regulam a realização de jogos de futebol, em estádios nacionais e locais, e, ainda, de que maneira a promulgação da Lei Geral da Copa repercutiu no modus operandi do fazer prevenções em estádios e arenas multiuso, o chamado "legado pós Copa".

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467336479_ARQUIVO_Entrepublicoeoprivadocopafifa.RBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Uma sociologia do óbvio – o futebol, a comunidade (nacional ou clubística) e a dádiva

Eduardo Fernandes Nazareth

O resultado esportivo da seleção brasileira de futebol na última Copa do Mundo realizada no Brasil decepcionou sobremaneira imprensa e torcedores. Dado o peso simbólico da tradicional competição e o apelo emocional que desperta, a derrota por 7x1 para a Alemanha levantou uma grande interrogação sobre a importância de nosso futebol hoje. Toda a estrutura de administração do esporte do país entrou na berlinda. Muitos atribuíram o alegado fracasso à incapacidade dos gestores do futebol brasileiro (tanto da confederação nacional quanto dos clubes) de sustentarem projetos esportivos sintonizados com a evolução do esporte. O tema suscitou toda uma discussão acerca da tradição personalista, coronelista e antidemocrática que se manteve intacta mesmo diante das forças de modernização do esporte, entendidas sobretudo a partir da introdução da lógica de mercado em seu meio. Não pretendemos aqui explicar as razões de nossos descaminhos futebolísticos. Consideramos importante nesse work avançar na direção de compreender a atuação da força moral e afetiva de fundo entre torcedores, dirigentes e jogadores que se traduzem nas pressões sociais para que os mecanismos institucionais ou as práticas tradicionais de nosso futebol se movam mais ou menos intensamente. Entende-se aqui que as energias mobilizadas por torcida, jogadores e dirigentes, acumulando-se e repercutindo, amplificada pela imprensa e redes sociais, constitui a ambiência do mundo esportivo. Compreender a que lógica respondem contribui para definir um dos planos mais fundamentais dos eventos no mundo esportivo do futebol profissional apreciado por uma massa de interessados. Para compreender como se organiza esse complexo de relações, propõe-se aqui conceber essa ordem de fenômenos sociais como principalmente morais e simbólicos que, além de apresentar uma face meramente esportiva, envolve múltiplas dimensões – emocional, econômica, política, jurídica... – que podem ser muito bem exploradas como aspectos de um mesmo fenômeno total a partir da concepção da dádiva e das relações de reciprocidade que elas implicam. Propõe-se entender essas relações, portanto, a partir de uma lógica de troca simbólica, que envolve o pedir ou o exigir, o dar, o receber, o disponibilizar e o retribuir, em nome da grandeza das entidades coletivas (clubes ou seleções nacionais) com as quais se identificam as comunidades de que são parte. A lógica da dádiva ordena a distribuição de força moral, do prestígio e até de recursos econômicos. Poder-se-ia dizer que essa lógica vigora a despeito da força do frio interesse do mercado; às vezes aproveitando-se, às vezes chocando-se com ela.

Apresentação Oral em GT

Os craques da bola e o mundo dos bens: futebol e consumo na imagem pública de Leônidas da Silva

Everardo Pereira Guimarães Rocha, William Corbo (Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio)

Este work analisa o lugar ocupado por Leônidas da Silva no mercado publicitário nas décadas de 1930 e 1940, auge de sua carreira como jogador de futebol. Vamos investigar as formas pelas quais, naquele contexto, o consumo e a narrativa publicitária se apropriaram do futebol para expandir hábitos de compra e,



no mesmo movimento, aumentar a popularidade e a capacidade de mobilização social do esporte. Leônidas, um dos grandes jogadores da história do futebol brasileiro, era uma importante celebridade da época, presença recorrente em reportagens, entrevistas e fotos que iam muito além dos limites da imprensa esportiva. Seus hábitos, sua origem humilde, eventos de sua carreira, polêmicas nas quais se envolvia, jogadas e gols magistrais eram estampados nas páginas de jornais e revistas e transmitidos pelas ondas do rádio. Como é próprio das celebridades, Leônidas da Silva inaugurou lojas, estrelou anúncios, se tornou garoto-propaganda de algumas marcas e emprestou seu nome para produtos de sucesso - como o Cigarro Leônidas e o chocolate Diamante Negro. A construção de sua figura midiática revela muito sobre as representações das primeiras celebridades do esporte no Brasil e, ainda mais, apresenta um modelo de articulação entre futebol e consumo que, gestado naquele tempo, segue permeando o imaginário contemporâneo. Vamos, portanto, analisar como, na primeira metade do século XX, esporte e consumo intensificaram suas relações através da apropriação de grandes jogadores pela publicidade, em um processo de transformação dos craques do “universo do futebol” nas estrelas do “mundo dos bens”. O caso de Leônidas da Silva é emblemático. Sua fama, prestígio, idolatria e heroísmo, incisiva e constantemente expressos na mídia, são uma chave para entender essa experiência de construção de celebridades capazes de mobilizar multidões e, nesse processo, vender os mais diversos produtos e serviços.

Trabalho completo:

[https://www.abant.org.br/files/1466405423_ARQUIVO_Ocraquedabolaeomundodosbens\(ROCHAeCORBO\).pdf](https://www.abant.org.br/files/1466405423_ARQUIVO_Ocraquedabolaeomundodosbens(ROCHAeCORBO).pdf)

Apresentação Oral em GT

As emoções dos torcedores no Novo Maracanã

Fábio Daniel da Silva Rios

Neste work, apresento os pontos centrais de minha pesquisa de doutorado, e alguns resultados parciais obtidos durante a investigação, que foi iniciada em 2014 e se encontra em andamento. Nesta pesquisa, venho abordando o impacto da reforma realizada no Estádio Jornalista Mário Filho – o Maracanã –, entre os anos de 2010 e 2013, sobre o comportamento e as emoções dos torcedores. A reforma em questão teve como objetivo a adequação do velho estádio aos rígidos padrões de conforto e segurança exigidos pela FIFA e pelo COI para a realização dos dois principais megaeventos do calendário esportivo mundial: a copa do mundo de futebol masculino, sediada pelo Brasil em 2014, e os jogos olímpicos de verão, sediados pela cidade do Rio de Janeiro em 2016. Essa reforma também promoveu a adaptação do Maracanã a um novo modelo de estádio, que surgiu na Inglaterra, na década de 1990, e foi incorporado pela FIFA, tornando-se um paradigma internacional na década de 2000. O novo modelo consiste na transformação dos antigos estádios de massa em modernas arenas all-seater multiuso, visando oferecer melhores condições de conforto e segurança aos torcedores. Contudo, nesse movimento, não foi somente a arquitetura dos estádios que mudou. Também foram modificadas as normas de conduta exigidas dos torcedores – as quais se tornaram mais rígidas – e, sobretudo, o próprio perfil do público presente nos estádios: antes composto, em sua maioria, por homens das classes trabalhadoras, agora ele seria constituído majoritariamente por famílias de classe média. Em consequência desse processo de arenização, os estádios teriam se transformado em espaços elitizados de consumo e de controle, perdendo as características que lhes haviam consagrado historicamente como redutos da cultura popular. Em última instância, eles teriam perdido sua antiga atmosfera, tornando-se mais frios, ou menos emocionantes. Algo semelhante teria ocorrido ao Maracanã, em virtude da reforma para a copa e as olimpíadas. Em minha pesquisa, venho analisando justamente o alcance desse processo e suas consequências sobre o comportamento e as emoções dos torcedores cariocas. Para tanto, realizei work de campo em jogos do Flamengo disputados no Maracanã, e entrevistas qualitativas com torcedores do clube. Minha hipótese é de que, embora possamos, de fato, identificar um projeto de transformação do Maracanã num espaço elitizado

e disciplinarizado, esse processo não se dá sem conflitos, enfrentando a resistência de alguns grupos de torcedores. Assim, o que temos no Novo Maracanã é o embate entre diferentes formas de torcer, numa disputa em que as emoções aparecem como um elemento central, tendo em vista sua importância para a constituição de identidades e subjetividades nesse universo simbólico.

Apresentação Oral em GT

Do Estádio do Pacaembu para a Arena Corinthians: apontamentos sobre um período de mudanças

Gabriel Moreira Monteiro Bocchi

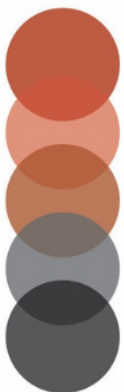
Nesta comunicação apresentarei algumas considerações de minha pesquisa de mestrado intitulada “etnografia da perspectiva torcedora sobre a troca de estádios pelo Sport Club Corinthians Paulista”, realizada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP. Nela acompanhei torcedores corinthianos ao longo do ano de 2014, período em que a equipe de futebol profissional do clube deixou de disputar as partidas sob seu mando no Estádio do Pacaembu, zona oeste da cidade de São Paulo, e passou a disputá-las na Arena Corinthians, zona leste. A Arena Corinthians foi construída entre os anos de 2011 e 14, no contexto de atualização das praças esportivas brasileiras para a realização de partidas da Copa do Mundo de 2014. Localizada no bairro de Itaquera seria tanto a sede paulista no Mundial da FIFA quanto incorporada ao patrimônio físico e simbólico corinthiano, encerrando a carência do clube, imputada pelos rivais ao longo de décadas, de possuir uma praça esportiva de grandes proporções. Trata-se, portanto, de um equipamento com múltiplas significações, me interessando aqui a arena enquanto novo espaço simbólico do corintianismo, sem ignorar, evidentemente, sua relação com o megaevento de 2014. Da interlocução com torcedores do Corinthians em idas a campo, realizadas nos “últimos jogos” do time no Estádio do Pacaembu e nos “primeiros jogos” na Arena Corinthians, é possível pensar uma série de transformações nos modos de fruição dos jogos e na relação de torcedores com o futebol. As mudanças físicas e estruturais propostas pelo “Padrão FIFA”, como a proximidade entre torcedores e campo de jogo e cadeiras em todos os setores, marcam diferenças entre as praças esportivas. Elas são acompanhadas por outras alterações na concepção do futebol espetacularizado, em que os ingressos para setores populares passam por significativos aumentos no preço e decréscimo na oferta, em que a compra do ingresso é subsumida ao pagamento do “sócio torcedor”, em que os espaços para a venda de produtos oficiais do clube se mesclam aos espaços para torcer, notadamente ampliando e reforçando as atuações dos torcedores enquanto consumidores. Concomitante a tais mudanças outras tantas ocorreram em relação à socialidade e a cidadania dos torcedores, a considerar que a região da cidade a ser frequentada também mudou: novos trajetos e locais para encontros são traçados pela cidade, sendo a etnografia composta, em grande parte, pelos desafios da circulação pela metrópole. Em um plano perpendicular, por fim, apresentarei brevemente etapas metodológicas da pesquisa em que as transformações vivenciadas pelos sujeitos nos objetos da pesquisa mobilizaram mudanças e rearranjos na própria pesquisa.

Apresentação Oral em GT

Palavra gasta, "cultura" e invenção da cultura: relatos de uma experiência etnográfica nos/dos jogos indígenas mundiais

Luciana de Oliveira

O artigo parte, por um lado, da experiência etnográfica de participação I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (JMPI), que aconteceram de 23 de outubro a 1 de novembro de 2015 em Palmas (TO). Tal experiência envolveu tanto a observação participante nos jogos e nas rotinas da arena e da feira indígena armadas no complexo construído para o megaevento, quanto a coleta de materialidades midiáticas (panfletos publicitários, capas de jornais locais, site institucional e cobertura jornalística local e nacional) e a realização de entrevistas com alguns integrantes do grupo de comunicadores indígenas que worku na cobertura do



evento. Por outro lado, parte de uma reflexão que sublinha a invisibilidade de questões indígenas (não necessariamente de falas sobre os indígenas) nos espaços públicos brasileiros, reafirmando relações ontológicas que envolvem a história de contato oportunizada pela colonização e seus corolários. Atualmente, permanece a colonização do olhar para tais questões, embora, à força de movimentos político-culturais de resistência indígena, algumas rupturas se ensaiem e fazem sobre(vi)(ver) formas-de-vida contemporâneas e pretéritas, evidenciando a centralidade dos povos indígenas na geração de um protagonismo político e, por que não, desportivo. No texto, o gesto metodológico é o de colocar as experiências do discurso oficial e midiático bem como à lógica de consumo do corpo e dos objetos indígenas e uma proximidade a eles performada para câmeras fotográficas, filmadoras e celulares - máquinas de apagamento e silenciamento acionadas sob os holofotes da arena olímpica - ao lado dos esforços tanto de negação dos jogos (como é o caso dos Kaiowa do Conselho Aty Guasu) quanto de invenção da cultura, de diálogo interétnico com base na "cultura" e de indigenização das imagens e dos jogos como formas de existir de um outro modo criados pelos indígenas participantes. Os jogos, portanto, também fazem (sobre)viver para si e para os outros a cultura e a "cultura", pois permeiam essas relações a "cultura", com aspas, tal como a define Carneiro da Cunha (2009) num jogo recíproco de objetificações que de algum modo possa garantir o diálogo intercultural, ainda que este seja sempre permeado de equívocos (VIVEIROS DE CASTRO, 2004; 2005; 2008). Podem, desse modo, tanto significar tentativas performáticas de captura subjetiva quanto a possibilidade de invenção da cultura e de políticas de subjetivação ou tecnologias de si que fazem dobrar, à luz de outra intensidade, o jogo (como forma de competição) e o jogo (como forma política de disputa).

Apresentação Oral em GT

"Um Pelé Louro": a trajetória de João Havelange, os empresários e o mecenato da Copa do Mundo de 1970 à luz da antropologia econômica

Luiz Guilherme Burlamaqui

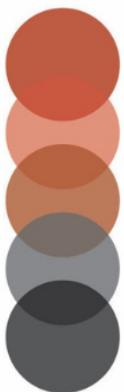
A Seleção Brasileira da Copa do Mundo de 1970 é celebrada como uma das mais virtuosas da história do futebol. Como já escreveram Antônio Soares e Marco Salvador, a percepção de que o futebol arte afigura-se como um corolário natural do talento à brasileira, o longo work de preparação técnico e físico da Copa do Mundo de 1970 foi silenciado pelas narrativas elaboradas a posteriori. A preparação física, estimada em dois milhões de dólares, entretanto, apenas foi possível graças à atuação de um conjunto de empresários. Embora noticiado na grande imprensa, o fato foi igualmente silenciado pelos historiadores. Na tradição historiográfica hegemônica produzida no Brasil, a ditadura militar tem sido pensada como um fenômeno exclusivamente militar, e os civis que deram suporte ao regime foram marginalizados das narrativas históricas predominantes. Sob esse aspecto, a Seleção Brasileira não é apenas metonímia do futebol-arte, mas caso típico de instrumentalização política de uma equipe de futebol. Nesse paper, discutiremos o mecenato dos empresários da Copa do Mundo de 1970 à luz da antropologia econômica (sobretudo Viviana Zelizer e Marcel Mauss). Buscamos, assim, responder as seguintes questões: Quais as suas implicações? Como o mecenato uniu civis e militares? Quando investimento econômico tangencia o investimento simbólico, e de que forma a moral econômica entrecruza a narrativa política?

Palavras chave: dádiva; nacionalismo; dinheiro

Apresentação Oral em GT

Pão de Açúcar Esporte Clube: metamorfoses de um projeto social

Marina de Mattos Dantas



O Pão de Açúcar Esporte Clube (PAEC) foi um dos primeiros clubes-empresa a surgir no Brasil, assumindo a característica de entidade com fins lucrativos em suas práticas. Inaugurado em 2004 como projeto social do Grupo Pão de Açúcar (GPA) o clube tinha como objetivo formar “atletas para os gramados” e “cidadãos para a sociedade”, segundo a filosofia da própria empresa. Concomitantemente à formação/produção de jogadores para o mercado futebolístico, o clube buscou durante sua existência alcançar a elite do Campeonato Paulista, ascendendo, em sete anos, da série B à série A1. Desde 2014, o clube se mantém na primeira divisão, buscando também conquistar uma vaga em alguma série do Campeonato Brasileiro para inserir-se em um circuito mais amplo do futebol profissional. Porém, entre 2004 e 2014, o PAEC passou por modificações, sendo possível identificar ao menos quatro momentos ao longo de sua existência que indicam formas diferentes, porém complementares de se fazer futebol no Brasil: 1) O da formação das categorias de base do clube como projeto social no interior do que o GPA chama de “iniciativas de responsabilidade socioambiental e qualidade de vida”, funcionando como uma espécie de negócio social; 2) O da formação da equipe profissional e a alteração de nome para Audax Esporte Clube, mudando sua estratégia de captação de jogadores e apontando para uma postura diferente em relação ao mercado com a conquista de um público torcedor; 3) Em decorrência de mudanças no controle das ações do GPA, assumido pelo grupo francês Casino, o Audax foi vendido para Mário Teixeira – dono do Grêmio Esportivo Osasco. Naquele momento, o clube deixava de se caracterizar como um projeto social, ainda que continuasse investindo na chancela da “responsabilidade social” na formação do atleta. 4) O quarto momento se refere ao empréstimo dos jogadores e da comissão técnica do clube – agora Grêmio Osasco Audax Esporte Clube – para o Guaratinguetá Futebol Ltda, clube que participou com a equipe citada da Série C do Campeonato Brasileiro no ano de 2014. Após três anos de pesquisa percorrendo esses momentos – através do acompanhamento do clube em jogos, entrevista com jogadores e outros funcionários, e da análise de documentos publicados pelo clube –, foi possível levantar pistas sobre como, de projeto social, o PAEC gradualmente se instituiu como exemplo de formação de atletas e de gestão sustentável. Em tempos de consonância entre futebol e racionalidade neoliberal, o investindo em capital humano na formação de jogadores – capacitando-os para se gerirem e serem geridos no mercado como empresas – explicita faces do jogador que se constroem enquanto este circula no mercado profissional.

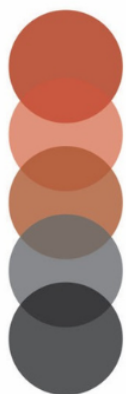
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466468982_ARQUIVO_PAEC-metamorfosesdeumproj.social.pdf

Apresentação Oral em GT

Jogando pela esquerda: a experiência da Copa Rebelde como crítica a Copa do Mundo da FIFA

Raphael Piva Favalli Favero

O presente work tem como ponto de partida uma etnografia realizada nas quatro edições da Copa Rebelde dos Movimentos Sociais, torneio-evento organizado pelo Comitê Popular da Copa de São Paulo entre dezembro de 2013 e julho de 2014. A proposta do torneio era reunir diversos movimentos sociais da cidade e ocupar o espaço público com um evento que congregasse a prática futebolista, apresentações teatrais, músicas e debates, promovendo uma crítica ao modelo de Copa do Mundo da Fifa. Três edições da Copa Rebelde foram realizadas em um terreno que abrigava antigamente o Terminal Rodoviário da Luz, no centro da cidade de São Paulo e uma outra edição do evento ocorreu durante uma manifestação do Movimento Passe Livre na Marginal Pinheiros, segunda via expressa mais importante da cidade, no mesmo momento em que era disputada a partida entre Uruguai e Inglaterra, válida pela primeira fase da Copa do Mundo da Fifa. Em suas quatro edições, a Copa Rebelde reuniu uma multiplicidade de pessoas e grupos, entre moradores do entorno do terreno da Luz, ativistas, jornalistas e militantes ligados a diversas lutas sociais. Em consonância com as observações de Toledo (2014), de que a antiga crítica que enxergava o futebol como “ópio do povo” parece ter se deslocado para a Fifa e de que esse esporte, no contexto de realização da Copa do Mundo,



ganhou centralidade em diversas lutas sociais e permitiu o surgimento de criativas intervenções no espaço urbano, pretendendo apresentar algumas questões que surgiram da observação e participação nesses eventos e que se relacionam as propostas desse Grupo de work. Uma delas foi a constante negociação sobre os valores que deveriam conduzir a prática esportiva na Copa Rebelde, encarada pelos organizadores do evento também como um momento de confrontação ao modelo de futebol representado pela Fifa. Dessa maneira, os jogos não tinham juízes, incentivava-se a formação de times "mistos", onde mulheres e homens jogariam juntos, e condenava-se o "excesso de competitividade" dos participantes. Ainda, a partir da trajetória de alguns dos idealizadores do evento, marcadas pela participação em eventos de caráter semelhante em outras localidades e na inserção em redes de ativismo transnacionais, seria possível problematizar o estatuto do local e do global na produção dessas críticas ao mega-evento da Fifa. Até que ponto esses arranjos, como a Copa Rebelde, podem ser entendidos somente como respostas locais as forças da globalização econômica? Esse recorte parece interessante por elucidar outra perspectiva e escala na circulação transnacional de conhecimento, atores, práticas e repertórios que não somente a conduzida pelo modelo Fifa.

Apresentação Oral em GT

“Fale conosco e não sobre nós”: dádiva e associativismo no contexto dos megaeventos e das políticas de prevenção da violência no Brasil através da criação da Associação Nacional das Torcidas Organizadas (ANATORG).

Rosana da Câmara Teixeira

O associativismo torcedor no Brasil ganhou novo impulso, feição e características com a criação da Associação Nacional das Torcidas Organizadas (ANATORG) em 2014. Sem dúvida, a atuação da Federação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (FTORJ) exerceu um papel fundamental nesse processo engajando-se, desde 2008, no debate público acerca da legitimidade da participação de tais associações no espetáculo futebolístico. A modernização dos estádios, tendo em vista a realização dos megaeventos no Brasil (Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016), a legislação vigente caracterizada pelo controle, monitoramento e punição dos agrupamentos e a criminalização dos mesmos estão entre os fatores que estimularam a definição de uma agenda de reivindicações e o início da luta por direitos. A partir da mediação política exercida por lideranças de diferentes estados, tanto nas bases, junto aos torcedores, quanto nos espaços públicos, abertos especialmente, pelo Ministério do Esporte, se observa um esforço crescente de mobilização contra a elitização do futebol. Para serem reconhecidos como atores legítimos, nas discussões sobre políticas públicas de prevenção da violência no país, está em jogo, a capacidade das torcidas organizadas abstraírem as rivalidades, aliando-se em torno de interesses comuns. Nesse sentido, a ANATORG vem definindo estratégias de ação, dentre as quais, encontra-se a elaboração de projetos sociopedagógicos para redução dos conflitos, inspirando-se no Projeto Torcedor (Fanprojekt) desenvolvido na Alemanha a partir dos anos 80. Com base no pensamento de Marcel Mauss argumenta-se que as torcidas de futebol estão desafiadas na atualidade a substituir as trocas agonísticas e o ciclo de vinganças que têm pautado a sua história, pela aliança, pela dádiva, aprendendo a se opor sem se massacrar. Nesta apresentação pretende-se discutir as condições e fatores que tornaram possível a constituição de uma entidade nacional (ANATORG), assim como desafios e perspectivas que se desenham. A pesquisa tem como fundamentos metodológicos narrativas das lideranças envolvidas neste movimento coletivo, assim como, o acompanhamento e registro etnográfico das suas ações nas arenas públicas.

GT 013: Antropologia do Garimpo: Conflito e memória.

O garimpo é uma actividade de importância sócio-política e econômica em variados contextos multiterritoriais, imersos em dinâmicas que envolvem distintos agentes (populações tradicionais, garimpeiros transfronteiriços,

industriais, ambientalistas, políticos, comunidades locais etc.) com interesses convergentes ou divergentes, causas de múltiplos conflitos. Assim, neste grupo de trabalho, busca-se compartilhar pesquisas que analisem, a partir de uma abordagem etnográfica: a visão dos próprios sujeitos de pesquisa sobre conflito; as políticas voltadas para a questão; a memória sobre as mudanças em regiões onde o garimpo teve sua importância e hoje não existe mais, ou está precariamente ativo; assim como, as mobilidades dos garimpeiros em território brasileiro e nos países fronteiriços, atreladas, sobretudo, à mineração do ouro em pequena escala. Neste sentido, busca-se estimular a partilha de informações sobre os conflitos, tanto no passado, quanto no presente, em áreas de mineração de ouro e suas transformações, devido às diferentes circunstâncias políticas e sociais. O GT está aberto, ainda, para pesquisas que levam em conta o garimpo como espaço rico para a constituição de identidades e memória, formas de dominação e controle social, envolvendo, além daqueles que praticam a actividade do garimpo, sujeitos centrais na construção desse universo e de suas transformações, outros atores, os agentes do capital privado atrelados à mineração em pequena/média/grande escala e o Estado.

Madiana Valéria de Almeida Rodrigues (Universidade Federal de Roraima) e Marjo de Theije (Vrije Universiteit Amsterdam) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

O garimpeiro louco mas manso, o engenheiro polonês e a espada bandeirante. Visibilidades e trocas às margens do São Félix

André Dumans Guedes

Em meados dos anos 1950, no então praticamente despovoado norte de Goiás, o engenheiro franco-polonês Joseph Milewski, seguindo os indícios do que lhe pareciam ser uma rica jazida de amianto, deparou-se “com uma espada de bandeirante e um estribo português”. No livro em que ele relata tal incidente, descobrimos como Milewski buscou associar a exploração subsequente dessa jazida às atividades dos “bandeirantes” que, nas primeiras décadas do século XVIII, chegaram àquela região atraídos pelo ouro encontrado nas margens do Rio São Félix. Mas neste mesmo documento é possível também inferir que, se Milewski identificou aqueles objetos com o século XVIII, tal associação lhe foi sugerida, com toda probabilidade, pelos garimpeiros que o guiavam na sua expedição. É também da “disputa” em torno dessa herança – quem seriam os legítimos “descendentes” dos bandeirantes, os engenheiros ou os garimpeiros? – que tratamos aqui. (Mas seria, de fato, uma “disputa” o que está em jogo neste caso?). Parto desta situação específica para discutir um tópico presente de múltiplas formas no meu work de campo realizado junto a pessoas que – tais quais os acompanhantes e guias de Milewski acima citados – trabalharam como garimpeiros no Norte de Goiás. Interessa-me aqui, sobretudo, pensar as relações entre os garimpeiros e aqueles que os “representam”: ou seja, quero considerar os engenheiros, geólogos, funcionários do Estado e de empresas privadas, jornalistas, escritores e cientistas sociais (antropólogos inclusos) que vêm descrevendo e discutindo, há décadas ou mesmo séculos – em contextos, disciplinas e registros extremamente diversificados – as tensões e conflitos permeando a relação entre o garimpo e os esforços de regulação, controle, captura ou extinção desta atividade. Busco aqui reverter esta abordagem dominante, apresentando uma reflexão sobre estas tensões e conflitos da perspectiva inversa. É meu objetivo, portanto, é indicar o que as práticas e “semióticas” dos garimpeiros, não envolvendo necessariamente registros escritos, podem dizer-nos a respeito dos procedimentos, atributos, saberes e perigos associados aos produtores destes registros. Pretendo ainda extrair algumas consequências da persistência destas interações ao longo do tempo – sem negar a realidade do antagonismo que as trespassa, argumento que delas resulta igualmente o compartilhamento de símbolos, técnicas e experiências.

Apresentação Oral em GT





COOMGRIF X BELO SUN: um estudo sobre o conflito entre uma cooperativa de garimpeiros e uma mineradora canadense na Volta Grande do Rio Xingu – Pará – Brasil.

Dalila Silva Mello, Rosane Manhães Prado Januária Pereira Mello

A história da mineração na América Latina é marcada por conflitos entre o capital e as populações que residem nas áreas que ocorrem recursos minerais, muito embora existam diferenças entre os países, existe também uma estrutura comum na problemática. O objetivo deste artigo é caracterizar o conflito socioambiental atualmente existente entre a Cooperativa Mista dos Garimpeiros da Ressaca, Gallo, Ouro Verde e Ilha da Fazenda (COOMGRIF) e a Belo Sun Mineração, empresa canadense, pela disputa para o garimpo de ouro da região da Volta Grande do Rio Xingu, no município de Senador José Porfírio, no estado do Pará. O conflito será analisado a partir dos referenciais teóricos da ecologia política da mineração na América Latina, ACSELRAD (2013); LIPIETZ (2010), BRUCKMANN (2015) e a metodologia adotada para esta pesquisa é a etnografia dos conflitos socioambientais (LITTLE, 2006). A inquietação para esta pesquisa surgiu durante uma viagem, realizada em março de 2016, ao Trecho de Vazão Reduzida do rio Xingu na região da Volta Grande, no qual o Ministério Público Federal de Altamira fazia uma ouvidoria para registrar os sentimentos experimentados por moradores, indígenas e ribeirinhos que habitam a região por décadas, em especial no relacionamento destes com a empresa Norte Energia, que tem como umas de suas condicionantes para a Licença de Operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a obrigatoriedade de manutenção de um Plano de Comunicação com os moradores supracitados. Numa reunião realizada na Comunidade da Ilha da Fazenda, alguns garimpeiros presentes narraram a história do “garimpo de pequena escala” (CEDLA, 2013) na região associada à Vila da Ressaca. Neste contexto o presente pesquisa pretende investigar as questões que levaram o Governo do Estado do Pará a fechar o garimpo de pequena escala e autorizar o de grande escala, bem como acompanhar a dinâmica social que envolve o processo de licenciamento ambiental de Belo Sun Mineradora Ltda, a luz do conceito Mineralo-Estado, desenvolvido por Sacher (2010), que qualifica a jurisdição canadense como um estado que permite o enriquecimento de uma oligarquia mineral pondo o aparato estatal a seu serviço.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466446028_ARQUIVO_Artigo30ABADalilaMello.pdf

Apresentação Oral em GT

"A Mulher no Garimpo": o romance autobiográfico de Nenê Macaggi em Roraima

Daniela Tonelli Manica, Januária Pereira Mello (Inkra)

Nesta apresentação, propomos contextualizar e analisar o romance de Maria (Nenê) Macaggi (1913-2003), “A mulher no garimpo: o romance no extremo sertão do Amazonas”, publicado em 1976 pela Imprensa Oficial de Manaus, traçando um paralelo com a trajetória biográfica da autora. O livro conta a história de dois personagens: Ádria, órfã nascida num cortiço do Rio de Janeiro e criada como menino, “virando” assim José Otávio, que quando adulto migra para a região amazônica, viajando por várias cidades, e que acaba parando em um garimpo da região do Rio Branco (RR); e Pedro Rocha, cearense migrante para o norte do país, garimpeiro, mas também extrativista das riquezas amazônicas: seringa, caucho, castanha e balata. Serão descritos os capítulos do livro que tratam com mais detalhes do cotidiano dos garimpos na região de Roraima: Livro Sexto – Garimpo; Livro Sétimo – O Tepequém; Livro Décimo Quarto até o final. Alguns elementos podem ser destacados como próprios da forma de garimpar dessa região, que envolvia uma mineração de pequena escala devido ao recorte temporal (o romance se passa durante a primeira metade do século XX) e a relação com as populações indígenas tradicionais da região, por meio da participação dos índios como personagens coadjuvantes na garimpagem (guias, carregadores das cargas etc.). A proposta consiste em



explicitar os trechos do romance que trazem dados sobre a chamada mineração “artesanal” ou garimpagem. Ao mesmo tempo, alguns elementos biográficos da atuação da romancista Nenê Macaggi na região nesta época, e no garimpo, serão levantados, a fim de explorar sua proximidade com o contexto das informações sobre o assunto do garimpo, que se expressa em sua ficção. Nascida em Paranaguá, Nenê Macaggi foi jornalista e escritora. Começou sua carreira no Rio de Janeiro tendo publicado antes da chegada em Roraima um romance, “Chica Banana” (1938), e dois livros de contos: “Contos de dor e de sangue” (1935); e “Água parada” (1933). Na década de 40, participou de uma expedição à região norte do país e acabou se estabelecendo em Roraima. Foi na região dos rios Tepequem e Contigo, no interior de Roraima, onde Nenê conheceu o garimpo e worku como indigenista para o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Vários trechos da narrativa ficcional da autora ressoam sua trajetória (como, por exemplo, o fato de Nenê ter se casado com um garimpeiro). A partir do romance “A mulher no garimpo”, é possível também pensar aspectos biográficos e de gênero na narrativa de Macaggi, como os dilemas e dificuldades encontrados pela protagonista na transformação Ádria-José Otávio, no contexto do garimpo.

Apresentação Oral em GT

Golpes de memória, performances de resistência: Memórias em movimento durante o segundo mandato de Álvaro Uribe Vélez na Colômbia

Deissy Cristina Perilla Daza

Os golpes de memória (expressão criada por El Colectivo, grupo urbano composto por artistas, historiadores e ativistas colombianos), são intervenções e performances urbanas que emergiram no ano de 2008, durante o segundo governo de Álvaro Uribe Vélez, como resposta a uma série de acontecimentos políticos e injustiças sociais provocadas pelas políticas da “Seguridad Democrática” desse governo. Estas se focavam “na contra insurgência militar e no aumento das capacidades estatais no âmbito da seguridad do país” (Blos 2012: Minha tradução). Naquele momento Colômbia atravessava por uma das suas mais altas crises no que tange a índices de violações de direitos humanos e de liberdade de expressão. Confrontava-se também com arrepiantes estatísticas de desaparecimento e deslocamento forçado, sequestro na população civil, assim como perseguições e constantes matanças coletivas por parte das forças estatais, além da violência extrema por parte de grupos insurgentes (guerrilha e paramilitares). Os golpes de memória surgem então, neste contexto sociopolítico e fornecem um olhar diferente daquele olhar oficial das formas de representação da memória dentro de uma sociedade. Em primeiro lugar questionam a relação entre história e memória. Em segundo lugar, desafiam as formas tradicionais de representação do conhecimento, propondo as práticas humanas incorporadas como atos de transferência em si mesmos, os quais transmitem conhecimento social, memória e sentido de identidade (Connerton 1989). A proposta do movimento El Colectivo estava articulada com a ideia alternativa de sair dos cânones da academia, posicionando o conhecimento a partir de aí para localizá-lo na esfera pública dando vida desta maneira a uma forma de conhecimento incorporado, embodied Knowledge (Taylor, 2003). A iniciativa também estava enlaçada à necessidade de produzir reflexão, assim como tornar evidente às memórias em oposição ou dissidentes, que vão à contramão do discurso oficial do que “deve ser lembrado”. Neste paper proponho-me a descrever como foram essas ações sociais e políticas (das quais participei como sociedade civil e como pesquisadora), o seu contexto histórico e sociopolítico de origem, o qual é essencial para entender a ação do El Colectivo. Essa pesquisa foi desenvolvida por meio de entrevistas, pesquisa de arquivos visuais fornecidos por El Colectivo, assim como de observações de campo destas atividades. Pretendo discutir sobre essas “performances”, revisando os conceitos de memórias hegemônicas e memórias dissidentes, à luz da teoria sobre performance, ou formas de conhecimentos incorporados. Na parte final abrirei uma discussão sobre a contribuição destas propostas na área específica da antropologia, e o papel delas na produção e reprodução da memória coletiva.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1465525755_ARQUIVO_ARTIGOCOMPLETO.pdf

Apresentação Oral em GT

Aspectos legais do garimpo brasileiro: um enfoque sobre a Permissão de Lavra Garimpeira

Jardel Carvalho Dias

O garimpo no Brasil iniciou-se de maneira artesanal no Século XVIII com a descoberta de alguns metais e pedras preciosas proporcionando significativas transformações na dinâmica econômica e social de algumas cidades mineiras. Ainda hoje, em algumas regiões do país, essa atividade desempenha um protagonismo na economia local. No entanto, a lavra garimpeira é marcada pela ilegalidade e tem como consequências danos ambientais e desencadeamentos de conflitos, tanto entre os próprios garimpeiros, quanto entre garimpeiros, mineradoras, povos indígenas e populações locais. No âmbito da legislação brasileira, a Permissão de Lavra Garimpeira (PLG) foi instituída pela lei 7805 do ano de 1989 visando regular e fiscalizar a atividade, assim como estimular a organização dos profissionais em cooperativas. Essa lei reforça que o Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira, levando em consideração a proteção do meio ambiente e a promoção econômica e social dos garimpeiros, como dispõe a Constituição Federal de 1988. O presente work tem como objetivo refletir sobre a PLG dentro da atual política mineral brasileira e abordar as principais questões legais relacionadas à lavra garimpeira e a sua área de abrangência. Além disso, esse work busca destacar que mesmo a PLG sendo a normativa central para a questão do garimpo brasileiro, há conflitos e dimensões que ultrapassam as suas competências, como os ocorrido em terras indígenas e em faixas de fronteira.

Apresentação Oral em GT

Garimpo ilegal na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa: economia e controle

Joana Domingues Vargas, Jânia Diógenes de Aquino

Pretende-se discutir os diferentes conflitos envolvidos na mineração de ouro ilegal na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, mais exatamente na região onde se situam o município de Oiapoque e a cidade guianense de Saint-Georges-de-l'Oyapock. Pretende-se também debater, com base em work etnográfico realizado na região -, como o controle e a repressão ao garimpo ilegal vêm sendo realizados pelas polícias francesas e brasileiras que ali atuam. Quais tem sido as suas principais estratégias e quais as consequências de suas ações para a população local. Foi a partir das demandas relacionadas à mineração ilegal e como ponto logístico de passagem para a Guiana Francesa que a cidade de Oiapoque de fato cresceu, funcionando como seu centro de abastecimento, de opção de lazer dos garimpeiros e de local de investimento em bens móveis e imóveis daqueles que conseguiram juntar ouro em grande quantidade. Uma característica marcante da população do Oiapoque, além de ser composta por vastos contingentes de imigrantes, é ser itinerante. Há um intenso movimento dos indígenas que, há décadas, mantêm contatos frequentes com os moradores das duas cidades gêmeas, vendendo os seus produtos agrícolas. Há um fluxo intenso e contínuo de pessoas indo ou vindo do país vizinho, seja em busca de se inserir na mineração legal ou ilegal, seja em busca de outras oportunidades de work na Guiana Francesa. O principal ilícito transfronteiriço do município de Oiapoque é o garimpo ilegal do ouro. Outros ilícitos, tais como contrabando de ouro, tráfico de pessoas, contrabando de armas, contrabando de gêneros alimentícios, circulação de drogas, e crimes, como os de roubo e de homicídios, estão, em boa medida, relacionados a esta atividade. Se hoje é do lado francês que se concentra a atividade de garimpo (as autoridades francesas estimam em 10.000 o número de garimpeiros brasileiros ali instalados) e também de boa parte dos problemas a ele associados, conforme iremos discutir na apresentação, dada a dificuldade de acesso aos sítios de exploração, a estratégia utilizada na repressão no lado francês do rio Oiapoque tem sido a queima e destruição do abastecimento e do transporte voltados para a realização do garimpo (barcos, combustíveis, alimentos, motores, maquinário, etc). Do lado brasileiro, as forças de segurança pública, defesa e instituições ambientais vêm atuando também buscando realizar um maior



controle nos postos avançados de abastecimento. Contudo, a falta de alternativas para o desenvolvimento da região vem sendo apontada como uma das principais dificuldades para se proceder ao estrangulamento do abastecimento do garimpo em Oiapoque. Teme-se com isto, que a cidade pare, criando um problema social gigantesco do lado brasileiro. O que mostra que o garimpo, embora ilícito, seja essencial para a economia local.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467309244_ARQUIVO_TextodaABA.pdf

Apresentação Oral em GT

A corrida pelo ouro no Garimpo tukano: memória, conflitos e migrações indígenas.

João Rivelino Rezende Barreto

A proposta tem como objetivo realizar uma descrição etnográfica sobre a memória, os conflitos, as migrações dos indígenas da bacia do rio Tiquié, no noroeste amazônico, em busca de ouro no Garimpo Tukano, localizado na Serra Traíra, Rio Castanho que é afluente do Rio Traíra, e que por sua vez é afluente do Rio Japurá, especificamente na fronteira entre Brasil e Colômbia. Vale ressaltar que foi um acontecimento histórico que, a princípio, trouxe esperanças, mudanças, transformações efêmeras na vida dos indígenas que passaram a adotar o garimpo tukano como fonte econômica. Por outro lado, ao mesmo tempo em que a corrida de ouro trazia novas metas, percebeu-se que a "identidade indígena" entrou em crise, seja do ponto de vista local, bem como do ponto de vista sociocultural. Além disso, isto é, para sermos mais preciso com os dados, serão entrevistados alguns membros que compuseram a equipe de pesquisadores de ouro quando encontraram o lugar que passou a ser conhecido como Garimpo Tukano. Contudo, far-se-á uma leitura antropológica a partir desses acontecimentos, bem como fazendo uma análise teórica e reflexiva.

Apresentação Oral em GT

Peneiras masculinas, máquinas assassinas e garimpeiras fortes. Gênero, técnica e conflito no garimpo braçal

Loredana Marise Ricardo Ribeiro

A pesquisa parte de encadeamentos de acontecimentos relevantes para a experiência de mulheres garimpeiras para discutir como gênero e técnica são movimentos contínuos de estabelecimento e dissolução de associações com corpos, normas, conhecimentos, interpretações, identidades e mais. O campo acontece com coletivos garimpeiros da região de Diamantina, centro-norte de Minas Gerais, onde o modo de vida garimpeiro é tricentenário. A perspectiva adotada, feminista, arqueológica e antropológica, se interessa igualmente por técnicas, artefatos e procedimentos do garimpo braçal; pelas interações de praticantes entre si e com o mundo material e pelas inovações e modificações, locais ou impostas, que ainda têm permitido a renovação e duração do garimpo braçal - apesar da mineração industrial, das intervenções das políticas públicas e da marginalização social do garimpo. Teorias feministas e pós-sociais oferecem o instrumental para uma etnografia inclusiva e polifônica que foca na participação fundamental de mulheres e crianças na economia da família e continuidade do grupo. Apresento e discuto brevemente duas formas de organização do work familiar. Uma delas, muito antiga e duradoura, agrega a mão de obra de toda a família e conduz uma profunda assimetria entre homens e mulheres, adultos e crianças. Outra, mais recente e transitória, é chamado garimpo de mulheres, e dela participam sobretudo mulheres e crianças. O garimpo de mulheres é aqui entendido como uma das soluções de mudança através das quais o coletivo reagiu à introdução da mineração industrial e capitalista na região. Ao mesmo tempo em que é um rearranjo de contestação e resistência coletiva à imposição tecnológica industrial, o garimpo de mulheres é também uma ação de gênero contra o



patriarcado. Sua prática altera os significados locais de gênero, rompe as rígidas hierarquias do garimpo tradicional e redistribui a autoridade entre homens e mulheres, adultos e crianças.

GT 014: Antropologia dos Patrimônios e Esfera Pública

Este GT objetiva acolher trabalhos que investiguem a relação entre antropólogos e políticas e/ou práticas dos patrimônios. Desde há uma década, as demandas por reconhecimentos de patrimônios culturais têm se intensificado, o que tem implicado na aproximação do campo da antropologia seja das políticas, seja das práticas de inventários, registros e planos de salvaguardas de bens de natureza imaterial. Observa-se uma acumulação de experiências por parte de inúmeros antropólogos, que participaram e têm participado das mais variadas etapas dos processos envolvidos no Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. Este GT pretende debater estas experiências com o objetivo de refletir sobre a antropologia dos patrimônios que tem se produzido no Brasil, observando-se os aspectos da ética, da responsabilidade social e das relações entre pesquisadores e agências de reconhecimento e proteção. Busca-se outrossim observar a relação entre antropólogos e movimentos sociais, coletivos sociais e grupos portadores dos patrimônios intangíveis, sejam estes habitantes de áreas urbanas, camponesas, ribeirinhas, sejam quilombolas, indígenas, ou outros. Espera-se também que este GT possa debater a potencial articulação das políticas de patrimônios imaterial com os espaços museais, os sítios arqueológicos ou centros históricos.

Izabela Maria Tamasso (UFG) e Renata de Sá Gonçalves (Universidade Federal Fluminense) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

Patrimônio Material e Imaterial no Estado de Piauí, uma intervenção junto à política de Educação e Cultura.

Alejandro Raúl González Labale

Este programa de extensão universitária surge a partir de uma questão chave: quem patrimonializa? Tentando gerar práticas e alternativas aos habituais canais em que transita o reconhecimento e gestão do acervo patrimonial. Trata-se pontualmente de uma comunicação sobre ações que visam a atualização docente e sensibilização de alunos do ensino médio do Estado de Piauí na temática de Patrimônio Material e Imaterial. Para tanto se prevê: 1) desenho do plano curricular e material didático para um curso de atualização docente; 2) programação e posta em serviço de um sítio Internet interativo para o público previsto que permita a relação entre todos seus membros brindando a possibilidade de compartilhar material e experiências, bem como receber material de apoio; 3) Criar a partir do material coletado como exercícios práticos e veiculado no site de relacionamento um acervo prospectivo sobre patrimônio no Estado; 4) Coleta de dados sobre o Programa em paralelo a seu andamento que permita monitorá-lo reflexivamente gerando uma visão autocrítica do mesmo e da pertinência de seu modelo de intervenção e mecanismos de operação; e 5) mediante a implementação de um piloto em dois municípios - contemplando duas escolas em cada um deles - ajuste da proposta metodológica de intervenção prevista para o Programa. Cada uma destas ações pode ser desdobrada em Projetos específicos a serem assumidos institucionalmente por alguma das instituições participantes ou em parceria – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/Piauí), Universidade do Estado de Piauí (UESPI) e Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Pôster em GT

Salvaguarda da Capoeira no estado do Rio de Janeiro: apontamentos e reflexões

Antonina de Lima Fernandez





Na segunda metade do século XX difunde-se internacionalmente a noção antropológica de cultura como “solução” para problemas como racismo e etnocentrismo. Ideias e ações de valorização das diferenças culturais culminaram na criação da UNESCO, em 1947. No Brasil, é Aloísio Magalhães que vai propor a associação do conceito antropológico de cultura às políticas de patrimônio enquanto esteve à frente da direção do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1979, procurando envolver diversidade cultural, religiosa e étnica. Essa seria uma nova fase para o campo do Patrimônio no Brasil, não fosse a precoce morte de Aloísio Magalhães em 1982. De todo modo, dos anos 70 até atualmente consolidou-se o reconhecimento da importância e defesa da diversidade cultural, tanto dentro quanto fora do IPHAN. Em 2000 temos no Brasil a criação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, que propõe o inventário de bens culturais de natureza imaterial, o registro daqueles dotados de significativa relevância e sua salvaguarda. O work que apresento busca analisar o desenvolvimento do Conselho de Mestres de Capoeira do Estado do Rio de Janeiro (CMCRJ): grupo formado no âmbito do Plano de Salvaguarda da Capoeira do Rio de Janeiro*, com trinta Mestres da região metropolitana e mais seis de cada uma das cinco regiões do estado (Região Serrana, Região dos Lagos, Região Costa Verde, Região Norte-Noroeste e Região do Médio-Paraíba), divididos entre titulares e suplentes, totalizando 60 Conselheiros. O CMCRJ foi constituído por meio de eleições convocadas e organizadas pelo Grupo de work da Capoeira – coletividade interinstitucional prevista nos planos de salvaguarda, formada por representantes do IPHAN, Fundação Cultural Palmares, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, Universidade Federal Fluminense, Universidade Estácio de Sá, Mestres de Capoeira e capoeiristas. Como parte da análise do desenvolvimento do CMCRJ foi primordial buscar entender como os Mestres encaravam o Conselho e o que essa organização, proposta por uma instituição do Estado, significa para eles. No acompanhamento de reuniões convocadas pelo IPHAN e outras organizadas pelos próprios Conselheiros, questões levantadas por Mestres serviram para impulsionar essas reflexões. Proponho uma discussão pertinente sobre a relação tecida entre pesquisadora e detentores; e, por outro lado, apresento também uma perspectiva da relação entre o eu-pesquisadora/eu-representante do IPHAN e detentores, uma vez que integro a equipe da Assessoria de Patrimônio Imaterial do IPHAN-RJ. Trata-se de uma pesquisa construída junto aos interlocutores: não apenas na condição de pesquisadora; eu mesma era uma peça do meu campo enquanto representante do IPHAN-RJ. *A patrimonialização ocorreu em 2008.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467312124_ARQUIVO_POSTERANAIS.pdf

Apresentação Oral em GT

Entre arte e patrimônio: circulações contemporâneas das artes populares

Daniel Roberto dos Reis Silva

Nos últimos anos é possível notar um crescente interesse pelas chamadas artes populares. Outrora denominados objetos de folclore e/ou cultura popular, muitas vezes coletados e classificados sob um olhar presentista e, não raro, sob forte tutela do Estado e um discurso sobre a nação, observa-se a partir do final dos anos 1990 um redirecionamento de olhar sobre estas formas culturais. Dois caminhos tem se mostrado sobremaneira relevantes. De um lado, a patrimonialização destes bens e suas respectivas inserções em listas de organismos de preservação de âmbito local, regional, nacional e internacional; de outro, os processos de artificação que articulam a circulação dos mesmos no mundo das artes contemporâneas. Esta comunicação pretende expor alguns argumentos sobre os impactos destes processos a partir da análise de dois estudos de caso no contexto lusófono: o processo de artificação do artífice alagoano Antônio de Dedé e a patrimonialização do figurado em barro de Estremoz, no Alentejo/PT. Ambos os contextos são instigantes como estratégia de análise sobre a categoria arte popular no contexto atual e suas interações com campos como patrimônio imaterial, mercado, arte contemporânea e pesquisa etnográfica.



Apresentação Oral em GT

“É do Mundo”: o gerenciamento da tradição no Centro Histórico de São Luís

Elaine Ferreira Lima

Este work é parte de um estudo comparativo que problematiza a conversão dos Centros Históricos de São Luís, no Brasil, e Guimarães, em Portugal, a Patrimônio Mundial. No caso brasileiro, o dossiê e as estratégias de candidatura a Patrimônio da Humanidade foram baseados na recuperação de uma antiga imagem da cidade – a de Atenas Brasileira – que serviu para promover uma construção identitária ligada a uma tradicional família local. Uma vez criadas as condições políticas e técnicas que levaram o Centro Histórico de São Luís a obter a chancela da Unesco, o governo local passou a criar condições para promover nesse cenário elementos da cultura popular maranhense. Neste sentido, unem-se dois destacáveis elementos culturais: de um lado, o patrimônio edificado, de caráter elitista e representante de uma pretérita elite rural; e do outro, um patrimônio imaterial, vinculado às manifestações populares e às brincadeiras do folclore maranhense. Após a conquista do título de Patrimônio Mundial, Roseana Sarney, então governadora do Maranhão, passou valorizar elementos da cultura popular que haviam saído da marginalidade justamente no governo de seu pai: estamos falando do Bumba Meu Boi, hoje artificialmente vinculado ao espaço do Centro Histórico e que foi instrumentalizado para imprimir uma imagem de herói da cultura popular à figura de José Sarney já em seu primeiro mandato de governador, em um movimento que posteriormente seria repetido por sua filha. Assim, um dos elementos mais marcantes do período que sucede a obtenção do título de Patrimônio Mundial é justamente o movimento de “retradicionização” do Centro Histórico de São Luís, no qual o Bumba Meu boi é habilitado como se fosse um elemento tradicional da área central. Contudo, essa “retradicionização” não representa exatamente um reconhecimento ou valorização das manifestações locais da cultura. Antes, pretende a estratégica inserção do patrimônio no chamado mercado de bens culturais. A inserção de um elemento que até a década de 1960 era expurgado da área central visou a criação de mais uma atração capaz de agregar valor cultural àquele espaço – agora considerado Patrimônio da Humanidade –, bem como tencionou legitimar aquele como um lugar de tradição. Por outro lado, quando consideramos a proximidade estabelecida entre a família Sarney e os elementos da cultura local, salta aos olhos um aspecto que vai muito além daquilo que costumou-se denominar de retradicionização dos centros históricos. Aqui, retradicionizar envolve, sim, interesses mercadológicos ligados à promoção turística da cidade, mas engloba também interesses de um grupo político que não se acanha em tomar a tradição como palanque eleitoral.

Apresentação Oral em GT

Entre o templo e a ruína: identidades, conflitos e políticas no pós-tombamento da igreja de São Miguel Arcanjo na Terra Indígena Potiguara, Paraíba.

Emanuel Oliveira Braga

O work de pesquisa ora apresentado busca a compreensão das experiências de resignificação indígena do espaço e do tempo nas aldeias Vila São Miguel e São Francisco, Terra Potiguara, Paraíba, a partir do status de monumento tombado recebido pela igreja de São Miguel Arcanjo. Igualmente, propõe-se uma descrição analítica dos conflitos e consensos, hegemonias e marginalidades, vivenciados pelos agentes públicos preservacionistas (Iphan e Iphaep) e eclesiais (Arquidiocese da Paraíba e paróquia local) no processo de seleção e reconhecimento patrimonial do referido templo religioso que atualmente se encontra em ruínas. O repertório institucional do Iphan classifica o mundo das “coisas patrimonializáveis” em “naturezas” materiais e imateriais que, em muitos contextos como o aqui apresentado, tem provocado processos de “desencaixes simbólicos” com lógicas e experiências locais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466464765_ARQUIVO_ArtigoEntreotemploearuina-EmanuelOliveiraBraga.pdf

Apresentação Oral em GT

Reflexões etnográficas sobre a política de preservação das congadas mineiras, mobilização da base social, elaboração de diálogos entre agentes e detentores, apropriações dos conceitos institucionais e conflitos em duas c

Francimário Vito dos Santos

As congadas são manifestações afro-brasileiras que compõem os festejos de N. Sra. do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, costumes herdados dos negros africanos. Essas homenagens se dão em forma de bailados, músicas e pagamentos de promessas em devoção aos santos protetores. Tais práticas culturais podem ser encontradas em várias regiões do Brasil e remetem aos costumes dos povos europeus e africanos aqui trazidos no período da colonização. Desde o ano de 2012 encontra-se em curso pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/MG, a pesquisa de Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, cuja produção de conhecimento visa o embasamento do Pedido de Registro das congadas mineiras, e que culminará com o título de patrimônio cultural imaterial do Brasil. Embora o contexto de pesquisa abranja todas as regiões do estado, o que torna o processo de compreensão da manifestação complexo do ponto de vista territorial e das especificidades culturais, as notas etnográficas, aqui presentes, dizem respeito a apenas dois municípios do centro-oeste mineiro, Santo Antonio do Monte e Araújos. Neste artigo, as discussões são pautadas a partir de observações participantes realizadas durante os primeiros diálogos realizados entre os agentes de estado, detentores e poder público local. Além disso, também faz parte da reflexão algumas observações que realizei a partir de pesquisas exploratórias durante as festas de reinado de Nossa Senhora do Rosário nas duas localidades. Diante do exposto reflito sobre a construção da política de patrimonialização específica para os festejos em homenagem à virgem do Rosário, tendo como ponto de partida o acompanhamento sistemático da construção de diálogos entre agentes públicos e detentores, que tem como foco a construção conjunta de ações de salvaguarda que representem os anseios expressos pela comunidade. É de igual interesse refletir sobre a condução do processo de mobilização da base social, sobretudo como os atores envolvidos absorvem determinados conceitos institucionais da política de preservação da cultural imaterial, e deles se apropriam. Por último, trago algumas reflexões acerca dos conflitos e/ou tensões, percebidos nas falas de alguns congadeiros, decorrentes do momento que o poder público municipal passa a conduzir a organização de práticas ditas tradicionais, antes organizadas pelo povo, como é o caso da festa de reinado da cidade de Araújos.

Palavras chave: Congadas, Salvaguarda, Diálogos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/654_2016-11-28.pdf

Apresentação Oral em GT

“Quem vem lá sou eu, berimbau bateu, capoeira mais eu”: o ofício do antropólogo como consultor, seus pares, o estado e os mestres na salvaguarda da capoeira

Geslline Giovana Braga

Em 2014 e 2015 fui Consultora Unesco para difusão das políticas de patrimônio imaterial no Brasil, atuando junto ao Iphan Paraná, nas ações de salvaguarda da Superintendência, entre elas a da capoeira junto ao Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Paraná. Mesmo período em que realizei a pesquisa de campo para doutorado, com o tema da patrimonialização da capoeira, o que me colocou em campo num duplo



pertencimento. A Roda de Capoeira e Ofício de Mestre foram registrados como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, em 2008. Em 2012, as ações foram descentralizadas para os escritórios estaduais do Iphan. A salvaguarda da capoeira, por sua natureza multidimensional, diversa, controversa e difusa, desafia o próprio conceito de “salvaguardar”. Não há ameaças de descontinuidade, a capoeira foi salvaguardada pelos mestres em tempos mais adversos e hoje a “luta” é por políticas públicas. Os capoeiristas ainda apreendem qual a função e como o Iphan pode atuar para as políticas de patrimônio, aprendizado este que envolve uma nova aquisição de repertório, no qual o ofício do antropólogo é mais um verbete. Assim como para o Iphan a presença de antropólogos nos quadros institucionais ainda é recente (a superintendência do Iphan/PR não tem antropólogos entre seus servidores), tornando-se maior a partir de 2002. A função de consultor coloca o antropólogo para além de mediador entre detentores e estado. Estado ainda visto com desconfiança, pois muitos capoeiristas consideram que este até então apenas os criminalizou e perseguiu. Desconfiança também nutrem alguns antropólogos com relação às políticas de patrimônio imaterial. Sendo o consultor alguém que está no estado e a ele não pertence. Haja “ginga”! A prática da observação do antropólogo é conotada na “roda” como qualidade de um bom capoeira, que “aprende de oitiva”. Na construção coletiva da salvaguarda, o antropólogo precisa aprender a “gingar” com seus pares, a instituição e os capoeiristas. Quando os capoeiristas e mestres tem a compreensão de que é o antropólogo quem “ginga”, surgem demandas direcionadas e “chamadas” para ação, obrigam a atuação prática, conferem agência à mediação do antropólogo e a “manha” de jogar também com o estado. No work apresentado as demandas e “chamadas” serão discutidas “numa roda” entre os conceitos de “Antropologia da Demanda” de Rita Segato e “Antropologia da Ação” de Roberto Cardoso de Oliveira. Nestas perspectivas também pretendo discutir, como a formação do antropólogo não se centra no agir, bem como somos despreparados para lida com a burocracia do estado.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467337976_ARQUIVO_RBA2016.GESLLINEBRAGA_rev3006.pdf

Apresentação Oral em GT

Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro: diálogos possíveis entre os povos do Rio Negro e a política do IPHAN.

Lorena França Reis e Silva

No Amazonas, o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro - definido como um conjunto de saberes associados ao manejo da roça e sua diversidade de cultivos, à produção de artefatos e de alimentos e às narrativas míticas que embasam relações entre humanos, plantas e espíritos - foi reconhecido patrimônio cultural do Brasil em 2010. A palavra ‘sistema’ procura englobar múltiplos domínios da vida social dos 23 povos do Rio Negro, de três famílias linguísticas, que estabelecem complexas redes de trocas, propiciadas pela exogamia parental partilhada pela maioria desses povos. Destaca-se, nesse âmbito, a intensa troca de variedade de mandiocas, além de outras espécies, que torna a região um foco de agrobiodiversidade para o mundo. Além da diversidade social e botânica, o patrimônio abrange uma imensa área de aproximadamente 30 milhões de hectares em três municípios do Rio Negro: São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos. Embora o pedido de reconhecimento do grupo tenha saído de um grupo de Santa Isabel, a maior parte dos detentores do bem desconhecia seu reconhecimento e as implicações ligadas a ela nos primeiros anos de salvaguarda. Em 2014, o IPHAN no Amazonas incentivou a criação de coletivos consultivos, para viabilizar o diálogo com os detentores dispersos nesse grande território, processo este que acompanhei na condição de consultora do órgão. Tais coletivos foram chamados de Conselhos da Roça e estruturados nos três municípios de abrangência do bem, com composições específicas, tentando atender à representatividade das associações de base e das comunidades situadas no interior. O protagonismo desempenhado pelas diretorias da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e da Associação das Comunidades Indígenas do Médio



Rio Negro (ACIMRN) foi fundamental para engendrar esse processo, mas eles indicavam que os conselheiros deveriam ser as donas e os donos de roça, grandes conhecedores tradicionais, pouco habituados aos fóruns políticos de discussão. A composição dos Conselhos, então, trazia uma representatividade mista de gerações e de referências epistemológicas. Situados num contexto de expansão do modelo desenvolvimentista agrícola - que incentiva a incorporação de maquinários, com seus respectivos adubos e fertilizantes químicos, de linhas de crédito e que pouco ou nada dialoga com as práticas tradicionais de cultivo -, os detentores dialogavam sobre o contexto vivido nas reuniões dos Conselhos da Roça (e em outros fóruns), apropriando-se desse reconhecimento patrimonial e discutindo entre si quais os aspectos devem ser mantidos como 'tradicionais' e quais são as inovações bem-vindas.

Apresentação Oral em GT

Discutindo o processo de patrimonialização da Feira Central de Campina Grande (PB)

Lucas Neiva Peregrino

O estudo de um espaço social tão rico e tradicional como a Feira Central de Campina Grande vem ganhando destaque na área acadêmica. Esta feira faz parte da história da cidade e do Estado da Paraíba, reunindo uma série de usos e costumes que se adequam à noção de patrimônio imaterial, mais especificamente ao Livro de Registro dos Lugares: espaço onde "se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas" (BRASIL, Decreto n. 3551/2000). Entendemos o campo do patrimônio como um espaço social estruturado, submetido a regras específicas e composto por agentes e instituições que disputam poder com o objetivo de adquirir capital social. Partindo dessa leitura proposta por Bourdieu, estamos apresentando um work que se apóia na pesquisa que está em desenvolvimento na dissertação de mestrado e que se baseia em observação, entrevistas com os diferentes participantes do campo envolvido no processo de patrimonialização, como também em fontes secundárias (documentos históricos e aparato jurídico) que estruturam o campo, e que já foram levantados e incorporados a esse exercício analítico. No caso da feira que estudamos, podemos indicar que a identidade de Campina Grande se associa fortemente a qualidade de uma praça de mercado, na qual o espaço de comercialização mostrou-se fundamental na própria constituição de uma cidade. Logo, a Feira Central é um lugar de memória e de fundamento da própria identidade dos moradores da assim auto identificada Rainha da Borborema, título que os moradores da cidade atribuem a sua cidade. O processo de patrimonialização desta feira teve seu início em 2007, com o pedido de registro feito pela prefeitura municipal de Campina Grande. Contudo, nove anos depois ainda não foi concluído, o que gera então um esforço de problematização e questionamento sobre o processo em si. Um dos pontos que vamos abordar nessa comunicação é aquele que envolve esse cenário, que no caso implica em perceber que todo processo de patrimonialização de bens culturais – sejam materiais ou imateriais – envolve uma série de atores (instituições e indivíduos) que possuem projetos e trajetórias diferenciadas que se inserem no campo de disputas por espaço e legitimidade. Por que a patrimonialização desta Feira ainda não concluiu? Podemos nos perguntar se esta demora é decorrente das mudanças de gestão da prefeitura municipal. Sabemos que uma intervenção arquitetônica foi proposta com o intuito de reorganizar todo espaço e, para complexificar a situação ainda mais, os órgãos do patrimônio estadual e federal entraram em disputa neste campo. Neste sentido, o caso em questão é bom para pensarmos as problemáticas atuais no campo do patrimônio que envolve seus diversos agentes e o poder público.

Palavras chave: Patrimonialização; Feira; Disputas

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/675_2018-01-04.pdf

Pôster em GT

Patrimônio Cultural e Periferia: Memórias e Narrativas em Viçosa do Ceará.



Maiara Maria de Araújo, Maik Matias da Silva Samuel de Olivindo Pereira

O presente work faz uma análise do valor que tem o patrimônio histórico para os jovens da periferia da cidade de Viçosa do Ceará, um município do estado brasileiro do Ceará que foi criado em 1882. Em 14 (quatorze) anos de escolarização pública, desde o fundamental II, comecei a conhecer o Patrimônio Cultural de Viçosa do Ceará através de works desenvolvidos a partir do contato na escola com os monumentos históricos, e as pessoas que fizeram alguma história na cidade. A partir da observação no meu passado estudantil, percebi que em todos aqueles anos os professores faziam atividades sobre esse Patrimônio Cultural nos aniversários da cidade. Percebi também o quanto aprendi sobre a origem da elite da cidade através destas atividades. Isso foi escolha do meu tema para work da conclusão na academia em Ciências Sociais, buscando a sentido de patrimônio para estudantes que vivem em bairros periféricos assim como eu que vivi ali. A pesquisa visa os jovens estudantes das escolas públicas de Viçosa do Ceará que residem na periferia da cidade. Analisando os patrimônios históricos e culturais da cidade, e a partir da observação dos monumentos tricentenários que são tombados, vi que marcam apenas a história da classe dominante de Viçosa do Ceará desde os séculos iniciais de sua civilização. Enquanto a periferia jamais fora lembrada em nenhum destes monumentos. Partindo destas ideias, a pesquisa antropológica vem problematizar o que estes estudantes periféricos pensam sobre o conceito de patrimônio cultural, já que para a elite patrimônio é o resguardo dos bens de suas antigas famílias nobres que residiram em Viçosa do Ceará desde o século XVI. A ideia de patrimônio cultural é bem ampliada através da definição prevista na legislação, pois a cultura é plural, desconfiando da suposta unidade de uma identidade coletiva prevista na legislação que discute o patrimônio. E para estes jovens o que significa Patrimônio? Utilizando do método da pesquisa antropológica, busquei visualizar, ouvir falar e sentir estes jovens e suas vivências sem seus cotidianos para responder as problemáticas. Já que meu foco é pesquisar diretamente os jovens que nasceram e estudam ali. Em entrevista, a secretária de educação, informou que a questão dos Patrimônios não é trabalhada como conteúdo didático, e que existem works eventuais que anualmente em virtude do aniversário de Viçosa do Ceará, os alunos fazem atividades voltadas para a temática. Sendo esta atividade ser opcional, ou seja, pelas pesquisas, não existe educação patrimonial, apenas a valorização da história da elite. A pesquisa continua em processo, pretendo desenvolver métodos para mostrar o patrimônio cultural da periferia de Viçosa do Ceará a partir das narrativas destes jovens.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467330081_ARQUIVO_PATRIMONIOCULTURALEPERIFERIA.pdf

Apresentação Oral em GT

Enredo e rodopios: o processual e o dinâmico nas construções discursivas do dossiê de registro do Complexo cultural do bumba-meu-boi do Maranhão como patrimônio cultural no Brasil.

Marina Sallovitz Zacchi

Nas últimas décadas as políticas de proteção ao patrimônio cultural empreendidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN tem passado por transformações, associadas, muitas vezes, ao que se diz ter sido a adoção pelo patrimônio do conceito antropológico de cultura. Curiosamente, a transposição do conceito ocorre em um momento em que, no interior do campo antropológico, observa-se pouco acordo quanto a sua definição e chega-se a duvidar da validade de seu uso. Não obstante, a adoção do conceito antropológico de cultura pelas políticas de proteção ao patrimônio visaria designar um país definido como pluriétnico e multicultural, bem como a atribuição ao patrimônio de um caráter dinâmico e processual. Desde sua instituição pelo Decreto 3551/2000 o patrimônio imaterial passou a figurar como um campo de atuação para antropólogos, muitas vezes desestimulada pela dificuldade de compatibilização entre posicionamentos assumidos no interior da antropologia e princípios que orientam essa política pública específica. Assim é que, com o objetivo de refletir acerca dos sentidos adquiridos pelas noções de processo

e de dinâmica nas políticas de promoção e valorização do patrimônio imaterial e sua aventada correspondência aos significados que assumem para a antropologia, examino as construções discursivas empregadas no dossiê que instruiu tecnicamente o Registro do Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão como Patrimônio Cultural do Brasil. Argumento que os princípios que orientam o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial PNPI/IPHAN, influenciados de diferentes maneiras pelas contribuições deixadas pelo Movimento Folclórico Brasileiro, induzem à apreensão das variantes observadas no bem cultural enquanto uma totalidade, e a seu enquadramento em um tempo contínuo. Contrapondo o dossiê a estudos antropológicos sobre o bumba-meu-boi que enfatizam as relações, sejam entre agentes/sujeitos ou entre signos, e que apontam para a ocorrência de múltiplas temporalidades, sugiro refletirmos se, na política pública em questão, a tensão transformação/continuidade é mais bem equacionada em termos de dinâmica cultural ou segundo a problemática culturalista da mudança social. Não obstante os limites implicados na análise de discurso e em um estudo de caso, acredito que a abordagem enquanto prática discursiva dos dossiês que instruem tecnicamente o registro de bens imateriais como Patrimônio Cultural do Brasil, apontando as condições que favorecem o aparecimento de certos enunciados e desencorajam o de outros, pode contribuir para uma reflexão acerca do lugar da diferença em políticas de estado que apregoam a diversidade.

Trabalho completo:

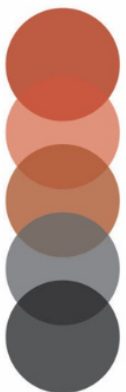
https://www.abant.org.br/files/1467338458_ARQUIVO_ABA2016MZacchiformatado.pdf

Apresentação Oral em GT

Patrimônio cultural e a imaterialidade do material

Mario Fundaro, Vanilza Jacundino Rodrigues - Antropóloga- IPHAN/MG- Mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo Rubens Alves da Silva- Antropólogo- Professor da Universidade Federal de Minas Gerais Esco

Com o Decreto nº. 3551/2000 - que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e que criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, com conseguinte consolidação do o Inventário Nacional de Referências Culturais, o Brasil concretizou as indicações contidas na sua Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, que deu uma nova noção ampliada do patrimônio cultural, reconhecendo no próprio território a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e da igual importância deles no que diz respeito a cultura brasileira considerando suas outras matrizes formadoras, como a indígena e afro e, portanto, a necessidade de salvaguardá-los com igual prioridade e interesse. Nos processos de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio imaterial e material, o Brasil foi pioneiro, em comparação a outros países, tanto que e em 2006 se colocou em posição de vanguarda na discussão aberta no âmbito da UNESCO. A introdução “iluminada” e “benéfica”, do conceito de intangibilidade dentro o conceito do Patrimônio Cultural da década passada, em prol da proteção das culturas não oficiais, criou, por outro lado, uma resposta inesperada dentro as Instituições de referência: a compartimentação em departamentos, com divisões bem tangíveis e materiais, entre setores do imaterial e do material da mesma instituição. Orçamentos, espaços, pessoal, políticas, estratégias diferenciadas e muitas vezes, estranhamente, em contraposição. O objetivo desta comunicação é analisar e explicitar o quanto de “materialidade” existe no Patrimônio Imaterial e quanto de “imaterialidade” existe no Patrimônio Material. O fim é demonstrar que nos pressupostos associados ao reconhecimento e à salvaguarda de um determinado fenômeno cultural – ainda não eleito patrimônio por uma determinada agência de reconhecimento e proteção – esta diferenciação, puramente semântica, que se torna paradigma de políticas patrimoniais, não pode mais ser a única determinação de uso. Neste aspecto podemos rever, sob outra ótica, o relacionamento entre o “antigo conceito” de patrimônio, com fins menos dramáticos, retílicos e seguros. Os percursos de leitura da cultura brasileira, dos centros históricos, dos museus, das expressões culturais e dos conhecimentos tradicionais, necessitam mais de uma



reflexão articulada, do que de uma divisão entre as duas esferas, material e imaterial, que não dá conta de compreender a complexidade do patrimônio cultural e nem das políticas voltadas a ele.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467327155_ARQUIVO_ABA2016MarioFundaro,Rubenssilva,Vanilzajacundo.pdf

Apresentação Oral em GT

Procesos patrimoniales y disputas en torno a la memoria de la esclavitud en Argentina y en Cuba. Análisis comparativo del proyecto Unesco ‘La Ruta del Esclavo’

Milena Anecchiarico

En este trabajo propongo algunos resultados de mi investigación doctoral sobre experiencias de patrimonialización de la memoria de la esclavitud movilizadas en Argentina y en Cuba en estas últimas dos décadas. Para ello, me focalizo en el análisis del Proyecto Unesco La Ruta del Esclavo de la UNESCO y las específicas trayectorias locales, teniendo en cuenta los grupos de trabajo, las conexiones regionales y los cruces con las políticas culturales y patrimoniales. Me interesa destacar los agentes sociales involucrados, particularmente los círculos académicos e institucionales y las organizaciones afrodescendientes; esta pluralidad de actores ponen en juego diferentes significados y usos del patrimonio y de las políticas culturales a ello relacionadas. Presento algunos casos etnográficos de sitios de memoria de la esclavitud para cada contexto, en cuanto escenarios de producción de legitimidades en torno al patrimonio cultural. El análisis pretende destacar las estrategias de posicionamiento de las comunidades afrodescendientes en las específicas arenas nacionales respecto de las políticas patrimoniales y culturales, así como las articulaciones con los organismos internacionales, como UNESCO y CRESPIAL, considerando las estrategias de reivindicación comunitaria y los desafíos en clave política e identitaria. Las experiencias registradas configuran los procesos de patrimonialización como arenas de confrontación y disputas a partir de la negociación de “identidades”, “tradiciones” y “memorias”. El análisis comparativo propuesto permite relevar en qué medida la política internacional promovida por UNESCO con el proyecto ‘La Ruta del Esclavo’ es asumida, resignificada o reelaborada en los contextos nacionales diferenciales, ofreciendo una interpretación del espacio local de recepción, en cuyas tramas sociopolíticas, históricas y culturales se mueven las disputas, los conflictos y las estrategias orientadas según los diversos fines de los sujetos y las agencias involucradas.

Apresentação Oral em GT

Patrimonialização e culturas populares: (des) encontros na Folia de Reis de Valença, Rio de Janeiro

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu, Marluce Reis Magno

A comunicação visa refletir sobre encontros e desencontros entre diferentes agentes envolvidos em processos de patrimonialização do imaterial, em especial focalizando um estudo de caso sobre a ressonância de políticas públicas junto a segmentos das culturas populares e o papel dos mediadores, entre eles os antropólogos. O caso em estudo centra-se no Inventário da Folia de Reis do Sudeste, em especial focalizando a Folia de Reis de Valença, município que sedia vinte e um grupos de Folia em atividade, que estão organizados em uma dinâmica Associação. Seu atual presidente é um mestre-folião que, com a ajuda de mediadores, se engajou em processo de aprendizagem das demandas burocráticas estatais, tornando-se, ele próprio, um mediador. Essa trajetória é aqui estudada com atenção aos impactos desse novo status em relação aos seus pares e ao poder local instituído. A Associação, em parceria com a Prefeitura, é a organizadora do Encontro de Folias que há quarenta e cinco anos reúne os grupos locais, funcionando como momento de fortalecimento das relações sociais entre os grupos e entre esses e a população valenciana. A dinâmica desse evento e as



negociações entre os agentes, que precedem sua realização, também são focalizadas. A Folia de Reis está presente em quase todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, e encontra-se em processo de Inventário, coordenado por antropólogos, visando possível Registro como Patrimônio Cultural do Brasil pelo IPHAN, sob a denominação de Folias de Reis Fluminenses.

Palavras chave: Patrimonialização; Inventário; Antropologia

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/791_2017-06-01.pdf

Apresentação Oral em GT

A Salvaguarda do Samba de Roda do Recôncavo Baiano Revisitada – 10 Anos de um Patrimônio Cultural do Brasil e da Humanidade

Rivia Ryker Bandeira de Alencar

Este work busca atualizar a análise da trajetória do Samba de Roda do Recôncavo Baiano no campo da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (PCI) executada pelo governo federal. O Samba de Roda foi Registrado como Patrimônio Cultural do Brasil, título outorgado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2004, e declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para Cultura e Educação (Unesco), em 2005. Investigo a temática da política de salvaguarda do PCI desde 2003, quando realizei pesquisa de campo com o objetivo de observar a equipe contratada pelo IPHAN para a identificação do Samba de Roda e a elaboração do Dossiê que integra o processo de Registro e a candidatura para a Unesco. Esta etnografia foi base para a produção de minha dissertação de mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília. Neste período analisei quais os pressupostos do Decreto n. 3551/00 para a valoração de práticas culturais enquanto patrimônio, as expectativas geradas pelos grupos e comunidades de detentores de bens culturais imateriais e ainda, de que modo o Samba de Roda do Recôncavo Baiano foi construído pelo Estado como patrimônio, ou seja, como os quesitos de “relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira”, parâmetros para o reconhecimento postos pelo Decreto, foram atribuídos a esta prática. Em seguida, no âmbito da produção de tese de doutorado em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas, acompanhei o então bem cultural Registrado no universo das políticas públicas executadas pelo IPHAN, Ministério da Cultura e outros órgãos, durante os cinco primeiros anos do denominado "processo de salvaguarda" (2004-2009). Paralelamente a essa análise também propus verificar as competências e limitações do meu duplo papel em campo: antropóloga-pesquisadora e antropóloga-técnica do Estado (servidora do IPHAN). A proposta ora apresentada é realizar a análise dos anos subsequentes (2010-2015), período no qual também estive em exercício no IPHAN como servidora. Este período traz um momento emblemático na trajetória do bem Registrado: o processo de revalidação do título. De acordo com o Decreto, o IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais Registrados, pelo menos a cada dez anos, para decidir sobre a revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil. Assim, pela perspectiva da análise de dramas e rituais apresentadas por Victor Turner, este work tem o intuito não apenas de analisar os encaminhamentos da política pública para a salvaguarda do PCI executada pelo Estado brasileiro, mas também observar o papel da sociedade civil – sambadores e sambadeiras - neste cenário e refletir sobre o papel do antropólogo enquanto gestor de políticas.

Apresentação Oral em GT

O INRC e a pesquisa antropológica: contrastes e confrontos entre políticas patrimoniais e etnografia acadêmica.

Sara Santos Morais



Este work visa ampliar a compreensão acerca da utilização do instrumento de identificação de bens culturais imateriais denominado Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), confrontando-o com os métodos e as técnicas, bem como a dinâmica seguida por uma pesquisa de campo voltada para fins acadêmicos. Pretende, com isso, alargar a compreensão sobre as distintas modalidades e instrumentos de investigação que marcam a produção antropológica brasileira contemporânea, como também as diferentes instâncias e estilos de atuação que lhes representam. Desde 1999, ano de sua primeira aplicação prática, o INRC tem como propósito documentar e sistematizar informações relativas ao patrimônio imaterial, fornecendo parâmetros para a execução de políticas públicas. Elaborado por equipe multidisciplinar – sob a coordenação-geral do antropólogo Antonio Arantes e em diálogo com técnicos e com a tradição institucional do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) – tornou-se a metodologia de pesquisa de patrimônio imaterial por excelência. Nesses 16 anos, foram realizados cerca de 130 inventários, que podem ser divididos em dois tipos: territoriais (que partem de um território para levantamento de bens culturais) e temáticos (que partem de um tema específico como foco de análise). Nesse período, novos desafios – metodológicos, políticos e teóricos – passaram a compor a agenda de work de antropólogos e gestores do patrimônio imaterial que utilizam o INRC com vistas a rever e incorporar demandas e sugestões de pesquisadores e da sociedade civil. Com base em minha atuação como técnica em antropologia no Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN e de reflexões que venho elaborando sobre o tema (cf. Moraes; Ramassote; Arantes, 2015), pretendo avançar na discussão sobre as interfaces e os deslocamentos das pesquisas antropológicas acadêmicas em relação às pesquisas realizadas com o INRC, com especial ênfase em três pontos principais: i) temporalidade da pesquisa e inserção em campo: o impacto da dimensão temporal na condução da pesquisa nos resultados pretendidos; ii) objetivos específicos da realização das etnografias: a incidência de agendas acadêmicas e interesses públicos na condução da pesquisa; e iii) modalidades de descrição antropológica: a influência de instrumentos de pesquisa e dos objetivos gerais da investigação nos padrões de circunscrição da análise e da escrita.

Trabalho completo:

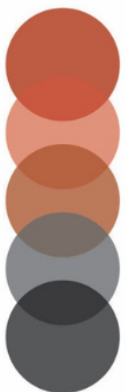
https://www.abant.org.br/files/1467332637_ARQUIVO_ArtigoMoraesRBA_FINAL.pdf

Apresentação Oral em GT

O antropólogo como agente e o processo de patrimonialização do Cais do Valongo no Rio de Janeiro

Simone Pondé Vassallo

Esse work se propõe a pensar o processo de patrimonialização do Cais do Valongo e a atuação do antropólogo Milton Guran nesse contexto. O sítio arqueológico Cais do Valongo foi desenterrado em 2011, na Zona Portuária do Rio de Janeiro. Desde os anos 1980, a região portuária é reivindicada pelo movimento negro como um “território afrodescendente” e é atualmente consagrada como a Pequena África brasileira. Nela se localiza a Pedra do Sal, um dos primeiros bens tombados fazendo referência à cultura afro-brasileira, em 1984; o Quilombo da Pedra do Sal, oficialmente reconhecido em 2005; um centro de referência da cultura afro-brasileira e um outro sítio arqueológico, o Cemitério dos Pretos Novos, onde teriam sido enterrados milhares de cativos africanos que morreram logo após o desembarque. A partir dos anos 2000, essa mesma localidade torna-se alvo de ambiciosos projetos de revitalização urbana que culminam com o Porto Maravilha, desenvolvido atualmente pela prefeitura com o intuito de modernizá-la. Trata-se, portanto, de um território que é alvo de intensas disputas. Através de um processo permeado por conflitos e composto por militantes negros, pesquisadores universitários, representantes do Iphan, da Secretaria Municipal de Patrimônio, do Porto Maravilha e da UNESCO, o cais foi progressivamente se consagrando como o maior símbolo do tráfico transatlântico negreiro fora da África, por onde teriam desembarcado ao menos 2 milhões de cativos africanos, e está prestes a ser reconhecido como patrimônio da humanidade. Milton Guran é antropólogo, professor da UFF e atual representante brasileiro do Comitê Científico do Projeto Rota do



Escravo da UNESCO. Quando soube do Cais do Valongo, começou a sensibilizar com êxito representantes da prefeitura e do Iphan, bem como altos escalões da Unesco, para que o sítio fosse reconhecido como patrimônio da humanidade. Para Guran, o cais representa “o maior monumento da diáspora africana fora da África”. Se ativistas negros e pesquisadores universitários até então o definiam como um lugar de ancestralidade e de símbolo da dominação racial no país, é com Guran que ele sai da esfera local ou nacional e entra numa outra escala espacial, a da humanidade, em consonância com os bens que aspiram ao título de patrimônio da Unesco. É também com ele que as narrativas sobre a singularidade e a autenticidade que caracterizam os patrimônios tendem a ficar mais evidentes. As ações de Guran culminam com a realização de um dossiê sobre o cais e seu entorno visando o reconhecimento da Unesco, que já recebeu o material. Esse paper procura analisar como, através das representações que Guran traz para o sítio e das suas mediações, o processo de patrimonialização do Cais do Valongo vai tomando rumos e significados específicos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467060391_ARQUIVO_PaperABA3.pdf

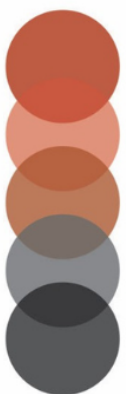
Apresentação Oral em GT

O papel do antropólogo nas ações de salvaguarda do patrimônio imaterial no estado do Rio de Janeiro

Vítor Gonçalves Pimenta

Este work tem como objetivo refletir sobre o imbricamento do antropólogo e as políticas públicas, no que toca à implementação de ações de salvaguarda do patrimônio imaterial no estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Acordo de cooperação técnica entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). Este instrumento interinstitucional visa efetivar ações conjuntas entre IPHAN/RJ e UFF que viabilizem a otimização da pesquisa, identificação, mapeamento, preservação, salvaguarda, valorização e difusão da memória social e do patrimônio cultural através da realização de estudos técnicos, pesquisas, palestras, cursos, seminários, simpósios, congressos, encontros nacionais e internacionais, debates e oficinas, na área do Patrimônio Imaterial do Rio de Janeiro. Nesse contexto de cooperação, o foco é analisar o Comitê Gestor do Ofício das Baianas de Acarajé instituído no dia 23 de outubro de 2015. Nesse momento inicial, o grupo que integra o Comitê compôs-se pelos representantes do IPHAN/RJ, Centro Cultural Cartola, Associação das Baianas de Acarajé (ABAM), Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), UFF, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (COMDEDINE), Secretária Municipal de Cultura (SMC), Organização Cultural Remanescentes de Tia Ciata (ORTC), além de quatro baianas. Segundo o primeiro documento elaborado pelo grupo, os Comitês gestores são dispositivos de organização previstos nos termos de referências, cujo work a ser desenvolvido envolve a participação interinstitucional. Com base nesta estrutura organizacional, intento observar como as relações entre as instituições se processam no interior do grupo no que se refere aos seus valores éticos e sociais, uma vez que o objeto do Comitê Gestor, criado a partir de uma portaria, é elaborar conjuntamente políticas públicas aos detentores dos patrimônios intangíveis. Assim, procura-se avaliar a efetividade desta gestão coletiva no que toca principalmente a promoção da inclusão social e a melhoria das condições de vida dos detentores, referências presentes no Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). À vista disso, busco compreender as práticas formuladas no escopo deste Comitê Gestor, a partir da minha participação como antropólogo membro representante da UFF, problematizando como o antropólogo e os futuros antropólogos (estudantes do curso de Antropologia que realizam estágio no IPHAN) relacionam-se tanto com as instituições de reconhecimento e proteção quanto com os grupos detentores dos patrimônios imateriais. Na tentativa de contribuir no debate antropológico das temáticas: patrimônio, memória e esfera pública.

Palavras chave: patrimônio, esfera pública



Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1000_2016-11-28.pdf

GT 015: Antropologia e crítica pós-colonial

O Grupo de Trabalho visa constituir um fórum para estudos e reflexões conduzidos na interface entre a antropologia e a chamada crítica pós-colonial. Desde ao menos a “virada reflexiva” nos anos 1980, as questões e dilemas da antropologia mundial têm se aproximado cada vez mais das preocupações deste campo interdisciplinar. Mas ao contrário de tradições antropológicas centrais como a estadunidense ou mesmo periféricas como a indiana, no Brasil este diálogo é ainda bastante incipiente. O GT visa agregar trabalhos que estejam pensando questões e trabalhando com conceitos compartilhados com a crítica pós-colonial, seja através de autores clássicos como Frantz Fanon e Edward Said, seja com discussões mais contemporâneas como as avançadas pelos subaltern studies (Chakrabarty, Spivak, Bhabha), o programa latino-americano da modernidade-colonialidade (Quijano, Mignolo, Escobar), ou a antropologia da religião e secularismo (Asad, Mahmood, Hirschkind). Serão especialmente bem-vindos estudos derivados de pesquisa etnográfica, realizados dentro ou fora do Brasil, mas que também demonstrem um bom domínio da literatura teórica em questão dentro e fora da antropologia. Os temas não precisam se restringir ao foco clássico em questões de raça e colonialismo, podendo incluir também discussões sobre nacionalismo, gênero, migrações, desenvolvimento, colonialismos internos, relações interétnicas, ciência e conhecimentos tradicionais, entre diversos outros.

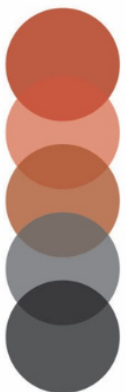
Anna Catarina Morawska Vianna (Universidade Federal de São Carlos) e Leonardo Schiocchet (Austrian Academy of Sciences) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

As políticas da diferença no Brasil, em uma perspectiva subalterna e descolonial: o caso das comunidades remanescentes de quilombo

André Luiz Videira de Figueiredo

O debate político-jurídico em torno das chamadas "minorias" pode ser pensado a partir de duas chaves: a chave da desigualdade, a apontar para a necessidade de políticas que promovam a igualdade material, e a chave da diversidade, que aponta para a necessidade de reconhecimento das formas particulares de ser no mundo. Neste work, pretendo discutir o problema da "diferença" a partir destas duas dimensões, colocado nos seguintes termos: como pensar em uma concepção universal da política e dos direitos que dê conta das demandas particulares e plurais dos grupos? Os autores da teoria crítica do reconhecimento lograram êxito no diagnóstico da emergência desta tensão, mas apresentam dificuldades em resolvê-la sem escapar das armadilhas do individualismo liberal. Proponho, para este debate, um duplo deslocamento, tanto empírico (para casos de demandas por reconhecimento em contextos subalternos) quanto teórico (na crítica às formas hegemônicas de interpretação da modernidade a partir de uma "geopolítica do conhecimento"). Tal deslocamento pode ser útil para descortinar uma alternativa entre a multiplicidade fragmentadora e o universalismo descarnado, em uma concepção de totalidade que incorpore a heterogeneidade. Para tal debate pretendo lançar mão do caso das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil, tendo em vista discutir não apenas os encontros e desencontros entre o global e o local, mas também os desafios da garantia dos direitos de minorias em contextos periféricos. As comunidades quilombolas foram afirmadas como sujeitos coletivos de direitos na Constituição brasileira de 1988, e tornaram-se, nos últimos anos, objetos de políticas que combinam reconhecimento e redistribuição. A observação da política quilombola coloca como questão as possibilidades de construção de uma proposta subalterna e descolonial de política e direito, que não precise se resumir ao status ou à dignidade dos sujeitos individuais e que possa, efetivamente, dar conta da construção de uma narrativa totalizante, de caráter intercultural. Tal reflexão nos levará ainda à percepção de que, no



caso brasileiro, as políticas de reconhecimento étnico ainda não caminharam nesta direção. Pensar a questão étnica no Brasil a partir deste aporte teórico, portanto, permite conjecturar sobre os sujeitos que as políticas de reconhecimento fazem emergir, as suas condições de afirmação na política e no direito modernos e as dificuldades em torno da conjugação entre as pautas específicas dos movimentos e as demandas em torno de um projeto de transformação da sociedade.

Apresentação Oral em GT

Afro-descendentes na Índia: diferença e desigualdade

Andreas Hofbauer

No interior do Estado de Karnataka vivem alguns milhares de afro-descendentes, provavelmente há séculos. Eles dividem-se em três grupos religiosos (cristãos, hindus e muçulmanos) e falam línguas diferentes. São menosprezados pelos vizinhos como uma espécie de casta inferior; não são tampouco aceitos como iguais pelos seus respectivos irmãos de fé não-siddis. Só mais recentemente, com a luta pelo status de “scheduled tribe”, que garante aos beneficiários alguns direitos especiais (p.ex., cesta básica; bolsas de estudo; posse de terra), os três sub-grupos siddis começaram a interagir mais e a desenvolver estratégias conjuntas que visam criar uma identidade supra-religiosa capaz de superar linhas divisórias e barreiras internas. Entre os poucos estudos existentes sobre os siddis, podemos perceber duas tendências. A maior parte dos autores indianos enfatiza a integração dos siddis na sociedade nacional/regional para, desta forma, explicar tanto características culturais quanto discriminações sofridas pelo grupo. Assim, o primeiro work de peso (Palakshappa, 1976) trata os siddis como mais uma casta inferior que teria incorporado integralmente “a cultura hindu”. De forma parecida, Lobo, responsável pela elaboração de um relatório fundamental para a conquista do status scheduled tribe, define os siddis como uma tribo que “não preservou nada de sua cultura originária” e compartilha a maioria dos costumes com os seus vizinhos. Já Obeng, pesquisador ganês-norte-americano, discorda das análises dos colegas indianos, acusando-os não somente de ter exagerado a importância atribuída ao fator “assimilação cultural”, mas também de ter explicado a inferiorização dos siddis unicamente pela inserção subalterna na lógica indiana das castas. No seu contra-discurso, realça o fator “raça” tanto como critério de discriminação quanto como de identificação, e busca, assim, dar relevo àquelas experiências que os “indianos africanos” teriam em comum com todos os outros africanos e afro-descendentes. Valendo-me de uma intensa pesquisa de campo e de reflexões pós-coloniais sobre diferença e desigualdade, busco argumentar que as abordagens acima desenhadas tendem a essencializar e descontextualizar categorias-chave de análise (casta, tribo; raça). Mostrarei como casta, religião, fenótipo, tribo e africanidade atuam como marcadores de diferença e ganham, de acordo com os contextos e os posicionamentos dos agentes, maior ou menor importância em suas vidas. Minha estratégia analítica busca construir pontes possíveis entre abordagens antropológicas “clássicas” acerca da construção de identidades e reflexões críticas pós-coloniais a respeito dos discursos e posicionamentos hegemônicos e contra-hegemônicos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466366899_ARQUIVO_2016_ABA_Texto_FINAL.pdf

Apresentação Oral em GT

Mulheres indígenas e políticas públicas: repensando espaços e agências políticas indígenas e femininas

Beatriz de Almeida Matos



Cada vez mais no Brasil mulheres indígenas tem se destacado como “lideranças” não só no âmbito de suas comunidades e Terras Indígenas mas também nas arenas políticas nacionais. Essas mulheres tem reivindicado a criação ou execução de políticas públicas específicas, voltadas para questões que consideram próprias de sua condição de mulheres e indígenas. Na esfera das políticas públicas voltadas para os povos indígenas no Brasil há um ideal de “igualdade”, que enxerga “empoderamento” e “autonomia” da mulher indígena apenas quando elas passam a ocupar espaços públicos, centros da praça, falar no microfone. Se o “dar voz” às mulheres indígenas tem gerado boas oportunidades de se conhecer melhor suas reivindicações, minha hipótese é que uma oposição de fundo entre “doméstico” e “público” (que, com as devidas transformações, é cara também a parte da etnologia amazonista) faz com que muitas ações políticas femininas fiquem marginalizadas ou nem sejam vistas como tal. A proposta é pensar espaços políticos femininos não imaginados pelas políticas públicas atuais. Ao mesmo tempo, procurei me apoiar tanto na experiência em campo com as mulheres indígenas como em minha própria e outras monografias que tratam das diferenciações de gênero entre os povos amazônicos como fundamentais para a constituição das pessoas, para evitar que se caia em uma projeção simplista de valores “secularistas” (Mahmood, 2005) ao analisarmos as relações entre homens e mulheres indígenas. Se há assimetria nessas relações, não nos parece ser possível defini-las em termos de hierarquia ou dominação. A partir da leitura de Mahmood (2005) e de sua crítica à pressuposição, central para o pensamento progressista e liberal, da universalidade de um desejo de “liberdade” e “autonomia” das normas e das relações de subordinação – e especificamente para as mulheres, de estruturas de dominação masculina – essa comunicação será um exercício de diálogo entre temas da etnologia ameríndia e da crítica feminista na antropologia.

Apresentação Oral em GT

Antropologia Feminista e Crítica Pós-Colonial na América Latina: Encontros e Desencontros

Cecília Maria Bacellar Sardenberg

Este work ter por objetivo maior mapear, tanto geográfica quanto teoricamente, os traçados da crítica pós-colonial na América Latina, tal qual esboçados a partir das perspectivas da antropologia feminista. Mais precisamente, busca identificar, de um lado, os pontos em comum entre esses diferentes campos - a exemplo da crítica ao eurocentrismo dos feminismos ocidentais - e, de outro, os ‘desencontros’, com destaque para a crítica feminista ao viés androcêntrico presente nos estudos pós-coloniais. Por fim, se volta para o emprego dos conceitos de ‘descolonialidade’ e ‘interseccionalidade’ no campo da antropologia feminista latino americana, como meio de superação dos impasses na análise do entrelaçamento do racismo e do sexismo com a colonialidade do poder.

Apresentação Oral em GT

O véu islâmico e suas políticas: notas sobre gênero, religião, fronteiras do secularismo e nacionalidades

Helena de Moraes Manfrinato

Ao tomar como foco de análise grupos que são atravessados por processos globais, é inevitável deparar-se com configurações imprevisíveis e conexões inesperadas, como a relação entre narrativas orientalistas, o crescimento do Islã no Brasil, o onze de setembro e a questão do véu islâmico. Ao mesmo tempo, essas relações se apresentam como um fórum privilegiado para se discutir Islã, cidadania e direitos humanos no Brasil, com a entrada de novas políticas seculares na cena pública. A imagem da mulher velada aparece como um símbolo da opressão religiosa islâmica hiper-ritualizada pelos mídia, configurando uma modalidade e um limite do secularismo ocidental. O véu representa uma religiosidade estrangeira – porque supostamente professada por uma população imigrante – e uma prática desviante do que se considera necessário à formação



de um corpo secular, pleno de direitos. Confrontando seus limites e potencialidades, as mulheres muçulmanas, de modo independente, ou através de organizações e campanhas públicas, vêm inventando alternativas políticas ciborgues como o feminismo islâmico, torcendo e desvelando as relações de poder desses discursos e criando, com isso, novas formas de agenciamento do espaço público. Pretendo realizar essa discussão a partir de uma abordagem crítica de Edward Said (1997, 2003), bem como autores como Homi Bhabha (2013), Saba Mahmood (2005, 2006), Charles Hirschkind (2011), Talal Asad (1975, 2003), entre outros.

Apresentação Oral em GT

Algumas implicações do uso das noções de “ocidente” e “modernidade” na Antropologia

João Frederico Rickli

Este texto apresenta uma reflexão de caráter conceitual acerca das implicações de alguns usos das noções de "ocidente" e "modernidade" na Antropologia, a partir das elaborações de um certo número de autores e autoras (auto)reconhecidas como pós-coloniais, especialmente Spivak, Chakrabarty e Asad. O objetivo é apresentar algumas armadilhas teóricas que decorrem do uso irrefletido destes termos, sistematizadas aqui em três tipos de abordagens antropológicas que de alguma forma deles lançam mão: 1) aquelas que têm por fundamento (frequentemente não explícito) dicotomias decorrentes do par moderno/tradicional; 2) abordagens baseadas num dualismo metodológico, que nega acesso etnográfico a qualquer realidade que não seja moralmente circunscrita como local; e 3) abordagens que tomam o caráter universalizante do instrumental teórico moderno pelo seu valor de face, restringindo as possibilidades analíticas de uma antropologia das formas ocidentais modernas de organização social aos discursos dos modernos sobre si mesmos. Para tanto, o artigo primeiramente explora alguns tipos de definições, com variados graus de imprecisão, oferecidas pela literatura para os conceitos em questão. Em seguida passa a analisar cada um dos três tipos de armadilhas identificadas num conjunto limitado e relativamente arbitrário de textos antropológicos que abordam o “contato” em relatos etnográficos descritos como encontros entre, de um lado, “nativos” e, de outro, missionários, colonizadores e agentes de desenvolvimento. Finalmente, o texto apresenta um esboço de proposta metodológica para o estudo etnográfico de fenômenos e realidades sociais reconhecidos como ocidentais.

Apresentação Oral em GT

Cultura e colonialidade nas relações Brasil-África

Leticia Maria Costa da Nobrega Cesarino

O paper visa refletir, a partir de uma perspectiva pós-colonial, sobre uma noção que tem sido avançada e trabalhada por autores latino-americanos como Rodolfo Stavenhagen, Pablo Casanova, Roberto Cardoso de Oliveira, e mais recentemente, por nomes ligados ao programa da Modernidade/Colonialidade (Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Arturo Escobar): a de colonialismo interno. A reflexão se dará a partir de um caso concreto, o das relações internacionais entre Brasil e continente africano, desde que o Itamaraty inaugurou sua política africana no início dos anos 1960 até os avanços recentes no registro da cooperação sul-sul. Mais precisamente, proponho pensar aquilo que José Flávio Sombra Saraiva chamou nos anos 1990 de "gramática culturalista" nas relações diplomáticas Brasil-África enquanto uma modulação pós-colonial do Orientalismo saidiano, caracterizada por uma projeção, para o plano internacional, de preocupações e discursos referentes ao colonialismo interno brasileiro, em particular no modo como os afrodescendentes têm sido historicamente incorporados em narrativas hegemônicas de identidade nacional através da chave da "cultura".

Apresentação Oral em GT





Circulações pós-coloniais: estudo sobre intelectuais indianos na Europa

Vinicius Kauê Ferreira

Este artigo propõe uma análise de circulações profundamente constituintes do debate pós-colonial: a trajetória intelectual de cientistas sociais indianos que constroem sua carreira na Europa. Exploro aqui dados de minha pesquisa de doutorado em curso junto a intelectuais indianos trabalhando no Reino Unido e na Alemanha, na qual reflito sobre tópicos como trajetórias, representação de si, produção de sujeitos, sentimentos de pertença e globalização das ciências sociais, tendo em vista o cruzamento entre marcadores como gênero, classe, origem e casta na construção de carreiras acadêmicas e do campo das humanidades. Para esta pesquisa, tenho realizado work de campo ao longo de nove meses no Reino Unido e na Alemanha, onde tenho realizado uma etnografia de importantes centros de pesquisa além de entrevistas em profundidade com um número importante de antropólogos, sociólogos, historiadores, politólogos e professores de Literatura em diferentes instituições de ambos os países. Tenho também realizado entrevistas pontuais em outros países, tais como a Suíça e a França. Além disso, esta pesquisa confere um lugar central à obra desses intelectuais que, muitas vezes mas nem sempre, inscrevem-se eles mesmos no debate pós-colonial. Para esta comunicação, proponho refletir sobre como o debate pós-colonial indiano tem produzido condições concretas para essas circulações transnacionais e como esses sujeitos têm eles mesmos se apropriado deste debate na construção de suas próprias trajetórias e obras. Para tal, evoco um campo de disputas marcado por ambivalências e discursos de legitimidade que parte da conhecida crítica subalternista contra os discursos produzidos pelo Norte global sobre a Ásia do Sul (GUHA, 1982), passando pelos ataques que os subalternistas sofrem de intelectuais tanto do Atlântico Norte quanto da Índia (ASSAYAG, BENEI, 2000; SPIVAK, 1989; MOREIRAS, 1998; KABIR, 2013), até as narrativas, respostas e apropriações realizadas pelos intelectuais com quem tenho dialogado no contexto de minha pesquisa. Portanto, proponho uma análise do pós-colonial desde dentro, a partir das narrativas articuladas por pesquisadores que estão no centro deste debate hoje. Como pensar o pós-colonial em relação às circulações contemporâneas de pesquisadores, seus sentimentos de pertença à academia indiana e europeia, ou ainda a conceitos como diáspora? Neste estudo, o pós-colonial é não apenas um quadro conceitual mobilizado para fins de interpretação teórica, mas o próprio objeto de análise através de uma etnografia junto a sujeitos que encarnam este debate.

Pôster em GT

Interfaces da imigração haitiana contemporânea para o Brasil: “raça” como marcador colonial na Amazônia ocidental

Washington Luiz Dos Santos Assis

A proposta deste work é apresentar o resultado parcial de uma pesquisa etnográfica iniciada em 2014 na fronteira ocidental da Amazônia brasileira. O objetivo desta comunicação é oportunizar uma reflexão sobre a influência do sistema colonial enquanto corpo discursivo na constituição de desigualdades. Neste estudo analisaremos as interfaces da imigração haitiana contemporânea para o Brasil a partir de teorias pós-coloniais e decoloniais, para que se possa refletir acerca dos processos de subalternização de imigrantes haitianos na Região amazônica, especificamente no contexto de Porto Velho, Rondônia. Realizaremos, também, reflexões acerca das feridas coloniais (Fanon, 1968; Mignolo, 2009) na interrelação desses sujeitos em território brasileiro, considerando os mais diversos tipos de inferiorização e subordinação, em especial as marcadas pela raça.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1465955587_ARQUIVO_30RBA_InterfacesdaimigracaohaitianaparaoBrasil.pdf

GT 016: Antropologia e políticas de saúde

Na esteira de uma perspectiva etnográfica multi-situada, privilegiamos um diálogo com etnografias em antropologia da saúde, com ênfase nas práticas de poder que lhes são constitutivas. Consideramos uma gama de pesquisas que abrangem processos terapêuticos institucionalizados versus populares, processos de saúde-adoecimento, a construção de itinerários terapêuticos, tendo como pano de fundo uma miríade de políticas de saúde específicas. Indagamo-nos se tais políticas não apenas são dirigidas a coletividades, mas as (re)criam, na medida em que permitem a certos grupos adquirir visibilidade, produzindo identidades/alteridades. Deste modo, a legitimidade e o reconhecimento social dos mesmos encontra nas políticas governamentais de saúde uma esfera privilegiada de disputas de significados e identidades. A relação entre estes atores sociais, indivíduos, grupos e instituições, além de vírus, bactérias, objetos, equipamentos, ideias, valores e conceitos fazem parte de um cenário em que o Estado acontece de múltiplas formas. Convidamos, através desta imersão em diversos campos etnográficos que compõe a chamada antropologia da saúde, a um diálogo sobre as formas de agenciamento da vida, dos corpos e dos sujeitos na contemporaneidade.

Cristina Dias da Silva (Universidade Federal de Juiz de Fora) e Sílvia Maria Ferreira Guimaraes (Universidade de Brasília) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

Notícias de meio do caminho: alguns desafios para as políticas de atenção psicossocial na região do Cone Sul do Mato Grosso do Sul.

Andréa Borghi Moreira Jacinto, Pedro Macdowell Taia Duarte Mota

O artigo tem intenção de registrar alguns desafios em torno da construção de políticas de atenção psicossocial voltadas a povos indígenas, no período de 2012 a 2015, considerando particularmente a região do Cone Sul do Mato Grosso do Sul, e o povo Guarani-Kaiowá. A gravidade dos conflitos territoriais e étnicos vivenciados por esses povos tem sido veiculadas e debatidas publicamente há vários anos, embora pouca mudança efetiva tenha ocorrido nesse cenário. Entre sofrimentos atrelados a tais situações, registram-se altos índices de suicídios, violências diversas, violações de direitos, e também necessidades decorrentes do uso de álcool e drogas. O ponto de vista a partir do qual se escreve traz experiências técnico/políticas da atuação dos autores – dois antropólogos e uma enfermeira - no governo federal, como analistas técnicos de políticas sociais no Ministério da Saúde. Não se trata de um artigo institucional, na medida em que não representa oficialmente o pensamento e a gestão institucional, mas trata-se de uma reflexão livre a partir desse lugar de prática, bem como de suas condições e implicações específicas. Após breve contextualização do campo da atenção psicossocial a povos indígenas, o artigo relata algumas ações entre 2012 e 2015 na região de Dourados. Registra um debate que atravessou o período a partir de demandas inicialmente apresentadas por Deputados Federais do Mato Grosso Sul, e pela Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, solicitando a implantação de um serviço de atenção psicossocial no interior da Reserva Indígena de Dourados, tendo como modelo o Centro de Atenção Psicossocial. Essa demanda foi problematizada por equipes técnicas intersetoriais, que apontaram como contraproposta a discussão e elaboração conjunta, com a participação indígena, de dispositivos ou estratégias próprias e específicas de atenção psicossocial para povos indígenas, informados também pelas possibilidades do conceito de bem viver. Iniciado em 2012, esse debate parece reproduzir também tensões entre diferentes modelos de cuidado, sobrepondo tanto conflitos particulares ao campo da reforma psiquiátrica – como o desafio de substituir uma cultura institucionalizante e hospitalar por um modelo de cuidado com base comunitária, territorial e multiprofissional - , quanto tensões do campo indigenista, e das relações interétnicas envolvendo povos indígenas e estado, em que as referências da



autonomia e do protagonismo indígena continuam enfrentando a cultura da tutela e do racismo, inclusive institucional. Trata-se de um relato de meio do caminho, que tem sobretudo a intenção de deixar uma memória do processo de elaboração de políticas sociais. E marcar um breve instante na longa e heroica caminhada Guarani e Kaiowá em suas relações com o Estado Nacional.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467316504_ARQUIVO_NoticiasdoMeiodoCaminho300616.pdf

Apresentação Oral em GT

Antropologia e políticas de saúde para homens trans no Brasil contemporâneo – diálogos entre duas pesquisas

Camilo Braz, Prof. Dr. Camilo Braz – Universidade Federal de Goiás (UFG). Código de Inscrição: 8567867. Profa. Dra. Érica Renata Souza – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Código de Inscrição: 2733862.

Neste work, colocaremos em diálogo reflexões e dados etnográficos de duas pesquisas antropológicas realizadas no Brasil a respeito de homens trans e transmasculinidades. Tais categorias são aqui trazidas analiticamente: o termo trans constitui uma tentativa de abarcar os trânsitos de gênero, ou seja, experiências e práticas que desafiam a coerência heteronormativa e binária no que tange às expressões de gênero, incluindo tanto travestis, transexuais, transgêneros, intersexuais, quanto sujeitos que transitam a partir de outras categorias ou mesmo cruzam suas fronteiras, sem fixar-se em nenhuma delas. A primeira pesquisa, intitulada “Transexualidades e Saúde Pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans”, foi realizada entre 2013 e 2015, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo sido financiada pelo CNPq. A outra, sob o título “Antropologia, transformações corporais e masculinidades: transmasculinidades no Brasil contemporâneo” teve início em 2014, na Universidade Federal de Goiás (UFG) e, a partir de 2016, passou a contar também com financiamento do CNPq. Considerando que são recentes, no Brasil, as discussões em torno da visibilidade e das demandas por políticas públicas para homens trans, pretendemos narrar tais processos e, simultaneamente, interpretar conjuntamente relatos de colaboradores das pesquisas acima mencionadas a respeito de seus itinerários e processos terapêuticos, incluindo desde práticas não institucionalizadas até as dificuldades na busca por atendimento e acolhimento médico especializado. Deparamo-nos com questões que giram em torno de paradoxos que marcam a vivência das pessoas trans no Brasil e colocam as interseccionalidades cada vez mais em debate. Por exemplo: se, à primeira vista, possuir recursos para atendimento particular ou acesso a um plano de saúde privado poderia indicar que as dificuldades estariam sanadas no que se refere ao acesso à saúde de homens trans, isso não ocorre quando se lida com um universo de médicos/as e outro/as profissionais da saúde que têm revelado estar despreparados/as para o atendimento às pessoas trans. A comunicação apresentará dados de campo em Belo Horizonte, Campinas, São Paulo e Goiânia. Nossa intenção é a de refletir, partindo dos relatos dos colaboradores, acerca das principais demandas, avanços e retrocessos em torno das políticas de saúde para homens trans no Brasil.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466447472_ARQUIVO_BRAZeSOUZA-AntropologiaepoliticadesaudeparahomenstransnoBrasilcontemporaneo-GT16.pdf

Pôster em GT

Sistemas de saúde em conflito: A saúde indigenista e luta pela manutenção do corpo forte Canela

Carlos Lourenço de Almeida Filho, Edna Ferreira Alencar



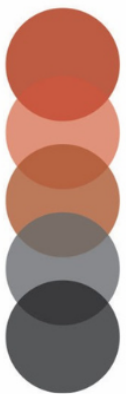
Os Canela possuem forma própria de representar o corpo, que implica em concepções específicas sobre o que é saúde e doença. O Corpo forte (Amorim Oliveira 2008) é equivalente a concepção de saúde e é instituído a partir de conjunto de regras e tabus que devem ser seguidos para que o corpo se torne, e seja mantido, forte. As concepções estão diretamente relacionadas ao conjunto de preceitos que compreendem desvios de conduta moral, práticas corporais, dieta alimentar e higiene corporal. O não cumprimento destes preceitos produz a poluição do corpo e, como consequência, torna o corpo fraco, ou seja, doente. Os dados utilizados neste work são parte da minha pesquisa de mestrado. O objetivo do work é mostrar como as concepções sobre saúde e doença mantidas pelos Canela são levadas em consideração nas ações de atenção à saúde indigenista realizadas pelo Estado brasileiro aos povos indígenas; e como se dá a relação entre os profissionais que prestam serviços de atenção a saúde e as concepções dos Canela de corpo forte, seguindo as diretrizes da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), por intermédio do DSEI, que objetiva articular o sistema ocidental de ação para a saúde com os sistemas tradicionais de ação para a saúde, levando-se em consideração as peculiaridades de cada comunidade e o perfil epidemiológico. A conclusão mostra que suas concepções de saúde e doença não são compreendidas pelos agentes dos programas de atenção à saúde levado ao povo Canela da aldeia Escalvado, localizada no estado do Maranhão, que se pautam pelo modelo ocidental de atenção à saúde por meio do Pólo Base de Barra do Corda responsável pela atenção à saúde dos Canela.

Apresentação Oral em GT

O Sistema de Saúde colombiano e as decisões ao final da vida.

Edna Rocio Rubio Galvis

Esta proposta sai do work elaborado entre os anos 2011 e 2012 onde se faz uma aproximação à experiência dos processos de adoecer, padecer, e morrer, de cinco pessoas diagnosticadas com Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), na cidade de Bogotá. A experiência destas cinco pessoas tem diferentes desenvolvimentos e permitem dar conta das diferentes formas de se relacionar com o sistema de saúde, de aceder aos recursos, e de afrontar o final da vida. O Sistema de Saúde tem passado por variadas reformas, mas uma dessas reformas acontecida no ano 1993, conhecida como a lei 100, marca o funcionamento do sistema de saúde sob os princípios neoliberais de libre eleição e eficiência. (Pereira, 2007). Esta lei tem dificultado o acesso à atenção em saúde para os colombianos, e foi apresentando falências, pelo qual o Estado teve que promover outras leis e decretos onde se tenta garantir o direito a saúde para as pessoas com doenças de alto custo, as órfãs e as catastróficas. A ELA se encontra classificada como uma doença catastrófica, no entanto, o relacionamento entre as pessoas e o sistema é conflitivo e desgastante sobre tudo para quem adoce. UMA CADEIRA DE RODAS: A doença ELA é definida pela biomedicina como degenerativa que “compromete os neurônios do córtex e o tronco cerebral e da medula espinhal.” (Peña, Ortiz, 2007:2). As cinco pessoas tinham diferencias socioeconômicas, e redes de apoio diferentes. A cadeira de rodas permite falar de acesso ao sistema de saúde, de qualidade de vida, e das decisões ao final da vida. Uma destas pessoas a trouxe desde Alemanha, a outra a recebeu graças ao apoio familiar, e o outro simplesmente não a teve nunca. Mas porque? Porque para conseguir uma dentro do sistema de saúde o tempo de espera é seis meses aproximadamente, inclui muitas mobilizações da pessoa para atender citações medicas, e ao final a pessoa pode morrer esperando-a. O FINAL DA VIDA: Pelas características da ELA as pessoas se vieram diante de um prognostico de morte desde o momento do diagnostico, e sua aproximação a este momento se deu de diferentes formas. Quatro delas optaram pelas vontades antecipadas, e a outra pessoa optou pela eutanásia. Na Colômbia as vontades antecipadas estão regulamentadas desde o ano 2014 com a lei 1733 dos Cuidados Paliativos, e a eutanásia foi despenalizada no ano 1997 pela Corte Constitucional. A APROXIMAÇÃO TEORICA: A análise se fez a partir dos aportes teóricos feitos pelo Arthur Kleinman sobre a experiência (1991), as narrativas da doença (1988), e o sofrimento social (1997). Também a proposta de corpo



tridimensional de Margaret Lock e Nancy Sheperd- Hughes do corpo tridimensional (1990), e os conceitos de biopoder e biopolítica de Michel Foucault (1996).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467238582_ARQUIVO_OSISTEMADESAUDECOLOMBIANOEOASDECISOESAOFINALDAVIDA.pdf

Apresentação Oral em GT

Envelhecer com saúde: estudo etnográfico sobre políticas públicas para a pessoa idosa

Fabiela Bigossi

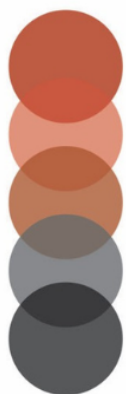
Essa comunicação pretende fomentar o diálogo entre a antropologia e as políticas de saúde através da discussão sobre as políticas públicas para o envelhecimento no Brasil e na França. A partir de uma etnografia multi-situada entre pessoas idosas de Maués – Amazonas, Veranópolis – Rio Grande do Sul e Amboise – França, esse work visa apresentar as análises sobre a aplicação dessas políticas pelos poderes públicos locais em diálogo com especialistas da área da saúde e a aderência das pessoas idosas a tais políticas e discursos sobre saúde na terceira idade. A pesquisa visa também discutir as fronteiras do que consideramos políticas de saúde para o envelhecimento e sobretudo como essa dimensão de doença/saúde se articula com outros setores de atenção aos idosos, em especial aqueles dedicados à manutenção das identidades após a passagem para a aposentadoria, ainda hoje, o principal marcador das políticas públicas para o envelhecimento. A imposição contemporânea do “envelhecer ativo” e suas injunções sobre o corpo, individual e social, suscitam também a necessidade de refletir sobre a ampliação do olhar sobre os significados dados à saúde e, conseqüentemente, sobre a elaboração de políticas que visem construí-la e compreendê-la na sua prática cotidiana.

Apresentação Oral em GT

"Fazer emergir o masculino": noções de "terapia" na hormonização de homens trans

Francisco Cleiton Vieira Silva do Rego, Rozeli Maria Porto (Professora Departamento de Antropologia e PPGAS, UFRN)

O presente work objetiva discutir noções de “terapia” (hormonal) movimentadas por homens trans em contexto de manejo corporal. Isto é, em meio aos caminhos e as práticas envolventes à constituição de processos de administração de ésteres de testosterona (hormonização ou terapia hormonal), os interlocutores acionam o conceito de “terapia” – seja para se afastar ou para reiterá-lo. Por adjacências ligadas ao escopo patológico de suas transexualidades (“disforia de gênero”), o saber médico apresenta a injeção hormonal como parte do quadro geral de “tratamento” endócrino. A hormonização, geradora e fundamentada também por tropos, se materializa como momento importante na transição do corpo na vivência da transexualidade masculina. Marcados por diferentes acessos a saúde, de acordo com repertórios diversos que envolvem múltiplos capitais e posições de classe, “os” homens trans acessam a testosterona a partir de mercados informais, do consultório médico privado ou do atendimento público. A compra de receitas ou de ampolas “ilegais” de testosterona possivelmente adulteradas podem ser passos e riscos tomados como medida urgente de “fazer emergir o masculino” corporalmente. Os diferentes ésteres de testosterona, portanto, não são simplesmente devires, nem compõem sozinhas dispositivos. Enquanto substâncias químicas materiais, envolvem um mercado fármaco e um controle médico, variados tipos e aplicações, e um saber técnico que extrapolam ações individuais. Ao contrário de “transformar”, o hormônio é visto “adequando” ao externo algo que existente “internamente”, como objetivam os interlocutores. O texto se divide em duas partes, primeiramente, descrevemos o acesso médico e os tipos e aplicações da testosterona, majoritariamente



compostos de cipionato ou propionato; à segunda, nos deteremos nas noções de “terapia” vinculadas à hormonização (cuja fuga do “terapêutico” não é unânime) sob diferentes repertórios capitais facilitadores e dificultadores envolvidos à sua concretização. O artigo é fruto de pesquisa de campo entre os anos de 2014 e 2015 realizadas em diferentes regiões do país. Sua metodologia envolveu incursão etnográfica entre núcleos de ativismo trans, e entrevistas em profundidade com os colaboradores.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466354686_ARQUIVO_REGO,F.C.V.S.ePORTO,R.M.Fazeremergiomasculino.30a.RBA.pdf

Pôster em GT

Doença e cuidado em genética: o caso da doença falciforme

Georgia Kessia Cavalcanti da Silva, Anatil Maux

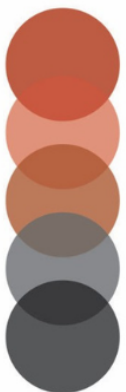
Este work traz à baila as categorias do cuidado e adoecimento, em relação as tendências e o desenvolvimento contemporâneo das interações entre medicina e genética, na composição dos novos padrões de saúde e adoecimento, tomando como base o caso da doença falciforme, na Paraíba, Brasil, convencionalmente tratada de “disease black” entre a genética e medicina (em razão da estigmatização da doença). Aqui, pensamos sobre sociabilidade e políticas de saúde para a população negra como foco na produção de conhecimento para o entendimento dos desafios e das implicações éticas das práticas médicas. O objetivo do estudo é compreender os aspectos relacionados ao impacto provocado no cotidiano do adoecimento genético e sobre as famílias, a partir da descoberta do traço/doença falciforme. Partimos dos relatos colhidos durante um ano de pesquisa, sobre o “adoecimento genético: estudo sobre o caso da doença falciforme”, com geneticistas (profissionais, professores e pesquisadores), gestores de saúde (Secretaria Municipal de Saúde e área de saúde da população negra no município de João Pessoa) e representantes da Associação de Portadores de Anemias Hereditárias/ASPPAH, explorando-os para demonstrar os resultados, dramas e dilemas vividos e compartilhado pelos “irmãos de foice”, que segundo eles, as políticas são adequadas, mas, o cuidado ofertado não respeita o doente, na medida em que não reconhece seu sofrimento: embora o estado possua uma cobertura de 73%, persiste uma deficiência na qualidade/qualificação dos profissionais, e a ausência de um programa de aconselhamento genético às famílias e aos portadores do traço falciforme. Trata-se, portanto, da experiência da doença, observada através de apropriações sociais do conhecimento disponível em diferentes redes de informação nas quais as famílias se mobilizam para compor um saber sobre a doença e organizar um projeto familiar de cuidado e gestão da reprodução social, articulando diferentes dimensões da vida pessoal e coletiva. Isto é, suscita discussões públicas sobre as consequências éticas, legais e sociais a despeito do adoecimento e cuidado em genética. Em termos de resultados, este work ratificou que pessoas em condições sociais desiguais continuam sendo negligenciadas, e estigmatizadas, relegando o sofrimento das pessoas e famílias, de um suporte genético para a reprodução e o casamento, e, para a condução do diagnóstico em termos da diferença entre traço e doença falciforme, da implementação gradual, lenta e tardia das políticas locais, a ausência de informação, e os meandros da ética no fazer profissional, podendo criar mais discriminação.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467326020_ARQUIVO_GEORGIAKESSIA_GT16_30RBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Entre a dependência e a autonomia: a percepção de usuários de drogas em situação de rua sobre modelos terapêuticos instituídos em Belo Horizonte





Gustavo Satler Cetlin, Valéria Costa Pacheco Rita Espíndola

A percepção de usuários de drogas em situação de rua a respeito dos modelos terapêuticos instituídos é o tema do presente artigo. Resultado do mestrado em Ciências Sociais, utilizamos o método etnográfico na região central de Belo Horizonte, priorizando as narrativas dos sujeitos e sua interpretação das suas experiências de tratamento institucional. Para a seleção dos espaços pesquisados foi inicialmente realizado o mapeamento das áreas ocupadas por essa população e os movimentos desses sujeitos pela cidade, procurando situar as instituições de tratamento e de assistência social dentro dessa territorialidade. Os locais onde estão centralizados com mais intensidade os usuários problemáticos de drogas que vivem nas ruas de Belo Horizonte são: Viaduto das Bolas, Parque Municipal, Praça da Estação, Centro de Referência à População de Rua e Abrigo Municipal. Realizamos nesses locais entrevistas temáticas em profundidade, procurando compreender como os usuários problemáticos de drogas em situação de rua percebem os modelos de tratamentos oferecidos e instituídos para a sua recuperação. Buscamos igualmente analisar de que forma essas pessoas entendiam o próprio consumo e a nomeação de “doença” atrelada a esse ato. Na perspectiva dos entrevistados, os serviços de atendimento de fundamentam na exigência da abstinência e operam, para atingir esse objetivo, seguindo prescrições e protocolos que desconsideram os aspectos subjetivos envolvidos no consumo e o contexto social no qual ele ocorre. O acesso a esses serviços se torna possível mediante o consentimento do sujeito com a nomeação de “doente” e de “dependente”, representações sociais que implicam no prejuízo da autonomia e que, portanto, fundamentam uma lógica de cuidado heterônoma, perante a qual o “paciente” é identificado como aquele que segue passivamente as conduções técnicas dos profissionais. Por outro lado, a etnografia mostrou como esse sujeito se apropria da nomeação de “doente” para justificar sua condição de vida, manter o uso de droga e acessar as instituições para resolver problemas agudos relacionados ao seu cotidiano, o que afirma uma posição autônoma diante do funcionamento institucional. Ao mesmo tempo, recusam as representações negativas quando defendem sua liberdade de escolha e quando criam estratégias de redução de danos e cuidado mútuo na própria cena de uso. A análise revela como o uso de drogas acontece em um contexto social extremamente complexo, não necessariamente adoecido e marcado pela subjugação ao consumo, mas também como expressão de autonomia, auto-cuidado e solidariedade.

Apresentação Oral em GT

Modelos de assistência e identidades engendradas: notas sobre política e saúde mental no Brasil

Lilian Leite Chaves

Na primeira quinzena de dezembro de 2015, devido ao anúncio de nomeação de Valencius Wurch para o cargo de Coordenador Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, a luta antimanicomial ressurgiu na arena dos debates políticos acerca da saúde. Várias entidades e profissionais questionaram a nomeação do psiquiatra, tendo em vista a sua atuação frente a um hospital psiquiátrico no estado do Rio de Janeiro, denunciado pela violência e maus tratos, e o seu posicionamento contrário à extinção dos manicômios, eixo do projeto de lei para a Reforma Psiquiátrica. As críticas e ponderações ganharam formas em notas de repúdio ou apoio, abraços a Centros de Atenção Psicossocial pelo país, seminários, e na ocupação da sala da Coordenação de Saúde Mental em Brasília, autodenominada “Ocupação Fora Valencius”. Esse evento descortina uma disputa política que se ancora em vários embates constituintes do processo brasileiro de reforma psiquiátrica, sobretudo embates a respeito dos modelos de assistência em saúde mental. A discussão sobre modelos de assistência não se pauta somente pelas questões econômicas e administrativas, mas também pelos tipos de relações esperadas/planejadas entre profissionais e usuários, relações que dependem da estipulação dos profissionais habilitados para conduzirem tais modelos, do lugar ocupado pelos usuários no seu processo de sofrimento e no processo de atenção ao seu sofrimento. Dessa maneira, o que se evidencia é que as discussões se dão em torno de expectativas de legitimidade, visibilidade, reconhecimento,

desembocando em conformações de identidades. O objetivo desse work é, a partir do evento em questão e de uma etnografia em documentos de saúde, mostrar/resgatar como as posições ideológicas e técnicas na área da saúde mental conduzem a defesas e proposições de modelos de assistência que conformam ou possibilitam identidades bastante diversas, tanto para o corpo profissional, quanto para os usuários. Os documentos considerados referem-se principalmente aos relatórios finais das Conferências de Saúde Mental e as leis, pois esses documentos são marcados pela participação social, onde é possível perceber as disputas de diversos atores sociais. Além disso, esses documentos são os pilares para as ações e os programas de governo que incidirão na vida dos profissionais e dos usuários.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467340316_ARQUIVO_Modelosdeassistenciaeidentidadesengendradastextocompleto.pdf

Apresentação Oral em GT

Uma análise sócio antropológica da Fístula Obstétrica em Moçambique

Lucia Helena Barbosa Guerra

Neste artigo resulta de etnografia realizada em Moçambique, onde lancei um olhar sobre a complexidade e experiências de mulheres que vivem com Fístula Obstétrica, doença resultante de complicações no work de parto prolongado ou obstruído sem a devida assistência de profissional de saúde. Essas complicações são consequências da precariedade da rede de atendimento à saúde materna no país, mas também envolvem fatores culturais e econômicos que atingem principalmente as mulheres de países em desenvolvimento. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS: 2010) na Ásia e na África subsaariana existem mais de 02 milhões de mulheres sofrendo com a doença, em Moçambique são aproximadamente cem mil mulheres. A maioria desenvolve as fístulas ainda muito jovens e acabam sendo estigmatizadas pela sociedade, uma vez que a doença provoca perda crônica de urina e/ou fezes. Em Moçambique a cada mil partos surgem vinte novos casos de fístula, estes números fizeram com que o governo acelerasse esforços para facilitar o acesso à saúde através da criação da Estratégia Nacional de Prevenção e Tratamento das Fístulas Obstétricas. Abordar a dimensão sócio antropológica da Fístula Obstétrica em Moçambique significa olhar não apenas para a mulher (con)vivendo com esta doença, mas também mostrar a ações e políticas públicas que vem sendo desenvolvidas pelo governo moçambicano para tentar minimizar esta sofrimento. Questões inerentes à saúde e a doença tem sido estudados direta ou indiretamente por antropólogos desde o final do século XIX, possibilitando por meio da descrição e da análise etnográfica um acúmulo de conhecimento acerca das diferentes experiências de grupos sociais sobre esses fenômenos (Nakamura, 2009:27). Igualmente, sustenta-se que estas questões devam ser pensadas a partir dos contextos socioculturais específicos nos quais ocorrem, uma vez que as diferenças culturais podem influenciar na maneira como cada doente assume o papel de enfermo (Alves: 1993). É neste sentido que, este artigo objetiva mostrar as experiências destas mulheres sobre a Fístula Obstétrica, procurando identificar aspectos do processo de saúde-adoecimento e que são objetos da preocupação na vivência deste processo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466476006_ARQUIVO_Artigo_LuciaGuerra.pdf

Apresentação Oral em GT

Saber falar com os “brancos”: intertextualidade e ação política em contexto intercultural (Reflexões sobre um discurso yanomami no Conselho Distrital de Saúde Indígena)

Marcos Antonio Pellegrini



A participação indígena em arenas públicas nacionais e globais tem destacado o caráter emergente da cultura e da identidade étnica e ampliado também os limites de seu mundo discursivo ou dialógico. No Brasil, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, seguindo os princípios das Leis Orgânicas da Saúde, institucionaliza a participação comunitária com a criação dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena como instâncias colegiadas de controle social e cria novas situações de diálogo intercultural. Neste contexto, este work trata do esforço dos Yanomami em comunicar-se com os não-índios partindo de suas próprias preocupações sobre o falar, e das estratégias utilizadas na ação política em um contexto que extrapola sua própria sociedade. Utilizando conceitos construídos inicialmente no campo da etnografia da fala e desenvolvidos pelos autores que se dedicaram ao estudo da performance, apresenta uma reflexão sobre um evento da fala num encontro formal e institucionalizado entre representantes indígenas, missionários, autoridades e profissionais de saúde, situação que propicia a reflexão sobre a disputa de significados e identidades.

Palavras chave: Políticas, Performance, Saúde

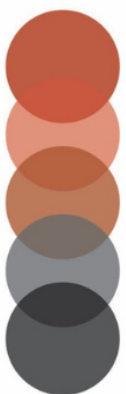
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/361_2016-12-12.pdf

Apresentação Oral em GT

Saúde e Políticas Públicas para Quilombolas: o caso de Laranjal/Poconé/MT

Mariel Marostica Fernandes, Dr. Sueli Pereira Castro (Professora PPGAS/UFMT) Ms. Mariel Maróstica Fernandes (doutoranda PPGSC/UFMT)

O work apresentado é resultado de um estudo que objetiva compreender as condições de saúde e o acesso à política pública de saúde das populações rurais remanescentes quilombolas no município de Poconé - Mato Grosso. Estado que, segundo a Fundação Palmares, possui 66 comunidades remanescentes quilombolas (CRQs) reconhecidos, e destas, 27 estão no município de Poconé. Estas comunidades gestadas historicamente por várias gerações de grupos familiares, que tem na ancestralidade a legitimidade da ocupação, guardam especificidades culturais e contam, atualmente com legislações específicas, que burocraticamente devem lhes garantir atendimento de forma equânime e integral, preconizadas a partir do Sistema Único de Saúde. Este sistema que se origina fruto do movimento social da Reforma Sanitária Brasileira, têm como preceito o comprometimento em atender as necessidades e especificidades de grupos populacionais. Considerando essas questões, atenção especial deve ser dada as populações remanescentes quilombolas, que vivem, geralmente, à margem dos centros urbanos e, conseqüentemente, dos serviços públicos de saúde, restando a elas a construção de estratégias para chegar aos serviços e receber um atendimento de qualidade que atenda suas necessidades. Mediante o objetivo proposto torna-se essencial compreender como a política pública de saúde destinada a essas populações, que se constituem a partir de aparatos burocráticos administrativos, vem sendo apropriada pelas mesmas, buscando-se entender como ela se efetiva nas ações dos sujeitos de direito. Para o desenvolvimento do work selecionou-se inicialmente as Comunidades Quilombola de Laranjal, município de Poconé/MT. Dados levantados até o momento, assim como estudos já realizados com comunidades rurais do pantanal Mato-grossense, locus também da comunidade estudada, constata - se a ausência ou precariedade dos serviços. Somando-se a isso, o modelo assistencial e o processo de work desenvolvido nos serviços de saúde tornam difícil às práticas da integralidade, equidade e universalidade para as populações rurais. Essa situação é traduzida por questões que envolvem o acesso, o acolhimento e a descontinuidade no atendimento, e, em as ações empreendidas desconsideram a pluralidade social e cultural no Brasil. O estudo, de cunho qualitativo, tem a etnografia como forma de se conhecer os quilombolas na sua dinâmica de luta pelo reconhecimento dos direitos, mostra-se significativos no sentido de se conhecer as especificidades das populações e suas reais condições de saúde, para posteriormente propor ações que vão ao encontro as suas necessidades, conforme o instituído na Agenda Social Quilombola (decreto 6261/2007).



Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467332475_ARQUIVO_workABA.pdf

Apresentação Oral em GT

Políticas de saúde, HIV e drogas: a perspectiva dos usuários e os desafios desses itinerários terapêuticos

Priscila Farfan Barroso, Daniela Riva Knauth

O presente estudo, em andamento, tem como objetivo a pesquisa de como os portadores de HIV/Aids que fazem/fizeram uso de drogas vivenciam os itinerários terapêuticos para amenizar as consequências de suas enfermidades. A partir do work etnográfico em serviços de saúde especializados no Rio Grande Sul junto aos sujeitos em questão, deseja-se realizar a observação participante e entrevistas semi-diretivas ao longo de certo período. Tendo em vista o preconceito e estigma (PARKER; AGGLETON, 2001) sofrido por quem vive com HIV/Aids, e ainda tem um histórico de uso de drogas, os desafios para o acolhimento e tratamento na rede de atenção, tanto da Saúde Mental como a rede de atenção de Pessoas Vivendo com HIV, fazem com que estes criem estratégias e agenciamentos para diminuir o sofrimento desde o processo que reifica a desigualdade social (FASSIN, 2004). Portanto, a lógica de cuidado eleita (MOL, 2008) perpassa pelo modo como os sujeitos vivenciam os serviços disponíveis pelas políticas públicas. Estas estão baseadas em propostas internacionais e acordo entre nações, de modo que sua aplicação enfrenta as especificidades contextuais de atenção e atendimento dos usuários em questão. Assim, ainda em fase de revisão bibliográfica, investiga-se os meandros dessa (des) atenção e conhecer os movimentos dos sujeitos no contato com os serviços de saúde pública.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467150603_ARQUIVO_artigoCompleto_rba_final.pdf

Pôster em GT

Epidemia de Chikungunya entre os Pankararu

Sandra Monteiro de Souza

Contextualizando os Pankararu Os Pankararu são um povo indígena que vive nas proximidades da margem do rio São Francisco, totalizando 14 aldeias distribuídas em uma reserva indígena de 8.100 hectares localizada entre os municípios de Jatobá, Petrolândia e Tacaratu, localizados no estado de Pernambuco. Atualmente, os Pankararu são aproximadamente 7 mil indígenas distribuídos em 14 aldeias em uma reserva de 8.100 hectares. Até 1935, os Pankararu falavam uma língua Tupi-guarani. Mas, a partir dos anos seguintes, por consequência do envolvimento contínuo com o homem branco e práticas opressivas que visavam por o fim aos regimes de saberes e modos de viver dos Pankararu, esses passaram pelo esquecimento da língua materna além de outras práticas. No entanto, os Pankararu se reinventaram e fortaleceram sua identidade em um processo de resistência. Os Pankararu têm muitas fontes de sabedoria e vida. Fazem uso de práticas de cuidado como os tratamentos terapêuticos por meio do uso ervas medicinais e também são curados em rituais pelos Praiás, os quais representam toda força encantada Pankararu, que representam junto com o ritual do "Toré", marcas de identidades e resistências culturais dos Pankararu. A Chikungunya entre os Pankararu Para os Pankararu, os jovens e adultos atribuem a doença Chikungunya ao mosquito Aedes Aegypti, porém para os mais velhos não é uma doença adquirida através do mosquito, mas sim pelo vento, pois segundo eles "em um instante estamos bons e em outros estamos caídos", fazendo assim uma relação com a mudança do vento bom para o vento mau. Desse modo, os Pankararu, para combaterem os sintomas da doença, além de tomar a medicação receitada pelo médico, alguns indígenas tomam chás e banhos de ervas medicinais, como também vão aos rezadores da comunidade para que os curem, retirem aquela doença. Essas rezas são feitas



pela manhã, antes do meio dia e antes do sol se pôr, pois para eles com a reza o sol levará a doença embora, nas partes do corpo que estão doendo eles passam uma mistura feita com casa de barro de abelha com cachaça. O surto epidêmico de chikungunya nos Pankararu Desde dezembro de 2015, 14 aldeias da Terra Indígena Pankararu sofrem com a doença, a aldeia mais afetada foi a Espinheiro, localizada no município de Tacaratu, com mais de 300 casos, adultos e idosos foram os mais afetados. Espinheiro tem um pouco mais de 500 pessoas, está localizada próximo à cidade, onde o processo epidemiológico se iniciou. Algumas aldeias tiveram casos isolados da doença, onde os que apresentaram foram tanto adultos quanto idosos e crianças, vale ressaltar que alguns deste contraíram a doença fora da aldeia. Este work pretende discutir a atuação dos serviços de saúde oficiais entre os Pankararu.

Apresentação Oral em GT

Mães Terapeutas Populares

Thereza Cristina de Souza Mareco

As mães que atuam como terapeutas em classes populares surgem como uma figura central, pois em tais contextos as pessoas buscam, primeiramente, o esgotamento das práticas terapêuticas na rede familiar, de vizinhança e outras para, posteriormente, buscarem outras fontes de cuidados. O work apresenta este recorde de gênero com o intuito de observar como a mulher decide sobre o cuidado no ambiente familiar e se relaciona com o profissional de saúde no jogo de relações de poder que acaba se inserindo. Foram entrevistadas 8 mulheres, 2 residentes de Ceilândia-DF e 6 de Taguatinga-DF, região vista como periferia de Brasília. Entende-se o cuidado aqui quando essas mulheres atuam fazendo o diagnóstico no que diz respeito a saber se seus filhos estão doentes ou não, a gravidade do adoecimento e criando conceitos e práticas terapêuticas que nem sempre são as mesmas dos médicos. Desse modo, essas mulheres decidem/negociam sobre o itinerário terapêutico, quando devem cuidar por meio de práticas populares, quando devem levá-los ao médico. A figura do médico é acionada nos casos em que as mães acreditam ser necessário, revelando situações quando demonstram domínio sobre a prática biomédica.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466129230_ARQUIVO_workCompleto-MAESTERAPEUTASPOPULARES-TherezaCristinadeSouzaMareco.pdf

GT 017: Arte e antropologia

A arte, para a antropologia, sempre esteve associada aos temas da diversidade, igualdade, autonomia, patrimônio e direitos de grupos diversos, desde indígenas a coletivos urbanos. Seu lugar na teoria antropológica passa pelo reconhecimento de diferentes sistemas estéticos e de produção, com distintas ligações com as demais esferas da vida. Recentemente esse tema adquiriu maior centralidade no debate social e na teoria antropológica. O reconhecimento legal da arte como direito, pelo poder público, implicou iniciativas ligadas ao planejamento, regularidade e visibilidade da produção artística. Artistas indígenas ganham galerias e museus e bienais são construídos ou remodelados para atender públicos antes ausentes desses espaços. A velha hierarquia entre arte culta e popular foi banida dos editais e dos programas de pesquisa. O cânone é revisitado sob a ótica do gênero, raça, da reconstrução dos sistemas simbólicos de época ou lugar, entre outras perspectivas. Este grupo trabalho pretende se deter nos resultados dessas investigações e mudanças, em continuidade a discussões iniciadas noutros encontros, e propiciar novas interlocuções. Interessa-nos refletir sobre criação e produção, sobre a forma como grupos sociais tem elegido a arte elemento central de sua existência social e assim construído sua trajetória artística e cultural, como têm vivenciado e procurado intervir, através da arte, nas transformações sociais, políticas e culturais, principalmente no contexto urbano.



Caleb Faria Alves (UFRGS) e Carla da Costa Dias (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

A Bienal de São Paulo: pós - colonial ou neo-colonial ? Reflexões para uma etnografia da arte contemporânea no Brasil

Amélia Siegel Corrêa

Durante o século XX surgiu no Brasil um complexo exibicionário e a criação de instituições de arte com o objetivo de melhorar a posição do país na cena artística internacional, fazendo com que a arte brasileira se tornasse visível para o mundo. O mercado internacional começa a prestar mais atenção ao Brasil desde o seu boom econômico nos anos 2000, que provocou mudanças na balança de poder entre o país e a Europa, com reflexos no campo cultural. Se por um lado a hierarquia do sistema da arte - centrado em instituição e agentes no mundo anglo-saxão - não parece muito afetada, a emergência de novos atores globais e os debates pós-coloniais tem contribuído para o surgimento de novas formas de classificar e exibir obras de arte. Ao mesmo tempo, a constante necessidade do mercado por novidade, levou à sua abertura para a produção das periferias, como a América Latina, Ásia, África. A circulação de artistas e obras de arte desafia a classificação geopolítica, pois eles se tornam cada vez mais parte de uma rede social cosmopolita. A Bienal de São Paulo é a principal instituição no âmbito da arte contemporânea brasileira e tem ampla ressonância internacional, o que a torna um local chave para avaliar em que medida a perda da hegemonia global da Europa é espelhada em práticas de exposições no Brasil, uma vez que a arte contemporânea é uma das múltiplas narrativas pelas quais as diferenças e as hierarquias são criadas. Esta apresentação tem como objetivo apresentar algumas reflexões teóricas e metodológicas de uma pesquisa iniciada em fevereiro deste ano na Universidade de Copenhagen e que faz parte do projeto Global Europe: Constituting Europe from the outside in through artefacts, afim de construir o referencial necessário para uma etnografia da arte contemporânea que será realizada na Bienal de São Paulo este ano. A Bienal, apesar de suas pretensões globais, tem uma longa luta com as classificações geográficas e com as suas tentativas de desafiar os universais do atlântico norte. Como fenômeno que ocorre em todo o mundo com um certo grau de autonomia, o desenvolvimento de bienais nas "periferias" supostamente deveria substituir um referencial modernista de arte focado em homens brancos, em nome de maior diversidade e a participação de outras culturas e grupos sociais, e ter, portanto, um carácter pós-colonial, em vez de representar uma espécie de neo-colonialismo. Algumas das perguntas de pesquisa são: Como a Bienal de 2016 lida com o "legado colonial" e em que medida suas práticas curatoriais questionam os universais europeus? Como? De que forma e em que medida o principal evento da arte contemporânea no Brasil questiona as categorias europeias de espaço, conhecimento e poder ao propor novas configurações e imaginários globais?

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467331028_ARQUIVO_RBA_2016_Amelia_Correa.pdf

Pôster em GT

Identidade e Identificação: Trajetória do coletivo artístico Filé de Peixe

Camila Damico Medina, Orientação: Prof^ª Dr^ª Marina Frydberg
<http://lattes.cnpq.br/3252387564151495>

Introdução A partir do estudo sobre a trajetória do coletivo artístico Filé de Peixe, é proposta a análise sobre os meios em que este grupo de produtores culturais passou a se identificar como coletivo artístico. Portanto, é averiguado o processo de identificação em que os seus membros passaram a significar as ações coletivas realizadas como artísticas. Os coletivos artísticos identificam-se à luta social de discursos sobre os "modos



de fazer” (BOURDIEU, 1989), assim como estão atrelados à história do desenvolvimento da autonomia do campo das artes. Esta pesquisa precisa a compreensão sobre como garantem a autoridade própria do campo das artes ao passo em que se propõem a investigar os limites das convenções artísticas estabelecidas (BECKER, 1982). Finalmente, procuro averiguar como este processo de identificação se relaciona com a forma como se inseriram no campo das artes. Objeto de estudo Para uma análise de significado, realizei o recorte sobre a trajetória do coletivo artístico carioca Filé de Peixe, em atividade há dez anos. A escolha por este coletivo se deu por estarem tantos anos juntos. Além disso, por estarem consolidados no meio artístico através da maturação de diferentes projetos. O estudo do processo da qualificação de suas ações coletivas como artísticas perpassa sobre o entendimento da relevância deste reconhecimento para seus atores, e como esta atribuição influencia os efeitos de suas propostas. Metodologia A fim de uma análise sobre a construção de discurso dos integrantes do coletivo entorno de sua trajetória no campo das artes, realizei uma abordagem qualitativa (GOLDENBERG, 2004). As entrevistas e a observação participante tinham a proposta de: 1. Compreensão de sua trajetória – e como chegaram a termos como coletivo artístico; 2. Compreensão sobre como se organizam e executam os seus projetos – para análise sobre a forma como se inseriram no campo. Objetivos 1. Compreender o processo de identificação pelo qual o grupo se insere no campo das artes e se reconhece enquanto um coletivo artístico; 2. Analisar como se dá a identidade de “artista” através de uma literatura interdisciplinar; 3. Analisar como o discurso acerca do “ser artista” transfigura práticas, comportamentos, modos de produção e de pensamento. 4. Averiguar como este processo de artificação (HEINICH, 2008) de suas identidades está atrelado ao modo como se posicionaram no meio artístico. Principais considerações a. Este grupo de produtores culturais transfigurou a significação de seus eventos, reconhecendo uma identidade artística às suas ações; b. O coletivo artístico adquiriu visibilidade no meio a partir da produção colaborativa; c. O coletivo precisa ser observado através dos objetivos construídos em torno da ação planejada.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466430092_ARQUIVO_Textocompleto-PosterGTArteeantropologia-Identidadeeidentificacao.pdf

Apresentação Oral em GT

Emaranhados entre vidas e ruas: uma etnografia dos processos criativos de grupos de performance no Rio de Janeiro

Daphne Assis Cordeiro

Este work apresenta o estudo etnográfico dos processos criativos do grupo Teatro de Operações, do Coletivo Líquida Ação e da plataforma Performers Sem Fronteiras, localizados e atuantes no Rio de Janeiro, através do acompanhamento de seus encontros, oficinas e apresentações de performances artísticas realizadas nas ruas e festivais. O principal eixo da pesquisa é compreender como os integrantes do grupo, do coletivo e da plataforma experimentam e atuam nas ruas: como a vivência nesses espaços alimentam os processos de criação artística desenvolvidos nas salas, como as trajetórias de vida, técnicas corporais e estados de percepção atuam nesses e o que acontece quando os processos são levados para as ruas, como se transformam a partir dos contextos. Realizo uma descrição etnográfica dos espaços e das atividades desenvolvidas durante suas reuniões, buscando contemplar o modo como se prepararam para suas ações, como se relacionam e como são seus processos criativos, que compreendem tanto uma dimensão corporal como discussão e debate de ideias. Reflito como os participantes selecionam, experimentam e atuam nas ruas, ressaltando modos distintos de expressão no espaço público e na experiência dos ensaios, nas salas. Como os processos criativos desenvolvidos no espaço fechado se alimentam das experiências das ruas e o contrário, como se relacionam? Como se dá a criação de espaços a partir da vivência, criatividade e improvisação dos performers? Ao invés de pensarmos em experiências carregadas de um ponto a outro, como lugares fixos, separados por paredes, privilegiamos o processo de invenção e introduzimos costuras com contextos políticos, econômicos e sociais



para onde as ações são pensadas ou realizadas. Ao tomarmos como pressuposto que é impossível separar ação, percepção e sentido, abordaremos como as trajetórias de vida, as técnicas corporais e os estados de percepção influenciam no processo de criação. Diferente de impor categorias como camisas de força para ações artísticas, tais como “ativismo”, “arte” e “performance”, buscamos compreender como tais grupos formulam e experimentam essas ideias, através de um mosaico de vivências dos integrantes; o que os aproxima, o que os leva a participar desses grupos, seus gestos, modos de fazer, modos de dizer, suas técnicas corporais; seus emaranhados de práticas cujos fios nos arriscamos a seguir.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466463152_ARQUIVO_ArtigoDaphneCordeiro_RBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Resistências imagéticas queer of color: Contextos de produção em um grupo de artistas ativistas em San Francisco.

Glauco Batista Ferreira

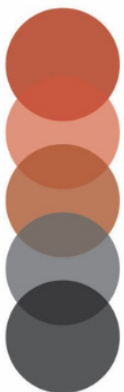
Este ensaio aborda as noções de arte, ativismo e diferença desenvolvidos por um grupo de criadora(e)s denominado QWOCMAP (Queer Women of Color Media Arts Project), sediado em San Francisco, Estados Unidos. Numa abordagem articulada que cruza questões relacionadas à queerness, ao gênero, “raça” e etnicidade, esta(e)s criadora(e)s utilizam-se destas diferenciações mobilizando comunidades e desafiando relações de poder institucionalizadas tanto no universo das artes como no contexto instituído da produção cinematográfica na Califórnia. Entre os campos de crítica e de produção artística feministas e pós-coloniais, o QWOCMAP produz seus filmes promovendo outros modos de representação imagética sobre sujeitos que aglutinam em seus treinamentos fílmicos, assinalando assim algumas das distinções políticas que fazem sobre suas posicionalidades enquanto mulheres lésbicas, trans, queer, pessoas não-binárias e não-brancas (negras, latinas, asiáticas, indígenas) no contexto social estadunidense. O ensaio aqui apresentado analisa estas atividades de criação do QWOCMAP como contexto de produção de arte e enquanto um campo de disputas no interior das políticas de representação, parte de técnicas de ‘resistência queer of color’ (‘queer’ de cor) possíveis no enfrentamento de visões normativas estereotipadas, frequentemente elaboradas sobre estes sujeitos. Na análise aqui proposta considero as maneiras pelas quais muitas dessas criações artísticas intencionalmente colocam em relevo as individualidades desta(e)s criadora(e)s em suas auto-definições no espectro variado do que ali definem como queer of color (mulheres lésbicas, pessoas trans e não-binárias, não-brancas), apontando para a importância da inclusão destes pertencimentos étnicos, culturais e sociais naquelas produções artísticas. Essa produção é então aqui considerada como um dos modos pelos quais sejam possíveis produzir conversações públicas sobre a arte e seu público como agentes políticos ativos na esfera pública, elementos transformadores de percepções públicas e sociais sobre grupos tidos como “estigmatizados”, “marginais” ou “periféricos”.

Apresentação Oral em GT

Como ser artista em tempos de arte contemporânea? Os jovens artistas e suas estratégias de legitimação

Guilherme Marcondes dos Santos

Esse work está relacionado ao projeto de doutorado Arte e Consagração: Os Jovens Artistas da Arte Contemporânea, em andamento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Nessa pesquisa, tomando-se os jovens artistas, busca-se a compreensão do que o mundo da arte vem tentando constituir como sendo Arte contemporânea. Com esse fim, questionários abertos têm sido aplicados com



jovens artistas, assim, o presente artigo trará uma análise preliminar que visa a caracterização desses personagens, como também das ações desempenhadas por eles com a finalidade de se estabelecerem enquanto legítimos artistas na esfera da arte. A Arte contemporânea, tema de acalorados debates em seu favor ou não, está atualmente na ordem do dia. Seu surgimento na década de 1960 trouxe novas formas de expressão artística, como a performance, além de novos modos de ação e identificação para os atores sociais da arte. Exemplo disso são os curadores de exposições, antes chamados pela alcunha de organizadores de exposições, autonomizaram-se com o advento da Arte contemporânea e hoje são figuras que ganham os holofotes, sendo quase que indispensáveis às instituições artísticas. Antes pinturas como as de Sandro Botticelli, as obras de arte hodiernamente podem se dar através das proposições de corpos em movimento ou não, como as de Marina Abramovic. Fato é que a Arte contemporânea tem se constituído como um universo com linguagens próprias, capaz de construir novos cânones e regras, através das ações desempenhadas diariamente por aqueles que a apoiam. E assim, a Arte contemporânea tem angariado novos adeptos. Jovens com as mais variadas formações têm se dedicado ao work artístico relacionando suas produções a esse universo. A fim de compreender que regras e cânones têm sido edificados pela Arte contemporânea, os artistas, especificamente aqueles que se consideram jovens artistas, seja pela idade ou tempo de carreira recente, foram escolhidos como foco dessa análise. Suas estratégias de ação para estabelecerem-se enquanto artistas legítimos e reconhecidos por seus pares da esfera artística, são aqui o foco.

Apresentação Oral em GT

Cidade, graffiti e os desafios da pesquisa etnográfica na cidade de Natal/RN – Brasil

José Duarte Barbosa Júnior, Lisabete Coradini

Este work aborda a experiência e os desafios à pesquisa que cruza urbanismo, arte de rua e imagem, especificamente a cidade do Natal e a sua construção através dos murais grafitados. Colocamos o problema de como os graffitis abstraem a excessiva dureza da cidade. No âmbito das imagens da cidade, há um campo de possibilidades, ou seja, de estratégias, para a negociação dos significados. Como experiência da nossa pesquisa, consideramos as possibilidades dos graffitis como registro documental, obra de arte e comunicação visual. Enquanto registro, os graffitis em questão contam histórias inscritas no tecido urbano e, tornam-se assim documento de uma ação e de uma relação entre aquele que intervém no espaço e os que veem sua intervenção. Enquanto obra de arte, os graffitis atuam como estratégias de afecção, de uma intenção de afetar um determinado público. Enquanto comunicação, os graffitis estabelecem um processo ativo de circulação de imagens e significados. Os murais os quais chamamos atenção colocam, muitas vezes, temas objetivos (ou seja, possíveis que são de tornar-se objeto do pensamento), frases literais cujo campo de possibilidades significativos oscilam entre a experiência individual e a coletiva. Como desafio, coloca-se novas estratégias da pesquisa de campo, o que implica um constante acompanhamento das ações dos nossos interlocutores e do estabelecimento de uma relação de proximidade que inclua interesses compartilhados. Outro desafio é estabelecer um diálogo entre as imagens e como reescrever as imagens na etnografia, considerando que, muitas vezes, para seus autores elas são o texto.

Palavras chave: cidade graffiti arte

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/925_2016-12-23.pdf

Apresentação Oral em GT

Entre ação e representação: os vèvès haitianos e as relações entre pessoas, coisas e espíritos

Júlia Vilaça Goyatá

Propõe-se um exercício de reflexão em torno dos trânsitos entre os campos da arte e da religião tendo em vista a produção dos vèvès, grafismos que em um lugar fundamental nos rituais vodu no Haiti e que são também fundamentais na construção de uma imagem estética nacional. Trata-se de questionar em que medida a noção de arte, tal como a concebemos, dá conta ou não da relação entre pessoas, coisas e espíritos no âmbito do regime de conhecimento vodu e, ainda, de pensar nas implicações da incorporação de desenhos rituais para dentro das galerias de arte contemporânea, bem como em seu uso político. Para tal tomaremos como fonte de análise o material produzido por duas exposições recentes que tem como mote uma noção ampliada de 'arte haitiana': uma realizada na França em 2014, "Haiti:deux siècles de création artistique", e outra no Brasil em 2015, "Haiti:vida e arte". Apesar de construídas em torno de curadorias com objetivos distintos essas exposições permitem uma aproximação privilegiada tanto à produção material haitiana quanto à uma certa concepção de arte que queremos apreender criticamente.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466460414_ARQUIVO_TextoRBAJoaoPessoa_JuliaGoyata.pdf

Apresentação Oral em GT

Freedas: arte urbana e feminista em busca da liberdade pelas ruas de Belém do Pará

Leila Cristina Leite Ferreira, Lucélia Leite Ferreira

Este artigo é parte de uma pesquisa realizada com e sobre as Freedas, uma crew de mulheres de Belém do Pará. O objetivo aqui é analisar o grafite como uma arte urbana que está espalhada pela cidade, sendo construída também por mulheres que a partir dele estão reivindicando seu direito de liberdade de expressão, liberdade de ir e vir sem que se sintam ameaçadas pelo simples fato de serem mulheres, mulheres feministas que se utilizam do grafite para protestar, mas também para falar de arte. O grafite é um dos elementos do Movimento Hip Hop e em Belém está organizado em diversas crews, ou seja, grupos de grafiteiros, organizados por jovens. Essa pesquisa tem como metodologia a observação, entrevistas, o registro de imagens para a realização de uma pesquisa visual. As mulheres para estarem inseridas no contexto do hip hop, enquanto uma arte de rua, precisam de várias militâncias, pois precisam brigar desde a conquista de mais espaço no muro para grafitar até o direito de permanecer na rua construindo a sua arte sem que isso seja visto como algo pejorativo."

Palavras chave: Arte. Grafite. Freedas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/544_2017-01-16.pdf

Apresentação Oral em GT

As "Dobras da Sobrecasaca": Retrato Fotográfico, Vestuário de Luto e os Rituais Fúnebres no Segundo Reinado

Márcia Carnaval de Oliveira

A proposta trata do corpo feminino enlutado no retrato fotográfico brasileiro produzido no período do Segundo Reinado buscando compreender o sentido da usabilidade da forma vestimentar no conjunto simbólico dos rituais fúnebres no século XIX, marcado pelo processo de secularização que atingia as camadas urbanas no Rio de Janeiro. Optou-se por uma seleção de imagens reunidas na Coleção Princesa Isabel que comporta expressivo número de retratos da nobreza e da elite brasileiras, interrogando as razões pelas quais tais corpos davam-se a ver pela fotografia com vestuário específico e o papel que o processo recém-descoberto e a tradição vestimentar tinham na construção da identidade e suas ligações com o poder. Para dar conta desse objeto duplo, buscaram-se os modelos visuais recorrentes nos estúdios fotográficos, nos

palácios e sobrados da elite brasileira, mas também as imposições da moda e as transformações na forma retrato. Tratou-se de reconstruir um sistema indumentário de luto, ou seja, a maneira de vestir da nobreza e elite durante o Segundo Reinado, por ser a classe que, prioritariamente, se fazia fotografar. Levou-se em consideração a incidência de itens e sua dinâmica temporal, mas, sobretudo, pretendeu-se verificar as mudanças na ordem das imagens. Se a fotografia lutuosa não é parte dos ritos fúnebres como a fotografia post-mortem foi, mesmo por curto espaço de tempo, o vestuário é uma obrigação moral, parte da etiqueta da corte. Captado pela imagem nascente, tinha um papel público a desempenhar na dramatização dos gestos e do corpo, como destacou Daniel Roche e, embora só informe parcialmente aspectos da vida cotidiana, de seus produtores e proprietários, encontra no tempo da sua produção um sentido que escapa aos leitores da imagem na atualidade. Partiu-se das reflexões de Walter Benjamin ao perceber que a fotografia forneceu um inventário incomparavelmente mais preciso que o olho, capaz de revelar o infinitamente pequeno e incomensuravelmente grande: um precipício de tons de cinza nas dobras de uma sobrecasaca. Tal como o ensaísta, é a função simbólica dos objetos representados nas imagens que se persegue, ou seja, aquilo que podem responder culturalmente.

Apresentação Oral em GT

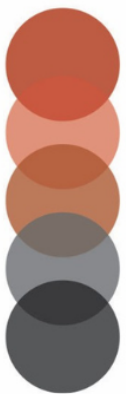
Esculpindo o ideal de “homem novo”: discursos sobre raça, gênero e nação no Estado Novo

Marina Mazze Cerchiaro

O edifício do Ministério da Educação e Saúde (MES), erguido durante a gestão do ministro Gustavo Capanema, fazia parte do projeto do governo ditatorial de Getúlio Vargas de imprimir sua marca na capital federal, na época o Rio de Janeiro, por meio da construção de palácios para abrigar ministérios e órgãos públicos. Para o prédio, considerado um dos símbolos da arquitetura moderna brasileira, foram realizadas diversas obras de arte: 19 painéis de Candido Portinari, oito painéis de azulejos feitos pelo pintor e por Paulo Rossi-Ossir e um conjunto de esculturas produzidas entre 1938 e 1947 pelos escultores Celso Antônio, Adriana Janacópulos, Bruno Giorgi e Jacques Lipchitz. O objetivo desta comunicação é, por meio da análise de parte desse conjunto de esculturas, especificamente das obras e maquetes de Homem Brasileiro, Moça Reclinada, Moça Ajoelhada, Mãe, Mulher e Juventude Brasileira, investigar as tentativas de figurar o ideal do “homem novo” empreendidas por políticos, intelectuais e artistas ligados ao MES. Buscamos compreender o que essas obras, como fontes, podem revelar acerca dos discursos sobre raça, gênero e nação do período. A análise das esculturas encomendadas para o ministério revelou a existência de dois projetos divergentes de construção do “homem novo”. O primeiro emergia dos debates em torno da obra Homem Brasileiro e almejava forjar a imagem do “homem novo” por meio da figura masculina e da categoria de raça. Esse projeto fracassa, dando origem a um segundo, no qual a categoria de raça se articulava com a gestão da sexualidade. A função do Estado Novo consistiria, então, em transformar uma nação “feita na cama”, ou seja, no sexo inter-racial, em uma nação “feita no lar”, fundada no casamento e na maternidade. A meta era conciliar o mito de origem do Brasil com o ideal de futuro da nação. Nesse discurso, a mulher adquiria papel central, pois era a metáfora adequada tanto para figurar a brasilidade, encarnando a imagem da índia ou da mestiça erotizada, quanto a regeneração do homem brasileiro, uma vez que, como mãe e esposa, iria gerar e educar os futuros cidadãos. Nas esculturas do MES, essa narrativa pode ser identificada no conjunto de estátuas femininas e no Monumento à Juventude Brasileira. No entanto, nenhum desses projetos de construção do “homem novo” foi consensual, uma vez que o processo de encomendas revelou formas de resistência e de subversão por parte dos escultores, que, em muitas situações, desfrutaram de autonomia, impedindo que suas obras se convertessem em propaganda política do regime.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466474811_ARQUIVO_MarinaCerchiaroGTarteeantropologia30rba.pdf



Apresentação Oral em GT

O grafite como uma prática emergente na cidade de Fortaleza: Dinâmica de legitimação no contexto urbano

Nicole Sousa Bessa, Luana Carolina da Silva Monteiro

O grafite é reconhecido como uma dentre as artes urbanas, caracterizada por vezes pela aprimorada qualidade artística. Entretanto, a prática do grafite tem sido criticada por muitos, pois em determinados aspectos sua expressão pode ser interpretada como um rabisco que causa poluição visual nas cidades, podendo ainda ser caracterizado como um ato de vandalismo por — pichar muro e patrimônio público. No entanto, essa prática é a própria configuração da condição urbana. Nesse sentido, a hipótese que fundamentou esse artigo é a de que há convergências entre as formulações acerca do patrimônio cultural imaterial e a apropriação política ou institucionalização da prática do grafite. Assim, para dar conta desta dupla dimensão, neste work, objetivou-se analisar o ato de grafitar sob a perspectiva da mudança sofrida – a prática marginal se torna arte na cidade de Fortaleza (CE) – e compreender os subsídios que foram criados para a legitimação dessa dinâmica como patrimônio cultural imaterial. Nesse sentido, considerou-se as intervenções artísticas realizadas segundo uma lógica político-administrativa, o grafite foi configurado como um caso particular do possível da relação entre cultura, política e patrimônio. A partir desses pressupostos verificou-se que a forma mais eficaz de proteger e preservar o patrimônio intangível e tangível é garantindo a subsistência dos próprios agentes que produzem ou são (artistas, artesãos e outros) portadores desse patrimônio. É preciso ainda considerar que a manutenção do patrimônio cultural imaterial vincula-se a uma esfera patrimonial mais ampla, aquela de toda a herança cultural da humanidade. Uma nova forma metodológica que aproxima material de divulgação, intervenções realizadas na cidade de Fortaleza e entrevistas com os artistas do meio do grafite, revela o curso de uma dinâmica de legitimação. Nesta perspectiva, as intervenções são assim voltadas à criação de condições favoráveis para uma experiência estética capaz de produzir transformações sociais de perceber o cenário urbano e de estabelecer relações afetivas com a cidade.

Trabalho completo:

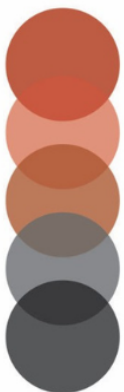
https://www.abant.org.br/files/1466358930_ARQUIVO_OGrafitecomoumapraticaemergentenacidadedeFortaleza.pdf

Pôster em GT

“Nós de Aruanda” - Artistas de terreiro: tecendo saberes e tradições nos salões de arte de Belém-PA

Renata Alencar Beckmann de Lima, Marilu Marcia Campelo

A exposição “Nós de Aruanda – Artistas de Terreiro” ocorre anualmente, através de curadoria coletiva do NEAB - GEAM, da UFPA, reúne as propostas de vários artistas, principalmente de Belém do Pará - lugar onde ocorre, para abrir ao público mais diverso sobre as expressões culturais relacionadas às práticas das tradições afro-brasileiras. A proposta deste poster é mostrar as expressões culturais produzidas dentro dos terreiros trabalhadas nesta exposição e analisar através das imagens, dentro do contexto do desenvolvimento da arte afro-brasileira, as práticas ancestrais, mostradas para a sociedade. Além de uma outra forma de ver e sentir o elemento de religiosidade ancestral de origem africana. Estas expressões culturais têm sido trabalhadas pelo Grupo de pesquisa Roda de Axé/CNPq, parte do NEAB Afroamazônico/UFPA, há quatro anos. “Nós de Aruanda” é uma expressão que dá título para uma exposição e brinca com os sentidos que a expressão pode ter: de quem, ou de quais de nós, nós estamos falando, quem somos nós? Descobrir e divulgar esse rico universo em uma perspectiva diferenciada e suas correlações com as muitas Áfricas que (re) inventamos no Brasil. Com estas atividades é celebrada Mãe Doca, que se tornou ícone da resistência para o direito da expressão afro-religiosa no Pará e desta forma se abre um novo espaço - o do salão de arte - a



iniciados de diferentes práticas afro-religiosas para o enfrentamento do preconceito que essas religiões sofrem ao longo dos anos.

Apresentação Oral em GT

Sobre coleções e colecionadores: o acervo de cerâmica do Museu do Índio

Renata Curcio Valente

O presente work tem o propósito de compartilhar um conjunto de questões que dizem respeito a etnografias de coleções e ao desenvolvimento de pesquisas em acervos etnográficos no Brasil. Trazendo algumas reflexões sobre a particularidade da organização institucional do acervo do Museu do Índio (FUNAI), procuro neste work contribuir para a discussão da validade do recorte de “coleção” como uma categoria para pensar sobre objetos etnográficos em um museu contemporâneo. O Museu do Índio está entre os quatro maiores museus etnográficos no Brasil, preservando em seu acervo um conjunto de aproximadamente vinte mil artefatos indígenas, de diferentes tipos e de origens étnicas de grande diversidade. Destacam-se, em meio a esta diversidade de artefatos, um conjunto de objetos cerâmicos dos povos indígenas de grande expressão. As formas e possibilidades de explorar este vasto universo e promover o esforço de pesquisa sobre um acervo etnográfico exige a consciência da arbitrariedade que significa estabelecer um recorte ou uma delimitação deste conjunto mais amplo, no que chamamos de “coleções etnográficas”, conforme nos atenta Pierre Bourdieu. A referência às “coleções” como categoria de análise, permite ter acesso às estratégias de atribuição de autorias e nomeações, e às determinadas finalidades discursivas a elas associadas. Não podemos, como argumenta Benedict Anderson, perder a dimensão da força simbólica que os museus têm, junto com o censo e o mapa, de atuar como instrumentos de difusão de uma ideologia de Estado, de uma “gramática colonial”. Tomando como ponto de partida a própria definição da instituição para “coleção”, pretendo problematizar esta categoria para pensar sobre “formas de colecionamento” institucionalizadas pelo Estado. Se considerarmos que os objetos etnográficos são produzidos por artistas indígenas, coletados por pesquisadores, viajantes, missionários, sertanistas ou outros, sob encomendas de instituições, como nomear uma coleção ou como atribuir a ela uma autoria? Tomar a categoria de “coleção” como ponto de partida, ainda que arbitrária e passível de discussão, foi pensada como uma estratégia para historicizar este acervo e a própria instituição. Seria uma forma de decifrar as histórias destes agentes, dos motivos de coletar para esta instituição, de entender a relação com os grupos indígenas, permitindo aos pesquisadores e sobretudo aos indígenas, compreender as dinâmicas de circulação dos objetos etnográficos, da constituição de uma instituição museológica e de suas redes, considerando as perspectivas e cenários futuros para os museus e no que diz respeito ao seu diálogo com os povos indígenas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467341609_ARQUIVO_GTArte2016workRenatafinal.pdf

Apresentação Oral em GT

Uma experiência de qualificação de acervo etnográfico realizado pelos indígenas

Sheila Maria Guimarães de Sá

No final dos anos 70 e início dos anos 80 vimos o surgimento do movimento dos povos indígenas no Brasil em busca de direitos e cidadania. Nos anos 90 esse movimento se intensificou. Podemos dizer hoje que o movimento amadureceu e o protagonismo dos povos indígenas vem se consolidando em diversas áreas do conhecimento. Quero aqui neste work discutir o que podemos considerar como sendo uma nova frente onde esse protagonismo começa a se fazer presente, ou seja, na esfera das ações museais. E em especial a experiência de work que temos desenvolvido junto com alguns pesquisadores e artesãs e artesões indígenas



no tocante a leitura étnica dos acervos de arte indígena sob a guarda do Museu do Índio. A leitura desses acervos pelos próprios indígenas, qualificando-os e requalificando-os, joga novas luzes ao conhecimento sobre esses objetos que são apresentados como sendo arte dos povos indígenas no Brasil. O modo de fazer, os materiais empregados na confecção e a seleção do que mostrar e não mostrar é redefinido nesse processo. Interessa-nos aqui apresentar algumas experiências que consideramos bastante significativas, dentre tantas outras, ocorridas no âmbito das oficinas de qualificação do acervo. Enfatizamos aqui duas questões: uma o protagonismo das mulheres artesãs Marubo ao fazerem a leitura étnica/qualificação do acervo adicionando novos conhecimentos sobre os objetos sob a guarda do museu, e outra sobre o significado de arte e beleza das mulheres Marubo, a partir da qualificação/descrição dos objetos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467318318_ARQUIVO_Texto30RBA-Sa-30-06-2016-Final.pdf

Apresentação Oral em GT

A cidade como obra de arte e a crítica: utopia e projeto nos escritos de Mário Pedrosa acerca da construção de Brasília

Tarcila Soares Formiga

Mário Pedrosa (1900-1981) destacou-se por sua atuação como intelectual no Brasil, dedicando-se a diferentes atividades, que iam desde a militância política em partidos de esquerda no país e no exterior, passando pela crítica literária e também pela crítica de arte. Embora a atuação de Pedrosa como crítico de arte mereça destaque, pelo fato de ter sido no exercício judicativo que ele exerceu uma maior influência entre grupos de artistas e também entre outros críticos, adquirindo reconhecimento nessa esfera, existe outro campo de atuação em que suas ideias adquiriram ressonância, a saber: a crítica de arquitetura. No final da década de 1950, após ter se dedicado a legitimar o concretismo no Rio de Janeiro, por meio das suas colunas de artes plásticas em jornais e da participação em debates no meio artístico – em que se posicionava favoravelmente a artistas vinculados ao Grupo Frente, tais como Ivan Serpa, Franz Weissman Lygia Clark, Lygia Pape, Aluísio Carvão, Abraham Palatnik, Hélio Oiticica, entre outros – Pedrosa tornou-se um entusiasta da construção da nova capital e dos projetos arquitetônicos associadas a ela, mobilizando parte de sua energia intelectual para debater o impacto que essa experiência traria nas esferas social, política e artística. A partir desse período, o sistema de prioridades do crítico sofreu alterações e a ênfase recaiu na arquitetura e na colaboração dos artistas para um projeto mais amplo, a saber: a realização de uma síntese das artes na forma de uma cidade utópica que traria mudanças de amplo espectro para a sociedade brasileira. Considerando, portanto, o papel desempenhado por Pedrosa na discussão dos impactos sociais e artísticos da nova capital da república, o objetivo central deste work é compreender como o desenvolvimento da arquitetura brasileira e a construção de Brasília foram fundamentais para a elaboração de um projeto crítico associado, principalmente, à ideia de arte sintética e integradora como devir da modernidade.

Palavras chave: Mário Pedrosa, Brasília

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/647_2016-12-16.pdf

GT 018: Articulações transnacionais, identidades indígenas e políticas indigenistas nos séculos XX e XXI

O GT pretende examinar processos ligados à definição contemporânea de políticas indigenistas e identidades indígenas a partir de articulações político-administrativas, jurídicas e simbólicas envolvendo o agenciamento



de atores situados em diferentes escalas e níveis. Além de funcionários das administrações públicas de Estados nacionais, podemos identificar como parte desses processos membros de bancos multilaterais; da OEA, UNESCO, FAO, OIT, OMS e outras agências da ONU; de agências bilaterais de cooperação e de ONGs nacionais e internacionais; empresas; e profissionais de distintas áreas acadêmicas, como saúde, educação, antropologia, direitos humanos, gestão ambiental e desenvolvimento comunitário, dentre outras, além de representantes indígenas e de suas organizações. Buscamos reunir assim pesquisadores que estejam desenvolvendo investigações etnográficas que exemplifiquem casos de articulação social, política e simbólica entre espaços sociais locais, nacionais e transnacionais. Visamos com isto ampliar a compreensão sobre a territorialização de determinadas formas de indigenismo e de seus processos de constituição histórica, analisando suas perspectivas, configurações e processos sócio-políticos; práticas cotidianas; efeitos nos modos de vida e na autodeterminação dos indígenas enquanto sujeitos de direito; e a atuação desses indígenas em relação aos diferentes agentes e projetos com que interagem.

Maria Macedo Barroso (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Ricardo Verдум (UFSC) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

As Infraestruturas Públicas como objetivação do Estado Nacional em Comunidades Indígenas

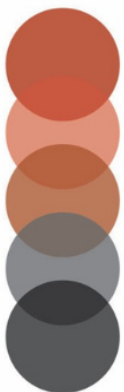
Antonio Weliton Simao de Melo

A sociedade envolvente contemporânea vive com uma crescente dependência de novas tecnologias. E esta dependência se reflete também nas comunidades mais isoladas como as indígenas, por exemplo, onde, na mente de muitos desconhecedores da realidade, a vida é levada mais ao natural. No entanto, para que estas tecnologias sejam operacionalizadas, se faz necessária à constituição de uma série de redes de relações e de um aglomerado de infraestruturas essenciais para o funcionamento destas inovações, sejam elas de propriedade pública ou privada, de uso educativo, no atendimento a saúde, na produtividade de excedentes ou subsistência, no entretenimento e lazer, etc. E como resultado das afinidades estabelecidas em torno destas infraestruturas, se distribuem as relações de poder e dominação que se impõe na organização local configurando os sistemas de governo e determinando o modus vivendi das comunidades. Como exemplo desta reorganização a partir do escudo destas infraestruturas, apresentamos a Comunidade Indígena Napoleão no município de Normandia em Roraima, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesta comunidade, é possível perceber um emaranhado de relações que se solidificam em torno das infraestruturas públicas dispostas na localidade, que, embora, se apresentem como neutros frente ao posicionamento político do movimento indígena da região, mantêm relações políticas intensas com a classe política dominante. Ao mesmo tempo, em que reivindicam posições políticas eleitorais estratégicas no município, se organizam internamente segundo sua interpretação de como deve ser administrado seus recursos tecnológicos disponíveis. Simultaneamente, recriam uma hierarquia singular a sua realidade, constituindo assim personalidades representativas que possuem uma identidade simbólica do poder público nesta comunidade. Como por exemplo, da função de gestor escolar, que ultrapassa a fronteira educacional e conflui com a liderança política local, onde, em caso de visitas de pessoas estranhas à comunidade, ao procurar informação a algum morador, comumente será encaminhado à residência do professor, caracterizando a simbolização de alguém mais entendido para prestar alguma informação.

Palavras chave: infraestruturas; comunidade; politica

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/947_2017-08-22.pdf

Apresentação Oral em GT





Participação dos Povos Indígenas no Processo Decisório do COSIPLAN

Flávio de Lima Queiroz, Ana Tereza Duarte Lima de Barros

Qual a participação dos povos indígenas nos projetos de infraestrutura do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento? O artigo tem como objeto de estudo a interação dos indígenas com o COSIPLAN, órgão da União das Nações Sul-Americanas. Nessa perspectiva, analisam-se casos em que se destaca a importância do direito de participação dos indígenas nos processos decisórios do COSIPLAN por intermédio de mecanismos formais. A pesquisa está fundamentada em revisão de literatura sobre o déficit democrático das organizações internacionais e a problemática dos direitos indígenas nos Estados da América do Sul.

Apresentação Oral em GT

Trajetória e narrativa e Davi Kopenawa em "A queda do céu".

Hugo Ciavatta

Pesquisando trajetórias, biografias indígenas e analisando as narrativas dos movimentos indígenas no Brasil, pretendo apresentar neste artigo uma leitura de "A queda do céu", de Davi Kopenawa e Bruce Albert, como articulação política, teórica. O indigenismo no Brasil, os processos sociais de conflito, bem como os debates antropológicos que acompanham essas narrativas, então, são o horizonte deste work comparativo. Etnografia e história, relações de poder, Estado, reconhecimento e interlocução de pesquisa são temas que articulo para apresentar a narrativa e a trajetória de Davi Kopenawa em "A queda do céu". Trata-se de explorar, nessas narrativas, as relações sociais dos contextos aos quais elas se remetem, mas, também, por outro lado, de procurar pelas relações sociais que a narrativa de Kopenawa e Alberte engendram, bem como do que a trajetória de Kopenawa revela sobre o Estado brasileiro, por exemplo, ou da articulação antropológica e política, a nível internacional, mobilizada. Importante, nesse sentido, será realizar uma dupla comparação, da trajetória e da narrativa com as manifestações políticas indígenas desde os anos 1970, e ainda procurar pelas relações de uma proposta de intervenção, "A queda do céu", com parte da literatura antropológica, especialmente contemporânea, nesse cenário.

Apresentação Oral em GT

Em busca da memória e da identidade: a resistência do povo Charrua no Uruguai

Jose Ignacio Gomeza Gómez Corte

O Charrua, um povo transfronteiriço que ocupa territórios alocados hoje em três países – Argentina, Uruguai e Brasil - é objeto de esquecimento e negação por parte das políticas dos Estados nacionais. Pela ação das organizações indígenas, muito timidamente começa-se a admitir aos descendentes dos Charrua que vivem em seu território. Atualmente se está configurando um espaço de "memórias em disputa" (POLLAK, 1989). O povo Charrua foi muito combativo e resistente à colonização do seu território. Tanto as autoridades coloniais quanto as republicanas, enxergavam nos povos Charrua um obstáculo para o "progresso nacional", a "afirmação das leis", a "segurança dos cidadãos" e da "propriedade privada". Em abril de 1831 teve lugar a Matança de Salsipuedes, no qual o povo Charrua foi dizimado, num caso de genocídio e etnocídio, ao serem, os sobreviventes, separados e dispersados como pessoal de serviço doméstico em Montevideu. Muitos conseguiram fugir e instalar-se nas profundezas do monte num processo de transformação de índio em gaúcho ou peão. Ao longo do século XIX, disfarçados como gaúchos nas periferias dos povos rurais e grandemente miscigenados com a sociedade branca e preta, a identidade Charrua ficou nos espaços da memória individual de cada sujeito. Com a afirmação do Estado-nação, o relato oficial os converterá em

artigo de lenda, dum passado remoto e inexistente. O problema central da pesquisa surge a partir do conflito existente entre os Charrua contemporâneos e a memória nacional (HALBWACHS, 1990) ou memória enquadrada (POLLAK, 1989) dos territórios aonde vivem. A emergência das organizações indígenas começa a plantear um sério desafio em matéria de políticas públicas para o governo uruguaio. A demanda pelo reconhecimento oficial do genocídio do povo Charrua ocorrido ao abrir-se o período republicano, a exigência da ratificação da Convenção 169 da OIT e os recentes reclamos de reconhecimento de territórios ancestrais, configura um novo cenário político-social de alcances indeterminados. A partir do acompanhamento de reuniões das organizações indígenas dos Charrua, eventos de rememoração – instâncias de recriação da identidade coletiva do grupo – e de entrevistas aos membros de comunidades do interior do país e da cidade de Montevideo, a busca é verificar os recursos usados pelos Charrua para o reconhecimento dos seus territórios de ocupação tradicional e para o desenvolvimento atual da etno-gêneses; as formas de afirmação identitárias diante as políticas públicas negadoras; e as estratégias de articulação em instâncias internacionais (Mercosul Indígena, Fundo Indígena, ONU) para obter apoios na sua luta. O work está sob a orientação de Dr. Jose Ribamar Bessa na linha Oralidades, literatura e etnosaberes

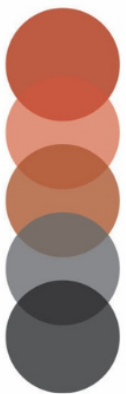
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467306546_ARQUIVO_J.IgnacioGGomezCorte-XXXReuniaoBrasileiradeAntropologia.pdf

Apresentação Oral em GT

Reflexões sobre como em práticas políticas algumas construções de etnicidade se articulam com discursos transnacionais sobre gênero, construindo alternativas de mobilidade social

María Rossi Idárraga

O Vaupés se localiza na Amazônia, em fronteira com Brasil. Sua população é majoritariamente indígena, e mais do 70% do seu território são terras indígenas. Na sua administração coexistem várias autoridades políticas e administrativas, legalmente equivalentes, mas com diferentes níveis de abrangência, autonomia e expertise. Entre elas, encontram-se as organizações indígenas, que agrupam várias comunidades, membros de mais de 23 povos que habitam a região. Todas cumprem funções de representação, e algumas cumprem funções administrativas amplas, como gestão da educação. Estas organizações, mesmo com variações nas suas competências legais e administrativas, partilham estruturas de funcionamento. Todas têm uma representante das mulheres ocupando um cargo conhecido genericamente como “área de mulher”. Este cargo surge nos anos noventa, depois da constituição política de 1991 e das crises do Conselho Regional Indígena do Vaupés – CRIVA –, criado nos anos 70, e que configurou o espaço de representação política indígena na região. No início do CRIVA a participação política não teve uma marcação de gênero, mas progressivamente a participação política foi se configurando como masculina. As mulheres que ocupam atualmente o cargo de “área de mulher” são de uma geração na qual a política indígena no departamento já era um espaço masculino; e na sua participação trabalham com noções de mulher como assunto, herdadas de pautas nacionais e internacionais sobre gênero, violência e desigualdade; e trabalham também com a participação política como oportunidade de formação, circulação e work que lhes permite mobilidade social, de formas que não estão disponíveis para elas, enquanto mulheres, em outros espaços. Em outras palavras, as “áreas de mulher” são um requisito burocrático produto de processos nacionais e internacionais de busca de inclusão de gênero. No entanto, o exercício das representantes nesses cargos se distancia disso e opera num cenário em que as desigualdades de gênero estão claramente presentes, mas os caminhos e as expectativas para lidar com elas se pautam por desejos e alternativas locais divergentes. Para refletir sobre o assunto comparo a organização e realização de dois “Encontros de mulheres indígenas”, de duas organizações diferentes, da zona central do Resguardo, OZCIMI, realizado em 2013, e do igarapé Cuduyarí, UDIC, realizado em 2014. Para pensar sobre como os discursos de gênero enquanto assunto político pautado pelas relações burocráticas de administração e governo nacional e internacional, se articulam com as relações de gênero nas esferas da política indígena



regional e da formação escolar e técnica; redundando em construções de etnicidade generificada que vão ser objeto de disputa política e ferramenta de negociação.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466951685_ARQUIVO_EtnicidadegeneroemobilidadesocialArtigoMariaRossi.pdf

Apresentação Oral em GT

Povos Indígenas e produção de uma arena política no contexto de implantação da Hidrelétrica de Belo Monte

Roberta Aguiar Cerri Reis

O estudo a ser apresentado tem como objetivo identificar as lacunas e os limites de participação indígena no contexto de implantação da hidrelétrica de Belo Monte e seus desfechos no processo de articulação política dos povos indígenas localizados na bacia do médio rio Xingu. A pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos administrativos e observação enquanto participante de reuniões institucionais entre lideranças indígenas, agentes estatais e empreendedor (Norte Energia S.A.). Como ponto de partida, localizei e identifiquei os atores, os cenários e as políticas públicas que se relacionam com o movimento dos povos indígenas na região. Então, relacionei esses contextos à emergência de uma arena política decorrente da atualização do movimento indígena no médio Xingu. Indissociável a esse processo, os eventos observados e documentos pesquisados dialogam com os elementos históricos e simbólicos construídos em torno da Amazônia e à luz de algumas transformações sócio-históricas que marcam, especificamente, aquela região. A partir desse levantamento e de meu campo etnográfico, pude analisar os limites e possibilidades da participação social de grupos indígenas em confronto com as práticas de poder que envolvem grandes empreiteiras, governos centrais e locais. Diante do cenário estabelecido, observou-se um movimento de articulação política e simbólica entre lideranças locais que culminou em uma aliança entre indígenas citadinos e territorializados, desenhando, assim, uma possível estratégia ao enfrentamento dessa conjuntura. Tendo como base suas próprias formas de fazer política, o que significava lançar mão de falas duras, uso de armas como flechas e bordunas em reuniões, “sequestro” de engenheiros, dentre outros atos considerados pelas instituições não indígenas como atos de indisciplina. Se por um lado a estratégia política da aliança tenha surtido efeitos reais e mensuráveis diante dos cenários de disputa, compromissos e contingências envolvidas no projeto de desenvolvimento que marca a construção da barragem de Belo Monte, considero que tais articulações e desfechos não podem ser consideradas apenas como um enfrentamento ou retórica de resistência aos instrumentos creditados como dominadores da vida cotidiana de uma coletividade, como são as políticas públicas. Não se trata aqui de culturas de resistência, mas sim de um processo que expressa a resistência das culturas contra formas pensadas como hegemônicas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466471456_ARQUIVO_comunicacao_GT.pdf

Apresentação Oral em GT

Saúde Diferenciada”, Território e Indianidade: o caso dos Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi

Vanderlúcia da Silva Ponte

Neste work analisa-se o processo de constituição de um processo de territorialização, marcado por referências cosmológicas do povo Tenetehar-Tembé e por referências de apropriação a outras experiências sociais e culturais. Entre uma ação pública local e os marcadores culturais do povo Tembé se encontram, se confrontam e se combinam lógicas distintas, possibilitando aos grupos de aldeias Guamá e Gurupi, da Terra



Indígena Alto Rio Guamá - TIARG no nordeste do Pará (Brasil), ampliar seus recursos em estratégias por garantias de direitos territoriais e sociais em um processo local onde repercutem dialeticamente exigências de agendas políticas nacionais e mundiais. O objetivo é entender a relação que as “lideranças Tembé” estabelecem entre “saúde diferenciada”, discurso apropriado por meio da implantação da Política Nacional de Saúde Indígena (PNSI), nas aldeias, a questão do território, e da territorialidade Tembé, porque por meio dessa relação é possível perceber, o discurso justificador, as ações, os recursos e as estratégias que esse povo utiliza para fortalecer a indianidade Tembé e a permanência em seu território. Trata-se de uma dinâmica territorial cuja compreensão exigiu uma análise comparativa, o que permitiu definir mais adequadamente a dinâmica territorial e sua relação com um sistema de atores. Através desse viés metodológico foi possível entender como operaram nos dois grupos de aldeias, Guamá e Gurupi, os efeitos produzidos pelo processo de intervenção da Política de Saúde Indígena nas aldeias. A formação de “novas lideranças”, com saberes práticos e técnicos adquiridos em parte pela inserção nos serviços de saúde, consolida uma rede de parceiros que apoiará os Tembé na reivindicação e reconhecimento do território, assim como de seus conhecimentos tradicionais. O quadro teórico deste work aporta-se em referências da ação pública local e do sistema de atores (LASCOURMES et LE GALÈS 2007; TEISERRENC, 2010a; 2010b) até o território e a territorialidade (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) passando obrigatoriamente pela perspectiva da indianidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2006). Com base nessas referências teóricas, abordou-se a introdução das lideranças Tembé na política local de saúde, estabelecendo parcerias para defender seus direitos a um modo de vida específico, diferente da população em geral.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466368608_ARQUIVO_artigo.pdf

Apresentação Oral em GT

Mudanças climáticas e novas formas de dominação: uma etnografia da política de governança

Vanessa de Souza Hacon

O presente artigo parte do conceito de "local-level politics" instrumentalizado pelo conceito de "campo" proposto por Swartz (Local-level politics: social and cultural perspectives, 1968) para pensar a articulação entre uma série de atores em torno da implementação de projetos de REDD+ no Brasil. O mecanismo de REDD+ - sigla para redução das emissões por desmatamento e degradação florestal – surge no bojo das discussões acerca das mudanças climáticas realizadas no espaço transnacional das COPs e visa combater a perda de florestas tropicais, em grande parte localizadas na periferia do capitalismo. Diante de uma série de causas das mudanças climáticas, o desmatamento e degradação florestal ascendem ao topo da agenda global enquanto prioridade para mitigar as causas das mudanças climáticas. Tomando por base este cenário, este work pretende avançar em uma análise da implementação de projetos de REDD+ na periferia do capital a partir da articulação entre um nível local da política – e para tal nos valeremos dos casos do Projeto Piloto de REDD+ da TNC, em São Félix do Xingú – PA, e do Projeto Carbono Florestal Suruí, dos Paiter-Suruí, de Rondônia, ambos em parceria com uma série de instituições e comunidades rurais – e seu correspondente em termos de geopolítica mundial. Este último nível corresponde ao que denominamos política transnacional de governança ambiental-climática-territorial. É objetivo do artigo caracterizar esta governança e sua respectiva política, assim como descrever alguns dos processos no nível local, entendendo as distintas escalas analisadas, seus respectivos atores e repertórios como parte de um único campo.

GT 019: Cidades, turismo e experiências urbanas

Ao dar continuidade às discussões realizadas na 29ª RBA, este GT busca contribuir para as discussões no âmbito da antropologia urbana e da antropologia do turismo. Assim, acolherá propostas que exponham os

resultados de estudos empíricos sobre essas temáticas e que promovam articulações entre problemas de ordem teórica e metodológica, próprios aos dois campos disciplinares, ou que enfoquem diferentes dimensões analíticas sobre esses temas. Cidades são lugares identitários, no sentido de Augé (1994), mas também de dispersão, fragmentação e fluxos (Hannerz, 1997); são lugares de memórias, mesmo que forjadas pelas políticas de requalificação; propícias à observação, mas, sobretudo, à vivência de situações sociais. Na perspectiva de Agier (2011) o estudo de tais situações favorece a apreensão de fenômenos fluidos, que parecem nos escapar. Cidades são também lugares privilegiados das ritualizações e das performances, da criatividade, do encontro e dos múltiplos embates. Como lembra Silva (2014, p.352) “as cidades são compostas por narrativas de ações, sobretudo, de ações imaginárias”. As cidades turísticas, por outro lado, à parte suas singularidades, veem-se na necessidade constante de criar atrativos ao visitante, despertar seu interesse e suscitar desejos de ali estar, ver e viver experiências ímpares, distantes do cotidiano, o que cria um imaginário sobre elas a partir das narrativas textuais, visuais e orais dos moradores, viajantes e empresas de turismo.

Juliana Gonzaga Jayme (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) e Lea Carvalho Rodrigues (Universidade Federal do Ceará) - **Coordenação**
Alcides Fernando Gussi (Universidade Federal do Ceará) - **Debatedor/a**
Cristina Maria Da Silva (Universidade Federal do Ceará) - **Debatedor/a**
Vera Maria Guimarães (Universidade Federal do Pampa) - **Debatedor/a**

Apresentação Oral em GT

Estrangeiros na cidade: homossexualidades mapeadas nos usos recreativos da cidade de São Paulo

Bruno Puccinelli

Este work é um recorte de pesquisa de doutorado em andamento sobre a apropriação de espaços públicos na região central da cidade de São Paulo por sujeitos que se definem como gays, bem como definem os lugares a partir desta matriz. A etnografia é baseada em pesquisa de campo, entrevistas e análise documental de material gráfico. Apresento parte da análise de guias turísticos direcionados a estrangeiros a partir de três diferentes plataformas: “Gay Guide” da revista Time Out, sediada em Londres; “São Paulo LGBT Guide” produzido pela empresa de turismo do município disponível on line; e “São Paulo Fag Map” da revista holandesa Butt, disponível on line. Parto da análise de mapas de referência para o visitante a partir dos descritores de interesse e das distâncias produzidas entre as diversas opções de lazer. Seguindo as proposições de Sarlo (2009), é possível vislumbrar tais mapeamentos como idealizações de uma “cidade imaginada”, que recorta vias e sentidos para o usufruto dos lugares visitados. Não temos uma cidade real, mas uma sugestão de cidade. Neste caso, uma cidade que deve ser vista e entendida como uma cidade gay a partir de uma certa noção de cosmopolitismo que internacionaliza São Paulo. A cidade apresentada se assemelha a outras cidades relacionadas a uma apresentação de si como uma cidade gay tanto pelo poder público como por ações privadas, como nos exemplos selecionados para esta análise. Como apontam os textos de Leticia Sabsay (2011) e Doreen Massey (2005), é imprescindível a compreensão da produção do espaço, e das cidades, por suas interfaces com gênero e sexualidade. Tal perspectiva se coaduna com a proposição teórico-metodológica de inferência investigativa cidadina atenta à situacionalidade dos contextos pesquisados, como indicada por Michel Agier (2011). Parto das possibilidades de leitura normativa das espacialidades destacadas pelos mapas e proponho uma leitura conjunta a partir de três estrangeiros (um estado-unidense, um canadense e um polonês) que se definiam como gays, ou queers, e visitavam São Paulo a fim de conhecer melhor suas opções de lazer noturno e sexual. Tais cenas ajudam a movimentar os mapas outrora pretensamente estáticos, propondo novas vias de acesso ao lazer e ao prazer, como a transposição de centralidades que se situam não apenas nas ruas paulistanas, bem como nos corpos que interessam: as vivências e caminhos destes sujeitos alocam centralidades recortadas em termos de performance de gênero, cor/raça e classe, enfatizando certas

formas de ser brasileiro. Há um duplo movimento de valorização pela via do reconhecido como normativo (limpo, seguro, branco, gay) bem como do produzido como norma a partir da contestação do normativo (sujo, arriscado, negro, queer).

Pôster em GT

A cena gótica paulistana: apropriações do espaço urbano e processos de identificação

Douglas Delgado

A partir de etnografia em espaços frequentados por góticos na cidade de São Paulo, o presente projeto busca contribuir para a compreensão de duas questões centrais para o debate da antropologia urbana: de um lado, as formas específicas de apropriação do espaço urbano e as categorias analíticas para sua apreensão (cena, circuito, trajeto) e, de outro, a relação entre consumo e processos de identificação, visando identificar os bens e elementos culturais apropriados e ressignificados pelos adeptos do grupo, com vistas a estabelecer elos de pertença e fronteiras simbólicas. Como hipótese é trabalhada a ideia de que a cena é uma noção que envolve não só a dimensão espacial, mas também uma temporalidade, porque ela é construída no arranjo de categorias e discursos que são reorganizados e redefinidos através da prática de atores sociais. A segunda hipótese a ser trabalhada é a de que os processos de identificações com o estilo gótico passam, em boa medida, pela apropriação e ressignificação de bens de consumo.

Palavras chave: cidade, etnografia, identificação

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/499_2017-01-13.pdf

Apresentação Oral em GT

Efervescência, emoção e produção de sentidos na Jornada Mundial da Juventude

Euler David de Siqueira, Denise da Costa Oliveira Siqueira

Resumo: Em julho de 2013 a cidade do Rio de Janeiro sediou pela primeira vez a Jornada Mundial da Juventude. O evento, de características e proporções extraordinárias, pode ser chamado de um megaevento: envolveu um público de mais de três milhões de pessoas de 175 países, implicou a participação de governos, profissionais e voluntários em sua organização, exigiu adaptações do sistema urbano de transportes e, sobretudo, atraiu a atenção da mídia. Tendo como leitmotif a fé e o encontro com Deus, a Jornada contou ainda com a participação do primeiro papa latino-americano, Francisco I, na primeira visita ao exterior em seu pontificado. Partindo desse contexto, o objetivo desse artigo é refletir acerca das representações de juventude que apareceram nos discursos sobre os jovens participantes da jornada, um mês depois das manifestações que mobilizaram o país e que tiveram como principal personagem também o jovem. Metodologicamente, esta é uma pesquisa de natureza qualitativa e guiada por um olhar antropológico que busca mapear discursos e narrativas veiculadas pela mídia e em sites da internet. Chamamos a atenção para o fato de a jornada veiculada pela mídia ser uma dentre outras versões construídas por sujeitos. Em outras palavras, a jornada e as representações do jovem na mídia ganham o estatuto de construção social devendo assim ser analisado.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1465218466_ARQUIVO_TextoEulereDeniseGT1930ABA.pdf

Apresentação Oral em GT



Cidade maravilha, purgatório da beleza e do caos – desdobramentos da construção contemporânea da "favela" na chave da "violência" e do "consumo"

Evelyn Louyse Godoy Postigo

O entendimento das favelas cariocas como "problema" não é recente. As representações de "territórios de pobreza" e "territórios de violência" tem pautado o tipo de interação que se estabelece com esses territórios e suas populações. Atualmente, o principal projeto voltado para favelas no Rio de Janeiro são as Unidades de Polícia Pacificadoras – UPPs, elaborado diante da constatação do Estado da necessidade de uma reestruturação urbana, sobretudo para contenção da “violência urbana”. Tal contexto tem como desdobramento, principalmente em favelas pacificadas, o entendimento das "favelas" e "favelados" também como "cultura a ser consumida". Tal discurso vem sendo construído amparando-se na consolidação da favela como rota turística da cidade. Estou chamando esse processo de favelização da cidade. A hipótese sustentada é que, hoje, a figura do "favelado" é entendida especialmente nessas duas chaves, resultando nas perspectivas polarizadas de ameaça iminente ou, seu oposto, uma “cultura a ser consumida” e acionando ao mesmo tempo o sentimento de negação e de desejo. Diante deste cenário, a presente proposta tem por objetivo apresentar resultados parciais da pesquisa etnográfica em andamento, a partir da qual busco compreender o diagrama urbano que se forma a partir deste contexto, no qual as favelas se consolidam como pontos turísticos da cidade sem, contudo, romper com o imaginário popular de que são a principal fonte da “violência urbana” da capital fluminense.

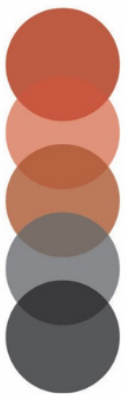
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466477255_ARQUIVO_artigo_postigo_rba.pdf

Apresentação Oral em GT

Museus, patrimônio e turismo: o caso do Museu da Gastronomia Baiana, no Pelourinho, Salvador - BA

Fabiana de Lima Sales

O presente artigo tem como campo de estudo as reflexões e discursos acerca do patrimônio cultural e os museus e as relações que ambos, patrimônio e museus estabelecem com o turismo, enquanto atividade mobilizadora de uma extensa cadeia produtiva que se alimenta de bens simbólicos tais como a cultura e o patrimônio. A pesquisa apresenta como unidade de estudo o Museu da Gastronomia Baiana (Salvador, BA, Brasil) e o seu entorno, o Largo do Pelourinho, como palco das relações sociais a serem estudadas dentro da perspectiva antropológica de uma experiência urbana. O museu em destaque, situado em um complexo cultural que inclui um Restaurante Escola, tem a gastronomia como tema do seu acervo e museografia, oferecendo ao visitante a oportunidade de conhecer a Bahia “pela boca”. A partir desta proposta, este work objetiva promover uma reflexão em torno das contemporâneas discussões no campo da museologia e da adaptação dos museus ao alargamento do conceito de patrimônio cultural, bem como à inclusão de práticas culturais e bens relativos aos cotidianos, além da qualidade da experiência que se oferece ao visitante, o qual, por sua vez, pertence à sociedade da aprendizagem e à economia da experiência. A gastronomia, fenômeno contemporâneo notadamente urbano, neste estudo, cria as conexões entre patrimônio cultural, museus e o turismo, sendo o elemento diferencial na experiência do visitante, tanto por ser um ícone no imaginário turístico da cidade de Salvador, quanto por estar acessível a este visitante por meio de uma visita a um museu, espaço consagrado historicamente à exploração de objetos materiais. Foram utilizados como procedimentos metodológicos pesquisa bibliográfica acerca dos museus e seu papel social enquanto espaço educativo e de preservação da memória e do patrimônio cultural; a gastronomia como fenômeno urbano, estreitamente vinculado ao conceito de patrimônio e elemento diacrítico na construção da identidade cultural; o turismo cultural urbano como atividade social e econômica que se apoia no patrimônio e cultura das localidades.





Realizou-se também pesquisa documental a partir de documentos produzidos pelo Museu da Gastronomia Baiana, entrevistas semiestruturadas aplicadas a interlocutores estratégicos no que toca o funcionamento e work realizado pelo MGBA e visita de campo no intuito de analisar, principalmente, se e como o museu transmite a dinamicidade inerente ao fazer cultural baiano, manifesto em sua gastronomia, através da experiência que ele propicia ao seu visitante.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466477421_ARQUIVO_Museus.patrimonioeturismo_FabianaSales.pdf

Apresentação Oral em GT

Rasurando guias e cartões postais: consumindo Fortaleza a partir de um sofá

Igor Monteiro Silva

As narrativas sobre as cidades expressam-se de modo bastante plural. Músicas, poesias, obras literárias e cinematográficas são bons exemplos de regimes de representação acerca de um lugar. Entretanto, para um consumo mais veloz, guias turísticos e cartões postais parecem figurar de maneira mais constante nas mãos dos turistas. Fáceis de carregar e manipular, coloridos, repletos de imagens e observações de destaque, escritos a partir de uma linguagem coloquial, anedótica, que prioriza a manutenção de uma relação informal com leitor, tais suportes trabalham sobre o um princípio de articulação entre a divulgação de informações e as práticas de visitação de um lugar (BARREIRA, 2012, 2008; WELK, 2007). Assim, como “manuais práticos de apresentação de cidades” (BARREIRA, 2012), os guias e cartões antecipam aquilo que pode ser encontrado em uma destinação, contribuindo para a conformação de um “olhar do turista” (URRY, 2001) que tenderá a buscar, justamente, o que foi apresentado, avaliando – inclusive – sua experiência a partir dos referenciais oferecidos. Trata-se, portanto, de uma produção narrativa que visa a constituir-se enquanto um todo coerente acerca da cidade, sugerindo os caminhos que devem ser tomados, bem como os que devem ser evitados; o que, portanto, deve ser conhecido, experimentado ou visitado. Todavia, é importante frisar que as práticas de consumo do instituído nem sempre são feitas de modo passivo. Os sujeitos lançam mão, em seu cotidiano, daquilo que Certeau (1994) chamou de “táticas” e “astúcias” para muitas vezes operar desvios em relação ao que é proposto institucionalmente. No plano do turismo, de maneira alguma as experiências dos viajantes (COHEN, 1972) devem ser tomadas como algo da ordem do homogêneo, elas são diversas em termos de motivação, de programação e, obviamente, de relações diretas com o lugar visitado, possibilitando, assim, a materialização de capacidades inventivas no que diz respeito às sugestões e legitimações que figuram nas narrativas de guias e cartões postais. E é, precisamente, sobre tais possibilidades de consumo da cidade de Fortaleza por parte de “turistas” e “viajantes”, para além daquelas sugeridas pelos suportes citados, que esta comunicação se estrutura. A idéia, portanto, é pensar sobre expressões de negociação, ou mesmo de recusa/rasura, frente aos discursos que atribuem a determinados lugares da cidade a qualidade natural de “turísticos”. Para tanto, a rede de intercâmbio de hospitalidade Couchsurfing.org – proponente de uma alegada distinção em termos de hospedagem frente ao chamado “turismo institucionalizado” (COHEN, 1972) – e as experiências de alguns de seus usuários são aqui tomadas como expressões empíricas privilegiadas.

Trabalho completo:

[https://www.abant.org.br/files/1467290335_ARQUIVO_Rasurandoguiasecartoespostais.IgorMonteiro\(ABA\).pdf](https://www.abant.org.br/files/1467290335_ARQUIVO_Rasurandoguiasecartoespostais.IgorMonteiro(ABA).pdf)

Apresentação Oral em GT

Não joga nada na Geni. Deixa a Geni jogar

João Soares Pena, João Soares Pena Maria Isabel C. M. da Rocha



Através de dois works de teor etnográfico realizados em Salvador, propomos um cruzamento de temáticas urbanas. Para tanto, tomaremos a crônica musical Geni e o Zepelim, composta por Chico Buarque de Holanda na década de 1970, como fio para costurar as diversas possibilidades narrativas, frutos de nossas experiências individuais de work de campo no Centro da cidade. Tomamos a canção de Chico por observar nela três peças-chaves das nossas pesquisas: a cidade, o estrangeiro externo e o estrangeiro interno. No entanto, nossas pesquisas individuais apresentam temáticas bem diferentes. Em um caso, ao nos debruçarmos sobre as reformas atuais em zonas centrais da capital da Bahia, entendemos tais reformas urbanas como parte de um dispositivo de pacificação mais abrangente, que tem no urbanismo algumas de suas engrenagens. Vemos como as imposições verticais de um urbanismo estratégico estão relacionadas à promoção de uma espécie de branding urbano. Esta construção de imagem, voltada para fora, vem tocar fortemente os praticantes cotidianos da cidade, especialmente quando eles e suas práticas são considerados destoantes da imagem idealizada. Por outro lado, leva-se em conta a fetichização do exótico, do particular, o que é tido como identitário da cidade, por parte do mercado do turismo – especialmente em Salvador. No outro caso a análise volta-se para espaços no Centro da cidade onde a atividade que lhes dá sustentação relaciona-se com as práticas sexuais, são os cines pornô e outros estabelecimentos afins. É flagrante a desconsideração dessas atividades na dinâmica da área pelo poder público em suas intervenções, mas também sua inserção na memória oficial da cidade e, especificamente, do Centro. Essas duas questões perpassam os interesses hegemônicos em questão que definem o que deve ser mantido, preservado, evidenciado, esquecido e eliminado. No corpo a corpo com a cidade em reforma, vemos como os praticantes ordinários lidam com o interesse urbanístico, que tende a excluí-los do jogo estratégico e, assim fazendo, torna-os estrangeiros internos. Em outro movimento, quando são vistos como potencialidades para a promoção de uma imagem de cidade, se tornam foco também do interesse turístico (voltado aos estrangeiros externos – sejam turistas ou investidores), que propõe uma estetização para torna-los facilmente “inteligíveis”. Assim como Geni, os sujeitos e demais elementos autênticos – ou exóticos – recebem tratamentos antagônicos do poder público, dependendo dos interesses hegemônicos em questão. No caso de Salvador, esses elementos seriam principalmente os espaços negros e aqueles dos que se dedicam a atividades sexuais, os quais nesse jogo do turismo e da prática urbanística higienista e estratégica, aparecem como a Geni, o mal e a salvação.

Apresentação Oral em GT

Cultura visual e megaeventos no Rio de Janeiro

Jorge de La Barre

Quando a socióloga urbana Sharon Zukin cunha o termo de “consumo visual” para caracterizar a nova forma de relação social e estética que vai se estabelecendo em várias cidades do mundo a partir dos anos 1990 no contexto da desindustrialização e da globalização da cultura, ela reconhece explicitamente a centralidade da dimensão visual na ordem urbana contemporânea. Estendida ao contexto específico da agenda dos megaeventos (esportivos e outros) que estão acontecendo no Rio de Janeiro pelo menos desde 2012, a problemática do consumo visual ganha uma dimensão específica: podemos observar em tempos de megaeventos, a produção de uma visualidade espectacular excepcional diretamente ligada ao fluxo de visitantes que chegam na cidade. Sem dúvida, o consumo visual nas suas diversas vertentes (publicidade, comunicação institucional oficial, arte urbana,...) encontra-se particularmente exacerbado durante os megaeventos, tanto como do resto, os dispositivos de segurança. A dupla agenda carioca dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016 revela a vontade oficial de projetar uma cidade global, espetacular e festiva. No entanto, essa vontade vai ressaltando desigualdades, contradições e contestações importantes. Este work faz parte de um projeto mais amplo sobre as dimensões sociais e culturais dos processos de renovação urbana, abordados numa perspectiva socio-antropológica. Nesta apresentação pretendo explorar os significados levantados pela cultura visual contemporânea no Rio de Janeiro na hora dos megaeventos, lembrando a

centralidade da dimensão visual na experiência urbana contemporânea. Mais particularmente, quero examinar uma dupla relação, no contexto carioca dos megaeventos: entre cultura visual e imaginários urbanos por um lado, entre cultura visual e itinerários urbanos por outro. Na primeira relação – cultura visual e imaginários urbanos –, tento mostrar que as imagens da (e na) cidade podem ser consideradas como dispositivos e maneiras de catar o real, seja para reforçar a sua existência, magnificá-la, ou contestá-la. As utopias e distopias são formas singulares de imaginários urbanos nas quais a cidade é sempre algo mais do que ela é, e sempre um pouco o que ela poderia ser ou vir a ser. A visualidade está sempre em relação com o tecido urbano e o ambiente natural da cidade; existe uma relação forte entre imaginário urbano, arquitetura e paisagem natural. Na segunda relação – cultura visual e itinerários urbanos – sugiro que as figuras urbanas da modernidade – errância, flânerie – deixaram cada vez mais espaço às figuras consumistas da pós-modernidade. Previsíveis, as deambulações do turista na cidade globalizada são marcadas pela busca da familiaridade dos lugares de consumo visual.

Apresentação Oral em GT

Experiências de afeto à cidade em uma Fortaleza “apavorada”

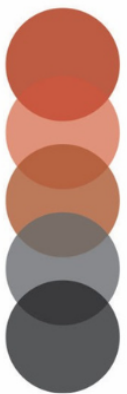
Lara Denise Oliveira Silva, Glória Diógenes

Este work se interessa em compreender como se inscreve, nas tramas da cidade, a relação sujeito e espaço urbano a partir da etnografia de intervenções artísticas. A pesquisa tem como lugar o cenário urbano de Fortaleza/CE. A quarta maior cidade do país (IBGE, 2010) destaca-se como um destino turístico disputado: desembarcam em Fortaleza turistas oriundos de diferentes lugares do Brasil e de outros países. A capital do Ceará também figura no cenário nacional como uma das cidades mais violentas do mundo. Em consequência destes acontecimentos e dos discursos que evocam o medo e a insegurança, percebe-se uma segregação e estigmatização dos espaços públicos na cidade que atuam como filtro na seleção dos lugares onde se deve ou não circular e permanecer. Como consequência da cultura do medo (BARREIRA, I., 2011; BARREIRA, C., 2013), notam-se mudanças na relação entre os sujeitos e os espaços públicos, impactos nas atividades turísticas e nas rotinas de moradores e visitantes. Paradoxalmente, em diálogo com este cenário de cidade turística, populosa, urbanizada e violenta ganham destaque ações e iniciativas de grupos de teatro de rua, coletivos de fotografia e audiovisual, grafiteiros, performers, artistas etc que demarcam outros usos na cena urbana e se propõem a assumir posturas alternativas, pautadas nos afetos, em relação à cidade, utilizando para tanto a linguagem das intervenções e da arte. Este work procura responder ao seguinte questionamento: como se articulam pertencimentos e afetos aos lugares em uma capital turística marcada por acontecimentos violentos? A cidade do turismo é o pano de fundo para compreender como práticas, ações e intervenções de coletivos, grupos e artistas constroem situações de pertencimento e afeto à cidade. Este work interessa-se em compreender o que estas intervenções trazem de novidade para a relação dos sujeitos com a cidade a partir da potência que as ruas e os espaços de uso coletivo possuem no sentido de contrapor-se a discursos que reduzem à experiência urbana ao deslocamento e às sensações de insegurança e medo. Elas ainda, em um diálogo com Simmel (1979, 2005) e Benjamin (1994), travam um embate de ordem prática e simbólica com as noções de anonimato, impessoalidade e individualismo. Tal como propõe Agier (2011), trata-se de pensar as urbes como espaços por excelência de encontro de alteridades, de produção de significados e de demarcação de diferenças.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467337070_ARQUIVO_artigoCompleto.pdf

Apresentação Oral em GT

Ações coletivas na produção do espaço urbano: o work de um coletivo urbano cultural da zona norte do Rio de Janeiro





Livia Maria Abdalla Gonçalves

Este artigo baseia-se nos resultados iniciais de uma pesquisa que tem como proposta refletir sobre o discurso e as práticas de um “coletivo” urbano que realiza intervenções de natureza política e cultural em espaços gratuitos e públicos da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, que engloba atividades performáticas e de ativação das memórias locais. A cidade, que há anos vivencia um cotidiano de repressão militarizada e o recrudescimento de mecanismos de vigilância e controle, possui uma administração urbana empresarial, fortalecida pela realização de grandes eventos, que vem alterando a experiência cotidiana dos moradores, empobrecendo sua relação com o espaço público. A investigação considera as tensões encontradas nas esferas social, cultural e econômica impostas pela lógica do capital mundial e os movimentos sociais originados nos territórios, que possuem natureza e temporalidade distintas e, ainda que em diálogo com os processos globais, procuram formas alternativas de dizer e fazer cidade. As políticas de uso e ocupação do território, o agenciamento de empreendimentos urbanos, a falta de direcionamento de recursos a equipamentos e serviços públicos, as práticas do governo em torno do tema da segurança pública, tudo isto contribui para que existam cidades com maior e menor grau de clivagem entre os espaços públicos e privados. Entretanto, por outro lado, presenciamos atualmente a multiplicidade de redes, de trocas de informação e fluxos (Hannerz) que dão novos sentidos de interação entre os grupos. Em meio ao processo que transforma a cidade e a tensiona, modificando e segregando seus espaços, a população foi às ruas ao longo do ano de 2013 reivindicar por melhorias no país. Essas novas práticas se articulam no interior de movimentos já existentes, criam outros e se relacionam incorporando novas formas de organização e comunicação. Ao mesmo tempo, surgem novas inspirações, articulações e práticas que, ainda que não operem em formatos reivindicatórios tradicionais, expressam uma ativação da cidadania e uma repolitização do social. A emergência de um sujeito político (Agier) surge como a possibilidade de uma irrupção do indivíduo em um determinado momento, em condições que lhe permita o desenvolvimento e expressão de sua subjetividade. São coletivos de ativistas culturais que defendem a ocupação do espaço público em formatos eventualmente fora dos determinados ou chancelados pelos poderes públicos fornecendo, assim, um repertório de ações construído às margens daquilo que se produz no centro da “Cidade Olímpica”. O “coletivo” estudado está formado desde 2010 e é composto em sua maioria por moradores da zona norte da cidade.

Apresentação Oral em GT

Processos identitários, turismo e patrimônio cultural na Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha

Mariela Felisbino da Silveira

Através das experiências vividas no work etnográfico, trazemos o campo do patrimônio cultural no bairro do Ribeirão da Ilha, apresentando o contexto histórico de construção da identidade cultural de “açoriano-descendente” e os desdobramentos relativos ao uso, estratégico, da imagem patrimonializada do lugar feito por moradores e instituições privadas e governamentais, especialmente as ligadas ao turismo. O Ribeirão da Ilha, localizado em Florianópolis, estado de Santa Catarina, foi um dos primeiros povoamentos portugueses da cidade. Esta localidade guarda consigo um conjunto de patrimônios culturais que são pensados como atrativos, oferecidos pelas instâncias governamentais e privadas ligadas ao turismo, para quem procura conhecer e vivenciar os aspectos particulares do lugar. Entendemos que o turismo na localidade tem oportunizado uma série de ações que culminam num iminente processo de objetificação, exatamente, dos seus bens considerados patrimoniais. Esta objetificação pode ser percebida, por um lado, em relação à prática da maricultura, que não só é cultivada, mas também objeto de consumo, através de circuitos de bares e restaurantes. Por outro lado, há identificação da apropriação do discurso local quando referido ao patrimônio cultural. Entre as estratégias, temos a da mídia voltada para os turistas, que usa as representações e imagens do patrimônio local como pano de fundo de suas ações. Nas imagens que circulam sobre a localidade, se

percebem indícios de uma objetificação cultural, principalmente através de discursos que naturalizam e inserem a prática da maricultura na localidade.

Pôster em GT

Comunidades Indígenas na Cidade de Manaus: patrimônio cultural, atividades criativas e Turismo

Mayra Laborda Santos, Chris Lopes da Silva

Na pesquisa intitulada “Comunidades indígenas na cidade de Manaus: patrimônio cultural, atividades criativas e turismo”, desenvolvida a partir de 2015 na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), buscou-se refletir particularmente, sobre os indígenas citadinos que vivem em Manaus, seu patrimônio cultural (material e imaterial) e a inserção desse patrimônio nas atividades turísticas locais. Tem-se como objetivo geral: realizar um estudo sobre o patrimônio cultural e as atividades criativas realizadas pelas comunidades indígenas na cidade de Manaus e que são usados como alternativa de geração de renda e/ou como promoção cultural. Como objetivos específicos: identificar o patrimônio cultural das comunidades indígenas que vivem na cidade de Manaus-Am; caracterizar as atividades criativas (artesanatos, pinturas, grupos de música e dança indígenas, dentre outros) utilizados como alternativas de geração de renda; relacionar as atividades culturais e criativas com a perspectiva do turismo, enquanto promotor do patrimônio cultural. Em termos metodológicos a presente pesquisa caracteriza-se como uma abordagem socioantropológica, na perspectiva da pesquisa qualitativa, fundamentada no *work de campo* e na pesquisa bibliográfica e documental. Os dados preliminares apontam que, no contexto atual, há uma discrepância entre a diversidade cultural indígena (suas atividades culturais e criativas) e o Turismo na cidade de Manaus, quando deveria haver uma estreita relação entre eles. Existem na cidade de Manaus, de acordo com dados levantados durante a pesquisa de campo, 27 comunidades e/ou associações indígenas, distribuídas entre os bairros da Zona Leste, Norte e Centro-oeste, evidenciando um rico patrimônio cultural indígena na referida cidade. Considera-se o Turismo um dos importantes instrumentos para a promoção da cultura e da identidade étnica, há registros em alguns lugares do país em que o Turismo contribuiu significativamente, é o caso do povo Pataxó, na Bahia. Em Manaus, infelizmente, observa-se um forte processo de invisibilidade dos povos indígenas, herança do histórico de colonização do país, que ainda tem seus ecos no momento atual, demandando políticas públicas que atuem sobre essa realidade e a modifique.

Apresentação Oral em GT

Caminhando junto na cidade: reflexões sobre uma experiência urbana e etnográfica.

Paola Luciana Rodriguez Peciar

As ponderações teórico-metodológicas apresentadas neste *work* são elaboradas a partir da etnografia realizada na rua Leganitos, situada na zona centro da cidade de Madrid, na Espanha. Esta etnografia é parte de uma pesquisa mais abrangente, que trata do modo de vida de espaços urbanos que possuem como fator distintivo a presença, duradoura ou sazonal, de coletivos de “estrangeiros” com relação aos territórios nacionais onde se estabelecem. Essas presenças “estrangeiras” são fruto tanto do fenômeno de mobilidade humana da imigração como do turismo, e imprimem uma das principais marcas do modo de vida de grande parte das cidades contemporâneas, principalmente aquelas denominadas como capitais: a heterogeneidade social e cultural (Velho, 2011; Augé, 2010; Simonicca, 2007; Hall, 2004 e Hannerz, 1999). A Rua Leganitos é identificada na cidade de Madrid e propagada (principalmente pelos meios de comunicação locais) como “la calle de los chinos”, quer dizer, como a “rua dos chineses”, ou ainda, como a “Mini-Chinatown”. Esta representação se dá devido a abundante presença de comércios de imigrantes da China naquela rua, onde todos, sem exceção, são atendidos por chineses. Porém, apesar desta característica, neste artigo não desejo ratificar a representação “a rua dos chineses”. Pelo contrário darei visibilidade a outras representações, outros



pontos de vista e sentidos atrelados a Leganitos, que também é lugar de habitação, de work, de trânsito, de vivências e memórias de outros sujeitos. Leganitos foi abordada por mim desde a perspectiva da antropologia urbana, através de um work etnográfico onde me vali, dentre outras técnicas de pesquisa, do caminhar junto (Jolé, 2005) e da etnografia de rua (Eckert e Rocha, 2003). É sobre essas duas técnicas de pesquisa em particular que eu gostaria de expor aqui, através de minha aproximação com elas durante o work de campo. O objetivo deste artigo é o de compartilhar o exercício da tentativa de produzir conhecimento sobre o espaço urbano e a cidade, por meio de alguns preceitos que envolvem o ato de caminhar junto e de realizar uma etnografia de rua. Entre as considerações apresentadas sublinha-se que, a partilha da experiência de percorrer uma rua ou as ruas de um bairro através de caminhadas junto aos interlocutores de pesquisa pode gerar subsídios enriquecedores para a composição de uma etnografia urbana.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466603013_ARQUIVO_Artigo_RBA30_2016_GT_19.pdf

Apresentação Oral em GT

Palmas para o turismo itinerante: a experiência urbana e identitária de uma cidade de migrantes, pioneiros e forasteiros no Tocantins

Ricardo Bruno Cunha Campos, Profa. Dra. Elisa Maria dos Anjos (UNITINS) Fundação Universidade do Tocantins Prof. Me. John Max Santos Sales (UNITINS) Fundação Universidade do Tocantins

Este work discute o fluxo turístico e o habitat itinerante que marca a cidade de Palmas, capital do Tocantins. Pensando a partir de uma pesquisa exploratória nos espaços públicos da cidade, discutimos a experiência urbana da mais recente capital do país que é fortemente caracterizada por ser uma cidade que atrai migrantes/turistas de todos os lugares e regiões. Palmas é uma cidade planejada e é considerada como uma das mais promissoras “cidades sustentáveis” do século XXI, estando inclusive citada no rol das capitais com maior potencial para o desenvolvimento econômico baseado no turismo. A cidade além de receber investimentos internacionais via BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), para que se torne uma capital sustentável e turisticamente atrativa, também conta com uma imagem midiática forte que propaga a cidade como “lugar” acolhedor e enquanto uma “terra de oportunidades”. Marcada por um histórico de ser uma capital que “surgiu no meio do nada”, a cidade, apesar de planejada e de um plano diretor bem definido, teve ao longo de sua pequena história (26 anos), um crescimento urbano vertiginoso que abarcou aspectos significativos do capital e do capitalismo tardio ou maduro, ou seja, a segregação sócio-espacial e os vazios urbanos são marcas constituintes e fundamentais do seu território e de seus espaços públicos, como as praças, ruas e longas avenidas. A cidade possui a segunda maior praça pública do mundo – A Praça dos Girassóis, e a Praça do Bosque dos Pioneiros, onde há uma sociabilidade latente. Também ostenta monumentos imponentes de arquitetura urbana, mas, ao mesmo tempo, possui em seu plano diretor, grandes “vazios”, caracterizados pelos “não-lugares” (Augé, 1994); principalmente nas ruas, praças e quadras internas dos bairros. Pensando estas dicotomias para o futuro das cidades brasileiras e suas experiências urbanas, tomando Palmas, a “princesinha do Brasil”, como uma “cidade laboratório” (Agier, 2011), encontramos a incidência em nossa pesquisa das categorias chave que representam ao mesmo tempo uma necessidade de afirmação de pertencimento ao lugar – que “afasta” os turistas e recém-chegados representados no imaginário urbano e no cotidiano (De Certeau, 2013) (Categoria dos “pioneiros” x “forasteiros”). Como esses conflitos e aproximações ocorrem na dinâmica da cidade, vivenciada no uso dos espaços, bem como na ocupação do seu território ao longo do tempo? Assim, discutimos a partir da interdisciplinaridade entre as Ciências Sociais e as Ciências Econômicas o futuro e o desenvolvimento das cidades brasileiras a partir dessa “cidade laboratório” e suas experiências urbanas migrantes de fixação e de fluxo.

Apresentação Oral em GT





Da cidade à natureza: imaginário urbano e prazer turístico.

Romain Jean Marc Pierre Bragard

As relações entre turismo e urbanidade podem ser abordadas questionando a complexidade da própria dinâmica urbana contemporânea. Hoje primeira indústria do mundo, o setor turístico continua sua expansão, diversificando suas ofertas em termos de destinos e modalidades de visita. Ora, este processo cultural apresenta uma particularidade relevante: o turismo é um fenômeno urbano (Lefèbvre) que oferece uma experiência de ruptura com um cotidiano também urbano. Assim, a urbanidade parece produzir um “antídoto” aos seus próprios “males” (Corbin, 1988). Conhecer alhures distantes ou próximos, apresenta-se como uma estratégia afetiva que proporciona uma ruptura na vida dos sujeitos urbanos. Marcador temporal, work da identidade e do laço social, vetor de transformação como de reprodução social, o turismo consiste em um ritual urbano (aqui chamado de “ritual excursivo”) amparado por uma mitologia também urbana (Urbain, 2002). Proponho expor resultados e perspectivas de work sobre o turismo ecológico, com base em etnografias realizadas no Brasil e na França. Mais precisamente, questionarei a lógica afetiva que leva sujeitos citadinos a praticar caminhadas pedestres em busca do contato com a natureza. Destacarei como a urbanidade produz um “desejo de natureza” por meio de uma mitologia que “coloca em desejo” tanto os destinos, quanto as modalidades de prática. Descrevendo as dimensões imagéticas e tecnológicas (mídiascape e tecnoscape nos termos de Appadurai, 2004) do “work da imaginação” necessário ao engajamento corporal na prática excursiva (Warnier, 1999), mostrarei como a urbanidade mobiliza intensamente o significante “natureza” e analisarei como este significante funciona na articulação entre sujeito e cultura. Com efeito, observamos que a urbanidade não cessa de celebrar a natureza: propagandas de higiene, de alimentos, de lazer e até de setores de atividades muito predadores para o meio-ambiente (petróleo, nuclear) nos convidam (obrigam?) a amar a natureza. Para além de qualquer realidade física, “a natureza” aparece como um “significante mestre” (Lacan) que ampara um dispositivo produtor de ações que visam uma saída (mítica) da urbanidade. Em diálogo com as discussões clássicas da antropologia, veremos que o turismo ecológico ocupa uma função ritual universal: performar e experimentar, mesmo que em nível inconsciente, uma mitologia que trata a questão das origens da sociedade. Assim, proporei a hipótese (a ser discutida), segundo a qual a atratividade da natureza no turismo provém de um tratamento moderno da angustiante questão do estatuto da humanidade diante do mundo físico. A natureza visitada no quadro do turismo apresentar-se-ia então como “boa para pensar” a condição urbana dos caminhantes nas suas variações culturais modernas.

Apresentação Oral em GT

O fotojornalismo de Canindé Soares entre a fé e o turismo: Reflexões sobre a emergência de novas paisagens no interior nordestino

Sylvana Marques, Maria Lúcia Bastos Alves

A fotografia, a paisagem e o turismo se estabelecem em elementos socioespaciais privilegiados para a análise das performances e produções espaciais. A tríade tem o olhar como condicionante. São elementos estratégicos para problematizar relações sociais, pois carregam em si um espaço resultante do conflito dessas relações. Das variáveis que dão forma aos espaços escolhemos fotografias de paisagens captadas pelo fotojornalista Canindé Soares. São imagens inscritas na atual demanda social de políticas públicas estatais direcionadas ao fomento do turismo no interior nordestino. Com lugar social privilegiada no campo profissional, o fotógrafo, alimenta a imprensa e outros projetos editoriais ligados à produção de informação de atualidade. Seu work é primordial para a compreensão de acontecimentos que desenrolam-se em um movimento contínuo de trocas e adesões, acompanhados por embates, utilização e domínio dos espaços, situações sedimentada numa existência concomitante à vida cotidiana. Nesse texto, priorizamos para análise a cidade de Santa Cruz, localizada no interior do estado do Rio Grande do Norte. Diante das fotografias

problematizamos a ordenação e instrumentalização do olhar que se dá sobre as paisagens pelas políticas públicas em torno do turismo. A ideia é que são produzidas paisagens espetacularizadas sobre grande influência do discurso do turismo direcionado as políticas de combate a pobreza. Apreendendo a fotografia em seu sentido mais amplo trataremos da compreensão dos significados construídos que legitimam e divulgam a produção e o ordenamento espacial dessas paisagens em seu processo de caracterização enquanto um espaço turístico. Para tal, além do material produzido por Canindé Soares, recorreremos às operações teóricas desenvolvidas por Lefebvre (1991a, 1991b), Walter Benjamin (1987), Guy Debord (2003) e Georges Didi-Huberman (2010, 2013). Metodologicamente organizamos as fotografias em séries temporais e temáticas, abordando-as enquanto um discurso. A fim de ultrapassar as análises binárias dividimos-as em três níveis de observação experimental: convergente, divergente e insurgente. Às observações acrescentamos os direcionamentos dados por Georges Didi-Huberman, no qual afirma que para além de ser um objeto compreendido a partir de si mesmo a fotografia é um enquadramento recortada pelas distintas relações que a circunscrevem. Desse eixo desmembram-se questões que norteiam o entendimento do processo de produção, enquadramento, espetacularização e (re)elaboração espacial, a fim de romper com a naturalização que padroniza e espetaculariza os espaços, fixando nele as relações de modo a-histórico.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466474838_ARQUIVO_ENTREAFEEOTURISMO_2016.pdf

GT 020: CIGANOS: um exercício de comparação etnográfica.

A reflexão sobre o universo temático de identidade reivindicada face o acesso às políticas públicas tem congregado pesquisadores envolvidos com os grupos ciganos no Brasil e exterior. Iniciamos discussões no âmbito local e mantivemos a temática na forma de GTs, tanto nas Reuniões de Antropólogos do Norte-Nordeste como nas Reuniões Brasileiras de Antropologia. Deste modo, objetivamos dar continuidade aos debates, e ao mesmo tempo discutir a produção etnográfica sobre grupos ciganos. Analisando os processos de construções identitárias; propondo uma reflexão sobre a (in)visibilidade desses sujeitos em diferentes cenários políticos. O grupo pretende criar um campo de interlocução, especialmente no Brasil, contribuindo para o início de uma pesquisa comparativa ainda inexistente. Também indagamos sobre o papel da produção antropológica na mediação entre esses grupos e as esferas públicas. Embora os registros etnográficos venham ganhando terreno nos últimos anos, aos pesquisadores se impõe muitas vezes a questão de como mediar às relações entre os sujeitos estudados e o Estado. Este GT busca discutir os dilemas dessas posições para que se desenvolvam análises propriamente Calon/Rom da cultura.

Maria Patrícia Lopes Goldfarb (PPGA- UFPB) e Mirian Alves de Souza (Universidade Federal Fluminense)

- Coordenação

Mercia Rejane Rangel Batista (Universidade Federal de Campina Grande) - **Debatedor/a**

Apresentação Oral em GT

“Ciganos”: nascidos, feitos e criados – reflexões sobre o campo com “ciganos” e a categoria “cigano” no Rio de Janeiro.

Cleiton Machado Maia

Durante o work de campo do doutorado encontrei várias momentos em que o debate sobre a temática cigano/ciganos foram insuficientes para entender as formas de representatividade dos grupos identitários envolvidos, sejam eles religiosos, culturais e/ou étnicos. Acompanhando o debate sobre a construção da categoria cigano/ciganos, por diversas formas de agências na relação entre estado e atores mais variados, me



proponho pensar alguns autores como Scholz, About e Blanes e suas críticas de como se fez ciência e política definindo “cigano” como uma categoria. Desse modo, o texto começará com dois casos etnográficos ocorridos na vida pública e cotidiana da cidade do Rio de Janeiro, onde os próprios atores questionam e me levam a debates reflexivos centrais de minha pesquisa, “de que ciganos se pode falar?” e “quem pode falar por ciganos?” - debate muito atual no senado com a PL 248/2015 que propõe a criação do “Estatuto Cigano”. E finalmente confrontar campo etnográfico e as abordagens teóricas referidas proponho pensar novas alternativas da categoria “cigano/ciganos”, como novos caminhos interpretativos das várias realidades observadas.

Apresentação Oral em GT

ENTRE O SILÊNCIO E O ENUNCIADO: questões sobre identidade e estigma entre ciganos em Campina Grande (PB)

Izabelle Aline Donato Braz, Mércia Rejane Batista Rangel

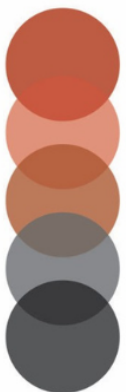
A partir das leituras e pesquisa, pode-se afirmar que os assim chamados ciganos estão presentes em nossa sociedade, ao mesmo tempo em que são parte, estão à parte, revelando a prática de construção de uma identidade diferenciada, não qual se sobressai a ênfase em costumes diferenciados da sociedade envolvente, e com ênfase nas situações de interação social em locais públicos. O tema “cigano” quase sempre aciona representações do senso comum, nas quais, práticas como roubo de crianças, vagabundagem, leituras de cartas, quiromancia e festas apresentam-se como dominantes. Contudo, no momento, os ciganos vêm acionando essas imagens, contrapondo e demandando atenções em termos de acesso às políticas públicas. Então, ao mesmo tempo em que se questionam essas imagens enquanto inadequadas, busca-se manter e positivar práticas como a quiromancia e os deslocamentos. No entanto, percebe-se que essas imagens são veiculadas em um debate que vêm mobilizando discussões ligadas as políticas públicas, como também as representações dos próprios ciganos sobre si mesmos. No nosso exercício de pesquisa, nos propusemos a refletir sobre a construção da identidade cigana no âmbito da cidade de Campina Grande, tendo como eixo articulador as matérias dos jornais (Jornal da Paraíba e Diário da Borborema), quando tivemos uma série de mortes envolvendo ciganos e que foram tratadas pelos jornalistas enquanto Saga Cigana. Esta situação social tornou-se para nós numa fonte rica de pesquisa, pois nos permitiu acessar os ciganos que viviam (e alguns ainda vivem) na cidade, mostrando-se como possuidores de expressiva riqueza (fazenda, casas, recursos financeiros), merecendo então a classificação de “elite cigana”, o que marca uma diferença quando comparados aos outros grupos ciganos, que localizados em diversos municípios do Estado da Paraíba, são associados ao extrato mais pobre da população. Neste caso, tiveram que lidar com mecanismos sociais eficientes utilizados por estes ciganos para minimizar o estigma e garantir uma invisibilidade na cidade de Campina Grande. Nesse sentido, o objetivo é apresentar a forma pela qual as matérias jornalísticas apresentam os ciganos e como alguns destes respondem, todos lutando para enunciar uma ‘verdade’, sobre os ciganos. Logo, busco apresentar um cenário composto por questões gerais a cerca dos ciganos, despontando temas sobre questões étnicas no cenário de políticas públicas, como também apresentarei as questões locais sobre o grupo residente nesta cidade que revelam questões de invisibilidade, estereótipos e mídia. As questões sobre geração, liderança entraram nesse cenário como questões de especificidade dessa pesquisa.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466465353_ARQUIVO_ArtigoABA.pdf

Apresentação Oral em GT

O empoderamento da mulher cigana: romper com a invisibilidade e o desafio da afirmação

Jamilly Rodrigues da Cunha



No Brasil, atualmente, nos deparamos com inúmeras etnografias sobre os povos ciganos. Diante desses “novos” campos de pesquisa, existem os temas que são comumente abordados: origem, estigma, nomadismo, identidade e cultura, são alguns deles. Enquanto outras temáticas, como gênero e poder, até onde temos conhecimento, permanecem pouco problematizadas. Interessante é que ao acionarmos esse “universo”, compreende-se que tais relações são fundamentais na conformação social dos grupos. Afinal, mulheres têm um papel definido na estrutura social calon e, tradicionalmente, a elas é imposta uma posição de subalternidade diante dos homens. Por outro lado, no contexto atual, nos deparamos com algumas ciganas que se reconhecem como líderes de suas comunidades e, como uma consequência, representantes de seu povo. Logo, no escopo desse work discutiremos a atuação de uma jovem mulher que vem se constituindo no cenário de ativismo nacional enquanto “liderança cigana”. Sabe-se que em um universo marcado, dentre outras características, pelo sistema patriarcal que determina relações, assumir uma posição de destaque dentro de um grupo e emergir para além dos seus limites, tem gerado alguns efeitos no interior das comunidades. Então, nosso work discorre sobre os desafios ao se romper com posições subalternas e se afirmar enquanto alguém possuidora de poder. Para isso, temos utilizado da observação participante, acompanhando e vivenciando sua atuação na comunidade que vive. Fizemos uso também de uma metodologia que pode ser identificada como “multi-situada”, uma vez que procuramos percorrer os caminhos e redes traçados ao longo de sua trajetória.

Apresentação Oral em GT

Desenvolvimento capitalista, work e ciganos: Uma correlação possível?

José Aclecio Dantas

Este work trata dos resultados parciais de uma pesquisa bibliográfica de mestrado em serviço social sobre grupos ciganos, sua perspectiva do work formal e seus incursos no desenvolvimento sócio metabólico do capital. Nossa análise funda-se no work enquanto protoforma do ser social e se estrutura na perspectiva crítica do materialismo histórico dialético – uma teoria social marxista. Tal pesquisa foi motivada pelos resultados de dois anos de pesquisa de campo entre ciganos do estado da Paraíba. Visando suprir lacunas existentes na produção acadêmica acerca destes grupos étnicos e as formas de sua não inserção no mercado de work formal.

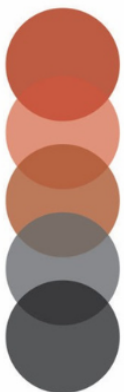
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467326394_ARQUIVO_ARTIGO-desenvolvimentocapitalista,workeciganos-umacorrelacaopossivel.pdf

Apresentação Oral em GT

Casamento e produção de parentes entre os Calons do São Gabriel (Belo Horizonte, MG)

Juliana Miranda Soares Campos

A presente comunicação pretende lançar um olhar para a produção de pessoas e de parentes entre os Calons do São Gabriel, partindo do casamento – como ritual e como instituição. Esta reflexão é um desdobramento da minha dissertação de mestrado, construída a partir de um work de campo realizado em 2013, com duração de sete meses nessa comunidade cigana que vive há mais de trinta anos no bairro São Gabriel, na região nordeste de Belo Horizonte (MG). A partir da percepção da centralidade da família e do casamento para estes calons, e em confluência com grande parte da bibliografia cigana (Stewart 1997; Gay y Blasco 1999, Ferrari 2010) começo explorando a noção calon de pessoa coletiva: o “eu” cigano não tem sentido sozinho, apartado de suas relações familiares. Entre os Calons do São Gabriel, o casamento é visto como um momento crucial, pois é a partir dele que um novo núcleo familiar será formado. E é ao passar pelo ritual do casamento que os noivos entrarão para o mundo dos adultos, dos que comandam sua própria família. O casamento se mostra assim uma instituição privilegiada para se empreender na tentativa de imergir na socialidade calon: ele é o



ponto de passagem para a vida adulta é a partir dele que se constroem e se atualizam as principais relações de parentesco. Meu foco será o ciclo ritual de casamento calon, uma verdadeira maratona festiva que costuma durar entre 3 a 7 dias. Ao acompanhar um destes ciclos festivos, proponho que a celebração desenrola-se produzindo dois movimentos cruciais: (1) a reunião de calons de vários acampamentos que possuem relações entre si, selando laços, reafirmando uma continuidade na rede calon e produzindo parentesco; e (2) atualizando as práticas de “fazer-se calon”, movimento processual e contínuo de produção de identidade, experimentado de forma distinta entre homens e mulheres, porque pressupõe a uma noção cara a estes ciganos: a vergonha. Com paralelos em grande parte da cosmologia cigana ao redor do mundo, entre os calons do São Gabriel, a vergonha se materializa no corpo feminino, produzindo inúmeras restrições sobre ele, e é a partir do casamento que ela se consolida neste corpo. Privilegiando uma abordagem que amplia a noção de parentesco, deixando de lado outra puramente formalista para assim incluir dimensões empíricas e relacionais sobre o tornar-se parente, tentarei mostrar que o casamento é o princípio estruturador da organização social calon e a afinidade é a referência crucial nas relações entre os ciganos que vivem no São Gabriel e calons de outros acampamentos com quem eles mantêm relações contínuas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466441952_ARQUIVO_PAPER_ABA_FINALIZADO.pdf

Apresentação Oral em GT

Vivendo em família: modo de vida, parentesco e identidade entre os ciganos em Sobral.

Lailson Ferreira da Silva

Este work analisa as relações sociais entre os ciganos da família Cavalcante que moram no município de Sobral, Ceará, distante cerca de 230 km de Fortaleza, capital; em especial como as relações de parentesco são vividas em um contexto marcado por tensões e instabilidades, proporcionando novos arranjos familiares. A partir da etnografia do núcleo doméstico realizada no período de janeiro a junho de 2013 e da observação das representações construídas pelos ciganos em torno do termo família, o objetivo é mostrar como essas representações são acionadas para descrever formas de solidariedades entre os ciganos. Ao se definirem em termos de como uma "grande família", os ciganos se demarcam dos não-ciganos e elaboram códigos próprios de vida em sociedade que podem ser alterados em função dos interlocutores e das situações. O work discute o papel das relações familiares nas formas de sociabilidade e nos conflitos, as estratégias matrimoniais, inclusive com os não-ciganos, as práticas de work, definindo um estilo de vida cigano. Dessa forma, os ciganos da família Cavalcante definem os sinais que expressam sua identidade e, por conseguinte os diferenciam dos não ciganos.

Apresentação Oral em GT

Liberté: As representações das identidades ciganas no filme de Tony Gatlif

Lucas Medeiros de Araújo Vale

Devido ao longo tempo em que permaneceram sem o domínio da escrita, sendo a oralidade o principal meio difusor de suas práticas e costumes para as novas gerações, é raro encontrar registros de autoria cigana nos quais eles se coloquem enquanto sujeitos de suas próprias narrativas. Os documentos mais antigos de que se tem conhecimento, oferecem apenas o discurso do outro (não-cigano) sobre um povo estranho e distante. É neste contexto que o filme ficcional Liberté (2009), produzido pelo diretor Tony Gatlif, que é cigano, torna-se relevante para a nossa etnografia. Nesta obra, Gatlif faz menção ao Porrajmos, o massacre nazista que dizimou mais de duzentos mil pessoas de sua etnia, e nele representa os supostos costumes, hábitos, meios de sobrevivência, vestimentas e moradias dos Roms que viviam na França, sob influência nazista, durante o





período da segunda grande guerra. O filme é protagonizado por uma família cigana nômade que passa a ser proibida de viajar e de manifestar a sua “ciganidade”, sob o risco de ser presa e/ou exterminada nos campos de concentração. Neste work, procuramos identificar de que maneira as identidades ciganas são (des)construídas e representadas nesta obra, a partir das performances do viver, viajar, pousar, morar, trabalhar e as suas formas de socialidades (FERRARI, 2010), atentando para as narrativas, personagens, cenários, figurinos, e suas potências figurativas; para as intertextualidades narrativas e interpretativas, através da decomposição dos filmes em sequências, cenas, e/ou planos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467340869_ARQUIVO_Liberte.pdf

Apresentação Oral em GT

Atualização e manutenção da identidade étnica: etnografia sobre o processo de conversão religiosa de ciganos em Cruz das Almas/BA.

Maráisa Lisboa de Souza

O presente projeto se situa no campo de estudos das Ciências Sociais sobre grupos étnicos. Sendo assim, nosso tema de investigação se refere a persistência e continuidade de um grupo étnico num contexto de conversão religiosa. Nosso problema de pesquisa consiste em saber quais são as implicações da conversão religiosa para a manutenção e atualização da identidade étnica. Temos como pressupostos que um grupo étnico persiste na medida em que se mantem as diferenças culturais entre eles e as demais coletividades com as quais interage. Mas para ter continuidade, um grupo étnico precisa ser capaz de se transformar na medida em que mudam as diferenças culturais definidoras das fronteiras. Estas últimas dependem de uma combinação entre os novos recursos materiais e simbólicos disponibilizados e as categorias classificatórias que lhe servem como referência. Nas interações interétnicas existem planos restritos e articulados. Os primeiros são norteados por um conjunto de prescrições sobre as situações sociais impeditivas a interação, enquanto nos segundos as diferenças de ordem cultural podem ser minimizadas e até mesmo negadas (BARTH, 1969). A hipótese desse work é de que a religiosidade está se tornando um campo de articulação que contribui para a minimização do estigma que recai sobre a identidade étnica do grupo. Para testá-la desenvolveremos um estudo de cunho qualitativo e etnográfico junto aos ciganos convertidos ao protestantismo na cidade de Cruz das Almas/BA, buscando compreender quais são as implicações da conversão religiosa para a manutenção e atualização da sua identidade étnica.

Palavras chave: Identidade; Conversão; Ciganos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/420_2017-01-11.pdf

Apresentação Oral em GT

Identidades Ciganas no Brasil

Mario Igor Shimura

A organização de diversos movimentos sócio-políticos por parte de lideranças e representatividades ciganas no Brasil tem provocado o interesse de pesquisadores sobre a instigante temática da identidade cigana ou “ciganidade”. As pesquisas etnográficas têm demonstrado a subjetividade peculiar desse elemento, haja vista sua característica plural e que a princípio não se comporta numa sentença teórica, acadêmica ou popular, pois isso exigiria uma generalidade inconcebível, unificante, que invariavelmente englobaria um todo complexo de diferentes perspectivas, endógenas e exógenas, conflitantes e interseccionadas ao mesmo tempo, imparciais e diferenciadas sobre quem são ou o que é ser cigano. Definir o “cigano” e/ou sua identidade num conjunto limitado de palavras depende de inconsistência teórica e empírica, pois pressupõe a universalização

do conceito de um grupo pluricultural, não essencialista e globalizado. Isso é assim porque a ciganidade é pluriétnica e portanto representada por um espectro de divergências conceituais, sem acordos teóricos potencialmente convergentes que contenham a integralidade das inúmeras percepções, simbólicas e representativas, da alteridade. Toda e qualquer elaboração descritiva que se arrogue como definição de será, senão rebatida, invariavelmente questionada e contra-argumentada pelas mais variadas vertentes do fenômeno da ciganidade. Talvez seja por isso que o que geralmente se faz é reproduzir o senso comum, amplamente aceito e absorvido como verdade absoluta ou então, produzir descrições sobre quem são, como são, como vivem os ciganos etc de um contexto específico e universalizar tais informações de modo a produzir e reproduzir estereótipos. Essa apresentação pretende apresentar um inventário das identidades ciganas a partir da alteridade, discorrendo sobre diferentes categorias identitárias reunidas em diferentes grupos, a saber, étnico-racial e sociocultural. Entendendo que a expressão geral “os ciganos” é oriunda de equívocos históricos e conceituais pretende-se também demonstrar como a identidade cigana se reelabora, reinventa e ressignifica, bem como se dão esses processos, suas implicações socioculturais e quais são os seus mecanismos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466403766_ARQUIVO_Apres.oral30RBAIgorShimura.pdf

Pôster em GT

Os Ciganos nas Minas Gerais: O Passado e o Presente em Movimento

Thiago Henriques Lopes, Thiago Henriques Lopes Carlos Eduardo Santos Maia

Este work resulta, primeiramente, de curiosidade pessoal acerca do modo de vida dos chamados ciganos e também da carência de discussão do tema na Geografia. Recorreu-se a outras áreas das ciências humanas com maior tradição em pesquisa acerca destes sujeitos a fim de entender a relação espaço-tempo-cultura no tocante à sua chegada e perseguição sofrida antanho nas Minas Gerais. Posteriormente, analisam-se algumas práticas cotidianas de um grupo acampado no bairro Igrejinha (Juiz de Fora - MG) no momento da pesquisa. Acerca deste grupo, detém-se numa perspectiva de exposição “antropogeográfica”, em que se expõe sua organização social relacionada ao ambiente ocupado, mais especificamente em termos da condição de moradia temporária e das paisagens encontradas no acampamento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466358309_ARQUIVO_OsciganosnasMinasGerais-Opassadoeopresenteemmovimento.pdf

Apresentação Oral em GT

Entre laços e teias: famílias ciganas no Seridó do RN

Virgínia Kátia de Araújo Souza

O work apresentado é fruto de uma pesquisa etnográfica realizada com os ciganos do Seridó Norte Rio-grandense, em especial nas cidades de Cruzeta, São Vicente e Currais Novos. O objetivo principal foi compreender como se organizava a rede de movimentos circulatórios e de fixação na qual esses ciganos mobilizam frente a atual organização das suas famílias, nucleares e extensas, assim como da relação estabelecida com a sociedade majoritária. Utilizou-se como método a etnografia embasada na observação participante, nas entrevistas formais e informais, assim como do recurso fotográfico como registro visual do campo. Nesse viés, sabe-se que há um fluxo, um movimento contínuo dos próprios atores pelo espaço. Espaço esse, circunscrito por características específicas. Se no imaginário, os ciganos estão “sedentarizados”, simbolicamente há uma prerrogativa nômade que mantém uma tradição, mesmo que recriada. Visualiza-se,



então, a reflexão acerca de sua organização partindo da ideia de fluxo em rede. Como o próprio conceito trás no seu significado, o fluxo possui direções, e assim, corroboro com Hannerz (1997) ao tratar o fluxo como uma metáfora geradora. A noção de rede mostra seu aspecto peculiar: o de se articular e rearticular permanentemente. Dessa forma, refletir sobre os ciganos vai além de delimitá-los em um grupo específico. Pensá-los de maneira horizontal, sem delimitações superficiais individualizadas ou ainda como universais estruturais do que seria ser cigano, pretende apaziguar e compreender como se organizam. Desse modo, o estudo sobre família atrelada ao conceito de rede é fundamental nessas situações em que a categoria grupo não consegue dar conta da complexa mobilidade entre os sujeitos que estão se relacionando socialmente. Por conseguinte, um duplo movimento surge como uma tipologia da compreensão: o sobreviver da troca e do “fazer a feira” e o da doença e da morte. O primeiro, condiz à relação estabelecida com os não-ciganos e, o segundo, relacionado aos laços de parentesco.

Palavras chave: Família, Rede, Ciganos

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/301_2017-01-06.pdf

GT 021: Coleções, Colecionadores e Práticas de Representação

A geração e administração de 'coleções' organiza-se em práticas ligadas a múltiplos projetos: disciplinares, de desenvolvimento e autonomização de campos científicos e artísticos; de poder e governabilidade, de invenção e administração audiovisual da nação e do império. Neste quadro, vem se definindo um conjunto de preocupações etnográficas e analíticas focadas, em particular, nos atos de colecionamento, no entre-debate sobre a formação de arquivos (Museus, Bibliotecas, Herbários, Jardins zoológico e botânico); a organização distintiva das Ciências e das Artes; e a geração, recente, de contra-representações pelos grupos historicamente representados em regimes de subalternização. Estes investimentos, debruçados sobre economias simbólicas complexas, colocam em evidência a relação entre investigadores e interlocutores na objetificação da diversidade 'cultural' e 'natural' (de catálogos de plantas e acervos de herbários, até coleções de objetos, e coletâneas de poemas, canções e melodias) com auxílio de múltiplas tecnologias audiovisuais de mediação da observação e da experiência. Objetiva-se reunir pesquisadores de múltiplas áreas, formações e objetos, tomando como eixo de aproximação e exercício analítico-etnográfico o processo de produção-arquivo-edição de 'coleções' e o modo como pode ser revelador de redes e circuitos de transação e políticas de representação em publicações, exposições e fonogramas.

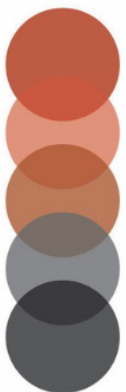
Edmundo Marcelo Mendes Pereira (MN/UFRJ) e Manuel Ferreira Lima Filho (Universidade Federal de Goiás) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

Coleção de invisíveis

Andréa Rizzotto Falcão

A proposta desta comunicação é refletir sobre os desafios encontrados na identificação de acervos e coleções para compor o projeto expositivo do futuro Memorial da Anistia e Direitos Humanos. O projeto é parte de uma articulação histórica, fruto da mobilização de diversos grupos e setores da sociedade civil, pela transformação e ressignificação do espaço onde funcionou o antigo DOPS-RJ, na Rua da Relação nº 40, em um espaço cultural aberto à comunidade. A proposta tem caráter emblemático pois o prédio é testemunho não apenas das violações de direitos humanos cometidas durante o período da ditadura civil-militar, entre os anos 1964-1985, mas também, e de modo mais amplo, das diversas lutas políticas e sociais ocorridas no



Brasil República. No prédio inaugurado em 1910 para abrigar a Repartição Central de Polícia e os serviços anexos de identificação datiloscópica e fotográfica e medicina legal, funcionaram diversos órgãos, dentre eles: a Escola de Polícia Científica do Distrito Federal, criada em 1912, e o Museu do Crime, dedicado ao colecionamento de objetos apreendidos nas investigações policiais, que em caráter subsidiário serviam como meio auxiliar de instrução da Escola. Em termos analíticos estas instituições podem ser vistas como parte de um complexo processo de produção, acúmulo e organização de documentos e informação. O conjunto de documentos produzidos pelas polícias políticas que operaram neste espaço ao longo do século XX, hoje sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, é um dos acervos mais importantes identificados até o momento. Este acervo, formado entre 1918 e 1983, é composto por 670 metros lineares de documentos textuais, 200.000 negativos fotográficos em vidro e acetato, ampliações fotográficas, fitas audiomagnéticas, livros, cartazes, flâmulas e outros objetos tridimensionais. Produzidos inicialmente para dar suporte às ações e práticas policiais de controle social e repressão política, mantidos em espaços reservados para uso corporativo, longe do público e de difícil acesso, estes “documentos” revelam-se não apenas de grande valor histórico mas também locus privilegiado para a pesquisa etnográfica, especialmente aquelas voltadas para investigação e análise das práticas e atos de colecionamento e sua relação com a constituição de campos disciplinares próprios. Tendo permanecido invisíveis, por mais de meio século, como grande parte dos grupos e indivíduos que os produziram e sobre os quais eles se debruçaram, esses “documentos” hoje, além de importantes artefatos históricos, encontram-se no centro de complexos processos de representação e disputa.

Apresentação Oral em GT

O oculto em movimento: ressignificando uma coleção etnográfica na reserva técnica

Cecília de Oliveira Ewbank, Maria Pierro Gripp

Materialização das relações que o homem estabelece na natureza, os objetos ressoam histórias e memórias. Coletados por seu caráter exótico e científico, os artefatos etnográficos compõem hoje em dia grande parte das reservas técnicas de museus. O Museu Nacional é uma destas instituições, que possui entre as variadas coleções sob a sua salvaguarda um conjunto de objetos Karajá coletados pelo antropólogo norte-americano William Lipkind. Patrimonializada em 1939, a coleção W. Lipkind foi reapropriada por um projeto museográfico entre 2015 e 2016. As diversas etapas decorridas na reserva técnica neste período contribuíram para a contínua ressignificação a que as coleções estão sujeitas em sua existência. Apesar de técnica a abordagem prezou pela amplificação do pertencimento da etnia representada buscando, em suas ainda iniciáticas ações, promover uma relação orgânica entre acervo, equipe, instituição e público.

Palavras chave: coleções etnográficas, museologia

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/300_2017-01-12.pdf

Apresentação Oral em GT

Entre museologia e pesquisa etnográfica: a fabricação compartilhada de uma coleção ao longo de um processo de concepção e de realização expográfica

Dominique Bernard Schoni, Soraya Silveira SIMÕES, Professora IPPUR-UFRJ

A concepção e a realização de uma exposição são consideradas, na presente proposta, como um processo de fabricação de sentido e ferramenta metodológica para a pesquisa e para a constituição de coleções. Hoje, nos museus, é comumente a partir de coleções existentes e com base em pesquisas anteriores que as exposições são projetadas como meio de divulgação ao público não-especialista. Neste contexto, dada a especialização



atual das profissões museais, os pesquisadores muitas vezes só aparecem ao final como garantidores dos "conteúdos" apresentados nas exposições concebidas e realizadas, no entanto, por outros profissionais. A nossa proposta, baseada em dois experimentos, um realizado em Genebra (Suíça) e outro em curso no Rio de Janeiro, pode, assim, parecer paradoxal. Pois a dissociação comum entre o fundo (o "conteúdo") e a forma é, na nossa opinião, contrária à dinâmica da prática antropológica atual: o interesse nas dimensões materiais e sensíveis da vida social, as reflexões epistemológicas sobre as convenções da representação, os aspectos dialógicos da pesquisa e as modalidades reflexivas da restituição dos saberes construídos não podem ser reduzidos a um "conteúdo informativo". Isto nos encoraja a refletir sobre um método de fabricação compartilhada de exposição que concorre para a constituição pensada de uma coleção. Nosso work no Rio desenvolve, em colaboração com antropólogos, ativistas e atores da prostituição, um conjunto de propostas para um projeto de exposição. A reflexão comum sobre a sua estrutura, forma expositiva e espaço cenográfico é o que o distingue das modalidades mais usuais da pesquisa acadêmica. Se o uso de uma coleção já existente não está excluída (como o uso do acervo doado pelo movimento de prostitutas ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro), objetos tão diversos como mobiliário urbano, declarações fiscais, roupas, filmes, frases e modos de falar aparecem como sugestão em nossos grupos de work. A diversidade de objetos mencionados para figurar na exposição reflete a maleabilidade das categorias empregadas para avaliar a adequação de uma aquisição. Nesse caso, ela é condicionada em primeiro lugar pela capacidade de fazer sentido numa cenografia expográfica. O interesse, portanto, é desenvolver uma coleção que se baseia menos em categorias (comumente utilizadas) de pertencimento cultural ou de inclusão biográfica, e mais sobre as dimensões pragmáticas da ação humana: do que somos capazes de fazer e pensar com um objeto particular, imagem ou figuração, no contexto de uma profissão estigmatizada que coloca em tensão as relações entre o privado e o público, os constrangimentos experimentados em seu exercício, a criminalização, as vocações e o ativismo?

Apresentação Oral em GT

Associações entre religião, cultura e arte: considerações sobre as coleções de objetos religiosos do Museu Afro Brasil

Fernanda Heberle

A exibição de objetos relacionados aos cultos religiosos afro-brasileiros em museus e outras instituições públicas tem uma longa história no Brasil, estando intimamente relacionada com a constituição de coleções etnográficas em museus universitários. Nas últimas décadas, a constituição dos chamados "novos museus afro-brasileiros" têm contribuído para multiplicar as possibilidades de associação entre esses objetos e categorias como "religião", "cultura" e "arte". Neste work, proponho discutir como essas articulações vêm sendo produzidas na composição do acervo do Museu Afro Brasil, instituição inaugurada em 2004 na cidade de São Paulo, a partir da coleção particular de seu atual diretor e curador, o artista plástico de origem baiana Emanuel Araújo. O objetivo mais geral do work é refletir sobre a especificidade das formas expositivas e das técnicas envolvidas na prática de justapor esses objetos num museu que se apresenta sobretudo como um museu de arte.

Apresentação Oral em GT

Museu Antropológico da UFG e o projeto integracionista da Nação: salvemos os objetos para os povos não se "perderem"

Gustavo de Oliveira Araújo

O objetivo dessa comunicação é pensar a possível relação entre a criação do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás com algumas ideias de políticas indigenistas em curso no Brasil, desde a década de 1930, bem como pensar a constituição de acervos e de coleções como desdobramentos destas

políticas voltadas para os povos indígenas do Brasil central. Interesse notar que nos primórdios do Museu Antropológico está a tônica de uma antropologia de viés culturalista. A perspectiva de ter que coletar material etnográfico com vistas ao “salvamento” de uma possível perda da cultura de povos tradicionais dita a prática do colecionismo. Lima Filho, em seu artigo William Lipkind e as trilhas de uma coleção Karajá: Memória, Atores e Agência (no prelo), ao estudar acerca da trajetória do antropólogo norte-americano William Lipkind no Brasil, bem como sobre a constituição de uma coleção de objetos Karajá no Museu Nacional do Rio de Janeiro, fez a seguinte observação acerca da relação entre a antropologia praticada pelo Museu Nacional e a corrente culturalista da antropologia no que tange à constituição de acervos etnográficos: De maneira particular, me interessou refletir ainda sobre as conexões algumas vezes presentes entre as coleções entesouradas nas reservas técnicas, uma certa obsessão expositiva colada ainda nos princípios boasianos do espetáculo e ancoradas por princípios redutor e monetário do olhar ocidental. (2015, p.10) Nota-se que, para atender a uma demanda de “espetáculo”, as expedições feitas aos diferentes povos indígenas capitaneadas por instituições museais, tinham como princípio a coleta de diferentes artefatos com vistas a atender dois propósitos imediatos: formação de acervos e coleções, em primeiro lugar, e exposições que apresentassem esse material coletado ao grande público. Dando sustentação a essa prática – comum no Museu do Índio no Rio de Janeiro, comum no Museu Antropológico da UFG e comum a tantos outros museus que tinham como “política patrimonial” a salvaguarda de acervos etnográficos – está o discurso salvacionista e preservacionista dos povos em extinção. É imbuído desse discurso, salvacionista, que se estrutura as primeiros expedições que o MA/UFG fez junto aos povos do Xingu e junto aos povos do Araguaia.

Trabalho completo:

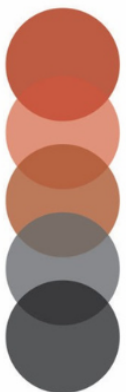
https://www.abant.org.br/files/1466456668_ARQUIVO_MuseuAntropologicodaUFGeoprojetointegracionistadaNacaoRBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Coleções e educação patrimonial: da formalidade à informalidade das experiências colecionistas contemporâneas

José Rogério Lopes

Pretende-se descrever os agenciamentos que colecionadores privados operam de suas coleções em processos informais e formais de educação patrimonial, utilizando dados de pesquisa em desenvolvimento. A concepção de educação patrimonial e suas implicações societárias permitem discutir as experiências individuais e sociais de colecionismo, como “mapas de orientação social” (VELHO, 1987). No escopo desses mapas, as coleções objetivam registros de trajetórias individuais, familiares, comunitárias ou de objetos sociais, que ora se configuram em coleções institucionalizadas, ou formais, ora se enformam nas experiências e agenciamentos de indivíduos e grupos, singularizando interações situacionais entre os humanos e seu mundo ou cultura material (KOPYTOFF, 2008). Definida nesse quadro de análise, a educação patrimonial expressa uma lógica de projetos contemporâneos, individuais ou coletivos, que se inscrevem na agenda política. Pensados como “mapas de orientação social”, os projetos podem ser sociais quando englobam ou incorporam projetos individuais, segundo a percepção de “interesses comuns” e “uma definição de realidade convincente” (VELHO, 1987, p. 33). Assim definidos, os projetos adquirem conotação política, cuja viabilidade depende da “eficácia em mapear e dar um sentido às emoções e sentimentos” (Idem, p. 33) que os indivíduos experienciam na fragmentação das orientações coletivas e nas singularizações que se processam em suas interações com os objetos (como artefatos materiais ou imateriais). A conotação política e a interdependência de visões de mundo, com suas fronteiras, na experiência contemporânea e metropolitana, implicam que os projetos eficazes devem apresentar “plasticidade simbólica, uma certa capacidade de se apoiar em domínios diferentes, um razoável potencial de metamorfose” (VELHO, 1987, p. 33). Nesse sentido, as lógicas de publicização das coleções explicitam agenciamentos que ressignificam o



potencial educativo dos processos de patrimonialização, como coisas boas para se pensar (MARSHAL, 2005), na forma de “contratos de visibilidade” (PASSERON, 1991). Referências bibliográficas KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas. In: APPADURAI, Arjun (org.). A vida social das coisas; as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Rio de Janeiro: EdUFF, 2008, p. 89-121. MARSHAL, Francisco. Epistemologias históricas do colecionismo. Episteme, Porto Alegre, nº 20, p. 13-23, jan./jun. 2005. LOPES, José Rogério. Colecionismo, objetos e arte: entre o visível e o invisível. Z Cultural, Rio de Janeiro, X, nº 2, p. 1-9, 2015. PASSERON, Jean-Claude. Le raisonnement sociologique. Paris: Nathan, 1991. VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura; notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1464203784_ARQUIVO_Educacaopatrimonialecolecoes.pdf

Apresentação Oral em GT

Caminhos da etnomusicologia e registros sonoros ameríndios no Brasil

Liliam Cristina Barros Cohen

O presente work aborda aspectos históricos relacionados com gravações musicais e a disciplina etnomusicologia, bem como as condições de registros de música indígena no Brasil e consequentes formações de acervos musicais com registros sonoros ameríndios no país, enfatizando as coleções do Museu Nacional (RJ) e Museu Paraense Emílio Goeldi (Pará). Explora, também, relatos de experiências de produção audiovisual e constituição de acervos musicais indígenas por associações indígenas brasileiras em parceria com instituições de pesquisa, focalizando a experiência dos Desana Guahari Diputiro Porã do Alto Rio Negro, Amazonas. No acervo do Berliner Phonogramarchiv, 194 cilindros são de música indígena brasileira nos quais encontram-se as coleções de Whilhelm Kissenberth (1878-1944), Theodor Koch-Grunberg (1872-1924), Emil Snethlage (1897-1939). O Museu Nacional do Rio de Janeiro possui os cilindros de cera com as gravações históricas de Edgar Roquete-Pinto, realizadas em 1912, que foram as primeiras gravações de música ameríndia brasileira feitas por um brasileiro. Para as gravações, foi utilizado um fonógrafo moderno movido a cordas que permitia gravações de até três minutos nos cilindros de cera (Pereira e Pacheco, 2008). O Museu Paraense Emílio Goeldi é depositário de coleções etnográficas e arqueológicas que contém exemplares de instrumentos musicais indígenas brasileiros. Na Reserva Técnica de Arqueologia Mário Simões está sendo desenvolvido o projeto “Arqueologia Musical Amazônica”, a partir de uma colaboração entre o Laboratório de Etnomusicologia da UFPA, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Nacional do Rio de Janeiro, este último para estudo sobre sua coleção. O projeto prevê o estudo e documentação dos instrumentos musicais e sonorizantes constantes nestas coleções que totalizam 32 instrumentos marajoaras, tapajônicos e xinguanos no arquivo de arqueologia do MPEG e 7 instrumentos marajoara e tapajônicos no Museu Nacional do Rio de Janeiro. O Laboratório de Etnomusicologia da Universidade Federal do Pará conta com acervo fonográfico agregado a partir de pesquisa colaborativa com os Desana Guahari Diputiro Porã, moradores de Iauaretê, no Alto Rio Negro, Amazonas, Brasil, a exemplo de diversas ações de fortalecimento, salvaguarda e difusão da música ameríndia brasileira protagonizada por associações indígenas em parceria com instituições de pesquisa e de ensino (SETTI, 2004; Luhning e Sousa, 2013). Pretende-se, então, discutir aspectos relativos a este esforço de comunidades indígenas e os novos usos das gravações e acervos no Brasil (especialmente na Pan-Amazônia) e no mundo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1464099676_ARQUIVO_ABA-LiliamBarros.pdf

Apresentação Oral em GT

Colecionismo como ato performático: um olhar sobre o acervo do Instituto Ricardo Brennand



Nara Neves Pires Galvão

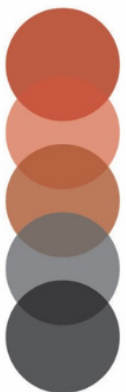
Na antropologia são praticamente ausentes temas relacionados a colecionismo, museu e campo ritual que busquem a compreensão das coleções, sob a perspectiva da formação do gosto e da performance. Marcel Mauss foi um dos primeiros teóricos da antropologia que, ao trabalhar o conceito de ritual, afirmou que as representações e as práticas encontram-se sob um só domínio: o campo das significações, por ele chamado de fato social total. Pensar o colecionismo sob esse prisma, pressupõe a compreensão do ato de colecionar como um fato social, que compreende duas categorias: a do gosto, por um lado (através da paixão e a busca incansável do objeto pelo colecionador) e a da performance (que implica em códigos e rituais de afirmação de um capital intelectual através da força simbólica de uma coleção). Este artigo propõe uma reflexão sobre as relações entre o colecionador Ricardo Brennand, a lógica expográfica dos espaços expositivos do museu construído por ele (O Instituto Ricardo Brennand, localizado no Recife – PE), os sistemas de classificação dos objetos de sua coleção e as relações construídas entre o museu e os seus visitantes. O Instituto reflete o desejo de seu criador em atribuir sentido e significado para os seus objetos. A identidade curatorial do museu dá ênfase a uma narrativa que coloca os espaços expositivos concebidos pelo colecionador Ricardo Brennand ao invés de curadores ou museólogos. Essas narrativas expográficas são entendidas, neste artigo, como atos performativos sendo ritualizados através das exposições, coleções e acervos, tornando o diálogo entre o museu e o público um encontro não só de troca de experiências, mas além disso um encontro de expectativas. Assim, o que é coletado pelo colecionador e exibido no museu não são apenas objetos, mas experiências que nascem de suas interações. (Latour, Fabian e Turner). Considerando que os museus são espaços onde são construídas e expressas diferentes identidades individuais, de gênero e de classe eles também têm sido acionados como importantes instrumentos políticos que evidenciam as intrínsecas relações entre memória, colecionismo e poder. A abordagem performativa ora proposta neste artigo pretende entender as estratégias acionadas pelo colecionador Ricardo Brennand na criação e manipulação dos objetos de sua coleção, inscrevendo-os no processo de discursos com vários sentidos e significados.

Apresentação Oral em GT

Coleção Folch: arte e antropologia em disputa nos museus de Barcelona.

Renata da Silva Montechiare Pires, -

Esta proposta de comunicação parte da pesquisa de campo realizada entre 2015 e 2016 em dois museus de antropologia de Barcelona (Catalunha/Espanha): o Museu Etnològic e o Museu de les Cultures del Món. A Coleção Folch é conhecida entre pesquisadores, colecionadores e demais atores do campo museológico na Espanha como um conjunto de objetos “extra-europeus” reunidos entre 1952 e 1976 por Albert Folch, membro de uma das tradicionais famílias catalãs. Atualmente, a Coleção Folch está imersa em uma controvérsia a respeito de seus usos e interpretações envolvendo os dois museus citados. A coleção privada de objetos passa às mãos do Estado para somar-se às coleções do tradicional museu de etnologia catalã. Em um dado momento, o plano se desfaz. A Coleção Folch é avaliada por “especialistas” de todo o mundo e requalificada: antes considerada “etnografia”, abandona o plano de ser exibida num museu tradicionalmente dedicado à disciplina antropológica, e ganha novo status, alçando maior prestígio quando considerada capaz de sustentar a criação de um “museu de arte”, ou ainda, “de culturas”. A criação do Museu de les Cultures del Món na prestigiosa Calle Montcada, em frente ao Museo Picasso, reacende as disputas entre arte e antropologia na cidade, na medida em que uma mesma coleção é reclassificada de modo a adequar-se a um novo projeto de museu, celebrando as “culturas do mundo” através da produção “artística” das regiões mais distantes da Europa. Ambos os museus, e suas coleções, se veem envolvidos em acusações de “etnocentrismo” provenientes tanto dos antropólogos quanto dos historiadores da arte. A decisão prévia de abrigar a Coleção Folch no Museu Etnològic esteve cercada de elementos que pareciam dar coerência à proposta de reformulação do museu a partir da chegada deste novo acervo. Afinal, a história das expedições



de Albert Folch nos anos 1950 está intrinsecamente ligada à própria história deste museu, que inaugurou em 1949 com o nome de Museo Etnológico y Colonial. Eduald Serra, então colaborador do museu, foi companheiro de Folch em suas viagens pelo mundo, e juntos adquiriram objetos que tornaram-se matriz da composição de duas importantes coleções: uma pública e outra privada. Tratando-se de um colecionista privado interessado em obras de arte e um antropólogo de um museu público, os objetos coletados por ambos passavam pelo crivo da classificação entre arte e antropologia já em meados do século passado. Após cerca de 70 anos, esse mito de origem de ambas as coleções se refaz e renova as discussões das fronteiras entre arte e antropologia num ambiente de atualização dos discursos dos museus etnográficos europeus, frente às revisões pós-coloniais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466432628_ARQUIVO_RMontechiareGT2130RBAIL.pdf

Apresentação Oral em GT

As coleções de Johann Natterer e da comissão austríaca no contexto do colecionismo da primeira metade do século XIX

Rita de Cássia Melo Santos

No período em que esteve no Brasil (1817-1835), Johann Natterer remeteu em conjunto com a comissão austríaca doze carregamentos de produtos para Europa. O conjunto de espécimes naturais impressiona tanto pela quantidade, quanto pela singularidade dos itens enviados. Contendo itens desconhecidos, não descritos e inéditos, eles provocaram a curiosidade na intelectualidade europeia, sobretudo, a partir da sua apresentação no Museu Brasileiro e das publicações dos relatórios e cartas dos naturalistas pelo então diretor do gabinete de História Natural, Schreibers. A publicação das obras dos naturalistas que retornaram até o ano de 1821 favoreceu ainda mais a divulgação das coleções, estimulando pesquisas sobre o acervo que resultou ao longo do tempo numa vultosa produção bibliográfica nos diferentes domínios da História Natural. Embora tenham sido enviados em conjunto e os planos iniciais estimassem que eles realizariam uma grande expedição coletiva, os naturalistas da comissão austríaca desenvolveram pesquisas independentes e por diferentes regiões. Do conjunto dos 17 integrantes, pretendo nesse artigo analisar as viagens realizadas por 1) Natterer e Sochor, 2) Pohl. A escolha dos dois grupos de naturalistas deve-se ao tempo de permanência e à abrangência das viagens realizadas. A análise do conjunto de materiais coletados e analisados por eles nos permite entrever um interessante panorama dos produtos naturais e das gentes do Brasil na primeira metade do século XIX. Soma-se ainda a essas referências, os naturalistas que os precederam ou que a eles foram contemporâneos: 3) Eschwege, 4) Neuwied, 5) Langsdorff. Longe de serem empreendimentos individuais, como indica Domingues (1995), todas essas expedições estavam interconectadas e eram resultantes do interesse dos germânicos nos domínios Ibéricos Sul-americanos. O meu objetivo nesse artigo, portanto, é apresentar o quadro mais amplo no qual o colecionismo de Johann Natterer estava inserido, localizando-o no contexto geopolítico internacional das demais comissões científicas ao mesmo tempo em que destaco sua singularidade, suas contribuições para o campo e os pré-requisitos por ele cumpridos. Minha hipótese é que a leitura transversal do colecionismo praticado nas primeiras décadas do século XIX pode vir a contribuir ainda com o entendimento da imagem de Brasil produzida e veiculada na construção do período Imperial. Para isso, nesse artigo, apresentarei primeiramente o conjunto de viajantes anteriores aos da comissão austríaca e que foi utilizado por ela como referência para os works desenvolvidos; em seguida, o colecionismo praticado pela comissão ainda nos anos em que havia um plano de work em conjunto; e, finalmente, o colecionismo praticado pelas viagens independentes de Pohl e Natterer.

Apresentação Oral em GT





Etnografando o “Palacete Montenegro” e suas coleções: Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA) em Belém do Pará

*Rosângela Marques de Britto, Natália Andrielly Trindade Alfaia Sandra Regina Coelho da Rocha
 Dávison Cirilo Queiroz Miranda*

As pesquisas acerca do patrimônio cultural musealizado e suas coleções têm objetivado compreender as relações das pessoas com as coisas, delimitando o lócus em uma “esquina” do bairro de Nazaré, em Belém do Pará. A interpretação dos processos de transformação do “Palacete Montenegro”, construído em 1903 e adquirido em 1965 – outrora habitado por famílias tradicionais belenenses – assume nova função ao abrigar a sede da reitoria da Universidade Federal do Pará (UFPA) e outros setores até a implantação do Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA) em 1984. O MUFPA está relacionado às ações de preservação da memória do patrimônio histórico, a partir da formação do acervo que reúne coleções incorporadas através da aquisição das obras pertencentes à pinacoteca da reitoria e às faculdades de medicina e direito preexistentes à criação da UFPA, em 1957. Os debates sobre a criação de um “museu universitário” no Norte do país, e o seu papel como embrião da formação das coleções e da interconexão entre ensino, pesquisa e extensão emergem nos espaços acadêmicos antes e após a institucionalização da UFPA, assim como os fatos que permeiam a “biografia sociocultural” da arquitetura musealizada e o “processo de produção-arquivo-edição de coleções” são algumas das reflexões advindas da pesquisa de tese filiada à Antropologia, tomando como objeto este patrimônio cultural material, na perspectiva da observação participante, que consiste em uma análise polifônica com enfoque na atribuição de valor cultural e patrimonial, envolvendo a interação dos habitués do espaço urbano da rua, do público visitante e estudantes com o espaço musealizado, além das práticas artísticas no âmbito das artes visuais e, sobretudo, a percepção êmica dos trabalhadores de rua em relação ao “Palacete Montenegro”. Em 2015, dei continuidade aos projetos, com novas pesquisas sobre coleções: “Quadros de formatura”, procedendo à análise de dez quadros de formatura elaborados em técnica mista sobre papel, datados entre os anos de 1906 e 1934; e “Coleção Carmen Souza” (Lisboa, 1908, Belém, 1950), que engloba 212 desenhos, 43 esculturas, 32 pinturas e objetos pessoais. Na análise, o acervo divide-se em duas categorias: objetos pessoais, incluindo fotografias, documentos, cadernos, diários, cartas e recortes de jornais; e obras de arte. A pesquisa contempla a constituição formal e estilística de cada peça e a elaboração de uma (etno)biografia da artista, interpondo a sua trajetória pessoal à sua produção artística. Outro estudo refere-se à composição do acervo do “Arquivo do MUFPA”, que reúne as fontes documentais dos processos históricos e da musealização do bem patrimonial.

Apresentação Oral em GT

Memória e esquecimento yanomami no arquivo fotográfico de Claudia Andujar

Valeria Pérez Vega

Memória e esquecimento yanomami no arquivo fotográfico de Claudia Andujar. Valeria Pérez Vega/Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais na Escola de Belas Artes, UFRJ A antropologia tem o desafio de se aproximar aos arquivos e coleções fotográficas com temas etnográficos e entender suas condições de existência e transformação. Ditas coleções e arquivos fotográficos podem ser compreendidos mediante uma etnografia do colecionamento que rastreia os artefatos “desde o campo ao museu” (O’Hanlon), e refere o conteúdo das fotografias aos atos de observação, colecionamento e interação (Edwards). Implica fazer visíveis os processos de produção, reconhecer as historias locais, repensar os sistemas de documentação, descobrir as categorias com que eles devem operar e reconhecer os mecanismos de poder que operam na coleta e na documentação, sem desconsiderar as capacidades locais para influenciar os termos de interação e do conteúdo das coleções. A etnografia do colecionamento nos leva a refletir a obra fotográfica de Claudia Andujar sobre os Yanomami de Roraima, Brasil realizada de 1971 a 2003. Tenta-se

refletir junto com o grupo indígena fotografado quais seriam os critérios de reunião e descarte de imagens que possibilitariam a formação de um arquivo que eles pudessem considerar como próprio. Trata-se de encontrar uma metodologia em que as concepções sobre arquivo, memória, imagens, fotografia, arte e conceitos da cultura yanomami sejam suficientemente discutidos junto as classificações da própria fotografia para a conformação do sistema de documentação de dito arquivo; assim como de encontrar ações e formas concretas de fomentar a participação do povo indígena em projetos sociais e artísticos que lhe competem. A aparente ideia de que a memória não dependa de um suporte material para os Yanomami, nos afasta do conceito tradicional de memória que se funda no suposto de que os objetos atuam como análogos da memória humana (Forty) e nos aproxima a uma memória que não reside mais no objeto ou em suas partes, mas no recurso mental criado mediante a desaparecimento do objeto (Kuchler). No caso dos Yanomami os objetos associados às pessoas mortas exercitam essa arte do esquecimento, já que seus ritos funerários impõem a destruição de qualquer resto físico e social dos mortos (Albert). Mas existe certa ambiguidade no que diz respeito à destruição das fotografias, as quais dependendo dos contextos, dos espaços, das gerações e da relação específica do fotografo(a) com os Yanomami, pode se permitir que as imagens sejam preservadas e daí talvez derive a possibilidade da conformação de um arquivo.

GT 022: Cultura Popular, Patrimônio e Performance

Os estudos sobre cultura popular guardam longa tradição no âmbito das Ciências Sociais. A preocupação com a cultura popular teve participação ativa na formação da Antropologia no país seja no que toca à demarcação de fronteiras e constituição da disciplina; seja no desenvolvimento teórico, especificamente nas reflexões sobre pensamento social brasileiro, processos identitários, teorias da cultura e antropologia dos rituais. Atualmente as investigações ganham novo fôlego, abordando as mudanças de cenários e contextos nas manifestações da cultura popular a partir da discussão sobre processos de patrimonialização. Se a patrimonialização de formas expressivas e populares representa um mecanismo jurídico de salvaguarda, ela desencadeia uma série de desafios relativos aos modos como os bens culturais, agora patrimonializados, são vivenciados. Neste sentido a noção de performance parece ser promissora para pensarmos as relações entre formas expressivas populares e patrimônios. Assim, o GT pretende reunir pesquisas que reflitam sobre os processos de patrimonialização associados às culturas populares, privilegiando estudos sobre folguedos, rituais, danças, produções artesanais, saberes e sociabilidades. Trazendo para o debate performances e patrimônios, é também intenção deste GT provocar uma reflexão sobre os trânsitos e as tensões entre culturas populares, turismo, consumo, mídia e política.

Julie Antoinette Cavnac (UFRN) e Patricia Silva Osorio (Universidade Federal de Mato Grosso) -

Coordenação

Thais Fernanda Salves de Brito (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) - **Debatedor/a**

Juliana Braz Dias (Universidade de Brasília) - **Debatedor/a**

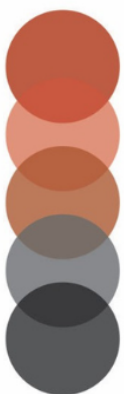
Maria Isabel dantas (Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN) - **Debatedor/a**

Apresentação Oral em GT

¡Ahí vienen los diablos! Sentidos e espaços de performance dos Diablos Danzantes de Corpus Christi em San Francisco de Yare (Venezuela)

Amarildo Ferreira Júnior, Silvio Lima Figueiredo Rosa Elizabeth Acevedo Marín

Anualmente, na quinta-feira de Corpus Christi, centenas de pessoas saem às ruas de San Francisco de Yare, povoado do município Simón Bolívar (estado Miranda, Venezuela), vestindo trajes vermelhos e coloridas máscaras de diabos, com vários terços e colares pendurados no pescoço, realizando uma série de



performances rituais marcadas pelo som de instrumentos de percussão e pela dança. Conhecidos como Diablos Danzantes de Yare, integram uma ampla quantidade de festividades existentes em localidades da costa central da Venezuela, denominadas como Diablos Danzantes de Corpus Christi. Reconhecidas como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, são festas onde esse conjunto de pessoas usando máscaras de diabos integra o ritual público da festa, missa e procissão de Corpus Christi, ora se constituindo um corpo mais ou menos independente, ora se ligando à celebração litúrgica. Este artigo discute, a partir de categorias teóricas das antropologias da religião e do conflito, a produção dos fluxos de sentidos desta festa e a espacialização dos significados políticos e sociais de suas performances. Para isto, apresenta dados coletados em work de campo realizado no ano de 2015, do qual se obteve um diário de campo e registros fotográficos, e em pesquisa documental e bibliográfica. Entendendo a festa estudada como um campo de relações em que emergem arenas simbólicas, cenas de performances (scène de performances) e discursos, com inversões simbólicas e afirmação de identidades coletivas, nas quais se movimentam aspectos sociais, étnicos e econômicos, defende-se o argumento de que nesta compósita manifestação cultural e religiosa popular, seus membros mobilizam sentidos e significados que lhes permitam ressignificar os agenciamentos e enquadramentos que recebem ao mesmo tempo em que produzem lugares de experimentação, representação e resistência sociocultural-religiosa.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466401209_ARQUIVO_FerreiraJunior;Figueiredo;AcevedoMarin;Ahivienenosdiablos_sentidoseespacosdeperformance.pdf

Pôster em GT

IÊ viva a todos os mestres - A capoeira Angola e a importância do mestre popular

Ana Luísa Pereira da Silva, Juliano Canedo Antunes

O work apresentado é fruto de um exercício etnográfico realizado no grupo de Capoeira Angola Eu Sou Angoleiro, de Belo Horizonte. A pesquisa foi feita com a autorização e apoio do mestre do grupo (Mestre João Bosco) e busca se aprofundar no papel que o Mestre de Capoeira exerce dentro de seu grupo e, através dele, na sociedade que o cerca. A primeira parte trata-se de uma breve contextualização histórica da prática da Capoeira Angola e da Capoeira Angola em Belo Horizonte. A segunda, e principal parte da pesquisa, foi organizada a partir de uma resposta concedida pelo Mestre João em entrevista, quando questionado sobre qual seria o papel do mestre popular, e busca elucidar melhor as diferentes funções que este cumpre, e expor a profundidade de cada uma delas. O work aponta que o mestre é aquele que tem acesso aos chamados valores ancestrais, que esses valores não podem ser transmitidos através do discurso – e que, portanto, o mestre é também aquele que sabe transmiti-los e assim preservá-los. Afirma-se também a função do mestre de levar esses valores ancestrais, através de seu grupo, à comunidade que o cerca, bem como a capacidade desses valores de promover a união na comunidade e no grupo. Destaca-se nessa parte do texto o papel político da Capoeira Angola na promoção da saúde e da união da comunidade ao redor do grupo, e também no amparo que seus valores ancestrais oferecem à resistência aos valores hegemônicos do mundo globalizado, descritos pelo mestre como eurocêtricos e capitalistas. Essa forma de ação política é apontada no texto como incompreendida pelas instituições políticas organizadas com base em modelos europeus. A terceira e última parte do work trás uma breve reflexão acerca das dificuldades de pesquisar e escrever sobre a cultura popular, e a respeito da importância da valorização da figura do mestre para a preservação desta em todas as suas manifestações, e de como essa valorização vem sendo discutida dentro do grupo e nos diálogos entre este e o poder público.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466388487_ARQUIVO_banner.pdf



Apresentação Oral em GT

"Santos Reis mandou dizer pra você me pagar": estudo antropológico e as relações de "pagamento" no reisado.

Antonio Vagner Ribeiro Lima

O artigo se propõe fazer uma abordagem antropológica ao versar sobre as relações de pagamento na performance do reisado. Por meio da etnografia empreendo de maneira reflexiva e dialógica uma discussão presente nas transformações vividas na atualidade da tradição popular do catolicismo rural, perscrutando à luz de autores como Geertz (1983), Woortmann (1990), Bitter (2008) e Peirano (2014) dentre outros a dialogar a partir dos significados e trocas, relações e representações sociais dos que fazem a festa do reisado. Neste sentido procuro entender como se dão as negociações de pagamento "do santo", dos brincadores, as tensões e ambiguidades presentes nos cantos, danças, brincadeiras, versos, cortejo, arrecadamentos de "donativos" para a festa, a reza, conflito e diversão na peregrinação em louvor a Santos Reis. Minha interpelação reflete sobre como se acomodam os fluxos do que se ganha e o que se gasta na brincadeira do reisado, as influências na performance do ritual, mediadas por outros "valores", quer sejam morais, religiosos, culturais e de consumo de massa em diálogo com a cosmologia da manifestação popular. É da observação participante e análise dos variados contextos por onde o reisado se faz significativo para as pessoas que participam das atividades do reisado de onde construímos compreensão de sentidos com abordagem antropológica.

Trabalho completo:

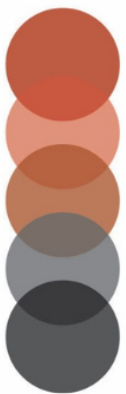
https://www.abant.org.br/files/1466472320_ARQUIVO_ARTIGO30RBA_GT022_ANTONIOVAGNERRIBEIROLIMA.pdf

Apresentação Oral em GT

Narrativas Locais em Fontes Oraís: o lugar da memória no imaginário da paisagem da Ilha de Cotijuba (PA)

Carla Melo de Vasconcelos, Renilda do Rosário Moreira Rodrigues Bastos Flávio Leonel Abreu da Silveira

As narrativas orais, enquanto acontecimentos e materialidade, são tecidas no cotidiano local das paisagens insulares do estado do Pará. Seus desdobramentos em memórias e imaginários envolvem a comunidade de narradores e ouvintes de Cotijuba. Assim, busca-se traçar uma atitude mais reflexiva dos encontros entre o imaginário poético, que as narrativas evocam, e as memórias dos narradores da ilha de Cotijuba, por meio das representações produzidas durante o work de campo. Na Ilha de Cotijuba as narrativas, de maneira geral, tem se prestado muito fortemente ao longo do tempo a uma vasta série de construções simbólicas que, até certo ponto, ultrapassam as narrativas sobre o lugar e, se misturam e evoluem-se nos seus fluxos de água doce, narrativas que se desencadeiam, se resignificam e se conectam em diversos aspectos do cotidiano da ilha. Uma marca que a ilha traz do seu passado histórico, é a memória da penitenciária, construída em 1968. Assim, a ilha se transformou em ilha-presídio, recolhendo condenados e presos políticos, adultos e menores, com um sistema penal violento e arbitrário. Esse fato povoou o imaginário da sociedade paraense, mantendo-a a distância da ilha, porém hoje as ruínas do antigo presídio se tornaram patrimônio da ilha. Em 1990, a Ilha de Cotijuba foi transformada em Área de Proteção Ambiental, pela Lei Municipal. Desse modo, a construção de uma história local deve prever uma contextualização particular e global, buscando, assim, no estudo do particular e de suas articulações, a lógica de interinfluências com o global, lançando mão de diferentes fontes para construção dessa realidade, que são as narrativas contadas sobre a ilha de Cotijuba.





Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466477448_ARQUIVO_ABA.pdf

Apresentação Oral em GT

Samba de coco de Arcoverde – mudança de estrutura ou de posições?

Danielly Amorim de Q. Jales

O samba de coco é uma manifestação da cultura popular em Arcoverde - PE. A sua organização é pautada na construção de uma identidade que une raça e cultura popular afirmando assim, sua tradição. O objetivo deste work é demonstrar como os integrantes desta manifestação, alteraram suas funções e papéis como mecanismo de auto preservação e reprodução. Desde 1930, o samba de coco mantinha sua estrutura baseada na figura masculina do mestre coquista que dirigia, compunha e cantava os cocos. Os participantes dançavam utilizando um tamanco de madeira como uma extensão do próprio corpo, marcando assim, o ritmo e sonoridade do grupo. As mulheres desempenhavam papéis associados aos da dona de casa como confeccionar as roupas, cozinhar e vender comida durante as comemorações. Em 1970, o samba de coco ganhou visibilidade regional com a Caravana de Coco Ivo Lopes. Com a morte de Ivo, o samba de coco passou quase 10 anos em silêncio. Em 1994, os membros mais velhos das principais famílias do coco, reuniram-se organizando a Caravana de Coco Raízes de Arcoverde. Este momento parece marcar o início das alterações de posições dentro do grupo, uma vez que as mulheres passaram a ocupar posições hegemônicas do ponto de vista masculino, tais como: tirar cocos, tocar instrumentos, organizar a agenda e os contratos do grupo. Mudanças que culminaram na nomeação da primeira mestra coquista. Em se tratando da análise da estrutura simbólica, este work dialogará com M. Sahlins. Autor que discute a noção de estrutura como sendo algo passível de transformação, uma vez que esta se realiza dentro da ordem cultural. Assim, a cultura não estaria exposta e orientada por modelos exteriores, sua transformação sobrevém numa construção em que o indivíduo avalia e reavalia a estrutura pela história. Desse modo, estrutura, história e ação do indivíduo tornam-se interdependentes e complementares. Sahlins parte de uma perspectiva analítica que considera os modelos de estrutura prescritiva e performática para compreensão das modificações de ordem prática e simbólica, ou seja, o reordenamento cultural. Neste sentido, este work ajudará a entender a relação entre estrutura, significados e ação dos sujeitos no samba de coco, visto que o atual posicionamento das mulheres pode indicar uma reconfiguração dos significados simbólicos. De maneira que, os significados ganham novos sentidos na prática, contudo, mantém uma correlação com os anteriores. Assim, as alterações de posicionamento dos indivíduos indicam que estes reagem seguindo lógicas particulares e independentes, elaboradas a partir de suas próprias percepções e concepções.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466434937_ARQUIVO_DaniellyA.deQ.Jales-RBA.pdf

Pôster em GT

Políticas de higiene e as controvérsias em torno do saber fazer e da produção do queijo minas artesanal do Serro

Edna Silva de Abreu, Douglas Mansur da Silva

Trata-se de um estudo de caso sobre o saber-fazer tradicional do queijo artesanal da microrregião do Serro-MG e da rede de controvérsias em torno de sua produção. Situada na vertente oriental da Serra do Espinhaço, a microrregião do Serro desenvolveu-se graças a produção do queijo minas artesanal – Queijo do Serro. Desde a decadência da mineração, a partir do século XIX, a produção do queijo minas artesanal constitui a principal atividade como fonte de geração de renda para as famílias produtoras. A produção de queijo permitiu, em 2014, que, aproximadamente, 880 produtores, distribuídos nos onze municípios, produzissem

anualmente quase 3.000 toneladas de queijo artesanal, gerando 2.290 empregos (EMATER-MG, 2013), contribuindo com mais de 60% da renda dos municípios (SEBRAE, 2014). A microrregião do Serro abrange os municípios de Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Materlândia, Paulistas, Rio Vermelho, Sabinópolis, Serro, Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas e Coluna. As características específicas destes municípios influenciam na produção do leite e, no tipo de queijo produzido na região, o que permite diferencia-lo dos demais queijos produzidos em outras regiões, com sabor característico próprio (EMATER-MG, 2002). O processo de fabricação do queijo do Serro está inserido no âmbito familiar, persiste no tempo, e tem sido elaborado do mesmo modo na região, conservando o aspecto, textura e sabor que o define. Como parte de uma tradição, durante séculos, o queijo foi produzido utilizando-se fermento láctico natural recolhido do próprio soro do queijo, com prensagem manual utilizando-se formas de madeira, uma bancada de madeira, o que lhe confere um sabor e qualidade característicos. Reconhecido como patrimônio cultural imaterial mineiro e nacional, o que lhe agregou valor e reconhecimento. O reconhecimento do work dos produtores de queijo do Serro, que compreende este saber tradicional, persiste como prática cultural, embora envolta em uma rede de controvérsias em torno de saberes e práticas quanto à fabricação desse alimento. A criação de uma legislação sanitária regulatória da produção de queijo a partir de leite cru, tem colocado em xeque a possibilidade de continuidade dessa tradição e identidade regional. Para muitos produtores, as normas que o regulamentam não condizem com as peculiaridades do produto, o que implica em dificuldades em sua perpetuação como patrimônio cultural, contribuindo para a sua descaracterização como tal.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466471028_ARQUIVO_Politicadehigieneeascontroversiasemtornodosaber.pdf

Apresentação Oral em GT

DANÇA DOS CONGOS: memória, cultura popular, performance cultural e patrimônio imaterial

Eliene Nunes Macedo, Dr^a. Izabela Maria Tamaso

A Dança dos Congos se realiza na cidade de Goiás (GO), desde a primeira metade do século XVIII. Constitui-se em uma performance dividida em marchas de rua e embaixadas, executadas por homens afro-brasileiro, de classe menos favorecidas. A Dança inicia na casa do Rei do Congo, região periférica e segue em marcha para o Centro Histórico da cidade (reconhecida como patrimônio mundial pela UNESCO), por ocasião da Festa do Divino Espírito Santo e da Festa de Nossa Senhora do Rosário. Nesses lugares, carregados de valores patrimoniais, realiza-se o ritual, que interpreta a luta entre mouros e cristãos. O reconhecimento da cidade de Goiás como patrimônio mundial, em 2001, fomentou o turismo e, conseqüentemente, a participação de manifestações religiosas em outros espaços, atribuindo novos contornos às expressões culturais. Objetivando interpretar os mecanismos de reprodução dessa forma de expressão popular, focamos, sobretudo, nas memórias coletiva e pessoal dos detentores desse bem cultural. Paralelamente, buscamos comparar a memória dos congadeiros com a dos outros vilaboenses, a fim de compreender as várias representações e apropriações dessa forma de expressão por parte de grupos diferenciados na cidade. Observamos igualmente as mudanças de cenários e contextos da Dança dos Congos, em relação ao conjunto dos bens patrimoniais da cidade de Goiás, bem como os mecanismos de salvaguarda que têm sido praticados, seja apenas pelos seus detentores, seja pelas agências governamentais. Esses diálogos também terão como referência a análise do dossiê do Inventário Nacional das Referências Culturais da Cidade de Goiás (GO) e Entorno, realizado em 2014.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466477975_ARQUIVO_ElieneArtigoCompleto30RBA.pdf



Pôster em GT

Da praia do Paiva (PE) para São Jorge (GO): o passeio da boneca procurando sua festa

Emilia Guimarães Mota

A Festa da Lavadeira, surgida na Praia do Paiva- Cabo de Santo Agostinho/PE, acontece desde 1987. Ficou conhecida como uma das maiores festas da cultura popular do estado além de ter recebido premiações - Prêmio Rodrigo Melo Franco - IPHAN e Prêmio Culturas Populares do SID/Minc - e de ser reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco e do Cabo de Santo Agostinho. Teve início a partir da movimentação que a estátua da lavadeira gerou em grupos religiosos de matriz africana e moradores da região e, posteriormente, passou a reunir vários grupos de expressão das culturas populares todos os anos no dia 1^o de maio. Após ganhar grandes proporções e parceiros, inclusive instâncias governamentais, a partir da segunda metade dos anos 2000, uma série de desentendimentos começaram a acontecer devido aos empreendimentos imobiliários/ turísticos na região. A realização da festa foi comprometida, algumas edições foram realizadas em outros lugares (Marco zero, bairro São José/RE) culminando com a edição de 2015 realizada na Vila de São Jorge/ Goiás. O trânsito da Festa da Lavadeira até Goiás e seu retorno, em 2016, para Pernambuco é o que motiva este work. Tendo em vista que o setor turístico em São Jorge (portal de entrada do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros- também reconhecido como patrimônio) e observando como a Vila vem atuando e valorizando as expressões das culturas populares (vide Encontro de culturas tradicionais da Chapada dos Veadeiros), procuro pensar aqui as tensões, encontros e desencontros que levaram a festa para Goiás e não para outra cidade. Nesse sentido, busco evidenciar o emaranhado que compreende o envolvimento de inúmeros agenciamentos, formações de redes, processos de patrimonialização e valorização dos bens culturais, relações com o setor turístico dentre outros fluxos que podem ter colaborado para a realização da edição de 2015. Foram realizadas entrevistas com os representantes da festa e da Casa de cultura Cavaleiro de Jorge bem como a pesquisa em materiais bibliográficos e audiovisuais sobre as temáticas relacionadas. A Festa da Lavadeira demonstra uma conexão com aspectos religiosos de matrizes africanas, nesse sentido, procuro ainda identificar e problematizar se esta edição e se a festa de modo geral pode ser associada ao que vem sendo chamado de performance, o que sugere a relação com os diversos fluxos citados anteriormente.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467221239_ARQUIVO_PosterGT22.pdf

Apresentação Oral em GT

“Sob a Luz da Tradição e do Negócio”: Vaqueiros e Patrões nas Vaquejadas Contemporâneas no Rio Grande do Norte-RN.

Francisco Janio Filgueira Aires, Luiz Carvalho de Assunção

Essa comunicação visa discutir o cenário da vaquejada e das relações dos vaqueiros e patrões, configurada na passagem da vaquejada realizada na fazenda, como brincadeira no passado, para vaquejada contemporânea vista como negócio. Desse modo, buscamos discutir sobre o cenário das vaquejadas contemporâneas no Rio Grande do Norte, assim como caracterizar as relações estabelecidas entre patrões e vaqueiros nas vaquejadas, reelaboradas pela tradição, associada ao negócio e ao universo da fazenda. Para este estudo, analisamos o evento a partir das categorias de tradição (Hobsbawm; Ranger, 1997; Bornheim; 1997; Zumthor, 1997); as relações de poder entre patrão e vaqueiro percebidas como prática interessada (BOURDIEU, 2007) e pelo poder em sua micro- relações cotidianas (FOUCAULT, 1997) na qual diz que ninguém o tem em seu sentido concreto, passando a ser disputado a todo o momento. A pesquisa de campo, mediante as observações diretas e diálogos, tem demonstrado que não há vaquejada, mas vaquejadas no sentido plural tendo em vista que seu cenário caracteriza-se por múltiplas diversidades de eventos, como

vaquejadas-espetáculo, vaquejadas bolões e vaquejadas da pega do boi no mato, e de personagens, patrões e vaqueiros variados, que a compõe estabelecendo dinâmicas próprias, mas que interagem com o mundo sertanejo. No caso das vaquejadas-espetáculos remete-se a uma diversidade de relações entre patrões e vaqueiros que lembram um passado, mas que também são vistos apenas como um referente do presente vivido por todos seus personagens como um negócio e lazer.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466448114_ARQUIVO_RBASOBALUZDATRADICAONEGOCIO_ARTIGOCOMPLETO.pdf

Apresentação Oral em GT

O maracatu de baque solto e o Estado: desafios para a salvaguarda de um “brinquedo pesado”

Leonardo Leal Esteves

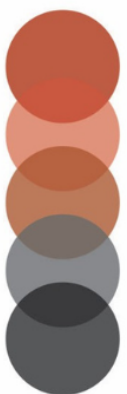
As ações do poder público voltadas para as chamadas “culturas populares” no Brasil parecem ter sido, quase sempre, marcadas por algum mecanismo assimétrico de controle e ordenação. Isto tem ocorrido, a despeito das inúmeras mudanças nas políticas direcionadas a este “segmento”, “setor” ou “linguagem cultural” - como se costuma chamar no jargão da administração pública. Esta relação um tanto vertical - é certo - se estabeleceu de maneira mais contundente com determinadas expressões e tem se apresentado, ora de modo mais direto e explícito, ora de forma mais sutil e indireta, em certos momentos da história. Apesar das transformações na forma de compreender as danças, músicas, rituais, festas, crenças, modos de fazer e algumas tradições ao longo do tempo, a despeito da adesão do Estado brasileiro a tratados internacionais que preconizam o respeito e o fomento à diversidade cultural e não obstante às inúmeras ações e políticas públicas que foram criadas para apoio, incentivo, fomento e salvaguarda voltadas para as culturas populares e ao patrimônio imaterial, percebe-se contradições entre alguns discursos e práticas governamentais. Observa-se, de forma recorrente, ingerências e tentativas de (re)adequação - de tempos em tempos - por parte do poder público que contrariam a retórica de valorização das diferentes expressões culturais e parecem favorecer predominantemente alguns interesses particulares de setores da sociedade. Entre 2014 e 2015, por exemplo, o governo do estado de Pernambuco passou a exercer uma forte repressão policial junto às sedes dos maracatus de baque solto, estabelecendo um limite para o horário de encerramento das chamadas “sambadas”. Neste ritual, entretanto, como apontou José Jorge de Carvalho (2004), o tempo da performance possui também uma dimensão sagrada que a indústria do entretenimento e o poder público, paradoxalmente, tende a suprimir para permitir a sua comercialização e consumo como bem simbólico. Ao que se percebe, portanto, o Estado como instituição idealizada a partir da lógica pragmática e racionalista moderna parece não compatibilizar suas ações com toda complexidade inerente a algumas expressões culturais. No lugar de compreendê-las como aquilo que Marcel Mauss (2005) chamou de “fato social total”, tende a empreender ações a partir de uma significativa redução nas múltiplas dimensões destas expressões. Isto fica particularmente evidente em algumas situações relacionadas ao maracatu de baque solto, considerado um “brinquedo” carregado de práticas e sentidos para seus integrantes, revelando alguns dos desafios que estão por vir na definição das políticas de salvaguarda desta manifestação recentemente patrimonializada.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466243654_ARQUIVO_OmaracatudebaquesoltoeoEstado-desafiosparaasalvaguardadeumbrinquedopesado.pdf

Apresentação Oral em GT

AS CHEGADAS DOS PALHAÇOS: Ritual e Conflito dentro da Festa do Arremate na Folia de Reis





Luiz Gustavo Mendel Souza

Este work visa explorar o período de apresentação dos palhaços dentro da festa do arremate da folia de reis, analisando suas intensas relações agonísticas. O texto proposto pretende expor três análises etnográficas realizadas nos pedidos de chegadas dos palhaços. Todas as três serão abordadas como “situações sociais”(GLUCKMAN, 2010) e revelam as relações sociais estabelecidas, não somente entre os palhaços, mas a disputa, que entre os palhaços se estende para as suas respectivas folia de reis, pois neste momento o palhaço representa o seu grupo de folia de reis ali presente. Cada uma das “situações sociais” escolhidas ocorreu em anos diferentes, o que denota uma determinada constância desses conflitos nesse terreno conflitante, que traz à tona as frágeis alianças estabelecidas entre os grupos de folias de reis visitantes e o anfitrião. Os casos etnográficos ocorreram nas festas do arremate do mestre Antônio José da Silva (mestre Fumaça) no município de São Gonçalo no Estado do Rio de Janeiro em anos diferentes e o intervalo de apresentação dos palhaços denota um forte caráter de competitividade para o reconhecimento do prestígio de ser um bom palhaço, capaz de versar e desencadear seus versos sem transgredir o fundamento da folia de reis. Será através das brincadeiras e das chulas que os palhaços irão manifestar suas performances, em concorrência com os demais palhaços de outras folias. Eles representavam seu grupo de foliões naquele momento e o reconhecimento dos demais se tornava uma questão de reputação e prestígio para a sua respectiva folia de reis. Essa competição pode ser incluída na categoria de jogo de Huizinga. Outra perspectiva que contribui para a análise desse período da festa são as questões sobre competição e de conflito como elementos essenciais para a manutenção e formação do grupo, pois as hostilidades operam para demarcar os limites no interior do grupo e o preservam do desaparecimento gradual (SIMMEL, 1983). Outro elemento a ser ressaltado na análise é a importância do papel do mestre da folia de reis anfitrião, pois ele está sendo avaliado a todo o momento pelos seus convidados e sua postura diante de todos ali é de suma importância para o estabelecimento da ordem em sua festa do arremate. É nessa “situação social” que manifesta uma performance, que pode ser analisada como a manifestação da “persona” (MAUSS, 2010) do mestre da folia de reis: todo um sistema configurado e regrado de obrigações e proibições que faz com que gere uma tensão para aquele que esteja no centro desse sistema. A todo o momento, o mestre Fumaça está presente na festa, prestando atenção em cada detalhe, principalmente em períodos críticos, como é o caso da chegada dos palhaços no terreiro.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467075865_ARQUIVO_RBAGustavoartigo.pdf

Apresentação Oral em GT

JONGO: Distinção, religião, tradição e espetacularização na comunidade quilombola de Porto Grande no território do Sapê do Norte.

Luiz Henrique Rodrigues, Osvaldo Martins de Oliveira (Prof. Orientador)

Este artigo tem o objetivo de analisar o processo de construção das identidades quilombola e jongueira do grupo de jongo de São Cosme e Damião da comunidade quilombola de Porto Grande, localizada no território do Sapê do Norte, no norte do Espírito Santo. A partir dos diálogos entre jongueiros e agentes institucionais, busco identificar as distinções étnicas e ampliar a discussão das inovações de performances na roda do jongo, dessa comunidade, ocorridas após a patrimonialização, com o intuito de aproximá-los da formação mercantil transformando o jongo, enquanto cultura, em objeto de troca nas relações e interações sociais com agentes públicos e privados. O território do Sapê do Norte é tradicionalmente ocupado por famílias quilombolas desde o tempo da escravidão, mantendo-se até hoje em uma região de conflitos sociais latentes. Uma forma de resistência às pressões política e econômica exercidas por grandes empreendimentos do ramo de celulose e álcool, adotadas pelos quilombolas, é a organização das diferenças culturais demarcando a fronteira que define o “nós” quilombolas e o “eles” representados pelas elites econômicas e política. Nessa

conjuntura, as diferenças culturais se tornaram demarcadores de pertencimento e de reconhecimento de quem é e quem não é quilombola. Assim, as comunidades quilombolas jongueiras do sapê do norte estão elegendo o jongo como um produto cultural e/ou simbólico para demarcar as diferenças e afirmar a sua identidade quilombolas e o utilizando como uma das estratégias para alcançar o reconhecimento e a integridade de seu território. O jongo como produto cultural afro-brasileiro foi registrado e reconhecido como patrimônio cultural imaterial do Brasil pelo instituto do patrimônio histórico e artístico nacional em 2005. Diante da lógica do consumo cultural que transforma o patrimônio em show comercial favorecida pelos registros patrimoniais do governo, preservar os saberes tradicionais que envolvem o jongo e a religiosidade africana é também uma forma de não se deixar dominar, por completo, pelo mercantilismo cultural. Contudo, para a promoção da cultura enquanto entretenimento é necessários ajustes nas dinâmicas de apresentação, alguns grupos de jongo estão adotando novidades nas rodas, mas mantendo os princípios da “brincadeira” que são a celebração de graças e devoção aos santos queridos. O grupo de “Jongo de Cosme e Damião” de porto grande é um desses grupos, isso não significa que estão atendendo à espetacularização que os agentes governamentais estão tornando o folclore, mas sim uma negociação que se faz com o ambiente externo.

Apresentação Oral em GT

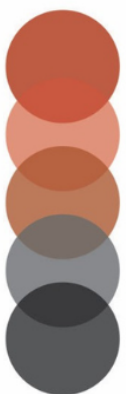
Patrimônio e tradição: uma avaliação da implementação da Lei do RPV – Registro do Patrimônio Vivo do RN

Maria das Graças Cavalcanti Pereira, Maria das Graças Cavalcanti Pereira – PGCS-UFRN; Luiz Assunção – DAN-UFRN.

A Lei do RPV-Registro do Patrimônio Vivo no RN (Lei 9.032/2007), institui a política de fomento à cultura popular e tradicional, na administração pública estadual, visando “valorizar, difundir e garantir a salvaguarda dos saberes e fazeres que se estabeleça como bens de natureza imaterial”, seguindo os preceitos apontados pela Declaração Universal da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a diversidade cultural. A Lei estabelece a premiação anual de sete (sete) pessoas físicas e três (3) grupos, que tenha comprovada participação em atividades culturais há mais de vinte (20) anos, com a concessão de bolsas vitalícias e prioridade na análise de projetos por eles apresentados ao Sistema de Incentivo à cultura. Esta comunicação tem como proposta apresentar e refletir alguns aspectos referentes à avaliação do processo de implantação da referida Lei, considerando estudos e pesquisa de campo que venho realizando. Desde a sua implantação, a Lei do RPV publicou apenas um edital, deixando de atender uma demanda significativa. A contrapartida exigida pela Lei, ou seja, a participação dos premiados nas ações de ensino-aprendizagem, não foi implementada, indicando uma postura assistencialista em detrimento da salvaguarda do patrimônio e a difusão dos saberes da tradição. Permeando essas questões, faz-se necessário refletir como a gestão pública se apropria e difunde os conceitos de patrimônio e tradição. A pesquisa toma como referência autores que vem trabalhando com os conceitos de patrimônio e tradição (Regina Abreu, Cecília Londres, José Reginaldo Gonçalves, Paul Zumthor) e, a concepção de avaliação de políticas públicas (Maria Cecília Minayo, Sônia Draibe, Marta Arretche). A pesquisa utilizou os procedimentos da abordagem quantitativa e qualitativa, fazendo o elo entre os modelos explicativos da teoria social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados, implicando em várias estratégias de registro, tais como: observação participante, anotações de campo, entrevistas estruturadas e semiestruturadas individuais e/ou coletivas com os habilitados pelo RPV, gestores e técnicos. Assim, avaliar uma política pública implica, metodologicamente, acompanhar as diferentes fases de sua formação, envolvendo o contexto de surgimento da questão social, a sua transformação num problema político, a formulação da política propriamente dita, a sua implementação e os resultados sociais alcançados.

Trabalho completo:

[https://www.abant.org.br/files/1467319467_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOPARAARBA\(4\).pdf](https://www.abant.org.br/files/1467319467_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOPARAARBA(4).pdf)



Apresentação Oral em GT

Perspectivas de consumo da imagem do padre Cícero

Michael Medeiros Marques, Luís Carvalho de Assunção (DAN/UFRN)

Este estudo pretende considerar a área da antropologia do consumo e alguns olhares sobre o estudo da cultura material na contemporaneidade, no sentido de perceber como as coisas fazem as pessoas e produzem as relações sociais em cadeia. Reconhecendo que o consumo pode ser visto como um meio de identificação de grupos sociais, inseridos em um projeto de territorialidade e mapeamento, diversificando e ampliando os efeitos do consumo de artefatos religiosos e sua força simbólica, na tentativa de construir uma compreensão mais profunda de uma humanidade não separada da materialidade. A pesquisa parte da cidade de Juazeiro Norte (Ceará), tendo como objeto o consumo da imagem do Padre Cícero e as estratégias de uso do bem, analisando os sentidos e significados do consumo do treco (Miller, 2010) Padre Cícero, vendidos no comércio de Juazeiro do Norte, para os seus frequentadores. Em seguida, há a pretensão de explorar a partir da formação do lugar, a força simbólica da figura do Padre Cícero, consumo como identidade (pensando o comportamento dos indivíduos a partir das estratégias e efeitos do lugar) e a variabilidade do uso do bem. Tendo como as principais referências conceituais: a teoria das coisas, ou seja, o treco como agente-chave característico da nossa própria sociedade (Miller, 2010); a vida social das coisas (Appadurai, 2009), tendo como destaque as estratégias compostas por um emaranhado complexo de investigação da demanda por mercadorias. As coisas são ditas a partir de um lugar, e essa distinção do lugar está relacionada ao espaço/tempo; e o MacCraken (2003), a partir da necessidade de analisar o consumo por sua significação cultural, percebendo as expressões de categorias e princípios culturais, cultivando ideias e sustentando estilos de vida, construindo noções de si e criando (e sobrevivendo) mudanças sociais. O consumo possuindo um caráter completamente cultural. A pesquisa está sendo realizada, na cidade do Juazeiro do Norte, na rua São José, quadra onde se localiza a maioria das lojas que vendem os trecos do padre Cícero. A metodologia a ser usada baseia-se na observação participante, no olhar, ouvir e escrever (Oliveira, 2000).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466457164_ARQUIVO_PerspectivasdeconsumodaimagemdoPadreCicerofinal.pdf

Apresentação Oral em GT

Entre a produção e a “tradição”: discursos e representações sociais em torno do consumo da cachaça de Paraty – RJ

Nathália Caroline Dias

Neste work, a proposta é analisar como as representações e os discursos sociais são construídos entre os domínios da produção e do consumo da cachaça, bebida alcoólica produzida a partir da cana-de-açúcar. Esses domínios, apesar de comporem a vida social de um produto, renovando o processo econômico, são universos com características opostas. O domínio da produção, especialmente na escala do capitalismo industrial, caracteriza-se pela seriedade e impessoalidade dos produtos. O domínio do consumo, por sua vez, é “marcado” por identidades e particularidades conferidas aos produtos através de construções sociais. Nesta perspectiva, os discursos da produção dita “artesanal” são acionados na busca pela valorização simbólica e pela preservação de um saber-fazer “tradicional”. Historicamente de origem brasileira, a cachaça tem passado por um processo de profundas transformações valorativas no decorrer dos séculos. Adotando olhar sócio antropológico, esta pesquisa caracteriza-se por sua natureza qualitativa, apresentando resultados de work de campo e entrevistas semiestruturadas, realizados em Paraty (RJ). As cachaças produzidas na cidade, ao menos as que estão legalizadas, possuem o selo do governo federal de Indicação de Procedência, o que lhes

confere “tradição” na produção da bebida. Essa tradição histórica encontra-se presente em discursos e representações sociais de produtores e de moradores da cidade. No entanto, é preciso destacar que não há uma unanimidade nos discursos e representações locais. Sendo assim, este work tem como objetivo refletir sobre como essas memórias conflitantes se relacionam com a construção ideológica da cachaça como identidade e patrimônio cultural local.

Palavras chave: Cachaça; Tradição; Patrimônio.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/205_2017-08-02.pdf

Apresentação Oral em GT

Quando a cultural popular se transforma em "crime": o caso da Guerra de Espadas.

Rodrigo Gomes Wanderley

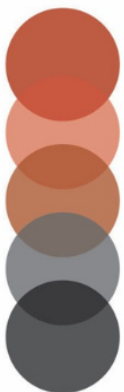
A guerra de espadas é uma manifestação da cultura popular que ocorre em vários municípios do interior do estado da Bahia. Está situada no complexo dos festejo juninos e acontece na véspera do dia de São João, quando, em Senhor do Bonfim, norte do estado, centenas de guerreiros, brincantes, saem as ruas em grupos em direção a grande árvores montadas como fogueiras, com suas copas repletas de prêmios. No percursos enfrentam outros grupos com seus artefatos pirotécnicos, as espadas, "soltando", "arriliando" e "devolvendo" seus brinquedos de fogo. No caminho passam nas casas de amigos e "compadres" perguntando se "São João passou por aqui?" ou "Oh, dona da casa cadê o Lícor?". Nos últimos anos essa tradição secular vem sendo questionada no judiciário pelo Ministério público do estado da Bahia. Com base no estatuto do desarmamento, e na analogia de que a espada (artefato produzido manualmente em tendas na zona rural do município de Senhor do Bonfim e em outras cidades como Cruz das Almas) seria uma arma de fogo colocando em risco a integridade física dos Guerreiros brincantes e daqueles que saem as ruas para ver a Guerra de Espadas. Esta comunicação visa apresentar de que forma vêm ocorrendo o processo de criminalização da Guerra de Espadas de Senhor do Bonfim, Ba, e como os Guerreiros e Fogueteiro (fabricantes do artefatos) estão resistindo ao processo de judicialização, inclusive com a apropriação de argumentos, conceitos e discursos, como cultura popular, tradição, patrimônio e patrimonialização.

Apresentação Oral em GT

Festa como performance e contradição : Negros e Índios , caboclos e escravos em conflito.

Vanessa Regina dos Santos

A festa conhecida como “teatro a céu aberto” tem como cenário as ruas da cidade de Laranjeiras, uma pequena cidade localizada no interior do Estado de Sergipe em que sua historia social foi construída por conflitos sociais dos três grupos: branco, negro e o índio, seu nome é Festa dos Lambe sujos contra os Caboclinhos. A luta apresentada teatralmente é a saga do negro em busca de liberdade, fugidos das fazendas de cana de açúcar, constroem seus refúgios nas matas e são caçados e capturados pelos índios. O presente work tem como objetivo assinalar a contribuição das principais teorias sobre festa que compreende ritos, mitos e performance, destacando os nomes de Émile Durkheim, Victor Turner, Van Gennepe, Mariza Peirano e Richard Schechner entre outros autores. Primeiro fazer uma descrição etnográfica do enredo para pontuar as diversas composições que o conceito Festa esta inserido, como a ideia de quebra de rotina, uma desordem consciente e a representação dos papeis ali apresentados, ou seja, toda a ação performática segue uma logica social, perpassa além dos muros do teatro já que possui sentido e sua fundamentação é legitimada pelo momento festa. O diálogo apresentado entre a teoria da performance e festa enaltece durante o evento dramas e as contradições sociais no sentido de se festejar a própria derrota (lambe sujos) embasada pelo contexto ,



mas tomam destaque pela euforia, pela efervescência coletiva, apontam para outra ótica, a da identidade, reluzem a memória coletiva Laranjeirense na busca de solidificar através da patrimonialização e é pelos gestos, pelas músicas, pela roupa e demais símbolos que se observa a história social da cidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466000834_ARQUIVO_REA2016GT22-PB.pdf

GT 023: Diálogos no campo da Antropologia da Alimentação: Comensalidade, Ética e Diversidade

A Antropologia da Alimentação é uma área que vem se tornando um locus de interlocução entre os campos das Ciências Humanas e Sociais e as Ciências da Saúde, em particular a Nutrição. Desde 1996 a RBA tem acolhido um debate fértil entre antropólogos, sociólogos, historiadores e nutricionistas, nos GTs nesta temática. No contexto contemporâneo, a comensalidade constitui-se num foco instigante de análise, diante de um amplo leque de questões associadas à normatividade discursiva da Nutrição, que se fundamenta nas concepções de risco à saúde. Neste contexto, o hiperindividualismo contemporâneo lança o indivíduo num emaranhado de escolhas diárias, definindo formas de comer diversas, com base em aspectos que vão desde as preocupações com a saúde e em particular com a obesidade, à adoção de determinados estilos de vida que têm no comer uma de suas bases de sustentação. Ligam-se, assim, discursos sobre o saudável com preocupações éticas relativas ao sistema produtivo alimentar, tornando relevantes questões sobre procedência e modo de produção dos alimentos. Em contrapartida, a gastronomia ganha visibilidade própria, recolocando a ideia de prazer e sociabilidade através da alimentação. Novamente a comensalidade é central num debate que envolve as tradições e memórias e a identidade cultural. Todas estas questões não apenas despertam o interesse antropológico, mas apontam para a necessidade fundamental de se estabelecer um diálogo permanente com diferentes campos do saber.

Gilza Sandre-Pereira (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Ligia Amparo da Silva Santos (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA) - **Coordenação**
Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS) - **Debatedor/a**
Mônica Chaves Abdala (Universidade Federal de Uberlândia) - **Debatedor/a**
Carmen Silvia Rial (UFSC) - **Debatedor/a**

Apresentação Oral em GT

Comércio informal de alimentos nas ruas: memórias e práticas recentes

Antônio Augusto Oliveira Gonçalves, Mônica Chaves Abdala - UFU

Antônio Augusto Oliveira Gonçalves - UFMG Dra. Mônica Chaves Abdala - UFU
Resumo Comer na rua é prática recorrente na história do Brasil, que remonta ao período colonial e vai até os dias atuais. Nas mais diversas localidades e períodos históricos, a comida de rua foi uma fonte de renda para classes e grupos sociais marginalizados. Na miríade de significados não se conjugam apenas aspectos econômicos, pois o comércio informal favoreceu o estreitamento dos elos sociais, o encontro das pessoas nos centros urbanos. Somados à sociabilidade, essa prática é caracterizada por um diálogo imanente entre o tradicional e o moderno, além de representar um vínculo entre o local e o global. Num movimento pendular, é justamente a partir do local que tentamos estabelecer algumas ilações sobre o fulcro de sociabilidade da comida de rua, mormente, objetivamos ampliar o acervo de registros históricos sobre os costumes populares na cidade de Uberlândia, bem como aprofundar a compreensão do liame entre comida e relações sociais. Como corolário, debruçamo-nos no estudo do cotidiano, da cultura e imaginário locais, pretendendo então irisar novos matizes



às dinâmicas circunscritas. Em virtude disso, assumimos que as tradições e hábitos locais perpassam por ressignificações e re-apropriações, adaptando-se aos parâmetros da contemporaneidade. Além disso, visamos também perceber as correlações entre os processos culturais, socioeconômicos e do imaginário local e aqueles que se dão no âmbito regional e nacional. Portanto, nosso escopo de análise centrou-se em duas vertentes: uma diacrônica, ao minutar a história e a memória, e outra sincrônica, ao investigar práticas alimentares e sociabilidades no contexto da rua, apontando para as transformações culturais, econômicas e sociais de maior escala. Em Uberlândia, entre a Praça Tubal Vilela, no centro da cidade, e os prédios históricos do Bairro Fundinho, entrevistamos um sorveteiro, um pipoqueiro, um vendedor de cachorro-quente e um antigo proprietário de uma rede de carrinhos de cachorro-quente. Por meio das narrativas singulares e memórias deslocadas no tempo e espaço, apresentamos alguns indícios históricos e sociais sobre a comida de rua na cidade.

Trabalho completo:

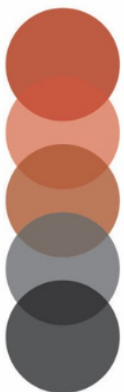
https://www.abant.org.br/files/1466450767_ARQUIVO_AntonioGoncalves_MonicaAbdala_Comercioinfo_rmaldealimentosnasruas.pdf

Pôster em GT

Comendo Como Gente, Práticas de conhecimento indígena sobre alimentação e Comensalidade". Um encontro de Antropologia e Educação.

Clarissa Torres de Aguiar, Arthur Henrique Almeida Elvison Moura

Realizado em junho de 2015, o seminário "Comendo Como Gente", uma iniciativa do OEEI - UFMG (Observatório da Educação escolar indígena), contou com a participação de pesquisadores indígenas de diferentes etnias e etnólogos. O OEEI é um espaço de interação e cooperação entre pesquisadores indígenas e não indígenas, constituindo-se como uma rede de work conjunto. Dessa forma, as mesas do seminário foram compostas por etnólogos de diferentes gerações, com trabalhos já reconhecidos na Antropologia, e por convidados indígenas das etnias com que trabalham. Essa proposta se mostrou desafiadora por reunir diferentes perspectivas num mesmo espaço, no qual antropólogos não indígenas e pesquisadores indígenas participaram igualmente, dividindo as mesas de diálogo, assim como o auditório. Para pensar a educação indígena é indispensável discutir a alimentação. As diferentes falas do seminário demonstraram esta continuidade, que envolve o tema da comensalidade. Por comensalidade entende-se alimentação para além do seu mero valor fisiológico, enfatizando os aspectos cosmológicos, os significados simbólicos, a produção da vida cotidiana, a mitologia, a fabricação dos corpos, a gestão do território, entre outros. Ciente que na perspectiva ameríndia do corpo e dos processos de fabricação da pessoa (Segeer, Da Matta, Viveiros de castro, 1979), pretende-se enquadrar as técnicas alimentares enquanto práticas de conhecimento que interagem na produção do corpo e das relações sociais. Nesse sentido, a comida e as práticas relacionadas se constituem como um modo de ser e estar no mundo, assumindo diferenças e alianças com o Outro, sendo este parente, agente do governo, antropólogo, animais, espíritos da floresta, ou seja, toda uma rede sócio-cósmico do mundo ameríndio. O corpo é indissociável dos processos de conhecimento. Cuidar do corpo, alimentar-se de uma maneira correta, faz estabelecer vínculos que contribuem para o próprio modo de ser indígena, sua identidade e a existência do universo que o cerca. Comer como gente, é premissa para aprender como gente. E ser gente é ser Paumari, Yanomami, Maxacali, Krahô, etc. Com o seminário, foi possível um amplo diálogo sobre a temática, em que antropólogos revisitaram e avaliaram suas pesquisas ao compartilhar com seus colegas e também com os convidados indígenas, que traziam atualidades, outras experiências e críticas. Talvez o mais importante tenha sido a intensa troca entre indígenas de diferentes partes do país. Apesar das muitas etnias, é possível que tenham encontrado continuidades entre as distintas maneiras de pensar e de ser gente, além de refletirem sobre possibilidades de ação frente às transformações no mundo indígena, sobretudo no que diz respeito às práticas alimentares.



Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466287398_ARQUIVO_integradocumentotextual1.pdf

Pôster em GT

Práticas de conhecimentos sobre alimentação e comensalidade em uma aldeia guarani em São Paulo

Cristiana Marinho Maymone, Valéria Mendonça de Macedo Fernanda Baeza Scagliusi

A discussão tem por objetivo compartilhar aspectos da pesquisa etnográfica em curso a respeito de práticas de conhecimentos envolvendo alimentação e comensalidade na Tekoa Pyau, uma das aldeias Guarani Mbya vizinhas ao Pico do Jaraguá, na capital de São Paulo. Com foco em práticas que mobilizam, expressam e transformam conhecimentos, o work se volta para experiências dos Guarani Mbya em uma aldeia marcada pela escassez de terras, impossibilitando atividades produtivas tradicionais, bem como pelo afluxo crescente de pessoas e mercadorias da cidade. À medida que a ocupação urbana foi se intensificando no entorno das aldeias, os Guarani foram sendo cada vez mais confinados em pequenas terras e ameaçados por disputas territoriais. Dessa forma, os Guarani da Tekoa Pyau se esforçam para manter forte o nhandereko (seu modo de viver). Um tema sempre presente em suas falas cerimoniais é a grande dificuldade em manter a força dos corpos e da vida entre os Guarani a partir do acesso ao nanerembiu ete'ĩ – “nosso alimento verdadeiro” - cujo conceito perpassa por dimensões políticas, ambientais, econômicas, espirituais, sociais e de saúde. Como nem sempre é possível selecionar o que comer seus moradores buscam escolher como e com quem comer como modos de fortalecer seus corpos e as relações entre os parentes.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466465424_ARQUIVO_resumo30rba.pdf

Pôster em GT

Reeducação Alimentar: busca e possibilidades

Euripedes dos Santos Filho, Dr^a Janine Helfst Collaço

REEDUCAÇÃO ALIMENTAR: BUSCA E POSSIBILIDADES 1^o Autor: Euripedes dos Santos Filho 2^a Autora: Prof^a. Dr^a Janine Helfst Collaço Resumo - O presente work foi inspirado pelos resultados de pesquisa de campo realizado durante a graduação em torno dos temas Saúde, Alimentação e Educação. A realização deste se deu no âmbito de uma unidade de saúde onde busquei tratamento para sintomas de doenças que ao passar por todo o processo de consulta realização de exames e diagnóstico chegaram à conclusão que era diabético. Esta doença está intimamente ligada ao comportamento alimentar. De posse do diagnóstico buscou-se o tratamento devido, tentou a princípio orientações de como se alimentar de forma que os níveis de açúcar no organismo não chegassem ao ponto de causar transtorno. Pensando como resolve isto viu se a necessidade de reeducar os costumes alimentares. Não é certo dizer que diabético não pode comer nada, ou quase nada. O diabético pode e deve comer de tudo, porém de forma comedida. Comer de forma orientada (SANTOS FILHO, 2015). Nesta circunstância viu se a possibilidade de realização de pesquisa no ponto de vista da antropologia da alimentação, saúde e educação. Pois são fatores que estão ligados à ação humana e estando o humano presente é de interesse de a antropologia registrar os fatos sociais, neste caso os fatos sociais da doença crônica. Resolvido à escolha da área de pesquisa, antropologia da saúde/alimentação/educação. Tarefa difícil de fazer aproximação, pois existe material, porém cada um em seu espaço. Portanto o título deste work é uma sugestão dada por works anteriores realizados por mim, Reeducação Alimentar: uma situação de guerra (SANTOS FILHO, 2015). A busca bibliográfica recaiu sobre autores como Maria Cristina Boog e Ligia Amparo dos Santos que sugeriu o conceito de educação alimentar e reeducação alimentar como questão social. Autores da educação estiveram em torno de Carlos Rodrigues Brandão que propõe o conceito de cultura popular como educação. O conceito de Saúde e doença esteve





amparado por Lamplatine. Janine Collaço sugeriu como o ato de comer é uma questão antropológica por excelência. Cynthia Sarti e Ana Canesqui contribuíram com informações importantes de como o alimento e a saúde são questões a ser discutida socialmente pela antropologia. A metodologia empregada para realização deste foi de observação participante. Os tópicos estão relacionados de acordo com os achados de campo. PALAVRAS CHAVE – Antropologia da saúde, educação, diabetes, reeducação alimentar.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1462358918_ARQUIVO_REEDUCACAOALIMENTA2.pdf

Apresentação Oral em GT

Comer no work: escolhas saudáveis, sociabilidade ou prazer?

Fabiana Bom Kraemer, Nathália César Nunes Shirley Donizete Prado

Os atuais debates sobre alimentação e saúde situam o ambiente como importante fator de escolhas saudáveis. Pouco são os estudos que fazem uma análise das práticas alimentares em um determinado espaço exercendo um papel central como reprodução de uma estrutura social que organiza a vida. Assim, nosso objetivo é analisar as práticas alimentares de um grupo de trabalhadores em seu ambiente de work. O cenário da pesquisa foi um equipamento público que se destina a ofertar uma alimentação adequada a preços acessíveis a população da cidade do Rio de Janeiro, o Restaurante Cidadão. Utilizamos os critérios metodológicos da pesquisa qualitativa e privilegiamos para o work de campo a entrevista em profundidade. O material empírico foi tratado através da Análise do Discurso e o referencial teórico compreendeu as discussões de Pierre Bourdieu acerca do conceito de habitus e a discussão acerca das práticas alimentares e da noção de espaço e saúde. Foram entrevistados 10 funcionários, de ambos os sexos, da empresa que faz a gestão do restaurante. No local de work são realizadas 3 refeições diárias: o café da manhã, às 7h, o 1º. almoço entre 9 e 10h e o 2º. almoço após o fechamento do restaurante, às 15h. As escolhas alimentares são realizadas a partir de um cardápio pré-definido pelo restaurante, podendo o funcionário se servir à vontade das preparações, com exceção do 2º. almoço, pois neste momento, nem sempre todas as preparações estão disponíveis aos funcionários. A disponibilidade de frutas, legumes e verduras diariamente no restaurante faz com que os funcionários consumam estes alimentos no work. Prática esta que não se repete em casa ou porque não ‘são muito chegados’ ou são alimentos que estragam rapidamente e, ainda, há o work de lavá-los e cortá-los. Observa-se a reprodução de uma normatividade discursiva da Nutrição ao associar o consumo destes alimentos à uma alimentação saudável. O prazer e a sociabilidade através da alimentação foram observados quando os funcionários se cotizam para a compra de gêneros alimentícios para preparação de uma comida diferente do que é normalmente feito no restaurante como, caldo verde, macarronada e costelinha. Diante do exposto, somos levados a acreditar que se por um lado, a alimentação neste ambiente de work constitui-se das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. De outro lado, ao considerar a alimentação humana vinculada às experiências pessoais e exigências tradicionais é plausível considerar que a nossa cultura influencia diretamente a escolha dos alimentos. Estas são questões que nos ajudam a problematizar o acesso a alimentos saudáveis como fator para influenciar a mudança na alimentação das pessoas em busca de hábitos saudáveis, no sentido da construção de um habitus.

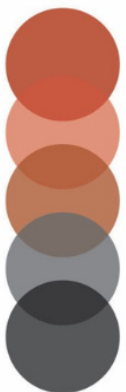
Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467038703_ARQUIVO_2016_ABA_Comer+work.pdf

Apresentação Oral em GT

Entre laços, afetos e subjetividades: comensalidade em uma Cozinha Comunitária

Helisa Canfield de Castro, Helisa Canfield de Castro Maria Eunice Maciel



Quando se procura entender o papel desempenhado pelos alimentos na vida das pessoas percebe-se que ele é não apenas uma fonte de nutrientes em resposta a estímulos fisiológicos. A comida e o comer possuem uma dimensão simbólica fortemente entrelaçada ao contexto social vivido. Assim a análise da comensalidade confunde-se com a observação do próprio contexto social em que se manifesta. Um dos aspectos mais marcantes da sociabilidade humana é dado pela comensalidade. O Homem tem a tendência de comer junto, em grupo e ainda que não restrito à mesa, a comensalidade implica em comer com outras pessoas. Evoca-se assim princípios circunscritos a uma realidade específica: todos à mesa, num mesmo horário, com ritos precisos. Ao percorrer o cotidiano de uma Cozinha Comunitária (CC) localizada em uma Unidade de Triagem e Compostagem de Resíduos (UTC) – popularmente conhecida como “lixão” - na periferia da cidade de Porto Alegre, concentramo-nos nas experiências alimentares compartilhadas pelos trabalhadores de reciclagem que frequentam diariamente este espaço. Nesta comunicação, partindo da situação localizada e circunstanciada pela “hora do almoço”, buscamos explorar os laços de solidariedade e a dinâmica de comensalidade que marcam as relações no refeitório e que são estabelecidas pela comida em um contexto permeado por programas de Segurança Alimentar e Nutricional as quais repercutem na análise aqui proposta. O destaque conferido à refeição do almoço, como organizadora e mobilizadora de forças que orientam a vida em comunidade, serve para analisar o ritual de comensalidade em torno do qual se definem práticas, estilos, relações e subjetividades que se estabelecem somente a partir da intermediação entre a comida e os sujeitos que ali estão envolvidos. Expressando-se como uma experiência que neutraliza as urgências ordinárias, colocando em suspensão os fins práticos da refeição, o momento do almoço na “cozinha da UTC” é marcado pela partilha e pela sociabilidade. Em torno das grandes mesas do refeitório as pessoas conversam, riem, choram, reclamam. Manifestam-se. Se bem que haja dias de menos euforia, a hora do almoço parece marcada por um ethos de festa, de franca diversão, com risos e comentários sobre algum fato trivial mas que dada a conjuntura se torna motivo de diversão. É bem verdade que também se observam discussões, pequenos atritos por dívidas, mau-humor, queixas sobre dores causadas pela rotina desgastante. Ainda sim são todas experiências sentadas à mesa evidenciando o quanto o momento das refeições é um mosaico de relações e interações e igualmente, uma forma de partilhar sensações e reforçar o pertencimento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467335616_ARQUIVO_HelisaCanfieldRBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Gordinhas do século XXI: sociabilidade e erotismo entre gordinhas e seus admiradores na cidade de São Paulo

Igor Costa Pereira de Souza

O texto aqui proposto tem por temática problematizar como marcadores sociais da diferença (raça, gênero, idade e classe social) são operacionalizados e articulados por mulheres autodenominadas de gordinhas e seus admiradores (As categorias gordinhas, operadas e admiradores são categorias êmicas e foram desenvolvidas, aparentemente, já nos primeiros meses de encontros dos grupos e tais categorias se encontram em disputas constantes). Estes sujeitos procuram, através de eventos temporal e espacialmente limitados, a produção de subjetividades centradas a partir de um dos estigmas mais presentes em seus corpos e individualidades: a gordura. Através do excesso corporal é materializado um mercado erótico e identitário de trocas de saberes médicos que, em conjunto com a formação de uma rede de trocas eróticas possibilitam, a seus participantes, tanto uma inserção em um mercado desejos quanto a possibilidade de ressignificação e positividade de seus corpos. O artigo, de caráter etnográfico e aliado a uma revisão da bibliografia preliminar se propõe a um diálogo maior com os chamados fat studies norte-americanos. O grupo de gordinhas é composto por mulheres na faixa de seus trinta anos para cima e, em sua maioria, mulheres brancas, moradoras de áreas não centrais e um expressivo número de seus membros é composto por funcionárias públicas. Os admiradores, por sua vez, são grupos compostos por homens entre vinte e quarenta anos, negros e moradores de regiões periféricas

da cidade. Em levantamento prévio constatou-se que a maioria dos admiradores era composta por trabalhadores não formais (ambulantes, motoboys e até a presença de dois atores profissionais que prestam serviços publicitários). Além da uma diferença entre faixas de renda e estabilidade de ocupação profissional é aparente uma diferenciação em termos de formação educacional: enquanto a maioria da gordinhas possuem diploma de ensino superior, os admiradores, em sua maioria, apresentam formação até o ensino médio completo. Além dos aspectos envolvidos na sociabilidade, como o conhecer pessoas, trocar experiências e formar novas alianças, esses encontros, seja em parques públicos ou em localidades privadas como sítios na região metropolitana de São Paulo, fortalecem o surgimento de um intenso mercado de trocas eróticas, trocas essas, virtuais e/ou físicas. A subversão do padrão de beleza ideal, no qual, a falta de gordura corporal representaria a beleza é substituído pelo seu oposto: quanto mais gordura corporal melhor. O excesso, tanto de tamanho corpóreo quanto de quantidade de comida e bebida nos encontros, são valorizados, tendo assim, por contramão a recusa ao policiamento alimentar e a obrigação moral do autocontrole e dos modos na hora de se alimentar.

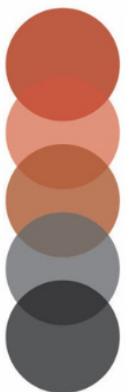
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466475319_ARQUIVO_30RBAtextoFinal.docx.pdf

Apresentação Oral em GT

Na estrada e nas enciclopédias, um encontro: (discurso sobre) a tradição alimentar numa região de Minas Gerais

Juliana Lucinda Venturelli, Juliana Lucinda Venturelli Phellipe Marcel da Silva Esteves

A(s) culinária(s) de Minas Gerais, aclamada(s) (inter)nacionalmente pelo sabor e modo de fazer, tem sido estudada e levada a diversos espaços do saber como elemento cultural importante na definição das relações identitárias do povo mineiro, em sua formação étnico-cultural que tange a constituição de seu paladar, de seus gostos e sabores: um patrimônio material, no que diz respeito a seus ingredientes, e imaterial, quanto aos saberes e técnicas. Este work pretende, de modo multidisciplinar, abordar teórica e analiticamente (com os princípios teóricos da Análise do Discurso de Michel Pêcheux e da metodologia etnográfica) alguns aspectos dessa culinária, bem como discursos que historicamente se relacionam a ela. Com base numa pesquisa (VENTURELLI, 2016) que trilhou, no reconhecimento de narrativas orais e cadernos de receitas, uma região do estado de MG recortada pela Estrada Real, apresentaremos de que modo as questões relativas à tradição alimentar mineira, à nutrição, à gastronomia, ao urbano e ao rural circulam nas práticas observadas. Também se debruçará sobre o discurso acerca da comida e da alimentação em enciclopédias (ESTEVEVES, 2014), no sentido de detectarmos como os dizeres das cozinheiras se encontram com o saber legitimado das enciclopédias. Foram percorridos 11 municípios. Analisados 110 anos de publicação de enciclopédias. Numa etnografia das receitas culinárias presentes nas narrativas orais e nos cadernos e na verificação de como foram e são transmitidas desde o início do século XIX até o presente momento; como as novas gerações se relacionam com a cozinha dita “tradicional” mineira e se há presença de métodos tradicionais nos modos de fazer as receitas em detrimento das inovações tecnológicas, pôde-se observar uma prática de resistência cotidiana. Tomamos esses cozinheiros e cozinheiras não como pessoas, sujeitos empíricos, mas como posições discursivas heterogêneas que, em seus fazeres e dizeres cotidianos, vão alimentando um discurso que se perde nas publicações editoriais dos livros de receita, dos programas de TV, das enciclopédias. Algumas questões deste work, portanto, serão: quando se observa a culinária da Estrada Real de Minas Gerais, o que ela nos instiga a pensar? O que ela, a partir do seu território, provoca de efeito de sentidos aos outros, que estão de fora? Como pode ser interpretada diante da pluralidade de discursos sobre comida e alimentação que circulam hoje? Indo na contramão, numa certa manutenção tradicional tanto de ingredientes originários do seu território quanto de técnicas de cozimento, no fogão e no forno à lenha, como essas práticas podem ser compreendidas na sociedade contemporânea?





Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467292804_ARQUIVO_VENTURELLIEESTEVES.ABA.pdf

Apresentação Oral em GT

Acepções sobre alimentação saudável em uma feira-livre

Luiza Guimarães Cavalcanti Spinassé, Lúcia Amparo da Silva Santos

O objetivo deste work foi compreender como os sujeitos experimentam e conferem sentidos à alimentação saudável no cotidiano de uma feira-livre da cidade de Salvador-Bahia, buscando apreender o desenvolvimento das percepções sobre o alimento, as práticas alimentares e a dimensão do saudável neste contexto. Para tanto, durante o período compreendido entre outubro de 2011 e julho de 2013, o corpus da pesquisa foi construído a partir de dados documentais, observação direta com registro em diário de campo e entrevistas narrativas. Foram entrevistados seis homens e oito mulheres, com idades entre 29 e 88 anos, incluindo neste universo cozinheiras, feirantes, comensais e fregueses. As informações produzidas foram categorizadas e analisadas com interlocução do referencial teórico. Como resultados, foram identificados e discutidos os principais aspectos referentes aos sentidos atribuídos ao ato de comer associados à constituição identitária dos sujeitos, ao longo de sua história de vida, bem como às percepções sobre a comida e o saudável. Estas questões de maior relevância apresentam-se organizadas em três tópicos: “[...] Na feira não vende marca. Na feira vende natural”: a dimensão da alimentação saudável no espaço da feira, em que se apresenta o natural como o conceito chave que acompanha o desenvolvimento de todo o work; “Tá fresquinho!”: o natural entre o campo e a cidade, onde se encontram as referências marcantes relacionadas à dimensão de transição entre o campo e a cidade, em que se evidenciam as acepções relacionadas ao natural, no que se refere aos alimentos frescos e considerados “sem química”; e, por fim, “Comida caseira-comida de feira”: o natural entre a casa e a rua, quando são descritos o natural e a sua associação com a comida caseira, como são denominadas as refeições comercializadas na feira-livre, bem como o contraponto estabelecido entre estas e os alimentos industrializados. Espera-se que este estudo contribua para uma melhor compreensão do comer saudável a partir de uma perspectiva cultural, ainda incipiente, e para a elaboração de propostas e ações que visem à melhoria da qualidade de vida e de saúde das populações, através da prática do diálogo e da troca de saberes, bem como para a afirmação das identidades culturais destes grupos sociais.

Apresentação Oral em GT

O cru e o pasteurizado: incorporação alimentar e representações da desordem na produção queijeira de Jaguaribe-CE

Maria de Fátima Farias de Lima, Antônio Cristian Saraiva Paiva

Em Jaguaribe, no Ceará, novas formas de controle sobre a qualidade sanitária da produção queijeira têm obrigado produtores a abandonar o leite cru na feitura de seus queijos, prática considerada antiga e bastante disseminada. Tal modificação, revestida nos imperativos de uma lei estadual, prevê ainda a adoção do leite pasteurizado como estratégia de segurança alimentar e condição para o comércio interestadual dos queijos fabricados. Entre as alterações impostas pelas normativas em vigor, esta tem mobilizado particular resistência entre queijeiros, que consideram a pasteurização um procedimento oneroso, desnecessário e que compromete a qualidade gastronômica de seus produtos. Considerando esse cenário simbólico-produtivo, objetivo compreender como os termos “cru” e “pasteurizado” vêm sendo articulados por produtores jaguaribanos de queijo coalho, influenciando o modo como conduzem seu ofício e fundamentam suas preocupações alimentares. Resultante dos estudos realizados para minha tese de doutorado, este work se fundamenta em pesquisas conduzidas entre os meses de julho e dezembro de 2015, por meio de visitas regulares ao município citado. A metodologia desenvolvida inclui a observação das práticas e ambientes que constituem as

queijarias, além de entrevistas compreensivas com proprietários e funcionários das mesmas. A análise das interpretações recolhidas ao longo da pesquisa de campo deu-se a partir do diálogo com a antropologia de três autores: Contreras e suas discussões sobre modernidade e alimentação; Poulain e sua teoria sobre o processo de incorporação alimentar; Balandier e seus estudos sobre a desordem. Sendo o alimento um consumo que não é banal, pois implica incorporação (torna-se o corpo do comedor), os modos de fabricação e comercialização de queijos negociam de forma direta com as percepções da desordem à mesa, evidenciada nas modernas tensões entre comida, corpo e saúde. Embora anunciada pelas normativas sanitárias como instrumento de regulação e ordenamento (ou padronização), na lógica dos produtores, a pasteurização encarna as inseguranças que permeiam o consumo de comida industrialmente processada, inspirando desconfiança e sentidos de impessoalidade cuja decorrência inclui um adensamento de angústias alimentares. Contraopondo-se à artificialidade presumida (e indesejada) do pasteurizado, o queijo de leite cru, preparado com técnicas consideradas tradicionais e familiares, (re)conhecidas, é apresentado como resposta ao desordenamento dos sentidos e certezas provocado pela cozinha industrial. Assim, o “cru” que qualifica o leite assume a aparentemente paradoxal condição de conceito indicativo de naturalidade, justificada aí sua “pureza” insuspeita, e de cultura, pois é eleito a marca que consagra o queijo como patrimônio regional.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466428995_ARQUIVO_ArtigoRBA.pdf

Apresentação Oral em GT

A procura microscópica por Deus. A kashrut: um indicador delicioso para a análise do crescimento exponencial da ortopraxis no judaísmo ortodoxo contemporâneo

Marta Francisca Topel

Nos últimas décadas, a ortodoxia judaica, definida como uma religião ortoprática, tem aumentado significativamente o número de preceitos relacionados à kashrut ou leis dietéticas judaicas. Segundo seus arquitetos, esta mudança tem como objetivo dar continuidade ao judaísmo tradicional. Entretanto, nos encontramos diante de um paradoxo: a manutenção, através dos avanços da ciência e das mais sofisticadas tecnologias, de um *modus vivendi* pré-moderno na Pós-modernidade. O objetivo principal desta proposta é compreender como os judeus ortodoxos se atualizam e conseguem respeitar as centenas de preceitos e costumes que regem as leis dietéticas judaicas. Para isso, se tentará elucidar os novos mecanismos de transmissão de uma cultura de comensalidade, cuja normativa discursiva já não depende da memória coletiva do grupo, mas de outras instâncias, sendo os peritos, especialistas em diferentes tipos de alimentos, insetos e tecnologias, aqueles que legislam sobre as velhas e novas regras. Diante desse panorama, perguntas como as que seguem são de relevância fundamental para compreender o novo modelo de kashrut. Assim, quais são os passos para preparar, diariamente, uma comida que exige levar à risca inúmeras regras, como: os tipos de ingredientes (hidropônicos, com determinado tipo e quantidade de pesticidas, devidamente abatidos por um perito ritual, adquiridos em determinado comércio, empacotados de modo correto, etc.), a mistura dos ingredientes (laticínios com carnes ou laticínios e carnes com ingredientes neutros), o calendário judaico (o shabat, o ano sabático da terra e a páscoa judaica com todas as suas exigências e restrições), os diferentes tamanhos da rede das peneiras (para farinha comum, farinha integral, farinha de milho, etc.) além de conhecer as complexas classificações dos alimentos como sólidos, líquidos, fritos, fervidos, quentes e frios, crus e cozidos. O conhecimento aprofundado das leis da kashrut junto a outras que compõem a Lei judaica, leva a justaposições interessante. Assim, também faz parte da cultura de comensalidade do grupo saber que preceito recitar e em que momento quando se prepara uma massa de determinado peso e definida segundo determinada categoria (fritura, massa para assar, massa para ferver, etc.), e por que não se deve receitar a prece caso as condições não a façam necessária, com os problemas decorrentes de recitar uma prece “injustificada” ou “sem sentido”. A análise desses fenômenos ilustram as novas abordagens sobre o fundamentalismo religioso



que afirmam que ele é mais uma questão de performance do indivíduo e do grupo do que uma questão de fé ou experiência, além de nos mostrar uma relação singular com o que se come e o que é proibido comer.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466462026_ARQUIVO_worknaintegraMARTAFRANCISCATOPELABA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

NA ROÇA, NA MESA, NA VIDA: uma viagem sobre as rotas da mandioca ao fazer-se beiju em Araí

Miguel de Nazaré Brito Picanço

Esta apresentação compõe o escopo de minha tese doutoral que se encontra em andamento e que se inscreve nos estudos contemporâneos sobre as agências da cultura material na vida coletiva, considerando a trajetória de singularização ou de “coisificação” de algumas espécies do mundo natural cultivadas por indivíduos. Assim, neste work busco estudar as ressignificações que estão acontecendo na cultura material contemporânea, numa ordem de interação entre objetos, elementos e espécies da natureza que compõem essa cultura material, e sua interação com humanos e não humanos. Nessa perspectiva, me proponho trabalhar com a mandioca e seus ciclos na região nordeste do Pará, onde ela estabelece redes de interações com e entre os sujeitos que a cultivam e a transformam em outros bens de consumo, agenciando e sendo agenciada por esses sujeitos. Especificamente, num vilarejo chamado Araí, no meio rural do município de Augusto Corrêa, onde ocorre um fenômeno próprio da região que é a singularização e ressignificação da mandioca em um bolo denominado de beiju, produzido e coletivizado nas celebrações locais da Semana Santa católica. A exposição objetiva descrever tal fenômeno operado nos ciclos da mandioca, a partir do seu uso ritual, nas interações dos moradores em torno dos processos de produção, troca e consumo do beiju, com o intuito de: identificar como ocorrem as interações entre natureza e cultura no circuito do beiju; reconhecer como são negociadas e estabelecidas as relações que se formam nesse processo; analisar os processos pelos quais os ciclos rituais da mandioca e sua transformação em alimento (beiju) possibilitam o estabelecimento das redes de interações entre as pessoas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466456319_ARQUIVO_NAROCA.NAMESA.NAVIDA.pdf

Apresentação Oral em GT

“O boi rende festa” – a carne de boi em uma festa religiosa católica na comunidade quilombola de Quartel do Indaiá, Vale do Jequitinhonha/MG.

Nadja Maria Gomes Murta, Herton Helder Rocha Pires João Victor Leite Dias

As festas religiosas dedicadas aos santos católicos são eventos presentes na maioria das comunidades afrodescendentes do Vale do Jequitinhonha/MG. Este work discute o motivo pelo qual os moradores afirmam que o “boi rende festa”, ou seja, como se dá o consumo da carne de boi nos festejos dedicados aos seus santos padroeiros. O estudo foi realizado entre julho de 2014 a julho de 2015, e no método foi utilizado a observação participante. A Festa de Nossa Senhora das Mercês e de São Vicente de Paulo, é um evento que acontece anualmente durante o mês de julho, com duração de cinco dias, sendo o principal momento de encontro das 25 famílias da comunidade, de parentes que nela não mais residem, bem como das comunidades vizinhas. Os preparativos para a festa começam a partir do último dia do evento anterior, quando na missa dedicada aos santos padroeiros, são escolhidos os “festeiros” (um casal responsável pelo almoço comunitário, barraquinha, etc.) “mordomos” (moradores de ambos os sexos responsáveis pelo trajeto da procissão, feito



e levantamento dos mastros) e “juízes” (moradores de ambos os sexos, responsáveis pelos fogos). O boi que foi abatido para a festa de 2015 pesava 11 arrobas (cerca de 160 Kg de carne – considerando as “de primeira” e as “de segunda” que podem conter ossos). Foi observado que o consumo da carne e/ou preparações (caldos, farofa, churrasco, cozidos, etc.) dava-se em momentos específicos (antes, durante e após a festa). Para exemplificar, o fígado do boi foi consumido pelos jovens que o abateram, uma semana antes do início da festa, sendo considerada uma recompensa pelo work realizado. A festa teve início em uma quinta-feira e este dia foi dedicado a parte litúrgica, não havendo consumo da carne do boi. Na sexta-feira a barraquinha, que ocupa a área central da comunidade, começou a funcionar e as carnes de segunda eram vendidas em forma de caldo e distribuídas em forma de farofa aos mordomos. No sábado durante o dia houve distribuição do “caldo de osso” às crianças e aos que estavam trabalhando. À noite, o boi volta a aparecer na farofa distribuída a todos que participavam do levantamento dos mastros. No domingo parte das carnes de primeira foi consumida cozida, na casa dos festeiros - onde todos os que vão à festa ou a organizam almoçam, após a missa do último dia oficial da festa. Na segunda-feira, quando do desmonte da barraca, a carne foi consumida entre aqueles que trabalharam e às crianças na forma de fritura e churrasco. As últimas carnes do boi foram consumidas, no dia da descida dos mastros que encerra as festividades. Assim, pudemos observar que o boi rende toda a festa, estando associado à economia, a fluidez entre o consumo e os ritos, a sociabilidade e a manutenção da cultura local.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467337498_ARQUIVO_Boirendefesta.pdf

Apresentação Oral em GT

Ciência à mesa: propostas de endereçamentos do saber gastronômico a partir dos conceitos da gastronomia molecular

Rodrigo Araújo Maciel

Claude Lévi-Strauss, ao redigir seu estudo basilar sobre a alimentação, já chamava a atenção para a importância da utilização de técnicas e tecnologias na dinâmica humana daquilo que descrevia como “passagem da natureza à cultura”. Principalmente quando sublinhava o papel do fogo na operação cultural de transformação do alimento cru para o cozido, alegoria exponencial de sua argumentação. Ainda que eventualmente mencionados, essas operações do ato culinário foram poucas vezes tomados como centrais, ou mesmo problematizadas suficientemente, na literatura antropológica. Transpostos para um contexto no qual a utilização do fogo em si já não figura mais como a ferramenta exclusiva empregada no fazer culinário, cabe questionar como são concebidas, apropriadas e hierarquizadas essas subsequentes tecnologias e saberes que despontam no horizonte culinário, gastronômico e de forma mais geral, humano. Sobretudo em um contexto no qual o desenvolvimento e o domínio da técnica são tomados como instrumentos legitimadores das diversas apropriações feitas pelo homem em espaços concebidos como naturais, assim como sua consequente transformação e/ou submissão. Neste sentido despontou como rico o estudo da nova disciplina científica chamada gastronomia molecular. Ao objetivar uma racionalização do híbrido campo da gastronomia, aproximando-o de áreas como a química e a física, esse revestimento científico das práticas culinárias consolidou-se nos finais do século XX e hoje é introduzido massivamente nas escolas e faculdades do Brasil. Lida no presente work como uma tentativa de dar uma unidade paradigmática para uma área que é tida como artística e subjetiva, esse esforço responderia a necessidade de legitimar a gastronomia enquanto ciência, justificando assim o espaço que essa pretende em locais como o meio acadêmico. Através da transformação da cozinha em laboratório, do cozinheiro em cientista e dos pratos em experiências, observam-se conjuntamente a inserção de novas técnicas e tecnologias, garantindo dessa forma a manifestação de novos fenômenos, e consequentemente, novos discursos. Buscando acessar essa realidade por meio de uma pesquisa qualitativa que pauta-se na etnografia em faculdades e cozinhas de gastronomia molecular, observamos as maneiras como essa proposta se insere no plano de ensino e o quanto e como estas técnicas e ideais são



assimiladas pelos discentes, docentes e profissionais. Visamos ultrapassar as reduções operativas estabelecidas na tentativa de identificar as redes tecidas que acionam e articulam diversos interesses - tanto individuais quanto institucionais e derivados; identificando o quanto essa “cientificização” embasa ou fortalece o papel da gastronomia não apenas no meio universitário, como também na sociedade em geral.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466454763_ARQUIVO_Cienciaamesa-propostasdeendecamentosdosabergastronomicoapartirdosconceitosdagastronomiamolecular.pdf

Apresentação Oral em GT

A dieta lactovegetarina dos Hare Krishna: estilo de vida e adaptações normativas alimentares

Vanessa Moreira dos Santos

Para os adeptos do Movimento Hare Krishna as práticas alimentares são ações rituais que englobam aprendizado cultural e saberes religiosos. Cozinhar é misturar na panela variados elementos e sabores temperados com palavras votivas e devoção. Krishna e seus discípulos se alimentam de cheiros, gostos e fé e os devotos nutrem-se de sacralidade, tendo que se orientar e se distinguir, expressando um determinado estilo de vida, tão particular ao seu grupo religioso. No processo de construção, afirmação e reconstrução de uma identidade, a comida, destacada enquanto elemento cultural, pode se transformar em marcadores identitários, apropriados e utilizados pelo grupo como sinais diacríticos, símbolos de uma identidade reivindicada. Comida essa, derivada de práticas alimentares, que expõem o papel da cozinha, do cozinheiro, do comensal, dos ingredientes, das receitas, dos utensílios, dos rituais e de mais um conjunto de elementos referenciados na tradição e articulados no sentido de constituí-la como algo particular e reconhecível diante outras comidas. Entretanto, as práticas alimentares dos devotos da doutrina Hare Krishna que frequentavam a Casa de Cultura Hare Krishna em Fortaleza não podem ser reduzidas a fórmulas ou combinações de elementos cristalizados no tempo e no espaço. Como mostrou minha pesquisa, a tentativa de manter a tradição alimentar hinduísta sugerida por Prabhupada já tem em si um alto valor simbólico, por que de qualquer forma é uma readaptação culinária e gustativa, uma reconstrução de um processo que se atualiza. As adaptações passaram a ser utilizadas como identidade, visto que o cotidiano se modificou em formas, saberes, sabores e práticas cunhadas no processo de inserção de um tipo de comensalidade, evocando sensações intransferíveis para as pessoas que creem em Krishna. Observar as práticas alimentares dos Hare Krishna é inferir o processo de construção social de identidade alimentar enquanto um conjunto normativo, com regras de inclusão e de exclusão de alimentos. A dieta lactovegetariana, além do uso recorrente de especiarias indianas, como o curry e a noz moscada, indica uma “hierarquia que transcende os gostos subjetivos individuais e se afirma como valor cultural partilhado pelo conjunto do grupo.” (POULAIN, 2004, p. 252)

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467341694_ARQUIVO_Artigo30RBA.pdf

Apresentação Oral em GT

O uso de alimentos regionais nas práticas alimentares de uma comunidade remanescente de quilombo do Alto Vale do Jequitinhonha/Minas Gerais

Virgínia Campos Machado, Nadja Maria Gomes Murta Maria Helena Villas Boas Concone

A investigação sobre práticas alimentares em uma comunidade tradicional revela grande variedade de alimentos regionais ou não-convencionais cujo consumo se respalda no conhecimento ancestral. Este work discute práticas alimentares de uma comunidade rural remanescente de quilombo do Alto Vale do Jequitinhonha/MG. O estudo foi realizado entre os anos de 2009 e 2012 e, no método, foram utilizados a observação participante e entrevistas com membros da comunidade. Como alimentos não-convencionais



mais consumidos foram identificados: castanha do indaiá (*Atallea dúbia*), coroa de frade (*Melocactus zehneri*), ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata*), palma (*Opuntia ficus*), quiabo da lapa (*Cipocereus sp.*), samambaia do mato (*Pteridium sp.*), cereja do mato (*Eugenia involucrata*), amora do mato (*Rubus urticaefolius*), jatobá (*Hymenaea rubriflora*) e panã (*Annona crassiflora*). A maioria desses alimentos, a exceção do ora-pro-nóbis, são coletados, atividade que fica a cargo das mulheres e crianças da comunidade. O consumo se dá no núcleo familiar, sendo os alimentos consumidos in natura ou em preparações. A título de exemplo, destacamos o caso do jatobá. Nos meses de agosto e setembro as mulheres e crianças se dedicam a coletar os frutos caídos no chão, bem como aqueles considerados maduros que se encontram no pé. A extração do fruto é manual, sendo utilizada uma pedra para quebrá-lo. As crianças maiores o consomem, em geral logo após a colheita, batendo as sementes em um copo contendo água, de onde surge uma pasta (mingau de água). As mulheres são responsáveis pela extração da “farinha de jatobá” (produto obtido pela raspagem e peneiragem dos frutos) que é utilizado para preparação de mingau (feito com leite) e bolos. As receitas dessas preparações são consideradas heranças ancestrais, sendo que as idosas são tidas como as detentoras do “saber fazer”. Há de se destacar que o consumo de alguns dos alimentos citados não se restringe à comunidade quilombola estudada, alguns destes alimentos compõem pratos considerados “demarcadores identitários” da gastronomia regional, como por exemplo é o caso da “samambaia com costelinha de porco”. O uso sazonal destes alimentos contribui para a conservação e valorização da cultura alimentar da comunidade, bem como para a garantia da segurança alimentar e nutricional.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467340671_ARQUIVO_Ousodealimentosregionaisepraticasalimentaresdeumacomunidadeeremascentedequilombo.pdf

GT 024: Dinâmicas sociais, poder e transformação na África Contemporânea

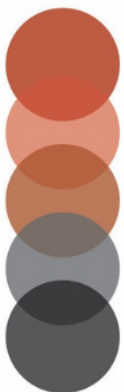
Temos assistido a emergência e consolidação dos estudos africanos no Brasil, expressa em vários GTs sobre este tema aprovados em congressos de Ciências Sociais, Antropologia e História, pela criação grupos de pesquisa, associações, seminários e publicações. Este GT busca agregar trabalhos que tenham como foco discussões referentes à temáticas africanas, dentre as quais as relativas aos estudos sobre o poder e as instituições relacionadas à sua criação e manutenção; sobre a articulação entre diferentes formas de poder "tradicional" e Estado colonial e/ou pós-colonial; a cooperação internacional, migrações e deslocamentos de pessoas, objetos e narrativas; processos de produção identitária; conflitos em torno de concepções de direito e cidadania. O GT tem como objetivo adensar os diálogos entre pesquisadores produzir novas leituras e reflexões teóricas realizadas no Brasil sobre o continente africano. Encorajamos a apresentação de trabalhos de viés interdisciplinar, especialmente entre a antropologia e a história bem como trabalhos que apontem para a dimensão simbólica do poder em processos de mudança.

Luena Nascimento Nunes Pereira (UFRRJ) e Melvina Afra Mendes de Araújo (Universidade Federal de São Paulo) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

Instabilidade político-militar em Moçambique e a vida cotidiana

Albino Jose Eusebio; Sonia Barbosa Magalhães



Moçambique vive a partir do ano de 2013, uma instabilidade política provocada pela “tensão político militar” envolvendo o Governo de Moçambique comandado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), dois protagonistas da guerra civil pós-independência terminada em 1992 com assinatura na cidade de Roma, na Itália, do Acordo Geral de Paz. Ou seja, duas décadas depois do fim da guerra civil, o país se encontra mergulhado num autêntico cenário de guerra, sendo a região central, - e principalmente alguns distritos da província de Sofala – o principal centro das ações militares. O objetivo do presente work é fazer uma reflexão sobre os efeitos sociais dessa tensão político militar na vida cotidiana dos indivíduos. Neste contexto, a nossa discussão estará estruturada em três tópicos. No primeiro trazemos um breve histórico sobre a emergência da violência armada em Moçambique, como nota introdutória. No segundo tópico nos ocupamos por uma descrição contexto do ressurgimento da violência armada em Moçambique. No terceiro e último tópico nos focamos no objetivo central da nossa análise, a reflexão sobre os efeitos sociais da tensão político militar em Moçambique na vida cotidiana, destacando aspectos como a incerteza, o enraizamento do sentimento generalizado de insegurança e imaginário do medo, bem como os deslocamentos compulsórios das comunidades locais.

Palavras chave: Moçambique; guerra; cotidiano.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/624_2016-12-12.pdf

Pôster em GT

O processo da viuvez para a mulher: uma experiência em Moçambique

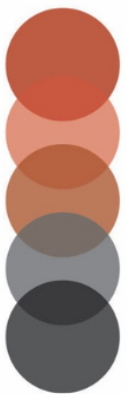
Aline Beatriz Miranda da Silva

Moçambique é um país localizado na África Subsaariana e sua capital, cidade de Maputo, está localizada na costa sul do país. Há cerca de 40 anos o país conquistou sua independência, tendo em seu histórico a colonização portuguesa e duas importantes guerras. São as tradições Bantú que marcam a diversidade da maioria dos grupos que habitam Moçambique e, na capital, os grupos predominantes são Ronga e Changana. Há alguns anos em Maputo, mulheres viúvas têm reivindicado direitos relacionados à herança e à guarda dos filhos, além de terem queixas sobre certas práticas que lhe são impostas após a morte de seus maridos, como por exemplo, Kubasisa e Namurapi. É nesse contexto que surgiu a AVIMAS – Associação das Viúvas e Mães Solteiras, criada em 1997 com o objetivo de proteger os direitos dessas mulheres e promover sua formação, para que elas pudessem manter um lar. Além das viúvas, a associação atua em prol também das mães solteiras e de mulheres chefes de agregados familiares. Na AVIMAS pude conhecer algumas viúvas que frequentam a organização, e através disso a pesquisa se fez possível. A partir de vivências no local, de conversas e entrevistas com essas mulheres, procurei entender quais eram as implicações da viuvez em suas vidas. Pude identificar então três momentos distintos que vão caracterizar a vida dessas mulheres: o casamento e a viuvez, considerados por mim como status distintos; e o período de 7 dias referente à transição entre esses dois momentos. Em minha pesquisa pude analisar ainda como a viuvez afeta as relações sociais e familiares das mulheres e como organizações semelhantes à AVIMAS são importantes para elas, por se tratar de espaços de vivências e de luta. Locais como esses passam segurança e são referência ao se tratar da proteção dos direitos das mulheres, além de providenciar formação sobre a saúde e estratégias de manutenção dos recursos familiares.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466431163_ARQUIVO_Aline.pdf

Apresentação Oral em GT

A “Reconstrução Nacional” de Angola nos rumos de projetos para a habitação e uso da cidade de Luanda



Camila Alves Machado Sampaio

Esta comunicação apresentará reflexões iniciais sobre projetos políticos para a habitação e uso da cidade no universo urbano de Luanda e alguns impactos possíveis sobre moradores de diferentes localidades. O recorte temporal será o primeiro decênio do fim das guerras, que coincidiu com um período de êxito econômico do país (2002-2012), acompanhado pelo discurso oficial de "Reconstrução Nacional". A análise partirá de bibliografia temática, expressões artísticas, relatórios institucionais e narrativas de alguns interlocutores que a autora manteve durante os meses de julho e agosto de 2010, durante pesquisa na cidade. As propostas acionadas para a região refletem um processo histórico de segregação espacial que encontra continuidades a projetos de 'desenvolvimento' implantados em diferentes contextos mundiais. Nas respostas locais em suas múltiplas formas de viver o urbano vislumbram-se agenciamentos criativos em ambientes marcados pelas desigualdades sociais extremas.

Apresentação Oral em GT

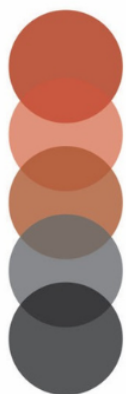
Festa na Favela: Concepções de Cidadania (Freedom) em Mamelodi, Pretoria.

Daniel Mendonça Lage da Cruz

"Dans chaque société, une forme d'égalité rassemble les hommes libres" (d'Iribarne, 2006). Nem sempre o assentamento informal em Mamelodi, township nos arredores de Pretoria, capital da África do Sul, dorme. Aos fins de semana, por exemplo, é tempo de isilala, termo em isizulu que traduzem como never sleeping. Quem embarca em isilala cruza a noite – noites, por vezes - a beber, de shack em shack, tavern em tavern, num fluxo paroxístico de sociabilidade e comunhão etílica. Não bastasse papalasi - ressaca, em afrikâner e isizulu -, o costume resulta em abatimento físico, intoxicação e pode encorajar a violência. No correr da etnografia, presenciei, infelizmente, a agressão de um homem a sua companheira, minha assistente de pesquisa. Apesar dos riscos e danos que efetivamente envolve, isilala não pode ser compreendida apenas nos termos da disciplina médica, social e legal hegemônica. É uma tradição da township, em que se engajam, animada e algo jocosamente, os jovens e parte dos mais velhos. Isilala parece constituir uma das manifestações de freedom. Este termo, não citizenship, tem curso ordinário entre os sul-africanos de Mamelodi. Ambos os conceitos recobrem, contudo, um campo semântico semelhante. Esse domínio de referência comum envolve um aspecto singular: enjoyment. "We are free only by the name freedom. We'll be really free the day we can enjoy our lives", contou-me Ronald, porteiro num condomínio luxuoso de Pretoria. Segundo Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2013), concepções de cidadania são "local categories, dependent on local civic sensibilities". Enjoyment pode constituir exemplo disso. Do mesmo autor, a distinção entre "public space and public sphere" permite pensar township e isilala, respectivamente, como espaço e modalidade prazenteiros de interação e reconhecimento entre iguais. Esse universo de gozo cotidiano opõe-se a espaços públicos, particularmente ao domínio do work - hierárquico, desigual e, para muitos, precário (Barchiesi, 2011). Convém notar, aliás, que o work, ainda o núcleo do conceito de cidadania no Ocidente (Marshall, 1950) e na retórica política sul-africana (Barchiesi, 2011), está a perder status, em decorrência do desequilíbrio entre oferta e demanda e da expansão de programas redistributivos centrados no dinheiro (Ferguson, 2015). Nesse quadro, isilala e sua colisão com a rotina laboral são reveladoras de uma forma altamente sociável, celebratória, e tensa, de freedom-citizenship. Paul Lafargue, a zombar dos "dégénérés" entusiastas do work industrial oitocentista, perguntava-se: "ou sont ces commères dont parlent nos fabliaux (...), franchises de la gueule, amantes de la dive bouteille?" Alguns em Mamelodi, ora, pelos caminhos tresnoitados de isilala.

Apresentação Oral em GT

Entre Palmares e Liberdade: reconfigurações identitárias de estudantes africanos na UNILAB.



Daniele Ellery Mourão

Esta comunicação pretende refletir sobre os processos de reconfigurações identitárias produzidos em decorrência dos deslocamentos internacionais de estudantes estrangeiros de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) para a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), situada no município de Redenção, interior do Ceará. Os recentes fluxos de estudantes estrangeiros para Redenção, cidade celebrada por ter sido o primeiro município do Brasil a libertar os escravos, em janeiro de 1883, têm deflagrado a produção de diversas formas de sociabilidades interculturais contemporâneas entre estudantes africanos e brasileiros, professores, e moradores da cidade. Essas relações são permeadas ora por situações positivas de interação social, ora por situações discriminatórias e excludentes produtoras de silenciamentos, tensões identitárias e ético-raciais, revelando a construção de estereótipos e autoimagens marcadas por relações de dominação, definidas pelo olhar branco e colonial. Os contatos têm reaberto antigas feridas sociais ao tocarem em verdades e mitos estabelecidos (também no senso comum acadêmico), que pretendem apagar a presença e a contribuição negra e afrodescendente no estado. Contraditoriamente às situações de hostilidade vividas pelos estudantes africanos, um desses mitos é a recorrente afirmação de que “no Ceará não tem racismo por ter sido o primeiro estado a abolir a escravidão”, ocultando assim a complexidade da dinâmica cultural dos povos de origem africana, e sua contribuição na formação histórica do Ceará. Diante disso, destaco a importância em analisar os impactos da instalação da UNILAB em Redenção, considerando as particularidades históricas do município (a memória abolicionista), a ideia de África imaginada no Brasil (como um “todo homogêneo”), para perceber como a questão racial é significada e ressignificada na interação social entre os diversos sujeitos, ressaltando que não só de hostilidades se fazem os contatos. Pois, há também os encontros, principalmente entre os mais jovens. As festas e os eventos realizados por estudantes brasileiros e africanos, dentro e fora da universidade, para dançar kizomba, kuduro, afro-house, funk, sertanejo, forró, etc., são um bom exemplo de inventividade no estabelecimento das relações sociais e afetivas, uma forma de jogar com o poder, sem necessariamente confrontá-lo, com possibilidade de quebrar fronteiras étnico-raciais e/ou de criar pontes interculturais, fazendo do corpo uma importante “estratégia de identidade” que também passa por um processo de reelaboração.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466470388_ARQUIVO_ArtigoCompletoRBA-2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Terras como corpos (ou Dos meninos chineses da "Baixa")

Diego Ferreira Marques

Baseado em pesquisas realizadas em Angola ao longo dos últimos anos, este work pretende articular um conjunto de fontes documentais, relativas aos três primeiros quartos do século XX, e diferentes discursos locais contemporâneos, a fim de discutir as formas singulares e, no entanto, recorrentes, pelas quais distintos sujeitos angolanos tendem a estabelecer uma correlação entre noções de "colonialismo" e "miscigenação", em que há não apenas um conjunto de vínculos mais ou menos óbvios, mas também explícitas referências à ligação entre processos de "reprodução social" e "reprodução física" e uma transferência metonímica entre ideias de "território ocupado" e "corpos ocupados". Exprimindo uma série de características relacionadas às dinâmicas particulares do processo de colonização de Angola (e, portanto, constituindo uma espécie de teoria nativa sobre o "colonial"), esses discursos e representações permitem compreender melhor distintas interpretações contemporâneas sobre os significados da presença estrangeira (incluindo suas relações com a formação, transformação e manutenção de elites locais), bem como, transcendendo o contexto nacional que

lhes é próprio, ajudam a estabelecer elos comparativos com formas similares de percepção de "continuidades coloniais" em outros quadros da África austral.

Apresentação Oral em GT

Humanitarismo e ação seletiva: a invenção de um Nordeste e uma África vulneráveis a partir da atuação dos "braços sociais" do Caminho da Graça

Gilson José Rodrigues Junior

A presente proposta surge como parte das reflexões da tese de doutorado, através da qual se pretende desenvolver uma etnografia da rede de atuação dos chamados "braços sociais" do movimento religioso Caminho da Graça. Tratam-se de duas agências humanitárias: SOS Religar, que atuava no Sertão do Pajeú até meados de 2015; e Caminho Nações, atuante na Nigéria e no Senegal. A partir de situações suscitadas durante o work de campo desenvolvido até aqui, venho me debruçando acerca da interface entre Estado, Humanitarismo e Religião. Dentre as questões que pretendo compreender, encontra-se a relação existente entre a defesa da urgência da ajuda humanitária, enquanto expressão da compaixão, e a manutenção de desigualdades, advindas destas mesmas ações. Tal questão surge a partir das informações obtidas em campo, acompanhando as intervenções realizadas, ou mesmo nas conversas e entrevistas já realizadas. Percebe-se a construção de "tipos ideais" de vulneráveis, os quais parecem inseparáveis de uma invenção de um Sertão Nordestino e de uma África precarizados. Não se trata aqui de relativizar fatores objetivos como a miséria socioeconômica e simbólica em que tais grupos possam se encontrar, mas como se estabelecem as relações de poder, e como parecem contribuir para a manutenção de desigualdades entre os referidos agentes - e com isso, regiões e/ou nações; classes sociais; raças/etnias; e uma perspectiva religiosa - e aqueles que merecem ser alvo de sua ajuda. Ainda que o work aponte para especificidades de cada local, e seus públicos-alvo, assim como aqueles que participam mais ativamente de cada uma delas, percebe-se, preliminarmente, alguns convergências: um movimento geopolítico inter-regional e transnacional que tem chamado atenção, suscitando uma discussão sobre processos neocolonizadores e a culpabilização das dinâmicas culturais locais, apontadas como um obstáculo a implementação de melhorias. A questão dos movimentos geopolíticos chama a atenção por ser uma prática humanitária "sul-sul", e não "norte-sul", como ocorre habitualmente, sendo idealizada e liderada por grupos de brasileiros que se direcionam para cada uma dessas regiões. Neste sentido, ainda que se adote uma perspectiva crítica, em diálogo com os works de Didier Fassin, e outros estudiosos, tem sido indispensável compreender as concepções de humanitarismo dos agentes em questão, e como eles buscam diferenciar-se de outras práticas humanitárias, uma vez que parecem concordar que estas, sim, contribuem para a perpetuação de desigualdades, pois dependem disso para continuar existindo, e, conseqüentemente, não trabalham de maneira a "gerar consciência" naqueles para quem se dirigem.

Trabalho completo:

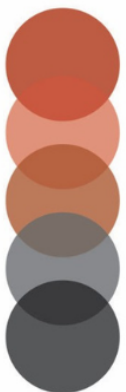
https://www.abant.org.br/files/1466482576_ARQUIVO_HumanitarismoeAcaoSeletiva.pdf

Apresentação Oral em GT

Mamdani e os chefes: podemos entender os estados africanos sem eles?

Josué Tomasini Castro

A publicação de *Citizens and Subjects* (1996), de Mahmood Mamdani, é um marco importante nos estudos sobre os estados africanos. Desenvolvendo uma perspicaz análise do processo de formação estatal em vários países africanos, o livro é tanto uma reavaliação da história política no continente, como uma resposta às suas crises mais recentes. Situando-se à meio caminho entre os 'afro-pessimistas', que veem a permanente crise dos estados africanos como produto de uma cultura política que fomenta autoritarismos e corrupções, e



os ‘essencialistas’, para os quais ela é produto da imposição de formas de governo exógenas e devem ser remediadas com soluções endógenas verdadeiramente democráticas, Mamdani oferece uma terceira via aos debates sobre a chamada ‘transição democrática’, do final da década de 1980, cravando a ‘sociedade civil’ como principal instrumento de fomentação de uma real democratização no continente. Para Mamdani, a forma pela qual os estados africanos são administrados é, em grande medida, um legado colonial. Ela é caracterizada pela bifurcação entre duas formas de poder: nas áreas urbanas, um ‘poder civil’, que protege os direitos dos ‘cidadãos’ em detrimento dos ‘súditos’; nas áreas rurais, um ‘poder consuetudinário’, imposto como ‘tradição’ às populações ‘tribais’ através dos chefes. Para o autor, o tendão de Aquiles dos estados africanos é a continuidade da lógica tribal nas áreas rurais. A importante crítica de Mamdani, no entanto, só pode ser entendida em sua real dimensão em relação a um fenômeno paralelo, que acompanha as reformulações fomentadas a partir da década de 1990: a chamada ‘reemergência’ das chefaturas. Várias críticas foram feitas ao work de Mamdani, mas poucas delas levando às últimas consequências o que, diante da imensa bibliografia sobre a ‘reemergência’, merece ser analisado com maior cuidado: a contínua corrupção da sociedade civil e, por extensão, da democracia, pelo rural não-destruído. Saudados por muitos como veículos de desenvolvimento e cidadania em uma nova era de descentralização, a renovada saliência dos chefes é um convite a refletir sobre a maneira pela qual Mamdani dispõe em seu argumento da ideia de que para que uma verdadeira democracia emergja no continente – isto é, para que o súdito sejam transformado em cidadão – o fim das chefaturas é necessário. Além disso, nos impele também a problematizar sua visão estereotipada dos chefes como forças antidemocráticas e os limites impostos por ela na compreensão do Estado africano, que é sua intenção investigar. Este work, assim, quer reavaliar a posição dos chefes no work de Mamdani a luz do cenário etnográfico atual, considerando o impacto desses processos em nosso entendimento sobre os estados africanos.

Apresentação Oral em GT

“Eu vou experimentar, não vou me render”: identidade makonde na produção artística híbrida de Agostinho Ndalinga (Moçambique)

Lia Dias Laranjeira

A presente comunicação é fruto da minha pesquisa de doutorado em curso intitulada “Os makonde na construção da identidade nacional moçambicana: interações históricas entre arte, cultura e política”, que tem como objetivo central investigar a produção de arte makonde em diálogo com os movimentos históricos em Moçambique, entre as décadas de 1950 e 1970. Com esse propósito, a pesquisa tem se debruçado sobre documentos e publicações do período colonial, produzidos por funcionários da administração colonial, etnólogos, antropólogos e por membros da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e, sobre entrevistas realizadas com artistas que se identificam como makonde. O presente work, um pequeno recorte dessa pesquisa mais ampla, aborda os significados em torno das categorias de “arte makonde” e de “identidade makonde” nos discursos do artista Agostinho Ndalinga. Esses têm como referência a sua trajetória dividida, por razões políticas, entre o norte de Moçambique e a Tanzânia, e a sua atual produção artística híbrida. A referida produção incide em composição de músicas cantadas ao som da timbila, em língua shi-makonde, contos escritos em português, e pinturas. As diferentes linguagens artísticas se aproximam ao se apresentarem ao próprio artista como ferramenta para se pensar além de aspectos identitários da cultura makonde, a complexidade de certas práticas culturais, a sua obrigatoriedade, as consequências em segui-las, e as possibilidades de transformações. As narrativas apresentadas aqui foram produzidas no contexto das entrevistas realizadas com o artista na cidade de Pemba, capital da província de Cabo Delgado, berço das lutas pela independência do país a partir de meados da década de 1960, referência histórica que permeia as narrativas de Ndalinga.



Apresentação Oral em GT

Entre festas e querereres: a construção de uma “moçambicanidade” mediada pela Igreja Universal

Livia Reis Santos

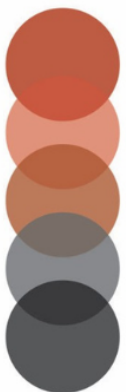
O presente work visa apreender os desdobramentos da (re)construção do “lugar do religioso” na esfera pública moçambicana a partir de uma perspectiva que privilegia a “religião vivida” pelos crentes da Igreja Universal do Reino de Deus em Maputo, capital do país. É importante destacar que Moçambique enfrenta hoje, em variados aspectos, profundas dificuldades resultantes do imbricamento de acontecimentos históricos significativos. Além da colonização portuguesa e dos conflitos étnicos, o país viveu duas guerras e um período pós-revolucionário no qual a orientação política estatal condenou práticas religiosas. A Igreja Universal chega ao país em 1992 tendo esse contexto como pano de fundo e prometendo milagres e prosperidade a quem tem fé. Para fins deste work, escolhi me deter sobre as dimensões concretas e práticas “encorporadas” da religião, cujas experiências se materializam de múltiplas formas, circulam, transmutam-se e forjam sensibilidades para além do “campo religioso”. Dessa maneira, descrevo dois momentos que considero centrais para construção do meu argumento. O primeiro deles é a festa realizada para recepção do Presidente da República à sede da IURD. Ali, performances políticas e/ou religiosas, individuais e/ou coletivas em ação deixam claras as visões de mundo em jogo, permitem perceber como Igreja e Estado adotam um discurso único e atuam conjuntamente na tentativa não só de gerir as condutas dos fiéis, como também de promover uma transformação social baseada em valores como work e determinação. Em seguida, exponho alguns dos “desejos” de fiéis e espíritos publicizados durante os cultos, a fim de evidenciar como a conjuntura moçambicana reuniu as condições ideais para emergência, ainda que parcial, de uma cultura evangélica (Mafra, 2011). Apropriada pelos fiéis como uma “arma” eficaz na solução de problemas individuais que muitas vezes estão atrelados às tradições – tais como maridos espirituais e família estendida –, a emergência dessa cultura completou o cenário apropriado para consolidação – pelo menos entre aqueles fiéis – de um sentimento de pertencimento nacional, a moçambicanidade, atrelado a uma noção de indivíduo de direitos.

Apresentação Oral em GT

Trâmites epistemológicos dos afetos e desafetos nas tramas das intersubjetividades: Algumas considerações sobre gênero, corpo, poder e processos de estigmatização nas interações entre mulheres brasileiras e africanas na

Marina Pereira de Almeida Mello

O objetivo dessa comunicação é discutir aspectos preliminares de uma reflexão do âmbito das intimidades e dos tabus associados às sexualidades e subjetividades em trânsito e, sobretudo, aos perigos que o imaginário da branquitude associa ao corpo negro. Temos como referência mulheres negras, que nesse caso estão representadas majoritariamente por um número expressivo de alunas da UNILAB (Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira) oriundas do continente africano, mais especificamente dos países de língua oficial portuguesa (PALOP), em sua maioria jovens e que migram ao Brasil por um tempo determinado pela duração de sua formação junto à universidade. Contudo, embora as estudantes internacionais representem a maioria das mulheres não brancas na instituição (incluindo-se aqui as que se autorreferem como mestiças ou pardas), é intrigante perceber que mesmo dentre as estudantes nacionais, a branquitude não é aparente e tampouco evidente a olhos nus, a despeito de assim se designarem. Também esse fenômeno é objeto de investigação em curso, posto que está profundamente enraizado numa percepção de que no Ceará há predominância de pardos. Oficialmente, segundo o Censo de 2010, no país a população negra (pretos e pardos) corresponde a 50,7% da população total, sendo portanto maioria. Já no



Ceará, os números revelam 31% de brancos, 2,7% pretos, 66,1% de pardos e 0,2% de indígenas. Nossas indagações preliminares, pautam-se sobretudo, na imediata percepção de incômodos associados ao estranhamento dessas jovens mulheres, ao se perceberem alvo de estigmatização em suas interações com mulheres brasileiras e homens brasileiros bem como com os rapazes do continente africano. Os comportamentos relatados ocorrem tanto na região do maciço de Baturité, região onde estão instalados os campi da UNILAB, bem como na região metropolitana de Fortaleza, em que parte dessas mulheres transita, de forma ocasional, posto que apenas algumas delas ali residem. Relataremos parte de nossos anseios nessa busca por desvendar os trâmites, trânsitos e tramas desses múltiplos deslocamentos. Neste sentido, enfatizando a perspectiva transcultural e diaspórica que tais deslocamentos evocam, temos buscado romper com as referências epistemológicas que operam por meio de discursos estruturados em dicotomias e no fetiche das origens e essências. Nossas referências teórico-metodológicas pautam-se, sobretudo em autoras e autores que nos tem permitido questionar tais fronteiras, além de apontar para a centralidade do corpo para os estudos sobre cultura e, no que nos diz respeito, o corpo feminino e racializado. Daí nosso destaque a Franz Fanon, Gayatri Chakravorty Spivak, Gloria Anzaldúa, Maria Lugones e Homi Bhabha, dentre outras e outros autoras e autores.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466474670_ARQUIVO_MicrosoftWord-ABA_Textodefinitivo_Tramiteseepistemologicos_MarinaMello.docx.pdf

Apresentação Oral em GT

Pedagogias do gênero e políticas públicas em Cabo Verde

Miriam Steffen Vieira

Cabo Verde vem se apresentando, tanto na bibliografia acadêmica quanto para as instituições estatais, como uma sociedade marcada pela família matrifocal e, em termos de relações de gênero, como patriarcal. Estas duas dimensões vem sendo problematizadas, no âmbito das práticas estatais, especialmente a partir de 1991, desde um processo de democratização das instituições políticas. Foram criadas instituições voltadas à equidade de gênero, normativas, políticas e serviços para a garantia de direitos. A partir de uma pesquisa sobre o processo de construção de políticas públicas de gênero, com ênfase para a violência, identifiquei o predomínio de um discurso social que vem apostando na mudança de valores, focalizando, essencialmente, a figura masculina e o desempenho das paternidades. Este texto apresenta uma análise desta última dimensão, com base em dados etnográficos da pesquisa em desenvolvimento na Casa do Direito de Terra Branca/Praia (Ministério da Justiça), da campanha “Ami ê pai” (2013), realizada pela Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania e a Rede Laço Branco Cabo Verde e análise da produção de legalidades e dos Planos de Governo no campo da igualdade de gênero, no período entre 2011 a 2015.

Palavras chave: Gênero Cabo Verde

Apresentação Oral em GT

Algumas impressões sobre carnaval e política em Cabo Verde

Natalia Velloso Santos

A proposta deste work é apresentar apontamentos preliminares, no âmbito de uma pesquisa de caráter etnográfico, acerca das relações entre o carnaval e a política, na cidade da Praia, capital de Cabo Verde. Para tal pretende-se dialogar sobre algumas das concepções dos integrantes do grupo “Vindos do Mar”, no contexto da realização dos desfiles de carnaval de 2015 e 2016, bem como suas atividades realizadas ao longo deste ano, no qual ocorrerão três processos eleitorais no país. Assim, busca-se refletir como os percursos



individuais dos participantes e a performance artística do grupo, se articulam com o contexto mais amplo da política institucional e partidária. O bairro da Achada Grande Frente, onde se desenvolve a pesquisa, é um dos maiores e mais antigos da capital cabo-verdiana, cuja ocupação se deu, inicialmente, por famílias que viviam de atividades relacionadas à pesca. Sua configuração mais recente está relacionada a processos de deslocamento de outras ilhas e do interior da ilha de Santiago. Ainda assim, este é considerado um bairro periférico e é frequentemente identificado como uma das zonas afetadas por um “crescimento da insegurança”. Nesse contexto, no entanto, coexistem diversas associações de caráter bastante diferenciado que mobilizam os moradores e acionam distintas formas de participação e engajamento. As relações entre elas serão observadas a partir da(s) perspectiva(s) do grupo de carnaval que desfila todos os anos representando o bairro. Parte-se do entendimento de que refletir sobre as relações entre “política” e “carnaval” implica em não tomar nenhum destes termos como definidos previamente, e sim pensá-los a partir das considerações das pessoas envolvidas nestes processos. Sabendo que estas nunca serão unívocas e consensuais, a proposta é, justamente, acompanhar as disputas e dissensos em torno destes termos. Desta forma, pretende-se evitar tanto que ambos sejam tomados como dois domínios (pré-concebidos) que em nada podem dialogar. Mas também desviar de uma tendência em estudos preocupados com política, de reificar esse domínio como, ainda que de forma subjacente, determinante de todos os processos sociais. Neste sentido, a “potência política” destas manifestações, e eventuais riscos de sua perda, serão debatidos a partir das representações dos próprios participantes do grupo sobre a os efeitos políticos presentes no carnaval. Por fim, vale destacar que o carnaval não será tomado como capaz de oferecer elementos para pensar política em Cabo Verde, por oferecer qualquer forma de essência, síntese ou totalização da sociedade cabo-verdiana, mas sim porque as tensões e reflexões daqueles que o organizam oferecem um olhar específico tanto sobre os processos eleitorais, quanto sobre outras formas de fazer política.

Apresentação Oral em GT

Corpos coletivos, receptáculos da vida e a recusa da morte – Um outro paradigma de corporalidade baseado na domesticação da ubiquidade dos corpos femininos em Moçambique

Segone Ndangalila Cossa

Este artigo tem como objetivo central analisar ontologias diversas sobre a necessidade de domesticação da ubiquidade dos corpos femininos em Moçambique. Afirmando a existência de corpos coletivos, enquanto receptáculos de ancestralidade, fontes inesgotáveis de conhecimento e refletores da tradição comunitária/étnica, relativizam-se paradigmas mais hegemônicos de corporalidade, colocando em causa o “ocidente” – usado apenas como uma referência fugaz ao espaço privilegiado de desconstrução e desconsideração de ontologias outras que lhe são alienígenas (SANTOS, 2010; NGOENHA, 1993; COSSA, 2014) – como o local único produtor de enunciados válidos sobre o outro não ocidental. Para tal, se resgata a noção de corpos ubíquos, trazida e definida por Cossa (2014), como sendo: “a capacidade que os corpos humanos têm de transmitir sua pessoalidade aos objetos, aos humanos e aos não-humanos que com eles interagem; a ubiquidade permite que os corpos ocupem e estejam presentes em diferentes espaços em simultâneo”; ainda de acordo com o autor, a ubiquidade faz com que os corpos humanos sejam rastreáveis e onipresentes, independentemente do tempo e do espaço onde se encontram. Através desta noção de corporalidade, neste artigo se traz à tona os limites da pessoalidade do corpo; o corpo enquanto produtor de um modelo civilizatório que transcende as “normais” configurações e convenções de gênero.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467335444_ARQUIVO_ArtigoRBA-JoaoPesso-Corpo-pessoa-umaetnografiasobreubiquidadedoscursos.pdf



GT 025: “Direitos Humanos”: moralidades, políticas e disputas

O GT busca analisar e debater, a partir de trabalhos etnográficos, práticas, sentidos e valores associados à noção de direitos humanos e expressos em lutas por justiça, processos de violação e/ou demandas por direitos e reconhecimento. Consideramos bem-vindos trabalhos que analisem as dimensões moral, burocrática e política envolvidas em tais processos e seus efeitos na produção de subjetividades e práticas de intervenção. Resultam inspiradoras questões como: a) como se constroem práticas e moralidades específicas em torno da categoria de “direitos humanos”? b) de que forma são criados, manipulados, incorporados, evitados e/ou subvertidos os procedimentos burocráticos e tecnologias de governo que envolvem os “direitos humanos” como linguagem de mobilização e intervenção? c) quais são as formas de construir e legitimar movimentos sociais e processos políticos de demanda, reconhecimento e/ou confronto de direitos, a partir dessa linguagem?

Entendendo a categoria de “direitos humanos” como uma noção polissêmica, com sentidos mutáveis e não homogêneos, propomos receber trabalhos que discutam dispositivos administrativos, jurídicos e organizacionais acionados em diversos campos da esfera pública (judiciário; estatal; religioso; filantrópico; social etc.); processos de regulação das relações familiares, de vizinhança, de gênero e sexualidade; lutas e demandas em torno do desrespeito de direitos de grupos sociais como migrantes, jovens, crianças, grupos étnicos, entre outros.

Lucia Eilbaum (UFF) e Patrice Schuch (UFRGS) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

A produção da maternidade: laços desfeitos e vínculos construídos

Alessandra de Andrade Rinaldi, Thainá Rosalino de Freitas, Leticia Mara Sales

O presente texto versa sobre etnografia realizada por três pesquisadoras na Unidade Materno Infantil UMI, anexo à Penitenciária Talavera Bruce, Rio de Janeiro. Essa unidade, embora anexa ao presídio feminino guarda autonomia administrativa em relação àquele. Na UMI permanecem as mulheres encarceradas que tiveram filhos e estão em processo de amamentação; no presídio ficam as que cumprem pena em regime fechado. Nossa proposta, com essa pesquisa na UMI-Talavera Bruce, é apreender a visão que mulheres/mães presas possuem sobre a permanência ou não com sua prole, após o período de amamentação. O que pensam sobre a UMI, sobre a maternidade, sobre suas penas, sobre o destino de seus filhos e sobre a gestão de suas vidas, tanto pela esfera da execução penal, quanto pelo âmbito da justiça da infância e da juventude? Em âmbito das Ciências Sociais há poucos works sobre o assunto. No que tange às mulheres presas, por exemplo, inúmeras pesquisas são feitas sobre o exercício da maternidade em presídios ou sobre a relação entre mulheres presas e seus familiares. No entanto, pouco se sabe sobre as práticas de justiça responsáveis em gerenciar a separação da díade mãe-bebê, no caso das condenadas ao regime fechado. Sendo assim, interessamos a analisar de que forma a justiça da infância e da juventude vem atuando em face dos filhos dessas mulheres? Qual a relação entre as decisões judiciais e as escolhas femininas por manter ou não o vínculo com seus bebês? Qual o papel da administração penitenciária na produção documental para que a justiça da infância e da juventude atue na ruptura ou manutenção dos vínculos entre a “interna e seu bebê”? Que tipo de relação se estabelece entre os membros da equipe técnica da UMI e os familiares de origem dessas mulheres no que diz respeito ao gerenciamento e condução do destino de uma prole nascida no contexto prisional, no município do Rio de Janeiro?

Apresentação Oral em GT



Novas famílias, o Direito e o sistema de identificação de pessoas no Brasil: de novo, o problema da igualdade.

Cláudia Franco Corrêa, Bárbara Gomes Lupetti Baptista Doutora em Direito pela Universidade Gama Filho Professora do PPGD da Universidade Veiga de Almeida

O direito de família brasileiro tem sido foco de intensas controvérsias e tensões, especialmente no que se refere à demanda por reconhecimento dos “novos” arranjos familiares, diferentes daqueles de formação heteronormativa, categorizada na lei constitucional e infraconstitucional. O reconhecimento da composição de núcleos familiares amplos, com a presença de filhos que passam a ter dois pais ou duas mães, e, em alguns casos, duas mães e um pai, ou mesmo dois pais e uma mãe, além da pluralidade de avós maternos e paternos, têm sido motivo de bastante debate, e também de resistência, na área do Direito. Nesse marco, pretendemos contrastar o reconhecimento jurídico dessas novas famílias, com a incongruência dos sistemas brasileiros de identificação de pessoas, seja dos órgãos públicos ou das instituições particulares, que resistem em incorporar a existência dessas novas famílias, valendo-se de um regime classificatório rígido e restritivo, marcado pelas categorias tradicionais “pai” e “mãe”. Tais sistemas de identificação priorizam o gênero e obrigam as pessoas a se inserir em categorias com as quais não se identificam e não têm pertencimento, podendo ocorrer que, a despeito de uma criança ter duas mães, uma delas venha a ser designada como sendo o pai no sistema de identificação, ainda que judicialmente haja o direito de registro de nascimento com multifiliação. Assim, desprestigiam-se novos arranjos familiares. A pesquisa analisa o sistema de identificação de dois órgãos públicos de Estados da federação e de duas Instituições particulares de Ensino como lócus privilegiados para análise empírica. Pretende-se problematizar, de um lado, se a igualdade firmada na esfera legal e reconhecida pelo Judiciário, se consolida com eficiência nos sistemas de identificação, e, de outro lado, os usos empíricos das decisões judiciais que reconhecem o direito ao registro de nascimento com multifiliação, mas não têm sua interpretação ampliada em outros espaços, que operacionalizam sua resistência através de práticas de desrespeito aos comandos judiciais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466619775_ARQUIVO_RBA.pdf

Apresentação Oral em GT

"Vítimas ou vilões: moralidades, subjetivação e Estado na gestão de crianças e jovens a partir de duas etnografias

Danielli Vieira, Danielli Vieira Fernanda Cardozo

Na presente proposta, busca-se articular algumas reflexões tangenciadas pelas categorias sujeitos de direito, violência, infância e adolescência, moralidades e subjetivação. Parte-se de duas etnografias com diferentes objetos e contextos de pesquisa, mas com grandes afinidades teórico-metodológicas e marcadas fortemente pelas categorias acima mencionadas. Trata-se, de um lado, de uma descrição etnográfica sobre os agenciamentos em torno dos casos denunciados como abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na região do Marajó/PA; de outro da experiência de jovens na “vida do crime”, narrativas de meninos e meninas internadas em instituições para o cumprimento de medidas socioeducativas em SC. Têm-se, assim, sujeitos da mesma geração, mas que aparecem em polos opostos nos discursos mais gerais sobre violência e direitos humanos: vítimas, inocentes; e vitimadores, “bandidos”. Em ambos os works, discute-se a dimensão moral e política que atravessa os discursos sobre tais sujeitos e especialmente a gerência do Estado sobre eles via processos de judicialização, de tutela, de institucionalização, de “ortopedias morais”. Pensam-se também os efeitos desses processos na produção de subjetividades. Na etnografia sobre os chamados “adolescentes em conflito com a lei”, por exemplo, um dos principais resultados é que a “vida no crime” não pode ser reduzida à prática de atos ilícitos, mas aparece como modo de se virar, de obter bens materiais e simbólicos;

como forma de se aventurar, de experimentar sensações fortes e de dar gosto e sentido à vida; e também como regime de subjetivação e de produção de um determinado sujeito ético marcado pelos valores da humildade e do respeito, que busca constituir-se como “sujeito-homem”, que “corre pelo certo”. Na pesquisa a respeito dos casos denunciados como exploração sexual, o foco está no modo como as políticas públicas e o Estado se produzem na vida cotidiana, sobretudo por meio da produção e da circulação de documentos. Além disso, são descritas a forma como os sujeitos agenciam seus direitos e sua relação com as instâncias normativas e com sua rede de afetos ou de parentesco. Um ponto central de articulação entre as duas pesquisas é a ideia de “comensurabilidade entre mundos” no contexto do debate teórico sobre moral e alteridade. Tal ideia se contrapõe a alguns discursos – dos operadores do direito e dos atores que atuam nas redes de intervenção estatal sobre crianças e adolescentes – marcados pela polarização de “mundos”, de “culturas”, e pela produção de “nós” e “eles”, o que acaba por produzir efeitos não apenas no campo dos discursos sobre esses sujeitos, mas sobre seus corpos e sobre as políticas públicas a eles destinadas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466464577_ARQUIVO_VIEIRA_CARDOSO_2016_RBA_GT025finalissimo.pdf

Apresentação Oral em GT

“Eu não sabia que elas sofriam tanto”: Ética, emoção e moralidades na promoção dos direitos da criança em Delegacia Especializada em Crimes Contra a Criança e o Adolescente na cidade de Maceió – AL

Débora Allebrandt, Maria Raniele dos Santos - UFAL

Do vasto universo de proteção a infância, as delegacias especializadas em crimes contra a criança e o adolescente (DCCCA) são o cenário em que somos confrontados com a violência e fragilidade de vítimas e suas famílias. Demandas espontâneas, feitas pelos conselhos tutelares e denúncias anônimas fazem parte do atendimento da DCCCA. Nosso recorte para esse grupo de work está na centralidade dos trabalhadores da delegacia na recepção e gestão dessas demandas de proteção e denúncia. Na DCCCA trabalham recepcionistas, policiais, escrivães, delegado e psicólogos que entram em contato direto com crianças e adolescentes em situação de violência física e psicológica. Analisaremos, a partir da experiência etnográfica, as práticas de justiça e sensibilidades jurídicas que são acionadas no cotidiano de work desses profissionais. Como esses profissionais encaram e problematizam a promoção dos direitos da criança e do adolescente diante de situações que entram em conflito com suas crenças e valores pessoais? Como são preparados para enfrentar essas situações? Que princípios éticos evocam para explicar sua atuação? Acreditamos que nas etnografia de suas práticas poderemos entender como são agenciadas noções e entendimentos sobre como “deve” ser a família, como “se deve” promover o bem-estar da criança e do adolescente e torná-los sujeitos de direitos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466462063_ARQUIVO_30RBAgt25Final.pdf

Apresentação Oral em GT

Ser humano pra quem ? Novas moralidades nas disputas e demandas de direitos no Brasil e na França

Fábio Reis Mota

A emergência de uma gramática política e moral de feição " liberal" permitiu a confecção de uma imagem de um espaço público pausteurizado, laico e informado pela lógica de um mundo composto por atores dotados



de uma racionalidade comunicativa e lógica-prática. No entanto, as últimas décadas - com a ascensão da violência como tema público, as novas formas de ações terroristas, etc.- revelam que as demandas de justiça, reconhecimento e direito parecem cada vez mais estarem norteadas pela expressão obrigatória de sentimentos expressivos agenciadas pelos atores nas controvérsias públicas. Parece-me que a qualificação moral sobre os sujeitos e suas vozes, assim como a conformação de uma geometria variável da dignidade dos sujeitos, permitiram com que essas expressividades dos sentimentos e das vozes dos atores se tornassem os canais de de comunicação nas arenas públicas contemporâneas. Nesse sentido, a partir de etnografias realizadas em Paris e Rio de Janeiro, proponho discutir os conteúdos políticos e morais das demandas de justiça

Apresentação Oral em GT

Removidos, movimento social e Estado: relações acerca da luta política no pós-Pinheirinho

Fabricio dos Santos Barretti

O caso da reintegração de posse da ocupação urbana Pinheirinho, realizada em janeiro de 2012 na cidade de São José dos Campos (SP), tornou-se emblemático no que toca a questão do direito à moradia no Brasil, trazendo à tona não apenas o problema do déficit habitacional das cidades como também da repressão policial para se cumprir ordens judiciais de remoções. Assim, dando continuidade ao que se iniciou em 2014 para a monografia de Graduação, e que se estende até a presente pesquisa de Mestrado, este work pretende trazer reflexões sobre a atual situação dos ex-moradores que aguardam o término das obras do conjunto habitacional Pinheirinho dos Palmares pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV); momento este que se expressa na lista de ex-moradores levantada pelo Movimento Urbano dos Sem-Teto (MUST) — representante dos ex-moradores perante os órgãos estatais — e na construção das pastas com os documentos exigidos pela Caixa Econômica Federal, a fim de obterem o direito à casa própria no futuro bairro. Para tal propósito, será explorado como são mobilizadas as noções de luta política, Estado, casa e memória nas reivindicações tanto da coordenação do MUST como dos ex-moradores, não apenas nas assembleias quinzenais — onde ocorre parte da pesquisa de campo —, mas também nos eventos convocados pelo movimento, como protestos e visitas às obras. Dessa maneira, pretende-se expor como diversas categorias, agenciamentos e discursos se interconectam nesse momento de espera da conclusão das obras, no qual ainda há negociações entre movimento social, Prefeitura e Caixa Econômica Federal no que diz respeito ao andamento da construção do conjunto habitacional e aos problemas com a montagem das pastas de documentos em que alguns ex-moradores se situam, tais como certidões — principalmente relacionados a casamentos — e da renda declarada que ultrapassa o limite estipulado, tendo em vista a previsão de entrega das obras que já se encontra adiada duas vezes: de setembro de 2015 para março de 2016, e deste para junho do mesmo ano.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466452938_ARQUIVO_FabricioBarretti-workCompletoRBA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

O serviço Ação Rua e o governo das famílias

Helena Patini Lancellotti

O objetivo desta comunicação é apresentar alguns dos resultados da minha pesquisa de mestrado com o Ação Rua, um serviço que atua na abordagem e no acompanhamento de crianças e adolescentes configurados como em situação de rua. Este programa é conveniado à Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e é composto por 13 equipes, sendo cada núcleo responsável por intervir em determinadas regiões da cidade de Porto Alegre/RS. O objetivo do serviço é propor alternativas às situações de rua vivenciadas pelos jovens,

na tentativa de inseri-los em outros espaços para além da rua. O Ação Rua tem como foco uma população que foi construída por diversos saberes e normativas como sujeitos de direitos, em que o papel do Estado, da família e da comunidade é atuar na proteção integral da infância e juventude. O objetivo deste work é analisar quais as moralidades e os objetivos envolvidos nas práticas de governo do Ação Rua. Tendo como ponto de partida a observação de duas atividades de acompanhamento de um dos núcleos que faz parte do serviço, as visitas domiciliares e o Plano de Intervenção Sócio Educativo (PISE), será possível apreender como são construídas as categorias morais que mobilizam e definem quais as melhores maneiras pelas quais as pessoas devem viver. A partir do work de campo foi possível notar que os adultos responsáveis pela unidade doméstica são um dos alvos centrais do atendimento proposto e não são apenas os indivíduos configurados como menores de idade. As ações são dirigidas principalmente para a pessoa adulta, no intuito de construção de uma autonomia, para que consiga se auto-gerir e para assim gerir os seus dependentes. Com esta pesquisa, meu intuito é contribuir para os estudos sobre Antropologia do Estado e das práticas de governo, assim como os estudos sobre gestão infância e para profissionais que atuam com crianças e adolescentes.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466474745_ARQUIVO_HelenaLancellotti_RBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Feminicídio, critérios de justiça e competências dos atores sociais: análise de julgamento em Tribunal do Júri de João Pessoa

Helma Janielle Souza de Oliveira

Neste work pretendo apresentar uma análise sobre um julgamento de feminicídio e os contextos de disputa de argumentos morais presentes na construção do senso de justiça. Entre os conflitos sociais existentes na sociedade contemporânea, aqueles que envolvem violências decorrentes de relações afetivo-conjugais estão em frequentes debates e críticas por parte dos atores sociais, no sentido de proporcionar o combate à violência contra a mulher e punir as práticas de feminicídio. No Brasil, a lei 13.104/2015 inseriu os casos de assassinatos de mulheres em razão do sexo no rol de homicídios qualificados e de crimes hediondos, repercutindo em punição mais agravada em face dos feminicidas. Esse direcionamento sociojurídico é reconhecido como um avanço político em relação à cultura de desigualdade de gênero e dos contextos de vulnerabilidade da mulher – os casos de feminicídios comumente expressam contextos de desrespeito à autonomia e à dignidade da mulher perante os comportamentos do companheiro na relação amorosa. O campo das decisões judiciais revela as narrativas do Júri sobre a sociedade, a repercussão política e os contextos “justificadores” dos feminicídios e, assim, remonta à construção das práticas jurídicas, disputas e tensões, noções de moralidade, manipulação dos julgamentos. Para facilitar tais verificações, esta análise segue em aproximação às obras das antropólogas brasileiras Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, *Jogo, ritual e teatro*, um estudo antropológico do Tribunal do Júri (2012), e Mariza Côrrea, *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais* (1983), e também dialoga com as reflexões da sociologia da ação, apresentada pelo sociólogo francês Lüc Boltansky, especialmente em *El amor y la Justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción* (2000 [1990]). A pesquisa que ensejou este work ocorre nos Tribunal do Júri da Comarca de João Pessoa, Paraíba. A observação das audiências de julgamento do tribunal do júri – e, portanto, da performance dos sujeitos da justiça: defensores/advogados, promotores, juízes – revela a encenação dos dramas da vida do casal para a constituição da decisão jurídica. Experiências cotidianas são selecionadas para compor as narrativas contadas pela acusação e pela defesa do réu. Da seleção de argumentos discute-se (e decide-se) sobre o “certo”, o “errado”, o “justo” e o “injusto” no plano dos valores. Nesse sentido, entende-se que a abordagem do tribunal do júri não tem por pressuposto a radical ruptura entre as esferas da moral, das crenças e da lei. Palavras-chave: Feminicídio; critérios de justiça; tribunal do júri.





Pôster em GT

“Agora fazemos assim”: o projeto Mobile Courts e o processo de transposição da modernidade no Timor-Leste contemporâneo.

Henrique Romanó Rocha

O pôster apresenta os resultados de uma pesquisa de campo de 4 meses em Timor-Leste, sudeste asiático, voltada a compreender a dinâmica social do programa “Mobile Courts” (tribunais móveis) implantado no país pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com o Estado leste-timorense. A pesquisa é parte de um projeto de iniciação científica integrado à pesquisa “Gênero, Justiça e Violência: dilemas de cidadania em perspectiva comparada”, coordenado pelo professor Daniel Simião (CNPq), e se beneficiou de programa de mobilidade acadêmica no âmbito do programa “Pró-Mobilidade Internacional” (CAPES/AULP). O work de campo se deu durante um período em que Timor-Leste, independente desde 2002, se encontra em pleno processo de formação e consolidação das estruturas típicas de um Estado moderno. Esta pesquisa explora a ideia de que o projeto Mobile Courts atua como uma ferramenta de consolidação de dispositivos modernos de governança que visam legitimar uma agenda de direitos humanos no país. Embora pequeno, Timor-Leste conta com distintas formas locais de resolução de conflitos que são mais legitimadas socialmente e acionadas pelas pessoas do que a sensibilidade jurídica que o Estado pretende disseminar. A partir da análise do planejamento de alguns tribunais móveis e da análise ritual de sessões em diferentes distritos, indico haver grande apelo por parte dos organizadores para que, além das partes, a população local também vá assistir ao julgamento, com o intuito de tornar mais compreensível a lógica da justiça ocidental no interior do país. Contudo notou-se que, apesar dos esforços, essa participação é baixa, e os efeitos do programa podem ser melhor compreendidos no campo político, como forma de demonstrar a necessidade de pontes entre a justiça estatal e as formas locais de resolução de conflitos. A pesquisa aborda ainda o universo de relações entre atores da cooperação internacional, do Estado e de organizações da sociedade civil timorense, indicando que houve mudanças em alguns de seus principais discursos e trazendo informações sobre a efervescente dinâmica política atual do país. Pretende-se, com isso, lançar luz sobre como processos de regulação social e burocrática são incorporados e subvertidos habilidosamente em alguns contextos, além de debater práticas e mostrar os discursos de sujeitos inseridos no campo da disseminação da ideologia individualista-moderna. “Agora fazemos assim”, disse o juiz ao notar o estranhamento do julgado para com toda a cena que presenciava.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466109834_ARQUIVO_conteudotextualposterrbahenriquerocha.pdf

Apresentação Oral em GT

Contra o gênero: religião, sexualidade e violência

Horacio Federico Sívori, Marcos Castro Carvalho

A atual escalada evangélica no Congresso e em espaços decisórios tanto federais como dos estados e municípios de todo o Brasil representa um desafio analítico, normativo e estratégico não apenas com relação aos direitos sexuais, mas também do ponto de vista do projeto democrático nacional. Se seu foco em questões relativas à sexualidade, à reprodução, ao parentesco e aos papéis de gênero emana de profundas convicções morais, ele é também politicamente estratégico para a construção de hegemonia na esfera pública – além de iluminar aspectos cruciais de mudanças em curso na regulação da vida, da intimidade e dos usos legítimos da violência. Esta apresentação abordará as conexões, analogias e transformações dessa atuação com relação à histórica hegemonia católica e aos sentidos e disputas em torno da laicidade do Estado desde o século XIX e ao longo do século XX. Esse percurso servirá também para articular a discussão a uma linhagem já



estabelecida de estudos que apontam a necessidade de se pensar um momento ou marco analítico pós-secular – ou pós-secularista, criticamente laico – para compreender a ampliação da imbricação constitutiva entre religião e política sexual. Tomando como base a riqueza analítica e descritiva da literatura sócio antropológica brasileira recente sobre a atuação pública de atores conservadores de diferentes denominações religiosas, que obstaculizam e tentam reverter o avanço político e proteção jurídica de mulheres e minorias sexuais, a proposta é analisar os argumentos e recursos retóricos mobilizados, bem como as alianças e táticas desses atores em três pleitos recentes onde esse antagonismo foi dramatizado: as ações contra a inclusão da discussão sobre gênero em planos municipais de Educação; os projetos de lei que buscam restringir o acesso ao aborto legal; e as iniciativas legislativas que pretendem restringir o reconhecimento da diversidade familiar brasileira. Finalmente, interessa especialmente a esta pesquisa abordar analiticamente um aspecto dessa politização da sexualidade por parte de atores evangélicos pouco explorado na literatura: a produção e amplificação de discursos de ódio e a incitação à violência como parte desse ativismo reativo.

Apresentação Oral em GT

Um lugar para a diversidade: moralidade e engajamento em um núcleo da Defensoria Pública do Rio de Janeiro

Lucas de Magalhães Freire

Este work apresenta algumas reflexões sobre o processo de formação do Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro (NUDIVERIS/DPGE-RJ). O núcleo foi criado em maio de 2011 como parte de um movimento de “especialização do atendimento”, uma vez que as demandas de pessoas LGBT eram acolhidas anteriormente pelos profissionais do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDEDH). Definida de um modo genérico, a principal atribuição dos Defensores Públicos em exercício no núcleo é “atuar na defesa de LGBT em causas que sejam relacionadas a esta condição”. Por um lado, tenho como objetivo discutir como a estrutura de um serviço público para o atendimento da chamada “população LGBT” espelha a forma pela qual tais pessoas são vistas e como suas demandas são produzidas e incorporadas nas agendas políticas e aparatos administrativos do Estado. Além disso, procuro seguir certas pistas para pensar sobre como tais instituições contribuem para a formação das pessoas LGBT enquanto “sujeitos de direitos”, implicando uma espécie de constituição mútua na qual um conjunto de direitos é capaz de materializar certas identidades, ao mesmo tempo em que certas identidades engendram um determinado conjunto de direitos. Por outro, busco refletir sobre como a estrutura profissional da instituição – composta, na época, por cinco mulheres: uma Defensora, uma Assessora, uma Técnica administrativa e duas Estagiárias – é orientada por certas concepções morais ligadas tanto ao gênero feminino – como as relativas ao “cuidado” e ao “afeto” –, quanto a um discurso de defesa dos “direitos humanos”, tendo em vista que categorias como “engajamento”, “sensibilidade”, “empatia” e “identificação” são constantemente mobilizadas nas falas das funcionárias do NUDIVERSIS como elementos necessários para uma boa atuação em um serviço público de atendimento a chamada “população LGBT”, bem como para justificar a existência de um “espaço exclusivo para a diversidade sexual”.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466385554_ARQUIVO_UmLugarparaaDiversidade.pdf

Apresentação Oral em GT

OS EMBARAÇOS DA FORMALIZAÇÃO. Enlaces entre práticas políticas de catadores de materiais recicláveis e tecnologias de governo no contexto da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Magda Luiza Mascarello

No Brasil, desde 2010, a criação de uma legislação específica por meio da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305) instaurou uma nova relação entre o Estado e os catadores de materiais recicláveis, segundo a qual os municípios vêm sendo responsabilizados pelo desenvolvimento de programas de inclusão destes trabalhadores na coleta seletiva do lixo urbano. Neste cenário, os catadores vêm buscando uma redefinição da categoria, reclamando o acesso ao work socialmente reconhecido como direito humano fundamental, acionando e inserindo-se em políticas diversas, incorporando diferentes atores sociais em suas demandas e transformando-se de pessoas que vivem do lixo em trabalhadores imprescindíveis para a cidade e agentes ambientais que coletam materiais recicláveis. Por meio de pesquisa etnográfica realizada entre 2013 e 2015 junto ao agrupamento de Catadores Mutirão em Curitiba-PR, este artigo tem por objetivo refletir sobre sua controversa trajetória nas tentativas de constituir-se como uma pessoa jurídica, uma das condições necessárias para desfrutar dos benefícios decorrentes da nova legislação. Este processo se dá por meio de um entrelaçamento dinâmico entre as técnicas de governo desenvolvidas pela prefeitura municipal - que, pressionada pelo Ministério Público e outros atores, busca cumprir as exigências legais - e as improvisações práticas dos catadores na sua produção e reconhecimento como sujeitos de direito. A partir das estratégias dos catadores, enleadas neste cenário que apresenta demandas burocráticas e políticas até então desconhecidas, este ensaio traz uma reflexão sobre como o caminho da formalização é percorrido, de que maneira as informações são apreendidas e mobilizadas para responder, acionar e acessar certas demandas de governo e os tensionamentos e contradições do processo de criação de um grupo de catadores organizados em suas tentativas de alcançar as benesses sugeridas pela lei.

Palavras chave: Catadores; Práticas; Políticas;

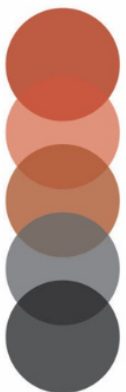
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/244_2017-12-15.pdf

Apresentação Oral em GT

"A violência não tem gênero": desencontros morais e definições éticas na judicialização de homens autores de violência contra a mulher no Rio de Janeiro

Marco Julián Martínez Moreno

Neste work interpreto a “indignação” que experimentam homens acusados do delito de violência doméstica contra a mulher nos “grupos reflexivos de gênero” no Rio de Janeiro em relação ao debate sobre a judicialização das relações sociais. Esses grupos assumem uma “perspectiva de gênero e feminista” e fazem parte das ações educativas e de “responsabilização” dos agressores contempladas na Lei Maria da Penha. A través do exame da relação de alguns homens com os facilitadores dos grupos, psicólogos na sua maioria, representantes do judiciário ou de ONGs vinculadas ao desenvolvimento de projetos em masculinidades, também busco compreender o sujeito posicionado diante a proposta de cidadania da Lei Maria da Penha. Nos grupos, os facilitadores: (1) desconsideram a racionalidade das justificativas dos homens sobre a agressão, vinculando a narrativa à tradição, ao passado ou à cultura; e (2) convidam a rememorar situações onde eles foram vítimas, agressores ou testemunhas de atos de violência, para “se colocar nos sapatos do outro”, traduzir a emoção em posição de si e depois se colocar de maneira argumentativa. Estamos diante homens cuja noção de dignidade configura-se nas relações que eles constituem como trabalhadores e pais, em oposição às categorias de criminosos, bandidos e estupradores, estes últimos merecedores da lei. É um tipo de cidadania que se baseia na ocupação de lugares diferenciados e interdependentes: entre papéis próprios do feminino e do masculino e entre categorias dignas e de criminosos. Com isto eles ressaltam assimetrias e precedências na conformação do elo social. A responsabilização associa papéis de gênero com assimetrias, que dão como resultado ciclos e atos de violência, e ressalta a igualdade entre indivíduos e a simetria nas relações como referente de dignidade humana. Argumento que existe um desencontro entre moralidades as quais definem noções do bom e do ruim, do permitido e interdito, do dever ser na definição da noção de si,





da pessoa e de uma ética na conformação do vínculo social. Também, que há uma dificuldade ética para esses homens se assumirem como vítimas, mesmo no judiciário, onde só há dois lugares possíveis de ocupar: agressor ou vítima. Vínculo a dicotomia vítima/agressor a uma moralidade individualista que coloca em oposição moral direitos e formas de autoridade conformadas na relações de reciprocidade. Por último, considero que o sujeito de direitos humanos através da responsabilização emerge em oposição moral à noção de dignidade desses homens como pessoas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467034531_ARQUIVO_RBAMartinezMoreno.pdf

Apresentação Oral em GT

"Os Amarelos da Vida": moralidades e concepções de direitos a partir da perspectiva dos moradores de uma favela carioca

Marcus André de Souza Cardoso da Silva

Em 2013 foi possível observar o início do questionamento mais agudo do projeto nominado de UPP. O evento que marcou esta virada foi o desaparecimento e provável assassinato do morador da favela da Rocinha conhecido por Amarildo pelas mãos de policiais numa operação ocorrida durante o mês de julho de 2013. Durante esse período uma das iniciativas que alcançou destaque nas redes sociais foi o Somos todos Amarelos. Contando com apoio e participação de diversas figuras de renome na cena artística e musical nacional, o movimento declarava que tinha como objetivo “cobrar rapidez na solução do caso Amarildo”. Foi durante o mês de novembro, em meio aos shows organizados pelo Somos todos Amarelos, que alguns dos meus interlocutores em campo verbalizaram a contrariedade que os acometia. Alguns diziam-se “revoltados” com o tratamento que o episódio envolvendo Amarildo recebia da mídia, com o Somos todos Amarelos e com outras iniciativas com o mesmo caráter. Como compreender a indignação dessas pessoas? Quais concepções de mundo e moralidades estão envolvidas na opinião que têm sobre o chamado “caso Amarildo”? Parte do esforço desse paper consiste na problematização dessas questões. Nos últimos anos tenho procurado contribuir etnograficamente na discussão sobre cidadania a partir da perspectiva da antropologia do direito. A partir da minha experiência no campo, tenho proposto que a chave de entendimento dos dilemas que envolvem esta temática está na centralidade da noção local de “respeito”, compartilhada entre meus interlocutores. Procuo apontar no decorrer do work que através dessa chave é possível compreender adequadamente a reação dessas mulheres a repercussão provocada com a emersão na esfera pública das circunstâncias envolvidas no desaparecimento do Amarildo. Como procuro demonstrar, não foi o sumiço do Amarildo que causou transtorno. Tampouco os fortes indícios que apontam para participação de policiais na tortura, assassinato e ocultação do cadáver do morador da Rocinha estavam na raiz do alegado sentimento de revolta que pude presenciar. O que incomodou foi a repercussão pública adquirida pelo acontecimento. Isto porque segundo o entendimento local, Amarildo tinha envolvimento direto com tráfico. E este suposto vínculo, ainda segundo eles, deslegitimava as demandas por justiça por parte dos familiares da vítima e as reivindicações por apurações rigorosas e punições dos envolvidos por parte daqueles que demonstravam indignação com o ocorrido. E é justamente por isso que as manifestações públicas desencadeadas pela morte deste homem provocavam reações tão apaixonadas. A problematização apresentada nesse paper é fruto do work de campo de caráter etnográfico realizado numa favela carioca nos anos de 2013 e 2014.

Apresentação Oral em GT

A demanda por "Direitos Humanos" dos migrantes e os "direitos humanos" na política migratória argentina

Marta Fernández y Patallo

Em dezembro de 2003 foi debatida e aprovada uma nova Lei de Migrações (nº25.871), na Argentina. Essa lei foi produto de um processo particular de negociação e acordo entre o ativismo legal, representantes do poder legislativo e autoridades da "Dirección Nacional de Migraciones". A mesma tem sido apresentada pelos agentes estatais como a chegada de um "novo paradigma" e de uma "nova forma de gestão" da política migratória, se comparada com a lei anterior estabelecida durante a última ditadura militar. As "novidades" são fundamentadas com base na incorporação de uma perspectiva de "direitos humanos" e da centralidade outorgada à "integração regional". A partir do work de campo realizado no serviço de atendimento a migrantes numa "clínica jurídica" em Buenos Aires, da participação em reuniões sobre a implementação da política migratória entre ativistas e agentes estatais e de entrevistas a esses atores, apresento os diversos significados da categoria de "direitos humanos" observados no campo da política migratória na Argentina.

Apresentação Oral em GT

Direito à moradia: Organização e mobilização comunitária de famílias trabalhadoras.

Michelle Lima Domingues

O work pretende discutir os agenciamentos de grupos de famílias das classes trabalhadoras a partir de processos de mediação de valores, princípios e representações de ações coletivas de que estas famílias são objeto enquanto beneficiárias de projetos habitacionais de promoção do direito à moradia e outros direitos sociais no espaço urbano. Tais famílias, oriundas do município de São Gonçalo/RJ, são objeto de organização comunitária para a construção da demanda habitacional e outras demandas sociais por meio de sua qualificação sociopolítica empreendida por técnicos de uma agência não-governamental, a Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (FBR), e por militantes de um movimento social, a União por Moradia Popular do Estado do Rio de Janeiro (UMP-RJ), afiliada à União Nacional por Moradia Popular (UNMP). O direito à habitação é proposto como um meio de consolidar princípios do cooperativismo como a ajuda mútua, a responsabilidade, a democracia, a igualdade, a equidade e a solidariedade em contextos de negociação com a rede de reciprocidade e sociabilidade das classes trabalhadoras, reconhecida como seu patrimônio cultural, e com a solidariedade e igualdade cristãs, representadas por integrantes da Igreja Católica que também representam as famílias. Tais processos político-pedagógicos de comunicação e mediação, ordenados pela circulação de categorias de entendimento significativas, englobadas pela cidadania como valor, se dão no sentido da desqualificação de valores e atitudes considerados impróprios e da construção afirmativa de outros preconizados ideais. Devem assim manifestar um processo de disposições internas para a mudança que se preconiza. Através de etnografia acerca de assistência técnica para organização e mobilização comunitária realizada por técnicos da FBR junto a estas famílias e acerca das representações políticas de representantes do movimento UMP-RJ, que de um ponto de vista mais amplo são compartilhadas com a FBR, o work busca problematizar as potencialidades destes processos de mediação enquanto arranjos culturais articulados pelas famílias trabalhadoras e, por outro lado, seus limites no que se refere ao postulado da autodeterminação das famílias, princípio que associado às deliberações participativas das populações configuradas como beneficiárias de políticas sociais legitimam intervenções sociais de várias ordens. Busca-se salientar também o contexto de concorrência institucional, no sentido das disputas pela maior legitimidade na representação de necessidades e interesses de setores pobres da população, intensamente argumentados no espaço público, e que neste campo traduz o dilema da relação de dependência/autonomia entre representantes da FBR e da UMP-RJ.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467330805_ARQUIVO_Direitoamoradia-Organizacaoemobilizacaocomunitariadefamiliastrabalhadoras.pdf

Apresentação Oral em GT





Do silenciamento dos direitos às vozes das dádivas: as demandas sociais no contexto do capitalismo filantrópico

Patricia Kunrath Silva

Este artigo analisa duas abordagens distintas que competem no cenário da filantropia contemporânea: o filantropocapitalismo, com seu foco nas estratégias de mercado; e a filantropia que se identifica progressista, com foco em justiça social, movimentos sociais e direitos humanos. Por meio de observação participante nas conferências anuais do Global Philanthropy Forum e do Edge Funders Alliance – organizações representantes das perspectivas citadas, respectivamente – é possível identificar e analisar disputas que aparecem no campo da filantropia transnacional. Da mesma forma, com o enfoque no cenário nacional em organizações que focam em filantropia e investimento social privado no Brasil, observa-se o silenciamento da linguagem de direitos no universo de filantropistas e investidores sociais. Tendo realizado uma etnografia de quatro anos, que permitiu o mapeamento de uma rede de atores que são parte da elite política e econômica do Brasil articulados com instituições norte americanas, observa-se a organização destes para elaboração de estratégias de governança e obtenção de legitimidade moral por meio de práticas chamadas filantrópicas. Na esteira da crise financeira de 2008, autores norte-americanos passaram a escrever e promover o que chamaram de filantropocapitalismo. Trata-se do discurso e práticas de administração e da lógica do management aplicadas para o que consideram problemas sociais. Em disputa no campo aparecem diversas categorias como filantropia, investimento social, responsabilidade social, marketing cidadão, entre outros. Famílias tradicionais e bilionários brasileiros promovem o que chamam de setor dois e meio ou negócios sociais: um setor que operaria com a dinâmica do setor privado, mas com o foco social do terceiro setor. Embasados no discurso de estarem fazendo o que o Estado não consegue, estes agentes buscam desenvolver o que proponho chamar de filantroestatismo, pela centralidade do financiamento público, no Brasil - ou o que chamam de investimento social privado. Diversos autores chamam a atenção para formações de poder por meio da filantropia corporativa que consideram uma espécie de feudalismo moderno nos Estados Unidos ou mesmo plutocracias. Essas práticas e discursos são justificadas em campo como estratégias para evitar conflitos de classe e mesmo de incorporação de demandas de movimentos sociais. No entanto, a noção de direitos é apagada neste processo e a lógica de um mercado, com produtos, serviços, experts e clientes específicos se desenvolve com potencial de governança global para aqueles que defendem que o governo de populações deve ser exercido por meio de dispositivos de mercado.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467313576_ARQUIVO_artigoCompletoRBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Aborto legal é um direito humano? A controvérsia entre os grupos sociais pró-vidas e feministas

Priscilla Braga Beltrame, Lady Selma Ferreira Albernaz

O work a ser apresentado é um dos resultados da dissertação “O debate sobre a descriminalização/criminalização do aborto: as controvérsias das feminilidades” (Beltrame, P. B.; 2016). Neste recorte da pesquisa desenvolvida, o objetivo é a análise a respeito da relação entre as opiniões referentes a atual legislação sobre o aborto no país dos grupos sociais pró-vidas e feministas; e os padrões de feminilidades acionados por eles. O tema do aborto é bastante polêmico em nosso país, sendo a defesa de sua descriminalização, uma das principais bandeiras feministas, dado que o aborto legal é considerado por esses grupos enquanto um direito humano das mulheres. No atual momento político pelo qual estamos passando, podemos observar o crescimento do conservadorismo e a conseqüente ameaça a alguns dos direitos sociais conquistados pelas minorias. E sendo os direitos reprodutivos parcialmente conquistados, um desses direitos das minorias, no atual contexto da sociedade brasileira, percebemos não apenas uma maior dificuldade para

a ampliação dos permissivos legais para o aborto, mas também a possibilidade de criminalização total da prática. Neste sentido, a análise dos fatores culturais – no caso, determinados padrões de feminilidades – envolvidos na dificuldade de consolidação dos direitos reprodutivos das mulheres no país – especificamente o aborto legal – e consequente aumento da taxa de mortalidade materna, é um tema bastante relevante a ser tratado pela antropologia. E é com este objetivo que trazemos este work. Para compreender de que forma os atores sociais que se identificam enquanto pró-vidas ou feministas percebem o aborto legal enquanto um dos direitos humanos das mulheres, através do padrões acionados por eles de feminilidades – categoria central nesta pesquisa – trazemos a análise baseada nas entrevistas com algumas das lideranças desses grupos sociais do estado de Pernambuco. A relação estabelecida neste work é uma contribuição para a compreensão a respeito das variações culturais dos tratamentos conferidos ao aborto. Neste sentido, Luc Boltanski (2002) propôs algumas propriedades universais relacionadas ao aborto, ele é uma prática universal e ao mesmo tempo possui conotação negativa, esta carga negativa pode variar consideravelmente a depender da combinação com outros elementos culturais. O elemento cultural em específico aqui analisado são os padrões de feminilidades, tais como sugeridos por Simone de Beauvoir (1949) e Lucila Scavone (2003). Na análise podemos concluir que quanto mais o padrão de feminilidade acionado por determinado grupo social se associar a um modelo de maternidade tradicional (Scavone; 2003) maior tende a ser o caráter negativo do aborto.

Trabalho completo:

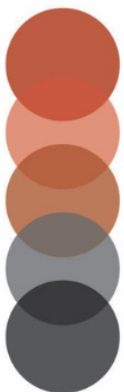
https://www.abant.org.br/files/1466477067_ARQUIVO_ArtigoCompletoRBA_Priscilla.pdf

Apresentação Oral em GT

O processo de criação de uma “gramática glocal de Direitos Humanos”, a partir da luta contra o assédio sexual no Cairo, Egito.

Renata Moreira Fontoura

Este ensaio tem como objetivo problematizar a criação de uma “gramática cultural transnacional de direitos humanos” no Cairo, Egito, a partir da luta da Sociedade Civil contra o assédio sexual no país. Por meio de minha experiência de sete meses de etnografia realizada na ONG Harassmap, procuro enfatizar a posição moral do antropólogo em exercício da pesquisa e evidenciar a capacidade da disciplina antropológica de problematização e análise dos Direitos Humanos para se pensar a produção de diferentes formas de violência e do conceito de gênero. Na medida em que as sociedades criam fronteiras culturais entre formas aceitáveis ou não de violência, a Antropologia nos oferece uma abordagem capaz de pensar como a violência de gênero é produzida e contextualizada. Ao olhar os Direitos Humanos adaptados em termos culturais locais e recriados criativamente em “direitos vernaculares” (MERRY, 2006), procuro entender esses limites culturais borrados e construídos pelos indivíduos através das performances, em uma contínua relação de manipulação entre ator-audiência. Assim, o estudo dos Direitos Humanos, em processos de globalização, traria uma “etnografia desterritorializada de fenômenos sem lugar” (MERRY, 2006). O pesquisador assim, se tornaria um agente dessa troca transnacional, não sendo possível uma “não atuação” ou um distanciamento moral, entre um “relativismo cultural ou um universalismo”, pois suas posições se entrelaçariam a todo o momento. Portanto, a apropriação local dos discursos de direitos humanos e o papel moral do antropólogo, devem ser pensados como dinâmicos e em processo. Além disso, as ONGS que trabalham em rede, com o “referencial de direitos humanos”, através da linguagem jurídica do assédio sexual, passam a conectá-lo à falta de direitos e a ser entendido como passível de remediação através dos dispositivos legais. Assim, a categoria de vítima, acaba legitimando as demandas por direitos e passa assim, a fazer parte dos direitos humanos transnacionais. Por meio de um processo de “emaranhamento glocal contínuo” e da judicialização do conceito, promovem a modificação das subjetividades locais (SLENES, 2014a).



Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/30rba_252_00000278_451368.pdf

Pôster em GT

Direitos Humanos e Políticas Públicas: Uma Análise a partir dos Quilombos da Paraíba

Vivianne de Sousa

Este artigo pauta-se na análise da luta por território que vem assumindo recentemente uma amplitude e diversidade no que diz respeito aos grupos étnicos, fruto do conjunto de lutas dos movimentos sociais que reivindicam seus direitos. Nesses movimentos, a discussão étnica e racial se manifesta com a organização e reivindicação dos territórios indígenas pela demarcação de suas terras tradicionais, e pelas populações afrodescendentes que também reivindicam seus territórios de “liberdade”, os quilombos. Nesse work também fazemos o percurso da análise das Políticas Públicas para esses territórios como garantia no âmbito dos Direitos Humanos. Como fundamentação teórica para as nossas análises nos apoiamos em autores das Ciências Humanas e Sociais, dentre os quais elencamos Gorender(1992), Reis e Silva(2005) para dialogar acerca do escravismo colonial; sobre o conceito de quilombo e a história dos negros Leite (2000), Munanga (2001) e Arruti (2006), buscando interpretar os conceitos de território e territorialidade Ratzel (1990), Raffestin (1993), Haesbaert (2007). Realizamos works de campo em algumas comunidades como instrumento indispensável à pesquisa geográfica. Como resultado das investigações foi possível perceber que embora as comunidades tenham os indícios de ocupação histórica quilombola, a exemplo da manutenção dos costumes, memória, cultura e ter acionado instâncias jurídicas, os caminhos percorridos para a legalização do território são tortuosos e demorados e muitas vezes ineficientes, causando sempre movimentos de desarticulação política nas comunidades.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1465865997_ARQUIVO_workRBA.pdf

GT 026: Emoções, Política e Trabalho no Mundo Contemporâneo

A antropologia das emoções vem se consolidando como área autônoma no Brasil há cerca de vinte anos. Ao longo deste percurso, é possível reconhecer já alguns eixos temáticos nítidos, com a formulação de objetos de pesquisa relacionados à política, à cidadania e à violência, mas também às experiências do trabalho e das relações institucionais.

Este Grupo de Trabalho busca explorar as seguintes questões: a – as articulações entre emoção, cognição e interesse na motivação para a ação social; b – a dimensão moral da vida emocional; e c - o trabalho político das emoções na vida política, profissional e institucional. Com estas questões de fundo em mente, as principais temáticas contempladas são: a – emoções e sociabilidades urbanas marcadas por situações de violência e risco; b – emoções e formas de motivação e engajamento na ação política; c – emoções e discursos/práticas profissionais e institucionais; e d – modelos teóricos para a análise da relação entre emoção e moral.

Maria Claudia Pereira Coelho (UERJ) e Susana Soares Branco Durão (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP) - **Coordenação**

Jane Araújo Russo (IMS/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro) - **Debatedor/a**

Maria Antônia Pedrosa de Lima (CRIA / ISCTE-IUL) - **Debatedor/a**



Apresentação Oral em GT

De emociones y arrepentimientos: rectificando prácticas políticas y vitales en el actual escenario de convivencia en el País Vasco

Adriana María Villalón, ADRIANA MARIA VILLALÓN

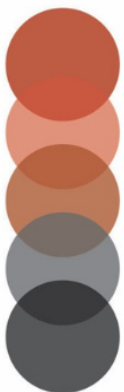
Esta presentación tiene como "marco" el reciente ingreso del País Vasco a la gramática internacional de gestión del cese de la violencia interna, en el que se comienza a abordar la cuestión de cómo encajar y significar, en su historia e intimidad cultural (Herzfeld 1997), la producción, en los últimos 50 años, de muertes y muertos (procedentes de ETA, del Estado y organizaciones parapoliciales). Así, el objetivo es analizar algunas manifestaciones públicas de experiencias de reevaluación de prácticas y sentimientos que ensayan una mudanza de eje desde una lógica o moralidad política, para otra donde se mezclan emociones e intereses vitales, atravesado de lenguajes de reconocimiento del "daño". Se trata de situaciones que se están desarrollando en el reciente campo de competencias por imponer formas (legítimas y alternativas) de narrar la reciente violencia realizada y sufrida. Es así que alrededor de los últimos años existe una fuerte apuesta institucional por fomentar e inculcar prácticas y sentimientos empáticos hacia las víctimas, nutriéndose a su vez de cierto marco internacional de onda de disculpas (Brooks, 1999), donde se superponen y tensan otras narrativas que, al tiempo que ingresan en esos lenguajes empáticos, reservan algún sentido para prácticas cuestionables. Abordaré estas cuestiones a través de registros etnográficos de corporalidades y emociones que se activan entre una serie de figuras envueltas en los eventos de violencia reciente. Entre ellos se encuentran ex-militantes que estuvieron implicados en delitos de sangre que, desde su inserción en la categoría de presos arrepentidos, gestionan palabras, escenarios y movimientos de sus cuerpos responsables; víctimas oficialmente reconocidas que también están haciendo su recorrido testimonial y que tanto son objeto de acciones de reparación como son agentes de conciliación, algunas de ellas instituidas como víctimas educadoras; personas sin categorizar, o que podrían pensarse como implicated subject (Rothberg 2013), que expresan emociones ambiguas por haber amparado actitudes y/o sentimientos a favor de la violencia; expertos y mediadores que analizan y explican todos esos actos desde lenguajes que informan y animan iniciativas de convivencia, entre otros. Todo ellos se encuentran, o evitan, tanto en los espacios comunes de sus pueblos como en los nuevos espacios de gestión de la pacificación. ¿Qué es narrar acciones de violencia? ¿Cómo presentarse en espacios públicos que demandan sentimientos acordes a reconciliación, perdón, autocrítica, superación? ¿Cómo hacer inteligible la participación en eventos de violencia sin perder la humanidad, o no parecer tan responsable? ¿Cómo continuar con prácticas políticas, violentas, en otro nivel y cómo validarlas?

Apresentação Oral em GT

Guardas Universitários(as) da USP e uma antropóloga em meio a eles(as), à reitoria e à comunidade: emoções, discursos e práticas profissionais e institucionais

Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer

Este work resulta da convergência de outros dois. O primeiro constou da observação-participante que realizei durante os 9 meses em que fui Superintendente de Prevenção e Proteção Universitária da USP (de 04/2014 a 01/2015). O segundo é a pesquisa "Memórias de Guardas Universitários(as) da USP", a qual coordeno, desde agosto de 2015, prevista para terminar em dezembro deste ano. Proponho-me a sistematizar e a apresentar, neste GT, minhas observações-participantes (e mesmo as "participações-observantes") registradas em cadernos de campo improvisados durante a tensa situação em que, como antropóloga, advogada, docente e pesquisadora, integrei uma gestão reitoral à frente de uma Guarda Universitária basicamente composta por homens e que, antes da minha nomeação, era dirigida por um coronel reformado



da Polícia Militar. Esse material constitui uma matéria-prima significativa para análises referentes ao fazer etnográfico e às emoções nele envolvidas em uma situação em que o campo foi um campus marcado por compromissos políticos, profissionais e institucionais relacionados à segurança pública, à cidadania e à violência. A pesquisa “Memórias de Guardas Universitários(as) da USP” decorreu do compromisso que eu havia assumido, quando superintendente, de coletar, sistematizar e analisar discursos de guardas cujas carreiras tivessem alcançado ao menos 15 anos em 31/01/2015. Como não tive tempo, enquanto superintendente, de honrar esse compromisso, decidi fazê-lo, posteriormente, como docente e pesquisadora, elaborando uma proposta que agreguei ao Projeto Interunidades em Violência, Democracia e Direitos e ao Subprojeto Sujeitos, Discursos e Instituições, do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP). De setembro de 2015 a março de 2016, com uma equipe de 5 graduandas, foram entrevistados(as) 38 guardas dos três campi paulistanos da USP. Todas as entrevistas foram gravadas e a maioria concedida por duplas de guardas a duplas de entrevistadoras. Também foram solicitados e recolhidos artigos de jornais e/ou revistas, fotos e outros documentos de acervos pessoais dos(as) guardas. Na atual fase de transcrição e análise das entrevistas, estamos trabalhando com os conceitos de memória, identidade e pessoa, todos entendidos como resultantes de processos relacionais marcados por emoções e moralidades. Pretendo, portanto, colocar em discussão emoções e sociabilidades urbanas marcadas por situações de violência e risco, assim rememoradas pelos(as) guardas universitários(as) em suas entrevistas e assim também sentidas por mim durante e após a minha experiência como antropóloga-superintendente de prevenção e proteção universitária.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467405123_ARQUIVO_paper-AnaPastore.GT.26.30aRBA.2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Emoções na disputa política – a arena pública atravessada por "amor"

Bernardo Fonseca Machado

O work pretende discutir os significados que o termo “amor” assumiu em determinadas disputas políticas. Duas circunstâncias serão analisadas: as manifestações denominadas “mais amor em SP”, ocorridas durante 2012, ano eleitoral na capital do estado de São Paulo, Brasil; e o hashtag “#lovewins” divulgado em 26 de junho de 2015 após a suprema corte dos Estados Unidos aprovar a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Sugiro que, ao mobilizar o “amor”, os agentes políticos buscaram um discurso universal não marcado por interesses determinados, isso é, trata-se de uma emoção acionada como forma de engajamento na ação política. Entretanto, análises indicam como o termo “amor” e as suas manifestações de disputa também foram marcadas por gênero e sexualidade. As reflexões que levanto pretendem chamar a atenção para o caráter público que o “amor” (e as emoções como um todo) pode assumir em determinadas situações, não apenas nas relações entre indivíduos, mas também como mecanismo discursivo político. Este work se alinha com os estudos de autoras e autores com estudo das conexões profundas entre política, economia e intimidade (Ahmed 2004, Cheng 2010, Cole & Thomas 2009, Hunter 2010, Illouz 2013, Zelizer 2009). A questão que o work procura responder é: como e por que o “amor” foi acionado nos debates políticos em questão? Ao que tudo indica, a aposta política residiu justamente na capacidade de transcendência do termo “amor”. Ele superaria oposições (partidárias, sexuais, ideológicas) apesar de ser – nos dois casos tratados – um termo marcado por gênero e sexualidade – no movimento “Existe amor em SP” vinculado ao espectro feminino e no #lovewin associado à bandeira LGBT. Apesar dessas associações, o “amor”, exatamente por ser uma emoção supostamente transcendente, seria um argumento difícil de ser combatido, aparecendo portanto como um instrumento discursivo supostamente universal.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466472013_ARQUIVO_Emocoenadisputapolitica.pdf.pdf



Pôster em GT

“Culpa e Depressão”: as emoções na feminização no mundo do work.

Claudia Kathyuscia Bispo de Jesus

As exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento do mercado de work exigiram tanto a presença das mulheres no espaço público como, principalmente, sua participação ativa no mundo do work. Esse artigo traz uma reflexão sobre as emoções – culpa e depressão – presente no processo de feminização no mundo do work. Isto é, pensar as razões pelas quais essas emoções foram desencadeadas e perpetuadas no decorrer da inserção da mulher no mercado de work. A metodologia utilizada foi um levantamento bibliográfico, com ênfase em dois works sobre a inserção da mulher no mundo do work: a) “Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil 1890- 1930)” de Margareth Rago; b) “A feminização no mundo do work: entre a emancipação e a precarização” de Claudia Mazzei Nogueira. Pode-se considerar que, a admissão das mulheres no mundo do work gerou um movimento contraditório. Se por um lado, o assalariamento de sua força de work possibilitou vários aspectos positivos na sua trajetória, seja de militância política, de formação profissional e, até mesmo, de “emancipação”. Por outro lado, a sua inserção foi calcada numa lógica de work precarizado e de extensão de um o modelo normativo de feminilidade (trabalhadora/esposa/mãe/dona-de-casa). Corroborando, portanto, para o espectro da miséria subjetiva – culpa, ansiedade, medo, depressão e etc. – propagado pela ordem moral.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1465777954_ARQUIVO_ArtigoCompleto-RBA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Entre a sala de audiências e o balcão de atendimento: As faces da emoção no funcionamento cotidiano da justiça

Daniel Seabra Lopes

Assente numa etnografia intensiva praticada em duas instâncias centrais de tribunais portugueses — um tribunal de família e menores e um tribunal criminal — entre Novembro de 2015 e Abril de 2016, a presente comunicação visa reflectir, em primeira mão, sobre alguns dos dados empíricos recolhidos, tendo em vista uma análise do papel das emoções no exercício quotidiano da justiça e no work dos seus profissionais (escrivães, procuradores e juízes). Embora a representação mais típica da justiça no-la apresente de olhos vendados, de modo precaver qualquer tipo de envolvimento ou parcialidade nas suas decisões, isso não impede os seus actores de recorrerem às emoções (às suas ou às das partes envolvidas nos processos judiciais) de modo a realizarem o seu work de modo consequente. As emoções constituem portanto um ingrediente precioso, talvez até determinante, do funcionamento corriqueiro da justiça, e isto pelo menos a três níveis: 1) No âmbito de inquéritos do Ministério Público ou de audições de testemunhas em julgamento, como meio de obter confissões e estabelecer a verdade dos factos; 2) No âmbito da execução de despachos, como meio de agilizar procedimentos e ultrapassar obstáculos burocráticos; 3) No âmbito de julgamentos, como meio de sinalizar a necessidade de uma intervenção mais veemente para restabelecer não apenas a ordem como também o sentido dos works em curso. Associada à problemática das emoções encontra-se, como não podia deixar de ser, a questão das idiossincrasias, dos estilos pessoais, que marcam de modo muito claro o funcionamento dos tribunais e a relação que estes estabelecem com outras instituições (por exemplo, com as forças policiais). Esta comunicação procurará assim reconstituir os fios que unem o emocional, o pessoal e o institucional na prática da justiça em Portugal.

Apresentação Oral em GT

A "intimidade que faz mal": o work doméstico, emoções e direitos.

Fabio de Medina da Silva Gomes

O presente estudo é a conclusão de minha dissertação de mestrado, na qual compreendi os discursos das práticas judiciais de administração institucional de conflitos entre patroas e trabalhadoras domésticas, em Niterói/RJ. O work de campo realizado incluiu observação de audiências e entrevistas com donas-de-casa, trabalhadoras domésticas, advogados, juízes e sindicalistas. Em 2014, após analisar uma audiência em que a empregada doméstica relatou ser humilhada ao longo dos seus anos de work em todas as casas que houvera trabalhado notei que existe uma complexa relação entre “ser da família” e existir de fato este pertencimento. De acordo com uma interlocutora em específico, sua função era cuidar de uma criança, em troca disso receberia mensalmente um salário mínimo, contudo não teria sua “carteira assinada”. Desenvolveu-se uma relação entre Carmen e essa família. Segundo a doméstica, um “apego maldoso”. Uma “intimidade que faz mal”. Contou que, com o tempo, passou a também fazer faxinas, passar roupa e cozinhar. Queixou-se de ficar sobrecarregada, queixa recorrente das empregadas domésticas. É neste processo de proximidade/intimidade e distanciamento que se acordavam prestações e contraprestações que vão além daquilo estipulado tanto pelos indivíduos quanto pelo direito. Apresentei o relato de Carmen, uma vez que optei por uma perspectiva contextualizada do estudo das emoções, como propõe as autoras Lila Abu-Lughod e Catherine Lutz. Este work irá apresentar a análise cuidadosa das riquezas e situações sociais específicas, demonstrando como os discursos das emoções geram realidades sociais, estando presente nas audiências um conteúdo dramático, um espaço para se reviver a relação. A dor era a expressão de um sentimento constante após as audiências. Portanto, o presente resumo propõe uma reflexão sobre a influência das emoções percebidas tanto nas diversas moralidades jurídicas destas profissionais, principalmente no espaço das Audiências.

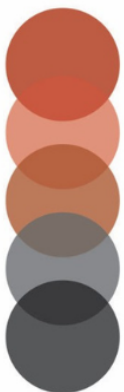
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466432913_ARQUIVO_aba.pdf

Apresentação Oral em GT

"Aqui a gente é como uma família": Performances, emoções e justiça em cartórios judiciais da cidade de São Paulo

Janaína Dantas Germano Gomes

Minha pesquisa de mestrado, realizada na Faculdade de Direito da USP, tem por objeto os balcões de atendimento dos cartórios judiciais de alguns fóruns de São Paulo. O objetivo é pensar, a partir deste local privilegiado em que podemos observar as interações entre funcionários públicos e advogados e seus estagiários, o cotidiano de work da justiça. As categorias nativas mútuas acerca dos funcionários dos cartórios e dos advogados e estagiários é ampla, tendo surgido em minha pesquisa uma série importantes informações sobre a relação entre as interações entre esses dois grupos (funcionários públicos e profissionais do direito) e o andamento processual. No entanto, no presente work, pretendo aprofundar um elemento que tem emergido constantemente em minha pesquisa: a presença de emoções como categorias centrais para descrever o cotidiano do work burocrático dos escreventes judiciais. Em fevereiro de 2016 W., diretora de um cartório, repetiu uma frase que há tempos tenho ouvido de meus interlocutores: "aqui a gente é como uma família". Essa frase visava me explicar, naquele contexto, as diversas tensões pelas quais passam os cartórios, nos quais pessoas trabalham por décadas conjuntamente, brigam, deixam de se falar, e criam fortes laços de amizade. W. descreve seu work de gestão de pessoas utilizando a palavra "maternal". "A gente precisa ser dura, mas é que nem mãe, no futuro eles agradecem". FB, por sua vez, enfrentou forte reação de seus funcionários quando, em uma reunião de gestão disse "eu não estou aqui para ser amigo de ninguém". Sua liderança foi questionada no ambiente de work, pois considerou-se inadmissível que o chefe não considerasse aquelas pessoas, seus funcionários como amigos. A situação, no entanto, mudou muito quando os laços de



compaixão se fortaleceram com a doença do esposo de FB, logrando a aproximação de todos os funcionários em razão do momento difícil que vivia. por meio destes exemplos, busco salientar que a burocracia racional weberiana não corresponde aos meus achados etnográficos. A organização, impessoalidade que deveria imperar nas relações e no work não corresponde à realidade cotidiana de meus interlocutores. "Esse processo eu faço com o maior carinho, é uma pessoa que precisa muito" e "eu falo para meus funcionários, aqui todas as pessoas são soldados feridos, pessoas magoadas e que precisam do nosso work. Deus está vendo o que fazemos com o coração para elas". Assim, busco nesta apresentação aprofundar este aspecto de meu campo de work, no qual as emoções emergem e parecem tomar conta da lógica de work e das relações interpessoais que se colocam dentro da burocracia judiciária. Para esta reflexão, lanço mão de autores como Veena Das, Erving Goffmann, Clifford Geertz, Richard Sennet.

Apresentação Oral em GT

O Julgamento da “Prostituta Feliz”: Uma Análise da Repercussão da Campanha “Sem Vergonha de Usar Camisinha” (2013) do Ministério da Saúde

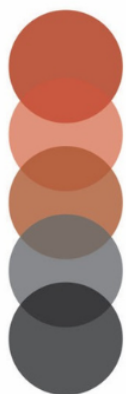
João Freire Filho

Em 02 de junho de 2013, Dia Internacional da Prostituta, o Ministério da Saúde lançou a campanha “Sem vergonha de usar camisinha”, produzida a partir de uma Oficina de Comunicação para Profissionais do Sexo. Um dos cartazes exibia a foto da presidente do Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), Nilce Machado, com 53 anos à época, acompanhada de uma controversa declaração proferida por ela durante a oficina ministerial: “Eu sou feliz sendo prostituta”. A discussão sobre o “projeto de felicidade” das profissionais do sexo mobilizou, rapidamente, a comunidade científica, lideranças religiosas, representantes de associações de prostitutas e militantes feministas (com visões antagônicas sobre as causas e as implicações da prostituição). Pressionado pela bancada evangélica, o então ministro Alexandre Padilha ordenou a retirada do pôster com a frase “Eu sou feliz sendo prostituta”. Permaneceram nas plataformas oficiais as peças que tematizavam, exclusivamente, a importância da prevenção de doenças. O relançamento da campanha com foco restrito no incentivo ao uso de camisinha gerou notas de repúdio de associações de profissionais do sexo. As manifestações de desagrado removiam das prostitutas o fardo da vergonha, enaltecendo a própria militância como motivo de orgulho; incitavam o desapontamento e a raiva em relação ao Ministério da Saúde, definindo como vexaminosa a capitulação de Padilha perante as imposições do conservadorismo religioso. Tanto a veiculação quanto a retirada do banner com a “prostituta feliz” renderam inúmeras matérias em portais de notícias, na imprensa e na TV. Cada nova reportagem repercutia fortemente, por sua vez, nos tribunais morais do ciberespaço — a compaixão, o desprezo, o nojo, a raiva e o ressentimento incrementaram comentários e discussões acaloradas. Naqueles debates públicos, a felicidade das prostitutas não figurou apenas como um estado psicológico, uma condição pessoal, interior e privada — foi tratada, amiúde, como uma condição política, associada ao questionamento de preconceitos e à mobilização do orgulho. Com o apoio de referências teóricas da antropologia e da sociologia das emoções, pretendo conjugar, ao longo do meu paper, a exploração de dois campos investigativos: 1) a análise da política do orgulho e da felicidade escolhida pelas prostitutas para confrontar e reconfigurar “regras de sentimento” (Arlie Hochschild; Helena Flam), “hábitos emocionais” (Deborah Gould) e estereótipos culturais vinculados, historicamente, à sua ocupação; 2) o exame dos quadros de referência que nortearam os debates sobre a moralidade e a eficácia política da campanha governamental “Sem vergonha de usar camisinha” — notabilizada ou difamada como a “campanha da prostituta feliz”.

Apresentação Oral em GT

A influência das emoções no work das agentes penitenciárias do Complexo Penal Dr. João Chaves em Natal/RN





Leonardo Alves dos Santos

Este work é um dos resultados da dissertação de mestrado apresentada em março de 2015 sob o título "Emoção e Penalidade: Mulheres no Complexo Penal Dr. João Chaves". A pesquisa realizada entre 2014 e 2015 consistiu na realização de observação participante, entrevistas e conversas guiadas no pavilhão feminino do Complexo Penal Dr. João Chaves em Natal, Rio Grande do Norte. A proposta deste paper é discutir a influência das emoções no work das agentes penitenciárias em uma prisão de mulheres. Para a realização deste objetivo analiso, a partir do work de Erving Goffman sobre instituições totais e modelação do self, o processo de treinamento e admissão dessas mulheres enquanto profissionais da área da segurança pública. Em seguida, analiso o cotidiano prático da função de agente penitenciária a partir do conceito de emotional labour da socióloga Arlie Hochschild. Por fim, apresento as conclusões sobre o papel das emoções na modelagem do self das minhas interlocutoras e as estratégias de gerenciamento de suas emoções no cotidiano laboral.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467920591_ARQUIVO_ResumoLeonardo.pdf

Apresentação Oral em GT

Disputas na construção de uma política nacional de cultura: emoções, rumores, piadas e política

Lorena Avellar de Muniagurria

Desde 2011, como parte de minha pesquisa de doutorado, acompanho representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Políticas Culturais e em outros espaços participativos vinculados ao Ministério da Cultura brasileiro. Ana de Hollanda era então ministra de cultura, em uma gestão marcada por ácidas críticas e inúmeros confrontos, vindo a ser afastada do cargo em setembro de 2012. Apesar do descontentamento ter sido bastante generalizado, ele foi especialmente profundo entre representantes da sociedade civil que participavam dos espaços institucionais de diálogo com o governo. Tristeza, decepção, frustração, desânimo, ilusão, esperança e ceticismo foram termos e sentimentos que povoaram meus cadernos de campo naqueles anos. Neste work, pretendo discutir o papel que emoções, paixões e revoltas desempenharam nos processos de engajamento político que pude observar: eles foram base tanto para a desmobilização por parte de alguns militantes da área cultural, quanto para o engajamento e resistência por parte de outros. Tomando por objeto de reflexão brincadeiras, piadas e comentários desses militantes, e a relação que eles estabeleceram com materiais tão diversos como rumores, declarações oficiais e notícias, pretendo ensaiar algumas linhas sobre o significado das críticas feitas à Ana de Hollanda e sobre a relação entre emoções, práticas e narrativas acerca das políticas culturais. Os conflitos vividos durante o ministério de Hollanda apenas podem ser entendidos a partir do contraste estabelecido com as duas gestões anteriores, de Gilberto Gil e Juca Ferreira, durante os governos Lula. Estes ministérios são frequentemente apontados como os melhores já existentes na área, e como responsáveis pela criação de uma "verdadeira" política nacional para a cultura. Neles, inovações como reformas institucionais e criação de novos programas culturais aconteceram acompanhados da instauração de espaços participativos para consulta à sociedade civil e da estruturação de uma ampla rede de mobilização social. A gestão Hollanda foi experienciada por representantes da sociedade civil como uma ruptura com esse projeto, e permitiu observar um interessante processo de redefinições de posicionamentos e de (des)mobilização política, no qual foi posto em xeque a imagem até então fortalecida de um governo e um Estado comprometidos com a democracia, a participação e a diversidade no âmbito da cultura. Veremos que estava em jogo uma disputa por modelos de políticas para o setor, assim como a construção de uma narrativa sobre a história recente das políticas culturais brasileiras. Emoções emprestaram uma das principais gramáticas e vocabulários utilizados nessa batalha.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466394544_ARQUIVO_muniagurria_RBA2016_GT26.pdf

Apresentação Oral em GT

A moralidade e a produção de desigualdade em uma escola pública do Rio de Janeiro

Maíra Mascarenhas Pereira

Esse work tem como objetivo refletir sobre a moralidade que orienta a vida social dos atores de uma escola federal do Rio de Janeiro por meio da análise dos discursos dos professores sobre suas emoções. O argumento foi construído a partir dos resultados de minha pesquisa para dissertação de mestrado que buscou investigar de que maneira a moralidade e o sistema de classificação dos atores dessa escola estavam relacionados à produção de desigualdade entre os estudantes. Por meio da observação participante em conselhos de classe e salas de aula, foi possível perceber que os alunos eram avaliados por seus professores não apenas pelas notas em provas e works, mais também por critérios morais. Estava avaliação moral era determinante para a aprovação/reprovação dos alunos e também para o fluxo de interações entre estes e seus professores em sala de aula, uma vez que a atenção do professor era distribuída de maneira desigual entre a turma. Somada a isto, a análise dos discursos dos professores sobre suas emoções e suas práticas, revelou uma correlação entre os valores atribuídos a determinadas categorias do sistema de classificação, que apareciam nos conselhos de classe e eram critérios para avaliação, e as expectativas dos professores sobre seus papéis sociais e de seus alunos. Os comportamentos mais bem avaliados eram aqueles que reforçavam o papel social e a identidade do professor, gerando emoções positivas, enquanto os mais mal avaliados eram aqueles que iam contra ou desafiavam este papel, produzindo emoções negativas. Ao mesmo tempo, pesava nessa correlação o grau de agência e arbítrio dos estudantes atribuído pelos professores em suas avaliações. Isso permitia a elaboração de estratégias discursivas dos professores no sentido de impor suas representações sobre seus alunos no conselho de classe, vitimizand-os ou culpabilizand-os por sua situação acadêmica por meio da manipulação de emoções com a compaixão, a raiva e a humilhação. Desta forma, foi possível compreender os referenciais morais que orientavam a ação dos atores da escola e também de que maneira a moralidade própria destes atores engendrava concepções de mérito e de justiça que eram fundamentais para a operacionalização do sistema de classificação e, em última instância, para o destino acadêmico dos estudantes.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466470995_ARQUIVO_MASCARENHAS,MAmoralidadeeaproducaodedesigualdade.pdf

Apresentação Oral em GT

O drama pedevista. Sofrimento e resistência entre ex-servidores públicos no Brasil.

Marcela Marques Serrano

O final da década de 1990 e o início dos anos 2000 ficaram marcados pela radicalização da implementação da agenda neoliberal no Brasil; no âmbito da administração pública, fora criado, no governo de FHC, o MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado), encarregado de executar os planos de enxugamento da máquina pública o que era apontado como processo inadiável por Instituições como o FMI e BID. Dentre as muitas estratégias para cumprir tais determinações, o governo lançou os Planos de Demissão Voluntária (PDV) de 1996, 1999 e 2000. Ao todo, só na esfera da Administração Direta Autárquica e Fundacional, foram 15.003 adesistas, a maior parte deles funcionários de nível elementar com baixíssima escolaridade (o equivalente ao Ensino Fundamental de hoje), homens e mulheres de meia idade e



profundamente endividados – reflexo do longo período de depreciação salarial e falta de reajustes. Em 2003 alguns destes ex-servidores fundaram o Movimento pela Reintegração/ Readmissão dos Pedevistas (MURP), o argumento para tal reivindicação era que o governo não teria cumprido as promessas de apoio na recolocação no mercado de work, o que levou a maioria a uma situação de “penúria”. Em outras palavras, a maior parte desses ex-funcionários jamais reingressou no mercado de work formal, e muitos dos que tentaram abrir seu próprio negócio não prosperaram e também acabaram no mercado informal. São trajetórias marcadas pela precariedade e incerteza, o que, para boa parte dos meus entrevistados foi a causa primordial dos muitos casos de alcoolismo, crises no âmbito familiar e doenças, como, câncer, infartos, depressão, distúrbio de ansiedade, etc. Portanto, para muitos esta foi uma experiência dramática, narrada como um evento crítico, no sentido de ter desestruturado de forma abrupta o mundo desses sujeitos, promovendo drásticas rupturas das relações sociais e das categorias tradicionais nas quais este mundo se baseava. O objetivo deste work é lançar luz sobre as subjetividades e as diferentes formas de narrar, vivenciar e de resistir aos impactos daquilo que foi, na essência, resultado de uma política de Estado.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466039076_ARQUIVO_Odramapedevista_daadesaoalutapelareintegracao.pdf

Apresentação Oral em GT

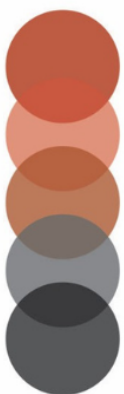
EMOÇÕES SILENCIADAS: respeito e conflito entre moradores de rua e agentes estatais

Natália Maximo e Melo

Emoções estão presentes em momentos de conflitos. Estudos sociológicos já mostraram vínculos entre as emoções, a ação coletiva e as transformações sociais (E. P. Thompson, 1998; A. Honneth, 2003; Cefai, 2003; Bessin, 2010). As emoções também estão presentes em gramáticas morais guiando julgamentos individuais e institucionais, como por exemplo, os sentimentos de respeito e desrespeito (Vidal, 2003; Honneth, 2008), o de insulto (Cardoso de Oliveira, 2010) e ressentimento (Mello, 2010). Diante desse aporte teórico, a pergunta que trago vai no sentido oposto da busca por compreender a emergência de uma emoção e seu potencial de ação. Em um momento de conflito, é possível ausência de emoções? como se dá o silenciamento das emoções? O que significa o silêncio? Para refletir sobre isso, me baseio em um relato retirado da pesquisa de campo entre 2012 a 2014 cujo objetivo é compreender o papel das instituições estatais na gestão dos conflitos urbanos. A pesquisa é realizada em uma instituição de Assistência Social na cidade de São Carlos onde uma equipe multidisciplinar de profissionais fazem atendimento da população em situação de rua. Há ainda dois guardas municipais encarregados da segurança no interior da instituição. Além de descrever a instituição, relatarei uma cena de conflito entre um morador de rua e guardas municipais, fato que suscitou manifestações emocionais silenciosas - pois não exposta publicamente - tanto por parte dos profissionais da instituição quanto dos seus atendidos. O silêncio se tornou a forma de resolução do conflito da instituição. Tanto aqueles conflitos que se dão nas ruas da cidade mas, nesse caso também o conflito ocorrido em seu interior. Procuo, então, refletir sobre as manifestações emocionais que estão unidas a uma gramática moral do respeito/desrespeito. Considero que há uma economia moral onde se produz e distribui diferentemente concepções de respeito que se chocam e se expressam em raiva e resistência mas também em silêncio e inação. Por fim, aponto que os conflitos existentes entre moradores de rua e guardas municipais, tendem a ser silenciados dentro da instituição assistencial, contudo, podem aparecer em eventos, considerados “escândalos”, que fazem ver a desigual distribuição do respeito entre os membros da instituição.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1465693869_ARQUIVO_Melo_Nataliarba2016.pdf

Pôster em GT





Construindo emoções: sobre os possíveis envolvimento dos voluntarios que trabalham com crianças portadoras de câncer

Rafaella Campos Delgado

Cuidar de crianças com câncer é uma delicada tarefa. Apesar de todos os avanços tecnológicos no tratamento e de uma crescente chance de cura se diagnosticado precocemente, o câncer, em especial o infantil, continua sendo uma doença complexa e difícil de enfrentar. Trata-se de uma doença que ainda é carregada de estigmas e preconceitos pelo senso comum. A proposta deste work é realizar uma abordagem antropológica acerca de experiências vividas pelos voluntários de uma casa de apoio voltada para crianças portadoras de câncer, na cidade de São Luís (Ma), no que tange aos mecanismos de controle de suas próprias emoções no decorrer da tarefa desempenhada. A casa de apoio retratada conta com um tipo de regulamentação (estatuto, normas, regras) que visa a organizar o seu funcionamento, priorizando as necessidades e o bem estar da criança. Dentre as principais regras está a de controlar o que se sente. Durante a pesquisa de campo, foi constatado que o câncer infantil é tratado como um tabu pelos próprios voluntários e funcionários da casa de apoio. É proibido mencionar a palavra câncer diante das crianças e de seus pais. Também não se deve expressar nem tristeza, surpresa, espanto, ou quaisquer emoções e sentimentos que sejam prejudiciais ao sucesso do tratamento da criança. Segundo relatos oriundos de entrevistas com os voluntários, a criança, ao ver seus pais sofrerem, acabaria absorvendo energias maléficas e, conseqüentemente, poderia agravar o seu estado de saúde, comprometendo todo o tratamento. Todas as atividades de rotina da casa são realizadas com o objetivo de promover momentos de alegria e distração e fazer com que as crianças e seus pais esqueçam, naqueles instantes, que se encontram nas dependências de uma casa de saúde. Sabe-se que o envolvimento entre voluntários, pais e crianças é inevitável: sofrimento físico, emocional e espiritual de todos chega ao limite. Por outro lado, há a necessidade de lutar contra esse limite e lembrar que o pessimismo e desespero de nada adiantariam. As crianças se apegam aos voluntários. As mães desabafavam com os voluntários, que acabam desempenhando papéis de psicólogos, amigos, confidentes, assistentes sociais. Os voluntários o tempo todo passam a sensação de conforto e de segurança para os pais. Desgaste físico e emocional. Voluntários se sentiam de fato parte da vida daquelas crianças e de suas famílias. E devido a isso, correm sérios riscos de se desgastarem fisicamente e emocionalmente, uma vez que não podem expressar suas fraquezas dentro da casa. Assim, há emoções permitidas e proibidas para sentir e expressar durante o tempo de work na casa de apoio. O que pode ser sentido e como ser sentido (Mauss). Isso se reflete nas práticas profissionais e institucionais da casa.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466465225_ARQUIVO_POSTERGT-Construindoemoco.es.pdf

Apresentação Oral em GT

O work no Sistema Único de Saúde: qualificação e emoções

Roberta de Carvalho Corôa

A Política de gestão do work e da educação na saúde, esboçada pela Secretaria de Gestão do work e da Educação em Saúde, do Ministério da Saúde, pode ser concebida a política de qualificação do work atualmente vigente no SUS. Tendo como base a análise de documentos oficiais e a realização de entrevistas com trabalhadores técnicos, pretendo problematizar a distância que se coloca entre a esfera de elaboração desta política e o cotidiano de work no SUS. Dentre os fatores que vão determinar a distância entre política e cotidiano, pode-se dizer que existe um ruído entre os referenciais teóricos mobilizados pelo Ministério da Saúde para promover a qualificação do work no SUS e a própria representação dos trabalhadores sobre a sua qualificação. A partir da análise documental, é possível afirmar que a política concebe o projeto de

qualificação para os trabalhadores da saúde através da mobilização de demandas emocionais, políticas e relacionais que estiveram presentes no programa da Reforma Sanitária, de 1986, e que deu origem SUS. No entanto, o faz a partir da aproximação com o paradigma da nova gestão do work, que se expande na empresa privada, a partir da década de 1980, com o advento da Reestruturação produtiva. No nível institucional, a conformação da qualificação está localizada no âmbito das relações de produção capitalistas, em que valem os princípios de maior aproveitamento da força de work ao menor custo do empregador, nesse caso o Estado, cada vez mais íntimo dos modelos administrativos oriundos do setor privado. Com as entrevistas, foi possível perceber que também os trabalhadores representam a qualificação a partir de aspectos emocionais e relacionais do work. Todavia, o meu argumento é o de que esses aspectos, quando construídos como categorias dotadas de significação, derivam de uma relação social de outra natureza. Mais especificamente, da relação estabelecida entre trabalhador, usuário e sociedade através do work em saúde. Ao apontarem o carinho, o amor, a paciência, a escuta, o “ser” humano e o “se colocar no lugar do outro” como qualificantes do work em saúde, esses trabalhadores estão localizando o cerne de sua qualificação em uma esfera da vida social que extrapola os limites do mercado. A minha hipótese é a de que trabalhar em saúde consiste estar em uma relação social, cujas partes são o trabalhador e o usuário. No ato do atendimento, o usuário corporifica o compromisso do trabalhador com a sociedade e, portanto, com ele mesmo. Assim, tratar o paciente com amor, com carinho e paciência, surge como uma obrigação moral.

Apresentação Oral em GT

Uma rua, vários problemas e um caso de injustiça ambiental: das sensações e emoções a uma vida sem publicização.

Túlio Gava Monteiro

O artigo que proponho consiste em parte de minha dissertação de mestrado, que trata de uma discussão sobre a ausência de problema público como um motivo de persistência de problemas ambientais na comunidade de vizinhança da Rua Santa Teresinha, em Vila Velha-ES. A partir de uma pesquisa realizada entre 2015 e 2016, busco trazer à tona uma situação de injustiça ambiental em que aquele conjunto de moradores socialmente vulnerável torna-se alvo do descaso governamental e, mesmo de uma intencionalidade perversa, gerando uma situação de injustiça ambiental. A partir de uma perspectiva etnográfica, estabeleço um paralelo entre as sensações e emoções que surgem sobre um meio ambiente permeado de problemas como o lixo, o valão e a os depósitos de sedimento do fundo do canal, e entre os moradores e o poder público, com a capacidade dos habitantes de publicizarem aqueles problemas. Por meio das análises dos conteúdos e narrativas, noto que as relações estabelecidas entre os espaços vividos no passado e o que é vivido atualmente pouco se diferencia, e que os afetos interpessoais reproduzem uma vida comum onde o privado ora ou outra prevalece, assim, se torna produzindo emoções que se traduzem em uma apatia e em um distanciamento dos moradores quanto à participação política.

Palavras chave: Injustiça-Ambiental; Emoções; Publicização

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/532_2016-11-29.pdf

GT 027: Ensinar e Aprender Antropologia

É notório que nos últimos anos a Antropologia tem expandido sua presença junto às mais diversas formações universitárias e não universitárias, bem como, tem havido no Brasil um incremento na formação de antropólogos em nível de pós-graduação e de graduação, sem que com isso tenha havido um debate profundo em torno do seu ensino, bem como das particularidades do aprendizado de ser antropólogo, em termos da aquisição teórica-metodológica. O processo formativo em antropologia passa, necessariamente, pelas relações

entre ensino e aprendizagem, de modo que a discussão em torno de sua aquisição mostra-se fundamental para a própria compreensão dos rumos da Antropologia como ciência na atual conjuntura. O presente Grupo de Trabalho visa discutir estas questões, com foco na formação de antropólogos e de “não antropólogos”, discutindo as diversas inserções da ciência antropológica em vários espaços formativos. Buscamos realizar uma reflexão em torno do lugar do ensino/aprendizagem da antropologia, bem como dos desafios postos a sua realização, e das fundamentações teóricas, epistemológicas e práticas que subjazem seu ensino, voltando para a formação de antropólogos (em nível de graduação e pós-graduação), cientistas sociais, profissionais da saúde, professores etc. Também buscamos compreender o ensino/aprendizagem da Antropologia na educação básica. Este GT se baseia numa ampla interface entre a antropologia e ensino, visando abarcar os mais diversos trabalhos produzidos neste cenário.

Amurabi Pereira de Oliveira (Universidade Federal de Santa Catarina) e Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO) - **Coordenação**
Ana Pires do Prado (Universidade federal do rio de janeiro) - **Debatedor/a**
Miriam Pillar Grossi (Universidade Federal de Santa Catarina) - **Debatedor/a**
Bernadete de Lourdes Ramos Beserra (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ) - **Debatedor/a**

Apresentação Oral em GT

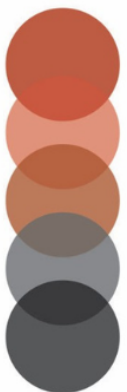
O relato etnográfico: contributos antropológicos na Educação Básica

Alef de Oliveira Lima

A reintrodução do ensino de sociologia na rede básica de ensino trouxe uma série de questionamentos a respeito das reais possibilidades científicas e pedagógicas que essa retomada pode acarretar. No que tange às especificidades incluídas na reinserção dessa disciplina, pode-se destacar o desenvolvimento das posturas de estranhamento e desnaturalização presentes nos conceitos, teorias e temas tratados pelas Ciências Sociais; estrito senso, a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) também já se ressalta uma visão de conjunto que envolve os conhecimentos das áreas de Antropologia e Ciência Política que estariam incluídos no ensino da ciência sociológica. Sob essa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo expor a formulação de metodologias de ensino que dialoguem com a Antropologia, e consequentemente contribuam para firmar atitudes críticas e aguçar o senso de desnaturalização dos alunos da Educação Básica. Escolheu-se como aporte metodológico um conjunto de relatos etnográficos feitos por estudantes do terceiro ano do ensino médio, de uma escola estadual em Fortaleza/CE. Esses relatórios foram solicitados como parte da nota parcial da disciplina Sociologia e tinham a meta de descrever situações e lugares vivenciados pelos estudantes em seu cotidiano. A dinâmica era feita por meio da leitura de cada texto por seus respectivos autores, depois as conclusões eram problematizadas de modo a ressaltar a diferença entre um olhar apressado, fugaz e indisciplinado, e um olhar e ouvir mais constante, atento às peculiaridades e às relações sociais que se processam em diferentes espaços de convivência de cada estudante. Enquanto possibilidade educacional, percebeu-se que alguns alunos se espantaram ao ler seus textos com tantos detalhes, outros tiveram dificuldade em descrever suas vivências, e ainda tiveram aqueles que se mostraram excelentes etnógrafos do cotidiano, demonstrando habilidade surpreendente para a análise antropológica. Conclui-se que o uso dos instrumentos de pesquisa e análise da Antropologia podem funcionar em diferentes sentidos dentro do contexto do ensino médio, já que suas possibilidades de contato com a alteridade, com o “diferente”, com a busca de uma observação atenta habilitam o alunado a repensar seu lugar social, suas percepções e suas trajetórias à luz dos seus pertencimentos culturais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1462219651_ARQUIVO_Orelatoetnograficoworkcompleto30rba.pdf



Apresentação Oral em GT

FAZENDO ETNOGRAFIA EM UMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: experiências construídas e compartilhadas nos encontros com as crianças

Amanda Fonseca Soares Freitas, Sandra Pereira Tosta

Este work destaca a experiência etnográfica da pesquisadora em campo. Uma pesquisadora professora, que, mesmo sem a formação em Antropologia, ousou olhar, vivenciar, refletir, interpretar e escrever sobre seus encontros com crianças de uma escola da rede Municipal de Belo Horizonte que participam do Programa Escola Integrada. O objetivo principal deste texto é revelar como a pesquisadora percebeu as experiências das crianças nos diferentes tempos e espaços da escola escolhida e, também, como se percebeu em suas interações com essas crianças. Além disso, pretendemos destacar o processo de ensinar e aprender Antropologia em um Programa de Pós-graduação em Educação, onde os desafios de se fazer uma etnografia na escola foram sendo compartilhados com a orientadora da tese, que sendo antropóloga, possibilitou um diálogo permanente entre Antropologia e Educação no exercício permanente e reflexivo do ensinar e aprender por parte das duas pesquisadoras. A expressão “de perto e de dentro” é utilizada por Magnani (2002) para explicitar que o exercício da etnografia é permitir-se estar em interação com o ‘outro’, dando-lhe voz e ao mesmo tempo, assumindo que ambos (pesquisador e pesquisados) serão ‘afetados’ nesta relação. A etnografia foi realizada no período de fevereiro a dezembro de 2013 numa turma de crianças de 8 anos, que corresponde ao 3º ano escolar. Foram realizadas observação participante, registros no caderno de campo e também por fotografias e desenhos. O caderno de campo e a máquina revelaram-se objetos mediadores das conversas, das interações construídas no campo e possibilitaram que diferentes significados sociais fossem apreendidos e também reconstruídos. As imagens foram compondo o texto escrito: fotografias tiradas pela pesquisadora e compartilhadas com as crianças; fotografias tiradas pelas próprias crianças e também fotografias feitas por outros professores, as quais estimularam as conversas em campo, produziram relações de confiança e cumplicidade e, principalmente, demonstraram que o exercício da etnografia é um processo educativo, capaz de transformar todos aqueles envolvidos. E, por suposto, capaz de estabelecer relações de aprendizagens mútuas entre a antropóloga e a professora de educação física.

Trabalho completo:

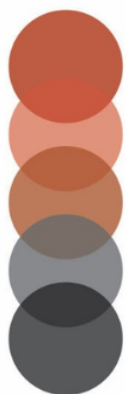
https://www.abant.org.br/files/1466344066_ARQUIVO_TextocompletoAmandaeSandraABA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Antropologia e educação: interdisciplinaridade, ensino, pesquisa e work de campo

Anderson Xavier Tibau Gonçalves, Tania Dauster

A possibilidade de construção da interdisciplinaridade entre os campos da antropologia e da educação é abordada, neste texto, a partir do intercâmbio das experiências de ensino de dois pesquisadores. Uma é professora emérita do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O outro, professor adjunto do Curso de Pedagogia do Instituto de Educação da Universidade Federal Fluminense em Angra dos Reis. Consequentemente, objetiva-se caracterizar a diversidade de modos de conceber e realizar que se desenvolvem nos distintos contextos da disciplina antropologia e educação, relativizar seus limites e fronteiras, situar as representações e práticas de leitura/escrita no contexto universitário, além de revelar as peculiaridades de cada caso em função de algumas limitações e liberdades inerentes ao tipo de aluno que ingressa no ensino superior. Trata-se de perceber, dentro de um amplo processo de diálogo e cruzamento de saberes e reflexões, como se constituiu a disciplina antropológica tanto numa situação quanto noutra e o lugar aí ocupado pelo work de campo.



Palavras chave: Antropologia; Educação; Interdisciplinaridade

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/113_2017-02-01.pdf

Apresentação Oral em GT

Considerações sobre o uso das categorias Diversidades e Desigualdades por professores de Antropologia

Andréa Bayerl Mongim

Neste estudo, em andamento, assumo como proposta analisar percepções construídas por professores de sociologia/antropologia acerca das categorias desigualdade e diversidade cultural. Do ponto de vista metodológico, estão sendo entrevistados, através de entrevistas semiestruturadas, docentes que atuam em escolas de ensino médio, localizadas na Região da Grande Vitória/ES. Entre outras questões, observa-se tendência ao uso da categoria diversidade cultural como sinônimo de pluralidade, complementada pela concepção de desigualdade como sinônimo de diversidade. Por esta via, tende-se também à secundarização da diversidade como experiência que se constitui na alteridade, ou seja, na troca recíproca e permanente de enfreitamento, tensão e complementariedade.

Pôster em GT

FAZER ETNOGRÁFICO: uma experiência no processo de ensino e aprendizagem das práticas antropológicas em espaços formativos

Beatriz Demboski Búrigo, Beatriz Demboski Búrigo Felipe Boin Boutin

A expansão da Antropologia compreendida a partir de suas mais diversas formações, sejam elas universitárias ou não, em conjunto com o incremento na formação de antropólogos em seus diversos níveis, não pode se desvincular de discussões sobre questões relacionadas aos processos de ensino e aprendizagem da ciência antropológica e de como esses processos são inseridos em espaços formativos. Considerando este cenário e a centralidade desta questão para a realidade empírica do ensino dessa ciência, faz-se necessário o desenvolvimento de debates e estudos sobre as particularidades do aprendizado de ser antropólogo e de fazer antropologia. Por excelência, a etnografia é compreendida basicamente como o método de coleta e análise de dados da Antropologia e, em conjunto a isso, o work de campo atua como base de uma pesquisa etnográfica. De maneira a fomentar o debate sobre essa interface entre a antropologia e seu ensino, este presente work nos apresenta informações que contribuem para a análise do processo de aprendizagem do fazer etnográfico, especificamente, possui como objetivo compreender como é produzir etnografia na sala de aula. Compreendemos que este debate sobre como aprender a fazer etnografia é demasiadamente importante para a constituição de nossa trajetória como Cientistas Sociais em formação. Em termos da aquisição teórico-metodológica, o work bibliográfico é praticamente indispensável. Porém, ao analisarmos as práticas utilizadas nas investigações empíricas e as formas como são conduzidas, vários questionamentos sobre os processos de ensino podem ser levantados. Sendo assim, com base em leituras bibliográficas e na realização de entrevistas semi-estruturadas, além da investigação de campo, este work apresenta como se deu este processo de aprendizagem e realização de etnografia multi-situada em sala de aula, a partir da realização de uma pesquisa de iniciação científica sobre as trajetórias e formação dos professores de sociologia da educação básica, graduados e não graduados em Ciências Sociais, que atuam na rede estadual de ensino em Florianópolis. Para isso, foram pesquisados elementos que vão além do que podemos considerar como observação empírica, documentando as suas trajetórias profissionais e abarcando também as histórias pessoais dos entrevistados.



Apresentação Oral em GT

PITAKAJÁ: ensino de antropologia, saberes tradicionais e práticas culturais.

Carlos Kleber Saraiva de Sousa, Valdênia M.L.L. Saraiva

A proposta central deste ensaio é refletir sobre a relação entre o ensino de antropologia, saberes tradicionais e práticas culturais presentes na Licenciatura Intercultural Indígena PITAKAJÁ, que é desenvolvida pela Universidade Federal do Ceará. De maneira mais específica, nossas reflexões recaem sobre três perspectivas dos discentes índios (as), a saber: 1) a compreensão que evidenciam sobre a relação entre o aprender antropologia e a descentralização do olhar; 2) o entendimento que possuem sobre as práticas educacionais que consultores docentes dessa graduação lançaram mão para lecionar-lhes essa disciplina e 3) a apreensão que destacam sobre as consequências desse aprendizado enquanto instrumento teórico e prático que qualifica os processos de ensino e aprendizagem nas escolas indígenas em que atuam como professores da educação básica de suas respectivas aldeias. Sublinhamos que nossas reflexões incidiram-se sobre a disciplina “Antropologia e educação indígena” e os dados primários e secundários foram coletados ao longo dos meses de Janeiro e Fevereiro de 2016. Entre os resultados encontrados notamos uma convergência de sentidos que indica um aprofundamento da qualidade na percepção índia relacionada à diversidade cultural e às ações de ensinar em suas instituições escolares específicas.

Apresentação Oral em GT

O “Corre”: Etnografia da Reunião Geral do Espaço Comum Luiz Estrela

Claudia Regina Dos Anjos, Lucia Gouvêa Pimentel Luiz Eduardo R. de A. Souza

O presente artigo configura-se como uma etnografia realizada no Espaço Comum Luiz Estrela, parte do projeto sobre culturas na cidade de Belo Horizonte- MG, coordenado pela professora Sandra Tosta, aprovado pelo CNPq, fruto da parceria entre os Programas de Pós-Graduação da PUC-Minas e da EBA/UFMG, particularmente, entre os seus Grupos de Pesquisa, GIS, EDUC e EARTEC, intitulado Culturas Urbanas: Georreferenciamento e Análise Cultural de Grupos Juvenis em sua relação com a Escola, as tecnologias e com a cidade de Belo Horizonte/MG-Brasil. O referido projeto teve como objetivo georreferenciar os distintos grupos culturais urbanos que atuam no hipercentro da capital mineira, cujos objetivos foram: registrar, descrever e analisar os seus perfis, objetivos, possíveis propostas e relações estabelecidas com as escolas e seus projetos educativos. Na Etnografia realizada entre os anos de 2013 e 2016, além da pesquisa de campo com observação participante e registros audiovisuais e entrevistas, foi considerado, ainda, o georreferenciamento. No processo de coleta de dados escolhemos o Espaço Comum Luiz Estrela, como um dos espaços que convergem vários grupos representativos das expressões e intervenções culturais na cidade. Como parte dos resultados desse projeto foram organizadas etnografias de vários grupos organizativos do Espaço Comum Luiz Estrela que concentram vários grupos, ativistas e movimentos políticos, culturais e sociais da cidade de Belo Horizonte. A construção coletiva das etnografias foi um desafio constante enfrentado pelos pesquisadores e participantes, tanto na imersão no campo como nas discussões, organizações e sistematizações realizados dos dados. O tempo e espaço foram também desafiadores e determinantes de um processo de ensinar e aprender etnografar. Esses desafios foram a cada momento também se transformando em aprendizagens, sobretudo, das relações humanas e humanizadoras que perpassaram o processo de fazer etnografias coletivamente.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466473862_ARQUIVO_OCorre_final.pdf

Apresentação Oral em GT





A pesquisa como ferramenta de ensino em sociologia

David Gonçalves Soares

A utilização de atividades experienciais como ferramentas didáticas, e no conjunto destas, de atividades de pesquisa em moldes científicos (observação, construção e teste de hipóteses etc.) há muito vem ocupando o debate sobre didática escolar. Esse debate sobre formas de experimentação científica, embora tenha sido mais presente nas disciplinas referenciadas nas ciências da natureza, não é, todavia, idiossincrático destas. Em graus diferenciados, as disciplinas das ciências humanas vêm conferindo importantes espaços em seus currículos (História e Sociologia, por exemplo) para discussões sobre suas bases epistemológicas e metodológicas. Apesar dessa valorização da utilização da pesquisa no ensino, entretanto, pode-se dizer que esse é ainda um elemento estranho à cultura escolar brasileira. É conhecido que o currículo da escola básica dá pouca ênfase para questões acerca da cultura científica, da construção individual e coletiva sob as quais ocorre propriamente a atividade científica, valorizando, ao contrário, a utilização de conceitos e fórmulas prontas. No caso da disciplina escolar de sociologia, disciplina que engloba as ciências sociais como um todo, embora haja indicação normativa expressa nas Orientações Curriculares Nacionais para o uso sistemático da atividade de pesquisa, pode-se dizer que pouco se conhece ou se sistematizou sobre a questão. No relativamente recente campo de investigação em ensino de sociologia esse ainda é um tema pouco explorado. Neste contexto, este work apresentará uma investigação exploratória, ainda em fase inicial, sobre instrumentos didáticos experienciais, baseados em formas de utilização de pesquisa social no ensino de sociologia escolar, dando ênfase às condições sócio-estruturais e às práticas docentes associadas a esses elementos. Trata-se de refletir a relação de professores e alunos do ensino médio com atividades experienciais em sociologia, principalmente aquelas baseadas em pesquisa, englobando nesta categoria as pesquisas que manifestem algum grau de sistematicidade metodológica e não apenas “pesquisas exploratórias pontuais”, como as pesquisas em livros, revistas etc a partir de um tema trabalhado em aula. As seguintes fontes caracterizam o desenho metodológico deste work: 1) uma revisão bibliográfica (artigos de periódicos e coletâneas especializadas; anais de congressos ; blogs de discussão de professores etc.) que apresentem relatos de experiências de uso de pesquisa em sociologia escolar; 2) análise de livros didáticos e paradidáticos, com indicações e propostas de utilização de pesquisa em sociologia para o ensino médio; 3) entrevistas realizadas junto aos professores de sociologia de duas escolas da rede pública estadual conveniadas ao curso de licenciatura em Ciências Sociais da UERJ.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467312949_ARQUIVO_TRABFINALABADAVIDSOARES.pdf

Apresentação Oral em GT

Fazer antropológico e prática docente: relatos de experiências no PARFOR/CAMEAM/UERN.

Elcimar Dantas Pereira, Prof.^a Dr.^a Eliane Anselmo da Silva (DCSP/UERN)

O work em tela objetiva expor as experiências de dois professores ao ministrarem disciplinas de Antropologia, no curso de Ciências Sociais, na modalidade PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores na Educação Básica), no CAMEAM (Campus da UERN na cidade de Pau dos Ferros/RN). O PARFOR é um programa implantado em colaboração entre a Capes, os estados, municípios, Distrito Federal e Instituições de Educação Superior, que fomenta a oferta de turmas especiais em cursos de Primeira e Segunda Licenciatura, e de Formação Pedagógica. Seu objetivo principal, é assim induzir a oferta de educação superior gratuita para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação básica no País. Nesta modalidade de ensino, as aulas



são divididas em presenciais e não presenciais. As aulas não presenciais são desenvolvidas através de tarefas propostas pelo professor. No caso das disciplinas de Antropologia, optamos sempre por propor observações diretas, relacionadas à realidade cotidiana do aluno, a fim de provocar nestes a necessidade de pensar-se enquanto sujeitos inseridos em universos culturais, que por falta de algumas ferramentas, ainda não tinham acessado. Em cada uma das quatro disciplinas tivemos a construção de microtextos etnográficos, que iam da identificação de traços culturais próprios das localidades onde viviam, passando por experiências de alteridade em um terreiro de candomblé e uma comunidade indígena, até a utilização das técnicas antropológicas para a produção das observações das escolas onde os estágios seriam realizados. O que podemos observar é que, o conjunto de disciplinas nesse processo de ensino aprendizagem superou o conteudismo, na medida em que auxilia por meio de um conjunto de ferramentas antropológicas que os alunos questionem suas realidades locais e globais, além de serem evidentes em seus works e em suas falas que, o exercício do fazer antropológico leva a um reconhecimento dos valores culturais presentes em suas localidades e de si, enquanto sujeito.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466450539_ARQUIVO_workFinal-RBA2.pdf

Apresentação Oral em GT

Estranhando a antropologia: as aulas de introdução à antropologia para estudantes indígenas em Rondônia.

Gicele Sucupira Fernandes

Apresento os desafios e inquietações que emergiram nas aulas de Introdução aos Estudos Antropológicos para estudantes indígenas do Curso de Educação Intercultural da Universidade Federal de Rondônia. Em sala, 28 indígena e mais de 8 etnias distintas em aulas intensivas. Discussões como alteridade e etnocentrismo pareciam ser lugar comum. Em antropologia, pareciam exímios praticantes. A relação com algum antropólogo tampouco era distante. Críticas a estes eram diversas. Aprender como o outro diz o "outro" ou outras pequenas palavras nos levavam a perguntas infinitas. Impossível era não questionar os "outros" dos textos comumente utilizados como introdutórios dessa disciplina acadêmica. Para quem afinal falavam os textos de antropologia? Os "nós" e "eles" nos textos não eram os na sala de aula, onde tudo se embaralhava e tornava latente o exercício antropológico. A cada frase o estranhamento de mim mesma e da antropologia que até então ensinara era inevitável. Os questionamentos antropológicos pareciam refletiam suas próprias interrogações.

Apresentação Oral em GT

Processo de construção coletiva de pesquisas em Sociologia & Antropologia da Educação no PROFEPPAR: educação formal e narrativas de sofrimento e violência como experiência escolar em Codó, Maranhão

Luiz Alberto Alves Couceiro

Particpei do PROFEPPAR de Ciências Sociais, em 2014, lecionando Sociologia da Educação, no campus da UFMA, em Codó, município do norte do Maranhão. Trabalhei com os textos em leituras coletivas, em voz alta, revezando-me com todos @s alun@s. Meu método se completava com pausas programadas nestas leituras, nas quais incentivava depoimentos dos alun@s acerca de episódios através dos quais vissem sentido no que estávamos lendo. A partir disso, eu elucidava os textos. Ao longo das aulas sobre famílias e trajetórias escolares (Bourdieu e Passeron 2015) e indisciplinas (Willis 1977), @s estudantes elaboraram percepções sobre alun@s que frequentemente não compareciam às escolas. E resolveram investigar, a partir das conexões entre ambiente escolar, lar e vizinhança (Lahire 1992), o que havia por trás disso, vendo como

“cada caso não é um caso” (Fonseca 1999). @s alun@s residiam noutras cidades deste estado, como Timon, Peritoró e São Mateus do Norte, e eram tod@s professor@s, em atividade, em escolas públicas e/ou privadas. Lecionavam os mais diversos temas, em lugares distantes às suas residências. Tod@s possuem motocicleta, pegam estradas precárias, nem sempre asfaltadas, e trilhas para chegar aos povoados em que essas escolas estão localizadas. São povoados dentro de, ou limítrofes a, latifúndios pertencentes às mesmas gerações de famílias, que sempre comandaram, direta ou indiretamente, a administração pública do lugar. Uma vez que uma criança parasse de frequentar a escola, @s professor@s, alun@s da turma que assumi, passaram a ir conversar com seus responsáveis. Assim, iam de moto até certo ponto e, depois, caminhavam alguns metros, ou, até mesmo, uns dois quilômetros mata adentro. São localidades que só tiveram acesso à luz elétrica recentemente, mas que não tem a mesma relação com saneamento básico, atendimento médico, e registros documentais, como RG e CPF. Nesse work, pretendo avaliar como a pesquisa d@s estudantes foi construída, a partir da experiência do método adotado em Sociologia da Educação, como eles operaram coletivamente suas interpretações pragmáticas dos textos adotados. Também busco observar a sua influência na construção de discursos de sofrimento e dor (SARTI 2001), observados durante a disciplina, para os estudantes narrarem experiências de castigos físicos das crianças e suas famílias na paradoxal relação com a escola, seus desafios, e consequências. A questão que pretendo responder: é em que medida as escolas são capazes de conformar códigos de significação da vida social para essas crianças, sem envolver dramáticos custos familiares? Nesse sentido, avalio quais seriam esses custos do ponto de vista d@s professor@s/pesquisador@s nas visitas aos pais, quanto da imagem que configuram dos mesmos nesses tensos encontros.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467341698_ARQUIVO_ArtigoLuizCouceiroRBA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Ver e pensar a diferença: experiências de ensino em antropologia com ações artísticas.

Maria Luiza Rodrigues Souza

“Você vê o mundo do outro e olha para o seu” é o instigante título de um artigo de Isaac Pinhanta, professor e cineasta Ashaninka, sobre sua experiência com imagens. Enquanto participava de oficinas para domínio técnico dos atos de filmagem, juntamente com participantes de outras etnias, podia perceber que o material lhe fazia olhar de outro modo sua própria vivência indígena. Neste work abordo etnograficamente duas experiências pedagógicas em antropologia, em que estudantes de graduação de diferentes cursos da Universidade Federal de Goiás produziram fotografias, painéis audiovisuais e vídeos. Depois de apresentados/as a um variado conjunto de expressões estéticas, saíam a campo para experimentos fotográficos e audiovisuais a fim de perceberem com outros ângulos a vida comum: a cidade na primeira disciplina e a universidade na segunda. Era sugerida a leitura prévia de textos sobre arte e antropologia, arte urbana, imagem e pesquisa com imagens. Individualmente ou em grupo, realizavam exercícios fotográficos e videográficos em campo, enfocando três eixos (usos do espaço urbano, arte na cidade e desigualdade social), a fim de ver e mostrar a cidade com outras perspectivas. Dois painéis foram montados com as fotografias de cada um/a e vários pequenos vídeos inspirados pela proposta de Crônica de um verão, de Edgar Morin e Jean Rouch. Tal como no filme em que se indagava a parisienses sobre o que pensavam sobre a felicidade, o grupo foi a campo para perguntar o que as pessoas mais apreciavam e o que menos gostavam em Goiânia. Na segunda disciplina, a proposta foi fotografar a vida universitária para descobrirem as alteridades tornadas invisíveis pelo dia a dia mecânico. Depois de tomarem contato com obras fotográficas que desestabilizavam a fronteira entre documento e arte, seguiam a campo para fotografar a universidade. Assim, para as imagens que ressaltavam geometrias diversas, jogos de luz inusitados, tinham de fotografar o espaço acadêmico de ângulos desconhecidos, inéditos ao olhar cotidiano. Das fotografias jornalísticas ou que evidenciavam o que Sontag chama de arquivo humano do horror, foram estimulados a olhar e dar a ver a



desigualdade racial, econômica e de gênero presente e não percebida no dia a dia. Estas experiências apontam que por outros caminhos pedagógicos é possível desenvolver atitudes políticas mais críticas e transformadoras, outros caminhos para viver e pensar a alteridade. Ao decidirem o que filmar, quais imagens “pegar”, ao perceberem que podem se expressar esteticamente, puderam compreender o papel da arte como desestabilizadora do senso comum, assim como um recurso interessante para pesquisa, para conhecer e ver a vida cotidiana em outros traços.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466468418_ARQUIVO_MariaLuizaRodriguesSouza30RBAGT27.pdf

Apresentação Oral em GT

O ensino de Sociologia e Antropologia na Educação Básica: ou sobre o culto moderno dos deuses e fetiches da academia

Mauro Meirelles, Daniel Gustavo Mocelin Leandro Raizer

O presente work têm por objetivo problematizar o modo como a sociologia e a antropologia são trabalhadas – ou dito de outra forma, transpostas didaticamente enquanto conteúdo programático – nas salas de aula da Educação Básica. Nesse sentido, busca-se através da pesquisa de campo e etnográfica explorar as múltiplas dimensões que envolvem essa transposição e busca-se com isso identificar elementos que permitam ao professor tornar as aulas de sociologia cada vez mais interessantes, críticas e emancipadoras. Muitos são os temas e os conteúdos programáticos que compõem a grade curricular da disciplina, assim como, também, é diverso os arranjos entre conceitos sociológicos e antropológicos que são feitos pelos professores no momento em que montam o programa de sua disciplina. Neste sentido, após análise de 150 planos de ensino, percebemos dois movimentos bastante comuns entre os professores que atuam junto a disciplina nos três últimos anos do Educação Básica. Um primeiro, comum entre os neófitos no ofício, que se pauta na crença de que os alunos os alunos da Educação Básica devem ler tanto quanto um aluno de Ciências Sociais – e inclusive textos ditos como estritamente acadêmicos – apesar de, não ser o foco da Educação Básica, formar especialistas em Ciências Sociais. Outro, que se constitui em certo fetiche, por parte daqueles que estão há mais tempo na profissão e consideram que a aula de sociologia se constitui muito mais num bate-papo orientado por um ‘mestre’ do que, algo, que exija investimento, preparação e cuidado no lido com conteúdos programáticos. Além disso, foi possível constatar a presença/ausência dos principais conceitos antropológicos nos planos de ensino. Grosso modo o que se propõe no presente work é se pensar alternativas que nos permitem subverter essas lógicas canhestras e que permitam, ao professor de sociologia, alçar a sua disciplina a um outro patamar. E, não ser mais, apenas, uma disciplina que não roda, que não tem importância e que só esta presente na grade escolar por força de lei.

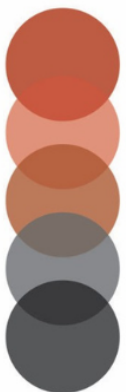
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466374157_ARQUIVO_TextoABA2016Pronto.pdf

Apresentação Oral em GT

Aprendizados em cenas: o cotidiano escolar de uma especialização em Gênero e Diversidade na Escola em Santa Catarina.

Pedro Rosas Magrini, Miriam Pillar Grossi

Com esse artigo nos propomos a refletir sobre as dificuldades e êxitos nos processos de ensino e aprendizagem do curso de especialização à distância em Gênero e Diversidade na Escola (GDE) promovido pelo Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (IEG/UFSC) no ano de 2015. A partir do acompanhamento etnográfico de encontros presenciais em cinco cidades catarinenses



(Florianópolis, Itapema, Laguna, Praia Grande e Laguna); da elaboração, aplicação e correções de provas de mais de duzentas/os cursistas; e de reuniões periódicas da coordenação do curso para a resolução de problemas das mais diversas naturezas, apresentaremos algumas cenas emblemáticas do cotidiano do curso nos quatro primeiros módulos. A cena 1 aborda a realização de uma oficina para a discussão sobre a legalidade e criminalização do aborto, onde as/os cursistas foram divididas/os em grupos pró e contra para debater sobre a questão. A cena 2 põe em foco a realização de um fórum no primeiro trimestre do curso dentro do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA), que interpelava às cursistas da seguinte maneira: *Você é feminista?*. A cena 3 ilustra as performances de um professor do GDE que fez leituras de Caio Fernando de Abreu indumentado de salto alto e batom em aulas presenciais do curso; na cena 4, procuramos trazer à tona algumas das justificativas de desistências apontadas pelas/os cursistas que chegaram na coordenação do curso; e por último, na cena 5, descreveremos as performances de cursistas no encontro unificado realizado em novembro de 2015 e que reuniu os cinco polos do curso em uma aula presencial em Florianópolis. A partir dessas cinco cenas, percebemos muitos das dificuldades encontradas pelas/os cursistas, seja para aprenderem conceitos acadêmicos, seja para voltarem a estudar depois de anos, bem como de romperem muitos dos preconceitos presentes em suas práticas e no próprio cotidiano escolar. Apesar das dificuldades, os resultados dos works, das provas e dos questionamentos produzidos nos espaços presenciais mostraram um significativo avanço crítico frente as questões de gênero, sexualidade e raça/etnia.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466475164_ARQUIVO_ArtigoRBA-PedroRosasMagrini.pdf

Apresentação Oral em GT

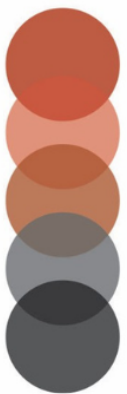
Oficinas de antropologia para crianças: notas sobre uma experiência

Valéria Cristina de Paula Martins

Este work volta-se a uma experiência particular relacionada a processos de ensino-aprendizagem na área de Antropologia. Trata-se de oficinas de antropologia ministradas a crianças em uma biblioteca pública municipal na cidade mineira de Uberlândia. As quatro oficinas foram ministradas ao longo do segundo semestre de 2014 e envolveram, ao todo, cerca de 30 crianças entre 5 e 12 anos. O objetivo principal era sensibilizá-las e aproximá-las de temas e ideias caros ao debate antropológico, tais como a questão da diversidade e a (in)tolerância em relação à diferença. Este work discorre sobre a experiência mencionada apontando e buscando analisar algumas transformações em relação ao formato e ao conteúdo das oficinas, desde o contato com as crianças que participaram da primeira edição, até a quarta e última oficina ministrada. Interessa-me refletir especialmente sobre alguns aspectos desse processo, tais como o exotismo como via de acesso à alteridade (Peirano 2006), a questão do conhecimento associado à educação da atenção e não à transmissão de representações (Ingold 2010), e ainda a possível especificidade do ensino-aprendizagem da antropologia para o público em questão: as crianças.

GT 028: Entre seres intangíveis e pessoas: experiência e história

Longe de estarem confinados a cosmologias, sistemas de ideias, representações e planos de existência cerrados, espíritos, ancestrais, encantados, divindades estão imersos no mundano e no cotidiano dos humanos. Se, de um lado, suas características e seus atributos permitem antever os desdobramentos de suas ações, de outro suas capacidades e potências são tão inesperadas quanto transgressivas, na medida em que seus atos e os efeitos de suas presenças atravessam fronteiras entre o ritual e o cotidiano, o sagrado e o mundano, o passado e o presente,



o privado e o público, o real e o imaginário. Partimos do entendimento de que seres intangíveis estão continuamente em movimento no tempo e no espaço, traçando caminhos e forjando (novas) relações, tanto no plano terreno quanto no espiritual. Interessa-nos receber trabalhos que mostrem, a partir de etnografias de fôlego, de que modo a co-presença desses seres no mundo social se constrói em diversos espaços de experiência, lugares e momentos. Trata-se de pensar, paralelamente, de que modo os efeitos das agências dos seres intangíveis tornam-se significativas e como presenças aparentemente fugazes se infundem no cotidiano dos humanos.

Emilia Pietrafesa de Godoi (UNICAMP) e Marcelo Moura Mello (Universidade Federal da Bahia) -

Coordenação

Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (Universidade Federal da Bahia) - **Debatedor/a**

Apresentação Oral em GT

Os caminhantes do céu: história, mobilidade e temporalidade entre os Kaiowá

Aline Castilho Crespe

Durante a realização dos works de campo, com o objetivo de escrever sobre os atuais conflitos fundiários no Mato Grosso do Sul e a luta dos Guarani e Kaiowá para reaver o direito de viverem em seus territórios tradicionais, pude conhecer algumas histórias indígenas que abordam este processo. O objetivo deste work é apresentar a história narrada por Delfino Borvão, Kaiowá, morador de uma área indígena chamada Limão Verde, localizada no município de Amambai, extremo sul do estado de MS. Apesar de viver em uma área indígena já demarcada, sua família não se considera como pertencente ao local e luta para voltar ao território tradicional. Ao perguntar sobre a história de sua família e a luta pela terra, ele me contou uma longa narrativa que se desdobrou em extensas conversas que marcaram nossos encontros a partir de então. A história de Delfino envolve humanos e não humanos, viagens para o céu, rezas, temporalidades distintas que se encontram, animais, presentes, trovoadas, festas e se finda nos atuais conflitos fundiários. Sua narrativa aponta para o interesse que os Kaiowá têm pela história e que não é resultado das interações com as instituições do estado, da presença da colonização e do contato com os karaí (branco). A história está presente no cotidiano, nos caminhos percorridos para ir à caça, à coleta, à reza e às festas, nas rezas, cantos e danças e em torno do fogo. A narrativa de Delfino só é possível por ele ter ouvido muitas histórias ao longo de sua vida, transmitidas enquanto realizavam atividades da vida cotidiana. O evento principal da narrativa é a ida de seu avô, José Borvão, para o céu, levado por Arañanduá, divindade do tempo e do espaço. A experiência de ir vivo para céu explica os eventos subsequentes que aparecem na narrativa. Foi esta experiência que fez dele um importante xamã e com isso levantar uma grande parentela; que fez com que fosse levado para uma reunião com as principais lideranças dos brancos e sair vitorioso, com a garantia de que a terra seria dos Kaiowá. É cantando/rezando e dançando ao som do mbaraka que o rezador kaiowá, assim como José Borvão, pode viajar pelo céu e adentrar nos caminhos do espaço. No espaço é possível rezar com as divindades e decidir o caminho futuro das questões fundiárias. Neste sentido, um dos principais problemas a ser enfrentado pelos Guarani e Kaiowa é o enfraquecimento da reza, provocado pelo processo de colonização e confinamento nas reservas. Deste modo, a história de Delfino trata-se de uma história kaiowá, deles e para eles mesmos, assim como, aponta para a importância da reza e explica eventos ocorridos anteriormente e ao longo da colonização de seus territórios. Nela, os Kaiowá e os Guarani são sujeito plenos e com o controle sobre os eventos e sobre o futuro.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466476015_ARQUIVO_alinecrespe-rba.pdf

Apresentação Oral em GT



As noções de "jepotá" e "kerembá" na sociocosmologia Mbyá-Guarani: um ensaio sobre a relação entre humanos e seres das séries intra e extra humanas

Carlos Eduardo Neves de Moraes

O presente estudo discute elementos da sociocosmologia Mbyá-Guarani a partir de pesquisa etnográfica realizada no litoral catarinense sobre as relações que os indígenas mantêm com seres das séries intra e extra humanas (demiurgos, animais, espíritos da mata). Tais seres portam propriedades agentivas que tem a capacidade de interferência na vida social Mbyá-Guarani emprestando seus atributos de diferentes formas aos humanos. Isso se dá na formação dos corpos, no empréstimo de atributos de defesa, por exemplo, a partir do uso de objetos, no entanto também oferece riscos. Para entender a relação que os Mbyá-Guarani estabelecem com esses "outros", do ponto de vista teórico-metodológico, parto de duas noções comuns ao grupo, quais sejam: "jepotá" e "kerembá". Enquanto a primeira remete ao risco de metamorfose em animal (o jaguar), portanto apresentando uma conotação negativa, a segunda diz respeito a apreensão de diferentes atributos por humanos escolhidos que acabam por adquirir super poderes oriundos de animais e outros seres da natureza, tornando-se com isso uma espécie de super heróis capazes de defender sua coletividade. Em jogo está o debate acerca da clássica dicotomia Natureza e Cultura, cuja separação do ponto de vista da ontologia ameríndia não se aplica. Esse estudo visa justamente fornecer elementos etnográficos e contribuir teoricamente para suplantar essa dicotomia e enfatizar o caráter social que fundamenta a relação dos Mbyá-Guarani com esses seres outros, sejam eles intra humanos (animais, vegetais) ou extra humanos (espíritos, demiurgos), sugerindo que suas propriedades agentivas atuam na sociedade tanto quanto elementos "propriamente" sociais (relações de parentesco, aliança, circulações de bens) e tampouco estão restritos a atividade xamânica e ritual.

Apresentação Oral em GT

Paisagens da cosmopolítica: entre Encantados e lideranças indígenas

Cynthia Creatini da Rocha

Este paper apresenta parte das reflexões elaboradas em minha tese de doutorado, defendida em 2014 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina e intitulada "Bora vê quem pode mais: uma etnografia sobre o fazer política entre os Tupinambá de Olivença (Ilhéus/Bahia)". Aqui, abordo o tema das relações entre a ação política ameríndia e o cosmos, especificamente a interação entre sujeitos eminentes, como o são as lideranças e anciãos indígenas, e os Encantados. Apresento através da descrição etnográfica de algumas situações acompanhadas em work de campo na Terra Indígena Olivença dos Tupinambá, o modo como os Encantados são acionados pelos indígenas para dar conta das relações sociopolíticas propriamente ditas. O mundo dos Encantados, estes seres intangíveis do cosmos, se coloca inclusive como uma das principais portas de entrada para a ação política ameríndia. Irei mostrar como, sob a influência dos Encantados, os Tupinambá organizam suas relações, certamente com estes seres metafísicos, mas sobretudo, com outros humanos que fazem parte do plano terreno.

Palavras chave: Cosmopolítica Encantados Tupinambá

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/880_2016-11-28.pdf

Apresentação Oral em GT

"é meu jāgré que é o conhecedor, ele quem me guia..." A importância dos jāgré para o fortalecimento das lutas pela terra Kaingang.

Clémentine Maréchal

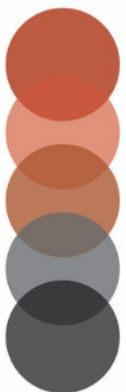
Os jãgré são os “guias” dos Kaingang. Cada ser kaingang tem seus próprios jãgré, inclusive os animais e as árvores. Este work é uma escrita colaborativa baseada em uma convivência intensa com uma mulher, Iracema, kujá (pajé) Kaingang que, depois de ter crescido mais de 30 anos em diversas Terras Indígenas, mora hoje numa periferia de Porto Alegre com sua família. Relatando-nos como ela conheceu seu primeiro jãgré aos quatro anos de idade com os ensinamentos e incentivos dos seus avós, veremos como a presença de seres intangíveis como os jãgré são imprescindíveis ao mantimento do equilíbrio na vida relacional assim como o são para o fortalecimento da luta pela terra. Em maio de 2014, cinco lideranças Kaingang foram presas na comunidade de Kandóia (RS), acusadas de terem matado a dois colonos que tinham interrompido violentamente um bloqueio de estrada da comunidade que reivindicava a demarcação das suas terras. Paralelamente, Iracema, após ter tomado um chá de ervas sonhou diversas vezes com a mãe do cacique que se encontrava preso em Kandóia e com outra kujá da região, “mestre” de ela. Após do primeiro sonho, ela, sobe no mato do morro Santana (perto de onde ela reside) onde se encontra com um dos seus jãgré, o mĩg (onça) quem lhe mostra o remédio vênh-kagta que ela tem que levar até sua jamré (a mãe do cacique), doente pela ausência e encarceramento do seu filho. As viagens que resultaram dos sonhos de Iracema são um exemplo da porosidade que existe entre o mundo visível *inh ga kri* e o mundo dos sonhos *inh ga kri vênh pėti*. Seres intangíveis como os jãgré expressam-se nessa experiência, em um momento de “crise” e acompanharam-nos durante toda a viagem manifestando-se no território percorrido com marcas específicas, profundamente inscritas na cosmologia Kaingang e que ressaltam que a territorialidade Kaingang deve ser concebida como um tecido de relações entre seres tangíveis e intangíveis, entre o mundo dos sonhos, dos antepassados e o “mundo aqui”. Além de ressaltar a importância dos jãgré no cotidiano dos seres Kaingang, parece-nos necessário resgatar através desse exemplo etnográfico específico, os impactos dessas relações para o fortalecimento e a continuidade das lutas pela terra. Tendo em conta a tentativa de escrita colaborativa, vemos importante nos deter em alguns conceitos Kaingang cuja tradução precisa ser cuidadosa já que palavras como jãgré, jamré ou vênh-kagta têm significados profundamente inscritos em cosmologias que vão se transformando quotidianamente. Assim, um desafio deste work é também conseguir dialogar com esses conceitos a partir da nossa convivência, conjugando nossas experiências de entendimento dos mundos *fog* (“branco”) e Kaingang.

Pôster em GT

Entre o espírito santo e os demônios: uma reflexão sobre o papel dos seres intangíveis na favela Cidade de Deus

Diogo Silva Corrêa

Segundo narrativa clássica de Max Weber a respeito do desencantamento do mundo, o Ocidente teria passado por um progressivo processo de racionalização. Esse processo teria se iniciado no judaísmo clássico, com a retirada dos deuses da imanência do próprio mundo, teria se intensificado com a transcendência do Deus católico para, enfim, radicalizar-se na transcendência absoluta e muda do Deus protestante. A história do Ocidente seria, nesse sentido, a história da marcha inexorável de um progressivo processo de secularização. O que Weber não previra, nem poderia prever é que do próprio protestantismo clássico emergiria uma ramificação que subverteria completamente a lógica do processo aludido: o pentecostalismo. Ao contrário de uma transcendência absoluta, ele instauraria uma imanência radical; no lugar de um Deus mudo, calado e silencioso, ele instituiria um Deus barulhento, ruidoso e altissonante. Na forma de vida pentecostal pode faltar qualquer coisa menos a presença permanente das entidades espirituais no plano mais prosaico e cotidiano dos crentes. Baseado em uma etnografia de dois anos na Cidade de Deus junto a ex-traficantes pentecostais da Assembleia de Deus, esse work pretende apontar o modo como entidades espirituais como espírito santo e os demônios compõem a mobília ontológica do universo crente. A ideia é expor como, ao



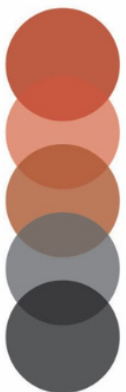
invés de estarem encerradas em uma transcendência sem qualquer contato direto com as pessoas, esses seres são constitutivos da vida cotidiana dos crentes da favela Cidade de Deus. Mais do que isso, pretende-se por meio desse work apresentar como esses seres intangíveis integram a forma de vida dos crentes e possuem uma actância ou simplesmente um poder de agência irreduzível à divisão entre real e imaginário, isto é, entre o mundo objetivo dos fatos e mundo subjetivo das representações. Para mostrar essa dimensão cotidiana dos seres espirituais e suas múltiplas formas de interação com os humanos, primeiro, me deterei sobre as narrativas descritivas que os crentes fazem a respeito de tais entidades. Segundo, irei apresentar exemplos de situações que pude observar enquanto pesquisador na Igreja. Procurarei focar-me nos atributos e nas potências que os seres intangíveis como o espírito santo e os demônios apresentam dentro de um cenário violento, como é o da Cidade de Deus. Uma vez que a minha pesquisa se concentrou na Igreja de um ex-dono da boca de fumo local, o tráfico de drogas e o cenário de violência eram onipresentes nas pregações e na vida cotidiana desta Igreja. Daí porque não apenas irei mostrar como as entidades espirituais são seres que participam diretamente da forma de vida crente, como irei expor o modo como elas desempenham um papel fundamental de explicação e mediação junto à forma de vida do crime.

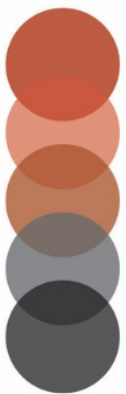
Apresentação Oral em GT

“Hoje mesmo ouvi os evóréhj assoviando”: O lugar dos espíritos na socialidade Ikólóéhj após 50 anos de adesão ao cristianismo protestante.

Lediane Fani Felzke

Os Ikólóéhj Gavião, grupo tupi, residem no estado de Rondônia, na Amazônia Meridional. De contato recente com os brancos, foram evangelizados nos anos 1960 por missionários protestantes da New Tribes Mission. Donos de uma complexa compreensão do cosmos – formado pelos planos terrestre, subaquático e celeste – habitado por uma gama de seres intangíveis com quem se relacionam empiricamente no cotidiano, e até pouco tempo atrás por meio de rituais; sua adesão ao protestantismo provocou transformações, com rupturas e continuidades, nestas relações. O cosmos, habitado pelos demiurgos, pelos espíritos “donos” e pelas almas dos mortos até o contato interétnico, ampliou-se com os ensinamentos dos missionários. Atualmente, além dos seres identificados pelos xamãs desde tempos imemoriais, ocupam os planos cosmológicos, o Deus cristão, Jesus Cristo, Satanás, os anjos e os demônios. Ao tempo em que os Ikólóéhj foram se aproximando do “ser branco” através das práticas e rituais da igreja, este segundo conjunto de seres espirituais passou a ter lugar de destaque em sua cosmologia. Mas, para onde foram os demiurgos Goráh, Goján e Betagav? E os espíritos “donos” Korkoróh Tih (espírito do gavião), Bebeéhj Tih (espírito das queixadas), Majakóh Tih (espírito do urubu), entre outros? E as almas dos humanos que se dividem em três após a morte e ocupam, cada uma, um plano do cosmos? Nosso objetivo neste texto é compreender, a partir dos dados etnográficos, o lugar destes seres intangíveis na cosmologia e no cotidiano dos Ikólóéhj em tempos de adesão quase majoritária ao cristianismo. Nosso argumento é que, embora haja um discurso da parte dos missionários e dos crentes mais tenazes anunciando a ruptura definitiva com tais entes identificados como sendo “o diabo e seus demônios”, observa-se a continuidade de sua influência na vida ordinária e nos momentos de “apresentação para os brancos”. Dentre inúmeros aspectos observados, destacamos que as mulheres continuam respeitando os interditos durante a menstruação para não ofender os donos das águas, os espíritos Gojanéhj; os nomes dos mortos permanecem proibidos, seus pertences e sua casa destruídos para que o esquecimento seja completo e os páhxóéhj – “espectros terrestres” – se desapeguem dos parentes vivos; os zerebàéhj, espíritos da floresta, ainda são apontados como causa de doenças misteriosas; e os lugares da mata considerados sagrados ou perigosos são escrupulosamente evitados. Apesar da aproximação ao “ser branco” através da igreja, quando precisam se apresentar “enquanto índios” são as canções xamânicas destinadas a estes seres que são evocadas e entoadas. Ao que parece, a forma como aderiram ao cristianismo protestante deixou uma margem razoável para que os espíritos continuassem operando.





Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/641_2017-09-11.pdf

Apresentação Oral em GT

Entre a encruzilhada e a correnteza: as relações entre “almas”, “caboclos” e pessoas numa ilha no rio São Francisco.

Márcia Maria Nóbrega de Oliveira

Fruto de uma pesquisa de doutorado em andamento, esse work se propõe a pensar de que forma pessoas, “almas” e “caboclos”, em suas diversas modulações, convivem e povoam o espaço de uma ilha situada no trecho sub-médio do Rio São Francisco, a Ilha do Massangano. Por viverem numa ilha no semi-árido nordestino, seus habitantes – que segundo a formulação nativa são “um povo só”, o povo de Iaiá Celestina – articulam a todo momento a presença desses seres à força dos regimes das águas do rio e sua relação com o sem-fim da “terra firme”, atualizado ali no bioma da caatinga. Ao passo que as “almas” habitam tanto as encruzilhadas dos caminhos de terra quanto os cemitérios, sempre postos no alto ou longe da ilha; parte dos “caboclos” são concebidos como seres afeitos às águas do rio, habitando suas pedras e correntezas. De todo modo, almas e caboclos estão “por aí” povoando certos lugares e é preciso levar isto em conta no cálculo dos percursos cotidianos por onde passam de modo que possam ora evitar, ora procurar, por esses encontros. De todo modo, não é apenas o caminhar da gente que conforma o território vivido – como é o caso de uma encruzilhada, por exemplo. Para seus habitantes, a Ilha do Massangano, ela própria, também anda, movida pela força das correntezas do rio: já esteve aqui e acolá, comprovam-no observando o desenho do que faz margem entre ilha e terra firme – “encaixa direitinho uma na outra”. Por força das águas, a terra, como a encruzilhada, caminha junto com aqueles que a povoam. De modo geral, a impressão que se tem é que, na Ilha do Massangano, o mundo das “almas” e dos “caboclos” não é descontínuo àquele em que se vive. Diante disso, procurarei pensar de que forma essas pessoas atualizam na relação com esses seres intangíveis a “tangibilidade” do espaço em que habitam.

Apresentação Oral em GT

“Lonnè è respé pou zansèt an nou”: lembrança do passado, escravidão e reparação em Guadeloupe/Caribe

Mariana Vitor Renou

Este artigo pretende explorar diferentes facetas do movimento por Reparação que contemporaneamente se desenvolve em Guadeloupe, departamento francês no Caribe. Sobretudo a presença e participação de não-humanos nesses processos. O pedido de reparação conduzido por grupos de afro-guadalupenhos, que são a maioria absoluta dos habitantes do arquipélago, dirige-se ao Estado francês exigindo compensações econômicas, políticas, sociais e culturais pelo crime contra a humanidade do tráfico e escravização de africanos. Contudo, os significados de reparação e as maneiras pelas quais ela deve ou não se realizar são múltiplos e estão sendo intensamente debatidos em diversas esferas e por variados atores. Durante quase um ano de work de campo acompanhei as associações CIPN (Comité International des Peuples Noir), MIR (Mouvement International Pour les Réparations), que junto ao FKNG (Fos pou Konstwui Nasion Gwadeloup) formam o CNGR (Comité National Guadeloupéen des Réparations). As associações isoladas ou em conjunto tem desenvolvido diversos tipos de ações “pour les réparations”, exigindo, iniciando processos, encontrando caminhos e até mesmo já realizando diversas formas de reparação. Essas ações vão desde seminários internacionais, conferências-debates, construção de museus e memoriais, marchas comemorativas, atividades culturais até processos contra o Estado na justiça francesa e interpelações públicas ao presidente da república. Na preparação e na realização de todas essas ações, uma série de debates, polêmicas e divergências surgiam com força, além disso, era um momento de reunião, experimentação, explicitação e produção de conceitos,



artefatos, performances, tempos, espaços e actantes (Latour, 2006) diversos. De maneira significativa e inesperada surgiam seres intangíveis, como actantes fundamentais, atuando e provocando ações de maneira significativa, questionando fronteiras e concepções. Sobretudo espíritos de ancestrais acionados e mobilizados, por exemplo, em cerimônias específicas caracterizadas como “momentos de espiritualidade”, se presentificando nas paisagens, surgindo nas marchas memórias ou sendo objeto central das árvores genealógicas construídas por genealogistas profissionais para integrar os processos jurídicos contra o Estado francês, de modo que os supostos descendentes pudessem comprovar a sua ascendência escrava. Deste modo, pretendo refletir sobre as diversas formas através das quais os ancestrais surgem, participam, agem e provocam ações nas iniciativas dos movimentos por reparação, o que possibilitam, geram, reúnem e significam para o movimento como um todo e para os seus integrantes. Assim como busco pensar sobre o que colocam em questão e os impactos sobre os sentidos de reparação e o que é produzido nas ações para obtê-la.

Apresentação Oral em GT

“A família de Légua tá toda na eira”: tramas de parentesco nas relações entre pessoas e encantados

Martina Ahlert

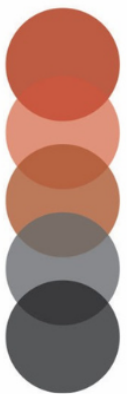
Terecô é uma experiência religiosa afro-brasileira encontrada no interior do estado do Maranhão, nordeste brasileiro. Nela, as pessoas convivem continuamente com encantados – seres recebidos em rituais, mas também presentes em momentos ordinários, por intermédio da incorporação, por sensações físicas ou objetos que os pertencem. Os encantados foram pessoas que, em determinado momento de suas vidas, desapareceram, passando a viver em um entre mundo chamado de Encantaria. Esse conjunto heterogêneo de seres se organiza por intermédio de famílias, que são formadas por parentesco consanguíneo, mas também “por consideração”. Aqui na terra, eles se relacionam com pessoas possuidoras de “mediunidade” e com aqueles que as rodeiam, como seus familiares, amigos e vizinhos. Nesse texto, procuro pensar as relações entre pessoas e encantados a partir de dois casos onde estes seres se cruzam em tramas de parentesco - que envolvem partos realizados por entidades, casamentos por elas previstos e anunciados; encantados recebidos como herança em momentos de morte e conexões geracionais evidenciadas pelos mesmos. As situações descritas e analisadas no texto surgem de uma pesquisa etnográfica desenvolvida há cerca de cinco anos no município que é visto como ‘berço’ do terecô, Codó. A cidade possui uma família de encantados característica, a de Légua Boji Buá da Trindade, um vaqueiro afamado que possui diversos irmãos(as), filhos(as) e netos (as). Ao pensar nas relações entre pessoas e encantados, tendo como eixo o parentesco, procuro chamar atenção para a dialética entre agenciamento e desagenciamento provocada pela presença desses seres na vida das pessoas. Sugiro, portanto, que a partir da feitura de parentes e de relacionados, podemos pensar: i) a forma como as conexões entre pessoas e encantados são utilizadas pelos sujeitos para ocupar determinados lugares de fala, legitimando quem são e as posições que ocupam; ii) a maneira como é determinada a responsabilidade de certas ações, o que nos leva a pensar em noções de liberdade ou ausência de escolha e; iii) o acionamento de vínculos com pessoas e com localidades ou territórios, realizado por intermédio da relação com as entidades.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466467272_ARQUIVO_RBA2016_Completo_AfamiliadeLeguatatodanaeira.pdf

Apresentação Oral em GT

“Os donos das paisagens”: Domínio dos seres intangíveis nas relações de uso, compartilhamento e apropriação das paisagens culturais entre os Katukina do Rio Biá (Amazonas, Brasil).



Myrian Sá Leitão Barboza

Dentre os diversos fatores decisivos para o uso, compartilhamento e apropriação de certos espaços entre os Ameríndios, as relações estabelecidas entre famílias e grupos sociais específicos possuem importante destaque. Estas relações envolvem laços de parentescos e afinidades, e geralmente são permeadas por acordos, alianças e conflitos. Internamente, no território Rio Biá, os Katukina (Foz de Jutai, Amazonas) compartilham a maioria de seus ambientes de pesca, caça e extração de frutos. As roças, embora constituam-se como áreas de atividades coletivas, apresentam uma divisão espacial interna que delimita temporalmente o espaço para cada família. Cada unidade de roça familiar é demarcada por fileiras de abacaxis, ou troncos queimados. Após alguns anos ocorre diminuição no uso destes espaços, porém eles nunca são vendidos. Em vez disso esses locais são “transferidos” ao longo do tempo para outros “proprietários”. A “propriedade” dos atuais ou antigos espaços cultivados (capoeiras) pode pertencer a indivíduos Katukina vivos ou já falecidos. Enquanto as paisagens da floresta que não contem evidências de cultivos recente são concebidas como propriedades de entidades animais. Os Katukina consideram os animais como “donos” responsáveis pelo domínio daquele ambiente. Nas florestas compostas por lianas, os macacos são os “proprietários” dessas unidades de paisagens, enquanto as formigas são donas de outros espaços. Tendo em vista a dinâmica Katukina de uso, compartilhamento e apropriação de paisagens culturais, eu pretendo compreender a concepção Katukina acerca dos conceitos de propriedade e de paisagens culturais, além dos mecanismos embutidos no processo de “apropriação” e “transferência” destes locais. Considerando a possibilidade da existência de “donos” de determinadas paisagens culturais Katukina, eu pretendo verificar as relações permeadas entre os novos e antigos “proprietários” dos mesmos espaços, e como ocorre a difusão e transferência ao longo do tempo. Também pretendo analisar a distribuição espacial das atuais roças e distribuição de tarefas dentre os diferentes grupos, a fim de verificar a existência de correlações. Por fim, irei investigar se os espaços de entidades animais ou de ancestrais Katukina serão eternamente de seu domínio ou podem ser transferidos. Os seres intangíveis apresentam-se incutidos no universo e contexto Katukina, entrelaçados em suas relações, e parecem ser considerados para as tomadas de decisões que envolvem uso, apropriação e compartilhamento dos espaços culturais. Este estudo irá discutir o conceito de paisagem, propriedade e a possibilidade de apropriação de paisagens culturais por seres intangíveis na Amazônia indígena, de forma a auxiliar no aprimoramento do meu projeto de doutorado.

Pôster em GT

A índia Luiza e a cidade de São Vicente (RN)

Sheila Ramos da Silva, Julie Antoinette Cavnac

Propomos analisar as narrativas sobre a índia Luiza que é vista como fundadora da cidade de São Vicente, localizada no sertão do Rio Grande do Norte, uma região onde houve uma grande resistência indígena durante todo o período colonial e na qual há registro de grupos indígenas até o início do século XX. A história da cidade se confunde com a da índia que teria morrido nos meados do século XVIII: até 1948, a cidade era chamada de Luíza e foi substituída por o nome de um santo cristão. Nos relatos dos moradores da cidade, há descrições de paisagens naturais e monumentos históricos que fazem referência à esta personagem: o Saco da Luíza, um dos lugares de refúgio que conserva pinturas rupestres e materiais arqueológicos, foi usado como cemitério durante a epidemia de varíola, no século XIX; o riacho da Luiza; a prefeitura ou Palácio da Luíza, etc. Propomos avaliar as narrativas sobre o passado relacionados à índia e descrever os outros lugares habitados por seres sobrenaturais que aparecem nas falas. Como coloca Fischman (2007) as reelaborações são constitutivas da memória e para determinar como se constitui a lembrança devemos focar no centro daqueles episódios que o enunciador seleciona e manifesta como parte da reconstrução do passado. A metodologia da pesquisa é de caráter qualitativo, com ênfase na pesquisa etnográfica em articulação com a história oral, compreendendo diário de campo, gravações em áudio com entrevistas semiestruturadas.

Utilizamos também de recursos visuais como fotografias para apresentar os lugares mencionados pelos narradores. A partir das seis entrevistas realizadas até o momento, verificamos que tanto a índia como os seres sobrenaturais são significativos para uma compreensão histórica da cidade, pois estas são reveladoras de contextos consideráveis para uma assimilação sobre território que os são-vicentinos ocupam. Nas diversas histórias, esses seres são associados como constitutivos de relações cotidianas por meio de sua presença no tempo e no espaço. Referências FISCHMAN, Fernando. La Múltiple autoria del Recuerdo: propuesta metodológica para el análisis de los procesos de configuración de memoria social através del arte verbal. In: FISCHMAN, Fernando & HARTMANN, Luciana. Donos da Palavra: autoria, performance e experiência em narrativas orais na América do Sul. Santa Maria: Editora da UFMS, 2007, p.41-65.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466433019_ARQUIVO_AindiaLuizaeacidadedeSaoVicente.pdf

Apresentação Oral em GT

A Fuga da Mãe - Um exercício etnográfico sobre a relação entre imaginário e meio ambiente na comunidade do Rrio das Pedras, Curuçá/PA

Yasmin Ainá Martins Barbosa Loureiro, Lourdes Gonçalves Furtado - Museu Paraense Emílio Goeldi

Essa reflexão teve como foco a região do entorno do Rio das Pedras, situado no município de Curuçá, Pará. A partir das entrevistas com os moradores da área, onde o propósito era ter uma noção de como essas pessoas se relacionavam com o meio ambiente, em especial com o rio, foi possível compreender que além da relação de consumo do recurso natural existe também um imaginário sagrado representado na crença deles na existência de animais “encantados” que seriam responsáveis pelo equilíbrio do espaço (rio). As “Mães do Rio”, identificadas geralmente como cobras são associadas ao estado de conservação do meio ambiente, pois podem “fugir” quando tem seu espaço destruído ou alterado. A partir dos dados coletados na pesquisa de campo, refleti sobre a “fuga da mãe” como uma permanência da crença na Mãe do Rio mesmo diante de mudanças no espaço. Refleti sobre a função dessas figuras sagradas dentro da cultura local e em especial como a sua presença (ou ausência) pode determinar a maneira com que o recurso hídrico é utilizado e preservado pelos habitantes da região. Refleti também sobre a relação entre “crença” e “descrença” na Mãe do Rio e como os ditos “conhecimentos científicos” por si só não anulam a percepção local em relação ao imaginário sagrado, apenas são resignificados, criando-se novos mitos como o da Fuga da Mãe.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467336178_ARQUIVO_ArtigoRBAFugadaMae.pdf

GT 029: Etnicidade e luta por direitos: estratégias indígenas para defesa e recuperação de territórios

O Grupo de Trabalho propõe uma análise das estratégias de intervenção políticas específicas que os povos indígenas vêm executando nas últimas décadas em busca da regularização dos territórios que tradicionalmente ocupam e da consequente garantia de direitos. Entre elas, tencionamos destacar, por exemplo, o fenômeno das "retomadas de terra" e as ações de autodemarcação, reconhecidos pelos indígenas como formas legítima de defesa e recuperação de seus territórios. Discutiremos esses processos de reapropriação territorial no marco de um cenário caracterizado, de um lado, pela reiterada omissão do Estado no cumprimento de seu dever constitucional de garantir os direitos étnicos, e, de outro, por incisivas articulações voltadas à alteração de dispositivos legais, com o intuito de suprimir direitos. Pensamos ser importante observar tais processos considerando as alianças históricas e políticas envolvidas em situações etnográficas variadas, relacionadas a diferentes processos de territorialização e de etnicidade.

Eloi dos Santos Magalhães (Universidade Federal do Ceará) e João Pacheco de Oliveira Filho (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

A luta pela terra do movimento zapatista: uma força revolucionária

Angela López Cantero

O presente work consiste numa breve descrição da história política da luta pela terra do movimento zapatista desde o levantamento armado em Chiapas, no México, no dia 1º de janeiro de 1994. Passaram já mais de vinte anos desde o levantamento e ainda o movimento zapatista está se organizando de forma autônoma nos seus territórios liberados. As fontes que dão lugar a este work são tanto acadêmicas (leitura de textos e artigos de intelectuais que estudam a temática zapatista), assim como da experiência de uma viagem realizada à Chiapas nos meses de fevereiro e março de 2012 com o objetivo de conhecer a realidade da luta zapatista, ao mesmo tempo que apoiar a causa zapatista através das Brigadas Internacionais. As Brigadas Internacionais consistem num apoio internacional contra a opressão aos zapatistas por parte do governo mexicano. Desde o levantamento em 1994 e a consequente liberação dos territórios autônomos zapatistas na região de Chiapas, grupos de militares e paramilitares tentam diminuir a força do movimento mediante estratégias tão variadas como a intimidação, a compra de consciências através de incentivos econômicos, e até enfrentamentos armados e incluso assassinatos de mulheres e crianças (como ex. os assassinatos de Acteal o dia 22 de dezembro de 1997, no qual mataram a 45 mulheres e crianças zapatistas que estavam orando na Igreja). Chiapas é uma região no sudeste do México caracterizado por uma história prejudicada pelas desigualdades sociais e econômicas do país. Sendo uma região muito rica em recursos naturais, é uma das regiões mais pobres e exploradas (GENNARI, 2006). A reforma agrária no México não chegou à região chiapaneca. A maioria dos habitantes de Chiapas são indígenas de origem maia, explorados economicamente e ignorados socialmente. O descontento político e social, geral em todo o país, e em particular nessa região, fez surgir um movimento revolucionário que se organizou através do EZLN: o Exército Zapatista de Libertação Nacional. O EZLN foi criado no dia 17 de novembro de 1983, num clima político de repressão aos movimentos sociais (GENNARI, 2006). No começo, foi constituído por seis militantes, dentre eles cinco eram homens e uma mulher, três deles eram indígenas e três não indígenas, mas sempre estiveram em contato com a maioria indígena da região e a cultura de origem maia. As principais etnias indígenas que habitam a região de Chiapas são: Tzeltal, Tzotzil, Chol e Tojolabal de origem maia, e zoques e chiapanecos de origem não maia. A etnia majoritária é a etnia Tzeltal, mas depende do lugar da região. O EZLN aproveitou o dia da entrada em vigor do NAFTA para surgir e ocupar as principais cidades de Chiapas. O levantamento armado foi no dia 1º de janeiro de 1994.

Trabalho completo:

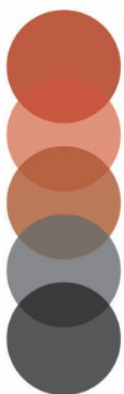
https://www.abant.org.br/files/1466445539_ARQUIVO_AngelaLopezCantero_Zapatismo.pdf

Apresentação Oral em GT

Retomadas de terras: uma análise sobre as estratégias de intervenção política dos Tupinambá da aldeia Serra do Padeiro, Bahia

Daniela Fernandes Alarcon

De 2004 até hoje, os Tupinambá da aldeia Serra do Padeiro, situada na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, sul da Bahia, recuperaram cerca de 70 áreas no interior do território que tradicionalmente ocupam e que estavam em posse de não indígenas. Nessa aldeia, a realização de "retomadas de terras" se entrelaça à construção de um projeto político próprio, assentado no retorno dos indígenas dispersos (que tiveram de



deixar o território no marco do processo expropriatório), no culto aos "encantados" (entidades não humanas centrais na cosmologia do grupo) e na recuperação de práticas econômicas específicas (agricultura em pequena escala, caça, pesca, coleta e criação de pequenos animais). Baseando-se em incursões etnográficas que totalizaram dez meses de duração e em pesquisa documental, esta apresentação debruçar-se-á sobre as retomadas de terras levadas a cabo na aldeia Serra do Padeiro, caracterizando-as como a principal estratégia de intervenção política posta em marcha pelos Tupinambá contemporaneamente. Buscar-se-á historiar as retomadas de terras nessa aldeia, estabelecendo conexões com outros processos de recuperação territorial no sul e extremo sul da Bahia (levados a cabo pelos povos Pataxó Hã Hã Hã e Pataxó) e delineando o projeto político mais amplo em que essas formas de ação se inscrevem.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467034254_ARQUIVO_RBA_Daniela_Fernandes_Alarcon_.pdf

Apresentação Oral em GT

Tutela Estatal e Autodeterminação das comunidades indígenas na América Latina

Diego Marques Pereira dos Anjos

O objetivo de nossa apresentação é refletir sobre as formas contemporâneas de envolvimento político das comunidades indígenas no âmbito da América Latina. Por envolvimento político compreendemos as formas como as sociedades nacionais trazem para dentro de sua dinâmica interna a questão indígena, isto é, entendemos que as sociedades nacionais possuem uma dinâmica expansiva (que se dá em diferentes frentes tais como projetos de desenvolvimento, ampliação da fronteira agrícola, instituições estatais, etc.) e que, inevitavelmente, abarcam constantemente novas comunidades socializadas pela dinâmica não-capitalista ou pré-capitalista; a partir deste ponto refletiremos sobre a tutela e a auto-determinação como resultados desse envolvimento inicial. Desta forma, as instituições estatais estão na linha de frente deste processo, o que exemplificaremos a partir da exposição da situação das comunidades nativas do maciço guianense, como forma de explanar a dinâmica da tutela estatal e a dialética das comunidades que garantiram território embora tutelados, o que a depender da perspectiva do autor se apresenta como mecanismo de aceitação ou de resiliência (MENEZES, 2010; BAINES, 1993). Por outro lado, buscaremos apresentar dinâmicas de movimentos indígenas em outras regiões do continente latino-americano que, nos dizeres do pesquisador Cristhian Silva conformam uma consciência anticolonial (SILVA, 2015). Como resultado, buscaremos apontar para uma reflexão que pense a possibilidade do surgimento de uma cultura política influenciada pela dinâmica do envolvimento político das comunidades indígenas.

Apresentação Oral em GT

Terra Indígena Tekoá Mirim: Nossa terra porque já pertenceu a nossos avós, e porque, pertencerá aos nossos netos.

Fábio do Espírito Santo Martins

A presença contemporânea do povo indígena Mbyá Guarani no litoral do estado de São Paulo enfatiza novas percepções que incidem sobre as formas estabelecidas das relações entre eles e os "juruá". Assim, é colocado a problemática a respeito da incompatibilidade entre os interesses sobre a ocupação da Serra do Mar, que, na atualidade se encontra praticamente toda circunscrita e integrada a espacialidade urbana, sobretudo, na baixada santista. Contudo, o Mbyá rekó (o modo próprio de "estar" dos Mbyá Guarani) mantém-se existindo, e enfatiza a tendência da cultura de manter-se a si própria, reinventando-se. Então, este work propõe evidenciar o processo de luta Mbyá Guarani no contexto da autodemarcação da Terra Indígena Tekoá Mirim, localizada no interior do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM). Localização esta, que fez com que as

instâncias do Poder Executivo municipal de Praia Grande, passassem a considerá-los e a tratá-los como invasores, e mais, situação que corroborou para que os órgãos ambientais estaduais, sobretudo, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, responsável administrativo do PESH, assumissem a postura de considerar a permanência dos Mbyá Guarani habitantes da Tekoá Mirim, contrária ao ‘corpus’ legal que legisla sobre a ocupação humana nas Unidades de Conservação. Se iniciando deste modo, uma articulação político-administrativa para impossibilitar a permanência indígena em seu próprio território, tradicionalmente ocupado e manejado de maneira equilibrada desde tempos pré-cabralinos. Portanto, os Mbyá Guarani sabem de seus direitos constitucionais, e lutam para concretizá-los. Querem o cumprimento legal dos seus direitos, o respeito oficial por sua cultura, e querem a garantia de políticas compensatórias que interrompam a opressão social e que favoreçam o surgimento de melhores condições de produção e reprodução do seu Nhande rekó; condição esta, portanto, que seguiria ampliando possibilidades à existência das futuras gerações Mbyá, preocupação fundamental dos mais velhos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1462908442_ARQUIVO_TerraIndigenaTekoaMirimPDF.pdf

Apresentação Oral em GT

Território, mobilização política e regularização fundiária dos Potiguara do Sagi/Trabanda (Baía Formosa/RN)

José Glebson Vieira, Bruno Ronald Andrade da Silva - PPGAS/UFRN Diana Brito de Andrade - UFRN

Os Potiguara da aldeia Sagi/Trabanda, localizada no município de Baía Formosa no estado do Rio Grande do Norte (Brasil), organizam-se politicamente desde o início da década de 2000. A mobilização política com vistas ao reconhecimento da especificidade indígena guarda uma estreita relação com os conflitos advindos da posse de uma área de terras ocupadas tradicionalmente, denominada de Trabanda; em torno de tal área, os índios foram alvos de violência por parte do pretense proprietário da área, como a derrubada da residência do atual cacique, o embargo de construção de casas de outras famílias, de ameaças, a destruição de roçados, dentre outros. A mobilização em torno da identidade indígena ganhou força a partir da citação de alguns deles como réus num processo judicial que tinha como objetivo a reintegração de posse da referida área. Diante dessas pressões sobre a terra, as principais lideranças do Sagi/Trabanda buscaram o reconhecimento junto aos Potiguara da Paraíba com quem possuem relações de parentesco e de proximidade cultural e política, e cujos processos históricos de ocupação (de territorialização) da área litorânea se assemelham. A partir dessa aproximação, na visão dos índios do Sagi/Trabanda, o “movimento foi se levantando”, o que remete a uma compreensão política de que a identidade indígena vai se configurando num cenário político de conflitos e disputas em torno da posse de um território, ao mesmo tempo em que se começa a positivação do “ser índio”. Os índios passaram a acionar o etnônimo “Potiguara” e simultaneamente se inseriram no movimento indígena local e regional. Sua principal pauta de reivindicação em torno de direitos diferenciados assenta-se na regularização fundiária de seu território. Depois de quase quinze anos de mobilizações, esses índios obtiveram uma importante conquista em prol desse objetivo: o estabelecimento via FUNAI (Fundação Nacional do Índio) de um Grupo Técnico (GT), para os estudos de identificação e delimitação de suas terras. O propósito desta comunicação é entender como os Potiguara estão a elaborar suas noções de um território indígena a partir de suas apropriações de determinadas categorias jurídicas concernentes ao modelo de identificação e delimitação de uma terra indígena pelo Estado brasileiro. Nesse processo, por exemplo, emergem distintas ideias, produzidas tanto pelos índios como pelos pesquisadores do GT, acerca do que é “necessário à reprodução física e cultural” dos povos inseridos nesse pleito. Assim, propõe um debate acerca da relação/tensão entre a dimensão da territorialidade e a natureza da terra indígena a partir da experiência entre os Potiguara de Sagi/Trabanda.



Apresentação Oral em GT

“Resistir, voltar, retomar, permanecer” – os Pataxó Hãhãhã e a reconquista das terras da Reserva Caramuru-Paraguassu

Jurema Machado de Andrade Souza

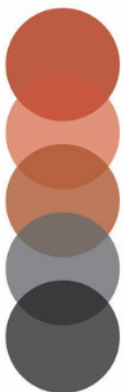
O processo histórico vivenciado pelos Índios da Reserva Caramuru-Paraguassu, no sul da Bahia, foi marcado por ações de repressão e controle, durante as quais a prática de tortura foi o modus operandi do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Vários atos de violência são relatados pelos que sobreviveram, tais como castigos físicos, proibição de comunicação em língua indígena, desestruturação de famílias e destinação das meninas para o work doméstico, violência sexual, e, principalmente, a usurpação do território da própria reserva, implantada em 1926 no âmbito do avanço da lavoura cacaueteira. Daí decorreu uma grande diáspora e, simultaneamente, ações de resistência, o que possibilitou a construção de um ethos de pertencimento ao espaço da Reserva. Por tudo isso, contemporaneamente, as noções locais de luta e compromisso com a comunidade são muito valorizadas. De acordo com a percepção desses Índios, conhecidos, de forma englobante, como Pataxó Hãhãhã, “quem não lutou pela reconquista do território invadido demonstra não prezar a comunidade, quem não tem experiências de retomada para relatar, não faz jus à identidade indígena e ao usufruto do território” (Carvalho et al, 2012). Uma retomada, como o termo sugere, é uma ação cujo objetivo é “reaver, recobrar, recuperar” o que foi perdido; no caso, o que foi usurpado, isto é, “tomado à força, apossado violentamente, alcançado sem direito” (Ferreira, 1999). A proposta desta comunicação é examinar como esse código moral orientou as vidas das diversas famílias estabelecidas na reserva, e suas estratégias de permanência, articulação e recuperação do território invadido. Dispersos durante décadas entre distintos estados e cidades brasileiras, eles se reuniram a partir dos anos 1980 e, na sequência, desencadearam um ciclo de lutas pela retomada das terras, ao longo de três décadas.

Apresentação Oral em GT

Em busca do Kametsa Asaïke – Viver Bem – na Amazônia central peruana: um olhar sobre a organização política dos Ashaninka do Rio Ene.

Lia Mendes Cruz

Este work pretende contribuir para o debate acadêmico e político em torno dos direitos territoriais dos povos indígenas. Buscaremos abordar este campo por meio do estudo das políticas territoriais e da organização política indígena na Amazônia central peruana (Selva Central), com base no caso do povo Ashaninka do Rio Ene. Com esta abordagem, pretendemos relacionar o processo organizativo da política interétnica Ashaninka aos subsequentes eventos que implicaram em perdas territoriais e demandaram negociações deste povo com outros setores da nação peruana, com vistas a assegurar sua autonomia (nem que seja relativa) sobre determinadas porções de seus territórios. Com esse objetivo, este artigo será desenvolvido baseado em uma pesquisa de mestrado, intitulada “Territórios indígenas e desenvolvimento na Amazônia Central peruana: um olhar sobre a organização política dos Ashaninka do Rio Ene”. A pesquisa empírica que resultou nesta dissertação contou com um work de campo no Peru em outubro e novembro de 2011, no qual foram realizadas entrevistas a diversos atores envolvidos com as políticas territoriais para povos indígenas na Amazônia peruana, e também em work etnográfico junto à Central Asháninka del Río Ene – CARE, em seus eventos em Lima e acompanhando suas ações em sua sede em Satípo (Junín/Peru). Nesse contexto, pretendemos explorar, a partir da história e das ações da CARE, as sofisticadas organizativas que emergem em um contexto de mudança dos quadros de interação étnica a partir da década de 1980. Nesta federação de comunidades nativas – como são designados os territórios indígenas titulados pelo Estado na Amazônia peruana - tem destaque a atuação de uma liderança feminina, que tem importante papel no processo de



construção da legitimidade da CARE perante as comunidades do Rio Ene, e também na manutenção de um posicionamento coeso na região no sentido de frear a entrada de empresas extrativas e a instalação de uma represa hidrelétrica projetada sobre esse território. Certamente, pelo pouco tempo que foi possível compartilhar dos esforços organizativos desta instituição, não pretendemos aqui esgotar todas as facetas que envolvem essa proposta. Mas sim, objetivamos sacar elementos que nos permitam iluminar ou direcionar a discussão acerca do cenário interétnico extremamente cambiante e volátil que lança continuamente novos desafios a essas organizações. Por outro lado, estas não são passivas nesse processo, pois suas iniciativas (seja ou não em alianças com agentes externos) também determinam novos rumos – pelo menos desejados – a esse sistema de relações.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466472796_ARQUIVO_CRUZ,LiaMendes.30RBA.pdf

Apresentação Oral em GT

DISPERSÃO, COALESCÊNCIA E ETNICIDADE: Trajetórias e territorialidades de um grupo timbira.

Luiz Augusto Sousa do Nascimento

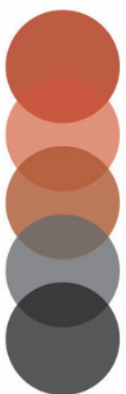
Os Krenyé-Timbira foram atraídos pelas frentes de expansão coloniais no século XIX e passaram por diferentes situações históricas. No ano de 1940, o grupo foi considerado extinto pelo então Serviço de Proteção ao Índio – SPI. Durante um longo período, o grupo passou a viver na “sobra” dos Tenetehara-Guajajara, povo tupi. Os Krenyé e os Tenetehara protagonizaram conflitos por disputa pela ocupação da Terra Indígena Roncador, até então destinada aos Krincati-Timbira. Essa situação originou longos conflitos culminando a expulsão dos Krenyé da Terra Indígena, quando o grupo passou a perambular por vários territórios de indígenas até então considerados inimigos, como o caso dos Tenetehara e Pukobjê. No ano de 2002, as duas principais famílias Krenyé entraram em conflito, ocasionando a morte do principal líder do grupo, o índio Gonçalo Silva. A morte do chefe impulsionou a dispersão dos Krenyé para a cidade, onde passaram a viver nas periferias. Nesse contexto, a pesquisa buscou interpretar as trajetórias percorridas pelo grupo na busca pela retomada do seu “território de ocupação tradicional”, que se iniciou no ano de 2003, quando jovens lideranças indígenas procuraram mediadores (antropólogos, ativistas de direitos humanos, ONGs) para auxiliar o grupo para os procedimentos burocráticos para solucionar os conflitos e dilemas antigos, tais como o equívoco da extinção dos Krenyé e a definição do território de “ocupação tradicional”. A mobilização dos Krenyé resultou um novo posicionamento o Estado quanto ao grupo, embora não terem conseguido voltar para o seu “território de ocupação tradicional”, o órgão indigenista licitou uma área ser comprada para o usufruto da população Krenyé. Os dados apresentados no corpo do artigo são de natureza sincrônica e diacrônica, no entanto, as referenciais centrais de análises são os processos conduzidos pelas principais lideranças políticas krenyé, bem como as narrativas dos anciões, coletadas durante visita à aldeia Pedra Branca quando da realização da sua primeira assembleia geral.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466429115_ARQUIVO_Krenye2016.pdf

Apresentação Oral em GT

A autodemarcação da Terra Indígena Sawre Muybu: a resistência do povo Munduruku ante a ameaça de expropriação

Mauricio Torres



Desde 2008, o povo Munduruku aguarda que o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da Terra Indígena (TI) Sawre Muybu, finalizado em 2013, seja assinado pela presidência da Funai e tenha seu resumo publicado. O motivo da demora foi abertamente declarado pelo órgão indigenista: o reconhecimento oficial da TI obstaculizaria a pretensa Usina Hidrelétrica (UHE) de São Luiz do Tapajós, uma vez que tal obra alagaria substantiva porção da TI e sujeitaria os Munduruku à realocação forçada, o que é constitucionalmente vetado. Com efeito, para fins do licenciamento do empreendimento, apesar da sabida existência de indígenas no local, a área não é considerada TI, segundo a Portaria Interministerial n° 419/2011, que, em restritivo entendimento, exclui da condição de TI aquelas que não tenham o respectivo RCID publicado. Em consonância com a inação da Funai, o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), afirmam em 2014 que as UEH do Tapajós seriam as primeiras a serem construídas em áreas sem “ocupação humana”. Ante a negação estatal, até, de sua própria existência, no segundo semestre de 2014, os Munduruku iniciam a autodemarcação de seu território. A partir de grupos que variaram de dez a 72 guerreiros e guerreiras, vão se abrindo picadas na floresta e os limites de Sawre Muybu materializam-se, se não pelo cumprimento da obrigação estatal, pela ação do grupo. Uma vez conhecidos os limites da TI, os impactos da pretensa barragem hidrelétrica passam a ser passíveis de serem aferidos e quantificados. A omissão do Estado submete os Munduruku ao conflito direto com garimpeiros, grileiros e madeireiros que saqueavam o território, entretanto, alianças também se trançam. Ribeirinhos da região, netos dos seringueiros que, até há poucas décadas guerreavam com os Munduruku, juntam-se aos índios na autodemarcação. A aliança efetivada faz ver o ato de estratégica resistência aos projetos de barramento que expropriariam aos dois grupos. Por trás do alinhamento político de diferentes grupos, está a presença do inimigo comum, com projetos que desterritorializariam a todos. Trata-se de um processo que nos possibilita discutir a plasticidade das tensões internas entre plurais sujeitos coletivos de direitos.

Apresentação Oral em GT

Novas estratégias Kaiowá e Guarani na luta e recuperação de seus territórios

Priscila de Santana Anzoategui, Rafael Rondis Nunes de Abreu- Mestrando em Antropologia da UFGD, e-mail: rafadeabreu@gmail.com Bruna Santos de Andrade- Mestranda em Antropologia da UFGD, e-mail: andrade.br.cs@gmail.com

Neste work analisaremos três retomadas de terra dos Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul: Tey'Jusu, que fica próxima ao município de Caarapó; Kurupi/Santiago Kue, próxima a Naviraí e Nande Rú Marangatu, entre a cidade de Antônio João e o distrito de Campestre. As três retomadas ocorreram em períodos e contextos específicos e fazem parte de um processo de luta e resistência que se iniciou nos anos 80. Em consequência dos processos de luta pela terra, há graves violações de direitos humanos e constitucionais, que se modificam com o passar dos anos. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, apesar dos avanços de paradigmas, poucos territórios foram demarcados pelo Estado brasileiro. Existe uma série de ofensivas jurídicas e políticas que visam à retirada de direitos indígenas por meio de alterações de dispositivos legais. A maioria dos processos demarcatórios tem sido judicializada, novas interpretações, regras, jurisprudências e teses têm surgido. Nos últimos anos, como tática de desarticulação da luta pelo território, ocorreram muitos assassinatos de lideranças indígenas. Porém, devido às repercussões, principalmente internacionais, as movimentações de grupos contrários a demarcação dos territórios indígenas têm tentado colocar no banco dos réus o movimento indígena e seus apoiadores. Por outro lado, diante deste cenário de extrema violência, os Kaiowá e Guarani apresentam estratégias distintas de defesa e recuperação de suas terras, agregando novos elementos às suas lutas. Pretendemos abordar neste artigo novas estratégias de defesa e luta que têm surgido nos últimos anos em resposta a um cenário de extrema de violência, no qual os indígenas em Mato Grosso do Sul estão inseridos. Essas novas estratégias são diversas, constituindo-se desde

articulações por meio das universidades e práticas midiáticas, que se intensificaram nos últimos anos, até diversas articulações e alianças estabelecidas na luta pela terra.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467334591_ARQUIVO_NOVASESTRATEGIASKAIOWAEGUARANI_NALUTAERECUPERACAODESEUSTERRITORIOS.pdf

Apresentação Oral em GT

História e territorialidade na terra indígena Projeto Mapi, na região do Médio Solimões

Quezia Martins Chaves, Hilkiene Alves da Silva Rafael Barbi Costa e Santos

A comunidade indígena, Projeto Mapi, está situada no quilometro 13 da estrada da EMADE, município de Tefé – Amazonas. O grupo se reconhece como índios Caixana. Trata-se de uma Terra Indígena (TI) não regularizada, a área foi demandada à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 2004 e desde então espera-se a demarcação. A pesquisa investigou a maneira como a memória e as narrativas dos moradores do Mapi são acionadas para justificar sua ocupação e direito sobre a terra. A pesquisa foi realizada através do método etnográfico, combinando observação participante e gravação de narrativas. Os primeiros moradores do Mapi chegaram, em 1984, como trabalhadores da Empresa Amazonense de Dendê (EMADE), instalada na região em 1982. A área da empresa media 270.000 ha. O projeto agroindustrial pretendia “desenvolver” a região através da produção de óleo de dendê, visando aumentar a renda de 625 famílias de pequenos produtores rurais, além de criar 1000 empregos indiretos. O plantio se destinaria a produção de combustível e óleo comestível. Ela teria cedido aos seus trabalhadores 7 ha de suas terras para a agricultura de subsistência. A EMADE durou pouco mais de 10 anos, em 1993 ela faliu. Nesse momento a empresa começa a despedir e a desapropriar seus trabalhadores. Estes últimos alegaram não ter para onde ir e continuaram nas terras. Por várias vezes, os supostos donos da terra apareceram na tentativa de reintegração de posse. As famílias que permaneceram na área já haviam feito seus roçados, este passou a ser a única fonte de renda. Segundo as narrativas, a técnica de manejo da terra e da caça foi crucial para a permanência destes. A relação dessas pessoas com suas roças estão relacionadas a um modo de vida e fixam um padrão cultural que compreende um repertório de práticas específicas. Quando narram suas vivências coletivas, as usam para reforçar o direito que têm sobre a terra e para se afirmarem enquanto Caixana. Em 1997 a Prefeitura Municipal inicia a abertura da estrada, sua pavimentação foi concluída nos anos de 2007 a 2008. A partir daí surgem os balneários, chácaras, fazendas, bares e novas comunidades. Em 2010, houve confronto entre os moradores do Mapi e demais atores. Estes alegavam que a área não era demarcada como TI e que as pessoas que ali residiam não eram índios de “verdade”. O fato de falarem português justificaria a entrada de outros em suas terras. Dos estereótipos do “falso índio” à vida dos “verdadeiros indígenas” no Mapi, há muito que discutir. O Mapi, como muitas outras comunidades indígenas no médio Solimões, é organizado em torno de laços de parentesco, da relação com a terra, da produção, de solidariedades e vivências.

Trabalho completo:

[https://www.abant.org.br/files/1466469004_ARQUIVO_HistoriaeterritorialidadenaterraindigenaProjetoMapi\(1\).pdf](https://www.abant.org.br/files/1466469004_ARQUIVO_HistoriaeterritorialidadenaterraindigenaProjetoMapi(1).pdf)

Pôster em GT

Wà Zemukatuhaw: práticas terapêuticas, território e cultura do povo Tembé

Roberta Pereira da Costa, Cristiane Modesto do Nascimento Vanderlúcia da Silva Ponte



Segundo relatos de viajantes e pesquisadores, os Tembé foram contatados pela primeira vez por volta de 1653, no que seria o seu território original, na região do Rio Pindaré, Maranhão. No final do século XIX houveram diversas invasões à essa região, o que fez com que parte dos Tembé migrassem, em 1850, para a região dos rios Guamá, Capim e Gurupi, no sudoeste do Estado do Pará. Apesar da ocupação tradicional desse território, o processo de demarcação da sua Terra Indígena foi longo e difícil, toda a história dos Tembé é marcada por lutas contra invasores, sejam eles madeireiros, pescadores predadores, agricultores não indígenas ou traficantes de drogas. O processo de demarcação da área indígena se iniciou na década de 1970 e foi concluído somente em 1993, quando a Terra Indígena Alto Rio Guamá – TIARG foi homologada pelo Decreto N.º 011. Porém, mesmo após a homologação da Terra Indígena tanto a disputa pela terra quanto a dificuldade de estabelecer uma infraestrutura básica nas aldeias e a ameaça de novas invasões permaneceram fazendo parte do cotidiano dos Tembé. Diante disso, juntamente com a formação política, os Tembé encontraram no resgate cultural um mecanismo eficiente para o fortalecimento do grupo diante de todas essas ameaças. É nesse ponto que entra em cena o projeto ‘Wa Zemukatuhaw: práticas terapêuticas, território e cultura’ idealizado pelo líder indígena Piná Tembé e executado pelo Grupo de Estudos sobre Populações Indígenas ‘Eneida Corrêa de Assis’, com a colaboração, suporte e financiamento da Faculdade Integrada Brasil-Amazônia e da Universidade Federal do Pará. Um dos principais objetivos do projeto, ainda em curso, é a realização do mapeamento cartográfico do território étnico Tembé a partir do conhecimento tradicional preservado pelos velhos Tembé e transmitido às novas gerações, visando a identificação das práticas terapêuticas e de cura, dos recursos necessários para a produção e reprodução dos saberes tradicionais, assegurando e estabelecendo o uso do território e demonstrando que, tradicionalmente, o território ocupado pelos Tembé vai além do que foi demarcado pelo governo e que esse fortalecimento da autoafirmação identitária do Povo Tembé pode ser útil nas ações de defesa e garantia de permanência no seu Território. Nesse work a intenção é incitar o debate entre a necessidade de fortalecimento cultural dos povos indígenas e a sua territorialidade, utilizando-se do exemplo trazido pelos Tembé como uma forma válida e legítima de defesa, recuperação e garantia dos territórios indígenas.

Apresentação Oral em GT

“Força e luz nas correntes das médiuns em nome de Deus”: sobre a territorialização dos índios Tremembé em Queimadas, Acaraú no Ceará.

Ronaldo de Queiroz Lima

Este work resulta de etnografia sobre o povo Tremembé de Queimadas, que foi desenvolvida durante o mestrado em Sociologia na Universidade Federal do Ceará, entre os anos de 2013 e 2015. Trata-se esse artigo de destacar o processo de territorialização desse grupo indígena com foco na formação social do grupo de índios e índias que mantém a tradição cultural de cura. A ocupação tradicional de Queimadas pelos Tremembé se deu a partir de uma migração de Almofala, a terra do aldeamento dos índios Tremembé no século XVIII. Essa migração se deu no final do século XIX. Nos anos oitenta, a Terra Indígena Queimadas foi suprimida pelo Perímetro Irrigado Baixo Acaraú, situação que continuou durante a década de 1990. Os índios ficaram sem terra para plantar e morar, então, houve a expulsão desse grupo de sua terra tradicional. Nesse contato interétnico, forjou-se a consciência étnica dos indígenas enquanto sujeitos de direito à terra de ocupação tradicional de nome Queimadas. Então, o foco desse work é mostrar a retomada de Queimadas pelos Tremembé da posse do Perímetro Irrigado, dando ênfase à perspectiva cultural possível ao se tomar como foco a formação social do grupo de curadores. Nesse ínterim, o processo ritual de cura se revelou como um fator de organização social na reorganização social do grupo. Portanto, os works, como é chamado o referido ritual de cura, enquanto espaço de interações entre individualidades indígenas é um indicador do fenômeno da territorialização. Revelou-se também que o encantado presente nessa ritualística indígena Tremembé da cura foi um agente político no processo de retomada da terra tradicional de Queimadas. Ver-



se também a convivência de diferentes tradições culturais na constituição da identidade étnica, como também a convivência de divergências no âmbito das interações cotidianas. Por fim, a identidade étnica Tremembé de Queimadas surge também com os índios e índias que se autoidentificam como médiuns dos rituais de cura. Então, ser um médium é ser um índio. Palavras-chave: Territorialização, cura espiritual, identidade étnica.

Pôster em GT

Trajatórias de Resistências e Conflito Territorial: Reflexões a partir da atuação política do Movimento Munduruku Ipereğ Ayũ

Rosamaria Santana Paes Loures

As críticas às formas de esbulho dos recursos naturais na Amazônia brasileira por parte das empresas multinacionais com aval do governo tomaram a dimensão de uma discussão global a partir da década de 1970, quando o discurso sobre os limites do desenvolvimento tornaram-se recorrentes e a temática ambiental foi amplamente introduzida. Surge um novo discurso sobre o desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável, o qual é hoje reproduzido como jargão publicitário pelo governo e pelas empresas que controlam os grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia. O Complexo Hidrelétrico do Tapajós (CHT) é mais uma dessas grandes obras planejadas para Amazônia, na região da bacia do Tapajós. Mais precisamente, é o próximo grande empreendimento pensado para a Amazônia. Estabelecido no Plano Decenal de Energia 2021 (PDE 2021) e no Plano de Aceleração do Crescimento II (PAC II) tornou-se prioridade para o governo federal. Considerando os sete aproveitamentos hidrelétricos (AHE) propostos no CHT, dois estão inventariados e cinco deles em estudo. Abordaremos o contexto de disputa territorial nesta “situação de fronteira” e o analisaremos sob a ótica das estratégias de resistência do movimento Munduruku Ipereğ Ayũ (movimento MIA). Trata-se de compreender o movimento MIA a partir das suas formas de resistência e de luta frente às ameaças de expropriação e esbulho territorial que o povo Munduruku antevê nos planos governamentais de implantação do CHT, na bacia do rio Tapajós. Os planos governamentais concebem o rio Tapajós como fonte de recursos energéticos e como rota de escoamento de commodities (principalmente a soja produzida no norte de Mato Grosso). O movimento MIA entende o mesmo rio Tapajós de modo peculiar, desde os recursos oferecidos pelo rio até lugares na cosmologia do grupo. A partir disso, pretendemos relacionar a forma como o movimento MIA entende o rio, a floresta com as suas particularidades e modos como se constitui, organiza e age. O movimento MIA, utilizando-se de diferentes táticas, vem engendrando um processo de resistência frente a esse modelo de hidrelétricas imposto pelo governo federal, já que a implantação dessas barragens inundaria significativas áreas habitadas há milhares de anos por povos indígenas e comunidades tradicionais, além de acarretar outros inúmeros impactos. Se, por um lado, o governo diz que não abrirá mão do empreendimento, o movimento MIA também garante que não abrirá mão do rio e da floresta, apostando em uma pluralidade de estratégias de defesa territorial face às frentes de expansão do governo.

Apresentação Oral em GT

A Saga Xavante: Notas Sobre a Luta Pela Terra Indígena Marãiwatsédé

Sckarleth Martins, Deyvisson Pereira da Costa Suely Henrique de Aquino Gomes

Esta proposta de análise exploratória se vale das humanidades intrínsecas no encontro de culturas a fim de explorar as possibilidades no contato com o Povo Xavante Marãiwatsédé, do estado de Mato Grosso. Neste sentido, considera os enunciados e as visibilidades que cercam essa comunidade na luta para auto constituir-se para compreender as estratégias e apropriações/negações discursivas na propulsão de uma subjetividade indígena Xavante. Logo, o relato de experiências, como possibilidade metodológica, volta-se para



compreender a conformação dos valores, tradições e riscos que envolvem um povo que, apesar de quarenta anos exilados do seu território tradicional, reconhece as trocas simbólicas como determinantes de transformações e busca o direito de ser Xavante. E, ainda neste campo, os critérios de diferenciação dos povos como a cultura, a economia, os hábitos, a língua, e até uma auto definição étnica são estruturas essenciais para o entendimento desses povos em suas diversas relações com o outro (indígena ou não), consigo mesmos e com o mundo (a terra, o território e a sua territorialidade). Neste sentido, os principais eixos de abordagem sobre o assunto voltaram-se para entendimento sobre a Sociedade Xavante, bem como compreender as relações que estes têm com seu meio geográfico, sua ecologia. A investigação desses temas, propiciada pelo próprio movimento analítico, pode indicar que a organização social Xavante pode servir de parâmetro para explicar uma dinâmica sócio espacial mais ampla — a qual vem sendo reproduzida no contato com os grupos Xavante locais, e em relação com os outros. Como este work envolve o estudo de uma etnia, em que muita coisa de sua cultura ainda é desconhecida pela pesquisadora, isto é, uma cultura marcada pelos sincretismos, este work tenta escapar da visada etnocêntrica per se e do modelo de oposição nós versus eles. Para tanto aciona a categoria de análise foucaultiana no estudo do dispositivo e seu caráter altamente subjetivante. Assim, tentar-se-á alcançar: a) por que os Xavante queriam tanto voltar para a Terra Indígena Marãiwatsédé, se poderiam ter outro território. b) que unidade estratégica, e quais empreendimentos táticos, se fazem presentes nessa disputa que durou vinte anos e resistiu, e c) como se dá o processo de auto constituição deste sujeito indígena que emerge deste acontecimento.

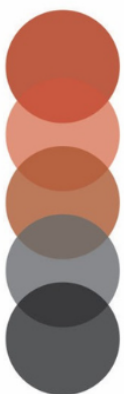
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466470984_ARQUIVO_RBA-ARTIGO-GT29-SCKARLETH-MARTINS.pdf

Pôster em GT

“Essa terra é complicada!”: território e construção identitária entre os Xukuru-Kariri de Taquarana

Wemerson Ferreira da Silva, Wemerson Ferreira da Silva

O work aborda o processo de construção da identidade étnica vivenciado presentemente por três famílias extensas, em Taquarana – AL, e a tentativa de manterem-se no território que ocupam há quase um século. Em função de conflitos com latifundiários locais, que buscavam turbar o território do grupo, esses atores sociais recorreram às lideranças Xukuru-Kariri de Palmeira dos Índios – AL, com as quais mantêm vínculos rituais e de parentesco, e, após um processo de formação política oferecido por elas, passaram a reivindicarem-se, perante o Estado, como etnicamente diferenciados e a solicitar a imediata demarcação de seu território como terra indígena. O território do grupo foi submetido a um largo processo de vendas e trocas de pequenas parcelas que o levou, no fim do século XX, a consistir em apenas pouco mais de 3 hectares; sendo este seu atual tamanho. Conforme as narrativas dos interlocutores, por volta de 1930, a primeira índia a chegar ao local, à época conhecido como Fazenda dos Nóias, foi Mãe Jovina. Acompanhada de um irmão, ela deslocou-se para ali em busca de terra e work. Na fazenda, a indígena casou-se com um dos detentores da posse da terra e inaugurou, no lugar nomeado pelos interlocutores de grotá, um grupo doméstico. Mãe Jovina, que em vida consagrou-se enquanto especialista ritual, atualmente tem sido apontada pelos indígenas como sua referência moral, política e ritual. Em virtude dos últimos acontecimentos, as relações e percepções que o grupo mantém junto ao território vêm sendo reelaboradas, e, de grotá, ele passou à condição de Aldeia Mãe Jovina. Analisar-se-ão os efeitos iniciais do “processo de territorialização” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) dando relevo à articulação local dos fluxos culturais originários de diferentes tradições de conhecimento e que apresentam, atualmente, os primeiros sinais de “etnificação”. Além de focar a organização social do grupo, por tratar-se de um estudo de “dinâmica territorial” (MURA, 2006), pretende-se também analisar o modo como o território dessas famílias é configurado não apenas pelas características morfológicas das mesmas, mas em razão da atuação de outras agências e grupos sociais, como o Estado e fazendeiros, no decorrer de quase um século.



GT 030: Etnografia de documentos e burocracias: desafios teórico-metodológicos da análise de práticas de poder

O objetivo do GT é reunir pesquisas antropológicas que contribuam para refletir sobre os desafios e as potencialidades da etnografia de documentos a partir de trabalhos de campo realizados em repartições burocráticas ou entre sujeitos, grupos e movimentos que por elas transitam ou com elas interagem. Visto que a escrita e os documentos são tecnologias e objetos centrais nas burocracias, estes passam a ser também artefatos etnográficos especialmente rentáveis em pesquisas que, de alguma maneira, lidam com este tipo de organização. Embora documentos burocráticos tenham sido um dos artefatos historicamente mais negligenciados na Antropologia Social, atualmente é possível perceber um renovado interesse por estes objetos dentro da disciplina. Ao colocar em diálogos múltiplos modos de fazer etnografia documental em burocracias propriamente ditas, assim como em pesquisas de campo atravessadas por encontros com papéis e outras modalidades de registros burocráticos, a proposta é estimular uma reflexão mais ampla acerca não só das dinâmicas, dos efeitos e dos poderes mobilizados por práticas de documentação, mas também dos desafios que a lida com documentos em situações de trabalho de campo etnográfico aporta à antropologia e às suas autorrepresentações. O grupo acolherá estudiosos/as de diferentes temáticas que se vêem em face de desafios semelhantes e possam apontar diferentes caminhos teórico-metodológicos para este tipo de pesquisa.

Laura Lowenkron (Unicamp) e Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira (Escola de Ciências Sociais (CPDOC) da FGV) - **Coordenação**

Adriana de Resende Barreto Vianna (MN/UFRJ) - **Debatedor/a**

Apresentação Oral em GT

A política dos processos: notas sobre administração processual no Supremo Tribunal

Andressa Lewandowski

O objetivo da proposta está em acompanhar a circulação de processos no Supremo Tribunal Federal, principalmente observando que chamo aqui de política dos processos. Trata-se, sobretudo, de rastrear os movimentos da administração processual de liberação e retenção dos autos processuais com vistas e liberar e segurar a produção das decisões no colegiado. A partir desse movimento, que envolve a circulação de dezenas de documentos, é possível identificar uma forma de política que não é externa a produção jurídica, mas que encontra seu momento de efetivação justamente na movimentação da economia dos processos. Tentando compreender a produção das decisões a partir de um de seus artefatos, qual seja, os autos processuais e sua circulação, o que pretendo analisar aqui são as estratégias de produção de decisão que não estão no convencimento dos ministros em plenário, mas que, mobilizam procedimentos técnicos e temporalidades administrativas no fluxo do processamento de uma ação judicial julgada pelo STF. Com efeito, a análise do discurso normativo do direito dá lugar às formas e práticas que fazem o direito produzido no tribunal. Talvez seja possível então pensar uma noção de política que parece compor a própria natureza dos modos de funcionamento da administração burocrática.

Apresentação Oral em GT

Entre Ofícios: reflexões sobre a gestão da habitação a partir de documentos da assistência judicial em um Núcleo Especializado da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Anelise dos Santos Gutterres



Esta proposta de apresentação oral parte de uma etnografia junto aos diferentes documentos que compõem as ações judiciais - movidas pelo Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública - e que tem como réu o Município do Rio de Janeiro. Analisando a data dos primeiros atendimentos e a qualidade das declarações recebidas pelo Núcleo, notamos que a propalação de programas de urbanização e/ou produção de moradias de interesse social nas favelas cariocas aumentou desde 2002. Como viemos observando nos Termos de Declaração assinados, as “declarantes” – moradoras e moradores que não possuem recursos para arcar com honorários advocatícios – narram tais programas a partir da “visita” de funcionários da prefeitura em suas casas, relatando um ambiente de incertezas, intensificadas posteriormente pela difusão de rumores. Realizadas por técnicos e agentes do Município ligados a secretaria de habitação, essas incursões em diferentes favelas explicitam práticas específicas – baseadas na irradiação da dúvida entre as moradoras – e têm como objetivo a intimidação e a coação destas habitantes para que se desloquem do território, oferecendo como contrapartida uma solução vinculada aos programas de habitação e urbanização já citados. As declarações – realizadas individualmente por moradoras e moradores integrantes de pequenos coletivos – são umas das primeiras etapas da assistência realizada pelo Núcleo. Se por um lado há obscuridade e privação de informação como práticas do Município na manutenção da vulnerabilidade destes locais, como viemos observando (Gutierrez, 2014), uma das tarefas do work feito pelas defensoras e defensores é acessar oficialmente as secretarias e órgãos municipais em busca de informações. O rastreio - nas coordenadorias e setores vinculados as ações de urbanização nesses locais - é realizado através da emissão dos Ofícios, classificados por esta pesquisa como artefatos. A análise desta comunicação, entre a Defensoria e estes diversos setores, vem evidenciando algumas temporalidades da gestão da habitação e da burocracia; e são elas - construídas entre os carimbos e rubricas dos protocolos de entrada e saída - que gostaria de compartilhar com o grupo em minha apresentação. Minha proposta, portanto, é debater os caminhos metodológicos que embasam as escolhas do objeto de pesquisa aqui relatado; e, principalmente, os desafios narrativos que esse conjunto de documentos - chamados pelas defensoras e defensores de “pastas” - provoca àquelas e àqueles que os recolhem e os produzem, e, também, àquela que os etnografa. Permeado de “sigilos”, “estratégias” de defesa, e fluxo de novas informações e atores, vemos que a análise dessas “pastas” pode contribuir para um entendimento das práticas de poder na gestão da habitação nesses territórios.

Apresentação Oral em GT

De papel a documento: uma reflexão sobre os procedimentos notariais

Danilo César Souza Pinto

A comunicação trata de uma reflexão a partir de uma etnografia realizada em um tabelionato de notas e protestos. O objetivo é refletir sobre o processo de construção prática que ocorre na operacionalização dos procedimentos formais e burocráticos que vão culminar com a invenção de uma ideia reificada e permanente do estado e de seus procedimentos. A razão de ser dos procedimentos dos tabelionatos de notas é garantir a segurança, via registro, dos negócios e ações realizados por particulares. Em tese, o registro garante a eficácia como ato jurídico, uma vez realizado, ficaria imortalizado nos arquivos notariais, podendo ser resgatado com validade jurídica a qualquer momento. Mais do que observar a subversão cotidiana do oficial, pretende-se examinar como se fabrica reificações, a partir de seus instrumentos mais elementares, o carimbo, a assinatura, o papel, a escrita jurídica, a fé pública, o documento e a solenidade do processo de oficialização. É por meio dessa combinação que se analisa a mudança de status e de natureza entre um discurso oficial e outro não oficial, a mudança de um papel escrito para um documento. Ao se debruçar sobre as práticas dos agentes do estado mirando uma dessencialização, muitas vezes olvida-se como, utilizando-se de que expedientes e fórmulas, os mecanismos estatais constroem essencializações. A etnografia do tabelionato leva o antropólogo a pensar sobre as formalidades dos procedimentos, uma vez que é disso que os nativos tratam, refletem e discutem como sendo central. Na etnografia, o que os escreventes queriam me ensinar relacionava-se aos





procedimentos de registro, como se constrói um documento. A relevância desse aspecto é uma dica nativa. A formalidade, a transformação em oficial e legítimo, tem sua relevância, já que na etnografia pululam eventos nos quais disputa-se o modo de elaboração do documento: o que precisa, o que não precisa, para onde vai, como se elabora corretamente uma procuração, qual a linguagem adequada para se referir a determinada autoridade, enfim, como utilizar um idioma que as pessoas não utilizam em seu cotidiano, mas que necessitam dele quando se dirigem aos agentes do estado. O aspecto simbólico-perfomático desses expedientes, adicionalmente, dão-nos a oportunidade de construir uma reflexão sem a necessidade de remetimento às categorias sociológicas mais abrangentes. O estudo dos mecanismos formais podem colaborar com a gama de estudos que versam ou tangenciam a problemática da burocracia e do estado. Eles podem nos dizer muito sobre o que é o estado, como funciona uma parte da comunicação ou qual é o idioma “falado” por este.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1465921694_ARQUIVO_RBA_depapeladocumento.pdf

Apresentação Oral em GT

Papel dos Papéis: Mobilização de interesses em uma controvérsia sociotécnica da Serra do Gandarela

José Paulo Pereira de Resende Neto

O work aqui apresentado é o resultado da descrição de uma controvérsia sobre a Serra do Gandarela, área de imenso potencial de exploração de minério de ferro e que possui o maior número das nascentes do principal rio que abastece a Região Metropolitana de Belo Horizonte, o rio das Velhas. Desde 2005 a empresa VALE vem tentando a obtenção de licenças para a exploração minerária da área, a partir de diferentes estratégias de abordagem junto aos órgãos ambientais. Desde seu início, no entanto, diversos atores vêm agindo de forma a tentar impedir a criação da mina, culminando em 2009 na produção do projeto do Parque Nacional da Serra do Gandarela. Estes atores são diversos, pertencentes tanto ao setor privado, como ao terceiro setor e às universidades, que também se classificavam como ambientalistas e socioambientalistas, divergindo e convergindo em aspectos pontuais. Tal mobilização culminou inicialmente na criação do Movimento de Preservação da Serra da Gandarela, que atuava como arena de diálogo entre estes atores, e no projeto de parque, que produziu uma primeira estabilização dos interesses envolvidos. O acompanhamento do processo de produção deste projeto na forma materializada de um documento e como este servia para a mobilização e translação dos interesses envolvidos foi o tema central de minha pesquisa. Acompanhar o projeto do parque, no entanto, não seria somente a observação da consolidação deste primeiro projeto, mas a observação de como ele se modificava à medida que atravessava distintas instituições estatais e como eram mobilizados na contraposição de interesses variados. Assim, não somente um recente objeto de interesse da antropologia, os documentos se apresentaram como formas objetificadas de interesses, agindo dentro das relações dos atores mapeados como articuladores e estabilizadores de distintos processos e desejos. Dessa forma, embora estes documentos – e aqui me refiro não somente aos produzidos pelo Movimento, mas também aos projetos minerários – estivessem fortemente amparados por argumentos técnicos e valores morais, eles também eram mobilizados como interesses de grupos distintos, suscetíveis à articulação política. Assim, cada documento produzido era uma imagem metaestável da controvérsia sociotécnica e instrumentos privilegiados para a maquinação dos interesses envolvidos.

Apresentação Oral em GT

Entre laudos, leis e agreements. Os dilemas da pesquisa documental em perspectiva comparada, Brasil e África do Sul.

Joyce Gotlib

Nesse paper, me proponho a debater os resultados da pesquisa de doutorado, a qual estou à guisa de defender, que teve como temática dois processos de reparação histórica das injustiças envolvendo duas comunidades negras rurais: a comunidade quilombola Ivaporunduva, localizada no Brasil, no Vale do Ribeira e a outra denominada os Bhangazi, localizada na África do Sul, na província de KwaZulu-Natal. Os objetivos da investigação foram: traçar um contraponto entre os dois contextos de pesquisa, observando em primeiro lugar, o processo de formação das políticas fundiárias nos dois países, os agentes envolvidos na construção das provas de reconhecimento ao direito à terra ancestral dos coletivos rurais investigados, as evidências postas à prova e aqueles envolvidos na luta pela titulação das terras. Ao constatar que os estudos de casos tinham uma trajetória própria, devendo ser vistos sociologicamente como processos sociais, os mesmos haviam deixado pegadas na história. Além da pesquisa de cunho etnográfico e das entrevistas semiestruturadas, pautei minha investigação nos documentos oficiais, extraoficiais e ainda em documentos sigilosos descobertos ao longo da coleta de dados, alguns deles cedidos por entrevistados outros deles em acervos de entidades estatais, bibliotecas públicas e ONGS. Os papéis dividiam-se em pareceres, laudos, projetos de lei, estudos de impacto ambiental, legislações, acordos e contratos, que se apresentavam para mim como objetos com vida própria. Nossa proposta é apresentar sucintamente os dilemas teórico metodológicos enfrentados na pesquisa em tratar papéis como sujeitos de pesquisa, e ainda, enfatizar as dificuldades analíticas em contrapor documentos, que parentavam ter natureza similar, porém produzidos em contextos de pesquisa extremos.

Apresentação Oral em GT

Ouvir as pessoas, enxergar os papéis: notas de pesquisa sobre violência de estado

Juliana de Farias Mello e Lima

Esta comunicação tem o objetivo de expor dilemas relativos a percursos metodológicos envolvendo documentos oficiais em contextos de pesquisa sobre violência de estado. Trata-se, especificamente, de uma reflexão sobre redefinições de agenda de work de campo e decisões políticas tendo em vista os desafios inerentes às etnografias realizadas em contextos marcados por violência institucional e pelo controle de territórios e corpos. As questões que compõem o debate proposto decorrem de duas situações de pesquisa distintas: uma na qual a documentação a ser analisada foi disponibilizada pelas próprias pessoas atingidas – direta ou indiretamente – durante ações violentas de agentes de estado; outra na qual a documentação a ser analisada diz respeito a pessoas com as quais a pesquisadora nunca teve contato. Quais são os limites éticos colocados nas duas situações? Como decidir quais materiais disponibilizados não serão expostos e quais serão? Como trabalhar com documentos que compõem processos judiciais inconclusos? Como trabalhar com documentos públicos relacionados a casos de violência de estado sem ter conhecido as pessoas que tiveram seus direitos violados nas situações em questão? O objetivo desta comunicação é poder refletir coletivamente sobre estas e outras perguntas, levando em conta os comprometimentos políticos de quem se propõe a atuar no campo das investigações antropológicas sobre práticas de poder.

Apresentação Oral em GT

Interpelação, População e Sujeitos: Estado e produção de documentos em contextos de privação de liberdade

Marcio Zamboni

O objetivo deste paper é refletir sobre a produção de populações e sujeitos de direitos por agentes do Estado brasileiro em contextos de privação de liberdade através da produção de documentos oficiais (ofícios, oitivas,



portarias). Devo, para tanto, analisar os dados produzidos pelo Núcleo especializado em Situação Carcerária (NESC) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo acerca da população de Travestis e Transexuais no sistema penitenciário deste estado. A interpelação de sujeitos privados de liberdade por agentes do estado (solicitada nos ofícios e registrada nas oitivas) será o momento crítico dessa dinâmica e a questão do acesso a políticas públicas específicas (uso do nome social, tratamento para HIV/Aids, hormonização) a linguagem na qual ela se traduz. Pretende-se compreender, por um lado, as formas como essas populações são definidas, as demandas que levaram à sua elaboração (pensadas em sua articulação com o cenário mais amplo dos Direitos Humanos no Brasil) e as representações mobilizadas pelos atores envolvidos em sua implementação. Por outro lado, deve-se considerar as perspectivas dos diversos sujeitos interpelados por estes dispositivos, atentando para os processos de identificação e diferenciação envolvidos em sua dinâmica. Esta proposta se insere no contexto da minha pesquisa de doutorado em Antropologia, intitulada “A População LGBT Privada de Liberdade: sujeitos, políticas e direitos em disputa”, que está sendo realizada no PPGAS-USP sob a orientação da Profa. Dra. Laura Moutinho.

Apresentação Oral em GT

Acerca de las consecuencias de prácticas etnográficas con documentación estatal

Maria Gabriela Lugones

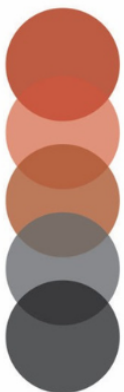
A partir de una experiencia de trabajo construyendo un fondo documental, que constituyera el universo de referencia empírica de una investigación de impronta etnográfica (Lugones, 2004), el argumento que quiero desplegar en esta oportunidad es cómo los intereses de pesquisa y las acciones en pos de producir conocimiento histórico y socio-antropológico pueden impactar, como de hecho fue en la situación que voy a retratar sumariamente, en la (re)creación de un archivo estatal. La tentativa aquí es presentar la trama que se urde entre las prácticas administrativo-judiciales (en lo referido a la producción de documentos, a las dinámicas de su remisión para archivarlos, a su clasificación y taxonomía en el archivo) y las investigaciones en (y de) autos. La cuestión es cómo tales derroteros transforman archivos que solemos naturalizar como de exclusiva construcción de los Poderes estatales. Reconocer nuestra participación –no sólo observando– en las tareas de archivo que constituyen una concreción clave de las empeños estatales impone asumir lo significativo de las acciones de archivamiento; y cuestiona las representaciones de administradores judiciales, que menosprecian el “archivo” respecto de lo que “realmente” importaría en su gestión; cuestiona también la invisibilización que, como investigadores, (re)producimos si no damos cabida a determinadas experiencia de producción de archivo en las que estamos implicados.

Apresentação Oral em GT

'Meu nome não tá na lista': documentos na gestão dos corpos e do espaço na cracolândia de SP

Marina Mattar Soukef Nasser

Essa proposta de work parte dos achados de pesquisa etnográfica realizada na cracolândia paulistana acerca das formas de gestão do espaço e dos corpos nesse território, focando nas relações e dinâmicas estabelecidas entre agentes do estado e usuários desses serviços. As trajetórias abordadas indicam que o estado, ao invés de cercar os frequentadores da cracolândia, procura administrar e regular seu fluxo, inclusive incentivando formas de circulação pela cidade. Ao invés de espaço de exclusão, a cracolândia aparece como um espaço de possível inclusão em políticas sociais, mesmo que de modo não contínuo. Neste sentido, os documentos e papéis possuem centralidade, pois são eles que possibilitam ou impedem o acesso a direitos, programas e serviços, criando hierarquizações, classificações e percursos entre os sujeitos e grupos sob registro. Fichas, questionários, canhotos, assinaturas, listas, encaminhamentos, são partes constituintes do cotidiano daqueles que moram ou frequentam essa territorialidade por serem os instrumentos de mediação por excelência de sua



relação com as instituições e agentes estatais. Para isso, me baseio tanto na observação do work cotidiano de agentes estatais na cracolândia de registro, triagem e encaminhamento quanto em duas trajetórias que acompanhei de perto. Ambos os percursos são marcados por papéis que não são encaminhados, mas permanecem detidos, de modo a impossibilitar o acesso a determinados serviços e direitos, implicando em passagens entre espaços urbanos para além da cracolândia. É nessas travas que são tecidos os circuitos entre instituições de controle e assistência, estatais ou não, territórios urbanos como ocupações, cracolândias, periferias. Assim, considero que não apenas os sujeitos e as instituições são “conectores urbanos”, mas também os documentos, sendo necessário me deter e refletir sobre esses. Esta pesquisa tem peculiaridades frente às etnografias de documentos por não tratar dos papéis em si, já que não tive acesso a esses, mas dos sujeitos que produzem e interagem com esses. Além disso, não se tratam de documentos unificados em um processo judicial, mas de diferentes modalidades burocráticas do cotidiano, como relatórios, listas, encaminhamentos, questionários, certificados. Dessa forma, pretendo abordar, por um lado, a forma pela qual esses diferentes documentos são produzidos, procurando tratar das negociações envolvidas em sua construção, e por outro, seus efeitos concretos na vida daqueles registrados. Procuro refletir acerca de duas questões: primeiro, o papel desempenhado por especialistas como assistentes sociais e a discricionariedade de suas funções; segundo, a negociação e os saberes envolvidos na produção desses papéis pelos sujeitos.

Apresentação Oral em GT

“A publicidade como regra e o sigilo como exceção”: A publicização online de acórdãos referentes à “violência sexual” e os desafios para a etnografia de documentos

Patricia Marcondes Amaral da Cunha, Theophilos Rifiotis

O recurso a documentos jurídicos na pesquisa antropológica vem crescendo nos últimos anos e exige a problematização tanto da noção de campo quanto das suas implicações metodológicas e éticas. Nossa reflexão está baseada em pesquisa realizada em 2015 com processos de “violência sexual” julgados em segunda instância envolvendo crianças e adolescentes. Trata-se de um conjunto de acórdãos referentes a crimes de “violência sexual” contra crianças e adolescentes disponíveis online no site do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). Foram analisadas as decisões – ou acórdãos - publicados online nos sites dos Tribunais de Justiça e no Diário Oficial da União em conjunto com os relatórios – onde há a apresentação dos “fatos” do processo - e com o voto dos desembargadores – onde se encontra a argumentação dos julgadores. A abordagem foi baseada na noção de economia moral mobilizada pelos operadores naqueles documentos. No presente work abordamos a publicação online desses documentos colocando em debate especificamente a ambivalência entre o preceito constitucional de publicidade da atividade jurisdicional e o sigilo processual excepcional previsto para os casos em pauta. Pode-se dizer que a pesquisa antropológica nesse campo envolve complexas relações ligando três entidades: as “partes dos processos” (vítima e acusados), os operadores jurídicos (especialmente desembargadores) e os pesquisadores, que têm livre acesso aos documentos contendo os relatórios, os votos e os acórdãos. Destacamos que na pesquisa realizada foi possível observar a recorrência da publicização de dados pessoais, bem como de trechos de depoimentos e de documentos produzidos por outros setores técnicos que assessoram o Judiciário, tanto em bancos de dados do TJSC quanto de outros estados da federação. Concretamente, o presente texto busca analisar impasses que enfrentamos na nossa pesquisa frente à inexistência de autorização e consentimento para o uso desses documentos, o que nos leva a refletir sobre o nosso posicionamento perante um documento protegido por segredo de justiça, mas cujo acesso parcial foi tornado público. Como produzir uma narrativa etnográfica de documentos de casos de “violência sexual” contra crianças e adolescentes tensionada por essas questões éticas? Por fim, discute-se, ainda, a defesa da noção de transparência no acesso a documentos produzidos por órgãos oficiais e divulgados em meio digital, sobretudo após a promulgação da Lei de Acesso à Informação, de 2011 e do Marco Civil da Internet, de 2014. Finalmente, procuramos sistematizar a análise em torno da



noção de "transparência" e seus dilemas nos caso dos acórdãos analisados, destacando o lugar da antropologia no jogo entre a visibilidade e a invisibilidade dos documentos disponíveis em meio digital.

Trabalho completo:

[https://www.abant.org.br/files/1467178503_ARQUIVO_ArtigoRBA\(VERSAOENVIADA29-06\).pdf](https://www.abant.org.br/files/1467178503_ARQUIVO_ArtigoRBA(VERSAOENVIADA29-06).pdf)

Apresentação Oral em GT

O lugar das burocracias no atendimento a vítimas de violência doméstica: simbolismo, conectividade e interacionismo em perspectiva comparada

Rocío Alonso Lorenzo

Este work tem como objetivo principal analisar o lugar que diversos artefatos burocráticos ocupam numa rede de atendimento a vítimas de violência doméstica e familiar, operante no município de São Paulo. Trata-se de pesquisa de campo iniciada em 2012 em um núcleo de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica, situado na emergência de um hospital público, que se desdobrou posteriormente a uma delegacia de defesa da mulher e a um centro de referência, instituições onde as vítimas eram encaminhadas. O work utiliza-se de três abordagens teórico-metodológicas que resultam em análises divergentes, porém complementares. A perspectiva simbólica (HERZFIELD, 1992) tenta responder a pergunta sobre “o que a ‘burocracia’ representa”, diante de retóricas feministas que associam aquela a imagens negativas, ao tempo que atribuem um valor positivo à “humanização” dos atendimentos. A perspectiva da conectividade (CARSTEN, 2000) pretende examinar situações de atendimento em que o encaminhamento burocrático interinstitucional se constitui em resposta definitiva, desconsiderando “idiomas” institucionais que aproximariam a instituição da vítima. Por fim, a partir da perspectiva interacional, principalmente de metodologias oriundas da sociolinguística e da etnografia da comunicação (GUMPERZ e HYMES, 1986), busca-se analisar comparativamente os lugares e tempos que artefatos burocráticos chave ocupam dentro de sequências de fala e escuta entre profissional e vítima, prestando-se especial atenção ao encerramento das interações. Grosso modo, o work traz uma reflexão teórico-metodológica sobre o potencial heurístico dessas três abordagens para a análise etnográfica das burocracias em contextos institucionais específicos, como os observados na pesquisa de campo. Conclui-se que, longe de ter eliminado a “burocracia”, o atendimento “humanizado”, ou atendimento em rede, tem produzido novas “burocracias”. Contudo, esse aumento de artefatos burocráticos não deve levar a uma retórica inercial que assume, de um ponto de vista maniqueísta, que todo atendimento burocrático exerce necessariamente efeitos negativos ou é indiferente à vítima. Como tenta-se mostrar no work, a análise do lugar que esses artefatos burocráticos ocupam nas conexões entre instituições parceiras e nas interacionais entre profissionais e clientes, pode derivar em questionamentos importantes a respeito da efetividade e legitimidade relativas das “burocracias”, particularmente em contextos de atendimento a vítimas de violência doméstica.

Apresentação Oral em GT

Os papéis do poder: notas sobre documentos e burocracias em três contextos etnográficos

Rui Massato Harayama

O presente artigo apresenta reflexões acerca dos documentos em três arranjos etnográficos objetivando a compreensão da inserção dos mesmos no Brasil contemporâneo. Apesar da sua centralidade na vida contemporânea, os documentos são pouco estudados no Brasil. Quando utilizados em pesquisas, o rendimento desses documentos produzidos em burocracias tem sido tratados como elementos históricos, entraves para pesquisa ou simples reflexos de um contexto social maior. Nesse artigo, pretendo confrontar três contextos etnográficos distintos com o intuito de demonstrar como em diferentes situações eles agem e



revelam certos arranjos relacionais. No primeiro contexto, discorro sobre o papel de documentos em um Comitê de Ética em Pesquisa do Sistema CEP-CONEP. Essa observação interessada em documentos, revela a centralidade dos mesmos como mediadores de relações entre pesquisador e pesquisado, assim como entre pesquisador e Comitê de Ética em Pesquisa. Nesse sentido, a burocracia e o papel desses documentos tornam-se mediadores do sigilo das relações. No segundo contexto, exploro como certos documentos são produzidos com o objetivo único de surtir efeitos sociais. Os documentos analisados são os produzidos por um grupo de advocacy que interfere diretamente em Câmaras Legislativas e em Secretarias e Ministérios brasileiros. Nesse segundo cenário, o que se percebe é que esses documentos estão associados a um léxico específico e a certos rituais e protocolos burocráticos que validam certos pontos de vista e os 'congelam' em documentos que se tornam instrumentos de 'poder' para serem replicados e operados em outras instâncias. Esses dois contextos etnográficos irão auxiliar a ponderar duas visões teóricas distintas sobre o papel desses documentos. De um lado a literatura que compreende esses documentos como agentes e atores inseridos em uma rede sociotécnica, tal qual Bruno Latour, e de outro lado, a visão de que tais documentos são resultado da extração de socialidades, um modelo para a ação, tal como defende Anellise Riles. Essa análise teórica servirá de base para apontarmos os impasses que encontramos no processo de Consentimento Livre, Prévio e Esclarecido obtido junto a populações tradicionais desde a promulgação da Convenção 169 da Organização Internacional do work sobre povos indígenas e tribais, em 2002. A implantação do procedimento de consulta gera impasses no processo de materialização da própria consulta - em listas, assinaturas e gravações - assim como nos próprios termos utilizados entre a burocracia estatal, empreendedores e as populações indígenas e tradicionais.

Apresentação Oral em GT

Entre conversas, documentos e planilhas: acompanhando os cálculos do superendividamento

Viviane Marinho Fernandes

O Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, desde 2005, mantém em sua estrutura uma Comissão de Defesa do Consumidor Superendividado. Trata-se de um atendimento especializado dirigido ao consumidor que se encontra em um estado de “endividamento severo” – uma situação na qual sua própria sobrevivência se torna comprometida em função dos valores das dívidas a serem pagas. Identificar o consumidor superendividado mostra-se uma questão-chave para os especialistas que atuam nesta Comissão. Saber reconhecer tal consumidor e diferenciá-lo de outro, apenas endividado, é entendido como um modo de garantir a “tutela jurisdicional diferenciada” ao primeiro, sem correr o risco de generalizar uma categoria que, indiscriminadamente aplicada, perderia sua eficácia e efetividade quanto à proteção desejada. Ao observar e acompanhar as rotinas do Nudecon, tive a oportunidade de conhecer os procedimentos de atendimento aos consumidores e os critérios adotados na tentativa de distinguir os “superendividados”. Neste trajeto de pesquisa, a relevância dos documentos e das ferramentas de cálculo saltam aos olhos. Primeiro devido ao fato dos documentos terem papel central dentro da burocracia jurídica, mas, especialmente, devido à relevância de determinados cálculos e dispositivos de medidas para a compreensão da dívida. O preenchimento de planilhas, questionários e tabelas tornam-se técnicas centrais para a definição do consumidor superendividado. As entrevistas com os profissionais da Comissão são prioritariamente conduzidas a partir destes artefatos - a coleta de informações e os cálculos da dívida são dirigidos de forma a mapear as evidências do superendividamento, servindo como base para as ponderações e prognósticos sobre a situação social e econômica do consumidor. O artigo, a partir da descrição etnográfica dos atendimentos da Comissão de Proteção ao Consumidor Superendividado, apresenta uma reflexão sobre a relação entre os agentes de atendimento e as pessoas, ali compreendidas enquanto consumidores, atentando-se para as narrativas sobre a dívida e os processos de documentação. Descreve, assim, sobre os diferentes documentos requisitados ou produzidos por especialistas, buscando examinar os distintos efeitos destes

artefatos. Ao interessar-me pelos cálculos e pelas metodologias relacionadas a verificação e registro das economias cotidianas das pessoas busco compreender como as formas de coleta, preenchimento e organização das informações revelam (ou não) um novo agente econômico: o “superendividado”.

GT 031: Etnografias da (des)ordem: ilegalismos, mercados e controles

Diferentes dimensões das relações humanas (econômicas, de reciprocidade, de associação) permeiam as fronteiras da legalidade e da ilegalidade, da formalidade e da informalidade, do lícito e do ilícito, ou situam-se em suas liminaridades, produzindo formas diversas de (des)ordem. Para além do formalismo dessas partilhas de base binária, recorreremos à noção de ilegalismos como ferramenta heurística que permite entrever transversalmente os campos de tensão e passagem entre a normatividade governamental e as práticas sociais situadas em suas margens. Partimos de um olhar antropológico atento a expressões que nem sempre correspondem à observância da lei por parte das pessoas, integrem elas ou não as instituições estatais. Dispomo-nos a debater trabalhos de base etnográfica que 1) concentrem-se nas mais variadas associações entre o legal/ilegal, formal/informal, lícito/ilícito, na constituição de dispositivos de controle de distintos segmentos sociais, mas também de suas formas de contornamento; 2) explorem o conflito entre as expectativas morais dos sujeitos e os enredos normativos dispostos ao enquadramento das práticas sociais 3) analisem a entrada em cena dos sistemas repressivos e corretivos, seja para autorizar o Estado como forma legítima, ou para reproduzir lógicas aparentemente contra-estatais, que se gestam atravessando suas instituições. Daremos continuidade aos debates inaugurados na 27^a RBA e na 10^a RAM que possibilitaram excelentes contribuições teóricas e empíricas.

Brígida Renoldi (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas) e Lenin dos Santos

Pires (Universidade Federal Fluminense) - **Coordenação**

Fábio Mallart (USP) - **Debatedor/a**

Carolina Christoph Grillo (USP) - **Debatedor/a**

Paulo Artur Malvasi (CEBRAP) - **Debatedor/a**

Apresentação Oral em GT

O fazer policial e a produção de delitos e ilegalismos: inversão da ordem na atividade na vida do policial militar

Antonio Marcos de Sousa Silva

Este work é parte de minha tese de doutorado defendida no ano de 2015 sobre a inversão da ordem na vida policial, realizada no presídio da PMCE e de cunho etnográfico. A inversão da ordem assume, em meu work, um dualismo que se complementa em suas significações, que se amalgama em suas sustentações. A pesquisa tem como foco central compreender como se opera a inversão da ordem na atividade e na vida policial. Desse modo, analiso como se é gestada a produção de delitos e ilegalismos durante a atividade de policiamento, isto é, quando o policial militar está no work cotidiano na rua e, como esse fazer policial produz um contínuo de ilegalismos que leva a inversão da ordem na vida policial, ou seja, quando o policial militar sofre um processo de incriminação, tornando-se bandido e destituído de sua liberdade: preso. Para compreender esse circuito de produção de delitos e ilegalismos no fazer policial, work com dois termos que se explicam mutuamente: a inversão da ordem na atividade policial, na maioria dos casos investigados, produz a inversão da ordem na vida policial. O primeiro, a inversão da ordem na atividade policial, é o momento em que o policial passa a acionar corriqueiramente os imperativos do mundo do ilegalismo como fundamento de suas



ações e, ao inverter essa ordem na atividade de policiamento adequa-se às imprevisibilidades do cotidiano, do mundo social e da própria ação policial. É, na verdade, a produção de um contínuo e intermitente ciclo de práticas ilegais e ilícitas que se processa durante a atividade de policiamento, no cotidiano do work policial. Todavia, a inversão da ordem na atividade policial, muitas vezes, não inverte os modelos normativos que regulam a vida do policial Militar. Já a inversão da ordem na vida policial envolve todos os sentidos da vida do policial militar, pois no campo afetivo-familiar, as estruturas que o sustentavam solapam, seja pela prisão, seja pelos caminhos trilhados na inversão da ordem na atividade policial; na esfera profissional, tiram-lhe a farda, a arma e o salário, só resta-lhe seu saber prático e os elementos da cultura policial; na vida social, vão-se os amigos, as mulheres, o status e dinheiro, sobrando-lhe apenas lembranças, memórias. Dentro da ordem invertida de sua vida, o policial militar modifica suas diretrizes cognitivas em vista de um futuro despregado da instituição militar, ou continua acionando as ferramentas que movem os conjuntos de ilegalismos que faziam parte de sua vida profissional. Encerro, enfatizando que analisar as trajetórias policiais sob a ótica da inversão da ordem é, certamente, dispensar um cuidadoso olhar para as formas simbólicas que compõem os alicerces do mundo social.

Trabalho completo:

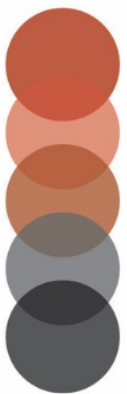
https://www.abant.org.br/files/1466432437_ARQUIVO_artigoMarcosSilvaaba2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Dinheiro abençoado, dinheiro amaldiçoado. Princípios morais e polaridade de forças espirituais em mercados rurais haitianos.

Felipe Evangelista Andrade Silva

Nos mercados rurais haitianos nos quais se concentra a pesquisa, não há nenhuma agência centralizada responsável por sua gestão. A presença do Estado é, no máximo, tênue. Contudo, há um conjunto de regras morais amplamente difundidas entre quem os frequenta, que ordena o que de outro modo parecia uma ocupação puramente espontânea e caótica. O objetivo deste work é analisar a moralidade que permeia as trocas econômicas a partir de dois conceitos usados com frequência por minhas interlocutoras haitianas; “beni” e “maldichon” (respectivamente traduzíveis em português com o verbo “abençoar” e o substantivo “maldição”), que funcionam como uma polaridade de forças espirituais que posturas e atitudes corretas ou erradas podem atrair ou repelir, e que possuem influência direta sobre o sucesso ou fracasso da atividade comercial, sobre a disponibilidade de crédito, sobre a economia doméstica e a vida em geral. O uso do feminino como termo englobante (“interlocutoras haitianas”) serve para sinalizar questões de gênero importantes. A maioria das comerciantes e das clientes que circulam no mercado são mulheres, e parte importante de suas reflexões sobre o que estão fazendo ali se coloca em termos de gênero. Um dos temas a ser desenvolvido no work é a forma como a vida econômica é articulada a questões e expectativas de gênero. A pesquisa de campo (ainda não finalizada, até o momento conta cerca de dez meses) se dá na região do Plateau Central haitiano, muito próximo à República Dominicana, posto fronteiro de Carrizal, com destaque para os mercados de Kwa Fè, Beladè e Wa Sèk. Trata-se de um contexto onde predomina o cristianismo evangélico, e a bíblia é citada com frequência para embasar um ou outro posicionamento. O mundo católico, que costuma ser associado pelos evangélicos haitianos a práticas místicas e demoníacas, está muito próximo, mas aparece na pesquisa mais através das acusações de quem está do outro lado que em seus próprios termos. Analisaremos, de um lado, aquilo que atrai “maldichon” – por exemplo, comércio fraudulento, a venda de produtos adulterados, o engano intencional na mensuração de determinadas mercadorias, os animais que se deixa pastar livremente em roças alheias –, sua forma de transmissão através de xingamentos públicos e preces privadas, intermediadas por Deus, e suas consequências. Por outro lado, veremos o que significa fazer aquilo que “a bíblia quer”, o papel de Deus intermediando trocas materiais, oferecendo proteção e recompensando a honestidade e a ajuda a quem mais necessita.



Trabalho completo:

[https://www.abant.org.br/files/1466461027_ARQUIVO_Dinheiroabencoado.dinheiroamaldicoado\[texto30ABA\].pdf](https://www.abant.org.br/files/1466461027_ARQUIVO_Dinheiroabencoado.dinheiroamaldicoado[texto30ABA].pdf)

Apresentação Oral em GT

Adoção em movimento: grupos de apoio e campo (i)legal

Flávio Rodrigo Freire Ferreira

A presente pesquisa teve como objetivo estudar as diferentes formas de adoção praticadas no Brasil, especialmente a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente. Trata-se de um momento crucial, por iniciar uma fase de regulamentação sistemática da chamada “adoção legal”. Para tanto, partimos da perspectiva construída e operacionalizada pelas associações criadas por pais e mães adotivas, denominadas Grupos de Apoio à Adoção. A adoção é uma relação social, envolvendo tensões entre práticas e leis, como se evidencia no caso dos grupos de adoção. Por meio da descrição da realidade vivenciada em um Grupo de Apoio à Adoção, atuante na cidade de Natal/RN, foi possível conhecer a existência de uma rede articulada que se apresenta como movimento nacional de Grupos de Apoio à Adoção. As entidades que constituem essa rede foram formadas com orientações e objetivos comuns, inspirados pelas ideias expressas quando da fundação do movimento. Encontramos semelhanças e diferenças entre o contexto local e o movimento nacional. Com efeito, a visão de mundo que orienta as ações em âmbito local constitui um fator importante, dada a relação estreita que se estabelece entre leis e Grupos de Apoio à Adoção, com destaque para a formulação e aprovação da Lei Nacional de Adoção. Essa mobilização com funcionamento organizado foi responsável por criar um repertório conceitual que afirma a noção de “família adotiva” enquanto categoria política. Para concluir, defendemos que os Grupos atuantes em um movimento nacional organizado são produtores e produzidos pela regulação nacional, configurando, portanto, um campo político-legal da adoção de crianças no país.

Palavras chave: GAA. Campo (I)legal

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/693_2016-12-06.pdf

Apresentação Oral em GT

Uma Fronteira Insubordinada: um olhar periférico para o Estado

Isis Karinae Suárez Pereira, Flavia Maria Silva Rieth

O Estado se constitui neste work como o objeto de estudo da antropologia, evidenciado com as dinâmicas diárias de moradores e moradoras da fronteira entre o Brasil e Uruguai, as cidades de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). Essas dinâmicas constituídas preponderantemente na informalidade atestam quanto o Estado é permeável pelos cidadãos. As relações Estado-cidadã(o) e Estado-fronteira tornam estes objetos de estudo em agentes de ação, se tornando os responsáveis e donos da pesquisa. Deixando de pensar em como o estado vê os sujeitos que habitam as áreas limítrofes do país, para analisar qual o olhar dessas pessoas desde a periferia para o Estado; há uma reviravolta de objetos e de observadores(as). Conceitos tais como "identidade", "cidadania" e "nação" serão analisados pela concepção dos(as) habitantes da fronteira. Os documentos de identidade e os modos de obtenção integram a etnografia em questão. Os dados obtidos até o momento demonstram que ser símbolo de integração torna-se algo importante apenas para a "boa vizinhança" entre os Estados-Nações, já que para a população a real integração é outra. O sistema de trocas e convivência transfronteiriça é repetidamente criminalizado, e as estratégias criadas pela população para contornar as normas do Estado se tornam o espaço de entendimento da relação entre o Estado e os fronteiriças(os). A dualidade entre o legal e ilegal se reduzem nas situações ocorridas na região, existe um modo de ser e fazer





fronteiriço (CERTEAU, 1998) que é compartilhado culturalmente, questões de legalidades foram os criadores dessas informalidades. As situações de fronteira criadas pelos fronteiriços são compartilhadas de um modo mais abrangente do que o Estado é capaz de suportar (APPADURAI, 1997). Sendo nestas questões o espaço para perceber o Estado na fronteira (TELLES, 2010). A oposição centro e periferia devem ser superadas, assim como a de opressor versus oprimido, Bhaba (1998) disserta sobre essas polaridades históricas que contribuem com um pensamento colonialista de exclusão para o progresso. A diferença entre o eu e o outro traz em voga discussões de alteridade e relatividade (WAGNER, 2014); a tradição na antropologia é esse eu ser um homem, branco, cientista, europeu, e o outro ser um colonizado. Continuar com o uso dessas dicotomias sem problematizá-las fortalece um pensamento de relação de exploração e dominação entre o primeiro e terceiro mundo. Fundamentada em críticas pós-coloniais, principalmente discussões tidas no grupo de estudos subalternos da América Latina, trazidos em voga no GEEUR/UFPeI, pretendo desconstruir discursos hegemônicos sobre o Estado e sua centralização, sempre ressaltando a importância de estudos realizados sobre e desde áreas periféricas.

Apresentação Oral em GT

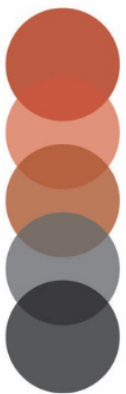
Passando o chapéu: Regulação, ordem e marginalidade na arte de rua do Rio de Janeiro e de Montreal

Jhessica Francielli Reia

A arte de rua é uma prática antiga, que faz parte do cotidiano de várias cidades ao redor do mundo e que engloba diversas manifestações artísticas – da música ao teatro, do grafite ao malabarismo. Apesar de ganhar cada vez mais atenção de governos, de pesquisadores e da mídia, ainda é considerada uma atividade marginal, menor, a saída para aqueles que não quebraram as barreiras do sucesso “comercial” ou “mainstream”. Essa marginalidade se manifesta principalmente no que diz respeito à regulação de usos dos espaços públicos urbanos e à manutenção de uma “ordem pública”. O surgimento de diversas leis que regulamentam essas atividades artísticas em ruas, praças e no transporte público acabam traçando linhas em torno do que seria a legalidade/formalidade – deixando outras práticas relegadas à ilegalidade/informalidade – e gerando mecanismos de enforcement, repressão e exclusão. As discussões de direito à cidade estão diretamente ligadas a essa análise e questionam até que ponto a regulação dos artistas de rua não seria mais uma maneira de criminalizar a marginalidade/informalidade, já que se tratando de espaço público, o acesso deve ser garantido a todos os cidadãos, independentemente de autorização ou lei. Após o estabelecimento das normas, pode-se ver um cenário complexo, que acaba excluindo de maneira mais dura alguns cidadãos – por exemplo, artistas que não conseguem pagar pelas autorizações para tocar em espaços públicos ou que não passam pelas “audições” de talento, empurrando-os ainda mais para as margens e para ações de desobediência civil. A proposta aqui apresentada tem como principal objetivo discutir o papel da regulação da arte de rua e seu enforcement, levantando as tensões entre o cumprimento da “ordem” e os variados ilegalismos que surgem, focando nos músicos de rua em duas cidades/casos: a “Lei do Artista de Rua” (5.429/12) e o projeto “Palco Carioca”, no Rio de Janeiro; e o “permis” e o projeto “Étoiles du Métro”, em Montreal. Apesar de bastante distintas, as duas cidades têm mais pontos em comum do que se imagina no que concerne ao controle das atividades de arte de rua, podendo-se considerar que o Rio caminha para um modelo de controle e regulação que está estabelecido em Montréal há anos. Este work faz parte da reflexão de uma tese de doutorado em fase de conclusão. Utiliza, ao longo do seu desenvolvimento, análise bibliográfica e documental, e work de campo de base etnográfica: observação participante e entrevistas qualitativas semiestruturadas.

Apresentação Oral em GT

“O QUE FAZES AÍ? É A RUA!”: controles, estratégias e tensões em torno dos malabarismos em semáforos



Juliana Oliveira Silva, Não tem co-autor

No contexto de disputas pelo uso legítimo do espaço público, incentivos ao work formal e o compromisso de residência fixa, muitas pessoas insatisfeitas com suas rotinas rompem com empregos, moradias fixas e instituições de ensino superior para viver viajando através dos malabarismos em semáforos. Essas práticas circenses constituem a engrenagem de um estilo de vida “viajero”, que emerge e se sustenta nas cidades, pois permite aos malabaristas trabalhar sem horário e local fixos por serem seus próprios patrões. O fato dos semáforos tornarem-se lugares de mercado (NEIBURG, 2010), onde transações monetárias ocorrem, pode provocar inúmeros conflitos. Por um lado, as atividades circenses de rua, motivadas por valores diversos, adquirem múltiplas concepções e contribuem à construção das figuras de alteridade, seja na forma de rótulos ou estigmas (GOFFMAN, 2008; BECKER, 1977) atribuídos aos seus praticantes. De modo que o significado de malabarear acaba transitando entre “arte”, “work” e “vagabundagem”. Por vezes, essas atribuições podem ultrapassar o âmbito verbal e exprimir-se em agressões físicas ou assédios sexuais: elementos recorrentes no cotidiano dos malabaristas de rua. Nos semáforos, malabarear constitui uma prática “marginal” que permeia as fronteiras entre o lícito (para os malabaristas) e o ilícito (para outrem), afinal “sempre tem alguém que pergunta: ‘o que fazes aí?’ é a rua!”. Em outras palavras, constantemente as apropriações do espaço público são questionadas. Por outro lado, a multiplicidade de pessoas que utilizam o espaço público para ganhar dinheiro é tamanha que surgem conflitos que, por sua vez, podem culminar na ação policial e na institucionalização de regras. No caso da cidade de São Paulo, por exemplo, esses conflitos resultaram no decreto municipal Nº 15.776/2013 que estabelece os horários e locais permitidos para as apresentações, os equipamentos que podem ser utilizados, as obrigações dos “artistas” e como será feita a fiscalização. Este artigo se dedica a compreender, a partir da abordagem antropológica, ancorada em work de campo intermitente realizado em São Luís do Maranhão entre 2013 e 2015, como os malabarismos de rua constituem uma forma de viver nas margens do Estado (DAS e POOLE, 2008) frente aos múltiplos esforços normatizadores. O esforço de compreensão perpassa (i) a análise do conflito entre as expectativas morais dos malabaristas e as reações normativas da alteridade, (ii) as relações com a força policial, as criações de leis estatais que visam regulamentar as atividades dos “artistas de rua”, e o modo como os malabaristas se relacionam com elas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466193670_ARQUIVO_workcompletoRBA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Relações políticas em uma cidade pequena com uma grande usina sucroalcooleira – Notas sobre o poder de investir e o poder de governar

Laís Jabace Maia

O artigo é resultado de pesquisa de mestrado, cujo work de campo se deu entre os anos de 2011 e 2013 no Triângulo Mineiro, região na qual nas últimas décadas houve migração de produtores rurais do oeste paulista convergente com a dinâmica de deslocamento dos grandes grupos usineiros do Nordeste para o Centro-Sul do país. O presente work centra-se na análise de um pequeno município de Minas Gerais no qual é instalada, em meados de 2000, uma unidade sucroalcooleira. Esses agentes reescalonom relações e redes que abrangem os atores sociais e os fluxos das mercadorias e da riqueza. Dentre as articulações renovadas de sujeitos e escalas de ação no território, a atuação da usina e dos produtores estabelece uma nova geometria de poder. A disputa discursiva dos políticos locais pelo protagonismo nas mediações e articulações realizadas para a instalação da agroindústria evidencia a importância do capital político advindo da associação a tal evento. Após a instalação, a Usina continua a articular-se com os políticos, sendo que as interferências causam um intenso processo cassação de vereadores e dos representantes do executivo, impedimento de candidaturas e modificações nos resultados em função da distribuição de apoios. Observamos no município um

prolongamento do período em que a política invade e subverte o cotidiano local, decorrente do “acirramento” da política na última década. Apesar do costume de denunciar judicial ou administrativamente os adversários ser anterior à chegada da Usina, verificamos que a análise das relações da elite política local, composta também pelos produtores paulistas de cana-de-açúcar, com a agroindústria canavieira é fundamental para o entendimento da multiplicação dos processos e constante risco de alteração dos representantes públicos. Pretendemos assim entender como, em um município cuja movimentação econômica passa a ser vinculada a uma única atividade protagonizada por agente de grande porte, as práticas políticas e as concepções relacionadas ao fazer política tradicionais são alteradas.

Apresentação Oral em GT

Dinâmicas de Participação e Ação Coletiva nas margens da cidade: Etnografia de arenas públicas em favelas do Rio de Janeiro

Lia de Mattos Rocha

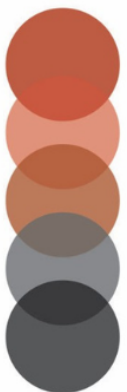
Esta comunicação pretende analisar as mudanças nas configurações associativas das favelas do Rio de Janeiro nos dias atuais, em que grandes eventos e projetos de reformulação urbana estão articulados a políticas específicas para essas localidades. Nesse contexto se destaca a ocupação policial de favelas conhecida por Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), que desde 2008 assume uma posição central no debate sobre segurança pública. Dessa forma, a comunicação apresenta os resultados dos projetos de pesquisa 'Um novo tecido associativo para as favelas cariocas? Investigação sobre as novas dinâmicas de mediação entre organizações de moradores de favelas e poderes públicos após a “Pacificação” e “Dinâmicas de Participação e Ação Coletiva nas margens da cidade: Etnografia de arenas públicas em favelas do Rio de Janeiro”, coordenados por mim e financiando pela FAPERJ e CNPq. Os dados empíricos que corroboram esta investigação são resultado do work de dois anos acompanhando "fóruns" e "reuniões comunitárias" em algumas favelas cariocas 'pacificadas' (Manguinhos, Macacos, Cidade de Deus, São Carlos, Nova Brasília). Tais espaços são, em sua maioria, organizados e gerenciados por representantes estatais, civis ou militares, contam com a presença de representantes de organizações e associações locais e supralocais e moradores (além de outros agentes estatais) e têm por objetivo negociar e pactuar regras de convivência e atender a demandas variadas geradas a partir da política implementada com as UPPs. A etnografia dos "fóruns" e "reuniões" permitiu coletar dados sobre as estratégias discursivas empregadas pelos diversos atores citados e, a partir desse material, pretende compreender quais são as possibilidades de produção da 'crítica' por parte dos moradores dessas localidades, destacando negociações, disputas e julgamentos realizados a respeito de tais reivindicações, de forma a identificar quais são os recursos validados ou deslegitimados nesses processos. Pretende ainda descrever como são executadas as operações de controle, cerceamento da voz e desqualificação moral dos atores sociais em quadro, tanto por parte da administração governamental quanto por parte dos próprios moradores de favelas. A partir dos apontamentos apresentados acima, pretendo na comunicação analisar as dinâmicas de mediação em curso nas favelas cariocas, discutindo como policiais, técnicos dos poderes públicos e moradores movimentam-se dentro de redes e espaços de mediação, e como a gestão dessa população está sendo realizada através de mecanismos aparentemente tão díspares quanto a militarização, o empreendedorismo e a participação.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467314283_ARQUIVO_RochaRBA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

"Entrega da cidadania" e participação no processo de reordenamento das margens urbanas: usos espaciais e (nome)ações estatais em Manguinhos

Mila Henriques Lo Bianco



Com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), o conjunto de favelas de Manguinhos, localizado na cidade do Rio de Janeiro, teve um ponto de inflexão na história de sua relação com o Estado. O escopo ampliado e o vultoso montante de investimento realizado na área, de certa forma, rompeu com o padrão de quase inexistentes intervenções públicas ao longo do tempo voltadas para o local. A partir de um work de campo realizado entre 2011 e 2015, acompanhei esse processo de reconfiguração espacial e seus desdobramentos na reacomodação de regimes normativos coexistentes e conflitantes no território. A efetivação de ações de urbanização e de policiamento ostensivo evidenciou uma dupla estratégia estatal de “vigiar e unir” determinado território da cidade, sustentada por um discurso oficial, cuja ideia de entrega da cidadania e dignidade combinava-se à noção de promoção da integração da favela à cidade. Essa “nova” atuação estatal, entretanto, não alterou o modo de existência desse lugar enquanto margem. Antes disso, a forma do Estado se fazer presente ali e a maneira pela qual ele interpela os pobres reiteravam esse lugar de margem urbana ocupado historicamente por Manguinhos. Pois é ele, o próprio Estado, responsável em grande parte pela reprodução da precariedade urbana e das mais diversas formas de violências sustentadas por um ambiente de excepcionalidades. Obras fragmentárias, pontuais e de má qualidade; provisão de serviços deficitários e descontínuos; além da continuidade da violação de direitos fundamentais por agentes estatais compõem um cenário de destituições com o qual os moradores de Manguinhos precisavam lidar cotidianamente. A constante falta de informações sobre as intervenções demonstra uma forma específica de interpelação dessas populações com o estabelecimento de uma relação de dependência construída por um presente marcado pela espera e suspensão. No entanto, apesar dessa relação de assimetria, os moradores pouco a pouco se apropriaram desses espaços que lhes foram impostos resultando em uma nova conjuntura de possibilidades de participação na vida associativa local. O PAC e a UPP produziram deslocamentos, conflitos, tensões e brechas que possibilitaram uma retomada mais expressiva das arenas públicas locais a partir de regimes de engajamento diferenciados e divergentes, que de certa forma, forjaram identidades e modos de ação baseados na maneira pela qual concebem o Estado e suas formas de atuação nas margens urbanas.

Apresentação Oral em GT

“Eu sou um índio renegado”: reflexões sobre identidade indígena no contrabando de cigarros

Pedro Augusto Pereira Francisco

Neste breve ensaio, procuro expor um possível caminho para refletir sobre a articulação dos discursos apresentados para justificar a existência das práticas de contrabando de cigarros praticadas por populações indígenas nos Estados Unidos e Canadá, a partir de um caso específico. O caso em questão é um processo criminal iniciado em 2004 no Estado americano de Washington, contra Stormmy Paul, um índio Tulalip acusado de contrabando, tráfico, lavagem de dinheiro e conspiração. Com base nos documentos do processo, inicio minha análise e identifico uma questão de fundo por trás dos discursos apresentados ali: a própria ideia de identidade indígena. Neste caso, não se questiona se o indivíduo que pratica o contrabando é índio ou não, mas em que circunstâncias o ilegalismo em si pode ser considerado um “ato indígena”. Em outras palavras, não se questiona a identidade do agente, mas a identidade do ato. Classificar um ilegalismo como “ato indígena” permite justificá-lo moral e legalmente. Contudo, concluo que esse modo de classificação só faz sentido quando se assume uma perspectiva que enxerga os índios como incapazes de atuar como agentes econômicos fora do regime da dádiva. Ao enxergarmos as práticas contemporâneas de contrabando de cigarro como parte integrante de um sistema global de circulação de mercadorias, torna-se possível perceber a inserção das populações indígenas neste circuito não como um processo de deculturação, mas sim como uma afirmação da identidade indígena dentro das configurações do capitalismo atual.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466462924_ARQUIVO_PedroFrancisco_RBA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

“Difícil abrir, impossível fechar”: um estudo de caso de uma pequena empresa maranhense na liminaridade entre o informal e o formal

Rejane Valvano Corrêa da Silva

Este work visa apresentar algumas dificuldades que um empresário teve ao querer abrir seu pequeno negócio de móveis sob medida, em São Luís (MA), encontrando-se numa situação que fica oscilando entre formalidade e informalidade. Micro e Pequenas Empresas (MPEs) têm sido uma solução proposta pelo Governo Federal para reduzir o work informal no Brasil e a desigualdade social. Pelo menos até o início desta crise que estamos passando, quando a tendência de muitas empresas é que voltem para a informalidade. Além de aumentar o número de pessoas com carteira assinada (99% das empresas do país são MPEs, que oferecem cerca de 50% dos empregos formais no país), 27 % do PIB brasileiro foi resultado dessas empresas. Em 2006, foi lançado o programa “Simples Nacional” (também conhecido como “Super simples”) que visava facilitar a abertura de novas empresas. Em março de 2015 o governo lançou o “Programa bem mais simples Brasil”, para pequenas e médias empresas visando reduzir os impostos e facilitar o pagamento dos mesmos. Os impostos são uma das causas de reduzir os interesses das pessoas em abrirem seus negócios. Além do capital técnico é preciso dinheiro para começar um negócio. Ou a pessoa tem um dinheiro guardado, ou alguém da família pode emprestar ou dar, ou precisa recorrer a algum empréstimo junto a um banco. É fácil pegar empréstimo... em algumas condições. E como fazer quando se está negativado? E quando se planeja tudo e a loja é assaltada e o seu dono tem que comprar várias coisas de novo? O que fazer? Sabe-se que a disponibilidade de crédito para as MPEs no país é fundamental para ajudar na sobrevivência desses empreendedores, principalmente no início, quando há muitos gastos. Esta etnografia é uma parte dentro de um projeto de pesquisa mais amplo que está em andamento sobre pessoas que querem se tornar micro ou pequeno empreendedores, tendo como foco principal a investigação sobre como alguns empresários usam e significam instrumentos de crédito (Bohannan). O caso aqui estudado é de uma empresa cujo status oscila entre formal e informal (Rabossi), lícito e ilícito (Pinheiro-Machado), uma vez que tem empregados contratados com carteira assinada e outros não, e que funcionou uma época sem CNPJ, mas ao fechar negócio fazia questão de entregar um contrato. Aqui meus objetivos são analisar através de um estudo de caso: a) as estratégias deste empreendedor para conseguir legalizar sua empresa e ao mesmo tempo conseguir pagar suas contas; b) o que ele entende por lícito e ilícito nestas práticas, para avaliar os sentidos e os significados de suas ações econômicas (Neiburg); c) O que significa estar com a empresa em ordem; d) o que é levado em consideração para decidir o que vai ficar na (in)formalidade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467341696_ARQUIVO_ArtigoRejaneValvanoSilvaRBA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

“Trechos” da clandestinidade: uma etnografia de travessias de migrantes e mercadorias entre Brasil e Guiana Francesa

Rosiane Ferreira Martins

A fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, para os migrantes é um espaço de trânsito e espera, no qual planos, anseios e esperanças de uma vida melhor se somam a perigos de viagens e a incerteza sobre a vida do outro lado da fronteira. Esse work tem como objetivo abordar algumas questões que envolvem os fluxos de pessoas e mercadorias na fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, descrevo de que modo essa fronteira configura-se como espaço de migrantes, geográfico, étnico, simbólico e social. Procuo fazer uma relação entre as observações de campo, motivações dos migrantes e suas travessias, bem como traçar um breve mapa



dos caminhos percorridos por alguns destes migrantes. Trata-se de uma etnografia dos movimentos realizados por migrantes e suas mercadorias, que entram clandestinamente na Guiana Francesa seguindo os cursos de rios e matas; esses fluxos de pessoas e mercadorias desde a fronteira criam um panorama de como os migrantes elaboram variadas maneiras de obter seus rendimentos através da comercialização de produtos originários de suas regiões, burlando barreiras criadas pelo governo francês e criando variadas formas de resistência.

Apresentação Oral em GT

Las viudas de la violencia en México

Salvador Maldonado Aranda

México es un país que ha experimentado un auge impredecible de víctimas de violencia producto del crimen organizado. A pesar de que se ha promulgado una ley a favor de las víctimas, las políticas de reconocimiento no han sido eficaces para resarcir los daños. En esta ponencia queremos analizar el papel de las diversas Ong's que están luchando para proteger a las víctimas y crear nuevas políticas de reconocimiento de las viudas de la violencia, a través de un análisis de la relación de los ilegalismos. Buscamos comprender cómo es que se está pugando por un reconocimiento público de las víctimas y cuáles son las contradicciones que encierran estas políticas.

Apresentação Oral em GT

De caminhadas e corredores: Ambientes e artefatos na produção da vida em uma penitenciária feminina

Sara Vieira Antunes

Este paper oferece uma reflexão sobre as estratégias de promoção da vida em uma penitenciária feminina a partir da produção de artefatos e da gestão dos ambientes da prisão por parte das pessoas presas nesta instituição. Valendo-me de teorias que discutem a potência e produtividade das margens, bem como a vulnerabilidade de vidas precárias e seus atos de resistência, busco discutir a série de tramas e estratégias mobilizadas por minhas interlocutoras de pesquisa na produção de condições de vidas vivíveis no ambiente precário e escasso – de materiais, direitos, dignidade – da prisão. Ao se debruçar sobre os tensionamentos e negociações subjacentes na gestão dos ambientes da prisão, os esforços dessa pesquisa deslindam em debates sobre legalidades/ilegalidades, formal/informal, uma vez que tal gestão ocorre no cruzamento e embate entre demandas prisioneiras e prisionais. No mesmo sentido, a produtividade de “gambiarras”, artefatos desenvolvidos dentro (e a despeito) da precariedade material da prisão é pensado como parte da negociação constante entre instituição e prisioneiras/os, entre o formal e informal, fronteiras constantemente (re)feitas e tensionadas.

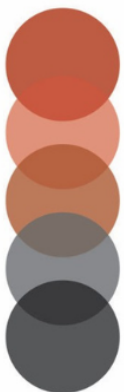
Palavras chave: Prisão, Ambientes, Artefatos

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/386_2017-01-10.pdf

Apresentação Oral em GT

Representações e práticas na atuação da Guarda Municipal de São Gonçalo (RJ): uma análise da administração dos conflitos cotidianos.

Talitha Mirian do Amaral Rocha



O presente work tem como objetivo analisar como os guardas municipais de São Gonçalo (RJ) administram os conflitos cotidianos durante o seu work de organização do trânsito da cidade. Para isso, foi realizado um work de campo entre novembro de 2013 e novembro de 2014, buscando, por meio da observação direta, compreender a atuação profissional dos guardas municipais. Para eles, a organização do trânsito da cidade poderia ser descrita em um desafio: “fazer o trânsito fluir”. Entretanto, essa ação não se limitava em concentrar a atenção no fluxo de veículos, conforme está previsto nas leis de trânsito brasileira. Mais do que isso, para “fazer o trânsito fluir” era preciso saber lidar com todos os tipos de situações e/ou problemas que, direta ou indiretamente, diziam respeito às ruas do município. Para esse fim, o bom senso apareceu enquanto uma categoria chave que os orientava a agir, por vezes, com base no plano formal da lei e, em outras ocasiões, conforme o plano informal das práticas cotidianas. Levando em conta esses aspectos, almeja-se apresentar algumas situações que nos permitem entender de que maneira eles classificam seus atendimentos, como, por exemplo: quais os aspectos que devem ser levados em conta para saber quando multar e quando não; por que o porte de arma de fogo continua sendo exigida por alguns guardas; e, não menos importante, como são estabelecidas as relações de reciprocidade no trânsito. Percebeu-se que, por um lado, os guardas municipais estabeleciam políticas de proximidade junto à população, atuando de forma preventiva ao prover a segurança para o município. Entretanto, em outros momentos, as práticas da instituição se aproximavam do paradigma repressivo-punitivo, próprio e comum da Polícia Militar, por exemplo. Tomando essa discussão como base, pretende-se demonstrar como o papel dessa Guarda Municipal está atrelado a esses diferentes modos de policiamento, atuando por vezes como uma “Polícia Comunitária” e por outras como “Polícia Municipal” (VARGAS, 2010). Por fim, assinala-se que o contexto sociocultural em que a instituição está inserida influencia na maneira como se dão as ações dos guardas municipais, levando-os a construir um saber prático e localmente estabelecido a partir de suas práticas cotidianas.

Trabalho completo:

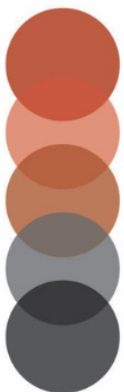
https://www.abant.org.br/files/1466449951_ARQUIVO_RepresentacoespraticasnaatuacaodaGuardaMunicipaldeSaoGoncaloRJ_artigo30RBA_TalithaRocha.pdf

Apresentação Oral em GT

Natureza protegida e seus protetores: Conflitos sobre os usos de um espaço público

Tatiana Calandrino Maranhão

O work a ser apresentado abordará os mecanismos de controle do uso do espaço decretado como Parque Nacional da Serra dos Órgãos - Parnaso. Trata-se de uma unidade de conservação federal, criada em 1939, na serra fluminense. De acordo com a legislação pertinente, a gestão do local está atualmente a cargo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICM-Bio. Todavia, a execução dos serviços de uso público - incluindo todas as estruturas e atividades recreativas oferecidas à população como campings, trilhas e estacionamentos - foi concedida a uma empresa privada. Já existiam contratos de terceirização de serviços não incluídos nas finalidades públicas previstas legalmente para os parques nacionais, como vigilância patrimonial e limpeza. Porém, o contrato firmado no Parnaso é um dos primeiros no Brasil que concede a atividade-fim de uma área considerada pelo Poder Público como de proteção especial. Desta forma, cabe questionar como se dá a repartição de responsabilidades entre o Estado, a iniciativa privada e a sociedade em geral na efetivação da proteção decretada. Os limites desta responsabilidade são informados por diferentes concepções de público, que são explicitadas na regulação do acesso ao local, especialmente nas atividades em contato com a “natureza protegida”. Neste sentido, serão utilizados alguns casos observados durante work de campo iniciado no ano de 2015. Neste ano, o aumento exponencial do número de visitantes levou à adoção de medidas para administrar situações de conflito, especialmente na época do verão, onde a procura pelas cachoeiras e piscinas naturais é maior. Entre as medidas adotadas pela gestão estão a retirada do desconto para morador do entorno (que gerou um aumento de 500% no valor do ingresso antes cobrado), a proibição



do uso de álcool, com base em previsão do plano de manejo da unidade, e o aumento da repressão ao uso de drogas ilícitas. Assim, buscarei compreender o enquadramento das práticas sociais consideradas ilegais/irregulares, que vão desde a entrada na área do Parque sem o pagamento do valor do ingresso até o uso da piscina de águas naturais, conhecida popularmente como a “praia de Teresópolis”. Contrapondo a visão dos agentes diretamente envolvidos nestas situações conflituosas, pretendo construir uma análise de cunho antropológico e jurídico que auxilie no entendimento da construção social deste espaço público.

Palavras chave: público; natureza; terceirização

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/867_2017-02-15.pdf

Apresentação Oral em GT

“Linha de frente”: políticas de controle social na prisão

Taysa Silva Santos

O presente artigo objetiva analisar as políticas de controle social conformadas na prisão, por seus atores essenciais, os presos que exercem função de liderança. Nessa direção, baliza-se as regras e dinâmicas efetuadas por estes sujeitos no mundo prisional, bem como, os resultados destes modus operandi na organização da sociabilidade prisional, que é atravessada por uma cultura de “paz nas cadeias”.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466566448_ARQUIVO_ARTIGORBACORRETOVERSAOFINAL.pdf

GT 032: Etnografias da Deficiência

O grupo tem como objetivo reunir investigações e reflexões antropológicas sobre, ou, que se proponham a pensar com, a “deficiência”. O grupo dá continuidade às atividades desenvolvidas na 29^a RBA e na V REA XIV ABANNE, considerando o encontro ou confronto etnográficos como aposta da disciplina para a constituição desse campo de estudos no Brasil. Serão privilegiadas abordagens sobre os mais diversos tipos de “deficiências” e “doenças raras”, considerando duas dimensões: a) dos movimentos sociais e das políticas públicas para “pessoas com deficiência” que estabelecem condições e parâmetros relativos aos direitos e cidadania tais como cuidado, acessibilidade, inclusão escolar, vida autônoma, etc; b) a das diferentes narrativas e/ou perspectivas da deficiência que organizam a inserção de sujeitos concretos em diferentes coletividades a partir dessa experiência. Além disso, a atividade contempla também ensaios teóricos (realizados a partir do amadurecimento etnográfico) que problematizem a categoria deficiência a partir do referencial antropológico, seja a partir dos debates contemporâneos da disciplina ou da articulação com categorias analíticas de rendimento no diálogo com outros campos como saúde, direito, lingüística, etnologia, gênero e sexualidade, estudos de ciência e tecnologia. Por fim, são bem vindas as reflexões sobre os desafios e adequações do e no método etnográfico, produzidas a partir das tensões encontradas no campo de pesquisa com “deficiência”.

Carolina Cantarino Rodrigues (Universidade Estadual de Campinas) e Nádya Elisa Meinerz (UFAL) -

Coordenação

Apresentação Oral em GT

Pesquisa etnográfica com líderes surdos: notas sobre desafios e desdobramentos de uma investigação

Cibele Barbalho Assesio



Quais desafios são colocados quando se realiza uma pesquisa sobre surdez, com interlocutores que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação e expressão? E quais os possíveis desdobramentos quando, para tal investigação, se escolhe fazer etnografia? Este work traz reflexões principalmente metodológicas, produzidas a partir de uma pesquisa sobre o tema surdez. Mais especificamente, tratou-se de etnografar espaços caracterizados por interações linguísticas gestuais-visuais, normatizadas juridicamente no Brasil em 2002 com a oficialização da Libras. De maneira geral, procurei inicialmente descrever e analisar práticas que conferem à surdez o estatuto e particularidade linguística e cultural. Em primeiro lugar, ter sido classificada como pesquisadora ouvinte (em oposição à surda), que inicialmente não conhecia Libras nem possuía conhecimentos aprofundados acerca da denominada comunidade surda teve suas implicações. Algumas restrições foram-me colocadas, mas ao mesmo tempo estas me levaram a certo percurso de investigação. Minha inserção no campo deu-se principalmente por meio de sujeitos considerados porta-vozes, que frequentemente ocupam posições de liderança surda. De maneira semelhante ao que aponta Goffman acerca de representantes de categorias estigmatizadas, líderes surdos informam diversos aspectos relativos à população que integram, possuem domínio de um repertório específico de categorias, de uma gramática relativa à surdez, e, em última análise, produzem um modelo de normalização, com o qual tive contato desde as primeiras interações de pesquisa. Em segundo lugar, a necessidade de aprendizado da Libras colocou-me em contato com professores de Libras, posição que, por vezes, confunde-se com a liderança. Durante o processo de aprendizado, meu corpo (da etnógrafa) tornou-se instrumento e a aprendizagem de normas linguísticas e tornou-se também conteúdo da investigação. A estas, comumente foram atrelados aspectos relativos à cultura surda. Para além dos crivos estabelecidos pelas diferenciações auditivas, em grande medida, por meio das aulas de libras aprende-se e ensina-se o que é ser surdo/surda. Enfim, para além de certos argumentos institucionalizados relativo à Libras e à cultura surda, foi possível revelar aspectos de subjetividades por parte de certos sujeitos. Apesar de haver biografias de vários dos meus principais interlocutores, bem como entrevistas concedidas por eles em works acadêmicos, poucas vezes são desenvolvidas reflexões relativas à posição específica que ocupam e menos ainda são discutidos os próprios fatores que levam pesquisadores a elegê-los como informantes centrais. Trata-se de algo que pode ser evidenciado analisando o percurso (etnográfico) e os desdobramentos de pesquisa.

Apresentação Oral em GT

A Educação Inclusiva de índios surdos no processo de aprendizagem na Educação Básica

Edielso Manoel Mendes de Almeida, Lindomar Lili Sebastião

Este work consiste em uma pesquisa bibliográfica referente à inclusão de índios surdos no processo de aprendizagem em escolas de educação básica. O objetivo foi realizar um levantamento e dar visibilidade as práticas desenvolvidas em algumas regiões do Brasil referente à inclusão de alunos índios surdos na educação formal, especificamente os anos iniciais e finais do ensino fundamental. O método utilizado foi o dialético que implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. A pesquisa foi realizada em artigos publicados em revistas especializadas, relato de experiências publicadas em revistas na área de educação, dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no período de 2008 a 2015. Os dados foram analisados a partir das categorias inclusão e aprendizagem, tendo como base o método e o referencial teórico adotado, para discutir identidades Bhabha (2005) e Hall (2003); educação inclusiva Mantoan (2010); educação intercultural Fleuri (2013); surdez a Língua Brasileira de Sinais Perlin (2008) e Quadros (2009). Os resultados mostram que há sinais compartilhados pelos surdos nas aldeias, que são por eles criados e que fazem parte da sua própria Língua, embora ainda não estudados linguisticamente, os surdos fazem dela sua comunicação e, sendo assim, sua diferenciação enquanto cultura. Conclui-se que é necessário identificar os elementos culturais que constituem a identidade dos índios-surdos, bem como os contextos em que emergem os sinais linguísticos

surdos próprios à cultura e como se legitimam e entrelaçam com a Língua de Sinais Brasileira, pois os estudos apontam que há sinais compartilhados pelos surdos nas aldeias e que, enquanto educadores, precisamos conhecê-los para melhorar a comunicação e levar os surdos a avançar na aprendizagem.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466477785_ARQUIVO_EdielsoManoelMendesdeAlmeida_ABA.pdf

Apresentação Oral em GT

Festa de surdo dá o que falar - Um estudo de caso realizado na Associação de Surdos de João Pessoa / Paraíba (ASJP -PB)

Elizangela Ferreira da Silva

A maioria dos works acadêmicos que discutem questões relativas à surdez, é direcionado para compreensão dos aspectos de inclusão e direitos da pessoa portadora de necessidade especial. works que enfatizam a importância do reconhecimento da pessoa com necessidades especiais sobre um contexto educacional emancipatório, isto é, não seria incluir o deficiente, mas sim o diferente, que possui uma identidade e uma cultura a ser compreendida e desenvolvida, como é o caso da pessoa surda. Neste sentido, como mostra Magnani (2007), em ciências humanas e sociais como: a antropologia, pedagogia, história, linguística, entre outras, a pessoa surda é vista a partir da construção cultural e social que envolve o discurso de práticas, valores, linguagem, comunicação, reconhecimento e identidade específica, ou seja, o surdo deixa de ser deficiente auditivo, para se tornar um sujeito reconhecido por sua diferença, ainda que alicerçada em jargões ou categorias de distinção como: comunidade surda, cultura surda, minoria linguística, minoria social, etc. É certo afirmar que o universo da pessoa surda é realmente riquíssimo. A pessoa surda não se acha deficiente e, como qualquer outra pessoa, é capaz de fazer todo tipo de atividade, participar de qualquer ambiente social e levar uma vida como a de qualquer outra pessoa não surda. Deste modo, o estudo de caso realizado na Associação de Surdos de João Pessoa/PB teve como principal objetivo abordar os desafios de inserção e de aceitação da pesquisadora pelos sujeitos interlocutores desta pesquisa, uma vez que, conforme Beaud e Weber (2007, p.171), três elementos devem prender a atenção do pesquisador, antes mesmo de colocar em ação comparações sistemáticas: “relacionar, em cada caso, posições objetivas, práticas e pontos de vista subjetivos; as palavras nativas e os silêncios; os mal-entendidos”. Buscamos descrever a importância das festas de surdo na ASJP-PB, como elemento fundamental de uma sociabilidade que expõe determinadas ambiguidades de aceitação e não aceitação de alguns atores sociais no interior do grupo. A heterogeneidade dos atores sociais que fazem uso dos mesmos equipamentos de lazer da ASJP/PB, bem como as tensões sócio-espaciais no dinamismo das redes de interação do grupo. O espaço, neste sentido, se torna uma extensão da personalidade dos grupos que utilizam aqueles lugares em suas trocas interacionais. Não obstante das relações interacionais e de lazer, percebemos que a ASJP-PB é um lugar de encontro com o familiar e com o estranho. É neste espaço que o surdo assume sua identidade de pessoa surda, se identifica com o outro que é seu par, mas também estranha o familiar. Criando novas possibilidades de sociabilidade conforme as particularidades e afinidades dos indivíduos deste grande grupo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466385988_ARQUIVO_FESTADESURDODAOQUEFALAR.pdf

Apresentação Oral em GT

Virtualidade política e o esboço de um manifesto contra-visual

Felipe Moreira



Busco neste ensaio pensar algumas questões de antropologia do corpo, materialidade e estruturas/potências, repensando um suposto projeto cartesiano de corpo em contraponto com discussões de autores das dissidências cartesianas. Pensando o projeto de corpo e mente (análogo ao de natureza/cultura), pretendo discutir como esta questão se coloca em nossos dias e, junto com as críticas a este projeto, pensar a não-vidência não como a falha deste projeto mas como uma forma de relativizar nossa epistemologia informada pelas expectativas sensorio-corporais. O que poderíamos aprender invertendo perspectivas patológicas que buscam amedrontar pelo contágio por incorporações cosmológicas dissidentes?

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466456083_ARQUIVO_workcompleto-felipemoreira.pdf

Apresentação Oral em GT

Estratégias de atendimento e prevenção à violência contra pessoas com deficiência: o cuidado nos serviços de saúde

Fernanda Cristina Ferreira Nunes

Este work, parte da pesquisa de doutorado que se encontra em fase inicial, refletirá sobre os encaminhamentos e as políticas de enfrentamento atribuídos aos casos de violência intrafamiliar cometidos contra pessoas com deficiência, que chegam a partir de serviços públicos de saúde direcionados à família. Nesta pesquisa, as dimensões do cuidado dialogam com três eixos temáticos: deficiência, violência doméstica e gênero. Embora de grande potencial heurístico, a interface entre estes temas é ainda pouco explorada no Brasil. Dois motivos sugerem a ausência de estudos: a) há o silenciamento dos casos de violência contra pessoas com deficiência em geral, ficando restritos, assim, ao contexto particular; b) ao tratar da deficiência, a mídia de massa costuma focalizar somente a necessidade de aprimoramentos em saúde, inclusão e acessibilidade. Enfatizo que, de modo mais amplo, a investigação visa contribuir com o campo dos Estudos sobre Deficiência, bem como com estudos referentes a populações vulneráveis (mulheres, crianças e idosos). A metodologia compreende entrevistas com informantes qualificados e work etnográfico realizado junto às equipes do Programa Saúde da Família (PSF). Lançado em 2011, o programa de governo “Viver Sem Limite: Plano Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência” (Decreto nº 7.612/2011) articulou serviços de proteção social e de educação a atividades projetadas para outros pontos de atenção da rede do Sistema Único de Saúde (SUS), que envolve a atenção básica, especializada e hospitalar. É importante observar que as equipes do Programa Saúde da Família recebem orientações especializadas do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) referentes, sobretudo, à gestão do cuidado. Apoiando-se em um dos resultados da pesquisa promovida pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, Débora Diniz, Lívia Barbosa e Wederson Santos (2009) questionaram a inexistência de políticas específicas voltadas à pessoa cuidadora, ofício que é desenvolvido, majoritariamente, no âmbito doméstico e por mulheres (mães, avós, irmãs ou profissionais). A mesma pesquisa mostrou que a população entrevistada reconhece que há discriminação contra pessoas com deficiência, embora não a identifique como forma de violência que deve ser, prioritariamente, combatida, seguida do abandono e dos maus-tratos. Assim, se a violação não é reconhecida nem denunciada, a invisibilidade se perpetua. Por outro lado, mesmo quando os casos são identificados há dificuldades, por parte das instituições, em reconhecer os direitos das pessoas com deficiência e as especificidades de suas violações.

Apresentação Oral em GT

"Problemas de Cabeça": Reflexões sobre deficiência e práticas de cuidado a partir da experiência de três famílias de um bairro popular.

Helena Moura Fietz



Neste artigo, proponho uma aproximação entre os estudos sobre a deficiência e as pesquisas sobre o cuidado com o objetivo de refletir sobre as relações mobilizadas no cuidado de adultos cuja autonomia pode ser considerada limitada em razão de uma “deficiência intelectual”. A partir de uma etnografia realizada junto a três famílias de um bairro de classe popular da cidade de Porto Alegre, centro minha análise nas práticas e narrativas de três cuidadoras - Jurema, Margarida e Dona Edna-, a fim de compreender “o que está em jogo” para essas mulheres que lidam com um parente que, segundo elas, possui “problemas de cabeça”. Para tanto, penso o cuidado tanto como uma prática quanto como uma categoria moral e proponho uma análise que parta daquilo que Annemarie Mol (2008) chama de lógica do cuidado. A partir desta perspectiva, foi possível complexificar possíveis distinções como entre cuidado/negligência, autonomia/dependência e cuidado/economia; e perceber como questões que dizem respeito à obtenção e ao gerenciamento de recursos - em especial no que tange ao Benefício de Prestação Continuada -, centrais para minhas interlocutoras, encontram-se inseridas em redes de “cuidado familiar”, médico-jurídicas, comunitárias e institucionais. Tais práticas de cuidado aparecem em minha etnografia como permeadas por tensões e negociações, onde diferentes versões do que é o “bom cuidado” são constantemente performadas. Nesse sentido, tem-se que o cuidado, enquanto uma categoria de análise, não permite categorizações simples ou soluções pré-fixadas, pois o que a sua lógica exige são respostas locais e contingenciais a cada situação.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467207458_ARQUIVO_ProblemasdecabeçaReflexoessobredeficienciaepraticasdecuidado_HelenaFietz.pdf

Apresentação Oral em GT

Corpo, sexualidade e paralisia cerebral: a partir da noção de pessoa

Luana Santos Cunha, Luana Santos Cunha Doutoranda em Sociologia PPGS/UFPB Mônica Franch Professora de Antropologia. DCS/PPGA/PPGS/UFPB

Este work faz parte da problematização que estou desenvolvendo, no marco da minha tese de doutorado, sobre a prática da sexualidade entre pessoas portadoras de paralisia cerebral. Uma das perspectivas teóricas que levanto, em forma de hipótese, é que a noção de pessoa é fundamental para a situação do problema de pesquisa, afinal, o que se considera deficiência X normalidade está ligado à compreensão do que seja uma “Pessoa”, quais são seus atributos, qualidades, limites e contornos. Nesse sentido, tenho como objetivo discutir a construção do corpo como um processo social que muitas vezes implica na ideia de perfeição, completude e beleza, e também o modo como tal concepção está ligada diretamente à noção de “Pessoa” que temos nas sociedades ocidentais modernas, repercutindo em representações restritivas sobre a sexualidade de portadores de deficiências. Para esta discussão, apresentarei os primeiros achados de um work etnográfico que estou desenvolvendo na rede social Facebook, especificamente no grupo “Paralisia Cerebral e amigos”, onde realizei entrevistas on-line e conversas (chats) sobre temas como sexualidade e estigmas. Essas primeiras incursões apontam situações nas quais as pessoas com paralisia cerebral tiveram que reivindicar o “direito à autonomia” dos seus corpos e outros tantos momentos de luta por reconhecimento como “pessoas” ou mesmo da negação desta condição. Entendemos que essas negociações em torno da sexualidade ancoram-se no ideário do individualismo moderno, girando em torno de ideias como autonomia, direitos individuais e independência. Para tanto, fez-se necessário compreender o que seria o ser humano, o que entendemos por indivíduo como valor e a quem consideramos “Pessoa” e se tais compreensões têm ligações com nossa percepção de corpo e tudo que ela engloba: perfeição, normalidade, completude, sexualidade, gênero. Assim, passamos por autores como Louis Dumont, Marcel Mauss e Csordas, a fim de ver tais questões, especialmente a sexualidade, como discursos, como construções sociais, como aprendizado e sua relação com a construção da pessoa sempre tentando observar o que esse work nos permite compreender sobre nossa sociedade e os debates sociais em torno desses temas.



Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466467646_ARQUIVO_LUANACUNHA_CORPO_SEXUALIDADE_PC.pdf

Apresentação Oral em GT

A inserção de surdos no ensino superior brasileiro: a experiência da EPLIBRAS

Maria Izabel dos Santos Garcia, Ana Regina e Souza Campello Rebeca Garcia Cabral

Nos últimos anos, com a discussão em torno da chamada educação inclusiva, muitas questões vêm sendo levantadas em relação às comunidades de surdos. Seja por parte das instituições educacionais, seja própria militância do grupo. Um grande desafio que se coloca é como assegurar à criança, jovem/adolescente ou adulto surdo nos ensinos fundamental, médio e superior uma formação adequada, uma vez que o sistema educacional brasileiro apresenta sérios problemas no que se refere à qualificação dos professores. Ademais, há necessidade de revisão do modelo pedagógico ouvintista, bem como o pleno reconhecimento da LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais – uma vez que no Brasil, as políticas educacionais atuais não asseguram aos surdos a LIBRAS como L1 (primeira língua e/ou materna) e a Língua Portuguesa, na forma escrita, como L2 (segunda língua). O presente work visa por em discussão como vem sendo a inserção dos Surdos no ensino superior brasileiro, a despeito da Lei 10.436/2002 e do Decreto 5626/2005 que oficializam a LIBRAS como a língua oficial do surdo brasileiro, tomando por base a experiência da Escola Preparatória em LIBRAS (EPLIBRAS/UFABC), a qual implementei e coordenei na Universidade Federal do ABC (UFABC) com o objetivo de atender às leis de direitos humanos, ora vigentes no Brasil, que visam a acessibilidade à educação em caráter de equidade. Assim, nasceu a EPLIBRAS que visa a preparação dos alunos surdos para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) – dispositivo adotado pelo Ministério da Educação e Cultura como única forma de ingresso nas universidades federais brasileiras. No curso ofertado aos surdos, a LIBRAS era a língua prevalente em todas as disciplinas que por sua vez, eram ministradas por professores surdos em sua maioria. Tal experiência fez emergir aspectos do que vem sendo chamado por pedagogia visual. A motivação para o desenvolvimento da mesma se deve ao fato de que ainda se observa uma forte resistência na adequação das instituições de nível superior brasileiro no atendimento às leis em vigor a partir de 2002, o que pode ser entendido como um importante fator de impedimento e acessibilidade dos membros desse grupo social à educação. Nesse sentido, a presente proposta se insere no debate atual em torno das políticas públicas educacionais, eixo da discussão dos movimentos sociais. Vale ressaltar que para além das questões linguísticas e cognitivas que se colocam, há também os aspectos culturais e identitários da(s) comunidade(s) de Surdos que precisam ser considerados.

Apresentação Oral em GT

Crianças com Adoecimentos Raros e de Longa Duração: reflexões sobre a pesquisa antropológica em hospitais onde habitam e os novos arranjos normativos.

Martha Cristina Nunes Moreira

A pesquisa antropológica e a capacidade do pesquisador desenvolver interações qualificadas pela observação e reflexão sistemáticas, pode oferecer um aprofundamento do conhecimento relacional em ambientes onde crianças nascem, crescem e se desenvolvem com adoecimentos de longa duração. Elas habitam o espaço hospitalar, onde primeiro se reconhecem como sujeitos, e tardiamente conhecem suas casas. Ganham destaque aqui dois aspectos um de ordem teórica e outro de ordem empírica, a serem trabalhados na comunicação: (1) é nas interfaces da temporalidade e de sua experiência que as definições sobre adoecimentos de longa duração se colocam. Com um acúmulo significativo de estudos e conceituações a partir da perspectiva dos adultos jovens e idosos, pelo diálogo sócio-antropológico. Há uma novidade nos



cenários institucionais sanitários que referem a vida com um adoecimento longo desde o nascimento. Paradoxalmente o adoecimento é nomeado como longo, mas a vida não necessariamente. Ao contrário de rupturas biográficas, instauram-se antecipações biográficas. Ou seja, a vida pode ser qualificada como curta, breve, desafiadora para os padrões de normalidade, mas a criança e as relações que a investem instauram novas outras normatividades para um corpo que desafia padrões. Nessa direção perspectivas teóricas sobre, normatividade, antropologia das emoções e do corpo dialogam, com as temporalidades da doença e da vida que segue; (2) urgem reflexões sobre pesquisas com crianças em ambientes de hospitalização pediátrica, onde vivem por vezes desde o nascimento e toda a primeira infância. Destacamos que essas reflexões estão ancoradas em pesquisas e produções coordenadas pela autora e cujos dados ratificam a urgência do debate.

Apresentação Oral em GT

Pessoa com deficiência: uma abordagem política e antropológica

Paula Guedes Bigogno

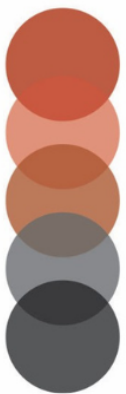
O tema das deficiências perpassa a vida em todo lugar do mundo. Nas chamadas sociedades complexas, a racionalização ocidental, influencia a forma como vivem as pessoas com algum tipo de deficiência nas cidades e no campo. Historicamente, é preciso analisar a maneira como podem ter vivido essas pessoas ao longo dos tempos, de acordo com suas condições socioeconômicas. A proposta é que esses dados além de reveladores possam ser também transformadores, lançando luz sobre os processos de sociabilidade mais diversos da vida cotidiana. Questões como preconceito e exclusão emergem numa reflexão que extrapola a questão das deficiências, ao mesmo tempo em que a configura, permitindo um estudo aprofundado do tema. Existem movimentos de pessoas com deficiência, que surgiram na década de 70, na Europa Ocidental. Esses grupos lutaram por direitos após o enfraquecimento dos Estados de Bem Estar Social e alertaram para um paradigma de coletividade. Este artigo apresenta os resultados de uma etnografia sobre “Surdos”, ao mesmo tempo em que busca uma abordagem mais geral sobre deficiência, fundamentada no modelo biopsicossocial e na antropologia do corpo, procurando compreender experiências e representações.

Apresentação Oral em GT

Deficiência e marcadores sociais da diferença

Pedro Lopes

A proposta desta comunicação é refletir sobre a categoria “deficiência” e a produtividade e as contradições de pensá-la como um “marcador social da diferença”. A proposta de work na intersecção de marcadores como raça, gênero e sexualidade tem ganhado espaço na antropologia brasileira e permitido articulações interessantes entre debates sobre variadas formas de diferença e desigualdade social. Segundo a análise proposta por Laura Moutinho, esse work vem se estruturando nos seguintes eixos: construção de Estados-nacionais e representações da nação; regulação de práticas e personagens e constituição de sujeitos de direitos; e socialidades e subjetividades, entre o cuidado de si e os espaços de agência. Sugiro que a partir dos anos 2000 nos Estados Unidos, as temáticas da cultura e da interseccionalidade também passam a ter destaque na produção de pesquisadores e pesquisadoras que se dedicam a pensar deficiência, bem como no Brasil, com maior ênfase na presente década, despontam works que articulam perspectivas especialmente feministas ou queer para o campo da deficiência. O esforço desta comunicação, então, é percorrer alguns works brasileiros e estadunidenses acerca de deficiência, sugerindo que os eixos identificados por Moutinho também estão presentes nessa seara e que a proposta de articulação ou intersecção de sistemas de diferença levanta pontos que contribuem para o adensamento teórico e o apuramento da sensibilidade etnográfica, bem como colocam em evidência limites e contradições dessa categoria, que temos usado na organização de



pesquisa e de um campo de debate e produção acadêmica e política. Objetiva-se com isso colocar questões para uma reflexão conjunta, e não exatamente propor sínteses.

Apresentação Oral em GT

Uma experiência etnográfica numa instituição de cuidado para pessoas com deficiência

Ubiratan Garcia Vieira

Nesta comunicação irei apresentar uma reflexão sobre a experiência etnográfica na Comunidade da Figueira, uma instituição filantrópica de acolhimento de pessoas com deficiência localizada na cidade de Mariana, MG. O work de campo na comunidade, uma das atividades de um projeto de extensão com interface com pesquisa, foi feito durante os dois anos de sua duração, entre 2011 e 2013, por mim, responsável pelo projeto, mas também pelos bolsistas, estudantes de pedagogia e serviço social, sob minha orientação e da professora Mônica Rahme, da área de psicologia da educação, também docente da Universidade Federal de Ouro Preto. Nos primeiros oito meses do projeto foram dedicados, sobretudo, à participação da equipe nas atividades desenvolvidas na Comunidade e relatar a experiência ali vivida em encontros de orientação semanais. Embora, contribuir com as atividades desenvolvidas pela comunidade na promoção de relações entre pessoas com e sem deficiência na cidade, fosse o objetivo do projeto de extensão, neste primeiro momento precisávamos conhecer a vida naquela comunidade. De fato não sabíamos que atividades poderíamos desenvolver, tínhamos apenas o princípio de contribuir com “contatos mistos” entre pessoas com e sem deficiência na cidade. Uma releitura normativa de um conceito proposto por Erving Goffman. Mesmo após o work de campo propriamente dito, a reflexão sobre a experiência de convívio com a comunidade continuou durante a realização de atividades de extensão. Nos últimos meses do projeto, após uma importante atividade de extensão, retomamos a pesquisa e fizemos entrevistas semi-estruturadas nos lares de pessoas com deficiência que frequentam a Figueira, com o objetivo de conhecer sua trajetória escolar, suas relações afetivas e suas definições de deficiência. Retomando o work de campo realizado no início das atividades do projeto irei apresentar: (1) a análise do uso dos termos “meninos” e “professoras” e a forma como tais usos remetem ao (não) lugar da instituição no sistema de ensino municipal; (2) as implicações éticas e políticas da abordagem proposta. No que refere-se ao primeiro ponto, se mostrou frutífera a articulação entre a teoria etnográfica de Howard Becker e a análise pragmática social do uso da linguagem de Jakob L. Mey. No que se refere ao segundo ponto, essa articulação permite refletir sobre os aspectos intrinsecamente éticos e políticos do uso da linguagem conforme propõe Kanavillil Rajagopalan e, em particular, da “escrita” etnográfica conforme propõe Howard Becker. Também permite refletir sobre os dilemas da emancipação como ponto de partida da pesquisa etnográfica nos Estudos sobre Deficiência colocados por John M. Davis e por Nicholas Watson.

Trabalho completo:

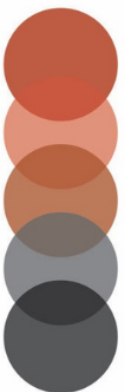
https://www.abant.org.br/files/1467340213_ARQUIVO_VIEIRA2016Umaexperienciaetnograficanumainstituicaodecuidadoparapessoascomdeficiencia.30rba.pdf

Apresentação Oral em GT

Quando Cidadania demanda Cuidado: Políticas públicas e moralidades na inclusão de pessoas com autismo no mercado de work

Valeria Aydos

Com o reconhecimento legal do Transtorno do Espectro Autista como deficiência, em 2012, pessoas com este diagnóstico começam a ter acesso às políticas de inclusão no mercado de work propiciadas pela Lei de Cotas 8.213/91. Durante os últimos três anos acompanhei o ciclo de efetivação desta política, cuja



implementação em Porto Alegre se deu, dentre outras formas, através do Projeto Autismo e Mercado de work. O foco de minha etnografia deu-se no acompanhamento das experiências de Tomás e Ricardo nesta política, dois jovens diagnosticados com autismo cujos processos de inclusão no ambiente laboral foram considerados, cada um a seu modo, “casos de sucesso”. No registro das políticas públicas, tal acesso ao work é visto como essencial para que haja uma transformação simbólica e prática de pessoas, antes excluídas do universo “adulto” e “dependentes” da família ou de benefícios sociais do Estado, em “cidadãos autônomos e produtivos”. Em diálogo com os Estudos da Deficiência e pesquisas etnográficas sobre o Cuidado, busco problematizar algumas das categorias centrais à noção de Cidadania presentes no universo das políticas públicas, assim como complexificar, a partir da “lógica do cuidado” (Mol, 2008), o que é entendido em meu campo como uma “boa inclusão”. Para tanto, entendo a Cidadania não como um conjunto de direitos a serem adquiridos, mas sim como um processo sociocultural de subjetivação e de pertença (Ong, 2003), e compartilho de uma agenda antropológica que acredita que categorias analíticas devem ser vistas como morais e práticas, abordando-as a partir do fazer etnográfico. Esta proposta possibilitou-me perceber que as noções de independência e autonomia, presentes na implementação destas políticas e especialmente caras em ambientes corporativos, entram em tensão com as “práticas de cuidado” requeridas para/pelas pessoas com autismo no cotidiano laboral. Neste contexto, a “boa inclusão” é aquela que se faz possível frente ao desejo subjetivo de pertencer ao mundo do work e às suas relações, às negociações na economia doméstica que a possibilitam, à gestão dos recursos humanos e dos custos das cotas para as empresas e ao projeto do Estado de construção de “cidadãos produtivos”. Compreender esta política na prática significa perceber que cidadania neste contexto demanda cuidado; e cuidado, especialmente para pessoas com autismo, implica sempre algum tipo de dependência humana. Argumento que, na prática, não há um único ideal de cidadania que devemos alcançar, há uma miríade de diferentes formas de pertencer, de “ser cidadãos”. Ricardo e Tomás têm as suas.

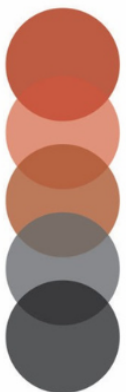
Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467254643_ARQUIVO_ArtigoRBA2016final_QUANDOCIDADANIAD_EMANDACUIDADO.pdf

GT 033: Etnografias das Interseccionalidades: Raça e Gênero no Contexto Latino-americano das Políticas Públicas

Os Estudos de Gênero e das Relações Raciais possuem uma trajetória acadêmica e política que já nos permite considerá-los consolidados. No entanto, pensar a interseccionalidade entre estes marcadores sociais, e seus efeitos, é ainda relativamente novo. A questão social da interseccionalidade emerge no Brasil no Manifesto das Mulheres Negras durante o Congresso de Mulheres Brasileiras, em 1975. Não bastava pensar e lutar pela “mulher” no singular. Semelhante ao que aconteceu nos Estudos de Gênero e das Relações Raciais, dos quais emergiram, por exemplo, o Feminismo Negro, as demandas sociais e políticas estiveram (e estão) associadas às reflexões teóricas e às pesquisas acadêmicas sobre interseccionalidade

Este GT propõe-se, então, a discutir a interseccionalidade de gênero e raça no contexto latino-americano, particularmente através de abordagens etnográficas – estando aberto também para refletir sobre outras interseccionalidades, como classe, geração, orientação sexual. Para além da reflexão sobre como a intersecção de demarcadores sociais é construída socialmente em relações de poder e como afeta a vida de sujeitos, a proposta do GT é acolher estudos antropológicos que enfoquem políticas públicas com o recorte de gênero e raça, bem como outras interseccionalidades, na perspectiva de analisar impactos sociais; a relação Estado e sociedade; conexões regionais, nacionais e transnacionais entre outras problematizações possíveis.



Laura Cecília López (Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS) e Vera Regina Rodrigues da Silva (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-b) - **Coordenação**

Pôster em GT

Hierarquia de opressões: uma (auto)etnografia na Marcha das Vadias em Pelotas-RS

Amanda Medeiros Oliveira

Neste work busco discutir a socialização da mulher negra e a interseccionalidade de raça, de gênero e de classe no âmbito da experiência. Tendo como ponto de partida uma (auto)etnografia da Marcha das Vadias em Pelotas-RS faço uma análise etnográfica das imagens da Marcha sobre um aspecto transnacional. Contesto as formas de silenciamento da socialização da mulher negra em detrimento ao feminismo-branco-hegemônico. Por meio da experiência, é possível notar que o estereótipo acerca do corpo e do temperamento das mulheres negras está diretamente ligado a questões raciais, de gênero e de classe. A feminilidade que as feministas brancas descreveram como imposta à sujeita mulher não cabe dentro da realidade da mulher negra.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466474747_ARQUIVO_AmandaMedeirosOliveira-30RBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Ìyá lodè Iyà Orò: Uma análise das lideranças femininas na criação dos direitos das comunidades tradicionais de terreiro

Ana Laura Silva Vilela

Neste texto, analiso a atuação de lideranças religiosas femininas – as quais se identificam enquanto “mulheres de axé” - da Região Nordeste na construção dos direitos das comunidades tradicionais de terreiro, tendo como marco temporal e político a Constituição Federal de 1988. Com este intuito, apresento uma breve caracterização destas mulheres e das comunidades nas quais estão inseridas. Para o aprofundamento teórico da análise, utiliza-se das discussões acerca do sistema moderno colonial de gênero e das contribuições dos feminismos negros. A abordagem do tema demanda reconhecer outros espaços de produção do Direito. Por isto, apresento o pluralismo jurídico como pressuposto teórico capaz de ampliar a compreensão do fenômeno jurídico e contribuir para a construção de um Direito de caráter intercultural. O caminho metodológico proposto possui uma orientação etnográfica, buscando (re) conhecer a partir das histórias de vida de lideranças religiosas, os caminhos/estratégias utilizados por estas mulheres em suas trajetórias individuais para lutar pelos direitos das comunidades tradicionais de terreiro. Dessa forma, a partir do diálogo com duas líderes religiosas de cultos de matriz africana de João Pessoa/Paraíba, busco problematizar o lugar das mulheres de axé na disputa pela construção do Estado Laico no Brasil e pelo reconhecimento das comunidades tradicionais de terreiro enquanto sujeitos de direito. O esforço consiste em apontar sobre quais demandas voltam seus esforços, a partir de quais espaços se organizam para reivindicar por direitos. Alguns indícios puderam ser identificados. Historicamente as mulheres dos cultos de matriz africana participaram ativamente de seus contextos políticos. Além disso, contemporaneamente se organizam redes em âmbito local ou nacional; atuam junto ao Poder Público em conselhos e outras instâncias participativas, onde reivindicam pela concretização do Estado Laico, direito ao reconhecimento de suas comunidades, enfrentamento da intolerância religiosa, direito à saúde pela população negra e povos tradicionais de terreiro, dentre outras demandas. Palavras-chave: Mulheres de Axé; Criação de direitos; Comunidades Tradicionais de Terreiro; Antropologia Jurídica



Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467339504_ARQUIVO_TextoRBA_AnaLauraSilvaVilelaCERTO.pdf

Apresentação Oral em GT

A Semana Municipal do Hip Hop: Intersecção em um contexto de diáspora local.

Diogo Raul Zanini

O presente resumo pretende refletir a relação do Movimento Hip Hop com o poder público municipal. O ponto de partida é problematizar a Semana Municipal do Hip Hop de Porto Alegre como um espaço de intersecção entre os ativistas do movimento, o poder público municipal e o público local onde são realizadas as atividades da Semana. Entendo a Semana do Hip Hop como uma política pública que se realiza no diálogo entre organizações e instituições locais (prefeitura, câmara de vereadores, escolas, Ongs, e coletivos do Hip Hop) no município a partir de uma agenda afirmativa. Percebendo o Movimento Hip Hop como um movimento de diáspora, de amplitude global e também local, tendo como referencia os estudos culturais voltados para a descolonização (Paul Gilroy e Stuart Hall, por ex.). Essa proposta de artigo pretende trazer experiências etnográficas em Porto Alegre e provocações teóricas para analisarmos as interseccionalidades no ambiente social e político no qual se envolvem a militancia do Hip Hop na atualidade

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466472558_ARQUIVO_artigorba2016.pdf

Apresentação Oral em GT

“Não é só cabelo, é também identidade”: transição capilar, luta política e construções de sentido em torno do cabelo afro.

Lidia de Oliveira Matos

O momento político vivido no Brasil tem propiciado uma eclosão de movimentos com demandas mais particulares, diferente dos movimentos sócias da primeira onda, que reivindicavam direitos amplos que beneficiariam a sociedade como um todo a exemplo das lutas sindicais, por moradia, saúde e educação. Temos acompanhado um movimento que reúne mulheres em torno do cabelo, que tem modificado os sentidos atribuídos a luta, afirmação, beleza e negritude Propomos-nos a refletir sobre os desdobramentos do movimento de transição capilar que através de um chamariz estético tem reunido atores em torno de lutas políticas que ocupam as ruas e a internet, faremos isso principalmente A partir dos relatos de mulheres que passaram pelo processo e da etnografia produzida nas observações dos eventos organizados e publicizado através do grupo no facebook Cabelos crespos e cacheados Aracaju. O cabelo sempre foi uma das partes do corpo que recebe grande atenção, é responsável pela composição do visual, realçando, reforçando ou minimizando traços fenotípicos. A transição capilar se caracteriza por um momento em que se abandona o uso de químicas que transformam a estrutura do cabelo e passa a usá-lo em sua forma “natural”, esse processo não ocorre sem conflitos, dilemas e reconfigurações que desemboca em uma transformação na autopercepção, nossa análise se volta principalmente para as mulheres que se organizam em torno da luta pela aceitação da estética negra, tendo como símbolo desta os cabelos crespos e cacheados. O uso do cabelo como forma de expressão do estilo e gosto pessoal e também da identidade não é uma estratégia nova, já era utilizada pelo movimento negro americano dos anos 60 como símbolo de luta, re significando a elaboração identitária através do uso dos blacks powers. Esse movimento de transição capilar que nos propomos a analisar, se organiza através de grupos no facebook e outras redes sociais, tem conhecimentos compartilhados através do youtube e ocupam as ruas em marchas e encontros que publicizam e atraem a atenção das pessoas fortalecendo e buscando modificar os padrões de beleza, lutando contra o racismo e pela aceitação da beleza negra. Assim me interessou perceber quais os sentidos que estavam e estão sendo atribuídos a esse cabelo,



como esse sinal diacrítico está sendo disputados, quais os conhecimentos que são adquiridos nesse processo de transição capilar, como a transição capilar altera a forma como as mulheres se veem, buscando entender também como elas se reúnem em grupo e promovem uma luta política utilizando um referencial estético. A etnografia nos permite perceber as nuances desse processo como ele afeta as trajetórias das participantes modificam a sua autopercepção e propõe uma outra forma de se perceber como mulher negra.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466468070_ARQUIVO_rba2016lidiamatos.pdf

Pôster em GT

Quebrando grilhões: Sou Negra, Sou Mulher, NÃO sou objeto!

Rebeca Thalia Bastos Barros, Gabriela Leal Brito Luciane Mota Seabra

O presente artigo tem como objeto de pesquisa a exotificação da Mulher Negra presente no imaginário social, a partir da análise do estereótipo estruturado e enraizado socialmente que objetifica as Mulheres Negras. Fazendo um traçado desde o período colonial — quando os senhores de engenho "tomavam" suas escravas (muitas vezes por força) por acreditarem que essas mulheres seriam mais "fogosas" — até o século XXI, no qual esse imaginário se perpetua através da mídias que utilizam esse pensamento para vender a ideia de um país sexual, onde as Negras detêm corpos avantajados, o que acaba por hipersexualizar a Mulher e exotificar a cor que a Negritude carrega. A consideração deste artigo, é a tentativa da desconstrução do estereótipo alienatório, ideológico e culturalmente enraizado no imaginário social de que ser Negra é ser escrava – seja em relação a mão de obra ou a objetificação sexual, para compreendermos que a Mulher Negra não pode e não deve ficar restrita a um âmbito de promiscuidade. A metodologia de pesquisa deste artigo se dá através de pesquisas nos diversos meios de comunicação e informação e no recolhimento de relatos experienciados por Mulheres Negras.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466461856_ARQUIVO_QuebrandoGrilhoes.pdf

Apresentação Oral em GT

Quais políticas, quais sujeitos? A produção de sujeitos e direitos através de políticas de combate às desigualdades de gênero e raça no governo brasileiro.

Silvia Aguião, Márcia Lima (USP)

O objetivo deste paper é abordar a relação mutuamente constitutiva entre sujeitos e direitos através da análise de algumas das ações governamentais de combate às desigualdades de gênero e raça no Brasil contemporâneo. Mais especificamente, busca-se compreender os mecanismos de reconhecimento (e produção) de diferenças atrelados a uma determinada concepção de promoção da igualdade de direitos inerentes a tais processos de estado. A partir da análise de documentos que versam sobre diretrizes de ação e avaliações de execução dessas políticas e da observação de eventos, tais como a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, propõe-se refletir sobre os sentidos imiscuídos em discursividades, conceitos e categorias que progressivamente moldam novos repertórios de sentido e de reconhecimento de sujeitos (e suas especificidades) e direitos. O recorte temporal da investigação abrange o período 2003-2015. A perspectiva interseccional vem ganhando cada vez mais destaque em projetos políticos e acadêmicos que enfrentam o desafio de refletir a respeito da constituição de sujeitos, subjetividades e agenciamentos, mas também sobre o reconhecimento de identidades e a construção de políticas de enfrentamento às desigualdades sociais. Nesse sentido, parte da análise é dedicada à reflexão sobre as possibilidades de conciliar a abordagem "transversal" investida no desenho atual das políticas públicas de gênero e raça e a perspectiva "interseccional" proposta por certo campo teórico-político que se debruça sobre a compreensão da





constituição e articulação de marcadores sociais da diferença. A proposta é tomar como hipótese inicial que esses dois enfoques têm como objetivo, a partir de searas analíticas distintas, dar conta de contextos complexos e de fatores múltiplos que confluem para a produção e a manutenção de desigualdades. Essa proposta faz parte de um desdobramento de pesquisa anterior que investiu na análise de processos sociais e políticos que tornam possível a constituição da população designada, no momento, LGBT, como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Esse investimento implicou em uma análise que, a partir do cotejamento das estratégias políticas de atores envolvidos nos debates em torno dos “direitos LGBT” e de algumas políticas governamentais, manteve como pano de fundo a questão de como certos “direitos” corporificam certas “identidades” e vice-versa. A presente análise desloca o foco de iniciativas localizadas na constituição e administração da “população LGBT” para uma área mais abrangente envolvendo um conjunto de políticas de promoção da igualdade de gênero e raça.

Apresentação Oral em GT

Relações raciais e suas variâncias: efeitos do gênero na identificação racial e percepção sobre discriminação

Susi Anny Veloso Resende

O presente artigo tem como proposta trabalhar sobre as diferentes percepções das relações raciais brasileiras a partir de um recorte de gênero. A partir de um conjunto de leituras preliminares realizadas sobre a questão racial tendo como interseccionalidade o gênero, pretendo entender como as mulheres possuem diferentes vivências das relações raciais a partir de aspectos relacionados à identidade e percepção de preconceito e discriminação racial. Apesar de não ter se empregado na etnografia de grupos este work busca a partir de dados nacionais entender como a relação entre gênero e identidade racial influencia nas percepções de discriminação e preconceito racial. Analiso dados preliminares da pesquisa nacional sobre raça, realizado em 2008 pelo Instituto Datafolha. “O racismo cordial”, pesquisa que buscou entender de que forma os brasileiros entendem raça e de que forma os indivíduos mobilizam raça dentro de contextos sociais variados. As identidades em relação à cor/ raça mudam a partir dos papéis sociais que temos em nossa sociedade. Assim, se perceber dentro de uma identidade de gênero específica pode vir a influenciar os tipos de relações raciais que as pessoas possuem. Dentro do contexto brasileiro existem diferenças entre brancos/as e pretos/as, bem como diferenças entre homens e mulheres no que se refere a barreiras sociais, ocasionando diferenças nas formas de identidade e percepção sobre as relações raciais. O entendimento de classificação racial e com isso o direcionamento de discriminação e preconceito racial possuem relação com os tipos de experiências sociais vivenciadas pelos indivíduos, sendo estas experiências marcadas pelo também pelo fato de ser considerado homem ou mulher. A manifestação das relações raciais envolvem portanto questões históricas, culturais, políticas e econômicas em que o processos de percepções da realidade racial mudam de acordo com o contexto. Para preencher essa lacuna, esse artigo pretende entender de que maneira as diferenças de gênero influenciam nas dinâmicas das relações raciais brasileiras.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467232024_ARQUIVO_rbaartigof.pdf

Apresentação Oral em GT

Narrativas Etnografadas: raça, gênero, sexualidade e cultura no Bloco Afro Ilú Obá De Min.

Valéria Alves de Souza

O objetivo desta proposta é apresentar e discutir a construção de “novos” sujeitos de direitos a partir da articulação entre as categorias gênero, raça e sexualidade vivenciadas pelas integrantes do Bloco Afro Ilú Oba de Min na cidade de São Paulo e, perceber, como os discursos identitários estão sendo agenciados por

uma série de políticas culturais. Pretendo apresentar um estudo de caso realizado durante a minha pesquisa de mestrado defendida em novembro de 2014 sob o título: Os Tambores das “Yabás: raça, sexualidade, gênero e cultura no Bloco Afro Ilú Obá De Min. A pesquisa que deu origem a dissertação investigou as maneiras pelas quais as integrantes do Bloco Afro Ilú Obá De Min: educação, cultura e arte negra, operacionalizam e articulam os marcadores sociais da diferença raça, gênero, cultura e sexualidade no sentido de entender como, a partir desta articulação, o grupo construiu um diálogo com as políticas culturais, os discursos sobre cultura e identidade negra na cidade de São Paulo e o trânsito entre o bloco afro e seu Ponto de Cultura: Ilú Oná Caminhos do Tambor. Irei apresentar e discutir as transformações que este bloco afro formado e comandado por mulheres obteve através do seu Ponto de Cultura. No decorrer da pesquisa surgiu um tipo de posicionamento: o “estar aberta” designando o Ilú Oba como um espaço onde seria possível subverter as fronteiras classificatórias e criar outras possibilidades de ações e interações. De forma similar, estas narrativas operam de modo complexo os marcadores raça, gênero e sexualidade articulados com a questão da valorização da cultura negra e, interpelando de forma original as atuais políticas de identidade, em especial as étnicas/raciais e culturais. O que nos chama atenção para este bloco carnavalesco são justamente os discursos, aqui, entendidos como prática social que produz sentidos e que são capazes de atuar na realidade, bem como a defesa de um espaço de sociabilidade onde são vivenciadas diferentes experiências afetiva/sexuais. Dessa forma, apresentarei alguns possíveis contextos que a interseccionalidade das categorias gênero, raça e sexualidade é operacionalizada buscando compreender, as diferentes formas de atuação política e social a partir desses novos formatos identitários de resistências e interação.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467909719_ARQUIVO_NarrativasEtnograficasABA2016.pdf

GT 034: Etnografias em contextos de violência

O objetivo deste GT é reunir pesquisas realizados em contextos de violência, conflitos ou extremada tensão social. Serão bem vindas as etnografias que envolvam situações de crises, sejam elas corriqueiras ou aparentemente fortuitas, sejam conflitos armados, processos de militarização e mesmo guerras civis, entre outras formas de tensão social. O delineamento das fronteiras (sempre fluidas) das diferenças (nacionais, étnico-raciais, de gênero e sexuais, regionais, religiosas, territoriais, etc), com seu jogo de interpretações e valorações, é o espaço-tempo privilegiado de observação dessas situações de crises. Esse é o momento da tensão social, durante o qual podem se desencadear os atos de excesso verificados no exercício das relações de poder e de sentido causadores dos danos sociais sob a forma de violência física ou simbólica. O propósito deste GT é, ainda, refletir sobre as experiências das violências física e simbólica na produção de etnografias. Trata-se, igualmente, de se colocar em perspectiva o lugar da militarização (em sua ampla acepção) na produção e na solução não apenas de conflitos (portanto, a razão humanitária também será interpelada de modo crítico), mas igualmente da violência racial e de gênero, dentre outras. Assim, interessa-nos abrir espaço tanto para entender as ações e a violência do racismo da ultradireita e o surgimento das chamadas “guerras étnicas” ou apreender os sentidos das negações e silenciamentos dos processos de produção de diferenças.

Fabiano de Souza Gontijo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ) e Laura Moutinho (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

Identidades em movimento

Aline Gama de Almeida, Clarice Ehlers Peixoto

A partir da etnografia com familiares de vítimas do Rio de Janeiro em movimentos sociais contra violência analisamos como alguns familiares transformam suas identidades individuais em identidades coletivas e outros ao verem suas identidades espetacularizadas pela mídia “fogem” desse trânsito. Nesse processo, aqueles que transformam suas identidades em uma identidade coletiva acionam sua condição de familiar como uma autoridade moral que transita tanto entre o sofrimento individual para causas coletivas, como entre as causas que ao se tornarem coletivas reacendem a memória de seus sofrimentos individuais. Isto é, não é só o sofrimento individual que se converte em uma luta coletiva contra a violência, como analisou Luc Boltanski, mas também suas identidades de familiares de vítimas se reconstruem em prol da causa e os transformam em pessoas-símbolos contra violência que são acionadas pelo coletivo (mídia, movimentos sociais e novos familiares de vítimas – nessa “ordem”) no momento em que novas violências são publicadas noticiário. Essas identidades elaboradas para o coletivo como representantes do familiar que se foi e, também, de determinado grupo ou causa que surgiu a partir da violência original, como conceituada por Veena Das, retoma a ideia de família construída ao longo do século XVIII. Essa ideia, como demonstra Philip Ariès e outros, é centrada na noção de indivíduo e a família é entendida como um conjunto de indivíduos reunidos por laços contratuais e de sangue. Entretanto, esse trânsito em situação limite permite o surgimento de movimentos de negação ou de um agenciamento de identidades em diferentes situações. Dessa forma, baseado nas análises contemporâneas de identidade de Stuart Hall e de família de François de Singly, entre outros, esse work analisa os diversos movimentos em que essas diferentes identidades são acionadas entre o individual e o coletivo nos movimentos sociais contra violência a partir de dados do campo e de entrevistas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466447722_ARQUIVO_Identidadesemmovimento_AlineeClariceFINAL.pdf

Apresentação Oral em GT

As estratégias do (sobre)viver: juventude negra no contexto genocida anti-negro

Aline Maia Nascimento

As interações sociais presentes entre população negra e o Estado brasileiro revelam tensões raciais que se desdobram de forma recorrente nos cenários cotidianos. Se optarmos por um recorte etário, observaremos que a morte sistemática de jovens negros é capaz de deixar ainda mais nítida a estrutura anti-negra que promove a aniquilação social e/ou física de negros no Brasil. Neste artigo, a partir do ponto de vista etnográfico, investigo as as práticas, ações e estratégias de resiliência e resistência da juventude negra frente ao genocídio anti-negro. São experiências que sugerem que os fios que tecem as geografias das mortes negras congregam fortes redes que se criam não só a partir de alianças entre os (sobre)viventes da estrutura anti-negra, mas essencialmente ao lado daqueles que de alguma maneira foram aniquilados físico ou socialmente.

Apresentação Oral em GT

Entre o pré-julgamento e o justicamento popular: convenções de gênero, raça e classe nos linchamentos brasileiros

Ana Laura Lobato Pinheiro

As recentes mudanças nas condições objetivas das vidas dos brasileiros não foram acompanhadas de mudanças profundas no tecido social brasileiro. Ainda que tenham sido diversificados os mecanismos de participação social e política, e fortalecidos o sistema de justiça e de transparência da gestão pública não foram suficientes para pôr em curso narrativas de valorização da democracia ou dos direitos humanos. Ao contrário, as tímidas alterações no imaginário social, especialmente aquelas provocadas por maior



visibilidade de grupos e corpos historicamente marcados pela opressão e exclusão segundo suas diferenças de raça/etnia, de sexo, de gênero, de orientação e práticas sexuais, de religião, de renda, de território, têm sido mobilizadoras de desqualificações dos sujeitos e incitações à violência. Em grande medida, estão associadas às características históricas, que mesmo após a independência, foi gerido por elites que não se dispuseram a separar o público do privado, nem mesmo a preconizar os valores republicanos (CARVALHO, 2015). Nesse mesmo período constituiu-se o que Martins (2015) chama de uma “cultura do linchamento” no Brasil, sobre a qual não tem havido muitos estudos capazes de oferecer instrumentos de inteligibilidade. O linchamento, cujo índice é de 1 por dia “está fundamentalmente baseado num julgamento moral. É, sobretudo, indicativo de que há um limite para o crime, para o delito e, por incrível que pareça, para a própria violência – há o crime legítimo, embora ilegal, e há o crime sem legitimidade” (Martins, 2015). A convivência ou mesmo participação de policiais em linchamentos, como demonstrado por Sinnhoretto (2002), por considerarem legítima a ação dos linchadores não levam a cabo as investigações. Os principais motivos para execução do linchamento são em 55,7% dos casos por crimes contra pessoa (homicídio e abuso sexual, por exemplo), seguidos de 20,8% dos crimes contra pessoa e propriedade (roubo seguido de morte, principalmente). Contudo, há também aqueles que são linchados por transgredirem o que Martins (2015) chamou de princípios de convivência social e civilidade local (8,6%). Os efeitos da biopolítica pós-política (Slavoy Zizek, 2014) através da qual se “renúncia às grandes causas ideológicas, e tudo que resta é a administração eficaz da vida” tem nos impedido de observar a desumanização destes corpos, que nos ritos do linchamento são cruelmente agredidos, mutilados e marcados segundo hierarquias de gênero, raça, classe e sexualidade. Propõe-se traçar linhas de inteligibilidade sobre tais formas de violência e possibilitar compreensão sobre as mudanças recentes no tecido social brasileiro em que estão circunscritas observando as convenções e moralidades ancoradas nas formas de diferenciação destes corpos.

Palavras chave: Linchamentos, gênero, raça

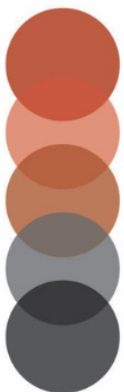
Apresentação Oral em GT

Cuidar, curar, resistir: violência e corporeidade entre mulheres Tembé Tenetehara (Santa Maria - PA)

Camille Gouveia Castelo Branco Barata, Jane Felipe Beltrão

O work problematiza as práticas de cuidado e proteção do corpo frente a situações de violência entre as mulheres Tembé/Tenetehara, moradoras do hoje município de Santa Maria do Pará. O corpo e as múltiplas corporeidades que coexistem entre as interlocutoras são aqui entendidos como territórios privilegiados da resistência das indígenas mulheres e das formas de cuidar de si mesmas. No caso dessas protagonistas, o corpo vem à cena tanto como alvo de violências e estigmas, quanto como território de “lutas” e afirmações identitárias. Essa relação se adensa na medida em que é no corpo que se inscrevem as violações da sociedade envolvente, que desrespeitam a autodeterminação dos povos e os lugares de enunciação de indígenas mulheres. Nesse sentido, as práticas corporais das Tembé Tenetehara também perpassam um empreendimento anti-hierárquico e desestabilizador da normatividade etnocêntrica e anunciam e enunciam a identidade étnica e as mulheridades plurais das interlocutoras em contexto amazônico. Nesse sentido, interessa compreender formas de empoderamento das interlocutoras frente a situações de violência e brutalização dos corpos e trajetórias. Categorias como dor (DAS, 2008) e terror (TAUSSIG, 1993), bem como o entendimento de marcadores sociais da diferença sob um ponto de vista interseccional (BRAH, 2006; MCCLINTOCK, 2010) estruturam o olhar sobre a pesquisa.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466468727_ARQUIVO_CamilleBarata,JaneBeltrao-ComunicacaoOral.pdf



Apresentação Oral em GT

"Lugar da polícia é na escola? " Conflitos, percepções e representações sobre o serviço de policiamento no interior de uma escola pública na região metropolitana do Rio de Janeiro. "

Carina da Cunha Santos, Prof. Lênin Pires

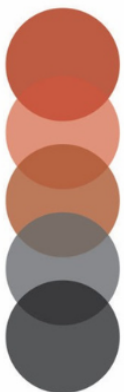
Este work busca identificar os arranjos formais os quais viabilizam o convênio do Programa Estadual de Integração de Segurança – PROEIS, e seus possíveis efeitos no ambiente escolar. Esse programa já funciona em pelo menos doze instituições conveniadas, como a Prefeitura do Rio, Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), e empresas concessionárias como a Light e a Supervia, com previsão de que mais catorze instituições venham a estabelecer convênios. A inserção do Programa na Rede Estadual de Ensino, foi promulgada pelos Secretários de Educação, Segurança Pública e o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Segundo eles, o objetivo do programa é reforçar a segurança escolar, na proteção de alunos, professores, e servidores, bem como a segurança patrimonial. Estas Escolas são escolhidas por um pretendo histórico de ‘conflitos’ internos, ou mesmo observados nas regiões do entorno. Essas instituições estão situadas nas regiões centrais das principais cidades da Região Metropolitana, ou próximo às chamadas comunidades, principalmente aquelas que apresentem registros de conflitos violentos. A instituição escolar escolhida para realização do presente estudo está situada em Niterói, em um bairro próximo ao centro da cidade. Ela também se encontra em meio a duas áreas de favelas significativamente habitadas. Há um expressivo contingente de alunos provenientes dessas duas localidades. Durante 4 meses eu frequentei a mesma, em média, duas vezes por semana. Durante este período eu observei as relações entre policiais, alunos e professores, realizando com as mesmas conversas informais, além de entrevistas semiestruturadas. A instituição aderiu ao convênio que implementa o PROEIS nas escolas estaduais em 2012. Sua diretora, porém, parece representar essa atividade também a partir de um propósito educacional. Nesta representação a presença dos policiais serviriam como modelo para os jovens. Assim, eu buscarei analisar os possíveis objetos de controle policial, particularmente no que se relaciona aos discursos sobre o controle da violência. É a que existe dentro ou fora da escola? Para tanto, recorrerei as representações sociais que os policiais militares emitem uma vez inseridos como partícipes do espaço escolar. Quais são os mecanismos materiais e simbólicos engendrados pela presença da Polícia Militar dentro da Escola? Podemos compreender na justificativa do PROEIS que sua competência não é oficialmente exposta como pedagógica. No entanto, há quadros comparativos em outros Estados, como Goiás e Amazonas, em que a ideologia militar é institucionalizada como parte do método pedagógico. Nestas regiões a Polícia Militar se introduz como interventora, modificando o modus operandi da Escola. Qual seria, portanto, o papel social dos agentes policiais militares no Rio de Janeiro?

Pôster em GT

Da Caatinga para os Seringais: O recrutamento dos soldados da borracha

Carolina Holanda Castor

Essa Pesquisa visa, a partir de documentos históricos, como documentação oficial do Governo Brasileiro e do Estado do Ceará, como também jornais de época, fazer um levantamento de como se deu o processo de recrutamento dos Nordestinos, mas especificamente, Cearenses, para trabalharem como “soldados da borracha” na Amazônia brasileira, no período de 1943-1945, ou seja, nos dois últimos anos da Segunda Guerra Mundial. Um enfoque importante por onde perpassa a pesquisa é a criação do SEMTRA (serviço especial de mobilização de trabalhadores para a Amazônia) por Getúlio Vargas que visava convencer os nordestinos a deixarem à seca e buscarem uma terra cheia de prosperidade e abnança. Nesse sentido, também se pretende mostrar a fictícia vida oferecida pelos órgãos governamentais e a realidade encontrada



por esses trabalhadores ao chegarem ao norte do país. O ponto inicial para entender como se deu esse processo de mobilização é por meio do acervo de Jean Pierre Chabloz, desenhista contratado pelo governo à época para desenhar as propagandas que serviriam de sensibilização aos homens para se deslocarem. Portanto, essa pesquisa visa, por meio de um estudo histórico entender as dinâmicas sociais, políticas e pessoas dos que se envolveram nesse período histórico do Brasil.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466463593_ARQUIVO_poster.pdf

Apresentação Oral em GT

“If you suspect of someone with Ebola, call 177”: a militarização da saúde em Serra Leoa no período da epidemia de Ebola (2014-2016)

Denise Moraes Pimenta

Nos últimos dois anos, tenho me debruçado sobre as questões sociais que circundam a epidemia de Ebola no Oeste Africano, mais precisamente em Serra Leoa. De outubro de 2015 a janeiro de 2016 viajei para a região, fazendo work de campo tanto na capital de Serra Leoa (Freetown) quanto nos distritos; Makeni, Kono, Kailahun (onde ocorreu o primeiro registro do vírus no país, por ser uma região fronteiriça com a Guiné-Conacri; país em que foi registrado o primeiro caso da epidemia nos anos 2000), Kambia e finalmente Kenema. Neste último distrito, dirigi-me a uma comunidade chamada Komende Luyama. Lugar este que foi signo de medo na região durante o período de maior contágio e taxa de mortes da epidemia, no ano de 2014. Komende Luyama era não só um lugar evitado pela população do entorno, mas também um lugar de entrada proibida. Desta forma, Komende é icônica na fala das pessoas da região como um lugar que representava o medo, o perigo e a evitação. Hoje, esta comunidade não representa mais o perigo do contágio, porém, guarda muitas narrativas de um tempo (recente) em que o exército e a polícia eram elementos presentes por lá, exercendo as funções de ajudar os órgãos de saúde nacionais e internacionais na contenção da doença. E, também, responsáveis por gerar vários constrangimentos no tocante à liberdade de trânsito e às atividades diárias das pessoas. Também as enfermeiras da comunidade alcançaram o posto de autoridades estatais, recebendo até mesmo paramentos policiais para que fossem identificadas como representantes do Estado. Em todo o país – do aeroporto ao limite entre distritos - podem ser vistos checkpoints para a medição de temperaturas e higienização. A conferência de temperatura e a higienização das mãos é realizada – em precários postos do exército - por homens fardados e armados. O termômetro medidor de temperatura lembra um pequeno revólver, o que se torna ainda mais verdadeiro quando policiais apontam o aparelho para as têmporas das pessoas, costume recorrente. Além disso, por todas as cidades existem outdoors do governo mobilizando a população a se manter atenta a casos de Ebola, sugerindo inclusive “denúncias” como: “If you suspect of someone with Ebola, call 177”. É notório o uso de uma linguagem militar para tratar da epidemia. Porém, a militarização não encontra-se apenas nas metáforas, partindo para o contexto das práticas diárias como ameaças, privações de liberdade como lockdowns, quarentenas e até prisões. Ou seja, o controle da epidemia sempre esteve diretamente ligado à militarização da saúde. Um exemplo claro disso é o fato do Centro Nacional de Luta contra o Ebola (NERC) estar localizado em um quartel do exército na capital do país. Busco dialogar com Sontag, Butler, Das e Taussig.

Apresentação Oral em GT

Adolescentes infratoras: múltiplos contextos que envolvem conflitos e tensão social

Elida Damasceno Braga

Os processos sociais que envolvem adolescentes tomam cada vez mais espaços nas agendas contemporâneas. Este artigo apresenta as primeiras incursões ao campo realizadas para a pesquisa de doutorado em sociologia,



para a qual sobressai à temática "jovens em conflito com a lei", com foco na Unidade Socioeducativa Feminina Maria do Carmo Alves / UNIFEM - Aracaju-Sergipe. Pretende-se ao longo da pesquisa compreender os mecanismos que operam entre o sistema socioeducativo, internas, policiais, famílias, fazendo uma reflexão sociológica sobre as muitas faces que se apresentam, bem como as fronteiras e o campo de tensão que orbitam entre eles. A pesquisa traz como recorte as adolescentes mulheres que se encontram em conflitos com a lei. Nesse texto, proponho um olhar geral sobre o campo, autores que se debruçam sobre a referida temática, bem como os aspectos históricos que envolvem a criação dessa instituição.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467339954_ARQUIVO_30RBA2016-ELIDABRAGA-GT34.pdf

Apresentação Oral em GT

A angústia da influência: das vicissitudes do policiamento comunitário na periferia urbana de Salvador

Hildon Oliveira Santiago Carade

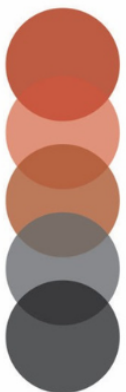
A presente comunicação versa sobre as repercussões da implantação de uma nova política de segurança pública – bases comunitárias de segurança – no bairro do Calabar, favela localizada na orla atlântica da cidade de Salvador. Aqui explorarei as angústias e as aflições dos policiais militares em torno da imposição de um novo modelo de vida societária para esta localidade. Terei como guia as seguintes questões: o que representa, na ótica do policial, o policiamento comunitário? O que significa, para ele, estar 24 horas presente em um lugar concebido como um antro da perdição e da violência? Como ele deve se portar nesta situação? Quais são as categorias por ele utilizadas para classificar este novo mundo? Veremos que, concebendo o seu work como uma forma de redenção para esta comunidade, a Polícia Militar enxerga no tráfico de drogas local uma instância a ser superada, não em termos de extinção completa do comércio de entorpecentes, mas de “pacificação” da ação dos traficantes. Tal tarefa, eminentemente simbólica, aponta para a necessidade de minar o poder que os traficantes têm de impor as suas categorias para o restante da população. Daí, a urgência em conter e substituir esta deletéria influência. Desta feita, no que tocante à dimensão geracional, o corpo do adolescente é compreendido como o lócus onde se dará esta “guerra epistemológica” entre policiais e bandidos, uma vez que ele é considerado pelos primeiros como o futuro desta localidade, como o lugar onde será selada a vitória da civilização frente à barbárie. Assim sendo, nos termos de Taussig (1992), toda a operação policial consiste na tentativa de deter o monopólio da atividade mimética, isto é, de se afiançar como o único pólo cuja ação pode ser copiada pelos moradores locais. Por outro lado, a disputa entre policiais e traficantes, no que concerne à dinâmica de gênero, coloca os primeiros como vinculados à esfera da feminilidade (porque é um agrupamento militar não comprometido com a repressão e mais afeito ao diálogo), ao passo em que o tráfico de drogas é tido como um domínio do masculino, uma vez que as mulheres, em termos nativos, só entrariam neste universo a partir do envolvimento sexual com homens pertencentes a esta órbita. Desta forma, à guisa de conclusão, a pacificação seria um work endereçado aos homens, especialmente os mais jovens, da referida comunidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467324871_ARQUIVO_Hildon-Texto-30RBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Travestilidade carcerária: violência e cerceamento da identidade travesti em situação de aprisionamento

Johnatan Ferreira Marques do Vale, Eduardo Sérgio Soares Sousa Bárbara Cristina de Oliveira Marques do Vale



O work etnográfico procura narrar as trajetórias de travestis em instituição carcerária de João Pessoa – PB. Procuraremos relevar dois momentos que marcam tais trajetórias: no primeiro momento, citaremos as violências e abusos sofridos pelas travestis antes da criação da resolução que institucionaliza um espaço LGBT específico para acolher tais pessoas. Sendo assim, mostraremos como a instituição, a direção e os agentes penitenciários eram algozes nesse processo, pois desfiguravam a identidade travesti, visando normatizar os corpos e símbolos que marcam as identidades dos sujeitos. No segundo momento, evidenciaremos como as violências praticadas sofreram mutações, caminhando para uma violência mais simbólica do que prática, seja no impedimento de entrada de cosméticos, adornos, roupas femininas, seja no tratamento das travestis com o nome de registro, ou ainda nas proibições de banho de sol, políticas de exclusão de dias de visitas e discriminação institucional. Para tanto, utilizaremos o conceito de performance, tal como expresso em Marcos Benedetti na obra *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*, significando que a manutenção dessa identidade “inversa”, “fluida” e “subversiva”, necessita de alguns signos e símbolos necessários à sua sustentação. Percebe-se que no contexto prisional, tais signos e símbolos serão desfigurados/desrespeitados, como no primeiro momento de violência que abordaremos, ou serão dificultados, impedidos de adentrar no contexto carcerário, como no segundo momento, o que impedirá, de modo violento e ao mesmo tempo sutil a preservação da identidade travesti.

Trabalho completo:

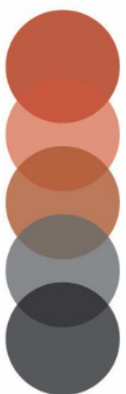
https://www.abant.org.br/files/1467337224_ARQUIVO_RBAtravestilidadecarceraria.pdf

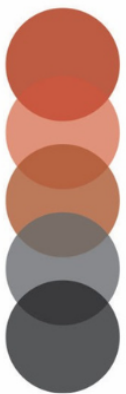
Apresentação Oral em GT

Das guerras à pacificação nas dinâmicas criminais e lutas faccionais armadas nas favelas à beira-mar em Fortaleza.

Leonardo Damasceno de Sá, Izabel Accioly Larissa Reis

Depois de uma série de chacinas na cidade de Fortaleza, cujas suspeitas recaem sobre a atuação de grupos de extermínio compostos por policiais militares, diversas áreas deflagradas, marcadas por intensos conflitos armados entre “comandos”, “gangues”, “fações”, entre outros bandos, que se definem como sendo “do crime”, notícias se espalharam pelas redes sociais e boca a boca no cotidiano da cidade em torno de um processo de pacificação inédito nas favelas, bairros populares e periferias, contanto com a atuação do Primeiro Comando da Capital e do Comando Vermelho nas prisões cearenses e nas ruas, provocaram efeitos amplos nos segmentos dos fluxos de opinião pública midiática e popular. A partir de work de campo etnográfico que desenvolvemos desde 2008 em favelas à beira-mar da orla do espaço metropolitano da capital cearense, buscamos interagir com alguns membros de tais facções e os moradores do entorno de duas favelas, Serviluz e Pirambu, a fim de discutir os significados atribuídos pelos agentes sociais a esse processo de pacificação no mundo do crime. O objetivo deste paper é descrever e analisar a partir do nosso acesso etnográfico, apoiando-nos em entrevistas em profundidade recentes com moradores das duas favelas citadas, as dimensões da atual mudança nos conflitos que envolvem a produção social do inimigo nas “tretas”, “rixas” e disputas, onde as práticas de extermínio estão conectadas às formas relativas da alteridade no universo da socialidade guerreira de meninos e rapazes “maquinados” (em armas). Após a pacificação, dois tipos de eventos nos chamaram a atenção: as execuções de membros do crime que desobedeceram às novas regras e as festas unificadas das facções nomeadas “bailes de favela”, onde ex-rivais e ex-inimigos, os “envolvidos” e os “não envolvidos”, convivem sem agressões mútuas, o que não quer dizer que tenham se tornado “amigos”, como pontuam nossos interlocutores. Os discursos após a pacificação estão adotando os policiais como inimigos comuns a todas as facções, o que tem deixado os agentes da lei publicamente ansiosos e em estado de alerta. As comunidades locais observadas eram anteriormente divididas em segmentos territoriais separados por fronteiras de tensão devido aos constantes conflitos de poder e aos circuitos de vingança a eles ligados. Tais segmentos eram comandados por “gangues” que impediam com ameaça de violência o trânsito





de qualquer morador pertencente à área de segmentos inimigos. Com a abertura das fronteiras, os moradores dessas comunidades podem circular livremente por todo o bairro sem sofrer retaliações. Buscamos compreender as especificidades das referidas comunidades, entender como o processo de pacificação aconteceu e como ele está sendo recebido e percebido pelas pessoas que habitam esses lugares.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466445678_ARQUIVO_PaperparaGT034EtnografiasemContextodeViolenciaLeonardoIzabeleLarissaRBA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

III MARCHA DA PERIFERIA: ativismos político-culturais contra a criminalização da juventude pobre e negra

Maria Aparecida dos Santos

A Marcha da periferia é uma frente que articula redes de diversos movimentos sociais, partidos políticos, ativismos e coletivos, convocados pelo Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe, ligado à CSP-Conlutas, com a intenção de mobilizar a cidade, tendo como pauta, a violência e criminalização das juventudes negras e pobres. A sua principal tática organizativa é a nucleação por bairro, visando às especificidades locais da ação do Estado e as demandas por políticas públicas de um modo geral. Em Fortaleza, acontece desde 2013 e se movimenta pelos bairros da Serrinha, Barroso e Água Fria. No último dia 20 de novembro, em celebração ao dia da “Consciência Negra”, centenas de jovens se concentraram na Praça da Cruz Grande, para seguir em marcha pelas ruas e avenidas do bairro da Serrinha até a chegada à Igreja do bairro de Parangaba. Durante o trajeto, faixas, cartazes, blusas e discursos inflamados denunciaram a responsabilidade da polícia militar, pela Chacina do Curió, em 11 e 12 de novembro, quando 12 homicídios de jovens foram registrados nos bairros, Lagoa Redonda, Curió e na Comunidade São Miguel, em Fortaleza. Moradores das localidades acreditam em retaliação pela morte do policial militar Charles Serpa. Além das chacinas, a mobilização denuncia também abusos policiais como invasões de domicílios, prisões arbitrárias e “baculejos” vexatórios no espaço público. A pauta da desmilitarização da polícia e o direito à ocupação da cidade, a luta pela livre circulação das juventudes e a prisão de todos os socioeducadores envolvidos em torturas de adolescentes no sistema socioeducativo estadual (internação), fazem parte do repertório de enunciados performativos, utilizados como estratégias discursivas e rituais acionadas para construir a luta simbólica de enfrentamento da violência policial sobre as periferias. O discurso performativo dos locutores na marcha buscou todo o tempo, categorizar, nomear, evocar, acusar, revelar, constranger. Nesse sentido, podemos afirmar que há um processo em curso, de objetivação de um mundo social, projetado pelos eventos rituais desse movimento, que ainda subterrâneo, já provoca alguns resultados práticos e se torna visível para a cidade. A marcha como sendo um momento de um amplo e longo “processo de formação de sujeitos que culmina na constituição de um sujeito moral” (GIANNOTTI, 2006), autor de um processo de integibilidade do real, tão refratário aos “jogos de linguagem” com status dominante, forjam outra história narrativa dos acontecimentos ocorridos na periferia, outra compreensão comunicativa, ou seja, produz a diferença discursiva sobre o espaço público, as formas de conviver e ocupar um “espaço dominado reflexivamente” (GIANNOTTI, 2008).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466449958_ARQUIVO_IIIMARCHADAPERIFERIA-ARTIGO30a.RBAMARIAAPARECIDADOSSANTOS.pdf

Apresentação Oral em GT

Bate-volta: trânsitos e tensões em torno das visitas à prisão



Natália Bouças do Lago

Este work se propõe a explorar as tensões e relações que permeiam os trânsitos entre dentro e fora da prisão a partir das pessoas, sobretudo mulheres, que não estão presas, mas entram na prisão na condição de visitas de seus familiares privados de liberdade. A despeito de serem “não-presas”, tais mulheres vivem o cotidiano da instituição prisional e têm seus corpos marcados por práticas impostas pela instituição e que são consideradas violações (por exemplo, a revista íntima/vexatória, que requer o desnudamento e exposição das partes íntimas das/os revistadas/os). Em meio a tais processos, articulam negociações de diversas ordens de modo a garantir não apenas seus próprios trânsitos entre dentro e fora da prisão, mas também a entrada de objetos e alimentos no interior do cárcere. O contexto etnográfico da proposta se desenvolve em torno dos “bastidores” da preparação às visitas: uma pensão localizada em um município do oeste paulista que recebe, aos finais de semana, mulheres que se deslocam de diversas partes do estado para visitarem seus maridos e filhos na penitenciária da cidade. A pensão, além de servir de pouso para o fim de semana, é um dos locais onde essas mulheres aprendem a lidar com (e a contornar) as regras e restrições impostas pela administração penitenciária, que se inscrevem em seus corpos e também na autorização/proibição de objetos que chegam à prisão a partir das visitas - como alimentos e produtos de higiene. Nos períodos que antecedem as visitas as mulheres, na pensão, preparam alimentos enquanto trocam informações sobre o que é permitido ou proibido de levar a seus familiares; informam-se sobre quais tipos de roupa interferem no processo de entrada das visitas, seja pelas cores, comprimentos ou tecidos; trocam informações sobre o acompanhamento dos processos de seus familiares presos; compartilham histórias sobre os inúmeros momentos de entrada e saída das prisões e sobre as revistas às quais são submetidas. Essas interlocuções ocorrem em meio à tensão existente na passagem rua-prisão e demonstram a produção de vínculos de solidariedade em contraposição às violências perpetradas pelo Estado, corporificado pelos funcionários da instituição prisional. Ao mesmo tempo, a convivência e a troca de informações e experiências vivenciadas em torno da prisão passam pela produção de diferenças entre essas mulheres, que se revelam em marcadores raciais, de classe e de gênero. Argumento, por fim, que a pensão borra os limites entre dentro-fora: trata-se de um lugar fronteiro entre rua e prisão e entre situação de liberdade e encarceramento, cuja existência está intimamente ligada à instituição prisional.

Apresentação Oral em GT

Etnografias das Violências: Experiências Narradas por Travestis e Transexuais que se Prostituem em Petrolina-PE

Paulo Dourian Pereira de Carvalho

Este work é desdobramento da pesquisa etnográfica de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais da UNIVASF, realizada entre 2014 e 2015, com travestis e transexuais que se prostituem em Petrolina-PE. O objetivo geral do estudo foi compreender processos de violências no cotidiano dessas pessoas. Porém, nesta proposta de comunicação, pretendo discorrer sobre os principais atores envolvidos nas situações de violências narradas pelas trans. Dentre esses atores destacam-se: os “transeuntes”, a família, a polícia e os clientes, a estes foi atribuído o nome de “algozes externos”; a cafetina e as próprias colegas de “pista”, denominadas “algozes internos”. Por intermédio das narrativas colhidas no campo, é possível identificar um ambiente em que a violência é acionada como um operador fundamental das relações que caracterizam a vida das trans. Isto poderia explicar, em parte, a violência que há entre elas mesmas e também as agressões por parte da cafetina. Por outro lado, para compreender a inserção dos “algozes externos”, é preciso ter em mente que, na sociedade ocidental, historicamente, se construiu uma série de padrões de comportamento tidos como (in) corretos e (in) desejáveis. Assim, todos aqueles que saem da linha demarcatória da normalidade são frequentemente alvos de punição, rechaço e abjeção. Esta tensão entre normalidade e diferença se efetiva diariamente nas experiências trans. A existência “precária” dessas pessoas dissidentes funciona como um

suporte de afirmação da heterossexualidade compulsória. O “outro”, considerado diferente e abjeto, é colocado em paralelo com o padrão tido como desejável, saudável e natural. A diferença aparece como desvio, algo de valência negativa, que precisa ser eliminado ou que serve de exemplo de mau caminho, de erro, de sujeitos bestiais e sem humanidade. Neste sentido, nota-se que “bichas”, travestis, transexuais e etc. vivem em um mundo onde suas existências são menosprezadas, suas vidas consideradas inferiores, seres, nas palavras de Judith Butler (2015), indignos de luto, sem importância, cujo genocídio sistemático não desperta clamor na sociedade. Neste work estudo pessoas que “fogem” às linhas demarcatórias de normalidade, sujeitos que subvertem o gênero e a sexualidade. Travestis e transexuais que redesenham as fronteiras das “verdades” sobre o sexo. Os “maus sujeitos”, que são a todo tempo controlados e vigiados, pois são indivíduos fora da ordem sexual hegemônica, na concepção de Preciado (2011). Percebe-se que, para os “algozes externos”, as trans aparecem como portadoras de uma sexualidade marginal e perigosa. Por viverem em zonas inabitáveis, nos territórios dos desvios e das inadequações, suas existências figuram como ininteligíveis para o mundo. (BUTLER, 2002).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466466735_ARQUIVO_ArtigoRBA-PauloDourian.pdf

Apresentação Oral em GT

Por uma "dupla revolução": movimento de mulheres curdas na luta contra a opressão étnica e de gênero

Sarah Siqueira de Miranda

A presente comunicação tem como objetivo apresentar as reflexões realizadas em minha dissertação de mestrado sobre o papel desenvolvido pelo movimento de mulheres curdas no combate à discriminação e à violência de gênero, tendo como contexto etnográfico associações curdas na França e Alemanha. Articuladas em uma rede política transnacional, elas lutam contra uma dupla opressão: como mulheres, contra a opressão imposta por sociedades patriarcais; como membros de um grupo étnico minoritário, contra políticas assimilacionistas e genocidas perpetradas pelos estados nacionais que incidem sobre o seu território. Não obstante os inúmeros problemas ainda enfrentados, elas lograram em grande medida empoderar-se e promover a igualdade de gênero nas comunidades curdas diretamente influenciadas pelo Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), ou seja, aquelas localizadas no sudoeste da Turquia, no norte da Síria, e na diáspora. Em contextos totalitaristas e teocráticos, de jure ou de facto, nos quais as mulheres são particularmente privadas de direitos básicos, o PKK se distingue como um movimento democrático, laico e defensor da igualdade de gênero. Serão abordadas duas dimensões de análise: 1) Implementação de uma ideologia feminista no seio do PKK a partir das ideias propagadas por seu principal líder, Abdullah Ocalan, cujas publicações constituem a base da formação política curda, em territórios curdos e na diáspora. Como um movimento de liberação, a educação política e o desenvolvimento pessoal são elementos fundamentais e indissociáveis da ideologia do PKK, ainda que comumente negligenciados pelas análises que o privilegiam, as quais tendem a enfatizar a militarização curda como sinônimo de negação do diálogo democrático. Do mesmo modo, elas tendem a negligenciar que as questões de gênero têm sido abordadas pelo PKK desde a sua fundação, no final dos anos 1970, dando origem a uma ideologia que tem como um dos elementos centrais a liberação feminina. 2) Apropriação, pelas mulheres curdas, das ideias desenvolvidas por Ocalan, e como elas lograram colocar em prática, dentro do movimento curdo, o princípio da igualdade de gênero. Como guerrilheiras, parlamentares ou ativistas de direitos humanos, elas constituem, na atualidade, parcela expressiva da representação política curda - todos os partidos políticos, assim como movimentos da sociedade civil organizada, obedecem ao princípio da paridade de gênero. Neste sentido, através de diversas iniciativas, que incluem desde manifestações públicas e campanhas, a cursos de formação direcionados a homens e



mulheres, elas atuam incansavelmente para que esses valores sejam integrados pela sociedade em geral, combatendo a violência cotidiana das quais são potenciais vítimas: violência doméstica, crimes de honra, etc.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466460090_ARQUIVO_ArtigoSarahSiqueiradeMiranda.pdf

Apresentação Oral em GT

“Mães Guerreiras”: Uma etnografia sobre mães de jovens encarcerados em Porto Velho/RO.

Simone de Oliveira Mestre, Érica Renata de Souza

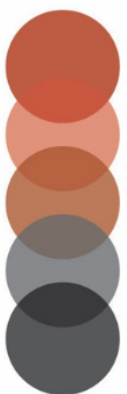
“Mães guerreiras” é uma etnográfica sobre mães de jovens encarcerados em Porto Velho, realizada durante a pesquisa de mestrado (2014-2015) e que se apresenta como uma continuidade da minha pesquisa de graduação intitulada “Amor. Só de mãe: O drama das mães de adolescentes privados de liberdade (2014). A proposta foi de continuar acompanhando as mulheres participantes da pesquisa, especificamente depois da liberação do filho da unidade socioeducativa ou do alcance da maioridade penal. Nesse contexto, a delimitação do tema da pesquisa proposto foi estudar as maternidades e as relações das mães visando à manutenção do sujeito privado de liberdade, procurando descortinar violências, relações de cuidado e estigma a partir da observação e descrição das situações que constituem o cotidiano dessas mulheres. Deste modo, o work apresenta reflexões sobre o ser mãe no contexto no qual o filho encontra-se privado de liberdade, no qual o estigma de “criminoso” atribuído ao filho por seu envolvimento com o crime, é acoplado a sua identidade de mãe, evidenciando uma dupla pressão exercida sobre a ideia de “cuidado de mãe”, que implica em culpa e responsabilidade, tanto pelos atos como pelo acompanhamento do filho encarcerado. Essa situação em comum com outras mães proporciona a formação de uma rede de cuidados visando à manutenção do sujeito encarcerado, assim como a experiência de se submeter à violência dos procedimentos de segurança do presídio. Essa experiência é um ponto de convergência dessas mulheres e que estão atravessada por questões de raça, classe e vulnerabilidade social.”

Palavras chave: etnografia, maternidade, violências

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/865_2016-11-24.pdf

GT 035: Fantasmas dentro da máquina? O ofício antropológico dentro e na órbita da institucionalidade estatal.

São inúmeros os lugares a partir dos quais a Antropologia se faz hoje no país. Grande parte deles se situa nos (ou orbita em torno dos) marcos da institucionalidade estatal: em agências da administração pública, ONGs, organismos de cooperação internacional, junto a movimentos sociais e mesmo em empresas. Da defesa de direitos, passando pela realização de estudos, laudos e diagnósticos, até a formulação, execução e avaliação de políticas públicas, essas distintas inserções dão acesso à realização de estudos a partir da nossa relação com tais instâncias de poder. Nesses contextos, somos instados a superar os desafios metodológicos de uma investigação situada, ou, no limite lógico, a ultrapassar certas aporias cognitivas que assombram nossa formação disciplinar. Como fantasmas dentro da máquina, o/as antropólogo/as e seus vínculos se tornam muitas vezes invisíveis: seja em nome da manutenção de certos pressupostos metodológicos edificadas no campo antropológico, como “objetividade” e “distanciamento”; seja pela natureza supostamente controversa de sua expertise no diálogo com os outros saberes incorporados às práticas estatais. Perambulamos em zonas limítrofes, assombrando tanto o Estado quanto a própria Antropologia, com nossa pegada desnaturalizadora. O GT reunirá propostas que examinem: o ofício de antropólogo/as situado/as em distintas posições “dentro”



ou em interface com o “Estado”; suas formas e produtos; e os usos e efeitos da produção de conhecimento nesses marcos.

Deborah Bronz (PPGAS/MN/UFRJ) e Henyo Trindade Barretto Filho (IEB) - **Coordenação**
Eliane Cantarino Odwyer (Universidade Federal Fluminense) - **Debatedor/a**

Apresentação Oral em GT

Etnografando burocratas da cultura: uma abordagem do Programa Cultura Viva

Ariel Ferreira Nunes

Apresento neste artigo uma etnografia através do estado, realizada a partir dos gestores de cultura que formulam e implementam o Cultura Viva, programa nacional inaugurado pelo Ministério da Cultura em 2004. Trago aqui algumas reflexões sobre a minha entrada no campo e o desenvolvimento da etnografia, ainda em andamento. Proponho questionar sobre o work do antropólogo quando a etnografia se concentra nos gestores e burocratas da cultura, apontando para os limites da observação participante, as dificuldades de acesso aos interlocutores, o tratamento com os documentos e outros instrumentos metodológicos para a pesquisa nesse contexto político e institucional. Tais limites metodológicos implicam tanto nos valores compartilhados pela comunidade antropológica quanto na relação entre etnógrafo-interlocutor; que aqui colocamos como distintos do paradigma antropológico do século XX. O padrão etnográfico, cânone da disciplina será aqui problematizado a partir de uma experiência com a comunidade que formula e implementa o Cultura Viva e que por sua vez, enreda relações de poder capilarizadas onde múltiplos atores (gestores, ideólogos do programa, agentes culturais e artistas) constroem uma política pública cultural que desafia o modo de se produzir conhecimento antropológico.

Trabalho completo:

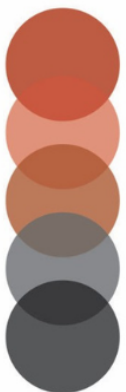
https://www.abant.org.br/files/1466474110_ARQUIVO_Artigo30RBAArielNunes.pdf

Apresentação Oral em GT

Os produtos da administração e a produção antropológica: o que planejar pode dizer sobre o ofício antropológico em uma empresa pública federal.

Carolina Maria Heliadora de Goes Araujo Feijo Braga

O cargo: Analista de Pesquisa Energética. A área de atuação: Meio ambiente/desenvolvimento regional/socioeconomia. As atribuições do cargo: desenvolver, acompanhar e analisar estudos de impacto ambiental de aproveitamentos hidrelétricos, de inventário e de viabilidade de empreendimentos hidrelétricos e de avaliação estratégica e integrada de bacias hidrográficas; participar em estudos de avaliação ambiental estratégica; Elaborar Termos de Referência para estudos de inventário, viabilidade de empreendimentos de geração e transmissão de energia e de licenciamento ambiental de empreendimentos de geração e transmissão de energia; participar na análise dos aspectos econômicos e sociais de estudos de planejamento de longo e médio prazo; emitir pareceres sobre aspectos relacionados com as emissões atmosféricas e efluentes de usinas termelétricas e qualidade da água de reservatórios e rios; acompanhar e emitir pareceres sobre a legislação ambiental de interesse do setor elétrico; analisar as ações antrópicas de uso e ocupação do solo em áreas de empreendimentos hidrelétricos de geração e transmissão de energia; analisar interferências com grupos étnicos; emitir pareceres sobre impactos ambientais no meio antrópico participar da elaboração de Termos de Referência para estudos voltados ao licenciamento ambiental de empreendimentos de geração e transmissão de energia; gerenciar bancos de dados referentes à sua área de atuação; definir especificações técnicas para contratação de serviços especializados; efetuar a gestão técnica e avaliar os serviços





contratados; emitir pareceres técnicos sobre estudos e pesquisas realizados por terceiros e exercer outras atividades correlatas. Com o trecho do edital de concurso público para Analista de Pesquisa Energética de uma empresa pública federal é possível identificar o que se espera que seja parte do campo de atuação de um antropólogo no âmbito de um órgão do Estado: saber elaborar e usar documentos da administração burocrática, incorporando, espera-se, os pressupostos metodológicos da antropologia para o tratamento de questões sociais. Esse artigo apresenta parte das práticas cotidianas do que se consideram saberes específicos da antropologia no contexto de planejamento energético. Toma como casos bom para pensar Estudos de Inventário Hidrelétrico e Estudos de Impacto Ambiental, a partir da observação realizada em 5 anos de work na Empresa de Pesquisa Energética - EPE, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Problematisa as possibilidades de atuação da disciplina antropológica e de seus instrumentos consolidados (como a etnografia, por exemplo) quando se trata de produzir documentos que planejam projetos de aproveitamento energético em territórios tradicionalmente ocupados, especialmente os indígenas.

Apresentação Oral em GT

Traições etnográficas e o ocultamento do outro na evidenciação da fala competente: sobre violências epistêmicas em situação de alteridade mínima

Cleyton Gerhardt

Entre 2006 e 2008 estive diretamente em contato com cientistas envolvidos com áreas protegidas e populações locais cujo perfil se caracteriza pelo trânsito entre o campo da ciência e ação política direta, tendo se tornado intérpretes e atores influentes na concepção de políticas para tais áreas e populações. Seja atuando no executivo, junto a movimentos sociais, ONGs, fundações de corporações ou prestando consultoria a empresas, mídia e agências que financiam projetos de desenvolvimento, a operacionalização do saber que produzem gera o que Foucault chamou “efeitos de verdade”, com argumentos e proposições servindo como eficaz arma de persuasão ou para desqualificar/valorizar pontos de vista, procedimentos e o que o outro diz/faz. Mas se o modo como se constrói fatos etnográficos e de traduzi-los como texto implica decisões prévias e imprevistas ligadas ao público com quem se convive, elas por vezes geram no antropólogo questionamentos de ordem ético-política que precisam ser enfrentados e que aqui dizem respeito não só ao grupo com quem me relacionei, mas a quem decidi não procurar. Tanto ao selecionar autores para ler como ao provocar meus interlocutores em entrevistas e eventos diversos, buscava suas impressões sobre o tema em si, mas também sobre pessoas, fossem elas gestores, burocratas, políticos, cientistas, ativistas e a diversidade de grupos sociais atingida por restrições ambientais. Tal situação impõe questão delicada considerando o status estigmatizado destes últimos em relação aos demais, pois ao contrário do cientista ou técnico do Ibama, quem vive em ou próximo a áreas protegidas têm poucas condições de acessar o que se diz dele na academia ou círculos institucionais onde são pensadas leis e políticas ambientais. Referidos de vários modos - mais abrangente (população local, residente, entorno), através de categorias institucionais (povo/comunidades tradicional; agricultor familiar) ou étnicas, raciais e identitárias (quilombola, Pataxó, caboclo, posseiro, ribeirinho) - todos estiveram ausentes como sujeito e presentes como assunto do diálogo duto, sendo seu fazer/pensar debatido a portas fechadas e depois levado ao texto escrito. Assim, ao eleger tal discussão para debater com meus pares, não teria reduzido o protagonismo dos primeiros ao que tínhamos a dizer? Tal opção não retiraria deste outro ausente seu poder de narrar, tornando invisíveis narrativas não circunscritas ao mundo intelectual? Ao sublinhar a autoridade perita, não reproduzi um tipo de violência epistêmica, reforçando uma atitude neocolonial de viés acadêmico? A partir destas indagações, tomo a escolha que fiz como objeto de reflexão antropológica e oportunidade para questionar o lugar do antropólogo enquanto intérprete autorizado quando em situação de alteridade mínima



Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467340631_ARQUIVO_ocultamentodooutronaevideciacaodafalacompete-cleytongerhardt.pdf

Apresentação Oral em GT

Andar, ouvir e participar: uma experiência etnográfica em favelas com Unidades de Polícia Pacificadora

Fernando Carlos de Sousa

No presente work pretendo, por um lado, discutir a minha atuação como consultor da ONU-Habitat para o programa UPP Social (programa desenvolvido no âmbito da prefeitura do Rio de Janeiro) e, por outro, o esforço de transformar esta experiência em um work de pesquisa. Tomarei como objeto de análise a minha atuação em dois contextos, no Morro dos Macacos e no Complexo da Penha, onde houve intervenções militares e, posteriormente, instalação de UPP's, considerando a minha atuação nessas favelas. Entre os meses de março e julho de 2012, atuei como Assistente Local da equipe de Gestão Territorial da UPP Social no conjunto de favelas da Penha. De julho de 2012 até março de 2013 ocupei o cargo de Gestor Local da equipe do Morro dos Macacos. E em março de 2013 voltei a atuar como Gestor Local da equipe do conjunto de favelas da Penha, permanecendo neste cargo e no programa até junho de 2015. Ao refletir sobre as questões oriundas do work de campo pretendo demonstrar como andar, ouvir e participar foram requeridas enquanto habilidades fundamentais para o desenvolvimento das minhas interlocuções com funcionários e técnicos de diferentes órgãos da prefeitura e do estado do Rio de Janeiro. Vislumbro descrever como a experiência etnográfica que classifico como de primeira impressão se deu com o andar no campo. Ao deixar-me tocar pela experiência do andar é que estabeleci os primeiros contatos com os meus interlocutores, assim como será discutido como a ideia nativa de escuta forte se tornou importante para o meu empreendimento etnográfico, ao mesmo tempo em que me foi útil para ouvir e acessar as explicações nativas sobre a política de pacificação em curso nas favelas cariocas. Foi a participação observante que significou o que chamo de "experiência reveladora", sendo o elemento constitutivo das minhas relações cotidianas. O texto que será apresentado é fruto desta experiência, em que eu mesmo me tornei um experimentador; e a experimentação, um meio para o work de observação e descrição. Ao longo da pesquisa, o "estar lá" e o work de observação me colocaram como objeto e sujeito de observação, no sentido da "participação observante" apresentada por Wacquant (2002). O texto que será apresentado é fruto desta experiência, em que eu mesmo me tornei um experimentador; e a experimentação, um meio para o work de observação e descrição. Buscarei explorar os principais fatores que motivaram tornar esta experiência em objeto de reflexão e pesquisa, entre os quais os mais decisivos foram, sem dúvida, o caráter "oportunista" e ambivalente da minha inserção no campo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467332595_ARQUIVO_Papper30RBAFernandoCarlosdeSousa.pdf

Apresentação Oral em GT

De "dentro" e de "fora" do Estado: um estudo sobre o Bolsa Família, representações e simetrias.

Guilherme de Matos Floriano

Em andamento, a presente pesquisa trata sobre o Programa Bolsa Família, política pública que visa à assistência social no Brasil efetuando transferência direta de renda às famílias consideradas como economicamente vulneráveis. Dentre as diversas possibilidades de se olhar para as políticas públicas e o Bolsa Família até hoje lançados, ressalta-se o imprescindível papel que a etnografia pode exercer na análise antropológica de programas sociais no seio de seu processo de formulação, implementação e avaliação de

políticas públicas e, nesse sentido, o principal objetivo aqui é discutir a relação entre representações políticas e de poder que são elaboradas no imaginário daqueles que estão “dentro” e dos que estão “fora” do Estado. O que pensam do Estado aqueles que se colocam como sociedade? O que imaginam ser a sociedade aqueles que a veem desde o interior do Estado? Para tanto, está se lançando mão de uma bibliografia ampla acerca da política pública, de um work de campo nos CRAS da cidade de Araraquara que busque realizar uma etnografia da burocracia do programa e busque perceber a visão que o Estado possui dos beneficiários, um work de campo, também etnográfico, com os beneficiários que investigue a matiz discursiva que elabora a lógica pela qual essas representações se organizam no imaginário desse grupo buscando a visão que estes possuem do Estado para, dessa forma, ensaiar um estudo de antropologia simétrica entre as percepções de “dentro” e de “fora” do aparelho do Estado.

Palavras chave: Bolsa Família; Estado;

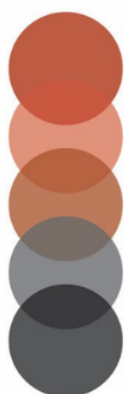
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/399_2017-08-15.pdf

Apresentação Oral em GT

“Não autorizado pesquisas”: Sobre o fazer antropológico nos contextos indígenas em Roraima.

Inara do Nascimento Tavares

Este texto nasce das inquietações enquanto antropóloga e docente do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima. A questão refere-se à oportunidade de vivenciar diversos contextos indígenas (assembleias indígenas, processos de formação de lideranças indígenas, execução de projetos em comunidades indígenas) na condição de professora/ parceira de ações gerenciadas pelo movimento indígena (e suas organizações) e sobre a possibilidade de transformar essas experiências em reflexões que poderão – ou não – ser abordadas/empreendidas como pesquisa antropológica. Em assembleias e eventos indígenas, observo que são ditos – em cartazes estabelecendo regras de convivência e em discursos – a frase “não autorizado pesquisas”. Compreendo que as restrições às pesquisas fazem parte de um controle social e é um marco de autonomia no processo decolonial de produção de conhecimento por esses povos; contudo questiono: o que resultou essa tomada de decisão para a negação de pesquisas? Uma das respostas mais corriqueiras são as várias experiências – com diversos pesquisadores - que demonstraram que tais pesquisas não resultam em uma devolutiva que atenda aos interesses desses povos ou ainda que revelam situações e contextos que não deveriam ser socializados neste tipo de produção. Enquanto antropóloga situada na condição de professora/ parceira, minha atuação é demandada em ações gerenciadas pelo movimento indígena e suas organizações. Ou seja, a expertise antropológica é desejada para a mediação/diálogo/atuação nos contextos indígenas. Contudo, a reflexão antropológica fruto desta atuação situada não deve – segundo uma ética estabelecida pelos indígenas – ser revelada em pesquisas, pois não sou pesquisadora. A condição de pesquisadora envolve outras negociações e relações de poder inerente aos processos dialógicos da pesquisa. Caso eu deseje almejar esta condição, minha relação é novamente negociada. A recusa para um pesquisador não indígena é completamente compreensível face as situações expostas. Para tornar mais complexo: e quando esta restrição se estende também aos pesquisadores indígenas? Esta situação ocorre quando oriento os estudantes indígenas para atividades em suas comunidades. Ao retornar com os works, mesmo aqueles que conseguiram realizar a atividade, colocam a situação de resistência à pesquisa por parte de sua comunidade, pois é sabido que estas informações alcançarão o espaço acadêmico e produção científica. Portanto, as inquietações aqui colocadas questionam o lugar da antropóloga (professora/ parceira) e da pesquisadora, como estas facetas são agenciadas pelos indígenas, e de quais maneiras o controle dessas distintas inserções podem - ou não - dar acesso a realização de pesquisas antropológicas.



Apresentação Oral em GT

Trincheiras de uma guerra: análise do papel do antropólogo(a) nos estudos de natureza antropológica da usina Belo Monte.

Lidia Neira Alves Lacerda

O aproveitamento hidrelétrico Belo Monte se arrasta há algumas décadas no estado brasileiro. Iniciado como projeto na ditadura militar e momentaneamente barrado por grupos indígenas liderados pelos Kaiapo conjuntamente com ambientalistas e ONGs no início dos anos 90. Além dessa batalha significativa o projeto continuou avançando nos planejamentos energéticos do Estado e governos futuros, logrando resultados favoráveis com a aprovação do Decreto Legislativo 788/2005 no Congresso Nacional e sua integração como obra prioritária no programa de aceleração e crescimento - PAC do governo federal. O Decreto Legislativo 788/2005, aprova a futura construção da usina, condicionado a realização dos estudos e relatórios de impacto ambiental EIA/RIMA e estudos antropológicos. Iniciou-se através do Ministério Público Federal - MPF uma contenda judicial sobre o decreto, pois de acordo com a legislação vigente: Constituição Federal de 1988 e Convenção 169 da Organização Nacional do work – OIT, os Povos Indígenas impactados pelo projeto, deveriam necessariamente ser consultados, antes da aprovação do decreto. O Congresso Nacional não realizou a consulta alegando que os estudos antropológicos, bem como a elaboração das condicionantes para a construção da usina deveriam ser de caráter técnico. Essa contenda vem se desdobrando nos campos: jurídicos, políticos e institucionais atravessando e conectando alguns espaços ditos privados e públicos e resultando em um processo judicial que ainda se arrasta no Tribunal Regional Federal da 1^ª região. Utilizarei esse processo à ação civil pública nº 20063903000711-8, bem como seus anexos: relatórios das empresas, IBAMA, pareceres técnicos da FUNAI e uma série de documentos apresentados judicialmente para construir uma trajetória dos documentos antropológicos, a fim de identificar e compreender qual o papel e participação dos antropólogos(a) na elaboração dos estudos antropológicos, EIA/RIMA. Conjuntamente me deterei sobre seu potencial de atuação, fragilidades bem como sobre o exercício da profissão problematizando-a enquanto classe de profissionais ou atores agindo isoladamente e os possíveis reflexos para a prática e consequentemente teoria antropológica.

Apresentação Oral em GT

Etnografando repertórios políticos no Congresso Nacional: Uma reflexão sobre a atuação antropológica em contextos dissonantes

Lígia de França Carvalho Fonseca

O presente work visa apresentar esforços e refletir a partir do contexto de uma pesquisa de dissertação no espaço público – Congresso Nacional – com foco nas situações de elocução em que parlamentares têm demonstrado concepções que questionam política e publicamente grupos e temas que tradicionalmente têm ocupado as esferas de atuação e reflexão da antropologia. O enfoque recai nos debates ocorridos no espaço político mais institucional, ao abordar referentes como agronegócio, populações, terras indígenas e antropologia de modo a entender num cenário social mais amplo as condições de produção de projetos em debate e esquemas de classificação em disputa acerca das populações indígenas e uso de seus territórios. O interesse então deste work se concentra em discutir os desafios postos diante do processo etnográfico realizado em duas audiências públicas que ocorreram na Comissão Permanente de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados como locus privilegiado, para refletir a estrutura de repertórios e performances discursivas nessa arena política envolvendo os referentes em questão em contextos de heteroglossia. Diante desse cenário, a aposta para o exercício se dirige mais



precisamente em dialogar sobre afetações, dilemas e desafios metodológicos postos na atuação antropológica da referida comissão.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467335551_ARQUIVO_Artigo30Rba-LigiaFonseca.pdf

Apresentação Oral em GT

Auxiliar da justiça: O ofício de antropólogos/as num processo de disputa por terra indígena

Lilian Raquel Ricci Tenório, Lílian Raquel Ricci Tenório (UFMS) Antonio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS)

Como “ciência do ser humano” a Antropologia se relaciona com os diversos campos do saber científico e em especial com as “humanidades”. Na interlocução com a “ciência do Direito”, o debate acerca da atuação de antropólogos/as em espaços públicos, ganha destaque quando se pensa na interface com o Judiciário, quando profissionais são designados para exercerem a função de “experts” na qualidade de perito/a judicial, inseridos na categoria de “Auxiliar da Justiça”, conforme disposto no Código de Processo Civil. Neste sentido, esta comunicação pretende abordar o ofício do/a antropólogo/a no contexto de uma perícia judicial realizada em 2013 num processo que envolve a comunidade Terena da Terra Indígena Cachoeirinha, em Mato Grosso do Sul. Percebe-se que além de “olhar, ouvir e escrever”, ao antropólogo/a perito/a cabe a função de “mediar” as situações que envolvem as partes: comunidade indígena e produtores rurais, para a elaboração do laudo antropológico que se insere no processo judicial com um meio de prova e portanto, abrange uma série de desafios e responsabilidades tanto do ponto de vista ético quanto legal, além da clássica discussão sobre “objetividade/imparcialidade” e “distanciamento” que permeia desde sempre a própria ciência antropológica.

Apresentação Oral em GT

Praticar e/ou fazer-se antropólogo/a em/nas e/ou bordas, intra/extra espaços/linhas de/as institucionalidades: um dilema?

Márcia Maria Gramkow

A proposta orienta-se pelas observações de Cardoso de Oliveira (1978) acerca do “estilo próprio de fazer etnologia no Brasil, do envolvimento político do antropólogo aliado a preocupação com qualidade acadêmica, ao definir Antropologia da Ação como a arte do possível, (...) por ter que lidar (...) com as diretivas governamentais, (...) e, conjugar o “mundo tribal” com o “mundo dos brancos”... (1978 [1975]:221”, principalmente no espectro das relações inter/intra dos coletivos interculturais e d/a “máquina”. A reflexão advém das observações do vivido, no exercício da prática e contexto das possibilidades de atuar em campo delimitado, e pensado como espaço de autonomia e de abrangência própria ao exercício antropológico. E institucionalmente ambientado em espaço/temporal organizacional multicultural em/com atividades de intervenção em que é exigido ao antropólogo o desempenho onde se faz com incorporação de conceitos e termos oriundos de outros campos do saber. Sem pretender esgotar o tema propõe examinar aspectos das especificidades dos limites do modo das práticas e das relações entre as representações interculturais/extramuros as máquinas. O ambiente espaço/temporal referido é o período da implantação/execução de projetos e programas no universo das relações estados/nacionais/internacionais/indígenas, perpassado pela intenção de autonomia e direitos indígenas no interior do Estado nacional brasileiro. Objeto do contexto político das últimas décadas esteve marcado pela participação de antropólogos orientados à atuação na construção de política pública; autonomia, proteção e vigilância territorial. Neste campo de atuação, situam-se as agências de Cooperação e Estado, identificam-se tanto processos de construção da cidadania como de fortalecimento da interlocução horizontal entre pares,



além de elementos de conflito, numa realidade mediada pelo agenciamento de lugares de pertença altamente diferenciados, pela orientação de diversas lógicas, pela definição de interesses, tradições e necessidades de complexa conciliação dentre o universo de atores. Pretende-se refletir sobre dilemas dos “fazeres antropológicos”, no contexto de relações internacionais, nos propósitos e anseios dos antropólogos, sob perspectiva da antropologia brasileira, no envolvimento tanto crítico quanto prático com diferentes grupos sociais, sobretudo com a defesa dos direitos e interesses dos povos indígenas.

Apresentação Oral em GT

“Eu, eu mesmo e o Licenciamento Ambiental”: desafios de pesquisa de um antropólogo/arqueólogo

Marcus Antonio Schifino Wittmann, Sérgio Baptista da Silva

A etnografia da prática arqueológica já se apresenta como um campo de pesquisa estabelecido dentro da Antropologia (principalmente na Inglaterra), gerando pesquisas referentes às observações de works de campo e escavações, e as relações entre os arqueólogos e sua própria cultura material. Porém, outras questões complexas entram em jogo quando este tipo de estudo ocorre dentro do âmbito do Licenciamento Ambiental, da chamada Arqueologia de Contrato, quando esta ciência, como todas as outras, se mescla mais ainda com interesses do Estado e da iniciativa privada. Logo, novas perguntas e problemáticas começam a surgir, como: quais os desafios de observar a prática arqueológica dentro do contexto do licenciamento ambiental, o qual ainda possuiu uma visão negativa por grande parte do mundo arqueológico? Quais as problemáticas da pesquisa quando o antropólogo que se propõe a fazer tal ação é também um arqueólogo? Como trabalhar a visão da ciência antropológica, neste contexto na zona limítrofe com o Estado, sobre a ciência arqueológica, a qual encontra-se inserida no Estado? Como observar e refletir sobre a produção de conhecimento arqueológico provinda das informações retiradas de campo e pela sua posterior análise em laboratório que tem como finalidade um relatório técnico que será remetido ao Estado ou à Iniciativa Privada? Desta maneira, o work aqui proposto visa discutir questões metodológicas e éticas provindas da observação participante do autor dentro do contexto profissional da Arqueologia no Licenciamento Ambiental. Um dos principais pontos do estudo é a transformação do “familiar”, a prática e pesquisa arqueológica, em “exótico”, em algo que cause estranhamento e perguntas provindas de uma visão de fora, mas que só podem ser respondidas através de uma visão de dentro. Sendo assim, há um processo de constante negociação identitária e conceitual durante o duplo work de observação, como um antropólogo/arqueólogo, e participação, como um arqueólogo/antropólogo. Em tal atividade, realizada de dentro de uma equipe de arqueólogos que trabalham em projetos do Licenciamento Ambiental, o observador vira o observado e vice-versa, em uma relação dialética, ao mesmo tempo em que o principal “informante” é o próprio autor. Por fim, como objetivo mais amplo, a presente pesquisa propõe discutir como o método e a prática etnográfica dentro da Arqueologia de Contrato podem ajudar a compreender a visão de mundo, e o papel tanto do arqueólogo como do antropólogo nesse contexto desenvolvimentista e mercadológico onde para tudo se dá um preço, inclusive para o passado.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466447159_ARQUIVO_WITTMANN,BAPTISTADASILVA-Eu,eumesmoeoLicenciamentoAmbiental-DesafiosdepesquisadeumAntropologo-Arqueologo.pdf

Apresentação Oral em GT

Políticas Sociais e Povos Indígenas: reflexões antropológicas sobre os limites e as potencialidades no contexto do Rio Grande do Sul

Mariana de Andrade Soares



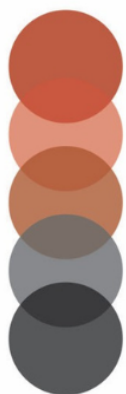
Nos últimos anos, o governo brasileiro tem buscado fazer o enfrentamento da desigualdade social e da pobreza no meio rural, através da formulação e implementação de políticas sociais de transferência de renda e fomento à inclusão social e produtiva associada a uma política de assistência técnica e extensão rural (ATER) junto às famílias categorizadas em situação de extrema pobreza, de acordo com a sua renda per capita familiar. No ano de 2013, coletivos Kaingang organizados na região norte do Rio Grande do Sul conquistaram sua inclusão nessas políticas públicas, através do seu acesso à Chamada Pública de ATER Indígena, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Como antropóloga na instituição oficial de ATER, participei da coordenação dessa política, que atingiu 1.307 famílias da etnia Kaingang e 30 famílias da etnia Guarani residentes em três terras indígenas e uma área em situação de indefinição territorial. A proposta do work é contribuir para o debate sobre a atuação do antropólogo dentro da máquina administrativa pública como sobre a relação do Estado, através de suas instituições e políticas públicas, e os povos indígenas. No contexto atual, os povos indígenas têm sido englobados pela categoria “pobre”, cujas reflexões do ponto de vista antropológico nos permitem apreender os limites e as potencialidades dessa experiência, a partir da situação histórico-social e a capacidade de agência de cada uma das etnias indígenas envolvidas nesse processo.

Apresentação Oral em GT

Os legados de Charles Wagley na Amazônia: circulação de intelectuais, formação em Antropologia e pontes interinstitucionais

Milton Ribeiro, Aldair da Silva Freire

O presente work tem como fio condutor o projeto “Charles Wagley como articulador interinstitucional”, coordenado pela profa. Wilma Leitão, da Universidade Federal do Pará, e engloba dois planos de work da investigação em questão: 1) o primeiro plano tenta mapear a circulação e as motivações de intelectuais ligadas/os à academia e/ou artistas, no início e meados do século XX, em viagens à Belém, ou à “Paris do Sol” como a cidade era conhecida em meados do século XIX. Mário de Andrade, Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Euclides da Cunha, Michel Foucault, Seth e Ruth Leacock, Elizabeth Bishop, Peter Fry e o próprio C. Wagley são alguns exemplos de intelectuais que circularam pela Amazônia e propuseram questões importantes sobre o desenvolvimento regional e humano no chamado “inferno verde”; e 2) o segundo plano analisa os documentos e o acervo do Fundo Eduardo Galvão no Arquivo Guilherme De La Penha, da Coordenação de Informação e Documentação do Museu Paraense Emílio Goeldi. A consulta é feita nos artigos, livros, relatórios, cartas, memorando e fotos disponíveis e catalogados pelo CID/MPEG. Estes dois planos, partes do projeto cujo objetivo principal é entender o papel do C. Wagley, antropólogo americano, aluno de Franz Boas, como articulador entre instituições brasileiras e estrangeiras e formador de antropólogos na/da Região Amazônica, permitem olhar o cenário que este brasilianista ajudou a conformar, principalmente o relativo à institucionalização da Antropologia na Amazônia. Este pesquisador teve papel fundamental na formação de outros antropólogos importantes para a história e desenvolvimento dessa disciplina no Brasil: como Eduardo Galvão, no cenário mais amplo, e Samuel Sá, no cenário regional – sendo este o segundo doutor em Antropologia da Região Norte, orientado por C. Wagley, e o primeiro a permanecer na região após doutoramento. A partir de 1968, E. Galvão coordena, juntamente com Oracy Nogueira, o Centro de Estudos Sociais e Culturais da Amazônia, financiado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, e começa a formação de técnicas/os e profissionais por meio dos seminários-pesquisas na área da Etnologia e Arqueologia. Posteriormente, redirecionam o foco para os estudos antropológicos, principalmente sobre as áreas rurais e urbanas da região, com ênfase nos seguintes temas: pescadores, agricultores, migrantes, comunidades ribeirinhas e populações indígenas. Portanto, o objetivo deste work é articular uma compreensão sobre a circulação de intelectuais na Amazônia, voltando a atenção para C. Wagley e os



antropólogos formados por ele, o desenvolvimento da disciplina articulada à aplicação prática do saber antropológico e as pontes interinstitucionais erigidas entre Brasil e Estados Unidos e os impactos na região.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467390342_ARQUIVO_paper-RBA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Etnógrafa, nativa, leitora ou missionária do desenvolvimento? Uma antropóloga na elaboração de estudos para o Licenciamento Ambiental no Brasil

Natália Morais Gaspar

Neste work, exploro possibilidades e limites da etnografia ao escrever sobre a minha própria experiência como “consultora em socioeconomia” em processos de licenciamento ambiental no Brasil. Trata-se de uma tentativa de etnografar a mim mesma e a meus próprios colegas de work. Constitui, portanto, um esforço no sentido organizar impressões a partir de uma observação em primeira mão da atuação de profissionais de ciências humanas e sua interação com outros profissionais na elaboração de estudos ambientais. Esta observação, todavia, não é o resultado de uma pesquisa acadêmica com objetivos e financiamento específicos para fins científicos. Entre 2006 e 2014, estive envolvida na realização de estudos e atividades do licenciamento ambiental de empreendimentos como rodovias, linhas de transmissão e subestações de energia elétrica, portos e atividades petrolíferas – ora como “consultora externa” de diferentes empresas, geralmente contratada para uma tarefa específica dentro de um estudo maior; ora como funcionária “técnica em socioeconomia” de uma só empresa, atuando em diferentes projetos simultaneamente, nas suas variadas etapas, tanto em empresas grandes quanto em pequenas empresas. Os estudos da chamada “socioeconomia” de regiões a serem “impactadas” por grandes empreendimentos têm cada vez mais compreendido informações primárias e secundárias sistematizadas por profissionais da área de Ciências Humanas e Sociais. Estes profissionais são contratados por empresas de consultoria ambiental, que por sua vez são contratadas pelo “empreendedor”, para elaborar estudos demandados pela legislação ambiental brasileira, que são avaliados por órgãos ambientais governamentais, encarregados de decidir sobre a concessão das licenças. Em works anteriores, analisei partes de Estudos de Impacto Ambiental, comparando-as com notas etnográficas a respeito do processo de elaboração destes estudos. O objetivo era lançar luz sobre mecanismos técnicos de englobar consequências negativas de grandes empreendimentos em discursos que afirmam a viabilidade dos mesmos. E colocar questões sobre o papel desempenhado por cientistas sociais neste processo. Neste work, aprofundo questionamentos sobre a atuação de antropólogos na elaboração de estudos para o Licenciamento Ambiental e sobre as condições de work e de inserção destes profissionais neste campo. O objetivo é tratar de problemas resultantes não só da transformação em texto acadêmico de relações de work vivenciadas sem este objetivo declarado e embrenhadas em hierarquias e relações de poder, mas também das relações estabelecidas entre antropólogos e populações atingidas pelos grandes empreendimentos e arroladas nos estudos que visam licenciá-los.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466391188_ARQUIVO_RBA-2016-Natalia-Gaspar-FINAL.pdf

Apresentação Oral em GT

Etnologia e licenciamento ambiental: espaços para exercício da antropologia na identificação de impactos, elaboração e gestão de projetos ambientais

Paulo Roberto Homem de Góes



Que espaços há, se os há, para o exercício da antropologia dentro dos processos denominados "componente indígena" no licenciamento ambiental de empreendimentos? Que impactos a antropologia pode ou deve exercer nestes processos? Quais métodos ou técnicas propriamente antropológicas podem ser mobilizados? Como definir e mensurar um impacto socioambiental? A antropologia exercida entre povos indígenas, gestores públicos e empresários condensa desafios a um só tempo políticos, metodológicos e teóricos, os quais são oriundos da tensão entre "desenvolvimento", "sociobiodiversidade" e "territorialidade". Isto me parece procedente para antropólogos engajados nestes processos de mediação e/ou que os estejam investigando. Dentro da tríade citada, é sempre o polo "desenvolvimento" o promotor do processo. É a iniciativa capitalista de apropriação de ambientes enquanto "recursos naturais" que, quando cumpre o rito do licenciamento (que caberá ao Estado fiscalizar), envolve a "territorialidade" indígena. A presente comunicação está fundamentada em minha própria experiência enquanto coordenador do componente indígena de estudos de impacto ambiental (EIA), elaboração e execução de projetos básico ambientais (PBA) e também na avaliação de outros processos. A partir de três casos envolvendo os Mbya Guarani (dos quais dois com envolvimento direto) busco analisar os espaços processuais previstos e imprevistos para manifestação indígena e manifestação técnica dentro das três etapas do licenciamento ambiental (EIA, PBA e execução PBA) e as responsabilidades do Estado, empreendedores e consultorias. Tal investigação buscará problematizar o lugar da antropologia e da política indígena nestes processos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466462054_ARQUIVO_GoesPauloRobertoHomem.Etnologiaelicenciamentoambiental.30RBA.20.06.2016.pdf

Apresentação Oral em GT

A CPI da Antropologia

Roberto Alves de Almeida, Julia Marques Dalla Costa

No final de 2015 a Câmara dos Deputados instaura a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades na demarcação de terras indígenas pela FUNAI e na regularização fundiária de quilombos pelo INCRA (CPI FUNAI INCRA). A CPI, dominada por representantes do agronegócio, se propõe investigar vários elementos: alegadas fraudes processuais; descumprimento da constituição e das decisões do STF e; a criação de conflito no campo, onde antes não existia, quando dos processos de identificação e demarcação desses territórios. No cerne do discurso que embasa tais denúncias está uma feroz crítica ao work dos antropólogos da FUNAI e do INCRA, enquanto técnicos ideologicamente engajados que fraudam os procedimentos inventando beneficiados que não teriam direito, o que acaba por prejudicar os indefesos produtores locais. A partir de uma etnografia realizada no seio da própria CPI, pretendemos discutir nesse artigo a visão que os defensores do agronegócio tem acerca do papel da antropologia nas atividades de identificação e delimitar territórios de comunidades indígenas e tradicionais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467328771_ARQUIVO_Artigo.RBA.2016.Julia_Roberto_Fernanda.pdf

Apresentação Oral em GT

As nuances do work do antropólogo nas políticas de Patrimônio Imaterial

Vanilza Jacundino Rodrigues

Sabemos todos que os desafios da prática antropológica têm se intensificado sobremaneira quando se trata da inserção do work do antropólogo no campo das políticas públicas, no âmbito do Estado Brasileiro. O



mesmo pode-se dizer do campo do Patrimônio Cultural, mais especificamente do Patrimônio Imaterial. Neste sentido pretendo iniciar uma reflexão sobre as percepções e os desafios relativos à Política Nacional de Patrimônio Imaterial, criada e realizada pelo IPHAN, destacando os seus aspectos conceituais, seus pressupostos, a prática no cotidiano institucional e a atuação do antropólogo como agente público inserido na formulação, coordenação e/ou acompanhamento de políticas públicas. Os desafios que se colocam aqui são relativos às formas de conciliação entre referencial teórico, ético e metodológico da antropologia, o “modus operandi” institucional e a complexidade deste universo que abarca uma diversidade de grupos, práticas culturais e conhecimentos tradicionais, reconhecidos no campo do Patrimônio Imaterial. Como equacionar as diferenças entre ações que se pretendem contextualizadas e específicas, em detrimento das necessidades da própria política em apreender e abarcar a diversidade e as particularidades de contextos culturais, das diferentes práticas e formas de organização dos grupos sociais envolvidos? Como considerar as generalidades e as particularidades dos bens culturais e dos grupos sociais neles envolvidos? Quais posturas serão mais “adequadas” em circunstâncias, inerentes ao work institucional que envolve conduções de processos decisórios coletivos que tangenciam, ou tratam diretamente de questões sobre processos de construção de identidades, inserção mercadológica dos bens culturais, formas de reconhecimento institucionais, etc. Pretendo colocar esta reflexão com base na minha experiência cotidiana, enquanto servidora do IPHAN e antropóloga.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467335134_ARQUIVO_Vanilzatextoabafinal2016-GT35.pdf

Apresentação Oral em GT

Charles Wagley e a Saúde Pública na Amazônia

Wilma Marques Leitão, Gabriela Galvão Braga Furtado - Graduada em Ciências Sociais e Bolsista Voluntária de Iniciação Científica (VIC), Universidade Federal do Pará Lenita Pantoja Silva - Graduada em Ciências Sociais e

O antropólogo norte americano Charles Wagley (1913-1991), veio pesquisar no Brasil no âmbito de uma programação institucional articulada ao Museu Nacional, onde desenvolveu pesquisas na área da Antropologia Social e projetos de treinamento de novos antropólogos. Em 1942 ingressou no Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIa), passando a colaborar com o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), onde exerceu várias funções, tais como: Assistente do Superintendente, Diretor do Programa de Migração e Diretor da Divisão de Educação Sanitária, trabalhando no combate a malária e lepra. Wagley estruturou a Divisão de Educação Sanitária, priorizando a interdisciplinaridade e trabalhando com uma equipe formada por artistas, desenhistas, redatores, técnicos de educação, de cinema, de rádio difusão, jornalistas e técnicos da área da saúde. Durante as expedições percorreu várias cidades na companhia do médico sanitário Edward Cattete e do jornalista e escritor Dalcídio Jurandir. Dentre as atividades desenvolvidas pelo SESP destacamos a utilização de recursos áudio visuais e de rádio em parceria com os estúdios Walt Disney, que produziram filmes de animação como, Guerra dos Mosquitos e Sementes de Ouro, cujo objetivo era informar a população do Vale Amazônico sobre as principais doenças tropicais e sensibilizar as autoridades locais a tomar medidas necessárias para melhorar a condição de vida da população. Os works etnográficos desempenhados por Wagley permitiram identificar elementos da cultura local que auxiliaram no aprimoramento do Programa de Saúde Pública em desenvolvimento, os relatórios destacavam a situação que se encontrava a população revelando aspectos tradicionais das comunidades, estas informações proporcionaram a aplicação de um serviço de saúde adaptado à realidade amazônica. As atividades articuladas por Wagley alcançaram grande parte do Vale Amazônico gerando resultados positivos para o SESP, a partir de medidas de prevenção de doenças, como, a utilização de água tratada e o uso de mosquiteiros (cortinado), e, aos poucos os casos de doenças diminuíram. Charles Wagley atuou no SESP desenvolvendo uma Antropologia Aplicada e



humanista, conquistando a confiança da população, adequando o conhecimento científico ao saber tradicional, sendo elogiado por autoridades brasileiras e estrangeiras por realizar um work de excelência na Amazônia com proximidade aos aspectos tradicionais locais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466269712_ARQUIVO_CharlesWagleyeasaudepublicanaAmazonia.pdf

GT 036: Festas, celebrações e ritos: o patrimônio em questão e como questão

Dando sequência a proposição de Gts sobre festas para as reuniões da ABA, activity iniciada em 2006, e mantida desde então, em todas as RBAs, propomos mais um GT para a 30 reunião, convidando a nós se juntarem pessoas que discutam em seus trabalhos de pesquisa festas, celebrações e ritos, de cariz religioso e urbano, nos quais se reflitam seu uso como bem cultural e imaterial e sua instrumentalização na legislação e na política pública de salvaguarda e de registro do patrimônio cultural dito imaterial. Nosso intento é o de refletir sobre as implicações epistêmicas (conceituais e empíricas) no exercício da pesquisa em sua, cada vez mais crescente, face aplicada no que se refere a seus uso pelos poderes públicos.

Eufrázia Cristina Menezes Santos (Universidade Federal de Sergipe) e Léa Freitas Perez (UFMG) -
Coordenação

Apresentação Oral em GT

A NAÇÃO FARÁ 200 ANOS: a máquina comemorativa, os preparativos do bicentenário de independência do Brasil e seus impactos nos programas educativos.

Alexandre Fernandes Corrêa, Natália Pereira Lima (PPGE/UFRJ)

Em pesquisas sobre o Teatro das Memórias (CNPq) realizamos estudos de ritanálise dos processos comemorativos na sociedade moderna. A sociedade brasileira é atravessada por uma espécie de máquina comemorativa estruturada desde o Triunfo Eucarístico (1733). Modelo primordial e fundador que assume variações locais, incorporando novas tecnologias, mas permanecendo em sólidas bases socioculturais (neo)barrocas (Canclini, 2003). Na aproximação do bicentenário da Independência detectamos a manutenção desse maquinismo celebrativo. Entretanto, percebemos também recentes lutas pelo poder de legitimação no espaço social da memória e do patrimônio, com consequências profundas nos diferentes espaços sociais, especialmente na educação. Apesar dos processos de patrimonialização possuírem características similares em âmbito nacional, destaca-se a forma pelos quais os grupos sociais intervêm nas lutas pelo poder de simbolização. Diferentes grupos almejam participar não só da seleção do ideal cultural a preservar, mas promovendo resistências singulares no panteão cultural oficial. Assim a presente comunicação traz ao debate os efeitos dessas resistências no plano educativo, analisando as repercussões provocadas, as reações surgidas no tempo de preparação dessas festas públicas e nas mudanças observadas na produção dos bens culturais classificados para a ocasião celebrativa do bicentenário. Ao partimos da análise dos documentos oficiais, nos quais se estabelecem metas definidas no "Todos pela Educação", IDEB, PNE, BNC e SAE, refletimos sobre como dialogam com as novas demandas socio-educacionais atuais. A partir de um olhar aberto para as mutações histórico-culturais da máquina comemorativa (Centenário, República, Descobrimento, Independência etc.), analisamos seus efeitos na contemporaneidade, observando continuidades e descontinuidades no processo de construção do panteão identitário nacional. Como se sabe é forte a articulação entre os discursos do patrimônio, da memória, da identidade e da educação, e nesse estudo





analisamos as discrepâncias entre a ordem da representação e da sua efetivação prática, perscrutando diversos dados que problematizam essa relação político-cultural complexa. Em nossa comunicação apresentaremos dados empíricos recolhidos de pesquisas realizadas sobre os 400 anos de São Luis/Ma (2012) e o bicentenário de Macaé/RJ (2013) nos quais encontramos elementos de confirmação de uma estrutura recorrente na história.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466439434_ARQUIVO_ANacaoFara200anos-RBA2016-CorreaeLima.pdf

Apresentação Oral em GT

Desfile de escolas de samba do Rio de Janeiro: o complexo universo por trás da cultura do carnaval

Bárbara Regina Pereira

Ao longo das décadas, as escolas de samba do Rio de Janeiro experimentaram modelos variados para o seu funcionamento: contribuições de sócios, apoio de comerciantes locais, doações espontâneas, rifas de produtos variados e, ainda, o dinheiro dos chamados patronos. Entretanto, desde 1935, o apoio do Estado sempre foi importante. Atualmente, algumas agremiações funcionam como empresas, com sua estrutura dividida em departamentos, inclusive de marketing. São milhões de reais, a cada ano, arrecadados das mais diversas formas, inclusive com patrocínios de grandes empresas em busca de exposição de produtos ou ideias, mesmo que não seja de forma direta, uma vez que o merchandising durante o desfile é proibido pelo regulamento da LIESA, a Liga Independente das Escolas de Samba, instituição responsável pela organização do carnaval. Nesse contexto, estão os grupos que compõem as escolas de samba, com seus saberes específicos, construídos, em especial, a partir das culturas africanas que chegaram ao Brasil com homens e mulheres trazidos forçadamente de diferentes países do continente africano. Um conjunto de manifestações patrimonializado, em 2007, pelo IPHAN e registrado no livro forma de expressões. É no capítulo descrição que estão os principais elementos que compõem o samba produzido no Rio de Janeiro. São eles: a música, a poesia, a dança, a cena, a roda, a religiosidade, a comida, os instrumentos, a bandeira, as baianas, as velhas guardas, o terreiro e a transmissão do saber. Qual o objetivo da patrimonialização de uma manifestação que reúne diferentes elementos, como o samba-enredo? O documento fala em um reforço da importância do samba para a cultura brasileira, embora também ressalte que não há indícios de um provável desaparecimento dessa manifestação. Em contrapartida, ainda não se tem um panorama do que a patrimonialização representou para os grupos, além da legitimação de práticas e de saberes, tão marginalizados na época do surgimento no início do Século XX. Esta pesquisa procura localizar principalmente as mulheres nesse contexto, predominantemente masculino. Pretendemos observar em particular as passistas das escolas de samba, uma vez que seus saberes não obtiveram destaque no documento Matrizes do Samba, diferentemente das baianas e das porta-bandeiras. Ao buscar refazer a trajetória da dança do samba no Rio de Janeiro, pretendemos não só iluminar os personagens que ajudaram a alicerçar a dança do samba, como também tentar traçar um painel sobre essa prática, que envolve relações familiares, convívio social - com o aprendizado do samba, geralmente não-formal nas rodas, nas quadras, nas relações de vizinhança - e as relações de gênero. O objetivo é buscar (re)construir a memória dessa arte pelo olhar de quem a exerce.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466368416_ARQUIVO_2375281.pdf

Apresentação Oral em GT

Santas & Cidades: uma análise do processo patrimonialização de três cultos a santas não-canônicas

Conceição Aparecida dos Santos

Este work discute três devoções religiosas, envolvendo três mulheres assassinadas no final do séc. XIX: Maria do Carmo, morta em 1890, em São Borja-RS; Maria Bueno, de Curitiba-PR, assassinada em 1893; e Maria Francelina (1899), mais conhecida como a Maria Degolada de Porto Alegre-RS. Figuras que ilustram uma crença religiosa comum no Brasil: a de que os espíritos de determinados mortos auxiliam os vivos. Tal como os santos reconhecidos pela Igreja Católica ou as entidades espirituais abarcadas pelos cultos afrobrasileiros e kardecista, essas Marias são requisitadas a curar, proteger, aconselhar e favorecer os fiéis em suas demandas. Mulheres das camadas populares, de vida anônima, prostitutas (dizem e desdizem), depois de mortas passam a ser objeto de rituais e crenças religiosas. Os locais onde foram assassinadas viram pontos de peregrinação, onde os fiéis iam solicitá-las como taumaturgas. Neste, apresentarei dados sobre a minha pesquisa de doutorado, enfatizando as transformações destes cultos centenários e os ciclos de intensificação e refluxo dos mesmos. Mesmo homólogas em muitos aspectos, as três devoções possuem um caráter êmico, isto é, desenrolam-se de acordo com as questões locais como: os processos de urbanização, dinâmicas sociais, além dos fatores identitários das cidades onde foram entronizadas. Isso vai constituir um vínculo entre “santas & cidades” que começa no campo religioso, mas acaba por excedê-lo: em São Borja uma lei transformou o ponto de devoção à Maria do Carmo em patrimônio histórico-cultural municipal; as lideranças da Associação de Moradores da Vila Maria da Conceição têm se mobilizado para o tombamento da “grutinha da Maria Degolada” como patrimônio do Rio Grande do Sul; e quanto a Maria Bueno, apesar de não se discutir tombamento, há um reconhecimento tácito do “valor” histórico, cultural e turístico da sua devoção por parte de diversos agentes (do campo governamental, acadêmico, artístico e literário). Esse “investimento laico” para “assimilar” essas devoções como emblema das tradições locais implicará numa circularidade simbólica. Isto é, cultos não reconhecidos (oficialmente) por instituições religiosas, instituído e integrado predominantemente por gente dos setores subalternos se imbricam com estratégias e políticas identitárias dos setores dominantes e agentes/agências hegemônicos. Dessa imbricação derivam rituais híbridos que carregam tanto significados religiosos quanto cívicos; e santas que deslizam entre a transgressão e a oficialidade.

Apresentação Oral em GT

Marujas e Capitoas: Simbolismo, Poder e Hierarquias no ritual da Marujada da Festa de São Benedito de Bragança, Pará.

Ester Paixão Corrêa, Edna Ferreira Alencar

O work tem como tema a dança da Marujada, um dos ritos mais importantes da Festa de São Benedito que ocorre no município de Bragança, estado do Pará, no mês de dezembro. A festa é realizada há 217 anos e foi declarada em 2009 como patrimônio cultural e artístico do estado do Pará. Sua estrutura comporta vários ritos de caráter sagrado e profano, que ocorrem em diferentes momentos e espaços, e com o protagonismo de vários sujeitos. Sua realização afeta a vida social, política e econômica da região, por ser um momento de celebração e renovação de laços sociais, e reafirmação da fé e identidade cultural. O objetivo é analisar as transformações no papel das mulheres e nas relações de poder no ritual da Marujada nas últimas décadas. Considerando que as identidades culturais são fluídas e estão em processo de construção, e que as festas são espaços de reafirmação de símbolos, de reforço de valores e hierarquias sociais e poder, analisaremos por essas perspectivas o ritual da Marujada, buscando articular a agência das mulheres, ao assumir uma identidade coletiva de Marujas, relacionando com as identidades que assumem individualmente. Sua estrutura é formada por um grupo heterogêneo, em termos classe social, de raça, de gênero e religião. O ritual da Marujada passou por várias modificações ao longo de sua história. Surgiu como evento relacionado a cultura de matriz africana; posteriormente tornou-se uma das maiores expressões da cultura popular bragantina, com protagonismo das mulheres. É um ritual onde se observa a inversão de hierarquias, pois as mulheres são as protagonistas que detêm um poder simbólico, e em permanente negociação com os demais





agentes deste ritual. Na análise utilizamos o conceito de ritual a partir de Durkheim (1983), que situa os ritos como tradutores das necessidades e dos aspectos tanto da vida individual quanto social; de Edmund Leach (1996), para quem o rito “diz” alguma coisa sobre uma sociedade e sobre os envolvidos em uma ação; e de Victor Turner (2005) a partir da noção de “drama social” para analisar os conflitos que são resolvidos pelo ritual. O material etnográfico utilizado na análise resulta de pesquisa de campo realizada em 2015, e de pesquisa bibliográfica sobre o tema.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466480674_ARQUIVO_Ester-RBA-Artigo-Definitivo.pdf

Apresentação Oral em GT

Vila Bela da Santíssima Trindade e os dilemas da patrimonialização da Festa

Heloisa Afonso Ariano

Vila Bela, primeira capital de Mato Grosso, foi abandonada pela elite branca em 1835 quando Cuiabá passou a ocupar aquele posto, ficando entregue ao domínio negro por mais de 100 anos. Sem poder contar com a presença de padres, a vida religiosa, exclusivamente católica, resta aos leigos reunir suas festas em um único período do ano, dando origem ao que chamam de Festa de Vila Bela. São quatro celebrações: Divino, São Benedito, Mãe de Deus e Santíssima Trindade, em que se desenrolam diferentes atividades, mas dialogando entre si. A festa do Divino envolve a Bandeira de esmolação, que confere um caráter público à organização da festa. Tem como festeiros principais um imperador e uma imperatriz. Essa é vista como uma festa tradicionalmente dos brancos, enquanto a de São Benedito está associada aos negros e à exibição do Congo e do Chorado. Evento de forte caráter político, sua organização fica a cargo de festeiros que mobilizam parentes e amigos, assumindo uma feição mais privada. É a celebração da identidade étnica negra. As festas da Mãe de Deus e da Santíssima Trindade ritualizam relações de parentesco: na primeira, os festeiros devem ser cônjuges, na segunda os juízes devem ser pai ou mãe e filhos ou filhas. Desde que a Festa adquiriu visibilidade externa por meio da mídia, no início da década de 80, várias ações têm sido tomadas por seus protagonistas. Dentre elas, a principal, cujos reflexos parecem mais profundos, foi a organização de suas formas expressivas, Congo e Chorado, como grupos constituídos formalmente com estatuto e diretoria. Os testemunhos indicam uma mudança no modo de participação dos membros que tem gerado centralismo nas decisões, conflitos e abandono da participação de várias pessoas. Em 2001 a cultura local foi alvo de uma primeira experiência de Inventário de Referências, que, no entanto, não veio culminar com o registro da Festa como patrimônio. Em 2006, uma nova tentativa, agora conduzida por uma entidade local, mobilizou a coletividade. Após quase dez anos de espera, o resultado desse esforço coletivo gera um profundo descontentamento com alguns modos como a comunidade e suas tradições foram retratadas na publicação pelas coordenadoras do inventário. Esse processo teve como decorrência o rompimento com o IPHAN e a recusa a aceitar sua presença na cidade sem o aval do Ministério Público, novo agente no processo. O IPHAN parece tender a não fazer o registro da Festa por considerar que aprofundaria as cisões entre os grupos locais, ao reforçar a perspectiva e o domínio de um dos grupos. Estes são alguns apontamentos etnográficos que narram o modo como a relação com a mídia, o turismo e a política patrimonial brasileira tem sido encarada entre os líderes culturais locais de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466475884_ARQUIVO_VilaBeladaSantissimaTrindadeeosedilemasdapatrimonializaodaFestanca.pdf

Pôster em GT

Encruzilhadas na praia: o processo de tombamento da Festa de Iemanjá no Ceará



Jean Souza dos Anjos

Este work aborda o processo de tombamento da Festa de Iemanjá do Estado do Ceará, que vem sendo realizado através da Coordenadoria de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da Secretaria da Cultura (Secult), com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), da Secretaria da Cultura de Fortaleza e das comunidades de terreiro que vivenciam a festa no estado. Venho pesquisando a Festa de Iemanjá da Praia do Futuro, em Fortaleza, desde 2008. Utilizo como metodologia a observação participante, associada à produção de imagens fotográficas, que já resultou em duas exposições individuais. A construção das questões de pesquisa referencia-se em escritos de Pordeus Jr. (2002; 2011) e ampla bibliografia sobre festa e rituais. No âmbito da observação em campo, venho tecendo uma aproximação às atividades da mencionada Coordenadoria, atentando para o mapeamento e a cartografia das Festas de Iemanjá no Ceará. Nesse processo, percebo a presença de diversos grupos das comunidades de terreiro que disputam a “verdade” sobre a história da festa, disputa que demanda da parte da Coordenadoria uma mediação de conflitos. No dia 15 de agosto, em Fortaleza, realizam-se duas grandes festas religiosas: a Festa de Iemanjá, que acontece há mais de 50 anos e a Caminhada com Maria (Festa de Nossa Senhora da Assunção, padroeira da cidade), que ocorre há cerca de 15 anos e já se tornou Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil por sanção da Presidente da República a um Decreto de Lei do Congresso Nacional. Há três anos, após ruptura entre organizadores da Festa de Iemanjá, parte dos rituais foi transferida da Praia do Futuro para a Praia de Iracema, fazendo com que a cidade tenha três polos de celebração no dia 15 de agosto. A orla da cidade fica tomada pelas três festas, sendo que grande parte do aparato do Estado, como policiamento e segurança de trânsito, é voltada para a festa católica, ficando a Festa de Iemanjá “desprotegida” e à mercê da sorte na beira da praia. A Festa de Iemanjá da Praia do Futuro, que já foi observada por Jean Duvignaud no final da década de 1960 (Pordeus, 2011), é uma festa de Umbanda que tem lugar numa cidade de iconografia mariana. Assim, o avanço do processo de seu tombamento demanda a superação de tensões e conflitos dentro da própria comunidade de terreiro, bem como o esforço para ultrapassar preconceitos relacionados a expressões culturais de matrizes afro-brasileiras, que também dificultam a concepção de políticas públicas aplicadas a esses segmentos. Nesse contexto, esta pesquisa se encontra em processo de problematização e ainda não é conclusiva.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467325080_ARQUIVO_Encruzilhadasnapraia-workCompleto.pdf

Apresentação Oral em GT

Marabaixo: ritual, negritude e “política de identidade”

José Maria da Silva

Tendo como base etnográfica dois eventos realizados por populações negras na cidade de Macapá, estado do Amapá – o ciclo festivo do Marabaixo e o Encontro dos Tambores –, este work tem por objetivo analisar como a principal manifestação apresentada nesses eventos – o Marabaixo – se apresenta como expressão tradicional mais “autêntica” da “cultura amapaense”. O Marabaixo é uma manifestação tradicional praticada por populações negras em áreas urbanas e rurais de três municípios do Amapá. Na cidade de Macapá, o Marabaixo é praticado por grupos da área urbana num longo ciclo ritual realizado em homenagem ao Divino Espírito Santo e à Santíssima Trindade. Por sua vez, o Encontro dos Tambores é um evento realizado por ocasião da semana da consciência negra, no mês de novembro, e reúne grupos tanto da cidade de Macapá quanto de comunidades rurais. Assim, enquanto o ciclo festivo do Marabaixo está mais voltado para a religiosidade – o culto aos santos –, o Encontro dos Tambores está inserido nas comemorações da semana da consciência negra e, portanto, de afirmação da “negritude”. Os eventos serão analisados neste work como rituais. Nesse sentido, buscar-se-á examinar como a dimensão ritual dessas manifestações revela aspectos de

suas estruturas, assim como implicam em ações performativas na busca por reconhecimento e afirmação de identidade. Assim, procuro nesse work examinar como essa manifestação é defendida como patrimônio cultural “legítimo” da “identidade amapaense”, em um campo de disputa permeado por conflitos e que envolve outras práticas culturais, políticas governamentais e atores diversos.

Apresentação Oral em GT

Festas de Reinado, Salvaguarda e Etiqueta: ou de como os congadeiros orientam a forma como o estado se dirige a eles

Marcos da Costa Martins

As festas de reinado em Carmo da Mata são uma oportunidade para tecer uma rede que inclui empreendedores, o poder municipal e órgãos do patrimônio que, de repente, manifesta interesse pelas irmandades congadeiras locais, colocando-as no centro de processos alheios aos processos de licenciamento e salvaguarda. Conhecer as irmandades, perceber a relação histórica e conflituosa que elas mantêm entre si e entender a etiqueta tradicional que rege os acordos e a autoridade dentro dos congados, é fundamental para modular qualquer ação que seja aceitável aos congadeiros que não os faça meros coadjuvantes. Assim nas festas de reinado são empenhados os instrumentos de regulamentação que os habilitam a colocarem-se sem prejuízo diante das autoridades seculares sem abdicarem de seu investimento sagrado. As duas irmandades empenham seu prestígio em 6 festas que demarcam o processo de ocupação do município, opoem campo e cidade, e cuja separação se deu em termos mágicos que ordena a evitação mútua e dificulta a compreensão local deste aparente dispêndio festivo.

Palavras chave: congados, salvaguarda, patrimônio

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/816_2016-11-24.pdf

Apresentação Oral em GT

“Rainha Ginga, mulher de batalha”: história e memória da rainha angolana nas congadas brasileiras.

Mariana Bracks Fonseca

Nzinga Mbandi, chamada Rainha Ginga pelos portugueses, governou os reinos do Ndongo e Matamba, no século XVII, sendo a grande líder da oposição contra a "conquista" de Angola. Sua longa vida (1581-1663) foi marcada por guerras, diplomacia e alianças múltiplas. Ainda em vida foi considerada como rainha imortal, soberana capaz de unir povos e defendê-los da escravização. Tornou-se símbolo da resistência africana frente à penetração europeia e seu nome foi e vem sendo retomado de diferentes formas em variados contextos, em Angola e nas Américas. A rainha Ginga permanece viva em diversas manifestações culturais afro-brasileiras e sua luta de resistência continua motivando negros, mulheres e movimentos sociais. Na presente comunicação pretendo discutir como a memória da rainha guerreira foi reelaborada pelos povos de Angola na diáspora, resistindo a os processos de esquecimento e de desconstrução de identidades a que foram submetidos. A rainha Ginga é reconhecida como personagem nas congadas no Brasil desde o início do século XIX e, até hoje, aparece nos autos de norte a sul do país. Pretendo apresentar as músicas tradicionais que remetem à rainha angolana, bem como compreender as performances e elementos simbólicos ligados à sua trajetória política e militar.

Apresentação Oral em GT

O princípio sagrado das coisas: da sacralidade do patrimônio





Rafael Barros Gomes

Nação, povo e estado, amalgamados à ideia de identidade una, buscaram “um projeto de sedimentação e auto-representação (...) para identificar alguns possíveis elementos emblemáticos que pudessem ser invocados em estratégias de unidade e integração” (Segato, 2000, p. 15). Entretanto, seguindo as investigações de Benveniste, o processo de delimitação de um território compartilhado finca suas raízes no âmbito do sagrado a partir da noção etimológica de rex (rei), ente que prefigura essa espacialidade: “os limites da sociedade coincidem com um certo poder, que é o poder do rei” (1995, p. 9). O rex ou o sacerdote é aquele que também estabelece a regra ou a lei. “A raiz comum que designa a ‘ordem’ como adaptação harmoniosa das partes de um conjunto entre si, não fornece designação jurídica em indo-europeu. A ‘lei’ é literalmente a regra estabelecida pelos deuses” (Id., 101). A revolução que depõe o rei e solidifica a nação entroniza em seu lugar o Estado Moderno, enquanto entidade autônoma e reguladora. Passa despercebido que essa transposição não foi capaz de diluir completamente a relação sagrada que se encontra na base da fundamentação do território, da cidade, do reino e das regras do direito. A dimensão de sacralidade da nação e do próprio estado passam a ser a todo instante invocadas enquanto figuras que não podem ser violadas, ou para utilizar uma expressão que nos será cara, profanadas. Entretanto, se considerarmos que a religião pode se definir como “aquilo que subtrai coisas, lugares, animais ou pessoas ao uso comum e as transfere para uma esfera separada”, pode se pensar que “não só não há religião sem separação, como toda separação contém ou conserva em si um núcleo genuinamente religioso” (Agamben, 2007, p. 65). E não por menos será em nome da nação e do estado que se justificarão os empreendimentos patrimonializantes, culturalistas e folcloristas. É nesse emaranhado da conformação dos Estados Nacionais Modernos que a cultura será tomada como forma de “consciência nacional”, tanto quanto traço de distinção entre os povos quanto dos diversos estratos sociais, que o empreendimento patrimonializante e a ideia de folclore vão se assentar. Pretende-se demonstrar que foi através da constituição do estado moderno, que associa sobre a forma de reino consagrado as noções de nação, de identidade, de patrimônio, de cultura e de folclore, que o processo de valorização de bens culturais a serem preservados em nome da memória e da construção de uma determinada narrativa histórica, bem como pela definição de um campo de atuação política do mesmo modo que uma ordem discursiva própria é posta em marcha.

Palavras chave: patrimônio, sagrado, cultura

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/512_2016-11-29.pdf

Apresentação Oral em GT

Duque de Caxias e a Festa de Santo Antônio: Relações entre cidade, memória e patrimônio

Renata de Almeida Oliveira, Regina Abreu

Este work é um recorte de minha Tese de Doutorado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, integrando a linha de pesquisa em Memória e Patrimônio, com orientação da Prof^a Dr^a Regina Abreu. As discussões sobre cidades apresentam uma multiplicidade de questões, entre elas memória, patrimônio e comemorações e, com este work, pretendo refletir sobre essas relações sendo meu objeto de pesquisa a Festa de Santo Antônio na cidade de Duque de Caxias, localizada na Baixada Fluminense do estado do Rio de Janeiro. O Santo Padroeiro da cidade é lembrado anualmente em uma festividade que acontece desde sua emancipação no ano de 1943 quando era realizada em proporções bem menores em relação a que acontece atualmente, de acordo com o Padre Renato Gentile, responsável pela Paróquia. Nos anos de 2014 e 2015 a festa reuniu cerca de 200 mil pessoas em cinco dias de comemoração. Apesar de dados estatísticos do IBGE apontarem para um declínio no número de católicos no país, a festa em Duque de Caxias apresenta um crescimento anual, tanto em público quanto

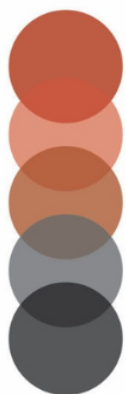
em investimento e apoio por parte do governo municipal. A festividade em homenagem ao Santo Padroeiro em Duque de Caxias passou por diversos momentos ao longo da história do município desde sua emancipação. O que existiam eram as quermesses, como acontece na maioria das igrejas. No final da década de 60, a festa passou a ser chamada de Feira da Comunidade e, após um período sendo realizada dentro da igreja, cresceu a ponto de ser necessária sua realização em principais vias da cidade, acontecendo por um período na Avenida Presidente Kennedy e por um período na Avenida Brigadeiro Lima e Silva, respectivamente no Centro e no Bairro 25 de agosto, no 1^o distrito. Apenas mais tarde, nos anos 2000, foi denominada Festa de Santo Antônio como é conhecida até os dias atuais. As relações entre a festa e a cidade introduzem um tempo especial fortemente ligado à experiência de vida das pessoas através de uma memória que é evocada a cada ano. Casais que cresceram juntos na igreja, que se conheceram na festa, promessas cumpridas pela cura de enfermidades, entre tantas outras histórias que pude conhecer ao longo da pesquisa de campo. E a cada ano, essas histórias são lembradas, indo além da comemoração ao Santo Antônio, são momentos da vida de diversos devotos que fazem da festa seu relicário. Sendo assim, pretendo com a apresentação deste work trazer as reflexões e resultados da pesquisa realizada até o momento, apresentando e questionando algumas relações entre o poder da Igreja, o poder Público e o privado, que são latentes na realização da festa.

Apresentação Oral em GT

As dinâmicas corporais através do Forró na festa do Pau de Santo Antônio

Ruanna Gonçalves da Silva, Marina Blank Virgílio da Silva, mestranda em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba.

A liberdade dos movimentos e das sensações corporais estão na ordem do dia. Assim, as composições performáticas e indumentárias tornam-se marcadores de diferenciação e delimitação entre grupos sociais, evocando sentidos de pertença. Representando concepções e pensamentos culturais que estariam refletidos nas imagens dos corpos, que se coadaptam e se definem de acordo com o espaço-tempo em que vivem. Para pensar sobre estes movimentos corporais, lanço o olhar para ambientes de festa, e mais especificamente para o mundo do Forró Pé-de-serra. Tendo como premissa que os contextos de festas e sociabilidades oferecem elementos para se pensar as relações sociais cotidianas, que ultrapassam as fronteiras do momento festivo, analiso os fluxos nas performances corporais que podem existir em espaços de sociabilidade, nos quais há a ênfase da música, bebida, desejo, paqueras, entre outros elementos que se misturam e constroem territórios durante o momento em que acontecem as festas. O contexto em que pesquiso se delimita à região do Cariri cearense, onde direciono meu interesse para como se dá a compreensão de ‘cultura’ no imaginário popular dos sujeitos que vivem nesta região, que se apresenta como um local onde estariam preservadas as manifestações tradicionais e que é caracterizada por uma “efervescência cultural”, onde ocorrem diversas festas no decorrer do ano, sendo a Festa do Pau de Santo Antônio, considerada como patrimônio imaterial pelo IPHAN, uma das maiores da região. Durante o contexto festivo, tanto no ritual do santo casamenteiro, quanto nos limites onde acontecem as apresentações de Forró, o que se observa são os movimentos corporais e seus fluxos, são corpos que transitam e têm interesses, funcionando como “máquinas desejanças”, o espaço, em que há a mistura do profano e religioso, é propício e estimulante para a liberação dos corpos. Para um olhar conservador e fixado nos dogmas religiosos, o que acontece na festa de Santo Antônio seria impuro e sujo, visto que, pensando através da perspectiva de Mary Douglas (1966), a sujeira estaria correlacionada como a desordem, o caos, que é o cenário urbano que se estabelece na cidade de Barbalha durante os dias de festa; e, em contrapartida, a pureza que estaria atrelada à religião, seria o instrumento que nortearia o indivíduo à purificação espiritual. O diálogo existente entre o sagrado e profano e moderno e tradicional durante a festa do Pau de Santo Antônio, representados também pelos diferentes tipos de Forró que são



tocados na festa, seria preponderante para a interferência na formulação de pensamentos, na construção dos corpos e das identidades sociais dos sujeitos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466457851_ARQUIVO_ARTIGOFINAL.pdf

Apresentação Oral em GT

Resplandecer a hi[e]stória: as irmandades religiosas na Semana Santa de Sabará-MG

Rudney Avelino de Castro, Ana Paula Lessa Belone

A Semana Santa, uma das mais importantes celebrações do calendário cristão, transborda o aspecto restrito à religião e se inscreve na liturgia do período que abrange sentimentos, ritos e importantes significações sociais. O tempo é de regeneração da fé e de convívio comunitário da população e dos turistas que acompanham tanto as procissões, quanto as cerimônias que acontecem nas Igrejas, nas ruas e nas praças. Ao revelar a crença, que se junta ao rito e reverbera na tradição que ressuscita a memória cultural, toda essa efervescência irrompe com o tempo profano e perfuma de ethos sagrado os ares das cidades de origem colonial; Neste espaço de memórias e sentimentos, logo fulgor que dilui a relação espaço-temporal e faz renascer o sentimento de criatura diante do criador, as ordens religiosas leigas (Irmandades) podem ser consideradas a sociogênese das primeiras vilas que deram origem ao que hoje é denominado por estado de Minas Gerais. Neste work o destaque são para aquelas irmandades que se instalaram no arraial que em 1711 foi elevado, por D. Pedro I, à categoria de Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará. As marcas desse tempo podem ser observadas na arquitetura dos templos, na iconografia das inúmeras igrejas erguidas, bem como nos relatos e nos documentos que revelam as disputas entre as Irmandades diante da composição das celebrações da Semana Santa na cidade de Sabará. Nesse rastro festivo, este work tem como objetivo analisar a importância que as irmandades, via Semana Santa, desempenharam na sociogênese da cidade de Sabará e, na contemporaneidade, a existência e espessura da relação destas ordens religiosas com o poder público local, do compromisso com o patrimônio cultural religioso, logo, com a própria memória do que é ser sabarense.

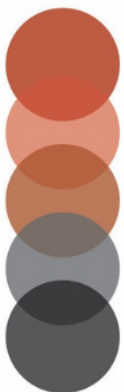
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1468937331_ARQUIVO_Escritura-RudneyAvelinodeCastro.pdf

Apresentação Oral em GT

Patrimônio Cultural, patrimônio de quem? Apropriação e uso indevido de Bens Culturais Imateriais

Taís Diniz Garone, Pedro Junqueira Pessoa

A apropriação e o uso indevido ou desrespeitoso de bens culturais imateriais, oficialmente reconhecidos ou não, são reclames constantes por parte dos detentores desses bens. Para citar apenas alguns exemplos, temos a polêmica sobre a venda de acarajés como “bolinhos de Jesus”, a apropriação de símbolos e cânticos rituais pela indústria do turismo e do entretenimento, o uso comercial não autorizado de grafismos indígenas e, mais recentemente, uma eminente Yalorixá veio a público manifestar sua indignação com uso da palavra “acarajé” para nomear a 23ª fase da investigação da Polícia Federal conhecida como Operação Lava Jato. A política nacional de patrimônio imaterial vem encontrando dificuldades no enfrentamento dessas questões; não há marcos regulatórios específicos e as leis que existem nem sempre são utilizadas para se garantir essa proteção. O direito de imagem, por exemplo, poderia ser utilizado para se tentar inibir o uso não autorizado de imagens e gravações. A jurisprudência em torno da patente e do segredo comercial, como aquele que protege a fórmula da Coca-Cola, poderia ser evocada para se evitar a publicização de conhecimentos tido como secretos, ou restritos a iniciados, por uma determinada comunidade tradicional. Os nomes comerciais são protegidos por



lei, especialmente as marcas consagradas, mas o uso comercial de nomes de expressões culturais ou mesmo de etnias indígenas não encontra obstáculos e nem se pensa em repartir-lhes os lucros. Há no âmbito da Unesco e da Organização Mundial da Propriedade Intelectual o consenso da necessidade da criação de leis nacionais e de tratados internacionais que protejam as expressões culturais tradicionais do seu uso não autorizado, e que estabeleça, tal como ocorre no direito autoral, direitos morais e patrimoniais de uma comunidade sobre as suas manifestações tradicionais. No Brasil, a criação de um marco legal de proteção dos conhecimentos e das expressões tradicionais compõe a meta 4 do Plano Nacional de Cultura e deveria ser concluída até o ano de 2020, embora pareça improvável que tal prazo seja cumprido. Em nosso artigo realizaremos um exercício de imaginação sobre como direitos culturais e patrimoniais mais abrangentes como, por exemplo, as leis de Direitos Autorais e da Propriedade Industrial, poderiam ser utilizados na salvaguarda de bens culturais imateriais. Diante da perspectiva de criação de uma nova lei para conferir direitos coletivos a comunidades tradicionais sobre seus conhecimentos e expressões culturais, reflexões sobre direitos análogos existentes no ordenamento jurídico podem nos guiar em diálogos e divagações quanto à nova legislação por vir, e sobre como ela poderia complementar a atual política nacional de patrimônio imaterial.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466474368_ARQUIVO_PatrimonioCultural.patrimoniodequem.pdf

Apresentação Oral em GT

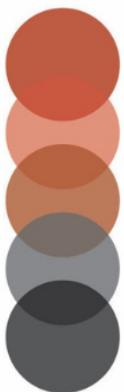
O “Encontro de tradições” de Banaguises no interior de Matanzas, Cuba. A procura do “resgate” do patrimônio afro-cubano local.

Yumei de Isabel Morales Labañino

Tudo dezembro a comunidade do povo de Banaguises, no interior de Matanzas, celebra uma pequena oficina chamada de “Encontro de tradições” organizada pela filial de Casa de Cultura da localidade no intento de que eles chamam de resgate do patrimônio local. Esta reunião serve de ponto de encontro para o debate sobre quais são as tradições da região, e em ela se observa um protagonismo das religiões afro-cubanas e de tradições vinculadas ao cerimonial a religião. São privilegiadas as apresentações de grupos de dança que recriam os bailes das diferentes religiões afro-cubanas; exposição de objetos sacralizados e patrimoniais. Em este work me centro no encontro que foi dedicado a dois líderes religiosos da comunidade, onde foram nomeados como patrimônio imaterial do território. O objetivo de este work é refletir sobre as articulações entre as noções de patrimônio, festa e tradição no seu uso no diálogo entre portadores e instituições culturais cubanas.

GT 037: Indígenas, Quilombolas e outros Povos e Comunidades Tradicionais em Situações Urbanas: identidades, territórios e conflitos.

O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores que investiguem sobre indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais em diversas situações urbanas: abrangendo trabalhos sobre comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais em cidades, a migração para cidades, educação indígena em cidades, educação indígena universitária, indígenas, quilombolas e tradicionais presos, e outras situações no meio urbano. Pretende-se abrir debates sobre as diversas circunstâncias em que indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais se encontram em cidades. Conforme o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000, no Brasil a população indígena totaliza 896.917 mil, sendo 342.836 em áreas



urbanas. Além dos indígenas, comunidades quilombolas e de povos tradicionais, como ciganos, ribeirinhos e pescadores, habitam em cidades de médio e grande porte por todo o país, muitas vezes, enfrentando situações de confronto com projetos de reordenamento do espaço urbano, onde não lhes são garantidas condições de participação e decisão. A existência e a organização desses grupos nos espaços urbanos envolvem diversas problemáticas, abordadas tanto nos meios acadêmicos, quanto nas políticas públicas e que merecem uma atenção sistemática da reflexão antropológica.

Estêvão Martins Palitot (PPG em Antropologia/Universidade Federal da Paraíba) e Stephen Grant Baines (Universidade de Brasília) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

Políticas públicas e pobreza - uma análise da sociabilidade indígena em perspectiva comparada

Alda Lúcia Monteiro de Souza

Este work pretende demonstrar como as práticas indigenistas – o Estado - encontraram meios de promover a cidadania indígena a partir de políticas públicas, assim como demonstrar que o acesso a essas políticas não proporciona uma transitoriedade na condição estrutural dos indígenas, ao contrário, a pobreza é flagrante entre os povos indígenas. Assim como o indigenismo foi por um tempo a principal ferramenta de consolidação do Estado-Nação e de expansão do capitalismo, importante ressaltar que o caráter contraditório da ação protecionista do Estado, hoje está camuflado nas políticas públicas de promoção ao desenvolvimento e cidadania indígena. Torna-se necessário refletir sobre o processo contemporâneo de acesso a cidadania percorrida pelos povos indígenas. Atualmente, para os indígenas serem considerados cidadãos, precisam estar inseridos em alguma política pública, dessa forma a cidadania é concedida benevolmente e transitoriamente pelo Estado – uma cidadania fraturada. Para além do horizonte multiculturalista e as práticas indigenistas, é necessário se atentar para a pobreza dos índios. Apesar de todo o incremento de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas, a quantidade de famílias indígenas em condição de extrema pobreza nos programas sociais federais aumenta a cada ano.

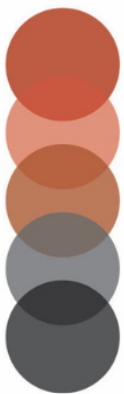
Apresentação Oral em GT

Guerra no horizonte: os parque-xinguanos na cidade de Canarana

Amanda Horta Campos

Este artigo versa sobre índios que, saídos do Parque Indígena do Xingu (PIX), demoram hoje na cidade de Canarana, MT. O Parque Indígena do Xingu congrega em seu território povos falantes de línguas das quatro principais famílias linguísticas do Brasil – tupi, jê, aruak e karib –, distribuídos por mais de 90 aldeias distintas. No sul do parque, alto Xingu, estão povos que se integram em um sistema pluriétnico e plurilíngue caracterizado por trocas matrimoniais, cerimoniais e econômicas, uma estética ritual e uma terminologia de parentesco bastante homogêneas, e que habitavam a região antes mesmo da chegada dos brancos, no final do século XIX. Mais ao norte estão povos que habitavam as áreas vizinhas ao que corresponde hoje ao território do PIX e que travavam relações belicosas com os alto-xinguanos. No século XX, as áreas habitadas por estes indígenas já estavam bastante debilitadas pelo contato com a sociedade nacional e a fim de assegurar a integridade física e autonomia sociocultural destes povos, os irmãos Villas Bôas os convenceram a aceitarem sua transferência para o PIX. O deslocamento destes povos para o PIX exigiu o estabelecimento forçado da paz entre grupos historicamente inimigos. Mas a paz era antes uma não-relação que uma aliança, e mesmo no território reduzido da terra indígena, os parque-xinguanos trataram de cravar uma distância segura entre suas aldeias. O acesso dos parque-xinguanos às cidades do entorno, que tomou fôlego nos anos 1990 com a





abertura das primeiras estradas de terra que ligavam a beira do rio Culuene (formador do rio Xingu) à sede do município de Canarana, altera significativamente este padrão de relação interétnica. A experiência em Canarana não se caracteriza por nenhum tipo de regionalização urbana e aproxima povos que antes se afastavam voluntariamente, em um panorama relacional completamente novo para estes indígenas. As relações entre os parque-xinguanos no ambiente urbano e as relações destes indígenas com os brancos da cidade, suas coisas e suas lógicas, desafiam a existência e a filosofia parque-xinguanas, dando origem a um momento absolutamente criativo da vida destas pessoas, de suas práticas filosóficas, de sua imaginação. Partindo de uma experiência de dez meses em Canarana, entre os anos de 2014 e 2015, o artigo propõe uma mirada sobre as ansiedades desencadeadas pela aproximação destes povos entre si e ao mundo dos brancos, para refletir sobre os movimentos e expectativas da vida parque-xinguanas nas paisagens urbanas da sede do município de Canarana.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466775639_ARQUIVO_Horta,2016.Obrancoparque-xinguano1.pdf

Apresentação Oral em GT

A comunidade indígena Santuário Tapuya dos Pajés na cidade de Brasília: retóricas de resistência e reciprocidade no movimento “O Santuário Não Se Move!”

Carolina Lima Miranda, Luciana de Oliveira Dias

O presente work faz parte de uma investigação mais abrangente que examina, sob a ótica do pluralismo jurídico latino-americano, as estratégias práticas e discursivas do projeto de resistência da comunidade indígena Santuário Tapuya dos Pajés, em Brasília, no âmbito de sua luta por reconhecimento, frente a ameaça que esta enfrenta nos últimos dez anos (2006-2016), em face da construção de um bairro nobre na mesma localidade – o Setor Habitacional Noroeste. Assim, dentro dos limites deste artigo, pretendemos analisar as construções políticas e simbólicas articuladas em seu peculiar espaço urbano de luta, detendo-nos particularmente nas suas falas elaboradas para fora, direcionadas para brancos e enunciadas no contexto de seu movimento "O Santuário Não Se Move!". Desta forma, buscamos compreender como estas falas visam provocar, relacionalmente, práticas de alteridade capazes de vincular sensibilidades e intensificar regimes coletivos de reciprocidade. Para além desta dimensão comunicativa, propomos-nos também a explorar a substância do sagrado enquanto experiência vivida por esta comunidade e ponto nodal de sua ética de resistência. A demonstrada incomensurabilidade entre seu mundo sacralizado e o mundo profano de seu entorno urbano desafia os nossos próprios esforços de antropologização, razão pela qual apontamos para possíveis formas interpretativas alternativas – sensíveis e poéticas – para exibir esta não-equivalência; reconhecendo, por fim, sua práxis libertária de construção de direitos, segundo a perspectiva decolonial e pluralista do pensamento latino-americano.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466482327_ARQUIVO_ArtigoCompletoParaRBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Conflitos e disputas pela terra, memória e identidade quilombola no espaço escolar da Rasa: para uma antropologia da educação em situação urbana de conflito étnico.

Gessiane Ambrosio Nazario, Sidnei Clemente Peres

A comunidade quilombola da Rasa situa-se no município de Armação de Búzios, na Região dos Lagos, estado do Rio de Janeiro. O processo de titulação do território tradicional na Rasa está estacionado na fase

de elaboração do RTID. A identidade quilombola se fundamenta num extenso círculo de parentes que se identificam com ancestrais escravizados e trazidos para a região principalmente no período do tráfico clandestino, na segunda metade do século XIX; como também na memória da expropriação das terras após a Abolição. A rasa hoje é um bairro periférico do famoso município de Armação dos Búzios, entretanto a preservação da memória de um passado rural é componente central na construção da identidade coletiva. O processo de urbanização, calcado num intenso processo de valorização turística da paisagem local, constituiu a especulação imobiliária como um grande obstáculo a luta quilombola pela titulação do seu território tradicional. A escola é um espaço de naturalização do reordenamento urbano socialmente injusto e racista, engendrado pelo turismo, no qual os “negros da Rasa” se inserem de maneira subordinada. Esta comunicação pretende abordar os mecanismos de reprodução do racismo e silenciamento da memória e da história quilombolas no espaço escolar que inviabilizam a implementação da Lei 10.639 e reforçam a violência material e simbólica de imposição de um espaço turístico que se opõem ao reconhecimento público da territorialidade quilombola. Este é um esforço de construção de uma antropologia da educação em situações urbanas de conflito étnico.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466471266_ARQUIVO_RBA2016texto.pdf

Apresentação Oral em GT

Da Aldeia a Cidade: Reflexões sobre a educação escolar de crianças indígenas em uma escola urbana de Parintins-Am

Ignês Tereza Peixoto de Paiva, Elizabeth Cristina Siel Souza Artemis Soares de Araújo

A proposta deste artigo é apresentar reflexões sobre a educação escolar de crianças indígenas em uma escola urbana de Parintins, e quais os motivos que causam a vinda dessas crianças do ensino fundamental anos iniciais da aldeia para a cidade, e as dificuldades enfrentadas no cotidiano da escola com as crianças não indígenas. Todo esse processo teve seu início a partir de projetos de extensão e iniciação científica realizados pela Universidade Federal do Amazonas, que buscou evidenciar o desafio da convivência étnica presente no ambiente escolar precisamente de crianças indígenas da etnia Sateré Mawé que são advindas das mais variadas localidades próximas a cidade de Parintins – AM. Para análise deste work foram observados alunos do 5º ano do ensino fundamental, crianças entre 11 e 12 anos de uma escola da rede estadual de ensino. A aproximação entre populações urbanas e não urbana é condição importante para o conhecimento mútuo da dinâmica e da interação entre as formas culturais. Todo o processo metodológico, parte da utilização de métodos e técnicas antropológicas no estudo das sociedades complexas com análise das teorias sociais para a investigação do cotidiano de grupos sociais dando ênfase no work de campo, utilizando uma descrição densa da realidade pesquisada por meio da etnografia buscando interpretar os eventos do dia-a-dia, compreendendo as negociações e interpretações dos atores. Assim, a construção da identidade de um grupo indígena não pode ser norteada por uma visão folclórica, fundamentada em princípios culturais e raciais. A identidade é aquilo que em princípio diferencia um indivíduo do outro, e, ao mesmo tempo, é aquilo que o faz ser reconhecido pelo grupo, isto é, são relações geridas por natureza aparente e distinta. Apesar dos vários avanços conquistados quanto ao processo educacional de crianças indígenas, ainda há muitos entraves que impossibilitam a construção de uma Educação Indígena em escolas urbanas que seja, comunitária, intercultural, bilíngüe/multilíngüe e específica/diferenciada, na qual os indígenas possam valorizar sua cultura e reconquistar sua alteridade, até porque eles vivenciam outro contexto cultural, social e político que de certa forma, não os pertence de fato, pois sua cultura e sua língua ficam invisível frente a sua identidade que se torna passageira e à cultura hegemônica da sociedade não indígena.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466458507_ARQUIVO_ArtigoIgnesTerezaPeixotodePaivaABA.pdfok.pdf



Apresentação Oral em GT

“Sobre a ‘pureza’ racial ou étnica como critério de indianidade: repercussões contemporâneas no caso dos Gamela”

István Van Deursen Varga, István van Deursen Varga

O Censo Demográfico de 2000 marcou uma inflexão histórica (confirmada pelo de 2010) da tendência de desvalorização das identidades negra e indígena na população brasileira, indicando, em relação ao de 1991, uma diminuição da porcentagem dos que se declararam “pardos” (de 42,6%, para 39,1%), e um aumento dos que se declararam “pretos” (de 5,0% para 6,2%) e “índios” (de 0,2% para 0,4%, num total de 734.131 indivíduos) – extrapolando, no caso dos índios, todas as contagens e estimativas até então produzidas, por instituições e entidades indigenistas, governamentais e não-governamentais. À época, alguns antropólogos apressaram-se em comentar e contestar estes dados, que acarretaram constrangimentos, tanto às instituições do Estado quanto às organizações não-governamentais (ONGs) executoras de políticas públicas voltadas aos povos indígenas no país. Confirmando o que afirmamos em 2002 (VARGA 2002), esta discussão vem impactando o campo indigenista no Brasil, colocando em evidência não apenas os contingentes indígenas até então “invisíveis” (os índios ditos “mestiços”, “desaldeados”, “urbanizados”, e as etnias indígenas ditas “reemergentes”, ou “ressurgentes”: todos reconhecendo-se e reivindicando-se, de algum modo, cidadãos brasileiros indígenas, cuja dimensão e evidência, em nossa opinião, só tende a crescer), mas também impondo uma rediscussão sobre a própria categoria “índio” e os critérios de “indianidade”, sobre suas aplicações e, conseqüentemente, sobre as políticas indigenistas do governo e das ONGs. É o caso dos Gamela, considerados extintos, enquanto povo indígena, pela FUNAI e mesmo por antropólogos como ANDRADE (1990), até muito recentemente São de visita realizada em março de 1936, aos Gamela de Viana/MA, os seguintes comentários de Curt Nimuendaju Unkel (então funcionário do SPI: “Algumas trinta a quarenta pessoas... ..preservam a tradição da descendência, na quarta geração, desta ou daquela mulher Gamella... ..o cruzamento ocorreu quase exclusivamente com os Afro-Brasileiros... ..conseqüentemente, os traços indígenas desses mestiços foram tão completamente mascarados por características negras que dificilmente alguém inferiria ascendência indígena em sua aparência. Estas pessoas falavam o habitual português da população neo-brasileira rural da região. Sua cultura material não revelou uma única característica distinguindo-os dos vizinhos não-relacionados com os Gamella. Seu caráter e aspecto de sábio nada preservam de sua herança indígena.” Em 2013, no entanto, os Gamela do Maranhão insurgiram-se na luta pelo reconhecimento de sua identidade, e em 2 de agosto de 2014 realizaram sua Assembléia de Autodeclaração. - No presente work, retomaremos, portanto, esta discussão e suas repercussões, no caso específico dos Gamela.

Apresentação Oral em GT

A POLIÉTNICA KAGUAHIWA: redes de relações e reconfigurações políticas do movimento indígena no sul do Amazonas (Humaitá e Manicoré).

Jordeanes do Nascimento Araujo, JORDEANES N. ARAÚJO - Professor de Antropologia no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – UFAM. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade Estadual

Este work tem por objetivo explorar os aspectos da articulação política Kaguahiwa e seus desdobramentos na participação política em diversos setores das instituições públicas e associativas, nos quais os povos indígenas do Sul do Amazonas (Tenharim, Jiahui, Parintintim) mantêm redes de relações, principalmente nas cidades de Humaitá e Manicoré. Nesta perspectiva, o que se busca neste work, se resume em cinco problemáticas. Qual a situação dos chamados “índios nas cidades”? Quais seriam as dinâmicas da identidade





étnica nessas cidades? E quais são as formas de estratégias políticas indígenas que esses processos geram frente ao Estado? e como os indígenas reconfiguram relações políticas no urbano via movimento indígena. Assim, as lutas atuais dos povos indígenas não se dão apenas em nível local, em escalas micro-políticas, mas envolvem também organismos de representação coletiva, movimentos indígenas e associativas, personalidades públicas e uma rede complexa de alianças (que ultrapassa os limites nacionais). Palavras-chave: Política indígena, participação indígena, Sul do Amazonas (Humaitá, Manicoré).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466437699_ARQUIVO_workcompletogt37.pdf

Pôster em GT

Populações tradicionais, jovens e educação formal: um estudo na comunidade Vila do Céu (Soure/PA)

Kelly Priscila Barbosa Maciel

Situado na temática das populações tradicionais e questões de gênero este work resulta de estudo que está sendo realizado no âmbito de um work de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Tal work sendo beneficiário da experiência de monitoria na disciplina Formação Social e Econômica da Amazônia, o que têm possibilitado a sistematização de parte do referencial teórico que sustenta a questão sociológica abordada na comunidade Vila do Céu, localizada na zona rural do município de Soure/Ilha do Marajó. Analisando-se a constituição das experiências sociais e culturais na Amazônia, a partir do século XVI percebe-se a permanência de modos de vida, conhecimentos e práticas econômicas que mais recentemente têm sido abordados como tradicionais em oposição, principalmente ao projeto de desenvolvimento moderno. Busca-se compreender como jovens que podem ser identificados com as experiências sociais (modo de vida, saberes e práticas) das populações tradicionais da Amazônia vivem a realidade da escolarização formal que, em certa medida, possibilita a saída deles dos seus locais de origem, afetando assim as condições de reprodução da vida de segmentos sociais identificados com a conservação dos recursos naturais e melhor adaptados a um ambiente valorizado pela biodiversidade e sociodiversidade, interpretação que vem se legitimando cada vez mais desde a década de 90, contexto marcado pela “ambientalização” e dentro disto, marcado por muitas iniciativas na Amazônia orientadas por outros ideais de desenvolvimento. Sobretudo o olhar aqui volta-se para as jovens que deixam a Vila do Céu dirigindo-se para viver na cidade e continuar os estudos. Logo procede-se a pesquisa utilizando-se o método da observação livre, entrevistas e conversas informais com os/as jovens. As repercussões da escolarização formal, da saída principalmente dessas jovens, estimuladas pela expectativa de melhoria das condições de vida através da escolarização, nas condições de existência de uma comunidade tradicional constitui a problemática central do work.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466432222_ARQUIVO_workABA.pdf

Apresentação Oral em GT

Demandas territoriais e relações institucionais: o caso da comunidade quilombola Lagoa dos Índios/Macapá/Amapá e os cenários possíveis de disputas e (ir)resoluções

Luciano Magnus de Araújo

As demandas territoriais compõem um contexto rico para observação, e muito mais quando essas demandas estão relacionadas a disputas de terras em comunidades tradicionais. A relação dessas comunidades com o aparato burocrático-institucional nem sempre se dá de maneira a resolver essas demandas e disputas. Em meio ao campo institucional subsistem certas particularidades em contribuir (ou emperrar) resoluções de situações-conflito; por outro lado, forças advindas de interesses representados pelo capital privado, cobiçoso

por potenciais econômicos mapeados nesses lugares de disputa. Nesse interim, estão as comunidades, que ocupam histórica e organicamente contextos territoriais. A presente proposta visa desenvolver um olhar mais detido sobre como as relações entre INCRA, IBAMA, IMAP, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Amapá tem acontecido. Relações complexas que destacam igualmente interesses de particulares (políticos, empresários, dentre atores sociais) e comunidades tradicionalmente ocupantes dessas territorialidades. A pesquisa irá, em princípio, se deter no estudo de caso da comunidade de Lagoa dos Índios, localizada no município de Macapá/Amapá (área urbana) como forma de construir um modelo de análise que possibilite, de maneira comparativa, tipificar as condições de disputa nas demais comunidades quilombolas do estado. Para a discussão teórica contamos com a contribuição de pesquisa de Bastos (2006), Silva (2012), Vargas e Bastos (2013), dentre outras fontes.

Apresentação Oral em GT

Os Indígenas Waiwai e os espaços de recordação e práticas interculturais: reflexões preliminares

Mariza de Oliveira Pinheiro, Bernardina Maria Juvenal Freire Oliveira

O artigo tem o objetivo de refletir sobre os espaços de recordação cultural e identitário Dos índios Waiwai originários do Estado de Roraima. Tece considerações acerca das práticas interculturais destes, no lócus urbano, especificamente no Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima. Os Waiwai são identificados como povo indígena oriundos da fronteira da região das Guianas, no Norte do Brasil. A língua é de raiz karib, possivelmente relacionada com o tronco tupi-guarani. A genealogia geográfica é proveniente de aldeias mistas e dispersas que habitavam as matas às margens dos rios Essequibo (Serra Acaraí na Guiana Inglesa), no Brasil, os rios: Mapuera, (Oriximiná, no Pará); Anauá, (afluente do Rio Branco), e o Jatapuzinho, (Caroebe em Roraima). A etnogênese corresponde a uma multiplicidade de grupos indígenas, além dos Waiwai, dentre eles, Paríkwoto, Tarumã, Mawayana, Xerew, Katwena, Tunayana, Cikyana e Karafawyana. As informações iniciais do povo waiwai são do século XVII com Harcourt, no ano de 1603, no século XVIII, com Sanders em 1721 e por Ijzermann em 1911. Posteriormente, outros estudiosos enveredaram pela região, como Schomburgk (1835 a 1843); Brown (1876; 1878) e Coudreau (1884). Na metade do século XX há o registro de explorações missionárias com a Unenvangelized Fields Mission que produziram grandes transformações nos costumes dos indígenas. A “conversão” protestante dos waiwai está caracterizada pela hegemonia religiosa até os dias atuais. No âmbito das práticas interculturais, há destaque para a área comercial e social abrangendo trocas intertribais de artefatos materiais. Conforme Freitas (2011), além das informações sobre a diversidade étnico-cultural e identitária é premente destacar aspectos importantes da educação indígena do povo waiwai. O Instituto Insikiran de formação Superior Indígena da Universidade de Roraima é protagonista no reconhecimento da diversidade social e cultural da região e tem papel fundamental na formação dos povos indígenas, e, sobretudo, tem a plena consciência da importância da educação destes, no desenvolvimento do Estado. Enfim, há uma distância e um lamento que entrelaçam os waiwai, as práticas interculturais e os espaços de recordação cultural e identitário, a serem desveladas. Para esse intento, utilizar-se-á como fundamento teórico-metodológico a etnografia e a etnologia sob os aportes conceituais de Lévi-Strauss, Castro e a literatura específica disponível sobre a temática.

Apresentação Oral em GT

Racismo: uma das “coisas de ser índio na cidade”

Michely Aline Jorge Espíndola

As abordagens antropológicas sobre a questão indígena assumem dimensões multifacetárias, todavia, o predomínio de estudar índios nas aldeias localizadas nas terras indígenas, demarcadas ou não, é uma das vertentes fortes da antropologia brasileira, seja para analisar aspectos culturais, ou para analisar a relação de



contato desses índios com o estado nacional. Nessa configuração, as questões de índios no contexto urbano também dentro da literatura antropológica passaram a ganhar destaque. Muitos têm sido os caminhos metodológicos, que ao final, independente das tendências, tem servido para aproximar áreas antes pouco comunicáveis, como os campos das etnologias e dos estudos urbanos. Nesse sentido, faço uma reflexão sobre a presença indígena no contexto urbano da cidade de Campo Grande-MS. O objetivo principal da pesquisa (realizada para o mestrado, 2013) foi fomentar uma discussão em torno de alguns eixos, dentre eles, juventude indígena - etnia Terena, política - movimento indígena - e racismo. Contudo, para o presente evento, através de algumas trajetórias de jovens terena, enfoco a problemática do racismo no contexto urbano de Campo Grande que, segundo meus interlocutores, é uma das “coisas de ser índio na cidade”. Estamos diante de um racismo de feição fenotípica (mas não só, também cultural), dentro do qual alguns sujeitos são imediatamente rotulados (Goffman, 1975) enquanto outros podem empreender jogos identitários, passando por não-índios em certos espaços públicos. Embora haja o racismo pela “aparência de índio”, ou seja, uma “categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico de exploração e exclusão” (Hall, 2003), e diversas formas de preconceito, a “transfiguração em bugre” (e em tudo o que isso significa), não é o resumo “típico” das trajetórias terena, pois cada um tem sua própria vivência do preconceito. Diante dessa violência que não é somente simbólica, várias são as estratégias utilizadas por esses indígenas para a ocupação do meio urbano e auto-defesa contra o racismo e a discriminação. Um exemplo é a negação da sua indianidade ou a reclusão em suas áreas de moradia. Importante lembrar que o racismo nesse contexto é pautado de imediato na percepção de uma aparência que é tida como a “de índio”, de “bugre”; e em um segundo momento, para o caso daqueles que não aparentam fenotipicamente uma indianidade, e que se afirmam como indígenas, o racismo se desloca da aparência física para a questão étnica, para a distinção cultural, quando agressões se expressam em ideias de que “o lugar do índio não é na cidade”, que índio é “preguiçoso”... Contudo, seja como for, o preconceito e o racismo não impedem que, de uma maneira ou de outra, os Terena conquistem espaços e façam usos dos equipamentos urbanos.

Apresentação Oral em GT

O Observatório dos Territórios Étnicos e os Desafios das Populações Tradicionais da Paraíba

Pablo Honorato Nascimento

Como se sabe, no universo das comunidades tradicionais, não é possível se pensar a discussão sobre a identidade cultural de forma desvinculada das relações sociais e políticas vividas pelas pessoas, tampouco sobre como tais relações se processam no âmbito do território por elas ocupado. Uma das marcas mais proeminentes dos conflitos rurais e urbanos observados nos últimos tempos é o fato de que o significado das disputas políticas por terra tem sofrido um deslocamento. Os conjuntos de crenças, concepções de mundo e representações que orientam a ação política dos sujeitos étnicos, à medida que se inserem na disputa política, assumem o caráter de disputa cultural pelo "controle dos significados". Há um processo de transição das representações atribuídas ao território, outrora pensado como fator de abastecimento econômico, que passa a se contorcer para um viés em que sobressaem seus sentidos identitários. As procissões, os lugares sagrados, personagens míticos, entidades espirituais, as lendas envolvendo os rios e as matas, as danças, as festas, as histórias, a poesia popular e até mesmo as superstições compõem seus patrimônios imateriais e apontam como território e cultura são dimensões intimamente atreladas. No cenário atual, vem se observando que a contestação à concentração fundiária tem passado a se revestir dos elementos étnico-raciais como critérios cruciais para a mobilização e luta pela implantação de políticas territoriais específicas. Os conflitos com os usineiros pela propriedade das terras potiguaras; a disputa dos tabajaras diante das destilarias e da canavicultura; o confronto da comunidade ribeirinha do Porto do Capim frente aos interesses empresariais por trás da intenção de remoção pelo prefeito; a luta dos quilombolas do litoral sul paraibano diante do paulatino avanço da especulação imobiliária; e a territorialidade fluida e andarilha dos ciganos de Condado,





Patos e Sousa são realidades que demonstram a diversidade de feições que o movimento a reclamar o respeito ao território tradicional assume no Estado. Diante desse quadro de conflito, entender como tais povos se relacionam com o espaço percebido enquanto território é compreender como eles recriam no cotidiano sua identidade. O Observatório dos Territórios Étnico assume o papel de produzir e divulgar conhecimento sobre tais realidades socioculturais, oferecendo indicadores que possam servir à construção de políticas públicas efetivas e sustentáveis, que tomam a vivência e a experiência social como base. Reconhecendo a relevância histórico-social das populações tradicionais, este projeto se articula à intenção de tentar redirecionar as escolhas políticas do Estado, no sentido de fomentar a resistência de tais povos em posse de seus territórios.

Apresentação Oral em GT

Arturos e o Território da Diferença: Organização Comunitária para Mediação e Desenvolvimento Local

Rachel Cristina de Oliveira

O work que aqui apresento é resultado de uma pesquisa realizada na Comunidade dos Arturos, em que busco descrever o modo como se organizam para o acesso a políticas públicas, tendo em vista o protagonismo que assume a cultura nas últimas décadas e a modificação dos limites entre cultura e economia. O que deslocou para o centro da agenda política governamental a necessidade de respeito e proteção da diversidade cultural. Abordo alguns marcos normativos das políticas identitárias, cujo discurso de reparação a grupos negligenciados se mistura ao discurso de garantia da diversidade cultural, fomentado por agências internacionais. Neste sentido, a Comunidade dos Arturos tem adquirido notoriedade nesse acesso em relação a outras comunidades, não só em função da forma como se organizam as lideranças para se protegerem de uma exposição excessiva, provocada pelo crescente interesse de atores diversos, como pela maneira como vem tentando capitalizar essa posição de destaque que adquiriram. A Comunidade dos Arturos está localizada no bairro Jardim Vera Cruz no município de Contagem/MG, região convergente de grandes indústrias desde a década de 1940. Seus membros, são descendentes de Arthur Camilo Silvério e Dona Carmelinda, que além da propriedade sítio Domingos Pereira, herdaram também a tradição do Reinado. A comunidade se urbanizou à medida que cresceu a cidade, guardando, no entanto, resquícios de uma vida rural pregressa. Ao longo do tempo, conquistaram os Arturos notoriedade tanto para outras comunidades como para órgãos estatais, tornando-se referência para a proposição de políticas quilombolas não só em Minas Gerais, como no Brasil. Neste sentido, para observar a agência de diferentes atores e instituições, acompanhei os registros municipal e estadual dos Arturos como Patrimônio Cultural Imaterial, que atualmente pauta internamente discussões acerca do plano de salvaguarda e da regularização fundiária. Observei que o aumento do protagonismo dos Arturos se deu a partir de suas próprias estruturas tradicionais, em que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem - elemento constituinte do Reinado – apresentou-se como uma oportunidade de fortalecimento de suas próprias lideranças e possibilidade de acesso às políticas, em função da sua adequação ao perfil jurídico exigido a proponentes de projetos em editais públicos. A Irmandade antes geridas por brancos, fiéis da igreja católica, passou a agir como mediadora da comunidade, passando a se integrar à família dos Arturos a partir da década de 1970. Embora ainda não fosse comandada pelos descendentes diretos de Seu Arthur, desempenhava um papel de proteção dos elementos sagrados de suas manifestações e apresentava, ainda, um perfil jurídico adequado para o acesso às políticas.

Pôster em GT

Da comunidade à Universidade: um estudo de caso sobre os estudantes quilombolas na Universidade Federal do Pará.

Samilys de Oliveira Saraiva

Por muito tempo o acesso às instituições Federais de Ensino restringiu-se majoritariamente à certas camadas sociais, estas eram sumariamente aquelas economicamente e socialmente bem sucedidas e possuidoras de um ensino pré universitário (Ensino Fundamental e Médio) bem alicerçado. Desta forma, instituiu-se políticas afirmativas que visam contribuir para que as camadas populares e as populações tradicionais que historicamente foram prejudicadas nesse processo de competição tenham acesso ao ensino superior, promovendo assim a igualdade de condições para o acesso e permanência deste alunos nesta instituição de ensino. Nesse sentido, o presente artigo versa sobre o processo de ingresso dos estudantes quilombolas no ensino superior na Universidade Federal do Pará pelo Processo Seletivo Especial (PSE), tendo como recorte temporal o ano de 2013, 2014 e 2015 afim de problematizar as principais questões que envolve o processo avaliativo dos mesmos bem como problemas outros que interferem nesse processo. Pautando-se na pesquisa documental e qualitativa como recurso metodológico, foram analisados os editais dos respectivos anos, dados do Centro de Indicadores Acadêmicos-CIAC da Ufpa e efetuadas duas entrevistas dentre estes estudantes, buscando entender como se dá as avaliações específicas para as comunidades quilombolas, descrevendo e analisando as duas etapas que envolve o processo avaliativo: a prova objetiva e a entrevista, sob a ótica do estudante quilombola. Também buscou-se traçar um quadro comparativo sobre a demanda de vagas ofertada e vagas efetivadas ao longo destes três anos, a buscando entender os fatores que levam à reprovação desses estudantes.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466471709_ARQUIVO_ABAPOSTERSAMILYS.pdf

Apresentação Oral em GT

Invisíveis, vulneráveis e empoderadas: As mulheres Guarani e a venda do artesanato no centro de Florianópolis

Sandra Carolina Portela Garcia, Não há coautores

Na cidade de Florianópolis (SC), existem diferentes maneiras em que a população indígena, que circula e permanece na região, apropria-se e se relaciona com o espaço urbano da cidade, desenvolvendo cotidianamente diversas atividades econômicas, de sociabilidade, etc. Nesta comunicação, e a partir de minhas experiências com as mulheres Guarani, que têm na produção e venda do artesanato uma forma contínua e contundente de se relacionar com a cidade, pretendo descrever algumas situações cotidianas, experiências, perspectivas, trajetos e discursos tecidos por elas sobre a cidade e seus habitantes. Como ponto de contraste, observaremos também como os não-índios que, de algum modo, mantêm algum tipo de relacionamento com elas — seja pelo reconhecimento seja pela rejeição — evidenciam uma série de perspectivas sobre a presença dessas mulheres que refletem “imagens” e noções do “índio”, que são permanentemente reforçadas, por exemplo, nas mídias locais e nos discursos políticos, e que trazem à tona a idéia do indígena como um ser culturalmente diferente (com ênfase no campo visual) e geograficamente distante, quando não inexistente na cidade de Florianópolis. No desenvolvimento deste texto, observa-se, pouco a pouco, como se torna paradoxal o fato de que, quanto mais a população local consegue “visualizar” e reconhecer a “indianidade” dessas mulheres, mais esse mesmo reconhecimento submerge-as em uma gama de situações, em que a ideia do “bom selvagem” e o “mau selvagem”, por assim dizer, confluem, se misturam, se encontram e desencontram, submetendo-as a vários preconceitos, nos quais sua presença termina sendo examinada como um problema, uma anomalia que deveria ser corrigida. De outro lado, e a partir da perspectiva das mulheres indígenas que circulam no local, observamos que há uma outra e vasta gama de leituras sobre o seu que fazer no centro da cidade, e aparecem uma série de objetivos e interesses que são perseguidos por elas a partir do desenvolvimento de estratégias que lhes permitem navegar entre as diferentes concepções e discursos que constantemente escutam dos “brancos”, que também circulam nos mesmos espaços. Nota-se, assim, sua capacidade de lidar com situações diferentes, de apropriar-se de estratégias para



reafirmar seu espaço e identidade, de atrair aquilo que tem sido incorporado do mundo dos juruá e que possui algum significado ou exerce um papel importante no cotidiano da sua vida nas aldeias, e finalmente, de empoderamento, ao conseguir negociar e lidar com a assimetria constante que pressupõe a situação de contato na qual se encontram em relação à sociedade envolvente que enfrentam todo dia, sentadas nas calçadas, expondo seu artesanato e esperando um troquinho.

Apresentação Oral em GT

Intercâmbio e comércio dos Palikur na cidade de Oiapoque

Tadeu Lopes Machado

Os Palikur estão em processo de contato com a cidade de Oiapoque, município brasileiro que faz fronteira com o Departamento Ultramarino da França – Guiana Francesa. Contudo, pelos dados histórico que temos acesso, esse povo indígena sempre se colocou em uma posição de hostilidade, sendo considerado arredo pela sociedade luso-brasileira, não se submetendo a sua imposição colonial e pós-colonial de nacionalização, preferindo estimular uma forte relação de intercâmbio e comércio com a Guiana Francesa. A partir do estabelecimento do Rio Oiapoque como marco legal de fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, em 1900, ambos países passaram a intervir com maior intensidade na região, procurando aprofundar as marcas de suas respectivas nações, estimulando uma nova dinâmica jurídica, política e econômica para o local. Nesse processo, os Palikur, marcados pela forte perseguição colonial portuguesa, entendiam que o governo brasileiro executava políticas impositivas, revestidas de um caráter pacífico, configuradas através da implantação de escolas e Postos Indígenas, que no final das contas buscavam “amansar” os Palikur para escravizá-los. Já a Guiana Francesa, segundo o entendimento do povo Palikur, oferecia políticas atrativas, fazendo com que vários indígenas migrassem para o território francês. Com a intervenção das políticas do SPI, implantadas na região de Oiapoque a partir da terceira década do século XX, os Palikur foram conduzidos a rever sua postura de distanciamento e passaram a estreitar os vínculos com a cidade de Oiapoque, símbolo da sociedade brasileira na região. Dentre esses vínculos, o intercâmbio comercial é um dos mais intensos e significativos. Nos dias atuais esse povo indígena transporta semanalmente os produtos cultivados em suas roças, principalmente a farinha de mandioca, para serem comercializados na cidade brasileira, mesmo entendendo que é mais vantajoso comercializar os produtos no lado francês, por questões do câmbio da moeda. Ao retornarem para suas aldeias, os Palikur levam consigo produtos industrializados da cidade para seu consumo rotineiro. A relação que os Palikur têm com os brasileiros na cidade de Oiapoque é estabelecida somente para suprir determinadas necessidades que esses indígenas apresentam. Atendimento médico-hospitalar, recebimento de proventos nos caixas do Bancos do Brasil e Caixa Econômica Federal, encontro de formação de lideranças religiosas, venda ou troca de seus produtos da aldeia: são os principais motivadores que levam os Palikur a visitarem Oiapoque com frequência. Contudo, os indígenas não se sentem à vontade no ambiente citadino. Percebendo que os não-indígenas os hostilizam com frequência, eles buscam agilizar a resolução de suas atividades para retornarem o mais rápido possível às suas aldeias.

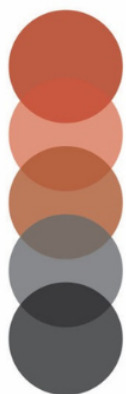
Palavras chave: Palikur; intercâmbio; comércio.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/598_2016-11-18.pdf

Apresentação Oral em GT

work e Migração em Matão-PB: entre o quilombo, o Rio de Janeiro e João Pessoa.

Vanessa Emanuelle de Souza



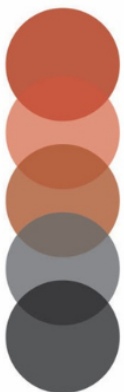
Esse work é fruto de uma relação de pesquisa que vem sendo desenvolvida desde 2008. Nosso objetivo é explorar as diferentes relações de work dos moradores de Matão com as cidades, relações que foram se transformando e se tornando essenciais para a sobrevivência do grupo e a permanência das pessoas na localidade. Para entendermos essas questões, buscamos realizar uma etnografia. Começamos com visitas periódicas ao campo que foram substituídas por estadias em momentos distintos, como férias escolares, festas juninas, para que as entrevistas dessem lugar a conversas cotidianas. Procuramos ouvir as memórias dos moradores, tentando entender como eles contam suas vidas e suas trajetórias. As leituras sobre história da região, migrações e etnicidade foram fundamentais na compreensão dos processos. Foi marcante na constituição de Matão o deslocamento de seus moradores para o Rio de Janeiro. Os relatos são de famílias inteiras que migraram, grupos de irmãos que se dividiram, criando a imagem de um Matão no Rio de Janeiro. As falas demonstram a ideia de reorganização do território e do sentimento de pertencimento através dos novos arranjos criados pela migração. O Rio de Janeiro representou uma extensão do lugar. A família, através das redes, se transformou. Essas migrações foram fundamentais para garantir o acesso a terra dos que ficaram. Em grupos numerosos de irmãos, permitiu que a terra herdada fosse viável e, com a ajuda financeira, trouxe melhorias, como a compra de equipamentos para o cultivo da terra. Atualmente a cidade de João Pessoa representa o principal local de work dos moradores. Os homens trabalham na construção civil e as mulheres trabalham como empregadas domésticas. São relações que desenvolvem representações distintas no lugar. O homem que trabalha fora é glorificado, são exaltadas suas lutas e sua disposição para prover as suas famílias. O work das mulheres, no entanto, é mais controverso. Indica a fragilidade da família em prover as necessidades, mas representa uma situação transitória que se encerrará com o casamento ou com um emprego novo e também desafios à manutenção de padrões de sociabilidade tradicionais. Os sentimentos de família e pertencimento e a permanência na terra foram profundamente marcados pelos movimentos de migrações para o Rio de Janeiro. A situação atual de work em João Pessoa permite a presença no lugar sempre aos fins de semana e feriados, essa relação de permanente deslocamento representa a alternativa de manter um convívio mais estreito, no entanto, permite a emergência de distintas visões de mundo, noções de moralidade, comportamento são questionadas. Matão é um grupo que se fala através do mundo do work e neste as relações com as cidades do Rio de Janeiro e João Pessoa são fundamentais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466474441_ARQUIVO_work_e_migracao_em_matao_vanessa_souza.pdf

GT 038: Interfaces contemporâneas dos estudos de rituais e performances

Os estudos contemporâneos de performance, em suas variadas perspectivas, vieram renovar o estudo antropológico dos rituais, articulando debates que têm configurado um modo profícuo de abordagem da natureza simbólica da experiência humana. O tema atravessa fronteiras internas à disciplina, percorrendo diversas áreas temáticas. Favorecendo a pluralidade da reflexão antropológica contemporânea, o GT pretende favorecer um debate profícuo entre perspectivas conceituais que perpassam diferentes áreas temáticas. Valoriza-se o enfoque etnográfico, diferentes estratégias e metodologias de pesquisa e análise que forneçam o acesso a novos prismas de interpretação dos processos sociais estudados. Interessa-nos especialmente a conjugação entre os estudos de rituais e performances e a abordagem etnográfica das formas expressivas – gêneros poético-musicais, danças, encenações, manipulação e fabrico de objetos e artefatos que se articulam e desarticulam no contexto de formas mais festivas ou mais cotidianas da prática social. Com enfoque comparativo entre perspectivas teórico-metodológicas, busca-se traçar os contornos das novas questões que perpassam esse campo de estudos.



João Miguel Manzolillo Sautchuk (Universidade de Brasília) e Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

"QUEM CASA QUER..?" Representações sobre casamento, parentesco e conjugalidade em contextos de ritualização e performance nupcial.

Breno Rodrigo de Oliveira Alencar, Carmem Izabel Rodrigues

A formação de uma parceria afetiva com objetivo conjugal é uma experiência de socialização que pode encontrar no noivado uma forma de manifestação ritualizada. Neste work procuramos discutir esta dimensão da vida social partindo de uma pesquisa de campo que reúne entrevistas com casais em diferentes etapas do noivado e o registro etnográfico realizado no âmbito de pastorais familiares católicas responsáveis por organizar o Encontro de Preparação para Vida Matrimonial nas cidades de Belém/PA e Teresina/PI. Os resultados obtidos com esta metodologia permitem afirmar que a experiência de socialização conjugal é orientada por uma ritualização polissêmica e performática que reúne, a um só tempo, uma dimensão prática - fortemente influenciada pelo desejo de aquisição da moradia - e uma dimensão simbólica - caracterizada pela bênção religiosa - cuja atuação revela diferentes estratégias de "navegação" de homens e mulheres. Em diálogo com Peirano, Segalen, Schechner e Tambiah discutimos como essas dimensões atualizam o debate acerca do imaginário sobre o casamento, o parentesco e a conjugalidade na interface com projetos e estilos de vida que são permanentemente tensionados por representações difusas sobre papéis em contextos urbanos e tradicionais.

Trabalho completo:

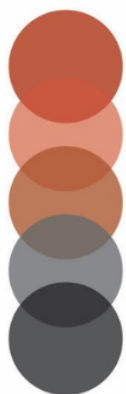
https://www.abant.org.br/files/1466464268_ARQUIVO_ArtigoCompletoBrenoCarmem.ABA.pdf

Pôster em GT

Importância social e performance dos músicos no contexto do desfile cívico em Rio Tinto - PB: um estudo de caso

Caio Nobre Lisboa

O presente work dedica-se a Bandas de Música e Fanfarras do Município de Rio Tinto – PB, a partir da interlocução com um músico integrante da Banda de Música Municipal Antônio Cruz e também instrutor da Fanfarras Antônia Luna Lisboa, de escola homônima da rede municipal de ensino. Intento esse que exigiu um aporte teórico interdisciplinar para sua compreensão: começando pelas imagens, uma de suas “protagonistas”, com ênfase no filme etnográfico e nas implicações que a Antropologia Visual tem para a Antropologia em geral; em seguida, com a Música e, mais geralmente, a Arte, apresentando-nos outras implicações relativas ao conhecimento da sociedade e das culturas, com um pé bem firme nos estudos de performance, levando em consideração autores como Victor Turner e, em especial, Richard Schechner. Um fundamento teórico assentado nas Memórias foi de grande relevância, incluindo ainda os estudos de Histórias de Vida e Etnobiografia. Meus objetivos residiram, em suma, em tentar expandir a percepção da música e daqueles nela envolvidos assumindo a existência de relações (muitas vezes conflituosas) que expressam âmbitos tanto individuais como socioculturais. Consequente do embasamento concebido, tive que igualmente me utilizar de uma metodologia na qual se entrecruzaram aspectos de outras metodologias, dentre as quais se destacam a observação participante (no sentido clássico), a observação diferida, a metodologia exploratória em Antropologia Visual e a história oral. Com resultados desde a obtenção de materiais audiovisuais filmados de performances musicais, destacando-se o desfile cívico-militar de Sete de Setembro da cidade – no momento presente da elaboração desse resumo, sendo transformados em filme para meu work



de Conclusão de Curso –, bem como transcrições de áudio de duas entrevistas de áudio-vídeo-elicitação, retornado ao interlocutor, e por fim, um work escrito orientado a um conhecimento e análise desse universo a mim apresentado da forma mais acurada e ética possível.

Apresentação Oral em GT

"Nem dito nem feito": dramaturgia, linguagem poética e performance na Companhia Brasileira de Teatro

Cauê Krüger

Análises bibliográficas sobre teatro, ritual e performance contam com obras clássicas tanto de orientação teatral (Artaud, 1999; Grotowski, 1992; Schechner, 1988; Taylor, 2013) quanto antropológica (Kuper, 1944; Leiris, 1958; Turner, 1982; Tambiah, 1996) e há, até mesmo, registros etnográficos nacionais sobre a concepção de “teatro ritual” e de processos ritualísticos no treinamento e na formação do ator (Castro, 1992; Mariz, 2007; Toledo, 2007). As características do teatro contemporâneo, entretanto, apresentam um interessante desafio à continuidade desta tradição: a ruptura com a representação de personagens, a diminuição da importância do treinamento do ator e as alterações da estrutura dramática (Lehmann, 2008; Ryngaert, 2013; Da Costa, 2009) estabelecem novas configurações cênicas que tendem a enfatizar a presença, a narrativa e a fala na construção da poética teatral, revelando maior ambiguidade e polissemia dramáticas em uma aproximação com a performance art. O presente work busca elencar afinidades e distanciamentos entre a noção antropológica de ritual e a ideia de teatro contemporâneo (Cavalcanti, 2015) com destaque para o uso ritual da linguagem, o emprego da reflexividade, a formação de um enunciador complexo e plural, bem como procedimentos de metalinguagem como teorizados por Carlo Severi (1992, 2002, 2008). Esta chave de interpretação dos dados provenientes de pesquisa etnográfica, em andamento desde 2013, junto à Companhia Brasileira de Teatro, permitirá ainda contribuições adicionais de John Austin, Richard Bauman, Dell Hymes e Paul Zumthor, em renovada interpretação antropológica das noções de encontro, dramaturgia e linguagem poética como apresentadas por uma das companhias teatrais de maior destaque no contexto brasileiro atual.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467333690_ARQUIVO_KrugerRBA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

As muitas faces de Cristo: uma reflexão sobre performance e ritual na Semana Santa

Edilson Sandro Pereira

Nesta apresentação, abordo a atuação dramática mantida por diferentes pessoas que, no contexto de celebração da Semana Santa em Ouro Preto (MG), assumem o papel de Jesus Cristo. A partir da análise etnográfica das dramatizações públicas protagonizadas por tais “atores” (com ou sem aspirações artísticas) e da observação das tensões que caracterizam a experiência de pôr em cena esse personagem sagrado, abordo as fronteiras que permitiram distinguir, segundo alguns moradores, entre o que seria próprio de um “ritual religioso” e o que caracterizaria um “puro teatro”. E, dentro desse cenário mais amplo, proponho uma reflexão sobre a variação dos efeitos da imitação cênica de Cristo, tanto para os performers quanto para os seus públicos.

Apresentação Oral em GT

Como compor a etnografia de um ritual - Música, dança e performance na Festa da Moça Nova dos índios Ticuna

Edson Tosta Matarezio Filho





Os Ticuna são uma população indígena de língua isolada, concertada principalmente no alto curso do rio Solimões (AM), tríplice fronteira do Brasil, Peru e Colômbia. O ritual mais importante para estes índios é a chamada Festa da Moça Nova, ritual de iniciação feminina. Trata-se de um rito realizado por ocasião da menarca das meninas, demanda uma longa preparação e culmina em três dias de festa. No último dia, as moças são retiradas da reclusão e têm seus cabelos arrancados. Meu foco nesta comunicação é o seguinte desafio metodológico com o qual tive que lidar em minha pesquisa de doutorado sobre a Festa da Moça Nova (Matarezio, 2015): como compor uma estratégia para etnografar e analisar algo tão complexo como um ritual? No âmbito deste desafio, compus a Festa que inventei – no sentido roy-wagneriano de invenção –, com a seguinte fórmula: 1) observação e participação, 2) etnografias de terceiros, e 3) relatos e exegeses. Temos aqui três elementos que colaboraram para a descrição e análise dos rituais, mas que isoladamente não são confiáveis. Deste modo, pretendo mostrar alguns exemplos de elementos do mencionado ritual que são melhor compreendidos quando – aliados as minhas observações das Festas que etnografei – incluem os comentários dos Ticuna sobre como devem ser e como eram as Festas, os dados etnográficos de outros pesquisadores que se debruçaram sobre o tema, abarcando também etnografias dos Ticuna do Peru e da Colômbia. Partindo desta estratégia, pude notar que alguns elementos que existiam apenas “antigamente” têm suas idas e vindas. Daí a importância de se ressaltar os elementos que, apesar de estarem em desuso atualmente, permanecem na memória das pessoas como característicos da Festa. Podemos dizer que os Ticuna possuem uma espécie de ethos messiânico – o que inclui movimentos messiânicos de fato. Existem ocasiões em que uma volta à “tradição” é aquecida pelos acontecimentos, especialmente em momentos de crise. Nestas ocasiões o saber ritual que estava hibernando na memória dos velhos vem à tona como uma diretriz para as ações. A expressão mais radical deste retorno à “tradição” é a ressurgência da Festa da Moça Nova em aldeias que já não o praticavam mais. Num grau menor, alguns elementos aparecem em determinadas execuções do ritual e não aparecem em outras. A liturgia e as “regras de funcionamento” do ritual de iniciação feminina dos Ticuna, portanto, possuem uma flutuação bastante grande. Muitas vezes, um “mestre de cerimônias” (üaũcü), que pode conhecer mais ou menos as “regras” antigas, coloca ênfase nestas “regras” que podem ser seguidas ou não. Em geral, quanto mais “regras” são lembradas e se consegue colocar elas em prática no ritual, mais a Festa é valorizada como “tradicional”, como faziam os antigos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1465682309_ARQUIVO_Paper30RBAEdsonMatarezio.pdf

Apresentação Oral em GT

“Entre índios de verdade e tradições de boniteza”: Tribos de Índios, identidades e performance no carnaval

Jessyca Barbosa Marins, Luciana de Oliveira Chianca

O presente work é fruto de uma reflexão acerca da manifestação carnavalesca conhecida como Tribos de Índio, na qual seus praticantes apresentam uma tribo, composta por indígenas com diversas atribuições: cacique, pajé, feiticeiro, caçador, curumins, espiões, invasores e contramestre, mas também personagens carnavalescos como porta-estandarte e músicos. Nossa pesquisa foi realizada através da observação direta da Tribo de Índio Guanabara (Mandacaru, João Pessoa/PB), num bairro que hoje concentra três das dez Tribos de Índio da cidade. Pautados em sua performance durante um grande desfile/concurso público oficial realizado na cidade por ocasião do Carnaval, em seus ensaios e em diversas situações cotidianas, buscamos apreender sua percepção sobre a própria identidade e as possibilidades políticas do reconhecimento extraordinário de uma identidade indígena cotidianamente encoberta. Percebemos ali o reforço de um estereótipo de “índio”, bastante sintonizado com o imaginário comum que distingue “índios de verdade” (portadores de sinais diacríticos específicos), e “índios de mentira”- aqueles que destacam esses sinais apenas em momentos especiais, como em processos reivindicatórios ou, neste caso, na festa. No entanto, como

expressão do patrimônio imaterial do bairro de Mandacaru, a Tribo de Índio Guanabara representa um recurso suplementar à visibilidade e ao reconhecimento de uma identidade urbana, trabalhadora e pobre (pois seus integrantes assim se reconhecem e afirmam), conciliando uma identidade negra- que lhes interpela cotidianamente- com outra, "perdida", que é preciso "resgatar", segundo suas próprias falas. Deste modo, eles recorrem a autoridades do "saber indígena"- reconhecidas localmente como fonte de informação e inspiração, e produzem uma síntese performática que envolve elementos de uma suposta tradicionalidade indígena, com elementos autóctones (como a Dança do Sapo e o ritual da Matança), englobando outros recursos musicais e dramáticos como seus imponentes Capacetes. Identificados como recursos técnicos e estéticos de outras linhagens culturais, estes últimos são valorizados em sua "tradição de boniteza", permitindo a elaboração de uma performance espetacular ao mesmo tempo conforme e original, sintetizando este falso paradoxo no desfile carnavalesco.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466458833_ARQUIVO_EntreindiosdeverdadeetradicoesdabonitezaartigoRBA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Performance, tempo e espaço em uma sequência ritual da Festa de Nossa Senhora do Rosário do Serro

Joana Ramalho Ortigão Corrêa

Proponho apresentar apontamentos etnográficos sobre a importância das dinâmicas de tempo e espaço no desenvolvimento de performances rituais da Festa de Nossa Senhora do Rosário do município do Serro (Minas Gerais), realizada anualmente no mês de julho. O Serro foi uma das primeiras cidades brasileiras a ter seu conjunto histórico e arquitetônico tombado, em 1938, pelo governo federal. A irmandade do Rosário do município, responsável pela festa, está dentre as mais antigas que se tem notícia no Brasil. Embora as narrativas históricas sobre a festa a associem à devoção de negros, tornou-se para os serranos de forma mais ampla um espaço privilegiado para a articulação de memórias e movimentação de relações sociais. Participam ativamente da festa grupos de dançantes conhecidos como Catopês, Marujos, Caboclos e Caixa de Assovios, que podem ser inscritos no que se convencionou como Congado Mineiro. São eles os principais responsáveis pela circulação da festa e seus elementos na paisagem da cidade. O calendário que envolve a preparação da festa tem início um ano e dois meses antes da semana festiva propriamente dita, com a eleição dos festeiros. A festa tem onze dias duração, envolvendo novenas, missas, procissões, cortejos dos dançantes e refeições coletivas. Pretendo abordar especificamente os fluxos temporais e movimentações espaciais que organizam as performances dos dançantes na sequência ritual do Primeiro Reinado, que se desenvolve durante o domingo principal da festa, no primeiro final de semana de julho.

Apresentação Oral em GT

Sobre mulheres brabas: ritual e apresentação entre os Arara de Rondônia

Júlia Otero dos Santos

Este work debruça-se sobre o Wayo at' Kanã, um ritual realizado pelos Arara de Rondônia, povo falante de Tupi-Ramarama e habitante da região do rio Machado. Traduzido como Festa do Jacaré, o mote principal do ritual é o assassinio da espécie jacaretinga por mulheres consideradas brabas, seguido por dança com o animal e seu consumo em forma de caldo por todos os participantes. Após alguns anos sem realizar essa festa, ela foi retomada em 2010 no escopo de um projeto de revitalização de práticas culturais. Do ponto de vista arara, a inserção do Wayo at' Kanã nesse novo contexto impõe uma série de transformações ao rito que repercutem





em sua execução e gera determinados efeitos. Entre as mudanças, destaco o caráter de apresentação que passa ser atribuído ao ritual, pois as pessoas dizem estar “apresentando a sua cultura”. O objetivo principal desse work é compreender as formulações araras acerca do caráter performativo da festa em um contexto interétnico em que a festa aparece como emblema de um povo. O ritual é entendido aqui como um espaço-tempo que possibilita a reunião das diferentes aldeias e a emergência de uma forma povo, raramente acionada no cotidiano, este marcado por uma sociabilidade familiar. Busca-se compreender como a ideia de apresentação – tomada enquanto conceito nativo e não enquanto falsificação com fins de manipulação de uma identidade étnica – imprime sua marca nas ações rituais bem como oferece uma interpretação nativa acerca dos poderes e sentidos da performance.

Apresentação Oral em GT

Análise músico-ritual do Pep-cahàc Ràmkôkamekra/Canela

Odair Giralдин, Ligia Raquel Rodrigues Soares

O Pep-cahàc é considerado pelos Ràmkôkamekra/Canela (povo Jê-Timbira) como o seu mais expressivo ritual. Trata-se de um ritual de iniciação e formação masculina, executado a intervalos de vários anos e cuja duração pode se estender a até dois anos (Crocker, 1990). Seu planejamento é sempre realizado atenciosa e ponderadamente pelos mais velhos (Proh-kam - conselho de anciãos) e por aqueles que estão à frente deste ritual (os promotores e responsáveis pelo mesmo). Desde 2014 temos acompanhado um ritual do Pep-cahàc iniciado naquele ano e cujo final está previsto para junho de 2016. Seja pela etnografia deste ritual em curso, ou pelas informações sobre os realizados anteriormente, observamos que se trata de um ritual minucioso e amplo de detalhes músico-performativos. O extenso repertório musical, registrado e analisado nesta etnografia, ocorreu ao longo de anos de work de campo (Soares, 2015). Foi possível registrar e catalogar a existência de 200 cantos que chamamos de sistema cancional Pep-cahàc. Os cantos são divididos em vários conjuntos. O conjunto cancional Pep-cahàc, é um gênero musical composto de 107 cantos noturnos performatizados na casa de reclusão dos jovens, executados por um cantor experiente, uma cantora igualmente experiente, duas meninas aprendizes que acompanham a cantora e também por todos os rapazes reclusos. Além desse, há ainda vinte e um outros conjuntos (com nomes específicos ligados aos detalhes músico-performativos aos quais estão relacionados), que reúnem os demais 93 cantos. Analisaremos neste paper o conjunto cancional Pep-cahàc, através de sua etnografia musical (Seeger, 2008) tratando da relação entre os cantos, a performance, corpo e cosmologia. Porque, para os Ràmkôkamekra/Canela, também se aplica a afirmação de Seeger de que *body movement is part of most musical performance in Lowland South America* (Seeger, 2015, p.40), além de considerar the importance of the emotions created through music and dance performances and the significance of space established through the movements of musicians and dancers through space (Idem, p.51). Para isso, lançamos mão dos conceitos de ritual como sistema cultural de comunicação (Tambiah, 1985) e também da performance musical (Seeger, 1977, 1980) para analisar o contexto de performance desta parte do ritual, para mostrar porque que eles estão fazendo aquilo daquela maneira (Seeger, 1980) quando performatizam esses cantos. Para isso, faz-se necessário estender a análise da performance para a noção de corpo e de sua construção pelos processos de reclusão e resguardos, bem como o contexto cosmológico através da noção nativa de *ajpên cate* (uma ideia de provocar um emparelhamento de diferentes corpos através de práticas adequadas de reclusão, resguardos e tratamentos profiláticos).

Palavras chave: Etnologia, ritual, música

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/844_2017-01-06.pdf

Apresentação Oral em GT



Vissungos, vissungar, vissungueiros. sentidos tradicionais e usos contemporâneos de um ritual fúnebre.

Oswaldo Giovannini Junior

Os cantos vissungos foram registrados na década de 1930 por Aires da Mata Machado em garimpos de diamantes em São João da Chapada, Diamantina, Minas Gerais. Os cantadores eram remanescentes de escravos que ainda cantavam alguns cantos em língua africana, ou “dialeto crioulo”, no work do garimpo, em festas religiosas, para carregar defunto, e em situações cotidianas, envolvendo uma “língua secreta” e também efeitos mágicos. Tornaram-se conhecidos dentro do Movimento Folclórico e emblemáticos da cultura afrobrasileira ganhando ressonância (Greenblat) para além do contexto onde foram originalmente criados. Analiso os cantos vissungos refletindo à luz da antropologia dos estudos de rituais (Mauss, Turner, Tambiah, Wilson), compreendo-os em sua produção local e em seus deslocamentos e suas diversas camadas de significações agregadas a eles nesses processos. O objetivo é compreender os cantos vissungos em seus sentidos tradicionais e em seus usos contemporâneos. Os símbolos rituais, os cantos, a linguagem e as metáforas comunicam algo aos homens e os instigam para a ação por eles e através deles e o fazem dentro de uma realidade social que lhes dá sentido. Os cantos rituais, organizando sentimentos e ações têm sua força na potência criativa de um cosmos, de um mundo habitado por seres humanos e não humanos em interação, classificados e concebidos de acordo com uma determinada ordem. A manipulação simbólica é necessária para o controle desta ordem, para manter as coisas no lugar ou manipulá-las de acordo com as necessidades de seus agentes, seja no sentido de alcançar uma cura ou provocar uma moléstia, de superar um conflito ou derrotar um inimigo, de criar laços de solidariedade ou provocar uma transformação na ordem social, de permitir a vinda de um novo rebento ou de controlar a ação da morte na vida dos homens, seja enfim para demonstrar poder diante de outros homens e classificar pessoas de acordo com papéis sociais. Nesse sentido compreendo os cantos vissungos, sejam eles cantados e significados como cantos de work, de levantamento de mastro, de louvor à santa dos escravos, sejam de saudação, de multa ou de carregar defunto, sejam também compreendidos como canto dos escravos ou como patrimônio cultural, língua com segredo ou contribuição do elemento negro para a cultura brasileira. Mesmo em seu processo de deslocamento social os cantos continuam carregando suas propriedades rituais e simbólicas e atuam na sociedade e no ânimo dos homens, provocando emoções, identidades, interações, integração ou tensão social, manutenção ou transformações na ordem social e cósmica, de acordo com o sentido que lhe são atribuídos aos que deles fazem uso.

Trabalho completo:

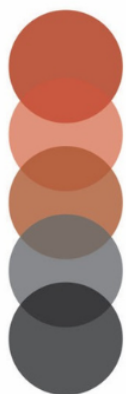
https://www.abant.org.br/files/1466442398_ARQUIVO_Vissungos,vissungar,vissungueiros_Anais30RBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Performances na finalização do ritual, a fuga e morte na brincadeira de boi.

Paula Layane Pereira de Sousa

O ritual é uma constante variável, pois depende de quem, como e quando é realizado. Significa ação e representação simbólica realizada por um grupo social e pode apresentar diferentes finalidades. O considerado ritual de bumba-meu-boi realizado por grupos formados muitas vezes por gerações familiares, como é o caso do grupo Imperador da Ilha da cidade de Teresina-PI, apresentam etapas de construção e efetivação da brincadeira que vão desde a preparação com ensaios, iniciação da brincadeira com o batizado, as apresentações, até a morte do boi (artefato). Antes da última etapa tem ainda a fuga do boi que junto a sua morte consolida o fim de mais um ano de brincadeira. Estas últimas duas etapas são também de fundamental importância devido a intensificação da relação existente entre a narrativa do boi e as



performance dos brincantes e a promoção do sentimento de pertencimento ao grupo, uma vez que brincantes de diferentes grupos também participam destes momentos. Sendo assim, este work tem como objetivo demonstrar a performance dos brincantes no ritual nas suas etapas finais uma vez que se intensifica a relação entre performance e narrativa, assim como o reforço dos papéis sociais. O work aqui apresentado é parte de uma pesquisa já finalizada que trata do ritual de bumba-meu-boi, e teve como método a etnografia, que permitiu a vivência e busca pelas relações e simbologias referentes ao ritual do bumba-meu-boi. Sendo assim, evidenciou-se que o grupo vive e transforma sua realidade a partir da brincadeira, principalmente na últimas duas etapas que concretizam e finalizam o ritual.

Palavras chave: Bumba-meu-boi. Ritual. Performance.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/387_2018-07-11.pdf

Apresentação Oral em GT

“Fogo no beco que o beco está escuro!” – A confecção dos fogos de artifício em Estância - SE

Priscila Soares Silva

Taboca retirada, cortada, lixada, enrolada e bitolada. Preparação da pólvora: pisar salito, o enxofre e a cachaça. Pisados carvão e pólvora, junto com a limaia são embarrados ou colocados com muita atenção e cuidado, um a um na taboca. Plásticos coloridos: amarelo, vermelho, verde e azul; cortados e pregados, são enfeite da boca de fogo. Materiais frágeis e perigosos. work corporal envolvendo mãos firmes e calejadas, braços fortes e olhar atento. Eis o longo processo de fabricação dos fogos de artifício – espada, busca-pé e barco de fogo - cheio de detalhes e cuidados que começa tão logo se inicia o ano, antes em fundos de quintais e hoje em casas de fabricação de fogos. Tudo preparado para os trinta dias de Festejos Juninos da cidade de Estância – SE, festa que possui como atração principal os shows pirotécnicos e valoriza a dimensão lúdica baseada em brincadeiras, desafios, riscos, medo, espanto e admiração. Destaco nesta comunicação a etnografia da arte de fazer fogos de artifício, saber-fazer que se utiliza de técnicas corporais transmitidas pela tradição local. E, elejo os estudos da performance como enfoque no patrimônio cultural intangível para análise deste processo ritual. No contexto dos bastidores festivo a produção dos fogos de artifício permite demonstrar como o destaque de artefatos culturais provoca mudanças no ofício de seus produtores, da esfera lúdica para a esfera do work, a partir de mecanismos de regulação do ritual do Pisa Pólvora e da soltura dos fogos de artifício nas ruas da cidade. Enquanto nas apresentações públicas estes artefatos tornam-se, no plano simbólico, objeto de diferenciação e tematização da festa, ícones representativos da cidade sendo úteis nas propagandas e lucrativos em sua produção. Assim, os fogos de artifício remetem às lembranças de um passado recente ou distante, são produzidos e consumidos em momentos performáticos com base no espetáculo e tornam-se indispensáveis na construção da memória coletiva da cidade e de cada participante da festa.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466389923_ARQUIVO_Fogonobecoqueobecoestaescuro-PriscilaSilva.pdf

Apresentação Oral em GT

Drama, ritual e festa: gênero e sexualidade em performance no São João de Belém – Pará.

Rafael da Silva Noletto

Os concursos de quadrilha, que caracterizam e animam os festejos juninos, são marcados por performances dançadas cujos enredos giram em torno de noções corporificadas de ruralidade, conjugalidade, religiosidade e sexualidade. Pressupondo que dramas sociais estão conectados a dramas estéticos, entende-se que as



coreografias juninas encenam a resolução de um drama social de atribuição de paternidade. Dessa maneira, a celebração de um casamento surge como ação reparadora do drama instaurado, resultando na inserção de mulheres e homens em um sistema de relações de parentesco. Entretanto, nos concursos de quadrilha de Belém (Pará), financiados pelos poderes públicos, há uma expressiva participação de homossexuais, travestis, transexuais e transgêneros, que desestabilizam, no plano estético, a divisão coreográfica binária entre damas e cavalheiros e, no plano simbólico/social, as concepções tradicionais sobre conjugalidade heterossexual. Com base em work de campo realizado em concursos juninos, objetiva-se discutir a articulação das noções antropológicas de ritual, drama social, festa e performance aos debates sobre gênero e sexualidade em um contexto de produção de cultura popular."

Palavras chave: ritual, festa, sexualidade

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/210_2016-11-24.pdf

Apresentação Oral em GT

As festas populares na Amazônia: os fluxos entre os grupos de dança das cidades de Manaus (AM), Parintins (AM) e Santarém (PA)

Socorro de Souza Batalha, Deise Lucy Oliveira Montardo – PPGAS/UFAM

O artigo apresenta apontamentos iniciais de uma pesquisa sobre os fluxos e práticas dos grupos de dança Wãnkõ Caçaueré, da cidade de Manaus (AM); Garantido Show, da cidade de Parintins (AM) e Festa do Carimbó, da cidade de Santarém (PA). A construção de parcerias e trocas entre os festivais amazônicos, sempre foi comum, uma vez que grupos de brincantes e dirigentes se deslocavam para participarem de outras festividades. Atualmente esses fluxos têm ganhado novas configurações, nas quais ocorrem negociações, disputas de poder e reconhecimentos performáticos. Dentro desse processo de circulação se destacam o Festival Folclórico do Amazonas, Festival Folclórico de Parintins e Festival dos Botos de Santarém, por contratarem e receberem grupos de dança. O estudo tem se delineado no acompanhamento do grupo de Dança Wãnkõ Caçaueré em suas apresentações na cidade Manaus e fechamentos de contratos com as Associações Folclóricas do Boi-Bumbá Garantido de Parintins, do Boi-Bumbá Corre campo de Manaus e do Boto Tucuxi de Santarém. Há um amplo destaque para os grupos que se apresentam, mas para que isto aconteça, há dentro dos bastidores disputas entre as equipes de dança. Portanto, existe uma concorrência e consequente seleção para a contratação de quem irá se apresentar, visto que não se trata de um grupo fixo para todos os espetáculos, mas sim um fluxo de complementaridade. Ao acompanhar os percursos dos agentes em diferentes festivais folclóricos é possível perceber as formas de organização dos grupos e os sistemas que são estabelecidos e, portanto, suas alianças e parcerias.

Apresentação Oral em GT

A bateria "nota dez" da escola de samba Balanço do Morro: se for pra "chupar sangue", é melhor pedir "arrego"

Valdemiro Severiano Filho, Valdemiro Severiano Filho Luiz Assunção

O presente work tem como proposta compreender a dupla dimensão da "bateria" de uma escola de samba que, enquanto ação coletiva, por um lado, é força integradora e mobilizadora de participantes e brincantes, constituindo uma opção de lazer, festa e diversão, e, por outro, consiste num work organizado e árduo, que exige técnica e dedicação, com uma finalidade específica: sair vitorioso. Pretende-se refletir o aspecto performático da bateria, que envolve não somente o componente percussivo da música, mas a atuação, a dança e o canto, exigidos e ensaiados exaustivamente. A análise sociocultural da qual partimos, buscando

interpretar a teia de significações em que estão imersos puxadores, diretores e ritmistas, é fruto da pesquisa etnográfica, por meio de observação participante nos ensaios realizados pela bateria da agremiação “Balanço do Morro” e entrevistas semiestruturadas com seus participantes. Na preparação para o desfile das escolas de samba de Natal/RN há inúmeros processos artístico-culturais que perpassam por dois eixos, compondo a totalidade carnavalesca: o “visual” e o “samba” (CAVALCANTI, 1994). Neste contexto, a “bateria”, enquanto um dos principais elementos do “samba” de uma escola, ocupa uma centralidade na dimensão agonística deste universo cultural, que, embora seja uma forma inclusiva e aberta de expressão, exige-se responsabilidade e comprometimento, para assegurar o sonhado “dez” na apuração. A performance da escola de samba depende, assim, sobremaneira da “bateria”, havendo uma única chance, que pode funcionar ou não. Este elemento artístico-sonoro tem um caráter ritual e dramático que permeia todo o universo carnavalesco e da cultura popular, sobretudo, por se tratar de um quesito formal do desfile e, de acordo com o regulamento, o primeiro critério de desempate. Pelo papel ocupado no desfile e pelo caráter coletivo como prática geradora de sociabilidade que permite uma leitura do cotidiano mergulhado em diálogos e tensões, verifica-se a relevância de compreender, através da presente pesquisa, este aspecto musical (ou do “samba”) da escola de samba. Assim, se for pra ficar “chupando sangue”, é melhor “arregar”, porque a “Balanço do Morro” é nota dez na bateria.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466437138_ARQUIVO_SEVERIANOFILHO,ASSUNCAO.ABATERIA_NOTA10DAESCOLADESAMBABALANCODOMORRO.pdf

GT 039: Manifestações políticas religiosas e seculares: outro olhar sobre as ruas brasileiras

Desde junho de 2013, pensar sobre as manifestações políticas nas ruas das cidades brasileiras voltou a ser uma questão crucial para abordagens sobre o Brasil contemporâneo. Tais manifestações constituem-se em eventos complexos, formados por agenciamentos integrados a partir de posições políticas, midiáticas, econômicas, jurídicas, educacionais, de gênero e sexualidade, dentre outras. A proposta deste GT é reunir trabalhos informados etnograficamente sobre estes eventos públicos de caráter reivindicatório, centralmente aqueles em que as fronteiras entre o religioso e o secular e suas contínuas formações e transformações foram relevantes. Seja por uma suposta “invasão” do religioso em cenas políticas tomadas prioritariamente como seculares; seja pela ação organizada de grupos religiosos específicos em “marchas” e “caminhadas” que buscam firmemente o aumento de sua visibilidade no espaço público urbano; seja por ações que se opõem à maior visibilidade pública da religião. O objetivo é compreender tanto as especificidades quanto as semelhanças de cada uma delas, ampliando o entendimento sobre as modificações na forma cívica brasileira.

Carlos Eduardo Valente Dullo (Departamento de Antropologia/UFRGS) e Carly Barboza Machado (UFRRJ) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

A rua como local da caridade: os agenciamentos político-religiosos de familiares vítimas da violência urbana

Amanda Gomes Pereira

Ao escolher a rua como espaço privilegiado de suas ações sociais, voltadas para a promoção da caridade e do perdão, o grupo espírita de familiares de vítimas da violência urbana "Amor Além da Vida" movimentava

uma gramática emocional que torna público sentimentos privados de elaboração do luto. Nesse espaço de trânsito, esses pais e mães fazem transitar suas articulações morais e emocionais empreendidas como estratégias para promoção de um projeto de "Cultura da Paz" intimamente vinculado a uma adesão subjetiva a linguagem da paz. Ao mesmo tempo, os agenciamentos promovidos por esse grupo destacam um abandono das metáforas e linguagens da guerra como mediação de suas relações cotidianas. As intervenções no espaço público realizadas por esse projeto espírita, através do exercício da caridade para com os moradores de rua da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, se relacionam com as estratégias desse grupo de superação da dor e da perda, assim como demonstram as operações realizadas por esses pais e mães para habitarem os espaços de dor, resignificando-os através de uma descida ao cotidiano (DAS, 2011). Essas operações e estratégias, que acompanhei durante pesquisa de campo para elaboração de tese de doutorado, serão apresentadas neste artigo. Nesse sentido, a rua torna-se espaço de movimentação das emoções e de ações político-religiosas que acionam possibilidades de habitar a metrópole carioca.

Apresentação Oral em GT

“Crimes sexuais” e “extermínio da juventude”: um estudo sobre regimes de (in)visibilidade do sofrimento em favelas de Fortaleza

Ana Paula Luna Sales

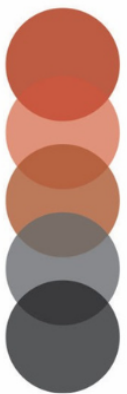
Neste artigo proponho analisar como eventos recentes ligados ao governo da violência letal contra jovens negros e pobres, incluindo iniciativas de pacificação dos “traficantes” e chacinas atribuídas à polícia, acontecidos em Fortaleza nos últimos meses interpelam certos sujeitos das ações de enfrentamento a crimes sexuais nesta cidade. Através da pesquisa de doutorado "Desejo, “vulnerabilidade” e agência: políticas de enfrentamento a crimes sexuais e seus efeitos nos mercados do sexo em Fortaleza", orientada por Adriana Piscitelli, acompanho os grupos missionários Sociedade da Redenção (católico) e Missão Iris (evangélico) em suas ações nas favelas do Pirambu e do Oitão Preto, respectivamente. Apesar de o interesse principal de tais grupos em relação às mulheres e meninas atendidas se constituir no enfrentamento a crimes sexuais, a etnografia realizada com missionárias/os e moradoras/es da favela tem demonstrado que os relatos femininos de sofrimento mais frequentes nesses contextos são ligados à morte de entes queridos por assassinato e ao luto incompleto ou irresolúvel dessas mortes que não são reconhecidas como perdas, tal como elaborado por Judith Butler. A partir desse quadro busco desenvolver nesse artigo considerações sobre como, nas atuações missionárias católicas e evangélicas voltadas para mulheres e meninas nessas favelas fortalezenses, certos sofrimentos são ressaltados e construídos enquanto problemas sociais enquanto outros são assimilados como cotidianos e inelutáveis. Proponho compreender os elementos da cartografia moral que, segundo Carly Machado, determina os sujeitos do sofrimento, assim como o contexto no qual este pode ser vivido, observando, por um lado, a construção do Ceará como espaço emblemático de crimes sexuais face à indústria transnacional do resgate e, por outro, as noções específicas de vítima, crime e violência elaboradas pelos grupos religiosos em estudo. A partir destes elementos, analiso como gênero, sexualidade, raça, classe, idade e nacionalidade se intersectam nas conceptualizações e ações missionárias cristãs em favelas de Fortaleza, constituindo regimes de (in)visibilidade do sofrimento nesses espaços.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467159137_ARQUIVO_Crimessexuais.pdf

Apresentação Oral em GT

Movimento social e movimento evangélico na "Ocupação do Glória", Uberlândia - MG

Claudia Wolff Swatowski, Luciano Senna Peres Barbosa



Esta apresentação trata da relação entre a composição de um movimento social pela moradia e o movimento evangélico. Partindo de uma pesquisa em andamento na chamada “Ocupação do Glória” em Uberlândia, analisamos como a demanda pelo direito à moradia se entrelaça a uma leitura evangélica. Trata-se de examinar como o movimento evangélico, ao agenciar um discurso capaz de ressignificar moralmente a figura do “invasor” e o ato de “invadir”, contribui para o estabelecimento das condições de possibilidade das ocupações no espaço urbano. Ademais, analisamos como os modos de atuação das igrejas evangélicas na “Ocupação do Glória” ora se compõe, ora se opõe, a outras modalidades de intervenção neste espaço, sejam elas estatais ou não.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466469012_ARQUIVO_PaperClaudiaLucianoRBA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

As subjetividades políticas dos crentes pentecostais: a igreja de Malafaia nos protestos em Brasília.

Cleonardo Gil de Barros Mauricio Junior

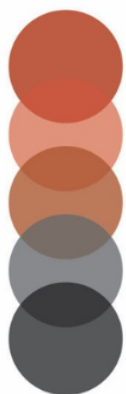
Este artigo traz as primeiras reflexões de minha tese de doutorado, cujo objetivo é investigar os modos pelos quais são constituídas as subjetividades políticas dos crentes pentecostais. Em outras palavras, tenho buscado compreender como se dá a formação do ethos político pentecostal, mais especificamente dos fieis envolvidos em controvérsias públicas. A percepção a respeito da postura política dos crentes pentecostais tem sido extraída do debate público que coloca em lados opostos o “ativismo conservador evangélico” (nas palavras de Maria das Dores Machado) e os movimentos sociais como o LGBT e feminista. Diante deste cenário, as igrejas pentecostais têm sido consideradas os principais entraves à consolidação de direitos, e muitos de seus líderes, pastores com poderio midiático ou detentores de mandatos políticos eletivos, são acusados de induzir os fieis a assumirem posturas intolerantes. Se a chamada bancada evangélica e os líderes pentecostais tornaram-se alvo de works recentes, várias perguntas sobre a formação política dos crentes ordinários, por sua vez, ficam sem resposta: Que instituições, que não a igreja, servem como instâncias de subjetivação política para estes fieis? Em que medida eles replicam a performance política de seus líderes? Os níveis de adesão à igreja influenciam em suas aptidões políticas? Meu work tem como objetivo preencher esta lacuna, investigando o que entendo ser uma das principais instâncias da constituição das subjetividades políticas dos fieis pentecostais: os grandes eventos de cunho político promovidos por suas igrejas. Esta modalidade de evento político-religioso parece ser inaugurada pelo pastor Silas Malafaia, figura paradigmática nos embates aqui citados, na ocasião da “Manifestação Pacífica em Brasília” (em junho de 2013), organizada para fazer frente ao que chamava de “ativismo gay” e pressionar pela reprovação da PL 122/2006 (que visava instituir o crime de homofobia no Brasil). Continuando com as manifestações políticas e, desta feita, fazendo coro com as recentes reivindicações pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, Malafaia, no fim de semana dos protestos de 13 de Março, inaugura sua primeira igreja em Brasília e convoca os fieis a juntarem-se à passeata naquela cidade. Além disso, marca outro protesto para o mês de Maio, o “Ato profético em favor do Brasil”. Este, organizado exclusivamente por líderes evangélicos capitaneados pelo próprio Malafaia. É a partir, portanto, do work de campo na inauguração da igreja de Malafaia em Brasília, bem como acompanhando os membros de sua igreja nos referidos protestos que pretendo investigar os modos de constituição das subjetividades políticas dos crentes pentecostais, dando ênfase à performance ritualizada nestes eventos de grande proporção.

Apresentação Oral em GT

Às ruas, entre o sagrado e o secular: Novas vozes e atores na sociedade contemporânea.

Daniele de Jesus Oliveira





A Avenida Paulista, em São Paulo, palco de diversas manifestações, protagonizou no dia 07 de junho de 2015, um episódio que acirrou a polêmica entre segmentos religiosos conservadores e os movimentos sociais ligados aos grupos LGBTs, e apoiadores dos Direitos Humanos. O motivo da controvérsia foi a encenação da crucificação de Jesus, pela atriz Viviany Belebony, num dos trios elétricos que atravessam a Avenida. Com ampla divulgação nas redes sociais, imediatamente, líderes religiosos como Silas Malafaia, Deputado Marco Feliciano, Dom Odilo Scherer e outros se manifestaram contrários, alegando afronta aos princípios religiosos e intolerância por parte da organização da Parada Gay. A partir daí, se estabeleceram dois campos de forças bem definidos, de um lado os grupos seculares (GLBTs) e de outro os religiosos de diferentes denominações, porém os religiosos em questão, compõem um segmento que atualmente transita entre o sagrado e o secular, com expressiva representação política nas esferas do poder nacional, o que por si só mostra como é tênue a linha entre o secular e o religioso na sociedade contemporânea, contrariando assim algumas teses da infalibilidade do processo secular, onde supõem-se que a religião perdeu poder de influência no espaço público. E Nesse sentido, percebe-se que, às ruas nos últimos anos com suas manifestações seculares e religiosas, emergiram como lugar fundamental para a sociedade expôr seus sentimentos e posições políticas, culturais, econômicas. Levando-nos a pensar sobre a análise de Damatta (1997) sobre a gramática das ruas em oposição a da casa, onde a primeira se relaciona a individualidade, desordem, malandragem, enquanto a segunda cabe à ideia de um lugar moralizante, de familiaridade e hospitalidade, quase que uma espécie de ordem cósmica dada por Deus. Deste modo, é possível ver que às ruas com suas vozes, aqui, no caso da parada gay representa na visão dos religiosos a oposição da casa, pois estes consideram os grupos LGBTs libertinos que destroem a instituição família e seus preceitos a medida em que não correspondem aos ensinamentos religiosamente orientado; por seu turno as minorias LGBTs, se defendem alegando que os segmentos religiosos não respeitam as diferenças de pensamento, gênero e outras que compõem a sociedade. Assim, o work pretende analisar o papel das ruas na formação dos movimentos sociais brasileiros, em especial os de cunho de gênero e políticos, bem como as manifestações religiosas (Marcha para Jesus, Shows Gospel) que se valem das ruas para divulgar suas crenças e concepções sobre assuntos de ordem religiosa, mas que erodiram a fronteira do sagrado retomando os espaços públicos, configurando uma sociedade onde secular e religioso estão em constante disputa.

Apresentação Oral em GT

Descrição sobre igrejas no modelo de células, uma análise antropológica.

Diego Darlison dos Santos Sousa

Os pentecostais e a forma pela qual expressam e arregimentam fiéis para suas denominações, apontam para uma possível forma de compreender a tomada de espaços políticos por grupos evangélicos. O recente “modelo de células” adotado por algumas dessas igrejas, dentre essas a Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ) baseia seus princípios na “batalha espiritual” como tomadas de espaço (casas, Congresso). Representam uma forma eficiente de dominar através da “crença” e expressam o “desejo” proselitista dos grupos globalizantes e retomam a discursão no entorno da secularização e dessecularização do mundo moderno. O work foi desenvolvido através de entrevistas informais, visitas a bibliografia da IEQ, três entrevistas formais (suficiente para nos demonstra a infelicidade dessa escolha) acompanhada de observação participante a encontros, promovidos pela Igreja nos anos de 2014 2015. Tais aspectos complementares adotados na “visão celular”. Forma de organização por células; e um carácter “revolucionário” dado pela fé, através de “atos proféticos”. Tomados como monadas de Tarde (2007) e células assumidas como tal, exemplificam o estar no mundo em suas diferentes formas. Tal modelo de células consiste basicamente em reuniões com liturgia diferenciada quando são realizadas nas casas dos fiéis e com objetivo explícito: esta matriz se reproduzir para outras casas. “Células”, grupo pequeno de pessoas, que reúnem-se uma vez por semana na casa de um membro e submetem-se a uma “congregação”. Uma das marcas desse work (Andrade

2010) são os “atos proféticos” enquanto ocupação de espaços pela igreja, iniciando nas casas dos seus membros e expandindo se até as assembleias legislativas. Tornando visível suas ações através de “batalhas espirituais”, exemplo maior disto em nossa opinião, são as “marchas para Jesus”. Em meio à disputa eleitoral do ano de 2014 quando acompanhei várias reuniões na cidade de Santarém (PA) demoninadas pelos organizadores de "arregimentação política" , Nessas reuniões pude verificar quais táticas seriam utilizadas para a conquista de voto para os dois representantes da igreja no estado do Pará. Na candidatura a deputado estadual pastor/deputado Martinho Carmona, primeiro vice-presidente da convenção estadual, e para deputado federal o pastor Pr. Josué Bengtson. No presente work tentarei demonstra as continuidades entre o projeto político partidário e o modelo de células.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/30rba_760_00000449_100704.pdf

Apresentação Oral em GT

Rainha do Céu, da Terra e do estado do Paraná: A Festa de Nossa Senhora do Rocio

Edmar Antonio Brostulim

O presente work intenciona discutir as relações entre agentes religiosos e públicos em torno da Festa de Nossa Senhora do Rocio, padroeira oficial do Paraná; festa que é considerada um dos maiores eventos católicos do país. A programação da festa, que inclui eventos religiosos e profanos e é organizada e financiada pelas empresas portuárias da cidade de Paranaguá, onde se localiza o santuário mariano, que mobiliza romeiros, fiéis e turistas de todo o país na primeira quinzena de novembro. A partir dos conceitos de devoção e controvérsia pública, buscar-se á compreender as articulações entre os religiosos, fiéis, agentes públicos e empresas privadas em torno da santa, seja no financiamento da festa ou ainda na disputa pelo espaço onde se localiza o santuário, a zona portuária de Paranaguá. Intentando perceber as negociações entre os devotos, não-devotos e a santa, torna-se relevante perceber como as agências se mobilizam, ora para interesses distintos, ora para os mesmos interesses. Neste sentido, a partir da experiência de campo acompanhando a festa e a programação de missas e romarias do santuário como voluntário da pastoral do turismo, busca-se detalhar a compreensão do fenômeno religioso a partir das relações que estabelece com outros.

Apresentação Oral em GT

In hoc signo vincens: a formação religiosa da iconografia secular pública no Brasil

Evandro de Sousa Bonfim

O objetivo da apresentação é analisar o uso de imagéticas religiosas em demandas por maior laicidade do Estado brasileiro, principalmente por instâncias consideradas não religiosas ou seculares como movimentos sociais (LGBT, feministas, defensores direito dos animais, dentre outros) em manifestações recentes no espaço público brasileiro. A intenção é explorar o aparente paradoxo de mobilização da imagética religiosa pública com o intuito declarado pelos próprios agentes secularizantes de denunciar a presença indevida de elementos religiosos na sociedade civil, como nos casos das formulações de leis e mesmo ações de intolerância religiosa. Se levará em conta, sobretudo, os "deslizamentos de sentido" entre imagens religiosas e seculares, buscando estabelecer as referências para a intericonicidade existente na configuração de uma iconografia secular das manifestações públicas laicizantes no Brasil contemporâneo

Apresentação Oral em GT

Gritos contra a violência em defesa da terra: etnografia de mobilizações coletivas no contexto de conflitos agrários e ambientais no sul e sudeste do Pará





Igor Rolemberg Gois Machado

A partir de uma etnografia sobre conflitos agrários na região do sul e sudeste do Pará, pude acompanhar manifestações coletivas de denúncia contra atos de violência (assassinatos e agressões) dos quais são vítimas trabalhadores rurais, pequenos agricultores, e lideranças de suas organizações. Diferentes atores, tais como associações, sindicatos, movimentos sociais, ONGs, pastorais sociais, familiares das vítimas, participam dessas mobilizações. A imbricação do "religioso" com o "político" está presente em muitas dessas situações que visam tornar público o caráter violento dos conflitos. A análise do repertório dessas ações coletivas, em termos de narração, retórica e dramaturgia, nos ajuda a perceber a combinação desses dois elementos. A adoção de uma perspectiva histórica junto ao método etnográfico, é fundamental para compreender essa imbricação. Os discursos e meios de ação de que dispõem os atores para denunciar a violência e fazer reivindicações têm uma história. No conjunto das mobilizações, diferentes temporalidades se entrecruzam, e elas se manifestam nas diferentes causas defendidas, desde as mais "modernas" como a proteção ao meio-ambiente, até outras como a repartição das terras, que é ainda marcada por uma visão "religiosa" do mundo, compartilhada por muitos dos migrantes e seus descendentes que vieram ocupar a região. Trata-se de argumentos e justificações que têm origens distintas no tempo e implicam diferentes regimes de ação. Vale notar também que a organização de muitos movimentos políticos e populares na região foram influenciados pela presença de um forte work de base de pastorais sociais, durante muitos anos. Tomando como ponto de partida a análise de algumas das mobilizações que aí ocorrem com periodicidade, tais como o ato em memória do "Massacre de Eldorado dos Carajás" e o ato em memória a José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo (lideranças assassinadas em maio de 2011), o artigo visa descrever como a articulação de diferentes elementos, que poderiam ser categorizados como "religiosos" e "políticos" se combinam, e, mais além, como é problemático analiticamente trabalhar com tais categorias. O objetivo é também de submeter à análise antropológica temas clássicos dos estudos políticos, como construção de problemas públicos, formas de engajamento e participação em ações coletivas.

Apresentação Oral em GT

Se estiver na política, fique "longe" da igreja : controvérsias nas disputas eleitorais paraibanas de 2014

Maria Isabel Pia dos Santos, Dilaine Soares Sampaio

Nas eleições paraibanas de 2014, uma das controvérsias provocadas se deu pelo posicionamento da Arquidiocese da Paraíba com a publicação de uma nota normativa em que assumia, dentre outras questões polêmicas, uma posição contrária a participação de clérigos em disputas eleitorais a cargos eletivos. No entanto, eles continuaram a pleitear tais cargos mesmo sujeitos a suspensão do "exercício religioso". A partir disso, observa-se o imbricamento do "campo" religioso e político no processo eleitoral. As controvérsias se ampliaram com a publicação da "Cartilha Eleições 2014" por esta arquidiocese, na medida em que demonstra a proximidade inexorável entre política e religião, pois através dela, o voto opera como via de valores morais e éticos cristãos, defendidos e estimulados pela Igreja junto a seus fiéis e, simultaneamente, instigando neles um "exercício político" em que suas decisões de voto em determinados candidatos levem em consideração as posturas que apresentam quando confrontados com temas relacionados à vida e à família. Diante disto, esta pesquisa tem a finalidade de investigar, partindo de uma perspectiva socioantropológica, as controvérsias no "campo" político e religioso paraibano nas eleições de 2014, focando as trajetórias cruzadas dos atores em disputa, que transitam entre a religião e a política, reconfigurando tanto o "campo" religioso como o "campo" político.

Apresentação Oral em GT

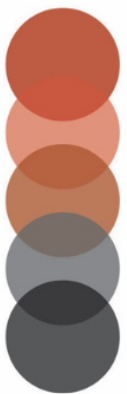
As manifestações do pacífico: "evangélicos" e "cidadania" na Marcha para Jesus

Raquel Sant'Ana da Silva

Embora o protestantismo brasileiro seja marcado pela heterogeneidade, é possível verificar, juntamente com o recente processo de redemocratização, uma disputa pela representatividade dos “evangélicos” na esfera pública ganhar forma. Além de uma unidade de atuação parlamentar em torno de pautas comuns, a consolidação de uma indústria cultural “gospel” permitiu a circulação de diversos produtos midiáticos que constituíram um repertório comum aos adeptos das diferentes denominações evangélicas, seus simpatizantes e opositores. Neste work analiso as implicações desse processo de construção de um repertório identitário “evangélico” em disputas por projetos de “cidadania”. Para isso, analiso o caso da “Marcha para Jesus”, um evento público de visibilidade evangélica organizado pelos setores mais poderosos da indústria cultural e da política parlamentar evangélica brasileira. A “Marcha” ocorre anualmente em diversos municípios e consiste em grandes caminhadas por locais centrais da cidade, acompanhadas por músicas evangélicas entoadas em alto som pela multidão. A fruição do evento é organizada sob a lógica da “batalha espiritual”/ teologia do domínio, segundo a qual, o diabo teria responsabilidade pelas mazelas sociais. Na Marcha para Jesus, esse repertório vem se combinando a uma concepção específica de cidadania em que ser cidadão seria atuar nessa “batalha”, não apenas em oração, mas na efetiva ocupação do espaço público. Analiso material coletado em observações participantes realizadas nas edições de 2013 do evento nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nessas edições, ocorridas em um ano de grandes manifestações de rua no Brasil, verificou-se a um esforço de diferenciação entre a manifestação pacífica, que seria própria dos que “manifestam a paz de Cristo” e os atos contra o aumento das tarifas de transporte público daquele ano. Os desdobramentos do conceito de performance na noção de “performatividade” permitem analisar a mobilização inseparável de dimensões que nossa bibliografia costuma dividir como política, religião e mídia. Percebemos que o entoar das músicas, o “declarar”, “profetizar”, orar, ou mesmo o pisar sobre um determinado local se tornam a própria performance de uma “cidadania evangélica”. Cidadania conquistada em uma guerra contra “principados e potestades” que seria a “manifestação pacífica do amor de Deus”, em toda a sua polissemia.

GT 040: Marcadores sociais em diálogo: gênero, sexualidade, idade/geração e o curso da vida

A pesquisa em gênero e sexualidade vem se consolidando na Antropologia brasileira motivada pela visibilidade que discussões envolvendo temas como aborto, reprodução, práticas contraceptivas, violência sexual e direitos LGBT ganharam nos últimos anos. Soma-se a isso a interlocução intensa entre antropólogos e ativistas advindos dos movimentos de defesa de direitos sexuais e reprodutivos. As relações de gênero e sexualidade são perpassadas pelos chamados marcadores sociais da diferença, que produzem cenários marcados por desigualdades, hierarquizações e normatividades. Dentre eles, podemos citar aqueles ligados à idade e/ou geração, à cor/ “raça”/ etnicidade e à classe social, tornando urgente uma discussão que insira esses estudos no debate mais amplo sobre interseccionalidades. Dessa forma, este GT tem por objetivo discutir pesquisas que versem sobre tais entrelaçamentos, em especial aqueles que abordem as associações entre gênero, sexualidade, idade/geração e curso da vida. O grupo pretende ser um espaço para o reconhecimento da multiplicidade de modos de vida que compõem o contemporâneo e que fazem a densidade de nosso tempo, buscando compreender de que maneira momentos da vida como “infância”, “juventude”, “meia-idade”, “envelhecimento”, etc. se entrecruzam com os debates sobre gênero e sexualidade, percebendo tais interseccionalidades como uma dimensão privilegiada na qual se visibilizam as mais recentes transformações subjetivas, sociais e culturais.



Gustavo Santa Roza Saggese (Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo) e Raphael Bispo dos Santos (UFJF) - **Coordenação**

Carlos Eduardo Henning (UFG - Universidade Federal de Goiás) - **Debatedor/a**

Apresentação Oral em GT

O que os homens trazem para, e levam do, feminismo? Uma análise situada sobre gênero e geração no feminismo brasileiro

Fátima Regina Almeida de Freitas, Eliane Gonçalves (doutora em Ciências Sociais, professora da Universidade Federal de Goiás)

O feminismo - movimento social, teoria do conhecimento, práxis, modo de vida – qualquer que seja a centralidade concedida aos seus sentidos e significados, está diretamente associado às mulheres enquanto sujeito histórico e agente de suas lutas, sujeito este não unificado, mas pluralizado. No entanto, o debate sobre se o feminismo deveria se abrir à participação dos homens e qual seria o seu papel na ação feminista é antigo e não isento de muitas fricções e tensões. Rever este debate à luz de pesquisa empírica realizada com homens autodeclarados feministas no feminismo brasileiro é a proposta deste artigo que analisa a intersecção entre gênero e geração do ponto de vista da ação de homens feministas mais do que dos estudos sobre masculinidades. Atenta ao entrelaçamento entre gênero, raça, classe, geração, sexualidade e região, esta proposta pretende articular, tanto quanto possível, esses marcadores. Temos por objetivo refletir sobre como o feminismo afeta/ensina os homens, a partir de três lugares/atuações ou experiências – o work direto em ONGs feministas; a participação em Núcleos/grupos de estudos e pesquisas sobre gênero e sexualidade de Universidades, cadastrados no CNPq com linhas de pesquisa autodenominadas feministas; a participação em cursos de formação feministas oferecidos por grupos e instituições a partir de processos seletivos. Algumas perguntas norteiam o estudo: O que as experiências de exposição ao feminismo, de mais curta ou longa duração produzem em termos de subjetivação nos homens? O eles levam do feminismo para suas respectivas áreas de atuação? Quais as mudanças possíveis a partir deste contato? O que vem pautando a ação de homens feministas no cenário brasileiro? O que estes homens podem ensinar a outros homens? Como pensar sobre as mudanças no feminismo a partir da presença de homens nesses debates? Quais as principais tensões enunciadas por homens e mulheres acerca de suas posições de sujeitos no feminismo?

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466469444_ARQUIVO_Oqueoshomenstrazempara,elevamdo,feminismo.pdf

Apresentação Oral em GT

Casamentos Instáveis para Mulheres estáveis

Gerliani de Oliveira Mendes

Este work é um trecho da etnografia da comunidade da Grota dos Puris que explora e sugere algumas possibilidades de analisar o parentesco pela agência feminina, valorizando sua margem de autonomia dentro das relações de gênero e poder. Para ressignificar a ideia de instabilidade conjugal, comumente atribuída às classes populares, proponho uma reflexão que considera que mulheres que já chefiaram família, com ausência de figura masculina na unidade doméstica, priorizam sua estabilidade (financeira, emocional, sexual e de autonomia), antes da solidez conjugal. Apresento como estas mulheres subvertem o valor da consanguinidade nas relações com a prole e os recasamentos, como a igualdade entre as crianças é prezada pela comunidade e outros enfrentamentos de autonomia feminina dentro de um quadro em que sua participação na manutenção doméstica é intensa. Os dados apresentam uma organização feminina, entre



cumadres, vizinhas e parentes, que busca dar conta dos cuidados com as crianças e do apoio material pela dádiva, principal tema de pesquisa da etnografia.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466173563_ARQUIVO_artigoRBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Afeto e Proteção: cenas de um casamento nada usual

Gilson Goulart Carrijo, Flavia do Bonsucesso Teixeira

Esta apresentação propõe, entre imagens e palavras, discutir os deslocamentos possíveis entre gênero, sexualidade e conjugalidades a partir da cerimônia de casamento entre duas travestis no sul do Brasil. O embaralhamento das normas pode ser identificado nas expressões de espanto dos responsáveis pela cerimônia, nos flagrantes durante a festa, na notícia do jornal local e nos relatos das recém-casadas no dia posterior ao mesmo. Tomar essas cenas e (re)traduzi-las em imagens para a apresentação pode ser uma estratégia para afetar outras pessoas e produzir novas sensibilidades sobre o universo travesti.

Pôster em GT

Homens trans: Um olhar sobre a construção de subjetividades e masculinidades

Marina Mantovani Rodrigues de Castro, Moisés Lopes

Título: Homens trans: Um olhar sobre a construção de subjetividades e masculinidades. Numa sociedade onde os corpos gritam, as identidades se escondem e as violências se multiplicam, encontramos pessoas que escalam muros altos de preconceitos, invisibilidade e luta. Neste emaranhado de privações, os homens trans buscam construir suas subjetividades e enfrentam um embate cotidiano pelo reconhecimento de suas identidades diante de amplas imposições sociais e políticas que constroem múltiplos padrões de masculinidades vinculadas a mídia de massa, ao esporte, a saúde, dentro da família, na educação. Entendendo que as subjetividades desses sujeitos não permeiam apenas o universo de masculinidades, mas também as múltiplas feminilidades, a classe social, raça/etnia, faixa etária, territorialidade, entre outros aspectos, voltamos nossos olhares em direção a compreensão da construção de subjetividades, linguagens e corporalidades masculinas que perpassam a vida e o universo simbólico e material dessas pessoas. A partir de reflexões levantas por Connell sobre masculinidade hegemônica e de algumas críticas subsequentes aos conceitos por ele descritos, é possível indagar: Quem concretamente representa a masculinidade hegemônica? Como identificar os aspectos hegemônicos de masculinidades que se multiplicam em cada contexto? Definir esse conceito requer atenção e cuidado para que não sejam analisados num viés essencialista, simplesmente naturalizando comportamentos ditos recorrentes e não nos atentando para os diversos grupos sociais que se consolidam nos territórios urbano e rural, e como a masculinidade se expressa nesses locais. Talvez mais do que pensar num modelo de comportamentos, linguagens e símbolos hegemônicos, seja interessante analisar como as diversas masculinidades podem estar, em seus mais distintos contextos - sociais, de etnia, de classe, orientação sexual -, vinculadas a uma imagem de poder que estrutura uma relação hierárquica a partir de um binarismo de gênero. Os homens trans efetivamente apresentam trajetórias de vida muito diferentes de outros homens? No contexto dessa pesquisa, as entrevistas de história de vida associadas a observação participante serão os métodos que guiarão nosso olhar e o arcabouço teórico dessa pesquisa, suscitando, conjuntamente com esses sujeitos, questões acerca dos processos de subjetivação e identidade desses, tentando compreender o conjunto de significados dados às suas masculinidades.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466475663_ARQUIVO_textocompletoRBA-MarinaMantovani.pdf



Apresentação Oral em GT

As mudanças de geração no mercado do sexo de Belo Horizonte

Marina Veiga França, Lilian Tatiana de Barros Vieira

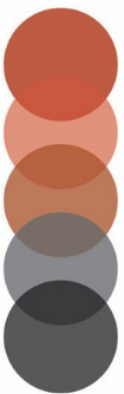
Com o objetivo de pesquisar mudanças de perfis nas novas gerações de prostitutas que trabalham na zona boêmia, em boates e pela Internet em Belo Horizonte, pretendemos aprofundar a análise de mudanças geracionais e os perfis das novas trabalhadoras na última década. Tal pesquisa se baseia em estudos já realizados, na convivência e participação em projetos na Associação de Prostitutas de Minas Gerais e em novas idas a campo. Interessa-nos explorar as distintas trajetórias, projetos e desejos de jovens mulheres cisgênero, e investigar continuidades e mudanças no aumento do número de prostitutas universitárias ou com nível superior. Entre as veteranas, grande maioria são mães e priorizam a criação de seus filhos e filhas. Entre as novas gerações, existem muitas mulheres que também são mães e há mulheres solteiras. Há particularidades no modo de estas jovens mulheres trabalharem e de organizarem sua vida, que passam muitas vezes pela busca na prostituição de sua sobrevivência e o investimento em suas carreiras. Os espaços estão em constante mudança (Lave, 1991; 2011), ao mesmo tempo em que guardam modos de fazer, saberes e práticas das gerações mais antigas. Deve-se considerar inclusive a importância da transmissão de conhecimentos de veteranas a novatas no work do sexo. As diferenças no mercado do sexo em Belo Horizonte também devem ser consideradas, pois sua organização, clientela e profissionais se alteram de um local para outro, mesmo se há circulação entre alguns deles. A prostituição reproduz hierarquias sociais. Na zona boêmia, hotéis mais caros, com melhor infra-estrutura, são ocupados principalmente por mulheres jovens, de pele mais clara e dentro dos padrões estéticos socialmente valorizados, e têm maior frequência de estudantes universitárias. Mesmo assim, há neles diversidade de perfis sócio-econômicos, “raciais”, educacionais e geracionais. Nos hotéis mais baratos, essa diversidade se acentua, com maior quantidade de mulheres acima de quarenta anos, mulheres negras e mulheres com sobrepeso. Como aponta Wendy Chapkins (1997), diferenças de classe e status não apenas dividem os lugares ocupados pelas trabalhadoras no comércio do sexo, como criam distintas experiências, inclusive em relação ao valor e respeito com que são tratadas. Nas transformações das gerações de trabalhadoras e da própria prática da prostituição estão envolvidas mudanças econômicas, políticas, de gênero e sexualidade do mundo ao redor, assim como articulam-se classe, geração, gênero e “raça”.

Apresentação Oral em GT

Até o soslaio girar – Entre vulnerabilidade e cuidado: disposição de discursos em torno de população em situação de rua e envelhecimento

Natalia Negretti

Entre diversos crescimentos e expansão, os estudos de gênero têm se desenvolvido, cada vez mais, no que concerne a gestão de populações e interseccionalidades. O envelhecimento populacional e a “rueirização” populacional tiveram destaques em distintos momentos históricos e ambos foram abarcados pelo interesse público sob o ponto de vista da saúde incisivamente ao longo dos anos. É interessante que, quando entrecruzados, essa dupla pode continuar paralela ou virar uma especificidade que ainda assim se apresenta heterogênea. Quando juntos, esses “temas” ganham densidade, mesmo mantendo a singularidade de seus campos de reflexão. A partir de uma pesquisa de doutorado em início, que se debruça neste cruzamento aliado a questão-observação de trânsito de institucionalizações, tais como prisão e centros de acolhida, esta proposta de apresentação prevê dados preliminares de pesquisa bibliográfica no que tange ao cruzamento dos temas população “em situação de rua” e população “idosa” ou, ainda, “em situação de envelhecimento” a partir dos marcadores sociais da diferença. Assim como os estudos e abordagens do envelhecimento



apresentam uma construção histórica e representam uma luta do campo saber-poder (FOUCAULT, 1982) a partir dos anos 1970 (DEBERT, 1999; PEIXOTO, 1998), ganhando novos contornos, a origem do significante de terceira idade (BIRMAN, 2013) e de população em situação de rua, neste mesmo período, também foi transformada. Aliados ao levantamento bibliográfico, buscar-se-ia ter como campo deste work, um conjunto de discursos. Em torno dos a perspectiva de gênero como base para as análises focadas em um conjunto de páginas, sites e notícias frente ao público, nominalmente divididos em homens e mulheres, em torno de instituições gerenciadoras de centros de acolhida para população idosa em situação de rua (conveniadas com a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social do Município de São Paulo) em contraste com, através dos mesmos veículos de informação e construção, Institutos de Longa Permanência para idosos (ILPI), Centros-Dia e Casas de Repouso particulares. Tais comparações intencionam uma perspectiva de classe social, além de possibilidade de reflexão e problematização de limites entre as esferas público e privada e de dois termos comumente ligados aos dois temas: enquanto vulnerabilidade é frequentemente ligado à situação de rua, cuidado é ligado à velhice e envelhecimento. A ideia é nos atentarmos às rupturas e continuidades no conjunto dos discursos a partir da perspectiva de gênero, que solicita atenção a outros marcadores distintivos em e para tais públicos, sob e sobre políticas sociais e lutas discursivas.

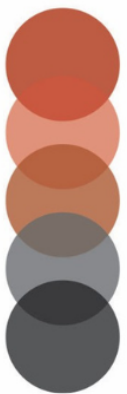
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467215114_ARQUIVO_Doc1.pdf

Apresentação Oral em GT

“Vai ter viado se beijando, sim!”: Sexualidade, política e juventude em uma escola pública federal do Rio de Janeiro

Paula Alegria Bento,

Para alguns, dois anos depois, 2013 não havia acabado; desabrochava num tempo não-linear, como as flores de uma primavera que jamais cessou. Enquanto me dedicava à pesquisa, protestos borbulhavam por todo Brasil. Em 2015, porém, partidos e sindicatos tentavam dar nome à legião, outrora indiferenciada e disforme. O país dava uma guinada “à direita”, por uma oposição recheada de conservadorismos e extremismos, e lideranças políticas/sociais se integravam publicamente aos manifestantes, em um gesto de unificar as vozes, por ambos os lados. Ao mesmo tempo, a “Marcha das Vadias” ou a ocupação dos alunos nas escolas em SP não apontavam para um “mocinho”, pró ou anti-governo, embora identificassem também velhos “vilões”. Coletivamente, abriam-se ao “respirável”, ao “desejo de rua”, ao ensejar de “situações de encontro ou fricção”; contavam eles com eles próprios, mais no abrir-se ao que estava em vias de ser e menos ao fim político-partidário antecipado pelas suas reivindicações. Seguindo o vibrar das ruas, como os alunos paulistas, eu ocupava uma escola pública, no Rio. Interessavam-me as motivações para jovens, que não se deixavam envelopar sob a capa do reconhecível - “não é só pelos 20 centavos!”, “não tem partido!” -, transitar também por entre identidades de gênero e práticas sexuais; o caráter tão fluido quanto dinâmico destas singularidades encontrava um movimento político que, tal como ele, me escaparia por entre os dedos e não me permitiria nomear sob a prisma de velhos conceitos. Na escola, encontrei um entrelaçar com a política de forma direta pelas ações do grêmio, “frentes” e “coletivos” feministas e LGBTs. Buscava desfazer as fronteiras “dentro/fora”, “macro/micro”, para pensá-las em co-influência. Costuravam-se tramas em todo canto do colégio capazes de ultrapassar os seus muros e ativar a sua relação com o mundo, atualizando as interações com o país e a cidade, como numa construção de realidade vulnerável. Nesta perspectiva, as lutas pela afirmação de identidades sexuais minoritárias e as suas reinvenções lançavam luz sobre uma cena juvenil de ressignificações e novas apropriações, no interior de uma dinâmica crescente da produção de discursos conservadores e hierarquizantes. Assim, tanto afirmar-se lésbica/gay/bi/homossexual quanto aliar-se a uma “performatividade queer” significava instaurar uma força política. Pelas destabilizações das categorias de identidade, pautadas na fluidez de quem rejeita estereótipos “impermeáveis” ou pela citação do que seria um insulto (“viado”, “sapatão”, “vadia”), uma onda contemporânea propunha a abertura de brechas para a



produção e a afirmação de subjetividades e o deslocamento (ou a “confusão”) das posições de enunciação hegemônicas que uma palavra ou um comportamento outrora poderiam provocar.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466454169_ARQUIVO_PaulaAlegria_workCompleto_ABA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Jovens vadias e o sujeito do feminismo contemporâneo - Reflexões em fluxo sobre corpo, gênero, idade/geração e outros marcadores da diferença na Marcha das Vadias de Goiânia/GO

Paula Nogueira Pires Batista

Esta proposta tem o objetivo de debater alguns aspectos de interseções entre corpo, gênero, idade/geração, sexualidade, “raça”, entre outros possíveis marcadores da diferença, presentes na Marcha das Vadias de Goiânia/GO. Tal marcha, que representa uma expressão do movimento feminista contemporâneo, é o campo a partir do qual realizo minha pesquisa em âmbito de mestrado, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Eduardo Henning (PPGAS/UFG), financiada pela Capes. Aqui, busco refletir sobre questões pautadas por autoras como Gomes e Pinto (2011), que envolvem aspectos relacionados a como jovens feministas recusariam certa forma de organização política que não se sensibilizaria à mudança geracional, questionando hierarquias e um “adultocentrismo” no feminismo. Em referência às “jovens feministas”, assumo uma visão do curso da vida pós-moderno (Debert, 2010), ou seja, sem a necessária alusão fixa a um grupo etário. Segundo Debert, a juventude passa a ser entendida também como uma etapa da vida marcada pelo dinamismo e criatividade - características que acredito fazerem-se presentes de maneira relevante nesta forma de manifestação política, na qual o corpo toma centralidade e é constantemente politizado. Por outro lado, haveria críticas de feministas de gerações anteriores, alusivas tanto ao termo “vadias” quanto a um suposto caráter despolitizado da marcha. No que tange a relevância local – considerando que a Marcha das Vadias surgiu no Canadá em 2011 e desde então “viajou” para pelo menos 15 países, com chegada ao sul e realização em mais de 20 cidades brasileiras - acredito que a marcha goiana seja especialmente frutífera para algumas reflexões, uma vez que apresenta, enquanto movimento, um trajeto atravessado pelos dois cenários que Gomes e Sorj (2014), a partir de análise da Marcha das Vadias no Rio de Janeiro, sugerem como em curso nos dilemas internos do feminismo contemporâneo. O primeiro deles seria a afirmação política pela oposição identitária, cuja expressão se daria no campo teórico com o conceito de interseccionalidade; o segundo, com o reconhecimento das diferenças tendo como objetivo a política de coalizão, expresso pela teoria queer. Sobre a oposição identitária, este cenário seria expresso na marcha goiana pela mudança de seu nome, em 2014, para “Marcha das Libertas”, ocasionada por reflexões sobre críticas oriundas principalmente do feminismo negro, com a questão: quem poderia de fato se reivindicar “vadia” como ato revolucionário?, marcando a diferença. Já em 2015, com o retorno a “Marcha das Vadias”, defendido inclusive por feministas negras da marcha, sugere-se a busca pela coalizão, com a possibilidade de abertura do sujeito do feminismo – e o questionamento de sua estabilidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466477804_ARQUIVO_RBA-GT40-PAULANOGUEIRAPIRESBATISTA.pdf

Apresentação Oral em GT

O ENUDS na interseção entre movimento estudantil, movimento LGBT e "academia"

Stephanie Pereira de Lima

Este work é resultado da pesquisa realizada durante o mestrado cujo objetivo centrou-se na descrição da trajetória do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDS) e na análise das



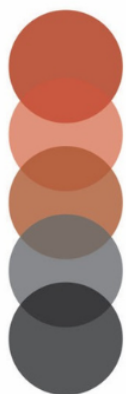
transformações dos sujeitos que o constroem e o compõem. Nesse cenário, as disputas com o movimento estudantil, o distanciamento e crítica ao movimento LGBT, a aproximação com a “academia”, as aproximações e tensões com outros movimentos sociais, a relação com a universidade, bem como a entrada de novos sujeitos, a experiência controlada e direcionada a partir dos ideais de liberdade são os componentes essenciais que permeiam a realização das doze edições do Encontro. A trajetória sócio-antropológica do ENUDS possibilitou observar o quanto são tênues e flexíveis os limites e linhas de demarcação entre “academia” e movimento social. O processo de transformação de cada edição apresentou o ENUDS como um complexo espaço político relacional e contextual. Ou seja, as formas de organização do Encontro, que aparecem a cada edição, através dos grupos e coletivos, são resultados da interconexão com os atores sociais que o precedem: movimento estudantil, movimento LGBT e academia. Assim, a trajetória do Encontro mostrou como que em diferentes contextos históricos são criados modelos de diferenciação e demarcação em relação a certos “outros”. Tais diferenciações se manifestam de inúmeras formas e sua análise orienta-se a partir de determinadas categorias que emergiram no campo. Com isso, a proposta deste work é analisar estas categorias que surgem no campo, como “estudantil/universitário”; “ativista/militante”; “grupo/coletivo”; “institucionalizado/não-institucionalizado” e “horizontalidade”. Através desta análise, o work vai explorar os processos de diferenciação do ENUDS, que se estruturam, principalmente, no nível geracional, em relação aos três atores sociais de maior relevância neste espaço: movimento LGBT; movimento estudantil e a “academia”. Seguir as categorias que surgem no ENUDS é, nesse sentido, o caminho escolhido para compreender este campo empírico, que ora se apresenta como “estudantil”, ora como “militante”, ora como “acadêmico”, ou mesmo, como certa mistura de todas estas categorias. Pelo fato de algumas dessas categorias existirem no campo político e no campo científico, para além do ENUDS, seu estudo também possibilitará analisar sua incidência em outros espaços, de modo a trazer uma contribuição de aprofundamento dos conceitos. Por fim, busca-se elucidar quais seriam os modelos de formação e organização do fazer política e fazer-se como sujeito político deste e neste espaço.

Apresentação Oral em GT

“Adolescentes LGBT” e o confronto de moralidades em relação ao gênero e a sexualidade nas políticas públicas brasileiras: negociações para a construção da possibilidade de ser e estar

Vanessa Jorge Leite

O presente work é um fragmento de pesquisa que se desenvolveu a partir da identificação de uma trama de atores, discursos e jogos de poder no cenário brasileiro contemporâneo, na constituição de uma nova categoria social para as políticas públicas brasileiras, os “adolescentes LGBT”. O processo de construção desse “adolescente LGBT” está articulado a um processo mais amplo de constituição dessa nova população denominada “LGBT”, como sujeitos de direitos para o conjunto de atores que configuram o Estado brasileiro – na sua multiplicidade e contradições. A construção dessa nova categoria social se dá a partir do entrecruzamento de vários atores e múltiplas concepções e moralidades em relação à sexualidade e ao gênero, articuladas a questões ligadas a forma como os jovens são vistos e tratados pelo mundo adulto. Tendo como um dos campos empíricos os Centros de Cidadania LGBT do Estado do Rio de Janeiro (CCLGBT), serviços governamentais previstos no Programa Rio sem Homofobia, a pesquisa reflete sobre o conjunto de discursos e atores institucionais que interpelam e são acionados pelos Centros, a partir das demandas trazidas e/ou relacionadas aos adolescentes. A grande parte dos adolescentes que acessaram os Centros o fez por estar vivendo problemas familiares, seja com pais ou mães, mas também com outros familiares e ainda a vizinhança. Em relação às instituições públicas, a escola é o lócus de maior incidência de problemas, que vão desde as discriminações cotidianas vindas de colegas, com a silenciosa convivência de professores e gestores, ou ainda com ações discriminatórias mais diretas desses profissionais. Há histórias de problemas enfrentados em abrigos para adolescentes e as dificuldades enfrentadas no diálogo com Conselhos Tutelares. Em relação



às unidades de saúde, elas apareceram a partir do grande número de adolescentes trans que acessaram os Centros e não havia possibilidade de encaminhamento para acompanhamento em uma unidade de saúde. Há um certo entendimento comum nos CCLGBT que a adolescência LGBT ainda é, hegemonicamente, uma impossibilidade nas instituições. A partir das histórias desses jovens, o work busca contribuir com a reflexão sobre como diferentes instituições e políticas públicas vêm lidando, na sua ação cotidiana, com os experimentos sexuais e de gênero dos adolescentes. Limite complexo, intimamente ligado ao estatuto de sujeito dessa categoria social. A diversidade sexual e de gênero é uma realidade na vida de um sem número de adolescentes. E eles vêm confrontando uma série de valores morais e convenções no cotidiano de suas vidas e fazendo negociações várias com as instituições com que se relacionam, para garantir uma existência possível, mesmo que tal existência seja considerada “imprópria para menores”.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467635730_ARQUIVO_TextocompletoRBA_VanessaLeite.pdf

Apresentação Oral em GT

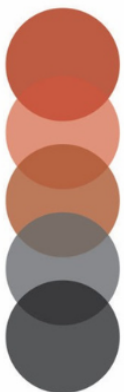
Tias e novinhas: envelhecimento e relações intergeracionais nas experiências de travestis trabalhadoras sexuais em Belo Horizonte

Vanessa Sander Serra e Meira, Lorena Hellen de Oliveira

Este work pretende discutir as relações entre diferentes gerações de travestis no cotidiano do work sexual e no convívio doméstico, suas dinâmicas de periodização da vida e as perspectivas atribuídas aos processos de envelhecer. Concebendo as categorias geracionais e o envelhecimento como produções discursivas, buscou-se compreender quais discursos são acionados pelas travestis para dar contornos e singularidades às suas experiências. O foco reside nas relações intergeracionais entre tias e novinhas: seus conflitos, afetos, dinâmicas distintivas e memórias de experiências compartilhadas. As tias contam suas histórias e se constituem discursivamente como pessoas no sentido de pertencer a uma geração, de partilhar um passado, o qual é comumente descrito por três elementos principais: a violência policial (especialmente na ditadura militar), a emergência do HIV na década de 80 e o glamour dos bailes e concursos de beleza. Tais narrativas estão atravessadas por uma estratégia de construção da autoridade das travestis mais velhas diante das mais novas dentro de uma ideia de pioneirismo. Assim, o reconhecimento do seu sofrimento, do “abrir caminhos” e dos domínios dos saberes da pista e das transformações de seus corpos marcam seus discursos na intenção de situá-las neste lugar distintivo. Por sua vez, o questionamento desse lugar de autoridade pelas novatas caminha muito pela insinuação de que as mais velhas não seriam belas e, em alguns casos, pela própria desqualificação de suas experiências. Os ideais de beleza das novinhas passam por um gradiente entre mais e menos feminina, que muitas vezes significa ser mais ou menos passável. Essas experiências, carregadas de tensionamentos, parecem estar relacionadas a certa rivalidade entre as veteranas – escoladas, já não tão atraentes para o mercado do sexo – e as mais jovens – inexperientes, mas muito atrativas ao olhar dos clientes. Analisar tais relações intergeracionais e o próprio conceito de envelhecer nestas experiências é parte importante desta etnografia. As categorias êmicas com que operam apontam para um emaranhado de relações, vínculos e conflitos, que constituem importante rede de suporte social. A reflexão sobre tais categorias geracionais também é fundamental para compreender as transformações corporais características do tornar-se travesti em cada época. Assim, técnicas disponíveis para cada geração, estilos estéticos em voga e demanda dos clientes no mercado do sexo atuam na conformação de corporalidades muito específicas dentro de recortes temporais. A interseccionalidade entre sexo, gênero, raça, classe e geração propicia corpos e performatividades diferenciadas dentro da categoria travesti e das plurais experiências que a constituem.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466456729_ARQUIVO_SANDEReOLIVEIRAworRBA.pdf



Apresentação Oral em GT

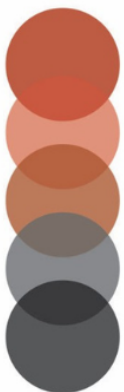
Educação e Perspectivas de gênero: Um estudo do ambiente escolar envolvendo questões de gênero e violência

Vinícius Gabriel da Silva, Mônica Lourdes Franch Gutiérrez

O presente work tem por objetivo abordar questões de gênero e violência no cotidiano escolar, tendo por base uma pesquisa etnográfica realizada numa escola pública de ensino médio de João Pessoa. Inspirado na análise situacional de Max Gluckman (1940), organizei os resultados em torno de quatro eventos. Os dois primeiros eventos correspondem a atuações da escola em prol da inclusão do debate de gênero entre os alunos: uma exposição de painéis com fotos, pinturas, textos, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher (08 de março) realizado por alunos e alunas da escola e um seminário apresentado por autoridades judiciais em relação à lei nº 11.340/2006, popularmente conhecida como Maria da Penha, para as mães dos alunos e toda comunidade. Os outros dois eventos dizem respeito a dinâmicas de violência contra a mulher na escola ou envolvendo pessoas da escola: a divulgação de fotos pessoais de uma aluna feita por um grupo de alunos que ocasionou a exposição da intimidade por meio de telefones celulares por toda a escola; e ocorrência, no intervalo de menos de um ano, de dois homicídios, um contra uma aluna e outro contra uma professora pelos seus ex-parceiros, situações que permearam o cotidiano escolar analisado ao longo da pesquisa etnográfica. Para chegar ao cumprimento deste work foi realizada observação campo e conversa informal em salas de aula e nos momentos de maior interação – o intervalo escolar. Ao todo nossa presença na escola circundou três anos de experiência por meio da participação de um dos autores no Programa de Iniciação a Docência (PIBID SOCIOLOGIA) nas aulas de sociologia e dois anos na experiência de pesquisa antropológica. Dito isso, abordaremos ao longo do work, como estes eventos demonstram negociações e perspectivas de gênero presentes na cultura discente e docente, que por um lado reforçam as desigualdades e por outro também formam espaços de contestação e de resistência tanto por parte das alunas como da própria escola. Em tempos em que o ensino de gênero está sendo banido dos planos municipais, este work demonstra a imperativa necessidade de a escola debater essas questões, mesmo que o impacto das intervenções mais comuns (palestras, exposições em datas comemorativas) seja, em si, muito limitado. .

GT 041: Medicinas Tradicionais: Ritual, Manejo de Infortúnio e Identidade

A Medicina Tradicional está diretamente ligada às questões de identidade étnica de povos indígenas, afro-descendentes e de diversas comunidades ditas tradicionais. Assim, não haveria apenas uma “medicina tradicional”, mas sim “medicinas tradicionais”. Tais medicinas rompem com várias divisões um tanto rígidas na sociedade “ocidental”, tais como: ciência, religião e espiritualidade; placebo, fé e eficácia simbólica; ritual e terapia; política, identidade, ritual e posse de terras. Isto torna o estudo das medicinas tradicionais um excelente campo para se pensar e problematizar estes temas. Surgem ainda diversas outras questões, tais como: como processos terapêuticos foram desenvolvidos dentro de comunidades tradicionais para lidar com questões exóticas como o abuso de substâncias? Como as medicinas tradicionais têm sido apropriadas pela medicina científica para atuarem complementarmente aos tratamentos ofertados em hospitais, unidades básicas de saúde? Que relações estão se estabelecendo entre uso, adoção e desenvolvimento de medicinas tradicionais e fortalecimento étnico? Quais os efeitos das medicinas tradicionais na problematização de conceitos como os de ritual, terapia, identidade, ciência, espiritualidade, eficácia simbólica, etc.? Este grupo de trabalho tem por objetivo então promover uma discussão ampla sobre estes temas, buscado revelar o panorama atual da pesquisa antropológica neste campo, mas tendo como ponto de partida exatamente a questão das medicinas tradicionais.



Laércio Fidelis Dias (UNESP - Universidade Est. Paulista "Júlio de Mesquita Filho") e Marcelo Simão Mercante (Unisinos) - **Coordenação**

Pôster em GT

Ritual da menina moça Uma ação política de afirmação da cultura e da identidade Tenetehar-Tembé

Cristiane Modesto do Nascimento, Roberta Pereira Costa Denise Machado Cardoso

Os Tenetehar-Tembé, ou apenas Tembé, são indígenas que se autodesignam como membros do povo Tenetehar ou Tenetehara, que foram diferenciados e se diferenciam em dois subgrupos: os Guajajara do ramo Tenetehar - oriental (aldeados no estado do Maranhão) e os Tembé do ramo Tenetehar - ocidental (aldeados no estado do Pará). Wagley e Galvão (1961) afirmaram em seus estudos que o povo Tenetehar não resistiria ao forte “processo de aculturação”, deixando a condição de “povo tribal”, para torna-se “caboclos”, como aconteceu com muitos outros povos, no entanto diferentemente do que esses dois autores promulgaram outrora, podemos observar hoje, que o povo Tembé permanece vivo com muitos de seus elementos culturais preservados, dentre os quais podemos destacar a medicina tradicional, aspecto indissociável da cultura do Povo Tembé, que possui uma medicina indígena composta por um sistema xamânico imerso em um contexto cosmológico particular, dessa forma esse povo interpreta a saúde e a doença como algo não somente físico mas também espiritual, que também estão associados à religião, à política, à economia, à arte, ao território, ao meio ambiente, etc. (FERREIRA, 2007) ao longo da interação cultural envolvendo “brancos e índios” as práticas terapêuticas tradicionais, que envolvem prevenção e cura, tiveram um enfraquecimento em relação ao práticas medicinais tradicionais do não indígena e hoje dentro das comunidades há uma grande mobilização para que esse saber mitológico não se perca em meio ao saber racional e tecnicista do “homem branco”, o propósito deste work é de estudar o movimento, e desejo, dos indígenas em manter suas práticas tradicionais vivas dentro das comunidades, tomando por base o ritual da “menina-moça”, um rito de passagem constituído de três fases: a fase da tocaia, a fase do mingau e a festa do moqueado, esse rito vem sendo retomado pelo povo Tembé como forma de reafirmação identitária da cultura desse povo, em um contexto no qual as políticas públicas de saúde mobilizam estratégias, aprendizados e organização da reivindicação de direito, em especial à permanência em seu território (PONTE 2014), a festa da moça possui importância substancial para a organização social, econômica e política do povo Tembé, contribuindo para a afirmação da cultura e da identidade desse deles.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466456662_ARQUIVO_RITUALDAMENINAMOCAUMAACAOPOLITICADEAFIRMACAODACULTURAEDAIDENTIDADETENETEHAR.pdf

Pôster em GT

Medicina Tradicional Guarani-Kaiowá: o Ñanderu e a Prática de Cuidado com o Corpo e Alma Rompem com Divisões Ocidentais entre Ciência, Religião e Espiritualidade?

*Elisângela Pereira Henrique, Islândia M^a C. de Sousa** Paulo C. Basta*** *Estudante de Graduação do Bacharelado em Ciências Sociais- Universidade Federal de Pernambuco – UFPE-Recife-PE-Brasil
** Professora e Pesquisador*

Este pôster apresenta resultados parciais de pesquisa realizada com Ñanderu1 e rezadores Guarani-Kaiowá, residentes nas aldeias Amambaí, Limão verde, Taquapery, Guassuty e Jaguary, situadas no Estado do Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste do Brasil. Nosso objetivo foi estabelecer laços com representantes de conhecimento tradicional nas aldeias com a finalidade de colher relatos sobre as experiências vivenciadas no adoecimento e no cuidado aos doentes. A equipe realizou dois encontros por meio da técnica de grupo focal





com homens e mulheres indicados pela comunidade como rezadores, além de 18 entrevistas individuais, entre 01/05/14 e 26/10/15, com os Guaraní-Kaiowá. Alguns resultados dizem respeito ao ser humano, segundo a percepção Kaiowá representar um todo indivisível; e tanto as categorias da biomedicina “saúde” quanto “doença”, não podem ser explicadas apenas pelos seus componentes físicos e psicológicos vistos separadamente. Concluímos que uma abordagem com interesse legítimo na comunidade e em sua cultura, destituída de preconceitos, deve fazer parte das atribuições dos profissionais em saúde que atuam em territórios indígenas. _____ 1 Ñanderu é o nome Guaraní-Kaiowá a pessoa denominada pela cultura branca de pajé/rezador; eles cuidam das pessoas com cantos, danças, rituais e plantas medicinais além de entoar o canto e fazer a dança para os seres cultuados por etnia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467289801_ARQUIVO_work_Completo_Poster_30_RBA_GT_41.pdf

Pôster em GT

Xamanismo & Urbanização num território indígena – O papel dos rezadores em São Gabriel da Cachoeira(Alto Rio Negro- Amazonas)

Ellana Fiama Souza da Silva

Os estudos sobre saúde-doença, cura, corpo, morte e sobrenatural nas sociedades indígenas têm no xamanismo uma referência fundamental, pois a atuação dos pajés (xamãs) é crucial nos processos de cura ligados à medicina tradicional. Este estudo refere-se à região do Alto Rio Negro, Amazonas, que representa uma grande província etnográfica, composta por vários grupos indígenas: Tukano, Baré, Baniwa, Piratapuaia, Tariano, Dessano, Karapanã, Arapasso, Unana, Barassano, Kubeua, Kamã e Maku. Todavia, nossa observação direciona-se ao contexto urbano da sede municipal de São Gabriel da Cachoeira, com uma população estimada em 30.000 habitantes, sendo 85%(segundo Bernal, Roberto. No seu work Índios urbanos: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus. EDUA,2009.) composta por indígenas ligados às várias etnias aqui referidas, ao lado do segmento branco e regional. O sistema local de saúde é representado pelo pluralismo médico: de um lado, a medicina ocidental; de outro, os saberes, os fazeres e os conhecimentos tradicionais acerca da saúde, com o xamanismo, o herbalismo, o culto aos santos e, sobretudo, os rezadores, versão urbana dos xamãs ou pajés das aldeias. A pesquisa abrange tanto levantamentos bibliográficos e documentais referentes ao tema, bem como consultas a profissionais que detêm conhecimentos sobre esta temática na região do Alto Rio Negro. Salientamos, ainda, a importância das observações de campo na cidade de São Gabriel da Cachoeira, bem como contatos com segmentos indígenas do meio urbano na capital do Amazonas, Manaus. Os rezadores que atuam no meio urbano de São Gabriel da Cachoeira tanto podem ser homens como mulheres. Entre os moradores da região, além das doenças comuns de brancos, podem-se manifestar algumas situações atribuídas a causas não naturais que merecem cuidados tradicionais específicos, principalmente com a atuação dos rezadores.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467338622_ARQUIVO_BannerXamanismo02.jpg

Apresentação Oral em GT

Práticas tradicionais de cura: políticas públicas e intermedialidade entre os Pitaguary no Ceará

João Tadeu de Andrade, Carlos Kleber Saraiva de Sousa

Em muitos países, agências de saúde e governos têm proposto uma integração entre diferentes sistemas médicos dentro de serviços públicos nacionais. No Brasil, a inclusão das terapias complementares e tradicionais no Sistema único de saúde (SUS) constitui importante marco para a expansão das opções

terapêuticas da população. Quais as implicações deste empreendimento? Este work constitui uma reflexão sobre práticas indígenas de cura no Nordeste brasileiro, particularmente no Ceará, como recurso terapêutico aos serviços convencionais de saúde e contribuição ao debate sobre a diversidade dos sistemas médicos na contemporaneidade. Trata-se de exame das políticas públicas e diretrizes de saúde que propõem a integração da biomedicina com as práticas terapêuticas indígenas. O assunto é discutido considerando-se o pluralismo médico e a intermedicalidade, esta entendida como espaço contextualizado de medicinas híbridas. A discussão está baseada em revisão de literatura especializada, pesquisa documental e etnografia do povo Pitaguary na região metropolitana de Fortaleza, Ceará. A intermedicalidade ilustra uma forma particular de cuidados de saúde, tendo em conta crenças culturais e práticas terapêuticas articuladas a interesses e costumes das comunidades indígenas, pondo em interface vários elementos culturais.

Palavras chave: Cura, medicina tradicional.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/657_2017-02-01.pdf

Apresentação Oral em GT

Verdes Mapas. Etnografías con plantas sagradas en los márgenes Latinoamericanos

María Eugenia Flores, Ana Gretel Echazú Böschemeier

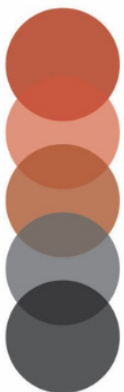
En este texto presentamos una reflexión sobre la localización espacial de dos grupos de curanderos, de las tierras altas y bajas latinoamericanas. El primer grupo se encuentra en la localidad de Tamshiyacu, baja Amazonía peruana. Éste trabaja con ayahuasca y otras plantas. El segundo grupo se concentra en la ciudad de Salta, noroeste argentino. Éste trabaja con coca y otras plantas. La finalidad de este estudio, de ánimo comparativo y crítico, es la de presentar una discusión sobre las dinámicas que adquiere la relación entre el centro y los márgenes en lo que hace a las formas de apropiación de lo “tradicional” como versión autorizada del pasado. Estas dos plantas son icónicas de dos regiones latinoamericanas (la ayahuasca corporizando la Amazonía, la coca siendo emblema de los Andes). A través del diseño de mapas donde se localizan los espacios centrales y marginales de la práctica de estos curanderos, buscamos percibir rupturas en las propias prácticas y epistemologías de los curanderos locales en lo que respecta a ideas cristalizadas de lo “tradicional” y lo “terapéutico”, observando trayectorias oficiales y marginales en mutua relación. Con ello, proponemos la adición de herramientas para una discusión sobre “plantas sagradas” y usos estratégicos de la ancestralidad en contextos regionales con acentuadas desigualdades sociales.

Apresentação Oral em GT

Memória e práticas tradicionais de saúde entre povos Indígenas

Paulidayane Cavalcanti de Lima

Os conhecimentos tradicionais sobre saúde são um conjunto de práticas que vão desde a fabricação de remédios até os cantos, rezas e ritos que tem como objetivo melhorar a saúde do indivíduo e afastar os males que possam estar afetando a ele. Sobre a situação das práticas de saúde tradicional em Pernambuco, em pesquisa observou-se que o contato interétnico dos povos indígenas de Pernambuco com os não-indígenas ocasionou um grande impacto sobre sua cultura, porém durante os anos de contato os diversos povos buscaram elaborar diferentes estratégias que possibilitaram a sobrevivência de sua cultura, desta forma as práticas de medicina tradicional chegaram aos dias atuais, embora muitas vezes confundidas com fitoterapia, a medicina tradicional indígena vai além da fabricação de remédios caseiros, abrange também um conjunto de ritos, cantos, dietas e resguardos. A valorização e documentação da memória individual e do grupo, assim como a da narrativa oral e das práticas tradicionais de saúde indígena se configura como um instrumento de





empoderamento para a comunidade, tanto em questões culturais quanto políticas. Através dessa ferramenta de distinção étnica que se assegura a atenção diferenciada a saúde indígena, onde se explicita várias diretrizes e ações sobre o respeito e a medicina tradicional. A proposta tem como objetivo mapear e documentar as práticas de saúde tradicionais e suas formas de transmissão, dentro do contexto da medicina tradicional do povo kapinawá. A partir de uma reflexão sobre como o povo concebe a ideia de saúde e doença e contrapondo-as com as práticas de atenção a saúde indígena dada por órgãos governamentais, pretende-se contextualizar os usos das práticas tradicionais atualmente, para em seguida fomentar o resgate dos conhecimentos dispersos entre os anciões, visando a elaboração de um panorama das práticas tradicionais e reapropriações feitas por agentes de saúde, relacionando-as as formas de resistência das práticas e rituais durante os anos de contato interétnico. A pesquisa e documentação destas ações são primordiais para este projeto, logo o registro destas práticas são essenciais para preservação da memória pela narrativa oral e transmissão dos conhecimentos da medicina tradicional.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1465934872_ARQUIVO_PaulidayaneLima.pdf

Apresentação Oral em GT

Inventando as PICs. Quando terapias alternativas tornam-se Práticas Integrativas e Complementares

Rodrigo Toniol

A oferta mais recente de terapias alternativas no âmbito da saúde pública brasileira está relacionada com o lançamento da Portaria Interministerial 971 que, em 2006, instituiu a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). Tal Política tem por finalidade assegurar e promover o acesso, no Sistema Único de Saúde (SUS), à medicina tradicional chinesa, à homeopatia, à fitoterapia, ao termalismo e à medicina antroposófica. A publicação da PNPIC ensejou estados e municípios a produzirem suas próprias políticas e diretrizes relativas à oferta e ao uso das Práticas Integrativas e Complementares (PICs) no SUS. Neste work, cujo objeto pode ser descrito como sendo as próprias Políticas de PICs, ocupo-me dos processos de legitimação e de regulação dessas práticas. Precisamente, analisarei os próprios termos que a PNPIC aciona e recorre para legitimar e, ao mesmo tempo, para regular, determinadas terapêuticas. Assim, tomando como referência sobretudo a PNPIC, mas também algumas legislações estaduais e documentos da OMS, problematizarei os termos da Política, isto é, as categorias mobilizadas para justificar e enquadrar a oferta dessas práticas no SUS. Trata-se, portanto, de refletir sobre o processo de invenção das PICs. "Inventar", nesse caso, refere-se tanto a produção de registros burocráticos estatais específicos para essas práticas, como também indica o work cotidiano de terapeutas, médicos e gestores empenhados em fazer com que terapias alternativas/complementares possam ser convertidas em PICs.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1464626884_ARQUIVO_Toniol.Rodrigo.InventandosasPICs.pdf

Apresentação Oral em GT

Práticas tradicionais de cura, benzimentos e indianidade: uma perspectiva etnológica sobre a “cura na (da) América”

Rojane Brum Nunes

A partir de uma pesquisa etnográfica que vem sendo realizada junto a benzedoras na(da) região missioneira do RS, no sul do Brasil e no nordeste da Argentina, este texto irá refletir sobre práticas de cura, benzimentos e indianidade. Os benzimentos, ao adentrarem nas veredas dos processos de saúde-doença, revelam-se

enquanto um sistema aberto, relacional e dinâmico com alteridades humanas e não-humanas, para além do dualismo redutor e humanista do paradigma biomédico ocidental. Nesse sentido, os benzimentos enquanto práticas de cura pautadas na oralidade, na gestualidade e na espiritualidade, através dos “dizeres e objetos que curam”, desvelam relações e (re)atualizações de sócio-mito-cosmo-ontologias ameríndias, através de um processo de reinvenção da cultura, que se caracteriza pela relação de abertura e predação para com o outro (afro, indígena, branco). Sob uma perspectiva etnológica relacional, o work de campo vem apontando a importância em apreender a relações entre as práticas de cura das benzedoras missionárias e o xamanismo Mbyá-Guarani, no que se refere às concepções de saúde, doença, corporalidade e território, bem como ao estatuto atribuído a potência agentiva de alteridades humanas e extra-humanas. Por outro lado, as trajetórias sociais e as narrativas biográficas revelam o entre-lugar étnico das benzedoras e benzedores, na medida em que não se definem nem como brancos, nem como índios, mas que, assim como estes, estão a curar a América, através de práticas e narrativas que “curam” e se “entrecruzam” na América Latina.

Apresentação Oral em GT

As “Marias”: um estudo sobre identidade, memória e representações no ofício das rezadeiras em Delmiro Gouveia- AL

Sergiana Vieira dos Santos

Este projeto ao passo que inventaria a prática presente no ritual das rezadeiras em Delmiro Gouveia contribui para a discussão de uma resignificação e reinterpretação desse ofício, discutindo o que são as rezadeiras e quais são os elementos simbólicos presentes nos rituais de cura, sorte ou presságios. O objetivo geral deste projeto está em analisar o lugar social das rezadeiras de Delmiro Gouveia, suas práticas, influências e contribuição nos ritos de cura, sorte e laços afetivos, compreendendo a natureza específica e complexa desse ofício. Quanto às noções e os conceitos que serão trabalhados para fundamentar tal pesquisa encontram-se os que procuram definir memória, cultura popular, identidade, e no que tange as representações sociais, nas categorias tidas como fenômenos religiosos, as noções de crenças, ritos e símbolos. Para tanto as discussões terão como base a contribuição de Halbwachs (1990), Bosi (1994), Geertz (1989), Le Goff (2012), Habermas (1983), Durkheim (1971) e Mauss (1974), Lévi-Strauss (2008), Evans-Pritchard (2005). Contudo, compreendendo a dinâmica que perpassa a transformação de um projeto em pesquisa efetiva, faz-se necessário externar que os autores, assim como as noções podem sofrer alterações. A metodologia utilizada será a observação participante que contará com a utilização dos seguintes recursos: gravações em áudio e vídeo e questionários. Algumas interrogações que tornam relevante a contribuição desta pesquisa para a discussão da memória, do estudo da identidade, do patrimônio imaterial ou do simbolismo serão trabalhadas, questões essas presentes nos saberes populares de maneira a demarcar o lugar da cultura na formação do povo sertanejo.

Palavras chave: Ritual; Representações; Lugar Social; Identidade.

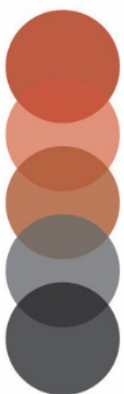
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/242_2017-11-13.pdf

Apresentação Oral em GT

Saberes silenciosos: saúde e cultura do Vale do Jequitinhonha

Silvia Regina Paes, Docentes: Rosana Passos Cambraia Marivaldo Aparecido de Carvalho

A presente comunicação faz parte do projeto de extensão desenvolvido pela equipe da UFVJM junto a Comunidade Quilombola do Baú em Serro/MG. E tem como objetivo ampliar e fomentar a discussão acerca das práticas e saberes populares a respeito da doença e da saúde das comunidades tradicionais do Vale do



Jequitinhonha/MG. São vastos os conhecimentos e as técnicas de cura das culturas tradicionais (indígenas, quilombolas, caçaras, ribeirinhos e outros) que podem contribuir à expansão do conhecimento na área da saúde. No processo de cura há que levar em consideração a dimensão sagrada nas culturas tradicionais: a fé cura. Os conhecimentos das comunidades tradicionais sobre saúde/doença, sobre a natureza, compõem o patrimônio imaterial e correm silenciosamente apesar da discriminação do conhecimento acadêmico. É preciso que esses conhecimentos sejam resguardados, valorizados e levados em consideração pelos acadêmicos e profissionais da área da saúde. A teoria das representações sociais foram utilizadas com a finalidade de entender as práticas e conhecimentos dos sujeitos da pesquisa no processo saúde, doença e ambiente. Tendo em vista que elas (RS) refletem as relações sociais, as tradições e os saberes da população. Metodologia foi a participativa e como tal dialógica e de sensibilização dos sujeitos implicados na dinâmica do projeto. Foi constituída das seguintes técnicas, instrumentos e recursos: pesquisa de campo, entrevistas, oficinas temáticas, fotografias, filmagens, construção de um mapa do ambiente (social, cultural e natural). Considerações finais: Os conhecimentos produzidos pelas culturas tradicionais brasileiras estão ainda cuidadosamente preservados por seus “especialistas” e podem manter um diálogo com outros conhecimentos produzidos na academia. Porém, estes mesmos conhecimentos continuam sendo violados e retirados do domínio da cultura que o produziu para servir de valor econômico para a indústria farmacêutica. Enquanto a mídia e a própria ciência desmerece esses conhecimentos por não passarem pelo filtro dos laboratórios das universidades e das indústrias. As leis não protegem as culturas tradicionais em geral e muito menos protegem os conhecimentos produzidos por elas. Mas, estes conhecimentos seguem sendo importantes e respeitados por aqueles que não obtêm uma resposta satisfatória pelas ciências convencionais, principalmente no que diz respeito aos tratamentos de doenças. O conhecimento das culturas tradicionais corre silenciosamente apesar da constante ameaça de silenciamento imposto pela sociedade dominante. Revalorização das epistemologias “alternativas”, isto é, as que foram silenciadas ao longo da história, para estabelecer um “diálogo de saberes”.

Apresentação Oral em GT

Tradição e Intermedicalidade: uma etnografia do II Encontro de Pajés de Pernambuco

Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza, Hosana Celi Oliveira e Santos Maria Jaidene Pires

No ano de 2015, iniciamos o projeto de pesquisa “Complexo da Jurema: práticas de cura e intermedicalidade no Nordeste brasileiro”, com o objetivo de analisar e compreender as concepções de saúde, doença e cura através das práticas e saberes tradicionais indígenas, no Nordeste do Brasil, bem como compreender as práticas de auto-atenção através do uso de plantas medicinais para o cuidado com a saúde. A partir dessa iniciativa, entramos em contato com profissionais de saúde do Distrito Sanitário Indígena de Pernambuco, lideranças, pajés e especialistas indígenas. Foi nesse contexto que fomos convidados a participar do II Encontro de Pajés do Estado de Pernambuco, ocorrido na aldeia Pedra d’água, Terra Indígena Xukuru. Foram dois dias do mês de novembro de 2015, em que foi possível observar as dinâmicas que estão sendo vivenciadas por esses atores, na busca pela garantia do princípio da intermedicalidade no campo da atenção básica à saúde indígena. Assim, este work tem como proposta a apresentação do exercício etnográfico realizado durante o evento, procurando discutir a tensão em torno da noção de tradição acionada nos discursos dos atores envolvidos e na organização e uso dos espaços rituais.

Apresentação Oral em GT

Terapêuticas Tembé-Tenetehar nos ritos de puberdade feminina

Weleda de Fátima Freitas



O resumo submetido apresenta algumas ideias presentes na terceira sessão de minha dissertação de mestrado, defendida em dezembro de 2015, no programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA da Universidade Federal do Pará/UFPA, sob título *Decoração corporal e educação nos rituais de puberdade Tembé*. Os Tembé auto identificam-se Tenetehar pertencentes à família Tupi e distribuídos em pelo menos cinco Terras Indígenas na porção nordeste do Estado do Pará. A iniciação das meninas Tembé à vida adulta é marcada por diversos eventos importantes, dentre os quais se destacam o a Festa do Mingau da Menina e a Festa do Moqueado. Devido suas características enquanto fenômenos recorrentes no tempo e no espaço do grupo, tendo como finalidade apresentar mudanças no status social feminino, portanto tomando as bases lançadas por Gennep sobre ritual, ambos eventos são tratados aqui como partes de um processo mais amplo de (trans) formação das meninas em mulheres Tembé. A Festa do Mingau da Menina é um evento de curta duração e menos elaborado que a Festa do Moqueado, não significando com isso a sua pouca importância. Pelo contrário, na ocasião do evento, são realizadas terapêuticas de prevenção à saúde e bem estar da futura moça. Além disso, o Mingau, enquanto uma ocasião festiva, reúne os parentes de outras aldeias que compartilham do que se pode identificar como a primeira apresentação pública da menina, que iniciou seu processo de transição para um novo papel social no grupo. Por outro lado, a Festa do Moqueado tem duração prolongada em semanas, com isso apresentando maior número de elementos e terapêuticas corporais outras.

GT 042: Migrações Internacionais contemporâneas: análises, debates e conjunturas

Dando continuidade aos debates desenvolvidos nesse GT desde 2006, pretendemos discutir como as migrações e deslocamentos internacionais ganharam nos últimos tempos uma relevância e urgência significativas que refletem a complexidade dos conflitos de várias naturezas presentes na crescente mobilidade humana no contexto na ordem político-econômica hegemônica vigente e, em especial, os deslocamentos das pessoas que cada vez mais buscam na migração (com maior ou menor grau de escolha e/ou de protagonismo) um caminho para seus projetos de trabalho e de vida em melhores condições do que têm na sua região ou país de origem. A proposta deste GT é acolher trabalhos que busquem analisar os processos e políticas migratórias; compreender os parâmetros para a integração social dos migrantes, entender as interações cotidianas e as lógicas classificatórias que são acionadas em função dos processos migratórios internacionais e das novas configurações societárias contemporâneas. Acreditamos que esse GT tem condições de acentuar a troca de metodologias e experiências de pesquisa nos estudos migratórios, promovendo um aprofundamento em relação às abordagens habituais e acrescentando novas possibilidades para o enfoque antropológico da questão.

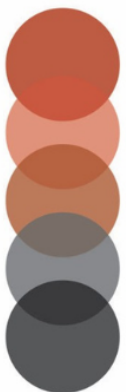
Igor José de Renó Machado (UFSCar) e Miriam de Oliveira Santos (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - **Coordenação**

Pôster em GT

A diáspora haitiana e as condições de work e acolhimento no Brasil: expectativas e realidade na cidade de São Paulo

Andreia Brito de Souza

O objetivo desse work é discutir a atual diáspora haitiana para o Brasil levando em conta a subjetividade das expectativas e a realidade de haitianos em relação ao work e ao acolhimento pelo Estado Brasileiro. Para a elaboração da pesquisa usamos informações e dados obtidos a partir de entrevistas feitas por nós a haitianos localizados na Paróquia Nossa Senhora da Paz, na cidade de São Paulo, lugar que se tornou referência quando se fala desse grupo, pois desde 2010, tem recebido centenas deles por dia e por ser o lugar por onde passam



grande porcentagem daqueles que chegam ao país, auxiliando-os na obtenção dos principais documentos, na busca por work, na alimentação e na adaptação social. Um dos países mais pobres da América Latina, o Haiti sofreu um desastre ambiental em 2010 que o deixou em uma situação ainda mais grave, com altos índices de violência e fome. Após essa ocorrência, os haitianos se viram obrigados a sair do país em busca de melhores condições de vida e, nesse momento se deparam com o fechamento das fronteiras dos países europeus e norte-americanos. Entendemos que as grandes migrações internacionais contemporâneas não apenas se limitam ao deslocamento entre um centro mais pobre e outro mais rico, como do rural para o urbano ou da periferia para o centro, mas que elas também se dão entre países periféricos ou até por causa de laços nacionais feitos anteriormente em relações entre militares e população local. O Brasil, devido aos laços militares com os haitianos formados pela presença das tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), concedeu, junto com o Conselho Nacional de Imigração (CONARE), a Resolução Normativa nº 97 em janeiro de 2012, destinada aos nacionais do Haiti, conhecido também como Visto Humanitário, que conferiu-lhes uma diferenciação em comparação aos outros migrantes presentes no país no que diz respeito à emissão de e facilitação de documentos e direitos trabalhistas, instigando assim, principalmente, a vinda deles para cá. Levamos em consideração para a escolha e análise do foco da pesquisa a Resolução Normativa nº 97, o acolhimento desses imigrantes feito pelo Estado e as leis nacionais e internacionais de imigração das quais o Brasil é signatário para assim poder compreender melhor as expectativas criadas pelos haitianos em relação ao Brasil.

Apresentação Oral em GT

Cooperação Solidária: A presença de estudantes da África Lusófona no Brasil

Carlos Subuhana, Iadira Antonio Impanta - Bacharel em Humanidades e estudante de Sociologia (Terminalidade) - UNILAB.

O objeto de estudo do work aqui apresentado é a presença de estudantes oriundos de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP, no Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo e Redenção/CE), com o objetivo de estudar uma experiência de imigração temporária. A proposta tem sido fazer um mapeamento das trajetórias dessa população que está a fazer seus estudos universitários, em nível de graduação ou pós-graduação. Adicionalmente, temos investigado a experiência social e cultural desses estudantes. Hoje os estudantes africanos, tanto os Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) quanto os Estudantes-Convênio de Pós-graduação (PEC-PG) e do Projeto UNILAB, entram no Brasil para realizarem seus estudos através de acordos de cooperação, assinados entre o Brasil e os governos africanos, nas áreas de educação e cultura. As pesquisas têm nos indicado que os projetos destes interlocutores estão mais atrelados à família, embora alguns cheguem a afirmar que suas trajetórias e seus projetos de vida sejam individuais. Para muitos desses estudantes, a família constitui o núcleo central e fonte de equilíbrio. É importante frisar que nas tradições culturais africanas, de origem bantu, a idéia de coletividade é muito presente. Ao escolher um país para prosseguir os estudos, o Brasil acaba apresentando vantagens por causa dos laços de amizade que unem o Brasil com os PALOP com ênfase em suas especificidades históricas, sociais, econômicas, educacionais e culturais. O “preconceito de cor” e/ou “preconceito racial” é apontado como a principal causa do mal-estar de um número considerável desses estrangeiros, nossos interlocutores, em terras brasileiras. Há que reconhecer que os brancos, alguns mestiços e poucos negros afirmam que não se sentem discriminados por causa do “tom de pele. São vários os ambientes sociais - como em prédios residenciais, ônibus, supermercados, restaurantes, em festas, dentro da universidade, entre outros – que obrigam esses estudantes a refletirem sobre a sua condição de “preto”. Para além do compromisso diplomático assumido, que é de “retornar a seu país de origem em período não superior a três meses” (Protocolo, seção X, Cláusula 23) após o término dos estudos, quase todos manifestam o interesse de regressar para contribuir para o progresso de seus países, trabalhando ou dando aulas, e formar família. Os nossos interlocutores imaginam poder dar o



máximo de si e esperam ter um “enquadramento” que lhes facilite “transmitir” os conhecimentos adquiridos no Brasil.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467337984_ARQUIVO_SubuhanaeIadira+CooperacaoSolidaria.pdf

Apresentação Oral em GT

De Beijing à Califórnia: rotas universitárias na circulação de estudantes chineses

Cristina Patriota de Moura

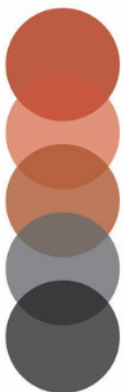
A comunicação é uma análise preliminar de material obtido em estágio sênior pós-doutoral na Universidade da Califórnia e Davis, com período de pesquisa de campo em Beijing. Trata de pensar a transnacionalização do ensino superior e a participação de estudantes chineses nesse processo. Há uma profusão de estudos que focam em diferentes gerações de migrantes chineses. Não obstante, os estudos têm se concentrado em trabalhadores pouco qualificados ou comerciantes e suas redes de relações. A China é, atualmente, o país que mais envia estudantes estrangeiros às universidades dos Estados Unidos e de outros países como Japão, Austrália, Inglaterra e Irlanda (cf. Fong, 2011; Kipniss, 2011). Concomitante ao enorme fluxo de chineses pelo mundo, discursos oficiais do Partido Comunista Chinês veiculam chamados para a realização do “grande sonho” de renovação da China, mobilizando sujeitos que se configuram ao formularem projetos em nível biográfico e que nem sempre se conformam aos limites da cidadania chinesa. As reflexões a serem apresentadas foram formuladas a partir do contato com estudantes universitários provenientes da República Popular da China na Universidade da Califórnia em Davis, em pesquisa que incluiu entrevistas realizadas com 41 estudantes em nível de graduação e pós-graduação.

Apresentação Oral em GT

Morar em um lugar, viver em outro: a mobilidade haitiana vista a partir de suas casas.

Flávia Freire Dalmaso

O presente artigo procura refletir sobre a construção da familiaridade e a circulação de pessoas e objetos entre haitianos com os quais convivi principalmente entre os anos de 2011 e 2012 na cidade de Jacmel, capital do departamento Sudeste do Haiti, onde realizo pesquisa de campo desde 2008. Ele está baseado em questões discutidas ao longo do primeiro capítulo da minha tese de doutorado, assim como em observações mais recentes possibilitadas pela chegada, em São Paulo, de pessoas que pertencem às famílias com as quais eu morei enquanto estava no Haiti no período referido acima e também em fevereiro deste ano. O objetivo do work é analisar dois aspectos centrais para a compreensão da conjuntura atual de mobilidade dessa população, isto é: as dinâmicas da produção da familiaridade e sua relação com as concepções de casa e moradia. Tendo em vista que se trata de famílias que historicamente se engajam em constantes deslocamentos interessam as seguintes perguntas: Como se inserem estes deslocamentos na perspectiva mais ampla das mobilidades haitianas, inclusive para o Brasil? Quais relações emergem quando se fala em família? Se as pessoas circulam, o que mais circula para além das tão citadas remessas em dinheiro? Quais as lógicas em jogo quando são feitas as escolhas de quem deve partir (do Haiti ou de outro país) e quem deve ficar? O que é uma casa para os agentes em questão? Quais sentimentos e ideias são mobilizados a partir deste conceito? Como se utiliza o espaço da casa? E, por fim, como se constrói a relação entre as casas localizadas em Jacmel (de onde parte o meu ponto de vista) e aquelas habitadas por famílias haitianas em outros lugares? Considerando essas questões o artigo pretende percorrer três eixos centrais de investigação empírica que organizam as discussões aqui propostas: 1 – a mobilidade das pessoas; 2 – a construção da proximidade e da



intimidade em um universo tradicionalmente marcado por uma acentuada circulação de pessoas, dinheiro, objetos e alimentos; e 3 – as relações entre as casas e as dinâmicas da economia popular.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466472074_ARQUIVO_ArtigoABA20.06.2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Gênero, afetos e trânsitos contemporâneos de mulheres brasileiras emigrantes no século XXI

Gláucia de Oliveira Assis

Nesse início de século XXI a ampliação do fluxo de brasileiros/as rumo ao estrangeiro tem colocado novas questões para aqueles que vivenciam a experiência de viver entre o Brasil e os vários locais de destino no exterior. Desde o início dos anos 2000, tem se observado uma intensificação do fluxo de brasileiros/as rumo a Europa notadamente Portugal, Itália e Inglaterra. Muitos desses emigrantes são descendentes dos imigrantes que chegaram ao Brasil no final do século XIX e que “retornam” a Europa em busca da cidadania, outros “com a cara e a coragem” migram em busca de uma vida melhor. Este artigo busca reconstruir as trajetórias de homens e mulheres rumo a Europa, centrando-se nas trajetórias das mulheres, uma vez que há um crescimento significativo da inserção de mulheres nesses movimentos. No caso das mulheres brasileiras, estudos tem procurado compreender como raça e nacionalidade operam com os marcadores de gênero e sexualidade construindo representações sobre “a mulher brasileira”. Tais marcadores exotizam e ressaltam a sexualidade e, ao mesmo tempo que produzem discriminação e preconceito, também geram modos de inserção tanto no mercado de work quanto no universo dos afetos. A partir de pesquisa de campo realizada de maneira multisituada em Lisboa, Londres e algumas cidades na Itália, nos anos de 2014-2015, a partir de observação participante e de relatos orais desses/as emigrantes, busca-se evidenciar como as mulheres, através migração internacional, tecem estratégias de escapar da pobreza e da exclusão social, mas não apenas isso, têm demonstrado também que a migração se configura como uma estratégia de expandir horizontes de “melhorar de vida” de ter outras experiências de consumo, de inserção na vida das grandes cidades, viver amores e relacionamentos transnacionais. Desta forma, ao reconstruir essas trajetórias pretendemos contribuir para uma análise dos fluxos contemporâneos num diálogo com os referenciais teóricos do transnacionalismo, articulado a uma discussão dos afetos e dos estudos das relações de gênero.

Apresentação Oral em GT

“Em África a mulher faz tudo, mas aqui é o Brasil”: gênero e outras categorias de diferenciação nos deslocamentos de pessoas refugiadas para a cidade de São Paulo

Jullyane Carvalho Ribeiro

A linguagem da “crise”, “problema” ou “emergência” vem sendo utilizada em diversas escalas para descrever as mobilidades de refugiados e imigrantes, caracterizando-os, por vezes, como uma ameaça aos países receptores ou ainda como populações a serem geridas pelo aparato humanitário. São deslocamentos que motivam atores e agências, com interesses e atuações distintas, além de ensejarem o enquadramento dessas mobilidades em determinadas categorias de gerenciamento. A partir de etnografia realizada em eventos e reuniões organizados pelas instituições humanitárias e outros atores envolvidos com a temática do refúgio na cidade de São Paulo, entre 2015 e 2016, discutirei neste work como gênero, em articulação com outras categorias de diferenciação, está sendo acionado e significado pelos sujeitos envolvidos com o gerenciamento do refúgio e pelas pessoas refugiadas. Tais eventos são locais privilegiados de discussão, em que são negociados os processos de articulação da diferença por “nacionais” e “estrangeiros”, assim como entre os próprios migrantes. Nesses espaços, as distinções são resignificadas pelos indivíduos em trânsito e utilizadas em suas negociações em termos de direitos e cidadania, em um processo em que também as fronteiras,





entendidas como margens dinâmicas, que se multiplicam e deslocam, são constantemente renegociadas. Considero aqui que tais fronteiras são estabelecidas em relação às modalidades de mobilidade, nacionalidade, raça e gênero, acionando também oposições como refugiado/migrante econômico; documentado/indocumentado; mulher africana/mulher brasileira; tradicional/moderna. Desta forma, considero que a fronteira ocupa um lugar importante em suas experiências, por acionar classificações e oposições que ultrapassam as relações geográficas e informam também as relações sociais, reinterpretadas pelas pessoas refugiadas a partir das novas interações no local de destino. Para fins de análise, utilizarei o auxílio da perspectiva teórica dos estudos transnacionais, em diálogo com os estudos de gênero e interseccionais, os quais fornecem um aporte teórico interessante por considerar a articulação entre categorias de diferenciação no contexto dos deslocamentos contemporâneos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467295429_ARQUIVO_paper_rba_jullyaneribeiro.pdf

Apresentação Oral em GT

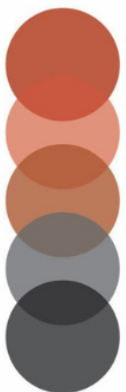
Imigrantes haitianos(as) no Rio Grande do Sul: considerações sobre suas experiências migratórias

Larissa Cykman de Paula

Neste work abordo os processos migratórios de haitianos(as) que chegam à cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, desde 2012 e que moram nas proximidades da Vila Esperança Cordeiro, localizada na Zona Norte da cidade e os motivos para migrar. Para além dos motivos econômicos que impulsionam os processos migratórios, questiono sobre a possibilidade de pensar no fluxo migratório como uma forma de resistência, questionando como esta resistência pode estar relacionada à luta por direitos humanos tanto na sua inserção no Brasil como na relação mantida com o Haiti. A partir do olhar voltado para a experiência destes migrantes o objetivo é compreender como ocorre a inserção destes na comunidade local, destacando aspectos referentes à moradia, ao aprendizado da língua portuguesa, ao acesso a work e saúde, além do enfrentamento da xenofobia e racismo. Como parte do campo empírico, acompanho e participo desde 2014 das oficinas desenvolvidas pelo Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados – GAIRE/SAJU – UFRGS, que objetiva empoderar os imigrantes para sua inserção na sociedade brasileira e garantia de direitos. Com base neste contato inicial com o campo e da etnografia em andamento na Vila Esperança Cordeiro, busco compreender a inserção destes imigrantes no Bairro e a relação destes com as redes nas quais estão inseridos (relação entre migrantes, brasileiros, instituições públicas e filantrópicas). Estas redes são destacadas a partir da compreensão de que o fortalecimento destas pode ser pensado como um apoio para a inserção local e para o questionamento de formas de reivindicação e manutenção de direitos e da dignidade humana (JARDIM, 2013). Neste work, abordo como a etnografia que está sendo desenvolvida entre os anos de 2014 a 2016 se relaciona com a antropologia da experiência (DAS E KLEINMAN, 2001), na medida em que destaco a importância das narrativas e vivências dos(as) imigrantes haitianos(as) bem como questões referentes ao sofrimento social e experiências silenciadas no contexto haitiano pós-terremoto, problematizado como um evento crítico (DAS, 1999); além da problematização da agência como uma forma de resistência e do questionamento do meu papel e consecutivo engajamento enquanto antropóloga. De forma mais específica busco também compreender a experiência das mulheres haitianas e, a partir de suas vozes, compreender as especificidades e dificuldades enfrentadas por estas mulheres na inserção local e na relação mantida com o Haiti.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466444519_ARQUIVO_LarissaCykmandePaula-workRBA.pdf

Apresentação Oral em GT



Estratégias e Percursos de Mobilidade da Empregada Doméstica Brasileira como Trabalhadora Estrangeira em Portugal

Marcelo José Oliveira

Estima-se que dos 200 milhões de migrantes estrangeiros no mundo as mulheres compõem praticamente a metade deste dado, engrossando as estatísticas relacionadas à mão-de-obra estrangeira. Neste contexto pesquisas apontam que a empregada doméstica brasileira vem há poucas décadas surgindo nas estatísticas sobre emigrantes brasileiros em direção a Europa, protagonizando peculiaridades que implicam em perspectivas profissionais concretas. Em 2009, integrando projeto de pesquisa de parceria binacional (com fomento CAPES), realizamos (in loco) levantamento bibliográfico e documental em língua espanhola (open acces), e constatamos a presença brasileira ocupando postos de work nos setores da construção civil, hotelaria, restaurantes e serviços domésticos. Neste último segmento a empregada doméstica brasileira também disputava espaços de work. Em 2014, com apoio CNPq, desenvolvemos estudo etnográfico em Portugal centrados na presença da trabalhadora brasileira no setor de serviços domésticos, tendo como foco os seguintes aspectos: o impacto das recentes mudanças econômicas e políticas em Portugal sobre o projeto de permanência desta trabalhadoras neste país; as perspectivas da mesma com relação à temporalidade da permanência no país estrangeiro e os riscos que se submetem no tocante a clandestinidade; as lógicas de conexões de sua mobilidade no roteiro Brasil-Portugal; os arranjos e estratégias acionados em torno dos recursos materiais e simbólicos que colocam estas trabalhadoras como protagonistas de um estilo de vida sustentável, conferindo-lhe status privilegiado, realocando-a noutra relação de empoderamento em seu círculo social no Brasil. Percebemos que estas trabalhadoras apostam em um projeto profissional possível, mesmo que muitas delas corram os riscos da vulnerabilidade social e, sobretudo, de sujeição ao work precário pela própria condição de clandestinidade “temporária”. Para além da condição de discriminação por ser trabalhadora estrangeira no país de destino, o empreendimento toma outras dimensões de agência: a de protagonismo no papel de principal provedora de família no país de origem e no país de destino; de reconfiguração dos papéis que consubstanciam a noção de “lar” em trânsito internacional; e de estratégias necessárias para permanência clandestina temporária no país estrangeiro. A presente comunicação aborda aspectos deste projeto internacional de carreira profissional, o problematizando em função do atual contexto de política de imigração de mão-de-obra estrangeira em Portugal.

Trabalho completo:

[https://www.abant.org.br/files/1466371597_ARQUIVO_ArtigoImigracaoDomesticaPortugal\(RBA\).pdf](https://www.abant.org.br/files/1466371597_ARQUIVO_ArtigoImigracaoDomesticaPortugal(RBA).pdf)

Apresentação Oral em GT

O impacto de políticas agrárias em processos migratório: O caso do deslocamento de brasileiros ao Paraguai e retorno ao Brasil

Marcos Estrada

Meu work analisa processos de deslocamento internacional resultantes de políticas agrárias e desenvolvimento não apresentadas como políticas migratórias. Em específico, faço uma abordagem em três dimensões: teórica, metodológica e empírica dos processos migratórios de brasileiros que emigraram para o Paraguai, especialmente entre as décadas de 60 e 80, e, mais recentemente, o retorno de parte desse grupo ao Brasil. Por meio da minha pesquisa multi-situada, apresento a experiência de acampados no ‘acampamento dos Brasiguaios’ em Itaquiraí-MS, que após não conseguirem estabelecer-se como agricultores em ambos países, agora fazer parte do Movimento Brasileiro dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Muitos desses acampados estabeleceram raízes no Paraguai sem considerar um possível retorno ao Brasil. No entanto, esse grupo retornou ao Brasil onde, ao menos teoricamente, têm seus direitos atendidos e respeitados,

os quais são supostamente garantidos pela Constituição Brasileira. Devido sua relevância e urgência, pesquisei esse grupo utilizando uma ‘metodologia do cotidiano’ enfocada nas práticas cotidianas e exercício da cidadania. Demonstro que o estudo de processos migratórios vai além do nacionalismo metodológico, muitas vezes apresentados como limitativos. Por meio desse processo migratório ‘sul-sul’ entre Brasil-Paraguai-Brasil, faço uma contribuição aos estudos migratórios e, ao mesmo tempo, para o debate sobre as múltiplas oportunidades.

Apresentação Oral em GT

Jovens senegaleses em cidades de porte médio do Rio Grande do Sul: projeto migratório e obrigações familiares

Maria Clara Mocellin

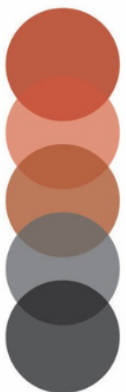
O início do século XXI é marcado pelo retorno dos fluxos migratórios internacionais para o Brasil. A partir de 2012 observa-se uma nova nacionalidade nesses fluxos, os senegaleses. O Rio Grande do Sul está entre os principais estados da Federação que, nos últimos anos, mais receberam imigrantes internacionais. Em relação aos senegaleses, entre as cidades gaúchas que mais atraíram tal fluxo estão Caxias do Sul, Passo Fundo, Porto Alegre e Rio Grande. Esse dado pode ser constatado pelas associações de senegaleses que foram criadas nessas cidades. Algumas pesquisas recentes com senegaleses no Rio Grande do Sul demonstram tratar-se de uma migração laboral, em sua maioria masculina e de jovens entre 25 a 35 anos. Partindo de uma pesquisa qualitativa com jovens senegaleses em cidades de porte médio do Rio Grande do Sul, investigamos os deslocamentos desses jovens entre diferentes cidades e sua mobilidade ocupacional como estratégias de um projeto migratório familiar. Tal projeto não tem a intenção de permanência por muito tempo no Brasil, mas sim o tempo necessário para cumprir com as obrigações familiares de sustento e manutenção da família no Senegal, bem como para acumular algum recurso para melhorar de vida no país de origem.

Apresentação Oral em GT

O direito de voto dos estrangeiros no Brasil: um olhar antropológico sobre os debates relativos ao PEC 25/2012

Marine Lila Corde

Essa contribuição às discussões do GT 42 “Migrações Internacionais contemporâneas: análise, debates e conjunturas” oferece debruçar-se sobrevisar e problematizar os debates que envolvem a Proposta de Emenda à Constituição nº 25 de 2012 (PEC 25/2012), em discussão no Senado Federal brasileiro desde o dia 15 de fevereiro de 2012, e que propõe conceder o direito de voto nas eleições municipais e candidatura a vereador para estrangeiros com residência permanente no país, legalmente domiciliados no Brasil há mais de cinco anos. A minha proposta é analisar as implicações da elaboração de um projeto legislativo que concede aos estrangeiros direitos cívicos até então exclusivos dos cidadãos nacionais brasileiros (e dos cidadãos portugueses por acordos internacionais bem específicos). Mais precisamente, me detenho ao fato de que a PEC 25/2012 levanta questionamentos fundamentais (de uma escala inédita no Brasil) sobre a nacionalidade (jurídica) como pressuposto da cidadania política e a exclusão dos estrangeiros da esfera política nacional. Para tal, problematizo a aparição da noção de “cidadão estrangeiro” ao lado da de “cidadão nacional” a partir de um olhar antropológico (Antropologia do Direito, Antropologia do Estado, Antropologia da Nação e Antropologia da Imigração.) Numa primeira parte, apresentarei os termos da PEC 25/2012, as retóricas que justificam a sua legalidade e legitimidade e as discussões (entre os pros e os contra) que acompanham seu trâmite no Congresso Nacional. Na segunda parte, analisarei os debates acerca da PEC 25/2012 do ponto de vista da Antropologia do Estado e da Antropologia da Imigração. Partindo das reflexões de Sayad (1984,





1999, 2006, 2014) segundo as quais os imigrantes são obrigados a se manter fora da vida política do país de recepção como sinal de civilidade, de cortesia e de respeito que os imigrantes devem demonstrar a respeito da sociedade nacional que "lhes acolheu", refletirei sobre os avanços e os limites de uma proposta legislativa que reconceituaria a presença e a participação dos estrangeiros (presença e participação "heréticas" da ordem nacional, segundo os termos de Sayad) dentro do espaço público cívico nacional brasileiro. Na terceira e última parte, partindo da perspectiva da Antropologia da Nação, defenderei que por trás dos debates sobre a PEC 25/2012, podemos ver que é toda uma imagem da nação brasileira (um povo brasileiro multicultural acolhedor e aberto a todos) e do seu lugar na geopolítica mundial (um país pacífico e exemplar, na frente dos movimentos de reformas democráticas mundiais) que está sendo negociada.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466474855_ARQUIVO_workcompleto_MarineLila_GT042.pdf

Apresentação Oral em GT

República: Uma centralidade africana em Sao Paulo

Régis Minvielle

As novas migrações africanas na América Latina fazem parte de um processo de reconfiguração global do fenômeno migratório. Os procedimentos de controle de migrantes cada mais complexo nos países do norte global e o processo de globalização no países do sul gerando cada vez mais a diversificação nos destinos. O Brasil também se tornou um novo polo de atração não apenas para os investidores de todos os tipos, mas também para migrantes. Depois de evocar de forma sucinta o contexto geopolítico do fenômeno migratório, essencial para a compreensão da nova migração transatlântica Sul-Sul, o objetivo desta apresentação é observar na maneira em como a minoria africana se apropria do espaço urbano e, especialmente, do bairro central da República, na cidade de São Paulo. A descrição etnográfica do "teatro urbano" produzida pela observação dos africanos na República nos permite ainda abrir linhas de pensamento sobre suas reais contribuições para a cidade e sobre a sua experiência no tecido urbano, tanto em termos de culturas e representações subjetivas quanto em termos de mercado. Estas instalações em territórios que são ao mesmo tempo lugares de passagem, work e habitação impulsionam o surgimento de verdadeiras "centralidades menores" (Raulin, 2000), através de um notória « fixação comercial ». Esta noção de centralidade abrange não apenas uma função para os imigrantes, mais revelam também uma coabitação densa e cosmopolita. Isto é, muitas vezes o conceito abrange um segmento de negócio com forte atração, um espaço de habitação para os estrangeiros, e também um bairro que cumpre outras funções econômicas.

Apresentação Oral em GT

Quem é da família? Refletindo sobre relações familiares transnacionais em contextos de mobilidade.

Sandro Martins de Almeida Santos, Iana dos Santos Vasconcelos

A presente proposta traz como referencial etnográfico e teórico o cruzamento de duas experiências de pesquisa envolvendo distintos fenômenos migratórios em contexto transnacional. As famílias, nestes cenários, tornam-se projetos constantemente construídos e reavaliados, atualizando práticas diferentes de proximidade e distância entre "pessoas consideradas da família". Assim, o primeiro referencial etnográfico apresenta a concepção de "família" e as relações de parentesco desenvolvidas entre viajantes de trinta e seis nacionalidades radicados(as) em Alto Paraíso de Goiás, Brasil. O segundo, as relações familiares transnacionais estabelecidas por brasileiros(as) na fronteira entre Brasil e Venezuela, no fluxo entre Pacaraima - RR e a vizinha Santa Elena de Uairén. Pode-se dizer que pessoas se colocam em movimento atendendo alguma transformação ou necessidade de transformação. Alguns buscam ouro, work,

sobrevivência nos garimpos da Venezuela; enquanto que outros procuram bem-estar espiritual, afirmação de um estilo de vida “alternativo” e afetividade em cidades do interior do Brasil. Foi preciso encontrar um princípio de simetria para comparar e compreender as diferentes condições de vida migrante. Temos uma busca de melhoria das condições de vida material (no caso do garimpo/ work transfronteiriço) e também uma busca de melhoria das condições de vida espiritual (no caso dos místicos). Um caso clássico de “migrante econômico” e um caso contracultural de migração de “desviantes”. A chave para encontrar uma equívocação entre os dois contextos e que norteia o artigo é a experiência de “família” que, apesar das discrepâncias, se mostra esclarecedora de determinadas recorrências no tocante ao estudo das migrações humanas. Neste sentido, a “família” é tratada enquanto um sentimento compartilhado, presente entre os migrantes em ambos os ambientes, levando em consideração as continuidades e mudanças nas relações de parentesco em contexto de mobilidade. À luz das ferramentas analíticas dos novos estudos de parentesco no campo da Antropologia discutimos a relação entre as experiências de “família” e a mobilidade, entendida como fator que influencia na fabricação dos novos vínculos afetivos mediados por convenções dos lugares de origem e reorganizadas nos lugares de trânsito/residência. Apresentamos, por fim, como as transformações que caracterizam os processos migratórios analisados – de um lado, as oportunidades de work, e de outro, a mudança de estilo de vida – concorrem na diferenciação entre quem faz e quem não faz parte da “família”.

Apresentação Oral em GT

“Como tá o alemão?” Experiências conjugais de migrantes brasileiras casadas com alemães

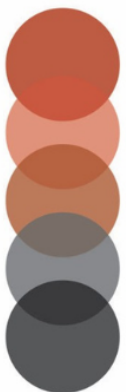
Thais Henriques Tiriba

“Como tá o alemão?” Perguntam umas às outras com frequência quando se encontram. Sorriem entendendo a brincadeira e respondem: “o marido vai bem, já o idioma...”. Neste artigo, apresento análises formuladas a partir dos dados de pesquisa de campo realizada em Berlim junto a um grupo de migrantes brasileiras vivendo na Alemanha com seus companheiros alemães. Este work é parte de minha pesquisa de mestrado que explora os valores atribuídos a relacionamentos entre homens alemães e mulheres brasileiras, principalmente aqueles estabelecidos através de sites de relacionamento. Analisando as dinâmicas sociais e históricas e que viabilizam a tendência de homens do chamado primeiro mundo e mulheres do chamado terceiro mundo se utilizarem desse método de contrair matrimônio e entenderem tal arranjo conjugal como desejável. Considerando as interfaces entre processos globais e locais num contexto no qual normas homogâmicas e “homocromáticas” vêm sendo quebradas nos arranjos matrimoniais transnacionais, investigo também as motivações pessoais dos indivíduos que fazem uso dessa forma de se buscar um parceiro compatível, questionando como relações mais amplas relativas a desigualdades de poder, gênero, raça e nacionalidade seriam negociadas na intimidade dos casais, problematizando as representações vitimizadoras que não sem frequência recaem sobre mulheres do terceiro mundo que se relacionam ou buscam se relacionar com homens do norte global pela internet. Apesar de se tratar de um grupo heterogêneo, a mudança para Berlim cria entre essas migrantes brasileiras imediatas e circunstanciais semelhanças baseadas tanto a um pertencimento a uma nacionalidade quanto ao matrimônio com um homem alemão. Narrativas de solidão, frustrações em relação à burocracia e ao idioma, ambos tidos como difíceis de acessar, dificuldades conjugais e familiares, rotinas de beleza e de work são partilhadas em um ambiente que promove sobretudo solidariedade e reafirmação. Entretanto, os marcadores sociais da diferença – nesse caso, raça, classe, geração – que recaem sobre as agentes, também informam suas trajetórias e diferentes experiências no exterior.

Apresentação Oral em GT

Para além do conhecido. Visões e decepções de africanos recém-chegados no Rio de Janeiro

Tilmann Heil



“Eu não poderia ter imaginado tudo o que eu iria viver [durante a migração e no Rio de Janeiro]”, diz Seydi Ngome pensativamente, sentado num conjugado em Copacabana que ele compartilha com três outros camelôs do Senegal. Apesar da crise econômica no Brasil, a migração do Senegal ao Brasil está crescendo – resultando nos imigrantes viverem grandes decepções a respeito das esperanças pessoais e das promessas dos agentes que organizam essa migração cada vez mais difícil via Europa, Equador, Peru e Bolívia em grande parte. Ao mesmo tempo, os meus interlocutores africanos desenvolvem visões da sociedade brasileira, baseando elas nas experiências quotidianas na praia vendendo, na rua passando, e no condomínio ou na favela vivendo. Tanto as decepções quanto as novas visões vão para além dos conhecimentos que eles tiveram antes de chegar no Brasil. Além disso, essa perspectiva aporta novos conhecimentos das hierarquias sociais e a diversificação cultural no Brasil. Esse artigo analisa como as visões e decepções dos africanos recém-chegados no Rio de Janeiro interatuam nas vidas deles numa forma que crê uma realidade única nas redes transnacionais que agora cada vez mais incluem o território brasileiro. Ao mesmo tempo essa interação das visões e decepções permite questionar tanto os parâmetros supostamente conhecidos da integração social dos recém-chegados como as novas configurações sociais e culturais dos espaços urbanos brasileiros. Tendo em conta que os Africanos recém-chegados contextualizam suas experiências locais num transnacionalismo vivido, esse work está focado no espaço brasileiro. Tanto nos comentários sobre a vida quotidiana no Rio de Janeiro, como nas práticas de exploração dos meus interlocutores a minha análise procura entender melhor as trajetórias desiguais e interseções diversificadas e hierarquizadas dos moradores do Rio de Janeiro. As áreas relevantes de discussão vão de gênero até religião, ou de educação básica até desenvolvimento econômico, entre outros. As perspectivas dos moradores africanos recém-chegados oferecem uma perspectiva pouco conhecida que vai enriquecer as análises da vida urbana social do Rio de Janeiro. O material dessa pesquisa foi adquirido durante 14 meses de campo etnográfico no Rio de Janeiro entre 2014 e 2016 com populações recém-chegados tanto da África ocidental quanto da Europa do Sul. O camelô senegalês na base desse artigo só constitui um perfil social dos africanos, entre vários outros mais privilegiados.

Apresentação Oral em GT

Refúgio e orientação sexual: uma intersecção invisibilizada

Vítor Lopes Andrade

O número de refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil aumentou exponencialmente nos últimos anos. De 2010 a 2013 houve um incremento de 930% nas solicitações de refúgio (ACNUR, 2014). Atualmente são 8.400 refugiados reconhecidos e 12.688 solicitações aguardando julgamento (CONARE, 2015). Nesse contexto, aumentaram também as solicitações de refúgio por orientação sexual. Não há menção explícita na Lei 9474, de 1997, que pessoas não-heterossexuais possam requerer refúgio, entretanto, há a interpretação jurídica de que esses sujeitos devem ser entendidos como “grupo social”, um dos critérios para a concessão do status. Essa interpretação segue as recomendações das Nações Unidas e tem sido aplicada no Brasil desde o ano de 2002. Os estudos clássicos de migração internacional e refúgio não consideraram a orientação sexual como uma categoria analítica de destaque, sendo que somente nos anos 2000 começaram a surgir works ressaltando especificamente a relação entre sexualidade e mobilidade humana (LA FOUNTAIN-STOKES, 2004; ERIBON, 2008; MOGROVEJO, 2014; VITERI, 2014). No Brasil ainda são escassos os works sobre essa temática, bem como os dados estatísticos referentes a esses sujeitos. O Comitê Nacional para Refugiados – CONARE – não sabe informar quantos são os casos de solicitação de refúgio por orientação sexual no Brasil (CONARE, 2016). De acordo com dados de uma organização da sociedade civil da cidade de São Paulo, dos solicitantes e refugiados que se cadastraram nessa organização entre janeiro de 2013 e fevereiro de 2016, 2% pediram o refúgio devido às suas orientações sexuais, o que totaliza aproximadamente 200 casos. O objetivo deste work foi analisar a situação de solicitantes de refúgio, refugiados e refugiadas por



orientação sexual no Brasil, dando especial atenção às suas redes sociais. Para tanto, realizou-se pesquisa de campo na cidade de São Paulo, a cidade que mais recebe solicitantes de refúgio no Brasil. Foram entrevistadas pessoas que trabalham diretamente com refugiados e solicitantes de refúgio em uma organização da sociedade civil, funcionários públicos, bem como solicitantes, refugiados e refugiadas por orientação sexual. Os resultados mostram que a grande maioria dos solicitantes são homens provenientes do continente africano. Uma pequena minoria imigra junto com seus parceiros do país de origem. No que diz respeito às redes sociais, parece haver uma característica peculiar no processo migratório desses sujeitos, já que dificilmente podem se apoiar nas redes sociais convencionais, ou seja, baseadas em parentes – dos quais normalmente estão fugindo – ou pautadas em origem comum, pois podem ser estigmatizados por suas sexualidades por parte dos conterrâneos que são heterossexuais.

GT 043: Moradores da Maloca (Aldeia) Grande: Reflexões sobre os indígenas no contexto urbano

A ideia da proposta surgiu a partir da organização de um livro, cuja composição dos artigos centrava-se na questão dos moradores indígena citadinos. O GT busca refletir a dimensão política da organização social dos indígenas na ocupação e construção do espaço na cidade, as articulações, mobilização e a luta pelo reconhecimento dos seus direitos. Discutiremos os avanços das políticas públicas direcionadas para a população indígena residente na cidade, assim como os processos de deslocamentos, fluxos, em contextos históricos e espaciais diferenciados. Outro objetivo é refletir sobre a perspectiva daqueles que ficaram e dos que partiram para o contexto urbano de uma forma mais fixa; outros, de forma temporária. É preciso entender as relações de convivência entre os povos indígenas da cidade que se deslocaram ao longo da história do contado. Discutir ainda o duplo processo, qual seja, presença da cidade na aldeia e a presença da aldeia na cidade, muito emblemático das TIs próximas aos grandes centros urbanos. Essas dinâmicas abrem espaços para novas discussões e debates

Carlos Alberto Marinho Cirino (Universidade Federal de Roraima) e Carmen Lúcia Silva Lima (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

Paisagens urbanas na configuração do território kaingang: relações entre processos históricos e as transformações na paisagem indígena no sul do Brasil

Alexandre Magno de Aquino

Analisamos o contexto etnológico e histórico que relaciona a territorialidade kaingang às transformações decorrentes do surgimento dos primeiros núcleos urbanos que se estabeleceram em seu território tradicional. Observam-se as várias formas e os motivos da usurpação de terras tradicionalmente ocupadas, os quais estiveram presentes desde o início da colonização, mas que foram gradualmente realizados por meio de uma série de eventos (expedições militares e científicas, construção de estradas e criação de aldeamentos) em que a ideia de vazio demográfico relaciona-se com a paisagem. Neste sentido, as aldeias e acampamentos kaingang faziam parte de um território maior do que os limites encontrados atualmente para as aldeias demarcadas no planalto meridional, onde estão os principais sítios desta etnia, envolvendo várias das atuais cidades da região, o que incide na dinâmica tradicional de ocupação do espaço e nos aspectos sociocosmológicos da relação com a alteridade, tanto no que se refere aos conflitos engendrados pelas reivindicações em andamento para a retomada de sítios ancestrais e, conseqüentemente, à política do órgão responsável (FUNAI), quanto à (re)configuração dos locais de deambulação e de assentamento, quando

passam a ser acessados a partir dos acampamentos e/ou são efetivamente demarcados. Este estudo visa abordar justamente a dinâmica socioespacial kaingang neste processo histórico em que surgem ora uma paisagem suplantada pelas cidades, caracterizada por não haver condições para viverem em meio ao incremento dos equipamentos urbanos, ocasionando deslocamentos pela busca de locais com condições necessárias a preservação física e cultural, ora uma paisagem em que incipientes cidades são reintroduzidas no espaço aldeão, o que traduz o bem viver desta população indígena como um coletivo. Ao que tudo indica, como informam diversos autores (Motta & Tommasino, 2002; Amoroso, 2000), não obstante as cidades tenham se tornado importantes, seja para a economia, devido à exiguidade do território para realização das atividades de subsistência tradicional e o aumento da importância da venda de artesanatos, seja para a cosmologia, devido à existência de cemitérios ancestrais e/ou para incorporação de poderes dos fóg (brancos), as transformações no território kaingang nos remetem para as formas sociais em que a reciprocidade orienta a territorialidade, o que se deve ao fato do grupo local ser compreendido, antes de tudo, como um grupo de parentes, intimamente relacionado ao processo de fabricação do corpo e a constituição do coletivo, concebido como “um corpo que se faz como corpo de parente” (Coelho de Souza, 2001: 75).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466481067_ARQUIVO_Artigo_30RBA_AlexandreAquino.pdf

Apresentação Oral em GT

Acadêmicos indígenas da Universidade Federal de Roraima: reflexões sobre o processo de seleção.

Daniel Bampi Rosar

A crescente busca dos jovens indígenas de Roraima por cursos superiores tem atenuado cada vez mais o distanciamento entre a cidade e a comunidade. Em sua maioria oriundos de comunidades, estudam no campus da Universidade Federal de Roraima (UFRR) na capital Boa Vista, constituindo um espaço onde as questões das comunidade e da cidade se misturam. O ingresso por meio de vestibular específico é um momento crítico para a composição do grupo que formará esse contexto. Esse work produz uma reflexão sobre a experiência na execução do vestibular indígena da UFRR, expondo os desafios encontrados e estratégias utilizadas. O programa de acesso de alunos indígenas na UFRR iniciou em 2001, e atualmente é composto pelo Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, com cursos de Licenciatura Intercultural, Gestão Territorial Indígena, Gestão em Saúde Coletiva Indígena e 54 vagas em 15 cursos regulares por meio do Processo Seletivo Específico Indígena (PSEI). O perfil do aluno é definido nas demandas do movimento indígena, articulado ao processo histórico, com propósito de formar indígenas para esses contextos, direcionados aos objetivos coletivos e não em projetos individuais. Dentre os desafios encontrados destacamos três questões fundamentais: a) a construção de critérios e métodos que possam avaliar o engajamento social dos candidatos em relação a seus povos; b) a relação estabelecida com a diversidade cultural proporcionando chances para os diferentes povos; c) o embate com um sistema conservador na compreensão sobre isonomia. O processo seletivo é discutido com organizações indígenas do estado, no entanto, posteriormente é alterado por questões jurídicas e administrativas. Partem da idéia de isonomia que entende sociedade como entidade homogênea, não dando conta da diversidade cultural dos povos indígenas. Como estratégia a UFRR adota um modelo diferenciado contemplando a divulgação, inscrição, elaboração das provas e avaliação final. Avaliamos a divulgação por meio de organizações e discentes indígenas, articuladas com inscrições nas comunidades e orientações específicas para os candidatos de acordo com seu povo ou região. Ainda, as provas elaboradas e avaliadas por professores com experiência na educação escolar indígena, envolvendo currículo, memorial, redação, prova objetiva e discursiva. Considerando a dimensão, pioneirismo regularidade anual e tempo de existência desse processo, bem como a abrangência étnica e regional de praticamente todo estado de RR, essa é uma experiência bem sucedida. Já a seleção de candidatos adequados



ao perfil desejado, o acompanhamento e permanência desses alunos e o diálogo no ambiente burocrático e legal do Estado, são entraves que ainda devem ser superados.

Apresentação Oral em GT

Etnogênese dos índios residentes em Boa Vista/RR

Eduardo Tarragó

Este work procura discutir a etnogênese dos processos de fortalecimento identitário que ocorrem na mobilização dos índios urbanos de Boa Vista, capital do estado de Roraima, tais como: formação da ODIC (Organização dos Índios da Cidade), em 2005, maior aproximação dos índios urbanos junto às instituições públicas de defesa de seus direitos e busca por conhecimento que viabilize a solução de seus problemas. A partir de dados do IBGE, verifica-se que o crescimento demográfico dos índios que vivem nas cidades, em nível nacional, contribui para processos de resgate identitário e busca de direitos coletivos. Tal fato se comprova também pelo aumento expressivo, sugerido pelo IBGE, na autodeclaração étnica de índio durante a realização do Censo de 2010. Este processo de etnogênese se dá à luz da abertura democrática do país, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estimulou o surgimento de um ambiente mais favorável ao resgate de direitos dos povos indígenas, fenômeno que também se fez sentir em Boa Vista/RR, onde os índios que vivem em espaço urbano lutam diariamente por melhores condições de vida a mesmo tempo em que articulam coletivamente estratégias de fortalecimento de sua identidade étnica.

Apresentação Oral em GT

De lenguas maternas a segundas lenguas: la búsqueda de lo propio en la ciudad

Isabel Victoria Romero-Cruz

Las lenguas nativas minoritarias del mundo siguen atravesando difíciles situaciones frente a las lenguas mayoritarias; frente a los embates culturales, económicos, educativos, entre otros de una sociedad global homogeneizadora. Sin embargo, la lucha tanto desde el interior de las comunidades como desde la sociedad civil se ha venido fortaleciendo, aportando desde diversos aspectos para la planeación y planificación lingüísticas contextualizadas, que respondan a las necesidades y objetivos de los interesados. Lo anterior nos conduce a reflexionar sobre las situaciones de las lenguas en contextos urbanos, específicamente respecto a las razones, búsquedas e iniciativas para mantener y recuperar lenguas nativas (que solían ser lenguas maternas), en contextos en los que estas no son necesarias para la comunicación inmediata (por lo que son vistas ahora como segundas lenguas). Tal situación nos lleva a preguntarnos por el estatus de las lenguas en procesos de mantenimiento y revitalización, por las actitudes de sus herederos, así como por el papel que la academia podría jugar en tales contextos. La presente es entonces una oportunidad para aproximarnos a la comprensión de algunas situaciones de grupos indígenas que habitan la ciudad de Leticia, Amazonas colombiano, así como de una discusión para posibles futuras intervenciones investigativas y de acompañamiento académico en este contexto. Esta reflexión se fundamenta en revisión de aportes teóricos relativos a la revitalización de lenguas, así como en entrevistas a personas indígenas que pretenden promover acciones en favor de sus lenguas nativas o que ya lo han hecho. Conjugar estas dos visiones nos permitirá observar algunas motivaciones de grupos indígenas locales (habitantes de Leticia), sus alcances y posibles acciones a futuro, para las cuales la comunidad académica colombiana y del área específica de la lingüística podrían prepararse para aportar.

Apresentação Oral em GT

A produção social da violência Tenetehara no contexto urbano de Barra do Corda-MA



Ismatônio de Castro Sousa Sarmento

A etnia Tenetehara-Guajajara protagonizou no ano de 1901, juntamente com alguns dos principais líderes religiosos das missões indígenas no aldeamento Crioli, um violento conflito, socialmente unidirecionado e nominalmente hiperdimensionado como o “massacre dos padres capuchinhos” ou “massacre do Alto Alegre”. Esta pesquisa visa investigar a produção social da violência Tenetehara no contexto do imaginário urbano de Barra do Corda-MA. Entendemos que tal violência emerge simbolicamente no nível das representações históricas, memorialísticas, políticas e discursivas do espaço urbano-social barra-cordense. Históricas, na medida em que o conflito de Alto Alegre, desvelado no ano de 1901, é marca indelével e temporalidade presente; memorialísticas, no sentido das memórias individuais e coletivas, transmitidas culturalmente, bem como das memórias materializadas no espaço através de monumentos e memoriais; políticas, pois surgem de relações verticais de poder; e discursivas, tendo em vista que os poderes dominantes legitimam discursos de verdade, discriminando as posições de sujeito no espaço-tempo. Finalmente, no bojo da problemática elucidada, objetivamos: Identificar as relações sociopoliticamente sedimentadas, entre o violento fato histórico de 1901 em Alto Alegre e a construção da atual imagem de violência do índio Tenetehara, na cidade de Barra do Corda; analisar as formas estratégicas nas quais estão acomodados ideologicamente os discursos hegemônicos de marginalização Guajajara, no cerne da população barra-cordense; indicar como cada um dos monumentos materiais erigidos em memória às sete lideranças religiosas mortas em Alto Alegre, expressam lembranças unilateralmente selecionadas, cuja eficácia dominante inocula a santidade sacerdotal de um lado, em detrimento da “demonização” indígena de outro; e compreender as condições em que este campo de representações estereotipadas dos sujeitos indígenas, refletem disputas desiguais de poder, favorecendo as situações de submissão e miséria dos Tenetehara-Guajajara na cidade de Barra do Corda-MA.

Trabalho completo:

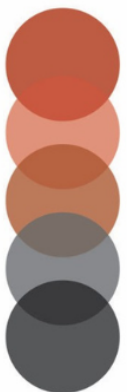
https://www.abant.org.br/files/1468594745_ARQUIVO_AproducaosocialdaviolenciaTeneteharanocontextourbanodeBarradoCorda-MA.pdf

Apresentação Oral em GT

Do silêncio ao discurso: a condição social da mulher indígena em Boa Vista

Leila Maria Camargo

O texto trata da condição social das mulheres indígenas vivendo na capital do estado de Roraima. Tem por objetivos discutir o protagonismo dessas mulheres que defendem seus direitos de ser índia urbana sem perder a identidade e sua luta em torno de seus reconhecimentos e representações. Procura debater a emergência do empoderamento do discurso político, por parte delas, em torno de seus direitos e de suas famílias de viver na cidade. O Artigo é um recorte das discussões contidas no work de mestrado sob o título “Viver entre dois mundos: uma análise das práticas discursivas das mulheres indígenas de Boa Vista/RR, sobre o direito de ser índia urbana”. Foi escrito especificamente para a publicação do projeto Cartografia Social dos indígenas em Boa Vista, Roraima. As discussões são feitas a partir dos dados de fala das mulheres indígenas, que compõem a Organização dos Indígenas na Cidade (ODIC), coletados por meio das gravações para o work de mestrado e também, contidos em publicações da própria organização indígena, ODIC-RR. Descreve as violações dos direitos destas mulheres no dia a dia e, a que foram submetidas durante o processo de colonização e que permanecem até os dias atuais em Roraima. E, expõe as formas mais frequentes de violência contra elas, como: a realização de matrimônios forçados; a prática de “adoção” de crianças indígenas por famílias não indígenas, que mascaram um tipo de work escravo e não remunerado; até a violência doméstica e a prática de abusos contra meninas indígenas, além do despojo de suas propriedades. O work está dividido em quatro partes: onde se contextualiza a situação da mulher indígena na Amazônia e em específico no estado de



Roraima com base em autoras como Simonian (2001), Monagas (2006), Alvarez e D'Incão (1995). Trata ainda, da Organização dos Indígenas na Cidade de Boa Vista-ODIC, destacando o papel de protagonismo das mulheres; e por fim, busca evidenciar a violação dos direitos constitucionais e humanos das indígenas de Roraima a partir de relatos encontrados em documentos específicos produzidos por sua organização na cidade e também coletados em entrevistas feitas para a dissertação de mestrado defendida em 2011, na Universidade Federal de Roraima.

Apresentação Oral em GT

Política de assistência estudantil para indígenas urbanos na cidade de Boa Vista, Roraima: entaves sociojurídicos

Marcos Antonio Braga de Freitas, Iraildes Caldas Torres

A proposta desta comunicação é trazer a discussão os critérios de “indianidade” no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do Ministério da Educação (MEC) para indígenas que moram nos centros urbanos, destacando a realidade na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. Os estudantes indígenas sem vínculo com as terras indígenas reconhecidas pelo Estado Brasileiro não tem direito à bolsa de assistência estudantil na Universidade Federal de Roraima (UFRR) pelo critério de auto-identificação. Ao concorrem à bolsa, um dos documentos que se exige é a carta de pertencimento étnico expedida pelo tuxaua. Cabe destacar que muitos indígenas urbanos perderam seus vínculos societários com as comunidades de origem pelo processo histórico de dominação e colonização onde dificulta o acesso a tal documento. Um dos critérios étnicos de sua memória social é a auto-identificação, mas lhes é negado pela burocracia do Estado. A luta pelo acesso no ensino superior em Roraima deu-se a partir do movimento de professores indígenas em 2000 para garantir a formação em nível de graduação. A UFRR responde politicamente as demandas do movimento indígena de Roraima criando em 2001 o Insikiran e o Curso de Licenciatura Intercultural. Com o passar dos anos, novas demandas surgem nas áreas de Gestão Territorial e Saúde aumentando a presença indígena na universidade e, conseqüentemente vem os desafios da permanência. Além dos cursos específicos ofertados pelo Insikiran, tem as vagas extras nos demais cursos da instituição aumentando os indígenas na UFRR que hoje são aproximadamente 10% do total de alunos matriculados. A metodologia utilizada é a abordagem qualitativa com as técnicas de pesquisa documental e bibliográfica, além de entrevistas abertas com indígenas que estudam nos cursos de bacharelados Gestão Territorial Indígena e Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR. O PNAES definiu critérios em que os indígenas urbanos sem vínculo com as comunidades de origem não podem ser beneficiados com o auxílio financeiro, tornando-se uma política excludente para esses indígenas. O conceito de auto-identificação de pertencimento étnico é irrelevante na política de assistência estudantil, negando a Convenção 169 da OIT em que o Brasil é signatário. Os indígenas urbanos se articularam, criando a Organização dos Indígenas da Cidade (ODIC) para lutar pelos direitos sociais e culturais. Com a exclusão nessa política muitos estudantes procuraram a ODIC para reivindicar seus direitos e lutar pela mudança nos critérios proposto pelo PNAES. Os autores CARNEIRO DA CUNHA (2009); SOUZA LIMA (2013); MATOS (2013) e Diagnóstico dos Indígenas na Cidade de Boa Vista, RR (2007) são o aporte teórico-metodológico para a discussão da proposta.

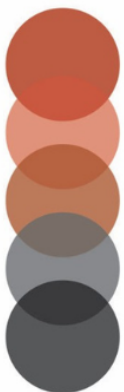
Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466429705_ARQUIVO_TextocompletoABA20.06.2016versaoatual.pdf

Apresentação Oral em GT

Viver das "panelas": experiências indígenas em Boa Vista, Roraima

Olendina de Carvalho Cavalcante



A presença de indígenas nas cidades não é um fenômeno novo; todavia, apenas nas últimas décadas registra-se um interesse maior dos antropólogos pelo tema. Dados estatísticos apontam tal presença em cidades de grande, médio e pequeno portes, tais como São Paulo (SP) Boa Vista (RR), São Gabriel da Cachoeira (AM), entre outras, cuja visibilidade se torna possível sobretudo a partir de demandas coletivas, apresentadas via organizações indígenas. Porém, para além das experiências coletivas, há aquelas individuais ainda pouco conhecidas. Essa proposta enfoca a experiência de um casal de artesão makuxi que vive em Boa Vista (RR) há alguns anos, cuja trajetória articula-se ao processo de revitalização da cerâmica ou “panelas” makuxi. No universo da cidade a produção, comercialização e os “cursos” de cerâmica tornaram-se a única fonte de renda, que acontece na própria residência do casal, em feiras, exposições, encomendas pessoais e de empresas; esta última, em nível local e interestadual. A vida e a produção de cerâmica apresenta ainda uma maneira de “estar” na cidade que guarda estreita relação com a pertença a “comunidade”.

Apresentação Oral em GT

Relações que contrastam e conectam: extensões guarani entre aldeias e a cidade de Maringá

Samuel Douglas Farias Costa

Da aldeia para a cidade e vice-versa. As extensões guarani no norte do Paraná são compostas de múltiplas. Este work aborda especificamente as relações dos Guarani que vivem e se movimentam entre a cidade de Maringá e algumas aldeias próximas. Estes se relacionam com instituições, parentes, seres espirituais, animais, plantas, entre outros agentes com os quais as relações conectam e/ou contrastam a vida nas aldeias e a vida na cidade. Assim, a proposta deste work é de engendrar um esforço de escrita etnográfica aliada às perspectivas dos Guarani para refletir sobre estas extensões, conexões e contrastes. Espera-se um efeito criativo que mostre a proficuidade de se pensar as relações entre indígenas e cidades em uma perspectiva antropológica.

GT 044: Música e Dança nos Processos de Mobilização Coletiva e Afirmação de Identidades

Nossa proposta é ampliar debates sobre pesquisas concluídas ou em andamento, enfocando a música e a dança como elementos de expressão corporal e mobilização coletiva nos processos identitários da diáspora, enfocando performances e linguagens corporais produzidas nas diversas regiões brasileiras ou em outros países, em suas expressões tradicionais ou das tendências rítmicas veiculadas pelos sistemas midiáticos. O estágio atual da modernidade nos revela fenômenos interessantes para reflexão do ponto de vista da diversidade, pois, cada vez mais, repertórios culturais, antes reconhecidos como simples formas de lazer, constituem-se, tanto como alternativas de mobilização coletiva para ocupação de espaços, reivindicação de direitos ou afirmação de identidades Arte e cultura, especialmente em sua classificação popular, se por um lado vista como algo perigoso, principalmente pelos governos autoritários, por outro lado, são entendidas como extensão da vida social de determinados grupos, protagonizando histórias diversas. Entendendo que existem já, vários trabalhos acadêmicos que procuram demonstrar a importância das performances rítmicas, musicais e corporais como saberes diversificados, expressões de autonomia política e afirmação de identidades, visamos consolidar um grupo de debates com enfoques diferenciados sobre esses repertórios.

Carlos Benedito Rodrigues da Silva (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO) e João Batista de Jesus Felix (Universidade Federal do Tocantins) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT





Itinerários femininos e dos bens nos circuitos do rock Metal

Abda de Souza Medeiros

Este work tem como objetivo refletir sobre as experiências das mulheres no universo do rock Metal nas cidades de Fortaleza e Rio de Janeiro, ambas campos de investigação de minha Tese de Doutorado. Verifico de que forma elas se apropriam dos bens materiais e imateriais que caracterizam o rock com menor (ou nenhuma) visibilidade nos meios de comunicação (conhecido como underground) e aquele que dispõe de todo um aparato de produção e divulgação ordenado segundo as regras do sistema mundial capitalista. Estas mulheres estão organizadas em formato de banda ou plateia. Desta forma, estabeleço diálogos entre as formas como elas se inserem nos contextos culturais das cidades citadas, as variáveis simbólicas e materiais que as caracterizam, como se dão as afinidades e diferenciações com os homens que compõem a maioria nesse estilo musical, tornando significativas as dimensões das masculinidades e feminilidades plásticas que caracterizam esses atores sociais. A ideia é de que quando estes, em conjunto com esses homens, mobilizam coisas e pessoas como representativas do mundo dos bens que as configuram, agenciam-nos sob as perspectivas transcultural, afetiva, política e de identificação. Sendo assim, no caso das mulheres, constatou-se que o acesso a determinados bens materiais e imateriais no que diz respeito ao rock Metal, constituem o próprio sistema que elas operacionalizam, ora discriminando, ora reforçando certos padrões de produções e territórios onde aqueles estão alocados; reforçando-os às demais esferas sociais de acordo com as possibilidades nas quais estão imersas, proporcionando por esses mecanismos diferenciações nas formas como os bens são mobilizados e apropriados por esses indivíduos. Os dados que me possibilitaram os argumentos apresentados na pesquisa, foram colhidos por meio de observação em ambas as cidades, entrevistas, material fonográfico produzido pelas bandas compostas por mulheres e os meios virtuais, pelos quais esses sujeitos compartilham as biografias e os trajetos realizados pelos bens materiais e imateriais, gerando assim, um mercado próprio. Referências bibliográficas APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural/ Arjun Appadurai; Tradução de Agatha Bacelar – Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008. COSTA, Cláudia de Lima. O leito de Procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas. In: Cadernos Pagu, 1994, pp. 141-174. MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Edusp, 1974. STRATHERN, Marilyn. O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade melanésia. André Villalobos (trad.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466294981_ARQUIVO_TextoABA.pdf

Apresentação Oral em GT

A Bomba, expressão cultural afrochoteña de dança e música: Entre o tradicional e as mudanças. Iniciativas para o fortalecimento da(s) identidade(s) dos habitantes do Vale do Chota.

Ana Barrientos

O presente work procura aprofundar no entendimento da manifestação cultural denominada Bomba, expressão cultural de matriz africana mais significativa para o povo afrodescendente do Vale do Chota nos Andes equatorianos. Esta manifestação envolve música, poesia, dança e o tambor do mesmo nome. A Bomba surge numa ação insurgente e hoje é visibilizada no país através de iniciativas de revitalização cultural. A literatura especializada discute as convergências e divergências entre as perspectivas românticas e tradicionais baseadas numa ideia de autenticidade da manifestação cultural, e os processos de inovação que estas manifestações tem incorporado nas últimas décadas. Pela importância social e histórica que esta manifestação cultural tem para o povo afrochoteño, o objetivo desta pesquisa foca-se em compreender as relações entre as divergências e convergências da manifestação cultural da Bomba e seu papel no processo

de fortalecimento da(s) identidade(s) dos(as) afrochoteños(as) no contexto das iniciativas endógenas e as políticas de revitalização cultural. Para a compreensão deste fenômeno cultural, a pesquisa dialoga com as propostas teóricas sobre cultura popular e identidades em Hall, Cavalcanti, Chartier, Canclini, Gilberto Giménez e alguns autores afrochoteños. O work de campo foi feito desde a perspectiva etnográfica que incorporou observação participante e entrevistas em profundidade a homens e mulheres afrochoteñas, músicos, poetas, bailarinas, artesãos, gestores locais e migrantes nas cidades de Ibarra e Quito. Os resultados mostram disputas de sentidos entre atores locais e com a institucionalidade pública. Disputas que se dão entre o tradicional e autêntico, que se liga à nova configuração do estado plurinacional equatoriano, e o moderno e inovador, como uma ameaça, por uma parte, e por outra, como uma alternativa de fortalecimento identitário. A relação esta mediatizada pelos projetos financiados pelo Estado, o que gera sentimentos de afirmação quando existem recursos econômicos e de abandono e desgaste organizativo quando não existem. Isso vai mudando as relações de dependência-autonomia com o “outro” e evidenciando os sentidos em disputa, já que a instrumentalização e imposição da agenda estatal por sobre os interesses dos gestores e agrupações culturais afrochoteñas, geram conflitos que afetam o processo de fortalecimento de identidade(s). Como a Bomba tem um sentido histórico de luta e coesão do povo afrochoteño, as comunidades continuam mobilizando espaços coletivos através da organização anual do “Carnaval Coangue”, comemorando o dia do afroequatoriano pela Fundação afrochoteña “Piel Negra”; e com a coordenação de alguns festivais e apresentações em conjunto com as instituições públicas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467390564_ARQUIVO_workABA1.pdf

Apresentação Oral em GT

"Olhando aqui de perto, tudo é tão normal" - Imersão etnográfica em show da banda Apanhador Só

Belisa Zoehler Giorgis, Luiz Antonio Gloger Maroneze (Universidade Feevale) Sandra Portella Montardo (Universidade Feevale)

Este estudo apresenta apontamentos de uma imersão etnográfica no show “Acústico-Sucateiro” da banda Apanhador Só, realizado em 28 de junho de 2015, no Parque Farroupilha, em Porto Alegre, que ocorreu como parte das ações de financiamento coletivo da turnê nacional “Na sala de estar” e do próximo álbum da banda. O estudo teve como problema de pesquisa a questão “como se articulam questões de cultura e identidade em no show Acústico-Sucateiro da Apanhador Só?”. O objetivo principal foi compreender como se articulam as questões de cultura e de identidade, a partir de um olhar etnográfico; os objetivos específicos foram construir o referencial teórico de etnografia, descrever o show “Acústico-Sucateiro” em detalhes e produzir uma reflexão sobre o show com base em conceitos de cultura e identidade. No work, foram utilizados os autores Clifford Geertz, Roy Wagner e Stuart Hall, trazendo conceitos de etnografia, cultura e identidade a partir de um olhar contemporâneo, buscando uma abordagem assertiva ao objeto. A partir desse referencial teórico, foi realizada reflexão sobre os aspectos apresentados na descrição do show, a partir de imersão etnográfica – termo este utilizado por tratar-se de prática etnográfica não realizada por antropólogo. Concluiu-se que foi alcançado o objetivo de verificação das articulações entre os conceitos apresentados e as informações coletadas, verificando-se, também, que o estudo poderia ser desdobrado a partir da consideração de outros detalhes, informações e nuances do objeto. Ainda na conclusão, foram problematizadas as dificuldades do fazer etnográfico em show, o necessário distanciamento e as escolhas a serem realizadas, assim como a influência dos afetos no processo e no resultado final.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466474458_ARQUIVO_Olhandoaquideperto,tudoetaonormal-ImersaoetnograficaemshowdabandaApanhadorSo.pdf





Apresentação Oral em GT

Narrativas musicais contemporâneas entre o local e o global: os casos do funk brasileiro e do kuduro angolano

Debora Costa de Faria

A valorização de uma estética cultural entendida como “periférica” tem sido revelada e intensificada ao longo dos últimos anos. Na música, o funk brasileiro e o kuduro angolano são bons exemplos desse fenômeno. Frutos de articulações referidas às sonoridades locais e globais, esses dois gêneros de música e dança têm se consolidado como duas importantes manifestações culturais contemporâneas em seus respectivos países e, em certa medida, também fora deles. Até que se pudesse chamá-lo de carioca, paulista ou brasileiro, o funk norte-americano passou por diversas transformações. No Rio de Janeiro dos anos de 1980 chega como parte da programação dos “Bailes da Pesada” que tomavam os subúrbios da cidade, onde logo começa a receber as primeiras intervenções por parte de seus apreciadores. Desde então, o gênero vem ganhando, no Brasil, inúmeras peculiaridades que o tornam multifacetado e permitem que suas batidas sejam ouvidas, dançadas e produzidas ao longo de todo país. Além disso, o funk e algumas das práticas associadas a ele têm sido cada vez mais apropriados pelos meios de comunicação, em programas populares de televisão, novelas e peças publicitárias. Sobre o kuduro pode-se argumentar que as histórias e narrativas em torno de sua criação, não raro confundem-se com as histórias e narrativas de uma Angola que após séculos de domínio estrangeiro, conhece os sofrimentos de uma guerra civil. Nesse contexto, jovens com possibilidades de emigrar para a Europa entram em contato com a música eletrônica e implementam as primeiras tentativas de mescla com as sonoridades apreendidas em casa, constituindo parte da formação do kuduro. Na Luanda dos anos de 1990, os clubes do centro da cidade, e, especialmente, os musseques (bairros populares), se tornariam espaços férteis para o desenvolvimento do gênero, tanto em sua vertente musical como de dança. Considerado um dos modos de contar o cotidiano, o kuduro, vem, além disso, sendo apresentado, como um dos símbolos de uma nova Angola. Funk e kuduro são tomados sobretudo por jovens moradores de zonas desassistidas de grandes cidades, mas, que apesar dos preconceitos e dificuldades, estão conectados com o mundo, beneficiando-se dos fluxos globais de sons e imagens. Esses jovens, são, nesse sentido, empoderados pelo barateamento e a maior acessibilidade a artefatos tecnológicos; são, impelidos, a desafiar lógicas e dinâmicas da indústria da cultura e do entretenimento ao criar suas próprias narrativas e identidades por meio da produção de canções, expressões corporais e imagens. Deste modo, acabam por contestar o papel conferido a eles de simples receptores para se tornarem protagonistas e agentes nas e das localidades onde vivem, estabelecendo, assim, novas geografias de produção, edição e consumo de música.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466476987_ARQUIVO_Artigo_30RBA.pdf

Pôster em GT

O MEU PATRIMÔNIO É A MINHA CULTURA: práticas sociais, ações coletivas e expressões culturais através do samba de cacete do Grupo Recordação Umarizal – Pará

Francisco Diego Uchoa De Andrade, Monica Prates Conrado

“É uma herança cultural nossa (do quilombo) [...] Quem dá a cadência é o cacete. Cada um tem um jeito de dançar. São 76 componentes. Homens, mulheres e crianças”. (Dona Jacinete, componente do Grupo Recordação) O Grupo Recordação é um dos mais tradicionais do samba de cacete. Essa denominação remete ao privilegiamento de sua identidade política-cultural em nome de sua memória ancestral que é, de geração a geração, coletivizada como manifestação sócio-cultural. O samba de cacete é tradicional no sudeste do Pará, em poucas comunidades quilombolas. Um de nossos objetivos é abordar o samba de cacete em sua dimensão política, como prática de sociabilidade e afirmação de identidade cultural por intermédio de

entrevistas com mulheres e homens que participam ativamente de suas atividades que vão além de dançar o samba, “uma dança de frente pro outro”, como disse D. Jacinete. Para isso, foram entrevistados: 3 (três) homens e 5 (cinco) mulheres entre 40 e 60 anos de idade, em um primeiro momento, que são a maioria do Grupo e se autodeclaravam “filhas/os da comunidade”. O interesse é explorar, numa perspectiva antropológica, as possibilidades oferecidas pela utilização de tradições orais – mediante testemunhos verbais que se referem aos acontecimentos passados, baseados nas ligações histórico-sócio-culturais que têm com a comunidade representada pelo samba de cacete, pelo Grupo Recordação que é marca identitária do lugar. Inerente à base produtiva da comunidade de Umarizal está à produção artística, o que significa dizer que se há uma linha que separa o lúdico do work no roçado, essa é muito tênue e se enredam em suas atividades e na lida pela sua sobrevivência diária. [...] Nossa tradição veio junto com os escravos [...] não é uma coisa que nós criamos, já veio com eles, aí então continuamos, depois nós montamos o grupo, né; nos organizar pra não deixar morrer nossa cultura, porque é nossa, nós não pegamo emprestado, é nossa, né! (Dona Jacinete, membro do Grupo Recordação). As músicas, muitas das vezes, são compostas no próprio roçado ou na lida diária das atividades da comunidade predominantemente realizadas por mulheres. Seu Doriedson singulariza o Grupo Recordação ao mencionar que é “A minha vida, a minha continuidade dos meus ancestrais, a continuação da nossa história”. Referência: GILROY, Paul. O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34, 2001.

Apresentação Oral em GT

"Música de Festa", Expressão de Identidades, de Estética e de Poder na Diáspora Africana

Frank Nilton Marcon

A partir de etnografias realizadas em discotecas de Lisboa (Portugal) e de Salvador (Brasil), reconhecidas por serem "discotecas africanas" ou por promoverem festas denominadas "africanas", analiso os processos de estetização, os significados e as dinâmicas de identificação e diferença nos contextos de sociabilidades mediados pela música na diáspora. Nos casos analisados, a questão da etnicidade e do corte geracional são privilegiadas a partir da pesquisa participante pela observação de suas expressividades, de suas práticas e de suas narrativas. Analiso especialmente às narrativas sobre suas trajetórias de vida, sobre música, sobre dança, sobre corpo, sobre imigração e sobre identidades elaboradas pelos produtores musicais e pelos participantes destas festas. Em ambas etnografias, a música tocada, ouvida e dançada é a música urbana e contemporânea produzida em diferentes países africanos e caribenhos, com predomínio das músicas eletrônicas em suportes digitais, muitas vezes mixadas de forma autoral pelos DJs durante sua execução. Estou interessado em analisar e em entender as dinâmicas mobilizadoras destes eventos para os envolvidos e o que representam enquanto expressão das agências de jovens implicados pela experiência da diáspora.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467112877_ARQUIVO_MARCON, Frank.MusicadeFesta.Abant.pdf

Pôster em GT

Práticas artístico-culturais e os modos de fazer dos/as jovens da comunidade de Santiago do Iguape.

Gabriel Almeida do Valle, Adriana Miranda Pimentel

O work apresenta resultados da pesquisa intitulada Juventudes e Sustentabilidade na Reserva Extrativista do Iguape voltada aos/às jovens que realizam práticas artísticas associadas ao uso dos recursos naturais e culturais locais. Diferentes estratégias e técnicas de investigação, de distintos campos de conhecimento têm sido pensadas e articuladas na pesquisa. Este work apresenta uma parte da pesquisa que se realiza especificamente na comunidade de Santiago do Iguape. A Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape



(Resex do Iguape) localiza-se nas proximidades de Salvador, no Recôncavo Baiano, entre os municípios de Maragogipe, Cachoeira, São Felix e Saubara; no seu entorno encontram-se cerca de 30 comunidades tradicionais – a maioria autointitulada como quilombola - que utilizam os recursos naturais desse espaço para sua subsistência, sendo as principais atividades econômicas da região a pesca, a coleta de mariscos e a pequena agricultura. A pesquisa, de cunho etnográfico, tem acompanhado sistematicamente uma série de práticas propostas por quatro grupos/coletivos culturais da comunidade: Os Bantos, Grupo de Samba de Roda Juventude do Iguape, Grupo Cultural Raízes do Iguape e o Grupo de Capoeira Quilombo do Iguape. A experiência na pesquisa, ainda em curso, tem possibilitado importantes resultados, através de: levantamento sobre recursos naturais locais existentes quanto aos aspectos econômicos, ambientais, políticos e culturais; a identificação de interlocutores/as-chave; mapeamento das principais práticas artístico-culturais; caracterização de grupos e coletivos de jovens atuantes na comunidade; registros fotográficos; elaboração de croquis das localidades e lugares, e intertextualização com outros works acadêmicos. Seja através do ijexá e do samba de roda, ensinados aos/às mais jovens através da sabedoria e da tradição oral dos “mestres” locais, a história da comunidade contada pelo viés da dança através das quadrilhas juninas, ou pelas rodas de capoeira que se espalham pelos quilombos da região, Santiago do Iguape revela através das práticas artístico-culturais juvenis, importantes processos de manutenção e renovação de seus aspectos simbólicos, numa relação intensa com o ambiente ao qual pertencem, ao mesmo tempo em que ressignificam e apropriam-se de bens culturais globais, numa relação de consumo-produção que ressalta e renova identidades, bem como reafirma o teor político dos modos de fazer da juventude local.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467658499_ARQUIVO_workcompleto-GabrieldoValle.pdf

Apresentação Oral em GT

RITMISTAS E BATUQUEIROS: performances culturais, memória e afirmação no batuque.

Geovana Tabachi Silva

A proposta dessa pesquisa incide sobre a análise das relações entre patrimônio, manifestações festivas e construção da memória coletiva, considerando as performances culturais associadas aos jovens pertencentes a uma Escola de Samba, em Vitória, no Espírito Santo, Brasil. À medida que esta agremiação exerce sua função patrimonial é possível observar que insurgem multiplicidades de emoções, ambiguidades e disputas fundamentais para a vida cotidiana. Desse modo, o objetivo central da investigação, que está em andamento, é compreender os processos envolvidos na performance da bateria, considerando-se que através de sua manifestação ritualística estão implicados discursos e práticas simbólicos da estrutura social brasileira no contexto urbano, como os relacionados a hierarquia social e aos aspectos intergeracionais. A configuração juvenil apresenta relevante participação ao reivindicar sua concepção de pertença e apropriar-se do passado, da memória e da tradição, de onde partiremos para a identificação dos saberes construídos através do samba.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467341532_ARQUIVO_ArtigoABA2016-GeovanaTabachiSilva.pdf

Apresentação Oral em GT

A vida está Punk: os “Quebra Crânios” no cenário underground de Goiânia

Hytalo Kanedo de Lima Fernandes

O estudo presente é resultado de uma análise de campo etnográfico realizado através de observação participante, com uso de conversas informais, principalmente nos festivais Thrash Core Fast 666 e Grito

Rock, bem como em eventos menores voltados para o público underground na cidade de Goiânia/GO. Ele tentou estabelecer através dos “Quebra Crânios”, o ápice da ação das subjetividades dos indivíduos na sua relação com a música, as interseccionalidades entre corpo, identidade e violência. Os Quebra Crânios ou Rodas de Pogo/Punk entre outros nomes são círculos que são formados durante os shows geralmente de punk ou hardcore em que os participantes levantam os braços, abaixam as cabeças, suspendem os pés e se chocam com outros indivíduos que também fazem o mesmo. Em um primeiro momento, para quem nunca presenciou tal ação parece uma pancadaria generalizada, contudo, esses atos são encarados pelos seus participantes como uma forma de dança que extravasa a energia que a música proporciona. Contudo a expressão corporal utilizada nessa ação, assim como seus movimentos, possuem características que nos revelam mais do que o sentido de apenas uma dança. O significado das rodas e também do movimento punk/hardcore passa inteiramente pelo posicionamento do corpo enquanto ferramenta de violência de transcendência e libertação. Não somente, tem como função iniciar aqueles nas rodas através de marcas, feridas e das dores deixadas no corpo. Seja na estética Punk/Hardcore, nas músicas ou nas rodas, todos os marcadores sociais e identitários do grupo passa pelo corpo. “O corpo é um mapa cultural” (CANEVACCI, 1990). E nele, a violência expressa e reverbera a luta, a fuga dos padrões e a constituição da identidade individual e coletiva.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467340656_ARQUIVO_AvidaestaPunk.KANEDO,Hytalo.pdf

Apresentação Oral em GT

Mapiko: Identidade Maconde

Mariana Conde Rhormens Lopes

O presente work propõe um estudo acerca dos saberes tradicionais do Mapiko, manifestação cultural de Moçambique. O Mapiko tem um espaço muito significativo na cultura dos Macondes na província de Cabo Delgado. Rodeada de mistérios e segredos a manifestação mistura música, dança e cena representando o imaginário do povo Maconde. O Mapiko consiste em um ritual que revela relações sociais com a dramaticidade que o mascarado expõe em suas coreografias e máscaras, e revela o sagrado com a sua ligação ao mundo espiritual. É um veículo da cultura onde se perpetuam experiências e situações cotidianas, expressando o universo filosófico e simbólico do povo Maconde. Revela fatos cotidianos, representifica o passado e acontecimentos históricos, retrata personagens conhecidos e importantes para tal comunidade, assim como figuras que transitam no dia-a-dia de tal povo. O Mapiko funciona como um espelho da sociedade, onde tal povo pode refletir sobre seu passado e observar a sua vida presente, trazendo reflexões, nostalgias, críticas e autoconhecimento. Moçambique passou por muitas transformações políticas que reestruturaram o país social e culturalmente. Tornou-se colônia de Portugal e depois de uma guerra de libertação, com a configuração de um Moçambique livre em 1975, passou por um regime socialista e chegou ao pluripartidarismo (situação atual). A província de Cabo Delgado, onde vive o povo Maconde, foi palco da guerra de libertação (1964-1974), convivendo com exércitos portugueses e guerrilheiros moçambicanos e participando efetivamente da guerra. Durante anos, os Macondes têm utilizado a linguagem do Mapiko para conceituar seu mundo e encontrar-se dentro dele. Vêm transformando sua linguagem, criando outros seres a representar, outras formas estéticas e ritmos. A manifestação cultiva a história e signos do povo Maconde ao mesmo tempo em que traz a possibilidade de diálogo com o momento atual, podendo ser representado e simbolizado algo presente que mantém viva a história desse povo, transmitindo valores, memórias e ensinamentos àqueles que assistem e participam. A festa onde acontece o Mapiko é permeada por um sentimento de identificação, um sentimento de pertencimento e a noção de identidade coletiva. Tal manifestação é identidade cultural e une a todos que pertencem a essa cultura, a esse povo. Por assumir essas funções e a importância que lhe é conferida, o Mapiko sofreu modificações e adaptações que o levou a existir até os dias de hoje. Adaptando-se a diferentes estruturas políticas e administrativas, sobrevivendo à guerras



e modernizações, o Mapiko é realizado em sua terra de origem (Cabo Delgado) e também em outras terras habitadas por Macondes. É a beleza da tradição: sobrevivência, adaptação, transformação e transcrição.

Trabalho completo: [https://www.abant.org.br/files/1465940694_ARQUIVO_MapikoIdentidadeMaconde-MarianaCondeRhormensLopes-workcompleto\(artigo\).pdf](https://www.abant.org.br/files/1465940694_ARQUIVO_MapikoIdentidadeMaconde-MarianaCondeRhormensLopes-workcompleto(artigo).pdf)

Apresentação Oral em GT

Performances e em um movimento juvenil: uma etnografia sobre a mulher no hip hop de Campina Grande

Mércia Ferreira de Lima, Autora: Mércia Ferreira de Lima Co- autor: Vanderlan Francisco da Silva

Este work é fruto de uma pesquisa do mestrado em Ciências Sociais com uma abordagem da antropologia urbana. Através da etnografia faço uma análise de como as mulheres estão inseridas e como é sua aceitação por parte dos homens no hip hop de Campina Grande, cidade localizada no interior da Paraíba. O principal objetivo da pesquisa é entender como as mulheres estão inseridas dentro desse movimento, não sendo em sua grande maioria protagonistas no hip hop. Mas têm uma significativa participação de mães, irmãs, companheiras. Sendo assim um suporte para os jovens que estão no hip hop da cidade Campina Grande. Partindo de um recorte de gênero, a pesquisa mostra como os jovens de Campina Grande se identificam com o hip hop, tanto como forma de lazer e sociabilidade como instrumento de contestação e de resistência de classe e raça. A ideia da pesquisa não é diferenciar o hip hop como um movimento cultural ou como um movimento político, mas sim identificar qual o papel da mulher no hip hop. Para entender qual o papel das mulheres o hip hop, foi necessário fazer uma análise. Para isso, buscamos identificar quais foram os primeiros grupos que ganharam destaque e os atuais grupos que compõem a cena do movimento hip hop na cidade. Levando em consideração como os eles se organizam, tendo em vista sua classe social, gênero e raça. Essas três categorias são de grande relevância para entender a cena local e como as mulheres do hip hop constroem suas identidades e ainda como elas são reveladas através dos elementos do hip hop, o break, o Mc, o grafite e o Dj. Entre os elementos que são os pilares do hip hop, o break e suas variações é o que mais podemos encontrar mulheres. Essas mulheres se mostram presente e apresentações em praça pública, teatro, parques. Mostrando que elas têm uma maior aceitação social na prática da dança urbana e tendo uma visibilidade positiva nas competições que acontecem na cidade. Além de uma breve abordagem sobre juventude, gênero e raça, também é mostrado uma análise cronológica desde o surgimento do hip hop a nível global até sua chegada à cidade de Campina Grande, sendo de grande relevância pra que possamos compreender a dinâmica do hip hop na cidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466475553_ARQUIVO_workcompletodarba.pdf

Apresentação Oral em GT

Saraus de rua e protagonismo negro no Rio de Janeiro: Pesquisa etnomusicológica sob a ótica de uma investição militante e dialógica

Pedro Macedo Mendonça, Jhenifer Raul Matheus Ferreira

Pesquisa construída sobre o caráter de uma investigação militante de cunho dialógico, onde pessoas que seriam reconhecidas como “nativas” dentro de uma pesquisa antropológica qualquer, assumem protagonismo em todas as etapas da mesma. Fruto da partilha de uma bolsa de doutorado de um dos cinco pesquisadores de nosso grupo com mais quatro protagonistas da “cena” pesquisada, formamos então nosso coletivo empenhados em compreender o papel da música nos movimentos estudados, e o impacto dos mesmos sobre a construção de uma linha política autônoma de maioria negra e periférica. Nosso interesse surge de uma



percepção sobre um recente movimento carioca bastante plural de eventos para ocupação de espaços públicos. Um movimento dentro desse “movimento” despertou nossa atenção enquanto ativistas pesquisadores: Uma “cena” de saraus protagonizados por moradores e moradoras das periferias do Rio de Janeiro, pautado nos discursos de negritude e de combate ao genocídio do povo negro - pauta central de movimentos negros de caráter autonomista, com pouco ou nenhum diálogo institucional. Esta “cena” acredita que vivemos em um dos tempos de maior retrocesso em relação aos direitos das juventudes pobres, impulsionando jovens a se organizar em luta contra esta situação política. Combatendo o genocídio do povo negro em sua esfera política e cultural, jovens negras e negros têm buscado nestes saraus lutar contra a política de Estado genocida do Brasil, tendo como instrumento de luta a música e a poesia, em sua grande maioria criadas e performadas por negros e negras de origem periférica, construindo um espaço de aparente protagonismo destes indivíduos. Selecionamos então um destes saraus como objeto de estudo principal – O Sarau Divergente. Este acontece todas as segundas quintas-feiras de cada mês no Centro da cidade do Rio de Janeiro. Em nossas visitas etnográficas pudemos observar algumas questões que despertaram nossa curiosidade: Qual seria a intenção de alguém que recita um poema negro, produzido por negros, em um sarau que reivindica sua negritude política? Também a horizontalidade de um lugar onde público e performer se misturam, tem merecido nossa reflexão. Mano Teko, (Mestre de Cerimonia do Sarau), algumas vezes cita a expressão “Além Arte”. Este “Além arte” desperta nossas indagações sobre os porquês da opção de construir um espaço artístico como ferramenta política, onde o protagonismo musical advém também das periferias, sendo o rap e o funk os principais estilos apresentados por lá. Assinam esta comunicação três dos membros de nosso grupo, um estudante de doutorado homem branco de origem classe média, e dois estudantes negros pré-universitários, um homem e uma mulher, moradores do bairro de Acari e organizadores de eventos artísticos e políticos locais.

Trabalho completo:

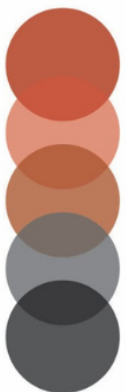
https://www.abant.org.br/files/1467321967_ARQUIVO_ArtigoABA2016corrigido.pdf

Apresentação Oral em GT

“Sou angolano também”: algumas notas acerca dos processos identitários contemporâneos

Ricardo Moreno de Melo

Este artigo pretende refletir acerca dos processos identitários em curso na contemporaneidade tomando como referência empírica algumas narrativas que passaram a circular no grupo quilombola que foi objeto de uma pesquisa feita por mim em 2006, após o grupo ter feito contato com um conjunto de novos atores com os quais passou a se relacionar. A pesquisa empírica, cujo título é Tambor de Machadinho: devir e descontinuidade de uma tradição musical em Quissamã, foi realizada em 2006 quando da elaboração de work de mestrado em Etnomusicologia. O grupo pesquisado é denominado “Grupo de Jongo Tambores de Machadinho”, e é formado por jovens e por pessoas mais velhas consideradas antigas conhecedoras dessa prática: os mestres, como via de regra são chamados. A Fazenda Machadinho, locus principal da pesquisa, está situada na área rural do município de Quissamã, no norte-fluminense. Esta localidade é composta por 46 casas de uma antiga senzala; ruínas da antiga casa-grande da fazenda; e uma igreja do início do século XIX. O objetivo era o de pesquisar a manifestação do "Tambor" ou "Jongo", como eles também chamam, praticado pelos remanescentes dos antigos escravos ligados à cultura da cana-de-açúcar naquela localidade. O jongo é uma expressão lítero-musical-coreográfica dançada na forma de roda cuja incidência ocorre na região sudeste brasileira desde o período colonial. A pesquisa visava entender a relação dessa prática cultural com a vida social do grupo. Em fins de 2004, o "tambor" parecia uma manifestação em estado de declínio. Em abril de 2005, quando iniciei a pesquisa de campo, no entanto, o "tambor" estava sendo reconfigurado como um espetáculo a partir da iniciativa de uma ONG em associação com alguns moradores locais. É importante notar que essa retomada estava ocorrendo dentro de um contexto mais amplo no qual se incluía



as então novas políticas de patrimônio imaterial, bem como a operacionalização do novo conceito de quilombo por parte do governo federal. O reconhecimento da comunidade como terra quilombola traria implicações bem concretas tais como à obtenção da posse legal das terras, conforme preconiza a Constituição Brasileira, no artigo 68 do ADCT, incluído no texto constitucional de 1988, e ainda outros dispositivos legais. O título desse work faz menção a uma frase proferida por um dos músicos do grupo e integrante do subgrupo dos mais velhos, cujo nome era Valdecir dos Santos, mas conhecido na comunidade pelo apelido de Cici, falecido alguns anos após minha pesquisa. Como base teórica para minhas reflexões me vali de autores tais como Michel Agier, George Marcus e Stuart Hall para discutir acerca de identidades na contemporaneidade, etnografia multi-situada e mediações culturais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466394298_ARQUIVO_SouangolanotambemRBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Espaços públicos e processos de significação: questões sobre juventudes e hip hop nas cidades de Recife, Maceió e Aracaju.

Sérgio da Silva Santos

O Hip Hop é uma cultura que está inserida em um processo e um debate em torno da questão do uso do espaço. As inúmeras pesquisas sobre Hip Hop apresentam perspectivas que dinamizam as ações de jovens inseridos na cultura e a questão dos espaços públicos e do cotidiano, como também, buscam compreender a relação de identidade e significação com um lugar. Em certo sentido, é comum aos jovens praticantes do Hip Hop efetivarem ações em um território específico, como um bairro e em locais constituídos como periferia. É importante entender que os espaços em que o Hip Hop é praticado, seja o rap, o break, e o graffiti, não são dados, mas é parte de um processo de significação e de interações sociais. Nossa ideia em torno deste work é baseada no fato de que na pesquisa de mestrado encontramos discursos e práticas que são orientadas pela dimensão do espaço e que são construídas a partir das experiências sociais dos jovens nas diversas inserções no cotidiano urbano. Ou seja, o lugar de fala é marcadamente importante nos acionamentos em torno dos processos de significação dos espaços considerados praticados do Hip Hop. Durante a pesquisa de mestrado, esse entendimento foi constatado pelos significados construídos em torno dos nomes das posses, que indicam o imaginário do que é “periférico”, “quilombola” e “coletivo”. Acreditamos que nossa pesquisa se aproximou de um debate muito íntimo deste imaginário, buscando compreender as construções de cada grupo em relação ao lugar que praticam suas ações. Nossa pesquisa atual pretende socializar aspectos das discussões em torno dos espaços públicos e dos processos de significação destes por jovens praticantes do hip hop nas cidades de Recife, Maceió e Aracaju. O hip hop tem sido um importante elemento de construção de identidades, e tem demarcado importantes posições na vida urbana, como também, produz inúmeros processos de disputa nas cidades e propõe elementos distintivos neste cenário. Sendo assim, estudar essa temática na atualidade é compreender as novas facetas que dinamizam os significados dos espaços públicos e seus arranjos em torno da produção de sentidos. As cidades de Recife, Maceió e Aracaju contam com circuitos importantes na cena hip hop e conformam seus significados a partir das dinâmicas espaciais. Os cenários que marcam o hip hop nestas cidades podem ser orientadas por lugares que demarcam certos sentidos, como por exemplo, os eventos realizados no viaduto que liga a cidade de Aracaju ao município de Barra dos Coqueiros; ou o evento “Polo Hip Hop” realizado no viaduto João Paulo II no bairro do Coque em Recife; ou ainda os eventos realizados nas praças de Maceió pelos coletivos de hip hop. São eventos distintos que produzem arranjos que demarcam certas especificidades e que irão nortear esta pesquisa.

Apresentação Oral em GT





Uma investigação sobre o fazer musical da Festa da Folia de Reis São Francisco de Assis da cidade de Carmo do Cajuru-MG

Sônia Cristina de Assis, José Alfredo Oliveira Debortoli

O presente estudo aborda uma etnografia sobre a festa da Irmandade Folia de Reis São Francisco de Assis da cidade de Carmo do Cajuru – MG/Brasil. Nessa prática, o que primeiramente chama atenção é a paisagem que dimensiona seus rituais no tempo/espaço com os cantos e os instrumentos, encadeando um entrelaçamento de vozes humanas e não-humanas que produzem efeito e afetam o mundo através do som. Os praticantes dessa prática social são conhecidos por foliões, sendo eles, os embaixadores que expressam os cantos sagrados em poesias, o coro que responde com vozes sobreposta e os palhaços que divertem a folia com danças e brincadeiras. Nesse local sagrado o sentido de pertencimento dos instrumentos sonoros (acordeons, violões, violas, cavaquinhos, reco-reco, caixas, pandeiro e dourados) é reforçado pelo seu engajamento com os cantos, a reza, a dança e a devoção aos santos. Assim é arranjada a sonoridade da Folia de Reis. Nessa paisagem as coisas pulsam e se relacionam quando as pessoas se afirmam, dando respostas pela música e pela dança, pelos versos e pelos cantos, pelos ritos e pelos sentidos. A antropologia e a etnomusicologia tornaram-se, metodologicamente, o caminho para análise dessa festa, buscando envolver a relação de elementos como a sonoridade (moldura sonora), os cantos e os instrumentos (música), as danças (corporalidade) e os sentimentos (religioso). O objetivo é compreender como foliões e objetos sonoros se comunicam no ato do fazer musical, uma vez que não tem nesse coletivo uma pessoa que faça o papel de regente. Focamos no acordeon de oito baixos e nas caixas, sendo esses instrumentos considerados pelos embaixadores como primeira guia e segunda guia, ambos tidos como referência mediadora forte no que se refere ao fazer musical. Outra metodologia significativa adotada foi o engajamento prático no aprendizado da técnica de confecção das caixas de folia. Uma aventura que nos permitiu sentir corporalmente o processo, os gestos e os movimentos de feitura da caixa ao mesmo tempo que descortinamos a construção da pessoa folião e artesão de caixas. Destacamos que para esse work coletamos um amplo material em um gravador portátil Zoom H1 e uma câmara Canon de vídeo HD. A câmera e o gravador passaram a exercer a função de “caderno de anotações” com a vantagem de manter a característica fiel da performance. Todo o material em áudio visual, depois de ser revisitado por várias vezes, possibilitou compreendermos como acontece o processo relacional entre as coisas, as pessoas e o ambiente. Mesmo não estando nos objetivos da pesquisa, o registro em áudio visual permitiu a criação de dois mini documentários intitulados “Entre caixas e sanfonas” e “O artesão e folião”.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/128_2019-07-30_511_47.pdf

Apresentação Oral em GT

Hip Hop em Fortaleza: uma questão de identidade

Talita Brasil e Silva

Este work aborda o processo de construção da identidade cultural do Movimento Hip Hop na cidade de Fortaleza, evidenciando quais são e como se constituem tais marcas identitárias. Para tal, adotei como referencial empírico três expressões do movimento local: o evento Planeta Hip Hop, o Movimento Hip Hop Organizado do Brasil - MH2O do Brasil, e o Movimento Hip Hop Nós por Nós. As incursões em campo, acompanhadas de observação não participante e a realização de entrevistas semi-abertas, associadas às discussões no plano teórico, nos revelam que as expressões locais do Movimento Hip Hop em estudo resultam de uma dinâmica cultural compreendida pelo fenômeno de mundialização da cultura (ORTIZ, 2000), a aproximação entre diferentes manifestações culturais, das quais se formaram hibridismos (Hall, 2006); estes carregam marcas de seu espaço de origem e também de seus novos espaços de expressão. Por

tanto, o Movimento Hip Hop em Fortaleza se constitui como híbrido, uma vez que carrega não só aspectos de seu espaço geográfico de origem – os Estados Unidos – como também marcas específicas das realidades sociais em que se inserem os sujeitos que em Fortaleza, são adeptos de tal expressão cultural. Conclui-se também que mesmo estando frequentemente associada à noção de cultura, a formação da identidade está diretamente ligada a um processo de vinculação que é necessariamente consciente; ao passo que a cultura pode existir sem que o indivíduo a incorpore conscientemente. Identidade cultural está estritamente ligada à ideia de identidade social; esta, por sua vez, remete à interação existente entre psicológico e social, resultante do contato do indivíduo com seu ambiente (CUCHE, 1987). Assim, os achados desta pesquisa revelaram que, a identidade cultural do Movimento Hip Hop em Fortaleza se constrói a partir da tentativa de fortalecimento das comunidades em que estão inseridos os jovens praticantes de tal expressão cultural; da valorização da cultura regional; nos combates às opressões, sejam elas relacionadas a classe, gênero ou etnia; pela resistências das juventudes, quando protagonizam a luta de seus tempos históricos; quando o Hip Hop, por meio de seus quatro elementos: rap, grafite, break e dj, se torna instrumento para proclamar a existência do “nós” historicamente invisibilizado frente ao “outro” que goza de privilégios, ou quando o Movimento que representa luta é o mesmo que lega aos jovens uma alternativa de lazer e ocupação dos espaços citadinos. Concluímos que a ideia de identidade cultural está antes ligada à identidade social, e que esta é resultante da interação entre indivíduo e espaços sociais em que se insere.

Apresentação Oral em GT

Cantos Diaspóricos: artes performativas e políticas da memória

Victor Uehara Kanashiro

Minha proposta nesta comunicação é apresentar reflexões em torno das artes performativas como forma insurgente de enunciação artístico-político-cultural. Para isso, baseio-me nos resultados de minha pesquisa de doutorado, defendida em 2015, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp, sobre representações, (des)identificações e performances do Japão e de Okinawa no Brasil. Esta dimensão da investigação surgiu a partir de análises de livros, filmes e imagens, mas também de uma pesquisa artística realizada como parte integral do processo de doutoramento que teve como resultado a performance I AM EXODUS, apresentada no dia da defesa da tese. Okinawa é hoje a província mais ao sul do Japão. No entanto, durante mais de quatro séculos foi um reino semi-independente chamado Ryukyu, com línguas, culturas, músicas e danças próprias. Em 1879, o reino foi invadido e anexado ao Império Japonês e sofreu um intenso processo de colonização, que japonizou definitivamente vários aspectos de sua vida sociocultural. Algumas décadas depois, milhares de okinawanos atravessaram os mares para tentar a vida em lugares como Havaí, Estados Unidos, Filipinas, Argentina, Peru, Bolívia e Brasil, no que tem sido recentemente chamado de diáspora okinawana. Em 1945, Okinawa é invadida pelos EUA, no contexto da II Guerra Mundial, e perde um terço da sua população. De 1945 a 1972, o fica sob administração do exército dos EUA que instala bases militares por toda a ilha principal. Em 1972, volta a ser parte do território japonês, mas até hoje, cerca de 20% de seu território continua ocupado por bases militares norte-americanas. Apesar da história de Okinawa ser normalmente silenciada pelos discursos oficiais da história do Japão, imagens e visões de Ryukyu surgem a partir de cantos e danças da memória que seguem vivos entre os praticantes das “artes tradicionais” de Ryukyu no Brasil. Nesse sentido, nesta comunicação argumento, inspirado nos saberes insurgentes (queer, descoloniais) que a música e a dança, como artes performativas, têm o potencial de problematizar representações hegemônicas, complexificando os processos de identificação e performatização de identidades na sociedade contemporânea.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466475160_ARQUIVO_VK_RBA.pdf

Pôster em GT





Conexão Amazônia-Jamaica: Hibridismo, autenticidade e memória no Breggae, em Belém do Pará

Victória Ester Tavares da Costa, Enderson Geraldo de Souza Oliveira

A música é uma das mais características linguagens artísticas de Belém do Pará. Bem além dos ritmos e estilos considerados massivos na região – como Brega e Tecnobrega, por exemplo –, há inúmeros outros gêneros, experimentações e diálogos na produção contemporânea. Atentos a este panorama, neste ensaio destacamos o álbum Breggae (2013), do músico Juca Culatra, um dos exemplos de apropriação e diálogos de gêneros musicais da região com outros internacionais. Fruto da observação do músico sobre o consumo do reggae nas casas de shows em Belém e no interior, principalmente aos fins de semana, o CD faz uma conexão entre os sons “de” Belém e “da” Jamaica, com regravações de bregas paraenses “clássicos” como "Ao pôr do sol", de Teddy Max e "Minha amiga", de Mauro Cotta com ritmos característicos da ilha caribenha. O projeto inicial visava ainda mais dois álbuns: um que fundia Dub e Carimbó e outro que reuniria Ska e Brega, com o nome de Skregga, reforçando então esta conexão apresentada através da música. A partir deste contexto musical paraense contemporâneo, observamos não somente mesclas (CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas y Estrategias Comunicacionales. Universidad de Colima: México, 1997) em relação aos seus ritmos e musicalidades, mas também observar processos mais amplos, como do hibridismo cultural e identitário (HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. Mana. Rio de Janeiro, 2009). Neste ensaio também discutimos e interseccionamos duas categorias; notadamente cenas, em especial as musicais (conforme Will Straw em Systems of articulation, logics of change: communities and scenes in popular music, 1991; Scenes and Sensibilities, 2006), e circuitos culturais (seguindo José Guilherme Magnani em Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole, 2000). A música, então, enquanto produção artística, comunicaria não somente alterações estéticas, mas também possibilitaria compreensões mais amplas, como maior diálogo de possibilidades culturais, relações identitárias e novas práticas de consumo. Neste panorama, não há a possibilidade de estagnação nos materiais culturais, porque eles estão sendo constantemente gerados à medida que são induzidos a partir das experiências das pessoas. Logo, não devemos pensar nestes comente como tradições fixas, mas sim como processos que estão relacionados aos fluxos dos sujeitos que os consomem e utilizam (BARTH, Fredrik. O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000). Característica esta que possibilita as trocas e produções de cada época e localidade, como o Breggae, que busca articular e mesmo ressignificar a produção musical paraense com a jamaicana.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466976344_ARQUIVO_PosterBreggae-RBA30.pdf

GT 045: O Pantanal e seu entorno: diversidade, relações sociais e conflitos

O Pantanal é a maior planície de inundação do globo e está constituído por ecossistemas que abrangem vastas extensões dos territórios nacionais do Brasil, Bolívia e Paraguai, os quais fazem fronteira na região. Abriga uma significativa diversidade sociocultural, composta de populações dispersas em áreas urbanas e rurais, incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais, as quais formam redes de contato e circulação. No caso brasileiro, a região tem chamado à atenção pelos conflitos sociais e socioambientais, violação dos direitos de povos indígenas, fluxo de imigrantes, turismo, comércio de bens lícitos e ilícitos etc. Neste contexto, antropólogos e pesquisadores de áreas afins têm desenvolvido estudos a respeito de temas pertinentes ao universo histórico e sociocultural pantaneiro e às relações com as paisagens e a biodiversidade locais. Diante desta realidade, a presente proposta de GT tem o propósito de se constituir em um espaço aberto e plural para a socialização de conhecimentos e o debate sobre várias temáticas sobre o Pantanal e seu entorno: diversidade sociocultural, turismo, redes de transporte (rodovias, hidrovia etc.), projetos desenvolvimentistas, expansão do

agronegócio, relações das populações locais com a biodiversidade, conflitos pela posse de terras indígenas e territórios de comunidades tradicionais etc.

Álvaro Banducci Júnior (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) e Jorge Eremites de Oliveira (Universidade Federal de Pelotas) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

"Diz que em Corumbá tem muita fofoca": poder, política e moralidade em uma cidade do Pantanal

Gustavo Villela Lima da Costa

A cidade de Corumbá-MS, que possui em torno de 100 mil habitantes, está situada na fronteira com a Bolívia, a partir da cidade de Puerto Quijarro, em uma região de grande fluxo de pessoas e mercadorias. O relativo isolamento dessas cidades (em conjunto com Ladário e Puerto Suarez) contribui para que uma grande quantidade de informação sobre as pessoas que ali vivem circule nas conversas, por meio de boatos e fofocas. A partir da leitura de Bailey (1971) podemos pensar as relações que se estabelecem entre a fofoca e a micropolítica em torno das reputações pessoais, baseadas em relações de troca, que têm sua contrapartida de "veneno". A fofoca pode ser pensada também como o pertencimento a uma ou mais "comunidades morais", que chamaremos de circuitos sociais da fofoca. Assim, em Corumbá, a fofoca circula pela cidade pois há uma comunicação entre esses circuitos - sobretudo pelas pessoas que estão em suas interseções - e que podem fazer a fofoca alcançar a "opinião pública geral". A fofoca tem grande importância na ação política, nas disputas por poder, na construção e destruição de reputações, na manipulação de verdades, assim como na formação de alianças e conflitos entre pessoas e posições sociais. Observamos que os principais circuitos sociais de fofoca na cidade são os seguintes: o Exército e a Marinha, a UFMS, a Vale, a Embrapa, além das tradicionais vinculações em torno do bairro, da família, das igrejas etc. Ao longo das pesquisas realizadas chegamos a dois assuntos principais sobre os quais se fofoca em Corumbá: sobre a vida conjugal, principalmente as questões de adultério e traição, e sobre a renda e o consumo das pessoas, desde os salários aos ganhos nas "dobras" do legal e do ilegal, sobretudo no que diz respeito ao tráfico de drogas, prostituição ou contrabando. A proximidade entre as pessoas, seus nomes, rostos, e os cargos que ocupam geram formas de sociabilidade e práticas muito específicas, em que as relações de trocas de caráter pessoal predominam sobre as operações de cunho impessoal e anônimas, propiciando práticas de gestão das ilegalidades de modo localmente peculiar. Por esse motivo procuraremos relacionar os pequenos e íntimos eventos do cotidiano com processos de larga escala, especialmente aqueles que se referem à violência doméstica e ao tráfico de drogas na região, em que a moralidade também é negociada a partir das fofocas.

Apresentação Oral em GT

OS DIAS MARRECA: Marginalização social e invisibilidade histórica no sudeste piauiense.

Leonardo Tomé de Souza

Paralelo ao crescente reconhecimento e ampliação do Patrimônio Cultural e arqueológico no sudeste piauiense, e do aumento no número de pessoas reconhecendo-se como indígenas e quilombolas, no estado do Piauí encontramos na mesma região o caso dos Dias Marrecas. O Piauí, segundo o Censo 2010, é o único estado que não possui nenhum território indígena, apesar do Censo registrar mais de 2000 pessoas se reconhecendo como indígenas. Estas pessoas, como representantes e remanescentes de grupos indígenas e negros, historicamente tem passado por um processo de marginalização e exclusão social na região. Acreditando que políticas públicas de educação e gestão patrimonial, voltadas para problemas sociais específicos locais, possam contribuir significativamente na desconstrução destes estigmas sociais.



Apresentação Oral em GT

A diáspora Guaná(Terena) no pós-guerra da Tríplice Aliança e os reflexos em seus territórios no Mato Grosso do Sul

Lindomar Lili Sebastião

Sebastião. Lindomar Lili Lin.terena@hotmail.com Almeida. Edielso Manoel Mende de (coautoria). Edielsoalmeida@bol.com.br O presente work propõe apresentar um estudo realizado entre o povo indígena Terena de tronco linguístico Aruak e subgrupo Guaná. O mesmo habita em sua grande maioria a região do estado de Mato Grosso do Sul, distribuídos em torno de vinte e três mil habitantes. Falantes em sua maioria da língua de origem, atualmente lutam pela demarcação e homologação de seus territórios tradicionais das quais foram expulsos e confinados em pequenas reservas criadas pelo governo em atuação conjunta ao SPI- Serviço de Proteção ao Índio, em tempos do pós-guerra da Tríplice Aliança. Para tanto, buscamos a memória de nossos velhos, os anciões, para um estudo usando a história oral somado aos registros escritos por pesquisadores na área de antropologia, história e arqueologia para compreensão do processo de expropriação de seus territórios até os dias atuais. Desta forma, pontuaremos as suas reais consequências, os reflexos aos seus ethos, à sua reprodução física e cultural bem como a violência vivenciada em tempos presente.

Trabalho completo: [https://www.abant.org.br/files/1461613040_ARQUIVO_A-DIASPORA-GUANA-ABA\(1\).pdf](https://www.abant.org.br/files/1461613040_ARQUIVO_A-DIASPORA-GUANA-ABA(1).pdf)

GT 046: O trabalho do antropólogo e a implementação dos direitos das comunidades dos quilombos

Muitas questões podem ser lançadas sobre a inserção da antropologia no campo político de aplicação dos direitos das comunidades dos quilombos. A antropologia tem acumulado conhecimentos, sobretudo no campo da produção dos chamados relatórios ou laudos antropológicos voltados à subsidiar processos de reconhecimento de direitos étnicos, coletivos e territoriais. Além disso, a antropologia no Brasil tem estabelecido amplo diálogo com o campo jurídico e com o poder executivo, no sentido de promover uma interlocução entre o fazer antropológico, a aplicação de leis e a implementação de políticas, programas e ações governamentais voltadas para a garantia de direitos. A ampliação do campo de atuação profissional do antropólogo tem exigido constante atualização de parâmetros de atuação nesses processos. Nesse sentido, O GT pretende abrir possibilidades de reflexão sobre contextos e situações sociais contemporâneas, violação de direitos e conflitos enfrentados pelas comunidades e profissionais da antropologia, modalidades de atuação do antropólogo e seus pressupostos formativos e éticos, bem como efetividade do trabalho do antropólogo quanto à implementação dos direitos das comunidades dos quilombos.

Aderval Costa Filho (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS) e Raquel Mombelli (UFSC) -
Coordenação

Apresentação Oral em GT

Campos conflitivos: a afirmação e a negação dos direitos quilombolas

Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos

O presente artigo tem como objetivo analisar as manifestações e os conflitos ocorridos, nos últimos treze anos, no Mato Grosso do Sul após a implementação da política pública de regularização fundiária das terras de quilombos. Neste processo será discutida a constituição de campos sociais (Bourdieu, 1971) onde os



quilombolas e grupos antagônicos estão inseridos. Como afirmando por Bourdieu, no interior desses campos existe uma luta constante entre os atores sociais para a afirmação e negação de direitos. Na discussão destes conflitos, ênfase será dada ao papel do antropólogo para garantir à implementação dos direitos das comunidades quilombolas.

Apresentação Oral em GT

“Era liberto esse mundo”: a perspectiva de direito dos quilombolas de Cachoeira Porteira

Emmanuel de Almeida Farias Júnior

Diante das tensões sociais ocasionadas pelos processos de reconhecimento e demarcação da Terra Indígena Katxuyana/Tunayana e do Território Quilombola de Cachoeira Porteira, o Ministério Público Federal de Santarém-PA, recomendou ao governo do estado do Pará que realizasse os estudos antropológicos da referida comunidade quilombola. O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA foi convidado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará-IDESP a participar das discussões, onde fui indicado pela coordenação do PNCSA para a elaboração do Relatório Antropológico sobre a Comunidade Quilombola de Cachoeira Porteira. Este texto objetiva analisar as noções locais que sustentam os discursos das lideranças quilombolas diante da reivindicação territorial. Tais noções estão apoiadas na ideia de “mundo liberto”. Empiricamente, durante pesquisas junto aos quilombolas do Trombetas, pude anotar a sentença “era liberto esse mundo” para designar um conjunto de ideias que não explicam somente o passado, é uma pretensão que ambiciona orientar o futuro. Para mim, esta ideia de “mundo liberto”, constitui-se enquanto “visão social de mundo”, que segundo a definição dada por Löwy, “circunscreve um conjunto orgânico, articulado e estruturado de valores, representações, ideias e orientações cognitivas, internamente unificado por uma perspectiva determinada, por certo ponto de vista socialmente condicionado” (LÖWY, 2000, p. 13). As noções de “libertos” ou “mundo liberto” tem se apoiado nas narrativas de fuga e de conquista do “mundo” acima das cachoeiras do rio Trombetas. Indicando discursivamente a polarização do mundo: liberdade versus cativo. Compondo assim um discurso politizado de reivindicação territorial. Se a noção de “mundo liberto” não implicava em cercas e limites, no momento atual, é objetivamente acionada para demarcar um território. O território tem sido o produto de distintas negociações. Espaços que antes tinham múltiplos usos por diferentes agentes sociais (indígenas e quilombolas), atualmente estão sendo incorporados e redesenhados a partir de lógicas tecnicistas e burocráticas. Diante de tais negociações, objetivo ainda, problematizar a atuação do antropólogo, designado a para a elaboração de relatórios.

Apresentação Oral em GT

Aproximações entre antropologia e direito: os laudos periciais antropológicos na afirmação e garantia das territorialidades quilombolas

João Vitor Martins Lemes, Erika Macedo Moreira

As territorialidades quilombolas são uma garantia muito recente considerando o histórico das questões agrária e quilombola brasileiras. A estes sujeitos foi negada/inibida a possibilidade de acesso à terra quando do fim do regime escravista brasileiro por meio da Lei de Terras e, somente quase um século e meio após a lei abolicionista essas territorialidades foram asseguradas pelo direito nacional, no art. 68 dos dispositivos constitucionais transitórios da Constituição democrática de 1988. Indubitavelmente, a garantia das territorialidades no âmbito legal foi um avanço importante na luta pelo reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais, entre eles os quilombolas. Todavia, no plano material, as territorialidades não são efetivamente garantidas, em razão de dificuldades do Estado e, especificamente, do direito, em diversas ordens: os desafios vão desde a falta da compreensão de que essas comunidades possuem identidades específicas até o questionamento dos instrumentos normativos que garantem o acesso aos territórios, a partir da postura



redistributiva do Estado. Tais dificuldades se materializam em uma infinidade de comunidades que desconhecem seus direitos e, se conhecem, tem muita dificuldade em acessar os seus territórios. Levando em consideração os desafios para a afirmação das territorialidades quilombolas e partindo do pressuposto que as contribuições do saber antropológico, sobretudo com a discussão das categorias identidade e reconhecimento, apontam novos caminhos no sentido de superação dos obstáculos impostos à garantia dessas territorialidades, o presente artigo propõe-se a discutir de que forma os laudos periciais antropológicos contribuem para a garantia das territorialidades quilombolas. Apesar da evolução apresentada pelo Estado na efetivação das territorialidades quilombolas através da criação de normas específicas e da atuação do judiciário na perspectiva de proteção das comunidades, o direito por si só não consegue garantir o acesso ao território, já que seus conceitos e instrumentos foram forjados na perspectiva civil-individualista do Estado moderno e legitimado por um discurso competente eurocêntrico. Dessa forma, o direito utiliza-se, na maioria das vezes, da antropologia e das categorias proporcionadas por esta, para a efetiva garantia das territorialidades quilombolas. Nesse sentido, imperativo é que a antropologia e o direito andem de mãos dadas, não só no plano teórico e nas realizações da academia, mas na prática cotidiana, tornando possível superar essa lógica de aplicação do direito do Estado moderno e, a partir da realidade de diversidade cultural que essas comunidades tradicionais nos impõem, possibilitar que o Estado seja capaz de compreender as singularidades desses povos nas relações com o espaço que ocupam."

Palavras chave: Antropologia; Laudos; Territorialidades

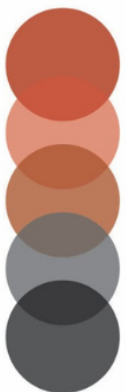
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/357_2016-11-17.pdf

Apresentação Oral em GT

O Estado e suas margens: O processo de formação de fronteiras no Quilombo de Bom Jardim da Prata no município São Francisco, Minas Gerais.

Maria Tereza Rocha, Fernanda Fernandes Magalhães Fabio Cabral Jota

A violência do Estado é rotineira, legitimando quem pode usar e aqueles que sofrem a violência. Defini assim, o contexto em que essa violência é justificada. Ao mesmo tempo, essa união da política com a violência é a origem do mito do Estado, constituída pela parte incoerente, brutal e banal, com os bens e qualidades atribuídas ao Estado, contradição que cria uma ilusão e legitima o uso da força. Mas, é nas próprias contradições que são criadas as possibilidades de resistências e de negociação com o Estado. A abordagem aqui, para pensar a margem vai para além dos espaços físicos. Não podemos pensá-las para fora do Estado e nem o Estado fora das margens. Estão relacionados, e em constante negociação, criando e reformulando as fronteiras e os limites dessas fronteiras. É a partir dessa perspectiva de margens, que direciono as relações de fronteiras no Quilombo de Bom Jardim da Prata situado no município de São Francisco norte de Minas Gerais. No Brasil o processo histórico de conformação da estrutura fundiária é explicitado pela ambivalência de leis que marcaram apropriação das terras no país, como a Lei de Terras (Lei n 601 de 18 de dezembro de 1850), e que ocasionaram, com aparato Estatal, a expropriação das terras e dos recursos nas comunidades tradicionais. No quilombo, observa-se, as fronteiras como controle da existência social, pela dominação, exploração e conflito, em que o atual padrão de poder articula-se na classificação de raça, na expansão das relações de mercado capitalistas e na presença do Estado como sua força legitimadora. É notável, que esse aparato de certa forma, não coloca a comunidade fora dessa relação, pelo contrário, afetam os corpos de maneira que esses se reposicionam em fronteiras simbólicas de negociação na correlação de forças ainda que desiguais. No contexto de redemocratização pós-ditadura a Constituição de 1988 foi um marco crucial para o reconhecimento dos direitos indígenas e quilombolas. E em 2005, a comunidade de Bom Jardim, passa pelo processo de reconhecimento de remanescente de quilombo em meio ao encurralamento da comunidade pelas fronteiras capitalista. Assim, a formação do reconhecimento quilombola pode ser visto como



negociação com o Estado. É pela própria contradição do Estado-nação que são criadas as possibilidades de resistência e negociação. Por isso, as identidades fluidas devem dar lugar a categorias unitárias como uma estratégia de negociação com Estado, pela brecha do próprio Estado, ou seja, a lei que rege o reconhecimento dos territórios de remanescente de quilombo. Então, a formação do quilombo de Bom Jardim da Prata, unifica a comunidade em um identidade, para recoloca-las nas margens do Estado.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467333828_ARQUIVO_ArtigoRBAFINAL2.pdf

Apresentação Oral em GT

O quilombo andante – diásporas e territórios

Ricardo Ferreira Ribeiro, Denise Pirani Wellinson Brito Ferreira Gustavo Araújo Silva

A noção de diáspora sugere dispersão e uma experiência de “ruptura” em seus diversos sentidos, pois implica em um processo de desterritorialização e em realocações em condições muito diversas. Calcula-se em 12,5 milhões o número de pessoas submetidas à escravização em cerca de 360 anos em que os africanos foram embarcados para diferentes partes do mundo, constituindo o que se consagrou chamar de “diáspora negra”. Tal processo prossegue nas regiões de destino, onde famílias continuam sofrendo processos de dispersão sob as ordens de seus senhores, após a fuga do cativo ou à libertação. O art. 68 do ADCT estabelece que aos “remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos”. Essa determinação desconhece que, em muitos casos, mesmo os denominados “quilombos históricos”, ocorridos no período colonial e no Império, apresentavam enorme mobilidade, fugindo das perseguições de agentes públicos e privados. Esse processo, muitas vezes, se intensifica após a Abolição, quando vários grupos de libertos vagam em busca de um “porto seguro”. Assim, a ocupação territorial atual de muitas comunidades quilombolas é relativamente recente e resulta de uma longa trajetória de vivências de fazenda em fazenda, de um ponto ao outro do país. O caso em análise discute a dispersão de um grupo quilombola, que possui uma origem comum nas encostas do Pico do Itambé, marco de referência do Distrito Diamantino, em Minas Gerais. Depois de longas trajetórias distintas, que incluem, na região, os municípios do Serro, Diamantina e outros vizinhos, mas também os estados de São Paulo e Paraná, constituem comunidades que reivindicam a sua condição de quilombolas e o seu direito aos respectivos territórios, no entanto, nenhum deles inclui a sua área comum de origem. São três experiências autônomas, que não guardam maiores influências recentes entre si e foi graças aos processos de elaboração dos respectivos relatórios antropológicos, contratados pelo INCRA e realizados por equipes distintas, que parte de suas raízes comuns foram retomadas. Alguns dos processos de reterritorialização ocorreram depois de longas trajetórias na própria região, ou em outros estados, mas são de ocorrência relativamente recente, possuindo cerca de 50 anos apenas. A identidade de tais comunidades quilombolas se constrói, dessa forma, menos pela ocupação histórica de um território e mais sobre fortes laços de pertencimento e de vivência de uma trajetória comum, reforçada pelas relações de parentesco. Assim, é preciso colocar em discussão a percepção de uma associação histórica entre comunidades quilombolas e seus respectivos territórios, pois ela não reconhece a mobilidade a que elas vêm sendo submetidas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466459133_ARQUIVO_Oquilomboandante.pdf

GT 047: Ofícios e profissões: memória social, identidades e construção de espaços de sociabilidade

Nesta terceira edição do Grupo de Trabalho (GT) “Ofícios e profissões: memória social, identidades e construção de espaços de sociabilidade”, a primeira foi realizada na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia



(RBA), em São Paulo, no ano de 2012, e a segunda na 29^a RBA, em Natal, no ano de 2014, segue-se com o pressuposto de que o trabalho é a expressão clara de intersecção entre cultura e processo produtivo. As constantes transmutações do sistema capitalista prospectam novas configurações de antigos campos profissionais e alterações nas regras que organizam as relações de trabalho. Estudos sócio antropológicos, sobre ofícios e profissões em sua multiplicidade de enfoques e de recortes de grupos profissionais, trazem um cenário fértil e criativo em que a dimensão identitária, associada ao trabalho dos sujeitos, cria dinamicidade aos seus projetos de vida e, conseqüentemente, suas ações no mundo social. A proposta principal é discutir pesquisas em que os ofícios e as profissões são analisados não apenas como funções sociais especializadas que as pessoas desempenham de acordo com as necessidades de outras, mas sim como uma das múltiplas dimensões das identidades dos sujeitos, sendo capazes de gerar esquemas de percepção e ação no mundo social. Pretende-se ampliar os debates.

Fernanda Valli Nummer (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ) e Maria Cristina Caminha de Castilhos França (IFRS - Câmpus Porto Alegre) - **Coordenação**

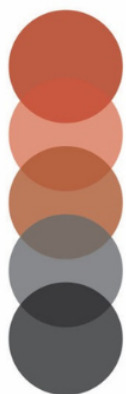
Pôster em GT

Perspectivas antropológicas: a construção do ofício do geneticista

Anatil Maux de Souza, Heytor Queiroz Ednalva Maciel Neves

Estudo traz uma abordagem antropológica acerca da experiência de profissionais envolvidos na genética médica na Paraíba e suas contribuições para o campo epistemológico da antropologia da saúde, no que tange indagações a respeito das racionalidades e socialidades que envolvem o trâmite entre fazer científico e práticas de saúde. Pretendemos identificar, portanto, como se configuram as práticas de profissionais envolvidos em genética médica no Estado, inseridos no âmbito acadêmico – pesquisa e ensino - e/ou clínico. A importância da reflexão antropológica sobre os ofícios na área da biomedicina a partir da perspectiva deste grupo está em enfatizar as relações entre natureza e cultura, assim como o valor do biológico e sua dinamicidade tanto no contexto biomédico quanto no contexto social e cultural, mais amplo. Nesta pesquisa utilizamos de abordagem qualitativa, em particular, quatro entrevistas semiestruturadas. Dentre elas duas foram com profissionais que atuavam tanto no âmbito clínico quanto no ensino superior –UFPB ou UFCG. Uma fora com um biólogo envolvido em pesquisa genética na UFPB e, na sequência, a última, com um professor de ensino superior também da UFPB – mas que já havia atuado como clínico no Hospital Universitário Lauro Wanderley-. O work de campo tem sido marcado pelo desafio de encontrar profissionais atuando na genética, nos diferentes departamentos e clínicas da UFPB e pelo constante desconhecimento de profissionais de saúde sobre locais e docentes quem atuam na genética no Estado. Mas também, em termos de resultados, os interlocutores informam que a genética médica já possuiu um programa de pós-graduação na UFPB, mas que fora extinto devido a problemas institucionais. Bem como, recentemente, houve a abertura de um concurso para professor em genética médica que não obteve nenhum inscrito. No tocante a prática clínica, atualmente, o Hospital Universitário Lauro Wanderley, não dispõe de ambulatório em genética para atender aos pacientes. As informações que obtivemos é que permanece um professor, que não desempenha primordialmente a função de médico, mas que tem sido citado como referência neste campo e, quando solicitado pelos discentes, atua como tal. Analisando os discursos dos interlocutores, podemos confeccionar uma rede de profissionais que se dinamiza no que tange a formação e atuação destes, nos possibilitando a questionar como as demandas sociais configuram a prática do ator profissional e se isso se torna uma expressão determinante para a prática médica; bem como o arranjo da esfera médica como um espaço de sociabilidade ou em que medida isto não se configura como uma competição no campo das ciências duras.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467330033_ARQUIVO_PosterRBA_ANATIL.pdf



Pôster em GT

Crescendo entre mundos, vivendo entre circulações: histórias de vida e de work na trajetória de Ofélia

Andreza Carvalho Ferreira

Este work aborda modos pelos quais a trajetória de vida de Ofélia impacta em sua atuação profissional contemporânea e por outro lado os modos como sua atuação reconstrói sua trajetória. Ofélia foi minha principal interlocutora no work de campo que realizei em Díli, Timor-Leste em 2014. Ofélia era “manager” da Alola Esperança, organização não governamental importante por promover, entre outras coisas, empoderamento financeiro para mulheres locais. Ofélia pode ser retratada como uma mediadora em cenários pós-coloniais, pelas vivências e circulação entre os regimes de governo que conheceu. Tendo isso em conta, discuto os modos pelos quais em seu contexto de work Ofélia mobiliza sua memória do passado para dar sentido a sua atuação e identidade no momento presente. Ofélia exercia e acumulava algumas funções para garantir o funcionamento da Alola Esperança. As várias competências internalizadas por Ofélia foram adquiridas de diversas maneiras dentro sua sociabilidade e socialização. Quando criança no Timor Português Ofélia aprendeu detalhes da tecelagem do tais (tecido tradicional) com sua avó e aprendeu a costurar com sua mãe. Conhecimentos importantes para que Ofélia dialogasse com as tecedeiras sobre suas peças e para que Ofélia desenhasse e crissasse produtos, como bolsas, para serem vendidos pela própria Alola e também ensinasse moças a costurar. Antes da ocupação indonésia que ocorreu em 1975, Ofélia trabalhava em uma “repartição”, com work administrativo. Após alguns anos de ocupação, Ofélia e o marido estabeleceram-se na Austrália. Em solo australiano Ofélia workou com algumas atividades até montar seu ateliê de costura e viver do seu work autônomo até desocupação da indonésia em Timor-Leste (1999). Com estas experiências, Ofélia administrava a dinâmica de work, a gestão do dinheiro e ao mesmo tempo garantia as mulheres intervalos, férias, salário mínimo, enfim, uma realidade trabalhista que ainda é nova em Timor-Leste. Ofélia dizia que tinha adotado muitas características australianas sobre os direitos das trabalhadoras. Além de todas as habilidades é possível evidenciar a mediação como uma atividade. Ofélia voltou para Timor em 1999 e sua intenção era ajudar suas “conterrâneas”. Ofélia começou a trabalhar na Alola Esperança em 2006 e em pouco tempo tornou parte da Alola essa “cooperativa” autossuficiente financeiramente. Ofélia era uma mediadora sensível entre as demandas locais e globais que estavam e estão em ebulição em Timor-Leste; como profissionalização. Ofélia tinha e acionava cotidianamente de forma bastante espontânea muitas expertises como técnicas de costura, tecelagem, gestão de pessoas e de recursos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466423755_ARQUIVO_poster_Andreza.pdf

Apresentação Oral em GT

O Exército como família: espaços militares e redes de sociabilidade numa vila na fronteira amazônica

Cristina Rodrigues da Silva

A comunicação explora a relação entre Exército e família, mais especificamente, investiga as formas de organização e cotidiano dos militares através de suas experiências familiares. O Exército brasileiro apreende "Família Militar" enquanto categoria nativa, que representa um universo de relações dentro da instituição onde o termo pode indicar o todo (a corporação militar) e/ou suas partes (seções, Armas, as famílias, etc.). Apoiar-se na ideia de unidade tradicional da família (autoridade paterna, relações de afeto e solidariedade tanto entre relações tidas como hierárquicas – pai e filhos – como relações horizontais entre irmãos), que se estende para as características encontradas e estimuladas no quartel (a predominância da coletividade, o espírito de união e a camaradagem). Para a pessoa que se torna um militar de carreira, uma das principais



entradas nessa "Família" concretiza-se no processo de construção da identidade adquirido durante o período de formação na academia militar, onde os alunos (cadetes) são incentivados e preparados para compor um "espírito de corpo". A apreensão de valores e comportamentos adequados à vida militar como respeito à ordem, à disciplina, à hierarquia, condicionamento físico, maneiras de se portar em ambientes diversos são prescritos na forma de regulamentos que as pessoas não somente devem seguir, mas incorporar, sendo constantemente avaliadas pelo cumprimento ou não dessas regras. Esse conjunto de valores e princípios condicionam a vida do militar de tal modo que essas formas de socialização são estendidas nos mais diversos âmbitos de sua vida: condicionam as formas de moradia e rede de relações, e quando os militares se casam, por exemplo, seus cônjuges também são socializados pela instituição, isto é, também passam a participar (mesmo que involuntariamente) das prescrições e estilo de vida que são estimulados nesse ambiente. Para ambos, militares e esposas, o Exército oferece um novo conjunto de relações que seria algo como um "substituto" de suas respectivas famílias de origem: a "Família Militar". Nesse sentido, o Exército parece ordenar uma lógica muito específica das relações familiares nesse meio: vizinhos como parentes (pessoas que não são só próximas fisicamente, mas também estão vivendo e compartilhando experiências semelhantes); espaços e relações entre as pessoas configurados por hierarquias sociais (vilas e clubes de lazer pertencentes à organização e dispostos segundo a prerrogativa militar); enfim, uma série de elementos e mecanismos que produzem uma sociabilidade diferenciada nesse contexto. Assim, procuro refletir sobre as relações do Exército e práticas dos familiares através de etnografia sobre a dinâmica social das vilas militares em uma região de fronteira amazônica no Brasil.

Apresentação Oral em GT

Da mão que queima à mão que acaricia: notas etnográficas sobre os encontros corporais entre humanos e animais não humanos no work artesanal da doma de cavalos

Daniel Vaz Lima, Flávia Maria Silva Rieth

Neste texto discutimos, a partir da descrição etnográfica da técnica da amanuação, a noção de artesanato de Richard Sennett (2013) para quem o pensamento e o sentimento estão contidos no processo do fazer artesanal. Os movimentos aliados ao tato e as diferentes maneiras de segurar e tocar com as mãos afetam a maneira de pensar e constituem, no caso deste texto, a habilidade artesanal para a lida com os cavalos. No contexto do pampa, desenvolveram-se formas de sociabilidade a partir das estreitas relações estabelecidas entre humanos com os não humanos e cujas possibilidades se pode apreender, etnograficamente, por meio do estudo das diferentes técnicas de manejo dos animais. No caso do ofício da doma de cavalos, que é um saber e modo de fazer que busca ensinar equinos para as práticas relacionadas aos works que envolvem a pecuária extensiva, desde as etapas iniciais do processo técnico, humanos e animais não humanos estabelecem formas de comunicação pelo envolvimento em forma de práticas corporais. O artigo consiste em pensar a relação entre o domador e o cavalo nos estágios iniciais da doma considerando os seus encontros corporais, especificamente no que se refere ao encontro da mão do domador com o corpo equino. A técnica da amanuação consiste na primeira etapa do work de ensinar cavalos em que o domador busca uma aproximação com o animal visando acostumá-lo com a mão que vai tocando as diferentes partes do seu corpo, processo que chamam "ir tirando as cóscas". O estabelecimento de uma comunicação a partir da linguagem verbal e principalmente corporal, junto da mediação dos artefatos, consiste nos principais atributos desta técnica. A percepção dos domadores referente a uma sensação corpórea do cavalo, que vai de um toque de mão que parece que queima e desconforta à um toque que acaricia e que gera sensação de conforto, nos convida a um conjunto de reflexões acerca do encontro entre o animal humano e o animal não humano no processo técnico. O toque da mão do domador que desenvolveu a habilidade de tocar por meio da sensibilização da ponta dos dedos engendra pensar o aprendizado e a construção do artífice domador pela relacionalidade com os animais não humanos, os artefatos e os ambientes.

Palavras chave: work artesanal, corporeidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/102_2017-01-02.pdf

Apresentação Oral em GT

Narrativas dos mestres de ofício do Vale do Jequitinhonha: Saberes Plurais

Daniela Guimarães Vieira, Maria Aparecida Moura, Maria das Dores Pimentel Nogueira, Terezinha Maria Furiati

Pretende-se apresentar a experiência de pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Saberes Plurais, programa de extensão em curso desde 2012 na UFMG. O programa realizou o registro audiovisual das memórias de 16 mestres de ofício/ artesãos do Vale do Jequitinhonha (MG), entre ceramistas, paneleiras, trançadeiras, tamborzeiros, fiandeiras, tecelãs, bordadeiras e escultores em madeira. As entrevistas foram publicadas em dvd com livreto encartado (16 volumes), e são parcialmente disponibilizadas no site www.ufmg.br/saberesplurais. Em comum, além da área geográfica e cultural na qual se inserem, os sujeitos pesquisados se reúnem sob a alcunha de “artesãos”, e tem uma trajetória histórica e social que guarda semelhanças nas formas de produção e transmissão dos seus saberes. As entrevistas realizadas revelam diferentes aspectos de seus enraizamentos identitários, da forma como veem a si mesmos e das formas como são vistos em seus contextos locais. Os mestres de ofício/ artesãos são conhecidos em suas comunidades como detentores de um saber especializado em sua áreas técnicas, mas também como detentores de outros tipos de saber, não raro de forma institucionalizada: são rezadeiras e benzedadeiras, parteiras e mediadores, conselheiros e contadores de histórias. É recorrente, em suas narrativas, o reconhecimento de si mesmos a partir da inserção social que o ofício e os saberes a ele associados lhes proporcionaram. A proposta do artigo é mostrar, através das narrativas enunciadas por estes sujeitos, em que medida o ofício que desempenham determina seus esquemas de percepção e ação no mundo social. Acredita-se que os mestres de ofício do artesanato produzido no Vale do Jequitinhonha atuam como cronistas guardiões dos saberes enraizados na cultura popular compartilhada. Ao criar e repertoriar as sínteses do cotidiano, cerzem o imaterial ao material e, na consolidação desses gestos, plasmam, registram e repercutem os saberes do lugar.

Trabalho completo:

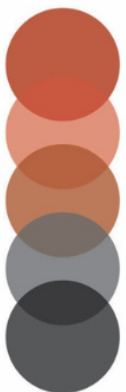
https://www.abant.org.br/files/1467335586_ARQUIVO_NarrativasmestresoficioDanielaVieirafinal.pdf

Apresentação Oral em GT

A "mãe da noiva" de aluguel: work relacional e confiança no cotidiano de uma cerimonialista

Érika Bezerra de Meneses Pinho

A reinvenção da tradição do casamento, traduzida nas atuais "bodas espetáculo", veio acompanhada do crescimento de um mercado dedicado a esses eventos. Nesse contexto, destaca-se a reformulação da atividade profissional de organização de casamentos, também conhecida como "cerimonial". Em torno desses agentes, se formam extensas redes de contatos. Por um lado, eles se relacionam com profissionais pertencentes a todos os demais segmentos do mercado de cerimônias e festas. Na outra ramificação, os cerimonialistas se relacionam com uma rede formada pelos clientes, sobretudo as noivas, que passam a indicar o serviço às amigas que planejam casar em seguida. Esse artigo trata de uma incursão etnográfica realizada ao longo do segundo semestre do ano 2015, quando pude acompanhar a rotina de work de uma cerimonialista da cidade de Fortaleza, participando de sua equipe. Após dois anos entrevistando noivas e profissionais e participando de feiras do mercado de casamentos, como parte de minha pesquisa de doutorado sobre ritos de casamentos contemporâneos, a oportunidade de integrar uma equipe de cerimonial me possibilitou acompanhar a



organização de festas e as relações entre noivas e profissionais "de perto e de dentro". Ao longo desse período participei, como assistente de cerimonial, da realização de cerimônias e eventos, de reuniões entre noivas e fornecedores, bem como de eventos pré-nupciais. Pretendo desenvolver, nesse artigo, a partir da observação e da participação feitas junto à equipe de cerimonial pesquisada, uma reflexão sobre o work relacional e a gestão emocional que figuram como cerne do work desempenhado pela cerimonialista. Organizar casamentos demanda a realização de uma série de atividades voltadas para questões logísticas e operacionais. Espero demonstrar o quanto aquilo que é considerado como um bom desempenho está relacionado, nessa função, com a demonstração de uma série de crenças e sentimentos. "Positividade", "entusiasmo" e "serenidade" são estados emocionais que a pesquisada procura transparecer e inculcar nos casais de noivos e nos familiares. É justo falar, assim, em um work de "gerenciamento das emoções" (HOCHSCHILD, 2012) que assume um caráter permanente e se torna, para a pesquisada, como uma segunda natureza. As crenças da pesquisada se coadunam com um imaginário já existente no mercado de casamentos, e oferecem um ponto de observação interessante sobre a permanência de significados tradicionalmente relacionados ao casamento, mesmo em um momento de reinvenção da tradição das bodas.

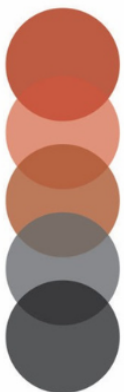
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466464133_ARQUIVO_30RBA-workcompleto-ErikaPinho.pdf

Apresentação Oral em GT

Pensando as múltiplas leituras das categorias competência, desempenho, igualdade e justiça em um contexto de funcionalismo público

Gabriela de Lima Cuervo

A reflexão proposta neste work baseia-se em dados colhidos para minha dissertação de mestrado e parte de uma perspectiva através da qual se enxerga o Estado como um conjunto de disputas e microprocessos envoltos de múltiplas moralidades que informam os modos pelos quais os agentes estatais, em suas variadas instâncias, funções e hierarquias, regem e pensam suas práticas. Ao tomar como objeto de análise as carreiras profissionais de professores da prefeitura de Magé/RJ e as mudanças e contratempos por eles enfrentados por conta das dinâmicas de cada governo, concluí que o contexto daquele setor do funcionalismo público era marcado por um jogo de construção de reputações e processos de classificação, onde era colocada em questão a "competência" daquelas pessoas no exercício de seus cargos. Ali, discutia-se tanto o estatuto da própria "competência" e a dos colegas, assim como as prerrogativas para alguém ser considerado "competente". Esse quadro de produção da crítica (Boltanski, 2000:54), no qual são lançados sentidos de justiça (Boltanski, 2000:63) acerca das possibilidades de compensação social em torno da "competência" e do mérito profissional de cada um, era reforçada, sobretudo, pela proximidade com a política eleitoral, quando há tanto funcionários que chegam ao serviço público através do envolvimento com pessoas que transitam naquele universo político (alguns atuando anteriormente como cabos eleitorais), como funcionários que passam a se envolver com a "política" através e após o acesso ao emprego público. Parto da ideia de que estas avaliações acerca do desempenho dos colegas e do próprio ganha uma dimensão particular em instituições estatais pois, ao mesmo tempo que são pensadas através de um viés normativo que as classifica como sendo de ordem do "público", do "impessoal", do "burocrático", do "universal" - cujos quadros administrativos deveriam funcionar sob uma lógica técnico-meritocrática -, existem práticas que destoam deste modelo normativo (em especial, as redes de compromissos e relações pessoais permeando a dinâmica de acesso e manutenção de cargos e funções - em especial, as de "confiança"). Este work se propõe a analisar as maneiras pelas quais categorias como competência, desempenho, igualdade e justiça são operacionalizadas situacionalmente pelos atores em questão a partir da mobilização e articulação de quadros de referência distintos e, também, como estes discursos indicam a mobilização da ideia de um ethos profissional de professor/funcionário público que, conforme veremos, não é homogêneo e está em disputa.



Palavras chave: Funcionalismo público, moralidades

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/723_2016-12-06.pdf

Apresentação Oral em GT

Entre "Tucos" e "Bochas": A relevância dos apelidos no ethos ferroviário

Guillermo Stefano Rosa Gómez, Claudia Turra Magni

Este work apresenta um recorte temático de uma etnografia realizada com ferroviários aposentados e moradores do Bairro Simões Lopes, na cidade de Pelotas/RS. Neste bairro encontra-se a Estação Férrea, recentemente recuperada pelo poder público, o sindicato ferroviário (ainda ativo), além dos remanescentes chalés, moradias organizadas próximas ao espaço de work, de acordo com a lógica da vila operária. Interessou-nos as maneiras pelas quais os atores apresentaram suas narrativas (diversas, sobrepostas, controversas ou contraditórias) sobre os aspectos de um mesmo “fenômeno urbano”: a figura do trem, do work e do ethos ferroviário; a privatização da Rede Ferroviária Federal (que resultou na perda do emprego para muitos); a degradação da Estação Férrea, assim como da recente revitalização deste prédio, atualmente destinado a outros fins. Como procedimentos metodológicos, a observação flutuante guiou a fase exploratória do campo e seleção dos interlocutores-personagens, técnica esta seguida da observação participante e de entrevistas em espaços-chave, como o sindicato e as casas dos trabalhadores. Na etnografia do cotidiano destes aposentados, em seus trânsitos pelo bairro ou encontros no sindicato, percebemos a recorrência de um “gênero” de narrativa que envolvia uma dimensão “lúdica”: as piadas, os causos e os apelidos. É este último aspecto – a criação, circulação e o uso de apelidos – recortado da etnografia mais ampla, que queremos aqui focar. Dentre a gama de apelidos e de contextos narrativos identificados em work de campo, propomos três possibilidades analíticas: apelidos pessoais, apelidos profissionais e apelidos irônicos (de flexibilização de posição social hierárquica). Além disso, observa-se que esse processo de nomeação estende-se para as máquinas/locomotivas e ferramentas de work. Buscou-se compreender como este aspecto “lúdico” e cotidiano era revelador da complexidade do ofício ferroviário, marcado pela hierarquização e setorização. O apelido, neste contexto, aparece como parte de uma linguagem profissional, envolvendo uma narrativa de gênese (cada apelido tem um “causo” ou piada que o fundamenta, contado diferentemente pelos atores) e ainda uma “pista” etnográfica da forma como os sujeitos se reconhecem, identificam os outros e lidam com relações hierarquizadas ou processos do mundo do work. Os apelidos, assim como os causos e as piadas, fabulam o work, recontando-o. Este tipo de narrativa permite ao sujeito, não sem a censura coletiva, escrever sua própria biografia e repensar, no curso da passagem do tempo, sua inserção no universo simbólico da profissão.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467314224_ARQUIVO_GOMEZ,G.S.R.&MAGNI,C.T.-EntreTucoeseBochas30RBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Memórias da escravidão no sertão: etnografia e arquivos de Acari (RN).

Jardelly Lhuana da Costa Santos, Julie Antoinette Cavignac

No Rio Grande do Norte, os estudos sobre a escravidão foram produzidos inicialmente por uma elite “branca” que tentou apagar a presença de africanos, crioulos e seus descendentes no sertão. Porém, sabe-se que a partir do século XVIII, a colonização da Ribeira do Seridó se intensificou num espaço livre de populações indígenas, e com os donos das sesmarias, foram trazidos escravos de Pernambuco e da Paraíba para



auxiliarem os senhores das fazendas na criação de gado. Com a Lei Áurea, muitas famílias não tiveram outra opção senão ficar no local e, no decorrer da história, sofreram um processo de invisibilização e estigmatização. Esse work tem como objetivo reconstruir a trajetória genealógica da família Belém, grupo doméstico afrodescendente que tem sua origem numa fazenda de criar, do mesmo nome, e que tem em seus registros o maior número de escravos, nos meados do século XVIII. Iremos comparar as memórias com os documentos históricos disponíveis para recompor a trajetória da família Belém durante mais de dois séculos e questionar como o grupo se constituiu em torno de um estigma, a marca deixada pela escravidão. Buscasse, assim, através da perspectiva histórica questionar os dados etnográficos, e a partir dos dados etnográficos preencher as lacunas deixadas pelos documentos históricos (Wachtel, 1990). A pesquisa, que encontra-se em andamento, já traz alguns elementos: apesar de dos poucos registros de uma memória genealógica, verificamos a existência de práticas cotidianas e de ofícios que remetem a um passado colonial. Encontramos vaqueiros, tropeiros e cozinheiras que testemunham, pelos seus saberes e práticas cotidianas, a resistência de uma história silenciada.

Palavras chave: Memória, Escravidão, saberes.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/123_2017-01-02.pdf

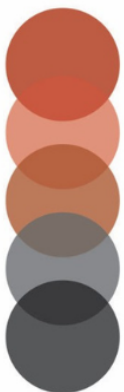
Apresentação Oral em GT

Inspiração como Vocação: vida-obra, carisma e carreira

Luisa Günther Rosa

As considerações aqui apresentadas procedem de uma análise compilada das cartas de Vincent Van Gogh (1853-1890) destinadas a seu irmão Theo (1857-1891) e prefaciadas por sua cunhada Jo Van Gogh-Bonger. Estas cartas permitem uma singular perspectiva quanto à forma como a vida-obra de Van Gogh se interpenetram. Não apenas por tornarem explícitas algumas particularidades do cotidiano de diferentes momentos da vida do artista mas, por apresentarem, em uma narrativa dispersa, um testemunho sobre seus ideais relativos à vida, à sociedade e à arte; à vocação e ao work; suas influências e heteroreferências; seus gostos e opiniões. O que motiva esta compreensão são reflexões quanto às condições sociais de possibilidade de uma vida dedicada à criação de um legado artístico. Para isto, o enfoque será direcionado a partir das categorias carisma e vocação de modo a promover uma integração retrospectiva da trajetória social de uma história pessoal de inserção em um estilo de vida e de produção. Por mais que possa existir uma compreensão do artista como uma identidade social que resulta da percepção de si mesmo como capital simbólico, sendo simultaneamente força de work, meio e modo de produção, de fato, a carreira de artista é um investimento arriscado. Nestes termos, é interessante notar que para considerar a produção artística enquanto algo além de um work simbólico é preciso transcender e expandir a intencionalidade de atores individuais de modo a explicitar como seu imaginário reverbera normas e valores de contextos estruturais mais amplos. Agora, será que reconhecer a existência destes mecanismos sociais de produção de identidades artísticas significa necessariamente no descrédito de incumbências cósmicas, qualidades extra-sociais, dimensões metafísicas ou dons divinos enquanto características de determinados artistas? Como compreender a vida-obra de Van Gogh para além das dimensões de uma suposta loucura-genialidade? Recorro a estas cartas, justamente porque elas possibilitam um desenvolvimento retrospectivo da biografia deste artista a partir de indicações sobre processos de socialização mais amplos; processos estes que moldam sistemas de prestígio e participação em um estilo de vida marcado por um limites estabelecidos em função das oportunidades sociais e do status simbólico de que gozam uma determinada pessoa.

Apresentação Oral em GT



AS DOMÉSTICAS VÃO ACABAR? Estudo antropológico dos jogos de memória, narrativas biográficas, trajetórias sociais e formas de sociabilidade de mulheres em Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA

Luísa Maria Silva Dantas

Este work se propõe a descrever e interpretar as mudanças, mas também continuidades e conflitos, ocorridos na regulamentação e nas práticas do work doméstico remunerado em metrópoles brasileiras. Esta etnografia prioriza a enunciação de trabalhadoras domésticas, que na dinâmica de seus jogos de memória compõem identidades narrativas que abarcam suas trajetórias de vida e work, bem como, refletem sobre suas biografias a partir das diversas formas de sociabilidade que participam. A pergunta que dá título a esta proposta visa provocar os leitores em relação ao que é alardeado por discursos midiáticos, sugerindo que a ampliação de direitos resultará em desempregos e ainda mais problemas sociais; mas também para incitar maiores reflexões a respeito das diferentes dimensões que envolvem este work caracterizado pela interseccionalidade de raça, gênero e classe; bem como, construir possíveis alternativas de conformação do emprego doméstico na contemporaneidade.

Apresentação Oral em GT

Música e cidade: memória social e experiência urbana de artistas da música popular em Belém do Pará nos anos 1980 (PA).

Nélio Ribeiro Moreira

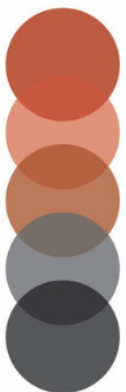
O artigo pretende expor alguns pontos discutidos em dissertação de Mestrado sobre o processo de construção e o desenvolvimento de práticas de sociabilidade numa rede de compromissos tecida entre artistas da cena da canção popular em Belém do Pará na década de 1980. A partida para o estudo se dá do ponto que foi tomado como fato primordial: a realização da Feira Pixinguinha de Belém do Pará em janeiro de 1980. Trata-se de considerar esse evento como o primeiro momento de reunião artistas da música popular da cidade e que acabou por ser tomado com ponto emblemático para a constituição de um sentido de coesão entre aqueles atores sociais. Assim, a comunicação aborda o desenvolvimento de práticas de sociabilidade entre os atores sociais integrantes do mundo artístico (BECKER, 1982) de Belém ensejadas que foram por meio da canção popular. Cabe destacar ainda que se trata de considerar o circuito comunicacional que possibilitou as formas de produção e circulação dessa mercadoria cultural na cidade na época, entendendo-a como uma fronteira (HANNERZ, 1997). A categoria cena musical (STRAW, 1991) é o subsídio para análise dessas ocorrências socioculturais. Portanto, trata-se de um estudo antropológico com temática histórica (FRESHSE, 2005; SAHLINS, 1999), cujo objetivo foi verificar como os festivais da canção e as gravações, entendendo-as como mercadoria cultural, se formaram como lugar de projeto naquele dado campo de possibilidades (VELHO, 2008). Assim, é com o intuito de apresentar um sentido de como deu a constituição de uma memória social no meio musical local que pretende ir a exposição. Deve-se considerar a pertinência disso porque se trata de notar as atuações dos artistas da música popular num tempo pretérito como meio de afirmar uma canção identitária como prática discursiva que buscou relacionar o lugar com o seu processo de feitura.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466445248_ARQUIVO_ArtigoparaRBA2016Musicaecidade.pdf

Apresentação Oral em GT

O Vigilante na unidade de saúde: entre a norma e o "jeitinho"



Rachel Aisengart Menezes, Priscila de Oliveira Galvão Cassemiro (Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro)

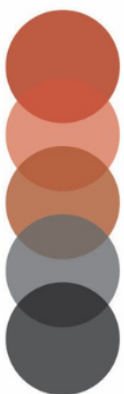
No cotidiano dos serviços de saúde, são diversos os desafios a serem enfrentados. A relação entre as normas instituídas e a realidade dos serviços de saúde é encarada muitas vezes com o famoso “jeitinho brasileiro”. Dentre os profissionais encontrados nesse cenário, destaca-se a atuação do vigilante patrimonial. Com frequência, seu work se estende para além do esperado, em termos das normas referentes à sua função. Uma análise do “jeitinho brasileiro” permite compreender a maneira como são empreendidas algumas das atribuições “extra-oficiais” dos vigilantes em instituições de saúde. A vigilância patrimonial, exercida primeiramente nas instituições bancárias, assume posteriormente diversos locais de atuação e é hoje parte das instituições de saúde. Para além do que seria esperado de um “vigilante patrimonial”, cujo work seria “garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio” (BRASIL, 2012), os vigilantes em unidades de saúde atuam de forma ampla, além das atividades normatizadas e definidas na legislação da categoria. Em algumas instituições eles são responsáveis, por exemplo, por uma triagem informal de quem busca atendimento de emergência, por auxiliar no transporte de enfermos ou recepcionar os pacientes e indicar a localização dos ambientes de consulta. Em certas unidades realizam, também, contenção ou acolhimento de familiares que receberam notícia de falecimento de parente assistido na instituição. Em um país formado por um sistema legal distanciado da realidade cotidiana, o jeitinho surge como possibilidade de ligação. No hospital, é constante o jogo entre regras impessoais, que pouco ou nada têm com o cotidiano do serviço, das práticas, dos profissionais e dos pacientes, e as regras criadas “com jeitinho”, para dar conta das peculiaridades de contextos particulares. As instituições de saúde se tornam palco de tensões, em que se encontram e disputam distintas lógicas: a da lei universal e a lógica da relacionalidade. A apreensão das práticas e dos discursos referentes ao work do profissional de vigilância permite, sobretudo, apreender os valores vigentes no contexto da assistência em saúde, associados a poder, hierarquia, autoridade, morte, vida, sofrimento. As relações estabelecidas em unidades de saúde expressam códigos, representações e valores vigentes, tanto na instituição quanto na sociedade, de forma ampla. A oscilação das normas no ambiente hospitalar e do work do vigilante patrimonial hospitalar entre a norma e o jeitinho parece apontar para o movimento mais amplo da própria sociedade entre formal e o informal, o universal e o relacional, o indivíduo e a pessoa.

Apresentação Oral em GT

SULANQUEIROS E EMPREENDEDORES: conflitos e deslizamentos identitários entre produtores/comerciantes de vestuário e outros objetos, no agreste de Pernambuco-BR.

Wecisley Ribeiro do Espírito Santo

A comunicação apresenta um fragmento do mundo da sulanca – que compreende formas de vida que se constituem a partir da produção familiar e vicinal de vestuário, junto com múltiplos outros ofícios a ela associados, bem como sua comercialização nos circuitos de feiras livres da região –, tomando os processos de elaboração de identidades coletivas como tema ênico articulador do relato. Os trabalhadores deste universo social procedem frequentemente a uma bricolagem simbólica que costura, em diferentes proporções, retalhos da tradição e das narrativas de modernização, confeccionando com isso variados “ideais do nós”, para retomar a expressão formulada por Norbert Elias e John Scotson, sob inspiração da psicanálise. Helanca do sul ou sucata de helanca, duas expressões alternativas que se referem à matéria prima que está na gênese dos fabricos (pequenas unidades produtivas) agrestinos, deram origem ao termo nativo sulanca e, por derivação, sulanqueiros (os trabalhadores da sulanca). Referindo-se à memória coletiva dos trabalhadores da região, estas categorias expressam valores subsumidos nas tradições locais. Por outro lado, a partir da recepção de campanhas corporativas pela modernização da produção e da comercialização de seus produtos, estes trabalhadores vêm incorporando em seu léxico identitário palavras oriundas das teorias do



empreendedorismo. E, no entanto, por tentador que seja à primeira vista, tratar o par sultanqueiro/empreendedor como uma oposição binária constitui uma operação que mais dificulta do que auxilia a produção de uma teoria etnográfica sobre o work, na região. A descrição dos dados empíricos que se quer levar a curso pretende tomar estas categorias como dois pólos de um contínuo, no interior do qual se situam identidades forjadas em conflitos e deslizamentos simbólicos (que repercutem de modo radical nas condições materiais de vida) que jogam com composições variadas dos valores nativos associados à tradição e à modernidade.

GT 048: Onde estava escrito? Criactivity, inovação e a teoria etnográfica.

Um dos traços marcantes da Antropologia é a convivência indissociável entre sua epistemologia e a teoria etnográfica a partir de sua prática. Essa relação está condicionada à necessidade da reatualização teórica em tempo real mediante as demandas e idiossincrasias provenientes das pesquisas de campo. Não raramente o material etnográfico desafia os limites dos referenciais teóricos mais consolidados e exige a elaboração de abordagens que, por um lado, não imponham limitações ao próprio material e, por outro, levem adiante as discussões que já estão em circulação. Este Grupo de Trabalho pretende estimular o debate e promover a articulação entre pesquisas que vêm lidando com desafios teórico-metodológicos colocados por seus materiais etnográficos, que vêm se deparando com a inadequação ou insuficiência dos referenciais teóricos disponíveis. Acolheremos reflexões sobre pesquisas autorais que desafiem formulações teóricas instituídas e/ou que exijam o empreendimento de certa criactivity no traçado de suas estratégias metodológicas. Privilegiaremos os trabalhos que dialoguem transversalmente entre si em função de suas abordagens inovadoras para a pesquisa e a escrita etnográfica, não só superando delimitações temáticas como também promovendo o diálogo entre as diferentes subáreas da antropologia. Dessa forma, serão bem vindas contribuições dos diversos campos temáticos que compõem o conhecimento antropológico, desde que oriundas de pesquisas empíricas próprias.

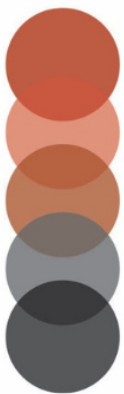
Guilherme José da Silva e Sá (Universidade de Brasília) e Karina Biondi (UNICAMP) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

Não estava escrito, mas foi desenhado - Contribuições do desenhar à antropologia

Aina Guimarães Azevedo

A questão posta nesta comunicação parte da experiência de pesquisa na África do Sul com falantes de zulu, quando o desenho ou o desenhar emergiu como uma metodologia de pesquisa e, ao mesmo tempo, uma forma de expressão do conhecimento. Por não sustentar-se em qualquer abordagem teórico-metodológica, o emergir significou um não planejamento e uma abertura conflituosa ao desenhar. Naquele momento (2010-2011), a antropologia gráfica de Ingold estava em sua recente formulação (2011a, 2011b) e encontraria ainda mais espaço teórico posteriormente (2013), além de diversos outros investimentos, senão mais recentes (Kuschnir 2012 e 2014; Ballard 2013; Geismar 2014 e Ramos 2015), mais acessíveis e em ampla circulação no presente (Newman 1998; Colloredo-Mansfeld 1999 e 2011; Ramos 2004, 2009 e 2010; Hendrikson 2008 e 2010, Taussig 2009 e 2011). Tendo como pano de fundo um cenário teórico-metodológico favorável à inscrição do desenhar na antropologia atual, o presente work busca apontar as possibilidades, os dilemas, conflitos e limites dessa abordagem, tanto em sua apreensão metodológica, quanto em sua expressão e assimilação teórica. O desafio etnográfico de lidar com a temporalidade dos rituais, com a presença dos ancestrais, com o lastro comunicativo das técnicas corporais e com a localização singular de eventos ordinários é o que





impulsiona a reflexão sobre o desenho e o desenhar em minha própria pesquisa. Entretanto, a partir de uma experiência colaborativa - um ensaio gráfico - realizada com Sara Asu Schroer e sua pesquisa com falcões e falcoeiros, também discuto as possibilidades comunicativas ampliadas pela linguagem antropológica desenhada.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466474068_ARQUIVO_AZEVEDO_Naoestavaescritomasfoidesenhado_c_ontribuicoesdodesenharaantropologia.pdf

Pôster em GT

Contribuições teórico-metodológicas para a escrita etnográfica: interseccionando raça, gênero e classe na reconstrução de trajetórias biográficas.

Bruna Aparecida Thalita Maia

A proposta desse work é apresentar as reflexões teórico-metodológicas preliminares produzidas no work de conclusão de curso que desenvolvo no curso de Bacharelado em Humanidades, no qual busco escrever a biografia de uma mulher negra que subverteu muitos estigmas sociais e conseguiu se inserir em diversos espaços de poder destinados, majoritariamente aos homens e minoritariamente às mulheres brancas. Esta proposta surgiu e ganhou corpo a partir das leituras e debates proporcionados no projeto guarda chuva que estou vinculada como bolsista de iniciação científica, que tem como objetivo “contribuir para o debate epistemológico sobre visibilidade e invisibilidade dos diferentes sujeitos nas pesquisas das Ciências Sociais, em especial da Antropologia, produzidas em termos narrativos e sociais tendo como foco a trajetória biográfica de um sujeito”. As pesquisas realizadas para construção da monografia com trajetórias de vida e escrita de biografias me deram conhecimento empírico e teórico aprimorando minhas reflexões. Ressalto que ambas as pesquisas estão em fase preliminar e que a participação neste grupo de work será importante para o meu amadurecimento e para conhecimento de outras pesquisas que utilizem de metodologias não-hegemônicas e tradicionais. A participação como bolsista de iniciação científica, tem modificado minhas reflexões acerca da construção de teorias e metodologias de pesquisa que além da valorização do colaborador/entrevistado/interlocutores tem apontado para os limites as críticas feitas quanto ao uso das biografias. Nos works etnográficos se fazem construtoras de metodologias humanas que tomem a trajetória de um personagem como centro norteador para compreensão de fenômenos sociais e culturais. Através do uso de histórias de vida, podemos entender e problematizar um contexto, seja o qual estamos inseridos ou um que pretendemos conhecer através da perspectiva ou da experiência biográfica de vida do sujeito. As trajetórias de vida possibilitam dar voz a personagens que foram historicamente invisibilizados dando lugar a memórias esquecidas. A capacidade de enxergar a importância e a eficácia do uso de trajetória de vida e de relatos orais, como metodologia de pesquisas científicas sérias e comprometidas, não só com a academia, mas também, com seus interlocutores, com quem se constrói junto o material. O poder da oralidade, da memória, nos traz excelentes conteúdos para análises e compreensões de processos sociais, políticos e culturais de momentos, lugares e histórias que não conhecemos, ou que não vivemos. Compreendemos que a memória individual de uma pessoa tem interferência de inúmeros aspectos externos que a forma e pode nos servir como excelentes instrumentos de pesquisa já que a história oral é dinâmica.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467330927_ARQUIVO_textosubmeteraba.pdf

Pôster em GT

O Devir das Coisas: uma etnografia da trajetória social dos resíduos sólidos da Indústria Naval da cidade de Rio Grande

Carolina Hoffmann Fernandes Braga

Como qualquer atividade humana, a industrial, principalmente, gera resíduos. A cidade portuária de Rio Grande, vem passando por significativas transformações relacionadas à instalação de um polo naval, que além de criar emprego, renda e migrações que impactam na população local, temas amplamente pesquisados e debatidos, também gera resíduos industriais que são centro de interesse desta etnografia. A problematização dos usos destes materiais não é dada pelo crescimento da indústria naval, mas pelo que dela resulta em “resíduo”. A análise da cultura material aqui é proposta a partir de uma abordagem antropológica, considerando-se ainda suas vertentes arqueológica, visual e imagética, através das quais, pretendo provocar reflexões críticas sobre nossas práticas e visões de mundo, na medida em que os artefatos, neste caso, os resíduos sólidos aqui representados, codificam os princípios culturais do universo estudado e expressam suas categorias em contextos diversos. Este projeto busca desenvolver uma etnografia sobre os fluxos, desvios e reutilizações de resíduos sólidos da indústria naval na cidade de Rio Grande/RS, material frequentemente refugado e que, embora imperceptível aos olhos da maioria da população, aponta para novas relações entre a cultura material e o ser humano. O objetivo é desnaturalizar e iluminar um assunto insuficientemente explorado em diversas áreas do conhecimento: os dejetos, ou “lixo”, entendidos como herança de nossa sociedade de consumo para as próximas gerações. Quando não atribuímos potencial mercantil a materiais, os descartamos. Mas o potencial mercantil de todas as coisas é definido pela situação de trocabilidade ao longo do fluxo vital desses materiais. Esta fundamental percepção de valor acerca dos vestígios da indústria é na verdade parte das alterações nos julgamentos que os sujeitos fazem sobre os materiais. A etnografia desta pesquisa torna evidente que a cultura material descartada, retirada de circulação aparente, não tem seu fluxo interrompido, pelo contrário, sua circulação continua a acontecer por uma demanda de consumo diferente da conhecida habitualmente. O reaproveitamentos de materiais fogem a rotas predeterminadas sendo configurados como desvios, dentro do pensamento de Arjun Appadurai. Mas vale problematizar o que seria um desvio: sendo algo que sai da trajetória social daquele material e pode tornar-se uma nova rota quando vira um padrão. Temos na verdade um fluxo de vida, de “tornar-se”, que apenas escapa ao modelo dominante de pensamento. É, na verdade, apenas mais uma linha da trama social proposta por Tim Ingold, cada uma com sua trajetória própria.

Trabalho completo:

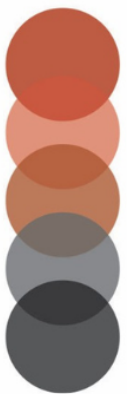
https://www.abant.org.br/files/1466475624_ARQUIVO_TextoPoster_CarolHoffmann.pdf

Apresentação Oral em GT

“Todas as cartas de amor são ridículas”? O romance epistolar entre Fernando Pessoa e Ofélia Queiroz, dificuldades e potencialidades etnográficas – uma antropologia de documentos pessoais

Clark Mangabeira Macedo

Segundo Philippe Ariès (1998), arquivos pessoais são uma forma de arrumar, desarrumar e classificar a vida pessoal. O potencial analítico desses documentos derivaria, conseqüentemente, do registro textual da construção de si em relação a e contra um plano de fundo social, a partir do qual a autoidentidade e relações são avaliadas ativamente. Antropologicamente, o registro escrito parece possibilitar a percepção das marcações diacríticas que modulam processos de sujeição e subjetivação de si, construindo um mosaico de representações que se articulam a partir da escrita. No caso em tela, o (primeiro) romance entre Fernando Pessoa e Ofélia Queiroz, registrado e vivenciado a partir de correspondências trocadas em ritmo diário de março a novembro de 1920, constitui uma díade interacional na qual dois sujeitos fundamentam sua relação amorosa e identidades como sujeitos amorosos na e pela escrita, delimitando semanticamente a textualidade como parte intrínseca da relação. Escrever “sobre” e “o” relacionamento amoroso é, conseqüentemente, não apenas torná-lo público nos limites da interação – e além dela –, mas, principalmente, dá-lhe existência e



efetividade através do registro e construção da escrita em si. A análise etnográfica do arquivo pessoal dos amantes representa desafios a uma antropologia dos documentos. Se os arquivos classificam e constroem a vida pessoal, detalhar etnograficamente este processo não deve ser reduzido à mera análise do conteúdo do texto, tomado como dado etnográfico “clássico”, mas depende da percepção de que o arquivo é, em si, uma ficcionalização, uma forma de experimentação e um plano de existência das identidades envolvidas e do relacionamento amoroso. Nesse sentido, a potencialidade etnográfica das cartas de Fernando Pessoa e Ofélia Queiroz traz problematizações antropológicas sobre a escrita etnográfica na medida em que necessariamente dialoga com outros aportes teóricos. Este work, assim, tenta dar forma à análise etnográfica das cartas trazendo à baila, primeiro, a ideia de ficção como o vetor analítico-semântico de efetivação do romance, aquilo que o torna “realidade” no e pelo contexto pragmático da textualidade; segundo, as relações da etnografia com a teoria literária como uma forma de ampliação da potencialidade de ambas as esferas; e, terceiro, a interpretação das categorias “amor”, “romance” e “identidade” como vértices de um triângulo analítico em constante interação, sendo o par Pessoa/Ofélia a unidade de interpretação vinculante. Por fim, o objetivo do work é dialogar com as práticas da escrita a partir de diversos eixos – literários e etnográficos –, buscando-se abordagens que possibilitem a verificação analítica dos documentos sem limitar suas qualidades etnográficas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466456411_ARQUIVO_ClarkMangabeira-30RBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Sobre emoções e imagens: estratégias para experimentar, documentar e expressar o invisível em mobilizações políticas

Fabiene de Moraes Vasconcelos Gama

Este paper trata das estratégias metodológicas, mas também narrativas, para obtenção e apresentação de dados antropológicos em um campo sensível de manifestações políticas em Bangladesh. Em janeiro de 2014 participei de uma "road march" organizada por um grupo de ativistas que visava protestar contra o ataque a comunidades hindus por islamistas. A viagem foi parte de uma pesquisa de campo realizada para um programa de pesquisa internacional interdisciplinar e partiu de uma discussão com pesquisadores, assim como de leituras teóricas, de áreas como Psicologia, História, Literatura, Ciência Política, Sociologia, Filosofia, Cinema e Fotografia. Minha função, enquanto antropóloga e fotógrafa, era documentar fotograficamente performances públicas de ativistas a fim de refletir sobre o papel das emoções em suas mobilizações políticas. Eu pretendia analisar formas de experimentar e expressar emoções capazes de incitar terceiros para a ação. Em campo, percebi que ativistas sentiam determinadas emoções ao mesmo tempo em que induziam emoções em sua audiência. Tais emoções eram espontâneas, mas também provocadas (em si e em outros), além de serem corporificadas, ou seja, visíveis. Compreendendo que aconteciam simultaneamente, espontaneamente e provocativamente, em si e nos outros, fui obrigada a levar mais a sério a ineficácia de pensarmos questões antropológicas a partir de determinados binarismos (natureza/cultura), e pensar corpo/mente, razão/emoção, realidade/ficção como complementares, e não opostos. As imagens, e mesmo o ato de fotografar, em campo, tiveram diferentes efeitos: abriram caminhos e diálogos, apresentaram pontos de vista, foram incorporadas ao ativismo do grupo, serviram para, de alguma maneira, me incorporar ao grupo. O Facebook também teve um papel central no desenrolar das negociações em campo. Receosos com a presença de uma pesquisadora fotógrafa branca ocidental, os ativistas utilizaram a rede social para investigar minhas intenções e referências, assim como para checar minhas relações. Ao voltar para casa, ambos, fotos e Facebook, continuaram servindo tanto como forma de obtenção de dados, quanto de apresentação de resultados. Na elaboração dos textos acadêmicos, eles foram combinados em narrativas



capazes de ultrapassar os limites das palavras. Este paper, portanto, tratará das tensões, inovações e estratégias em campo e fora dele.

Apresentação Oral em GT

Que faço eu? Reflexões indisciplinadas (supostamente antropológicas) sobre a vida

Gustavo Ruiz Chiesa

O título dessa apresentação é inspirado em dois “personagens” de minha tese em Antropologia recentemente defendida. O primeiro personagem é o médico e magnetizador francês Jules Du Potet. O segundo é o antropólogo inglês Tim Ingold. Du Potet, quando fora acusado de transgredir as “leis da medicina” ao praticar e ensinar em um hospital público as técnicas ensinadas por seu mestre (o médico alemão Franz Mesmer) proferiu, a certa altura de seu discurso de defesa, as seguintes palavras: “Ensino os homens a fazerem de suas reservas vitais o emprego mais nobre: aliviar os sofrimentos dos seus semelhantes. Transgredir a lei do ensino ou da Medicina? Que faço eu? Será Física, Química, Medicina ou alguma coisa que exceda em grandeza a todas essas ciências? Há nisto uma ciência, ou uma arte? Eu mesmo não sei...”. Ingold, ao criticar as subdivisões, especializações e fragmentações excessivas que invadiram a Antropologia nas últimas décadas, sugeriu, em *Being Alive* (2011), que façamos uma ciência indisciplinar: sem divisões, sem adjetivações, interessada apenas em entender e seguir a vida, pelos movimentos criativos que ela constantemente improvisa. Meu interesse em conhecer as práticas e discursos de certos médicos e cientistas de diferentes gerações, nacionalidades e contextos históricos, todos, de variadas maneiras, interessados em construir caminhos alternativos ou rotas de fuga no interior das ciências “hegemônicas”, me fez pensar sobre a própria Antropologia e a maneira como definimos ou delimitamos nossos objetos, construímos nossos textos, apresentamos nossos resultados. Foi assim que, ao acompanhar magnetizadores, metapsiquistas e conscienciólogos, tive necessariamente que abrir mão das subdivisões disciplinares, deixando de fazer uma Antropologia “da ciência”, “da religião” ou “da saúde” e praticando simplesmente uma Antropologia que procura de algum modo tencionar as fronteiras entre “sujeitos” e “objetos”, “forma” e “conteúdo”, “nativos” e “acadêmicos”, “ciência” e “não-ciência”, “humanos” e “não-humanos”... Uma antropologia interessada nas diferentes maneiras de viver, perceber e experimentar o mundo e que, ao lançar seu olhar sobre as relações, processos e transformações, chama a atenção para aquilo que parece ser inerente à própria vida: o seu dinamismo e a sua criatividade. Nesse sentido, a imersão histórico-etnográfica realizada ao longo da pesquisa me ajudou a produzir uma “teoria etnográfica” em consonância ou, se quisermos, em “simetria” com um certo olhar antropológico atento às relações, aos movimentos, aos fluxos e às continuidades. Um olhar que nos permite perceber, descobrir e experimentar o mundo, os seres, as coisas e a própria vida de outra maneira; uma maneira mais “aberta”, “fluida”, “encantada” e, porque não dizer, mais “sagrada”.

Apresentação Oral em GT

A etnografar como experimento antropológico ou da arte de mapear territórios subjetivos.

João Batista Bittencourt

A presente proposta tem como objetivo apresentar e discutir as possibilidades da etnografar como “estratégia metodológica” para o estudo dos processos de subjetivação na pesquisa antropológica. A referida perspectiva foi desenvolvida pelo autor durante a sua pesquisa de doutorado (2007-2010), onde se propôs a investigar as práticas adotadas por jovens adeptos do estilo de vida straightedge na cidade de São Paulo; work que recentemente foi publicado em livro com o título “Sóbrios, firmes e convictos: uma etnografar dos straightedges em São Paulo (Annablume, 2015). Insatisfeito com os direcionamentos de algumas pesquisas antropológicas sobre culturas juvenis que percebem o conceito de identidade como elemento fundamental do associativismo grupal, me propus a desenvolver uma estratégia de pesquisa onde fosse possível apreender a



matéria intensiva que atravessa os corpos, sem perder de vista o exercício da “descrição densa”. Foi assim que reuni duas tradições metodológicas que comumente não são convidadas a dialogar, são elas: a etnografia e a cartografia. Se a etnografia permite uma maior aproximação do grupo estudado e uma melhor compreensão de suas práticas, a cartografia ajuda o pesquisador a acompanhar os movimentos do desejo, a apontar as linhas de força, as intensidades e os afetos que compõem as distintas formações subjetivas. Ao invés de me perguntar sobre os símbolos responsáveis pela produção dessas “identidades juvenis”, a minha questão era saber quais agenciamentos permitiram a emergência de cartografias straightedges menos ou mais territorializadas, ou seja, porque alguns jovens apresentavam uma relação de pertencimento mais intensa do que outros? Como diferenciar o straightedge pride do straightedge que não possui uma relação de intensa subserviência às regras do grupo? Conforme a pesquisa de campo foi sendo desenvolvida pude perceber que a chamada “identidade straightedge” era uma cristalização subjetiva que variava em distintos graus a partir dos múltiplos pertencimentos, contatos e inserções dos jovens. Inspirada por propostas metodológicas como a “etnografia dos agenciamentos concretos” (Caiafa, 1985), a “etnografia do desejo” (Perlongher, 1987) e a “análise micropolítica” (Guattari & Rolnik, 1986), a etnografografia procura contribuir com pesquisas antropológicas que buscam alternativas ao modelo identitário da representação, sem deslizar para análises subjetivistas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466476833_ARQUIVO_Paper_finalizado_RBA_JB.pdf

Apresentação Oral em GT

Mixando sons, mesclando narrativas: crônicas sônicas no contexto etnográfico de um bairro popular do sul do Brasil

Luana Zambiazzi dos Santos

Em consonância com este GT, busco apresentar e refletir sobre os recursos etnográficos lançados mão no contexto de um estudo etnomusicológico sobre as narrativas sônicas de uma Cohab, conjunto habitacional popular da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. Tais narrativas emergiram das intersubjetividades de uma pesquisa etnográfica de rua e da escuta com o objetivo de compreender como seus habitantes interpretam a dimensão sônica, tão múltipla e intensa, e como ela dinamiza suas experiências urbanas. No intento de narrar o cotidiano dos moradores e moradoras desse espaço popular a partir de percursos sônicos, retomo os registros textuais e sonoros do work de campo, formulando crônicas sônicas, mixagens das sonoridades cotidianas coabeiras, tentando recuperar as multiplicidades espaciais e temporais do lugar. Ao tentar mostrar os afetos imbricados à dimensão sônica coabeira, demonstrando ser uma via interpretativa importante para meus interlocutores na construção de discursividades a respeito de seus habitantes e como dão sentido às suas formas de viver, mostrarei como o recurso das crônicas sônicas tornou-se ferramenta interpretativa e narrativa que permitiu-me apontar um ethos sônico coabeiro, ao mesmo tempo em que se tornou um desafio na escrita etnográfica. Embora amparada no referencial teórico da não tão recente antropologia do som, em sintonia com alguns dos avanços metodológicos da antropologia urbana brasileira, evidenciei que o material etnográfico conduzia não apenas à (talvez já estabelecida) etnografia sonora, mas a uma elaboração que levasse em conta as rítmicas do cotidiano coabeiro a partir de suas próprias narrativas. Dessa forma, as crônicas sônicas se propõem a imbricarem-se à escrita etnográfica, ao apresentar as sonoridades locais, mescladas às suas interpretações, conflitos, elaborações, desde os percursos da própria pesquisadora. Dentre tais percursos, narrarei brevemente meu convívio com rappers e como sua produção musical testemunha o cotidiano da cidade, descortinando conflagrações urbanas entre as escalas micro e macrosocial. Por fim, ao apontar a possibilidade de narrar a dimensão sônica coabeira através de crônicas, busco transcender propostas teóricas anteriores com relação à esfera sonora e dialogar com aquelas mais contemporâneas da antropologia da música/etnomusicologia.



Palavras chave: etnomusicologia; antropologia urbana; teoria etnográfica

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/799_2017-02-07.pdf

Apresentação Oral em GT

Produção cultural alternativa, atores-redes juvenis e seus mútuos afetos: notas para a composição de uma etnografando das práticas e intensidades do rock

Márcio Fonseca Benevides

Os atores e redes afinados com a polifonia da música rock e de seus modos de existência, artefatos, práticas culturais, territórios sociais e subjetivos configuram tramas (LATOUR, 2012) que proliferam na economia contemporânea da cultura. Rastrear e recompor o diagrama das ontologias nômades, interações cotidianas e conexões no ciberespaço de jovens urbanos a partir da sua estreita relação (afetiva, lúdica, profissional) com o rock traz questões à baila: o que pode a criatividade na pesquisa para sanar problemáticas sui generis? O antropólogo também pode ser artista e vice-versa? Pode-se ir além da exegese e inovar em termos estratégicos e narrativos? Para adentrar a interface volátil entre representação e experimentação, socialidades artísticas e fluxos de intensidades subjetivas, propõe-se aqui um diálogo interdisciplinar entre antropologia, música e filosofia - uma “virada ontológica” (CASTRO, 2015) com guitarras. A noção spinozana da afecção mútua dos corpos, por exemplo, incide na partilha de sensibilidades musicais vivenciadas nos encontros entre o pesquisador e seus interlocutores; permite captar uma dimensão axial da empiria: a de ser afetado (FAVRETT-SAADA, 2005) pela intensificação reflexiva da proximidade com o objeto. Assim, a pesquisa demanda um método dialógico (CANEVACCI, 2013), que plasme tonalidades e interstícios sutis; o novo prisma da etnografando, iniciada por João Bittencourt (2015), norteará esta empreitada. Como a denominação amalgamada sugere, trata-se da composição simétrica de 2 metodologias: etnografia e cartografia (DELEUZE; GUATTARI: 1995). Por este dispositivo híbrido investiga-se: as lógicas do engendramento de uma rede sociotécnica de produção cultural alternativa, resistente ao establishment fonográfico; agências, afetos, discursos e intercâmbios de atores individuais e coletivos; as vicissitudes socioeconômicas, simbólicas e materiais, que dão corpo à cena rock de Fortaleza-CE. Os “rockoletivos” são grupamentos micropolíticos: ONGs ou associações formais e informais que agregam vários roqueiros originais (que criam e tocam as próprias canções) e produtores de eventos. Estes buscam não somente reconhecimento ou subsistência pelo rock, mas também a legitimação de modos de ser singulares a partir de intervenções (shows, oficinas, protestos) na sociedade telemática que os cerca e nos interpela enquanto cientistas sociais. Por uma “escala musical”, em 7 notas comporemos: 1-breve genealogia de um objeto de tese; 2-rock, antropologia e filosofia; 3-etnografando entre a urbe e o ciberespaço; 4-cartografando latitudes e longitudes subjetivas; 5-a virada ontológica da mesa antropológica; 6-a etnografando como método reflexivo; 7-por uma antropologia musical.

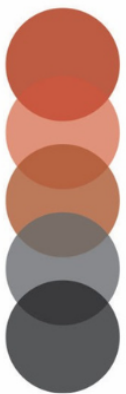
Apresentação Oral em GT

Etnografia Multiespécie da Mandioca junto aos Pataxó no entorno do Monte Pascoal.

Marilena Altenfelder de Arruda Campos

Este work é sobre mandioca em suas assembleias. Sobre as trilhas de interações nas quais o modo de vida da mandioca emerge, se mantém no mundo e, eventualmente, morre. Com o objetivo de estudar e descrever as conexões envolvidas nas relações ecológicas que contribuem para que se perpetue a existência da mandioca junto aos Pataxó no entorno do Monte Pascoal, no Sul da Bahia, num contexto de transformação e “modernização” da agricultura local procurei investigar como essa planta se torna “junto com o outro” (Haraway, 2008) para ‘melhor’ ou ‘pior’, através da proposta da etnografia multiespécie. Esta proposta





teórico-metodológica escreve o ser humano como um tipo de corporalidade que vem a ser em relação a assembléia multiespécies, e não como um dado biocultural. Dentro dessa proposta proponho pensar a mandioca como organismo simbiopoiético, como um emaranhado relacional ao invés de identidade ou indivíduo, onde ela mesma é agente, atora e objeto no seu ‘mandiocar’, na dança das relações multiespécies. Para isso optou-se por estudar a mandioca enfocando-a, não como um organismo fechado, se adaptando há um ambiente externo, mas como um modo de vida, construído na interação com seu meio e participante na construção de seu ambiente (ou nicho), em relações que são de co-evolução e dependência ecológica. Levando em conta também que há muito mais do que a ‘biologia’ no sentido estrito pois considero que é dentro dos envoltórios multiespécies que o aprendizado e o desenvolvimento ocorrem, e que as práticas sociais e a cultura são formadas. [L]
[SEP]

Apresentação Oral em GT

Design Anthropology e a materialidade dos jogos na pesquisa etnográfica

Raquel Gomes Noronha

O estudo trata da prática e teoria do Design Anthropology e as correspondências entre os campos que o constituem. Muito já se pesquisou sobre a aplicação da etnografia em projetos de design, e como isso afeta de forma positiva os resultados dos projetos desenvolvidos. A antropologia, por sua vez, tradicionalmente “prática” pela no campo e mais teórica na sistematização e na construção da “escrita” etnográfica, é desafiada a tornar-se mais engajada, no sentido de ser mais propositiva, trazendo resultados práticos. Na obra *Designs for an anthropology of the contemporary*, Rabinow and Marcus (2008) nos desafiam a isso, e projetam o futuro da prática etnográfica, trabalhando com a metáfora de um estúdio de design. Refletindo sobre esta proposta de trazer a prática projetual - especulativa e propositiva - para dentro do campo antropológico, trato de experiências realizadas no NIDA - Núcleo de pesquisas em Imagem, Design e Antropologia (UFMA), nas quais construímos jogos, que materializam as questões etnográficas pesquisadas e proporcionam o diálogo entre os atores sociais envolvidos nas questões. O caso que apresentarei envolve uma comunidade de artesãos de São José de Ribamar (MA), consultores do SEBRAE-MA e pesquisadores da UFMA que pretendem propor um projeto de inovação ao grupo. Os jogos (design games) vem sendo uma ferramenta importante na tangibilização de problemas de pesquisa, e possibilitam, por meio de sua materialidade, a visualização e projeção de perspectivas de futuros, como afirmam os pesquisadores dinamarqueses do Royal Danish Academy of Fine Arts. Halse (2013); Brand (2008) propõem o jogo como uma forma de imersão e de, por meio da materialidade e da tangibilização de problemas e propostas de solução, colocar em discussão os pontos de vista de cada ator, ressaltando que a proposta não é criar um consenso, mas projetar possibilidades de futuros como solução. A ludicidade e a absorção provocada pelo jogo, como afirma Geertz (2008), promovem o desvelar de máscaras sociais e revelam práticas para além de discursos. A metáfora teatral que nos apresenta Goffman (2009), ajuda a pensar sobre a encenação, sobre os jogos tipo RPG, e a possibilidade de insights, soluções e novas perspectivas a partir de cenários, personas e representações de si e do outro. Tim Ingold ressalta que a capacidade projetual é uma habilidade humana, e que muitas habilidades do designer (profissional) podem contribuir para a imaginação deste futuro (INGOLD, 2012). A característica da antevisão do ato de projetar (lançar a frente) é uma das chaves do work do designer e pode contribuir para esse engajamento da Antropologia, que Rabinow and Marcus (2008) e Ingold (2014) nos incitam a pensar.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467315673_ARQUIVO_RAQUEL_NORONHA.pdf

Apresentação Oral em GT

Sertão sem limites: masculinidades, consumo e a cultura popular massiva no Nordeste

Roberto Marques

A migração de pessoas das áreas secas do sertão no Norte Oriental brasileiro para outras regiões teve início ainda no século XIX, com a exploração da borracha na Amazônia. Entre as décadas de 1950 e 1980, era do desenvolvimentismo no país, estabeleceu-se um imaginário em que a região Nordeste aparece atrelada as noções de seca, deslocamento, subemprego e carência. Nessa mesma época, ocorre a divulgação do forró pelos recentes veículos de comunicação em massa: rádios e revistas de circulação nacional. Através destes, Luiz Gonzaga, o rei do baião, cantará valores tomados como tradicionais: a vida comunitária e relações de personalidade deixadas para trás; o apego à terra tomada pela seca e abandonada por “homens trabalhadores” e “mulheres honestas”. É a circulação desse conjunto de imagens de tradição que inscrevem o Nordeste como espaço e o nordestino como sujeito. Surpreendentemente, na década de 1990, o ritmo difundido há 50 anos com imagens síntese do Nordeste brasileiro passa a abrigar festas massivas, citações do pop internacional e grande apelo ao consumo. O forró passa a ser difundido como espetáculo visual, bastante distinto dos temas do apego a terra e valores vinculados à tradição. A partir do chamado “forró eletrônico”, músicas e performances no palco tematizam os objetos consumidos, a possibilidade de agregar bens e pessoas. A habilidade de circulação e conexão com o Outro a partir da posse de bens materiais e criatividade definem capacidades esperadas do homem bem sucedido nas festas de forró, o “estourado”, em uma patente inflexão das imagens de Nordeste em circulação até então. A partir das noções de agência, masculinidade e consumo tal inflexão se constituirá como uma imagem à contrapelo ou um reforço a situações de dominação particularmente marcantes na região? Qual a agência do mercado e das imagens do mundo pop que habitam essa versão massiva de um ritmo tomado como tradicional? Como descrever espacialidades a partir de conteúdos definidores de práticas e hábitos culturais, quando sujeitos agenciam a partir de seus corpos possibilidades de trânsito e identificação com um mundo urbano aparentemente sem fronteiras?

Apresentação Oral em GT

A etnografia no contexto da arte contemporânea: uma investigação a partir dos estudos STS

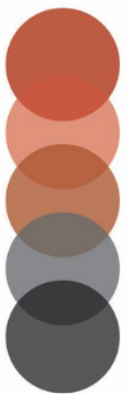
Rosana Horio Monteiro

A partir de uma perspectiva dos Science and Technology Studies e de um diálogo entre os estudos de Cultura Visual e a Antropologia, o presente work problematiza o uso da etnografia entre artistas contemporâneos em contextos científicos. Para tanto, parto do estudo de dois projetos colaborativos desenvolvidos no interior de laboratórios científicos portugueses pelo artista austríaco Herwig Turk. Esse work é derivado de uma pesquisa que investiga as aproximações e hibridações entre os saberes produzidos colaborativamente por artistas e cientistas. Os dois projetos estudados são Blindspot, desenvolvido em parceria com o biólogo molecular português Paulo Pereira, cujas obras foram reunidas a exposição “Laboratório invisível”, no Museu de Ciências da Universidade de Coimbra (2009), e Scientist: Rat: Instrument (S:R:I), resultado de uma residência artística realizada no Instituto de Medicina Molecular (IMM), da Universidade de Lisboa, de 2009 a 2010. Nesses dois projetos são abordadas questões relacionadas à percepção pública da ciência e à produção do conhecimento. Dialogando com Bruno Latour (1979; 1998) (A Vida de laboratório e Ciência em Ação), o artista preocupa-se mais com a vida no e do laboratório onde ele está inserido; é a prática científica que lhe interessa. Em Blindspot, os equipamentos de laboratório mais do que simplesmente objetos são apresentados como personagens. Em Scientist: Rat: Instrument (S:R:I), o artista, através de vídeoinstalações, incorpora os próprios cientistas como personagens de sua obra.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466362632_ARQUIVO_artigo_ABA2016_RHM.pdf

Pôster em GT

Nos limites da fotografia, nos limites da Antropologia? Experiências com pessoas cegas que fotografam.



Sarah Victória Almeida Rodrigues

Este work tem como proposta principal pensar processos e lugares de autorrepresentação de pessoas cegas por meio da fotografia e como isso nos levar a pensar e repensar os caminhos pelos quais se traçam as antropologias. Seu objetivo é também apresentar brevemente dados preliminares da pesquisa que venho desenvolvendo como conclusão do curso de bacharel em Antropologia. O primeiro contato concreto que tive com pessoas cegas que fotografam foi por meio do projeto Alfabetização Visual, em São Paulo, que faz parte de uma proposta maior, o Movimento de Inclusão Visual, cujos encontros acontecem no Rio de Janeiro desde 2004. Contudo, já na década 1990, os projetos com a iniciativa de democratização da imagem, principalmente quanto ao acesso à prática fotográfica, cresceram, se diversificaram e suas estratégias e propósitos se manifestaram sob um mesmo eixo: como instrumento para a cidadania, como busca da valorização da autoestima e como uma leitura crítica do mundo. Eles sugerem uma mudança do olhar de quem vê e como vê; de quem é visto e como é visto; de quem se vê e como se vê. É, portanto, por meio da visão, no sentido biológico, não estrito, que se transpassa por metáforas, que isso acontece na reinvenção e na criação de novas imagens. Nesse processo, a partir do contato com cursos e oficinas de fotografia para pessoas com deficiências visuais, fui levada a revisitar a ideia de visão (que sobrepõe, muitas vezes, outras dimensões da percepção) e me aventurar, de certa maneira, em "sentir as sensações para além dos sentidos". Dialogo com Tim Ingold, quando este traz a "virada sensorial" como uma questão das formas de se perceber o mundo e, assim, propõe uma "compreensão da percepção como engajamento ativo e exploratório da pessoa inteira, corpo e mente indissolúveis, num ambiente ricamente estruturado" (INGOLD, 2000). É nesse sentido, também, que me volto a pensar uma Antropologia mais plural quanto às percepções em campo e fora dele - cujo o observar extrapola a etimologia do trazer algo para abaixo das vistas, cujo o observar não é, tão somente, ver.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466470484_ARQUIVO_30RBA-GT048-Poster-SarahAlmeida.pdf

GT 049: Partos e/ou maternidades e políticas do corpo: perspectivas antropológicas

Este GT pretende dar continuidade às discussões inauguradas na RBA em 2014 e em outros fóruns nos últimos anos. Nesta edição visamos agregar trabalhos que explorem as temáticas do parto e/ou da maternidade/paternidade na contemporaneidade, partindo do pressuposto de que múltiplas têm sido as suas expressões simbólicas, bem como suas transformações enquanto experiência social. Nas décadas de 70 e 80, a maternidade e o parto foram tematizados pelo viés do direito à saúde integral e dos direitos sexuais e reprodutivos, o momento atual, no entanto, parece ser outro, em que o campo se vê interpelado também por questões como: o ideário da humanização do parto; as múltiplas experiências de gravidez, parto e pós-parto; o crescimento de tecnologias reprodutivas (NTRs); as políticas públicas; as experiências de maternidades lésbicas; a existência de outras figurações de paternidade; as paternidades gays e as práticas e moralidades relativas ao cuidado das crianças. Nesse sentido, esperamos adensar a discussão antropológica e criar uma agenda de pesquisa que explore outras noções de sexualidade, corporalidade, pessoa e práticas de cuidado nas cenas de parto, pós-parto, maternidades/paternidades e parentalidades. Por essa razão, trabalhos que discutam o assunto a partir do viés teórico e epistemológico, político e identitários serão mais do que bem-vindos no sentido de despertar diálogos antropológicos sobre outras políticas do corpo e do cuidado na atualidade.

Fernanda Bittencourt Ribeiro (Pontifícia universidade Católica do Rio Grande do Sul) e Rosamaria Giatti Carneiro (Universidade de Brasília/ABA/APA) - **Coordenação**



Apresentação Oral em GT

A produção do aleitamento materno: recursos biomédicos, corpos e gêneros

Amanda Bartolomeu Santos

Este work é parte de uma pesquisa para dissertação de mestrado que tem como foco as práticas que promovem e possibilitam o aleitamento materno, diante do problema de pesquisa colocado pela produção do aleitamento como “natural” (a determinados corpos), ao mesmo tempo em que é produzido entre conhecimentos e técnicas biomédicas, além de recursos farmacológicos. O Equilid®, marca mais conhecida da sulpirida, por exemplo, trata-se de um antipsicótico, que é prescrito para mulheres no puerpério por possuir, entre seus efeitos adversos, a hiperprolactinemia, ou o aumento da concentração da prolactina, hormônio que estimula a secreção de leite. E embora a bula do medicamento afirme não ser recomendada a amamentação durante seu uso, o Manual do Ministério da Saúde, "Amamentação e Uso de Medicamento e Outras Substâncias" (BRASIL, 2010) caracteriza a substância como de uso compatível com a amamentação. Para este estudo, são analisadas as perspectivas de profissionais de saúde de Porto Alegre-RS sobre a utilização desses recursos na produção do aleitamento materno, em um contexto de certo consenso médico e das políticas de saúde em relação à importância da promoção do aleitamento, com campanhas de saúde que vinculam um ideal de maternidade e sustentam determinados modos de intervenção biomédica. Busco um entendimento sobre quais as possibilidades de intervenção são pensadas e praticadas nesse contexto, se envolvem algum tipo de diagnóstico, e como atuam em relação à produção de corpos e relações de gênero. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Amamentação e Uso de Medicamento e Outras Substâncias. 2ª ed, Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. SANOFI-ADVENTIS FARMACÊUTICA LTDA. Equilid®. Bula, s/d. Disponível em: , acesso em 22/03/2016.

Pôster em GT

“Exercícios para o work de parto: roda de conversa para mulheres grávidas, doulas e acompanhantes – Um ensaio fotográfico.”

Camila Cristina Saraiva Castello

No Brasil, o Movimento de Humanização do Parto e Nascimento tem crescido e ganhado reconhecimento ao longo dos últimos anos, gerando novas formas de ressignificação do processo de gestar e parir, bem como o surgimento de novas concepções de parto, questionando o atual modelo obstétrico vigente. O planejamento, a busca por informação e conhecimento, são pontos defendidos pelo movimento, que reivindica a autonomia da parturiente no processo de escolha e decisão sobre assuntos que dizem respeito a seu corpo. As rodas de mulheres grávidas e acompanhantes são um exemplo prático dessa preparação, pois proporcionam um espaço de compartilhamento, troca de experiências, esclarecimento de dúvidas e maior compreensão acerca do universo da gestação, parto e pós-parto. As rodas são uma, dentre outras atividades, oferecidas pela ‘Nossa Casa’, um local situado em Brasília, que funciona através da colaboração de mulheres, em sua maioria Doulas. A figura da Doula também representa novos olhares para as cenas de parto, uma vez que ela é uma profissional que oferece apoio à mulher grávida, se dedicando exclusivamente a ela através do cuidado emotivo, afetivo, físico e informacional. Os registros dessas imagens demonstram a importância do compartilhamento de práticas e saberes no processo de empoderamento do corpo, para as mulheres que optam por uma assistência menos intervencionista e desejam uma experiência positiva de parto. Os saberes transmitidos pelas Doulas, através da explicação e demonstração dos exercícios, representam essa busca por caminhos alternativos. O ensaio fotográfico foi produto final da disciplina Antropologia Visual, ofertada na Universidade de Brasília, no curso de graduação em Antropologia. A roda de conversa registrada foi



facilitada por Doulas e teve como proposta discutir e demonstrar exercícios de preparação para o parto com as pessoas ali presentes.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/30rba_666_00000787_036653.pdf

Apresentação Oral em GT

#MaternidadeReal: conteúdo impróprio.

Clara Cazarini Trotta

No início do ano de 2016 uma hashtag (palavras-chave em que pessoas compartilham conteúdos em redes sociais e sites) começou a ser muito divulgada na rede social Facebook, o #DesafioDaMaternidade. Nesse desafio as mães devem publicar 3 ou 4 fotos com suas/seus filhas(os) demonstrando a felicidade e satisfação em ser mãe, e marcar outras mães que também deveriam fazer o mesmo. Tudo ocorria na perfeita ordem até que uma dona de casa de 25 anos se recusou a cumprir o desafio, usando-o na contramão do que estava sendo feito para fazer um desabafo sobre como se sentia em relação a maternidade. Essa publicação causou uma grande reação dentro das redes sociais, seu perfil e publicação passaram a ser alvo de muitos comentários e discussões. Além dos muitos compartilhamentos, foi muito grande o número de pessoas que passaram a se posicionar de maneira hostil ou de apoio a ela. Essa comunicação tem o intuito de pensar como uma publicação em relação a maternidade, e a maternagem repercutiram com tanto efeito nas redes sociais, suscitando muitos debates, matérias de jornais, posicionamentos e discussões. O que se torna de suma importância para pensar sobre os muitos discursos sobre a maternidade, uma das consequências de uma mãe em uma publicação tentar discutir de forma aberta e não hegemônica é seu perfil foi denunciado tantas vezes, devido a essa publicação, que ela teve seu uso bloqueado por um determinado tempo. A poeta americana Adrienne Rich, em seu livro *Of Woman Born* (1986), se propôs a estudar a maternidade socialmente, como instituição política, a partir de um viés feminista. Em uma introdução escrita 10 anos depois do lançamento desse livro, a autora conta que recebeu várias críticas, pois, em seu work, ela traz sua experiência pessoal junto com a pesquisa. Ela diz estranhar essas críticas por pensar que não há como um/uma autor/autora escrever sem colocar em seu texto experiências pessoais de sua vida (RICH, p. X, 1986). Assim é possível perceber como as mulheres que discutem suas experiências de maternidade, não tem espaço legítimo para o fazerem, nem em sua rede social pessoal, e nem em um texto crítico acadêmico. Por essas razões, essa comunicação se propõe a analisar as repercussões e reações suscitadas a partir desse discurso que, apesar de parecer muito destoante, também influenciou muitas mulheres a falarem mais abertamente, criando outra hashtag chamada #MaternidadeReal. Pretende-se fazer uma reflexão à luz das teorias antropológicas e de gênero pensando a maternidade como um construto histórico-cultural permeado tanto de relações de poder, quanto de discursos e experiências das mulheres mães.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466476819_ARQUIVO_#MaternidadeReal-conteudoimproprio.pdf

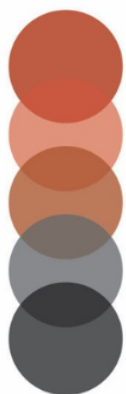
Apresentação Oral em GT

“Crianças especiais para famílias especiais”: Uma etnografia sobre as representações das mães de bebês com microcefalia em João Pessoa-PB

Diego Alano de Jesus Pereira Pinheiro

A atual pesquisa iniciou no final de janeiro, após o grande índice de bebês nascidos com microcefalia, tendo sua maior concentração na região do nordeste do país. A mídia tanto nacional quanto regional tem noticiado o balanço diário do “surto”, até o momento passam de 500 casos de bebês com malformações cerebrais





somente na Paraíba, segundo dados do Ministério da Saúde. Pesquisadores interessados no tema buscam compreender a principal causa da doença; e a hipótese mais provável evidencia o vírus da Zika transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*. Movimentos feministas, ONGs e até a ONU tem se posicionado em favor da legalização do aborto para mulheres que tem a confirmação ainda na gestação. Contudo, o meu objetivo volta-se a entender as representações e trajetórias de vidas das mães de bebês diagnosticados com microcefalia em João Pessoa (PB), a fim de apreender as produções de sentidos e significados oriundos das concepções da maternidade. Uma vez que essas mulheres tem se organizado em grupos de ajuda mútua e cooperação nas redes sociais, compartilhando experiências sobre o cuidado com os “anjos” (como denominam os seus filhos) e reivindicando direitos para garantir auxílio junto ao INSS. Neste sentido, esse work contribui para reflexões antropológicas no campo do corpo e da saúde para entender as noções construídas em torno dessa experiência maternal.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466469628_ARQUIVO_RBAEnsaio.pdf

Apresentação Oral em GT

"O desafio da maternidade": protagonismo feminino para além do parto

Elaine Müller

Este work procura refletir sobre as narrativas de mulheres sobre seus partos e maternidades. Percebo que os relatos escritos, os vídeos ou as fotografias de parto publicados na internet se colocam como um projeto político-pedagógico, ao se proporem "ensinar" algo a outras mulheres e ao desestabilizarem relações hegemônicas, notadamente na recusa a intervenções invasivas e procura da restituição da autonomia sobre seus corpos no momento do parto. Um termo bastante recorrente nestas narrativas e no movimento de humanização do parto é "protagonismo". No que concerne as narrativas mais amplas sobre a maternidade, alguns eventos pontuais nas redes sociais, como o "desafio da maternidade", o "desafio da maternidade real", e o "desafio da paternidade" dão visibilidade e ampliam o leque do que poderia ser chamado de "protagonismo" de mulheres mães. Diante da constatação de que muitas mulheres mães "engajadas" são defensoras da legalização do aborto e questionam os papéis do Estado e dos pais no exercício da "maternagem", alguns questionamentos parecem bastante pertinentes: estamos diante de uma politização da maternidade? De que forma as demandas destas mulheres mães "engajadas" tem sido recebida nos espaços por elas ocupados? De que forma o "protagonismo feminino" defendido por profissionais da atenção ao parto e ao nascimento tem sido discutido, perseguido, almejado e garantido para além da cena do parto?

Apresentação Oral em GT

As parteiras e a arte de fazer partos em perspectivas cosmológicas no arquipélago do Marajó

Eliane Miranda Costa, Ana Maria Smith Santos Flávio Bezerra Barros

O texto apresenta resultados de uma pesquisa realizada na comunidade Santa Luzia, localizada no rio Tauaú região, rural do município de Breves, no Arquipélago do Marajó-PA. Trata-se de uma etnografia sobre o ofício de fazer partos e sua relação com o modo de vida local na perspectiva de duas parteiras dessa comunidade. A finalidade desse estudo é de apreendermos por meio das memórias narradas pelas depoentes a relação estabelecida entre cultura e natureza a partir das práticas e saberes construídos com a arte de fazer partos. Nesta pesquisa utilizamos como métodos a entrevista semiestruturada e conversas informais anotadas no caderno de campo. O tratamento dos dados, com base na teoria antropológica, por meio do diálogo com autores como, Viveiros de Castro (1996), Diegues (2001); Latour (2009), Fleischer (2011), entre outros, nos possibilitou inferir que a tradicional divisão entre cultura e natureza, nos moldes da ciência ocidental de racionalidade instrumental é insuficiente para abarcar a diversidade de saberes que circundam a vida e a

prática dessas mães, mulheres e parteiras. Isso porque tais práticas envolvem conhecimentos transmitidos de forma tradicional no qual há a relação de entrelaçamento entre cultura e natureza, pois a arte de partejar na comunidade em tese está envolta de cosmologias, saberes vistos pela ciência positivista e cartesiana como algo inaceitável. Porém, ao analisarmos por meio do perspectivismo a forma como as interlocutoras encaram sua fé nas ervas, nos chás, nos encantados e em seus santos, tudo de forma entrelaçada, podemos ver que há aí um processo de simetria entre os elementos humanos e sobre-humanos, se aproximando do pensamento desenvolvido por Viveiros de Castro (1996). Um exemplo dessa questão é o fato de mulheres engravidarem de bichos quando tratam a caça estando em período menstrual, ou, quando neste estado, vão ao rio realizar tarefas domésticas, e aí engravidam de peixes, como o poraquê. Por meio dos relatos conseguimos identificar também que tais práticas, antes, durante e após o parto, estão diretamente relacionadas com: a corporalidade - envolve os cuidados com o corpo da grávida e da criança, a exemplo das massagens, conhecidas como “puxação”, feitas com óleos preparados pelas próprias parteiras -; a maternidade – especificamente, em casos de gravidezes consideradas não convencionais aos olhos da racionalidade científica moderna e que pela experiência dos envolvidos constroem uma lógica aceitável no contexto local, a exemplo da realização de um parto cuja explicação dada pela grávida foi à concepção originada do contato com uma preguiça, o que a fez gerar, portanto, uma criança zoomórfica-; e até mesmo com a parentalidade – pois o ofício do parto foi repassado de mãe para filha e de sogra para nora.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466443626_ARQUIVO_ASPARTEIRASEAARTEDEFAZERPARTOSEMPERSPECTIVASCOSMOLOGICASNOARQUIPELAGODOMARAJO.pdf

Apresentação Oral em GT

Nascer Xakriabá: cuidado e técnicas do corpo, antes e após o nascimento

Érica Dumont Pena, Rogério Correia da Silva

O presente texto tem como objeto os saberes e as práticas relacionados à gestação, parto e nascimento dos povos indígenas Xakriabá, de Minas Gerais. Focaliza observações de campo e relatos orais que tratam dos processos de “ganhar menino”, compreendidos como parte das “técnicas corporais” deste povo. As técnicas corporais, como descreve Mauss (1872-1950/2003), são maneiras pelas quais as pessoas, de sociedade em sociedade, sabem servir-se do seu corpo. Assim, o que Mauss (1872-1950/2003) chama de técnica do corpo é um ato eficaz, que, então, não se distingue de ato mágico, religioso, simbólico. Neste caso, o corpo é o objeto técnico do ser humano, semelhante a um instrumento, um meio técnico. As técnicas se organizam no sistema de montagens que constituem a vida simbólica do indivíduo, ou a sua consciência, de modo que este possa se adaptar constantemente a um objetivo físico, químico, mecânico – por exemplo, beber água –, não simplesmente pela sua individualidade, mas por toda a sociedade da qual faz parte, de acordo com o lugar que ocupa. Na primeira parte do texto realizamos um pequeno inventário de técnicas do corpo que o povo Xakriabá dispõe e que lhe ensinam durante a vida, das quais destacamos as técnicas de cuidado com a gestante relacionadas à constituição física do feto e ao momento de nascimento da criança e as técnicas de cuidado com a criança após o nascimento. Na segunda parte do texto discutimos as técnicas de “ganhar menino” e as relações de cuidado com o outro, com destaque para seus aspectos éticos e políticos. Neste momento destaca-se a discussão da sociabilidade cotidiana, da intimidade e da confiança (OVERING, 2000; McCALLUM, 2010;2013) como eventos corporais, que também são epistemológicos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466472480_ARQUIVO_Artigo.ABA.Erica.Rogerinho.20dejunho.2016.pdf

Apresentação Oral em GT



Nascer Kalunga, da casa ao hospital: Como as mulheres Kalunga avaliam as diferentes experiências de parto no cenário obstétrico atual?

Gisele Oliveira Muniz, Não se aplica.

Há mais de uma década, a maior parte dos nascimentos de kalungas acontece nos hospitais dos municípios próximos ao território, e as parteiras locais, antes responsáveis pela assistência das mulheres no território, estão não só cada vez menos atuantes, mas também resistentes a falar sobre o assunto. A pesquisa, que inicialmente buscava investigar as práticas das parteiras em partos domiciliares, busca outros caminhos, agora, apontados pelas próprias mulheres no decorrer de seus relatos e objetiva investigar como as mulheres kalunga, moradoras da comunidade do Vão de Almas, avaliam a experiência do parto hospitalar, desde o processo de migração para as cidades, realizado semanas antes do parto, até a experiência do parto em si, incluindo a percepção do atendimento por diferentes profissionais e instituições. Será considerada também a avaliação da transição do atendimento ao parto domiciliar, com parteiras, para o atendimento médico-hospitalar, no caso de mulheres que vivenciaram seus partos nos diferentes contextos.

Apresentação Oral em GT

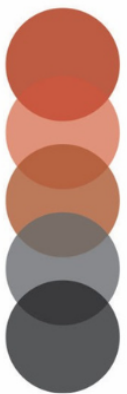
“Não me obriguem a um parto normal”: concepções de corpo, autonomia e direito de escolha de mulheres gestantes que optam pela cesárea eletiva.

Jaqueline Cardoso Portela

Esta pesquisa tem como pergunta de partida: o que leva as mulheres a defender a cesariana eletiva como forma recorrente de parto? Através de uma etnografia de páginas da rede social facebook, voltadas para discussão dos modelos de assistência ao parto, analiso neste paper a perspectiva das mulheres que defendem e adotam a cesariana eletiva como uma escolha. Entendo, à luz das Ciências Sociais, que o processo de gestação e do parto não se reduz a fenômenos naturais e meramente fisiológicos; ao contrário, se configura como processos que abrangem dimensões históricas, culturais e sociais. O modelo tecnocrático de assistência ao parto é predominante no Brasil atualmente, refletindo nas altas taxas de cesarianas, tornando o país o campeão de cesáreas no mundo. Dentro deste índice elevado de cesarianas, as chamadas cesarianas eletivas (tipo de cesárea que ocorre quando a cirurgia é agendada antes da gestante entrar em work de parto) são as mais criticadas, porque, geralmente, são as que mais representam riscos tanto para gestante quanto para o bebê. Nas últimas décadas, o advento da popularização do modelo de parto humanizado como alternativa de assistência ao parto no Brasil tem ganhado força, ressignificando e reacendendo o embate público em relação aos modelos de assistência ao parto. Nesta nova configuração, o ciberespaço, qual seja, blogs; sites e redes sociais é entendido como espaço de sociabilidade e construção simbólica, mais do que mero meio de comunicação. A internet é concebida, enquanto espaço onde se desenvolvem práticas culturalmente determinadas que abrigam um leque muito vasto de atividades de caráter societário, e que é palco de práticas e representações dos diferentes grupos que o habitam. Esse embate público estabelecido no âmbito do ciberespaço configura-se como parte do embate social e científico mais amplo sobre os modelos de assistência à gestação e parto no Brasil, assim como do direito à escolha do tipo de parto por parte da mulher, espelhando um espaço fundamental para as análises de como as mulheres defensoras de ambos modelos de assistência ao parto se relacionam, respondem e se posicionam com relação a discursos, informações e argumentos que permeiam esse embate, assim como a percepção de qual papel elas desempenham como reprodutoras, legitimadoras e construtoras desses argumentos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466463217_ARQUIVO_Naomeobriguemaumpartonormal-JaquelineCardosoPortela.pdf



Apresentação Oral em GT

“Ter um filho me fez desejar conhecer minha mãe”: (re)construção de laços parentais nos casos dos/as “netos/as restituídos/as” na Argentina

Jimena Maria Massa

Este work analisa as noções de maternidade e filiação presentes nos imaginários dos “netos/as restituídos/as” na Argentina. Trata-se de homens e mulheres que, na infância, foram vítimas do “plano sistemático de apropriação de crianças” executado pela última ditadura militar daquele país (1976 – 1983) e que, anos mais tarde, conheceram suas histórias de origem e seus parentes biológicos, protagonizando o complexo processo de “restituição da identidade”. O foco deste work é mostrar em que medida o fato das netas e netos se tornarem mães ou pais influenciou naquele processo de reconfiguração das identidades, trazendo novas perguntas, colocando novas necessidades e provocando o desejo de conhecer a história dos genitores e as circunstâncias do próprio nascimento. A vivência da gravidez e o parto, junto com os aprendizados derivados de “ter filhos/as”, ocupam um lugar fundamental nas trajetórias dos/as envolvidos/as, produzindo novas subjetividades que mudam os cursos dos processos de “restituição”. Nesse contexto, a maternidade biológica – especialmente, a transmissão genética e o contato corporal - ganham novos significados. Os dados apresentados formam parte de uma pesquisa de doutorado, focada na (re)construção dos vínculos familiares dos/as “netos/as restituídos/as” e cujo work de campo foi desenvolvido na Argentina junto a um grupo de netos e netas que estão conhecendo suas histórias e (re)criando novos laços parentais, inclusive com os pais biológicos desaparecidos. Essa (re)criação “em ausência” está permeada pelas vivências deles como mães e pais; é a partir dessa condição que os netos e netas repensam seus vínculos familiares. Nesse sentido, cabe lembrar que a “restituição da identidade” implica um processo em que a “certeza genética” que confirma uma nova relação de filiação - agora com pais desaparecidos - constitui apenas o ponto de partida. A (re)construção das relações familiares dos/as “netos/as restituídos/as”, tal como o exercício das respectivas parentalidades, revelam moralidades perpassadas por questões de gênero que também são fundamentais para compreender as emoções envolvidas nos processos de restituição.

Apresentação Oral em GT

"Parir com dignidade e humanização": Casa de Parto como um caso exemplar.

Juliana Souza, Alessandra Rinaldi

Durante o período final da graduação, por estar grávida, acabei me aproximando de mulheres que realizaram o parto no serviço público de saúde, e a partir da narrativa de suas experiências, me debrucei em uma análise antropológica acerca desta temática. O presente projeto é parte do desdobramento da etnografia que realizei para o meu work de conclusão de curso, onde fiz uma análise dos discursos das usuárias e profissionais – enfermeiras, recepcionistas, técnicos de enfermagem - acerca da ideia do “acolhimento” durante o período como parturiente e puerpério na Casa de Parto David Capistrano Filho, no bairro de Realengo no Rio de Janeiro. Muitas mulheres que conversei relataram um “sofrimento” (REYNOLDS; DAS; KLEINMAN; RAMPHELE & REYNOLDS, 2000) decorrente de “mau atendimento”. Foi-me relatado em conversas informais, que chegaram a ficar mais de 20 horas em work de parto, sem direito a ingestão de alimentos, de acompanhante e junto com várias pessoas na mesma situação, a cena descrita por uma entrevistada foi a de como ela estivesse esperando ser “abatida em um matadouro”. Outra informante falou que amarraram sua mão e fizeram a “manobra de kristeller” - que é uma pressão fúndica, quando o médico ou a enfermeira faz pressão com o antebraço sobre o abdômen para acelerar o parto. Essa e outras situações demonstram cenas traumáticas, denominadas por essas pessoas como um ato de “violência” em relação ao atendimento de pré-natal e da assistência ao parto. Nota-se ser essa prática uma forma de violência resultado de uma gestão da



vida (FOUCAULT 1979) pautada em uma violência institucional promovida pelo campo médico e denominada de “violência obstétrica”. É interessante notar não só como categorias de “dor” e “sofrimento” são (re)significadas neste contexto, mas também como estas se revelam como um idioma usados por essas mulheres entre si, assim como os demais profissionais de saúde que atuam e também na forma de reivindicar direitos. Frente a essas questões optei por realizar uma pesquisa que consiste em compreender a produção de discursos dos profissionais- enfermeiras e usuárias do Centro de Parto Normal (CPN) ou Casa de Parto David Capistrano Filho, no bairro de Realengo no Rio de Janeiro. A partir de 12 entrevistas realizadas com usuários da Casa, sendo 7 mulheres e 3 homens (acompanhantes) além de 2 mulheres profissionais da casa de parto (enfermeira obstétrica e recepcionista) . Diante desse cenário almejo, além dos objetivos antes elencados, entender como são configurados esse ambiente dito “humanizado”, enfermeiras obstétricas da Casa de Parto David Capistrano Filho.

Apresentação Oral em GT

Mães em rede: experiências de gravidez, parto e puerpério em um grupo de gestantes no whatsapp

Juliara Borges Segata

Como as novas tecnologias digitais participam da formação de grupos de sociabilidade e apoio entre grávidas e puérperas? Neste work, eu apresento resultados sobre a pesquisa de mestrado sobre as experiências da gravidez, parto e puerpério entre grupos de camadas médias urbanas na cidade de Natal/RN, que se relacionam a partir de cursos de gestação, encontros de confraternização e, mais especificamente, por meio do whatsapp. O que tenho acompanhando mostra que, "mães de primeira viagem" ou mesmo aquelas que já têm alguma experiência, veem-se diante de situações onde o diálogo e a troca de experiências tornam-se fundamentais para sentirem-se seguras sobre o cuidado de si, do bebê e da vida cotidiana no processo da maternagem. Nesse sentido, o grupo de whatsapp criado a partir de um grupo de gestantes da UFRN, assumiu um papel central para a troca de experiências e a prestação de apoio após o término do curso presencial. Saberes médicos e tradicionais, crenças e dúvidas, brincadeiras e registros do desenvolvimento dos bebês, entre outros, passaram a ser compartilhados cotidianamente. Assim, além das experiências partilhadas entre as mulheres, o work aborda a negociação das regras de pertença, formas de conduta e o papel da mediação tecnológica para a formação do grupo no whatsapp.

Apresentação Oral em GT

Múltiplas faces de um conceito de parto: Uma abordagem etnográfica de grupos do movimento de humanização do parto e nascimento

Lidiane Mello de Castro, Edemilson Antunes de Campos

A Obstetrícia brasileira lida com um problema em que mais de 50% dos partos são cesarianas, uma taxa que vai crescendo a cada ano. Além das altas taxas de cesarianas, a grande maioria dos partos vaginais são permeados por uma série de intervenções desnecessárias. De acordo com os dados da pesquisa Nascer no Brasil, apenas 5% das mulheres tiveram um parto sem intervenções e as outras mulheres em sua maioria sofreram intervenções desnecessárias desrespeitando as evidências científicas. Contrário a esse modelo altamente medicalizado, surgiu o movimento de humanização do parto e nascimento, composto por grupos de ativistas que lutam por uma mudança nos conceitos e práticas obstétricas. Este estudo tem como objetivo compreender os significados e as práticas construídos a partir do conceito de parto, presentes no movimento da humanização do parto e nascimento. Para tanto, estamos realizando uma pesquisa qualitativa com abordagem etnográfica, feita em grupos que militam no movimento de humanização do parto e nascimento. Realizamos a etnografia em dois grupos, Grupo A localizado na cidade de São Paulo, composto por mães, pais, doulas e profissionais de saúde, Grupo B localizado na cidade de Campinas, composto por mães, pais,



profissionais de saúde, professores universitários, doulas e advogadas. Nossas considerações parciais são de que os grupos dos movimentos de humanização do parto e nascimento estão conectados em uma rede e embora tenham um objetivo comum, possuem conceitos de partos distintos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467239946_ARQUIVO_workcompletoABALidiane.pdf

Apresentação Oral em GT

“Par-te de mim”: amamentação e maternidade em diferentes contextos

Marcella Beraldo de Oliveira, Amanda Faulhaber Luisa Ladeira

Esta pesquisa visa refletir sobre concepções e vivências da maternidade, com ênfase no pós-parto e na amamentação. Essas reflexões terão como base a etnografia em dois ambientes distintos, um rural e outro urbano: 1) uma comunidade quilombola na Zona da Mata mineira chamada Colônia do Paiol que é uma comunidade negra pertencente ao município de Bias Fortes, com uma população de aproximadamente 600 pessoas e está localizada próxima a cidade de Juiz de Fora; 2) e um grupo de mães chamado AMMA JF (Aliança de Mulheres por uma Maternidade Ativa de Juiz de Fora). Esse grupo é descrito no site como “espaço de troca de informações e experiências sobre a maternidade/paternidade ativa, que auxiliem no empoderamento feminino”. Para esse artigo, será utilizado, sobretudo, o material de entrevistas e conversas informais com mulheres que vivenciam a experiência da maternidade, especificamente, nesses dois ambientes. A pesquisa se insere em um contexto de paradoxos, nos anos 1960/70 surge uma crítica ao parto medicalizado inserida numa discussão mais ampla sobre dominação médica do corpo feminino, com o movimento a favor do chamado “parto humanizado”. Junto a esse movimento, aparece também a valorização da amamentação exclusiva em “livre demanda” até os seis meses, com desmame “natural”, parte de movimentos sociais auto-intitulados “maternidade mamífera” e “criação com apego”. Em oposição a esse contexto e, simultâneo a ele, há o aumento de partos cesarianos no Brasil e o surgimento de várias fórmulas de leite artificiais em farmácias e o aumento de seu consumo. O leite materno é carregado de um forte aspecto simbólico em diferentes culturas, a amamentação ultrapassa, sem dúvida, o quadro biológico e nutricional. O leite, entre outras substâncias corporais, tem um importante papel nas representações do corpo, dando origem a relações de parentesco e a interdições sexuais em diferentes sociedades. Após a segunda grande guerra mundial, quando as formas de conservação de leite artificial já existiam e com a crescente inserção da mulher no mercado de work, tecia-se um cenário favorável ao desmame. Nesse contexto, a mamadeira se torna um dos novos símbolos de modernidade e urbanismo, e representa a “civilização”, entre os valores apreciados estão o da ciência e do progresso. Cabe ainda enfatizar que o saber sobre o aleitamento materno não é do domínio de um campo, está relacionado a diversos saberes, como concepções sobre família, criança, maternidade, parentesco, sexualidade, cuidado com os filhos, o processo saúde-doença e as práticas de regulação do corpo (dentre as quais se inclui a medicina ocidental). A discussão passa ainda pela tradicional polaridade entre natureza X cultura, bem como pela crítica a fragmentação das categorias mãe X mulher.

Apresentação Oral em GT

"Como as avós ou entre doutores: o parto como afirmação e reinvenção da identidade quilombola"

Naiara Maria Santana dos Santos Neves

O parto embora sejam um fenômeno fisiológico e, portanto, tomado como “natural” ou “universal”, são vivenciados e significados de maneira singular em diferentes sociedades. O corpo que materializa a dimensão fisiológica do parto também apresenta dimensões simbólicas e culturais que dão sentido a estas experiências. O objetivo deste artigo é verificar a existência de um movimento de retorno ao parto dito tradicional na



comunidade quilombola Kaonge, situada no Vale do Iguape, Cachoeira-Bahia, de maneira a privilegiar um olhar sobre sua intersecção com o processo de resignificação do grupo, de afirmação e/ou reinvenção identitária, baseada na autoidentificação do grupo enquanto remanescentes de quilombolas; compreender a relação de mão dupla entre um provável retorno ao parto dito tradicional e uma possível revalorização das parteiras com parte da afirmação de uma identidade, calcada na noção de ancestralidade, enquanto estratégia política e de mobilização de recursos por essas comunidades. No caso específico das comunidades quilombolas do Vale do Iguape, o parto dito tradicional era, segundo a narrativa das próprias comunidades, uma prática recorrente há cerca de trinta anos, ocorrendo atualmente apenas quando “necessário” (sobretudo, em casos em que não é possível aceder à assistência médico-hospitalar). No entanto, há um conjunto de processos particulares a essas comunidades que convocam novos sentidos e revelam uma face social da experiência do parto. A partir dos anos 2000 elas viveram processos de auto identificação como quilombolas e posterior identificação e delimitação dos seus territórios, em pleitos territoriais que foram objeto de ações judiciais, contestação violenta e também questionamentos quanto à legitimidade da identidade quilombola da maioria dessas comunidades. A literatura sobre quilombos no Brasil (Almeida, 2010; O’Dwyer, 2002; Leite, 1999, Vogt & Fry, 1996) aponta constituição de uma identidade quilombola e de seus modelos organizacionais confere relevância à questão da territorialidade, preponderantemente baseadas em laços de vizinhança e de parentesco e, em geral, assentadas em relações de solidariedade e reciprocidade, fundadas pelo uso comum do território. Ocorre que essa relevância conferida à associação entre identidade, território e práticas, como efeito das disputas políticas e normativas em que emerge, participa ao mesmo tempo de um processo de transformação da identidade em um “valor”, ou como sugerem Comaroff & Comaroff (2009) de “comoditização” da identidade e da “cultura”, da sua conversão em um bem, utilizado estrategicamente pelos agentes sociais, tanto econômica, quanto politicamente. É nesse sentido que o parto e seus signos, performances, práticas particulares adquirem um sentido singular para tais comunidades.

Apresentação Oral em GT

Grupo Papo de Mãe: uma experiência de rede de apoio à maternagem em Belém do Pará

Natália Conceição Silva Barros Cavalcant

Numa perspectiva histórica e etnográfica, o artigo se propõe a apresentar os primeiros passos de uma pesquisa sobre a experiência de ser mãe na contemporaneidade, particularmente algumas dimensões, como as possíveis transformações e reconfigurações das concepções e representações sobre o saber médico, o parto normal, a amamentação exclusiva e a introdução alimentar. O lócus desse estudo é o grupo virtual Papo de Mãe, criado em 2014, composto por mulheres de classe média, ex-alunas de uma fisioterapeuta obstétrica, militante do parto humanizado, proprietária do espaço denominado Academia da Gestante e do Bebê, localizado na cidade de Belém do Pará. Diante da experiência do primeiro filho e de todas as mudanças trazidas em suas vidas a partir de então, relações de amizade e apoio foram se estabelecendo e/ou se fortalecendo entre essas mulheres. Os encontros presenciais na hidroginástica e no pilates não eram suficientes diante das muitas dúvidas, trocas de saberes e expectativas com relação ao tipo de parto, aos cuidados com os bebês e a volta ao mercado de work, culminando com a expansão das relações na rede social WhatsApp. Mas, é preciso destacar que a convivência entre essas mulheres não se limita ao mundo virtual, uma série de encontros e ações presenciais foram e são articulados entre elas, inclusive com a presença e apoio dos maridos, configurando um grupo, em suas palavras, como “Família Papo de Mãe”. Metodologicamente, nosso campo de pesquisa se configura nas duas dimensões, virtual e presencial, conseguindo nos imiscuir em experiências que nos possibilitam problematizar dimensões importantes da maternidade, sobretudo desnaturalizando discursos e práticas sobre o ser mãe.

Palavras chave: Maternagem; Experiência; Rede

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/976_2017-02-16.pdf

Apresentação Oral em GT

“Vida e materialidade: observações e propostas iniciais para uma pesquisa sobre o recém-nascido prematuro em sua passagem pela Unidade de Terapia Intensiva Neonatal.”

Rachel Salgueiro Rizério

A escolha de uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Neonatal pública para a realização de uma pesquisa de campo antropológica torna evidente um aspecto peculiar do nascimento na contemporaneidade: o quanto é possível nascer prematuramente. Dados e referências estatísticas sobre mortalidade infantil no Brasil sugerem que o recém-nascido prematuro adquiriu prioridade no sistema de políticas públicas da saúde, destinadas ao acompanhamento da gestação e do parto, a partir da ênfase numa medicina que usa intensivamente a tecnologia. Sabemos que estas relações entre medicina e tecnologia possuem uma historicidade que se inicia com a medicalização do parto e a consequente hospitalização da mãe com seu bebê, que os tornaram pacientes de médicos e de instituições de saúde, até os desdobramentos contemporâneos por conta da tecnologia e dos conhecimentos médico-científicos em medicina fetal e neonatologia. Neste momento, tornou-se possível transformar o que há 20 anos atrás eram abortos de fetos com 25 semanas de gestação, em nascimentos de “prematuros extremos” com possibilidades cada vez maiores de sobrevivência. A inegável imaturidade corporal, orgânica, faz do recém-nascido prematuro, especialmente os “prematuros extremos”, um ser que, fora do útero materno, depende do universo médico-técnico da UTI Neonatal. E neste universo, ser prematuro é estar diagnosticado pelo código internacional de doenças (CID-10) com “Prematuridade”. Seria o recém-nascido prematuro um doente? Que corporalidade apresenta o recém-nascido prematuro? Diante destas e outras questões, a pesquisa de campo está focada no recém-nascido prematuro. Fronteiras e barreiras tornam-se evidentes, entre úteros-incubadoras, mães-equipes médicas, famílias-instituição hospitalar. Assim, o nascimento e sua recepção na instituição hospitalar antes mesmo que na sua família, amplia-se para a necessidade da sua permanência na UTI neonatal, por vezes, mais prolongada que seu tempo de vida no útero materno. Neste contexto, é fundamental observarmos o ambiente material e imaterial que cerca este prematuro, de cuidados, e que demonstram ser essenciais para a manutenção de sua vida. Temos mini-corpos, quase-objetos, multi-objetos, cuidados manuais, artefatos, pequenos ciborgs. O que podemos dizer sobre o significado da gestação e do nascimento em nossa sociedade contemporânea? Podemos dimensionar os investimentos científicos e tecnológicos feitos sobre um mini-corpo de 460 gramas e de 21 semanas de embriogênese? Que corpo é este? O que pensam as famílias e os profissionais sobre esse “bebê prematuro”? O que é, exatamente, um bebê prematuro? E que novas fronteiras estão sendo estabelecidas com estas novas formas de corporalidade?

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1468939610_ARQUIVO_VidaMaterialidade.Observacoesepropostasiniciais.pdf

Apresentação Oral em GT

Primeiras reflexões do work de campo em uma Maternidade pública humanizada na cidade do Rio de Janeiro

Sara Sousa Mendonça

Este work enfocará as reflexões iniciais oriundas do work de campo realizado em uma Maternidade pública da cidade do Rio de Janeiro, norteado pelas questões que apresento a seguir. O termo humanização “se refere a uma multiplicidade de interpretações e a um conjunto amplo de propostas de mudança nas práticas”



(DINIZ, 2005, p. 635), assim objetivo chegar ao entendimento dos múltiplos significados atribuídos ao termo “humanização” neste contexto, para cada grupo focado: os profissionais da Maternidade, subdivididos entre médicos e enfermeiras-obstetras; as mulheres usuárias desde serviço, consideradas em associadas ou não ao movimento pela humanização do parto; e as doulas que atuam na Maternidade. Na Antropologia da Saúde diversos works buscam esclarecer como se processa essa dinâmica de afirmação da racionalização biomédica em contraste com as dimensões holistas da representação ou vivência dos eventos de saúde/doença. As políticas de humanização da assistência em saúde são particularmente interessantes para esta reflexão, pois elas trazem em si um pressuposto de holismo, ao advogarem a não separação entre o corpo que recebe os cuidados e a pessoa que é portadores deste corpo, bem como enfatizarem a importância das relações, tanto entre os profissionais da assistência, como destes para com os usuários, que são pensados como inseridos em relações sociais de parentesco, amizade, vizinhança, etc. Ou seja, em uma série de aspectos as propostas de humanização buscam realizar o contraponto a uma racionalidade biomédica que, por ser imersa na ideologia do individualismo, fragmenta corpos e isola sujeitos. Porém, a ideologia do individualismo possui diversas vertentes, que podem inclusive serem contraditórias entre si. Um argumento que vem pautando as reflexões a respeito da humanização do parto é o de que estas políticas são elaboradas também com base em formas específicas desta ideologia – no qual o ativismo pela humanização do parto, composto majoritariamente por mulheres das camadas médias urbanas, tem papel relevante. Dessa forma se recoloca a questão que Ropa e Duarte (1985) propuseram: indicar as discontinuidades entre “terapêuticas individualizantes” e “sujeitos não individualizados”. Desse modo, me interessa analisar como uma ideologia que parte das camadas médias urbanas se operacionaliza no sistema público de saúde. DINIZ, Carmen Simone Grilo. “Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento”. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 3, p. 627-637, 2005. ROPA, Daniela; DUARTE, Luiz Fernando. Considerações teóricas sobre a questão do atendimento psicológico às classes trabalhadoras. In: FIGUEIRA, Sérvulo (Org.). *Cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

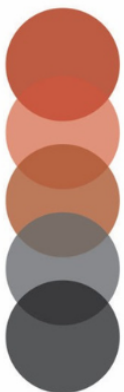
Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466476166_ARQUIVO_Porqueopartosetornouumaquestao.pdf

GT 050: Perspectivas Antropológicas no Esporte e no Lazer: corpos, gêneros e sociabilidades

Este Grupo de Trabalho almeja dar um passo complementar que contribua com o esforço empreendido para a consolidação de uma antropologia dos esportes ou das práticas esportivas nos últimos anos em fóruns acadêmicos de discussão e da proeminência que os estudos sobre o corpo e as relações de gênero vêm adquirindo no campo das ciências sociais e humanas. Nesse sentido, tem como proposta a compreensão das interseccionalidades entre corpos, gêneros e sociabilidades nos esportes e nos lazeres. A sua intenção é a de reunir trabalhos, de pesquisadores de diversas regiões do país, – proporcionando amplo espaço de interlocução, intercâmbio e diálogo –, situados nas áreas das Ciências Sociais, Humanas e/ou da Saúde que se apresentarão como fontes de reflexão para a problematização de rótulos, designações de gênero, sexualidades, desvios, abjeções, corpos e hegemonias esportivas entre outros temas correlatos. Deste modo, entrelaçando perspectivas antropológicas e interdisciplinares pensamos em atingir criticamente a difusão de imaginários, representações, cosmovisões, discursos e práticas atreladas a posturas de dominação patriarcal e de poder hegemonicamente constituídos nos campos do esporte e nas práticas de lazer.

Leonardo Turchi Pacheco (Universidade Federal de Alfenas) e Wagner Xavier de Camargo (FAPESP) -
Coordenação





Pôster em GT

A esportivização do Judô Kodokan: o que a Educação (Física) nos diz sobre identidade e alteridade

Aaron França Teófilo

Jigoro Kano (1860-1938) foi homem franzino de baixa estatura, porém, de grande envergadura intelectual. É reconhecido como o pai fundador da Educação Física. Renome derivado das suas contribuições à consolidação dessa área acadêmica, especialmente, a fundação do Judô Kodokan em 1882. Em diversos works de sua autoria, o significado do Judô transparece como tema central. Muitas vezes, Kano se ocupou em diferenciar a Kodokan das outras "escolas" de luta japonesas designadas "artes marciais". Todavia, ele não foi o único a dar atenção especial à questão da originalidade do judô. Interessante notar que, em nossos dias, pesquisadores(as) cujos works estão inseridos nos campos da Educação e da Educação Física seguem se debruçando sobre ela. Mediante uma breve coleta de dados bibliográficos apreciamos alguns destes works, procurando notar neles, o que dizem sobre a relação identidade e alteridade no que concerne à prática do judô Kodokan. Primeiro, podemos notar que se afiguram preocupados com uma certa identidade educacional desta "arte marcial", supostamente ameaçada pelos impulsos competitivos que marcam seu desenvolvimento internacional, desde o alvorecer do século XX. Pois uma tal esportivização produziria como efeito perverso o empobrecimento filosófico-pedagógico do judô, que, como originalmente proposto por Kano deveria ser entendido, sobretudo, como um método educativo universal - moderno e científico - da pessoa humana - em sua integralidade física, intelectual e moral. Assim concebido, por segundo, os escritos em comento esboçam suas distintas tentativas de purificação identitária do Judô, partindo em comum da confrontação do saber-fazer acadêmico sobre os supostos aspectos propriamente desportivos dessa "escola de arte marcial", a fim de adequar a sua prática ao âmbito escolar. Assim, podemos considerar em conclusão, que os works apreciados estabelecem uma relação oposta e gradual entre "o que o judô é" (identidade) e "o que o judô não é" (alteridade) baseados em certas proposições que diferenciam o lugar do corpo, da mente e do espírito da pessoa humana nas versões educacional ou competitiva do Judô. Diante desse quadro entendo pela relevância de uma pesquisa cujo desiderato maior seria desenvolver o esboço de uma teoria etnográfica da esportivização, por meio de um experimento de simetriação do saber-fazer antropológico com o saber-fazer expresso por judocas engajados(as) no desenvolvimento da alta performance competitiva. Tal empreendimento possibilitaria a tradução dos dizeres desses(as) atletas sobre a relação identidade e alteridade no e do Judô, a fim de compará-los - de forma transversal - com o discurso antropológico a respeito desta clássica questão, já abordada em diferentes contextos etnográficos.

Apresentação Oral em GT

Do Nocautear o inimigo à vitória dos justos: projetos de "salvação" e estratégias religiosas para jovens lutadores de MMA no Rio de Janeiro

Felipe Magalhaes Lins Alves

Propõe-se neste artigo analisar e interpretar a construção de um projeto sócio-religioso que se utiliza da prática esportiva do MMA como ferramenta de conversão religiosa para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social na cidade de Nova Iguaçu, município da região metropolitana do Rio de Janeiro. Ao seguir os passos do idealizador, assim como a rede de agentes sociais que este constrói e administra, busca-se aqui compreender o projeto como uma "máquina" que gera novas moralidades no campo religioso. Em outro ponto da análise, estuda-se como tal projeto social se utiliza de um esporte secular enquanto tática de aproximação entre jovens evangélicos e lutadores de MMA. Por último, investigo outros projetos sociais direcionados à juventude e gerenciados por agentes do Estado. Estes também vêm se utilizando do MMA

como estratégia de “salvação” para populações moradoras de favelas da cidade, ao oferecer um esporte “violento” como solução para a “paz”.

Apresentação Oral em GT

SE CADA UM TEM UM CORPO, POR QUE O CORPO TEM QUE SER UM? Um estudo de caso na Educação Física Escolar

Lucio Carlos Dias Oliveira, Maria de Nazaré Pereira da Silva Jozimar Prazeres

O “culto ao corpo” coloca-se na sociedade como preocupação geral, que perpassa por todos os setores, classes sociais e faixas etárias, apoiada num discurso que ora lança mão da questão estética e ora da preocupação com a saúde. É muito instigante escrever sobre o corpo, principalmente dentro de uma perspectiva pedagógica, pois esse é um assunto que trata não só da questão física, mas psicológica e estética. No entanto, a maneira como ele se realiza dentro de cada grupo é diversificada. O estudo busca uma reflexão sobre o corpo como um objeto de compra e venda, como um importante veículo de ascensão social, tornando-se um acessório, remontado, imperfeito, um rascunho a ser corrigido e transformado, um lixo que pode ser varrido para debaixo de um tapete, chamado ilusão, uma ilusão mostrada todos os dias pelos meios midiáticos, “meios de comunicação social” responsáveis pela difusão das informações, a saber: rádio, jornais, revistas, televisão, vídeo, entre outros, impulsionados basicamente pelo processo de massificação a partir dos anos 1980, onde o corpo ganha mais espaço (CAMARGO, 2013). Este work pretende levar a uma reflexão sobre a ditadura do corpo, nas sociedades contemporâneas, com o objetivo de levar as pessoas a pensarem na seguinte questão: se cada um tem um corpo, por que o corpo tem que ser um? Com a finalidade de conhecer informações sobre a aceitação do corpo que cada um tem, e como tudo isso pode interferir na autoestima dos adolescentes e jovens. Stenzel (2003, p. 23 – 24), afirma que, todas as tentativas de conceituar a beleza fazem parte do campo de pesquisa de estudo da Estética. Esta investigação foi um estudo descritivo e exploratório, de campo, tendo como informações o tipo de aceitação do corpo que cada um tem, podendo interferir na autoestima dos adolescentes. A pesquisa foi realizada utilizando questionários, que foram aplicados aos adolescentes do sexo feminino, em uma escola da rede Privada, da cidade de São Luís – MA, verificando qual a relação que os mesmos tenham com seu corpo e a aceitação desses indivíduos no meio em que estão inseridos. Observou-se que em meados do século XX, com o avanço dos meios de comunicação, o corpo perdeu sua identidade e passou a ser massificado e globalizado. As pessoas deixaram de ter um corpo próprio, com características individuais e passaram a perseguir uma imagem ilusória de perfeição, aderiram a um modelo ditado pela mídia e pela sociedade narcisista que prega uma qualidade de vida, a qual sugere um modelo padronizado para todos (o modelo JUBESA). Não importando para tanto, o quanto custe ou quais problemas trará, ou ainda de que maneira poderá ser alcançado, pois quem não segue esse padrão, está fora – é discriminado.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466461499_ARQUIVO_Setodostemumcorpofinal30RBA.pdf

Apresentação Oral em GT

O gênero para além do sexo: discussões a partir de uma etnografia na vela de Niterói (RJ)

Luiz Fernando Rojo Mattos

Neste work estarei revendo algumas discussões relativas às identidades de gênero em uma pesquisa que realizei em um clube de vela em Niterói (RJ), entre 2009 e 2012. A partir dos dados etnográficos ali construídos, problematizo como o conceito de homosociabilidade reforça a naturalização do binarismo sexual na análise das relações de gênero. Proponho, em contrapartida, os conceitos de sociabilidade homogênero e



heterogênero como ferramentas analíticas para a interpretação de relações de sociabilidade que tensionem a coerência entre sexo biológico e identidade de gênero. Este work, portanto, se insere em uma perspectiva que dialoga profundamente com a obra de Judith Butler, no que esta critica a forma pela qual homens e, principalmente, mulheres são pensadas como "substantivos", como "essências naturalizadas", mesmo por análises que se propõem a pensar as relações de gênero. Ao mesmo tempo, entretanto, busco dialogar com as contribuições de Silvia Yanagisako, que identifica que, embora não possa ser tomado como um dado natural, os entendimentos socialmente constituídos sobre a dicotomia homem/mulher é parte fundante da forma como o gênero é compreendido em nossa sociedade. Desta forma, a análise de uma situação etnográfica particular - como o caso das relações de gênero neste clube de vela - possibilita observar como discursos e práticas sociais constituem os entendimentos sobre sexo e gênero em diferentes contextos, contribuindo para a ruptura de perspectivas essencialistas sobre as identidades de gênero.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466438846_ARQUIVO_workRBA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Sofrer é necessário, superar é consequência: legitimações da dor e deficiência em algumas narrativas esportivas

Marco Antonio Gavério, Valentina Iragola Cairolí

Nossa proposta é discutir como o 'corpo deficiente' e o 'corpo em dor' servem de bode expiatório à suposta naturalidade das capacidades corporais humanas. Utilizamos aqui esquematicamente distinções modernas entre deficiência, dor, e capacidade sem indicar os termos como atributos fixos e estanques de corpos a priori tidos como inaptos e capazes. A partir da consideração de que as identidades são construídas em meio de relações políticas, e que os corpos são vistos cada vez mais como instrumentos para atingir modelos identitários socialmente negociáveis, o intuito em explorar essas divisões não é mostrar como uma identidade 'anormal' se opõe a uma identidade 'normal', mas antes notar certa 'oposição constitutiva' dos termos, bem como das próprias identidades a que auxilia a dar inteligibilidade. Para explorar essa 'desnaturalização' dos termos deficiência/doença/capacidade, o mundo das competições esportivas pode ser um espaço de profícua interpretação sócio antropológica. Nesse sentido nossa ideia é investigar como o 'medo da deficiência' e a 'dor como superação' emergem quando o corpo capaz e flexível dos esportes mainstream, considerado um dos lócus da integridade moral pela superação de limites físicos, se 'quebra', 'sofre injúrias'. Tal quebra e injúria aqui se referem ao corpo que se lesiona, que se machuca e pode debilitar-se, mas também indicam uma ruptura com normas e expectativas socioculturais de como um corpo deve ser, sentir e funcionar. Com esse intuito, partiremos de elaborações descritivo analíticas das narrativas midiáticas do jogador Neymar Júnior e da ginasta Laís Souza, esportistas que se machucaram e tiveram suas lesões e incidentes espetacularizados. Nos interessa nesses exemplos captar os sentidos dessas notícias no que projetaram 'discursos da dor e da deficiência' e contrapo-los criticamente com as experiências etnográficas dos autores. Por um lado, insights críticos de uma experiência como deficiente em certas práticas corporais, e por outro, a experiência de pesquisa em um grupo de corrida. Tal configuração formal e teórica desta peça será uma tentativa de provocar um debate crí(p)tico sobre deficiência e dor, ou seja, um debate que a posicione não só como uma condição particular de existências coletivizadas, mas também um modo de regular e conformar (legitimar) corpos e subjetividades que, por algum motivo, são ou se tornaram ou tem possibilidades de se transformarem em dissonantes.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466461964_ARQUIVO_GAVERIO,RAGOLA,2016.pdf

Apresentação Oral em GT





“Enterrem meu coração sob o viaduto” - A Nobre Arte e o bairro negro de São Paulo

Michel de Paula Soares

A presente apresentação parte de uma etnografia em uma academia de boxe instalada embaixo de um viaduto na Baixada do Glicério, região central do município de São Paulo, localidade estigmatizada como bairro negro da cidade, devido à sua alta concentração de imigrantes africanos e latino-americanos. Para cumprir tal missão, realizo uma observação participante como aluno de boxe na academia. Dessa maneira, pretendo descrever e analisar as particularidades da prática sócio-esportiva do boxe neste espaço, acompanhando e participando dos treinos junto dos demais alunos (jovens do bairro, imigrantes, ex-moradores de rua, entre outros), além de seguir estes atores sociais em suas redes de sociabilidade cotidianas pela região, podendo assim discutir sobre como esta atividade proporciona reflexões sobre as ideias de pertencimento, corpo, preconceito, lazer e cidade. De acordo com Loïc Wacquant, “o boxe oferece um prisma singular por intermédio do qual é possível chegar a uma compreensão das possibilidades estruturadas, percepções culturais e trajetórias individuais no interior dos bairros pobres” (Wacquant, 2000, p.127). Assim, à maneira deste autor, proponho tornar-me um aprendiz de boxe, experimentando esse processo de “iniciação a um ofício do corpo tanto mais reconhecido por sua simbólica heróica quanto desconhecido em sua realidade prosaica” (Idem, p.11), além de utilizar esta inserção em campo para me aproximar dos praticantes que habitam a região, possibilitando seguir suas redes, ou sociabilidades alargadas (Agier, 2011) nos trajetos percorridos cotidianamente em outras atividades significativas. Contudo, a presente pesquisa, assim como seu recorte etnográfico, possuem diferenças estruturais e contextuais que permitem dialogar, comparativamente, com a obra de Wacquant. O próprio “fechamento da academia sobre ela mesma (...) constituindo uma ilha de estabilidade e ordem” (Wacquant, 2002, p.44), visto que o ambiente não possuía aberturas físicas (janelas), precisa ser levado em conta, pois, embaixo do viaduto, estamos em pleno fluxo cotidiano da cidade. Em sua origem, o boxe é uma prática sócio-esportiva de proeminência masculina que auxilia na construção e difusão, através das próprias linguagens artísticas, de um conceito de masculinidade. Todavia, contrariando Wacquant, para quem o boxe era “a prototípica instituição masculina do gueto” (Wacquant, 2000, p.127), a presença de mulheres na Underground Boxing permite levantar questões de gênero relacionadas à prática como tal.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466441377_ARQUIVO_RBA_2016_completo.pdf

Apresentação Oral em GT

Para além da estética e da saúde: a academia de ginástica enquanto espaço de sociabilidade

Miriã Anacleto

Na modernidade, a excitação e a qualidade de vida são fundamentais. Nessa sociedade marcada pelo culto ao corpo e a constante celebração da juventude, o corpo é elencado como vetor de construção identitária, objeto de consumo, de manipulação e de distinção social. Uma vez que o processo de modernização urbana permite uma crescente renovação de usos dos espaços públicos da cidade, a busca pelo corpo esteticamente ideal tem impulsionado o indivíduo moderno a se aventurar nas práticas esportivas visando atender a expectativa do imaginário social. Entretanto, outro fator determinante na escolha da prática de determinada atividade física é a sociabilidade, uma motivação importante para os indivíduos que procuram pessoas com afinidades capazes de cimentar suas relações sociais, além de simplesmente manter a boa forma física. Desse modo, o esporte, fenômeno universal de grande popularidade, se apresenta como alternativa para a modelação do corpo ideal e a promoção de interseccionalidades entre os indivíduos. Como consequência, as academias de ginástica e musculação configuram-se não somente como espaços de lazer, mas, sobretudo, como ambientes de realização estética, de promoção da saúde, de construção de identidades subjetivas e coletivas,

e como espaços de sociabilidade entre os gêneros e as diferentes gerações. Tendo como suporte empírico a revisão bibliográfica acerca da temática corpo na Antropologia e o work etnográfico em andamento em uma academia situada na cidade de Maringá-PR, essa comunicação tem por objetivo analisar e descrever o papel social das academias de ginástica no contexto moderno.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/350_2017-04-12.pdf

Apresentação Oral em GT

Kyudo: Os arcos e as flechas que atravessam o tempo desde os samurais a modernidade e sua prática no Brasil

Sonia Maria Neves Bittencourt de Sa

O Kyudo compõe junto com o Aido (luta de espada) e o Kendo práticas tradicionais das artes marciais dos Samurais. O Kyudo, no entanto, se transformou em um esporte nacional no Japão. Esta prática que foge as características do arqueirismo competitivo ocidental nos remete ao campo social e simbólico da cultura japonesa que envolve os praticantes em muitas facetas da cultura japonesa. Cinco eixos de observações se entrelaçam em torno do Kyudo. (a) espiritualidade. Tendo o xintoísmo como base, os praticantes do arqueirismo japonês cultivam reverência a divindades e a natureza. Para os xintoístas o imperador era símbolo dos deuses e descendente direto deles daí porque o dever de obediência total a ele; (b) práticas corporais e performance. O Kyudo concilia as práticas corporais individuais as coletivas por meio de uma série de pequenos ritos que une todos os arqueiros durante uma prática de arco e flecha. Estes movimentos sincronicos produzem uma estética que busca a beleza e precisão de movimentos. Muitas destas posturas e atitudes se inter-relacionam com atividades comuns que estão presentes na história cotidiana da cultura japonesa; d. concepção do guerreiro com suas tradições e vestuários, gêneros, estrutura social e suas hierarquias relacionando os espaços do dojô a lugares de prestígio e maestria; e. as tecnologias usadas para a confecção dos arcos e flechas que como coisas animadas moldam e influenciam a vida que os rodeia e quando unificada com o corpo que os atira cria uma unidade performativa; e. Por fim, o processo de transição do Kyudo tradicional para uma prática que segue a lógica do mercado esportivo mundial. Como conservar as características do esporte tradicional e se expandir para outros países como no caso do Brasil? Em uma leitura preliminar pode-se analisar o que representou a figura do samurai dentro da história do povo japonês e todo o seu sistema econômico e social. Os movimentos do arqueirismo, suas formas e rituais praticados revelam o mundo híbrido entre a tradição e o moderno vivido intensamente pelos japoneses após a segunda guerra mundial e que começou no final de seu período feudal e do império Meiji (1868/1912). Este work busca então compreender como na prática do Kyudo no Brasil, é possível se apreender parte desta história da cultura japonesa bem como compreender como os cinco elementos citados anteriormente remete ao praticamente a se inserir no contexto do Kyudo não como esporte mas como uma arte do arqueirismo. O work tendo como base metodológica o work de observação participante e estudo de campo mostra como o grupo de Kyudo de João Pessoa se insere nesta modalidade e busca manter as características de prática do Kyudo voltado para o aperfeiçoamento da mente, corpo e espiritualidade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466466060_ARQUIVO_worksobreyudopara30rba.pdf



GT 051: Políticas das drogas: éticas de consumo, diversidades das práticas e conflitos acerca de seus controles

Seguindo a consolidação de uma rede de pesquisa, iniciada na ABA/2014 e reeditada na ABANNE/2015 e RAM 2016, visando a discussão acadêmica sobre as substâncias psicoativas, o presente GT propõe uma reflexão sobre o consumo destas, bem como de instrumentos teóricos-metodológicos que permitam compreender as éticas de consumo, as diversidades das práticas que o cercam e os conflitos acerca de seus controles. Tomando como princípio que não há uma ética universal que sirva de referencial externo único e absoluto para dar sentido às experiências de consumo, tanto as diversidades das práticas que o atravessam, como os conflitos oriundo das estratégias de controle sobre os mesmos devem ser considerados a partir de sua própria constituição. Portanto, a ética que apoia o proibicionismo é tão legítima quanto as éticas que atravessam consumos diversos, da ayahuasca, maconha ou crack. Assim, é possível problematizar a hegemonia do paradigma “médico-legal”, explicitando os conflitos oriundos do confronto dessa diversidade de éticas de consumo. Para tal, o GT comporta:

- 1) etnografias sobre práticas de consumo de substâncias que recebem as alcunhas de “droga”, “plantas” e “remédios”;
- 2) descrição de políticas de drogas que atualizam regimes de controle, como tribunais de justiça, serviços de saúde e comunidades terapêuticas.
- 3) pesquisas que exploram o saber nativo e o encontro entre disciplinas diversas, como investigações sobre o potencial terapêutico da maconha e dos alucinógenos.

Beatriz Caiuby Labate (CIESAS) e Frederico Policarpo de Mendonça Filho (Universidade Federal Fluminense) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

Entre “papudinhos” e “noiados”: Sociabilidades, conflitos e uso de álcool, crack e outras drogas no centro da cidade de Cabedelo/PB

Ana Carolina Amorim da Paz

Cabedelo é uma cidade portuária de médio porte, localizada no nordeste do país, cujo “centro” das interações sociais de work e comércio tornou-se ao longo dos anos referência para o consumo de bebidas alcóolicas (e também de outras substâncias psicoativas) bastante conhecida na região. Diferentemente do processo pelo qual passam algumas das grandes metrópoles, o centro de Cabedelo não se constitui um espaço degradado e sim, vigente mancha comercial, assistencial-administrativa e de lazer do município. Nesse cenário, chama a atenção a aglutinação espacial de pessoas que se encontram em situação de grande vulnerabilidade social, econômica e emocional em torno do uso visível, intenso, diário e/ou contínuo dessas substâncias nos arredores do mercado público municipal. Designado pela população local de “CTI”, em alusão à UTI hospitalar, essa formação espacial consiste em um espaço de relações onde coexistem diversas modalidades de encontros. Apropriado originalmente como espaço de lazer, entretenimento e sociabilidade masculina através do consumo da cachaça, com o passar do tempo, veio acolhendo pessoas e práticas consideradas “marginalizadas”, desviantes ou socialmente reprováveis, como a população em situação de rua (“vagabundos”), pessoas que fazem usos contínuo da bebida (“papudinhos”), consumidores de crack (“noiados”) e aquelas que adotam práticas ilícitas (“bandidos”). As práticas e relações sociais engendradas no local demonstram a produção de um espaço particular marcado por códigos de conduta e solidariedades





próprios, que favorece o encontro das pessoas, o estabelecimento de vínculos, o sentimento de pertencimento aos grupos e ampliação das redes de apoio e proteção de seus frequentadores, porém, não sem conflitos. O presente work é um recorte da pesquisa de mestrado em Antropologia – PPGA/UEPB e tem como objetivo abordar, a partir do cotidiano, as sociabilidades e conflitos existentes no “CTI”, das redes de apoio ao processo de categorização, hierarquização e estigmatização de determinados grupos de pessoas consumidoras de álcool, crack e outras substâncias psicoativas da região. Parte-se da noção de que no cotidiano são desveladas práticas, conflitos de interesses e representações sociais através das quais esses sujeitos criam e reivindicam cotidianamente seu lugar na sociedade. Além disso, observa-se nesse contexto, que a estigmatização torna-se a principal mola propulsora tanto para o não reconhecimento e garantias de seus direitos, como também de justificativa para a adoção de medidas de rechaço e intervenções no espaço. Para tanto, será utilizado como aporte teórico autores como Simmel (1983), Certeau (1998), Magnani (1994;1996), Goffman (1985; 2012), Becker (2008), Mary Douglas(1996), Elias e Scotson (2002), entre outros.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467634369_ARQUIVO_workcompletorba2016.pdf

Apresentação Oral em GT

‘Tá usando o quê?’: uma análise sobre o consumo de substâncias psicoativas no Nordeste brasileiro

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

O presente work tem por objetivo apresentar os resultados de uma investigação sobre as práticas e narrativas associadas ao consumo de substâncias psicoativas na periferia de Fortaleza, Ceará, Brasil. Buscando compreender, de uma perspectiva comparada, as éticas de consumo que se configuram localmente em torno do uso da maconha e do crack em Fortaleza, pretendemos colocar em debate questões teóricas e metodológicas relevantes para o desenvolvimento das pesquisas nessa área de estudos. Através do registro etnográfico em contextos urbanos pretendemos qualificar as análises sobre as experiências de consumo que apontam pertencimentos e diferenças entre os usuários de substâncias psicoativas nas periferias das cidades do Nordeste brasileiro. Na primeira parte do texto exploraremos, através dos resultados de uma pesquisa de cunho etnográfico, as práticas e discursos associados ao consumo de substâncias psicoativas de dois grupos de usuários de Fortaleza, especificamente maconha e crack, apontando a importância desses elementos para a conformação de éticas, identidades e pertencimentos. A substância utilizada e as formas como são obtidas, preparadas e consumidas demarcam circunstancialmente identificações e diferenças que configuram as dinâmicas e os ‘espaços da droga’ em nossas cidades. Em um segundo momento, pretendemos destacar a importância dos estudos etnográficos sobre as éticas de consumo para a compreensão das dinâmicas do comércio ilegal de substâncias psicoativas nas periferias das cidades brasileiras. Identificar e compreender as diferentes práticas associadas ao consumo dessas substâncias, de uma perspectiva comparada, qualifica a análise das múltiplas modalidades e configurações assumidas pelo tráfico varejista nas periferias do Brasil. Na terceira etapa do work, refletiremos sobre as implicações teóricas e metodológicas que a compreensão em profundidade das experiências e narrativas que estruturam éticas de consumo, especialmente em torno do uso da maconha e do crack, apontam para os estudos e controle das substâncias psicoativas. Tentar compreender as dinâmicas das práticas e as representações que conformam as diferentes éticas de consumo dessas substâncias exigiria do pesquisador, nessa chave interpretativa, estratégias metodológicas que permitam captar as diferentes modulações que o uso das substâncias psicoativas assume nas cidades brasileiras. Praticando uma ciência social do observado pretendemos incorporar “pontos de vista” capazes de relativizar terminologias classificatórias associados ao paradigma médico-legal, à mídia e instituições públicas.

Apresentação Oral em GT

"Cristolândia", "De Braços Abertos" e "Recomeço": Notas sobre regimes de controle e formas de tratamento para usuários de crack

Deborah Rio Fromm Trinta

Área de grande visibilidade midiática e palco de disputas entre os mais distintos interesses sociais, políticos e econômicos, sobretudo do mercado imobiliário, a região que ficou estigmatizada como Cracolândia, situada no centro da cidade de São Paulo, é, além de muitas outras coisas, a primeira e mais conhecida cena de venda e uso urbano de crack no Brasil. Até 2012, chegava a atrair um público de até 2.000 pessoas durante a noite. Apesar desse significativo contingente, poucas eram as ofertas estatais de serviços de assistência e de saúde e as opções de tratamentos disponíveis para os frequentadores do local. Em contraposição, muitas eram (e ainda são) as intervenções policiais e medidas de controle voltadas para esse território e população. Em quatro anos, depois do marco histórico de uma violenta operação policial (2012), esse polêmico e importante cenário urbano sofreu grande transformação e passou a alojar diferentes políticas e paradigmas no trato da questão. Tendo isso em vista, o presente artigo propõe uma análise relacional - a partir dos dados compilados em pesquisa de campo (2011-2015) - de três programas (um religioso e dois estatais), a saber, o Programa Cracolândia, da Junta de Missões Nacionais de igrejas batistas, o Programa "De Braços Abertos", da Prefeitura Municipal, e o Programa Recomeço, do Governo do Estado de São Paulo, com distintos modelos de tratamento para a "dependência química". Argumenta-se que é possível entrever, plasmado nessa territorialidade, os conflitos entre regimes de controle e de cuidado que explicitam os três paradigmas centrais e em disputa no diagrama nacional das políticas terapêuticas para usuários de "drogas": o religioso-espiritual, a Redução de Danos e a Saúde Mental."

Palavras chave: crack; Cracolândia; tratamentos

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/101_2017-01-10.pdf

Apresentação Oral em GT

Drogas e Estigma: Relações entre Conversão Religiosa e Reconstrução de Si

Graziela Ferreira da Silva Pinto

O presente work tem como intuito apresentar algumas questões construídas no contexto da minha pesquisa de mestrado, intitulada, provisoriamente, "Drogas, Estigma e 'Cura Pela Fé': Um estudo sobre conversão religiosa e reconstrução de si". O cenário de estudo é um centro de recuperação de caráter evangélico, situado na região do Vale São Francisco que presta serviço de atenção a usuários de drogas. A conversão, nesse contexto, apresenta-se como única alternativa para "cura" e "libertação" do "mundo drogas". Além da crença na eficácia da conversão religiosa, foi perceptível outro fator na escolha desse tratamento, o pesado estigma social infligido aos usuários de "drogas". Para esses sujeitos, o efetivo engajamento no processo de recuperação seria mais facilmente aceito pela família e amigos quando passavam a fazer parte de algum grupo religioso. Desse modo, a conversão parece ratificar certo prestígio e aceitação social, principalmente na manutenção do novo círculo de relacionamento social dentro da igreja na qual o sujeito se converteu. A busca por tratamento, em instituições dessa natureza é considerada socialmente como alternativa mais viável, entre outros motivos, por cumprir um papel social importante no afastamento e na correção do desvio. O imaginário é que os usuários, principalmente, os que vivem em situação de vulnerabilidade social são "monstros" destruidores do equilíbrio social, "portador do mal" para a sociedade em que vive um ente "maligno" que "infecta" o meio social" (MOTA, 2009 p. 9 – 10). Restando, a esses sujeitos buscar tratamento, de preferência aqueles que proporcionem o seu afastamento do convívio social, para tratar sua "doença" e seu "desleixo moral". Em verdade, o termo "droga" "implica numa representação moral da substância, sendo esta automaticamente transferida aos seus usuários. "Essa é uma questão central para compreender o estigma





das drogas: o status de ilegalidade da substância é projetado na personalidade do usuário” (MOTA, 2005, pg. 2). E é esse sentimento de sujeito estigmatizado que está presente nesses indivíduos que procuram os centros religiosos. Buscando nesses espaços um tratamento que não sirva apenas como meio de afastá-los das drogas, levando-o à sobriedade, mas que também proporcione reformas morais de identidade através da ‘fé’. Diante disso, cabe problematizar: quais os significados que esses usuários submetidos a tratamento, seus familiares e membros das denominações atribuem à conversão religiosa; de que forma essa se relaciona com a reconstrução das percepções depreciativas sobre si. Ressalto, desse modo, que a conversão, não pode ser pensada simplesmente como processo de adoção de novos valores e práticas, mas também como importante estratégia de “reconstrução de si”.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467322512_ARQUIVO_RBAfinal.pdf

Apresentação Oral em GT

O (Des)controle social das drogas: estratégias de comercialização e as negociações no varejo do tráfico de drogas na cidade de Goiânia

Guilherme Borges da Silva, Wanderley Pereira da Silva Junior.

A relação entre o tráfico de drogas e a violência vem instigando cientistas sociais no Brasil desde a década de 1980. Tais estudos se concentraram em regiões economicamente centrais e de grande repercussão midiática, lugares onde foi identificado o domínio da comercialização de drogas por grupos criminosos bem estruturados sobre parte de territórios dessas cidades, principalmente os “territórios de pobreza”. As representações construídas a respeito do tráfico de drogas nessas cidades se disseminaram por todo tecido social. Assim, a imagem do tráfico de drogas, divulgada pela mídia e partilhada pelo senso comum, concebeu este mercado como uma atividade criminosa bem organizada e de estrutura hierárquica rígida em que o uso da violência é uma constante entre os sujeitos que estão dentro desse mercado. Porém, é preciso levar em consideração que o processo social do qual emergem os mercados ilícitos, no caso o tráfico de drogas, surge em momentos históricos distintos e a partir de contextos sociais específicos. Diante disso, o artigo aqui proposto visa apresentar as dinâmicas do varejo do mercado ilegal das drogas em Goiânia, que, diferentemente do que se tem no imaginário social, não apresentam uma estrutura hierárquica rígida e nem estabelecem controles sobre territórios da cidade. Esse mercado vai se estruturar por meio de dois arranjos. Primeiramente, o tráfico associado que se atribui a grupos, principalmente nas periferias, que atuam em bocas e que, por sua vez, constrói exércitos de aviãozinhos por meio de relações verticais que, apesar de existir certo grau de mando e submissão nas relações com o patrão, não possuem caráter empregatício e, por isso, são relações mais autônomas e pouco obrigatórias que estão conexas pelos acordos comerciais estabelecidos em torno da fidelidade na compra e venda das drogas. A outra estrutura do varejo das drogas, o tráfico atomizado, ocorre por toda região de Goiânia, mas, sobretudo, entre os indivíduos pertencentes à classe média, por meio de relações horizontais, e na maioria das vezes agem isoladamente e de maneira freelance, dependendo apenas das suas redes de contato. Por fim, apresenta-se também as estratégias de comercialização utilizadas por essas dinâmicas do varejo do tráfico em busca do alcance do sucesso do empreendimento ilícito, que, entendendo que não há meios legais de regulamentação, criam suas próprias formas de organização que, na maioria das vezes, sobretudo no modelo do tráfico associado, está baseada em relações de força e violência. Além disso, abre-se espaço para formas de (des)controle via negociações ilegais entre agentes do tráfico e agentes do Estado via as práticas de extorsão, corrupção, cobranças de dívidas de drogas e, no casos mais extremos, até mesmo o assassinato de pessoas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466472282_ARQUIVO_ArtigoGuilhermeBorgeseJuniorSilva.pdf



Apresentação Oral em GT

Disputas em torno da Ritalina: entre a obediência farmacologicamente induzida e a inteligência drogada.

Igor Fidelis Maia

Essa pesquisa tem como tema as alterações comportamentais e cognitivas dos usuários de metilfenidato, substância mais conhecida pelo nome comercial de Ritalina, centrando nos usos médicos e não médicos desse medicamento. Esse psicofármaco de efeito estimulante é um dos mais consumidos no mundo, e também um dos que reúne o maior número de críticas e controvérsias. Denominado popularmente como a pílula da obediência, está associado diretamente à medicalização de crianças em ambiente escolar e já foi acusado de poder causar um genocídio do futuro. Será buscada, a partir desse contexto, uma comparação entre o discurso largamente difundido de que esse fármaco produz obediência a normas sociais, e o relato dos usuários que terei contato ao longo da pesquisa. Seria possível afirmar que o metilfenidato produz normalização a partir da fala de seus consumidores? São diferenciados aqui dois usos dessa droga: o das pessoas que possuem o diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), e o daquelas que utilizam ritalina como um aprimorador cognitivo que maximiza a concentração em atividades de estudo. No primeiro caso, é comum o discurso de que o TDAH é um transtorno inventado para produzir lucros para a indústria farmacêutica. E que a utilização da ritalina como tratamento, tem patologizado as crianças que não se ajustam adequadamente ao ambiente escolar. Já no segundo uso, há a crítica de que as exigências capitalistas de produtividade têm induzido as pessoas a ingerir substâncias como essa, para dar conta da competição em ambientes como o work ou a universidade. Nas duas situações há a ligação entre o uso da substância e a docilização dos corpos em relação a exigências disciplinares. A partir da aplicação de entrevistas semi-abertas com pessoas que se inserem nesses dois grupos, e questionários em grupos de redes sociais, tentarei descrever uma descontinuidade na vida dessas pessoas a partir do uso do metilfenidato. Esse work enfrenta, dessa forma, uma questão que envolve a possibilidade de um saber científico como a psiquiatria engendrar relações de poder, mobilizando dispositivos de produção e controle da subjetividade que estão largamente difundidos na sociedade. Ao mesmo tempo, será feita uma contraposição aos discursos desse saber médico sobre o psicofármaco, mostrando a arbitrariedade entre o que é considerado um uso legítimo e o que configura abuso.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467335947_ARQUIVO_ARTIGORBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Gestar e parir: corpo e atenção à saúde no Daime.

Juliana Nicolle Rebelo Barretto

O objetivo desta proposta é apresentar considerações iniciais baseadas na pesquisa de doutorado intitulada “O parto da luz do Daime: Corpo e reprodução entre mulheres oasqueiras”, desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE. Em tal projeto procuro, através do enfoque nas diferentes percepções de corpo/reprodução presentes no Daime e mais especificamente entre as adeptas da religião residentes no bairro Irineu Serra, compreender de que forma o sistemas de crença compartilhado entre mulheres oasqueiras atua moldando noções sobre gestação, parto e pós-parto, bem como de que forma são produzidas frequentes negociações entre as práticas de saúde tradicionais do Daime e as práticas da biomedicina. A pesquisa supracitada tem como metodologia a realização de work de campo no bairro Irineu Serra, na cidade de Rio Branco, no Acre, local que abriga a sede do Daime levantada por seu fundador o maranhense Raimundo Irineu Serra. Ao longo de oito meses se realizou entrevistas, dentre outras pessoas, com mulheres adeptas ao Daime que tiveram seus partos sob efeito do Daime, tendo o foco em suas

experiências com o partejo. Teoricamente percebeu-se o quão complexo é o campo lançando mão sobre diferentes referenciais da antropologia como ideias sobre corpo e corporeidade, noções de saúde e autoatenção e negociações sobre sistemas de atendimento a saúde. Acredita-se que abrindo um espaço de diálogo entre os diferentes referenciais pode-se chegar a uma compreensão de como se dá a percepção do corpo entre tais mulheres, suas práticas de autoatenção e, por fim, quais os sistemas híbridos de saúde que se estabelecem nessa comunidade. A utilização da ayahuasca por grávidas e menores em contexto religioso é apontada como um dos assuntos mais polêmicos para a legalização de seu consumo. Nota-se no contexto do Daime que existem diversas percepções sobre o corpo, onde interligado a ele aparece sistemas de conhecimentos e crenças que englobam um conjunto de técnicas, terapias espirituais e saberes detido sobre as plantas sagradas, algo específico ao grupo usuário. Estas questões aparecem na resolução do CONAD, em 2004, tendo seu discurso associado a temáticas como a detenção de saberes, liberdade de crença e culto religioso, direito de autonomia individual e poder familiar (BRASIL, 2004). Atualmente os conhecimentos e práticas de saúde obstétrica das oasqueiras residentes no bairro Irineu Serra parecem incorporar dois campos de saber: o biomédico e o tradicional. Tais mulheres negociam entre recomendações de seus ginecologistas e enfermeiros e recomendações próprias do Daime. E é sobre esse campo fértil de distintos e híbridos saberes que se pretende debater.

Apresentação Oral em GT

O modelo uruguaio de regulação do mercado da maconha como alternativa ao modelo proibicionista

Laura Girardi Hypolito

A pesquisa, objeto deste estudo, pretende analisar o modelo uruguaio de regulação do mercado da maconha como alternativa ao proibicionismo. Ao considerar que o encarceramento em massa serve como forma de contenção social de grupos mais vulneráveis, e que existe uma seletividade que se opera no mecanismo de escolha de quais serão os personagens responsáveis pelo preenchimento desse sistema prisional defasado, não há como não apreender que a criminalização da produção, do comércio e do consumo de substâncias consideradas ilícitas, contribua de forma direta para estes danos sociais. Isso, posto que a grande maioria dos indivíduos que respondem penalmente pelo delito de tráfico são jovens e pertencentes das camadas mais empobrecidas da sociedade. Sendo estes fatos percebidos, se faz necessária a reflexão acerca de novos modelos que rompam com o paradigma proibicionista, como o escolhido para objeto de estudo do presente work: o modelo uruguaio. A presente pesquisa se faz relevante, visto que pela primeira vez no mundo, um país utilizando mecanismos democráticos de decisão, optou por reconhecer a necessidade de mudança no campo da política de drogas, sem ceder para os setores mais conservadores de sua sociedade. Por conta disso, o estudo procura compreender de que maneira foi possível no Uruguai, a aprovação de um modelo inédito, o qual rompe com o paradigma de proibição e tratamento criminal à questão da droga, adotado pela maioria dos países. O objetivo geral da pesquisa aqui programada consiste em investigar, por meio de análise de discurso, quais foram os argumentos utilizados no âmbito parlamentar e nos setores formadores de opinião uruguaiois, tanto para aprovar, quanto para rejeitar o modelo, cerne deste estudo. Objetiva-se compreender quais foram as condições de admissibilidade que possibilitaram a aceitação e implementação deste sistema. Tal quanto, pretende-se, por meio de pesquisa de campo, apurar qual é a percepção dos parlamentares, assim como de especialistas e de líderes de movimentos sociais, quanto à implementação deste modelo de regulação do mercado da maconha. Entender de que forma se deu o convencimento político, por meio dos discursos que chegaram à aprovação do projeto de lei, permitirá estender os limites da percepção referente aos debates parlamentares e propiciará uma maior apreensão de quais foram as condições de admissibilidade na implementação desta nova política de tratamento dado à droga.

Apresentação Oral em GT



O Propósito é um só?

Letícia Canonico de Souza, Matheus Caracho Nunes

O presente work tem por objetivo discorrer – a partir de etnografia realizada em 5 comunidades terapêuticas em diferentes localidades do Brasil (Pernambuco, Mato Grosso e São Paulo) – como estas pretendem criar as condições para a mudança de sujeitos que são considerados adictos e que, por isso, vão ou são levados para estes espaços de internação/tratamento. Estivemos durante 15 dias em cada uma dessas comunidades terapêuticas, por tempo integral, acompanhando a rotina de atividades propostas por elas. Deste modo, atentamos para o cotidiano destes espaços e como eles se propõem a (re)criar as condições de interação social dos sujeitos por meio de atividades centradas nos eixos da espiritualidade, work e disciplina. Neste sentido, buscamos i) compreender as normas, códigos de conduta, valores e moralidades que emergem do convívio entre os(as) internos(as), funcionários(as) e visitantes e as regras institucionais que orientam o work dos funcionários; ii) entender as reelaborações e significações do tratamento feitas pelos(as) internos(as). Para isso, damos especial atenção às propostas centrais das comunidades terapêuticas, quais sejam: a abstinência e a construção de um novo padrão moral para os sujeitos. Atentamos, portanto, ao que se pressupõe como objetivos ou metas que devem ser atingidas por ela, bem como a forma que os(as) residentes/internos(as)/alunos(as) lidam com esta proposta. Importante ressaltar que esta proposta de tratamento está inserida na atual política de combate às drogas no Brasil, por meio do financiamento do Plano “Crack, é possível vencer”, da SENAD.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466473804_ARQUIVO_Opropositoemso.pdf

Apresentação Oral em GT

Sementes de maconha e o risco: uma análise das práticas dos procuradores do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro no tratamento jurídico em relação às drogas.

Luana Almeida Martins, Laura Talho Ribeiro

Os anos de estágio em Varas Criminais no Ministério Público Federal do estado do Rio de Janeiro, durante nossa graduação em Direito, nos revelaram como são distintas as práticas de atuação de cada procurador no que diz respeito à conduta de importação de sementes de maconha. Para alguns procuradores, a semente de maconha – enquanto droga –, ao ser importada deve ser denunciada como tráfico internacional, podendo ser esse ato penalizado, inclusive, com pena de prisão. Para outros, essa mesma conduta, deve ser denunciada como crime de contrabando, pois se é proibido semear, não haveria sentido permitir a importação. Esta tese é defendida com base na lei nº 10711, que regula a importação de sementes e mudas, indicando que ela não é simplesmente permitida, já que depende de autorização e de um procedimento específico. Para além dessas duas percepções, há ainda outros que entendem que a importação não deve ser criminalizada, já que o material não possuiria por si só as condições e qualidades químicas necessárias para, mediante transformação ou adição, produzir o entorpecente proibido. Assim, ela serviria apenas aos atos preparatórios, o que indica que não haveria, portanto, prática de crime nessa conduta, devendo ser arquivados os casos que se nela se enquadram, diante da irrelevância desse ato para o sistema penal. As diferentes práticas acima descritas ressaltam o aspecto plural da atuação do Ministério Público Federal no tratamento de uma mesma conduta, e nos chama atenção pela maneira que elas atualizam diferentes discursos acerca do proibicionismo. A partir de nossas percepções e experiências naquele espaço, pudemos perceber como os discursos jurídicos são construídos de forma não homogênea e que, na maioria das vezes, as redações das peças que servem à justiça evidenciam a percepção que cada ator, nesse caso evidenciado pela figura do procurador, tem do risco a ser combatido. O distanciamento do estágio realizado nos possibilitou as reflexões que serão abordadas nesse work. Nossa trajetória acadêmica fez com que olhássemos as práticas jurídicas, anteriormente exercidas por



nós, como campo e objetos de pesquisa. Portanto, buscamos aqui descrever as práticas de atuação dos dois gabinetes em que realizamos estágio no que diz respeito ao tratamento jurídico conferido ao ato de importar sementes de maconha, para então compreender de que maneira se constrói a percepção do risco que deve ser combatido a partir da perspectiva dos procuradores. Além disso, ressaltamos a pluralidade de discursos dentro de um mesmo órgão que faz com que o mesmo caso seja considerado ora como crime, ora como um caso irrelevante ao sistema penal.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466473581_ARQUIVO_RIBEIROeMARTINS-SementesdemaconhaeRisco.pdf

Pôster em GT

Etnobotânica ou Fitoantropologia da Ayahuasca? Uma relação em dupla torção entre o humano e as plantas

Maicon do Couto Fecher

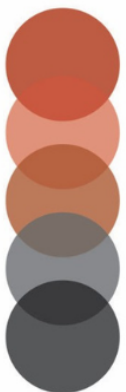
Embora a etnobotânica e a fitoantropologia possam parecer ciências sinônimas, não o são epistêmica e etnomologicamente. O prefixo Etno é de origem grega, e significa: raça, nação, grupo de pessoas. Etnobotânica pressupõe o universo humano em um segundo grau de elevação de existência em relação ao mundo. Os seres classificadores – humanos - diagramando os seres passíveis de classificação. O dualismo do real para a etnobotânica é advindo da tradição filosófica ocidental em suas inúmeras versões e tendências. Apesar de tal diversidade, esta disciplina tem como paradigma central a noção de uma continuidade da materialidade (genes, proteínas, lipídeos e sais minerais) e uma descontinuidade do simbólico, do espírito humano. O mundo não é dotado de capacidade simbólica, somente o homem, com linguagem, sociedade e cultura. A etnobotânica estuda as plantas utilizadas pelos humanos, incluindo áreas como o estudo das taxonomias, plantas medicinais, seus princípios ativos além de plantas psicoativas. A etnotaxonomia, a etnofarmacologia, a agroetnobotânica, a etnotoxicologia, etnobiologia, são exemplos das frentes de pesquisa dessa disciplina. A fitoantropologia, cujo prefixo fito, oriundo também do grego – phuton - significa planta, estuda a extensão das semelhanças e diferenças das respostas de várias comunidades humanas às plantas que as rodeiam, além de estudar como a relação com os vegetais ajudaram a formar as sociedades. Esta disciplina simetriza a relação do humano com o mundo natural, não somente a partir de uma continuidade biológica – genes, proteínas, lipídeos -, mas também de uma continuidade simbólica. As plantas são reconhecidas como agentes ativos na determinação das relações sociais, semiótica e cultural-material. Nesse work busco problematizar a relação humano-planta psicoativa pela fitoantropologia, pensando no papel ativo e agencial que a bebida conhecida como Ayahuasca produzida a partir da espécie base Banisteriopsis caapi e plantas aditivas exercem sobre inúmeros grupos culturais do oeste da Amazônia por meio de revisão bibliográfica e na religião neo-xamânica do Santo Daime, através de experiência de observação participante em uma igreja daimista na cidade de Juiz de fora - MG. As noções deleuzianas de Molar e Molecular, a perspectiva semiótica de Eduardo Khon e o Fórmula Canônica do Mito de Claude-Levi Strauss, são instrumentos conceituais para pensar o agenciamento dos eventos estáticos que desencadeiam após ingestão de Banisteriopsis caapi – mais conhecida como Jagube - e a mistura específica que este work se detém, a espécie vegetal Psychotria viridis, popularmente conhecida como Chacrona.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466358039_ARQUIVO_FitoantropologiapaineIRBA.pdf

Apresentação Oral em GT

O "remédio" da Legalização: os usos medicinais da maconha e a agenda antiproibicionista no Rio de Janeiro.



Marcos Alexandre Veríssimo da Silva, POLICARPO, Frederico. Universidade Federal Fluminense (UFF) / Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC). fredericopolicarpo@yahoo.com.br

Lançado em outubro de 2014, o documentário “Ilegal” mostra o drama real vivido por uma mãe para ter acesso a produtos à base de canábis, única alternativa de tratamento para diminuir as graves crises epiléticas de sua filha, portadora de uma síndrome rara. O documentário não é apenas informativo, mas também representa uma das ações de mobilização nacional de pais e familiares de crianças portadoras de doenças raras para mudança da lei. Neste work nossa proposta é fazer alguns apontamentos sobre o funcionamento e a atuação nas organizações da sociedade civil que estão sendo criadas com o objetivo de promover o acesso mais fácil a produtos à base de canábis (a exemplo do CBD). É importante destacar que continua expressamente proibido o cultivo da maconha no país, e conseqüentemente, a produção e distribuição de qualquer subproduto da mesma. Assim, o principal objetivo dessas associações é agrupar pacientes, familiares e simpatizantes para a realização de compras coletivas, no intuito de agilizar o processo e diminuir os custos da importação do CBD do exterior, que é a única via de acesso legal. Por outro lado, essas associações ativistas tidas como “canábicas” também estão se tornando atores políticos importantes. De um modo geral, é nosso objetivo descrever e interpretar estes processos, no intuito de atualizar o conhecimento antropológico sobre práticas, representações e procedimentos das burocracias (médica, jurídica, policial etc.) em interface com essas demandas oriundas de setores da sociedade. E, especificamente, nosso objetivo é observar suas estratégias de ação para terem acesso legal a produtos à base de canábis.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466476522_ARQUIVO_paperABA.pdf

Apresentação Oral em GT

As Comunidades Terapêuticas Religiosas como instituições disciplinares para “recuperação” de pessoas em situação de uso problemático de drogas.

Nalayne Mendonça Pinto

O presente work vincula-se a pesquisa atualmente desenvolvida no PPGCS da UFRRJ sobre a atuação e formas de “recuperação” que são ministradas nas das Comunidades Terapêuticas (CT’s) religiosas visitadas na Baixada Fluminense - RJ. A pesquisa tem por objetivo compreender os processos de ordenamento e de gestão das vidas e tempos das pessoas internadas nas CT’s; através de entrevistas semiestruturadas com lideranças e gestores locais. Importa destacar que CT’s – entidades que realizam o acolhimento de pessoas em caráter voluntário, foram recentemente regulamentadas e conceituadas pela Resolução N° 01 de 2015 do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; esta resolução foi objeto de muitas polêmicas quanto a competência do CONAD para proferir resolução sobre as CT’s, mas após parecer da Advocacia Geral da União foi assinada com efeito pelo Ministro da Justiça. Outro debate que produziu intensa discussão nos últimos anos foi o Projeto de Lei n° 7663/ 2010 que altera dispositivos da Lei de drogas 11.343/ 2006, alguns artigos do PL visavam a inclusão das CT’s na rede de assistência e financiamento da política nacional de drogas; mas posteriormente, após muitas divergências, foram retirados da versão que tramita atualmente. Não obstante cabe ressaltar que as comunidades terapêuticas, ou como eram conhecidas popularmente “casas de recuperação de viciados”, existem a muitas décadas em todo país, sempre realizando o work de atendimento a pessoas com “dependência de drogas” principalmente de classes populares e, mais especificamente, nas periferias das grandes cidades. A presença dos grupos religiosos na política de tratamento de drogas no Brasil é permanente e atua a despeito das presenças e ausências da política estatal. Dessa forma as CT’s participam de uma maneira especial do governo de populações atuando de forma independente da rede pública de assistência. Entretanto, nesse debate encontramos um antagonismo de saberes e lógicas que disputam sobre as melhores formas de cuidados e atendimento aos usuários; como



problema de justiça criminal encaminha-se ao encarceramento, como problema de saúde pública orienta-se o tratamento médico e científico, como problema individual orienta-se ao tratamento psicológico, e como problema espiritual apregoa-se um tratamento de conversão que implica em abandono dos vícios do corpo e a santificação da alma. Finalmente, discute-se nesse work as CT's como unidades de acolhimento que realizam um atendimento religioso e terapêutico dos indivíduos que lá estão "internados", voltando-se para formas de disciplinamento dos sujeitos; discute-se o papel evangelizador e missionário que estas realizam através do tratamento espiritual, moral e físico daqueles que lá estão.

Apresentação Oral em GT

Drogas e Alimentos: Construções Morais?

Pablo Ornelas Rosa, Marcella Uliana Weigert

As práticas discursivas que atravessam a saúde e a qualidade de vida, assim como a segurança pública e alimentar, podem muito bem ser encontradas nos controles governamentais e suas políticas amparadas em verdades produzidas por empresas tanto do setor alimentício quanto farmacológico. Ao realizarmos uma pesquisa acerca dos financiadores dos congressos brasileiros e internacionais de nutrição, encontramos como patrocinadores empresas como a Monsanto, Nestlé, Coca-Cola, Aché, dentre outras corporações que produzem alimentos extremamente maléficos para a saúde humana, conforme sugerem diversas e distintas pesquisas por nós averiguadas. Além disso, é importante destacar que tanto a Organização Mundial da Saúde - OMS quanto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA apresentaram em 2015 um relatório mostrando que os alimentos embutidos são cancerígenos e, portanto, fazem mal a saúde. Por outro lado, verificamos que alguns dos alimentos mais proteicos do mundo são proibidos no Brasil como, por exemplo, a semente de cânhamo e a folha de coca, em decorrência de uma guerra às drogas iniciada no século passado, que a própria Organização Mundial da Saúde - ONU, em relatório apresentado também em 2015, reconheceu como trágica. Partindo da premissa de que a palavra "droga" se originou do alemão médio *droge-vate*, língua falada de 1100 à 1500 na região que hoje chamamos de Alemanha, equivalendo, portanto, aquilo que hodiernamente entendemos como drogas, mas que designaria barris secos; propomos uma pesquisa genealógica acerca do entendimento moral das drogas e dos alimentos visando questionar as verdades que operam na legitimação estatal da seletividade acerca de quais drogas e/ou alimentos podem ou não serem produzidos, comercializados e consumidos, independente do seu impacto na saúde humana, animal ou até mesmo no meio ambiente. Ao partirmos de uma pesquisa documental e historiográfica, procuraremos questionar quais são os critérios estabelecidos para se garantir a condição de droga e de alimento pelas agências de controle como Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no Brasil, e a Food and Drug Administration - FDA, nos Estados Unidos.

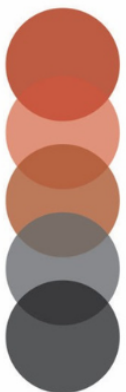
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1465587759_ARQUIVO_RBA2016PDF.pdf

Apresentação Oral em GT

"Religião, Política e Cultura: o uso da ayahuasca como patrimônio cultural"

Sandra Lucia Goulart, Sandra Lucia Goulart (1ª autora) Beatriz Caiuby Labate (2ª autora)

Será abordada a questão da associação do uso da bebida psicoativa ayahuasca com as discussões atuais sobre patrimônio cultural. Estima-se que esta bebida é utilizada por cerca de setenta grupos indígenas da Amazônia. Além do uso indígena, desenvolveu-se uma vasta utilização da bebida em outros contextos, que abrangem tanto tradições mestiças, de populações ribeirinhas, quanto a manifestação de expressões religiosas mais urbanas e sincretizadas. No Brasil se desenvolveram diferentes religiões ayahuasqueiras. Analisaremos a demanda pelo reconhecimento do uso ritual da ayahuasca como patrimônio cultural brasileiro apresentada,



atualmente, por algumas destas religiões. A inserção do uso da ayahuasca num debate sobre patrimônio cultural é percebida, por líderes destas diferentes religiões, como uma estratégia de negociação mais adequada com relação ao Estado brasileiro, pois retira o tema da esfera da política nacional antidrogas e permite a definição da religião como cultura. A apresentação focará os discursos, as categorias e autorrepresentações elaboradas por estas religiões, as suas interlocuções, seus conflitos e alianças ao longo de seu movimento pela transformação da ayahuasca em patrimônio cultural. Em particular, analisaremos como se deu a interlocução de líderes destas religiões com representantes de grupos indígenas a partir do ingresso do Estado brasileiro nesta discussão. Destacaremos uma analogia com os debates sobre a patrimonialização da ayahuasca em países como: Peru, Colômbia, Bolívia, Equador e Venezuela. Sustentamos que a peculiaridade de algumas religiões ayahuasqueiras brasileiras consiste em construir uma identidade cultural da ayahuasca que expressa uma ambiguidade em relação ao universo indígena, pois ocorre tanto continuidade quanto descontinuidade em relação a este.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467332507_ARQUIVO_ABAArtigo2016PATRIMONIOAYAHUASCAS_ANDRAEBIAartigomaiscompleto.pdf

GT 052: Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura

Há duas décadas, a antropologia tem sido desafiada em termos de teoria, método e práticas, com o campo da cibercultura. Aqui ele é pensado como uma situação contemporânea, de cotidianização das tecnologias digitais, em particular, a internet e os seus dispositivos. Práticas e metodologias de pesquisa antropológica nesse campo são crescentes e buscam elementos que dialogam com áreas como a Comunicação e a Sociologia ou mimetizam experiências consolidadas de campos de nossa disciplina que sugeriam a mesma complexidade, como é o caso da Antropologia Urbana. Mais recentemente, nota-se que é alimentado um estreito diálogo a Teoria Ator-Rede, o seu rastreamento de associações entre humanos e não humanos e o seu mapeamento de controvérsias. Partindo dessas articulações, o objetivo do GT é o de pensar políticas etnográficas para a pesquisa antropológica no e a partir do campo da cibercultura, conduzindo-as por meio de três eixos ou agendas de trabalho: (i) a agenda teórica, disposta pensar uma teoria antropológica da cibercultura; (ii) a agenda metodológica, preocupada em (a) como pesquisar antropológicamente a cibercultura e em (b) como fazer das novas tecnologias digitais estratégias de pesquisa antropológica/etnográfica; (iii) a agenda prática ou aplicada, disposta a definir ações práticas e/ou engajadas.

Jean Segata (UFRN) e Theophilos Rifiotis (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA) - **Coordenação**

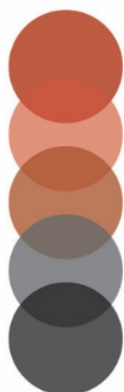
Pôster em GT

A vontade de saber sociotécnico no contexto da prática etnográfica on e off-line: metodologias, possibilidades e desafios

Amanda Karine Monteiro Lima, Francisco Alves Gomes, Edio Batista Barbosa.

Trata-se de um estudo sobre as estratégias etnográficas no campo do ciberespaço, tendo como ponto de partida as lan houses da cidade de Boa Vista-RR, localizada no extremo norte do país, na fronteira Brasil e República Cooperativista da Guiana. O objetivo principal é apresentar e discutir os desafios e possibilidades da prática etnográfica frente a virilização das tecnologias digitais e de uma forma contemporânea de interação pautada no trinômio indivíduo/computador/internet, no contexto da lan house e do ciberespaço, tendo em vista a dicotomia on-line e off-line e as controvérsias antropológicas face a utilização da etnografia e da Teoria Ator-Rede no âmbito da cibercultura. Para tanto, analisa-se as relações sociais estabelecidas nesses





espaços da contemporaneidade, traçando-se o perfil dos frequentadores, tendo em vista caracterizar e comparar as relações sociais desenvolvidas nesses diferentes contextos, bem como compreender como os sujeitos relacionam-se entre si no palco da cibercultura, tendo por base a noção ator-rede (LATOUR, 2008), fazendo jus a vontade de saber sociotécnico (RIFIOTIS, 2012). No geral, enfatizamos, por meio de reflexões teóricas e metodológicas, as observações feitas acerca dos objetivos, interesses, linguagens e comportamentos nos espaços lan houses, enquanto porta de entrada para a cibercultura. Desse modo, o presente estudo aponta preliminarmente para a insurgência de uma prática etnográfica menos convencional e interpretativa face aos novos arranjos da vida social no ciberespaço, tendo em vista a necessidade de readequação da descrição densa de Geertz em uma atividade descritiva desenhada em uma cadeia de vinculações em que os agentes se inscrevem no fluxo de sua própria atuação.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466471299_ARQUIVO_Tabalho-GT52-Amanda.pdf

Apresentação Oral em GT

Junho de 2013: hiperetnografia de uma insurreição "invisível"

Andrey Cordeiro Ferreira

O objetivo do presente work é, a partir da descrição de uma situação que qualificamos como insurrecional, Junho de 2013, apresentar uma experiência metodológica e teórica que denominamos de hiperetnografia. A proposta é incorporar na escrita etnográfica produtos e vozes expressos pela cibercultura, possibilitando assim um produto que não seja apenas textual, mas hipertextual. Ao mesmo tempo, uma situação insurrecional coloca em ação formas de poder simbólico e repressivo, bem como estratégias de resistência que são frequentemente invisibilizadas, especialmente aquelas que se articulam por meios da chamada cibercultura e por modos informais de organização, que escapam ao registro teórico-político dos grandes paradigmas das ciências sociais. Por isso, a mobilização de toda uma produção difusa de discursos e representações por meio da cibercultura, especialmente a autorepresentação por meio de videodocumentação realizada por meio do Youtube. Desse modo, a hiperetnografia é também uma estratégia de crítica: enquanto os discursos dominantes se pautam pela autoridade dos dados produzidos pelo Estado, pelos meios de comunicação de massa e organizações formais da sociedade civil, a hipertnografia recupera os discursos contestatórios que circulam no universo da cibercultura como discurso oculto. Ao mesmo tempo, conjugamos a descrição etnográfica, a partir do método de análise situacional, para compor o complexo quadro de relações entre cultura, sociedade e cibercultura, descrevendo os antagonismos e dinâmicas de relações sociais. Iremos apresentar então uma hiperetnografia dos protestos de Junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro, por ocasião da Copa das Confederações da FIFA, tentando apontar como uma metodologia etnográfica pode auxiliar na crítica dos discursos dominantes e sua forma de reprimir a pluralidade de vozes existentes numa situação insurrecional.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466609820_ARQUIVO_Hiperetnografia.pdf

Apresentação Oral em GT

Cortes nas Redes: convivendo com automutiladores em seus ciberbastidores

Everton de Lima Silva

A automutilação, também chamada de cutting, que consiste no ato de se cortar praticado por alguns indivíduos em sua maioria adolescentes e jovens, é uma prática que ocorre secretamente. As pessoas que se cortam desenvolvem diversas táticas no intuito de que não sejam descobertas por pessoas que, no entender delas, não seriam as mais indicadas para terem acesso a este tipo de informação. Mas, o fato de a



automutilação ser uma prática realizada em segredo não implica dizer que ela não seja compartilhada, debatida, desejada ou até mesmo rechaçada pelos seus adeptos. Restrita com frequência aos bastidores da vida social (Goffman, 1985), a automutilação se revela nas redes sociais, que podem ser vistas como ciberbastidores. Deste modo, o pesquisador que persegue um tema pautado pelo segredo, pelo ocultamento e pela privacidade encontra, nas redes sociais, o único ambiente possível para praticar etnografia. Meu objetivo nesta apresentação é o de relatar minha experiência de aprendizado sobre automutilação nas redes sociais, o que gera um debate sobre a viabilidade de se fazer pesquisa nestes espaços, ou mais especificamente remete aquilo que Rifiotis chama de “disputas entre políticas etnográficas” (RIFIOTIS, 2014). O foco de minha discussão se dará acerca de minha participação em grupos do Whatsapp e Facebook voltados para praticantes de automutilação. Estes grupos possuem uma dinâmica e maneira de se relacionar própria desses espaços, mas além disso também funcionam como refúgio e espaço de expressão para aqueles que têm como marca comum a prática de se cortar. Para tanto, parece-me que o uso do termo socialidade (WAGNER, 2010) tem sido teoricamente mais rentável para me referir ao tipo de contato que existe entre os sujeitos com os quais estudos a partir das redes sociais do que os conceitos de sociedade ou sociabilidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467653461_ARQUIVO_CorternasRedes.pdf

Apresentação Oral em GT

Propriedade intelectual e licenças de uso: desafios sobre direitos autorais no campo da cibercultura.

Flora Rodrigues Gonçalves

O desenvolvimento e a popularização das tecnologias digitais mudaram a forma na qual se configura a questão dos direitos de autor dentro dos debates sobre a democratização da tecnologia, principalmente nos estudos antropológicos de ciência e tecnologia. As informações e redes digitais possibilitaram apropriações sobre obras e produções que forçaram a abertura de um tipo de discussão que levasse em consideração não somente o direito de autor, mas também suas mais recentes configurações de compartilhamento e troca. Porém, a discussão sobre autoria e seus pressupostos não apresenta um ponto de vista unificado. A categoria de propriedade intelectual, por exemplo, recentemente entrou em colapso diante de novas formas de apropriação intelectual feitas por movimentos tecnológicos, artísticos e culturais, sobretudo sob o mote da colaboratividade. A noção de autor - como ser individualizado e possuidor de direitos - agora assume o papel da autoria múltipla, ou do coletivo enquanto autor, ou ainda da ausência autoral: tanto o work intelectual artístico quanto as formas de criação passam por um processo que não possui um autor. O autor são muitos e são vários. É nesse sentido que, a partir dos diversos agenciamentos mobilizados dentro dessa “nova” noção de autoria, propomos discutir um tipo específico de licença de uso – o copyleft, e algumas de suas recentes apropriações, que problematizam licenças como o copyright, e propõem um outro modo de se pensar o direito autoral na modernidade. As controvérsias sócio técnicas levantadas e as discussões entre os porta-vozes se consolidam, sobretudo, em ambientes de rede, onde as licenças que diferem do padrão hegemônico são discutidas e modificadas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466278134_ARQUIVO_ArtigoABA_FloraGoncalves.pdf

Apresentação Oral em GT

Mobilização étnica polonesa em redes sociotécnicas: processos de etnização em comunidades virtuais no ciberesço.

Joab Monteiro de Sousa

A proposta desse work é de apresentar parte de uma pesquisa em desenvolvimento no Programa de Doutorado em Ciências Sociais/UFRN e tem por objetivo geral fazer aparecer mobilizações e expressões de etnicidade compartilhadas nas interações associativas entre descendentes de poloneses e demais dispositivos no âmbito ciberespaço. Em meio à observância da pesquisa etnográfica e da prática da observação participante em locais resultantes do fluxo migratório polonês no Brasil meridional e ambiências virtuais do ciberespaço desde 2009 tem sido possível efetivar um estudo acerca deste crescente e singular processo de etnização que perpassa ambiências locais e virtuais de forma coadunada. A partir do mapeamento e rastreamento de comunidades virtuais constituídas por tais descendentes no âmbito de redes sociais (facebook), entre outros actantes, à luz da Teoria do Ator-Rede, tem-se constatado, em conformidade com hipóteses já levantadas, que as atuações de cunho étnico polonês, sobretudo no âmbito do ciberespaço mediante o uso de redes sociais, porém respaldadas em respectivas localidades de origem e/ou de participação, têm propiciado a emancipação e valorização de processos de etnização em redes sociotécnicas no âmbito local/global.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467341301_ARQUIVO_Artigo-JOAB-ABA-2016.pdf

Apresentação Oral em GT

O “paciente-informado”: uma etnografia das interações entre pessoas e conteúdos de saúde na web.

Maria Elisa Máximo

O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa etnográfica que se debruçou sobre os processos de constituição de um fenômeno que tem sido chamado na literatura nacional e internacional de “paciente informado” ou “paciente expert”. O estudo foi realizado na cidade de Joinville, localizada ao sul do Brasil, entre os anos de 2013 e 2016. O acesso crescente aos conteúdos de saúde disponíveis na web vem ganhando destaque nas mídias e uma evidência disso é a consagração da expressão “Dr. Google”. A pesquisa teve como principal propósito identificar como as pessoas buscam conteúdos de saúde na web, visando compreender possíveis reconfigurações nas relações entre “pacientes”, profissionais de saúde e serviços. Perseguindo as condições para uma antropologia simétrica, a pesquisa se desenvolveu através do mapeamento de sites e portais em língua portuguesa que disponibilizam conteúdos específicos de saúde e de entrevistas com pessoas selecionadas através de redes pessoais de contatos. O enfoque foram as interações entre pessoas, sites, conteúdos disponíveis, ferramentas de busca, navegadores, softwares e aplicativos de acesso e navegação na web, computadores, dispositivos portáteis e uma infinidade de agentes que participam, cada vez mais, do nosso cotidiano. A pesquisa vem mostrando que, se por um lado, muitos atores do campo biomédico questionam sobre a confiabilidade dos conteúdos disponíveis, implicando em riscos de autodiagnósticos equivocados e preocupações infundadas, por outro lado, há quem reconheça as possibilidades oferecidas pela web para potencializar e horizontalizar a participação nas tomadas de decisões entre médicos e pacientes. A proposta foi a de seguir as redes e identificar as ações sem pressupor que sejam humanas ou não humanas para, no limite, perceber nas ações quem está fazendo fazer o quê. Nessa rede de relações e múltiplas agências encadeada entre pessoas, web, conteúdos, serviços de saúde dentre outros, percebem-se redefinições nos papéis usualmente desempenhados pelos diferentes agentes envolvidos no atendimento à saúde, bem como um processo de simetria destas relações. Até o momento, o indicador mais significativo da configuração do “paciente-informado” é a possibilidade de “tomar para si” o poder da mediação. Mediar é, neste caso, ter ação sobre os critérios de seleção da informação, de escolha das condutas e, principalmente, ter ação sobre o próprio discurso médico que, até então, era lócus por excelência de produção de “verdades”. Assim, um “paciente-informado” constitui-se como um ator-rede no sentido proposto por B. Latour: é um lugar do qual se atua e para onde converge uma multiplicidade de ações.

Apresentação Oral em GT





#meucirioeassim: questões da pesquisa sobre o Círio de Nazaré de Belém-PA e as mídias e redes sociais

Mariana Pamplona Ximenes Ponte

Ao desenvolver a pesquisa sobre a Religiosidade Paraense a partir da Fresta-ritual do Círio de Nazaré de Belém-PA inesperadamente os rumos a partir da chuva evidente de dados impôs a inclusão de reflexões acerca das mídias e redes sociais como meios de práticas e modos de expressão cultural, devocional e identitária a partir dessa festa ora definida como Carnaval Devoto e que possui caráter Rizomático na cultura paraense. A proposta deste work é compartilhar reflexões, elaborações e questionamentos acerca da etnografia no campo das relações sociais intercedidas por meios eletrônicos, inclusive levantando questões de discutam os termos da cibercultura, netnografia e etnografia virtual. No processo da pesquisa as possibilidades que se abrem nem sempre são o objeto principal, mas se apresentam como um foco significativo e não podem ser desprezados. Dessa forma fui provocada a refletir sobre as questões teóricas e metodológicas da pesquisa que se realiza no meio virtual, envolvendo questões e/ou dados advindos principalmente das redes e mídias sociais. Durante o Tempo do Círio de Nazaré em Belém-PA são ativados pelo menos dois aplicativos para celular que foram criados por instituições diferentes e que tem como principal objetivo informar a localização da berlinda da Santa, o que é feito através de um localizador georreferenciado que em tempo real mantém informado os usuários sobre onde se encontra a Santa durante dez procissões que no total somam cerca de 129 quilômetros de percurso. O aplicativo mais famoso chama-se “Kd a Berlinda?” e é disponibilizado gratuitamente aos usuários. Nas redes sociais especialmente o Facebook os perfis dos paraenses ficam repletos de imagens e textos que fazem referência direta ao ritual pelo qual a cidade está imersa. Eles se referem aos “encontros” com a santinha ou a Nazinha durante suas andanças, a mudança no ritmo da cidade, a chegada de paraenses que moram longe, de amigos, parentes e turistas, a preparação das comidas são algumas das quase incontáveis formas com que o Círio se atrela a vida dos paraenses nesse período. A partir dessa intensa participação virtual dos devotos na internet e com a proliferação de imagens relacionadas ao Círio de Nazaré foi realizado um documentário colaborativo em que as imagens utilizadas vieram dos vídeos postados no Facebook com a hashtag #meucirioeassim. Essas são as questões principais a serem tratadas neste work buscando a partir do percurso da pesquisa propor e compartilhar reflexões sobre questões teóricas e metodológicas da busca do ethos da religiosidade paraense através do que há na cibercultura sobre o Círio de Nazaré de Belém-PA.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466486695_ARQUIVO_RBA2016-ArtigoMeuCirioéAssim.pdf

Pôster em GT

Museu das Coisas Banais (MCB) ativa a oralidade na rede para a preservação e compartilhamento de memórias.

Rafael Teixeira Chaves, Rafael Teixeira Chaves Juliane Conceição Primon Serres Daniele Borges Bezerra

O Museu das Coisas Banais, é um cibermuseu que atua na salvaguarda e compartilhamento da memória social de cunho afetivo. Seu acervo, formado por fotografias e narrativas, explicitam as memórias atreladas aos objetos fotografados. Estes objetos comuns são ressignificados pela narrativa do seu doador, que lhe confere importância no tempo. Tornam-se objetos biográficos e evocadores de memórias, facilitadores da oralidade e da transmissão de memórias privadas, muitas vezes circunscritas ao ambiente familiar.

GT 053: Populações costeiras, processos sociais e meio ambientes

Desenvolvimento, meio ambiente e cultura. Regimes de territorialidades, produção e transmissão de saberes, etnociências, políticas ambientais, projetos de desenvolvimento de manejo e conservação e relação natureza e sociedade. Este GT tem como objetivo congrega pesquisadores de diferentes áreas, que tenham desenvolvido análises teóricas e empíricas sobre os processos e dinâmicas sociais observados em grupos indígenas, quilombolas, pescadores, camponeses, ribeirinhos, ciganos, dentre outros no norte e nordeste brasileiro. O GT acolherá reflexões que explorem os desafios e perspectivas relativas à relação entre desenvolvimento, meio ambiente e cultura, e que investiguem os modos de vida dessas populações e produção de suas especificidades culturais, étnicas e históricas, com foco nos regimes de territorialidade, produção e transmissão de saberes tradicionais, etnociências, nos campos relacionais com seu entorno e nos modos de construir e apreender as complexas e diversas relações entre natureza e sociedade.

Francisca de Souza Miller (Departamento de Antropologia/UFRN) e Márcia Regina Calderipe Farias Rufino (Universidade Federal do Amazonas) - **Coordenação**
Carlos Abraão Moura Valpassos (Universidade Federal Fluminense) - **Debatedor/a**
Márcio De Paula Filgueiras (IFES) - **Debatedor/a**

Pôster em GT

O manejo de recursos pesqueiros pela Associação dos Pescadores do Setor Jarauá, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Amazonas.

Adriana Guimarães Abreu, Prof^a Dr^a Edna Ferreira Alencar

As áreas de várzea do curso médio do rio Solimões abrigam vários sistemas de lagos onde ao longo de mais de um século grupos sociais realizaram a pesca de pirarucus. A pesca em escala comercial e de forma intensiva levou ao esgotamento deste recurso, e sua conseqüente proteção pelo estado do Amazonas. No ano de 1999 teve início o primeiro projeto de manejo de pirarucus na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM), através de um coletivo de pescadores organizados na Associação dos Pescadores do Setor Jarauá. O objetivo deste work é mostrar, a partir da discussão dos conceitos de desenvolvimento sustentável e manejo dos recursos naturais, como esses conceitos se materializam na prática, tendo como sujeito de estudo um coletivo de pescadores que desenvolvem projetos de manejo de recursos pesqueiros, com foco no pirarucu. Para a análise consideramos os aspectos sociais, econômicos e políticos, e a forma de organização dos pescadores para a ação coletiva. Ao mesmo tempo, analisar as relações de gênero na concepção e implementação da pesca manejada realizada pela APSJ. A coleta de dados ocorreu com a realização da pesquisa de campo, com o uso do método etnográfico, que possibilitou o contato direto com o grupo, e também com a pesquisa no banco de dados do PMP/IDSM. A pesquisa demonstrou que a partir do uso racional do recurso pesqueiro, os estoques de pirarucu aumentaram na região; e os pescadores presentes na concepção da APSJ são importantes lideranças no manejo do pescado. As relações de gênero demonstraram que, paulatinamente, as mulheres ganharam espaço nas atividades ligadas a pesca e os homens com o passar do tempo começaram a reconhecer a importância da presença delas neste espaço.

Apresentação Oral em GT

Batalhadoras da Mariscagem na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão (Macau-RN)



Arkeley Xênia Souza da Silva, Lore Fortes Adriana Cláudia Câmara da Silva

Dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) do Ministério da Pesca e Agricultura (2012) mostra que no Rio Grande do Norte, há um contingente de 15.982 pescadores registrados, com representatividade de 6.472 do sexo feminino. Um campo social se constituindo como produto de recentes transformações do capitalismo mundial. Esse artigo apresentará reflexões teóricas, tendo como campo empírico o ambiente pesqueiro das comunidades de Barreiras, Diogo Lopes e Sertãozinho, inseridos na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão (RDSEPT) – Macau – RN. Tomando como exemplo, a atividade das batalhadoras – catadoras de mariscos – marisqueiras, analisa-se, no discurso, as representações sociais sobre saúde e atividade da catação de marisco os elementos para a compreensão das relações entre essas representações sociais e o ambiente pesqueiro em que vivem. Ao analisar concretamente a situação vivenciada pelas marisqueiras, verifica-se que a questão é complexa, uma vez que há uma fragmentariedade existente nas situações de vida, englobando dimensões outras, como exemplo, as relações dialéticas que atravessam os fenômenos sociais, além daquelas diretamente relacionadas com o processo de prestação de serviços assistenciais. O estudo ocorreu de forma quali-quantitativa, utilizando-se a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), proposto por Lefevre & Lefevre (2002). Busca-se através de reflexões teóricas em Jessé Souza, os mecanismos pelos quais as distinções sociais são reproduzidas no ambiente por um reconhecimento social das marisqueiras.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467245155_ARQUIVO_GT053-BATALHADORASDAMARISCAGEMNARESERVADESENVOLVIMENTOSUSTENTAVELPONTADOTUBARAO.pdf

Apresentação Oral em GT

A "naturalização" da Ria Formosa - Ilha da Culatra

Carla Maria Miranda de Almeida

A Ria Formosa é constituída por um cordão dunar no litoral do Algarve, Portugal. Aqui residem populações em permanência ou sazonalmente, em actividades turísticas. Na Ilha da Culatra residem cerca de 1000 habitantes, que se dedicam a actividades marítimas: pesca artesanal (homens) e em colecta e plantio de marisco (mulheres). Esta população "marginal", conseguiu nas últimas décadas usufruir de um conjunto de medidas que reverteram para a sua melhor qualidade de vida. Mas esta aparente condescendência dos poderes públicos revelou-se nos últimos anos uma falsa promessa de reconhecimento de direitos adquiridos. Na verdade, os programas mais recentes de reordenamento do território, veio a expulsar pescadores de outras Ilhas, através de um programa de demolição das suas casas. Na culatra o direito de herança das casas é negado em resultado do não reconhecimento da propriedade do solo. As últimas medidas, ameaças há permanência dos pescadores nas ilhas veio a despoletar novas identidades e novas formas de a expressar. Pescadores e turistas sazonais locais desenvolveram uma frente comum, perante a qual os conflitos prosseguem. O cerne destes conflitos está nas diversas concepções de "natureza". Enquanto que para os habitantes, dado o seu modo de vida, a sua ligação "natural" à ria, eles são parte integrante do meio ambiente, para os segundos eles são uma ameaça à frágil ecologia local. Deste modo o debate entre natureza/ cultura inscreve-se no campo das mais complexas equações do "meio ambiente" e das suas práticas. Debater esta questão primordial, tendo como pano de fundo um conflito aberto pelas políticas ambientais nacionais e europeias. Deste modo trata-se de abordar as categorias e conceitos utilizados por visões dualistas.

Pôster em GT

Pescadores e saberes tradicionais na maricultura em Florianópolis - Santa Catarina

Dilton Mota Rufino, Márcia Regina Calderipe Farias Rufino

No processo de delimitação e ordenamento das áreas de produção de maricultura em Florianópolis, realizado a partir de 2012 e ainda não concluído, identificamos que o Ministério da Pesca delimitou duas categorias de produtores - os pequenos produtores, qualificados como populações tradicionais, de baixa renda, sendo responsáveis por 93% das áreas não onerosas; e aquelas denominadas empresariais com áreas onerosas. O foco deste work é apresentar uma análise sobre as formas de inserção dos pescadores artesanais na categoria de pequenos produtores, considerando que, segundo os agentes públicos envolvidos nesse processo, o projeto inicial foi pensado para atender esses pescadores como forma de amenizar a diminuição dos estoques, como opção de work e renda, seguindo a proposta de divisão do work entre os membros da família, semelhante a pesca artesanal. Embora os pescadores não estejam administrando diretamente a produção, como constatamos, e sim atuando como empregados também nas áreas não onerosas, percebemos que os conhecimentos tradicionais utilizados na pesca, como espécies, águas, navegação, condições climáticas, são cruciais para obter bons resultados na maricultura, indicando que seus saberes são essenciais nessa cadeia de produção.

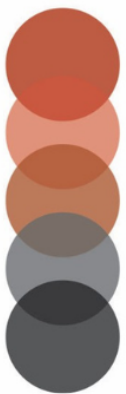
Apresentação Oral em GT

Organização do work na pesca manejada de pirarucus em um projeto desenvolvido na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Am.

Edna Ferreira Alencar, Isabel Soares de Sousa

O artigo trata sobre a pesca de pirarucus (*Arapaima gigas*) realizada por pescadore(a)s de cinco comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, estado do Amazonas, que desenvolvem um projeto de manejo de recursos pesqueiros no complexo de lagos Jutáí-Cleto. O objetivo é mostrar que apesar de existir um coletivo que desenvolve o manejo, na captura do peixe a organização do work não prioriza a pesca coletiva, e sim a família como principal unidade de produção. Até os anos 1980 o pirarucu era uma das espécies mais exploradas pela pesca comercial o que levou à escassez, e à proibição da pesca em todo o Amazonas. Em 1999 são iniciados os projetos de manejo de pirarucus na RDS Mamirauá, por pescadores organizados em coletivos, como o manejo do Jutáí-Cleto iniciado em 2012. Na pesca manejada várias atividades são realizadas ao longo do ano, mas a captura dos animais nos lagos é a mais esperada. A família é o núcleo central a partir do qual se organiza o work, e o acesso aos territórios no momento da pesca, que inicia com a montagem dos acampamentos às margens dos lagos para abrigar as famílias; com a checagem das redes e outros materiais de work, e a formação das equipes. Cada equipe, de até três pessoas, define as estratégias de work e faz recortes no território cujos limites são estabelecidos pelas redes de pesca usadas para fazer o cerco dos animais. Algumas técnicas de pesca e estratégias de work possuem semelhanças com a pesca de feitoria realizada no passado. Na pesca manejada mulheres e crianças participam da captura. Ao concluir, mostramos que o work centrado na família aumenta a renda e garante a transmissão de saberes sobre a ecologia da espécie e o ambiente, e de técnicas de captura; que o sentido de coletividade não é suficiente para superar as divergências, expressas na competição pelos melhores pontos de pesca, os maiores animais e melhor oferta de pagamento. O artigo contribui com novos dados sobre a pesca artesanal na Amazônia, sobre as ações de gestão de recursos pesqueiros desenvolvidas por moradores das áreas de várzea e o work das mulheres. Os dados apresentados resultam de pesquisa realizada com esses pescadores desde 2010, e foram obtidos por meio da observação direta de suas práticas, da participação em reuniões do grupo de manejadores, e de entrevistas com os sujeitos da pesquisa.

Apresentação Oral em GT



Contra-corrente: algumas considerações sobre desenvolvimento e moralidades na pesca de Atafona – São João da Barra – RJ

Hully Guedes Falcão

Este work tem o objetivo de analisar as lógicas e valores que os pescadores de Atafona – São João da Barra/RJ – usam para se definir como artesanais, diferente das definições elaboradas pelas instituições estatais, e que também utilizam para justificarem a permanência na atividade da pesca ao invés de trabalharem no Complexo Industrial e Portuário do Açúcar (CIPA). Esta discussão não só envolve as moralidades entorno do work, como está diretamente relacionado aos valores que informam a prática pesqueira em Atafona e o ser/agir pescador. Do mesmo modo, busco entender quais valores circulam naquilo que chamamos e é chamado de desenvolvimento. Aparentemente assuntos desconexos, mas que nos informam aspectos econômicos nos quais as políticas governamentais impulsionaram a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Açúcar (CIPA) – situado na mesma cidade - que além de consistir numa política econômica, pode ser tomada também como uma economia da crença, crença num progresso, crescimento e desenvolvimento. Vale ressaltar que foi nesse contexto de construção do CIPA que as justificações elaboradas pelos pescadores fizeram e ganham sentido. Os dados que serão trabalhados são frutos do work etnográfico empreendido no âmbito do mestrado, no qual analisei de que forma os pescadores de Atafona significavam e se mobilizavam diante da configuração vivenciada de implantação do CIPA e o aumento da quantidade de plataformas (fixas ou flutuantes) na Baía de Campos, espaço historicamente utilizado pelos pescadores.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466476424_ARQUIVO_workcompletoABA2.pdf

Apresentação Oral em GT

“Arte Tremembé” como reelaboração étnica indígena? ou saber-fazer apropriado pela CeArt / Fiec no Ceará?

Isis Maria Cunha Lustosa

Este artigo resulta de visitas às comunidades Tremembé do Estado do Ceará em Almofala (Itarema), Córrego João Pereira (Acarauá e Itarema) e Varjota (Itarema). Em 2007 iniciei uma pesquisa de abordagem da geografia humana e antropologia comparando as situações do povo Jenipapo-Kaninde no litoral leste cearense e o povo Tremembé da Barra do Mundaú no litoral oeste onde a população reconhece antigos laços com indígenas de Almofala e da TI Tremembé do Córrego João Pereira (única homologada no Ceará). Visitei a aldeia Varjota com o propósito de conhecer o Centro de Arte e Cultura Tremembé, formado por mulheres indígenas, comprometidas com o “tear” e jovens indígenas (homens) responsáveis pela Oficina de Serigrafia. Neste território de saber-fazer, os desenhos de uma Tremembé falecida, aparecem em (camisetas, bolsas, azulejos e nos tecidos de algodão) ofertados como “Arte Tremembé”. Este artesanato e as cerâmicas criadas/pintadas à mão por outras mulheres Tremembé da Comunidade Saquinho destinam-se à comercialização na Central do Artesanato do Ceará (CeArt) em Fortaleza. A Central em parceria com a Federação das Indústrias do Ceará (FIEC), dizem-se apoiadoras da produção artesanal para proporcionar a apreciação dos não indígenas e gerar work e renda para os povos indígenas. O artesanato encomendado em série para ser transportada da aldeia à capital trata-se de “Arte Tremembé” como reelaboração étnica? Esta arte pertence aos Tremembé ou é apropriada pelo CeArt / FIEC? Os valores cobrados pela “Arte Tremembé” no CeArt corresponde aos mesmos repassados para os Tremembé em Varjota e Saquinho? O governo brasileiro desde 1980 amplia os seus Projetos de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, sendo o Ceará um dos principais destinos receptivos na costa nordestina. As relações socioespaciais entre governos, empreendedores e povos e comunidades tradicionais são cada vez mais dissimétricas e, na costa oeste e leste cearense, as lideranças indígenas e comunidades tradicionais se mobilizam contra o avanço destes projetos



expandidos sobre os seus territórios tradicionais. A negociação da Arte Tremembé pela CeArt é o advento indireto do turismo empresarial imposto em Varjota por meio do Programa de Revitalização e Difusão do Patrimônio Artístico-Cultural do Povo Tremembé, coordenado pelo Instituto FIEC de Responsabilidade Social (FIRESO) e parceiros – Serviço Social da Indústria (SESI-CE) / Secretaria do work e Empreendedorismo (SETE/CEART) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-CE). Pretendo contribuir com as reflexões referentes à relação entre desenvolvimento, territórios tradicionais e reelaboração étnica, com foco nos regimes de produção e transmissão de saber-fazer.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466478293_ARQUIVO_FINAL_ISISMCLUSTOSA_RBA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

“Procedimientos de apropiación del territorio marítimo-costero y sus transformaciones”.

Leticia D’Ambrosio Camarero

En esta presentación analizo de que manera las nuevas tecnologías transformaron la práctica del surf, los modos de conocer y de acercarse al entorno marítimo costero y los procedimientos de apropiación del territorio, a partir de la periodización nativa, en la que se destaca su percepción de la incidencia de dichos cambios. Los relatos nos permiten comprender, de que manera ciertas transformaciones en la tecnología, la conectividad, el transporte y las movilidades en el espacio habrían modificado en ese proceso la práctica del surf y configurado los procedimientos actuales de apropiación y relacionamiento con el entorno. Una serie de cambios tecnológicos, de acuerdo a la percepción de los surfistas, modificaron las condiciones de la práctica del surf a lo largo de un proceso gradual. Al mismo tiempo en este proceso nos interesa analizar algunos actantes como los trajes de neopreno, las tablas e internet, entre otros elementos.

Apresentação Oral em GT

Do alvoroço dos bichos ao mal tempo: a ecologia eólico-hídrica pontalista

Lucas Lima dos Santos

Divulgando uma parcela do estudo etnográfico que desenvolvo com os pescadores artesanais da vila do Pontal do Leste (Ilha do Cardoso, Cananeia, SP), através dessa apresentação oral pretendo expor os emaranhados de humanos e não-humanos que ali participam da ecologia eólico-hídrica local. Ventos e águas modulam de formas peculiares os comportamentos dos seres que ali habitam, sejam eles humanos e não-humanos. Através dessa fluidez espaço-temporal das águas e dos ventos, os mesmos assumirão papéis importantes em diferentes relações ecológicas com peixes e outros animais que adivinham as condições climáticas, plantas e humanos. Veremos então que as práticas pesqueiras estão profundamente relacionadas com essas articulações. No Pontal, os ventos são separados por tipos, sendo cada um com certas características peculiares, mas que se relacionam. Sempre indicado de acordo com a sua origem e tendo o norte insular como referência, os ventos são nomeados de acordo com a rosa dos ventos ou recebem a alcunha a partir dos seus efeitos sobre os seres que ali habitam. Com isso, existem ventos que são bons para a pesca (ventos leste e nordeste), ventos que modificam comportamentos de animais (ventos norte e noroeste), ventos que causam mal estar, trazendo problemas de saúde (vento da preguiça), ventos que agitam a água e trazem peixes (vento sul)... É através dos efeitos dessa instabilidade eólica que os alvoroços dos bichos e o mal tempo se desdobram, modificando ritmos, caminhos e atividades dos pontalistas (habitantes do Pontal do Leste, sendo humanos e não-humanos).

Palavras chave: ventos, não-humanos, pescadores



Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/488_2016-11-24.pdf

Apresentação Oral em GT

Cooperativa Mulheres da Lagoa - Z3 (Pelotas / RS): experiências adquiridas em meio a frustrações cotidianas

Luceni Hellebrandt, Carmen Rial Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

No ano de 2016, a Cooperativa Mulheres da Lagoa completa 10 anos de existência. Ao longo desta década, a organização composta por 23 mulheres, com a finalidade de produzir localmente o gelo necessário para a comunidade pesqueira Z3 (Pelotas, Rio Grande do Sul) colecionou experiências que vão desde histórias de sucesso, até os impactos causados por alterações climáticas refletidas em safras pesqueiras frustradas, resultando inclusive na interrupção das atividades no último ano. Além das questões ambientais, dificuldades de cunho gerenciais e promessas não cumpridas por parte de entidades de apoio à pesca, somam frustrações e contas a pagar. Apesar disso, ecoa um discurso de resistência - ainda que enfraquecido - em parte das cooperadas. Este texto apresenta um histórico da Cooperativa a partir de entrevistas com 4 cooperadas, demonstrando as experiências adquiridas ao longo de uma década de resistência em meio a adversidades, bem como as estratégias para que a Cooperativa Mulheres da Lagoa não feche as portas em definitivo. Desta forma, o histórico da organização, construído a partir de relatos de experiências, entrelaça a relação natureza e sociedade, ao descrever a dependência dos recursos ambientais (boas safras/safras frustradas), e a dependência dos recursos financeiros (políticas públicas que funcionaram/projetos que não saíram do papel e da promessa de figuras políticas) para a existência (resistência) da Cooperativa Mulheres da Lagoa.

Pôster em GT

Pescaria Artesanal: Sobre o olhar e o agir feminino na cidade de Porto do Mangue-RN

Lucilene Lopes do Nascimento

RESUMO: O presente work tem como objetivo abordar relatos etnográficos de uma pesquisa de campo realizada em Porto do Mangue-RN, cidade localizada no litoral do Nordeste. Essa pesquisa apresenta métodos de coleta do marisco, o processo de cozimento e venda do produto, articulação das atividades domésticas junto ao work no mangue, todos exercidos pelas mulheres portomanguenses através da pescaria artesanal, além de abordar as trajetórias de vida das cinco interlocutoras. Autores como Maldonado (1986); Fassarella (2008) e Motta-Maués (1999) embasaram a pesquisa teórico-bibliográfica. Como metodologia, utilizamos a observação participante, e como registro de dados, o uso de câmera fotográfica, gravador, caderneta de campo, além de conversas informais com os moradores da cidade. Diante dos resultados elencados é perceptível encontrar mulheres afadigadas de suas atividades cotidianas na pescaria dos búzios, sururu, ostras, sirí, cisto, peixes e nas tarefas de casa ao arrumar os cômodos, lavar roupas, fazer comidas, e cuidar das crianças, tudo isso por não ter um incentivo maior que as motivem na sua valorização profissional. As marisqueiras começaram a trabalhar com a pescaria artesanal pela necessidade de geração de renda familiar. Infelizmente, nem todos os moradores da cidade valorizam ou reconhecem o work dessas mulheres. Espera-se que, com o passar dos anos sua categoria de work, seus métodos de pesca, seu empenho nas tarefas cotidianas possam obter seu devido reconhecimento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/30rba_818_00000794_451368.pdf

Apresentação Oral em GT

A Camboa do Véio: os pescadores, as armadilhas e o tempo na Vila de Joanes, ilha do Marajó, Amazônia.





Marcia Bezerra de Almeida

Joanes é uma vila de pescadores situada na região nordeste da ilha do Marajó. A vila é constituída por uma comunidade de pequena escala. A pesca, a agricultura de subsistência e o turismo constituem a base econômica local. Um dos pontos turísticos da vila é o sítio arqueológico Joanes formado por vestígios de ocupações pré-coloniais e históricas, como as ruínas de igreja do século XVIII e os remanescentes de várias camboas. As camboas são armadilhas de pesca do tipo bloqueio e constituem, basicamente, a construção de uma barragem na zona de oscilação das marés. As camboas existentes na zona de oscilação da maré nas praias da vila de Joanes foram integrantes do sistema ligado ao Pesqueiro Real, que abastecia a cidade de Belém com a pesca da tainha, durante o período colonial. Com base em pesquisa conduzida com um grupo de pescadores, considero o estatuto das camboas como coisa viva, presente nas suas narrativas memoriais, e proponho que: 1) os processos de arruinamento e uso das estruturas fazem parte da trajetória de vida das camboas e dos próprios pescadores; 2) as camboas não são referentes do passado histórico da vila, mas sim do passado de cada um e 3) o fato de ainda serem utilizadas e de fazerem parte das histórias de vida dos pescadores e suas famílias revela uma biografia de longa duração dessas estruturas. Concluo que as armadilhas de pesca do passado podem contar sobre a vida dos pescadores no presente.

Apresentação Oral em GT

Entre Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Fronteira Internacional: conflitos no uso de recursos pesqueiros no Parque Nacional Cabo Orange.

Roberta Sá Leitão Barboza, Elizandra Matos Cardoso Erika Jimenez

Embora o Estado do Amapá se destaque no cenário nacional e internacional pelo conjunto de áreas legalmente protegidas, no contexto marinho-estuarino o território apresenta três Unidades de Conservação, sendo todas restritas a proteção integral do Ecossistemas, excluindo o uso pelos moradores da região. O Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO) constitui uma destas Unidades de Conservação e representa a área estudada neste work. Localizado no extremo norte do estado na fronteira com a Guiana Francesa, foi criado em 1980 como consequência da implantação dos planos desenvolvimentistas para integrar a Amazônia na década de 70. Possui uma área de 619.000 ha, compreendendo os municípios de Oiapoque e Calçoene e uma faixa de cerca de 200 km de extensão adentrando ao mar em 10 km (6 milhas). O presente estudo teve como objetivo realizar um diagnóstico dos conflitos existentes em torno dos recursos pesqueiros do PNCO e dos principais grupos envolvidos. Nesse sentido, realizou-se uma detalhada caracterização dos principais conflitos existentes, os processos sociais entre pescadores e as instituições presentes. Foram utilizadas metodologias participativas (Diagrama de Venn, Mapeamento Participativo e Arvore dos sonhos) com pescadores do município Oiapoque no período de novembro de 2014 a dezembro de 2015. Verificou-se um acirrado contexto no que concerne aos conflitos pelo uso dos recursos pesqueiros, envolvendo uma multiplicidade de agentes, dentre eles: pescadores do Oiapoque, pescadores do Estado vizinho (Pará), atravessadores locais, indústrias de fabricação de gelo, instituições ambientais federais (IBAMA, ICMBio), indígenas e moradores da Guiana Francesa. As disputas ocorrem principalmente pelo acesso às águas e recursos pesqueiros do PNCO. Os confrontos são motivados principalmente pela atuação da frota pesqueira semi-industrial paraense em território amapaense, em especial no município do Oiapoque. Além desse fator, ocorre uma visível dependência dos pescadores aos atravessadores (primeiros compradores de pescado os quais em geral financiam as viagens dos pescadores para o mar com combustível, gelo e alimentação). Nos últimos anos, Termos de Compromisso têm sido acordados entre a colônia de pescadores do município Oiapoque (Z03) e o órgão gestor do PNCO, o ICMBio (Instituto Chico Mendes de proteção a Biodiversidade), através do Ministério Público. Todavia, os termos constituem processos sociais provisórios. Frente a este complexo cenário, os pescadores da colôniza Z03 têm reivindicado a criação de uma Reserva

extrativista marinha na região como garantia territorial de acesso aos recursos pesqueiros e exclusão de outros agentes sociais.

Apresentação Oral em GT

Conhecimento ecológico dos pescadores e o manejo de espécies no lago Tefé

Rônisson de Souza de Oliveira, Lucimara Almeida dos Santos Nelissa Peralta Bezerra

Na Amazônia, a pesca é uma atividade histórica e de relevância econômica e nutricional. Nesse contexto encontram-se os pescadores produzindo e reproduzindo técnicas e conhecimentos tradicionais, eficazes para o manejo das espécies. Este work tem como proposta a discussão sobre a atuação de pescadores no lago de Tefé, região do médio Solimões, Amazonas, essencialmente sobre como o seu conhecimento ecológico é aplicado ao mapeamento, divisão e uso dos territórios pesqueiros, às técnicas de captura, e ao manejo das espécies. Os pescadores detêm conhecimentos precisos sobre reprodução, migração, alimentação das espécies de peixe, o que é fundamental quando se mapeia um território para o uso. No lago de Tefé há uma divisão histórica das áreas de pesca, denominadas de lances. Existem atualmente 36 lances no lago de Tefé. O pescador geralmente recebe esse espaço como uma herança familiar, assim, é o responsável pelo cuidado da área, sua limpeza e detém o direito de uso por meio da manutenção de acordos com as comunidades próximas. A limpeza é feita no período de seca, especialmente nos locais de passagem de peixes, para que no período de cheia estejam acessíveis a pesca. Os lances ficam em frente ou próximos às comunidades, logo os seus donos entram em acordo como os comunitários: dividem o pescado ou utilizam 50% da mão de obra de pessoal das comunidades. Conhecimentos ecológicos também são aplicados às técnicas de captura, inclusive na criação de novos artefatos de pesca, como a escolheira. Este artefato foi criado por uma iniciativa dos pescadores e da diretoria da colônia de pescadores Z-4 no ano de 2004 para responder a um problema grave na pesca local que era a captura de peixes menores que não se adequavam às demandas do mercado e eram frequentemente descartadas. Com a escolheira, o tamanho da malha da rede e a técnica de captura foram adequadas para selecionar somente os peixes com determinado tamanho. O artefato foi criado a partir do conhecimento dos pescadores e para garantir o uso sustentável na pesca. Em síntese podemos considerar que, os pescadores usuários do lago Tefé fazem uso de seus conhecimentos ecológicos para melhor uso dos territórios, seja na questão de territorialidade, uso e conflito, seja nas técnicas de captura, visando o manejo adequado das espécies.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1468594138_ARQUIVO_workCompleto_Ronisson_GTPopulacoesCosteiras.pdf

Apresentação Oral em GT

Racionalização e transformação sociocultural em comunidades pesqueiras no Nordeste do Brasil

Rubens Elias da Silva

Este artigo discute o processo de transformação sociocultural ocorrido nas comunidades ribeirinhas da Casa Branca e São Lourenço – localizadas no município de Bayeux, Paraíba, Brasil – a partir da dominação racional do mundo natural, à luz da discussão clássica desenvolvida por Max Weber. Podemos afirmar que a relação entre estes agentes sociais e o espaço natural se reconfigurou no modo como “esse espaço” é interpretado e dominado pelos ribeirinhos engajados na produção pesqueira familiar e grupal. O surgimento de doutrinas neopentecostais encetaram práticas sociais que enfraqueceram a solidariedade entre os diversos grupos que compõem essas comunidades e a decadência econômica coincide com a instalação dessas igrejas no bairro. A pergunta central consiste de que modo essas transformações sociais afetaram a cultura local,





fortemente assentada na mediação de narrativas míticas como construção social de regras e recursos para a obtenção dos recursos pesqueiros e como os agentes sociais interagem entre si? A pesquisa de campo teve abordagem centrada na observação participante e uso de questionários abertos. Segundo análise qualitativa, nas duas comunidades operam formas de relações sociais de intervenção no espaço natural: a ruptura com os preceitos do Pai do Mangue pode acarretar transformações ecológicas nessas comunidades, pois o espaço natural passou a ser enxergado como locus de dominação e exploração dos recursos, pois as condutas de vida racionalizadas possibilitam o agravamento dos danos ambientais e o risco das gerações futuras serem alijadas do patrimônio cultural que simboliza as relações sociais e culturais que os ribeirinhos estabelecem com o manguezal.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1462379991_ARQUIVO_Racionalizacaoetransformacaoesociocultural-RubensEliasdaSilvaUFOPABRASIL.pdf

Apresentação Oral em GT

As mulheres veem bem mais que os peixes. Percepções do ambiente na pesca da tainha

Simone Frigo

Vento sudeste (sudeste) meu povo! O peixe está vindo, fica todo mundo aqui; Vento sul é tempestade! Vamos recolher o acampamento; A maré tá muito cheia, o peixe não vem assim não. Vamos pro mato lenhar; Maré seca! Vamos tirar marisco. Falas tão comuns ouvidas durante o work de campo que não preciso recorrer ao diário para lembrar. Em outro contexto registrei: Estávamos observando mar. À pescadora me alerta, desviando o olhar para o morro que dá acesso ao acampamento de pesca: olha lá Simone! É sua amiga. Não vejo nada além de um ponto vermelho muito distante. Ela repete: Olha lá, ela veio com o filho dela. Continuo não enxergando nada e só confirmo a informação quando minha amiga e seu filho cessam a descida do morro e começam a caminhar na praia. A identificação visual dos cardumes de peixes é uma das características marcantes na pesca da tainha de Encantadas, comunidade localizada em uma das ilhas do litoral do Paraná. Esta técnica é parte constitutiva do saber-fazer pescar tanto de homens como mulheres, no entanto, o work de espia (aquele que identifica e orienta o grupo no momento da pesca de praia) é restrito a um grupo específico de homens. Ou seja, as formas de observação, visualização são partilhadas entre pescadores e pescadoras, porém, a apropriação da técnica é dividida a partir de relações de gênero. Refutando análises sobre a pesca que tomam as mulheres como complementares negativados (de menor valor) da relação, proponho neste texto a abertura desse modelo. O rico desenvolvimento de observação, visualização das pescadoras de Encantadas aponta para a abertura de diferentes percepções sobre o ambiente (Ingold, 2000) da pesca, que incluem território, etnociência, transmissão de saberes, manejo e, em última instância a própria constituição da pessoa (mulher pescadora). As ideias em torno da observação apontam para uma percepção de mundo que é construída na performatividade (Butler, 1994), pensada não só como aquilo que elas fazem individualmente, mas também aquilo que, no coletivo, a faz uma mulher pescadora.

Apresentação Oral em GT

Interface entre ontologias: o PARNA do Cabo Orange na construção de uma RESEX Marinha

Uriens Maximiliano Ravena Canete, Voyner Ravena Cañete Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos

Este work descreve uma população tradicionalmente pesqueira que, nas décadas de 1980 e 1990, sofreu um deslocamento compulsório velado em decorrência da criação de um Parque Nacional, na costa norte brasileira, no estado do Amapá. Essa população residia na comunidade de Taperebá, esta inserida dentro do

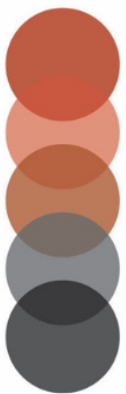
Parque Nacional do Cabo Orange. Os Parques Nacionais são um modelo de unidade de conservação de proteção integral à natureza, não permitindo a presença humana ou exploração de seus recursos. Contudo, a partir da pressão da demanda internacional e nacional de pescado e modos de sobrevivência de populações tradicionais que dependem da pesca, a colônia de Pescadores do Oiapoque Z-03, somada ao Estado, na figura do ICMBIO e outros atores sociais se articulou na busca de novos arranjos para diminuição de conflitos socioambientais e de uso do recurso, consolidando tal movimento na proposta de implementação de uma RESEX marinha. Este work traz reflexões que se originam das seguintes questões: Como o processo de proposição da RESEX marinha em formação no Amapá, através da trajetória de seus agentes, pescadores e presidente da Colônia de Oiapoque Z-03, pode se expressar como um exemplo que se destaca nesse cenário de normatização e padronização imposto pela legislação ambiental? Em que medida a conjunção de ontologias pode incorporar também a própria percepção de natureza na sociedade maior? Entende-se aqui ontologia como as formas de se perceber o mundo construídas por grupos humanos (DESCOLA, 2015) na relação com humanos e não humanos. No caso da pesquisa em tela um plano de manejo que propõe contemplar as demandas locais em uma nova forma de relacionamento entre natureza e cultura, onde a reprodução sociocultural, cosmologia, ontologia, desejo de vida e felicidade são demandas locais que estão em pauta nas discussões e negociações desta proposta. Fazendo uso da etnografia para compreensão dos sujeitos da pesquisa e suas relações com a sociedade maior (CLIFFORD, 1998), inicialmente este work descreve o histórico de conflitos estabelecidos desde a criação do Parque até os dias atuais. Em uma segunda seção, descreve e analisa a narrativa e, através dela, a percepção que os pescadores do Oiapoque construíram sobre as possibilidades de um novo cenário a ser construído em suas atividades de pesca a partir a criação da RESEX-Mar e como esta pode figurar como um território que permite a reprodução de ontologias anteriormente norteadoras da vida desses sujeitos, ou mesmo o lugar para criação de novas possibilidades de um mundo a ser vivido. CLIFFORD, James. A experiência etnográfica. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998. DESCOLA, Philippe. Além de natureza e cultura. Tessituras, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 7-33, jan/jun. 2015.

GT 054: Povos e Populações Tradicionais e Política Públicas na Perspectiva Antropológica

O mundo vive um processo de mudanças significativas e intensas que abarcam todos os campos da vida social. Dos povos e populações tradicionais da América Latina às minorias étnicas na Ásia, África e Oceania, temos uma nova ordem de organização sociopolítica nunca antes presenciada. Assistimos uma transformação nas ações de alguns grupos sociais, os quais passaram da condição de imprimir pequeno impacto na organização política dos Estados para se tornarem sujeitos fortes na definição das agendas estatais. Isso leva a novos processos e problemas à investigação antropológica. É neste cenário que este grupo de trabalho (GT) propõe discutir como os povos e populações tradicionais buscam definir as agendas de políticas públicas perante os Estados, como se organizam e lutam para as formulações e consecuições de direitos que lhes são garantidos nas Constituições dos Estados Nacionais e Convenções Internacionais nas quais os países da América Latina são signatários. Assim, nosso foco de debate tem dois eixos: um que pretende discutir a importância das reflexões antropológicas nas formulações de políticas públicas condizentes com a realidade das populações com as quais pesquisamos; e outro que propõe debater como os povos e populações tradicionais participam nas agendas de políticas públicas. Nosso enfoque privilegia os trabalhos baseados em etnografias que discutam tais questões a partir dos marcos teóricos e metodológicos da Antropologia.

José Maurício Paiva Andion Arruti (UNICAMP) e Luís Fernando Cardoso e Cardoso (Universidade Federal do Pará) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT





LUTANDO "NO SECO": Seguridade territorial e a criação de unidades de conservação numa vila pesqueira

Ana Luisa Lisboa Nobre Pereira

A proposta desta comunicação é pensar sobre a relação entre seguridade territorial e a política nacional de meio ambiente a partir da experiência de uma vila pesqueira localizada na praia de Canoa Quebrada, costa leste do estado do Ceará, Brasil. Na década de 1990, com a chegada do turismo e outras atividades econômicas de grande porte, como a criação de camarão em cativeiro e a construção de parques eólicos, são disparados vários conflitos nos quais terra e mar tornam-se disputados por diversos agentes sociais. Na segunda metade da década anterior, após a reivindicação de um empresário pela propriedade da terra que corresponde à área continental da vila, ou seja, “no seco” em relação ao espaço marítimo conhecido como “no molhado”, inicia-se um processo chamado localmente de “a luta”. A população local responde como réu no processo judicial e, a partir daí, uma série de estratégias são pensadas a fim de construir uma possibilidade de ação. O conflito resulta na desapropriação e o grupo solicita ao Estado a consolidação de um marco jurídico que garanta alguma seguridade territorial. É assim que a vila é inserida na política ambiental nacional a partir de duas unidades de conservação – uma APA e uma ARIE - e torna-se portadora de um título de domínio válido por dez anos e reversível caso não se cumpram as normas estabelecidas pelos órgãos estatais responsáveis. Se, por um lado, as unidades de conservação foram pensadas como estratégia pelo grupo, que formulou os seus objetivos e algumas normas de uso e ocupação como saída para o conflito territorial, por outro, há um processo de racionalização e disciplinarização do uso do território pautado por uma lógica protecionista do Estado e no qual a população da vila encontra-se submetida. Penso, por um lado, sobre como essa lógica preservacionista é inflétida nas relações entre moradores e parentes depois da necessidade de controlar o uso do espaço e, por outro, como os modos locais de fazer parentesco, entendidos em sua processualidade, criam novas práticas e fornecem repertórios que possibilitam modos de relacionamento com o código estatal e associativo nesse contexto de patrimonialização da terra.

Palavras chave: Território; Estado; Parentesco.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/927_2017-02-24.pdf

Apresentação Oral em GT

Lutas locais, ecos nacionais das populações nas “ilhas” de Faro

Carla Maria Miranda de Almeida

As “ilhas” do Concelho de Faro, Portugal, localizam-se na restinga do concelho. Esta restinga constituída por ilhas é ocupada por diversos núcleos habitacionais que têm um perfil jurídico ambíguo. Ora marginais e tolerados, ora com reconhecimento de direitos adquiridos ou simplesmente ilegais, situações que se arrastam desde a integração da área no Parque da Ria Formosa, (1987). O surgimento mais recente do Plano de Ordenação do Território do Algarve (2007) definiu as Ilhas como parte de uma área ambiental protegida e, de onde, as populações deveriam ser retiradas. Desde então um conjunto de ações se foi desenvolvendo no combate às ordens de demolição das casas. A mobilização das populações locais, dos partidos nacionais e dos meios de comunicação social, fez com que autarquias e governo central definissem agendas políticas viradas sobre esta questão. As dissidências e confrontos entre instituições do estado e populações locais ou seus representantes derivam em primeiro lugar de diferentes concepções de “natureza”. Enquanto as populações constroem um discurso baseado numa identidade cultural como “parte da natureza”, os projetos identificam-nos como ameaças à preservação da natureza. Os argumentos de uns e outro opõem-se através conjuntos de oposições. A oposição ou articulação natureza/cultura será portanto a categoria de análise preponderante. Esta categoria enquadra a Ideologia ambientalista, defendida pelos planos de

desenvolvimento, versus modos de vida locais defendidos pelas populações. Os primeiros procuram esvaziar os sentidos dos modos de vida local, os segundos investem em ações simbólicas territoriais, nas suas memórias de forma a realçar a sua pertença aos lugares. Discursos, redes sociais e interações serão focalizados, de modo a realçar o papel dos intervenientes deste conflito e a retratar a natureza do conflito.

Apresentação Oral em GT

Da perseguição a sujeito de direito: a luta por reconhecimento do Povo de Jurema como povo e comunidade tradicional de matriz africana

Carla Miranda

As primeiras referências à Jurema são do período colonial e remetem a uma bebida consumida pelos índios do nordeste em contextos religiosos. Essa bebida, chamada também de Ajucá, era fabricada com a casca da Jurema-Preta, uma planta sagrada para esses povos e que guarda com ela segredos de cura e um arcabouço de conhecimentos estruturados que seus devotos chamam de “Ciência da Jurema”. Essa tradição de conhecimentos se hibridizou com outras heranças culturais e está presente, em contextos contemporâneos, em diversas manifestações da cultura popular. Dentre estas manifestações, nos interessa aqui, o culto da Jurema (ou Jurema Sagrada) como complexo cultural-religioso presente nas comunidades tradicionais de terreiro. Inicialmente associada à feitiçaria, a Jurema Sagrada sofreu intensa perseguição da Igreja Católica e do Estado. Posteriormente, nas décadas de 1960-1970, os cultos afro-brasileiros foram oficializados e permitidos mediante licenças de funcionamento. Como forma de conseguir esta autorização e fugir da perseguição policial, a Jurema (à época chamada de Catimbó) adaptou seus ritos inserindo elementos africanos num processo conhecido como Umbandização da Jurema. Nesse momento, a Jurema passou a existir dentro dos terreiros juntamente com outras religiões de matriz africana sem buscar se diferenciar daquelas práticas religiosas. A partir dos últimos 10 anos, a Jurema aparece explicitamente como uma religião autônoma e seus praticantes emergem no espaço público como “Povo de Jurema”. Observar a emergência da Jurema Sagrada nos espaços públicos e a recente auto denominação de seus praticantes como “Povo de Jurema” permite perceber como essa nova identidade se constitui. Nos interessa especificamente o papel do Estado e a mediação de categorias jurídicas nas transformações internas do culto e na relação com seus praticantes. Analisaremos, através da identificação da legislação específica, o caminho das nomeações jurídicas nas quais este grupo deixa de ser perseguido -pelo menos oficialmente- e passa a ser sujeito de direito, alvo de políticas públicas reparadoras. Para uma compreensão do estado atual desta luta por reconhecimento, analisaremos os discursos de membros fundadores do Quilombo Cultural Malunguinho (principal grupo articulador do Povo de Jurema) em algumas de suas ações que participamos como observadores (IX Kipupa Malunguinho, VIII Caminhada dos Terreiros de Pernambuco e III Encontro de Juremeiros de Alhandra) e em entrevistas a nós concedidas. Uma conclusão parcial mostra que há a apropriação da categoria sócio-jurídica “comunidade tradicional de matriz africana” ao mesmo tempo em que a busca de legitimidade através da afirmação de uma originalidade étnica indígena provoca a ressemantização desta mesma categoria.

Apresentação Oral em GT

A produção de um plano de uso comunitário pelos caiçaras da Juréia: um estudo etnográfico de um experimento de cooperação entre conhecimento tradicional e pesquisa acadêmica

Carmen Silvia Andriolli, Adriana de Souza de Lima (União dos Moradores da Jureia-UMJ) Dauro Marcos do Prado (União dos Moradores da Jureia-UMJ)

A questão de pesquisa é a forma pela qual uma comunidade dita tradicional se organiza para compatibilizar os direitos de comunidades tradicionais com os objetivos de conservação em áreas protegidas. Pretende-se



abordar essa questão por meio da etnografia do processo de elaboração do Plano de Uso Comunitário para o mosaico Jureia-Itatins, com base na cooperação entre comunidades locais e pesquisadores acadêmicos das ciências naturais, sociais e jurídicas. Essa pesquisa tem importância tanto teórica quanto para políticas públicas. Do ponto de vista teórico, trata-se de contribuir para a discussão sobre a importância de sistemas de governança locais, discussão esta inaugurada por Elinor Ostrom. A imposição de um sistema governamental de restrições sobre áreas protegidas nas quais não se admite ocupação humana não só expulsa populações locais, mas também destrói sistemas de governança de recursos naturais elaborados ao longo de várias gerações. Essas populações têm frequentemente resistido a sua expulsão e têm reivindicações para chegar a compromissos que combinem suas práticas e regras de uso tradicionais com a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, podendo, assim, coibir usos clandestinos e, por conseguinte, predatórios, dos recursos das unidades de conservação. A União dos Moradores da Jureia, desde os anos 1990, tem tido protagonismo na defesa de uma solução de compromisso. Desde muito cedo, procurou apoio das três universidades estaduais de São Paulo e da defensoria pública. Já realizou treinamento sobre interpretação de imagens e de geoprocessamento na Universidade Federal do ABC, sob orientação da prof^a Helena França; com isso, plotou dados e localizou ampla bibliografia dos estudos realizados na área e necessários para um projeto de ecologia histórica que está sendo gestado. Agora, por sugestão do Ministério Público Federal, pretende elaborar um plano de uso comunitário, já existente em outra área de conservação de uso indireto do Estado de São Paulo, que não se confunde mas que dialogará com um futuro plano de manejo do mosaico Jureia-Itatins. A originalidade do enfoque aqui proposto é acompanharmos internamente o processo em curso que pode ser visto como um experimento no qual se testam soluções cooperativas, ou em rede, para o conflito que opõe “conservação” (natureza) e “direitos humanos” (sociedade). Do ponto de vista metodológico, trata-se portanto de uma etnografia “implicada”, nos termos definidos por Bruce Albert.

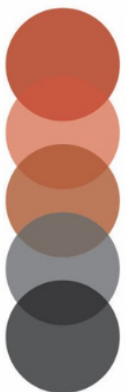
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466473516_ARQUIVO_Paper_RBA_2016-CarmenAndriolli.pdf

Apresentação Oral em GT

Territorialidade e movimento: limites da política pública de titulação de territórios quilombolas

Dandara dos Santos Damas Ribeiro

Este work busca problematizar a vinculação direta entre a legitimidade da reivindicação territorial das comunidades quilombolas e a ideia de territorialidade fixa, que tem sido presumida pela política de garantia de direitos territoriais no Brasil. A partir da etnografia com famílias da Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos, localizada em Guaíra, Paraná, mas composta por famílias que estão "espalhadas por todo canto", analiso o sentido de movimento presente no modo de constituição da identidade quilombola deste grupo. As famílias que atualmente vivem em Guaíra são provenientes da região de Serro, Minas Gerais, a partir de movimento de deslocamento que se iniciou na década 1950. Essa ambivalência dos caminhos que gera sofrimento, mas que também é um deslumbramento e um ritual para constituição da pessoa perpassa as narrativas quilombolas sobre a saída de Minas Gerais e a possibilidade de retorno que ocorreu em 2015, depois de trinta anos que haviam perdido contato com os parentes que permaneceram na região mineira. As experiências de mobilidade, constitutivas da formação de grupos quilombolas, apesar do grande rendimento etnográfico, tem, no entanto, um baixo rendimento político, já que a sedentariedade é mais palatável e administrável pelo Estado e se torna um critério estatal para a garantia de direitos. Falar sobre movimento ainda acaba por enfraquecer a argumentação perante aos limites que o Estado coloca para a possibilidade de reconhecimento de direitos territoriais. É buscando compor esta dupla chave da territorialidade e do movimento, o qual também se apresenta como valor tradicional, que este work realiza o esforço analítico para compreender esta experiência específica. Nela a possibilidade de resistência do grupo se estruturou por meio de estratégias de deslocamento e não de permanência em um mesmo território de ocupação tradicional.



Com as viagens de retorno para a região mineira, ocorridas em 2015, o movimento novamente se apresentou como possibilidade de reconectar "parentes espalhados" e fortalecer os sentidos da identidade quilombola no presente. Enquanto território pressupõe limite, a territorialidade não.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466459613_ARQUIVO_TerritorialidadeeMovimento-DandaradosSantosDamasRibeiro.pdf

AApresentação Oral em GT

Paz, pão e terra: conflitos, organização e luta por direitos na Comunidade Caiçara da Praia do Sono.

Elton John da Silva Santiago

O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), trouxe uma série de direitos e garantias legais aos povos e comunidades tradicionais no Brasil, com ênfase no reconhecimento dos seus direitos territoriais, sociais, econômicos e culturais. Neste sentido, a Comunidade da Praia do Sono, reconhecida como comunidade caiçara e localizada na Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REJ) e na Área de Proteção Ambiental de Cairuçu (APA-Cairuçu), em Paraty (RJ), tem passado por um intenso processo de lutas e de reivindicação de direitos nos últimos anos. Se por um lado a história da comunidade é marcada por conflitos fundiários, ação de grileiros e assédio do capital privado imobiliário, que ainda hoje é recorrente, por outro é marcada pela ausência do Estado e anuência do poder público no que se refere a estas questões. Desta maneira, estabelecendo um olhar antropológico sobre o tema, buscamos observar os conflitos existentes entre os diferentes agentes em questão (Estado, comunidade e capital privado) e o papel da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro como mediador de conflitos. De igual modo, pretendemos perceber como esses embates se materializam em reivindicação clara de direitos coletivos, de políticas e de serviços públicos garantidos por lei, ainda que muitas vezes relegado. No que tange às formas de luta, de resistência e de organização desenvolvidas pela comunidade no decorrer desse processo, é possível verificar algumas transformações importantes com relação ao nível de consciência política, de criação de canais de diálogos alternativos e fortalecimento de entidades e instrumentos de luta, constituindo-se assim em objetos de interesse particular nesta pesquisa.

Palavras chave: Caiçaras, direitos, políticas

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/583_2017-01-11.pdf

Apresentação Oral em GT

A expansão da mineração e a invisibilidade quilombola: quem é o dono dessa terra?

Erika Giuliane Andrade Souza Beser

Desde os anos 1970 há works de mineração de bauxita na região ao longo do Rio Trombetas, no municionou de Oriximina/PA. As comunidades quilombolas criaram estratégias e dinâmicas próprias para lidar com a disputa pelo território, principalmente com a Mineradora Rio do Norte, mas também, com outros órgão que regulam os usos da área, como por exemplo, o Instituto Chico Mendes de Conservação- ICMBio. Com as vigência de leis que regularizam território quilombola e convenções internacionais que determinam a consulta prévia, livre e informada quando houver risco de impacto para as comunidades locais na construção de grandes empreendimentos, as comunidades quilombolas denominadas, como Alto trombetas 1 e 2, estão enfrentando a expansão da mineração, e criando novas dinâmicas para as comunidades que permanecem no local. A partir de um olhar antropológico, esse artigo propõe analisar dados etnográficos, a partir de reuniões





e encontros quilombolas que debatem esse assunto, bem como a análise de um procedimento do Ministério Público Federal, que reúne as atas das reuniões que já debateram esse tema nessas comunidades. Nossa presente hipótese e que apesar da lei trazer uma certa visibilidade para as questões quilombolas, há no olhar quilombola uma invisibilidade sobre sua identidade sobretudo sob o aspecto moral. Na visão quilombola observamos que há recorrente discurso de não serem consultados sobre o uso do território que ocupam há mais de um século, como comprovam estudos históricos da região. Assim pretendemos descrever as estratégias e os mecanismos quilombolas diante a expansão da mineração na região, e também mediante a luta pelo reconhecimento perante o Estado. Essa discussão faz parte da tese que está em andamento no Programa de Pós Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento na Universidade Federal do Oeste do Para.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466473333_ARQUIVO_ABA2016_erikagiuliane.pdf

Apresentação Oral em GT

Projeto: pensando e trabalhando em projetos

Francisco Antunes Caminati

O cientista social que trabalha com populações tradicionais no Brasil é invariavelmente chamado a colaborar com a formulação de projetos, que propõem atuação nas mais diferentes áreas. Apesar de cada vez mais presente na vida do cientista acadêmico, chegando quase a constituir um pressuposto ou contrapartida necessária para a realização de pesquisa etnográfica, a forma-projeto raramente é objeto do pensamento social. Projetos medeiam o diálogo com instituições públicas e privadas; permitem a captação de recursos; possibilitam a execução de obras de infraestrutura sanitária; e, de experimentos culturais/sociais. Para um enquadramento consistentemente crítico da forma-projeto, é preciso considerar a discussão sobre a ausência do Estado e do não cumprimento de seu papel público, que é transferido para a sociedade civil, quando não para as próprias comunidades que deveriam ser o objeto de políticas públicas. Assim como as questões relativas à precarização do work acadêmico e informacional, cuja principal evidência é o estabelecimento de regimes de colaboração que, na maioria das vezes, ensejam work não-remunerado. Contudo, apesar destes aspectos negativos, os quais serão levados em conta durante toda a reflexão, o que acontece se consideramos genuíno o interesse em realizar projetos tal como expressam as comunidades e as coletividades indígenas e tradicionais? Nossa aposta, baseia-se na possibilidade de explorar um potencial, de caráter marginal, que há na forma-projeto o qual permite às populações tradicionais que subvertam a chave clássica da produção de conhecimento na qual seus saberes são necessariamente objetificados. Obviamente, este uso emancipatório de projetos não é automático, tampouco simples. A partir de uma análise etnográfica de dois projetos de implementação tecnológica atualmente em curso – um realizado na Reserva Extrativista do Alto do Juruá (Acre), com agricultores e seringueiros, outro realizado junto aos Xavante (A'uwẽ Uptabi) da Aldeia Wede'rã, Terra Indígena Pimentel Barbosa (Mato Grosso) – pretendemos, ao mesmo tempo, explorar alguns aspectos que possibilitam que esse potencial seja efetivo, interessados em ver, também, na outra direção, ocorrências que evidenciam limites e conflitos que a forma-projeto precipita e implica.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467291054_ARQUIVO_Caminati-Projeto-30aRBA-GT54-JoaoPessoaPB.pdf

Apresentação Oral em GT

A luta pela implementação de uma educação escolar quilombola: uma experiência no município de Angra dos Reis – RJ



Kalyla Maroun, Ediléia Carvalho - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-RIO

No âmbito da educação, as políticas públicas voltadas à diversidade vêm conquistando visibilidade dentro do espaço político-governamental. Como exemplo, podemos citar a Lei Federal 10.639, de 2003, e suas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, publicadas em 2004, que tornam obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana na educação básica, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012). Estas últimas configuram-se como uma nova modalidade de educação no Brasil, contribuindo significativamente para a ampliação do debate público e acadêmico acerca da educação escolar nesses territórios étnicos, o que também vem trazendo legitimidade, entre os próprios movimentos quilombolas, no que tange à demanda pela entrada de seus saberes, culturas e tradições nos currículos escolares. Nesse contexto, temos como objetivo analisar a experiência de luta por uma educação escolar quilombola em uma comunidade situada no município de Angra dos Reis (RJ), cujo nome atende por Santa Rita do Bracuí. Para o acúmulo de dados empíricos utilizamos ao longo do work de campo, iniciado em 2011, e ainda em andamento: etnografia, em uma vertente interpretativista; entrevistas semiestruturadas com as principais lideranças políticas da comunidade; análise de documentos disponíveis na escola localizada dentro do território quilombola, bem como de documentos e políticas educacionais disponíveis pela Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis. A análise foi norteada por três eixos: 1) o processo de organização política da comunidade e sua autoatribuição enquanto um novo sujeito político de direitos, que teve no reavivamento da prática cultural do jongo um marco fundamental na construção de uma identidade quilombola; 2) as relações estabelecidas entre a escola local e a comunidade de Santa Rita do Bracuí, buscando apontar para os destaques representativos das aproximações e/ou afastamentos entre ambas ao longo do tempo; 3) a situação atual das relações entre escola e comunidade no tocante à demanda desta em implementar uma educação escolar quilombola naquela, isto é, transformá-la em uma escola quilombola. Além disso, pretendemos apontar para as estratégias de permanência da comunidade na luta pela educação que, de fato, a contemple, tanto a partir de seu posicionamento perante o poder público municipal, como entre os movimentos sociais presentes no entorno, que conta com outras populações tradicionais, como caiçaras e indígenas. Ressaltamos que o foco é tecermos um olhar para o protagonismo exercido pelas lideranças políticas no processo, ainda em aberto, de construção de modelos de educação escolar quilombola, ou seja, partiremos das perspectivas encontradas no interior da comunidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466475254_ARQUIVO_versao-final-aba_finalizado.pdf

Apresentação Oral em GT

Qual Território, Qual Desenvolvimento? Diálogos e dissensões entre Estado e Povos e Comunidades Tradicionais

Kátia Cristina Favilla, Ana Tereza Reis da Silva

Este work analisa os distintos sistemas epistêmicos operados pelo Estado brasileiro e por segmentos de povos e comunidades tradicionais nos processos de regularização de territórios tradicionalmente ocupados. A pesquisa é desenvolvida junto a dois segmentos sociais: povos ciganos localizados em Brasília, Distrito Federal, e comunidades de fundo de pasto no Estado da Bahia. Os povos ciganos da etnia Calon, seminômades, conquistaram dois territórios cedidos pelo Governo do Distrito Federal para fixar seus acampamentos. Observa-se, contudo, que a sedentarização afeta os modos de vida, a reciprocidade com outros ranchos e com outros membros da família que não se fixaram no território, o que coloca em questão a eficiência dessa forma de reconhecimento do território. Quanto às comunidades de fundo de pasto a pesquisa envolve o movimento dos fundos e fecho de pasto do município de UaUá (BA), cujos territórios

são assegurados pela Constituição baiana. Atualmente esse segmento busca novas formas de reconhecimento, a saber, a autoidentificação como comunidades tradicionais de fundo de pasto e a regulamentação da totalidade de seu território. Considerando esses dois casos empíricos, o estudo analisa de que forma o Estado brasileiro, no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), responde ao pluralismo epistêmico evocado pelos diferentes segmentos da tradição, isto é, como suas aspirações de desenvolvimento e de sustentabilidade cultural e material são consideradas nos processos de reconhecimento territorial. A questão que se coloca é: o reconhecimento de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) pelo Estado brasileiro, a visibilização desses segmentos e o protagonismo por elas desempenhado no âmbito da Comissão Nacional tem se revertido em reconhecimento dos saberes tradicionais como fontes legítimas que informam formas singulares de desenvolvimento? O que se pode inferir preliminarmente é que a racionalidade operante tende a mirar às epistemologias tradicionais como não mais que formas exóticas de conhecimento. Com efeito, o olhar sobre a tradição evoca as contradições do racismo epistêmico, pois, ao tempo que o discurso oficial subalterniza os sujeitos que elaboram formas distintas de ser, saber e viver, esses saberes singulares tendem a contrariar e colocar à prova a propagada eficiência socioambiental do desenvolvimento hegemônico. Vistos como expressões de uma verdade local, sem valor universal, os saberes tradicionais são sistematicamente invisibilizados, negados, esvaziados de suas credenciais empíricas e desqualificados como fontes fecundas, capazes de orientar formas alternativas de desenvolvimento que promovam justiça e equidade socioambiental.

Apresentação Oral em GT

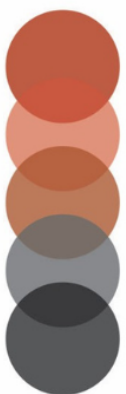
Povos e Comunidades Tradicionais, políticas públicas e políticas da natureza: um olhar a partir da Antropologia.

Leslye Bombonato Ursini

Dentre as políticas públicas que envolvem Povos e Comunidades Tradicionais, há aquelas relacionadas à conservação da biodiversidade, cujos estilos de vida de vida daqueles povos são entendidos como compatíveis. A participação de Povos e Comunidades Tradicionais é tanto exigida por normas quanto desejável, no entanto há diversas formas e níveis de participação (como “beneficiários”, “consultados”, “afetados”) que dão margem ao sentimento de não atendimento de participação efetiva de parte Povos e Comunidades Tradicionais. O propósito da apresentação de um work para a discussão segue no sentido de detalhar como se tem dado a participação de Povos e Comunidades Tradicionais em processos de acesso, de parte de empresas e pesquisadores, aos conhecimentos tradicionais de comunidades locais e em processos de Licenciamento Ambiental que afetam Povos e Comunidades Tradicionais. Ambas as atividades — o acesso aos conhecimentos daqueles povos e obras de infraestrutura — lidam com o tema da conservação do meio ambiente e da biodiversidade que são eminentemente obrigações do Estado e para tanto há políticas públicas correlatas. As várias formas de participação e também o agenciamento empreendido pelos Povos e Comunidades Tradicionais colocariam em questão a denominação de determinada ação do Estado como “política pública”? Do que é, então, ou deva ser, feita, revestida uma política pública quando ela tiver como “público alvo” os Povos e Comunidades Tradicionais? Qual a contribuição da Antropologia e de antropólogos na participação de Povos e Comunidades Tradicionais na formulação e na implementação de políticas públicas? Na tentativa de aprofundar o debate, será proposta uma reflexão sobre políticas públicas e as chamadas políticas da natureza, cuja fresta provavelmente constitui um lugar privilegiado para empreender as discussões.

Apresentação Oral em GT

Os Kalapalo, o dinheiro e as políticas de transferência de renda





Marina Pereira Novo

A intenção desse texto é apresentar algumas reflexões sobre o acesso e os efeitos das políticas de transferência de renda governamentais entre os Kalapalo da aldeia Aiha, falantes de uma variante da língua karib da região do Alto Xingu. Os Kalapalo, assim como muitos outros povos indígenas do Brasil vêm passando por um processo de transformação rápido e intenso, relacionado ao desejo e ao acesso ao “mundo das mercadorias”. Esse processo, por sua vez, é, em alguma medida, reflexo do aumento do afluxo de dinheiro, o que ganhou ainda maiores proporções com a ampliação das políticas públicas de transferência de renda que têm os povos indígenas como público prioritário. A primeira questão que merece ser discutida a esse respeito é o fato de que, apesar de serem público prioritário, os povos indígenas não participaram da formulação da política e nunca foram consultados acerca de seu desenho e gestão. Essa falta de diálogo se explicita na realocação proposta por esse tipo de política do foco da diferença e da diversidade, conforme previstos na legislação indigenista nacional, para uma questão monetária, que define a todos aqueles que não possuem renda como “pobres”, independentemente das condições reais de vida e da forma como o dinheiro e as mercadorias são apropriadas por diferentes públicos, aí incluídos os povos indígenas. O Programa Bolsa Família – que é o responsável pelo maior número de transferências, atualmente – serve como padrão para os demais programas estaduais e municipais, que utilizam, em geral, os mesmos critérios de inclusão e permanência, exigindo das famílias que cumpram com condicionalidades que pouco ou nada dialogam com seus modos de vida. Ao passarmos à dimensão etnográfica da questão, percebemos que, apesar desses recursos representarem repasses menores em termos de valores se comparados tanto aos salários quanto às aposentadorias, são eles que contemplam a maior parte das pessoas em Aiha, podendo ser acessado de forma indistinta por todos aqueles que se mobilizam para se cadastrar. Em termos bastante gerais, veremos que o dinheiro recebido pelos Kalapalo proveniente dessas políticas é, por um lado, cada vez mais considerado fundamental para a reprodução de seus modos próprios de vida – o que significa que é possível falar, em um certo sentido, de uma “indigenização” desses recursos, no sentido dado ao termo por Sahlins (1997, 2008) –, mas que essa monetarização também produz efeitos bastante inesperados e nem sempre avaliados como positivos pelos seus anfitriões, ou ao menos por todos eles e em todos os momentos.

Apresentação Oral em GT

Quando a terra toma outro rumo: uma investigação sobre conflitos de sobreposição territorial na Terra do Meio (PA)

Natalia Ribas Guerrero

O artigo propõe uma reflexão sobre um caso de sobreposição envolvendo territórios tradicionalmente ocupados e duas unidades de conservação (UCs) na região conhecida como Terra do Meio, interflúvio dos rios Xingu e Iriri, no Pará. Na década de 2000, a área foi alvo de intenso processo de grilagem, cujo combate passou pela criação de um mosaico de unidades de conservação (UCs) ambiental de diversas categorias, dentre as quais a Estação Ecológica da Terra do Meio (EsecTM) e o Parque Nacional da Serra do Pardo (PNSP). Embora ambas já estivessem previstas nos estudos de criação do mosaico, as unidades efetivamente decretadas pelo governo em 2005 apresentaram diferenças significativas em relação ao projeto original. Se a diferença de área não foi grande, considerando-se as dimensões totais das UCs, a alteração dos limites teve efeitos drásticos. Um deles foi a inclusão do território ocupado por famílias ribeirinhas no perímetro de duas UCs que não admitem a presença de populações humanas em seu interior. Relatos coletados junto aos beiradeiros revelam pontos em comum. Fala-se de uma ocupação cuja origem remonta à virada do século 20, com o estabelecimento dos seringais às margens dos rios Xingu e Iriri. Famílias que, ao longo do último século, constituíram um campesinato caracterizado por um modo de vida em estreita relação com a dinâmica da floresta, consorciando atividades agrícolas e de extrativismo, bem como estabelecendo diversos vínculos de parentesco, vizinhança e compadrio. Famílias que, desde 2005, tiveram sua territorialidade confrontada

com o advento da criação das duas UCs, passando a sofrer assédio do órgão ambiental gestor, primeiramente o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e, a partir de 2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Isso porque, ao longo de mais de dez anos, os beiradeiros têm sido alvos de ações arbitrárias, entre multas e ameaças de expulsão, atos que criminalizam suas ocupações e cerceiam seu modo de vida. Paradoxalmente, o fato de resistirem no território faz com que os beiradeiros enfrentem também uma situação de invisibilidade ante outras instâncias do Estado, em especial no que diz respeito a direitos constitucionais, como saúde e educação. Fruto de uma pesquisa de doutorado em seus estágios iniciais, o artigo apresenta o histórico de ocupação das famílias que vivem na EsecTM e no PNSP, buscando investigar quais as implicações da sobreposição territorial nas formas com que constituem sua territorialidade e a percepção que têm da atuação do Estado. Com isso, intende-se colocar em relevo aspectos significativos da atuação do órgão ambiental em relação a políticas públicas envolvendo povos e comunidades tradicionais em geral.

Palavras chave: ICMBio; comunidades tradicionais

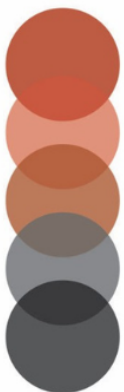
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/537_2016-12-02.pdf

Apresentação Oral em GT

Quando as trajetórias negras encontram a institucionalidade das políticas públicas contemporâneas: algumas ações voltadas para remanescentes de comunidades quilombolas em São Lourenço do Sul, RS

Patrícia dos Santos Pinheiro

No contexto contemporâneo brasileiro se entrecruzam uma pluralidade de formas substantivas de política, para além daquela oriunda do Estado, tais como as políticas cotidianas de grupos marginalizados. Diante dessas diferentes expressões, o presente texto procura abordar relações estabelecidas a partir da aproximação recente entre ações estatais que teriam a proposta de abarcar a diversidade cultural, e ações de três comunidades negras rurais do município de São Lourenço do Sul, no sul do Rio Grande do Sul, mobilizadas em processos de reconhecimento e na busca por direitos sociais a partir da categoria de “remanescente de comunidade de quilombo”, cada qual com suas prioridades e objetivos. Esse encontro e as ações do poder público que daí se depreendem compõem um campo de relações no qual essas comunidades negras, que se situam em determinado sistema interétnico - com presença intensa de colônias de origem teuto -, passaram a se mobilizar junto a diferentes atores, objetivando modificar situações adversas. Há distintos regimes de legitimidade em jogo nas escolhas cotidianas nesse contexto, operadas por critérios nem sempre aparentemente consoantes entre si ou com uma visão estrita de cidadania, e que se baseiam também nas experiências anteriores (incluindo distanciamentos e diferenciações), e são permeadas por situações de conflito, mesmo que em alguns casos tenham sido reformuladas. Não se tratando de uma relação polarizada entre grupos negros e Estado, também se encontram nesse campo organizações de apoio e assistência técnica, partidos políticos etc., que podem se reposicionar ao longo do tempo em termos de adesões e parcerias, assim como as próprias comunidades e as organizações do poder público. Desse dinâmico entrecruzamento, apesar da assimetria nas relações, não surge uma unidade, homogeneidade ou simples cooptação local. Ao contrário, os caminhos a partir disso são diversos. De modo a problematizar as implicações da presença de diferentes demandas relacionadas a identidades étnicas, dentro de um contexto de interações, tensões e situações de pretensa subordinação entre distintos atores, esse artigo têm como desafio refletir sobre os encontros e desencontros entre os sujeitos mencionados, a partir de dados etnográficos de cada uma das comunidades do universo dessa pesquisa e com apoio de correntes consideradas possibilitadoras de debates a partir de perspectivas minoritárias, como a crítica decolonial latino-americana. Serão abordadas em especial os



processos de formação e continuidade (ou não) das Associações Quilombolas e diferentes atividades relacionadas a ela, em especial na modalidade de projetos em diferentes áreas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466476795_ARQUIVO_Artigo_Patricia_Pinheiro.pdf

Apresentação Oral em GT

Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Verde

Pedro Stoeckli Pires, Danilo Vieira Isabelle Bachtold Juliana Varella Marina Farias Pedro Stoeckli

Esta comunicação visa apresentar e discutir os principais resultados das pesquisas de campo etnográficas realizadas por servidores do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em áreas onde residem beneficiários do Programa Bolsa Verde. A avaliação proposta visou, em síntese, captar in loco o processo de implementação do programa em contextos socioambientais diversos, observando seus fluxos de funcionamento e compreendendo as concepções e as práticas dos atores envolvidos – em especial os beneficiários – relacionadas à transferência de renda e à conservação ambiental. O Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Programa Bolsa Verde é um programa de transferência de renda com condicionais socioambientais, implantado no âmbito do Plano Brasil sem Miséria (BSM) em 2011. Ele integra o eixo de Inclusão Produtiva Rural do BSM e tem como público-alvo famílias em extrema pobreza que desenvolvem atividades de conservação ambiental em áreas com relevantes ativos e recursos naturais. A avaliação foi composta de cinco works de campo empreendidos por diferentes servidores cientistas sociais nas seguintes áreas: RESEX Tapajós-Arapiuns (PA), Ilha de Abaetetuba (PA), PAE Cabaliana I (AM), PA Santa Catarina (PB) e RESEX Baía do Iguape (BA). A pesquisa buscou situar um processo de investigação centrado nos sujeitos alvo da política pública e como esses estes se apropriam e do Programa.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466455049_ARQUIVO_Apresentacao_BolsaVerde-PesquisasEtnograficasAvaliacao.pdf

GT 055: Processos identitários étnicos, território e tradições de conhecimento

Este GT pretende reunir pesquisas etnográficas que focam a organização social do conhecimento em processos identitários étnicos e territoriais. Procura-se promover um espaço de diálogo e análise sobre o gerenciamento, distribuição e hierarquização do conhecimento em diferentes contextos experienciais (históricos e políticos) que definem específicas relações de poder. Nesses termos, a proposta tem como base uma abordagem gerativa e comparativa, fundamentada na proposta de Barth de uma sociologia do conhecimento que visa esclarecer a forma pela qual os fluxos culturais são moldados pelo contexto social. Serão valiosas as contribuições provenientes de investimentos empíricos que abordam os processos de transformação (mudanças sociais, políticas e econômicas, incluindo-se os efeitos de políticas públicas) e que analisam a elaboração de tradições de conhecimento, a transformação de cosmologias, bem como dos quadros morais que orientam as experiências individuais e coletivas no estabelecimento e gerenciamento das relações intra e interétnicas. Serão também profícuas contribuições que abordam, com uma escala de análise menor, as unidades sociais e políticas, como por exemplo, famílias e/ou linhagens e que analisam processualmente tanto a forma em que se dão as alianças entre elas no tempo e espaço -extravasando ou não o nível étnico-, quanto as variações que apresentam na elaboração e sistematização dos fluxos culturais.



Claudia Mura (Universidade Federal de Alagoas) e Joubert Max Maranhão Piorsky Aires (Universidade Estadual do Ceará) - **Coordenação**

José Gabriel Silveira Corrêa (Universidade Federal de Campina Grande) - **Debatedor/a**

Apresentação Oral em GT

Raposa Serra do Sol: Processos de territorialização indígena na faixa de segurança nacional

Bruno Pacheco de Oliveira

O objetivo geral é analisar as novas dinâmicas e os processos de gestão, produção e significação que surgem com o estabelecimento dessa grande área contínua (destacando a especificidade de ter uma organização indígena à frente do processo de gestão territorial) sempre em oposição à ação do exército que conta com um grande contingente militar circulando constantemente na terra indígena Raposa Serra do Sol, que é quase toda localizada na faixa de fronteira (faixa de 150 km de largura ao longo da fronteira brasileira). Segundo Catherine Lutz (2006), regiões militarizadas produzem novos padrões de identidade, relações econômicas e imaginários. A militarização produz efeitos em todas as áreas (política, economia, sociedade, mercado de work), enquanto o militarismo afeta a produção de imaginário (cultura e valor), reforçando o discurso sobre Estado e Nação (LUTZ, 2006). Com uma metodologia de estudo situacional pretendo apresentar desvios nas regularidades estruturais com os conflitos e as alterações no equilíbrio temporário das relações entre grupos diferentes em diversos tempos e espaços. Assim, integrando conflitos, variações e pontos fora da curva, a análise situacional mostra-se extremamente apropriada para o estudo de sociedades instáveis e não homogêneas, onde sistemas de classificação diferentes ou conflitantes podem coexistir, sendo ativados nos mais diversos contextos sociais ou conforme uma opção particular dos atores envolvidos.

Apresentação Oral em GT

Engajamento étnico-cultural e identidade feminina na prática congadeira

Claudelir Correa Clemente

Com mais de 100 anos de tradição, a Congada, na cidade de Uberlândia em Minas Gerais, constitui-se como um espaço religioso significativo para a população afrodescendente, observando-se, um crescente protagonismo feminino que fomenta por meio de seu engajamento político e cultural, novos e democráticos territórios sociais em um espaço urbano marcado por formas de segregação socioespacial e étnica. Por meio de descrições etnográficas deste fazer feminino congadeiro, demonstraremos de que forma o engajamento cultural transforma o espaço urbano propiciando formas de sociabilidade que viabilizam relações etnicorraciais igualitárias. Em Uberlândia existe 26 ternos (grupos de congado) e seus locais de ensaio e convivência denominados quartéis estão distribuídos por toda cidade, mas com uma significativa presença nos bairros periféricos, locais marcados pela segregação socioespacial e racial. É nos quartéis dos ternos que observamos o papel significativo que as mulheres assumem no Congado. São elas que zelam pela cultura negra congadeira, cultivando seus valores étnicos e religiosos. Esse work de afirmação étnica feito pelas mulheres é erguido por meio de ações e relações sociais que não tem aparentemente cunho político, mas por vezes, têm o poder de arregimentar pessoas, reuni-las, organizá-las e transformá-las em agentes sociais em prol de causas sociais. Digamos que são práticas sociais expressões de um 'modelo comunitário de organização' que valoriza os laços interpessoais, a solidariedade, a ajuda mútua, a participação entre iguais, as decisões tomadas coletivamente etc. Características que se contrapõem a competitividade, individualismo, atomização da existência e a tradição política brasileira (centralização de poder, populismo, paternalismo etc.)



Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1465987975_ARQUIVO_AbaworkcompletoClaudelir.pdf

Apresentação Oral em GT

Organização Social em Terra Dura : "Uma parentagem doida".

Francy Eide Nunes Leal

Este work é fruto de uma pesquisa etnográfica sobre a política comunitária de/com a Comunidade Quilombola Terra Dura, situada no sertão norte-mineiro. O objetivo central é compreender o fazer político desse grupo étnico, a partir de uma mobilização contemporânea pela retomada do território tido como tradicional. Para tanto, o foco recairá nas formas de conectividade, a partir de uma lógica de associação que busca interligar pessoa de dentro, de fora, entidades espirituais, quilombolas, não quilombolas de modo a formar a parentagem doida. Desta forma, analiso a organização social do grupo, observando como a "parentagem doida" opera na construção da política interna por meio das trajetórias individuais que em suas especificidades compõe uma trajetória coletiva na construção de uma rede "interquilombos". Em um primeiro momento, apresento as narrativas biografias/trajetórias que vão sendo emaranhadas a partir de intercruzamentos, na construção de um campo político, ou seja, o protagonismo desses sujeitos na vida em comunidade, seus posicionamentos na esfera social, locais de poder agenciados para entender como ocorre o deslizamento dessas relações para as instâncias de tomada de decisões coletivas como a associação quilombola e os diálogos com o INCRA. Em um segundo momento parto da premissa que fazer política é consolidar e estender a rede de relações, que tem como um dos seus fios condutores o tocar parentagem. O foco é entender como são produzidos parentes pela "parentagem doida", ou seja, quais são as estratégias de casamento, de compadrio na construção de alianças políticas, além de esboçar, um tipo de relação com o de fora, com as entidades religiosas, o inserindo na rede de reciprocidade e obrigação. O objetivo aqui é aproximar o parentesco da política, tal qual sugere Vieira (2010) no caso Potiguara, ao fazer um paralelo entre a esfera do parentesco, que cria movimentos de aproximação entre parentes, bem como tendências de casamento e de residência que atuam na composição e organização das famílias. E entre a política que ensina um jogo de forças por meio dos processos que envolvem tanto a composição de círculos de cooperação e de aliança que são estabelecidas por critérios de proximidades de parentesco (ou genealogia) ou de residência, quanto à estratégia de aproximação de incorporação da alteridade via os ideais de fechamento e abertura ao exterior. A estratégia de utilizar a rede de parentesco como marcador da etnicidade quilombola possibilitou aos membros de Terra Dura a permanência em parte do seu território. É a partir da transmissão da história desse povo, que os mais velhos ao contarem a história de si, do grupo, da "nação de gente preta" que permanece em luta pelo reconhecimento de sua identidade étnica e retomada do território.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466477927_ARQUIVO_ArtigoFrancyEideLeal.pdf

Apresentação Oral em GT

Os coletivos madija e a construção da etnia Kulina

Genoveva Santos Amorim

A pesquisa tem como objetivo analisar os coletivos madija como modelos Kulina de territorialidade que propiciam jogos identitários. E se desenvolve a partir da análise de narrativas e imagens que permeiam todo este processo. A aproximação com os coletivos madija nos permite perceber a arbitrariedade dos agentes do contato ao "criar", de modo aleatório, a categoria étnica única e estranha: o povo Kulina. Procuro analisar como essa categoria étnica foi construída e é atualizada pelos Kulina. Registros históricos e atuais nos levam a perceber como os coletivos nominados (ou subgrupos, para alguns autores) perpassam (e se confundem) as



várias configurações étnicas arawá. Assim, a pesquisa é realizada a partir de duas fontes básicas: a investigação bibliográfica e a pesquisa etnográfica; tendo como foco os Kulina que habitam a região do baixo rio Juruá (Amazonas). A forma pela qual o Brasil-Colônia foi constituído, bem como o modelo de Estado-nação, teve incidência direta nos processos de territorialização que passaram os povos indígenas (PACHECO DE OLIVEIRA 1978). Contudo, as classificações do Estado não comportam a realidade do baixo Juruá. As questões de identificações com a etnia Kulina, ou com determinado coletivo madija, pode sugerir que tais entendimentos têm sido delineados a partir de conflitos amplos ou a partir das relações locais. É importante observarmos e analisarmos os momentos em que é estratégico para os Kulina utilizarem a “etiqueta” da etnia. Ou quando os Kulina usam e reconhecem os vários coletivos madija como elemento de diferenciação interna, base para uma política interna de alianças e repulsas. É necessário analisarmos os “traços culturais” que ultrapassam fronteiras, estarmos atentos para a manipulação ativa dos fluxos culturais e para as zonas fronteiriças como o local para a ação (agência) no manejo da cultura (HANNERZ 1997).

Pôster em GT

Emergência étnica indígena e territorialização na comunidade Nazaré no município de Lagoa de São Francisco- Piauí

Ilana Magalhães Barroso, Carmen Lúcia da Silva Lima

O presente work visa pensar a territorialização e emergência étnica da comunidade Nazaré como o contexto histórico que atribui significados para a afirmação da identidade do grupo estudado. O propósito dessa pesquisa foi fazer o resgate da organização do espaço e mostra a afirmação indígena dos habitantes de Nazaré. Esse estudo problematizou as temáticas de territorialização, emergência étnica de famílias que estão passando por um processo de reconhecimento enquanto indígenas. As atenções nesse work serão voltadas para a compreensão de que forma essa comunidade está se considerando enquanto pertencentes de uma etnia em relação ao processo histórico desenvolvidas de maneira subjetiva e coletiva. A proposta foi constituída por bases teóricas que foram os conceitos base para a identificação do campo de estudo partindo da territorialização, segundo João Pacheco de Oliveira, definindo como um processo de reorganização social (OLIVEIRA, 1998) e grupo étnico, segundo Barth definia como “categorias de atribuições e identificação realizadas pelos próprios atores e, assim, tem a característica de organizar a interação entre as pessoas”. (BARTH, 2011, p.189). A pesquisa foi realizada através de observações participante, registros em diários de campo, realização de conversas no cotidiano, produção de imagens fotográficas, áudio e vídeo e pesquisa bibliográfica. As informações obtidas foram organizadas e analisadas com base no problema e objetivos. A pesquisa foi assim, inicialmente definida: a questão da origem indígena surgiu na comunidade, a partir de um diagnóstico feito por um professor da Universidade Federal do Piauí- UFPI acompanhado de representantes da Fundação Mandacaru, fundação está que atua na região desde 1989 com influência Alemã. Esse resgate foi feito de maneira tímida devido os habitantes do local não quererem tocar no assunto. Essas informações resultaram nas seguintes perguntas que nortearam o objetivo geral dessa análise feita: Quem é esse grupo? Como eles estão afirmando a identidade indígena? Quais as relações que eles estão estabelecendo para legitimar esta identidade? Sabemos que todo mundo vivia em algum lugar, qual a relação que eles estão desenvolvendo em relação ao local que vivem? O tema da pesquisa se reveste tanto em importância social como teórico. Essas relevâncias consistem em contribuir para o entendimento e explicação de um fenômeno cientificamente proeminente para a teoria social, a investigação social de resgatar a história desses povos que vivem naquela região e narram como seus descendentes ali habitavam e usavam aquela terra para sua sobrevivência, sabendo que ali também era corredor indígena e recebia povos vindos de inúmeras regiões em busca de melhorias.



Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466344767_ARQUIVO_Emergenciaetnicaindigenaeterritorializacaoacom_unidadeNazarenomunicipiodeLagoadeSaoFrancisco.pdf

Apresentação Oral em GT

Ciência moderna e ciência do índio: acesso a diferentes tradições de conhecimento entre povos indígenas do Nordeste

Leandro Marques Durazzo, José Glebson Vieira (orientador)

Esta comunicação buscará, através de uma reflexão ao mesmo tempo epistemológica e etnográfica, discutir a polissemia presente nas noções de “ciência” empregadas tanto na tradição moderna e ocidental da comunidade científica internacional (TAMBIAH, 1990) quanto nas práticas e dinâmicas de conhecimento (BARTH, 1975) de diferentes povos indígenas do Nordeste brasileiro. A investigação de tal multivocidade permitirá traçar indicativos referentes aos modos de conhecimento dos povos indígenas, ancorados quer no segredo de seus rituais e práticas ocultos (um pouco nos moldes de Barth), quer na produção, transmissão e legitimação desses mesmos sistemas de conhecimento étnico; para tanto, refletiremos sobre o valor diacrítico do toré e de outras manifestações étnico-políticas relacionadas às reivindicações de reconhecimento externo, e, assim, buscaremos compreender a “ciência do índio” relacionada à ideia de “regime de índio”, que remete ao contexto histórico e político de engajamento no projeto étnico e de adesão aos valores e conhecimentos presentes no ritual do toré. Através da análise de dados etnográficos publicados sobre os povos Tuxá e Truká, da região do Médio São Francisco (BATISTA, 2005), em contraste com nossa experiência recente na Terra Indígena Xukuru (Pesqueira-PE), tencionamos matizar as acepções de “ciência” nos contextos indígenas – sobretudo relacionadas aos modos de conhecimento vinculados à “mata sagrada”, aos encantados – com a definição moderna e ocidental de ciência, seja em suas práticas metodológicas ou em suas bases paradigmáticas. Aqui, recorrendo a Stanley Tambiah, aproximaremos de forma dialógica as diferentes noções, buscando balizar as especificidades metodológicas da ciência moderna com as categorias antropológicas e nativas de “ciência do índio”, “regime de índio” e “cienciazinha” (esta última referente ao povo Truká). Com esta proposta pretendemos, além das elaborações teóricas e epistemológicas envolvendo tradições de conhecimento indígenas, indicar pontos de contato e convivência entre diferentes modos de conhecimento e ação prática, elucidando algumas dinâmicas culturais no que diz respeito ao acionamento de diferentes regimes científicos, como demonstrado nos casos indígenas, em que a vivência da “ciência do índio” não implica na rejeição da ciência moderna, nem de seus desdobramentos e aplicações no plano cotidiano da vida.

Apresentação Oral em GT

“O quilombola tem as raízes sofridas”: Memória e performance em territórios étnicos no Maranhão

Marivania Leonor Souza Furtado, Sérgio César Corrêa Soares Muniz Cássia Ferreira de Oliveira

A partir da insurgência dos “remanescentes das comunidades de quilombos” como novos sujeitos de direitos, um conjunto de comunidades negras rurais no Brasil e no Maranhão vêm se articulando a partir de estratégias políticas para o reconhecimento de suas etnicidades, bem como para a titulação de seus territórios, o que tem sido conceituado como “processo de territorialização” ou “aquilombamento”, variando segundo situações empíricas específicas. Nessa conjuntura, os processos de territorialização e aquilombamento são marcados sobretudo, pela forma como essas comunidades acionam suas memórias na intenção de fortalecer laços de solidariedade e processos de identificação intragrupais, atualizar suas fronteiras étnicas e se posicionar politicamente frente a situações contraditórias protagonizadas pelos mais diversos agentes sociais (sindicatos, órgãos governamentais, ONG’s, movimentos sociais, profissionais da academia, latifundiários e lideranças



locais). Essas múltiplas agências resultam em conflitos e disputas políticas, simbólicos e territoriais, sobretudo em decorrência da intensa mercadorização desses territórios étnicos. Dessa forma, esse work pretende analisar a relação entre o acionamento das memórias coletivas e biográficas, como sendo aquilo que estrutura o modo de vida desses grupos e suas relações de parentesco e de poder estabelecendo regras de existência intragrupal e relacionais, com as estruturas performativas de seus processos históricos de territorialização, considerando ainda o modo como esses grupos e as categorias pelas quais estes constroem seus mundos estão constantemente assimilando “circunstâncias contingentes”, a saber o estabelecimento de normativas jurídicas, agências de mediação e conflitos territoriais. Dentro dessas “circunstâncias” é preciso enfatizar a história de formação dos territórios dessas coletividades, a dinâmica de redefinição funcional das categorias existentes na memória destas e a construção de seus mapas mentais e afetivos coletivamente territorializados. Nesse sentido, tomou-se como campo empírico os quilombos de Santa Maria e Santo Inácio, localizados na microrregião da Baixada Maranhense e Rio Grande localizado na Microrregião do Litoral Ocidental Maranhense. Para a construção desse olhar realizou-se a etnografia desses quilombos, a partir da observação multisituada, pensando o processo de forma relacional e privilegiando a história dos vencidos, cujas memórias foram coletadas através de entrevistas gravadas.

Pôster em GT

Tradição de conhecimento entre os rezadores Potiguara, suas redes de relações e dinâmicas territoriais

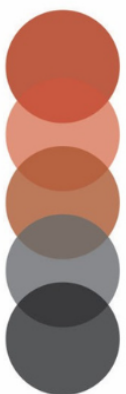
Marlon Nilton da Silva Galvão

Este work é resultado de pesquisa de iniciação científica com os Potiguara, no estado da Paraíba. Procura-se aqui mostrar como a tradição de conhecimento é construída entre estes indígenas e como os rezadores, operadores das práticas xamanísticas, imprimem suas opiniões sobre moralidade, ecologia doméstica e a relação com o espaço territorial onde se desenvolvem as atividades quotidianas. Os índios Potiguara ocupam uma área, constituída pelas antigas sesmarias de São Miguel e de Nossa Senhora dos Prazeres, hoje dividida em três T.I.s contíguas. A pesquisa foca principalmente a T.I de Monte-mór. Nesta localidade os grupos domésticos desenvolvem grande diversidade de atividades técnicas e econômicas como a pesca, o work na lavoura, a coleta de crustáceos, entre tantas outras. Estas atividades contribuem a definir não apenas o ritmo da vida na aldeia, mas também as concepções cosmológicas sobre os locais de uso comunal, como o mangue e a mata. As manifestações cosmológicas apresentadas pelos Potiguara são o resultado de um entrecruzamento de fluxos culturais, favorecido pela colonização dos europeus no Brasil e o tráfico negreiro vindo do continente africano. Associando princípios religiosos e imagens procedente do catolicismo e do culto aos ancestrais praticado por afrodescendentes, com as práticas e visões cosmológicas de origem pré-coloniais, se criou uma tradição de conhecimento, aqui usando o conceito de Fredrik Barth, própria, sendo cultivada e refinada dentro das famílias extensas ao longo dos séculos. O resultado deste entrecruzamento de fluxos é evidente nos mitos sobre a criação da igreja de nossa senhora dos prazeres e no work dos operadores de práticas xamanísticas, que utilizam o resultado deste entrecruzamento em suas rezas, lambedores, garrafadas e chás. Estes conhecimentos contribuem para a construção de um padrão moral que é promovido por estes operadores, e são repassados para as gerações seguintes de forma oral, seja em contextos rituais, seja durante as práticas técnicas e econômicas.

Apresentação Oral em GT

Identidade étnica e transposições cosmológicas entre os Yanomami: uma etnografia das relações interétnicas na criação de uma associação de mulheres

Maryelle Inacia Morais Ferreira



Este work é fruto de uma reflexão do projeto etnográfico de mestrado que objetiva pesquisar a associação de mulheres Yanomami Kumirayoma. Criada recentemente na aldeia Maturacá em 19 de junho de 2015, a Kumirayoma tem como objetivo apoiar as mulheres na comercialização de seu artesanato. A proposta deste work consiste em compreender como as mulheres Yanomami ao criarem a associação Kamirayoma se orientam pela cosmologia durante o processo de lidarem com as relações interétnicas. Sendo uma recente criação, pretende-se etnografar como essas mulheres entendem a criação da associação e quais motivações as levaram a tal iniciativa. Os autores principais empregados nesta pesquisa foram: Terence Turner (1991), Barth (2000) e Peres (2003). Existem muitos estudos etnográficos dedicados à cultura Yanomami, porém, pouco se tem dado atenção à problemática que contextualiza o universo da política indígena yanomami e sua atuação no campo dos movimentos indígenas do Amazonas. Os Yanomami são um dos povos indígenas cujo contato com não-indígenas ocorreu bem mais tarde, em torno da década de 1960. É um dos maiores grupos indígenas do Brasil, dividido em quatro subgrupos linguísticos. Assim, vale destacar a existência de uma diversidade dentro do próprio grupo. Em conversas de campo, fui informada que a principal motivação que levou à associação fora preocupação por parte das mulheres com a perda da “tradição” cultural de feitura dos trançados, e uma associação poderia manter os costumes e estimular mulheres mais jovens. É interessante pensar como tal iniciativa diz respeito a um processo de consciência social, como apontado por Terence Turner. Percebe-se que a iniciativa de se associarem é utilizada para reforçar as identidades das mulheres Yanomami. Ao se associarem criam uma autoconsciência perante os não indígenas e outros grupos étnicos. Ao mesmo tempo, dentro do próprio povo elas se estabelecem enquanto mulheres associadas, mulheres artesãs, como parte da cultura e cosmologia Yanomami. Elas assumem importância política dentro do grupo Yanomami e constroem para si a noção de “culturas tradicionais” através da confecção dos trançados. A teoria de Barth (2000) sobre as identidades entre os grupos étnicos será o suporte teórico principal que auxilia na análise sobre as relações interétnicas pelas quais as mulheres se envolvem na construção da associação Kumirayoma, e como tais relações são recursos de reforço da auto-consciência enquanto grupo étnico, enquanto cultura Yanomami. Ao mesmo tempo em que falamos de “tradições” na confecção dos artesanatos, não devemos pensá-la de forma rígida. A cosmologia que orienta a cultura dos trançados entre as mulheres também se construiu a partir das relações interétnicas de contato entre Yanomami e não-indígenas.

Trabalho completo:

[https://www.abant.org.br/files/1466289095_ARQUIVO_workcompletoparaABA\(2\).pdf](https://www.abant.org.br/files/1466289095_ARQUIVO_workcompletoparaABA(2).pdf)

Apresentação Oral em GT

Tradição de conhecimento, aspectos ecológicos e território da comunidade do Porto do Capim

Patrícia Assad, Professor Doutor Fábio Mura

O presente work busca investigar a relação que os habitantes da comunidade do Porto do Capim desenvolvem com seu espaço de vida, considerando o contexto social, ecológico e territorial em que a comunidade está inserida. Esta comunidade habita a área mais antiga da cidade de João Pessoa, sítio do nascedouro da capital, o chamado centro histórico, no bairro do Varadouro. Situa-se na margem direita do rio Sanhauá, um dos afluentes do Paraíba. Esta é a região onde antigamente se aglutinavam o comércio e a administração da cidade até o início do século XX. Com o advindo de mudanças urbanísticas da época, bem como a construção do Porto de Cabedelo, a área entrou em decadência econômica e passou a ser ocupada por famílias vindas do interior do estado, e até mesmo de outros estados próximos, e por trabalhadores do Porto e do comércio no Varadouro. Essas famílias optaram por morar no local, tendo em vista a proximidade com o rio, com a estação ferroviária, com o ponto comercial da cidade e demais benefícios que a área podia oferecer. A abordagem centra-se numa análise da tradição de conhecimento, nos termos propostos por Fredrik Barth, que é produzida e reproduzida pelos habitantes do Porto do Capim. Nela encontram-se fundamentos de diversas ordens, materiais e imateriais, onde figuram também elementos mítico-cosmológicos. Concentramos atenção sobre





a relação desses habitantes com as entidades Comadre Fulozinha e Pai do Mangue, e a influência destes sobre seus quadros ético-morais, políticos, e sobre as maneiras de se comportar. Relação esta que tem no território da área do Porto do Capim, em toda sua complexidade e seus elementos ecológicos, como o rio e o mangue, o seu espaço por excelência. A dimensão moral que conduz essa relação é aprimorada pelos castigos e punições físicas aplicados por tais entidades, a que estão sujeitos àqueles que não cumprem com exigências demandadas por elas, sejam exigências que vão desde “não chamar nome na maré”, ao respeito à pesca, à caça e à natureza como um todo, até o feitio de oferendas para as entidades. Entende-se, portanto, que essa experiência ultrapassa sua dimensão simbólica, assumindo uma corporificação da experiência que possuem as pessoas junto à esses fenômenos. Esta tradição de conhecimento que gira em torno das entidades é construída a partir de uma gama de recursos experiências advindos de atividades desenvolvidas por esses habitantes em suas relações com o meio. Desta forma, considera-se como fundamental para tal análise as atividade, diretas e indiretas, que algumas famílias cultivam junto ao rio e ao o mangue, seja por meio da pesca, da coleta de mariscos e caranguejos, práticas auxiliares da economia doméstica, ou seja por meio de rituais ou diversas outras atividades ligadas à esses ambientes.

Apresentação Oral em GT

Território e patrimônio em serras dos encantados

Priscila Faulhaber

O contraste entre os contextos do dos Ticuna Alto Solimões e os remanescentes da cabanagem no Baixo Amazonas que vivem na comunidade da Água Fria de Cima, no lago Grande do Curuai, Santarém (PA) leva a evidenciar as recorrências em processos de ocupação territorial da oposição e/ou complementaridade entre áreas da "beira" do rio, do lago ou da estrada e do "centro" da floresta, do "morro" , da "serra" ou da "montanha". Considero, na trilha de Fredrik Barth, a teoria antropológica como um meio de articular diferentes formas de conhecimento. Parto aqui as narrativas Ticuna em termos de assertivos sobre a cosmovisão, prescritivos sobre a maneira de seguir os ensinamentos dos heróis culturais além de performativo em seus efeitos no ritual de puberdade feminina e na organização social Quanto à comunidade da Água Fria de Cima, a própria construção das narrativas sobre a Sera do Aracuri é elaborada em termos assertivos sobre a visão de mundo que tem efeitos performativos para a construção da auto-imagem dos remanescentes de cabanos unidos a índios Mundurucus que justifica a incorporação territorial por um grupo comunitariamente organizado. O exame dos relatos registrados em interações durante pesquisa de campo permite correlacionar como o conhecimento sobre o território é elaborado em termos de uma topografia sobre sítios rituais incorporados à cosmovisão de grupos etnicamente diferenciados. Tais relatos referem-se a lugares de memória cuja significação é transmitida pelos anciãos aos mais jovens. Remete a lugares de refúgio que implicam um controle sobre o território. . Envolve a elaboração de conhecimentos que integram a estruturação de práticas cerimoniais que dizem respeito tanto às atividades de subsistência quanto à etnicidade e ao patrimônio. As narrativas sobre serras encantadas compreendem formas de conceber acidentes topográficos que se diferenciam da planície dominada pelas águas e pela vegetação de floresta. Nos relatos sobre as serras a atmosfera aparece como uma conjunção entre o céu e a terra. Enquanto o primeiro é exterior às atividades do dia a dia, a segunda é constitutiva das práticas sociais, pois é sobre ela que os humanos interferem sobre as coisas que dizem respeito à sua ocupação territorial e sua patrimonialização dos recursos ambientais, incorporando-os como parte de sua visão de mundo.

Apresentação Oral em GT

Práticas, espaços e emergência étnica dos povos indígenas no Rio Grande do Norte.

Rita de Cássia Maria Neves

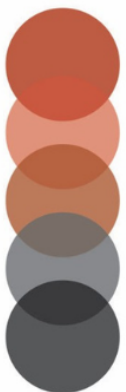
O presente work apresenta os resultados de uma pesquisa que buscou compreender o processo de emergência étnica no Rio Grande do Norte. Esse Estado foi um dos últimos do Nordeste a ter suas populações indígenas oficialmente registradas na contemporaneidade. O que percebemos foi que nesse Estado, a luta e a emergência étnica dos povos indígenas são emblemáticas e pouco registradas. Por muito tempo acreditou-se não existir mais índios no Rio Grande do Norte, em virtude dos escritos do folclorista Câmara Cascudo, nos quais afirmou que a população indígena do Rio Grande foi assimilada ao modo de vida do Brasil não índio e que, portanto, não se poderia mais falar em índios nesse Estado. No entanto, apesar dessa ideologia de “apagamento” dessa população, atualmente temos no Rio Grande do Norte, seis comunidades indígenas assistidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e mais recentemente pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), sendo elas: Potiguara Sagi-Trabanda (Município de Baía Formosa); Potiguara Eleotérios do Catu (Municípios de Canguaretama e Goianinha); Potiguara Mendonça do Amarelão (Município de João Câmara); Tapuias da Lagoa do Tapará (Municípios de Macaíba e João Câmara) Caboclos do Açú (Município de Açú) e Caboclos de Apodi (Município de Apodi). Uma população que sofre diversos problemas devido à ausência de assistência estatal em suas localidades. Tratou-se de uma pesquisa multidisciplinar que se apropria da categoria de “espaço” para identificar os processos de constituição de identidade étnica e o seu potencial de mobilização política e identitária, objetivando subsidiar intervenções e políticas públicas pautadas na sua realidade. A pesquisa que originou esse work partiu do pressuposto de que os espaços físicos constituem locus de socialização e que o olhar cuidadoso sobre ele, a partir de um instrumental teórico e metodológico diversificado, pode dar visibilidade a aspectos ainda não percebidos das relações sociais. Assim, esse work buscou, a partir de um referencial sociológico e antropológico e da concepção da realização de “cartografias sociais”, contribuir para a compreensão das questões e problemas que são vivenciadas por essas comunidades indígenas no Estado do Rio Grande do Norte. Para tanto, além de uma compreensão geral da questão no Estado, esse texto se deterá mais profundamente sobre a população indígena “Tapuias da Lagoa de Tapará”, onde realizamos entrevistas, filmamos e etnografamos o processo de emergência étnica desse povo desde o ano de 2013 até o momento atual, articulando para tanto atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Apresentação Oral em GT

Renascimento cultural amazônico: relações interétnicas e dinâmicas culturais entre os Yawanawa

Virgilio de Almeida Bomfim Neto

Os Yawanawa vivem nas cabeceiras do rio Gregório no Estado do Acre, município de Tarauacá. Os primeiros contatos com os 'brancos' aconteceram com a chegada dos caucheiros e seringueiros vindos do Peru e do Brasil, por volta de 1900. Na década seguinte estabeleceram relações pacíficas com os patrões seringalistas realizando abertura de ramais, roçados, caçando e pescando em troca das cobiçadas mercadorias do barracão. Em meados de 1970, com o declínio final do valor econômico da borracha suas terras foram vendidas pelos patrões para a empresa Paranacre. Esta explorou os indígenas que antes trabalhavam mediados pela chefia tradicional, sem interferência dos patrões, passaram a trabalhar como seringueiros para ter acesso aos recursos do barracão sendo proibidos de utilizar a terra sem autorização. Na mesma década o CPI-AC iniciava sua luta a favor dos direitos indígenas. Terri Aquino presidia a instituição enquanto mapeava terras indígenas entrou em contato com os Yawanawa. Lideranças denunciaram a empresa e, associados ao CPI e o CIMI garantiram a demarcação do território, a expulsão dos patrões e a criação de uma cooperativa. Biraci, sobrinho do cacique, foi para a cidade estudar e iniciou sua trajetória como liderança indígena junto ao CPI. A articulação com o governo, antropólogos e ONGs possibilitou a inserção no movimento indígena redirecionando as lideranças para novas possibilidades de sustento e suporte da aldeia nas necessidades que se estabeleceram após o contato. Através de Biraci foi selado na Eco-92 um acordo econômico com a AVEDA, empresa norte-americana que deu subsídio para os Yawanawa iniciarem uma plantação de urucum



dentro dos princípios ecológicos. Com o apoio governamental e os lucros da parceria iniciaram a revitalização cultural, através de escolas indígenas, documentários, livros e o etno-turismo. Desde 2001 que a aldeia Nova Esperança promove o festival Yawa, como parte integrante de um projeto denominado resgate de práticas culturais, iniciado sob a liderança do atual cacique. Na festividade os Yawanawa recebem turistas de vários países interessados em conhecer e partilhar de seus costumes tradicionais. São realizadas danças, brincadeiras e rituais representativos da cultura Yawanawa. Reconhecida essas circunstâncias estabeleço um diálogo com autores consagrados da antropologia indígena e das relações interétnicas como Manuela Carneiro da Cunha, Frederik Barth, Roberto Cardoso de Oliveira, Marshall Shalins, Beth Conklin e João Pacheco de Oliveira. Assim descrevo o renascimento cultural Yawanawa considerando as dinâmicas interétnicas e sua relação com as tradições de conhecimento, com o que se entende e significa como cultura entre nós, brasileiros cosmopolitas, e os nativos oriundos de Nova Esperança.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466446808_ARQUIVO_Renascimentoculturalamazonico-relacoesintereticasdinamicasculturaisentreosYawanawa.pdf

GT 056: Racismo no Plural nas Américas: Situando Povos Indígenas e Afro-Indígenas

O GT abre espaço para a discussão antropológica do racismo anti-indígena/afroindígena, no Brasil e nas Américas. Solicitamos trabalhos emergentes do campo da etnologia indígena, ou em diálogo com este campo, que versem sobre casos e contextos específicos e contribuam para a documentação e teorização de fenômenos identificados sob a égide de “racismo”. Quando se fala de preconceito, discriminação ou violência estrutural no que diz respeito à população negra no Brasil, o termo usual empregado é ‘racismo’; mas o mesmo não se estende para a população indígena. O GT procura explorar as razões e formas dessa distinção terminológica, e remediar uma das suas consequências: que não se tem explorado sistematicamente o racismo anti-indígena, seja na etnologia indígena, seja nos estudos sobre ‘raça’, sobretudo para o caso brasileiro. No Brasil, a população permanece indiferente e desinformada sobre os povos indígenas e se mantém passiva diante da atual crise humanitária e política que assola as pessoas classificadas como indígenas, quando seus direitos constitucionais estão sob ataque e muitos sofrem de violências diversas e abandono pelo estado. Nos discursos promovidos na mídia, na educação e nas políticas governamentais, proliferam-se imagens e narrativas sobre ‘os índios’ que sustentam a convivência da população com essa situação. Nesse contexto, torna-se imprescindível e urgente o desenvolvimento de uma discussão antropológica sobre o racismo direcionado aos povos indígenas.

Cecília Anne McCallum (UFBA) e Renato Monteiro Athias (Ufpe) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

No tempo do Beiradão: o labirinto burocrático, o buraco negro de forças vitais e os Hupd'äh na cidade como o “povo por vir”

Bruno Ribeiro Marques

O objetivo principal desta apresentação é talhar imagens etnográficas para a descrição da recente experiência dos Hupd'äh na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM, Brasil). O work de campo foi realizado entre 2012 e 2016, e, buscando elementos para a composição das imagens, lança-se mão de obras literárias (F. Kafka e J.L. Borges), filosóficas (A. Camus e Deleuze & Guattari) e antropológicas. Na medida em que os Hupd'äh

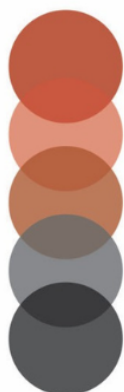
fazem da cidade mais um de seus pontos de passagem, revela-se, em traços fortes, as formas de racismo às quais estão sujeitos, entrelaçando-se em outra arquitetura burocrática, distinta da forma imperial que os missionários salesianos articularam na formação de povoados católicos a partir da década de 1970. No fluxo das exigências para o acesso aos benefícios sociais, essa outra burocracia toma ares de rizoma: o labirinto citadino, de forma capilar, estende-se à vida na floresta. Na história da colonização do Alto Rio Negro, os Hupd'äh (família linguística Maku) ocupam posição marcada na tríade amazônica que relaciona “índios selvagens”, “índios civilizados” e “civilizados”: são eles os “habitantes do fundo da floresta”, entre os quais os modos civilizacionais chegaram de forma tardia se comparados às demais etnias (famílias linguísticas Tukano oriental e Arawak). Recentemente essa população tem se deslocado de forma massiva para o núcleo urbano de São Gabriel no tempo das férias escolares, colocando sua presença para os atores políticos de forma inaudita, sendo tratada inclusive como um problema de ordem pública. Tais investidas são motivadas principalmente pela possibilidade de fazer documentos, acessar benefícios sociais e adquirir mercadorias. Na cidade as famílias instalam-se em acampamentos próximos ao porto Queiroz Galvão, em local conhecido como “Beiradão”, onde ficam sujeitas a vulnerabilidades de todo tipo (sanitária, socioeconômica, xamânica...). Para a descrição, propõe-se algumas imagens etnográficas concebidas ortogonalmente aos binômios dependência/resistência e assimilação/isolamento: o labirinto burocrático das andanças pelas instituições locais; os acampamentos do Beiradão como um buraco negro de forças vitais e dispêndios variados; e a questão se os Hupd'äh, nessa experiência, nos fornecem uma imagem possível do “povo por vir” (conceito de Danowski & Viveiros de Castro). A vida dos Hupd'äh na cidade é modulada pelas diferentes formas de racismo que se colocam: racismo institucional e ambiental nos âmbitos federal, estadual e municipal; e as clivagens contemporâneas que vertem da transformação da tradicional tríade mitopolítica que diferencia Hupd'äh / Wòhd'äh (indígenas das demais etnias) / Tëg-hód'äh (brancos), traduzida hoje em dia como os mais pobres / pobres / ricos, respectivamente.

Apresentação Oral em GT

Histórias plurais e desobediência epistêmica: processos de racialização no sertão do São Francisco e a resistência indígena como aliada à formação social do quilombo-indígena Tiririca dos Crioulos

Caroline Farias Leal Mendonça

O presente work propõe uma reflexão sobre os processos de racialização que invisibilizaram identidades plurais no sertão do São Francisco pernambucano e a insurgência destas identidades no século XXI. Apresenta uma pesquisa etnográfica com o povo indígena Pankará e o quilombo-indígena Tiririca dos Crioulos, os quais tomam por território tradicional a Serra do Arapuá, localizada no município de Carnaubeira da Penha. No final do século XIX, o território já estava todo ocupado pela elite agrária deste sertão que é beneficiada pela Lei de Terras (Lei nº 601/1850). Entre os anos de 1940 e 1960, os indígenas Pacará desencadeiam um processo de luta junto ao Estado brasileiro para terem os direitos territoriais garantidos. Não foram atendidos e desde então passam a ser vítimas de violências sequenciais, que culminou com o banimento de um dos seus principais líderes na década de 1970, e o banimento de toda a comunidade da aldeia Massapé, em 1998. O Estado brasileiro nunca tomou providências quanto a estes atos racistas e etnocidas promovidos pelos tradicionais invasores da terra indígena e quilombola. Neste mesmo período, a comunidade afro-indígena Tiririca vivenciava, de modo semelhante, inúmeros ataques ao seu território e violências racistas que produziram distinções perversas na região, negando a humanidade de seus membros, e com isto, a justificativa para o espólio territorial. O século XX é marcado pela resistência deste povo indígena e negro em permanecer no território. Para tal feito, os Pankará estabelecem uma variada rede de articulação política, de parentesco e ritual interna e com o quilombo Tiririca. A partir da análise deste processo histórico, o presente artigo aborda a insurgência política contemporânea do povo Pankará e do quilombo-indígena que aponta para a construção de um projeto societário dirigido a modos “outros” de saber,



de ser e de viver. Um projeto que visa restituir a vida e a liberdade a partir da desobediência política e epistêmica em um território até então controlado pela violência e o racismo, promovendo o enfrentamento ao processo histórico de subalternização e invisibilidade por meio da racialização imposta. Este work é resultado da tese de doutoramento que teve como principais objetivos identificar o que são os conteúdos éticos, políticos e epistêmicos do projeto societário em construção; observar como este projeto articula e mobiliza a luta pelo território e a garantia de direitos; demonstrar como as práticas cotidianas descoloniais vão dando corpo e tessitura à vida pluriétnica localizada nesse território tradicional que é a Serra do Arapuá.

Apresentação Oral em GT

Espaços Oblíquos: Política formal, discriminação e reivindicação na Autonomia do Caribe Nicaraguense.

Denia Román Solano

O Caribe Nicaraguense se caracteriza pela impossibilidade de definições raciais, sua literatura etnológica e histórica são o reflexo desta condição (**). Nesse sentido, o escasso controle colonial, assim como o relativo isolamento e domínio indígena do território até aproximadamente meados do século XIX, gerou uma forma particular de delimitar grupos, línguas e identificações étnicas. Ameríndios, africanos e configurações coletivas que estes construíram foram, e continuam sendo, categorias inéditas no contexto Centro-americano, que desafiam os parâmetros acadêmicos, bem como os espaços políticos de reivindicação perante a lógica do estado nação. A comunidade indígena ulwa de Karawala é um exemplo claro desta condição, constituída há cem anos por grupos familiares de origem diversas: Mayangnas (especialmente Ulwas, mas também Panamahkas e Tawahkas), Miskitos, e afrodescendentes, hoje procuram consolidar um lugar legítimo no horizonte da política multicultural. Este work procura analisar, a partir de uma visão etnográfica, os etnônimos, as categorias étnicas e as hierarquias que os indígenas, os intelectuais e o Estado têm construído. Classificações que, a nível regional e nacional, articulam práticas discriminatórias ocultas na estrutura formal da autonomia regional, estabelecida na Nicarágua a mais de duas décadas. Refletindo-se, dessa maneira, sob as formas contemporâneas do micro poder do racismo que violenta e impõe a integração através da aparente política da diversidade cultural. A emblemática autonomia produto de um dos movimentos indígenas mais importantes das Terras Baixas da América Central do século XX evidencia hoje sua ambiguidade, inoperância e omissão ----- (**). Basta olhar os títulos dos diferentes artigos escritos sobre a região, para se ter uma ideia dessa impossibilidade: “Negro or Indian? The changing identity of a frontier population”, de M. Helms (1977); “Were the Miskito indians black?”, de M. Olien (1988); “Alamikangban: ¿Identidad o Fisionomía?”, de G. Gurdíán, (2000); “Miskitu or Creole? Ethnic Identity and the Moral Economy in a Nicaraguan Miskitu Village”, de M. Jameison (2003); “‘Zambos Mosquitoes’ and ‘pure Indians’: the history of ethnic definitions on the Atlantic coast of Nicaragua”, de Von Oertzen (citado em M. Jamieson, 2003); “¿Sumos, Mayangnas, Tuahkas, Panamahka, Ulwas? Lengua e Identidad Étnica”, de E. Benedicto e K. Hale (2004).

Apresentação Oral em GT

Filiações substanciais: revisitando alteridades substanciais

Edwin B. Reesink

A questão “racial” dos “índios” certamente é um aspecto que assumiu formas mais claras no passado, mas tem sido visto com muita atenção na antropologia mais atual. Utilizamos mais o conceito de etnia e evitamos o conceito rejeitado de “raça”. E hoje enfatizamos muito mais etnicização e racialização para realçar o caráter da sociocriação permanente da realidade sociocultural. No entanto, “raça” enquanto conceito nativo permanece na constalação dos conceitos e estereótipos do senso comum brasileiro e, algo muito pouco



observado, nos conceitos nativos de povos indígenas como os do Nordeste. Se na Amazônia a antropologia do corpo foi uma das vias de renovação teórica desde o anos 70, no Nordeste ainda há pouco atenção a esse possível ponto de encontro teórico-metodológico. Enquanto conceito nativo “raça” engloba mais aspectos do que somente a existência hierárquica de três “raças” formadoras, chegando a constituir importantes questões de sangue. Alteridades substanciais envolvem questões de herança de substancias corporais que transmitem certas qualidades como um vetor sociomoral. Retomo essa problemática a partir ao revisitar o caso de Massacará nos anos 70, algumas observações mais gerais do Nordeste e um caso de “mistura” de famílias negras e índias, para, desse modo, compreender algo dessa lógica de múltiplas identificações via filiações substanciais.

Apresentação Oral em GT

O caso dos Avá-Canoeiro do Araguaia: racismo como naturalização do humano

Patrícia de Mendonça Rodrigues, Patrícia de Mendonça Rodrigues

O work em questão propõe descrever minimamente o caso dos Avá-Canoeiro do Araguaia, cuja história e situação atual permaneceram invisíveis até recentemente, quando foram destacadas no relatório da Comissão Nacional da Verdade. Conhecidos na literatura histórica como o grupo que mais resistiu ao colonizador no Brasil Central, recusando-se terminantemente a estabelecer o contato pacífico, os *Áwa*, como se autodenominam, foram caçados como animais selvagens pelos moradores do médio Araguaia no século 20, quando chegaram à beira da extinção. Após se refugiarem em uma grande fazenda da região, os sobreviventes de décadas de massacres foram capturados por uma violenta Frente de Atração da FUNAI em 1973. Três anos depois, após um período de abusos físicos e emocionais diversos, dos quais têm grande resistência em recordar, foram transferidos sumariamente pelo órgão indigenista para uma aldeia dos Javaé, seus adversários históricos. Os Javaé eram em número muito maior e receberam os *Kyrysa*, termo pejorativo com o qual denominam os *Áwa*, como cativos de guerra, embora a derrota, após séculos de resistência, tenha sido uma imposição autoritária do órgão indigenista. Na aldeia de seus antigos inimigos, onde vivem até hoje, foram abandonados pelo Estado e relegados a uma condição de extrema subalternidade, vivenciando diversos tipos de restrições, violências e marginalização. Os sobreviventes da tentativa continuada de genocídio, também conhecidos como “Cara Preta” na região, foram vítimas de variadas formas de racismo por parte dos moradores e fazendeiros regionais, do Estado, da imprensa e da academia. O racismo, enquanto desqualificação da sua condição plenamente humana, tomou a forma de um discurso depreciativo naturalizante e animalizante, em que os índios foram insistentemente descritos como bárbaros, selvagens e ferozes nos séculos 18 e 19, ou, mais recentemente, como praticantes de incesto, comedores de morcegos e ratos, instintivos, moradores de grutas e arredios, entre vários outros termos. O modo como a “atração” dos Avá-Canoeiro do Araguaia foi conduzida remete a uma perfeita caçada de animais selvagens, em que as presas foram capturadas, amarradas, aprisionadas, expostas ao público curioso, como em um zoológico, e finalmente transferidas para outro lugar. Posteriormente, elas foram vigiadas por guardas e submetidas a um processo de domesticação ou “amansamento”. Por fim, os Avá-Canoeiro foram submetidos pelo Estado a experimentos de “reprodução assistida”, em que indigenistas e pesquisadores tentaram reproduzir fisicamente o grupo a partir de critérios biológicos e racistas estranhos à vontade dos próprios Avá-Canoeiro.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466445077_ARQUIVO_Ava-CanoeirodoAraguaia-GTracismo.pdf

Apresentação Oral em GT

A Guarda Rural Indígena entre os Maxakali: questões sobre as perspectivas tikmu'un e as perspectivas dos agentes do poder tutelar



Paula Berbert Ferreira Albino

O advento Guarda Rural Indígena (GRIN) – destacamento da Polícia Militar de Minas Gerais, fundado em 1969, composto por 97 índios de origens diversas – nos remete à história do esbulho das terras tradicionais dos Tikmu'un, conhecido pelo etnônimo Maxakali. Depois de mais de dois séculos de conflitos intensos com membros da sociedade nacional, os Maxakali tiveram suas terras finalmente demarcadas pelo SPI em 1940, momento em que sua população se via reduzida a menos de uma centena de indivíduos, o que não impediu que permanecessem falando sua língua (Maxakali, do tronco Macro-Jê) e mantivessem vivos sua organização social e seu complexo mítico-sonoro. A área demarcada, contudo, não incluiu a totalidade da área ocupada pelas aldeias da região, deixando a terra indígena dividida por um corredor de fazendas de mais de 12 km, o que fez surgir novos conflitos entre os índios e os invasores de seu território tradicional. Diante da dificuldade em resolver a contento os conflitos que aconteciam ali e em outras regiões do estado, em 1965, o SPI e o governo de Minas Gerais firmaram um convênio, posteriormente mantido pela FUNAI, para otimizar a gerência de seus postos indígenas. Para tanto criaram a Ajudância Minas-Bahia e nomearam o então capitão da PMMG, Manoel dos Santos Pinheiro, para a sua administração. Depois de instalar patrulhas policiais dentro da terra maxakali e perceber que a “pacificação” da área seria mais eficiente se a vigilância fosse conformada a partir de elementos recrutados entre os próprios índios, o Capitão Pinheiro recomendou à presidência da FUNAI que estendesse a experiência com os Tikmu'un, conformando uma guarda indígena de caráter nacional, com dedicação exclusiva ao work policial, custeado pela FUNAI e treinado pela Polícia Militar de Minas Gerais. O objetivo desta comunicação é apresentar os resultados parciais de minha pesquisa em andamento que, em linhas gerais, pretende compreender o ponto de vista maxakali sobre a história da GRIN, explorando a polissemia deste evento histórico que confronta as perspectivas tikmu'un, de um lado, às perspectivas dos agentes do poder tutelar, de outro. Buscarei compartilhar as primeiras reflexões feitas a partir de uma breve incursão em campo, da revisão da bibliografia etnográfica, e, particularmente, da análise de documentos do SPI, FUNAI e PMMG e de reportagens da época. A apreciação inicial destas fontes documentais revela que a história da Guarda expressa de maneira sui generis o conteúdo assimilacionista (racista?) dos discursos e práticas do Estado brasileiro, em que a indigenidade era vista como uma qualidade transitória dos povos originários passível de superação a partir da inserção em atividades produtivas e da adesão aos ideais nacionalistas propagandeados pelo Regime Militar.

Apresentação Oral em GT

Os Tikmũ'ũn e as cidades: esboço etnográfico de um caso de racismo

Rodrigo Barbosa Ribeiro

O povo Tikmũ'ũn, cujo etnônimo reconhecido pelo Estado brasileiro é Maxakali, fala uma língua pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê e vive na indígena (T.I.) Maxakali e nas Reservas Indígenas (R.I.) de Aldeia Verde e de Cachoeirinha, dispondo de um território total de 6433,91 hectares. A maior parte da Mata Atlântica nativa foi derrubada ainda no início do século XX e em virtude dessa situação ambiental as atividades econômicas autóctones – como a caça, a pesca e a agricultura – não permitem o sustento de sua população de pouco mais de 1500 pessoas (dados da FUNASA de 2010). Por conta disso, o acesso às cidades não é algo episódico na vida deste povo, mas é uma condição constante para ter acesso ao dinheiro – pela a venda de víveres que eles produzem –, ou mesmo para que as múltiplas fontes de renda existentes (aposentadorias, bolsa família, work em órgãos indigenistas, etc.) possam permitir o acesso às mercadorias, indispensáveis para a subsistência desse povo. Ao menos uma vez por semana eles acorrem aos núcleos urbanos mais próximos para participar da feira. Nestas incursões às cidades eles adquirem víveres alimentícios (arroz, feijão, carne, etc.), os bens necessários para a vida doméstica (facas, garfos, utensílios de plástico e de metal, pilhas, panelas e vasilhas em geral, etc.) e procuram desfrutar do passeio oferecido pela feira, em decorrência da afluência das pessoas neste ambiente informal. São nessas ocasiões que os

Tikmũ'ũn sofrem de modo mais intenso com o racismo, pela ação dos representantes da sociedade colonial que vivem próximos a eles. São objeto de vários tipos de atitudes discriminatórias: desde olhares enviesados e comentários depreciativos – muitas vezes feitos em tom jocoso –, até a proibição em ingressar em determinados ambientes, havendo casos de agressão física direta contra os indígenas – muitas vezes vinculado ao tráfico ilegal de bebidas alcoólicas. Uma marca dessas atitudes é o tom de normalidade que as pessoas adotam ao realizar estes gestos, embora esse tipo de conduta discriminatória com base na etnia seja um crime previsto no código penal brasileiro desde o ano de 1989 (lei 7716/89). Em outras palavras, os membros da sociedade colonial sequer reconhecem a existência dessa conduta discriminatória e não há nenhum tipo de vigilância sistemática visando combater essas práticas. Assim, tudo se passa como se o racismo dirigido aos Tikmũ'ũn não exista. Tendo isso em vista, o presente work procura refletir sobre as formas de perpetuação do racismo dirigido contra o povo Tikmũ'ũn, em especial a absoluta invisibilidade dos membros desse povo perante os colonizadores – pois, até mesmo quando se busca discutir os problemas que os afligem, as vezes deles são francamente ignoradas.

Trabalho completo:

[https://www.abant.org.br/files/1467341652_ARQUIVO Os Tikmuun e as cidades -
Rodrigo B. Ribeiro.pdf](https://www.abant.org.br/files/1467341652_ARQUIVO%20Os%20Tikmuun%20e%20as%20cidades%20-%20Rodrigo%20B.%20Ribeiro.pdf)

Apresentação Oral em GT

Os Povos Pipipã e a luta pelo reconhecimento

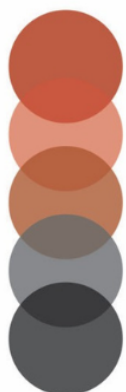
Valmir dos Santos Batalha

Este pretende contribuir para uma reflexão do povo Pipipã que foi aldeado no Sítio Jacaré no sertão de Pernambuco pelo missionário capuchinho frei Vital Frescarolo. O Povo Pipipã foi reconhecida pela FUNAI em 2003, mas mesmo com esse reconhecimento, quase nada mudou na vida de tantos homens, mulheres e crianças que, embrenhados na caatinga do sertão nordestino, são “ignorados” por aqueles que deveriam protegê-los e pela sociedade. Neste contexto, apresentamos a luta pela demarcação das terras tradicionais pertencentes a essa nação castigada, não só pelo tempo, mas pelas políticas sociais e o racismo. A nação Pipipã é essencialmente cultural e religiosa na execução dos seus ritmos e ritos (Aricuri, mesa, Jurema), desde os rituais de cura ao Toré: dança executada em qualquer tempo no Terreiro ou em um salão de cura. Nesta sincronia, o grupo luta não só pelo direito à terra como também por políticas públicas e reconhecimento pela sociedade.

Trabalho completo: [https://www.abant.org.br/files/1465074783_ARQUIVO PipipaUFPB1\(3\).pdf](https://www.abant.org.br/files/1465074783_ARQUIVO%20PipipaUFPB1(3).pdf)

GT 057: Religiões afro-brasileiras: dos quadros sinópticos às matrizes transformacionais

Se é verdade que as religiões de matriz africana – contínua e criativamente reelaboradas em solo nacional – sempre constituíram tema de investigação privilegiado, o acúmulo de trabalhos com bases etnográficas e conceituais contemporâneas permite hoje retomar, num novo sentido, a proposta de Roger Bastide de elaborar para elas um quadro sinóptico. Nesse sentido, o objetivo do GT é colocar em comunicação casos empíricos estudados em diferentes partes do país para vislumbrar conexões transversais entre eles a partir de uma perspectiva transformacional, com base nos temas que conferem até às mais singulares entre estas religiões um ‘ar de familiaridade’, como diz o povo de santo. Serão privilegiadas apresentações que, apoiadas em pesquisas etnográficas, empreendam uma reflexão sobre os modos pelos quais estas religiões instauram seres e encaminham suas trajetórias, as formas pelas quais lidam com diferenças e cultivam conexões (entre os seres;



entre linhas, lados ou nações; ou ainda entre terreiros e outros coletivos) e os ímpetus centrípetos e centrífugos que marcam suas relações com as “exterioridades”. Entre os temas específicos a partir dos quais essas questões podem ser abordadas destacamos: as relações entre os mundos natural e sobrenatural; os sistemas de forças e suas modulações; as texturas ontológicas dos seres; os princípios do dom, da iniciação e da participação; as éticas, estéticas e políticas dos terreiros; as histórias e as geografias traçadas pelas religiões.

Gabriel Banaggia de Souza (Museu Nacional) e Miriam Cristina Marcilio Rabelo (Universidade Federal da Bahia) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

Candomblés de Belmonte: linhas e doutrinas

Bianca Arruda Soares

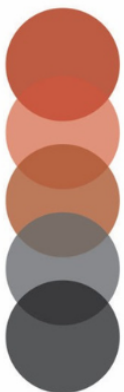
A presente comunicação parte da apresentação das linhas, também chamadas doutrinas, com as quais se trabalha nos candomblés de Belmonte, cidade localizada no sul do estado da Bahia: a linha da umbanda e a linha do candomblé, que se ramificam em outras linhas, como a linha espiritual, a linha da magia, a linha da angola e a linha do ketu. A partir dessas linhas, procedo a uma descrição do funcionamento dos candomblés de seu Raimundo das Flores, de dona Rita Camuinganga e de dona Otília. O objetivo é jogar luz aos conhecimentos e os procedimentos que eles mobilizam para fazer candomblé, os encontros e os rumos que seguiram para conduzir suas casas de santo. Cada um deles ingressou de modo particular na religião e cada um deles realiza o candomblé em sua casa conforme os preceitos aprendidos ao longo da vida: herdados, transmitidos por meio de sonhos, transmitidos por seus mensageiros e aprendidos com outras pessoas, entrecruzando as linhas mencionadas acima. A reflexão se apóia na pesquisa etnográfica realizada entre os meses de setembro de 2010 a agosto de 2011, na cidade de Belmonte, que resultou na tese de doutorado “Os Candomblés de Belmonte: variação e convenção no sul da Bahia” defendida em 2014 no PPGAS/MN sob orientação do professor Marcio Goldman.

Apresentação Oral em GT

“Encantados que brincam muito além dos muros do terreiro”: Fluxos e narrativas entre o Tambor de Mina e o Tambor de Crioula no Maranhão.

Calliandra Sousa Ramos

O Tambor de Mina, religião afro-brasileira presente no Estado do Maranhão tem sido vinculada a inúmeras manifestações culturais populares tais como a Festa do Divino Espírito Santo, o Bumba-meu-boi e o Tambor de Crioula. Nesse sentido, a presença de encantados, termo utilizado nos terreiros de mina que se refere a uma categoria de seres espirituais presentes neste culto, em festas e eventos fora do âmbito religioso das casas de culto é mais do que comum, no sentido de que essas entidades constantemente se vinculam a estes eventos demonstrando outras formas do fazer ritual da religiosidade afro-maranhense para além dos espaços sagrados já estabelecidos, circulando por entre outros lugares, criando novas nuances e relações dentro do culto religioso, determinando uma forma de ser muito própria das religiões afro-brasileiras que envolve os espaços públicos. Dentre essas relações travadas entre a religiosidade do Tambor de Mina, suas afetividades e trocas criadas em espaços diversos, destaca-se aqui a proximidade e relação com grupos de Tambor de Crioula, muitos desses oriundos das vizinhanças dos terreiros ou ligados a estes em maior ou menor grau. Partindo das narrativas de brincantes e encantados em suas experiências difusas, sobretudo em rodas de Tambor de Crioula, assim como a observação de rituais e eventos religiosos em múltiplos espaços, o presente work se propõe um ensaio etnográfico que reflete sobre possíveis novas dinâmicas do Tambor de Mina na



cidade de São Luís em um contexto mais amplo que o espaço delimitado do terreiro, dando visibilidade às trocas e movimentos criativos existentes em outros espaços contidos na cidade, sobretudo aqueles dedicados à Punga (Tambor de Crioula). Com base nesta perspectiva, este work pretende compreender a relação destes fenômenos no cotidiano de brincantes, filhos-de-santo e encantados compreendendo as maneiras de ressignificação de seus símbolos e expressões através desse fortalecimento de laços religiosos e sociais, destacando o encontro de duas esferas simbólicas que se entrecruzam e se articulam diante de novas demandas.

Apresentação Oral em GT

Almas, espíritos e caboclos em Andaraí, Bahia

Carolina Souza Pedreira

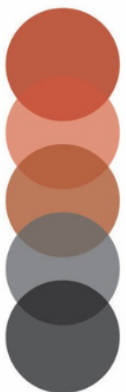
Em Andaraí, cidade situada na região da Chapada Diamantina, Bahia, almas, caboclos e espíritos não se referem a seres sobrenaturais, mas a entidades dotadas de capacidades intencionais e agenciadoras compartilhadas com os humanos. Elas estão vinculadas tanto ao cotidiano das pessoas como a seus corpos, seus pensamentos e ao seu modo de viver; ao passo em que habitam realidades mais imbricadas que paralelas, de onde, com maior ou menor facilidade, podem se ausentar. As modalidades de existência desta tríade – a transformação de uma potência que surge com a morte física em almas ou espíritos ou caboclos – são marcadas pela abstenção ou pelo comparecimento a um “tribunal divino” no pós-morte onde suas trajetórias sobre a Terra serão julgadas. A partir de uma etnografia sobre a devoção às almas e sobre o jarê, religião de matriz africana da Chapada Diamantina, este work apresenta conexões entre os espíritos dos mortos e uma classe de caboclos, os “escravos”, espíritos responsáveis pela execução de feitiços e works. O destino dos espíritos após a morte será tratado a partir de leituras sobre a jornada das almas, a reencarnação e sobre a “sombra de morto”, aflição espiritual advinda de uma ligação doentia de um vivo a um morto ou, ainda, do morto com a Terra; e um dos motivos mais comuns de busca por tratamento nos terreiros de jarê. Acompanhando o cotidiano e as histórias de vida de alguns habitantes de Andaraí, será possível observar as zonas de diferenciação entre estes espíritos e os escravos, calcadas na habilidade de se aliar aos vivos e na vinculação à noção de pessoa corrente na região.

Apresentação Oral em GT

Algumas considerações sobre a ordem e a desordem nas religiões de matriz africana no Brasil

Clara Mariani Flaksman

O objetivo desta comunicação é apresentar uma reflexão sobre o tema da ordem (e da desordem) nas religiões de matriz africana no Brasil. O evento que desencadeou esta reflexão deu-se durante um jogo de búzios, assistido pela etnógrafa: o pai de santo, assim que jogou os búzios, apresentou seu veredito ao consulente: "A sua vida está desorganizada". Questionado sobre o que deveria ser feito, ele então continuou: "Temos que colocar o trem de volta nos trilhos, botar a vida em movimento. A inércia leva ao caos." Com base nesta fala e em outras presenciadas durante pesquisa de campo feita em Salvador, pretende-se elaborar o tema da dualidade ordem/desordem nas religiões de matriz africana no Brasil. Busca-se, com isso, mostrar que essa distinção apresenta um rendimento melhor, no universo destas religiões (especificamente no candomblé baiano, lugar de minha pesquisa de campo), do que a dualidade bem/mal, já explorada de diversas maneiras nos estudos sobre o tema. Esse modelo de oposição permite realçar algumas características destas religiões, notadamente a tendência dita "natural" à desordem e os diversos modos de restauração de sua ordem. A ideia central da comunicação é que, na cosmologia das religiões de matriz africana no Brasil, o mundo é fundamentalmente instável, devendo, portanto, ser constantemente estabilizado – para logo depois se desestabilizar novamente. Trata-se de um sistema dinâmico de equilíbrio (e desequilíbrio) destas forças



naturalmente entrópicas, que tem o sacrifício como um fator fundamental de restituição da ordem. Da mesma maneira que organiza-se o mundo, ordena-se a pessoa: "Agora a gente tem que fazer uns ajustes na cabeça dela, para ficar mais arrumada", nas palavras do pai de santo. Ou, nas palavras de uma mãe de santo: "O universo tende ao caos. Só com muito ebó que a gente consegue que ele fique assim, arrumadinho."

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467328118_ARQUIVO_ClaraFlaksman.pdf

Apresentação Oral em GT

Relações de gênero e orientação sexual em terreiros afro-religiosos no contexto transnacional

Daniel Francisco de Bem

As religiões afro-brasileiras, desde a época colonial, se organizaram em processos assimilacionistas de saberes, técnicas e pessoas incorporados em uma estrutura ritual e mitológica de matriz africana cujo o cerne, a filosofia nativa, é o de um universo cheio de potências que regem domínios específicos do mundo social e natural e com os quais estabelecemos relações de alianças, parentesco, de reciprocidade, de produção de corpos e de produção, circulação e destruição de axés. A cosmopolítica dessas religiões é inclusiva e relacional, sendo o sistema de iniciação afro-religioso aberto para qualquer um que aceite as regras, rotinas e práticas para a formalização e manutenção da aliança espiritual com suas entidades. Ainda no continente africano e, talvez, nos primeiros dias em solo americano, havia uma fronteira étnica que permitia apenas a poucos a formalização de sua aliança com certa divindade, mas no contexto de fragmentação das comunidades étnicas e linguísticas africanas durante a diáspora escravocrata, os africanos transladados e os negros seus descendentes se obrigaram a incorporar pessoas, divindades, objetos e saberes de outros povos para continuar existindo e resistindo. Por aí podemos imaginar como se introduziu o diálogo com a fitoterapia e entidades indígenas, a incorporação dos primeiros africanos de outras etnias (em cultos que não eram só bantos ou só iorubás), a entrada dos primeiros mestiços, das primeiras pessoas brancas. Dessa perspectiva trans-étnica é que se permitiu que as religiões afro-brasileiras adquirissem contornos universalistas e pudessem se difundir para além dos seguimentos negros no Brasil e inclusive para além das fronteiras nacionais, chegando a partir da década de 1930 também na Argentina e no Uruguai. Quase um século depois temos a presença das religiões de matriz afro-brasileira em diversos países da América e da Europa com membros de diversas etnias, classes sociais, gêneros e orientações sexuais. Este texto debruçasse sobre a experiência afro-religiosa transnacional com foco nas relações entre entidades e adeptos e entre os adeptos entre si no que tange as identidades de gênero, as orientações sexuais e as suas relações com os valores morais religiosos, nacionais e de classe. A pesquisa etnográfica que subsidia essa reflexão foi realizada em terreiros de batuque, umbanda e quimbanda em Porto Alegre, Buenos Aires, Montevidéu e cidades fronteiriças entre esses países entre 2005 e 2010, nos quais pude acompanhar os dramas sociais relacionados com o gênero e a sexualidade em comunidades religiosas que vivem a contradição entre a norma religiosa, de base inclusiva (e até positivadora) da homossexualidade e a norma da cultura social patriarcal latina, bastante preconceituosa.

Apresentação Oral em GT

Ifá e candomblé: desafios, conflitos, contribuições e ajustes

Daniela Calvo

Contrariamente ao que aconteceu em Cuba, o oráculo de Ifá não teve continuidade no Brasil, podendo encontrar na literatura poucas testemunhas da presença de babalaôs, concentrando-se entre o final do século XIX e o começo do século XX, período caracterizado pela conexão transoceânica entre o Brasil e a África. A partir da década de 1970, a chegada de nigerianos e cubanos reintroduziu o oráculo de Ifá e despertou



interesse sobretudo entre a componente rica e intelectualizada do candomblé, acompanhando os processos de transnacionalização e reafricanização das religiões afro-brasileiras. Isso levou a discussões, disputas de poder e em torno da transmissão do conhecimento sagrado, conflitos entre lideranças religiosas e ajustes no ritual e nas hierarquias dos terreiros. Analiso como este processo se instaurou e evoluiu a partir de um caso etnográfico: o Aşe Idasile Ode do babalorixá e babalaô Marcelo Monteiro, de nação ketu, situado em Olaria, na cidade de Rio de Janeiro, que continuo frequentando desde 2011 de forma intensa, participando de festas, rituais, cursos e reuniões políticas. Este caso é significativo por várias razões: Pai Marcelo conhece e frequenta vários terreiros de candomblé no Rio de Janeiro e no território nacional, fundou a ong CETRAB (Centro de Tradições Afro-Brasileiras) e o PPLE (Partido pela Liberdade de Expressão); então o terreiro tornou-se sede de conferências políticas e cursos sobre diferentes temas sagrados, de projetos de saúde, combate à intolerância religiosa, ao racismo e à fome. A partir do caso estudado, analiso os elementos e as mudanças no ritual, na cosmologia e nas relações ligadas à tradição africanista e ao culto de Ifá (como os assentos de Iyá Mí Osorongá, Aje Salunga e Orumilá), as discussões sobre a transmissão e difusão de conhecimento sagrado, os tencionamentos causados pelo culto de Ifá e as problemáticas de gênero que leva à tona. A análise do Aşe Idasile Ode mostra uma possibilidade de ajuste e renovação do candomblé através do culto de Ifá e do diálogo com a Nigéria e os países da diáspora africana. Mostra assim como as religiões afro-brasileiras têm uma grande capacidade de sobrevivência e continuam se transformando e mantendo uma grande diversidade no seu interior. Estas mudanças podem ser interpretadas como (utilizando as palavras de Goldman) “realização empírica de uma das virtualidades contidas no candomblé - que corresponde ao seu aspecto ritualístico já predominante”. Segundo Bastide, na maior parte dos casos, as transformações não são arbitrarias, mas consistem na “atualização de alternativas já presentes nas religiões africanas”. Práticas, conhecimentos e objetos são transposições de histórias pessoais e coletivas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466470110_ARQUIVO_artigo_aba_enviar.pdf

Apresentação Oral em GT

As composições de irmandades e doutrinas espíritas no Vale do Itapemirim

Diogo Bonadiman Goltara

A Região do Vale do Itapemirim, no sul do Espírito Santo, é povoada por inúmeras comunidades remanescentes de quilombos conectadas entre si por meio de uma força invisível que atua em diferentes escalas, seja interpessoal, intercomunitária, entre pessoas e espíritos e entre comunidades e santos padroeiros: a “corrente espiritual”. Em tais comunidades, as irmandades de santo zelam pelas instáveis e inevitáveis relações entre vivos e espíritos, sobretudo caboclos e pretos velhos, que, por meio da corrente, circulam por toda a região, mas concentram-se nas casas de oração, espaços em que o fluxo espiritual pode ser contido em ressonância com uma orientação doutrinária particular. Implicadas em um meandro de reciprocidades, as irmandades elaboram parcerias visando realizar oferendas aos santos padroeiros de cada comunidade, tendo como princípio norteador o acúmulo de irmandades visitantes para as ofertas aos padroeiros. Entre todos os tipos de deslocamentos resultantes de tais parcerias, os que guardam maior solenidade são as visitas rituais que visam o deslocamento de uma irmandade de sua casa de oração para aquela que patrocina a oferenda ao santo padroeiro. Tais deslocamentos são denominados jornadas e seus componentes, jornaleiras e jornaleiros. Quando uma irmandade jornala para a oferenda de outra, cria-se o imperativo da retribuição, de modo que a casa ora visitada se vê em débito, que deve ser pago igualmente por uma visita. Assim, uma jornada nunca é um evento que se encerra em si mesmo, mas o desenvolvimento de visitas anteriores e a criação de outras que estão por vir, de modo que uma oferenda se confunde com um encontro de irmandades oriundas de diversos pontos da região, próximos ou distantes. Nesse sentido, as oferendas aos santos ritualizam as alianças entre as irmandades e, dessa forma, atualizam as conexões da corrente espiritual. A despeito de tais alianças, as irmandades implicadas nesse circuito distribuem-se entre orientações doutrinárias – “ritmos” ou





“linhas” – que se opõem em diversos níveis: A “corrente africana”, que é inspirada pela linha umbandista e a “corrente esotérica”, no geral filiadas ao Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento. De todo modo, cada casa de oração compõe um ritmo particular, tributário das biografias de irmãs e irmãos, que ao longo de suas “vidas de santo”, passam por diferentes irmandades e, assim, por diferentes ritmos. A proposta deste work é abordar as conexões disjuntivas entre tais coletivos, partindo das alianças e dos enredos rituais necessários à constituição das parcerias, em especial a troca de bandeiras entre irmandades na ocasião de chegada de uma jornada, para destacar as dinâmicas de diferenciação significativas entre elas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467338510_ARQUIVO_DiogoGoltara_workRBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Uma noite festiva para Mestre Didi no Orum

Fábio Batista Lima

Me proponho a um relato etnográfico da festa para um morto no candomblé, no qual se entrelaçam cenas do ritual carregado de simbolismo e sentimentos vividos em torno da temática da morte. O foco central são as emoções compartilhadas evocadas pelos ritos os fúnebres no candomblé aos seus participantes. A descrição se dá no funeral de uma prestigiosa liderança religiosa dos candomblés tradicionais baianos, ligado ao culto dos ancestrais, o Mestre Didi, filho da venerável Mãe Senhora do Axé Opô Afonjá. O evento funerário no candomblé tem a designação de Axexê – cerimônia na qual o “corpo ausente” se faz presente, através de meios simbólicos conhecidos e manipulados nos terreiros. O evento do Axexê de Mestre Didi teve grande repercussão entre os adeptos do candomblé. Foi um ato performativo e cuja finalidade, além de desfazer os vínculos com o mundo dos vivos, foi também o da última homenagem ao falecido, assim como também reverenciar os demais ancestrais da família de santo, que foram convocados a participarem do ritual, conclamando também a presença de outros mortos ilustres das comunidade dos candomblés (muitas vezes tendo seus nomes mencionados). No evento se realizou um resgate ao passado, enquanto que se produziu uma exaltação da afetividade entre os enlutados e os convidados, tanto os da família-de-santo, como os de outras casas de santo, criando assim uma “conspiração de conforto”. No ritual houve uma hiperenfatização das sensibilidades, por parte dos enlutados, reforçada pela socialização da dor, como no resgate da memória dessa liderança, ressaltando seus grandes feitos e proezas. Feitos esses ocorridos ou imagens fantasiosas, que iam, paulatinamente, produzindo uma “conspiração de conforto” na dor da perda de Mestre Didi, ao passo que se dava uma reconstituição do passado, no entusiasmo que eram evocadas as canções e delineavam novos caminhos para interpretar a dissolução do corpo do Mestre Didi e da saudade. Se por um lado, o Axexê é o espaço da socialização da comoção, da tristeza e da dor para os vivos, por outro lado tende a transformar as experiências da dor em alívio, pelas imagens e metáforas míticas tecidas no evento comemorativo da passagem da vida para a morte, do Aiyé ao Orum, através das canções e dos engajamentos corporais. Em determinados momentos, o espaço ritual é tomado, contaminado por uma alegria festiva, com vozes altas, empolgação na dança, o convencimento na audiência do melhor desempenho da dança, na fofoca sobre alguém que não dança bem ou que pronunciou as cantigas erradas e saiu do tom melódico. Oportunidade também para os ogãs mais novos demonstrarem publicamente seus conhecimentos e firmarem suas reputações como conhecedores das cantigas de “fundamento”. Culminando os batuques com grandes banquetes.

Apresentação Oral em GT

Tempo da Roupas Nova: Beleza e Poder no Terecô de Bacabal(MA)

Fladney Francisco da Silva Freire

As noites de festejos são muito importantes para os grupos religiosos praticantes do Terecô, manifestação religiosa afro-brasileira desenvolvida sobretudo nas regiões centrais do Maranhão. Nessas ocasiões, cantos e louvações são entoados aos santos e orixás, vestimentas e indumentárias são cuidadosamente elaboradas pelos sujeitos e grupos para reverenciar o mundo dos caboclos e dos orixás, Léguas, princesas, exus e tantas outras expressões da vida espiritual que acabam fazendo parte do mundo dos homens, mulheres e crianças que, mais que lhes acolher, a eles se conectam, conformando, como que, uma só realidade, um enredo de fé e devoção, de reverência e ousadia, de festa e cura, de introspecção e extroversão, enfim, um mundo no qual o humano é encantado e o encantado é humano. É este universo, que é ao mesmo tempo religioso e festivo, social, político, econômico, estético e de relações de parentesco, que este work pretende focar. Trata-se de um mundo vasto e múltiplo, como variados são os terreiros onde os festejos se realizam e roupas de rituais são utilizadas. Através da observação participante, levantamento bibliográfico, entrevistas semiestruturadas este work enfoca, de modo particular, o complexo processo de escolha e produção da indumentária utilizada pelos brincantes nos espaços e tempos dos rituais e festas, trata-se, assim, buscar refletir sobre representações e práticas constituintes daquilo que os brincantes denominam de farda nova; ao mesmo tempo que se conecta diretamente a intercâmbios intensificados durante o tempo ritualístico-festivo e que envolvem sujeitos pertencentes a vários terreiros da região, que se visitam mutuamente. Assim, tenho acompanhado o Terreiro de São Raimundo Nonato, do Pai Francisco de Folha Seca e de Angela de Oxum, ambos meus pais biológicos. O terreiro se situa na zona urbana da cidade de Bacabal(MA), Com 23 anos de funcionamento e 32 brincantes oriundos em sua maioria do município de Bacabal(MA), no terreiro se realizam seis festejos no ano, destinados a santos e entidades distintas. O dia do traje novo para o santo é marcado também pela participação dos membros dos outros terreiros, curiosos em observar na grande festa as novas vestes. Assim, pode-se afirmar que o universo da indumentária, das vestes e roupas produzidas para os santos constitui um elemento privilegiado para entender os processos e dinâmicas da casa e seus fluxos ligados ao sagrado. A ênfase desse estudo recai sobre as relações entre estética e poder, sobre a economia moral que se pode observar durante os festejos e rituais, no qual se torna cada vez mais relevante o dia da chamada farda nova ou roupa nova, quando o belo, o correto e o bom são acionadas na ritualística do terreiro.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1465088710_ARQUIVO_artigodaRba.pdf

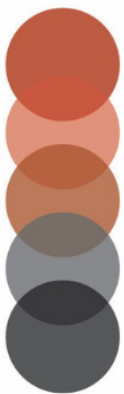
Apresentação Oral em GT

Ciranda dos Orixás: as experiências religiosas de crianças em terreiros do Recife/PE.

Ligia Barros Gama

A presença de meninas e meninos nas religiões pernambucanas de matriz africana e ameríndia vem sendo pontuada por pesquisadores desde os estudos desenvolvidos pelo Serviço de Higiene Mental de Pernambuco (Fernandes, 1937; Ribeiro, 1952). Todavia, works tomando as “crianças de santo” como foco de análise ainda são escassos. Por meio de minha vivência nos terreiros, tanto como pesquisadora como enquanto filha de santo, percebi as crianças como agentes religiosos e, por esta razão, a presente pesquisa, ainda em andamento, tem o intuito de compreender suas experiências religiosas em terreiros de candomblé/xangô do Recife, a fim de lançar o olhar sobre esses sujeitos que possuem familiaridade com a cosmovisão fomentada no âmbito indo-afro-religioso, as crianças possuindo ou não algum vínculo iniciático ou cargo hierárquico, chamadas aqui de “crianças de santo”, como acima mencionadas. Busco compreender, sobretudo, como o transitar entre a circunscrição do ritual e as “brincadeiras de santo” (brincar de Toque, de dar obrigação, de manifestar orixás e entidades) promove suas experiências religiosas e contribui com a constituição desses sujeitos, cujas peculiaridades de suas visões de mundo são compartilhadas com os adultos, ambos interagindo entre si e na/com a cultura da qual fazem parte.

Apresentação Oral em GT





A aldeia e suas linhas: entre divindades, pessoas, objetos e lugares

Luisa Mesquita Damasceno

Pretende-se com este work, socializar algumas inquietações surgidas a partir da pesquisa que vem sendo realizada junto aos membros do terreiro Oiá Mucumbi, situado no Alto da Levada, na cidade de Cachoeira/BA. Partindo de uma compreensão que entende a relação entre divindades/entidades, adeptos do candomblé, objetos e lugares sagrados como um composto de seres (humanos e não humanos) envolvidos em processos de mútua constituição e não como unidades identitárias num campo de relações, almejo apresentar neste work, a partir dos dados etnográficos já coletados, algumas questões interligadas: 1) Salientar as tramas complexas de composição que se estabelecem entre os adeptos e as divindades/entidades, tomando as trajetórias religiosas individuais como locus central de análise; 2) Compreender como se conectam as diferentes “nações” (keto, angola e “linha branca”) no terreiro pesquisado, tomando como fio norteador, as relações que se estabelecem entre as várias entidades e seus filhos humanos, dado que grande parte dos adeptos com os quais conversei, “pertencem” a entidades advindas de diferentes “nações”; 3) Mapear as relações de fé e convivência com os orixás e demais entidades para além do contexto do terreiro, deslocando a atenção para o ambiente do bairro em que o terreiro está localizado e onde, predominantemente, moram seus adeptos. Para isso, pretendo tomar como foco, as relações circunvizinhas ao terreiro nas quais as divindades/entidades atuam como mediadoras, bem como observar a centralidade dos objetos consagrados aos orixás e entidades nas casas dos adeptos, atenta aos ensinamentos de meus interlocutores que, como bem me alertou um filho de santo, “a pedra (otá) por exemplo, não é somente uma pedra, como de forma geral as pessoas as entendem, mas é o coração do orixá”, e por isso deve ser entendida como um ser vivente, pulsante, e dinâmico que está em permanente relação com as divindades e as pessoas humanas. Assim, objetos, pessoas, divindades e lugares se entrelaçam no contínuo da vida, que é tecida, apoiando-me em Ingold (2015), a partir das inúmeras linhas vitais dos componentes humanos e não-humanos. Dessa forma, humanos podem figurar no contexto das pedras, assim como as pedras podem figurar no contexto dos humanos. Pretende-se também, ao olhar para a trama complexa e relacional entre divindades, pessoas, objetos e lugares suscitados pelo modo de estar e sentir a vida a partir do candomblé, reavaliar as dualidades natureza-cultura, mente-corpo, sujeito-objeto ainda muito presentes nas teorias antropológicas clássicas e contemporâneas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466424900_ARQUIVO_Aaldeiasuaslinhasentreentidades,pessoas,coisaselugares.pdf

Apresentação Oral em GT

Iyá Zulmira de Zumbá: uma trajetória entre nações de candomblé

Marlon Marcos Vieira Passos, Marlon Marcos Vieira Passos

A presente comunicação analisa a trajetória sacerdotal de uma senhora hoje com 82 anos, iniciada no candomblé de nação congo-angola, aos 07 anos, em 1941, tendo como mãe pequena(a segunda pessoa da mãe de santo na hora da iniciação) uma filha de santo na nação de ketu, que anos depois “refaz” a cabeça na nação jeje-mahi e se tornou uma gaiaku. Zulmira de Santana França, aos 17 anos, se vê obrigada a assumir o Terreiro Tumbenci após a morte de sua Newgua Marieta Beuí, em 1951, e para se organizar espiritualmente, recebe a missão do seu inuice Zumbá de buscar a jovem senhora que lhe tinha servido de mãe pequena em seu processo de feitura de santo. Irá encontrá-la, a partir de 1958, numa roça de nação jeje, com o título de Gaiaku Luiza de Oyá. – esta passará a ser sua nova Mãe Grande e lhe ensinará os fundamentos do ketu e do jeje. Pretendo demonstrar, a partir de minha experiência etnográfica no Terreiro Tumbenci, sob o comando da Iyá Zulmira de Zumbá (faço aqui um trocadilho proposital entre um termo nagô e outro congo-angola)



como a trajetória de mãe Zulmira espelha estas três nações em seu exercício como sacerdotisa do candomblé. Analisando dados etnográficos à luz dos conceitos de Princípio de Participação (Bruhl e Bastide), Princípio de Corte (Bastide) e Equivalências Místicas (Bastide), traduzindo continuidades e descontinuidades no que, se referindo às interpenetrações de civilizações (culturas), Roger Bastide buscou sistematizar como sobrevivências africanistas na montagem do candomblé nagô visto por ele na Bahia. A perspectiva desta comunicação é etnográfica, e objetiva demonstrar como estas nações no Unzó Tumbenci coexistem, se entrecruzam, se separam, se conflitam, se transformam uma interferindo na outra, através das trocas de bênçãos, das cantigas litúrgicas, os idiomas rituais que nomeiam objetos, os adereços e apetrechos sagrados, as especificidades de cada nação ali, numa casa originalmente congo-angola, mas que se viu bastante transformada a partir da trajetória de sua sacerdotisa-mor em seu comando há 65 anos.

Apresentação Oral em GT

A escrita como prática ritual: uma etnografia do jogo de Ifá em Recife

Olavo de Souza Pinto Filho

Esta apresentação tem como tema central a composição dos versos de Ifá escritos pelo Alapini Paulo Braz Ifamuiyde. Paulo Braz Felipe da Costa, é neto do famoso babalorixá recifense Felipe Sabino da Costa, mais conhecido como Pai Adão. Ele dirige, em conjunto com sua irmã; Maria Lúcia Felipe da Costa, o terreiro Ilê Iyemoja Ogunte, fundado em meados da década de 1970, onde zelam pelos orixás da família. O terreiro é uma dissidência do Ilê Oba Ogunte, mais conhecido como “Sítio de Pai Adão”. Ambos estão localizados em Água-Fria, zona norte da cidade do Recife. Em 1997, Pai Paulo teve um infarto seguido de um acidente vascular cerebral (AVC). Seu médico lhe disse que, para ajudar em sua recuperação, era preciso ler e fazer anotações em voz alta. Um amigo, então, lhe deu um livro sobre Ifá, no qual ele lia os odus, anotando-os em um caderno. Segundo ele, “essas coisas eu já sabia, eu já tinha isso, mas quando eu li o livro, essas coisas se encaixaram, foi com isso que me curei”. Essa cura, por intermédio do aprendizado do jogo de Ifá, deu-lhe um novo nome, “Ifatógún”, que significa: Ifá é meu remédio. Minha incursão etnográfica atenta-se sobre os modos como Pai Paulo convencionaliza sua experiência com Ifá a partir da escrita em seus cadernos dos “recados de Ifá”, O que Pai Paulo nos ensina sobre Ifá é que o jogo, apesar de obedecer uma combinação entre as caídas dos odus e os seus significados, também incorpora, em seu corpus, a própria experiência de quem o executa. O conhecimento sobre os odus é, antes de tudo, uma experimentação. Isso impele a cada pessoa, ao aprender o manejo dos odus, compor, com sua própria experiência, os enunciados de Ifá. Meu objetivo neste paper é imaginar uma outra abordagem analítica sobre os estudos sobre a escrita nos candomblés, a partir da minha experiência com Pai Paulo e em comparação com outros exemplos etnográficos presentes na bibliografia, que evidenciam o aspecto divinatório e até mesmo ritual, atribuídos à escrita pelos terreiros.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467242326_ARQUIVO_paperba2016olavodesouzapintofilho.pdf

Apresentação Oral em GT

A constituição místico-ritual-social da pessoa ogã no Xangô Renovado de Pernambuco

Pedro Henrique de Oliveira Germano de Lima

O Xangô, religião de matriz africana presente em Pernambuco, é uma religião que “constitui” pessoas num longo processo chamado de iniciação, assim ocorre no Ilê Obá Aganjú Okoloyá (IOAO), terreiro de tradição nagô do Recife e campo empírico dessa pesquisa. No IOAO o cargo de ogã é destinado aos homens que ingressam no culto com a peculiaridade – imposta pelo seu orixá – de não se manifestarem em possessão

com suas divindades. Os ogãs podem ser identificados como tais por meio de determinados “dons” – também impostos pelos seus orixás – que constituem sua pessoa sagrada (independentemente do ingresso na religião), tais como os ogan’illu, quando tem o “dom” de tocar os illus/atabaques; axogum, aqueles que possuem o “dom” cortar/sacrificar animais e ogã cipá, responsável pelo cuidado com as coisas sagradas dentro do pegi. Ao ingressarem na hierarquia religiosa do IOAO os ogãs tem seus “dons” identificados pelo jogo de búzios e, a partir daí, são encaminhados aos rituais específicos que contribuem para a atualização de suas características sagradas, ou seja, os rituais atualizam as características sagradas da pessoa ogã no ambiente do terreiro. De acordo com o que foi percebido em work de campo realizado entre 2013 e 2015, a iniciação como ritual cumpre apenas com uma etapa da constituição da pessoa e não se restringe ao ritual de saída de yawô (para os “rodantes”) ou “confirmação” (no caso dos ogãs). A iniciação ritual precisa ser completada, porém nunca substituída, pela participação do fiel nos diversos rituais do terreiro (iniciação de outros irmãos, rituais do balé, rituais a Orumilá, ebós, banhos etc.). Assim sendo, destacamos neste artigo a interessante trama que existe entre o “dom” e a atualização dos “dons” pessoais pelos rituais de iniciação e pela participação que os ogãs estabelecem com/nos rituais do terreiro. A pessoa ogã do IOAO é um compósito de forças contidas em objetos, sons, lugares, performances/modos de fazer, atualizado em eventos e rituais, nos quais a participação lhes confere o reconhecimento necessário para reforçar seus “dons” individuais. A questão principal da pessoa ogã não reside no que ela é, mas no que estar para ser dentro do culto, disso entendemos que a iniciação não se resume ao ritual de “confirmação” peculiar aos ogãs, mas corresponde a todo o percurso de sua vida religiosa. Concluimos que a pessoa ogã no IOAO é constituída/instituída misticamente pelos dons (impostos pelos orixás), e ritualmente – e por isso socialmente – pela iniciação (conduzidos pelos orixás e pelo terreiro como um todo) e participação nos e com os rituais dirigidos ao seu orixá individual e, ainda, demais rituais do terreiro.

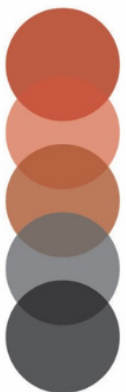
Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466560182_ARQUIVO_RBAAconstituicaomistico.pdf

GT 058: Religiões e percursos de saúde no Brasil hoje: as “curas espirituais”

O GT busca compreender e discutir amplamente o itinerário terapêutico da pessoa em situação de sofrimento que recorre às instâncias de solução dos problemas que a atingem, sejam oficiais, “complementares” ou “não convencionais”: ioga, técnicas de relax, de meditação, sistemas de fitoterapia, xamânicos, sociedades ou grupos, religiosos e não, que promovem curas pela oração, por exorcismos, assim como por rituais de libertação de diversos tipos de aflições psicossomáticas. Embora a matriz disciplinar antropológica encare saúde e doença como fatos sociais, estudos recentes neste campo e exigências da interdisciplinaridade induzem a levar em conta a base biológica e psicossomática dos fenômenos a serem estudados, não apenas sócio-antropológicos, mas psicológicos e médicos da cura. Daí considerar-se desejável a presença de profissionais da saúde no GT, como participantes ou consultores. Os trabalhos podem, igualmente, discutir ainda formas de engajamento corporal fomentadas nos espaços religiosos, procurando relacionar o conjunto de ritos, práticas, exercícios e disciplinas corporais, tenham estes ou não finalidade curativa, a uma ou mais das seguintes questões: a) relações de poder e divisões de gênero, classe e (ou) geração no interior do grupo religioso; b) processos terapêuticos desenrolados nestes grupos; e c) o processo mais amplo de construção da pessoa na religião, antes e/ou concomitantemente às práticas de cura.

Bartolomeu Figueirôa de Medeiros (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO/ UFPE) e
Raymundo Herald Maués (Universidade Federal do Pará) - **Coordenação**



Apresentação Oral em GT

Práticas de prevenção e cura de doenças através do Odaimoku

Alexsânder Nakaóka Elias

O presente work pretende mostrar as diversas práticas de cura e prevenção de doenças – sejam elas de origem física, mental ou espiritual - da primeira corrente budista do Brasil, denominada Honmon Butsuryu-shu (HBS) ou Budismo Primordial, que aportou em terras brasileiras através do "odoshi" (significa “monge” ou “sacerdote”, em uma tradução realizada pelos próprios religiosos, no Brasil) Ibaragi Nissui Shounin, em 1908. Acompanho esta escola budista, composta por sacerdotes e uma comunidade de fiéis, desde o mestrado, iniciado no ano de 2011, tendo realizado pesquisas de campo tanto em templos no Brasil quanto em santuários no Japão, país de origem do segmento em questão. Tais etapas de pesquisa e convívio com a comunidade HBS me permitiu constatar a existência de um poder curativo associado à prática do "Odaimoku", que consiste na entoação do mantra sagrado e principal oração desta corrente, chamada "Namumyouhourenguekyou". Tal mantra, que também corresponde a uma prática meditativa - com entonação da voz, posturas e gestual característico - é capaz, para os adeptos (que são chamados de “fiéis”, no Brasil), de curar e prevenir doenças consideradas pela medicina ocidental como gravíssimas, como diversos tipos de câncer; além de males psicológicos e psicossomáticos associados ao cotidiano, como o estresse, a fadiga e o sofrimento. É interessante pensar, ainda, no poder curativo deste mantra e oração, que pode, segunda a tradição da Honmon Butsuryu-shu, eliminar as consequências do "karma", um conceito hinduísta herdado e adaptado pelo Budismo, que defende que qualquer ato ou pensamento, por mais insignificante e inofensivo que pareça, voltará ao indivíduo com igual impacto. Assim, se uma pessoa tem um pensamento ou ação ruim em relação a ela ou a outro ser vivo, estes serão devolvidos com uma potência que abalará a sua integridade física, emocional e/ou espiritual. A fé no mantra sagrado "Namumyouhourenguekyou" seria capaz, assim, de eliminar o "karma" negativo, através da sua recitação incessante. Além da prática do "Odaimoku" em si, é fundamental mostrar que existem no cotidiano religioso e ritual da Honmon Butsuryu-shu um conjunto de objetos que se tornam (con)sagrados e com faculdades curativas através da recitação do mantra "Namumyouhourenguekyou". Aqui é importante destacar o "Omamori", chamado no Brasil de “protetor pessoal”; o "Okoussui", ou “água benzida” e o "Odyuzu" ou “terço sagrado”. Indo além destes objetos, existentes em todos os templos e casas dos fiéis brasileiros e japoneses, pretendo discorrer sobre uma prática considerada milagrosa pela Honmon Butsuryu-shu, chamada "Reapokegan" ou “cerimônia dos 100 incensos”, capaz, segundos os meus interlocutores, de curar doentes em estado terminal, através da fé no "Odaimoku".

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1465911592_ARQUIVO_ArtigoCompleto.pdf

Apresentação Oral em GT

Ebós e Boris como Processos de Cura na Construção da Identidade religiosa dos cultos Afro-americanos e suas relações com o Mercado Religioso

Carlos Eduardo Martins Costa Medawar, MELLO, Marco Antonio da Silva

Os cultos de matriz africana desenvolvidos no Brasil e em Cuba têm uma refinada e complexa prática ritual voltada para os cuidados com a saúde e cura de doenças. Os ebós, works destinados ao livramento de problemas espirituais e físicos, evidenciados nas práticas rituais cotidianas do candomblé brasileiro e da santeria cubana, marcam a vocação de promoção da saúde dessas formas da piedade afro-americana. Destaca-se nesse processo a importância do mercado religioso, local onde se adquirem os requisitos necessários à consecução dessas distintas liturgias. As praças de mercados são locais onde se imbricam agências que atualizam a oposição complementar expressada no deslizamento (switch) entre dimensões de um complexo



sistema classificatório a propósito do campo semântico do par de categorias doença/saúde, contrastando a medicina universitária (savoir expert) às medicinas dos cultos afro-americanos (savoir profane). No Rio de Janeiro, a expressão máxima desse mercado se evidencia no Mercado de Madureira, campo etnográfico no qual se desenvolve este estudo, articulado comparativamente com o comércio artesanal das ruas, lojas e residências de Havana. São inúmeros os objetos disponíveis nesses mercados: ervas, animais e cereais utilizados nos ebós, destinados aos rituais de recuperação e cura de doenças, que marcam a entrada do indivíduo nesses sistemas religiosos, já que são os males do corpo e do espírito que frequentemente motivam a busca do indivíduo pelos chamados cultos de aflição e neles as chamadas curas espirituais. Dentre as formas de ebós destaca-se, notadamente, o ritual do bori (dar comida a cabeça). Esse ritual tem por finalidade equilibrar corpo e espírito, conciliar o humano e o divino, já que o ori (cabeça) é a porta de entrada das forças espirituais, local onde se estabelece a consciência humana. A comunhão entre o indivíduo e as divindades que passam a zelar por ele, torna este ritual fundamental no processo de iniciação das religiões afro-americanas. A relevância do estudo do bori é tão grande que mereceu a atenção de diversos antropólogos, tais como: Bastide, R. em *O Candomblé da Bahia* (1958); VERGER, Pierre em *Bori, A primeira cerimônia de iniciação ao Culto dos Òriṣà Nàgó na Bahia* (1981); BARROS, J. F. P., TEIXEIRA, M. L., VOGEL A. e MELLO, M. A. em *Bori: Construction de la Personne dans le Candomblé* (1993.); e na minuciosa etnografia de BARROS, J. F. P., MELLO, M. A. e VOGEL A.: *Galinha D'Angola: Iniciação e Identidade na Cultura Afro-Brasileira* (1993), onde tanto se evidenciam o papel do mercado nos cultos afro-brasileiros, quanto a complexidade da cosmologia e o refinamento das estruturas simbólico-rituais mobilizadas para o incremento da plenitude da vida através de uma sensível conexão com o divino: "a divina proporção".

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466533585_ARQUIVO_work-30RBA.pdf

Pôster em GT

Reza, fé e cura: o papel das rezadeiras na cidade de Antônio Martins - RN

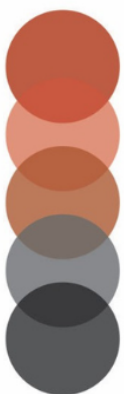
Élida Joyce de Oliveira

REZA, FÉ E CURA: O PAPEL DAS REZADEIRA NA CIDADE DE ANTÔNIO MARTINS - RN
 Élida Joyce de Oliveira Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Eliane Anselmo da Silva
 RESUMO: A reza é uma prática viva da religiosidade popular. O presente estudo é o resultado de nossa pesquisa, cujo objetivo foi realizar uma etnografia das práticas de cura de três rezadeiras da cidade de Antônio Martins/RN. Neste, descrevemos os momentos das rezas, identificamos as principais doenças curadas por elas e como se dá o diagnóstico e o tratamento de tais doenças. Além disso, apresentamos a trajetória de vida dessas rezadeiras, enfatizando seu papel nas comunidades em que vivem. A metodologia de caráter qualitativo, se dá a partir da observação participante, e de um "enfoque biográfico" (BERTEAUX, S. A., p. 11) através de entrevistas com ajuda de um roteiro e gravador de voz, da fotografia para registro visual e de um caderno de campo para dar conta das impressões do mesmo. Autores como Quintana (1999), Lévi-Strauss (1996), Loyola (1984), Mauss (2003) e Eliade (1992), embasaram nossa discussão teórica. Vimos que com seus ramos nas mãos, oração na ponta da língua e muita fé, as rezadeiras desenvolvem um work importante nas suas respectivas comunidades, no que se refere aos problemas de saúde resultantes das chamadas "doenças de rezadeira", ou, "doenças que médico não cura", como quebrante ou mal olhado, peito aberto, cobreiro, vento caído, espinhela caída, engasgo de gente e de bicho, mas também males comuns, como dor de cabeça, dor de dente, sol na cabeça, ferida de boca. Para todos esses males, há sempre uma reza para curar e para benzer.

Trabalho completo: [https://www.abant.org.br/files/1466780904_ARQUIVO_poster-ABA.doc\(2\).pdf](https://www.abant.org.br/files/1466780904_ARQUIVO_poster-ABA.doc(2).pdf)

Pôster em GT

A PAJELANÇA NO TERREIRO DE SANTA BÁRBARA: tratamento, cura e socialização



Evileno Ferreira, Elizabeth Maria Beserra Coelho

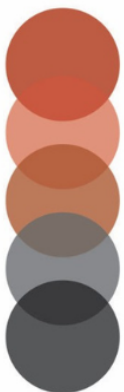
O presente work resulta de pesquisa sobre a trajetória do pajé José de Nazaré Frasão Rodrigues, conhecido como Zé Pretinho, liderança espiritual do Terreiro de Santa Bárbara, popular pelas curas realizadas desde a década de 1940. Na memória social do município de Pinheiro, Estado do Maranhão, é destacado como agente da Pajelança maranhense, atuando principalmente em comunidades rurais e regiões de mocambos. A Pajelança é uma manifestação religiosa na qual se entrecruzam elementos indígenas, do catolicismo popular, do espiritismo e de religiões afro-brasileiras, voltada ao tratamento de “doenças do corpo” e “doenças do espírito”, com a presença ativa de entidades sobrenaturais, os encantados. Como observado na literatura (FERRETI, M. 2014, ARAÚJO 2015, MOTA 2009.) o agente mediador desse sistema, o pajé ou curador, tem papel importante no diagnóstico de males de natureza diversa. A pajelança no Maranhão, também conhecida como pajelança de negros, tem marcante presença, no que se refere às formas de organização e as ligações presentes entre os humanos e as entidades sobrenaturais. Religião, festas e tratamentos são dimensões intercambiantes nas ligações construídas por meio desse universo de crença e prática. Em Pinheiro a pajelança é estratégia rotineira para a solução de problemas físicos e espirituais. Nascido em 1931, na zona rural do município de Pinheiro, viveu sempre nessa região, diferentemente de outros pajés que migraram para a cidade em buscar de melhores condições de vida. Realizava frequentes viagens pela região da Baixada Maranhense para realizar pajelanças, estendendo sua área de influência. A abertura do terreiro de Santa Bárbara na década de 1940 é apontada como um grande feito seu. Possui vasto conhecimento do uso de plantas medicinais para tratamento de doenças tais como: insônia, paralisia facial, problemas pós-parto, doenças de pele, gastrite, esquistossomose e etc.. Face ao difícil acesso aos serviços públicos de saúde, o terreiro é percebido como espaço de recuperação, onde os pacientes do pajé ficavam dias hospedados até o final da recuperação, espaço que funcionava também como lugar de socialização. Após a morte de Zé Pretinho no ano de 2013, as atividades de cura realizadas nesse terreiro prosseguem com o comando dos filhos de santo.

Apresentação Oral em GT

O processo de Cura: Um estudo com Intercessoras da Renovação Carismática Católica de Dourados

Fernanda Ferrari, Grazielle Acçolini

Este work é um recorte de minha pesquisa de mestrado que busca descrever e analisar as práticas de cura realizadas por mulheres “intercessoras” da Renovação Carismática Católica na cidade de Dourados/MS. A RCC tem suas raízes no pentecostalismo, movimento que estimula a fortes moções, cujo princípio fundamental é a crença na intervenção do “Espírito Santo”, utilizando a prática de rituais que buscam favorecer o processo de reorganização da saúde física, emocional e espiritual da pessoa que sofre. Conforme estudos realizados, a busca pelo sagrado e a fé religiosa são recursos importantes nos momentos de desordem, seja de ordem física ou psíquica. A forma como as mensagens corporais e emocionais são significadas e expressas, estão subordinadas a uma linguagem que está inserida num contexto social e cosmológico, portanto, entende-se que a desordem está intimamente relacionada aos mitos que a sustentam, confirmam e conferem legitimidade. Na perspectiva religiosa da RCC, o sofrimento é visto como um instrumento e uma possibilidade de transformação pessoal que conduz a pessoa a uma nova orientação, uma nova identidade, definida por Thomas Csordas como “self sagrado”. Este processo contínuo de cura envolve a participação do corpo, uma vez que acredita-se que os processos de cura e o crescimento espiritual estão ligados, já que a doença é vista como obstáculo a este crescimento. Olhando para o papel das intercessoras neste processo pretende-se investigar sua trajetória e a forma terapêutica empregada nos atendimentos individuais e coletivos que prestam a esta comunidade estando ou não inseridas em um dos ministérios de serviços da RCC, possibilitando assim, abordar também as relações de poder e autonomia no interior do grupo. Dentro desta perspectiva, pretendo investigar os caminhos psíquicos percorridos através da narrativa, durante a



oração para a obtenção da "cura interior", considerando a crença na cura e os mitos que a sustentam como partes constituintes deste processo; bem como, o ritual, a performance e a eficácia na comunicação como reintegradores da saúde. Portanto, este estudo objetiva conhecer esta forma, embora religiosa, terapêutica de atendimento/tratamento que busca promover a ressignificação e conseqüentemente o desenlace num nível emocional e até mesmo fisiológico, de conteúdos antes desordenados internamente. Percebe-se assim, que a escolha pela intervenção espiritual como forma de tratamento ou alívio do sofrimento, representa um coletivo que traz uma possibilidade que não exclui, mas se soma aos diversos recursos promotores da saúde humana.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466453662_ARQUIVO_workCompletoRBA.pdf

Apresentação Oral em GT

Rituais de matriz kardecista na Mina Nagô paraense: energia, cura e mediunidade

Hermes de Sousa Veras

Esse artigo é resultado de pesquisa de mestrado realizado em um terreiro de Mina Nagô, localizado na Grande Belém, Pará. A partir da interação com o pessoal de santo da casa, observou-se que juntamente a "gira", ritual central de incorporação dos orixás, caboclos e caboclas que sustenta o terreiro, é realizado o rito da "mesa branca", no qual percebe-se forte influência do espiritismo kardecista. O espiritismo no terreiro, e talvez na Mina Nagô em geral, é apreendido a partir de uma ontologia incorporativa, formulando um espiritismo que ainda é espiritismo, mas de outra forma, sendo atravessado pelas religiões dos orixás, voduns, caboclos e encantados. Com essa constatação delineada, será descrito o ritual da "mesa branca", mostrando-se como por meio da categoria "cura espiritual" o ritual se efetua, trazendo diversos efeitos, a depender do agenciamento estabelecido entre fiel, seus objetivos específicos e a entidade espiritual.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466450365_ARQUIVO_RituaisdematrizkardecistanaMinaNagoparaense.pdf

Apresentação Oral em GT

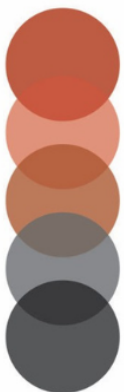
Antropologia, saúde e doença: o corpo em contextos sociais na dimensão do cuidar curar

Irene de Jesus Silva, Kátia Marly Leite Mendonça (UFPA)

Pensar nas práticas assistenciais nos remete a existência humana concretizada em um corpo material, pois sem um corpo que lhe dá o rosto o homem não existiria. Deste entendimento objetivamos compreender certas práticas, discursos, representações e imaginários que o corpo desperta e manifestam também o processo saúde doença e suas práticas corporais observadas em Marcel Mauss, onde o cuidado com o corpo em suas complexas e variáveis dimensões socioculturais, espirituais e porque não dizer estética, cuja a arte do cuidado da obra se expressa na contemplação e na realização pelas virtudes que a ele imprime. O interesse pelo tema emergiu diante de observações cotidianas do cuidar em saúde, particularmente, o cuidado em certas práticas com o corpo humano e a interface refletida na linha tênue entre a vida e a morte; a doença e a cura, a alegria do restabelecimento, ou a tristeza do não restabelecimento, sentimentos traduzidos após longos dias ou meses de internação, do infortúnio, da perturbação, que se reflete não só no doente, mas nos familiares, manifestada no social pelas diferentes concepções culturais - doente, família e profissionais da saúde - face ao restabelecimento ou não, contagiando a todos, na estrutura da saúde.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466477209_ARQUIVO_ArtigoIrene-Katiaa.pdf

Apresentação Oral em GT



“Promessa é dívida” - Uma Etnografia dos Devotos de Nossa Senhora da Guia na Cidade de Lucena – PB.

José Adailton Vieira Aragão Melo

O presente work tem por objetivo apresentar um estudo etnográfico realizado no Santuário de Nossa Senhora da Guia, no município de Lucena, litoral norte da Paraíba. Especificamente, trata-se de um estudo sobre os pedidos dos devotos da santa, o recebimento dos pedidos e os pagamentos das promessas. Antes de adentrar no objeto de estudo, fizemos um breve levantamento histórico sobre o Santuário, diante da carência de informações históricas e antropológicas que encontramos sobre o campo de estudo. O fato de alguém fazer um pedido ao santo católico e ser “valido”, sendo este último termo uma expressão típica dos devotos de Nossa Senhora da Guia, foi o que inicialmente me motivou a pesquisar as dinâmicas da relação entre os homens e os santos católicos, em especial, a relação com a santa mencionada, e a partir dela, as relações que se estabelecem entre os devotos, os moradores da comunidade, os oficiantes, os não devotos e outras pessoas cujas trajetórias se entrecruzam no santuário. Deste modo, o estudo tenta apreender essa relação na conjuntura atual e os tipos de pedidos que são feitos, suas representações e importância no imaginário dos devotos. Outro ponto abordado é sobre o hábito de fazer o pedido por outra pessoa, mesmo que ela não seja católica ou não saiba que terá que pagar uma “dívida” que contraiu por terceiros e que cria redes de obrigações mútuas. Outra questão interessante para pensarmos é sobre as formas de pagamento dos pedidos validos. Podemos ver que muitos pagam a promessa e continua o círculo de devoção e que a fé é passada de geração para geração.

Palavras chave: Fé, devoção, promessas

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/110_2016-11-28.pdf

Apresentação Oral em GT

Abençoada cura: poéticas da voz e saberes de benzedeiras

Lidiane Alves da Cunha, Prof. Dr. Luiz Assunção

Esta pesquisa se propõe a adentrar neste duplo universo: o aspecto mágico/religioso dos saberes das benzedeadas e o papel da palavra enquanto elemento de cura. Esse conhecimento, das quais somente estas são conhecedoras, se faz presente e se performatiza no instante, em que visível e invisível irão compor a força e o poder das palavras das benzedeadas, que não podem ser ensinadas à esmo sob pena de perder sua “força”. Assim, questiono: por que as benzedeadas não ensinam o significado de suas preces, a não ser em determinados contextos de transmissão do saber? Que implicações esse preceito traz para o ofício nos dias de hoje? A partir das orações pronunciadas nos rituais de cura, elas performatizam a palavra, a voz, as narrações e memórias. O objetivo é alcançarmos essa fonte de saber existente na oralidade, a benzeção, desvendando a essência existente por trás da palavra, pois mais do que o significado literal, as palavras têm o poder de curar, sem a necessidade de possuir uma função definida, bem como de ser um saber transmitido em contextos em que a poética da voz se faz presente. É através da análise teórica dos textos, da etnobiografia e observação participante que buscamos nos aproximar do campo de atuação das benzedeadas nas cidades de Natal, Parnamirim RN. Como referencial teórico, a obra de Paul Zumthor será a base para a construção das categorias voz, poesia oral, performance e oralidade. Também partiremos das obras de Richard Sennett, Walter Benjamin e Maurice Halbwachs e Walter Ong como eixo norteador dos estudos sobre oralidade, memória e narração.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466458073_ARQUIVO_artigo.pdf

Apresentação Oral em GT

DE SIMPLES “MULHER” A PAJÉ: A constituição da “pessoa” a luz do ritual de “preparo” da pajé de Cura em Abaetetuba-PA

Lucielma Lobato Silva

Este work tem por objetivo analisar o processo de formação sofrido por “uma simples mulher em Pajé”, ou seja, o “preparo” para se tornar pajé nas Ilhas de Abaetetuba-PA. As etapas místicas que lhe constituiu prestígio e confiança por parte dos moradores da Ilha Urubuéua Fátima, bem como de pessoas residentes em outras localidades. Tal processo de formação fez com que Dona Neca deixasse de ser vista como “indivíduo” (SIIMMEL, 1983; 2006) e passasse a ser considerada uma “pessoa” (DUMONT, 1987) com reconhecimento e prestígio social, pelo fato de deter conhecimentos xamanícos adquiridos por meio dos encantados. Esse conhecimento lhe atribuiu à possibilidade de Curar doenças de ordem espiritual e física, que é validado especialmente, devido esta ter sido levada, em uma das etapas de formação ritualísticas, pelos encantados para o fundo dos rios e por lá ter passado alguns dias, sendo “preparada” por entidades espirituais. Como base metodológica utilizo a pesquisa bibliográfica e de campo (MALINOWSKI, 1978; GLUCKMAN, 1987). Os dados resultam de pesquisa realizada na ilha Urubuéua Fátima, localizada no município de Abaetetuba-PA, mesorregião do nordeste paraense, na “Casa de Cura” de Dona Neca, local em que muitas pessoas se deslocam de vários lugares em busca de curas diversas, tratadas com remédios caseiros (ervas, cascas de paus, banhas de animais, etc), bem como com sessões de curas xamanícas. Sendo assim, este artigo pretende compreender o processo de tornar-se pajé, cuja formação lhe garante prestígio social, e é através do ritual, acionando forças da natureza que ela obtém o conhecimento necessário para realizar seus works ritualísticos de Cura. Diante disso, o caso de Abaetetuba, reforça uma informação de Charles Wagley (1957) sobre a importância dos pajés “sacaca”, pois estes são “reconhecidos pelo grupo como capaz de realizar incursões ao fundo dos rios, local de morada dos encantados”, por essa razão na “Casa de Cura” de Dona Neca é grande o fluxo de pessoas em situação de sofrimentos espirituais e moléstias físicas crentes de sua cura após os works.

Trabalho completo:

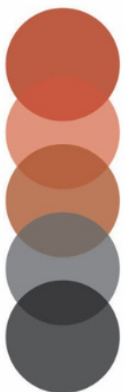
https://www.abant.org.br/files/1466459344_ARQUIVO_LucielmaLobato_TextoCompleto.pdf

Apresentação Oral em GT

Os Millagres de Maria: curas, aparições marianas e a trajetória de uma vidente na cidade de Belém

Patricia Norat Guilhon

Este work tem como objetivo construir uma etnografia sobre o percurso místico de Vanda Reis que alega receber a Virgem Maria há 25 anos na cidade de Belém. Em razão desse aparecimento milagroso, dezenas de pessoas foram atraídas para este local, e muitos outros milagres, curas e fatos prodigiosos aconteceram e ainda ocorrem em torno dela e de sua casa, lugar considerado sagrado, onde foi erguido um templo, no qual funciona uma comunidade religiosa denominada: Rainha dos Corações. Sua trajetória mística semelhante à de outros videntes perpassa por momentos de muito sofrimento físico e espiritual. Os primeiros contatos com a divindade, não são compreendidos por seu interlocutor e costumam serem vistos como doença, e a cura dos mesmos, depende de um longo processo de construção, reconhecimento e legitimação da sua vidência. No caso de Vanda, este caminho foi trilhado com o apoio essencial de um grupo de leigos, e apesar de não ter oficialmente o aval da Igreja, desde o início, e até hoje, a presença atuante de vários sacerdotes tem sido fundamental na consolidação da figura da vidente e dessa manifestação religiosa. Minha proposta é analisar no âmbito da antropologia da religião, o processo da fabricação dessa personagem, como paulatinamente ela vai se tornando uma mensageira do sagrado, uma escolhida de Nossa Senhora para atuar em seu nome em



benefício da humanidade realizando curas e feitos miraculosos. Com este propósito, além de fazer uma descrição densa das aparições e outros rituais que ocorrem nessa comunidade darei relevo as narrativas e discursos, tanto da vidente como das lideranças leigas e eclesiais que lhe apoiam, assim como, dos relatos e depoimentos de fiéis que frequentam este local. Outra questão, que será debatida é a importância de Maria como símbolo cristão católico e seu caráter permanente e duradouro em termos históricos. Nesse sentido, também pretendo interpretar as aparições como um fenômeno de "longa duração" e a constante atualização desse mito evidenciando tanto os padrões culturais recorrentes no decorrer dos séculos, quanto os aspectos novos que surgem a cada período. Segundo alguns autores como Carlos Steil, Cecília Mariz, entre outros, atualmente tem ocorrido um surto de aparições marianas no mundo e no Brasil. Seus works tem contribuído para a minha pesquisa e me feito refletir sobre vários pontos em comum entre as aparições investigadas por esses pesquisadores e o caso de Vanda. Aqui cito apenas dois, o primeiro reside no envolvimento do movimento carismático com as aparições atuais e o segundo é a maneira como Maria se manifesta através da boca da vidente falando na primeira pessoa, denominado pelo termo nativo de "locação interior". Esses aspectos e outros serão melhor abordados nesse artigo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467808250_ARQUIVO_projeto-doutorado2abaversaofinal.pdf

Apresentação Oral em GT

Corpo, Cura e Emoções: Modos de cuidado e a Experiência da doença num terreiro de Candomblé/Jurema

Raoni Neri da Silva

O presente work consiste num esforço analítico e descritivo acerca dos modos de cuidado em um terreiro onde são cultuadas as entidades do universo cosmológico do candomblé e da Jurema, enquanto religiões e espaços distintos. Partindo de pressupostos de uma antropologia cultural fenomenológica visou analisar a forma como os membros do Ilé Axé Vodum Oya Alabá e sua clientela lidam com os processos de saúde e doença. Terreiro este, de linha Jejê-Nago, situado na periferia da cidade de Moreno – PE, no qual fui iniciado e hoje faço parte como Yawô, partindo desta vivência, do work de campo no referido terreiro e da literatura antropológica, destaco a influência da hipercognitivização das emoções, em particular da inveja, no referido grupo, para a construção e significação do processo de saúde/doença. Além disso destaco o grande fluxo ou transito nos diferentes sistemas provedores de significado entre os membros e clientes do referido terreiro. Por fim destaco que os estados de saúde e doença são uma construção social, formuladas a partir da experiência corporificada, em um contínuo processo negociação entre as diferentes esferas da vida cotidiana.

Palavras chave: Saúde/doença, Emoções, Inveja.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/496_2016-12-06.pdf

Pôster em GT

Mulheres e a medicina tradicional: as benzedeadas de Guamá - Belém/PA

Thainá Louane Aleixo Menezes

As práticas de diagnóstico e curas de enfermidades no âmbito popular apresentam dinâmicas diferentes e específicas em relação à medicina formal. No contexto amazônico, a medicina não-convencional e caseira tem como indivíduos centrais as mulheres benzedeadas, que estabelecem uma relação de pertencimento e manipulação de ervas curativas e utilizam a reza como ferramenta de contenção da enfermidade. A persistência de um modelo de cura baseado em conhecimento popular, que neste contexto e segundo





Napoleão Figueiredo (1979) está tradicionalmente ligado a práticas umbandistas, é observada no cenário urbano. O bairro periférico Guamá foi escolhido como locus dessa pesquisa, cujo objetivo têm sido, a partir do mapeamento das mulheres benzedeiras que residem e atendem no bairro, analisar a dinâmica do gênero com o mundo natural e práticas curativas carregadas de simbolismo e resistência. A pesquisa em andamento, fruto dos estudos da disciplina de graduação Sociologia e Meio Ambiente, propõe-se a mesclar o campo sociológico ao antropológico ao identificar na fala das mulheres entrevistadas noções de espiritualidade, renovação do conhecimento tradicional no embate com a medicina formal e práticas de sincretismo religioso.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466471167_ARQUIVO_GT058ThainaL.A.Menezes.pdf

Apresentação Oral em GT

Terapias holísticas no tratamento da depressão

Vanilda Maria de Oliveira

A comunicação trará dados e análises de pesquisa de doutorado em sociologia, cuja tese foi defendida em 2015, na UnB. Seu objeto foi os itinerários terapêuticos de sujeitos deprimidos. A pesquisa mostrou o trânsito dos enfermos entre medicina oficial e terapêuticas holísticas e espirituais na busca pelo reestabelecimento do bem-estar psíquico. Em um diálogo interdisciplinar com a antropologia e a psicanálise, adotou-se uma noção da depressão como um sintoma do social, em que desigualdades, violências, rejeição e privações são desencadeadoras de grande sofrimento. O adoecimento psíquico é compreendido aqui como a forma culturalmente legítima de se reconhecer esse sofrimento. As terapias holísticas são compreendidas como práticas terapêuticas formuladas dentro de um campo de possibilidades, fornecido histórica e culturalmente e que, atualmente, envolvem processos de hibridação, orientalização e sacralização das mais diversas técnicas de saúde. Concepções variadas de corpo e de cura são aceitas nesse processo. Entre as terapêuticas utilizadas pelos sujeitos da pesquisa estavam o Reiki, Yoga, Acupuntura, Florais De Bach, Cromoterapia, Cromopuntura, Reflexologia, Apometria e Santo Daime. Nelas, o corpo é visto um todo indivisível, explicado com seus componentes físico, mental, energético e espiritual. Nas terapias energéticas e espirituais há ainda um resgate de atributos do universo sagrado em que noções como harmonia, energia, equilíbrio e cura estão intimamente relacionados. Mas, nesse contexto, três categorias adquiriam destacada importância: autonomia, autoconhecimento e autotransformação. A cura dependia de um empenho pessoal com o cuidado de si e a transformação de si. Melhorar a saúde envolvia fazer de si mesmo um sujeito melhor, afastar pensamentos, comportamentos, pessoas e práticas diversas que poderiam contaminar seu espírito ou energia com aspectos negativos. Espírito e energia aparecem como componentes invisíveis, mágicos, colocados à disposição do sujeito como uma força transformadora e curativa, disponível para qualquer pessoa no universo. Permitem ao sujeito reconectar-se com o sagrado, circular bens de cura com os outros e desenvolver o autocuidado necessário para o bem-estar psíquico. O terapeuta holístico, por sua vez, fornecia uma nova gama de conhecimentos sobre atitudes mentais, corporais e sociais que contribuíam para a manutenção do equilíbrio energético e da saúde.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467330611_ARQUIVO_Terapiasholisticasnotratamentodadepressao_VanildaOliveira.pdf

GT 059: Risco: entre teoria e práticas sociais/coletivas

Riscos industriais, ambientais, econômicos e políticos, que podem afetar toda a humanidade, tornaram-se centro de um debate com múltiplas e complexas dimensões. Entre nós, a noção de risco se difunde no senso

comum, acumula significados e expressa ethos e visões de mundo, cujos efeitos estão associados à normatização/regulação das relações interpessoais, das relações com as coisas/natureza e à produção de modos de vida. Como conceito, adquiriu hegemonia nas ciências modernas com o sentido de possibilidade de um evento negativo acontecer, mas só ganhou visibilidade nas ciências sociais a partir dos anos 1980. A proposta deste GT é reunir pesquisadores que tomam o risco como chave para interpretar a contemporaneidade e a sociedade brasileira. Ensaios teóricos e pesquisas serão aceitos de maneira a apresentar a diversidade teórico-metodológica deste campo, principalmente na antropologia. Os seguintes temas poderão ser abordados: 1) riscos e incertezas produzidos pelo desenvolvimento técnico-científico; 2) políticas de comunicação, administração e prevenção de riscos; 2) domínios profissionais e práticas de esportes radicais/competições esportivas; 3) políticas de saúde, tecnologias da vida/morte, “geneticização” da vida e formas de resistência; 4) percepção dos riscos e suas implicações socioculturais; 5) o “gosto pelo risco” por parte de quem valoriza sua experiência; 6) o conceito de risco nas diretrizes éticas para pesquisa em ciências humanas e sociais.

Ednalva Maciel Neves (Universidade Federal da Paraíba/UFPB) e Leila Sollberger Jeolás (Universidade Estadual de Londrina (UEL)) - **Coordenação**

Daniela Riva Knauth (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - **Debatedor/a**

Gláucia Oliveira da Silva (UFF) - **Debatedor/a**

Luiz Antonio de Castro Santos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA) - **Debatedor/a**

Apresentação Oral em GT

Grande mídia, pânico moral e práticas culturais juvenis: produção, invenção e experimentação de riscos

Alexandre Barbosa Pereira

A partir de um enfoque sobre duas práticas culturais juvenis, a pichação e os rolezinhos, pretende-se discutir as abordagens estigmatizantes da grande mídia, que produzem pânico moral. A pichação em São Paulo é uma atividade, cuja noção de risco é expressa de duas maneiras, pela ideia de adrenalina e a de perrengue. A primeira é definida como uma experimentação de riscos que lhes confere reconhecimento e sentido para a sua existência. Já o perrengue refere-se aos perigos aos quais são expostos por causa de suas condições sociais de jovens moradores de bairros periféricos da cidade, como o de ser preso pela polícia ou mesmo assassinado. Assim, ao arriscarem-se no alto de um prédio para deixar uma marca, tentam mostrar-se no controle dos riscos aos quais são submetidos cotidianamente. A repercussão midiática dessas práticas, no entanto, produz um duplo efeito sobre a ação dos pichadores. Por um lado, estimulam-nos ainda mais a atuar na cidade, pois sabem que, dessa forma, alcançarão ainda maior visibilidade. Por outro lado, no entanto, ao serem vítimas de um enfoque criminalizante, que os estigmatiza como bandidos, sua prática torna-se ainda mais arriscada e a perseguição policial mais violenta. A outra atividade, os rolezinhos, apesar de a princípio não ser caracterizada diretamente pelo risco, explicitou ainda mais como a estigmatização midiática gera um pânico moral sobre as condutas juvenis, apresentando-as como perigosas. Os rolezinhos foram encontrados em shopping centers combinados pelas redes sociais que levaram, nas férias de final do ano de 2013 e início de 2014, centenas de jovens pobres, fãs da música funk, para os centros comerciais da cidade. O medo dos jovens levou alguns lojistas e frequentadores a chamarem a polícia. Com a presença desta a reprimir, iniciou-se grandes correrias e tumultos nesses espaços. A grande mídia logo noticiou tais eventos como arrastões em shopping centers. Desse modo, aquele que seria o espaço mais seguro, na concepção de uma grande parcela da população paulistana, tornar-se-ia um lugar de risco e medo, o que levou a invenção de arrastões e roubos que nunca existiram. Desse modo, a proposta é discutir como as noções de risco e medo produzem diferentes associações nas práticas culturais juvenis em si, mas também nas representações sociais que são feitas a respeito delas. Nesse sentido, o papel da mídia em aumentar a sensação de risco sobre determinadas



atividades, propiciando pânico moral, e em atenuar os riscos de atividades com potencial muito mais perigoso, revela-se fundamental. Em alguns casos, as mídias acabam por inventar perigos e, dessa forma, promover a perseguição a determinados grupos sociais e indivíduos.

Apresentação Oral em GT

Turismo de células-tronco: fronteiras entre risco e esperança

Angela Vasconi Speroni

Desde a virada do século XXI, as células-tronco assumem posição de destaque entre os atores biotecnológicos privilegiados, cujo protagonismo reside na perspectiva de uma tecnologia regenerativa, capaz de superar os desafios do adoecer e do envelhecimento, a partir de uma fonte potencialmente ilimitada de tecidos para transplantes. Com o advento de uma medicina que pretende-se personalizada, aumenta o número de doentes e familiares mobilizados pelas promessas das ditas “células da esperança”. No horizonte de constituição de um novo mercado de saúde, também cresce o montante de clínicas que ofertam tratamentos com células-tronco para os mais variados quadros patológicos, em escala global – especialmente em países com restrita ou nenhuma regulação referente à terapia celular, por parte do Estado. No Brasil, a mídia frequentemente anuncia casos de enfermos que viajaram para outros países, na busca por acesso a modalidades terapêuticas inovadoras, mediante judicialização de demandas em prol de financiamento do Governo Federal, para cobertura dos gastos com a viagem e tratamento. Por outro lado, pesquisadores e entidades regulatórias do campo concentram esforços na divulgação dos riscos desse movimento conhecido como “turismo de células-tronco”, alertando para a exploração do desespero de indivíduos acometidos por doenças cujas expectativas de cura são ínfimas. As principais organizações nacionais e internacionais vinculadas às pesquisas com células-tronco afirmam que a maior parte do que existe de mais avançado no mundo, até o momento, são apenas ensaios com testagens em pacientes, destacando os desafios para passagem do âmbito da pesquisa básica às aplicações clínicas, sobretudo no que concerne ao tempo e rigor científico para comprovação da eficácia, segurança e autorização legal dos procedimentos. A partir da análise de notícias divulgadas pela mídia nacional e websites de clínicas internacionais que comercializam tratamentos celulares, este work tem por finalidade pensar o “turismo de células-tronco” como parte de um movimento mais amplo, determinado pela intensificação das relações entre ciência, mercado e Estado(s). Frente à instauração de novas articulações biopolíticas entre verdade, poder e comércio, tecidos, células humanas, conhecimentos, recursos e potenciais clientes se convertem em capital de investimento, refletindo a produção de novas sensibilidades e moralidades, decorrentes de uma democratização das informações e do imperativo do gerenciamento dos riscos.

Apresentação Oral em GT

Riscos, Enfermidades e Narrativas das doenças do Amianto: uma proposta de etnografia das percepções de risco e adoecimento em Minaçu-GO

Arthur Pires Amaral

Através do método etnográfico, a pesquisa de doutorado proposta neste paper terá como objetivos: (i) analisar as diferentes percepções de risco construídas sobre/em Minaçu – cidade do interior goiano, que abriga a única mina de amianto em atividade na América Latina e a terceira maior do mundo – vinculadas às doenças asbesto-relacionadas; (ii) investigar os usos políticos e médicos, tanto na legitimação dos interesses econômicos da indústria do amianto quanto no possível reconhecimento público do adoecimento de moradores daquela cidade devido à inalação das fibras desse mineral; (iii) investigar marcadores sociais de identidade e de diferença presentes entre os moradores de Minaçu, postos em circulação na cidade por meio de narrativas sobre os possíveis riscos decorrentes da exploração e industrialização do amianto, e (iv) analisar





os sentidos e valores que a indústria do amianto vincula aos corpos de seus trabalhadores em Minaçu. Seu referencial teórico se fundamenta em estudos – desenvolvidos no campo das Ciências Sociais – sobre a construção social de riscos, suas múltiplas formas de percepção e aceitabilidade, mas, também, em discussões levantadas por variados autores do campo da Antropologia da Saúde e da Doença. Com a justaposição e análise de argumentos jurídicos, epidemiológicos e de saúde coletiva acerca do uso do amianto e de seus produtos no Brasil, do papel da S.A. Minerações Associadas (SAMA) em Minaçu e do modo como os habitantes da cidade pensam a sua condição de trabalhadores e moradores, minha pesquisa pretende trazer uma contribuição aos estudos antropológicos sobre a construção social de riscos e de "illness narratives".

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466102042_ARQUIVO_ArtigoGT59RBA_ArthurPiresAmaral.pdf

Apresentação Oral em GT

"A gente faz a linha": notas antropológicas sobre percepções do risco de violência de gênero na saída de um bar GLS em Goiânia

Bruno dos Santos Hammes

O presente artigo visa apresentar uma discussão referente as noções ou percepções de risco com as quais tive contato durante a realização da etnografia da qual resultou minha dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás no ano de 2015. Para tanto tomo como ponto de partida as experiências compartilhadas em campo com jovens gays frequentadores de um bar GLS de uma região periférica da cidade de Goiânia (GO), e articulo as narrativas à bibliografia sobre o tema para ajudar a entender como, apesar de todos os riscos (JEOLÁS, 2010) aparentes, ainda assim os jovens insistem em frequentar o "Feirão do chopp" bar onde foi realizada a pesquisa sobre as sociabilidades juvenis na periferia de Goiânia. Exploro ainda nessa análise algumas das diferentes percepções do que é ou não arriscado trazendo para análise reflexões que mostram diferentes percepções inclusive entre o pesquisador e os frequentadores. O fato é que, de acordo com a forma através da qual estes sujeitos encaram cada uma das experiências tratadas neste artigo, as mesmas podem representar perigos ou riscos: perigo de "ser confundido com homossexual", perigo de "ter sua virilidade questionada", perigo de "ser visto", perigo de "se relacionar com alguém que não seja de Goiás" entre outros. Havendo uma última dimensão de perigo que é a possibilidade da violência que pode ocorrer tanto dentro quanto fora do local, mas que toma proporções e, via de regra, exige mais precauções, quando se esta do lado de fora do bar. Uma vez que lá dentro, como vimos, os sujeitos conseguem negociar o "controle" das reações dentro de uma margem do tolerável. Por fim, abordo a imprevisibilidade do limite e das manobras possíveis no ambiente da rua é que, enfoco o que chamo de riscos e/ou medos de "ir embora sozinho". E de forma complementar, tal qual pude aprender com os sujeitos, destaco a busca dos sujeitos pela melhor estratégia para encerrar, "são e salvo" e livre dos riscos inerentes à trajetória que se inicia ao planejar sair de casa e termina quando se chega de volta ao mesmo local. Por fim, abordo o que é ou não perigoso para os interlocutores da pesquisa, a leitura de Jeolás (2010) nos remete a uma série de sutilezas e nuances, dentre estas elencadas pela autora, nos interessam ao menos duas. A saber, a dimensão geracional e suas implicações na formulação e vivência do risco e a segunda o gênero e suas consequências no estabelecimento de riscos diferentes para gêneros e/ou sexos diferentes, como veremos mais a frente.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467341522_ARQUIVO_A-gente-faz-a-linha_BSH_-_RBA.pdf

Apresentação Oral em GT

"Pixo pra me sentir vivo": notas etnográficas sobre a concepção de risco na pixação.



Daniela Sales de Souza Leão

Através de experiências de campo, pretende-se discutir sobre como a pixação proporciona reflexões acerca das concepções de risco e como esta passa a ser valorizada como experiência nos espaços de sociabilidade frequentado por grupos de pixadores. Nas rodas de conversa, formadas nesses espaços, frequentemente ouve-se sobre histórias de pixadores que viveram ou morreram após tentativas arriscadas, e que posteriormente passaram a adquirir respeito e reconhecimento entre seus pares. Demonstrando como ao se arriscarem se sentem vivos e acionam dispositivos de memória, respeito e reconhecimento, possibilitando a relação destes ao modo como experimentam e percebem o risco, pois, como enfatizou um pixador ao descrever uma de suas experiências que quase lhe custou a vida, “pixo pra me sentir vivo” (Diário de Campo, 10 de Dezembro de 2015). Além disto, “Quem não é visto, não é lembrado” (PEREIRA, 2012) é uma expressão frequentemente dita entre os pixadores para se referir a uma lógica seguida pela maioria deles se referindo a uma busca por ser reconhecido e lembrado, principalmente entre seus pares, através de suas ações mais arriscadas - para isso os pixadores procuram lugares de difícil acesso colocando em risco a sua própria vida. Ou seja, aquele que consegue gravar seu nome no maior número de lugares, e de maior destaque, alcança reconhecimento, memória e respeito. O que nos faz refletir sobre como o “gosto pelo risco” passa a ser valorizado quando se coloca como critério a experiência do pixador e sua prática, considerando, também, que os mais respeitados são aqueles que se arriscam nas escaladas, pixam órgãos jurídicos e ousam em lugares de difícil acesso. Desta forma, há um modo próprio de se pensar e experimentar o risco na pixação. Tentarei trazer, a partir de histórias de vida compartilhadas nas rodas de conversa que participei em festas de pixação, como os pixadores da cidade do Recife/Pernambuco utilizam-se da concepções de risco e o modo que experimentam através das noções de adrenalina e perigo para atribuir reconhecimento entre seus pares. Portando, pretende-se trazer a forma como experimentam e dão sentido ao risco a partir de suas próprias histórias de vida. Mary Douglas (2011) nos mostra que inicialmente a ideia de risco se referia a algo neutro, que poderia tanto apontar uma perda ou um ganho. Então, por que não poderíamos pensar sobre o risco a partir da ótica dos prazeres e ganhos? Os pixadores nos convidam a refletir sobre.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467341695_ARQUIVO_DanielaSalesRBA.pdf

Apresentação Oral em GT

ESPAÇOS PARA ESCONDER E ESPAÇOS PARA SER: a convivência e as conveniências dos riscos na experiência de bairros urbanos em Limeira (SP)

Eduardo José Marandola Junior, Stephanie Maldonado Raíssa Salgado Rodrigues

A experiência urbana de bairros urbanos conhecidos como “periféricos” é marcada pela retórica da perda e daquilo que falta: serviços públicos, urbanização, segurança, condições ambientais e de vida. O estigma da distância, da precariedade da urbanização e das condições de vida reforçam a imagem da exclusão e da violência. Tudo que falta ou que marca negativamente tais bairros está sob o signo do risco, expressando tanto perigo para os habitantes (os de dentro) quanto para os visitantes (os de fora). Estes bairros marcam a própria constituição da nossa história urbana, de um lado, e são marcados por ela, mantendo consigo o estigma do risco, mesmo depois de sua consolidação urbana ou da superação de sua condição de “periferia”. O risco, portanto, é percebido e vivido como integrante da própria identidade e constituição do bairro, tencionando a convivência no bairro e expressando seu próprio sentido, tanto como imagem projetada (sua representação no imaginário urbano) quanto os sentidos que são constituintes pelos grupos e pessoas que nele vivem. Em vista disso, conviver com o risco se torna imperativo, embora não de maneira inequívoca. Como lidar com este estigma, esta imagem marcante na experiência cotidiana? Se o acúmulo de riscos pode marcar negativamente as tentativas de inserção em outras esferas e espaços da cidade, há também uma conveniência dos riscos, que se materializam em determinados espaços destes bairros destinados a uma

maneira de ser, como contravenção, que dribla e manipula o estigma do risco a seu próprio favor. São espaços de reunião e de sombreamento; espaços para celebração e para proteção; espaços que expressam a tensão da existência e convivência com o risco no bairro, servindo de salvaguarda e de prisão. Na tensão vivida nestes bairros marcados pelos riscos, estes espaços escondem e revelam as possibilidades de ser-e-estar-no-mundo, como vida criadora que se opõe e resiste, transformando o sentido de risco e sua forma de experienciá-lo no urbano contemporâneo. Este estudo reflete sobre estas questões a partir de pesquisas realizadas em dois bairros de Limeira (SP): o Jardim Cortez e o Jardim Nossa Senhora das Dores. Bairros com histórias próprias, compartilhando o estigma de periferia e revelando, cada um à sua maneira, a constituição destes espaços distópicos de experiência dos riscos urbanos contemporâneos.

Apresentação Oral em GT

Quando cinema e saúde se cruzam: repensando a noção de “risco” e “adoecimento” à partir do filme “Kids”

Esmael Alves de Oliveira

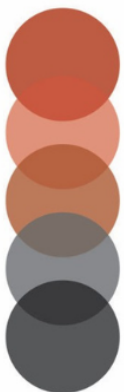
O presente work busca refletir sobre a intersecção entre cinema e saúde. Ao voltar-me para a análise do filme norte-americano “Kids” (1995), dirigido por Larry Clark, me proponho pensar, numa perspectiva antropológica, em que medida a narrativa cinematográfica constrói significados tanto sobre a noção de “risco” quanto sobre processos de adoecimento e, desse modo, reitera ou reelabora imaginários e compreensões em torno da problemática do HIV/Aids. Quais os discursos? Quais os sentidos? Quais possíveis as conexões entre a ficção e “realidade”? Como pensar a saúde a partir de uma perspectiva estético-cinematográfica? Seria possível uma antropologia da saúde a partir do cinema? São questões que busco problematizar e refletir a partir dos principais aspectos que compõem da mise-en-scène de “Kids”.

Apresentação Oral em GT

Percepção de riscos e implicações socioculturais: uma análise sobre o uso de agrotóxicos por camponeses integrados à agroindústria do dendê no Estado do Pará.

Genisson Paes Chaves, Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães dos Santos

Analisamos como e através de que constructos sociais uma sociedade camponesa da Amazônia Oriental, “integrada” a agroindústria de dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.) do Grupo Agropalma SA, faz sua leitura sobre os agrotóxicos inicialmente aplicados no dendezeiro e posteriormente em outros cultivos. À luz das contribuições de “Risco e cultura” de Douglas e Wildavsky (2012) e de outros works que versam sobre o tema, analisamos que tipo de agrotóxico é utilizado na referida vila, quem e como o aplica, como é compreendido e como o mesmo entra no sistema de classificação local. O work apresenta parte de uma dissertação de mestrado, baseada em estudo de caso realizado em São Vicente, uma vila rural localizada no nordeste paraense, precisamente no município de Moju. Nesta sociedade, o agrotóxico, que antes não era um elemento presente no cotidiano, é identificado como veneno ou química. Entra no sistema de classificação local como algo perigoso e danoso à saúde, pois fica no ar, “anda” na terra e no igarapé e se manifesta sob a forma de sereno, fortidão e catinga. Ademais, parece haver uma propriedade no veneno que é sua ambiguidade a qual se expressa no lado positivo, para a planta, e negativo, para o ser humano. Essa ambiguidade, de certo modo, resulta uma inexorável relação com o veneno. Ou seja, ao mesmo tempo em que os camponeses da referida Vila reconhecem o risco/perigo, advindo dos agrotóxicos, e o discurso das regras ditas como de proteção, entendem que não há como evitá-lo. E desenvolvem soluções próprias para lidar com essa ambiguidade, que vão desde proteções como o uso de lenços para proteger o nariz à formulação da “cola”, por exemplo - um preparado local utilizado para concentrar o veneno, para que ele não voe. É, portanto, o elemento que fixa o potencial de evaporação do orvalho, para que o sereno e a fortidão





não se propaguem. Nesse sentido, a cola impede que o veneno ande pela vila São Vicente. Na prática, estas categorias são formas de pensar os agrotóxicos e denotam como as sociedades camponesas se apercebem do alto grau de risco - algo que está no ar, que se transmuta em gotículas e entra pela respiração e pelos poros. Embora haja um discurso de valorização de normas para um suposto uso seguro do agrotóxico, estas não são nem plena nem majoritariamente seguidas. Assim, parece haver uma espécie de saber silenciado sobre o risco, cuja aceitação passa a ser localmente mediada por um curso de capacitação para lidar com o veneno. Esse work reflete sobre um processo de envenenamento que vem atualmente ocorrendo em diversas sociedades amazônicas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466454503_ARQUIVO_Artigo_RBA_2016.pdf

Pôster em GT

O Policial Militar e a influência do risco percebido na vida pessoal

João Marcos Francisco Sampaio

Devido à natureza de suas atividades, os policiais militares são os operadores de Segurança Pública que estão mais expostos ao risco. Os integrantes das corporações policiais militares estaduais desenvolvem atividades ostensivas, encontram-se em contato direto com a população civil, prevenindo, reprimindo ou mediando conflitos, e também lidam com situações de crime, sobretudo flagrante delito e situações de combate. Vale ressaltar também, que o work policial é marcado pela imprevisibilidade, o que baliza o work policial é a ocorrência (MONJARDET, 2012), ela definirá os rumos e as decisões a serem tomadas, muitas vezes decisões instantâneas, que estabelecerá se o policial será bem ou mal sucedido em sua atuação e se sairá incólume. Dados esses fatores os policiais militares estão sujeitos a serem vitimados em decorrência de sua profissão seja enquanto atuam nas ruas, por sua própria condição profissional, ou como forma de retaliação por algo que tenha feito no exercício da profissão. Tais riscos são percebidos pelos policiais, e essa percepção do risco perpassa toda a vida do agente policial, não se restringe apenas para os momentos em que o mesmo está exercendo de fato atividades policiais stricto sensu, mesmo quando está em momentos de folga e de lazer o risco está presente. Isso é notado mesmo pelos policiais que não desenvolvem atividades ostensivas, os que executam atividades-meio à efetiva prestação do serviço policial, como atividades administrativas ou de inteligência, visto que a qualquer momento poderão voltar às ruas graças a uma reorganização setorial promovida pelo Comando, além do que o próprio status de ser policial gera risco por si mesmo. O risco é percebido por todos os integrantes de forças policiais, mas é notadamente maior entre os policiais militares (MINAYO, 2007). Tal problema se agrava quando os policiais vêm de comunidades periféricas, e nelas permanecem, onde a atuação da corporação é nitidamente violenta e repressiva e onde há o domínio de grupos criminosos, nessas situações a percepção de risco é majorada e leva a criar hábitos de proteção, inclusive escondendo seu status profissional (ALVES e EVANSON, 2013). A sensação de insegurança por parte dos policiais, tanto durante quanto fora da jornada de work, leva a criação de hábitos diferenciados, de forma que o ser policial adentra em todas as esferas da vida do agente de segurança pública, é um status que se arraiga no ser, a atividade profissional se insere na vida pessoal e social.

Apresentação Oral em GT

Os sentidos do risco: a cobertura jornalística do câncer no jornal O Globo

Katia Lerner, Caio Leão Coelho

A noção de risco vem se constituindo uma categoria de grande importância nas formas de entendimento de eventos considerados negativos ou perigosos na contemporaneidade. Na saúde, isso pode ser observado pela sua circulação entre profissionais da área, instituições governamentais, meios de comunicação e indivíduos

na vida cotidiana. No entanto, não se trata de um termo estável, sendo utilizado e compreendido de formas distintas segundo os espaços, os atores sociais e os objetos aos quais se refere. Esta comunicação tem como objetivo investigar como a noção de risco vem sendo construída em relação ao câncer, tomando como eixo de investigação os enunciados jornalísticos. Nosso objeto de análise são os textos publicados no jornal O Globo entre janeiro e março de 2013, sem distinção de editoria ou formato jornalístico. Justificamos a escolha deste jornal não apenas por se tratar de um dos veículos de maior circulação no país mas principalmente por desfrutar de importante poder simbólico no cenário nacional. A saúde vem despertando o crescente interesse das mídias, as quais por sua vez representam importante espaço de produção de sentidos sobre o mundo. O jornalismo em particular desfruta de grande autoridade e legitimidade, constituindo-se, como sugerem Giddens e Miguel, um sistema perito, baseado em relações de confiança. No entanto, ele não apenas desfruta de confiança, mas é um ator político importante que pode promovê-la, posicionando-se como instância capaz de conferir ou minar a legitimidade de certos saberes, no que Miguel conceituou como “meta-sistema perito”. Os textos analisados sugerem que a produção noticiosa sobre o risco adquire algumas especificidades devido ao caráter crônico desta enfermidade. Diferente das epidemias, que se apresentam em geral pela noção de urgência, outra temporalidade se instala, a do cotidiano, o que se atesta pela sua presença nos mais diferentes espaços do jornal. Nas editorias de cultura, observamos a visibilização de inúmeras personagens “célebres” ou de ficção caracterizadas como “vencedoras” ao debelar a doença. Nas editorias de ciência e saúde, a noção de perigo aparece domesticada pelo poder da ciência, apresentada como instância promotora de esperança mediante as novas descobertas científicas. O jornal se apresenta como espaço de orientação sobre autocuidado, convergindo com o discurso científico ou ainda sobrepondo-se a ele ao omitir por vezes as fontes e se instituindo como principal autoridade discursiva. O grande lugar do risco parece não se situar na doença em si, mas na postura das autoridades ao lidarem com ela, seja na sua associação com a saúde pública, mostrada como inepta, seja no destaque dados aos políticos doentes, frequentemente retratados como “maus” gestores da sua própria enfermidade.

Apresentação Oral em GT

Medo, medos corriqueiros, risco e sociabilidade

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Esta comunicação parte do pressuposto de que o medo é uma emoção constituída no interior das relações sociais. Emoção esta significativa no entendimento e análise das formações societárias. Parte da questão relevante de que o medo é uma emoção socialmente disposta e uma construção social de sentidos, fundamental para se pensar os processos de sociabilidades e de formação dos instrumentos da ordem e da desordem em um social qualquer. O objetivo desta comunicação é o de compreender e discutir as bases da construção social do medo no imaginário do homem comum, como um jogo permanente de manutenção, conformação e transformação de ensaios sociais e individuais realizados enquanto redes de conflito que informam e formulam um social em um tempo e em um espaço determinado. A discussão sobre os medos privilegia, nesta comunicação, não os grandes medos, mas os medos ordinários e corriqueiros presentes na vida cotidiana de uma sociabilidade. O medo, enquanto emoção social monta, compreensivamente, as bases da construção social em que se assentam os códigos do silêncio e da discrição enquanto configurações social e psicológica de retraimento e subordinação, bem como, enquanto um processo disciplinar e da paralisia social ou individual por ele provocado. Toma como ponto de partida analítico as relações entre indivíduos ou grupos, apreendidas como permeadas pela presença direta ou indireta do medo. A problemática do estranhamento enquanto impulso que afasta ou se aproxima do outro é vista através da constituição ambígua dos medos cotidianos que informam e conformam a vida ordinária. Simmel discute a noção de segredo através do aspecto de mão dupla que este conceito permite: o do risco e insegurança e do medo que provoca a ação, e o da configuração e a remontagem dos experimentos socialmente dispostos pela ação social de



indivíduos e dos grupos sociais. Nesta via de mão dupla sobressai o fenômeno da possibilidade da traição como um elemento a mais a emoldurar as ações coletivas e individuais. A possibilidade de traição entendida através da centralização e da busca do controle dos membros de uma comunidade de segredo à guarda e à manutenção do mesmo e, simultaneamente, através da ação de garantir sentido à eficácia própria do segredo, antes de apenas anestesiar os membros de uma comunidade. A ação social e socializadora e os caminhos de sua negação ou de sua imposição serão analisados como uma ação de risco, se fazendo ou se exercendo sempre sob a possibilidade de traição e quebra de confiança aliançada nas interações. Trás como resultado analítico, por fim, de que é o controle do medo ou sobre o medo de traição que parecem se assentar os códigos conformadores ou transformadores de uma instância societal qualquer.

Palavras chave: Medos, MedosCorriqueiros, Risco

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/484_2016-11-24.pdf

Apresentação Oral em GT

O risco como governo, o governo do risco e suas implicações

Raquel Oliveira Santos Teixeira

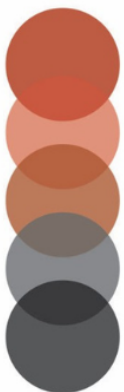
Segundo Ewald (2000), risco tem se tornado um conceito ubíquo na sociedade moderna, presente no campo dos negócios, dos investimentos financeiros, das ameaças ecológicas, da seguridade social, médico, militar, do controle da criminalidade e mesmo no domínio jurídico onde o termo é associado às noções de responsabilidade e confiança. Para Guivant (1998), a despeito das divergências, as abordagens sociológicas do risco apresentam em comum a crítica às leituras estritamente técnicas e quantitativas dos riscos na medida em que estas desconsideram “que tanto as causas dos danos como a magnitude de suas consequências estão mediadas por experiências e interações sociais” (p. 3). A proposta é discutir maneira sintética as principais abordagens teóricas do risco, enfatizando as limitações da perspectiva de Ulrich Beck e discutindo novos potenciais de análise aportados pelos estudos da governamentalidade. A partir da pesquisa empírica desenvolvida no âmbito do doutorado, a saber, a análise da trajetória de luta de um grupo de moradores afetados pelas emissões de um incinerador de lixo industrial e hospitalar em Belo Horizonte, problematizo as modalidades de tratamento institucional associadas à gestão dos riscos cujos resultados são particularmente perversos para as populações afetadas e suas unidades de mobilização.

Apresentação Oral em GT

Sociedade de risco e Legislação Antiterror

Veronica Tavares de Freitas

O debate da sociedade de risco acarreta uma série de consequências na modernidade. A possibilidade de destruição em massa e uso de armamentos de variados tipos criam uma atmosfera de insegurança atual. De outro lado, este mesmo discurso é utilizado para justificar políticas que reduzem direitos e aumentam a esfera do direito penal e do controle estatal. Um dos processos contemporâneos em que esta relação contraditória se verifica é na política de "combate ao terror" protagonizada pelos Estados Unidos desde 2001 e já hegemônica nas relações internacionais do ponto de vista ocidental. Além de servir como justificativa para a manutenção de guerras e intensificação de tensões entre povos, na política interna dos países cria-se por todo o mundo legislações antiterror que apresentam como característica a amplitude desta categoria, aprofundando a arbitrariedade dos operadores jurídicos, bem como a retenção do direito à manifestação e o incremento punitivo estatal. O presente work tem como objetivo analisar a legislação antiterror nacional em curso, estudando o processo de institucionalização deste novo tipo penal e quais os riscos provocados pela iniciativa



que justamente se pretende como uma "prevenção" ao risco do terrorismo. O Projeto de Lei 2016/2015 em tramitação prevê de 12 a 30 anos de detenção para quem "provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública". Nota-se a amplitude da legislação, ressaltando-se que se trata de um debate internacional a dificuldade em classificar o que seriam atos de terrorismo do ponto de vista legislativo. Após intensos debates na Câmara, o Projeto de Lei ressalva que manifestações políticas estariam fora do enquadramento previsto, entretanto o mesmo texto prevê entre as possibilidades de prática terrorista os atos de "incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado", o que constitui um repertório de ação das manifestações políticas, como ocorreu em 2013 nas grandes mobilizações nacionais contra o aumento das passagens. Vale assinalar que ainda não é possível pesquisar os efeitos da legislações, uma vez que a mesma não está em vigor no Brasil, entretanto faz-se necessária a análise do debate público que ensejou o Projeto, à luz das posições internacionais, bem como o estudo dos agentes do Estado envolvidos com sua aprovação.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466451702_ARQUIVO_SociedadederiscoeLegislacaoAntiterror.pdf

GT 060: Territórios e Impactos Socioambientais: projetos desenvolvimentistas e reordenação territorial na América Latina.

No mundo contemporâneo, regiões, territórios e paisagens tornaram-se espaços de construção identitária que produzem efeitos sobre políticas públicas. A partir dos anos 1990, sobretudo, observa-se um expressivo aumento da produção intelectual sobre processos de reconfiguração espacial desencadeados por ações econômicas e sociopolíticas, seja em reflexões a respeito dos impactos socioambientais de projetos desenvolvimentistas sobre povos originários e comunidades tradicionais, seja na abordagem de temas como a relação periferia-centro, o binômio natureza-cultura e o fluxo de saberes que subverte relações de poder. Com o término de regimes de exceção em vários países na América Latina e a retomada do crescimento econômico no âmbito da mundialização do capital, os impactos provocados por empreendimentos de caráter extrativista vêm gradativamente se intensificando. Contudo, novas ações coletivas vêm emergindo a partir da crítica ao modelo exportador predatório imposto pelos setores econômicos e políticos - conservadores ou progressistas - nos governos da região. Neste grupo de trabalho, nos propomos a debater as relações e tensões entre neoliberalismo e natureza no contexto de conflitos socioambientais e territoriais na América Latina, enfatizando o campo de lutas sobre o meio ambiente, o controle de seus recursos e redefinições que dizem respeito à "participação" e autonomia territorial.

Izabel Missagia de Mattos (UFRRJ) e Senilde Alcântara Guanaes (Universidade Federal da Integração Latino Americana) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

Hidrelétricas e impactos socioambientais no território Kayabi

Adriana Francisca de Medeiros, Simone Ferreira de Athayde Adnilson de Almeida Silva

No Brasil, na última década temos assistido a instalação de um modelo econômico grandioso denominado Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), este foi lançado oficialmente em 22 de janeiro de 2007, e a segunda etapa do programa (PAC2), lançado em 2011. Com duração de 4 (quatro) anos o PAC – 1, objetivou estimular o investimento privado em obras de infraestrutura e tinha previsto três "eixos" de investimento,

assim intitulados: (1)Logístico: onde estão incluídas as obras de transporte terrestre e fluvial. (2) Energia: onde estão incluídas obras dos setores elétrico e petrolífero. (3) Infraestrutura Social: onde se incluem as obras de construção e ampliação de metrô; habitação e saneamento; acesso à água; e o programa Luz para Todos. O PAC- 2 ampliou alguns eixos, porém o objetivo principal foi à continuidade do PAC -1. A região Amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo e concentra grande potencial de aproveitamento de recursos hídricos para a geração de energia, nesse sentido, o PAC prevê a construção de diversos projetos de geração de energia elétrica na região. Até o momento, estão sendo construídas 18 usinas hidrelétricas de médio e grande porte, algumas já em funcionamento, como a Santo Antônio e Jirau em Rondônia e a Teles Pires em Mato Grosso. Essa última fica nas proximidades das cidades de Paranaíta, no Mato Grosso, e Jacareacanga, no Pará, é a maior usina do Complexo Teles Pires, formado por seis hidrelétricas, que terá capacidade instalada de 1.820 megawatts (MW), gerados a partir de cinco turbinas, cada uma com capacidade de 364 MW. As margens do Rio Teles Pires está situada as Terras Indígenas dos Munduruku, Apiaká e Kayabi. O território tradicional Kayabi encontra-se as margens do Alto do Teles Pires desde a “confluência do Rio Verde até alguns quilômetros acima do rio Peixoto de Azevedo, e parte da bacia do rio dos Peixes, afluente da margem direita do rio Arinos. Muitos indígenas abandonaram suas terras ancestrais no século XX, movidos por conflitos e pela Expedição denominada “Roncador- Xingu” que ocasionou na retirada da maioria dos indígenas para o recém criado Parque Nacional do Xingu. Alguns kayabi resistiram aos apelos dos irmãos Villa- Boas e recusaram a abandonar o lugar em função da ligação afetiva. Atualmente vivem várias famílias kayabi remanescentes desse grupo que resistiu a mudança de território. Ultimamente, os desafios do Povo Kayabi do Teles Pires é conviver com os impactos socioambientais provocados com a construção das hidrelétricas construídas no seu território, como as alterações impostas ao seu modo de vida e as mudanças no ambiente natural da pesca, caça e água, pela interferência que as áreas dos reservatórios das usinas levam ao seu território.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466471779_ARQUIVO_artigoHidreletricaseimpactossocioambientaisnoteritorioKayabi_.pdf

Pôster em GT

Políticas de desenvolvimento e territorialidades: análise de um conflito territorial em Rio Acima/MG

Amanda Gonçalves de Almeida

O presente work apresenta resultados parciais e discussões da pesquisa intitulada “Políticas de desenvolvimento e territorialidades: análise de um conflito territorial em Rio Acima/MG”, fomentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais/FAPEMIG. Este estudo , centra-se na análise processual com a finalidade de identificar e analisar práticas sociais e espaciais experienciadas por diferentes populações rurais e urbanas. Não perdendo de vista a diversidade de discussões acerca das concepções de desenvolvimento, o work, procura discutir a partir dos conceitos de lugar, território e paisagem, as percepções dos moradores da cidade e do campo acerca das dinâmicas sócio-espaciais e econômicas, identificando fronteiras (materiais, espaciais, políticas, simbólicas) através de formas de segregação, sociabilidade, territorialidades e configurações do espaço público, apreendidas tanto em suas formas discursivas e performáticas, quanto imagéticas. O município de Rio Acima/MG local onde é realizada a pesquisa, situa-se na região metropolitana de Belo Horizonte e em uma das regiões do Quadrilátero Ferrífero que tem sido historicamente palco de disputas conhecida por Serra do Gandarela. Esta análise é desenvolvida em um contexto marcado por conflitos territoriais e socioambientais envolvendo diferentes propostas de criação de Parque Nacional que apresentam interesses diversos acerca da apropriação territorial na Serra do Gandarela em resposta ao empreendimento mineral Projeto Apolo da empresa Vale S.A. A primeira fase da pesquisa consistiu em levantamento documental e de dados socioeconômicos, espaciais e imagéticos, em bases de



dados documentais e estatísticos já existentes acompanhando as discussões propiciadas por estudos que abrangem a mesma temática. A segunda fase iniciou-se com a observação participante e entrevistas aprofundadas em caráter de história de vida e, embora, abertas, procuram detalhar, no contexto em análise, questões diversas como: as transformações do lugar; as formas de sociabilidade; saber-fazer; gestão do espaço público/ usos do espaço; grandes obras/desenvolvimento. Em virtude dos desdobramentos e do processo de análises de dados, o work propõe uma discussão referente as metodologias aplicadas, linhas teóricas utilizadas e apresenta uma reflexão a partir dos dados parcialmente coletados relacionando os pressupostos teóricos e categorias utilizadas no desenvolvimento da pesquisa.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467339522_ARQUIVO_Bannerrbapdf.pdf

Apresentação Oral em GT

Políticas de conservação e direitos territoriais dos povos indígenas: o caso da região San Martin, no Peru

Anahí Chaparro Ortiz de Zevallos, Miguel Valderrama Zevallos

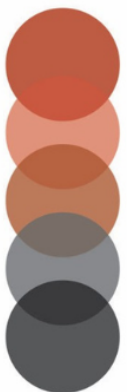
As florestas amazônicas estão no centro do debate sobre as estratégias frente às mudanças climáticas e a definição de metas de redução de emissões de carbono. Em resposta, os governos nacionais e sub-nacionais, as empresas, as agências não-governamentais e população local têm começado a prestar maior atenção às estratégias de conservação e aos possíveis incentivos prometidos frente a sua implementação. Para alguns (Fairhead et al., 2012), este interesse crescente está gerando o fenômeno da "apropriação verde" (ou green grabbing), entendida como a grilagem de terras e dos recursos naturais por parte de terceiros para a conservação, afetando o uso e controle por parte das populações locais e, em muitos casos, dos povos indígenas. Podemos encontrar antecedentes destes conflitos nas discussões entre ambientalistas e povos indígenas sobre a criação de áreas naturais protegidas. No entanto, no contexto descrito, estes estão adquirindo novas dimensões ao envolver uma maior variedade de atores locais e globais, a mercantilização de diferentes aspectos da natureza e a criação de novos mercados. Por outro lado, no cenário internacional atual, as demandas das organizações dos povos indígenas têm ganhado visibilidade. Isto tem gerado que, dentro dos acordos de cooperação entre os governos no âmbito das negociações sobre as mudanças climáticas, se tem incluído financiamento para garantir a segurança jurídica dos territórios destes povos. Esta proposta procura reflectir sobre a disputa entre estas dois projetos de ordenamento territorial descritas na região de San Martin. Esta é reconhecida no Peru por ser a primeira a implementar um processo de zoneamento ecológico económico e ordenamento territorial. No entanto, os instrumentos de gestão territorial e as estratégias de conservação implementadas não têm considerado os direitos dos povos indígenas. Isto tem produzido conflitos pela superposição de áreas naturais protegidas e outras áreas de conservação sob o controle do Governo Regional ou associações privadas sobre os territórios Kechwa e Shawi. Diante deste contexto, nós analisaremos como as propostas de desenvolvimento territorial em San Martin são construídas a partir da análise das diferentes formas de representação do espaço, dos critérios de definição da alteridade nas políticas e instrumentos de gestão pública, dos mecanismos de construção das fronteiras, e dos discursos que legitimam formas de apropriação e das regras de acesso, uso e controle do território.

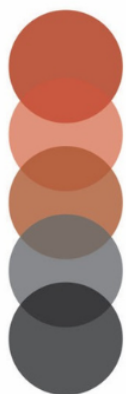
Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467341320_ARQUIVO_RBA_CHAPARRO_VALDERRAMA.pdf

Apresentação Oral em GT

Impactos e riscos sociais em programas de usinas hidrelétricas: Os deslocamentos compulsórios das populações atingidas e o case Simplicio





Andreza Aparecida Franco Câmara, Napoleão Miranda Paulo Brasil Dill Soares

Nos últimos anos, o cenário político e econômico brasileiro foi marcado pela ideologia desenvolvimentista, que enfatiza o processo de modernização e industrialismo no Brasil, a partir da difusão da tecnologia em larga escala para impulsionar o crescimento econômico e apoiar esse sistema, que se baseia em um estado permanente de crise e renovação, demandando, portanto, atuação mais efetiva e concreta do Estado. Objetivava-se compreender o processo de escolha do trecho que compõe a bacia do rio Paraíba do Sul por parte do empreendedor (Furnas) para a instalação do AHE Simplício. Será realizada uma análise crítica acerca dos elementos geopolíticos, econômicos e sociais dessa região. Igualmente, serão avaliados os reflexos das (in)ações dos atores estatais que atuam nos Municípios atingidos pela usina, dentre eles: i) as Procuradorias Municipais de Sapucaia, Três Rios, ambas do Estado do Rio de Janeiro e ii) de Além Paraíba e Chiador, em Minas Gerais, e iii) o papel das Prefeituras dessas municipalidades, como também iv) as entidades federais envolvidas no processo implantação e operação da Usina Simplício, como a atuação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e sua preocupação exacerbada com o aspecto ambiental do conflito. Serão estudadas, ainda, as decisões proferidas pelos magistrados da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, situada em Três Rios e da Comarca mineira, através das ideias de Geertz (1980), que destacam o rompimento com o funcionalismo estatal, propõe-se um estudo sobre a centralização e a teatralização dos conflitos judiciais entorno da ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal, enquanto esfera privilegiada de organização política da sociedade na solução dessas tensões, para além de suas configurações formais, idealizada enquanto arena em que se manifesta o poder e sua estrutura materializada nos órgãos governamentais e nas políticas públicas impessoais, a partir da atuação dos diversos atores políticos envolvidos no processo de implantação do AHE Simplício – Queda Única, sob a ótica proposta por Geertz de uma organização estatal que representa uma realidade mais performática do que baseada em categorias como poder, burocracia, dominação ou autonomia. Para tanto, a metodologia empregada consistiu na revisão de literatura sobre o tema, análise qualitativa de documentos expedidos pelo empreendedor para legitimar seu discurso, bem como os contratos firmados por Furnas e os reassentados, conjunto legislativo em vigor, com destaque para a Política Nacional de Barragens, e as ações civis públicas propostas pelo Ministério Público Federal. Por fim, serão analisados os dados obtidos através de entrevistas semiestruturadas com os agentes políticos dos Municípios de Três Rios e Sapucaia, no Estado do Rio de Janeiro.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466376494_ARQUIVO_IMPACTOSERISCOSSOCIAISEMPROGRAMA_SDEUSINASHIDRELETRICAS.pdf

Apresentação Oral em GT

A “Participação” e suas variantes no Licenciamento Ambiental nas Terras Indígenas do Espírito Santo

Carolina Llanes Guardiola

Neste work proponho analisar as representações associadas à participação nos espaços políticos de diálogo e negociação por parte dos grupos indígenas no Espírito Santo, relacionados aos empreendimentos industriais que são próximos ao seu território. Meu objetivo é analisar a constituição das diferentes estratégias para lidar com os avanços do desenvolvimento nos territórios indígenas. Isto é, diante do cenário de interesses empresariais na região norte do estado, em proximidade com as Terras Indígenas das etnias Tupiniquim e Guarani, os sujeitos indígenas têm tido uma participação importante dentro deste tipo de intervenção econômica. O work busca discutir a oscilação entre as formas de reivindicação e participação, entre o modelo próprio de lutas e conquistas por/de direitos e o modelo oficial de ordem e “harmonia”. Uma e outra coincidem como estratégia de visibilidade dentro do processo de Licenciamento Ambiental. Pretendo mostrar

as variantes surgidas e os níveis de negociação elaborados ao longo do tempo, assim como, os resultados que podem ser vistos nas indenizações e compensações que se baseavam em jogos de camisa, barco de alumínio, entre outros, para hoje, envolverem milhões de Reais em dinheiro e projetos sociais e agrícolas. Esta análise se desenvolve a partir do método etnográfico e da revisão bibliográfica das diferentes produções acadêmicas sobre tais etnias.

Apresentação Oral em GT

Do campo à cidade. Políticas de desenvolvimento, territorialidades e migrações (uma comparação triangular)

Douglas Mansur da Silva

Trata-se de um estudo comparativo, sob uma perspectiva etnográfica, de três contextos sociais, no estado de Minas Gerais, envolvendo a transformação dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder, por diferentes atores sociais - Estado, instituições, movimentos sociais, populações rurais e urbanas e/ou tradicionais, entre outros, mobilizados em torno da apropriação e dos usos legítimos do espaço e articulados a distintas concepções de desenvolvimento. O objetivo principal desta pesquisa é identificar e analisar práticas sociais acerca dos usos do espaço, das territorialidades e da autonomia territorial, e o modo como são percebidas e narradas as transformações socioambientais e espaciais experienciadas por diferentes populações, rurais e urbanas, em decorrência de políticas de desenvolvimento. A pesquisa abrange: moradores da periferia urbana oriundos da zona rural de municípios da Zona da Mata mineira e que migraram para Viçosa/MG; agricultores e pescadores artesanais ribeirinhos atingidos por barragens na região do Campo das Vertentes, deslocados para bairros urbanos, como parte da política de compensação; e populações rurais e de áreas de disputa socioambiental deslocadas em decorrência de grandes empreendimentos de mineração, na região do quadrilátero ferrífero mineiro.

Pôster em GT

Conflitos socioambientais e violação de direitos nas comunidades de Onze Negras e Negros de Gilu

Erivelton Antonio dos Santos Silva, Cayo Adriano Silva Feitosa

30^a reunião de antropólogos (Grupo de work 060. Territórios e Impactos Socioambientais: projetos desenvolvimentistas e reordenação territorial na América Latina.) Conflitos socioambientais e violação de direitos nas comunidades de Onze Negras e Negros de Gilu. A partir da nossa participação no projeto Quilombos no Brasil, no âmbito do estado de Pernambuco, que objetiva a estruturação de um banco de dados sobre a situação das comunidades quilombolas no Brasil, identificamos nos municípios de Itacuruba e do Cabo de Santo Agostinho, os casos das comunidades quilombolas de Negros de Gilu e d Serrote do Gado Brabo, respectivamente, que consideramos como paradigmáticos. São situações que demonstram o descompasso entre o que é garantido pelo Estado em relação ao reconhecimento territorial e a situação por elas vivenciadas. O projeto, na sua primeira fase, realizou levantamento bibliográfico e documental sobre as comunidades quilombolas, com base nos dados do INCRA, Fundação Cultural Palmares, Instituto de Terras do Estado, teses e dissertações acadêmicas, cujos dados foram compilados e organizados em fichas ordenadas por nome da comunidade e município. Foram os conflitos enfrentados pelas comunidades que nos chamaram a atenção. Diante da diversidade que os dados apresentavam, decidimos por privilegiar as comunidades Onze Negras e Negros de Gilu. Nesse sentido, objetivamos caracterizar os conflitos socioambientais nesses municípios referentes às situações enfrentadas pelas duas comunidades citadas através de pesquisa documental. O intuito é de identificar os empreendimentos, os impactos causados a essas comunidades, os sujeitos e os recursos ambientais envolvidos, e conflitos étnico-territoriais, de forma a compreender a violação de direitos e a violência sofrida por essas comunidades quilombolas no estado de Pernambuco.





Apresentação Oral em GT

As hidrelétricas do PAC e a (não) demarcação de terras indígenas

Estella Libardi de Souza

Nos últimos anos, os avanços significativos registrados quanto ao reconhecimento formal dos direitos territoriais indígenas, pelo Estado brasileiro, após a Constituição Federal de 1988, parecem ter recuado severamente. Os povos indígenas têm insistentemente se mobilizado contra o que afirmam ser a paralisação injustificada de processos de demarcação de terras indígenas, conduzidos pelo executivo federal, a qual é parte de um “ataque sistemático” aos direitos indígenas, empreendido pelo Estado em seus diversos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), conforme denunciam os povos indígenas. Ademais, entre as graves ameaças enfrentadas, hoje, na defesa dos seus territórios, está a expansão de projetos extrativos, como usinas hidrelétricas, que incidem sobre e/ou afetam os territórios indígenas (formalmente reconhecidos ou não pelo Estado), os quais, planejados e financiados pelo governo federal, parecem contrapor os interesses governamentais – ditos como “interesses nacionais” – na implantação de tais empreendimentos ao dever do Estado brasileiro em demarcar e proteger as terras indígenas. Neste artigo, discutimos (possíveis) interferências de interesses governamentais quanto à implantação de grandes empreendimentos hidrelétricos no curso dos processos de demarcação das terras indígenas. Para isso, utilizamos, principalmente, pesquisa documental a partir de informações disponibilizadas pela Fundação Nacional do Índio sobre terras indígenas potencialmente afetadas por projetos hidrelétricos incluídos na 2^a fase do Programa de Aceleração do Crescimento – em abril de 2011 – bem como dados sobre o histórico dos processos de demarcação de terras indígenas, no período de 2007 a 2016. Na análise, consideramos as alterações advindas dos parâmetros estabelecidos por meio da edição da Portaria Interministerial n^o. 419/2011, posteriormente substituída pela Portaria n^o. 60/2015, quanto ao que se considera (ou não), no âmbito de processos de licenciamento ambiental conduzidos pelo governo federal: (a) terras indígenas; e (b) terras indígenas “impactadas” por hidrelétricas. Embora ainda sejam necessários dados mais precisos sobre as terras indígenas afetadas por hidrelétricas, as informações disponibilizadas e a análise realizada reforçam os argumentos dos povos indígenas quanto à ação deliberada do governo federal em paralisar – ou procrastinar – processos de demarcação de terras impactadas por empreendimentos tidos como “estratégicos” e de “interesse nacional”.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466472646_ARQUIVO_Artigo30aRBA-EstellaLibardi.pdf

Apresentação Oral em GT

OS IRREDUTÍVEIS: processos de resistência, territorialidade e identidade em Itaipu (RJ)

Ismael Andres Stevenson Dechelette, Ronaldo Lobão

Os processos de urbanização em locais onde existe uma vida social estabelecida, neste caso a orla marinha, através de grandes empreendimentos numa relação cosmológica com a paisagem, uma topophilia (TUAN, 1979), de querência (MELLO M.A. e VOGEL, 2004) expressas no conceito de “território usado” de Milton Santos (1999) trazem consigo processos de “desterritorialização” (APPADURAI, 2001) de grupos sociais vistos como mais vulneráveis. A complexidade pela qual se configuram estes conflitos dizem a respeito de uma “cosmologia” do Estado operando através de mecanismos “Neocoloniais” (LOBÃO R, 2010) de produção de políticas públicas, as quais visam transformar o espaço para o Mercado. No caso de Itaipu, o loteamento feito na década de 70, da antiga Fazenda Itaipu, passou por cima de algumas áreas onde os Pescadores Tradicionais Artesanais de Itaipu (MIBIELLI, 2014) devido a implementação da Resex-Mar Estadual de Itaipu. Estas áreas em conflito envolve vários atores, os pescadores operando através de um regime Tradicional Artesanal, a loja maçônica Sveiter que apela ao regime de proprietário da área privada, e

o Estado com seu regime de espaço público. Este conflito permite pensar as relações que a urbanização traz consigo ao se estabelecer por cima de "espaços vividos" na hora que pescadores se empoderam através de políticas públicas de conservação.

Apresentação Oral em GT

Tecnologia, natureza e ciências sociais: um engenheiro e seu caleidoscópio humano.

Janaína Tude Seva, Renata da Silva Nobrega

As tensões entre tecnologia, natureza e ciências sociais relacionadas aos grandes projetos remontam do final do século XX e vem ganhando terreno acadêmico e político especialmente quando, por um lado, os governos latino-americanos adotam a perspectiva desenvolvimentista em suas ações de Estado e, por outro, os povos e populações tradicionais irrompem contra os regimes autoritários e os efeitos nefastos da implementação das grandes obras e empreendimentos de infraestrutura encabeçados pelos referidos governos. As diretrizes e experiências neoliberais contemporâneas acentuaram essas relações e tensões que se expressam em disputas territoriais, muitas vezes sangrentas, mas também nos conflitos institucionais derivados das diferentes concepções sobre a natureza e sobre os direitos dos distintos sujeitos em confronto pelo controle não apenas da própria natureza mas também dos mecanismos de legitimação desse controle. Partilhando do suposto que o "fluxo de saberes subverte relações de poder", pretende-se neste artigo abordar as contribuições do campo dos estudos tecnológicos e produtivos sobre as grandes obras para o campo das ciências sociais, com destaque para a antropologia, especificamente quanto às estratégias de atuação dos mega empreendimentos frente aos "obstáculos" que possam aparecer diante de seus projetos, ou seja, as pessoas que moram, trabalham ou circulam cotidianamente em seus lugares. Tem-se como base para esta reflexão a produção intelectual que o pesquisador Oswaldo Sevá Filho trouxe tanto para as ciências sociais com ênfase à antropologia e sua atuação profissional nos conflitos, quanto para os povos, comunidades e organizações sociais, a partir de seu lugar de fala: as engenharias e os estudos sobre os processos produtivos de energia numa perspectiva social e geográfica, mas também antropológica. Sua contribuição, que extrapola a produção bibliográfica sobre o tema dos mega-projetos energéticos, é tomada aqui a partir de sua prática de pesquisa extensionista e do diálogo direto junto aos grupos diretamente atingidos por grandes barragens, minerações, exploração petrolífera em terra e mar, usinas termelétricas, monocultura da cana e usinas de álcool, dentre outros. Neste contexto Sevá se tornou uma referência por assessorar movimentos sociais populares, de trabalhadores das grandes obras e empreendimentos dos setores energéticos; atuando interdisciplinarmente nas áreas de saúde do trabalhador e conflitos ambientais decorrentes dos projetos e ações desenvolvimentistas, aprimorou juntos as comunidades e povos atingidos metodologias de produção de conhecimento sobre os territórios e os conflitos, instrumentalizando-as em suas lutas por direitos e contra a expropriação de populações e a espoliação da natureza.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466477882_ARQUIVO_SEVA&NOBREGA_ABA_2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Quilombolas vivos e envenenados

Jaqueline Vilas Boas Talga

O presente work é o resultado das vivências e pesquisas junto a quatro comunidades quilombolas no estado de Goiás. A pesquisa ação foi realizada via coordenação do projeto de extensão "Comunidades tradicionais em rede: criação e circulação visual no cerrado goiano", promovido pelo Instituto Federal de Educação de Goiás (IFG) em parceria com o Ministério da Cultura. Foram realizadas pesquisa ação em três comunidades



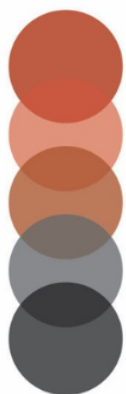
quilombolas rurais: Porto Leocárdio/Lavrinhas, no município de São Luis do Norte; Rio do Peixe, no município de Niquelândia; Pombal, no município de Santa Rita do Novo Destino e em uma comunidade quilombola urbana: João Borges Vieira, na cidade de Uruaçu. São muitos os elementos, símbolos, memórias, festividades, danças, religiosidades, dificuldades, esperanças, forças, resistências, vida e sorrisos encontrados. Contudo, uma das questões que mais chamaram a atenção de toda a equipe, foi a questão do veneno, chamado de agrotóxico, utilizado massivamente nas áreas rurais no entorno dos territórios quilombolas. Este work compartilha como as comunidades estão reagindo a essa agressão ao meio ambiente, à saúde e à cultura. O fato se evidenciou, com maior ênfase, durante um dos works de campo, no município de São Luis do Norte, no qual todos os integrantes sentiram gotículas de veneno, as quais caíam do avião que sobrevoava a plantação de cana jogando veneno. O território quilombola em questão, se constitui enquanto um corredor verde, é a única área que não tem plantação de cana ou soja. Pudemos observar que a área da comunidade é utilizada como local de manobra da aeronave. A partir dessa evidência começamos a nos atentar na observação dos impactos do uso do agrotóxico na saúde, levantados pelo dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva em 2015. Os impactos foram observados nas vivências, como nas entrevistas concedidas por sujeitos das comunidades quilombolas rurais. Em todas as três comunidades, nas falas dos sujeitos entrevistados o veneno aparece. E majoritariamente, aparece enquanto um elemento externo a eles, e que prejudica a saúde de todo o território. Inclusive, em uma das falas um senhor deixou de plantar a sua roça de arroz e de milho, pois, segundo ele é preciso ficar vigiando o tempo todo, para os pássaros não comerem a plantação, porque tudo em volta está cada vez mais desmatado e com plantações de soja e cana, e com isso, os pássaros não têm o que comer. O aumento do desmatamento que têm contribuído para o aumento da produção de monocultura e o uso, em dosagens cada vez maiores de veneno nas áreas rurais tem contribuído para o envenenamento dos alimentos, do ar, do solo, dos animais, dos sujeitos e de suas culturas.

Apresentação Oral em GT

Problematizando o conceito de desenvolvimento: uma reflexão sobre consumo, bem estar e meio ambiente na América Latina

José Alex Rego Soares, Érica Renata de Souza (UFMG)

O objetivo desta comunicação é debater o conceito de desenvolvimento capitalista e, assim, problematizar o conceito do desenvolvimento nessa lógica segundo a qual o bem estar social é resultante única e exclusivamente das condições materiais. Nesse sentido, abordaremos duas questões importantes para essa análise: i) a relação do local com o global, considerado que o sistema capitalista impõe perdas de condições locais de desenvolvimento a partir da premissa da globalização, estabelecendo uma ruptura entre as condições de acumulação do presente e as condições para o controle dos impactos socioambientais, pareando bem estar social e consumo como sinônimos; ii) o impacto desse modelo para a sustentabilidade, ou seja, a relação entre o poder de consumo de uma sociedade, seu bem estar e o meio ambiente. Referimo-nos à homogeneização do consumo e a um padrão de desenvolvimento que ganha contornos intangíveis, uma vez que a mercadoria é uma consequência da necessidade de gerar lucros, o que é alcançado pela apropriação do work e implica diretamente na produção de conflitos socioambientais. Estabelece, portanto, um tipo de ação econômica que repercute e se desdobra numa padronização da vida e do work enquanto mercadoria, pasteurizando o cotidiano e moldando o espaço a fim de transformar o work em mercadoria equivalente. Endividados sobre o manto do consumo fetichizado, os indivíduos têm que suportar essa dívida para com a sociedade e o ambiente, alimentada pelo mito do progresso e da prosperidade. Qualquer sociedade que encare essa lógica de forma distinta é associada ao atraso, à condição de uma sociedade fora das condicionantes do progresso, “primitiva” ou “atrasada”. As sociedades capitalistas são criadores de novos mitos, novos totens: a mercadoria como o universal da humanidade, símbolo e síntese do progresso e da sustentação de uma cultura de consumo que permite sua autofagia ambiental. Aqui propomos pensar o desenvolvimento a partir



do pressuposto de que se faz necessária a reinvenção das condições para a criação de um estilo de vida que integre e seja integrado ao meio ambiente. Nesse sentido, a ordem seria desglobalizar, des-homogeneizar o consumo, pensar o local e suas próprias particularidades, suas tecnologias, seus costumes, suas capacidades de articulação e convivência entre o local e o global, reconhecendo que natureza e cultura não são domínios separados e independentes. Para esse exercício de reflexão, tomaremos questões referentes à América Latina, considerando que a região tem historicamente evidenciado um paradoxo entre propostas neoliberais de desenvolvimento e práticas políticas e econômicas de predação.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466475548_ARQUIVO_PaperRBASoareseSouza.pdf

Apresentação Oral em GT

Territorialidade, Conflito e Autonomia no Território Quilombola do Curiaú (AP)

Joseline Simone Barreto Trindade

Autora: Joseline Simone Barreto Trindade (UNIFESSPA) Este work se filia aos estudos antropológicos que analisam os processos de territorialização quilombola no Brasil. Proponho refletir sobre a territorialidade específica quilombola frente à sobreposição de unidades de conservação. O objetivo do artigo é abordar os conflitos socioambientais produzidos a partir da sobreposição de unidades de conservação (UCs) com as terras tradicionalmente ocupadas no Brasil, especificamente, as UCs que incidem sobre os territórios quilombolas, tomando-se como estudo de caso o conflito no Território Quilombola do Curiaú (TQC) e a gestão da Área de Proteção Ambiental do rio Curiaú (APA), no estado do Amapá. Busco problematizar como os instrumentos de gestão ambiental, a exemplo do Plano de Manejo e das políticas de zoneamento, impactam as dinâmicas territoriais dos agricultores quilombolas no Curiaú, comunidade quilombola que fica em Macapá, capital o Estado do Amapá, mais precisamente a 8 KM do centro de Macapá. Explicito as estratégias dos agentes sociais: agricultores quilombolas, instituições públicas e mediadores, no debate sobre as novas regras de uso do território com o advento da Unidade de Conservação de Uso Sustentável (UCUS) a fim de analisar de que forma a UC vem impactando o “fazer a roça” dos agricultores quilombolas do Curiaú, entendido como um “fenômeno social total”, abrangendo um complexo de relações sociais e expressão da diversidade cultural e territorial.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466091305_ARQUIVO_ARTIGOABA2016combibliografia.pdf

Apresentação Oral em GT

Natureza, sociedade e territórios: projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais na América do Sul.

Juliana Rosa de Almeida, Cíntia Beatriz Müller

Complexas relações entre homem e natureza transcorrem-se conforme distintas visões de mundo, e estas, por sua vez, são influenciadas por modos de vida que se sucedem e se entrelaçam em variados locais do planeta. Nesses contextos podemos destacar a dinamicidade dos territórios, em que tanto ambiente quanto pessoas são parte do mesmo espaço; o território pode apresentar tanto uma natureza concreta/funcional, esta num sentido de dominação e que possui uma maior aproximação com os ditames do desenvolvimento, como também cultural/simbólico, num sentido de apropriação de valores culturais a partir do espaço vivido. Ambos são passíveis de ser modificados por diferentes agentes de intervenção, em diferentes contextos, temporais e espaciais. Acompanhando tais processos, diferentes formas de conhecer essas complexidades emergem no cenário mundial e permitem análises que passam a ganhar contornos multi-localizados, demandando cada



vez mais um universo interdisciplinar. Tais perspectivas evidenciam modos de entender relações, territórios, sobretudo enquanto configurações assimétricas em que muitos interesses se entrelaçam, sejam eles econômicos, políticos, culturais, ambientais. Este resumo apresenta uma breve análise sobre relações humanas e seu entorno, sobretudo no contexto da América do Sul, explicitando três situações (Brasil, Chile, Argentina) da presente problemática, e como elas se desenrolam nas formas como o desenvolvimento se processa, seja através de discursos e/ou práticas que focalizam a apropriação de recursos a fim de valorizar o capital, convertendo a natureza em novos objetos de mercado, como também mantendo uma tendência criadora de territórios que buscam homogeneidade, ainda que sob novas versões, como o desenvolvimento sustentável. Em meio a esse contexto de atuação do desenvolvimento em detrimento de espaços culturalmente dinâmicos, também podem surgir tentativas de grupos sociais, nessas realidades locais, de buscar entender os processos e se defender com relação às mudanças que o próprio desenvolvimento provoca.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1465855453_ARQUIVO_Natureza,sociedadeeterritoriosprojetosdedesenvolvimentoeconflitossocioambientaisnaAmericaSul.pdf

Apresentação Oral em GT

Mineração em comunidades Tradicionais: Royalties, indenizações e conflitos socioambientais no PAE Juruti Velho, Oeste do Pará.

Kátia Solange do Nascimento Demeda

O processo de organização e de mobilização das 53 comunidades do Projeto Agro Extrativista - PAE Juruti Velho, no Oeste do Pará frente à instalação da mineradora Alcoa resultou, entre outras coisas, na formação da Associação das Comunidades Reunidas de Juruti Velho ACORJUVE, cujo um dos objetivos foi requerer direitos como a da posse coletiva do território historicamente ocupado por esta população, e ainda, de serem representados mediante o ministério público para o pagamento de royalties diretamente à Associação. Compõe a miríade de questões as transformações que a injeção de montantes de dinheiro impulsionou nas comunidades e na região tais como: a intensificação da monetarização de uma economia ainda bastante pautada nas relações de troca e nas atividades de pesca, caça e agricultura de subsistência; conflitos em torno da gestão do recurso se tornaram constantes e intensos entre comunitários; novos modos de se relacionar com o dinheiro estimularam o consumo de bens industrializados em lugar de produtos locais artesanais, assim, como aqueceram a economia local baseada, agora, muito mais em relações de compra e venda. As instituições envolvidas direta ou indiretamente nos processos de discussão e decisão tem uma expectativa sobre as ações da associação mediante o recebimento do dinheiro, assim como os moradores de Juruti Velho, que possuem e diferentes expectativas sobre as formas de aplicação, de usos e o compartilhamento dos royalties e das indenizações que ainda estão em negociação jurídica. O modelo “nativo” de gestão do recurso financeiro parece ser marcado por relações de patronagem e clientelismo imbricado com redes de parentesco e relações de reciprocidade. Os elementos reforçantes do compromisso ou dívida assumida pelo morador que tem a solicitação atendida adquire um caráter simbólico e reforça o modelo histórico, econômico e político que marca as relações de poder entre sujeitos em diferentes posições da estrutura social Amazônica. Externamente, passou-se a pressionar cada vez mais a associação para a adoção de posturas correspondentes às expectativas das instituições envolvidas no processo como o INCRA, MPE, MPF, Igreja católica, Prefeitura e a própria ALCOA, sobre o uso do recurso esperando que os royalties fossem utilizados para recuperar ou potencializar bens naturais e socioculturais de alguma forma comprometidos ou ameaçados pelas operações da mineradora no território de Juruti Velho. Diante deste cenário se questiona: Como o modelo nativo de gestão do recurso no PAE Juruti Velho reflete uma lógica local própria contrastante com o modelo racional burocrático desejado pelos diversos intervenientes e até que ponto estes diferentes modelos em questão atendem os desejos e expectativas dos moradores do PAE?

Apresentação Oral em GT

Participação e conflitos socioambientais: o caso do Parque Estadual da Serra do Papagaio

Mariana Gravina Prates Junqueira, Lucia Helena Rangel

Esse artigo faz parte da pesquisa de doutorado sobre a criação do Parque Estadual da Serra do Papagaio(PESP) e os conflitos com a população rural do entorno. Ele situa-se no sul de Minas Gerais em região próxima ao eixo mais urbanizado do país, contudo em decorrência do relevo bastante acidentado, manteve grande isolamento da sociedade capitalista e das transformações rurais. Essa realidade possibilitou permanência de uma população rural relativamente isolada, a população tradicional caipira e a preservação do ambiente natural. Assim, com o crescimento do ambientalismo no Brasil, a região começou a ser visada para se tornar reserva ambiental. O que de fato aconteceu com a criação da Estação Ecológica do Papagaio(1990), quando deu-se início aos conflitos socioambientais. A atividade tradicional da população é a pecuária leiteira e a manutenção dos pastos e do modo de vida começaram a ser restritos pela legislação ambiental. Em 1998 houve a recategorização da unidade para Parque Estadual. Apesar de mais pertinente para a região, o processo trouxe à tona conflitos regionais e fundiários, uma vez que os limites da unidade não estão claros. A impossibilidade de utilização das terras pelos moradores, uma premissa da unidade de proteção integral tornam os conflitos inexoráveis. Por um lado, é certo que os ecologistas, vêm o local com grande relevância ambiental, mas as comunidades consideram seu território um lugar importante para a manutenção cultural e econômica e vêm as UCs como grandes inimigas, como disse um membro de uma comunidade: “vocês estão vindo tomar nossas terras”. De acordo com o plano de manejo do PESP, realizado em 2009 a missão da unidade seria proteger a biodiversidade e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades e valorização de seus modos de vida tradicional e identidade cultural. Apesar desse direcionamento, as propostas feitas estão muito longe da realidade. A população estão sendo pressionada a abandonar a pecuária leiteira, a truticultura, mudar seu modo de vida ou migrar para a cidade. Enfim, são inúmeros os conflitos gerados pelo parque estadual da serra do papagaio, mas é inegável que a conservação do ambiente é de grande relevância para a região. Principalmente em Minas Gerais, onde as mineradoras tem acarretado problemas ainda mais dramáticos junto as populações locais. Portanto, a existência de unidades de conservação, controladas pela gestão pública, pode vir a beneficiar as comunidades que terão ao menos alguma proteção do estado, frente ao capital transnacional. Contudo, para que as comunidades tornem-se grandes aliadas da conservação e das UCs, há que abrir o diálogo e fazer um fortalecimento dos espaços participativos, de modo que as populações sintam-se contempladas e não oprimidas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466437664_ARQUIVO_Participacaoeconflictossocioambientais2993716.pdf

Pôster em GT

POVOS DE MAMIRAUÁ E AMANÃ: contribuições das ciências humanas a uma experiência territorial de ação pública local socioambiental Autor: Rafaela da Cunha Pinto

Rafaela da Cunha Pinto

Neste work apresentaremos um exercício de contextualização e interpretação sociológica da ação pública envolvendo contribuições das ciências sociais à experiência de criação e gestão de duas Unidades de Conservação situadas no médio Solimões, as RDS de Mamirauá e Amanã. O objetivo principal é proceder a uma revisão de works acadêmicos de antropólogos e sociólogos nos quais são discutidos as populações moradoras e usuárias das duas Reservas. Na produção acadêmica em análise será enfatizado as relações sociais e culturais dessas populações com um território situado em um contexto ambiental particular, o



contexto da várzea, no qual incide um instrumento de política pública ambiental a Reserva de Desenvolvimento sustentável, constitui o centro de uma das experiências de conservação socioambiental consideradas, junto ao instrumento Reservas Extrativistas, como genuinamente brasileiras, uma vez voltadas ao mesmo tempo para o atendimento de exigências ambientais e de demandas sociais. Sendo assim, justifica-se compreender como a sociologia e antropologia vêm acompanhando a criação e implementação de iniciativas socioambientais e/ou de etnoconservação, a partir dos anos de 1990 na Amazônia brasileira. A metodologia utilizada é a do estudo bibliográfico procurando identificar sobretudo a dinâmica das representações sobre as populações e seus territórios, referidas nos estudos, realizados por autores envolvidos com a referida experiência, em um contexto de ambientalização e de reconhecimento de direitos específicos de segmentos populacionais identificados com projetos conservacionistas, dadas suas características socioculturais. Caboclos, vargeiros, firmeiros, populações tradicionais, ambientalistas voluntários, comunitários, compõem um universo identitário discutido nos works analisados a partir do qual é possível perceber o fortalecimento do ator político comunitário, desinvisibilizando-se um protagonismo em arenas como os Conselhos Deliberativos, no entanto a institucionalização desta identidade incide nas diversas formas de organização social e de interação no território e com instituições.

Trabalho completo:

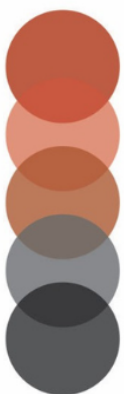
https://www.abant.org.br/files/1466476617_ARQUIVO_RafaelaCunhaPOVOSDEMAMIRAUAEAMANAPoster.jpg

Apresentação Oral em GT

Os efeitos urbanos da chegada do Consórcio Construtor Belo Monte em Altamira-PA: Contribuições possíveis para uma antropologia dos Impactos Socioambientais.

Raoni Machado Giralдин

Neste work, proponho levantar questões a respeito da importância que estudos dos impactos de grandes empreendimentos sobre centros urbanos podem ter. Para isso, tomo o exemplo de minha pesquisa de mestrado, realizada no início de 2014, na qual apresento os efeitos da ocupação da área da Volta Grande do Xingu pelo Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), principalmente na área urbana da Altamira, principal município da região. Além dos impactos ambientais gerados por um empreendimento hidrelétrico, creio que estão em jogo aqui as influências causadas pela presença de grandes contingentes de trabalhadores do projeto e também transformações urbanas, sejam elas decorrência da instalação de empresas nas cidades, ou através cumprimento (ou na tentativa de cumprimento) de medidas compensatórias no âmbito da infraestrutura urbana. Dessa maneira, a presença de trabalhadores envolvidos nas obras do consórcio, que são em sua maioria homens desacompanhados de suas famílias, logo passaram a conviver com moradores e espaços de Altamira, o que traz questões próprias para o cenário. Diferentes marcadores surgem como formas de diferenciar os trabalhadores migrantes e as novas empresas do que seria a cidade tal como existia anteriormente. Estes têm como um dos pontos principais a percepção sobre o uso dos espaços urbanos, que compreende a convivência de pessoas com diferentes níveis de engajamento com o projeto hidrelétrico nas áreas públicas de Altamira. Considero estas pessoas como os trabalhadores do consórcio e a população local, que também se engaja de alguma forma com os acontecimentos recentes. As mudanças espaciais também compreendem a instalação de novos pontos de aglomeração e convivência. No âmbito temporal, entram em vigência em Altamira os ritmos próprios do grande projeto: o crescente escalonamento das atividades com o passar dos meses, as visitas semanais de trabalhadores dos alojamentos na cidade, as chegadas e saídas da região e também o ritmo mensal do pagamento dos salários. Desta forma, procuro trazer contribuições próprias para a discussão sobre os efeitos da presença de grandes empresas da construção civil em projetos no Brasil, tomando como exemplo aquele que talvez seja o maior caso desse tipo de interferência: a Hidrelétrica de Belo Monte. Dada a atual conjuntura política e econômica, na qual a ação destas empresas



ganha cada dia mais destaque nacional, creio que é necessário a ampliação dos estudos sobre os efeitos de grandes projetos de infraestrutura no Brasil, para além de temas consolidados, como o impacto sobre populações tradicionais e/ou sobre o meio ambiente.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466424449_ARQUIVO_Paper_Raoni_GT_60.pdf

GT 061: Territórios vividos: territorialidades e processos de constituição das populações do campo

Dando continuidade às discussões iniciadas no grupo de trabalho “Territórios do cotidiano: processos e dinâmicas de constituição das populações do campo”, ocorrido na última RBA, este grupo de trabalho se propõe retomar a problemática do surgimento de novos atores no mundo rural e as formas ou modalidades em que as populações do campo praticam, categorizam, designam e constituem seus territórios. Serão privilegiados trabalhos etnográficos que problematizem processos de pertença, mobilidade, circulação de pessoas e coisas, formas de organização e trabalho, relações de coabitação e outras dinâmicas locais que mostram as diversas maneiras em que cotidianamente as populações rurais constituem e são constituídas pelos seus territórios. Assim, a proposta incentiva a apresentação de trabalhos que reflitam sobre configurações territoriais e territorialidades específicas, e acerca da riqueza ou limitação de determinadas abordagens e categorias utilizadas pelos antropólogos como instrumento de análise do mundo rural.

Nashieli Cecília Rangel Loera (Departamento de Antropologia/Unicamp) e Verena Sevá Nogueira (Universidade Federal de Campina Grande) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

Troncos, raízes e sementes em uma aldeia Terena

Carolina Perini de Almeida

Neste work procurarei pensar o cotidiano de meus interlocutores Terena – povo indígena da família linguística Aruak habitante do pantanal sul-matogrossense - na aldeia Argola (Akulea), da Terra Indígena Cachoeirinha (Mbokoti), em Miranda-MS. Para tanto, refletirei sobre alguns aspectos do dia-a-dia dessa aldeia protestante a partir da noção que me foi apresentada e com a qual venho trabalhando até o momento, os Xuve Ko’Ovokuti. Como tento apontar, o Xuve – “o tronco da família”, “o tronco da casa”, “o tronco que chama os filhos” ou “chefe de casa/família”, como também, simplesmente, tronco de árvore – posição social angariada a partir do investimento pessoal e do reconhecimento público, faz jus à metáfora que remete. Tal como a planta, ela tem raízes e sementes, nasce, cresce e morre. Trata-se, pois, de um processo, que pode nos ajudar a pensar em dinâmicas de relações sócio-cosmológicas implodindo as categorias com que costumamos classificar os fenômenos sociais. Assim, ao longo de minha apresentação, procurarei dar cor ao argumento apresentando algumas situações vivenciadas que revelaram outros sentidos e sentimentos atrelados a essa noção. A importância do casamento; a casa e a cozinha; o imperativo de “estar sempre junto” e, por fim, a festa dos quinze anos foram algumas das tonalidades que coloriram meus dias na Argola e que podem complexificar nossas próprias preconcepções a respeito do que é ou deve ser o universo das relações familiares.

Apresentação Oral em GT

Do acampamento ao Tekoha: uma análise das áreas de retomadas Guarani e Kaiowá em Dourados – MS





Elis Fernanda Corrado, Aline Castilho Crespe – UFGD

Grupos indígenas Guarani e Kaiowá, da região de Dourados no Mato Grosso do Sul – estado esse que concentra a terceira maior população indígena do país - através de ocupações de terra e montagem de acampamento vem reivindicando novas demarcações de terras. Essa forma de reivindicação, correntemente associado aos movimento dos sem-terra, ganhou força entre os indígenas principalmente a partir dos anos 1980, reflexo do processo histórico de esbulho das terras pelos quais passou esse povo e o crescimento populacional dentro das reservas na região. Pesquisas etnográficas realizadas no estado, em conjunto com levantamento bibliográfico e documental permitiram observar, que, no contexto das reivindicações Guarani e Kaiowá pelos seus territórios, o termo tekoha (associado aos territórios e espaços de vida tradicionais), se tornou muito representativo, transformando-se num argumento político. Dessa forma, o presente work tem como objetivo refletir sobre como os conhecimentos tradicionais estão sendo incorporados e significados nessas demandas locais, pois tantos termos nativos, bem como certas categorias passam a ser reivindicadas pelos grupos indígenas no processo de luta e de estratégias por novas demarcações. Busca-se também, refletir na utilização da “forma acampamento” como linguagem de demandas sociais coletivas, levando em consideração que existem elementos que se assemelham nas demandas dos trabalhadores rurais aos acampamentos indígenas, bem como pontos que se distanciam. Observou-se assim, nas pesquisas etnográficas, que, além da forma (como a montagem de barracos com lona preta), os acampamentos indígenas apresentam também outros pontos que nos permitem a aproximação com as realidades encontradas em acampamentos realizados por sem-terra como, por exemplo: nos acampamentos indígenas, os índios mobilizam parentes e conhecidos das reservas indígenas ou de outros acampamentos para organizarem seu grupo a fim de reocupar a área que identificam como sendo de ocupação tradicional. Neste processo, de formação e fortalecimento de um grupo, além dos parentes, também são acionados elementos simbólicos para serem incorporadas as demandas. Com essa primeira análise, não se quer perder de vista também, qual o significado que esses espaços tem para os acampados, atentando-se principalmente, em como essas áreas de retomadas estão sendo organizadas e em como esses acampamentos possibilitam novos fluxos de mobilidade e circulação entre pessoas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467339528_ARQUIVO_ArtigoRBA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Fundos e Fechos de Pasto: territorialidades específicas, lutas e alguns desafios

Franklin Plessmann de Carvalho

O objetivo deste work é descrever um contexto social de luta pela possibilidade de reprodução de modos de vida denominados “comunidades de fundo ou fecho de pasto”. Estas ditas “comunidades” se encontram num movimento de passagem entre uma situação denominada “terras soltas” para outra, a de “fundos de pasto ou fechos de pasto”, que também pode também ser percebidas como um desafio para atualização das formas de gestão do “uso comum”. Nesta perspectiva precisamos visualizar as condições de possibilidade para atualização das normas e dos conhecimentos tradicionais dos agentes sociais que partilham o “uso comum” dos recursos. Os conhecimentos tradicionais e as normas que regulam o “uso comum” dos recursos mudam consoante os processos de transformações sociais. (ALMEIDA, 2011, p. 20) No caso aqui estudado, percebe-se um processo de intensa mobilização em torno da afirmação de direitos territoriais que propiciam a consolidação de formas organizativas em torno de uma categoria específica de autodefinição. Essas formas organizativas se apresentam como uma identidade coletiva que fortalece estruturas comunitárias e as práticas de “uso comum”. Possuem autonomia organizativa, representada formalmente pelas “Associações”, pela “Central de Associações” e pela “Articulação Estadual de Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto”. Os dados analisados neste works foram construídos a partir da pesquisa realizada para elaboração da tese de

doutorado “Fundos de Pasto: territorialidade, luta e reconhecimento” e dos works de campo do projeto de pesquisa “Identificação e Gestão de Agroecossistemas Agrocecológicos com apoio de Cartografias Sociais”

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467312811_ARQUIVO_Franklin_Fundos_Fecho_Pasto_RBA_2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Minería ancestral de oro: organización socio-económica y re-configuración territorial. Estudio de caso en una comunidad afrodescendiente en Colombia

Germán Andrés Moriones Polanía

La ponencia hace parte de un proyecto de pesquisa de maestría enmarcado en un contexto de disputa territorial entre una comunidad afrodescendiente y el estado colombiano. La comunidad de la vereda La Toma, ubicada en el departamento del Cauca, suroccidente de Colombia, tiene su origen en un proceso de ocupación para la explotación de oro iniciada en la época colonial, más específicamente 1634, práctica que aún hoy es realizada por gran parte de sus habitantes como forma de subsistencia económica. Además, esta actividad es también reivindicada como parte de su riqueza cultural, todo ello en el marco del proceso organizativo alrededor de la defensa territorial emprendida por esta comunidad, quienes en el año 2010 estuvieron amenazados por un desalojo en favor de los intereses y proyectos de explotación de minería de oro a gran escala por parte de una empresa multinacional. En este sentido, abordamos etnográficamente las formas de organización social y económica que se establecen en la práctica de minería ancestral de oro realizada por los habitantes de esta comunidad, por medio del cual el territorio se va cargando de nuevos significados y nuevas valoraciones, que a su vez son colocadas como elementos constitutivos del proceso organizativo y las estrategias entorno a la defensa y permanencia en su territorio.

Pôster em GT

A Caminho das Vilas Produtivas Rurais: efeitos socioculturais da Transposição do Rio São Francisco em comunidades rurais no sertão paraibano

Giovana Almeida Nascimento

Com o discurso da seca na região Nordeste do Brasil, a transposição do Rio São Francisco tem se apresentado como alternativa viável para solucionar os problemas das regiões afetadas por esse fenômeno. Em função disso, o Estado brasileiro promoveu a desapropriação de uma vasta área do território nordestino. Diante desse cenário, surge este estudo, fundamentado em pesquisa empírica realizada com famílias rurais de Riacho de Boa Vista no município de São José de Piranhas, estado da Paraíba com o objetivo de discorrer sobre algumas mudanças que vem ocorrendo no cotidiano de famílias rurais que foram deslocadas compulsoriamente de seus sítios e reassentadas em outras áreas urbanas e rurais do município. Em pesquisa recente, observamos que essas famílias rurais são extensas praticam a agricultura de autoconsumo, plantam arroz, milho, feijão, criam aves, algumas cabeças de gado e caprino, buscam complementar a renda com outras atividades como serviço público, programas governamentais, como bolsa família, aposentadorias e a migração para o corte de cana fora do estado. Dividir o espaço dos sítios com outras gerações. É comum que em um sítio more o avô e sua família conjugal; um dois ou três filhos e suas famílias conjugais, o neto e sua família conjugal que partilham e se ajudam em momentos de dificuldades, de work, de fartura, de festa e de alegria. Assim, resultantes dentre outros fatores, do projeto de Transposição do Rio São Francisco que está em fase de construção na área em que se localizam os espaços dessas famílias vem provocando mudanças socioculturais na vida das famílias rurais do município. As obras de Transposição do Rio São Francisco no município de São José de Piranhas no alto sertão paraibano estão em andamento, no entanto a maior parte das famílias



rurais foi deslocadas de seus sítios e reassentadas de forma fragmentada em outras áreas do município. Algumas dessas famílias reassentadas aguardam temporariamente a ida para as Vilas Produtivas Rurais (VPR's), enquanto outras já se encontram residindo na nova morada. E, para aquelas famílias que ainda permaneceram no local, encontram-se isoladas em seus sítios, mas impedidas de fazer uso da terra, isto é, não podem plantar ou criar animais. Esse deslocamento implica em um desdobramento em tecer novos pontos para a constituição de novas redes de sociabilidade, parentesco e cultural uma vez que os laços de parentescos e vizinhanças construídos ao longo de gerações estão sendo fragmentados devido à dispersão das famílias rurais que não tiveram outra opção a não ser morar distantes uma das outras e próximas de outras famílias que não faziam parte do seu círculo de parentesco e em áreas completamente diferentes das que moravam antes.

Apresentação Oral em GT

Entre casas: práticas de movimento e acontecimentos femininos nas localidades rurais do Alto Paranaíba/Minas Gerais

Grazielle Cristina Dainese de Lima

A abordagem etnográfica dos acontecimentos vividos nas localidades rurais do Alto Paranaíba (Minas Gerais) repercute a seu próprio modo experiências descritas em diferentes works (tais como aqueles realizados por Ellen e Klaas Woortmann, Martine Segalen, Karin Wall, Beatriz Heredia, para citar apenas alguns), as quais dizem respeito à maneira como a casa camponesa está associada ao parentesco e a vizinhança assim como é lugar das experiências concernentes ao universo feminino. Por sua vez, a etnografia dessas localidades também destaca uma experiência do movimento, cuja dinâmica encontra na casa um ponto de inflexão significativo, à medida que é ali que deslocamentos e circulações de pessoas, bens e palavras se concentram a fim de ganhar novos impulsos (e aqui o diálogo mais direto são com os works recentes de John Comerford, Emília Pietrafesa de Godoi, Ana Carneiro, André Dumans Guedes). Ou seja, é na casa que o movimento se estabiliza e assim qualifica os vínculos que adensam as tramas da família, da vizinhança e do parentesco, do mesmo modo são esses vínculos que criam possibilidades de se movimentar tanto dentro de uma casa quanto entre outras casas. Esses movimentos são alvos de considerações morais constantes, que afirmam as reputações de pessoas, famílias e de seus lugares de morada. Muitas dessas considerações indicam como a prática do movimento (aqui pensada em termos de vivência e também de gestão das circulações) está associada ao modo como as atividades femininas são tecidas nesses lugares (o modo de cozinhar, os assuntos narrados e ouvidos, os modos de receber e onde se recebe – cozinha, sala, quintal, entre outros – a frequência de quem ali é permitido circular: homens, mulheres, crianças, certos animais, entre outros aspectos). Nesse sentido, uma casa não deixa de ser um lugar no qual se reconhece como se realizam essas atividades, bem com se avalia a adequação ou não adequação de tais práticas ao que se espera da dona da casa (seja ela mãe de família ou sozinha). Tendo em vista esses aspectos, a proposta desse work é descrever as modalidades de circulação que perfazem e fazem uma casa, tais como são vividas pelos moradores das localidades da região mineira do Alto Paranaíba, em consonância com as atividades e acontecimentos associados ao universo feminino. Meu objetivo é problematizar as circunscrições desse lugar a partir da relação entre as práticas e sentidos do movimento e as vivências das mulheres, vivências essas mapeadas a partir de diferentes conexões (esposo, filhos, vizinhos, parentes). Esse foco nos permitirá discutir como o movimento nessas localidades se associa às experiências da dona da casa e o que tais associações nos dizem tanto sobre a casa quanto sobre a condição feminina ali experimentada.

Apresentação Oral em GT

Vicinalidades e configurações de casas: os Leandros de Várzea Alegre - CE e suas estratégias de moradia em São Paulo



Jurani Oliveira Clementino, Marilda Aparecida de Menezes. Professora Visitante Nacional Senior do Programa de Ciências Humanas e sociais da Universidade Federal do ABC, Pesquisadora do CNPq

Desde 2012, desenvolvemos uma pesquisa com um grupo de migrantes do município de Várzea alegre, Estado do Ceará que residem na Vila Liviero, município de São Paulo. Ao migrar, através do estabelecimento de uma rede familiar, os varzealegrenses foram construindo casas próximas de parentes e amigos e reconfigurando na Vila Liviero um espaço de proximidade e sociabilidades. O presente work tem como objetivo analisar as estratégias utilizadas pelo grupo na organização das moradias em São Paulo com base nas categorias de vicinalidades e configurações de casas. Em Pina-Cabral e Godoi (2014) vicinalidades estão em oposição à categoria vizinhança. Não seriam elas vizinhanças, zonas territorialmente demarcadas, mas processos de aproximação territorial constitutiva. O conceito de “vicinalidade” entende que os espaços de morada como casas, domicílios, tendas, etc. tendem a se agregar territorialmente segundo lógicas plurais, quer seja de amizade, interesse político, geração, afinidade, e formam conglomerados abertos onde a ação social interage com outras formas instituídas de agrupamentos, sem nelas se dissolverem. Já Marcelin (1999) nos oferece o conceito de configuração de casas, ou seja, um conjunto de casas vinculadas por uma ideologia familiar e do parentesco. Existe ainda uma relação inseparável entre a casa e as configurações de casas que se articulam por estruturas de tensão em suas relações simbólicas e sociológicas. Para ele, um “estudo da construção e do uso sociocultural dos modos de habitar dos agentes no meio popular, ou seja, na casa, é determinante para apreendermos os sentidos das relações sociais investidas na experiência da família e do parentesco em sua complexidade”. Além da observação direta nos espaços de moradia e sociabilidades, recorreremos ainda à utilização de gráficos e fotos que pretendem ilustrar a análise.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466428078_ARQUIVO_TextoAba-JPversaofinal-JURANI.pdf

Pôster em GT

Os filhos de Maíra: os Tenetehara e suas dinâmicas de ocupação

Larissa dos Santos Martins

O presente work pretende analisar a distribuição territorial dos Tenetehara do Maranhão com vistas a compreender as dinâmicas de ocupação deste povo nas diferentes Terras Indígenas do Estado. De uma forma bastante eficiente, do ponto de vista da ocupação, os Tenetehara estão presentes atualmente em doze das dezessete Terras Indígenas regularizadas e em processo de regularização no Maranhão. É frequente o estabelecimento de aldeias fora dos limites administrativos de Terras Indígenas demarcadas para seu usufruto, seja em povoados não-indígenas, ou dentro de limites de Terras regularizadas para usufruto de outros povos indígenas. Nossa intenção é investigar como os Tenetehara se relacionam com o Território e como essa relação se traduz na ocupação do espaço.

Pôster em GT

Territorialidade em construção: agricultores e cosmopolítica no assentamento Quilombo dos Palmares II

Luna Dalla Rosa Carvalho

Código do work: 7385994 Data de cadastro: 15/03/2016 Arquivo submetido: (não submetido) Resumo: A partir de work etnográfico realizado num assentamento rural da região metropolitana de Natal/RN, pretendo pensar como vem se conformando uma territorialidade nesse espaço e as subjetividades geradas no processo. Com dez anos de assentamento já é possível perceber as marcas deixadas na paisagem, dos saberes e

conhecimentos empregados no cotidiano de work e de vida das famílias, assim como os resultados das ações que geraram projetos e mudanças coletivas. Através das falas dos agricultores tomamos conhecimento das negociações frequentes com as normatividades colocadas por órgãos públicos como INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e IDEMA/RN (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN) e dos desafios de plantar numa terra marcada por monoculturas de coqueiros e cajueiros. Dessa forma, procuro refletir a partir de uma perspectiva simétrica, como se dão, nos fluxos de vida do assentamento, as inter-relações entre pessoas, instrumentos, plantas, solos, leis e políticas públicas, tentando visualizar um tipo de cosmopolítica que possa nos indicar o sentido dado às ações dos agricultores e o plano de atuação em que se desenvolve sua territorialidade. Trata-se não apenas de identificar o caráter dessa territorialidade e sua relação com a campesinidade desses sujeitos, mas também procurar investigar como suas práticas e discursos de relacionam com os modelos de desenvolvimento rural que estão sendo postos em ação no contexto brasileiro.

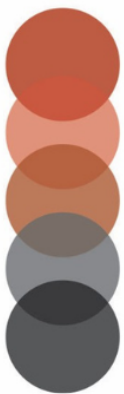
Trabalho completo: [https://www.abant.org.br/files/1466474587_ARQUIVO_posterrbaluna\(1\).pdf](https://www.abant.org.br/files/1466474587_ARQUIVO_posterrbaluna(1).pdf)

Apresentação Oral em GT

Fazendo o quilombo: dinâmicas de socialidade, territorialidade e familiarização na conformação do território quilombola de uma comunidade rural do extremo sul da Bahia

Lúnia Costa Dias

A comunicação oral que proponho apresentar no âmbito deste Grupo de work pretende provocar reflexões em torno de dimensões da 'socialidade' e das territorialidades que configuram uma 'comunidade quilombola' do extremo sul da Bahia. Dado o processo de regularização fundiária em voga, no qual estou envolvida na elaboração do Relatório Antropológico de composição do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Territorial (RTID), algumas problemáticas em relação a definição de limites, identificação dos membros e as relações entre territorialidades específicas e dinâmicas de territorialização se apresentam como desafios na produção do Relatório. Com uma 'socialidade' aparentemente articulada e produzida no âmbito das relações de produção de família e processos de familiarização que extrapolam as dimensões da definição de um território, a 'comunidade' em questão vislumbra na regularização do território quilombola possibilidades de acolhida dos membros da 'comunidade' no desejo de uma melhor qualidade de vida na efetivação da produção agropecuária e na perpetuação da vida no campo. Um desafio no sentido mesmo de articular territorialidades específicas com processos de territorialização (desterritorialização e reterritorialização) na definição de um território tendo em vista a forte mobilidade e circulação de pessoas no território atualmente ocupado pela 'comunidade' e em outros tantos territórios que extrapolam o território atualmente ocupado. Com uma vasta produção de parentesco os processos de familiarização transcendem em muito as composições de um 'parentesco biológico' na medida em que é possível identificar 'mães de criação', 'mães de leite', 'avós que são mães' além das 'mães de sangue', para citar algumas das configurações. Soma-se aos processos de descendência as conformações de compadrio que articulam as diversas famílias, além das multiplicidades de casamento assumidas pelos moradores; em sua grande maioria os moradores têm mais de um casamento com a prole distribuída entre vários cônjuges. Ademais dessas dinâmicas os frequentes 'fluxos migratórios' para o município vizinho e para a metrópole de Vitória –ES estendem os processos de familiarização para outros territórios revelando amplas dinâmicas de 'socialidade'. Os processos de familiarização são de tal maneira generalizados e articulados a dimensões de territorialidade e de conformação da 'comunidade quilombola' que os membros da 'comunidade' mesmo situando-se fora do território atualmente ocupado pela 'comunidade' são membros da Associação Quilombola, realizam o pagamento das mensalidades e participam de reuniões e decisões. Problematizamos, assim, as fortes e distintas relações de produção de território, territorialidades e socialidade na conformação de um território quilombola.





Apresentação Oral em GT

Notas sobre a agricultura familiar em Portugal: a “agricultura tradicional”, “novos agricultores” e pluriatividade

Manuela Souza Siqueira Cordeiro

O presente artigo tem como questão norteadora a observação das lógicas de herança e sucessão nas pequenas propriedades agrícolas de Portugal. A herança na sociedade camponesa implica levar em conta dois processos: a escolha do sucessor e a partilha dos bens. Bourdieu (1962) analisa as duas noções, a partir do contexto do campesinato francês, propondo uma diferenciação. De um lado, todos os filhos têm iguais direitos formais em relação a maison, ou seja, todos têm direito à herança; porém apenas um deles pode geri-la, que é aquele escolhido como o sucessor. No entanto, a partir da inserção de Portugal na União Europeia, as decisões a respeito do gerenciamento da terra não são orientadas apenas por lógicas internas à família, mas também a outros fatores, tais como fiscalização dos produtos agrícolas e mesmo o desemprego. Portanto, o principal objetivo desse artigo é verificar as estratégias e contingências vivenciadas por diferentes gerações de pequenos produtores portugueses de base familiar. A área pesquisada está localizada na região central de Portugal, abarcando freguesias pertencentes aos municípios de Estarreja, Penela e Montemor-o-Velho. Observa-se que, desde os anos 1960, há um processo em curso tanto de miniaturização, quanto de transição na agricultura da região centro e norte, na qual predominam as pequenas propriedades. Para tanto, será proposta a análise de três casos distintos, de maneira a compreender dinâmicas diferenciadas sobre os dois processos anteriormente mencionados. O primeiro deles trata-se de um jovem ou “novo agricultor” que pleiteou subsídio governamental para iniciar a produção de framboesas, visando o mercado externo, baseando a sua produção numa terra ociosa de propriedade seu avô. O segundo caso é o de agricultor considerado “tradicional”, considerado um dos maiores produtores de arroz de Estarreja. E, por fim, um produtor do município de Penela que combina as suas atividades agrícolas e de transformação de matéria-prima com o exercício de uma profissão liberal. A partir desses casos, será discutido o processo de transição na agricultura vivido em Portugal, o uso do minifúndio, diferenciado quanto ao propósito agrícola e ligação afetiva para as distintas gerações, verificando os usos, práticas e categorizações de seus territórios. Os procedimentos metodológicos utilizados incluíram a realização de entrevistas abertas e o uso do diário de campo, o que permite inclusive problematizar a receptividade da pesquisadora durante o work de campo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467240229_ARQUIVO_ARTIGOMANUELACORDEIRO.pdf

Apresentação Oral em GT

Movimentos migratórios e suas implicações: o caso do Projeto de Assentamento Rio Juma, Apuí-AM

Mariana Vieira Galuch

Este work diz respeito ao processo de migração para o PA Rio Juma, localizado no município de Apuí, sul do Estado do Amazonas, bem como as implicações na configuração territorial. Constituído em 1985, recebeu o status de maior assentamento da América Latina, com aproximadamente 7.500 lotes, num território de 689.000 ha. Sua criação foi impulsionada pela chamada “reforma agrária” durante o período militar, que fomentou contingentes populacionais das regiões nordeste e sul para áreas de Amazônia Legal. Para tanto, a pesquisa se fundamenta em autores como IANNI (1979), VELHO (1972), entre outros. As justificativas dos governantes da época foram objetivas: o imenso vazio demográfico da região; a grande área de fronteira; o extrativismo vegetal para a atividade econômica; a execução do programa do governo federal com o objetivo de proteger a segurança interna, a defesa nacional, a integração da Amazônia, tendo como ferramenta a construção de rodovias e estradas com o lema “integrar para não entregar”. Por meio de referências

bibliográficas e pesquisa survey, realizada na localidade em fevereiro de 2015, percebe-se dois momentos migratórios que demandam reflexões. Os primeiros migrantes para o assentamento são oriundos da região Sudoeste do Paraná, território historicamente marcado por conflitos rurais nas décadas de 1960 a 1980. O deslocamento foi impulsionado pelos governos local e federal, com garantias de terra em abundância e auxílios do INCRA. Porém, as condições foram adversas das promessas: pouca estrutura e região inóspita por ser área de floresta. A segunda fase de migração foi iniciada a partir do ano 2000, com a chegada de “brasiguaios”, grupo de brasileiros que residiu no Paraguai em territórios fronteiriços com o Brasil, migrando entre a década de 1960 a 1970. Os motivos para cruzar a fronteira nacional foram em função da modernização da agricultura no Paraná, a construção da Itaipu bem como os incentivos do Governo Paraguaio, representado na figura de Stroessner para ocupar a territorialidade “leste” do país. No entanto no final de 1990 o movimento camponês paraguaio passou a reivindicar terras, ocupando territórios de brasileiros e expulsando-os. Com isso, grupos de famílias chegaram em Apuí, na tentativa de conquistarem porções de terra. Com isso, buscaram se adaptar em meio ao território, a partir de seus conhecimentos adquiridos com o work rural, o que implicou em transformações na localidade, como o avanço do mercado de terras. Vale pontuar que a região se encontra em meio ao arco do desmatamento na Amazônia e 86% de seu território rural é pastagem. A partir dessas duas frentes migratórias o work busca investigar as implicações para a localidade bem como refletir aspectos da migração, territorialidade e fronteira.

Trabalho completo:

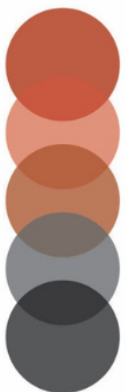
https://www.abant.org.br/files/1467323598_ARQUIVO_GaluchMarianaRBA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Territorialidades em cena: processo de ocupação, pertencimento, usos da terra e direitos em uma vicinal em Roraima

Marisa Barbosa Araújo

Ao observar processos sociais em curso no universo rural de Roraima, nota-se a efervescência de demandas fundiárias e territoriais ao Estado, que revelam situações e realidades diversas. No plano institucional, o cenário é emoldurado pelo processo de repasse das terras da União para o estado, que complexifica a possibilidade de regularização fundiária. No plano local, o contexto atual, fruto também do processo histórico de ocupação e colonização, revela demandas territoriais fundamentadas na especificidade do uso e domínio como princípios legitimadores de direitos fundiários. Nas frestas abertas pela a indefinição fundiária, territorialidades distintas determinam a especificidade de pleitos. Proponho observar um caso específico, tomando por objeto etnográfico o grupo de moradores da vicinal 15, - subdivisão geográfica nos termos locais, da Vila Entre Rios, no município de Caroebe, localizado na porção sudeste do estado, - particularizando as maneiras pelas quais os processos de ocupação e pertencimento e as formas de uso da terra reverberam direitos territoriais. Uma das especificidades do meio rural do estado de Roraima é a possibilidade de haver terras ainda a serem abertas, isto é, terras que estão sob a tutela seja da União ou do estado, passíveis de serem ocupadas por famílias, que tornam o espaço da floresta agricultável. Este é o caso da vicinal 15, aberta e ocupada por um grupo de famílias, que agenciam caminhos possíveis que garantem a sua permanência na terra. Em 2014 este grupo demanda ao INCRA a criação local de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, - PDS, cuja especificidade é a titulação coletiva da terra, ou seja, não há individualização de parcelas. A peculiaridade do objeto desta demanda, revela necessariamente especificidades deste grupo quanto à forma como este constitui e é constituído pelo território. Embora pleiteando a titulação coletiva da terra, a territorialidade dos moradores da vicinal 15 aciona noções de domínio individual e domínio coletivo, que se articulam e criam uma dinâmica própria do uso da terra e demais recursos: igarapés, caminhos, e áreas de floresta são espaços e recursos naturais cujo domínio pode ser compartilhado pela comunidade, por um grupo de famílias ou por uma parentela; a casa, a horta, o terreiro,



o roçado, são áreas de uso familiar, cujo domínio pode ser individualizado. Ainda, na Vicinal 15, há também o roçado coletivo, gerido por regras de uso formuladas e legitimadas localmente. Ao demandar ao INCRA a titulação coletiva, os moradores almejam o reconhecimento dos processos sociais e históricos de apropriação e transmissão do território, das regras de pertencimento, uso e gestão estabelecidas e seguidas pela população local que garantem sua permanência e reprodução social na localidade.

Apresentação Oral em GT

Mediações político-culturais e relações intercomunitárias quilombolas no Litoral Médio do Rio Grande do Sul

Mônica de Andrade Arnt

Em uma analogia com a expressão “rosário de lagoas”, comumente utilizada para descrever a paisagem litorânea gaúcha, é possível afirmar que as áreas ocupadas por grupos remanescentes de quilombos nos campos da planície costeira formam um “rosário de comunidades”. Apesar de distanciadas por grandes áreas de cultivo de gado e arroz, estas comunidades do Litoral Médio são historicamente ligadas por vínculos de parentesco e compadrio, constantemente atualizados através da circulação de pessoas, objetos e símbolos, cujos trajetos entrelaçam rosário. Este constante fluxo de bens pode ser identificado em diversos aspectos da vida social desta rede de comunidades quilombolas. Quanto à religiosidade, uma expressão destas relações, importante para a sugestão da referida analogia, configura-se na atual composição da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, protagonista da performance músico-ritual conhecida como Ensaio de Pagamento de Promessa, a qual é integrada por membros de diferentes comunidades. Já na dimensão política, a unidade territorial e identitária evidencia-se no processo de formalização do Fórum das Comunidades Quilombolas da Península Costeira, organização constituída a partir da necessidade de fortalecimento da articulação das associações constituídas por estes grupos, como um espaço de diálogo intra e interétnico, voltado à mobilização para acesso a políticas públicas e aos direitos diferenciados constitucionalmente garantidos a esta população. Iniciado há 10 anos, o Fórum atualmente integra 10 comunidades que reúnem-se regularmente para debater e encaminhar suas principais demandas, tendo a questão da regularização fundiária como prioridade. Além da articulação étnico-racial, esta instância consiste em uma arena de mediação política e diálogo intercultural, da qual participam instituições públicas, universidades, representantes políticos e entidades diversas. Situados nos limites das fronteiras interétnicas, estes atores são desafiados frente ao discurso moral da proteção à diversidade cultural e ao discurso legal acerca dos direitos de povos tradicionais. No confronto entre sistemas de sentido e linguagens distintas, a predominância da linguagem técnica-desenvolvimentista sobrepõe-se às pautas previamente acordadas pelas lideranças locais, promovendo um esvaziamento dos objetivos originais da organização, servindo de oportunidade para a apropriação simbólica da luta quilombola no discurso público institucional ou partidário. O registro etnográfico de práticas coletivas e de interações entre as comunidades, sobretudo dos encontros promovidos no âmbito do referido Fórum, subsidiará a análise das relações entre a vida comunitária, seus vínculos extralocais e as políticas públicas em suas diferentes instâncias, tal como confrontadas nesta arena.

Palavras chave: Quilombolas; Mediações; Política

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/723_2017-01-27.pdf

Apresentação Oral em GT

Discursos de desenvolvimento e territórios quilombolas: relações e territorialidade em mudança

Renata Medeiros Paoliello



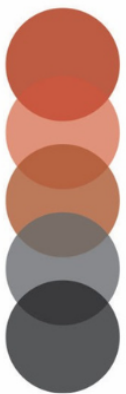
As conversões da terra dos grupos negros rurais em territórios quilombolas implicam em transformações das práticas territoriais correntes entre esses grupos, em resposta ao processo de territorialização implementado pelas agências estatais, reconfigurando as relações e as narrativas de fundação do direito à terra, tornada território étnico, como aponta Pacheco de Oliveira. Em concreto, as relações que constituem esses grupos, em que pesem seus aspectos compartilhados, são distintas, em particular no que toca à sua articulação com a terra, conformando territorialidades específicas, e mediadas no contexto mais amplo em que se inserem, definindo-se, assim, em processos de territorialização antecedentes ao reconhecimento. E se reconfiguram a partir dele, especialmente no que diz respeito à organização econômica e política dos grupos e seus agentes, seus modos de constituição de lideranças, seus valores e lógicas de pertencimento, seus direitos diferenciados ao patrimônio territorial, até então precipuamente atribuídos pelo parentesco. O papel das políticas sociais que acompanham o reconhecimento e das agências mediadoras que visam implementá-los se torna eficaz na medida em que os discursos e ações que veiculam se tornam significativos para os quilombolas em face de suas demandas e expectativas, que não resultam apenas da atuação presente dessas agências, mas também de relações anteriores, e mais amplas, com outros grupos e agentes, e com o estado. Em contextos nos quais se fizeram e se fazem presentes diversas e sobrepostas agências, e que vêm sendo tensionados por distintos e frequentemente contrapostos discursos e planos de desenvolvimento - envolvendo grandes obras, como hidrelétricas, regulação ambiental e políticas de desenvolvimento social e sustentável -, é possível observar se e como essas populações vêm agindo estrategicamente no sentido de atualizar suas condições de vida na terra-território. O objetivo do paper é apresentar resultados de pesquisa que vem procurando descrever esse processo a partir da observação das variadas estratégias que os quilombolas vêm operando em resposta aos sucessos e dificuldades das políticas de reconhecimento, particularmente no que toca à reconfiguração do acesso e do uso de suas terras, em algumas localidades que compõem o conjunto de remanescentes de quilombos do médio e alto Ribeira-SP. Esse processo é abordado do ponto de vista dos modos de subjetivação dessas mediações entrelaçadas e potencialmente conflitivas, no que se refere ao que se espera do "desenvolvimento" localmente, orientando-se para uma reflexão situada sobre o binômio reconhecimento/redistribuição tal como discutido por Honneth e Frazer.

Apresentação Oral em GT

Saindo pra fora. Notas iniciais sobre práticas de mobilidade e economia entre populações rurais do Vale do Peruaçu (MG)

Roberta Brandão Novaes

“A vida toda aqui. Mas sempre a gente sai pra fora”. Essa era a resposta que eu me acostumara a ouvir, durante a realização do work de campo para a tese de doutoramento, quando perguntava aos meus interlocutores se haviam vivido sempre ali – nas comunidades rurais do Vale do Peruaçu, no semiárido mineiro. Àquela formulação nativa, acrescento outras: a gente não sabe se fica lá ou aqui, andando pra lá e pra cá, idas e vindas sem fim. Partindo do registro inicial dessas falas, de propósito ilustrativo, esse artigo é uma reflexão inicial sobre o que denomino, ainda que provisoriamente, como práticas de mobilidade e economia entre aquelas populações. O contexto etnográfico é um punhado de comunidades rurais da referida região onde desenvolvi pesquisa empírica por cerca de oito meses, entre os anos de 2013 e 2015. Naquelas coletividades apurou-se um significativo movimento, em especial, para Ribeirão Preto e São Paulo, mas também para outras regiões. Com base nos relatos apresentados, far-se-á, aqui, o que se poderia chamar de um inventário das diversas atividades “produtivas” ou de geração de “renda” ou “de um ganho” nas quais aqueles grupos estão envolvidos: cultivos na horta e no quintal; work na roça; lida com o gado; fabricação de queijo e leite; os serviços diversos feitos para um e outro vizinho; serviços como pedreiro em projetos de construção de cisternas e outras tecnologias sociais executados por ONG’s locais; cuidando de fazenda para um vizinho que se foi para São Paulo; serviço como merendeira, faxineira, professora leiga e secretária nas



escolas das comunidades; serviço de faxina para vizinhos; cuidando de idosos ou crianças de vizinhos; tocando um negocinho; entrega de produtos através de programas como PNAE; confecção de artesanato; emprego na construção civil, em restaurantes, lojas, cafeterias e supermercados em São Paulo; serviço de corte de cana em São Paulo ou Mato Grosso; em sacaria de soja no Mato Grosso; na colheita de café no sul de Minas Gerais ou no Alto Paranaíba... Uma lista extensa de experiências que me foram narradas. Analisando os inúmeros arranjos daí derivados, esboçarei alguns elementos de interpretação da noção sair. Os dados foram produzidos a partir de entrevistas gravadas e conversas informais, acompanhamento de atividades cotidianas das pessoas que foram objeto desse estudo e da imersão naquela realidade.

Apresentação Oral em GT

Nas terras dos outros: deslocamentos laborais, espaços de vida e projetos de autonomia entre camponeses migrantes

Rosemeire Salata

Considerando as atuais reconfigurações laborais nos canaviais paulistas e suas implicações para a dinâmica dos deslocamentos para o work agrícola nesta atividade, o presente artigo objetiva apresentar os sentidos das práticas migratórias direcionadas para este work na última década, relacionando tal configuração às redefinições dos espaços de vida para os seus agentes. Apresento os deslocamentos laborais oriundos de estados da região Nordeste brasileira para o work agrícola nos canaviais de São Paulo como um processo social historicamente consolidado, apontando para mudanças significativas em função da nova dinâmica produtiva que reestruturou este work. A pesquisa é realizada em um bairro específico do pequeno município de Santa Lúcia/SP, inserido na economia canavieira regional, onde é notável a presença de um campesinato móvel parceiro, oriundo majoritariamente da localidade de Gonçalves Dias, no estado maranhense. Discuto, neste contexto, a valoração positiva atribuída ao work em “São Paulo”, em oposição ao work nos locais de partida – correntemente classificado como work “nas terras dos outros” – e sua relação com projetos e valores de autonomia destes agentes. Dadas as atuais condições de work nos canaviais, que redefinem os padrões de migração circular e/ou temporária, o que se realiza a partir destas práticas migratórias não é mais a reprodução de uma estratégia de vida camponesa, reforçando os grupos domésticos de origem, mas sim a constituição e a sustentação de novos núcleos familiares. A construção de casas de moradia no município de Santa Lúcia/SP conduz à reflexão acerca de uma (re)definição dos espaços de vida deste grupo, fenômeno inerente às mobilidades. Partindo dos símbolos e valores correntes entre os migrantes, e considerando a diversidade de relações e vínculos com a terra nos locais de partida, discuto estes espaços não apenas em sua dimensão geográfica, mas atentando para elementos que conformam sentimentos de pertencimento, redes de relações (presenciais ou não) e percepções sobre apropriação espacial deste grupo no pequeno município paulista.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466190076_ARQUIVO_SALATA_r.ArtigoCompletp30RBA.pdf

GT 062: Tradução, conexões e re(criações) culturais das religiões brasileiras na Europa e em outros contextos nacionais

Este GT analisa os nexos entre globalização e configurações do religioso na contemporaneidade em suas múltiplas faces. Uma das dimensões a ser explorada compreende a das práticas religiosas brasileiras na Europa e em outros contextos nacionais. Cabe lembrar que o Brasil é um dos maiores atores na geografia global do sagrado. Grupos e práticas religiosas do Brasil, tão diversas quanto o Candomblé, Santo Daime, Capoeira, Pentecostalismo e o Catolicismo, podem ser identificados em diversas partes do mundo. Consideramos que os



conceitos existentes – transnacionalismo, globalização, localização, migração e tradução – apresentam limitações para examinar as novas realidades com as quais identificamos em trabalhos de campo. Pensamos em que extensão ideias sobre religião como mediação e/ou como invenção podem contribuir para as pesquisas sobre fenômeno religioso em diversos contextos. Assim como, partindo do entendimento da religião como construção, -- olhar para o modo como práticas religiosas, tem sido atravessadas por noções, ideias e linguagens seculares, instituindo novas invenções do laico e do religioso. Convidamos a apresentação de trabalhos etnográficos sobre as diferentes manifestações religiosas brasileiras, com distintas dimensões, com por exemplo ritual e produção simbólica (música, corpo); o papel da tecnologia, (re)criação de relações sociais e conexões e mediações da religião com gênero, família e sexualidade, os direitos e as políticas públicas.

Joana D'Arc do Valle Bahia (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e Marcelo Tavares Nactivity (Universidade de São Paulo) - **Coordenação**

Apresentação Oral em GT

Tradução, diferenças e possibilidades de construções simbólicas do sentido de “casa” nas práticas religiosas de mulheres católicas em Haia N

Andrea Damacena Martins

Nesta apresentação queremos explorar as possibilidades dos conceitos de tradução e localização da religião, a partir dos significados atribuídos ao sentido de casa elaborado por mulheres católicas brasileiras residentes na cidade de Haia e participantes de grupos religiosos católicos numa situação de diáspora. Concentraremos nossa atenção nas diversas formas simbólicas e práticas religiosas, que essas mulheres reconstruem para estabelecerem um sentido de estar "em casa" e "pertença" neste contexto local. Entendemos que o sentido de sentir-se “em casa” em contexto de migração depende de um lado do resultado de elaboração simbólica a partir de laços e redes transnacionais, de outro expressa um processo criativo de produção idéias, noções e práticas religiosas, que inventadas ou reelaboradas expressam dinâmicas de integração entre global e local.

Apresentação Oral em GT

Gênero, Feminismo e Catolicidade no Pensamento de Rose Marie Muraro

Anna Marina M. de P. Barbará Pinheiro

Rose Marie Muraro foi uma das pioneiras do feminismo de segunda onda, no Brasil. Trabalhando na Editora Vozes desde 1961, produziu uma vasta obra sobre o que hoje designamos como estudos de gênero. Seu primeiro livro "A Mulher na construção do mundo futuro", de 1966, traz ainda uma perspectiva bastante conservadora quanto ao tema, fortemente ancorada numa leitura livre de Theilhar de Chardin. Entretanto, na medida em que Rose se aprofunda na vivência do feminismo, e que o próprio movimento se rearticula no país, sua perspectiva quanto aos gêneros e à sexualidade vai se alterando, sem, contudo, deixar de respaldar-se em referenciais católicos. Nesse sentido, temos como objetivo no presente work, redesenhar um pouco desta transição nas concepções da autora, comparando, pontualmente, três das suas obras "A Mulher na construção do mundo futuro", de 1966, "A Sexualidade da Mulher Brasileira: corpo e classe social no Brasil", de 1982 e "Sexualidade, Libertação e Fé: por uma erótica cristã".

Apresentação Oral em GT

Uma igreja inclusiva em um inusitado vértice missionário

Aramis Luis Silva



Por meio da limitada rede de internet existente em Cuba, três grupos espalhados na ilha tiveram acesso à pregação eletrônica da Metropolitan Community Churches (Igrejas da Comunidade Metropolitana), entidade religiosa de origem norte-americana que se autoproclama a igreja dos direitos humanos empenhada em garantir a “radical inclusão”, religiosa e política, de pessoas e grupos segredados em qualquer parte do mundo. Organizados em comunidades, esses núcleos cubanos estão agora tratando da implementação da igreja no seu país. Para ajudá-los nesse processo, poucos meses após do encontro histórico do presidente Barack Obama e Raúl Castro no país, vale destacar, o braço ibero-americano da organização despachou para Cuba uma missão missionária. Designados para cumpri-la: as Igrejas da Comunidade Metropolitana do Brasil. Mas, afinal, como é uma viagem missionária de uma organização religiosa cristã tão particular, conhecida por congregar homens e mulheres que se diferenciam nos seus grupos de pertencimento por identidades de gênero e preferências sexuais destoantes da norma? Por que uma igreja de matriz norte-americana, que se estende por múltiplos países, aciona seu braço brasileiro para entrar em ação em um país no qual a presença norte-americana é tão combatida quanto desejada? O que a experiência brasileira dessa igreja teria a contribuir para as comunidades cubanas? Quais os seus projetos de Igreja? O que haveria de diferença entre suas pautas internas? Visibilidade, questão cara à instituição, é um imperativo que se impõe para as igrejas nacionais da mesma forma? A fim de responder essas questões, esta apresentação será articulada em torno de informações colhidas em viagem de campo empreendida para acompanhar a jornada missionária da Metropolitan Community Churches e dos seus representantes brasileiros (e ibero-americanos) em Cuba. Por meio da observação participante, atentos particularmente às formas de interação das lideranças brasileiras com as suas audiências cubanas, nossa meta etnográfica é demonstrar de que modo o nosso objeto “igreja”, para além de sua aparente estrutura institucional, pode ser descrito e compreendido de melhor forma quando o enxergamos enquanto plataforma de trocas comunicacionais, na qual discursos e seus sentidos estão continuamente em disputa.

Apresentação Oral em GT

Espiritismo no Uruguai: influência das redes espíritas brasileiras na constituição dos centros espíritas em Montevidéu

Carla Patrícia Pintado Núñez

Esta pesquisa foi iniciada a partir de levantamento bibliográfico e contato eletrônico com a Federação Espírita Uruguaia (FEU) e centros federados de Montevidéu. Segui uma abordagem qualitativa, na que privilegiei o método etnográfico, com observação participante para conhecer algumas das atividades desenvolvidas nos quatro centros montevideanos. Os objetivos do work foram perceber como as redes espíritas foram sendo tecidas em Montevidéu, que relações há entre espíritas uruguaios e espíritas de outros países, principalmente do Brasil e como os sujeitos pesquisados percebem o espiritismo no Uruguai. Os resultados iniciais apontam que o perfil dos espíritas entrevistados varia: muitos são naturais da fronteira com o Brasil, residentes em Montevidéu; outros procuraram o Espiritismo por afirmarem possuir mediunidade; e alguns começaram a estudar essa doutrina após a perda ou doença de entes queridos. Os meios eletrônicos da FEU nem sempre estavam atualizados. Percebeu-se forte influência do espiritismo brasileiro no Uruguai e frequente contato com as federações brasileira e argentina, bem como com o CEI (Conselho Espírita Internacional). Nas falas os entrevistados reconhecem o Brasil como a principal referência do espiritismo atualmente, tanto pela sua produção bibliográfica, quanto pela atuação de seus médiuns mais conhecidos e federações espíritas.

Apresentação Oral em GT

Jovens brasileiros na Austrália: vivendo entre o pentecostalismo brasileiro e australiano

Cristina Rocha

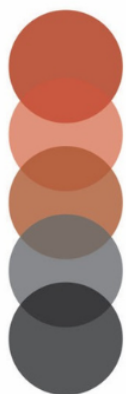
Cada vez mais jovens de classe-média brasileiros procuram a Austrália para aprender inglês, ter uma aventura, e morar num país de 'primeiro mundo'. Mas além das praias, língua inglesa e vida sem criminalidade, a Austrália também tem a sede mundial da megagreja Hillsong. Famosa no Brasil pela sua música gospel traduzida e cantada por várias bandas brasileiras como a Diante do Trono, para muitos jovens brasileiros esta viagem também é uma oportunidade de frequentar a Hillsong aos domingos, ou mesmo estudar na sua escola pastoral chamada International Leadership College. Mas, para muitos, a dificuldade com a língua inglesa no culto e de fazer amizades numa igreja tão grande faz com que eles procurem igrejas brasileiras. Nelas, apesar de não haver um espetáculo de música de tanta qualidade durante o culto, eles fazem amigos, falam português, comem comidas brasileiras, encontram apoio emocional e conseguem dicas de emprego e moradia. Como pastores evangélicos são sempre um casal, eles muitas vezes também funcionam como pais e mães para estes jovens que saíram da casa dos pais e do Brasil pela primeira vez em suas vidas. Mas ainda assim, estes jovens geralmente continuam frequentando a Hillsong para treinar o inglês e conhecer australianos e a igrejas brasileiras para se sentir em casa. Nesta apresentação mostro como uma igreja brasileira em Sydney, que assimilou muitas características da Hillsong (informalidade, abertura para diversos estilos de vida e culto como um show de música com vídeos), mas ainda é pequena o suficiente para proporcionar a sensação de família, oferece a possibilidade de que muitos vivam entre os dois tipos de pentecostalismo num lugar só.

Apresentação Oral em GT

Umbanda em Berlim. Idéias e imagens de uma religião brasileira na sua diáspora na Europa central.

Inga Scharf

Contrariamente à sua funcionalização como uma religião meramente indígena ou nacionalmente limitada que constrói uma síntese brasileira em seu sistema cosmológico, a umbanda se espalhou por toda a América e na diáspora transatlântica na Europa. As imagens nas mentes e corpos dos crentes como uma forma de repositório de conhecimento - transmitidos tradicionalmente pela memória cultural e perceptíveis através do transe religioso – são caracterizadas geograficamente. A minha pesquisa documenta as mudanças ou recontextualizações devidas à transposição da América Latina para a região da Europa Central. A visualização de imagens ou sua consciência simbólica só pode ser feita através de uma pesquisa de campo etnográfica, já que a umbanda é uma religião que se define pela experiência cotidiana e não por dogmas ou livros sagrados. Meu estudo tem portanto como alvo descrições densas dos encontros religiosos (assentamentos, giras e camarinhas), em uma casa de umbanda fundada em 2006 na Suíça, o Ilê Axé Oxum Abalô (também chamado de Terrasagrada), com filiais espalhadas em todos os países de língua alemã da Europa Central na Suíça (Zurique, Bern), Áustria (Graz e Viena) e Alemanha (Berlim). A mãe-de-santo Ya Habiba de Oxum Abalô vive e dirige todas as filiais. Vendo conhecendo os iniciados (filhas- e filhos-de-santo) que na maioria consistem de europeus sem relação familiar no Brasil e convidados em várias localidades e tenho realizado entrevistas. Gostaria de levantar as seguintes perguntas: Desempenham as imagens de caráter dos espíritos diversos, que não são conhecidos como figuras culturais da Europa Central, um papel ainda importante? Como essa religião brasileira é percebida no contexto transnacional: Ela fica brasileira e transporta um jeito brasileiro ou será europeizada? Suspeito que não vão surgir linhas de umbanda na Europa de língua alemã que vão adorar marginalizados da sociedade local no culto religioso, como acontece no Brasil. Em países de língua alemã poderia haver linhas espirituais de desempregados, deficientes e crianças, uma vez que eles não têm todos um lobby próprio. Haverá este aspecto político-social na umbanda de língua alemã? É provável que a religião umbanda venha a acentuar diferentes aspectos de sua cosmologia no lugar do sociológico. Como tese poderia ser formulada o fato de que a natureza ou a experiência com ela é que é percebida como algo marginalizado e esquecido e que, portanto, recebe uma valorização.



Pôster em GT

Representações de Gênero na Religião: relações e vivências na esfera doméstica e familiar

Ricardo Justino dos Santos

A presente comunicação atenta para as representações de gênero, a partir da “experiência religiosa”; o rito de renovação do Sagrado Coração de Jesus e sua relação com as vivências na esfera doméstica e familiar. O rito tem suas raízes enquanto devoção na origem dogmática cristã e é uma prática paralitúrgica que atesta a fé dos católicos. Inicialmente faz-se a consagração da casa; a entronização da imagem do Coração de Jesus, onde um beato/ padre conduz a oração. Um ano depois de abençoado o lar, a família passa a renovar essa consagração, o rito de Renovação. Atualmente, é realizado em lares domésticos sob a orientação e realização de mulheres, “as tiradeiras”. Tem como objetivo renovar a fé em/ na família a partir do dia em que a unidade familiar se constitui naquela determinada casa. Percebendo que o rito é constituído majoritariamente por mulheres, inicialmente realizei um campo exploratório no qual objetivei compreender como se configurava a participação feminina e masculina na Renovação do Sagrado Coração de Jesus, focando em como esses gêneros eram dispostos no rito e nos espaços que o circundam. Tendo este uma ligação direta com a família, até mesmo em seu objetivo, proponho ainda compreender como as representações de gênero em dada prática religiosa (rito de Renovação do Sagrado Coração de Jesus) estabelece relação e imbricações com a estrutura familiar e doméstica. Voltar o olhar sobre o gênero para prática ritualística, é, sobretudo se voltar para o significado que os indivíduos dão a ação. Se este, até mesmo em sua preparação “orienta” as mulheres que participam/ realizam, à praticas/ atividades ligadas diretamente ao espaço familiar e doméstico, faz-se necessário abordar esses espaços também.

Apresentação Oral em GT

O Sagrado à porta fechada: etnografia de um terreiro de Candomblé em Lisboa

Roberta de Mello Correa

O presente work busca observar o movimento de transnacionalização de uma prática religiosa afro-brasileira, o Candomblé, para Portugal, tendo como lócus da análise os fluxos das práticas culturais que são estabelecidas entre Brasil e este país. Essa análise é fruto da etnografia realizada durante meu doutorado no Ilê Asè Omin Ogun em Lisboa, onde pude observar como práticas culturais afro-brasileiras são apropriadas por seus praticantes de forma a criar novos significados para um candomblé Luso-Afro-brasileiro. Pude observar durante a pesquisa que a produção do reconhecimento de um terreiro de candomblé em Portugal opera em dois planos. O primeiro deles é o universo institucional-legal, passado por legislações que reconhecem e regulamentam as religiões, garantias previdenciárias, benefícios fiscais, etc. O outro plano trata da dimensão simbólica do reconhecimento do terreiro, sobretudo perante outros pais e mães de santo. O reconhecimento no campo do sagrado, no caso de Ilê Asè Omin Ogun, passa pela afirmação da autenticidade, e esta autenticidade remete a laços com o Brasil. O Ile Asè Omin Ogun, segundo sua página na internet, teria sido o primeiro terreiro de candomblé de Portugal a ser reconhecido religiosamente pela Fenacab, que é a Federação Nacional do Culto Afro-brasileiro localizada no Brasil na cidade de Salvador, Bahia. Neste sentido, busquei conhecer mais profundamente o cenário das práticas do candomblé português, perscrutando seus personagens, suas práticas e os estudos existentes sobre ele.



GT 063: Trajetórias religiosas em trânsito e novas configurações identitárias

As trajetórias religiosas de diferentes lideranças e adeptos de movimentos religiosos na contemporaneidade permitem explorar as dinâmicas de transformação no campo religioso, bem como os processos de construção étnico-identitária-religiosa, que segundo Stuart Hall (2000) revelam o caráter “estratégico e posicional” submetido a uma historicização da mudança constante. Tais processos são, também, multifacetados, permitindo que líderes religiosos e seus grupos ou comunidades religiosas sejam mediadores de diversas fontes e fluxos culturais que convivem e se contrapõem. A nossa proposta é realizar um debate, no que tange o entendimento teórico de narrativas etnográficas que exponham experiências, ora como fenômeno racional de natureza social, ora não-racional com o transcendente. Visamos discutir o que se tem produzido hoje acerca da grande circulação ou trânsito de novos adeptos entre as religiões, nas últimas três décadas. Serão privilegiados trabalhos que explorem as trajetórias em trânsito no âmbito das diferentes religiões no cenário atual brasileiro, entre as quais as religiões de matriz africana, as religiões do campo cristão, bem como os recentes trânsitos no campo judaico, islâmico e as expressões religiosas da Nova Era.

Maristela Oliveira de Andrade (Universidade Federal da Paraíba) e Sylvana Maria Brandão de Aguiar (UFPE) - **Coordenação**

Antonio Giovanni Boaes Gonçalves (Universidade Federal da Paraíba) - **Debatedor/a**

Eduardo Henrique Araújo de Gusmão (UFCG) - **Debatedor/a**

Apresentação Oral em GT

Conversão ao Judaísmo: voluntarismo e agenciamento

Abel de Castro Tavares, Yakov M. Rabkin

Esse work tem por tema a conversão ao judaísmo a que se submetem indivíduos de outras profissões religiosas – ou nenhuma, nas cidades de Fortaleza, Brasília, Recife e Montreal. Para ser considerado um judeu, as interpretações rabínicas apontam a descendência matrilinear como o caminho natural para a transmissão identitária. Na contemporaneidade, uma maior autonomia do sujeito - fornecida pelos fluxos de informações transmitidas pelas novas tecnologias, pelas ofertas religiosas e pela globalização - possibilita ao indivíduo cambiar sua religião, sua história e seu destino. Entretanto, mesmo com autonomia para alterar sua vida e sua tradição familiar, é imperativo que a instituição religiosa pretendida o aceite e o reconheça como um deles. É uma relação de reciprocidade, onde a conversão aparece como um percurso que só é possível compreender na sua profundidade através da análise das narrativas dos candidatos que se submeteram a esse processo e o papel da instituição judaica na formação da nova identidade. Nesse work, as modernas discussões sobre voluntarismo e agenciamento são fundamentais para a compreensão dos processos de identificação em que esses indivíduos se inscrevem levando-os a empreender uma caminhada rumo ao judaísmo. A busca por pertencimento e reconhecimento são os determinantes aos sujeitos quando se aventuram nessa caminhada, que no caso da escolha ao judaísmo, carrega em si um paradoxo: a possibilidade extremamente moderna de escolher uma nova identidade – voluntarismo, e a busca – agenciamento, em direção a uma religião normativa. As considerações feitas nesse work sobre o fenômeno da conversão convidam o judaísmo a um contato com a alteridade e evidencia a necessidade de um vento novo em suas interpretações de si mesmo. Para a antropologia, o work enfatiza a entrada e saída de religiões e a produção de um novo ator étnico e religioso: o judeu contemporâneo.



Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466446514_ARQUIVO_Conversaoajudaismo-voluntarismoegenciamento-artigoCompletoABA.pdf

Apresentação Oral em GT

Migração e Pentecostalismo: ressignificações identitárias de mulheres migrantes

Ana Keila Mosca Pinezi, Marilda Aparecida de Menezes (Universidade Federal do ABC)

O work objetiva compreender o discurso de mulheres migrantes nordestinas, moradoras de uma periferia paulistana, em relação às transformações identitárias e às reconfigurações familiares após a adesão ao pentecostalismo. Originalmente católicas, essas mulheres transitaram, ao chegar na região metropolitana de São Paulo, por várias religiões de passagem até a adesão ao pentecostalismo. Em seus discursos, essas mulheres entrelaçam a relação entre as mudanças vivenciadas na experiência migratória, a constituição da nova família, o trânsito e as experiências religiosas, as relações de gênero e seus anseios de emancipação. Ressignificações no que se refere à moralidade aparecem atreladas a uma emancipação restrita ou relativa. Foi realizada etnografia nos cultos e rituais de uma igreja pentecostal, a Igreja Avivamento Bíblico, situada em um bairro paulistano, além de entrevistas com mulheres adeptas dessa denominação religiosa, todas migrantes de áreas rurais ou de pequenas cidades do nordeste brasileiro. Periferia, gênero, pentecostalismo e migração se hibridizam na condição dessas mulheres que criam e recriam, no interior da igreja, espaços de sociabilidade que lhes proporcione acolhimento, compartilhamento e solidariedade diante de preconceitos e necessidades materiais e imateriais que sua condição lhes impõe.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1469710977_ARQUIVO_30rba.MarildaMenezeseKeilaPinezi-GT063.pdf

Apresentação Oral em GT

Reafrikanização e construção da identidade negra nas religiões de origem africana em João Pessoa/PB: o caso do terreiro Ilê Tata do Axé

Bárbara Luna de Araújo

Este work tem por objetivo analisar os movimentos de reafrikanização e construção da identidade negra nos terreiros de candomblé da cidade de João Pessoa/PB através de um estudo sobre o Ilê Tata do Axé da mãe Renilda de Oxóssi. Faz-se mister destacar que entende-se por reafrikanização as tentativas, pela comunidade de afro-descendentes, de retomada dos valores africanos no que diz respeito ao resgate ou construção de tradições que possam expressar a particularidade de uma identidade negro-orientada. Reginaldo Prandi (1991) enxerga a reafrikanização como uma espécie de invenção de uma identificação intelectualizada, na qual o retorno às raízes africanas representa a busca da origem e da autenticidade do ser negro. Diante disso, surge o interesse de investigar o fenômeno no campo religioso pessoense por meio do citado terreiro. A escolha se deu pelo fato da ialorixá Renilda Bezerra de Albuquerque ter uma história de vida muito ligada às lutas sociais, possuindo assim uma liderança política que ultrapassa os muros da sua casa religiosa. A pesquisa de caráter empírico ocorreu em dois momentos: primeiro realizou-se levantamento preliminar no âmbito do projeto “Mulheres de Terreiro” (documentário financiado pelo Fundo de Incentivo à Cultura da Cidade de João Pessoa – ainda em fase de conclusão) e, logo em seguida, houve um aprofundamento do estudo, realizado por meio de entrevistas com mãe Renilda de Oxóssi e observação direta das festas e rituais. Os resultados obtidos apontam para uma série de transformações que candomblé pessoense vem passando diante das quais os líderes religiosos estão buscando, cada vez mais, a construção de uma identidade negra e a ocupação das esferas públicas locais e nacionais, com o intuito de dar visibilidade e legitimação aos seus cultos. Tais movimentos acabam por trazer mudanças nos próprios rituais, pois se busca uma espécie de



“volta às origens” e/ou “purificação” das celebrações. Porém, vale ressaltar, que o retorno a esses valores africanos não se dá de forma absoluta. Pelo contrário, a reafricanização que se faz presente trabalha muito mais em um sentido de mobilização dos grupos negros do que na busca de uma base pura de elementos inalterados para os cultos religiosos. Seria, portanto, uma estratégia política de marcação de diferenças que, por sua vez, não se apresenta de forma consensual entre os adeptos.

Palavras chave: Reafricanização. Candomblé. Identidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/705_2017-12-07.pdf

Apresentação Oral em GT

A regulação da instanciação religiosa na Capoeira Angola globalizada: A relação entre o Grupo Irmãos Guerreiros e o Ilê Obá Silekê de Berlim, Alemanha

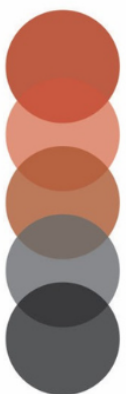
Celso de Brito

A Capoeira Angola tida como “tradicional” mantém uma forte relação com a religiosidade afro-brasileira (FRIGERIO, 1989, ARAÚJO, 2005). Apesar disso, diferentes estudos mostram que sua prática vem sendo resignificada em diferentes localidades do globo, segundo referências de diversos credos como a “capoeira gospel” (BRITO, 2008) e “capoeira New Age” (BRITO, 2010, ACETI, 2010). Em meu estudo de mestrado (BRITO, 2010), analisei os fluxos transnacionais no universo da Capoeira Angola entre Brasil e França e me deparei com uma organização social peculiar que nomeei, com referência a um termo nativo, de “sistema de linhagem”. O alcance da noção de “sistema de linhagem” foi posto à prova em um recente estudo (BRITO, 2015) considerando núcleos de Capoeira Angola de diferentes países da Europa (Polônia, Portugal, França, Áustria, Espanha e Alemanha) e se mostrou passível de ser generalizado. Trata-se de um sistema global organizado em torno da noção de “ancestralidade” que reúne adeptos de diferentes países através da mediação de um mestre em comum que, por sua vez, propicia uma dupla “religação”: 1, entre membros de diferentes nacionalidades e, 2, entre eles (dimensão terrena) e os ancestrais (dimensão sagrada). Esse duplo sentido do “sistema de linhagem” da Capoeira Angola globalizada nos remete à ideia de Csordas (2009) de “transcendência transnacional”. Na presente proposta, buscarei sustentar duas hipóteses: 1º apesar de haver grande valor à relação entre Capoeira Angola e religiosidade afro-brasileira, a Capoeira Angola pode ser entendida como uma forma singular de religiosidade, aberta a diferentes instancias, de acordo com culturas locais e, 2, as lideranças brasileiras dos grupos de Capoeira Angola em funcionamento na Europa elaboram estratégias de regulação das instancias religiosas na Capoeira Angola criando conexões entre Capoeira Angola e religiosidades afro-brasileiras, inserindo novos agentes, não capoeiristas, ao “sistema de linhagem”. A análise se centrará no grupo de Capoeira Angola Irmãos Guerreiros e sua conexão com o Babalorixá Murah, cujo ilê Obá Silekê, sediado em Berlim-Alemanha, tornou-se uma das fontes da tradição religiosa afro-brasileira para capoeiristas de diversas localidades da Europa. Assim, a pergunta central dessa proposta é: quais as estratégias de regulação da instanciação religiosa elaboradas pelas lideranças dos grupos de Capoeira Angola na Europa e, em que medida, tais estratégias produzem o resultado esperado, qual seja, evitar a deturpação da tradição afro-brasileira durante o atual processo de expansão da Capoeira Angola em terras europeias.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466473485_ARQUIVO_textoRBA2016.pdf

Apresentação Oral em GT

Neo-pentecostalismo em Juazeiro do Norte: a Igreja Mundial do Poder de Deus na trama das classificações





Clécio Jamilson Bezerra dos Santos, Orivaldo Pimentel Lopes Junior

A formação de novos grupos religiosos no Brasil está inserida em uma dinâmica mais ampla de transformações do campo religioso nacional, fenômeno que não é recente, mas que se acelerou, tornando-se mais evidente, com a ascensão de igrejas neo-pentecostais no país. No meio pentecostal, a formação de novos grupos religiosos a partir de cismas entre fortes lideranças carismáticas e suas respectivas igrejas abriu possibilidade para novos fluxos culturais inerentes ao surgimento de novas denominações. Imersa nesse contexto está a Igreja Mundial do Poder de Deus (IMPD), denominação cindida da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) na década de 90 e que tem como líder-fundador o então denominado Apóstolo Waldemiro Santiago, cuja trajetória religiosa é bastante significativa para se compreender aspectos da própria denominação. Em detrimento dos diversos templos que possui, este work dedica-se a uma reflexão crítica acerca de aspectos da atuação da IMPD em Juazeiro do Norte-CE, analisando a sua presença no campo religioso local e a situando na seara do protestantismo nacional. Ricardo Mariano, em seu livro *Neopentecostais* ([1999] 2010), assim como fazem outros autores, propõe uma tipologia do pentecostalismo brasileiro, enfatizando, sobretudo, as principais características do "neopentecostalismo" e ressaltando o tom de novidade que caracteriza a emergência dessa vertente pentecostal no campo religioso nacional. Conforme tal classificação, é possível afirmar que a IMPD em Juazeiro do Norte apresenta as típicas características de uma igreja "neopentecostal", podendo ser considerada, a priori, pertencente a tal segmento e equiparada à sua maior representante, a IURD. Apesar disso, a partir da realização de pesquisa de campo preliminar (2012-2014), composta pela participação em cultos no templo central da IMPD na cidade de Juazeiro e de entrevistas com os seus membros, percebi divergências entre a caracterização típica do "neopentecostalismo" e determinados aspectos apresentados pela Igreja na localidade. Nesse sentido, este work problematiza e evidencia as tensões encontradas no emprego da tipologia pentecostal vigente no campo acadêmico para a leitura da atuação da IMPD em Juazeiro do Norte, levando em conta as relações de convergência e de contraposição entre elementos dessa denominação e aqueles presentes na igreja-mãe (IURD), da qual se originou. A pesquisa ainda está em andamento, mas, a partir das atividades já realizadas, é possível inferir acerca da adequação, pertinência e possíveis limitações do emprego de tal tipologia para a leitura da referida igreja, tendo como pano de fundo um contexto de trânsito religioso, de cissiparidade e de pluralismo que caracteriza o campo religioso nacional nas últimas décadas.

Trabalho completo:

[https://www.abant.org.br/files/1467334763_ARQUIVO_workCompleto_Clecio_RBA2016\(Submetido\).pdf](https://www.abant.org.br/files/1467334763_ARQUIVO_workCompleto_Clecio_RBA2016(Submetido).pdf)

Apresentação Oral em GT

"Muita religião, seu moço!": entre santos, espíritos, pretos velhos, pombas-gira e orixás

Dalva Maria Soares

Este work tem como fio condutor a trajetória de Pedrina de Lourdes Santos como capitã de congado. Além de capitã, Pedrina é espírita kardecista, realiza reuniões de umbanda em sua casa, faz atendimentos espirituais na cidade de Oliveira, MG e frequenta o candomblé. A capitã também é frequentemente solicitada para falar em seminários, festivais, oficinas e congressos sobre suas experiências e seus conhecimentos. Embora o contexto do universo da pesquisa tenha sido o congado, o work acabou sendo recortado por diversos espaços, tendo em vista a própria característica do sujeito da pesquisa, uma pessoa ecumênica, como ela mesmo se define. Guiada pelos movimentos de Pedrina segui o seu percurso, o que me levou a percorrer diferentes sítios e trajetos numa complexa rede tramada entre confluências de práticas, processos e conexões. Isso me obrigou a sair da lógica de se pensar o religioso a partir de doutrinas, instituições e rituais e a focar na experiência e na vivência de Pedrina. Embora eu tenha ido a campo perseguindo a trajetória da capitã,

conhecê-la implicou acessar toda uma rede familiar que vai muito além da sua família biológica e envolve uma rede de relações sociais tecidas no reinado, na umbanda, no kardecismo e no candomblé; uma rede que entrelaça a trajetória de Pedrina com seres deste e de outros mundos, como os santos católicos, as entidades da umbanda, os nkisis do candomblé e os espíritos desencarnados do kardecismo. Este não é, portanto, uma work sobre o Reinado de Nossa Senhora do Rosário ou congado em Minas Gerais, nem sobre o congado da cidade de Oliveira, muito menos uma biografia de Pedrina. É o resultado de uma relação construída entre pesquisadora e pesquisada durante um determinado período da vida de ambas. O congado na vida de Pedrina é lugar de encruzilhada, de interseção de todas as suas vivências religiosas, não para fundir tudo numa unidade, mas para seguirem enquanto pluralidades, numa lógica que não anula as diferenças. A participação em seminários acadêmicos, encontros, festivais e congressos também permite a Pedrina chamar a atenção de pesquisadores, artistas, políticos, produtores culturais, entre outros, para o lugar das manifestações culturais afro-brasileiras. Nestes encontros, a capitã amplia sua rede e legitima o seu congado. Um congado próprio, particular, resultado dos diferentes trânsitos pelos quais ela circula. O que work se propõe é contar uma história que me foi contada; não só por Pedrina, mas também pelos sujeitos (desse e de outros mundos) que estão à sua volta.

Apresentação Oral em GT

As profundas e mutáveis pegadas míticas do povo que não esperou por Deus. A vida religiosa dos índios Kadiwéu

Francesco Romizi

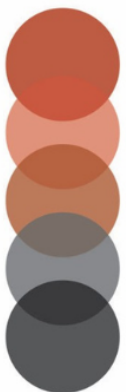
Se, nos últimos 50 anos, queremos identificar uma constante na vida religiosa dos componentes do grupo indígena Kadiwéu (guaicurus situados no município de Porto Murtinho/MS), esta pode ser representada só pela sua instabilidade; que, como tentaremos demonstrar, não revela o seu caráter superficial ou efêmero, mas exatamente o contrário. Em particular, na nossa fala pretendemos: 1.) descrever e interpretar, antropologicamente, um trânsito diacrônico, feito de passagens históricas de umas crenças a outras, e dos discursos de continuidade-descontinuidade que administraram estas transições, fazendo que permanecessem dentro de um quadro mito-lógico que não pode nunca rejeitar por completo a tradição; 2.) analisar um trânsito sincrônico, representado pela capacidade dos crentes Kadiwéu, não só de frequentar simultaneamente diferentes Igrejas e dimensões místico-espirituais, mas também de selecionar e manipular as suas expressões, de modo que se tornem partes integrantes de uma única vivência religiosa, percebida como um todo lógico e coerente.

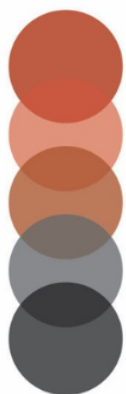
Apresentação Oral em GT

Umbanda E FTU: Intercafes do Embranquecimento das Religiões Afro-Brasileiras

Geisiane Batista Prates

Nas décadas de 1960 e 1970, um grupo de umbandistas inaugura uma nova forma de compreender a Umbanda. Neste grupo se insere Woodrow Wilson da Matta e Silva, que publica seu primeiro livro intitulado “Umbanda de Todos Nós” (1956), no qual dá as diretrizes dessa iniciativa. Mais de quarenta anos depois, em 2003, é inaugurada em São Paulo (SP) a Faculdade de Teologia Umbandista, dirigida por Francisco Rivas Neto, discípulo de Matta e Silva, que disponibiliza o curso de graduação em Teologia com ênfase nas religiões afro-brasileiras, reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura. O presente work busca contribuir para a compreensão da trajetória da Umbanda em território brasileiro, conferindo a esta o status de religião nacional, trajetória esta que é marcada pela discriminação, pela luta de movimentos sociais, negação de aspectos africanos, branqueamento e iniciativas que extrapolam os limites da religião, abrindo caminhos em outras instituições sociais como a educação, por exemplo. A Faculdade de Teologia





Umbandista foi uma alternativa que uma vertente da Umbanda encontrou para se inserir no mercado de bens simbólicos e religiosos e sua estrutura é voltada à formação de teólogos com ênfase em religiões afro-brasileiras. Não obstante, o que se observou através de breve etnografia, foi uma prática educacional atrelada diretamente à Umbanda, digo melhor, a uma vertente da Umbanda, mais conhecimento como Umbanda Branca ou Exotérica. Essa proposta se insere nesse GT por se pautar na discussão da trajetória de uma religião brasileira que, através da instituição de uma faculdade de teologia, busca a disseminação de uma vertente da doutrina umbandista, caracterizando uma prática educacional e religiosa em constante transformação.

Apresentação Oral em GT

Evangélikus Gyülekezet: notas etnográficas sobre uma Comunidade Protestante Húngara em Stuttgart

Ivaldinete de Araújo Delmiro Gémes, Márton Tamas Gémes István Gémes

O presente work é fruto de uma análise da dimensão étnica/religiosa da Comunidade Evangélica Húngara de Stuttgart (Stuttgarter Magyar Evangélikus Gyülekezet). Nele busquei compreender as experiências dos agentes sociais envolvidos nos processos sociais a partir da construção étnica/identitária e do campo religioso na Comunidade. O interesse pelo tema deve-se ao fato de que pretendo elaborar uma reflexão acerca da influência da modernidade no campo religioso protestante luterano das particularidades que envolvem etnia, migração, religião e ecumenismo. A pesquisa foi realizada através do método etnográfico, a convivência com a comunidade foi de dois anos. A minha presença no campo de pesquisa foi marcada pelas experiências, afinidades, cumplicidades e pelas diferenças existentes entre eu e o “outro”. No campo de pesquisa foram reveladas práticas construídas a partir da compreensão dos valores sociais, éticos e religiosos que marcaram esta investigação. Esta pesquisa teceu fios que me ligaram, de forma afetiva e profissional, ao cotidiano da comunidade e perfilaram as minhas experiências na condição de estrangeira e pesquisadora em território “desconhecido”. A heterogeneidade da comunidade é marcada por dois fatores: a comunidade é composta por húngaros que migraram do Leste Europeu (Hungria, Sérvia, Croácia, Eslováquia e Romênia) e outro fator é que existe uma pluralidade religiosa formada pelos Luteranos, Calvinistas, Batistas e Católicos. O tempo existência da Comunidade é um marcador étnico, pois existe há 63 anos. Ela foi criada em 1947 por indivíduos de origem húngara que fugiram durante a Segunda Guerra e fixaram-se na Alemanha. A Língua Húngara é outro elemento marcador da etnia do grupo. Os rituais, os cultos e as festas religiosas podem ser interpretados, como práticas que alimentam a identidade étnica. Os valores que orientam a ação da Comunidade são expressos através da conduta protestante e do idioma que é falado, vivido, narrado (oral e escrito) e compreendido pela coletividade. Para os membros da Comunidade, como acontece a outras coletividades religiosas, o estado de pertença no grupo se transforma em um marcador de suas identidades. As práticas sociais vivenciadas pela Comunidade são internalizadas pelos membros como atos institucionalizados, pois os indivíduos elaboram e internalizam estas práticas como parte de suas ações sociais cotidianas. O uso da Língua Húngara, como exemplo destas práticas cotidianas vivenciadas e narradas pelo grupo, porque todos os indivíduos se comunicam através da Língua Nativa. No entanto, os membros do grupo, aprenderam, nos processos anteriores de migração, outras línguas, como alemão, servo-croata, romeno e eslovaco. Estas línguas são usadas quando é necessário e também para interagir fora do grupo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466453951_ARQUIVO_ABAPesquisacomProtestantesEvangelikusGyulekezet.pdf

Apresentação Oral em GT

Retratos sociológicos e perfis culturais-religiosos no Maracatu de Baque Solto de Pernambuco.

José Roberto Feitosa de Sena, Antônio Giovanni Boaes Gonçalves.

O Maracatu de Baque Solto também conhecido como Maracatu Rural é uma manifestação de cultura popular, ao que os folcloristas e acadêmicos apontam, oriundo dos hibridismos culturais-religiosos processados na Zona da Mata Norte de Pernambuco. Comumente as pesquisas das ciências sociais sobre essas agremiações culturais privilegiam as abordagens sobre os grupos e suas relações com os contextos mais amplos. A presente pesquisa em andamento, processo de construção de tese de doutoramento em sociologia, visa realizar uma abordagem do maracatu à luz da teoria sociológica disposicionalista da cultura que possibilita uma análise de retratos sociológicos de indivíduos a partir da reconstrução de suas trajetórias de vida nos mais variados e contínuos processos plurais de socialização. Tal enfoque, fundamentado nas teorias de Bernard Lahire, é pertinente uma vez que tal manifestação está inserida no contexto da esfera pública do carnaval, festa popular e midiática que envolve múltiplos e variáveis espaços e atores em jogo. Interesses diversos como os de ordem política e econômica, e, manifesta a circulação híbrida e fluida de elementos culturais e religiosos que, interpenetráveis, constituem o tecido sociocultural e simbólico de tal expressão de cultura popular.

Palavras chave: Maracatu; disposicionalismo; cultura.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/70_2016-11-28.pdf

Apresentação Oral em GT

A comunidade Gülen no Brasil: configurações locais de um movimento religioso turco transnacional

Liza Dumovich Barros

O islã no Brasil remonta à colonização do território pelos portugueses, no século XVI, passa pela importação de escravos africanos muçulmanos, no século XVIII, e pela imigração árabe proveniente do Oriente Médio, iniciada no final do XIX. Porém, a presença do islã no Brasil se tornou significativa apenas no final do século XX. Esse incremento está relacionado, sobretudo, a dois processos: a imigração de muçulmanos provenientes do Líbano, impulsionada pela Guerra Civil Libanesa, e da Palestina, devido às guerras árabe-israelenses; e a conversão individual de brasileiros. As comunidades muçulmanas no Brasil se organizam, portanto, segundo um quadro interpretativo do islã, seja sunita ou xiita, baseado em lideranças religiosas árabes ou de origem árabe. É nesse contexto que se insere uma comunidade turca e muçulmana sunita, de caráter missionário e transnacional, vinculada ao Movimento Hizmet, também conhecido como Movimento Gülen, em referência ao líder religioso turco Fethullah Gülen. Nascido nos anos 1970, na Turquia, o Movimento Hizmet (“serviço”, em turco) se espalhou pelo mundo através, sobretudo, de escolas e dormitórios para estudantes. Presente em cerca de 150 países, o Hizmet iniciou suas atividades no Brasil há 12 anos, pelos esforços de um pequeno grupo de turcos. Desde então, formou-se uma comunidade religiosa, predominantemente, turca de cerca de 220 indivíduos, dividida por quatro cidades brasileiras – Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e São Paulo. Atualmente, a comunidade possui um colégio (duas unidades), três centros culturais e um centro de diálogo inter-religioso (duas unidades), além de parcerias com instituições locais públicas e privadas. Essa apresentação se fundamenta no work de campo que realizei junto à comunidade Gülen no Brasil, há cerca de dois anos, para o meu doutorado em Antropologia e visa delinear alguns aspectos da configuração do Movimento na realidade brasileira. Embora o secularismo seja um valor constantemente reafirmado pela comunidade, os códigos morais e as práticas cotidianas são informados pelo islã - de acordo com as interpretações de Gülen, por sua vez, produto do cenário religioso turco contemporâneo. Nesse contexto, aproximadamente 30 famílias e 35 estudantes turcos (divididos entre homens e mulheres) constituem novos atores na produção e circulação de significados, tanto secular quanto religioso, no espaço público brasileiro.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466180033_ARQUIVO_Liza_RBA.pdf



Apresentação Oral em GT

Entre trajetórias, rituais e sinagogas

Mirella de Almeida Braga

O presente artigo abre um debate acerca do processo de formação de fronteiras étnicas e religiosas em/entre três comunidades judaicas atuantes no município de Campina Grande/PB, chamando atenção para determinados elementos e estratégias do cotidiano que operam como verdadeiros marcos de diferenciação e afirmação identitária. Por meio da descrição de eventos comunitários e da reconstrução narrativa de determinadas histórias de vida de indivíduos em suas interações sociais no espaço familiar e religioso, o work analisa as ações que revelam diferenciadas “artes de se tornar judeu”.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1465498654_ARQUIVO_artigoCompleto-RBA.pdf

Pôster em GT

O trânsito religioso e o ethos de grupo nas tradições da Umbanda e da Jurema na capital Paraibana

Rafael Trindade Heneine

No atual projeto de PIBIC que estou envolvido como bolsista, “A mitologia da Jurema Sagrada na capital Paraibana”, os mitos da Jurema tem sido resgatados através das toadas, que somente a observação participante, e as entrevistas, me condicionam uma relevante rede de significados dos dados coletados. Na tradição oral, as toadas da Jurema apresentam em seu conteúdo, narrativas sobre os Mestres Encantados, que são os guias espirituais dessa religião. Dos dados coletados, em particular na cidade de João Pessoa, no terreiro Templo Ilê Asé Xangô Agodô, que trabalha com o Candomblé e com a Jurema, sendo por isso também chamado de Tenda de Jurema do Caboclo Sete Flechas, as práticas litúrgicas e teúrgicas que evocam as entidades, ocupam um papel importante no ethos dos devotos desse terreiro. Nos cultos de Jurema ali realizados, entidades ditas da Umbanda são também evocadas ao iniciar os works, como por exemplo, Exu e Pomba-Gira, e esse hibridismo religioso, mais apropriadamente chamado de sincretismo na tradição dos estudos antropológicos, é o que determina o trânsito religioso aqui identificado, entre essas duas tradições, a da Umbanda e a da Jurema, e também sugere, possivelmente, uma nova identidade. Com isso proponho apresentar o andamento das investigações do projeto, e como o resgate das narrativas míticas, juntamente com as entrevistas realizadas, puderam evidenciar esse trânsito religioso in loco, através do modus operandi dos ritos, e das relações de ethos dos devotos desse terreiro com as entidades ali cultuadas.

Palavras chave: Identidade-religiosa. Sincretismo. Trânsito-religioso.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/225_2018-01-22.pdf

Apresentação Oral em GT

Yoga na Laje: uma trajetória entre espiritualidade e identidade híbridas

Taís Dias Capelini

Segundo uma pesquisa do Instituto Namasta (2010), práticas milenares como o Yoga tem se consolidado no Ocidente, configurando-se como uma das atividades em maior expansão no mundo. Levando em consideração que essa prática tem influência direta no modo de pensar e agir do praticante, bem como na sua relação com o mundo e consigo mesmo, a proposta de pesquisa que se apresenta é o estudo de caso do projeto Yoga na Laje, iniciado em 2012, na favela da Rocinha (Rio de Janeiro). O objetivo é analisar o variado campo de trocas simbólicas, culturais e interculturais, em um sistema que abrange um intercâmbio entre sabedoria

milenar oriental e cultura contemporânea ocidental, que tem a maior favela da América Latina como plano de fundo. Nesse sentido, analiso como o Yoga proporciona uma crescente autonomia da experiência do sagrado em relação à mediação das instituições religiosas tradicionais, possibilitando que os alunos - adeptos majoritariamente das religiões católica e neopentecostais - se identifiquem e se insiram em um conjunto prático, filosófico, e religioso associado ao Yoga e ao hinduísmo. Fenômeno esse que evidencia um processo de construção de "identidades híbridas", tal qual definido por Hall (2006). Nesse sentido, analiso a reinterpretação da tradição cultural relacionada ao Yoga dentro de uma chave de leitura que aqui considero como uma "ambiguidade produtiva", através da qual os alunos da favela atribuem novos sentidos e significados tanto ao Yoga em si como ao seu próprio processo de construção de subjetividades.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467341196_ARQUIVO_ABA_TaisCapelini.pdf

Pôster em GT

Quando o comportamento também fala: expressões vestuais e devoção na benção de São Félix.

Thayane Lúcia Fernandes da Silva

Este pôster está inserido no projeto de pesquisa "Santuários Pernambucos", coordenado pela prof^a Dr^a Sylvana Brandão, e é fruto de um ensaio etnográfico realizado no Santuário de São Felix da Cantalice, no bairro do Pina, Recife, durante os anos de 2014 e 2015. O local abriga o túmulo de Frei Damião de Bozzano e recebe milhares de fiéis, devotos e romeiros, durante todo o ano; aborda-se aqui, mais especificamente, as bênçãos de São Félix que ocorrem às sextas-feiras. Com base no material recolhido durante a pesquisa e considerando a reflexão de autores como Pierre Bourdieu, João Feital e Eduardo Spers e Mary Douglas, o argumento inicial é a existência de simetrias no campo do vestuário entre os frequentadores dos rituais devocionais. Resulta, que é possível alegar a existência de formas de vestimenta padronizadas por parte dos romeiros e dos devotos locais, que recebem influência do meio social onde vivem, da indústria da moda e também dos seus conceitos de espiritualidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466475474_ARQUIVO_rrbbaa.pdf

Apresentação Oral em GT

"Hare Krishna à la carte": as novas configurações de devotos de Krishna no Brasil.

Vítor Hugo da Silva Adami

O objetivo desta comunicação é realizar uma breve reflexão sobre as mudanças ocorridas nas identidades dos devotos do movimento Hare Krishna brasileiro. Ao longo dos quarenta anos de existência da Sociedade Internacional para a Consciência de Krishna (ISKCON) no Brasil a categoria social "devoto de Krishna" vem assumindo diferentes matizes de "apercepção social". Desde um modelo de coletivo religioso sectário, alternativo e ambientalista até a proposta de uma religião mais individualizada do que coletivizada. Portanto, a proposta será discutir e argumentar sobre as novas configurações identitárias constatadas dos devotos de Krishna e o que isto vem a refletir nas dinâmicas de transformação no campo religioso brasileiro.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/30rba_055_00000705_243299.pdf

GT 064: Visualidades Indígenas

O GT Visualidades Indígenas visa reunir pesquisas recentes que analisem as produções audiovisuais feitas por povos indígenas ou sobre eles. O escopo das investigações a serem apresentadas deve agregar reflexões sobre as concepções de imagem do ponto de vista das cosmologias de distintos povos indígenas, mas também

reflexões sobre a apropriação das técnicas de produção de imagens, análises de processos de socialização da linguagem do cinema e do vídeo por meio de oficinas e seus paradoxos e experiências correlatas.

O objetivo das sessões será analisar as novas visualidades que se colocam para dentro e para fora dos grupos indígenas, o protagonismo dos jovens indígenas na produção de discursos audiovisuais a partir de dentro das lógicas culturais; relações entre imagem e xamanismo; circulação de pontos de vista indígena e sua recepção acadêmica, apropriação do audiovisual em processos de transmissão de conhecimento, seus limites e possibilidades. Os temas gerais que serão acolhidos no GT tratam de comunicação intercultural, relações entre imagem e política, questões de autoria, tecnologias nativas do tornar visível, jovens indígenas e apropriação das técnicas do vídeo, transmissão oral e o audiovisual.

Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz (UFF/FLACSO-EC) e Paula Morgado Dias Lopes (UNIVERSIDADE DE SAO PAULO) - **Coordenação**

Junia Torres (UFMF/FAFICH) - **Debatedor/a**

Apresentação Oral em GT

O vídeo como encontro: a visita dos Kariri-Xocó aos Xucuru-Kariri mediada pela câmera

Alice Martins Villela Pinto

Desde os works de Jean-Rouch o filme etnográfico pôde passar a ser pensado como encontro entre o antropólogo-cineasta e os sujeitos pesquisados, sendo o vídeo um modo de estabelecer uma relação de comunicação com os interlocutores da pesquisa. Neste work, o vídeo exerce um papel de dupla mediação: entre pesquisadores-cineastas e índios e entre dois grupos indígenas. Apresento aqui uma experiência em que o vídeo teve um papel central na comunicação entre dois grupos indígenas que se encontram pela primeira vez: os Xucuru-Kariri e os Kariri-Xocó. O grupo Xucuru-Kariri vive em uma terra indígena no município de Caldas, Minas Gerais, desde 2001, quando foram obrigados a sair da região de Palmeira dos Índios em Alagoas em decorrência de conflitos fundiários; os Kariri-Xocó vivem em uma terra indígena em processo de demarcação no município de Porto Real do Colégio também em Alagoas, e atualmente vêm ocupando parte de suas terras invadidas por uma fazenda na luta pela retomada de parte do seu território. A convite dos Xucuru-Kariri, os Kariri-Xocó visitam sua aldeia em Caldas. Os anfitriões preparam uma festa com muita comida além de cantos e danças do Toré. Mas a condição para que o encontro se realize é que seja filmado: os Kariri Xocó querem levar imagens do encontro para sua aldeia em Alagoas e os Xucuru-Kariri querem que o encontro fique registrado para uso da comunidade. Este paper pretende explorar o potencial reflexivo da imagem em situações de encontro; trata-se de investigar em que medida o vídeo pode ser pensado como um dispositivo para o encontro dos dois grupos, e até que ponto o encontro entre as duas etnias pode ser pensado como dispositivo para a realização do vídeo.

Apresentação Oral em GT

O sonho do nixi pae - O Movimento dos Artistas Huni Kuin

Amilton Pelegrino de Mattos, Amilton Pelegrino de Mattos

O objetivo da apresentação é tratar do processo de produção do filme O sonho do nixi pae, bem como a trajetória do MAHKU – Movimento dos Artistas Huni Kuin, que é tema do filme. A obra resulta de um projeto de pesquisa que teve início em 2009 na Licenciatura Indígena da Universidade Federal do Acre de Cruzeiro do Sul (Universidade da Floresta) reunindo inicialmente três pesquisadores Ibã Huni Kuin, Bane Huni Kuin e eu. A pesquisa tem origem na convergência de três linguagens: a música dos cantos tradicionais



huni meka, da qual Ibã é especialista e pesquisador; o desenho, elaborado como tradução visual dos cantos por Bane; e o vídeo que visa criar o espaço multimídia para a interação de som e imagem. Os desenhos de Bane e seus companheiros ganharam projeção em 2012 com o convite para a exposição *Histoires de Voir* da Fundação Cartier, quando realizamos o filme *O espírito da floresta*. A partir daí o MAHKU se consolida como coletivo de artistas huni kuin que pesquisam e recriam artisticamente os cantos visionários do nixi pae (ayahuasca) e passa a ser convidado para uma série de exposições de artes visuais. Paralelamente o grupo segue desenvolvendo suas pesquisas musicais e multimídia participando em espaços acadêmicos como publicações e encontros. Dessa perspectiva da arte e da pesquisa acadêmica que nos miramos mutuamente, que podemos trocar olhares e refletir a respeito de como pensamos o outro e como somos pensados por ele. O filme que acompanha essa trajetória é uma realização do LABI – Laboratório de Imagem e Som da UFAC Floresta.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466478125_ARQUIVO_visualidades.pdf

Apresentação Oral em GT

Vídeo-Ritual: Circuitos imagéticos e cerimoniais entre os Mebengôkre (Kayapó)

André Luis Campanha Demarchi

A presente comunicação trata das redes de relações imagéticas e rituais tecidas por indivíduos e grupos pertencentes ao povo Mebengôkre (Kayapó). Destaca-se a profícua produção nativa de vídeos sobre o complexo sistema cerimonial mebengôkre, uma prática iniciada ainda nos anos de 1980 e bem documentada na literatura etnográfica desse povo. Com o acesso em massa às tecnologias de gravação e reprodução de imagens os vídeos sobre rituais circulam em uma rede imagético-cerimonial inter-aldeã que abrange as aldeias presentes em todo o sul do Pará e também do Mato Grosso, atingindo, inclusive, aldeias de outros grupos indígenas como os Krahô e Apinajé. Essa rede constituída por meio da circulação de vídeos mobiliza e incrementa a dispersão, entre diferentes aldeias, de conhecimentos, formas rituais, designs de objetos cerimoniais, grafismos da pintura corporal, canções e passos de dança – enfim, tudo aquilo que os Mebêngôkre denominam metoro kukràdjà (conhecimento ritual). Busca-se assim refletir sobre a importância do vídeo não apenas para a circulação, mas também para a própria produção ritual em si, destacando as formas de apropriação e conhecimento mobilizadas na prática do vídeo, bem como sua presença constante a mais de três décadas nos rituais e cerimônias dos Mebengôkre (Kayapó).

Palavras chave: Ritual, vídeo, Kayapó

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/333_2016-11-23.pdf

Apresentação Oral em GT

O vídeo como ibirapema: a possibilidade de uma memória prospectiva para os Manoki

André Luis Lopes Neves

A apresentação se fundamentará em reflexões realizadas a partir de uma pesquisa de mestrado em antropologia social que tratou da apropriação de recursos audiovisuais pelo povo indígena Manoki. Habitantes do noroeste de Mato Grosso e falantes de uma língua de tronco isolado, os Manoki têm utilizado nos últimos anos as ferramentas de vídeo e fotografia em estratégias de autorrepresentação e registro para as próximas gerações. Diante da percepção nativa de um tempo atual em que “tudo muda” depressa demais (na qual a mudança adquire um valor negativo), a demanda manoki pelo vídeo e outras ferramentas potenciais de registro parece trazer simbolicamente a possibilidade reversa de retomar elementos ditos tradicionais na construção de um futuro diferenciado. Se levarmos em conta o argumento de Lévi-Strauss (2013), nas

relações dos diferentes tipos de registros com a história e a memória dos coletivos há sobretudo duas tendências possíveis a serem enfatizadas: essa relação pode ser mais retrospectiva, para fundamentar uma ordem tradicional num passado remoto, ou prospectiva, para fazer desse passado o germe de um porvir que começa a tomar forma. Para os Manoki e potencialmente outros povos indígenas que vêm se apropriando das ferramentas audiovisuais, o interesse primordial nos registros fílmicos e fotográficos parece enfatizar seu caráter prospectivo sobretudo. Os significados atribuídos à maneira pela qual vídeos e fotos vêm sendo usados pelos Manoki têm demonstrado uma valorização das imagens que amparam seu sentimento de pertencimento a uma trajetória coletiva específica, o que também representa uma tomada de consciência de seu poder de mudança e da necessidade de defesa de seu espaço físico e simbólico como povo indígena. Nesse sentido, esses registros audiovisuais parecem ser concebidos como uma possibilidade de auxiliar na criação de uma memória social, mais voltada à garantia de um destino culturalmente diferenciado, que uma memória interessada na reconstrução de um passado. Dito de outra forma, nas palavras de Manuela Carneiro da Cunha e Eduardo Viveiros de Castro (1985) a respeito da vingança tupinambá, “um modo de fabricação do futuro”. A partir disso, pretendo buscar algumas analogias entre as dimensões simbólicas sobretudo do vídeo entre os Manoki e da ibirapema tupinambá, já que ambos podem operar em duas lógicas distintas: não só no regime interétnico de disputas guerreiras e políticas, mas numa dimensão cosmológica que organiza a percepção temporal.

Trabalho completo:

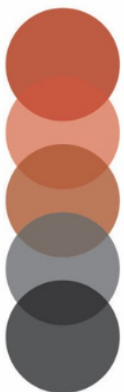
https://www.abant.org.br/files/1467324272_ARQUIVO_workcompletoparaanais30RBA.pdf

Apresentação Oral em GT

As lagartas-espírito e a invenção do cinema Maxakali

Bernard Pêgo Belisário

Nesta comunicação propomos investigar como o filme-ritual ‘Tatakux da aldeia Vila Nova’ (2009), dirigido pelo cacique e xamã Guigui Maxakali, pode dar a ver traços da cosmologia deste povo ao elaborar passagens entre os domínios do visível e do invisível. Para caracterizar essas passagens, observaremos as relações entre a ‘mise-en-scène’ documentária e os efeitos desencadeados pelo fora-de-campo. Assim como outros documentários filmados por indígenas em suas próprias aldeias, endereçados aos espectadores não-indígenas das salas de cinema, esse filme pode ser concebido como um gesto de ‘invenção da cultura com o cinema’. “Antes, ninguém sabia de onde os ‘tatakox’ tiravam as crianças, mas agora nós vimos. E em todos os lugares, em todas as cidades todos vão ver”, comenta Manuel Damásio em cena. A convocação que o xamã nos faz à visão dos ‘tatakox’ e de seus filhos desenterrados no ritual traz consigo um “equivoco” (Viveiros de Castro, 2004) que desloca consideravelmente o lugar daquele que se dispõe a analisar essas imagens. Ao ser incorporado às dinâmicas do ritual – “evento de extrema intensidade que é a aparição, a abertura da visão, a possibilidade de ver e de se dar a ver entre corpos que estão próximos, mas nem sempre acessíveis ao olhar” (Tugny, 2011: 89) –, o cinema se transforma. Não bastaria então descrever ‘aquilo’ que o filme dá a ver. Como percebeu André Brasil (2016), é a dimensão fenomenológica do cinema que se encontra alterada nesses documentários. O equivoco que nos desafia está precisamente naquilo que o filme inventa ao tomar o ritual como matéria de sua invenção: “ver” (‘penhã’). Somos convocados assim a um outro território da visão, a uma outra ‘ontologia da imagem’. E, na medida em que essa outra ontologia é irredutível às oposições e descontinuidades que fundam nosso pensamento acerca das imagens – não há para os Tikmũ’ün (Maxakali) “uma distinção entre dimensões separadas e excludentes para as coisas materiais e as imateriais, as verdadeiras e as falsas, as essências e as aparências” (Tugny, 2011: 88) –, o analista encontra-se de certo modo desamparado. As categorias cinematográficas que elegemos para orientar nossa análise não podem servir senão como um ponto de partida para essa outra coisa que nós mesmos, amparados por tantas outras invenções (etnográficas, antropológicas, epistemológicas), nos arriscamos a inventar. ____ BRASIL, André



2016. “Ver por meio do invisível: o cinema como tradução xamânica”. In: Novos Estudos – CEBRAP (no prelo). TUGNY, Rosângela Pereira de 2011. Escuta e poder na estética Tikmũ’ün_Maxakali. Rio de Janeiro: Museu do Índio. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo 2004. “Perspectival Anthropology and the method of controlled equivocation”. In: Tipití, 2 (1), p. 2-22.

Apresentação Oral em GT

Apontamentos e questões de pesquisa para pensar configurações da visualidade indígena a partir das dimensões comunicacional, política e pública

Carmem Rejane Antunes Pereira

O work oferece alguns apontamentos de pesquisa para pensar a visualidade indígena em uma dimensão que se propõe entendida como visibilidade comunicacional, política e pública, considerando para isso "expressões coletivas" do sujeito indígena construídas em "redes sociais étnicas". A pesquisa parte dos referenciais teóricos e metodológicos dos estudos dos usos e apropriações das mídias, tendo em seus cenários de observação etnográfica os perfis indígenas em site de redes sociais, tais como o Facebook. Leva-se em conta a popularização do site no Brasil e a construção da visibilidade indígena, frente a um contexto histórico de relações interculturais assimétricas e aos processos de inclusões excludentes de uma sociedade multicultural e desigual (Santos, 2006). No mapeamento dos perfis são tomados como critérios relevantes a etnia e o contexto geográfico territorial para situar expressões coletivas ameríndias, as quais também podem ser pensadas no âmbito de identidades cidadãs e compreendidas em um conjunto de mediações tais como a organização política, a escolaridade e o gênero. Além disso, elege-se a geração como categoria/mediação fundamental para investigar as construções da memória étnica nas configurações da visualidade indígena nas dimensões comunicacional, política e pública. Ao fazer referência à "rede social étnica" procura-se refletir um elemento aglutinador de sentidos nas ambiguidades e liminaridades da esfera pública contemporânea; portanto, não se alude a um grupo fechado ou único e sim às marcas do sujeito comunicacional, nas suas relações e vínculos, o qual também se utiliza da internet para construir sentidos enquanto "rede social étnica". Dessa forma, os perfis e suas expressões coletivas se tornam relevantes porque permitem observar a personalização do ator e ações de compartilhamento de conteúdo, da publicização de imagens endógenas, das projeções identitárias e do fortalecimento da memória étnica, entre outros aspectos.

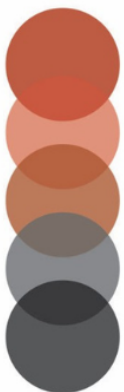
Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466459253_ARQUIVO_CARMEMRAPEREIRA-GT064-VISUALIDADESINDIGENAS.pdf

Apresentação Oral em GT

“Cinema indígena ou Cinema indigenizado? O processo de etnização através da produção de imagens”

Debora Fernandes Herszenhut

Neste work parto do levantamento do acervo filmográfico desenvolvido pela ONG Vídeo nas Aldeias com grupos indígenas de diversas etnias ao redor do Brasil. Apresento algumas questões acerca destes filmes e relaciono-as com teorias antropológicas e cinematográficas, especificamente, do cinema documentário. As questões apresentadas a seguir, referem-se principalmente ao papel desempenhado pela imagem na construção de relações e de elaboração de identidades étnicas no contexto político-social contemporâneo, especialmente no que tange à história da constituição dos direitos legislativos das populações indígenas brasileiras. Quando as novas tecnologias possibilitaram o acesso a equipamentos de filmagem em larga escala e o vídeo torna-se uma ferramenta acessível, vemos surgir no cenário cinematográfico um novo cinema, ou um rompimento com tudo o que o cinema já havia experimentado até então. Pois se antes fazer filmes era



para poucos, agora é para qualquer um. Isto pode significar o fim do cinema ou a criação de uma nova categoria fílmica. O documentário chegou aonde não se chegava e passou a ser visto através dos olhos daqueles que só eram vistos. Foi como virar do avesso e conhecer o mundo filmado, de, e por dentro. Da mesma forma que a antropologia passou a conhecer uma nova categoria: os pesquisadores nativos. Os primeiros filmes produzidos pelos cineastas indígenas formados pelo projeto VNA, tratam de afirmar as suas próprias culturas através de imagens. Os índios que agora mostram ao mundo a sua "cultura" apropriam-se destes instrumentos políticos para defenderem suas causas a partir de perspectivas identitárias, isto é, o que é ser índio de fato. Para pensar este processo de empoderamento de instrumentos ocidentais para a tarefa de tornarem-se índios para os brancos, trago as discussões propostas por Carneiro da Cunha (2009) e Marco Antonio Gonçalves (2008), a respeito da apropriação e ressignificação do conceito de cultura pelos nativos ou objetos de pesquisa. Em diálogo com Golçalves a partir dos escritos de Capistrano de Abreu, situo esta produção fílmica do VNA neste esforço pela afirmação de individualidades étnicas o qual resulta numa voz homogênea que se faz ecoar no universo da luta pelos direitos indígenas. Por fim, coloco a discussão proposta por Leite Lopes (2006) sobre O processo de ambientalização em diálogo com Norbert Elias (1993, 1994) sobre O processo civilizador para pensar sobre a legitimidade atribuída a esta etnicidade, ou como colocarei mais a diante, a certificação de um Selo Étnico atribuído a estas populações tradicionais à partir da implementação da nova legislação e da apropriação destas identidades e seus respectivos direitos pelos sujeitos em questão.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466477420_ARQUIVO_Artigo_cinema_indigenizado.pdf

Apresentação Oral em GT

Antropologia Simétrica e produção audiovisual: as experiências dos mebêngôkre da aldeia A'Ukre

Diego Soares da Silveira, Laura Zanotti (Purdue University) Ingrid Ramon Parra (Purdue University)

O work visa apresentar e discutir os resultados de uma etnografia (em andamento) do projeto de extensão intitulado - "Antropologia Colaborativa e Capacitação Comunitária: a tradução de tecnologias audiovisuais no processo de afirmação étnica do povo indígena Mebêngôkre-kayapó da aldeia A'Ukre" - aprovado com recursos do PROEXT-CNPQ 2016. Essa iniciativa reflete uma demanda histórica de lideranças e jovens da aldeia A'Ukre pelo acesso e aprendizado de saberes, técnicas e tecnologias audiovisuais. A proposta foi elaborada em colaboração com lideranças da comunidade e envolve uma parceria entre a Organização Não-Governamental "Vídeo nas Aldeias", a Associação Floresta Protegida, a Universidade Federal de Uberlândia e a Purdue University (EUA). O projeto visa o estabelecimento de um "Centro de Mídia Kayapó" equipado com equipamentos de edição e registro audiovisual e a realização de oficinas na aldeia. Trata-se do resultado de um processo histórico que teve início, em 2012, com o registro audiovisual do patrimônio cultural imaterial da comunidade, incluindo a filmagem de diversos aspectos da vida cerimonial, assim como mitos e histórias contadas pelos anciões. Em paralelo a essas atividades, estamos realizando o acompanhamento etnográfico de todo o processo de envolvimento dos mebêngôkre da aldeia A'Ukre com os saberes e tecnologias audiovisuais, em diálogo com os aportes teórico-metodológicos da Etnologia Ameríndia, da Ecologia Política e da Teoria Ator-Rede. Com isso, buscamos entender as experiências estéticas da produção audiovisual mebêngôkre-kayapó, assim como as suas estratégias de uso político dos dispositivos audiovisuais na defesa do seu território e na salvaguarda do seu patrimônio imaterial. Nesse percurso, pretendemos discutir os resultados dessa experiência tendo como referência, por um lado, os conceitos de tradução e rede sociotécnica; por outro lado, a relação entre os conceitos nativos de negretx, krukджа e Mekarõn com as formas mebêngôkre-kayapó de relação com a alteridade, incluindo aí as tecnologias audiovisuais.

Apresentação Oral em GT





Imagens ameríndias: agência, memória e subjetividade

Edgar Teodoro da Cunha

A produção fílmica de autores indígenas tem trazido novidades, no Brasil, quanto aos seus aspectos formais e narrativos. Recentemente, vieram à luz um conjunto de filmes não centrados apenas na construção de um nós coletivo, cultural, marca de boa parte de filmografia anterior. Agora trazem sujeitos indígenas construídos nos filmes em suas singularidades, em seu cotidiano, como personalidades que operam dentro de um contexto cultural específico, criando novas possibilidades de leitura e de engajamento a espectadores de diferentes culturas. Trazem ainda a possibilidade de crítica a um contexto midiático desfavorável a eles, dando visibilidade a uma agenda de discussões que envolve a produção de conhecimento em contextos culturais específicos, a patrimonialização de saberes coletivos, e ainda formas de registro de memória e seus desdobramentos no que tange a maneira como lidam com a ideia de tradição. Parto de três questões iniciais, que estão dadas desde as primeiras experiências de apropriação do dispositivo fílmico (Worth e Adair, 1972) para pensar as linhas de continuidade e ruptura dadas na contemporaneidade: 1) em que medida esse tipo de apropriação possibilitaria a expressão de uma forma de pensamento singular que permitiria a emergência de um ponto de vista originário de contextos culturais diferenciados; 2) em que medida a “livre” apropriação da técnica cinematográfica resultaria também em expressões diferenciadas no âmbito da linguagem; 3) qual o significado político dessas expressões, por serem construídas a partir de um olhar interno, em contraste ou diálogo com a realizada por cineastas e antropólogos.

Apresentação Oral em GT

Londres como uma Aldeia: deslocamento, narrativa e visualidade de um viajante Kuikuro

Fernanda Ribeiro Amaro, Takumã Kuikuro

Este artigo se propõe a pensar os deslocamentos perceptivos de um cineasta indígena, Takumã Kuikuro, desde sua aldeia no Alto Xingu, estado do Mato Grosso, Brasil à capital, Londres, Inglaterra, cuja narrativa é mediada pelo vídeo “Londres como uma Aldeia”, produzido em 2015 e lançado em 2016. Neste texto pretendo elencar as experiências de Takumã, interlocutor desta pesquisa, a partir de etnografia e história oral, somadas a uma reflexão intercultural e pós-colonialista sobre os trânsitos e a mobilidade de indígenas para e entre territórios urbanos, e sobre as formas com as quais se constrói os relatos, os suportes da linguagem e as relações de tradução envolvidas em tais deslocamentos.

Apresentação Oral em GT

Análise e edição de imagens: reflexões com os Potiguara do Litoral Norte da PB

João Martinho Braga de Mendonça

ESTA COMUNICAÇÃO PARTE DE UM CONJUNTO DE EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA COM IMAGENS DOS ÍNDIOS POTIGUARA DO LITORAL NORTE DA PARAÍBA, REGIÃO NORDESTE DO BRASIL. SÃO DADOS ELEMENTOS PARA PENSAR A PRÓPRIA PRODUÇÃO VIDEOGRÁFICA DESSES ÍNDIGENAS TANTO QUANTO A NOÇÃO DE COLABORAÇÃO NO work DE EDIÇÃO DO VÍDEO “MEMÓRIAS RETOMADAS” (2015). O OBJETIVO É REFLETIR SOBRE A PRODUÇÃO VIDEOGRÁFICA RELACIONADA ÀS HISTÓRIAS DE AFIRMAÇÃO ÉTNICA E LUTA PELA TERRA. PROPÕE-SE QUE A REALIZAÇÃO VIDEOGRÁFICA INDÍGENA, COMO TAMBÉM A DE VIÉS MAIS PROPRIAMENTE ANTROPOLÓGICO, PODE SER EXPERIMENTADA SEM NECESSARIAMENTE SEGUIR PARÂMETROS E MODELOS PRÉ-FABRICADOS (DA TV OU DO

CINEMA). O USO DA IMAGEM, ASSIM CONCEBIDO, PROCURA QUESTIONAR AS BARREIRAS QUE COSTUMAM SEPARAR CONHECIMENTO E LINGUAGEM.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466466963_ARQUIVO_30aRBAtextocompletoGTVvisualidades.pdf

Apresentação Oral em GT

Sombras e nuvens: notas etnográficas sobre o vídeo *Sonhos e Raios*

Paula Grazielle Viana dos Reis, Vandimar Marques Damas

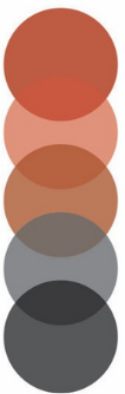
Na presente comunicação, refletiremos sobre a realização do documentário intitulado *Sonhos e raios*, que tem como personagens dois xamãs, Valentim que é um xamã Tapirapé, e Don Aurélio um xamã mexicano do povoado de Amatlan - Tepoztlan México. Don Aurélio é um rayero, ele têm o poder de controlar o tempo, o sol, chuva e ventos. Os dois xamãs falam das suas relações com os seres humanos e não humanos. Valentim reflete sobre os animais e os espíritos que ele vê em seus sonhos. Já Don Aurélio reflete sobre a sua relação com os raios, e seu poder de fazer chover. Este vídeo documentário foi realizado em conjunto com Karanawore Fabinho Tapirapé da aldeia Tapirapé Tapi'itãwa na captação do áudio, e Itandehuy Castañeda Demesa do povoado de Tepoztlan - Morelos - México na captação do áudio e edição. Os Tapirapé sempre tiveram muito interesse na realização cinematográfica, e de participar das gravações de vídeos, eles gravam e fotografam os rituais e o cotidiano da aldeia, e essas imagens circulam entre eles e entre as aldeias. Isso demonstra que eles possuem uma cultura audiovisual bastante intensa. Realizaremos uma Mostra de Cinema na aldeia Tapirapé Tapi'itãwa e para isto este vídeo ocupa um local de paragem por nos fazer refletir sobre as possíveis e instáveis conexões entre os filmes e vídeos que pretendemos colocar em mobilidade e em circulação no momento das exposições. Quais serão os critérios que nortearão nossas escolhas? Somente filmes feitos pelos Tapirapé e sobre eles? Como os Tapirapé são falantes de uma língua Tupi abre-se como possibilidade a seleção de filmes feitos com e sobre os diferentes povos falantes dessa língua. Se levássemos em conta a área etnográfica, tendo como etnógrafo os Tapirapé, o leque de possibilidades se ampliaria, pois teríamos que selecionar os vídeos feitos com e sobre os Kayapó, Ava-canoeiros e Karajá. No entanto, na edição do vídeo *Sonhos e raios* já há uma proposta de reunião ou relação entre a entrevista do xamã Tapirapé com o xamã de Amatlán que vivem em regiões diversas do continente americano. Por um lado, coloca-se como recomendável pesquisarmos sobre as mostras que já ocorreram em aldeias ou em cidades com esses mesmos objetivos. Por outro, o vídeo *Sonhos e raios* produzido por indígenas e não indígenas está sendo pensando a luz de algumas fotografias feitas por Herbert Baldus e Charles Wagley entre os Tapirapé nas décadas de 1930 e 1940. Tais comparações não serão usadas com o intuito de propor sequências e esquemas explicativos, apenas, para ser pensada a luz da noção de afinidade potencial ou virtual e de xamanismo, noções estas que traduzem ou dizem o que são as relações feitas pelos indígenas ou com os indígenas, e, que no caso, expressa algo da ontologia re-apresentadas em vídeos e fotografias.

Apresentação Oral em GT

Che aporahéita ko rap kaiowa (Eu vou chegar para cantar esse rap kaiowa) - reflexões sobre cultura e “cultura” a partir do rap e do áudio visual produzidos pelos coletivos Kaiowa e Guarani da Reserva Indígena de Dourados

Rodrigo Amaro

O presente work pretende apresentar parte do material de campo coletado durante minha pesquisa de doutorado, que teve por foco estabelecer uma etnografia dos coletivos de rap indígena da reserva indígena de Dourados. Os agentes integrantes destes coletivos da reserva de Dourados, Bro MC's e Jovens



Conscientes, desde 2008, participam de oficinas de formação de áudio visual, efetivadas tanto por indígenas quanto por não indígenas, extrapolando a luta da demarcação territorial Kaiowá e Guarani para o Brasil afora, através das suas letras de rap indígena, entoadas em português e em guarani. Deste modo, apresentaremos parte de suas produções áudio visuais com vistas a discutir temas como interculturalidade, visibilidade e a relação entre música e a produção áudio visual e a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá; além de permitir problematizar questões no âmbito mais teórico como, por exemplo, a questão da cultura como aculturação (VIVEIROS DE CASTRO, 2006), cultura com aspas (CARNEIRO DA CUNHA, 2009) e indigenização da cultura e da modernidade (SAHLINS, 1997). Tais práticas se enquadram em um fenômeno crescente que vem ocorrendo nas últimas décadas, isto é, os debates sobre a prática, a manutenção e a revitalização da cultura indígena vêm se tornando cada vez mais intensos entre os coletivos ameríndios. A necessidade de criar um discurso objetivado sobre as culturas indígenas e sobre a natureza, próprio à dimensão da cultura com aspas, vem provocando transformações nas culturas ameríndias. Por meio da análise de algumas de suas produções áudio visuais, bem como dos dados de campo, objetivamos contribuir, principalmente, com o debate acerca do fenômeno da objetivação da cultura, sobretudo, no que diz respeito aos efeitos da “cultura” sobre a cultura que vem ocorrendo principalmente via produção áudio visual. Nesse sentido, entendemos que esses processos de elaboração e produção não produzem apenas filmes, músicas e vídeo cliques, mas também auto-imagens nesse processo crescente de (auto)reflexividade. A problemática da representação neste campo dá lugar a outras lógicas, mobilizando esferas de alteridade e movimentando a socialidade Kaiowa e Guarani. Em suma, a partir da observação do material de pesquisa em torno das práticas do áudio visual, apresentaremos a hipótese de que os binômios continuidade e mudança ou de aculturação e indigenização não dizem respeito apenas aos anseios antropológicos da “guaraniologia”, mas também perfazem as próprias questões colocadas pelos ameríndios acerca do contexto contemporâneo em face da apropriação destas tecnologias advindas do mundo dos karais (brancos).

Apresentação Oral em GT

"Tava, Casa de Pedra": patrimônio, cinema e conhecimento

Rodrigo Lacerda Fernandes

No início do século XXI, o IPHAN do Rio Grande do Sul iniciou um processo de atualização da narrativa histórica dos remanescentes das missões jesuítas dos séculos XVII e XVIII. No sentido de tentar compreender a rede de significados que ligava os Guarani às ruínas de São Miguel que visitavam e onde vendiam artesanato no alpendre do Museu das Missões, o Instituto, com o apoio de antropólogos da UFRGS, recorreu ao então recém desenvolvido Inventário Nacional de Referências Culturais. Após vários anos de work, os Guarani revelaram uma ontologia diferente sobre as ruínas que estes identificam como “tava”, dando origem ao registro pelo IPHAN, em 2014, de “Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani”. Uma das demandas das comunidades Guarani atendida durante este processo foi a formação de jovens cineastas através da contratação da ONG Vídeo nas Aldeias (VnA) - projeto que há quase 30 anos apoia a luta dos povos indígenas através do audiovisual e que, desde 1997, organiza oficinas de vídeo com realizadores indígenas. Desde o início, Ariel Ortega (futuro cacique da Tekoa Koenju) e Patrícia Ferreira (professora indígena na Tekoa Koenju) destacaram-se pela sua curiosidade e paixão, tendo produzido, em colaboração com outros Guarani e o VnA, vários documentários exibidos nas escolas da região e em diversos festivais nacionais e internacionais. Tendo em conta o empenho e qualidade do work realizado, o IPHAN decidiu recorrer a esta equipe para produzir a documentação audiovisual do registro. Este empreendimento deu origem ao filme Tava, Casa de Pedra (2012), assinado pelos Guarani Ariel Ortega e Patrícia Ferreira e pelos membros do VnA Vincent Carelli e Ernesto Carvalho. Assim, partindo da ideia de que o VnA funciona enquanto plataforma de tradução e mediação intermundos e que os filmes que co-produzem exploram as potencialidades da indexicalidade da imagem cinematográfica para conter diferentes “mundos de visão”, a



apresentação pretende: 1) proceder a uma leitura do filme segundo o ponto de vista Guarani, recorrendo à literatura etnográfica e a conversas com Guarani; 2) reflectir, a partir do processo de realização do documentário, sobre as práticas corporais Guarani de obtenção de conhecimento; 3) equacionar a performance de produção de um documentário enquanto actividade que encontra ressonância nas práticas corporais Guarani de obtenção de conhecimento; 4) reflectir sobre a relação entre documentário e verdade para os Guarani, partindo da ideia de Patrícia Ferreira de que, “Em cada filme, a gente descobre a verdade possível.”

Apresentação Oral em GT

Visualidade e Arquivo: implicações estético-políticas da conversão da imagem indígena em informação digital

Samuel Leal Barquete, Francisco Antunes Caminati

“Os índios (...) têm futuro: e portanto tem passado” nos diz Manuela Carneiro da Cunha (2009c, p.126). Seja para a participação nas instâncias formais do Estado, seja para a defesa jurídica de seus direitos, a história indígena ganha importância política na sociedade contemporânea (CUNHA, loc. cit.). Os Xavante de Wede'ra sabem disso, e a relação que estabelecem com a sociedade brasileira passa por um projeto que articula uma estratégia de futuro com a memória do passado. Além de uma questão cosmológica de uma sociedade não-moderna que não se pensa em termos lineares, trata-se de uma importante questão política. Nesta, a apropriação de técnicas e de meios de produção e de registro audiovisual vem desempenhando papel de destaque há mais de 20 anos. Recentemente, alguns importantes acontecimentos como a chegada da rede elétrica, a consolidação de conexão com a internet e com a rede de telefonia celular, e, ainda, a não menos importante difusão do uso do Facebook, produziram transformações significativas em relação ao modo como as imagens produzidas tecnicamente são armazenadas e adquirem capacidades para circular. Propomos utilizar a noção de arquivo para pensar a constituição de um acervo digital (<http://wederalab.blog.br>) que reúne registros de práticas tradicionais, rituais e cotidianas. Parte de seus materiais é disponibilizada para acesso irrestrito pela internet. Os demais materiais são reservados à circulação entre os membros da aldeia, suas redes de parentesco, de vizinhança e de aliança, que inclui alguns e eventuais pesquisadores e parceiros de fora. Estamos interessados em identificar e analisar quais práticas são suscitadas a partir do engajamento com este acervo e se estas práticas operam transformações no modo como a comunidade se relaciona com os equipamentos de produção e de registro técnico de imagens e com o que é registrado nessas imagens. Para isso, analisaremos a proliferação da produção de imagens técnicas em formato digital na aldeia por meio de câmeras fotográficas, filmadoras e celulares e suas implicações sobre a qualidade da mediação que essas imagens operam tanto em relação com o exterior, quanto com o próprio passado e tradições. A assimilação de um elemento significativo como o vídeo transforma a relação com o conhecimento local; a criação de um arquivo digital de imagem e som ao mesmo tempo que é um desdobramento desse processo, evidencia a amplificação do papel que a produção e registro de imagens podem desempenhar. Nesta apresentação investigaremos os caminhos pelos quais se formou tal acervo, e, como, pela conversão da imagem em informação digital, ele complexifica as práticas locais de produção e transmissão de conhecimento e de mediação com o exterior.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466476795_ARQUIVO_LEAL_S_CAMINATI_C_-_Visualidade_Arquivo.pdf



Mesas Redondas

MR 001: A Construção da Etnicidade: Território, Mobilização e Éticas do “bem viver”

O intuito desta mesa é apresentar análises sobre construções identitárias relativas a povos indígenas a partir de múltiplos aspectos e escalas. Se o território tem muitas vezes se revelado preponderante em tais construções, as esferas sociais e de atividades nas quais estas se desenvolvem são bastante diversas, perpassando redes de relações tecidas a nível local, nacional e mesmo internacional. Os processos de construção territorial e as expectativas de organização sociopolítica e cultural segundo moldes definidos pelos Estados-nacionais se revelam molduras direcionadoras na construção de respostas de pessoas e povos indígenas perante estes mesmos Estados. Contudo, tem-se percebido que arranjos específicos, envolvendo as comunidades locais, definidas nos níveis íntimos da vida cotidiana (em geral com base no parentesco e nos grupos domésticos), bem como as alianças construídas no seio do movimento indígena, ou ideologias nativas relativas ao “bem viver” se revelam potentes canalizadores para sentimentos, valores e estratégias identitárias. Tais dinâmicas se desenrolam em processos orientados por diretrizes capitalistas de desenvolvimento, conferindo extrema importância à afirmação de uma condição étnica.

Alexandra Barbosa da Silva (Universidade Federal da Paraíba-UFPA) - **Coordenação**

Edviges Marta Ioris (Universidade Federal de Santa Catarina) - **Participante**

Kelly Emanuely de Oliveira (Universidade Federal da Paraíba) - **Participante**

Pablo Quintero (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - **Participante**

João Pacheco de Oliveira Filho (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - **Debatedor/a**

MR 002: Ações antropológicas e ajuda humanitária: novos desafios

A proposta aqui apresentada é a de discutir a capacidade e limites da realização de ações associadas ao conhecimento antropológico. Esta proposta traz em si as questões suscitadas no exercício da etnografia enquanto uma prática que se faz a partir da reflexividade, questionando-se sobre as possibilidades da ação antropológica, em particular as relacionadas com temas que envolvem as diversidades e desigualdades presentes nas sociedades contemporâneas, abarcando questões como a pobreza, saúde, discriminação e muitas outras.

Hoje, esta discussão está ligada às várias ações envolvidas no que se chama, de uma maneira geral, ajuda humanitária. Geralmente relacionada às catástrofes provenientes de conflitos (tais como guerras) ou de eventos “naturais” (cuja superação depende de configurações sociais e políticas), implica em grandes problemas atuais, entre os quais os referentes aos grandes deslocamentos humanos, identidades, etnicidades, territorialidades enfim, a questões que são, tradicionalmente, objetos de estudos antropológicos. Mais ainda, propõe-se discutir a inserção ética do antropólogo no respeito à autonomia e autodeterminação dos grupos com os quais interage e dialoga, respeitando o fato desses serem protagonistas de seus próprios projetos e terem o direito de escolherem e construir suas próprias trilhas. Finalmente, a discussão implica em um esforço de aprofundamento na reflexão sobre a própria disciplina enfim, sobre o fazer antropológico.



Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS) - **Coordenação**

Patrice Schuch (UFRGS) - **Participante**

Carlos Alberto Caroso Soares (Universidade Federal do Sul da Bahia) - **Participante**

Jean-François Véran (PPGSA/IFCS/UFRJ) - **Participante**

MR 003: Antropologia & Cinema: diálogos latino-americanos

Considerando que nos últimos anos a antropologia, tanto no Brasil quanto no exterior, tem se voltado cada vez mais para o cinema, e a partir das mais diversas perspectivas, esta mesa-redonda propõe reunir pesquisadores latino-americanos que estudam as múltiplas relações entre Antropologia & Cinema. Entendendo que o dispositivo cinema constitui um fenômeno significativo de nossa época, que desvela, em imagens e sons, as utopias e distopias contemporâneas, os trabalhos de Pedro Mege (PUC/Chile), Francisco de La Peña (ENAH/México) e Eliska Altman (UFRRJ/Brasil) tratarão de discutir certas implicações políticas e epistemológicas sobre interpretações de mundos sociais a partir de etnografias do cinema. Inserindo-se no quadro de estudos sobre a contemporaneidade e os novos procedimentos de construção de sentido, essa discussão tem como eixo central a ideia de que o cinema é constituído também pelo não visível – pelo dizível e o indizível –, sendo imprescindível focar a complexa teia de relações que conformam seus múltiplos significados.

Debora Breder Barreto (UCP) - **Coordenação**

Pedro Ramiro Mege Rosso (Universidad Católica de Chile) - **Participante**

Francisco de la Peña Martínez (Escuela Nacional de Antropología e Historia) - **Participante**

Eliska Altmann (UFRRJ) - **Participante**

Ruben Caixeta de Queiroz (UFMG) - **Debatedor/a**

work para mesa redonda

“Critificação”: conceito e empiria. O caso da crítica cinematográfica latino-americana.

Eliska Altmann

Idealizado pelas sociólogas Roberta Shapiro e Nathalie Heinich, o conceito de “artificação” nos dá suporte para a fundamentação de outro: “critificação”. Enquanto o primeiro trata de descrever quando e em quais circunstâncias ocorre o processo artístico e seu engajamento com o mundo social, em que expressões e objetos se tornam arte, o segundo compreende o campo da crítica cinematográfica e seu constante processo de legitimação. Com isso, não entendemos a crítica como instituição a participar do processo de “artificação” de certos tipos e autores cinematográficos, mas como ela própria participa (e se insere) em um discurso ou “quadro” artístico. Com base numa pesquisa realizada com críticos latino-americanos, discutiremos a “critificação” como um conceito a envolver movimentos de auto-legitimação, supondo que agentes se autocanonizam e questionam concomitantemente.

work para mesa redonda

El cine a la luz del análisis antropológico

Francisco de la Peña Martínez

El objeto de esta ponencia es ofrecer una reflexión sobre los alcances y el sentido de una antropología del cine. Se plantea la posibilidad de abordar, con las herramientas conceptuales y metodológicas de la antropología, las distintas dimensiones culturales del fenómeno del cine, desde la producción y el consumo



por parte de los públicos hasta los corpus cinematográficos (géneros, obras o tradiciones nacionales) tomados estos últimos como documentos etnográficos de primer orden.

MR 004: Antropologia da Criança no Brasil

O objetivo central da mesa Antropologia da Criança no Brasil é fazer um balanço da produção antropológica focada na criança como sujeito social a partir de estudos realizados por pesquisadores brasileiros. Se hoje já não há dúvidas sobre a possibilidade da constituição de uma antropologia da criança, como se demandava Charlotte Hardman em 1973 (Hardman, 1973) a pergunta “Porque os antropólogos não gostam de crianças?” de Lawrence Hirschfeld (2002) ainda é atual. Gostaríamos de pensar as razões da resistência da antropologia mainstream em incorporar os debates teóricos e as etnografias produzidas a partir das crianças, discussão parecida com a que é feita por Allison James em “Giving voice to children’s voices” (2007). Se de um lado somos alertadas dos perigos da guetização dos estudos antropológicos focados nas crianças, de outro lado, refletindo as experiências bem sucedidas dos Novos Estudos da Infância, principalmente de língua inglesa, gostaríamos de propor uma Antropologia da Criança que encontre eco no nosso país, refletindo nossas particulares culturais, éticas, morais e econômicas. Uma Antropologia Brasileira da Criança (mas não necessidade da criança brasileira), que honre seus/ suas pais/mães fundadores/as, trace sua trajetória e escolha suas temáticas, a partir do diálogo com outras antropologias, nacionais e estrangeiras. A mesa é composta por professoras de 4 unidades da federação que apresentarão suas apostas teórico metodológicas na constituição desse campo.

Flávia Ferreira Pires (Universidade Federal da Paraíba) - **Coordenação**

Antonella Maria Imperatriz Tassinari (Universidade Federal de Santa Catarina) - **Participante**

Emilene Leite de Sousa (Universidade Federal do Maranhão) - **Participante**

Fernanda Bittencourt Ribeiro (Pontifícia universidade Católica do Rio Grande do Sul) - **Participante**

work para mesa redonda

Mapeamento de etnografias sobre a agência infantil em distintos contextos

Emilene Leite de Sousa

Este ensaio visa mapear, no quadro da antropologia da criança no Brasil, os estudos que se dedicaram a etnografar a agência infantil em distintos contextos: rural, urbano, em comunidades tradicionais, etc.. Serão consideradas pesquisas que se dediquem a análise da agência de crianças que signifiquem práticas culturais junto a sua comunidade, demonstrando que as ações das crianças tendem a transformar sistemas ou práticas culturais construídas e muitas vezes impostas pelos adultos. Esta análise parte das discussões sobre a ideia de culturas infantis, autonomia do universo infantil e agência infantil.

MR 005: Antropologia e Esfera Pública Estatal: possibilidades e dilemas da incidência da disciplina e de seus profissionais em políticas públicas

A mesa se propõe a reunir antropólogo/as com diferentes trajetórias junto a políticas públicas, que estão e/ou estiveram situados em distintas posições (dentro e fora de programas/ações de governo, formulando, influenciando, implementando, ou monitorando tais políticas), de modo a qualificar os significados da incidência antropológica na interface com tais processos. Nos marcos da generalização das chamadas políticas



de reconhecimento e da diferença, a expertise (e/ou sensibilidade) antropológica foi e permanece sendo convocada a contribuir na modulação de políticas públicas e de programas de governo, no que parece ser, à primeira vista, uma consideração pelo que o seu aporte disciplinar pode significar para a qualificação de tais políticas. Experiências concretas nesse sentido, contudo, apontam para limitações importantes à incorporação mais efetiva do que a Antropologia tem a oferecer, resultantes do que parece ser o desafio de ordem estrutural e desnaturalizadora que a disciplina lança aos ordenamentos discursivos hegemônicos e à ordem socioeconômica dominante. A partir de três experiências práticas (Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas, Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e avaliação de impacto de programas de transferência de renda), promoveremo uma reflexão crítica, a partir das trajetórias dos diferentes profissionais chamados à mesa, visando à potencialização da incidência da Antropologia nesses contextos.

Henyo Trindade Barretto Filho (IEB) - **Coordenação**

Cassio Noronha Inglez de Sousa (Comtexto Consultoria) - **Participante**

Marcia Anita Sprandel (Senado Federal) - **Participante**

Ricardo Verdum (UFSC) - **Participante**

work para mesa redonda

O ofício da pesquisa na fabricação do Estado

Carla Costa Teixeira

Este work busca refletir sobre o etnograficamente visível nas investigações realizadas em instituições e suas articulações com tempos e espaços menos acessíveis nas observações em campo, nas entrevistas, conversas e relações face a face que qualificam o fazer antropológico. Tal triangulação, necessária para a compreensão do dito e dos silêncios, tomará como foco o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a fim de avançar na compreensão da pesquisa como um mecanismo de construção cotidiana de processos estatais. Uma construção que articula disputas internas aos ipeanos sobre como deva ser realizada a pesquisa definida como uma carreira de estado, bem como as fronteiras institucionais em suas tensões com espaços sociais que, como num movimento pendular de reconhecimento de similaridade e dessemelhança, permitem compreender o Ipea como uma instituição "in between". "

MR 006: Antropologia e História: cenários compartilhados, desafios de pesquisa e demandas futuras.

A proposta dessa mesa redonda surgiu do interesse em refletir, no âmbito de uma Reunião Brasileira de Antropologia, sobre o cenário atual de recrudescimento de perspectivas anti-indígenas, em conexões ao momento no qual demandas por reconhecimento e incorporação das diversidades no cotidiano da sociedade brasileira se fazem cada vez mais presentes. Para tanto, busca-se compartilhar experiências de pesquisas, cenários analíticos e desafios presentes nos modos de atuar e pesquisar em Antropologia e História, suscitando um debate em torno de temáticas, abordagens e pesquisas com as quais os participantes atuam. A partir da ideia de que a troca de experiências de pesquisas e atuações favorecem a construção de olhares complexos e diversos sobre a própria produção antropológica e histórica, que tem sido desafiada em sua expertise acadêmica e pelo atual cenário sociopolítico, onde direitos são colocados em xeque, além das recorrentes dificuldades de implementação de políticas públicas e do atendimento das demandas atuais e a possibilidade de se desenhar perspectivas futuras.



José Gabriel Silveira Corrêa (Universidade Federal de Campina Grande) - **Coordenação**
Ana Flávia Moreira Santos (Universidade Federal de Minas Gerais) - **Participante**
Claudia Mura (Universidade Federal de Alagoas) - **Participante**
Edson Hely Silva (UFPE) - **Participante**

MR 007: Antropologia e Licenciamento Ambiental de Grandes Obras II: Formas de ação antropológica, reconhecimento de direitos e a aplicação dos princípios de consulta pública.

Em continuidade às discussões propostas na 27ª RBA (Belém, 2010), a Mesa reunirá trabalhos que abordam a atuação de antropólogos em procedimentos de licenciamento ambiental. Nestes últimos seis anos, observamos o interesse crescente nos debates suscitados por esses contextos, em grande medida fomentado pelas repercussões da retomada da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que se tornou um caso emblemático de luta em torno ao reconhecimento de direitos diferenciados e territoriais de populações afetadas por grandes empreendimentos (e à aplicação dos princípios da Convenção 169 da OIT). Neste ensejo, outras pautas passam a compor as formas de ação antropológica no licenciamento, não mais apenas preocupadas com os impactos sociais das grandes obras, mas também com os efeitos da aplicação de mecanismos de consulta e participação pública. Estes mecanismos dão grande visibilidade à questão do reconhecimento étnico no licenciamento ambiental, tornando-a um aspecto central da luta pelos direitos dos grupos “afetados”. A Mesa, composta por antropólogos situados em distintas posições, procurará esmiuçar os significados da ação antropológica na interface com esses processos qualificados como “participativos”, ainda bem abrangentes nos termos que o regulamentam perante o Estado brasileiro. Procuraremos, deste modo, avançar com nossa proposta de reflexão crítica, a partir de distintas perspectivas, visando uma inserção qualificada da Antropologia nos contextos mencionados.

Deborah Bronz (PPGAS/MN/UFRJ) - **Coordenação**
Sonia Boné Guajajara (APIB) - **Participante**
Maria Janete Albuquerque de Carvalho (Fundação Nacional do Índio) - **Participante**
Luis Donisete Benzi Grupioni (Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena) - **Participante**

MR 008: Antropologia Visual e Hipermídia: práticas de pesquisa entre a circulação das imagens e a inscrição etnográfica.

Essa mesa-redonda, composta por parte dos membros do Comitê de Antropologia Visual da ABA, se propõe a discutir e apresentar projetos de pesquisa que acolhem a interseção entre antropologia visual e hipermídia.

Ao longo dos últimos anos a internet se tornou um instrumento cada vez mais presente nas pesquisas antropológicas. O ciberespaço não é apenas um locus de pesquisa, é também um local onde a própria pesquisa antropológica encontrou novas modalidades de inscrição. A inscrição do texto antropológico, tradicionalmente a etnografia, veem tendo os seus recursos usuais incrementados com fotografias, filmes, sons, e diversas modalidades de interação, ganhando assim novas condições de dialogia. A antropologia visual ao longo de sua formação sempre pensou na ampliação do discurso antropológico para



além do texto escrito. Tematizando a imagem fotográfica e videográfica (além do som e das paisagens sonoras), a antropologia visual construiu um extenso repertório sobre metodologias de pesquisa e modos de inscrição etnográfica a partir de recursos audiovisuais. Na internet temos um repertório muito maior de dispositivos de registros audiovisuais que veem se apresentando como um campo inédito na construção de uma nova dinâmica do nosso ofício. Destaca-se a possibilidade de horizontalidade da dialogia onde ganham relevância as preocupação com os museus virtuais, dossiês de patrimonialização, o compartilhamento de dados de pesquisa, mapas interativos, e outros.

Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque (UERJ) - **Coordenação**
Rafael Victorino Devos (Universidade Federal de Santa Catarina) - **Participante**
Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz (UFF/FLACSO-EC) - **Participante**
Ronaldo de Oliveira Corrêa (Universidade Federal do Paraná) - **Participante**
Andréa Claudia Miguel Marques Barbosa (UNIFESP) - **Debatedor/a**

work para mesa redonda

(In-)visibilidade, abjeção e perspectiva: A cidade como hipertexto.

Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz

Discuto as formas de apresentar a etnografia das redes de relações das classes trabalhadoras pauperizadas de Niterói, no Rio de Janeiro (Brasil) em linguagem multimídia. A questão norteadora da reflexão aqui desenvolvida é como expressar o conhecimento produzido pela etnografia das relações entre posições de onde se experimenta a cidade. Para dar conta de tal desafio, visamos construir um método cartográfico para apresentar perspectivas sobre a vida urbana, vista a partir da experiência de sujeitos específicos. Aqui, não se trata de pensar o espaço, estudar a praça pública, mas de reconstruir experiências, lances de vista oriundos de posições sociais de onde se vive a cidade de determinada maneira. O objetivo do work é relacionar posições, constituindo seus pontos de vista, mapeando a rede que configura a classe trabalhadora como conjunto heterogêneo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1457891740_ARQUIVO_AnaFerraz30RBA.pdf

work para mesa redonda

Compartilhando imagens, peixes e habilidades

Rafael Victorino Devos, Viviane Vedana Gabriel Coutinho Barbosa

Este work apresenta experimentações em hipermídia com coletivos de pesca, através do engajamento da câmera em técnicas corporais e cadeias operatórias implicadas nas práticas de vigia de cardumes, navegação de canoas não motorizadas e arrasto de rede na praia. Com montagens em videos, panoramas interativos e paisagens sonoras online a pesquisa se inseriu em meio às trocas de pescadores que compartilham imagens com smartphones da presença dos cardumes nas praias e no mar, em meio a um sistema de cognição distribuída, junto à comunicação pelo rádio e outras formas tradicionais de obter e confirmar “notícias de peixe”, em um monitoramento coletivo dos cardumes na paisagem costeira de Santa Catarina. De forma mais ampla, o work sugere entender o uso de “novas tecnologias”, hipermídia, sem dissociá-las da tecnicidade de práticas coletivas e sistemas de conhecimento artesanais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466432244_ARQUIVO_DEVOS_Compartilhandoimagens_30RBA.pdf



work para mesa redonda

Fragmentos de uma vida em pedaços, Intertextualidades nos circuitos de visualização de Estamira

Ronaldo de Oliveira Corrêa

Pretendo discutir, nesta comunicação, as relações intertextuais existentes entre o documentário “Estamira” (2004) de Marcos Prado e o livro homônimo baseado no documentário, a saber, “Estamira. Fragmentos de um mundo em abismo” (2013). Meu argumento recai na apropriação/edição da fala/imagem do(a) outro(a) em meio ao processo de circulação e usos dos materiais disponíveis em diferentes mídias, como as redes sociais de compartilhamento de imagens fotográficas e videográficas, os livros-objetos, entre outros. Pretendo com isso, refletir sobre os usos e desvios que os materiais imagéticos passam em suas vidas sociais nos circuitos de compartilhamento, e a possibilidade de pensar a antropologia visual como uma instância discursiva e estética, logo ficcional, em meio a produção exponencial de imagens/discursos sobre/do(a) outro(a) nas sociedades contemporâneas.

MR 009: Antropologia y Catástrofes: uma leitura comparativa.

Embora possamos reconhecer um notável avance na presença de diversas perspectivas antropológicas sobre catástrofes/desastres, em especial, no contexto latino-americano, acreditamos pertinente e necessárias reflexões e debates contemporâneos que possam aportar a compreensão e a intervenção desse fenômeno. Numa perspectiva comparativa, resulta importante evidenciar algumas temáticas chaves entre os contextos nacionais e o papel que a antropologia tem desempenhado. Acreditamos, por tanto, que é pertinente e necessário estabelecer o diálogo e o intercâmbio que revelem a situação dos diferentes contextos nacionais. Fazer isto permitirá, por um lado, gerar um conhecimento entre distintas experiências, e por outro, suscitar novas reflexões que possam aportar a compreensão e a intervenção do fenômeno. Em particular, a mesa aprofundará os casos da Argentina, Brasil e México a partir do trabalho de destacados antropolog@s

Gonzalo Díaz Crovetto (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/UCT/CHILE) - **Coordenação**

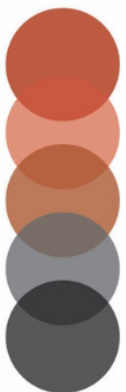
Virginia García-Acosta (CIESAS) - **Participante**

Renzo Taddei (Universidade Federal de São Paulo) - **Participante**

Ana Maria Murgida (Inter-American Institute for Global Change Research (IAI)) - **Participante**

MR 010: Artes de rua, cidade e imagem: novos dilemas da etnografia urbana

O entendimento nem sempre é uma aventura intercedida apenas por palavras. Diversamente da compreensão efetuada por meio de dispositivos discursivos, os antropólogos se vêem, cada vez mais, arrodados de inscrições urbanas para além de suas edificações, equipamentos e patrimônios: são as assinaturas de piXadores, as cores dos murais de graffiti, os registros de estêncis, “lambes” ou colagens, os signos da publicidade oficial e de outros que burlam as leis. “Ler” a cidade tem exigido um tipo de acuidade visual, além da tradicional escuta de narradores e de seus códigos de linguagem. Acrescentam-se a esses indícios o fato de que a noção do que é cidade, frequentemente, se avizinha das tecnologias, constituindo aquilo que Arjon Appadurai denomina de tecnopaisagens. A “inconstância da alma urbana” produz um segmento de atores que toma o efêmero, as atuações desconectadas de um espaço social fixo, como uma espécie de “metageografia”. O objetivo dessa mesa é o de reunir etnógrafos urbanos que operam nesse terreno movediço da pesquisa acerca das artes de rua,



de seus atores, de artefatos materiais e digitais e, assim sendo, experimentam novas táticas e estratégias no fazer etnografia urbana.

Gloria Maria dos Santos Diogenes (Universidade Federal do Ceará) - **Coordenação**

Shara Jane Holanda Costa Adad (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI) - **Participante**

Lígia Dabul (Universidade Federal Fluminense) - **Participante**

Christina Vital da Cunha (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE) - **Participante**

MR 011: Desafios metodológicos, éticos e políticos nas pesquisas sobre práticas de uso, comércio e controle de drogas ilícitas

Esta mesa reúne pesquisadores interessados em discutir os desafios metodológicos, éticos e políticos envolvidos nas pesquisas sobre as práticas de uso e comércio de drogas ilícitas, assim como de controle e repressão das mesmas. As reflexões apontam, especialmente, para as linhas de tensão - geradas ora pelo acoplamento, ora pela produção de afastamentos diferenciais - entre os diversos controles governamentais e corporativos (ações terapêuticas e sanitárias; intervenções orientadas para o tratamento penal; incitações mercadológicas, entre outras) e as valorações/efetuações produzidas por aqueles que se engajam em tais práticas. Nesses contextos de análise adquirem particular relevo as conceituações nativas sobre o crime, sobre as inserções institucionais, tanto quanto sobre os meios relacionais em que se desenvolvem tais práticas. Ao contrastar situações e contextos etnográficos, produções discursivas e políticas que alimentam as controvérsias sobre o tema, esperamos elucidar, em alguma medida, as dimensões epistemológica e ontológica presentes nas abordagens antropológicas sobre o assunto e nos fenômenos classificados como “criminais” de maneira geral.

Antonio Carlos Rafael Barbosa (Universidade Federal Fluminense) - **Coordenação**

Brígida Renoldi (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas) - **Participante**

Marcelo Rossal (Departamento de Antropología Social - Universidad de la República) - **Participante**

Karina Biondi (UNICAMP) - **Participante**

Carolina Christoph Grillo (USP) - **Debatedor/a**

MR 012: Diásporas, sujeitos diaspóricos e pós-colonialismo: leituras etnográficas das políticas e sensibilidades nos deslocamentos e desterrós

O termo diáspora vem sendo empregado para analisar as dinâmicas identitárias diante de processos de deslocamentos, desterrós e realocações. Usual nas etnografias sobre processos migratórios atuais, essa noção tem permitido a problematização de situações coloniais e pós-coloniais. Nessa mesa propomos um exame crítico de seus usos, evidenciando sua diversificação e discorrendo sobre as intencionalidades de suas formas de enunciação. O esforço analítico dos etnógrafos reunidos é o de trazer ao debate os desafios atuais que a antropologia enfrenta para coadunar sentidos políticos, narrativas hegemônicas e vozes críticas na condução de etnografias e suas conexões com situações e dramas pós-coloniais. Considera-se que o exame da diáspora e de sujeitos diaspóricos exige um empenho da etnografia em problematizar agenciamentos e as implicações das poéticas e políticas envolvidas no trabalho antropológico sobre os sentidos da diáspora. A diáspora se



expressa como uma forma social, constituindo novas relações entre os sujeitos diaspóricos, Estados nacionais, territórios geográficos e geografias sociais, bem como explicita os jogos políticos, as sensibilidades e disposições nacionais e religiosas. Como tais agenciamentos repercutem na noção e experiências diaspóricas? Como os etnógrafos têm se relacionado e capturado tais situações e expressões simbólicas em seus trabalhos de campo?

Denise Fagundes Jardim (UFRGS) - **Coordenação**

José Mapril (FCSH-UNL) - **Participante**

Joseph Handerson (UNIFAP) - **Participante**

Leonardo Schiocchet (Austrian Academy of Sciences) - **Participante**

Laura Cecília López (Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS) - **Debatedor/a**

MR 013: Diversidade Sexual e de Gênero em Áreas Rurais, Contextos Interioranos e/ou Situações Etnicamente Diferenciadas – novos descentramentos, outras axialidades.

No Brasil, no âmbito das Ciências Humanas e, em particular, da Antropologia, apesar da consolidação teórica e metodológica dos campos de estudos sobre ruralidade, por um lado, e, por outro lado, sobre gênero e sexualidade, percebe-se que poucos foram tratados, em ambos os campos, os aspectos relacionados à experiência da diversidade sexual e de gênero nas zonas rurais brasileiras. Perspectiva similar pode ser observada em relação aos contextos interioranos, caboclos e ribeirinhos e às situações etnicamente diferenciadas, indígenas e quilombolas, apesar dos estudos sobre etnicidade e sobre povos e comunidades tradicionais terem uma certa (e longa) trajetória no país. Trata-se aqui, portanto, de refletir sobre a persistência da (quase) inexistência de pesquisas nas Ciências Sociais brasileiras e, em particular, em Antropologia, sobre a diversidade sexual e de gênero em situações rurais e em contextos etnicamente diferenciados. Todos os expositores convidados vêm realizando pesquisas recentes e inovadoras sobre o tema. Esperamos, assim, ampliar a compreensão sobre estas diferentes áreas interpelando um tema pouco explorado que atua na intersecção de diferentes campos do conhecimento.

Laura Moutinho (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO) - **Coordenação**

Moisés Lopes (Universidade Federal de Mato Grosso) - **Participante**

Martinho Tota Filho Rocha de Araújo (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - **Participante**

Estêvão Rafael Fernandes (Universidade Federal de Rondônia) - **Participante**

Fabiano de Souza Gontijo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ) - **Debatedor/a**

work para mesa redonda

Outras axialidades, outra antropologia? Sexualidade indígena como crítica colonial

Estêvão Rafael Fernandes

Este work busca apresentar algumas das preocupações que vem surgindo no contexto de minhas pesquisas sobre homossexualidades indígenas no Brasil, em comparação com o movimento two-spirit norte-americano. Dessa maneira, pretendo dividir algumas inquietações no tocante à forma como processos que denomino de "colonização das sexualidades indígenas" formam parte de um complexo discursivo inerente às dinâmicas de colonização, ainda em curso. Lanço a hipótese de que a invisibilidade desses processos se deve, em alguma medida, a processos políticos, ideológicos, raciais, econômicos e científicos (esferas transversalmente



ligadas) mais amplos de construção nacional. Penso tais processos tenham atingido, por meio de dispositivos e dialéticas diversas, outras coletividades (rurais, urbanas, quilombolas, ribeirinhas,...) impondo e consolidando um modelo de civilização virinormado.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466382032_ARQUIVO_Fernandes,Colonizacaodassexualidadesindigenas.pdf

MR 014: Estado, políticas desenvolvimentistas e seus impactos sobre territórios e modos tradicionais de vida

Pretendemos abordar os processos de conformação e reconformação identitárias, a partir de situações históricas e sociais que demonstram como influxos desenvolvimentistas tentam minar resistências e vulnerabilizar sucessiva e periodicamente os povos e comunidades tradicionais. Situações como grilagem contemporânea de terras, monoculturas, mineração, hidrelétricas ou outras matrizes energéticas, unidades de conservação de proteção integral, obras e empreendimentos, alguns inclusive de iniciativa governamental, possibilitarão demonstrar como o conflito tem sido um elemento recorrente na construção de identidades de cunho político, em meio à constituição e dissolução de formas sociais. Como nos últimos anos constata-se um recrudescimento dos interesses da bancada ruralista e tem se intensificado as iniciativas públicas e privadas ligadas à matriz energética e minerária, bem como processos compensatórios e mitigatórios que também conformam novas formas expropriatórias, a exemplo de muitos parques e áreas de proteção implementados sobre terras tradicionalmente ocupadas, a reprodução social dos povos e comunidades tradicionais tem sido um dos maiores desafios. A MR pretende, a partir de experiências etnográficas variadas, discutir esses processos de construção da nação do ponto de vista dos povos e comunidades atingidos.

Eliane Cantarino Odwyer (Universidade Federal Fluminense) - **Coordenação**

Andrea L. M. Zhouri (UFMG) - **Participante**

Ana Paula Comin de Carvalho (UFRB) - **Participante**

Aderval Costa Filho (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS) - **Participante**

MR 015: Etnografia das instituições: reflexões a partir de uma instituição de pesquisa

A etnografia tem buscado explorar as conexões e tensões próprias aos processos de institucionalização, tomando como referência (1) a configuração de posições dos agentes envolvidos (em suas relações internas e externas); (2) dos valores e projetos em disputa; (3) e da produção de afinidades entre os indivíduos e o dever ser institucional. Tais reflexões têm aportado desdobramentos para a especificidade da etnografia em contextos institucionais, bem como para a compreensão dos processos estatais e da luta política que, frequentemente ocultada pelas retóricas oficiais, sempre se faz presente nos processos de naturalização central às instituições.

Desta perspectiva, a Mesa Redonda tem como propósito discutir a experiência e os desdobramentos da pesquisa “Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: uma etnografia institucional”. Durante dois anos pudemos acompanhar as atividades dessa conceituada instituição do estado em nosso país. A realização de atividades as mais diversas, desde seminários e workshops envolvendo agentes do governo e/ou da academia até a produção de pesquisas e textos, reuniões de grupos de trabalho, etc., puderam ser registradas e estão sendo submetidas à



reflexão crítica por parte de um pensar/fazer antropológico. Nesta oportunidade iremos abordar, três tópicos: 1) os desdobramentos de pesquisar pesquisadores para o fazer etnográfico; 2) a institucionalização da pesquisa e a fabricação do estado; 3) e a produção e a gestão da “pobreza”.

Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho (UNiversidade Federal Fluminense - Depto Sociologia) - **Coordenação**

Carla Costa Teixeira (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/UNB) - **Participante**

Andréa de Souza Lobo (Universidade de Brasília) - **Participante**

work para mesa redonda

Pesquisando pesquisadores. Novos desafios do fazer etnográfico?

Andréa de Souza Lobo

Desde o clássico artigo de Laura Nader (1972) muitas pesquisas antropológicas têm sido feitas entre diferentes tipos de elite, bem como vários artigos foram publicados sobre os desafios metodológicos deste novo campo de pesquisa. Embora o universo das relações políticas ou a abordagem política das relações nas sociedades complexas venha a ganhar destaque na antropologia, seu desdobramento em reflexões sobre o fazer etnográfico parece ser incipiente. É neste lugar metodológico que se insere o presente work. O objetivo é refletir sobre as estratégias e desafios metodológicos das investigações antropológicas no que se refere à burocracias mais ou menos políticas de estado a partir da experiência de pesquisa no Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), especificamente sobre os interessantes desdobramentos de realizar pesquisa de campo etnográfica entre pesquisadores.

work para mesa redonda

O ofício da pesquisa na fabricação do Estado

Carla Costa Teixeira

Este work busca refletir sobre o etnograficamente visível nas investigações realizadas em instituições e suas articulações com tempos e espaços menos acessíveis nas observações em campo, nas entrevistas, conversas e relações face a face que qualificam o fazer antropológico. Tal triangulação, necessária para a compreensão do dito e dos silêncios, tomará como foco o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a fim de avançar na compreensão da pesquisa como um mecanismo de construção cotidiana de processos estatais. Uma construção que articula disputas internas aos ipeanos sobre como deva ser realizada a pesquisa definida como uma carreira de estado, bem como as fronteiras institucionais em suas tensões com espaços sociais que, como num movimento pendular de reconhecimento de similaridade e dessemelhança, permitem compreender o Ipea como uma instituição "in between".

MR 016: ETNOGRAFIAS NA EDUCAÇÃO: desafios, limites e possibilidades.

A antropologia tem se constituído historicamente como um saber de fronteiras, por vocação, interdisciplinar, estabelecendo debates com diversas áreas do conhecimento. Em sua interface com a Educação, este diálogo não é novo, ao contrário, reporta a uma longa tradição com obras de Boas, Benedict e Mead. Tal diálogo tem se intensificado com o fortalecimento de centros pesquisas, tanto na área da Antropologia como na da Educação. Portanto, é inegável a convergência destes dois campos, e, cada vez mais, a antropologia é convocada a se posicionar acerca da multiplicidade da realidade cultural e social, existente no universo escolar



e no não escolar. Assim, impõe-se a necessidade de se discutir tal temática no âmbito acadêmico da Antropologia, assentando-se numa concepção mais plural e alargada de educação, que não se reduza à ideia de escolarização. Nesse processo de conversação entre estes campos do conhecimento, um fato se destaca: a etnografia vem sendo apropriada amplamente pelas pesquisas educacionais, o que se mostra, muitas vezes, controverso, e, por isso mesmo, tem demandado uma maior atenção em termos de reflexão epistemológica por parte dos antropólogos e educadores. Esta Mesa se propõe a reunir pesquisadores que têm desenvolvido e acumulado estudos neste saber de fronteira, contemplando, assim, os mais diversos diálogos, almejando com isso estabelecer um mapeamento do próprio cenário da pesquisa educacional na América Latina a partir da perspectiva da antropologia.

Tania Dauster Magalhães e Silva (PUC-RIO) - **Coordenação**

Amurabi Pereira de Oliveira (Universidade Federal de Santa Catarina) - **Participante**

Neusa Maria Mendes de Gusmão (UNICAMP) - **Participante**

Joubert Max Maranhão Piorsky Aires (Universidade Estadual do Ceará) - **Participante**

MR 017: Festa e festivalização no urbano contemporâneo: cultura popular, patrimônio imaterial e performance.

Esta mesa busca visa refletir sobre questões relativas às dinâmicas contemporâneas das festas populares e da festivalização que ao longo dos últimos anos vêm sendo reunidas em torno de categorias como patrimônio imaterial, performance e consumo cultural.

Trata-se, portanto, de um debate que encontra sua raiz em estudos antropológicos clássicos e que se desdobra em pesquisas comparativas que visam estabelecer conexões entre Portugal e o Brasil. No caso brasileiro, os estudos vão desde as pesquisas sobre folclore, até os estudos que tomam o carnaval como festa paradigmática, passando por trabalhos que giram em torno dos ciclos religiosos, como as folias de Santos Reis, os ternos de congadas, as festas juninas e as narrativas desenvolvidas em torno da morte e ressurreição do boi, entre outras. Por outro lado, temos a contribuição intelectual lusitana, com forte ênfase sobre as narrativas voltadas para a construção de um modelo de identidade nacional, a partir do universo formado pelas tradições populares rurais e, mais contemporaneamente, para a intensa cultura festiva urbana, salvaguardando saberes e ressignificando legados, agora convertidos em performances globalizadas (exemplo das listas da UNESCO). Sem descuidar do arcabouço bibliográfico que encobre a variedade temática dessas duas expressões culturais, os integrantes desta mesa têm em comum o fato de, num diálogo com suas respectivas perspectivas analíticas, levantar novas questões acerca da festividade contemporânea.

Ulisses Neves Rafael (Universidade Federal de Sergipe) - **Coordenação**

Luciana Chianca (UFPB) - **Participante**

Ordep José Trindade Serra (UFBA) - **Participante**

Jorge Costa de Freitas Branco (ISCTE Instituto Universitário de Lisboa) - **Participante**

MR 018: Fronteiras de gênero, dobras da política

Esta mesa redonda se propõe a problematizar as diferentes interfaces de gênero que incidem sobre modos de ativismo e políticas públicas e pretende apresentar resultados de pesquisas em contextos diferenciados, rurais

e urbanos, com escalas distintas. A despeito dos avanços teóricos no campo das concepções de gênero e de sexualidade nas últimas décadas, e do crescimento de uma pluralidade de coletivos feministas, queers, lgbts, trans, entre outros, pouca atenção tem sido dada, no campo da antropologia brasileira, a problemáticas que incidem sobre a maneira pela qual as atuais políticas públicas tem reverberado sobre trajetórias biográficas e sobre as conexões entre movimentos sociais, gênero, formas de violência e mediações políticas. Desse modo, pretende-se trazer diferentes perspectivas etnográficas que articulem noções de gênero, subjetividades e histórias de vida que, de algum modo, contribuam para uma reflexão crítica e criativa sobre modos de se fazer e se pensar políticas no Brasil tanto de um ponto de vista mais amplo, dos múltiplos âmbitos do Estado, quanto de um ponto de vista molecular, das micropolíticas que fazem o cotidiano de pessoas, lugares e suas fronteiras.

Silvana de Souza Nascimento (USP) - **Coordenação**

Elisete Schwade (UFRN) - **Participante**

Pedro Francisco Guedes do Nascimento (UFPB) - **Participante**

Heloisa Buarque de Almeida (USP) - **Participante**

work para mesa redonda

Disputas por significados: "novas" categorias de violência sexual

Heloisa Buarque de Almeida

Esta apresentação visa discutir a emergência de um debate público acerca de categorias de violência sexual cujas definições estão em disputa, notadamente a noção de estupro e assédio sexual. Busca-se explorar aqui, a partir de exemplos empíricos retirados da crescente onda de denúncias de violência de gênero na universidade, assim como casos de repercussão na imprensa hegemônica nos últimos 10 anos, algumas disputas por significados que revelam demandas por reconhecimento de certas práticas como violência. Nota-se que essas demandas apelam para novas formas de violência que têm sido tipificadas em marcos legais (como a lei Maria da Penha, ou a nova definição legal do estupro), ao lado de uma visibilização do testemunho das vítimas na mídia hegemônica e alternativa.

MR 019: Instituições religiosas, direitos e novas configurações familiares: construções do laico e do religioso no Brasil

A emergência de discursos que conectam religião e sexualidade é notável na cena pública em face de debates sobre direitos sexuais e reprodutivos. Tais discursos emergem a partir de um contexto amplo de transformações sociais e culturais relativas às dinâmicas de alteração do religioso na contemporaneidade, da luta política de minorias sexuais na sociedade brasileira, das mudanças nas configurações familiares e nas relações de gênero, da gestão da vida íntima, das condutas e das identidades. No Brasil, fatos recentes como a Decisão do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça relacionados à união de casais de mesmo sexo, sinalizam para novos desdobramentos e tensões no que se refere ao reconhecimento das populações gays e lésbicas, ensejando respostas de distintos segmentos sociais. Em meio a essa trama social se entrelaçam discursos produzidos nos campos da política, da ciência, do direito, das mídias, das instituições religiosas que sinalizam para a construção de novas éticas sexuais. Essa mesa redonda coloca em debate o modo como se relacionam práticas religiosas e certas agendas políticas recentes no campo dos direitos sexuais como a união civil e o casamento igualitário, a (homo) parentalidade e a formação das novas famílias, em um cenário de pluralismo religioso. Parte da hipótese de que se entrelaçam religiões, linguagens do direito e demandas dos movimentos coletivos na produção de configurações da subjetividade, das identidades e das sensibilidades.



Naara Lúcia de Albuquerque Luna (DCS e PPGCS, UFRRJ) - **Coordenação**

Marcelo Tavares Nactivity (Universidade de São Paulo) - **Participante**

Leandro de Oliveira (Universidade Federal de Minas Gerais (Departamento de Antropologia e Arqueologia, DAA/ UFMG)) - **Participante**

Alessandra de Andrade Rinaldi (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - **Participante**

work para mesa redonda

Uma família igual a todas? Diversidade sexual, parentalidade e produção dos sujeitos em igrejas inclusivas

Marcelo Tavares Natividade

A comunicação analisa discursos sobre casamento igualitário e famílias gays e lésbicas em igrejas evangélicas inclusivas, explorando o entrelaçamento entre cuidado pastoral e certos processos de subjetivação. Parte do recorrente testemunho de experiências de casamento, pactos de união civil, reprodução e adoções na mídia, nos púlpitos e em espaços políticos plurais. A crescente presença de crianças nessas igrejas e de ministérios de cuidado pastoral infantil indicam a presença de um ethos familista (Mello, 2005) nas igrejas inclusivas, que se faz acompanhar da pluralização de experiências de parentalidade. Focalizarei a trajetória de um casal de lésbicas que encontra em uma dessas igrejas espaço e suporte para a invenção de si como uma família gay. Pretendo realçar estratégias de produção de identidades coletivas, examinando se/como ideias de normalidade se conectam ao ethos religioso.

MR 020: Interculturalidade na Universidade brasileira: tensões, conflitos e desafios

A adoção de ações afirmativas mediante reservas de vagas assegurou a inserção, nas universidades públicas, de um conjunto expressivo de índios, negros e pardos, o que ajudou a reduzir o déficit histórico da sua presença. Tal não ocorreu sem resistências, seja por parte de partidos políticos conservadores, seja por comportamentos racistas. Esta proposta de MR tem como objetivo discutir os desafios suscitados pela entrada de milhares de indígenas e negros nas universidades públicas desde o início da década passada, através de cotas ou outros processos de acesso especial. De nativos e distantes objetos de pesquisa, estes atores, hoje, integram o corpo acadêmico das universidades no país e trazem novos desafios e questionamentos, especialmente para as Ciências Sociais e, particularmente, para a antropologia. Paradigmas teóricos aparentemente bem resolvidos nos livros, como a alteridade e o combate ao etnocentrismo, têm-se mostrado frágeis. Este cenário tem, por outro lado, suscitado diálogos, com forte potencial crítico-reflexivo, sobre o respeito que deve prevalecer em face da diversidade representada por agentes e comunidades que vivenciam diferentes situações históricas de organização social e política, mas que, não obstante, convergem na busca ao reconhecimento das suas identidades étnicas. A possibilidade de criação, no âmbito da 30ª. RBA, de um espaço de diálogo, crítico e construtivo, em torno a tais questões, nos motivou, e impulsionou, a propor esta MR.

Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (Universidade Federal da Bahia) - **Coordenação**

Florêncio Almeida Vaz Filho (Universidade Federal do Oeste do Pará) - **Participante**

Gersem José dos Santos Luciano (Universidade Federal do Amazonas) - **Participante**

Osmundo Santos de Araújo Pinho (UFRB) - **Participante**

Ana Cláudia Gomes de Souza (UCSAL) - **Debatedor/a**

work para mesa redonda



A rebelião indígena na Ufopa e a forçada interculturalidade

Florêncio Almeida Vaz Filho

O respeito pelo diferente é uma condição para a interculturalidade. Porém, o que vemos nas universidades brasileiras, a partir da entrada de um número expressivo de indígenas, é que, se a entrada destes grupos, através de processos diferenciados de seleção e pela Lei de Cotas, está garantida, a sua assimilação como grupos diferenciados não está sendo tranquila. Mas se a Universidade não tem reconhecido de fato esses outros na sua diferença, os próprios estudantes indígenas se organizam e pressionam a instituição. E criam dinâmicas em favor de melhores condições de permanência. A rebelião dos indígenas na UFOPA, em 2015, ilustra este momento de pressão em vista de relações mais igualitárias. O novo está sendo construído por sujeitos que não chegam apenas para aprender, mas que trazem consigo seu modo de ser e seus valores. Eles estão forçando a Universidade a se fazer intercultural.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467331397_ARQUIVO_ArebeliaoindigenanaUfopaeaforcadainterculturalidade.pdf

work para mesa redonda

Racismo epistemológico na trilha acadêmica dos povos indígenas

Gersem José dos Santos Luciano

Trata-se de expor os fantasmas que rondam as salas de aulas, os gabinetes e os corredores universitários, com a derrubada dos muros racistas que impediam o acesso dos indígenas à formação superior. Mas há outras maneiras de impedir a emancipação intelectual, cidadã e humana do índio, dentre as quais, a discriminação cultural, linguística, epistemológica. O índio não pode efetivar sua emancipação, pois estaria ameaçando o lugar cômodo dos seus tutores. Ele só é tolerável enquanto subalterno, tutelado e subserviente intelectualmente. Do contrário, ele precisa ser desqualificado, deslegitimado. Em uma relação de poder intelectual e epistemológico tão assimétrico há alguma chance para a verdadeira e efetiva interculturalidade? Ou ela é mais uma arma de dominação, de promessa ilusória que produz esperança, domestica, ao esmo tempo que domina e subalterniza.

work para mesa redonda

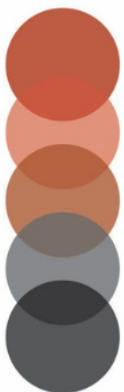
Integração e Subversão – Produção de conhecimento e transformação social

Osmundo Santos de Araújo Pinho

Partindo dos termos clássicos do debate sobre a integração do negro na sociedade de classes, discute-se - em correlação a vozes críticas tanto a natureza excludente da sociedade, quanto da própria possibilidade ou conveniência da integração na sociedade capitalista – os impactos da crescente presença negra na universidade pública brasileira, presença não meramente física, mas política e crítica. Toma-se a experiência da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como caso teste e ambiente institucional para discutirmos os impasses e configurações dessa tensão entre integração e subversão.

MR 022: Mundos Lusófonos e Patrimônios Partilhados

O Painel pretende reunir pesquisas sobre a patrimonialização do imaterial em países ou territórios historicamente associados a uma matriz linguística de base portuguesa. O intuito é perceber o modo como as “diferenças coloniais” no chamado mundo lusófono fizeram eclodir manifestações culturais singulares hoje



convertidas em patrimônios imateriais. Nossa suposição é de que é possível pensar numa arena comum pelo conjunto de algumas práticas expressivas existentes em países, ou territórios de base linguística portuguesa como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Goa, Damão, Diu entre outros. Estas práticas expressivas tornam-se cada vez mais visíveis após o processo de descolonização através de uma dinâmica de reivindicação das diferenças pós-coloniais, fenômeno que se estabelece em formas singulares de globalização. Visamos destacar experiências de patrimonialização do imaterial onde são nítidas as articulações entre os falantes do português. Populações de diferentes origens, cuja convivência histórica gerou proximidades que vão para além das da língua, também se reconhecem e diferenciam a partir de repertórios sensíveis cuja circulação, inerente à condição diaspórica dos seus detentores, gera agora novos territórios de pertença.

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) -

Coordenação

José Reginaldo Santos Gonçalves (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - **Participante**

Paulo Peixoto (Universidade de Coimbra)

Daniel Bitter (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE) - **Debatedor/a**

Susana Bela Soares Sardo (Universidade de Aveiro) - **Participante**

MR 023: Natureza e cultura: expectativas futuras e antigas amarras

O que a ideia de “cultura” representa hoje no pensamento antropológico? A antropóloga britânica Christina Toren afirma que a noção de cultura está obsoleta; os modelos culturais tentam explicar como indivíduos ou grupos adotam o que é convencional mas fracassam por não darem conta das micro-histórias, isto é, da capacidade de cada um mudar permanecendo o mesmo.

Já Dominique Lestel, filósofo e etólogo francês, argumenta que a cultura não é um fenômeno exclusivo dos seres humanos, surgindo progressivamente entre outros grupos animais, aos quais aplica as ideias de cultura e sociedade para explicar suas formas de comportamento. Reafirma a utilidade desses conceitos apontando quão necessária é a reflexão sobre os turvos limites entre natureza e cultura bem como entre animalidade e humanidade.

O antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte entende a cosmologia ocidental como um feixe de tensões entre tradições de pensamento que nela persistem, tais como as que se opõem identificadas a dois legados distintos: o racionalista e o romântico. De que modo essas tensões remodelam a díade natureza/cultura, central em nossa disciplina?

As reflexões da antropóloga francesa Sophie Poirot-Delpech também versam sobre a reconfiguração desses interstícios sob os efeitos das novas tecnologias. A mesa redonda proposta pretende, ao reunir esses pesquisadores, uma reflexão sobre as transformações da díade natureza/cultura, antiga mas sempre atual.

Gláucia Oliveira da Silva (UFF) - **Coordenação**

Poirot-Delpech Sophie (Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Département de sociologie, UFR de philosophie) -

Debatedor/a

Christina Jessie Camden Toren (University of Saint-Andrews) - **Participante**

Dominique Lestel (École Normale Supérieure) - **Participante**

Luiz Fernando Dias Duarte (UFRJ) - **Participante**

work para mesa redonda

Manipulation du vivant et statut ontologique des transpèces

Dominique Lestel

Le 21^e siècle fait entrer la culture dans une phase inédite de manipulation du vivant à travers la convergence des nanotechnologies, des biotechnologies et des technologies de l'information et de la cognition. La question n'est plus celle de l'anthropologie classique (quelles sont les cultures qui peuvent émerger du substrat biologique humain) mais celle d'une biologie culturelle inédite – quelles sont les êtres vivants que la culture du 21^e siècle invente et qu'elles sont les formes d'existence qui en découlent ? Un tel processus passe par l'émergence d'êtres vivants qui ne peuvent plus être définis par le biais d'une appartenance à une espèce donnée (les transpèces) et par la manipulation culturelle du statut ontologique d'un certain nombre d'entités – qui donne par exemple un statut de « vivant » à des artefacts ou de « personne » à des animaux.

MR 024: Natureza, Cultura e Técnica: perspectivas de gênero e a virada ontológica

A mesa tem por propósito estimular o diálogo entre as teorias de gênero com o campo teórico denominado “virada ontológica” na antropologia. Nas últimas décadas um conjunto de antropólogos/as vem estudando as relações entre humanos e não-humanos, destacando as interações interespecíficas e a ação/agência dos objetos, com impactos nos conceitos de humanidade, sociedade, cultura, natureza, indivíduo/pessoa, mente, corpo e implicações epistemológicas cruciais para a disciplina. Em paralelo, em período similar, as discussões de gênero focaram mais na representação de natureza e menos nos efeitos dela e do corpo biológico para definir o humano, porque precisavam enfrentar as explicações biológicas das diferenças, que resultavam em arranjos ideológicos para legitimar a dominação social dos homens sobre as mulheres no ocidente. Como salientou V. Stolcke a ênfase na representação colocou em segundo plano o enfrentamento das diferenças corporais nas discussões teóricas de gênero. Pensando neste desafio, e tendo em vista as novas ferramentas analíticas “da virada ontológica”, parece instigante e oportuno nos questionar sobre como as teorias de gênero são tensionadas pelo novo estatuto do corpo, da biologia, do mundo material e das técnicas na definição do social e na definição do humano. Como abordar os corpos e os objetos, para além da sua construção social, no debate de gênero, sem dar margem à biologização das diferenças e sem fortalecer políticas de dominação com bases eugênicas?

Lady Selma Ferreira Albernaz (UFPE) - **Coordenação**

Lia Zanotta Machado (Universidade de Brasília) - **Participante**

Ana Cláudia Rodrigues da Silva (Universidade Federal de Pernambuco) - **Participante**

Hugo Menezes Neto (Universidade Federal do Pará) - **Participante**

Russell Parry Scott (Universidade Federal de Pernambuco) - **Debatedor/a**

work para mesa redonda

Além das representações: Gênero, sexualidade, corpo e violência

Lia Zanotta Machado

Busco o entendimento que se distancie da afirmação de Simone de Beauvoir de que há um primeiro sexo e um segundo sexo fora da dimensão cultural de gênero, quanto de uma forma de interpretar ou ler Butler de que é a partir do gênero, como representação subjetiva, que se percebe, ou que se constitui o sexo. O corpo



não é uma instância metafórica. Deve ser percebido junto ao cultural, não exclusivamente representacional. A densidade cultural das relações sociais faz ver e construir estilos, gêneros, corpos e sexualidades. “O que os corpos fazem” importam para as subjetividades, para a percepção dos outros e para as relações de poder em condições materiais. Corpos sexuados e concepções de gênero se problematizam reciprocamente. As relações violentas permitem pensar as emoções do medo, da raiva e do poder não somente nas representações, mas nos corpos e nas sensações.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467414450_ARQUIVO_LiamesaABAcorpos.pdf

MR 025: O consumo de bebidas alcoólicas: entre usos valorativos e condenados

O consumo de bebida alcoólica constitui ato social impregnado de valores e concepções de realidade frequentemente implícitos nos comportamentos a ele referentes. Por essa prática, se expressam sentimentos e estabelecem identidades. A ingestão de bebida alcoólica está assim dotada de regras, razão pela qual a qualificação das transgressões não pode ser apartada das prescrições exaltadas. A possibilidade socialmente aceita e, em certas situações, altamente valorizada desse ato não significa uma ausência de regras. Cada sociedade coloca em relevo os padrões construídos e institucionalizados desse consumo, a variedade de motivos e de oportunidades construídas para o ato social de beber.

No Brasil, tem-se dado menor peso ao consumo de bebidas alcoólicas como objeto de estudo, tomando como referência os modos de pensamento e ação, inclusive aqueles definidos como problema ou patologia. O estudo do consumo de outras drogas, cujos atributos negativos são concebidos como mais deletérios, tornam secundárias as práticas sociais éticas. Os pesquisadores que investem para construir este objeto de estudo tendem a se perder no isolamento com poucas alternativas de socializar o conhecimento adquirido. Por esta razão, proponho a Mesa Redonda Consumo de bebida alcoólica: entre usos valorativos e condenados, visando reunir pesquisadores afiliados à temática, ampliar o acesso ao conhecimento que vem sendo produzido e estimular propostas de composição de Grupos de Trabalho em eventos futuros.

Angela Maria Garcia (Universidade Federal do Sul da Bahia) - **Coordenação**
José Luciano Albino Barbosa (Universidade Estadual da Paraíba) - **Participante**
Melina Sousa Gomes (Universidade Federal do Ceará) - **Participante**
Djanilson Amorim da Silva (Universidade Federal de Rondônia) - **Participante**
Delma Pessanha Neves (PPGA/UFF) - **Debatedor/a**

work para mesa redonda

“Serrana é bebida de pé inchado”: Normas e desvios no consumo de cachaça no Ceará.

Djanilson Amorim da Silva

Este work tem como objetivo discutir as transformações pelas quais passam os processos de produção, de circulação e de consumo da cachaça artesanal denominada Serrana, que é produzida e consumida na microrregião da Serra da Ibiapaba, na fronteira entre os estados do Ceará e do Piauí. A proposta é discutir os estigmas atribuídos a certos produtores e consumidores da cachaça Serrana frente às novas formas de produção e consumo de bebidas alcoólicas. São abordados os processos de organização da produção, da circulação, bem como, o imaginário que orbita o consumo da cachaça Serrana: a construção de status, seja da bebida, dos produtores e/ou dos consumidores.



Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/30rba_521_00000838_299333.pdf

work para mesa redonda

O sol nasce para todos: o tratamento de dependentes químicos na Fazenda do Sol em Campina Grande/PB

José Luciano Albino Barbosa

Esta pesquisa, em andamento, consiste na investigação sobre o cotidiano de dependentes químicos na Fazenda do Sol em Campina Grande/PB. Tal espaço, de orientação e prática religiosa católica, tem o objetivo de tratar pessoas que sofrem com algum tipo de dependência química, inclusive o álcool, através de uma rotina de work, oração e convivência. Durante todo o ano de 2015 foram realizadas visitas - uma vez por semana - para o acompanhamento das ações na Fazenda, a fim de observar os mecanismos de "cura" e tratamento. Em tais ocasiões, foi investigada a experiência dos internos em relação ao consumo do álcool e como estes se colocam em relação ao mesmo. Neste caso, pretendeu-se problematizar sobre o consumo em suas dimensões sociais, especialmente naquilo que é percebido como comportamento desviante e as trajetórias e históricas de vida no âmbito do consumo de bebidas alcoólicas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1466451045_ARQUIVO_Osolnasceparatodos.pdf

work para mesa redonda

“Eu ainda não tô bebo que não possa trabalhar”: análise sobre o consumo de bebida alcoólica em terreiro de umbanda

Melina Sousa Gomes

Esta pesquisa dispôs-se a compreender alguns possíveis sentidos do consumo de álcool durante os rituais de umbanda. A ideia é perceber quais são as interpretações dos adeptos, simpatizantes e entidades acerca de tal consumo, bem evidente em alguns terreiros. A pesquisa foi realizada formalmente durante quatro anos (2011-2014) em um centro específico de Fortaleza, portanto se configura enquanto um estudo de caso. Através de uma etnografia que resultou na elaboração de uma dissertação de mestrado, foi possível perceber algumas situações, representações, normatização e contextos de uso do álcool. Cada entidade, cada tipo de work e ocasiões específicas, com destaque para as festas e datas comemorativas, pressupõem um tipo de uso, que diferentemente do que pode parecer à primeira vista, é perpassado por regras rígidas e prenhes de sentidos. É sobre estes sentidos que versará o debate.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1466694957_ARQUIVO_RBATrab.CompletoMelinaS.Gomes.pdf

MR 026: O Musicar Local – novas perspectivas na antropologia da música

Estilos musicais tradicionais tendem a ser pensados de uma perspectiva regional (nativismo gaúcho, ex). No entanto, em 1989 Ruth Finnegan publicou o livro *The Hidden Musician: Music-making in an English Town*, um estudo das práticas musicais na cidade de Milton Keynes (UK). Entre os gêneros de “música local” da cidade, ela documentou a música folclórica inglesa, bandas de música, os vários corais e orquestras locais, as bandas de rock e pop e o movimento “country”. Seu trabalho mostra como activities musicais locais no mundo atual envolvem muitos estilos cujas origens transcendem os limites da localidade. No entanto, agregam pessoas



que vivem e transitam numa mesma localidade e suas activities conjuntas articulam a vida social do local – uma realidade que se replica pelo mundo todo.

A articulação social é produto de práticas musicais – ou do musicar. Adotamos o termo “musicar” como tradução da palavra “musicking”, cunhada por Christopher Small. Para Small, musicking engloba qualquer forma de engajamento com música, desde a escuta ao fazer musical propriamente dita. Ao atrelarmos o musicar ao local, buscamos investigar como o musicar constrói a localidade e como é construído por ela. As perguntas-chaves são: Qual é a natureza do musicar no contexto local? O que isto nos diz sobre a construção da localidade e o modo como é vivida pelos musicantes? O que contribui para o engajamento musical e para a criação de sentimentos de compromisso com a produção da música em nível local?

Rose Satiko Gitirana Hikiji (USP) - **Coordenação**

Suzel Ana Reily (Instituto de Artes, UNICAMP) - **Participante**

Ewelter de Siqueira e Rocha (Universidade Estadual do Ceará) - **Participante**

Rose Satiko Gitirana Hikiji (USP) - **Participante**

work para mesa redonda

Tornar-se africano no Brasil: O musicar de imigrantes e refugiados em São Paulo

Rose Satiko Gitirana Hikiji

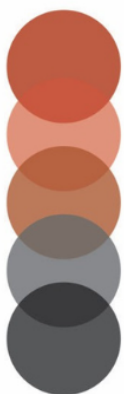
Apresento pesquisa sobre o fazer musical de imigrantes e refugiados africanos em São Paulo, desenvolvida junto ao projeto temático “O Musicar Local”, no qual investigamos como o musicar constrói a localidade e como é construído por ela. A partir do contato com músicos africanos que chegaram a São Paulo nos últimos anos, perguntamos de que maneira a música constitui a experiência de se tornar/perceber africano no Brasil. Questionamos que “comunidade” é esta construída pela prática musical e como ela se sobrepõe a outros espaços identitários e de socialidade que marcam a experiência destes africanos no Brasil. A documentação das performances dos músicos imigrantes, parte do exercício etnográfico, é pensada também como musicar: uma tecnologia de interatividade voltada para a construção de espaço para suas comunidades no Brasil.

work para mesa redonda

Encontros e conexões no musicar local de uma cidade história de Minas

Suzel Ana Reily

Como em Campanha (MG), em muitos lugares a música cumpre papel central na construção da identidade local. Os estilos privilegiados nestes processos tendem a ser aqueles tidos como originários do local; em Campanha incluem o Coral Campanhense que executa repertórios coloniais, a banda de música, os congados e as folias, mas exclui os diversos conjuntos de “animadores do canto litúrgico”, por não terem nascido na cidade. Vale notar que as tradições “locais” também não nasceram em Campanha, sendo antes o resultado de encontros entre pessoas de lugares diferentes que convergirem na cidade ao longo do tempo. Através de uma análise dos encontros que forjaram as sonoridades campanhenses, busca-se compreender como o musicar promove o compromisso dos habitantes com sua cidade.



MR 027: Os Bastidores da festa. Trabalho, performance e experiência

O estudo do ritual tem conhecido novo fôlego, ao cruzar perspectivas clássicas com abordagens inspiradas na antropologia da performance. Propomos a abordagem dos bastidores do ritual, privilegiando não tanto o ritual já feito mas o ritual enquanto está sendo feito e por quem está sendo feito. Isso significa uma ênfase na temporalidade interna aos processos rituais, no trabalho que envolve diversos atores e especialistas rituais, que produz objetos, coreografias e conexões entre pessoas e entre pessoas e divindades. Significa igualmente olhar para os bastidores do ritual como lugar de um trabalho simbólico decisivo marcado pelo desenvolvimento de sociabilidades frequentemente pensadas como “uma festa dentro da festa”, em que trabalho e devoção, folguedo e brincadeira se articulam de forma instável e variável. Trata-se de elucidar processos de transmissão e de recriação de práticas simbólicas que implicam com frequência a atribuição de diferentes sentidos à ideia mesma de tradição. Trata-se também da produção, experimentação e reprodução reflexivas do próprio pensamento antropológico. Interessa-nos, em suma, entender os bastidores dos rituais festivos não apenas como um momento decisivo de um processo ritual pensado de modo sequencial, mas também como uma instância performativa que acompanha todos os seus momentos e faz parte dos sentidos permanentemente reatualizados pelos sujeitos envolvidos

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - **Coordenação**

João Leal (CRIA - Universidade Nova de Lisboa) - **Participante**

Luciana Gonçalves de Carvalho (UFOPA) - **Participante**

John Cowart Dawsey (Universidade de São Paulo) - **Participante**

work para mesa redonda

“Uma festa dentro da festa”: os bastidores e o work da festa

João Leal

Esta apresentação visa resgatar a importância dos bastidores da festa como lugar de produção de conexões entre homens (e mulheres) entre si e entre eles (e elas) e diferentes divindades e/ou entidades espirituais. Concentra-se em particular na multiplicidade de “donos da festa” que é possível surpreender a partir dos bastidores da festa: o “dono da festa”, outros promesseiros, especialistas rituais, ajudantes. Defende que o work da festa é um work a várias mãos, que articula obrigação e gratuidade e que gera a sua própria dinâmica festiva. No final propõe uma revisita das relações entre work e festa. Estes domínios, frequentemente pensados como opostos, aparecem na realidade sobrepostos e articulados, e a partir dessas sobreposições e articulações torna-se possível aprofundar a crítica do utilitarismo como modo de interpretação social e ação política.

MR 028: Os desafios à pesquisa etnográfica: práticas de pesquisa em situações de conflito referidas às chamadas novas etnias

Esta MR convida a refletir sobre as dificuldades impostas ao trabalho etnográfico em situações de conflito que exigem dos pesquisadores e agentes sociais, a sistematização de dados e informações pertinentes às reivindicações de direitos territoriais de grupos sociais que têm acionado novas identidades étnicas em conflitos



contemporâneos. Quais obstáculos e limitações se impõem à realização do trabalho etnográfico, bem como à consulta de acervos adstritos fontes documentais pertinentes aos registros de atos de Estado, de mobilizações de movimentos sociais ou de procedimentos oficiais de regularização fundiária dos chamados povos tradicionais? Desde 2005 que o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia vem produzindo juntamente com agentes sociais e pesquisadores um vasto acervo cartográfico cuja produção não dispensa o método etnográfico e o conhecimento detido de realidades localizadas, tanto quanto exige compreensão das relações de força referidas aos embates e conflitos sociais que orientam os pleitos de diferentes movimentos sociais.. As relações de pesquisa atualizadas têm propiciado uma interlocução direta com agentes sociais que desenvolvem uma consciência aguda de seus pleitos, reivindicações, tanto quanto dos entraves ao estabelecimento de uma política étnica

Nesse sentido, objetivo dessa MR é apresentar o resultado de pesquisas mais recentes realizadas por pesquisadores referidos a diferentes Programas de Pós-graduação que indicam os novos desafios à etnografia.

Patrícia Maria Portela Nunes (Universidade Estadual do Maranhão) - **Coordenação**

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA) - **Participante**

Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ) - **Participante**

Cynthia Carvalho Martins (Universidade Estadual do Maranhão) - **Participante**

MR 029: Partos e maternidades: discursos e contra-discursos no Brasil contemporâneo

As transformações ocorridas no cenário brasileiro de atenção ao parto e ao nascimento na contemporaneidade nos falam de uma multiplicidade de saberes e práticas em torno da parturição. Os discursos sobre o tema se diversificam: as políticas públicas com proposições humanizadas, a realidade da violência obstétrica e das taxas altíssimas de cesáreas, o ideário do parto humanizado propagado pelo movimento de humanização, etc. Não apenas a discussão sobre os direitos reprodutivos e as políticas de saúde se fazem importantes, mas também as leituras sobre as experiências diversas das mulheres que tem filhos, ou seja, a importância da participação de espaços de “empoderamento” feminino via maternidade, as relações com as novas tecnologias reprodutivas, as configurações diversas de paternidade e maternagem (incluindo modelos diversos de famílias), o acesso à atenção obstétrica conforme desenhado nas políticas públicas, etc. Esta mesa redonda pretende contribuir com a discussão antropológica sobre parto e nascimento, alinhando-se a outros debates que se debruçam sobre o tema, refletindo noções como natureza e cultura, sexualidade, corporalidade, práticas e performances nas cenas de parto e maternidades.

Elaine Müller (UFPE) - **Coordenação**

Laís Oliveira Rodrigues (ISCTE-IUL) - **Participante**

Rosamaria Giatti Carneiro (Universidade de Brasília/ABA/APA) - **Participante**

Olivia Nogueira Hirsch (PUC-Rio) - **Participante**

Claudia Barcellos Rezende (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) - **Debatedor/a**



MR 030: Perspectivas antropológicas acerca do curso da vida: intersecções entre gênero, sexualidade e geração

Nas últimas décadas, tem havido na antropologia brasileira um relevante florescimento do interesse ativista e acadêmico pela análise das relações de gênero e sexualidade em entrelaçamento com outros marcadores sociais da diferença, como idade/geração, classe social, “raça”, etnia e corporalidade, dentre vários outros. Em termos gerais, tal florescimento tem procurado estar atento a complexidade dos fenômenos sociais no que diz respeito, em particular, as maneiras como determinadas marcas de diferença podem influir na construção de cenários de desigualdades, discriminações, hierarquizações e normatividades (e, por consequência, abrir espaço para que tais cenários possam ser também relativizados, contestados e desconstruídos). Esta mesa redonda se propõe a abarcar e apresentar investigações recentes e inovadoras que versem, de maneiras diversas, sobre tais entrelaçamentos em abordagens socioantropológicas, dedicando especial atenção as associações entre gênero, sexualidade e idade/geração em suas múltiplas facetas. Procuramos, em outras palavras, abrir espaço para a compreensão das maneiras complexas pelas quais os momentos do curso da vida como infância, juventude, vida adulta, meia idade e velhice ganham sentidos particulares e podem ser analisados a luz dos debates sobre gênero, sexualidade e interseccionalidades contemporâneos.

Gustavo Santa Roza Saggese (Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo) - **Coordenação**

Carlos Eduardo Henning (UFG - Universidade Federal de Goiás) - **Participante**

Raphael Bispo dos Santos (UFJF) - **Participante**

Andrea Lacombe (Pagu/UNICAMP) - **Participante**

MR 031: Práticas culturais juvenis, mobilizações e insurgências no espaço urbano

As cidades são constantemente reinventadas por diferentes práticas juvenis que se apropriam dos espaços mais diversos, conferido-lhes, assim, novos usos e sentidos. Num mundo em que a cultura audiovisual e as novas tecnologias da informação e da comunicação têm alcançado cada vez mais relevo, diferentes coletivos culturais têm se utilizado dessas ferramentas como forma de mobilização, criando novas possibilidades de interação e intervenção na paisagem urbana. Ao mesmo tempo que produzem inovações em modos de experimentar o urbano, tais mobilizações e insurgências também podem trazer profundos questionamentos à ordem excludente que organiza a gestão da maioria das cidades brasileiras. Em muitos casos, podem até mesmo sofrer intensa repressão e criminalização. As práticas culturais juvenis são afetadas, em grande medida, pelo mesmo sentimento paradoxal que paira sobre as representações a respeito da própria noção de juventude; ora como valor a ser cultivado e celebrado, ora como problema e potencial perigo para as estruturas sociais vigentes. A proposta dessa mesa redonda, portanto, é a de – tomando como plano de referência a exposição de contextos etnográficos específicos – abordar as diferentes táticas de uso e reinvenção do espaço urbano. Dessa forma, ao mesmo tempo serão levantadas as especificidades de cada prática cultural e estabelecidos os pontos de articulação entre cada uma das etnografias e modelos associativos apresentados.

Alexandre Barbosa Pereira (Unifesp) - **Coordenação**

Marco Aurélio Paz Tella (UFPB) - **Participante**

João Batista Bittencourt (UFAL) - **Participante**

Guilherme André Aderaldo (Pesquisador/Universidade de São Paulo) - **Participante**

MR 032: Questões de ética de pesquisa antropológica à luz de experiências recentes no estudo de usuários de crack

Pretende-se aqui examinar as questões conceituais relacionadas a ética em pesquisa com usuários de crack, habitantes das grandes metrópoles. Move-nos a intensa discussão, realizada entre autoridades universitárias e governamentais, em torno de questões envolvendo ética e pesquisas antropológicas. Dada a existente correlação de forças impactando a área acadêmica, onde predominam as ciências médicas, existe uma forte pressão para que os métodos e conceitos éticos, desenvolvidos no âmbito da biomedicina sejam generalizados como parâmetros únicos de referência para pesquisas a serem consideradas como sérias e legítimas quando envolvendo seres humanos. Isso traz importantes dificuldades para a realização de estudos entre membros de grupos ocultos ou relacionados a práticas ilegais ou estigmatizadas, como os usuários, produtores e comerciantes de drogas ilícitas. Mas algumas das exigências que vêm sendo feitas pelas novas propostas de controle ético da pesquisa não atendem às necessidades específicas desse tipo de investigação científica. As pesquisas realizadas com usuários em situação de rua e a entrada nesses territórios demanda negociações nem sempre visíveis e controladas pelo pesquisador, além disso demanda estratégias de relação que tem sido diversificadas nas pesquisas até então realizadas.

Rubens de Camargo Ferreira Adorno (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO) - **Coordenação**
Rubens de Camargo Ferreira Adorno (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO) - **Participante**
Oswaldo Francisco Ribas Lobos Fernandes (Universidade do Estado da Bahia - UNEB) - **Participante**
Deborah Rio Fromm Trinta (PPGAS/ Unicamp) - **Participante**

MR 033: Refugiados no Brasil: deslocamentos forçados e conexões transnacionais em perspectiva

A proposta desta mesa é discutir a partir de experiências de pesquisa empírica processos sociais que vêm conduzindo milhares de sujeitos a saírem de seus contextos nacionais, buscando refúgio, bem como suas conexões e redes de relações para o estabelecimento ou o trânsito nos países nos quais reclamam proteção. Segundo dados do relatório “Tendências de Asilo 2014”, do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR), as guerras na Síria e no Iraque, conflitos armados, violações de direitos humanos e a deterioração das condições humanitárias e de segurança em diferentes países, fizeram as solicitações de refúgio aos países industrializados em 2014 chegarem ao maior patamar em 22 anos. Estima-se em 866 mil o número de novos pedidos de refúgio apresentados em países industrializados durante o ano passado. O dado indica um acréscimo de 45% em relação a 2013, quando 596.600 pedidos foram registrados. Os números de 2014 são os maiores desde 1992, quando começou o conflito na Bósnia-Herzegovina. Considerando esse quadro, propomos apresentar e problematizar três experiências de pesquisa que envolvem contextos sociais relevantes para a questão dos deslocamentos forçados e pedidos de refúgio no mundo contemporâneo: a) conflitos na Síria e a situação dos refugiados sírios; b) relações e negociações para o reassentamento de refugiados palestinos; c) refugiados colombianos e o processo de determinação de refúgio brasileiro.

Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto (Universidade Federal Fluminense) - **Coordenação**
Mirian Alves de Souza (Universidade Federal Fluminense) - **Participante**
Sonia Cristina Hamid (Instituto Federal de Brasília) - **Participante**
Angela Mercedes Facundo Navia (Universidade Federal de Rio Grande do Norte) - **Participante**



work para mesa redonda

Regimes narrativos exaustivos. A verdade do sujeito refugiado na sua “história”

Angela Mercedes Facundo Navia

Propõe-se discutir um dos mecanismos de classificação e administração de pessoas cujas vidas foram marcadas pelo êxodo. Trata-se das exigências narrativas e textuais feitas aos candidatos a refúgio e suas implicações no processo de reconhecimento como refugiados, focando para isso nas entrevistas em que os solicitantes devem “narrar sua história”. Mais do que uma história capaz de reconstruir a “verdade” do acontecido, essa interação entre solicitantes e agentes do universo institucional do refúgio produz uma história que pode ser publicamente apresentada como uma história “verídica”. Dita produção narrativa não apenas contribui para validar certas experiências de mobilidade, mas o próprio mecanismo que diferencia e seleciona apenas as pessoas cuja história encaixe na fórmula do “fundado temor de perseguição”.

work para mesa redonda

Refugiados sírios no Rio de Janeiro: ações de acolhimento e construções identitárias na diáspora

Mirian Alves de Souza

A apresentação focaliza refugiados sírios na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Pretende-se explorar os processos sociais que vêm conduzindo milhares de sírios a saírem de seu contexto nacional, buscando refúgio, e suas conexões e relações para o estabelecimento ou trânsito no Rio de Janeiro. A partir de pesquisa empírica, descreveremos a chegada de refugiados sírios, analisando o processo de determinação de refúgio e a construção e negociação de identidades políticas e religiosas na diáspora. A apresentação será baseada na etnografia do universo de acolhimento dos refugiados sírios no Rio de Janeiro, considerando duas instituições confessionais: a Sociedade Beneficente Muçulmana do Rio de Janeiro e a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. Nesta etnografia pretende-se analisar o processo de negociação e construção identitária dos sírios na diáspora.

work para mesa redonda

O reassentamento de refugiados palestinos no Brasil: identidade nacional e humanitarismo

Sonia Cristina Hamid

Nesta comunicação, pretendo apresentar o modo como, ao longo do processo de reassentamento de refugiados palestinos no Brasil, ocorrido entre 2007 e 2009, os discursos referentes aos mesmos sofreram transformações. De refugiados em perigo, os quais precisavam da ajuda do Estado brasileiro para serem salvos da própria morte, eles foram, ao fim do processo, construídos como sujeitos perigosos, sendo culpabilizados pela dificuldade de adaptação ao país. Por meio do relato deste processo, busco evidenciar como o reassentamento se constitui como campo profícuo para pensar questões referentes à identidade nacional, ao humanitarismo e à construção da diferença cultural. A compreensão dos valores e significados aí acionados, assim como a maneira como esses elementos se articularam, se apresentam como centrais para o entendimento das práticas de gestão desta população de refugiados no Brasil.

MR 034: Religiões e espaço público

O estudo das religiões na contemporaneidade compreende um exercício de variadas elaborações analíticas, que permitem relacioná-las a muitas outras dimensões culturais e sociais. Por essas razões, as religiões apontam perspectivas estratégicas para se pensar dimensões como: a) o patrimônio e cidade, em que se observam novas



relações entre centro e periferia entre os diferentes grupos, com circuitos dinâmicos de patrimonialização de símbolos religiosos; b) as trajetórias pessoais e seus fluxos, que se realizam por meio de agenciamentos variados (curas, sociabilidades, estéticas, vulnerabilidades etc.), apontando para as relações entre religiões e sociedades (e não mais a religião como algo “para além” do social ou como “função” do social). Enfim, todas essas dimensões são indicativas da natureza multifacetada da temática religiosa na diversidade empírica registrada no Brasil, como indicam pesquisas recentes que têm investido na relação entre religiões e espaço público.

Fátima Regina Gomes Tavares (UFBA) - **Coordenação**

Léa Freitas Perez (UFMG) - **Participante**

Marcelo Ayres Camurça Lima (Universidade Federal de Juiz de Fora) - **Participante**

Patrícia Birman (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) - **Participante**

Regina Célia Reyes Novaes (CNPq -pesquisador) - **Debatedor/a**

MR 035: Saúde e Direitos: ética, conflitos e dilemas

No final do século XX observamos o surgimento de movimentos sociais com demandas em torno dos direitos relacionados à saúde e inclusão social de sujeitos considerados “anormais”, “perigosos” ou “contaminados”. Diversos atores sociais, como feministas, deficientes físicos, doentes mentais e soropositivos promoveram articulações entre Estado, indústria, mídia, médicos e cientistas, que influenciaram a construção de políticas públicas em saúde, em vários países. No século XXI essas lutas se intensificaram, em um cenário de crescente mercantilização da saúde, exigindo esforços para manter e ampliar os direitos conquistados. Às ações coletivas somam-se as individuais, conduzidas por meio da judicialização da saúde e de demandas referentes ao início e fim da vida (aborto, eutanásia), entre outros. Emergem novos conceitos, como cidadania biológica, cidadania terapêutica e biolegitimidade, impulsionando reflexões sobre a produção de direitos à própria vida. Esta mesa apresentará pesquisas sobre movimentos de grupos e pessoas sobre deliberações em torno de vida/saúde/doença a partir de situações de desastres, avanço de doenças incuráveis ou pelo reconhecimento da morte como direito de autonomia, e não destino. Tratam-se de estudos atentos à formação de novas condições de pessoa, leis, normas, novas práticas, representações sociais e sensibilidades referentes ao corpo, às emoções e à condição humana nos limites da vida, que atravessam a passagem entre os séculos XX e XXI.

Waleska de Araujo Aureliano (UERJ) - **Coordenação**

Rachel Aisengart Menezes (UFRJ) - **Participante**

Telma Camargo da Silva (Universidade Federal de Goiás) - **Participante**

Carlos Guilherme Octaviano do Valle (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - **Participante**

Leila Sollberger Jeolás (Universidade Estadual de Londrina (UEL)) - **Debatedor/a**

work para mesa redonda

Ativismos Biossociais e direitos em perspectiva comparada: HIV/AIDS e doenças genéticas raras (RN).

Carlos Guilherme Octaviano do Valle

Pretendo refletir comparativamente sobre dois processos distintos de mobilização em torno de saúde/doença: 1) o ativismo biossocial em relação à epidemia do HIV/AIDS, que venho me detendo como pesquisador desde a década de 1990; 2) a mobilização societária e política de pessoas com doenças genéticas raras, particularmente no estado do Rio Grande do Norte, que estou atualmente investigando. Através de



diferenciações e convergências entre movimentos tão historicamente distintos, penso discutir como vêm sendo acionadas práticas e discursos sobre direitos e cidadania, apoiando-me na reflexão sobre biossocialidades, mediação e ativismos biossociais.

work para mesa redonda

Processo do morrer: normas, direitos e dilemas

Rachel Aisengart Menezes

No final do século XX surgem formas inovadoras de gestão médica do processo do morrer, com o desenvolvimento de recursos tecnológicos para manutenção e prolongamento da vida. No Ocidente, normas e leis são formuladas, acerca das diversas possibilidades de deliberação em torno do final/término da vida. No século XXI, cada vez mais a morte e o morrer se tornam objeto de distintas práticas, que suscitam posicionamentos de diferentes atores sociais envolvidos, como profissionais de saúde, operadores do Direito, religiosos e da sociedade em geral. A expressão “boa morte” é utilizada tanto por defensores dos direitos da eutanásia e do suicídio assistido como pelos que rejeitam estas possibilidades. Apresento aqui os principais conflitos e dilemas éticos divulgados pela mídia, em torno da gestão do processo do morrer.

work para mesa redonda

Silêncio como narrativa de agenciamento: enfoque geracional do desastre radioativo de Goiânia percebido como uma dramaturgia social

Telma Camargo da Silva

Esta análise focaliza o desastre radioativo de Goiânia a partir das narrativas enunciadas, em 2004, por jovens que vivenciaram a catástrofe, em 1987, enquanto crianças. A reflexão foi motivada pela constatação, através de work de campo de longa duração, de que estes jovens ocultavam seu pertencimento ao desastre e se negavam a integrar a dramaturgia social do desastre centrada no debate em torno de medidas compensatórias. Em contexto em que as lembranças configuram a memória traumática, conformam a “persona césio” e instituem a política da memória, problematizo o silêncio destes jovens. O work se articula a partir de duas questões centrais: Que particularidades as experiências do desastre, percebidas através de um enfoque geracional, trazem para o entendimento desta catástrofe? Como pensar o silêncio e a procura pela invisibilidade dos jovens vítimas do desastre?

MR 036: Sincretismos e Contrassincretismos Afro-Brasileiros

Esta mesa objetiva revisitar um dos mais tradicionais temas dos “estudos afro-brasileiros”, o sincretismo religioso. Como se sabe, este foi tradicionalmente estudado como um fenômeno de adaptação dos candomblés africanos à sociedade dos brancos e à cultura luso-católica. Assim tendeu a ser tratado, primeiro, como uma prova de que os africanos não seriam capazes de absorver valores mais complexos como os do cristianismo; e, mais tarde, como um episódio do chamado “mito das três raças”, no qual o encontro dos africanos com os brancos se dá na forma da mestiçagem e do sincretismo na direção de uma fusão pacificadora sob a égide do polo branco. Por mais opostas que sejam, essas duas vertentes compartilham a problemática certeza de que as diferenças não podem se relacionar enquanto diferenças. Etnografias mais ou menos recentes, contudo, têm encontrado teorias locais desse fenômeno que parecem proceder de modo inteiramente diverso, ou seja, não apenas afirmando, mas promovendo um tipo de “mistura” que de modo algum anula as singularidades daquilo que se mistura. E é a isso que estamos chamando provisoriamente de “contrassincretismo”. Trata-se, pois, de tentar traduzir para a linguagem antropológica o fato de que, ao longo dos séculos, e ainda hoje, os afro-



brasileiros não puderam deixar de estabelecer e de pensar suas relações com “a sociedade dos brancos e cultura luso-católica”, mas que o fizeram de um ponto de vista que é seu e que temos que tentar captar e compreender.

Miriam Cristina Marcilio Rabelo (Universidade Federal da Bahia) - **Coordenação**

Marcio Goldman (UFRJ) - **Participante**

Vânia Zikán Cardoso (UFSC) - **Participante**

José Carlos Gomes dos Anjos (UFRGS) - **Participante**

MR 037: Sociedade, Cultura e Ambiente: Perspectivas sobre mercado justo, a economia moral e a reciprocidade – Brasil e México.

Esta Mesa Redonda tem como finalidade articular pesquisadores de (latino e centro América) que atuam com experiências situadas nas interfaces entre sociedade, cultura e ambiente a partir das perspectivas do mercado justo, de uma economia moral e da reciprocidade. Trata-se de refletir teórica e metodologicamente e propor perspectivas que nos permitam pensar sobre e com as comunidades e populações ditas tradicionais situadas em áreas protegidas e territórios disputados por projetos de empreendimentos privados (estaleiros, parques eólicos, instalações hoteleiras, resorts etc.) ou do poder público (barragens, usinas de energia etc.), causando conflitos socioambientais. Ademais, trata-se de analisar o papel desempenhado pelos movimentos sociais e ambientais neste contexto atravessado por mediações não discursivas como o poder e o dinheiro.

Alicia Ferreira Gonçalves (UFPB - Bolsista Estágio Senior Capes- Ciesas) - **Coordenação**

Eliáz Perez Perez (Universidad Pedagógica Autónoma Nacional- Chiapas - Red de Educación Intercultural-UMEN) - **Participante**

Marcos Pazzanese Duarte Lanna (ufscar) - **Participante**

Lea Carvalho Rodrigues (Universidade Federal do Ceará) - **Participante**

work para mesa redonda

Territorio, producción y mercado desde la percepción de los pueblos tsotsiles de Chiapas, México

Eliáz Perez Perez

Producto de una experiencia, conocimiento vivido y de investigación de campo se logro sistematizar acerca de las actividades económicas que sirva para el mantenimiento de vida de las familias y poblaciones indígenas de Chiapas, en este pequeño espacio se presenta de manera sucinta las actividades que realizan en los territorios, los llamados (bat'si viniketik, bat'si antsetik) hombres verdaderos y las mujeres verdaderas para sostener la existencia de vida en la faz de la tierra. Se clasifican en cinco grandes rubros que sirven del sostén de vida, tales como: Svelil sventa kuxlejatik, Na' kulemtik , K'uil pak'al; Volomal ta ch'ivit chiu'j tukul chonolajel y Ts'ot to bek'tal takipal.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/1467389412_ARQUIVO_Mesaredondaenbrasil.pdf

work para mesa redonda

Solidariedade, reciprocidade, cooperação e mercado: controvérsias sobre o turismo comunitário

Lea Carvalho Rodrigues



Propõe-se discutir os princípios das propostas de turismo comunitário, assentados nas noções de solidariedade, cooperação, respeito à vida, conservação e aproveitamento sustentável dos ecossistemas e biodiversidade. Questiona-se sobre os riscos concretos dessas iniciativas tendo em tela o caráter altamente competitivo e predatório das atividades turísticas e, ao mesmo tempo, avaliações efetuadas sobre as fragilidades das iniciativas de turismo comunitário existentes, instadas a assumir, cada vez mais, posturas que tencionam a lógica solidária com a de mercado. Por outro lado, sugere-se que a opção do turismo comunitário é sobretudo estratégica, como forma de proteção da comunidade frente aos interesses do capital turístico, o que faz repensar os modelos e recomendações em prol da adequação das atividades à lógica mercantil.

work para mesa redonda

Crítica da alienabilidade e elogio da alienação em Marcel Mauss

Marcos Pazzanese Duarte Lanna

Sabe-se desde Mauss que, além da alienabilidade, algum grau de inalienabilidade está presente na circulação, quando parte da pessoa do doador vai com o que passa, caracterizando assim relação metonímica. Também há implícita em Mauss crítica da alienabilidade, do incremento da circulação, semelhante à de Lévi-Strauss às historicidades quentes. Há ainda em Mauss e em Lévi-Strauss aceitação da alienação, da ilusão, como condição da comunicação. Comparo Mauss e Marx, considerando a crítica deste à alienação. Há complementaridades e continuidades lógicas e históricas entre ambos e entre mercadoria e dom, que estão em relação de transformação, mas também de hierarquia, na medida que o dom englobe o mercado. Marx revela o aspecto ideológico da igualdade da troca capitalista como falsa consciência, forma da ilusão, Mauss ela implicar formas não capitalistas de redistribuição, como a previdência.

MR 038: Sofrimento, Política e Emoções

Esta mesa versa sobre as relações entre política, sofrimento e emoções. Insere-se em uma tendência mais ampla de teses antropológicas recentes que buscam articular os níveis micro e macro da experiência individual, em uma tentativa de superação de uma clivagem clássica da antropologia: o estabelecimento de pontes teóricas que permitam pensar o contexto global, em suas dimensões política, histórica e econômica, não apenas como pano de fundo para vivências localizadas, mas como algo que encontra tradução cotidiana em aspectos tradicionalmente considerados “micro” ou “subjetivos” – o sofrimento e as emoções. Reunimos três projetos que buscam realizar essas pontes, abordando os temas “macro” da crise socioeconômica gerada pela adesão às “políticas da austeridade” na Europa; da violência de estado sob a forma da tortura; e da multiplicidade de leituras da “responsabilidade” por tragédias coletivas. Esse espectro temático permite destacar alguns aspectos específicos da compreensão das dinâmicas subjetivas e emocionais da vivência dessas experiências: a articulação entre esperança e resiliência em contextos de crise que abalam a própria noção de futuro; as formas de elaboração de experiências “traumáticas”, em sua relação com as noções de memória e de “trabalho do tempo”; e a tensão entre leituras secularizadas e leituras informadas por doutrinas religiosas acerca do problema da responsabilidade pelo infortúnio, com as implicações dessa tensão para as formas da ação individual.

Maria Claudia Pereira Coelho (UERJ) - **Coordenação**

Maria Antónia Pedroso de Lima (CRIA / ISCTE-IUL) - **Participante**

Ceres Gomes VÍctora (UFRGS) - **Participante**

Cynthia Andersen Sarti (UNIFESP) - **Participante**

Jane Araújo Russo (IMS/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro) - **Debatedor/a**



work para mesa redonda

“Não façamos do nosso choro o nosso desespero”: Sofrimento, política e emoções no contexto da “tragédia de Santa Maria”

Ceres Gomes VÍctora, Monalisa Dias de Siqueira

Partindo de pesquisa sobre a “tragédia de Santa Maria”, esta comunicação apresenta uma reflexão sobre as imbricações entre emoções e política, tomando como referência duas formas de enfrentamento do luto pelas perdas provocadas pelo incêndio da boate Kiss. A primeira é o movimento político, onde a “luta por justiça” se apresenta como veículo de reorganização da vida dos familiares das vítimas. Nesse caso, emoções e política se entrelaçam “para que nunca mais aconteça”. A segunda é a espiritualidade de orientação kardecista, onde os significados, a relação com o evento e com outros agentes envolvidos são modelados pelos diferentes planos de existência humana e espiritual. Para eles, “quando tem que acontecer, acontece”, e aos familiares resta trabalhar pela “evolução espiritual” no plano da terra, através do exercício do “perdão”, da “gratidão” e da “caridade”.

work para mesa redonda

Reminiscências do sofrimento: o lugar do outro

Cynthia Andersen Sarti

O tema é o work da memória de experiências de violência, tendo como referência a experiência de prisão e tortura durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), formulada como violência de Estado. A partir do testemunho de pessoas que a vivenciaram, busca-se analisar como essa experiência e o sofrimento que dela advém se inscrevem no curso da existência, atentando para a construção, nesse processo, das figuras da testemunha e da vítima. Supondo as emoções como linguagem, a inscrição desse sofrimento na vida remete à forma como a violência pode ser comunicada. O indizível da violência se relaciona não à impossibilidade de dizer, mas sobretudo à ausência de espaços de escuta. Implica, portanto, o outro. Problematisa-se, assim, a noção de trauma, com base na ideia de Veena Das de que o tempo é um agente no processo de negociações do sujeito com as possibilidades do mundo social.

work para mesa redonda

Construir o futuro sem esperança: precarização da classe média em Portugal.

Maria Antónia Pedroso de Lima

A atual crise socioeconómica em Portugal promoveu profundos impactos na organização da vida das pessoas e nas suas expectativas de futuro. Como se reconfiguram os quotidianos e as trajetórias de vida em situações de abrupta perda de rendimentos? Como se gere o sentimento de perda simbólica e material, de reconfiguração de estilos de vida? Como se vive um presente que caminha para um futuro sem esperança, onde a reação à crise se transforma na própria vida social? A partir de work de campo com famílias de classe média de Lisboa e Porto, debatarei estas questões intersectando dimensões de classe, género e grupo de idade. Particular atenção será dada às relações de entreajuda e reciprocidade que têm ressurgido como forma de fazer face à crise, reativando redes de solidariedade de proximidade, que ressignificam noções de bem comum, justiça, dádiva e resiliência.



MR 039: Técnica, estética, política e fluxos de materiais

A meta principal da mesa é fomentar um debate impulsionado por trajetórias profissionais densificadas por experiências etnográficas a respeito do lugar dos ‘materiais’ nos repertórios e trajetórias culturais. Relacionando concepções oriundas de tradições de conhecimento locais com mapeamentos de técnicas e saberes associados a activities humanas, pretende-se entrelaçar interpretações nativas e acadêmicas num processo dialógico. O intuito é tentar compreender fenômenos rituais, artísticos e práticos, não como mera expressão de uma cultura abstrata, mas a partir dos veículos que permitem a própria construção de quadros culturais. Assim, a dimensão material deixa de ser entendida ontologicamente como oposta àquela ideal, permitindo reunir objetos, coisas, técnica, ideias, normas, sentimentos, como constituindo justamente ‘materiais’ veiculados por fluxos culturais organizados socialmente. É a partir deste quadro conceitual que se pretende abordar activities rituais, expressões artísticas e activities utilitárias, bem como políticas públicas de musealização e patrimonialização. Marcado esse campo de atuação e interação antropológica, espera-se contribuir para focar o lugar contemporâneo dos ‘materiais’, de suas técnicas de geração e uso, ao modo como são concebidos e interpretados, em tramas de epistemes antropológicas críticas.

Edmundo Marcelo Mendes Pereira (MN/UFRJ) - **Coordenação**

Fabio Mura (UFPB) - **Participante**

Carla da Costa Dias (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - **Participante**

Manuel Ferreira Lima Filho (Universidade Federal de Goiás) - **Participante**

MR 040: Teoria e teóricos da etnografia religiosa afro-americana

Não foram poucos os estudiosos que de algum modo colaboraram substancialmente para a construção do que estamos denominando aqui como uma “etnografia religiosa afro-americana”. A construção dessa etnografia se deu com a participação de antropólogos e etnólogos europeus, com destaque para a produção francesa, norte-americanos e também latino-americanos. Entendemos que a recuperação dessas perspectivas teóricas construídas, tanto em relação a temas fortes como a incorporação das divindades ou o sacrifício, quanto em relação a própria definição das religiões afro-americanas, é fundamental para a construção do que atualmente se pensa na academia acerca desse universo religioso. Diante do exposto, esta mesa tem como objetivo recuperar esses autores, alguns deles menos comentados ou esquecidos, como Alfred Metraux, Fernando Ortiz, Mario de Andrade, dentre outros, trazer ainda as perspectivas teóricas construídas acerca de um dos temas fortes já mencionados, no caso o sacrifício, bem como problematizar os modos de construção dessa produção etnográfica e dessas perspectivas teóricas.

Maristela Oliveira de Andrade (Universidade Federal da Paraíba) - **Coordenação**

Zuleica Dantas Pereira Campos (Universidade Católica de Pernambuco) - **Participante**

Dilaine Soares Sampaio (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA) - **Participante**

MR 041: Vestígios, Restos e Substratos corporais humanos em seus diversos agenciamentos

Inserindo-se nos debates sobre ciência e tecnologia, essa mesa redonda visa explorar as fronteiras entre o “humano” e “não-humano”, fitando a coleta/arquivamento/uso de substratos materiais que, em algum momento de sua trajetória, podem ser significados como “vestígios humanos”. Podem ser eles: embriões armazenados em tanques de nitrogênio; sangue ou DNA em biobancos; vestígios corporais guardados em freezers de institutos de perícia; ossadas encontradas em escavações; fluidos corporais, órgãos ou tecidos ligados à reprodução, como a placenta e o sangue menstrual, engajados em pesquisas científicas e/ou procedimentos biomédicos. Em que sentido a caracterização desses substratos como “humanos” permite ou autoriza determinados agenciamentos em detrimento de outros? Ou seja, quais são as concepções que constituem esses substratos ora como materiais passíveis de serem utilizados em pesquisas científicas, ora como “excedentes” ou como “lixo”, cujo descarte implica uma série de dilemas (bio)éticos e (bio)políticos. Cabe explorar a relação entre a classificação desses substratos como “rastros” ou “vestígios” do “humano” e outras tensões que surgem quando esses materiais escapam os fluxos e destinos previsíveis (embriões convertidos em fetos que serão gestados, corpos mortos que passariam por rituais funerários apropriados, ou excrementos que seriam devidamente descartados de acordo com os pressupostos de higiene íntima).

Soraya Fleischer (Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília) - **Coordenação**

Débora Allebrandt (Universidade Federal de Alagoas) - **Participante**

Claudia Fonseca (UFRGS) - **Participante**

Daniela Tonelli Manica (UFRJ) - **Participante**

Clarice Monteiro Machado Rios (Instituto Medicina Social/UERJ) - **Debatedor/a**

work para mesa redonda

Os limites do “humano”: O agency (e complicações) de restos humanos em um laboratório de genética forense

Claudia Fonseca, Rodrigo Garrido

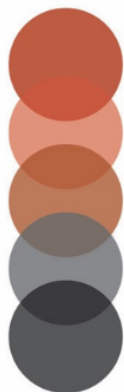
Tomando como universo empírico um laboratório de genética forense, seguimos a trajetória dos pequenos pedaços de tecido tirados cirurgicamente de cadáveres humanos para estabelecer um perfil de DNA. Observamos que transformar tecidos já testados em “lixo”, de forma a liberar o espaço físico para novas amostras, requer um investimento de energia institucional, envolvendo saúde pública, tribunais criminais, e cemitérios públicos. Ao longo do percurso, o material corporal se mostra um ator dinâmica que, no âmbito das mediações técnicas da atividade pericial, realiza uma complexa coreografia, tocando em questões quanto aos limites do que é considerado “humano”. Avançamos a hipótese de que, apesar das diferentes operações cunhadas para “objetificar” o material humano, transformando-o em resíduo descartável, os corpos acabam voltando para “assombrar” a produção científica de provas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1467631915_ARQUIVO_Limitesdaohumanofonsecaegarrido.pdf

work para mesa redonda

A vida social dos embriões humanos produzidos na Reprodução Assistida(RA): criopreservação, descarte, doação e seus agenciamentos em uma clínica de Porto Alegre



Débora Allebrandt

Conforme a Lei 11.105/2005, a pesquisa com embriões é permitida no Brasil. Cabe a ANVISA controlar o número e o destino de embriões produzidos através do SISEMBRIO. Um banco de dados que controla a manipulação dos tecidos germinativos em todo o país. Para tanto, centros de RA devem enviar um relatório anual e confirmar o estado legal daqueles embriões que foram armazenados em seus tanques de nitrogênio. Para sua elaboração ocorre um ritual de ligações, TCLEs e assinaturas entre a clínica e as pessoas que contrataram serviços de criopreservação. Negocia-se o destino de seu material biológico. Tomo esse agenciamento como a construção de conhecimento sobre embriões e sua transição entre tecidos(descartáveis)/vida potencial(a ser preservada). Tal percepção assinala interseccionalidades na produção e gestão da política de ciência, responsabilidade e ética do uso e destino de embriões.



Minicursos

MC 001: Antropologia, Gênero e Sexualidade

Este minicurso pretende apresentar contribuições antropológicas dentro do campo de estudos de gênero e sexualidade. A primeira sessão, “Antropologia e problemas de gênero e sexualidade”, pretende situar algumas discussões antropológicas em torno da pluralidade das identidades e expressões de gênero contemporâneas, com foco em questões relacionadas a corpo, identidade e política a partir de pesquisas atuais. A segunda sessão, “Antropologia Feminista no Norte e Nordeste”, busca traçar uma genealogia das pesquisas sobre mulheres, gênero e feminismos no Norte e Nordeste do Brasil, atentando para os principais eixos e discussões do campo com foco em abordagens com perspectivas feministas. Objetiva também historicizar a emergência da Antropologia Feminista nessas regiões do país. Com essas sessões, o minicurso possibilitará ao grupo a construção de reflexões clássicas e contemporâneas acerca da constituição da antropologia do gênero e da sexualidade no Brasil, articulando temáticas e trabalhos que permitiram a consolidação do gênero e da sexualidade como temas centrais de nossa disciplina.

Coordenador(es): Camilo Braz (UFG) e Érica Renata Souza (Universidade Federal de Minas Gerais)

Ministrantes:

Camilo Braz (UFG) e Érica Renata Souza (Universidade Federal de Minas Gerais) - SESSÃO 1

Zelinda dos Santos Barros (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) e Felipe Bruno Martins Fernandes (Universidade Federal da Bahia) - SESSÃO 2

MC 002: Arte e política

Nos últimos anos, o interesse por perspectivas analíticas que considerem as diversas formas de eficácia política das artes tem aumentado de forma marcante, seja pelo reflorescimento acadêmico de discussões em torno da agência dos artefatos e da dimensão política das imagens e práticas corporais, seja pelo cenário social contemporâneo no qual expressões e obras artísticas tem sido usadas como parte de proposições públicas sobre problemas e questões sociais proeminentes. A partir deste contexto, o minicurso pretende discutir o entrelaçamento entre práticas artísticas e atuações políticas, tendo como pano de fundo as maneiras por meio das quais a arte possibilita um tipo peculiar de engajamento social. O minicurso será dividido em três sessões nas quais serão abordadas: 1 – A maneira pela qual artistas se valeram de práticas de travestimento para tensionar tanto questões do próprio campo artístico quanto tabus relacionados à concepções de gênero e sexualidade. 2 – Os deslocamentos e usos da distinção entre arte e política no cenário contemporâneo, pensados a partir das práticas desenvolvidas por artistas fora do campo de visibilidade da arte e sua relação com a dimensão poética e performativa dos chamados novíssimos movimentos sociais. 3 – A apropriação política de obras literárias e sua atuação em contextos de luta social, entendendo arte e política como atuações que se encontram, atraem-se e, muitas vezes, rejeitam-se mutuamente, tornando sua relação tensa e indissociável.

Coordenador(es): Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque (UERJ) e Vitor Pinheiro Grunvald (Faculdade Cásper Líbero)

Ministrantes:

SESSÃO 1: Vitor Pinheiro Grunvald (Faculdade Cásper Líbero)

SESSÃO 2: Julia Ruiz Di Giovanni (Departamento de Antropologia USP)

SESSÃO 3: Syntia Pereira Alves (Centro Universitário Belas Artes)



MC 003: Deficiência e confronto etnográfico

Objetivamos neste minicurso Etnografia e Deficiência introduzir o tema para formação de alunos de graduação e pós-graduação na pesquisa etnográfica no campo de estudos da deficiência. A proposta é pensar as especificidades do campo, os confrontos etnográficos específicos, a multiplicidade de metodologias, temas e sujeitos do campo. Como o campo está sendo constituído na Antropologia brasileira, este minicurso viabilizará a apresentação de temas e assuntos chaves, e apresentará espaço para discussão de trabalho etnográfico para os que iniciaram nesse campo.

Coordenador(es): Adriana Dias (COMITÊ DEF ACESSIBILIDADE/AAA/UNICAMP) e Ronaldo Manasses Rodrigues Campos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ)

Ministrantes:

SESSÃO 1: Viviane Fernandes Conceição dos Santos (UNIT)

MC 004: Antropologia em pesquisas na universidade e na escola pública: educação e ensino de Ciências Sociais

A proposta do minicurso é apresentar experiências que envolvam a relação entre a antropologia e a educação, enfatizando o potencial que o encontro desses dois campos de conhecimento e práticas oferece para uma transformação dos seus respectivos contextos sociais e epistemológicos. Apresenta-se uma antropologia da educação com vocação para exotizar, desestabilizar e oferecer novas bases para as políticas e práticas escolares, mas que, simultaneamente, também se reeduque, ou seja, uma antropologia da educação que vislumbre, como parte de seu horizonte disciplinar, uma educação da antropologia derivada da singularidade de suas práticas de pesquisa. Trata-se de conceber de forma simétrica o vínculo entre antropologia e educação, colhendo desta relação bidirecional a potência para pensar antropológicamente novas concepções e práticas em educação e pedagogicamente novas concepções e práticas na antropologia. Desta forma, com base em experiências desenvolvidas na Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC) e/ou na Faculdade de Educação (FACED/UFC), será explorado o itinerário e o impacto da “Didática Antropológica” na formação do professor e do pesquisador, em experimentação na FACED desde 2012 (1ª sessão); dados antropológicos sobre as práticas docentes realizadas na disciplina de Sociologia numa escola de ensino médio em Fortaleza/CE (2ª sessão); além da crítica dos riscos e potenciais ético-metodológicos de pesquisas antropológicas da universidade (3ª sessão).

Coordenador(es): Isaac Nazareno Paiva de Medeiros (Secretaria da Educação do Ceará) e Bernadete de Lourdes Ramos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ)

Ministrantes:

SESSÃO 1: Yuri de Nóbrega Sales (Universidade Federal do Ceará)

SESSÃO 2: José Anchieta Souza Filho (Secretaria da Educação do Ceará)

SESSÃO 3: Herlon Alves Bezerra (Instituto Federal do Sertão Pernambucano)



Oficinas

OF 001: As formas sensíveis no viver urbano pelo olhar etnográfico: construir narrativas com imagens

Pretende-se estimular os congressistas, em especial alunos de graduação, a refletirem sobre o viver cotidiano que coloque em alto relevo as formas sensíveis de interagir na cidade, observando e registrando as diversidades de expressões criativas e críticas à cidade normativa. A oficina tem por interesse pensar de que maneira as imagens do outro afetam e sensibilizam o olhar antropológico. Para isto, partimos de uma experiência de ensino-aprendizagem em Antropologia Visual envolvendo pesquisas com imagens relacionadas a intervenções artísticas no mundo urbano. Do trabalho de campo ao projeto expográfico, propõe-se apresentação de seminários e exercícios práticos, a partir do qual busca-se um debate sobre: o processo de captação fotográfica; o pensar por imagens e a construção de narrativas; e as reciprocidades e processos criativos em pesquisas coletivas e produção de conhecimento com imagens. Neste contexto, são tensionados, além do processo de inserção em campo e o compromisso ético do antropólogo, as formas de compartilhamento sensível, o fazer antropológico e a circulação e recepção do trabalho antropológico. De forma mais abrangente, visa dar conta da compreensão da imagem em diferentes aspectos que possam contribuir para o fazer etnográfico, permitindo aos participantes da oficina a aproximação com diferentes aspectos e problemáticas da utilização, apresentação e circulação da imagem na sociedade.

Coordenador(es): Cornelia Eckert (UFRGS) e Fabricio Barreto Fuchs (UFPEL)

Ministrantes:

SESSÃO 1: Jose Luis Abalos Junior (Mestrando em Antropologia Social)

SESSÃO 2: Manoel Cláudio Mendes Gonçalves da Rocha (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

SESSÃO 3: Roberta Simon (Doutoranda Comunicação Social PUC/RS)

OF 002: Ensaios Fotográficos selecionados para o Prêmio Pierre Verger

O Concurso Pierre Verger, criado pela Associação Brasileira de Antropologia, comemora, em 2016, vinte anos de existência, tendo se tornado espaço consolidado para a mostra da produção fílmica e fotográfica em pesquisas etnográficas. Desde 2012, após a exposição realizada nas RBAs, os ensaios fotográficos selecionados pela comissão organizadora do Prêmio têm itinerado por centros culturais e instituições acadêmicas de diferentes estados brasileiros, contribuindo para o fortalecimento da rede de antropologia visual e valorizando o investimento intelectual, sensível e técnico dos pesquisadores que trabalham com imagens. O propósito desta Oficina, já realizada na duas edições precedentes da RBA, é de garantir um espaço de reflexão, discussão e trocas, através e a partir das imagens, envolvendo o público, os debatedores convidados (fotógrafos confirmados) e os autores das obras selecionadas, que são convidados a apresentarem seus ensaios fotográficos, articulando visualidade e oralidade, como meio de problematizarem e partilharem suas experiências etnográficas singulares e aprofundarem as implicações epistemológicas que fundamentam este investimento imagético.

Coordenador(es): Cláudia Turra Magni (UFPEL) e Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque (UERJ)

Ministrantes:



SESSÃO 1: Fernanda Rechenberg (UFAL)

SESSÃO 2: Ronaldo de Oliveira Corrêa (Universidade Federal do Paraná)

OF 003: Entre corpos

Como compreender as diferentes moralidades implicadas nas práticas de medicalização? Quais significados estariam em disputa na postulação das curas e dos tratamentos atuais? Que efeitos as recentes políticas públicas de saúde podem gerar sobre experiência das pessoas e das coletividades atendidas? Enquanto nos confrontamos com o debate nacional pelo direito à saúde, suscitado continuamente por usuários, profissionais, empresas farmacêuticas, políticos, e demais agentes do campo, a construção dos sujeitos “pessoa com deficiência” e “pessoa com doença rara” são afetados por toda sorte de interlocução social. A falta de políticas públicas para estas pessoas, que vem sendo recentemente resolvida, no Brasil e no mundo, gera debates que vão desde à sistemas classificatórios, à questão do cuidado, de direito à saúde, à biosociabilidade e à novas práticas de eugenia. Diante desse contexto, a oficina proposta pretende pensar a etnografia como uma prática capaz de oferecer elementos para compreender as maneiras pelas quais as noções de saúde e de doença se inscrevem na ordem social aproximando o biológico e o social na fabricação de categorias de sujeitos. Para tanto, o uso de Canabidiol (CBD), a denominada “maconha medicinal”, será assumida enquanto um fenômeno complexo que articula dimensões científicas, morais e políticas ao debate sobre a medicalização de pessoas que escapam aos padrões de saúde, normalidade e corporalidade estabelecidos pelas políticas públicas vigentes.

Coordenador(es): Adriana Dias (COMITÊ DEF ACESSIBILIDADE/AAA/UNICAMP) e Fagner Carniel (UEM)

Ministrantes:

SESSÃO 1: Helena Moura Fietz (UFRGS)

SESSÃO 2: Roberta Reis Grudzinski (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

OF 004: Inserção Profissional do/a antropólogo/a

A promulgação da Constituição Federal de 1988 e o consequente reconhecimento no texto constitucional dos direitos sociais e culturais de diferentes expressões étnicas, demandou a atuação técnico-científica de antropólogos. Nesse sentido, cada vez mais antropólogos participam deste processo como agentes públicos cujo conhecimento acadêmico passa a ter repercussão mais imediata sobre as políticas públicas. Dessa forma, as sessões desta oficina apresentarão diversas leituras desse exercício antropológico, aglutinando observações e reflexões setorializadas desses profissionais diante da atual conjuntura política e social ancorada em projetos de desenvolvimento e ações que fragilizam direitos de grupos étnicos e socialmente vulneráveis, a exemplo da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária na demarcação de terras indígenas e de territórios quilombolas, criada por requerimento de parlamentares da chamada bancada ruralista, os quais pretendem com isso criar obstáculos ao reconhecimento dos direitos territoriais. Considerando que esse tipo de atuação de antropólogos fora da academia suscita questões de natureza ética, política e metodológica, esta oficina objetiva ainda discutir as possíveis implicações da regulamentação da profissão e avançar com as discussões do Comitê Inserção Profissional do/a antropólogo/a da ABA.

Coordenador(es): Janaína Campos Lobo (INCRA) e Leonardo Leocádio da Silva (Ministério Público Federal)

Ministrantes:

SESSÃO 1: Ana Paula Comin de Carvalho (UFRB)



SESSÃO 2: Gustavo Hamilton de Sousa Menezes (FUNAI)

SESSÃO 3: Henyo Trindade Barretto Filho (IEB)

OF 005: Por meio do fazer: correspondências entre modos de produção de conhecimento em antropologia, arquitetura, artes e design

A oficina se referencia em recente debate sobre a prática da antropologia que termina por aproximar seus modos de produção de conhecimento daqueles associados às artes, à arquitetura e ao design: seja propondo assumir o processo de projeto (design) como modelo ou metáfora para o fazer antropológico (Rabinow, Marcus 2008), seja através da expressão “drawing things together” (Latour 2008), ou de noções como “Graphic Anthropology” (Ingold 2011, 2013), “anthropology by means of design” (Ingold 2013) e “Design Anthropology” (Gunn, Donovan 2012; Gunn, Otto, Smith 2013; Halse 2008). Em meio ao debate, tem interesse processos de pesquisa em que o fazer (Ingold 2013) se destaca como modo de conhecer e pensar, implicando em experiências práticas viabilizadas seja por técnicas de observação, engajamento e descrição, ou por exercícios de imaginação coletiva, correspondência (Ingold 2013) e colaboração entre pesquisadores, materiais e processos. Aqui se pretende reunir experiências empíricas que explorem a produção de conhecimento antropológico através do fazer por meio de outras activities. São bem-vindos pesquisadores de variadas áreas e antropólogos envolvidos em formas de pesquisa e produção de conhecimento não convencionais, ou em projetos transdisciplinares, colaborativos, experimentais. As apresentações podem ser acompanhadas ou se dar por meio de breves oficinas, performance, dança, desenho, intervenção, projeção, vídeo, exposição visual, tátil, etc.

Coordenador(es): Raquel Gomes Noronha (Universidade Federal do Maranhão), Zoy Anastassakis (Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ESDI/UERJ) e Aina Guimarães Azevedo (University of Aberdeen)

Ministrantes:

SESSÃO 1: Raquel Gomes Noronha (Universidade Federal do Maranhão), Zoy Anastassakis (Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ESDI/UERJ) e Aina Guimarães Azevedo (University of Aberdeen)

OF 006: Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos: a discussão do tema na educação básica e no ensino da antropologia nos cursos de graduação

Diante da crescente onda conservadora e a necessidade de ampliarmos a discussão sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais, a oficina busca: (a) avaliar a conjuntura atual neste momento em que as políticas do Estado visam à integração do Brasil em uma economia mundial neoliberal, que respaldam as práticas corporativas de caráter neoextrativista, e (b) sensibilizar e instrumentalizar professores da educação básica e do ensino superior, nas disciplinas de Antropologia e afins, para o trato da temática. Nos últimos anos, vemos a instalação de megaprojetos de hidrelétricas e complexos minerários, sistemas portuários, pecuária de escala industrial, além dos monocultivos, que são alguns dos principais ingredientes dessa economia voltada para a extração e exportação. Esse conjunto de empreendimentos vem impactando contextos urbanos e rurais e serão discutidos a partir de instrumentos normativos recentes e das situações que envolvem os grandes projetos, ameaçando as formas de vida dos povos tradicionais. Há violação do direito à moradia, criminalização dos movimentos sociais, violação do direito de acesso à justiça e promoção de situações que tornam as populações



atingidas ainda mais vulneráveis. São esses todos temas que podem ser lidos a partir do referencial teórico e conceitual da Antropologia. Com a proposta, objetivamos contribuir para a popularização da ciência antropológica e para o estímulo à análise crítica da realidade no campo da educação.

Coordenador(es): Stephen Grant Baines (Universidade de Brasília) e Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE)

Ministrantes:

SESSÃO 1: Andrea L. M. Zhouri (UFMG)

SESSÃO 2: Gersem José dos Santos Luciano (Universidade Federal do Amazonas)

SESSÃO 3: Waldir da Silva Pereira (UNISINOS)

OF 007: História(s) na Amazônia nos

Discutir História(s), Alteridade e Consciência Histórica entre povos indígenas na Amazônia. Correlacionar os conceitos à produção de Histórias Indígenas. Apresentar aos/as participantes os conceitos fundamentais; trabalhar as questões relevantes referentes à História indígena e discutir como e porque insistir nas Histórias Indígenas nos "termos" dos protagonistas.

Coordenador(es): Jane Felipe Beltrão (Universidade Federal do Pará)

Ministrantes:

SESSÃO 1: Jane Felipe Beltrão (Universidade Federal do Pará), Breno Neno Silva Cavalcante (Universidade Federal do Pará), Edimar Antonio Fernandes (Universidade Federal do Pará) e Rhuan Carlos dos Santos Lopes (Universidade Federal do Pará)

OF 008: Como ensinar e aprender História da África

Discutir as formas de ensinar História da África, enfocando a descolonização, o processo pós-colonial, o pan-africanismo e as identidades africanas num mundo diverso e globalização, produzindo discussões sobre as correlações África/Brasil.

Coordenador(es): Rhuan Carlos dos Santos Lopes (Universidade Federal do Pará).

Ministrantes:

SESSÃO 1: Rhuan Carlos dos Santos Lopes (Universidade Federal do Pará), Breno Neno Silva Cavalcante (Universidade Federal do Pará), Edimar Antonio Fernandes (Universidade Federal do Pará), Jane Felipe Beltrão (Universidade Federal do Pará)

OF 009: Protagonismo Indígena em Processos de Reconhecimento de Terras Indígenas

A mobilização de grupos indígenas pelo reconhecimento e garantia de seus direitos ensejam a oportunidade para refletirmos sobre a construção de espaços políticos de protagonismo, em que os índios como sujeitos históricos investidos em variados projetos étnicos e inseridos em contextos sociais diversos (re)elaboram tomadas de posição experienciadas em organizações indígenas, implementações de políticas públicas e no âmbito de instancias diferentes do Estado e da sociedade civil. Assim, esta oficina mostra-se como uma oportunidade de convergência para a discussão dos trabalhos de pesquisadores que dialogam com o tema, incluindo, obviamente, a participação de indígenas e demais participantes interessados da 30^a RBA.





Políticas da Antropologia: Anais da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia
Ética, Diversidade e Conflitos ISBN: 978-85-87942-42-5

Coordenador(es): João Pacheco de Oliveira Filho (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Eloi dos Santos Magalhães (Universidade Federal do Ceará)

Ministrantes:

SESSÃO 1: Ronaldo de Queiroz Lima (Universidade Federal do Ceará)

SESSÃO 2: Daniela Fernandes Alarcon (Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro)

SESSÃO 3: Hosana Celi Oliveira e Santos (UFPE)

Políticas da Antropologia:
Ética, Diversidade e Conflitos

30ª RBA
Reunião Brasileira de Antropologia
2016



Prêmios

Prêmio Lévi-Strauss 2016 (VI Edição)

1º Lugar

Representações, Moralidades e Conflitos nos casos de Violência Sexual contra as Mulheres: uma análise sobre os discursos

Andreza Azevedo Cunha (UFF)

2º Lugar

Importância social e performance dos músicos no contexto do desfile cívico em Rio Tinto – PB: um estudo de caso

Caio Nobre Lisboa (UFPB), Geraldo de França Alves Júnior (UFPB)

3º Lugar

Os Pequenos Fios de "Itancoã-Miri"

Evelyn Talisa Abreu de Oliveira (UFPA), Débora Monteiro dos Santos (UFPA), Dyenne Héllen do Rêgo Santiago (UFPA), Élide Nascimento Monteiro (UFPA)

4º Lugar

Mulheres na rua: experiências, práticas e desafios

Caroline Silveira Sarmento (UFRGS), Patrice Schuch (UFRGS)

5º Lugar

O papel do Grêmio Estudantil nas discussões de Gênero e Sexualidades nas escolas

Delza da Hora Souza (UFSC)

1º Lugar

NEM SOJA, NEM GAÚCHO: autonomia camponesa e governança ambiental na Resex Chapada Limpa/MA

Diana Patricia Mendes (UFMA)

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/30RBA_335_41534840_1.pdf

2º Lugar

Cuidar, Curar, resistir: corporeidade entre mulheres Tembé-Tenetehara (Santa Maria/PA)

Camille Gouveia Castelo Branco Barata (UFPA)

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/30RBA_333_61122334_1.pdf

3º Lugar



Mapeando as famílias circenses em Minas Gerais: diálogos sobre reconhecimento identitário e luta por direitos a um modo de reprodução sociocultural em uma comunidade tradicional

Mayara Ferreira Mattos (UFMG)

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/30RBA_173_78082677_1.pdf

Menção Honrosa

Quando a rua vira um lar: autonomia e subjetividade entre moradores de rua de Juiz de Fora

Arthur Dias Costa (UFJF)

Menção Honrosa

Trajетórias e subjetividade: etnografia da Marcha das Vadias de Florianópolis/SC em 2014

Nathália Dothling Reis (UFSC)

Menção Honrosa

É muito bicho pra perseguir. Peleja e comunicação entre criaturas no Góes-CE

Nathan Lima Virgílio (UnB)

Prêmio Heloísa Alberto Torres 2016 (II Edição)

1º Lugar

O periódico Seara no Timor Português (1949-1973): práticas de mediação e integração institucional pela imprensa católica

Alexandre Jorge de Medeiros Fernandes (UnB)

Esse artigo é um esforço de imaginação histórico-etnográfica voltado à compreensão da ação missionária católica promovida pela Diocese de Díli no Timor Português. Tal esforço foi estimulado pela leitura dos números do periódico Seara, publicado entre 1949 e 1973 pela Diocese de Díli, além de outros documentos acessados em arquivos e bibliotecas de Lisboa. Inspirado nas análises de Clifford Geertz e Eric Wolf sobre o papel dos “mediadores” para a produção de conexões sociológicas entre escalas globais e locais, argumento que uma das principais ações da Diocese de Díli consistia em harmonizar as ações dos missionários em Timor com as diretivas vindas do Vaticano e do Estado Português, atuando como uma mediadora que transmitia (e subvertia) os projetos globais da Igreja Católica. A produção e distribuição de Seara era uma das práticas pelas quais a mediação se realizava. A partir de uma perspectiva diacrônica sobre tais práticas, discuto transformações nos projetos da Santa Sé no Timor Português assim como nas versões que a própria Diocese de Díli dava a essas instruções. <p>Artigo publicado na Revista Sociedade e Cultura da UFG: https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/47124/23405</p>

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/30RBA_517_1084_1.pdf

Menção honrosa

O TERRENO E O BARRACÃO Experiências e práticas políticas de catadores de materiais recicláveis em Curitiba/PR



Magda Luiza Mascarello (UFPR)

Nos últimos anos os catadores de materiais recicláveis passaram a apresentar-se como um segmento ocupacional que demanda ser reconhecido e valorizado pelas políticas públicas, mobilizando demandas que acionam diversos atores e organizações sociais e estabelecendo-se paulatinamente enquanto sujeitos de direito. Nesse processo, eles vêm buscando uma redefinição da categoria, transformando-se de pessoas que vivem do lixo em trabalhadores urbanos que coletam materiais recicláveis. Por meio de pesquisa etnográfica realizada junto à Associação de Catadores Mutirão, em Curitiba – PR, este estudo traz uma reflexão sobre as experiências e práticas políticas dos trabalhadores desta organização e, por meio das singularidades de seu modo de vida, busca apreender suas experiências políticas. A partir da reconstituição da trajetória do Mutirão e no movimento vivido por seus protagonistas, pode-se perceber que ao mesmo tempo em que os catadores catam materiais recicláveis também recolhem e tecem relações e conexões que modulam suas práticas e estratégias políticas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/330_2017-12-01.pdf

Prêmio Pierre Verger

1º Lugar

Homens de couro

Bruno José de Araújo Florêncio

2º Lugar

Libertando Raxayõma: o Ritual da Fartura entre os Yanomami de Ariabú, Região de Maturacá/AM

Gustavo Hamilton de Sousa Menezes

Menção honrosa

Na Casa de Gêtio

Rodrigo de Azeredo Grünewald

1º Lugar

Pás Ho Dame

Daniel Simião

2º Lugar

Das nuvens pra baixo

Marco Antonio Teixeira Gonçalves e Eliska Altmann

Menção honrosa

O Voo da Beleza

Alexandre Fleming Câmara Val





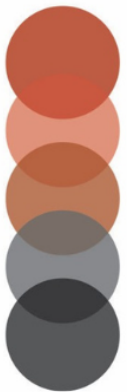
Políticas da Antropologia:
Ética, Diversidade e Conflitos

Anais da 34ª Reunión Brasileira de Antropología

ISBN: 978-85-87942-42-5

Políticas da Antropologia:
Ética, Diversidade e Conflitos

30 RBA
Reunión
Brasileira de
Antropología
2016



Simpósios Especiais

SE 001: Deslocamentos, desigualdades e violência de Estado: Perspectivas comparativas Simpósio Especial do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA

Vivemos num mundo globalizado caracterizado por intensos deslocamentos sociais, expulsões, brutalidade e precariedade da vida humana. Numa conjuntura marcada por um capitalismo corporativo destrutivo, esses deslocamentos refletem o surgimento de uma nova lógica de exclusão social, produtora de desigualdades e contingentes de despossuídos. Simultaneamente à predominância de ideologias e retóricas multiculturalistas ancoradas em “direitos humanos” e no humanitarismo, são criadas categorias sociais e políticas de governança tecnocrata de securitização, criminalização e desumanização da pobreza. Como esse processos sociais demandam novos paradigmas teórico-metodológicos, adotamos uma perspectiva global das migrações e deslocamentos que traz à tona os interstícios do poder e da dominação na produção de desigualdades e suas relações com violências estruturais e estatais, incluindo interseccionalidades de gênero, classe e raça. Através de duas sessões temáticas, reunimos apresentações que focalizam deslocamentos diversos tanto transnacionais quanto na cidade, como por exemplo, remoções, assassinatos, deportações, encarceramento ou “higienização urbana”.Desafiando imanes positivismos e nacionalismos metodológicos, esse conjunto de estudos de caso indicam processos similares nas restrições e controle dos deslocamentos de protagonistas diversos, sejam eles migrantes transnacionais, população de rua, ou moradores de favelas e periferias urbanas.

Bela Feldman (UNICAMP) - **Coordenação**

Sessão 1

Igor José de Renó Machado (UFSCar) - **Participante**

Guilherme Mansur Dias (Incrá) - **Participante**

Natália Corazza Padovani (PAGU) - **Participante**

Gabriel de Santis Feltran (UFSCAR/CEM/CEBRAP) - **Debatedor/a**

Sessão 2

Mariana Cavalcanti (IESP/UERJ) - **Participante**

Taniele Cristina Rui (CEBRAP) - **Participante**

Liliana Lopes Sanjurjo (Universidade Federal de São Carlos) - **Participante**

Bela Feldman (UNICAMP) - **Debatedor/a**

Fábio Mallart (USP) - **Participante**

Tráfico de seres humanos e a governança através do crime: o caso dos refugiados em Viena

Guilherme Mansur Dias

Nesta apresentação, discuto o papel das categorias tráfico de pessoas e contrabando de migrantes na criminalização de movimentos de defesa dos direitos de migrantes e refugiados na Europa. Examinoo movimento de refugiados Together we will rise, que eclodiu em Viena em novembro de 2012. O relato etnográfico descreve deportações, prisões e outras práticas de criminalização sofridas por integrantes do movimento, enfatizando a interface entre os processos de securitização e racismo reproduzidos através dos aparatos estatais. Tematizo ainda as implicações da aproximação entre migração e segurança e da governança de questões sociais pelas ferramentas do crime, revelando nuances de raça e gênero inerentes a tais processos.



Ao final, reflito sobre o contexto europeu contemporâneo, destacando alguns sinais de exaustão por que passa o discurso securitário e criminal em torno das migrações.

Negações da diferença e a produção da vulnerabilidade migrante

Igor José de Renó Machado

Nesse work, analiso um conjunto de propostas legislativas, verificando os conceitos de negação da diferença presentes, como os de expulsão, repatriação, negação de entrada, extradição etc. A intenção é entendê-los como constituintes das peças legislativas que regulam a entrada de migrantes, refugiados e etc. Proponho uma discussão sobre questões relativas à “deportabilidade”, “expulsabilidade” (etc.) como constituidoras de um sujeito modelado nas leis. Veremos como está ligada a essa produção de um sujeito eminentemente “expulsável” um trabalhador fragilizado em direitos básicos, compreendendo duas pontas da produção atual de processos de deslocamento: a construção de um sujeito sem direitos e a produção de um trabalhador super-explorável. Temos uma reflexão sobre a “vulnerabilização” como um projeto estatal, como parte do desenvolvimento de um capitalismo global corporativo.

“Nossos Mortos tem Voz”: Deslocamentos Sociais, Afeto e Ação Política em Perspectiva Comparativa

Liliana Lopes Sanjurjo

Dado o recrudescimento de políticas de criminalização da pobreza, que operam deslocamentos populacionais por meio de assassinato, desaparecimento forçado, encarceramento e expulsão de pessoas em diversos espaços nacionais, observa-se a emergência de coletivos de vítimas de violências que colocam suas demandas em linguagem de parentesco e de direitos humanos, tomando o feminino, o vínculo materno e os laços familiares como imperativo para a ação pública/política e da denúncia da violência de Estado. Com base em pesquisas etnográficas realizadas sobre o campo de ativismo de movimentos de familiares de vítimas da violência de Estado na Argentina e no Brasil, reflito criticamente sobre as relações entre gênero, parentesco, política e práticas sociais de memória, bem como sobre os dispositivos de gestão da vida e da ordem social em contextos etnográficos particulares.

A gambiarra “Olímpica”: favelas e remoções no Rio de Janeiro (2009-2016)

Mariana Cavalcanti

Muito se diz e se escreve sobre uma suposta retomada das remoções de favelas no Rio de Janeiro desde 2009, no contexto da produção “cidade Olímpica”. Viso problematizar essa narrativa, através do deslocamento da questão a ser enfrentada – analítica e politicamente – das remoções em si para reposicioná-las dentro de um dispositivo mais amplo de produção de moradia de baixa renda e gestão da pobreza no Rio de Janeiro contemporâneo. Com esse intuito, examino o modo como, nos últimos anos, programas de urbanização de favelas vem perdendo espaço em prol de condomínios construídos no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida. Dessa perspectiva, focalizo o processo de remoção da favela Vila União de Curicica, localizada nas cercanias da região batizada pelo mercado imobiliário como “Barra Olímpica”, devido à sua proximidade com o parque Olímpico.

Que mundões a prisão produz? Fronteiras, prisões e deslocamentos migratórios de brasileiras(os) e espanholas(óis) presas(os) em contextos de transnacionalidades

Natália Corazza Padovani



Através de pesquisa com mulheres brasileiras e seus companheiros que ficaram presos em Barcelona e mulheres espanholas também seus companheiros/os que passaram anos presas(os) em São Paulo, examino cruzamentos entre prisão e deslocamentos transnacionais através das “voltas para casa” de egressos desses sistemas prisionais. Analiso como “Europa” e “América Latina” estão intersectadas às demais categorias de diferenciação como classe, raça e gênero nos agenciamentos de brasileiras e espanholas egressas das prisões e, portanto, migrantes indocumentadas. Acompanhando minhas interlocutoras que saem da prisão para “voltarem para casa”, nas periferias das cidades em que ficaram presas, analiso as fissuras entre prisões e mobilidades transnacionais. Argumento que prisão está cada vez mais articulada aos processos de estado e de gestão das populações enquanto aparelho de controle das fronteiras.

Entre o mundo e os dispositivos de controles: deslocamentos e contenções dos infames por distintos territórios urbanos

Taniele Cristina Rui, Fábio Mallart

Com base em pesquisas etnográficas em distintos territórios urbanos da cidade de São Paulo, bem como a reconstituição de trajetórias de sujeitos circulantes e em deslocamento, que transitam por periferias, favelas, prisões, albergues, hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico e regiões como a chamada “cracolândia” paulistana, apresentamos questões teórico-metodológicas para uma etnografia das transversalidades urbanas. Procuramos, assim, apreender relacionalmente os múltiplos espaços urbanos por onde se deslocam e são contidas as populações mais marginalizadas, enfatizando as transversalidades produzidas através da gestão da ordem, da repressão e do cuidado, que combinam políticas estatais e criminais. Indicamos novas chaves para compreender deslocamentos recentes que marcam os conflitos urbanos contemporâneos e o espraiamento de uma gramática prisional pelo tecido social urbano.

SE 002: Direitos Humanos e Moralidades em questão: categorias, contextos e modos de engajamento

Esse Simpósio Especial busca discutir a relação entre a categoria de “direitos humanos” e as moralidades que a mesma evoca, provoca e/ou suscita em diferentes campos de intervenção social, acadêmica, política e jurídica. A partir das pesquisas e reflexões dos palestrantes, propomos analisar como a categoria “direitos humanos” se constrói, em diferentes contextos, como um campo de disputas e tensões. Interessa-nos também debater os modos de habitar a categoria “direitos humanos”, assim como os seus deslocamentos e efeitos nas práticas sociais. Finalmente, nos interessa discutir as formas de engajamento antropológico em torno do assunto e os desafios colocados à antropologia, na análise dessa problemática. O Simpósio é dividido em duas sessões. A primeira abordará questões de cunho metodológico, pensando nos eventuais desafios, dilemas, particularidades, estratégias de se pesquisar em campos articulados e/ou atravessados pela noção de “direitos humanos”. A segunda buscará discutir mais conceitualmente a noção de “moralidades” e sua relação com processos de violação e/ou construção de direitos, em campos diversos, como violência institucional, processos migratórios e práticas religiosas.

Lucia Eilbaum (UFF) e Patrice Schuch (UFRGS) - **Coordenação**

Sessão 1

Fábio Alves Araújo (Instituto Federal do Rio de Janeiro) - **Participante**

Juliana Gonçalves Melo (Departamento de Antropologia UFRN) - **Participante**

Roberto Kant de Lima (Universidade Federal Fluminense - UFF) - **Debatedor/a**

Leonardo Damasceno de Sá (Universidade Federal do Ceará) - **Participante**

Sessão 2

Leticia de Luna Freire (UERJ) - **Participante**

Mirian Alves de Souza (Universidade Federal Fluminense) - **Participante**

Carlos Alberto Steil (UFRGS) - **Participante**

Robson Rogério Cruz (UNILAB) - **Debatedor/a**

SE 003: Violência urbana e cidades: resistências, pacificação e mercado

Há décadas diferentes governos brasileiros problematizam a violência urbana e promovem modos de gestão segundo diferentes dispositivos para solucioná-la. Ao longo deste tempo, contudo, só aumentaram as mortes causadas pelas forças do estado. E aumentaram de forma proporcionalmente inversa à indignação da chamada opinião pública. Cada vez mais indiferentes, parcelas mais elitizadas das cidades encaram os sucessivos morticínios, chacinas e execução sumária como um modo de gestão aceitável dos territórios da pobreza. Adere-se facilmente à lógica perversa que tem promovido, em formato de guerra policial-militar, o extermínio de segmentos da população, supostamente responsáveis pela violência urbana. Neste contexto, não produzem efeitos de descentramento na narrativa que apresenta a “guerra” como solução para a “violência” a morte de mulheres, de crianças e de jovens cuja trajetória não aponte qualquer relação com o “tráfico” ou a outros problemas que constroem a morte como uma das estratégias da paz. A partir deste cenário, o Simpósio Especial tem como proposta (1) dar destaque às histórias dessas guerras: contar seus mortos, suas memórias e as políticas de apagamento das resistências existentes; (2) analisar as conexões entre militarização e trabalhos missionários católicos, evangélicos e espíritas nas zonas supostamente conflagradas; (3) discutir as conexões entre “mercado” e práticas violentas, bem como o “mercado” econômico-financeiro associado à produção de mortes.

Patrícia Birman (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) - **Coordenação**

Sessão 1

Juliana de Farias Mello e Lima (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) - **Participante**

Paula Mendes Lacerda (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) - **Participante**

Adriana de Resende Barreto Vianna (MN/UFRJ) - **Participante**

Camilo Braz (UFG) - **Debatedor/a**

Sessão 2

Carly Barboza Machado (UFRRJ) - **Participante**

Adriana Facina Gurgel do Amaral (UFRJ) - **Participante**

Palloma Valle Menezes (Fundação Getulio Vargas) - **Participante**

Regina Célia Reyes Novaes (CNPq -pesquisador) - **Debatedor/a**

Sessão 3

Daniel Veloso Hirata (UFF) - **Participante**

Taniele Cristina Rui (CEBRAP) - **Participante**

Adriana dos Santos Fernandes (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) - **Participante**

Márcia da Silva Pereira Leite (UERJ) - **Debatedor/a**



SE 004: Gênero, sexualidade, intolerância e violência

É visível na sociedade brasileira e no mundo a presença de conflitos em que agentes religiosos estão em disputa acirrada por impor suas visões de mundo e posições no espaço público. Também se observam discursos dogmáticos e de pouca tolerância por parte de outros agentes: operadores do Direito e representantes da comunidade científica, cada qual pretendendo instituir argumento religioso, jurídico ou científico como o único regime de verdade possível. Esses grupos não são estanques, mas se observam alianças e trocas de argumentação de ordem religiosa, legal e biológica ou natural. Vemos o engajamento de grupos em torno do Estatuto da Família e do Estatuto do Nascituro, reações em torno de decisões do Supremo Tribunal Federal como o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo, da antecipação de parto de anencéfalo e da autorização para pesquisa com células-tronco embrionárias, dos embates entre crenças neopentecostais e religiões de matriz africana em luta pela preservação do patrimônio cultural. Trata-se de disputas acerca do aborto, da liberdade sexual, de constituição da família, da morte com dignidade e defesa da vida. No exterior, conflitos políticos se traduzem em idiomas religiosos, em cenários de guerras e migrações internacionais. Esta mesa se propõe a debater a religião no espaço público e como argumentos dogmáticos e fundamentalistas, não só oriundos do campo religioso, mas também da esfera legal e da ciência têm sido acionados por distintos agentes.

Horacio Federico Sívori (UERJ) e Maria Filomena Gregori (Departamento de Antropologia UNICAMP) -
Coordenação

Sessão 1

Eduardo Henrique Araújo de Gusmão (UFCG) - **Participante**

Naara Lúcia de Albuquerque Luna (DCS e PPGCS, UFRRJ) - **Participante**

Ronaldo Romulo Machado de Almeida (Unicamp) - **Participante**

Christina Vital da Cunha (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE) - **Debatedor/a**

Sessão 2

Roberto Efrem Filho (Universidade Federal da Paraíba) - **Participante**

Heloisa Buarque de Almeida (USP) - **Participante**

Isadora Lins França (Unicamp) - **Participante**

Sérgio Luís Carrara (UERJ) - **Debatedor/a**

Sessão 3

Marcelo Tavares Nactivity (Universidade de São Paulo) - **Participante**

Mónica Tarducci (UBA/UNSAM) - **Participante**

Adriana Gracia Piscitelli (PAGU-Unicamp) - **Participante**

Cynthia Andersen Sarti (UNIFESP) - **Debatedor**

SE 005: Mineração, sofrimento social e resistências: o Brasil e o contexto Latinoamericano

A expansão do setor extrativo mineral no Brasil faz parte de um processo de reprimarização da economia em todo o continente latinoamericano. A exportação de produtos com baixa intensidade tecnológica acaba por impor aos países latino-americanos uma inserção subordinada no contexto internacional. Além de simplificação e submissão econômica, observa-se o acirramento dos processos de expropriação, violência simbólica e epistêmica. Povos indígenas, comunidades tradicionais e meio ambiente estão na linha de frente



dos conflitos que se proliferam em áreas disputadas pela mineração. As consequências socioambientais são, em muitos casos, de grande intensidade, duração e de difícil reversão, como revela, de forma paradigmática, o maior desastre tecnológico da América Latina provocado pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração da empresa Samarco (Vale/BHP Billinton), em Mariana-MG. Esta actividade reúne pesquisadores brasileiros e latinoamericanos em torno do tema da mineração e suas consequências socioambientais, atentando para os desafios teóricos, políticos, epistemológicos e institucionais apresentados por essa investida econômica na atualidade.

Andrea L. M. Zhouri (UFMG) - **Coordenação**

Sessão 1

Maristella Svampa (Universidade Nacional de La Plata/CONICET) - **Participante**

Bruno Milanez (Universidade Federal de Juiz de Fora) - **Participante**

Raquel Maria Rigotto (Universidade Federal do Ceará) - **Participante**

Sessão 2

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior (Universidade Federal do Maranhão - UFMA) - **Participante**

Andrea L. M. Zhouri (UFMG) - **Participante**

Eduardo Restrepo (Universidad Javeriana) - **Participante**

SE 006: Movimentos Sociais, Povos Tradicionais e Direitos Humanos: de insurgências e descolonização

Trabalhar de forma problematizada “cenários de luta” dos movimentos sociais, considerando recortes étnico-racial e direitos humanos, tendo como horizonte os limites e as possibilidades de contribuição oriundas do campo da Antropologia e do Direito que facilite a interlocução, o apoio e a análise das mobilizações sociais dos protagonistas que se insurgem contra paradigmas e fronteiras instituídas, fato que muitas vezes produz a criminalização de reivindicações legítimas. A situação política e as injustiças sociais nos conduzem à renovação das formas de produção acadêmica para acolher as demandas étnica e racialmente diferenciadas para realizar a possibilidade de um Brasil diverso e plural.

Assis da Costa Oliveira (Universidade Federal do Pará), Jane Felipe Beltrão (Universidade Federal do Pará) e Ricardo Prestes Pazello (Universidade Federal do Paraná) - **Coordenação**

Sessão 1

Erika Macedo Moreira (Regional Goiás/ UFG) - **Participante**

Katiane Silva (Universidade Federal do Pará) - **Participante**

Elieyd Sousa de Menezes (PPGAS/UFAM) - **Participante**

Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA-UFRRJ) - **Debatedor/a**

Sessão 2

Ricardo Prestes Pazello (Universidade Federal do Paraná) - **Participante**

Jane Felipe Beltrão (Universidade Federal do Pará) - **Participante**

Assis da Costa Oliveira (Universidade Federal do Pará) - **Participante**

Almires Martins Machado (Universidade Federal do Pará) - **Debatedor/a**



Sessão 3

Carlos Frederico Marés de Souza Filho (PUCPR) - **Participante**

Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA-UFRRJ) - **Participante**

Mariana Trotta Dallalanna Quintans (UFRJ/ Faculdade de Direito) - **Participante**

Carlos Alberto Caroso Soares (Universidade Federal do Sul da Bahia) - **Debatedor/a**

Mobilização social da juventude indígena para construção descolonial das políticas de juventude

Assis da Costa Oliveira

O work discute o processo de mobilização social da juventude indígena durante a 3^a Conferência Nacional da Juventude para construir alianças políticas e discursos propositivos à descolonização das políticas da juventude mediante a internalização dos direitos indígenas e das demandas coletivas dos povos indígenas. Por meio da observação participante e de entrevistas com jovens indígenas e não-indígenas, analisa-se as estratégias criadas para “por em cena” a etnicidade e suas reivindicações específicas, seja para construir “outra” pauta de reivindicações que trabalhem o aspecto coletivo e diferenciado do “ser jovem” entre povos indígenas, seja para promover uma “maioria” de adesões às proposições estruturadas e, principalmente, à prioridade máxima da juventude indígena, em articulação com a juventude de povos e comunidades tradicionais e juventude rural.

Palavras chave: Juventude; Indígenas; Descolonização

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/995_2018-03-05.pdf

O “aviamento” e a servidão por dívida: Resistência e dominação na extração da piaçaba em Barcelos-AM

Elieyd Sousa de Menezes

A extração das fibras de piaçaba a partir do sistema de “aviamento” em Barcelos-AM vem sendo denunciada pelos trabalhadores extrativista, os piaçabeiros, como work degradante. Seja por causa da servidão pela dívida, pela insalubridade nos piaçabais, ou pelo acesso restrito aos rios. Em 2013 o Ministério Público Federal procede às denúncias e caracteriza tal atividade como análoga à escravidão. Os piaçabeiros se autodefinem indígenas tariano, tukano, baniwa, baré, arapaço, werequena e tuyuca, assim como não-indígenas e ribeirinhos. Trabalham para comerciantes conhecidos como “patrões”. Em Barcelos-AM o aviamento rege as relações comerciais, que envolve laços familiares, relações de poder e nele, formas de dominação e resistência, mesmo que cotidiano e invisível. Pretendo refletir sobre as questões de direitos humanos, resistência e poder engendradas nesse contexto.

Palavras chave: Piaçabeiros, aviamento, resistência

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/975_2018-03-05.pdf

O descompasso entre os avanços da Constituição de 1988 e a prática do Judiciário Brasileiro

Erika Macedo Moreira

O work é fragmento da pesquisa desenvolvida na tese, que procurou traduzir a postura que o judiciário tem assumido diante dos direitos dos Povos Indígenas, considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representou, ao menos do ponto de vista normativo, uma ruptura com a política indigenista integracionista. A análise de decisões e a pesquisa de campo demonstram que há um significativo uso de instrumentos processuais demandando um posicionamento sobre a extensão e os limites dos direitos



indígenas, sejam eles sociais, econômicos, culturais e/ou territoriais. As conclusões demonstram como as práticas interpretativas do judiciário mantêm-se atreladas aos paradigmas do tempo passado. Cuida-se dos direitos indígenas, portanto, somente quando relacionados à realidade sócio-cultural e não às questões de natureza político-territorial.

Palavras chave: indígenas, judiciário, interculturalidade

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/319_2018-03-05.pdf

Emergência e construção política da identidade indígena no Auati-Paraná, AM.

Katiane Silva

Este work tem como objetivo discutir o processo de engajamento de indígenas Cocama pela permanência em seu local de origem, frente a uma história local marcada pela patronagem e pela exploração dos recursos naturais, no Auati-Paraná, Am. Por meio da análise do processo aberto pela procuradoria federal do IBAMA contra a posse irregular, por empresários, dos lagos que representavam o sustento das famílias Cocama, das reações desses empresários ao processo, de ofícios, cartas e relatos de entrevistas procuro construir o “Caso do Buiçu” e demonstrar os diversos pontos de vista dos atores sociais sobre este conflito. A região em litígio está situada na confluência entre a Resex Auati-Paraná e a RDS Mamirauá e, em tal contexto, a representação sobre esses indígenas e o modo como são tratados pelo Estado é decorrente da relação de patronagem e do violento sistema dos barracões.

Palavras chave: Identidade, conflito, direitos

Os limites do jogo de espelhos: os faxinalenses perante o direito

Ricardo Prestes Pazello

O presente work se propõe a realizar uma análise que estabeleça pontes entre direito e antropologia, permitindo a evidencição da necessidade de descolonização de saberes e práticas a partir da experiência e modo de vida faxinalense, comunidade tradicional do sul do Brasil. Para tanto, faz-se importante apontar o limite das formas sociais em sociedades marcadas pela desigualdade de classe, gênero e raça, assim como assinalar a "fronteiridade" dos faxinalenses, dentro deste contexto, com posição identitária e materialmente contrastiva quanto a sua formação. A partir daí, cabe refletir os usos fronteiriços do direito, próprios dos faxinalenses, mas de todas aqueles povos e comunidades tradicionais que são forjados nas margens do sistema prevalente. A experiência faxinalense bem o demonstra, assim como as interpretações antropológico-jurídicas sobre o direito que diz respeito a ela.

Palavras chave: Faxinalenses; Direito; Descolonização.

SE 007: Olhares cruzados para África: trânsitos e mediações

Este Simpósio Especial tem como objetivo: 1) estimular a reflexão acerca de pesquisas realizadas em diferentes contextos africanos; 2) ampliar as trocas entre pesquisadores de proveniências variadas que realizam pesquisas em África, destacando a importância do local de onde se dirige o olhar para o continente. Assim, a proposta mais ampla é investir nas interconexões (explícitas ou fruto de ações em rede) entre diferentes países do chamado eixo “sul-sul”. O ponto de partida a balizar este Simpósio seria o dos olhares inusitados. O olhar convencional da antropologia para a África esteve sempre constrangido pelas relações de dominação colonial, mesmo passados mais de 50 anos das independências africanas. Há, contudo, uma grande variedade de olhares que aportam cores e contornos novos. Privilegiaremos aqui: perspectivas marcadas por pertencimentos transversais; a visão de pesquisadores brasileiros e de outros lugares do Sul sobre África; e os olhares de África



para o Sul e alhures. Propomos um Simpósio reunindo antropólogos que, através de suas pesquisas substantivas, possam refletir sobre a importância do lugar do olhar, especialmente dos olhares cruzados para o continente africano. Sem excluir as discussões de natureza explicitamente epistemológica, privilegamos contribuições que façam essa reflexão a partir dos estudos e da experiência concreta de pesquisa dos autores.

Andréa de Souza Lobo (Universidade de Brasília) e Laura Moutinho (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO) -
Coordenação

Sessão 1

Carlos Cardoso (CODESRIA) - **Participante**

Esmeralda Mariano (Universidade Eduardo Mondlane, Mocambique) - **Participante**

Colin Darch (UCT) - **Participante**

Wilson Trajano Filho (UnB) - **Debatedor/a**

Sessão 2

Mallika Shakya (South Asian University) - **Participante**

Wilson Trajano Filho (UnB) - **Participante**

Juliana Braz Dias (UnB) - **Participante**

Josué Castro (UNICAMP) - **Debatedor/a**

Sessão 3

Claudio Furtado (UFBA) - **Participante**

Antonio Tomas (Stellenbosch University) - **Participante**

Brigitte Bagnol (University of the Witwatersrand) - **Participante**

Livio Sansone (UFBA) - **Debatedor/a**

SE 008: Patrimônios e Museus: responsabilidades e desafios na prática antropológica

Os patrimônios culturais são temas e objetos de pesquisa que têm trazido grandes desafios para a prática antropológica, sobretudo no que diz respeito aos aspectos metodológicos, éticos e políticos. Este Simpósio propiciará a reunião de representantes de associações de Antropologia e Arqueologia das Américas e Caribe, com vistas a instalar oficialmente o Forum Interamericano e Caribenho do Patrimônio Cultural, objetivando estabelecer uma rede de parceiros e estimular a colaboração entre pesquisadores na área do patrimônio cultural, em todos os subcampos da antropologia. As questões de natureza metodológica, ética e jurídica, relativas aos inventários do patrimônio cultural intangível, têm também lugar de destaque. Amplamente utilizados para a identificação de patrimônios tangíveis e intangíveis, destacados pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível (UNESCO, 2003) e em prática no Brasil desde 2000, através da adoção do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais, esses procedimentos são um tópico controverso entre antropólogos, cuja prática profissional inclui mediar aspirações e conhecimentos locais e orientações técnicas e políticas das instituições responsáveis pela implementação de políticas de salvaguarda. Além disso, serão debatidos os temas relativos às demandas por reconhecimento das identidades de grupos sociais específicos, bem como os desdobramentos e a construção de novas parcerias entre a Antropologia, os antropólogos e os museus.

Antonio Augusto Arantes Neto (UNICAMP), Izabela Maria Tamasso (UFG) e Renata de Sá Gonçalves (Universidade Federal Fluminense) - **Coordenação**



Sessão 1

Antonio Augusto Arantes Neto (UNICAMP) - **Participante**

Antonio Carlos de Souza Lima (MUSEU NACIONAL - UFRJ) - **Participante**

Alisse Waterston (Presidente da American Anthropological Association – AAA) - **Participante**

Teresita Majewski (Society for American Archaeology - SAA) - **Participante**

Cristina Oehmichen (Presidente Asociación Latinoamericana de Antropología e Colégio de Etnólogos e Antropólogos Sociais do México) - **Participante**

Flávio Rizzi Calippo (Presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira) - **Participante**

Sessão 2

Manuel Ferreira Lima Filho (Universidade Federal de Goiás) - **Participante**

Mario de Souza Chagas (Professor) - **Participante**

João Pacheco de Oliveira Filho (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - **Participante**

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) - **Debatedor/a**

SE 009: Políticas da Antropologia: as perspectivas das associações de Antropologia diante de um cenário de crises globais / Politics and Policies of Anthropology: Anthropological Association perspectives towards a scenario

O WCAA foi criado em 2004, em evento imediatamente anterior à XXIV RBA. Vivíamos então uma conjuntura internacional de grande otimismo quanto à possibilidade de construção de um mundo mais equânime. A WCAA, e a interlocução que muito depois surgiria com a IUAES, colocou-se como fórum coetâneo a essas perspectivas, e de crescente importância para as associações nacionais de antropologia em seus diversos feitios e matizes. As sucessivas crises financeiras internacionais, desde ao menos 2008, bem como os cenários de crise política (e em casos como o brasileiro atual, também moral) em que os governos nacionais de muitos países, por exemplo, da América Latina, nos colocaram diante de um mundo muito menos favorável àquele de 14 anos atrás. Diante de tais quadros, como nossas modalidades de associativismo, (nacionais, internacionais, globais), com suas singularidades e enraizamentos diferenciados nos cenários sociais em que estão inseridos, têm enfrentado tais questões e problemas à reflexão científica, à atuação pública, e à intervenção social? Quais nossas metas e singularidades? Quais nossas agendas específicas? Quais, se existem, são nossas agendas comuns? O que mais poderíamos fazer além de organizarmos eventos em congressos, em notas públicas diante de situações de crise cuja eficácia vem se mostrando crescentemente importante? Esperamos que dessas apresentações possamos produzir uma publicação em futuro próximo.

Antonio Carlos de Souza Lima (MUSEU NACIONAL - UFRJ)- **Coordenação**

Sessão 1

Ruben George Oliven (UFRGS) - **Participante**

Chandana Mathur - **Participante**

Junji Koizumi - **Participante**

Geir Thomas Hylland Eriksen - **Participante**

Alisse Waterston (Presidente da American Anthropological Association – AAA) - **Participante**

Sessão 2

Miriam Pillar Grossi (Universidade Federal de Santa Catarina) - **Participante**

Cristina Oehmichen (Presidente Asociación Latinoamericana de Antropología e Colégio de Etnólogos e Antropólogos Sociais do México) - **Participante**

Gonzalo Díaz Crovetto (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/UCT/CHILE) - **Participante**

Lía Mercedes Ferrero (Colegio de Graduados en Antropología de la Rep Arg) - **Participante**

Lydia Nina de Souza Gumiel (ASOCIACIÓN URUGUAYA ANTROPOLOGÍA SOCIAL) - **Participante**

Sessão 3

Antonio Carlos de Souza Lima (MUSEU NACIONAL - UFRJ) - **Participante**

Gustavo Lins Ribeiro (Universidade de Brasília) - **Participante**

Carmen Silvia Rial (UFSC) - **Participante**

Cristiana Lage David Bastos (Instituto de Ciencias Sociais - Universidade de Lisboa) - **Participante**

SE 010: Políticas de formação e produção de conhecimento: cenários e desafios para antropologia e educação

Os últimos anos trouxeram importantes transformações no campo de formação de antropólogos no Brasil e desafios para a produção de conhecimento na área e seu diálogo com políticas educacionais. Entre outras transformações, destacam-se: o número de programas de pós-graduação na área dobrou na última década, com impacto correspondente sobre o número de teses e dissertações; houve ampliação e consolidação de redes no Brasil e no exterior, bem como no escopo de pesquisas e temas de interesse; as políticas de financiamento em pesquisa, expandidas em boa parte da última década, passam agora por severas restrições; a formação em antropologia ganhou novos espaços em cursos de graduação. O simpósio busca analisar este cenário por meio de duas sessões: 1) O campo de formação e pesquisa em antropologia; 2) Educação, escola e diversidade: uma olhar antropológico. Na primeira, busca-se uma análise preliminar dos dados produzidos em pesquisa da ABA sobre formação, pesquisa e inserção profissional no campo da antropologia nos últimos dez anos. Na segunda, tematiza-se a contribuição da antropologia para uma abordagem crítica das práticas educacionais e da produção de conhecimentos no universo escolar, com foco no reconhecimento e valorização de especificidades culturais e nos conflitos daí decorrentes. No momento em que o país discute a elaboração de uma Base Nacional Comum curricular, busca-se refletir sobre a produção etnográfica na área e sua articulação com um importante campo de estudos.

Daniel Schroeter Simião (Universidade de Brasília) - **Coordenação**

Sessão 1

Bela Feldman (UNICAMP) - **Participante**

Russell Parry Scott (Universidade Federal de Pernambuco) - **Participante**

Marko Synésio Alves Monteiro (UNICAMP) - **Debatedor/a**

Wilson Trajano Filho (Universidade de Brasília) - **Debatedor/a**

Daniel Schroeter Simião (Universidade de Brasília) - **Participante**

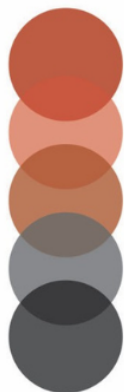
Sessão 2

Ana Paula Mendes de Miranda (Universidade Federal Fluminense) - **Participante**

Amurabi Pereira de Oliveira (Universidade Federal de Santa Catarina) - **Participante**

Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO) - **Participante**

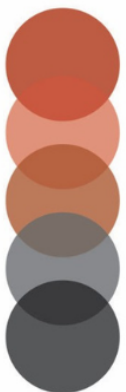
Neusa Maria Mendes de Gusmão (UNICAMP) - **Debatedor/a**



Realização



Apoio



Contato

Endereço postal:

Caixa postal 2442, Brasília/DF

CEP: 70842-970

Endereço físico:

UNB, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte

Prédio do Instituto de Ciências Sociais - ICS

Sala AT-41/29, Térreo, Brasília/DF

CEP: 70910-900

E-mail: aba@abant.org.br

Telefone: +55 61 99865-8256

CNPJ: 30.024.640/0001-00

Horário de funcionamento:

De segunda a sexta-feira, de 09h às 17hrs

Redes sociais:

Instagram: https://www.instagram.com/aba_antropologia/

Facebook: <https://www.facebook.com/ABA.antropologia>

YouTube/TV ABA: <https://www.youtube.com/tvaba>

Twitter/X: https://twitter.com/aba_antropo

